

CIBEC/INEP



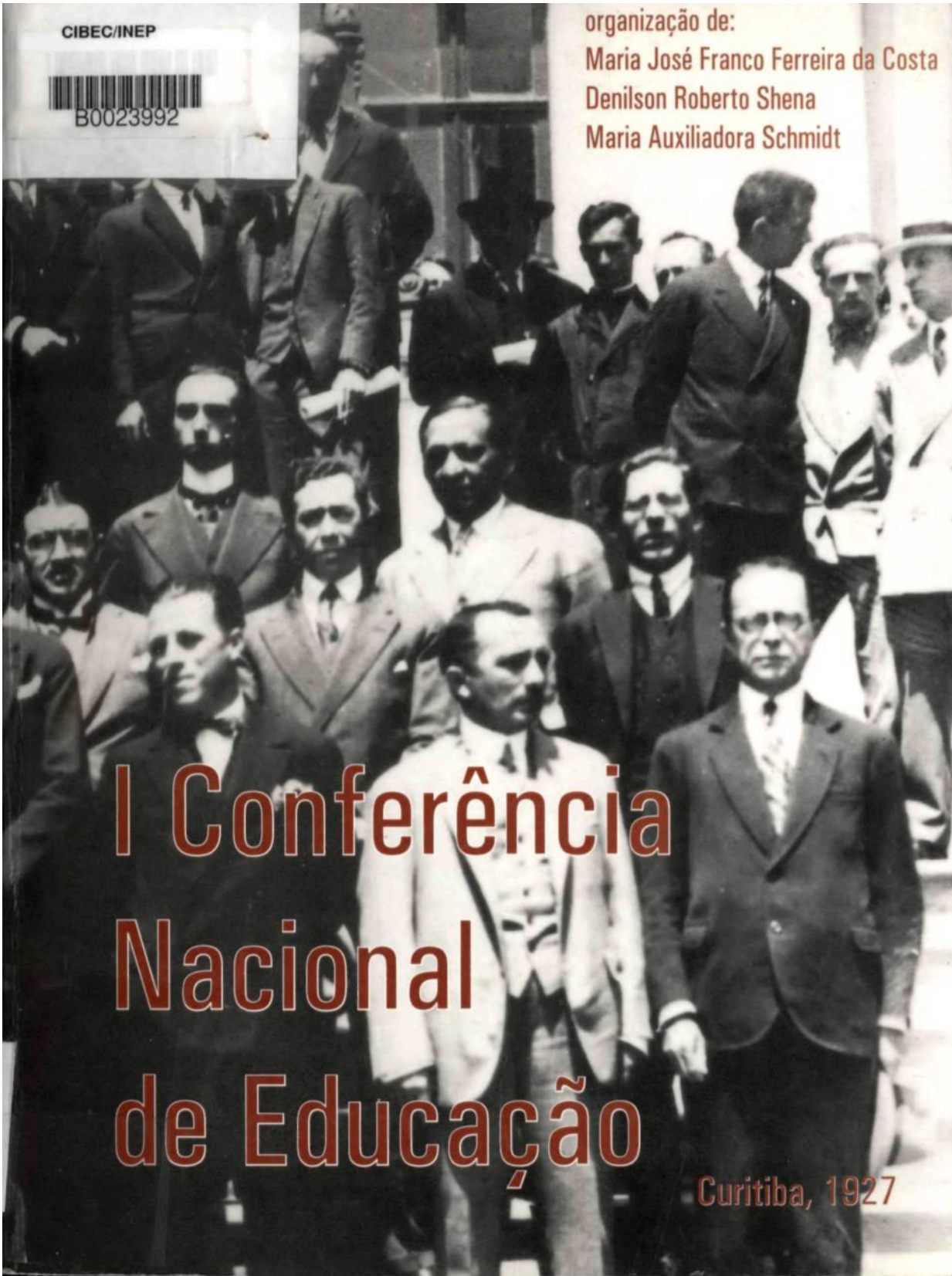
B0023992

organização de:

Maria José Franco Ferreira da Costa

Denilson Roberto Shena

Maria Auxiliadora Schmidt



# I Conferência Nacional de Educação

Curitiba, 1927

É com satisfação que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP, apresenta as teses da I Conferência Nacional de Educação. Neste momento em que a Instituição comemora 60 anos, esta publicação contribui para revitalizar e acentuar as transformações e os novos desafios da Instituição.

Se o INEP marcou o desenvolvimento do pensamento brasileiro na Educação, fomentando e provocando a pesquisa, inicia agora um novo processo, transformando-se no principal instrumento do Ministério da Educação para avaliação e a estruturação de dados no setor.

A parceria com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES, possibilitou a recuperação das 111 teses apresentadas durante a I Conferência, além dos registros da Ata de Abertura e Sessão de Encerramento dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões e da participação da mídia no evento.

As teses agruparam-se em temas, como: a unidade nacional; a organização do ensino; educação; política e voto; educação e questões femininas; higiene e educação sexual; pedagogia. Grande parte das teses recebeu pareceres. No caso das 14 teses que não foram localizadas, os pareceres estão sendo publicados a partir da página 667. Infelizmente, não foi possível localizar as teses 20 e 106, nem os respectivos pareceres.

Mas isto não reduz a importância e o esforço traduzidos nesta publicação, que busca manter a história viva, em direção a qualidade. Nossos agradecimentos especiais aos organizadores, a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, a Fundação Lysímaco Ferreira da Costa e ao IparDES, cuja colaboração foi imprescindível para a realização desta obra.

*Maria Helena Guimarães de Castro*  
Secretária de Avaliação e Informação  
Educativa/INEP

I CONFERENCIA  
**NACIONAL**  
DE EDUCAÇÃO

Curitiba, 1927

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Fernando Henrique Cardoso

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**

Paulo Renato Souza

**SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E INFORMAÇÃO EDUCACIONAL — SEDIAE**

*SECRETÁRIA*

Maria Helena Guimarães de Castro

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS — INEP**

*DIRETOR-GERAL*

Og Roberto Doria

*COORDENADORA-GERAL DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES  
EDUCACIONAIS*

Christina Helena Micheli Velho

*COORDENADOR DE PRODUÇÃO EDITORIAL*

Jair Santana Moraes

*COORDENADORA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO*

Sueli Macedo Silveira

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL —IPARDES**

*DIRETORA -PRESIDENTE*

Heloisa Monte Serrat de Almeida Bindo

*DIRETORA DO CENTRO DE PESQUISA*

Maria Luiza Marques Dias

*DIRETOR DO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA*

Luiz Alexandre Fagundes

*DIRETORA DO CENTRO DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO*

Cleide Maria Perito de Bem

# I CONFERENCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Curitiba, 1927

Organização de

Maria José Franco Ferreira da Costa

Denilson Roberto Shena Maria

Auxiliadora Schmidt

Brasília

MEC

SEDIAE/INEP

IPARDES

1997

**Projeta Gráfico**

Acácio Valério da Silva Reis

**Serviços Editoriais**

Acácio Valério da Silva Reis  
Celi Rosalia Soares de Melo  
Mírian Santos Vieira

**Revisão**

Antônio Bezerra Filho Francisca  
de Sá Benevides Gislene Caixeta  
(*in memoriam*) Maria Angela  
Torres Costa e Silva Marluce  
Moreira Salgado Tânia Maria  
Castro

**Colaboração**

Patrícia Ramos Mendonça  
Marcelo Alegria Rejane Dias  
Ferreira Ribeiro Rodrigo  
Godinho A. da Silva

**Editoração e Capa**

Acácio Valério da Silva Reis

**INEP**

SGAS, Quadra 607, Lote 50  
70200-670 —Brasília-DF C.  
Postal 04497 Fone: (061) 244  
2612  
(061) 244 0001-R. 396/308  
FAX: (061) 244 4712

ação teve o apoio técnico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná e  
da Fundação Lysímaco Ferreira da Costa.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Centro de Informações Bibliográficas em Educação

Conferência Nacional de Educação (1.: 1927: Curitiba).

I Conferência Nacional de Educação /organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt. - Brasília: INEP, 1997.

694 p.: il.retrs.

ISBN 85-86260-02-9

1. Educação - Congresso - Brasil. I. Costa, Maria José Franco Ferreira da. II. Shena, Denilson Roberto. III. Schmidt, Maria Auxiliadora. IV. Título

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	
ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA.....	15
SESSÃO PREPARATÓRIA.....	17
ASSINATURAS DOS PARTICIPANTES.....	19
TESES APRESENTADAS	
TESE Nº 1 — POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR <i>Belisario Penna</i> .....	29
TESE Nº 2—ENSINO DA LEITURA INICIAL PELO MÉTODO DE PALAVRAS GERADORAS <i>Antônio Tupy Pinheiro</i> .....	33
TESE Nº 3 — O BRASIL CARECE DA DIFUSÃO DO ENSINO POPULAR DA GEOGRAFIA <i>Isaura Sydney Gasparini</i> .....	41
TESE Nº 4 — ANTAGONIAS DA DIDÁTICA NA UNILATERALIDADE DO ENSINO <i>Renato de Alencar</i> .....	46
TESE Nº 5 — NECESSIDADES DA PEDAGOGIA MODERNA <i>Lindolpho Xavier</i> .....	65
TESE Nº 6—DIVERTIMENTOS INFANTIS <i>Maria Luiza Camargo de Azevedo</i> .....	73
TESE Nº 8 — A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 1927 <i>Relatórios das Seções</i> .....	78
TESE Nº 9 —COMUNICAÇÃO SOBRE O BUREAU INTERNATIONAL D'ÉDUCATION <i>Laura Jacobina Lacombe</i> .....	99
TESE Nº 10 — LIGA PARA INSTRUÇÃO POPULAR <i>João Arruda</i> .....	99
TESE Nº 11 — A EDUCAÇÃO NO FUTURO <i>Rachel Prado</i> .....	103

TESENº13— SELEÇÃO E ESTALONAGEM DAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA <i>Lúcia Magalhães</i> .....	107
TESE N <sup>o</sup> 15 —ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES: SUA IMPOR TÂNCIA <i>Nicephoro Modesto Falarz</i> .....	116
TESE N <sup>o</sup> 17 — PELA EDUCAÇÃO ESTÉTICA <i>Fernando Nereu de Sampaio</i> .....	120
TESE N <sup>o</sup> 21 — EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA <i>Alice de Toledo Tibiriçá</i> .....	122
TESE N <sup>o</sup> 22 — O ENSINO DAS LÍNGUAS MODERNAS <i>João Brasil Silvado Júnior</i> .....	125
TESE N <sup>o</sup> 23 — O CINEMATÓGRAFO ESCOLAR <i>América Xavier Monteiro de Barros</i> .....	131
TESE N 24— A EDUCAÇÃO E A PAZ <i>Laura Jacobina Lacombe</i> .....	132
TESE N <sup>o</sup> 25 — O TEATRO E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO <i>Decio Lyra da Silva</i> .....	135
TESE N <sup>o</sup> 26 — NORMAS DIDÁTICAS A QUE SE DEVE OBEDECER NO ENSINO DO PORTUGUÊS AOS FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS <i>Nicolau Meira de Angelis</i> .....	143
TESE N <sup>o</sup> 27—UMA PALAVRA DE ATUALIDADE <i>Amélia de Rezende Martins</i> .....	152
TESE N <sup>o</sup> 28 — HÁ NECESSIDADE DE SE TORNAR OBRIGATÓRIO O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR NO TERRITÓRIO PARANAENSE? <i>Segismundo Antunes Netto</i> .....	159
TESE N <sup>o</sup> 29—ALFABETIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DO COLONO NO BRASIL <i>Acrisio Carvalho de Oliveira</i> .....	161
TESE N <sup>o</sup> 30 — QUAL O PROCESSO MAIS EFICAZ PARA O ENSINO DA ARITMÉTICA NO PRIMEIRO ANO DO CURSO PRELIMINAR? <i>Joaquim Meneleu de Almeida Torrez</i> .....	164
TESE N <sup>o</sup> 31 — METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA <i>Ambrosio Torres</i> .....	178



TESE Nº 32 — O ENSINO NAS ESCOLAS FREQUENTADAS POR FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS <i>Maria Luíza Burtz</i> .....	189
TESE Nº 33 — O ENSINO OBRIGATÓRIO E O CIVISMO NAS ESCOLAS <i>Maria dos Anjos Bittencourt</i> .....	191
TESE Nº 34 — RUMO AO CAMPO ... <i>Deodato de Moraes</i> .....	194
TESE Nº 35 — UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO <i>Helvécio de Andrade</i> .....	196
TESE Nº 36 — O MÉTODO DE PROJETOS <i>Esther Franco Ferreira da Costa</i> .....	201
TESE Nº 37 — DISCIPLINA ESCOLAR <i>Roberto Emilio Mongruel</i> .....	203
TESE Nº 38 — A UNIFORMIZAÇÃO DOS PROGRAMAS EM SEUS PONTOS GERAIS, CONTRIBUINDO PARA A UNIFICAÇÃO NACIONAL E ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS <i>Myriam de Sousa</i> .....	206
TESE Nº 39 — COMO ENSINAR A LÍNGUA VERNÁCULA AOS FILHOS DE PAIS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS <i>Guilherme Butler</i> .....	212
TESE Nº 40 — A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM SUAS IDÉIAS CAPITAIS, MANTIDA A LIBERDADE DE PROGRAMAS <i>Zelia Jacy de Oliveira Braune</i> .....	216
TESE Nº 41 — SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA BAHIA <i>Jayme Junqueira Ayres</i> .....	222
TESE Nº 42 — A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL <i>M. Bergström Lourenço Filho</i> .....	244
TESE Nº 43 — SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA MORAL <i>Fernando Luis Osório</i> .....	250
TESE Nº 44 — A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA, PELA CULTURA MORAL <i>Isabel Jacobina Lacombe</i> .....	265
TESE Nº 45 — SOBRE UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL <i>Ferdinando Laboriau</i> .....	267

TESE Nº 46 — O ESCOTISMO E A UNIDADE NACIONAL <i>Victor Lacombe e Américo L. Jacobina Lacombe</i> .....	276
TESE Nº 47 — O ESCOTEIRISMO NA EDUCAÇÃO <i>Amarylio R. Oliveira</i> .....	278
TESE Nº 48 — O QUE SE PODERÁ ESPERAR DA EDUCAÇÃO ESCOTEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL <i>Altamirano Nunes Pereira</i> .....	286
TESE Nº 49 — MISSÕES ESCOLARES <i>Raul Gomes</i> .....	292
TESE Nº 50 — CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO <i>Sara Machado Busse</i> .....	295
TESE Nº 51 — A LITERATURA E A ESCOLA PRIMÁRIA <i>Delia Rugai</i> .....	307
TESE Nº 52 — UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA PEDAGÓGICA — A UNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NACIONAL <i>Nestor dos Santos Lima</i> .....	311
TESE Nº 53 — PARA LUTAR CONTRA O ANALFABETISMO: O SERVIÇO PEDAGÓGICO OBRIGATÓRIO, DEVER CÍVICO FEMININO DECORRENTE DO DIREITO DE VOTO ÀS MULHERES <i>Fernando de Magalhães</i> .....	314
TESE Nº 54 — A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA; PELA CULTURA CÍVICA; PELA CULTURA MORAL <i>Manoel Pedro de Macedo</i> .....	317
TESE Nº 55 — O CONCEITO DO NÚMERO <i>Algacyr Munhoz Mader</i> .....	322
TESE Nº 56 — CRISE DE EDUCAÇÃO NA CLASSE MÉDICA <i>Octavio Rodrigues Lima</i> .....	334
TESE Nº 57 — AS UNIVERSIDADES E A PESQUISA CIENTÍFICA <i>M. Amoroso Costa</i> .....	337
TESE Nº 58 — ENSINO AGRÍCOLA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS <i>João Cândido Ferreira Filho</i> .....	338
TESE Nº 59 — INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONAL <i>Sebastião Paraná</i> .....	343
TESE Nº 60 — DO DESDOBRAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL <i>Indicação da Faculdade de Engenharia do Paraná</i> .....	347

TESE Nº 61 — D A NECESSIDADE DE TORNAR MAIS PRÁTICO O ENSINO DE ENGENHARIA NO BRASIL <i>Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná.....</i>	350
TESE Nº 62 — REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ENGENHEIRO NO BRASIL <i>Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná.....</i>	352
TESE Nº 63 — O ENSINO DE TRABALHOS MANUAIS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E COMPLEMENTARES <i>Orestes Guimarães.....</i>	354
TESE Nº 64 — O CARÁTER DO ESCOLAR, SEGUNDO A PSICANÁLISE <i>J. P. Porto-Carrero.....</i>	367
TESE Nº 65 — A PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO <i>Deodato de Moraes.....</i>	382
TESE Nº 66 — O ENSINO DA GEOGRAFIA — NECESSIDADE DE UMA REFORMA DE PROGRAMAS E MÉTODOS <i>Renato Jardim.....</i>	388
TESE Nº 67 — O PROBLEMA DO ENSINO PELO ESTÍMULO DO TÍTULO ELEITORAL DIGNIFICADO <i>José Pereira de Macedo.....</i>	399
TESE Nº 68 — O CELIBATO PEDAGÓGICO FEMININO <i>Nestor Lima.....</i>	404
TESE Nº 69 — A UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA MORAL: A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO MELHOR MEIO DE NACIONALIZAR A INFÂNCIA <i>Roberto de Almeida Cunha.....</i>	407
TESE Nº 70 — SOBRE A NECESSIDADE DE PRESTAR ATENÇÃO, NA ESCOLA, À EDUCAÇÃO DO CARÁTER, ASSIM COMO AO CULTIVO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA <i>Maria Luisa da Motta Cunha Freire.....</i>	410
TESE Nº 71 — A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO <i>Ferreira da Rosa.....</i>	415
TESE Nº 72 — A EDUCAÇÃO MORAL DOS ESCOLARES COM BASE NO SENTIMENTO <i>J. A. de Mattos Pimenta.....</i>	419
TESE Nº 73 — FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO <i>Lúcia V. Dechandt.....</i>	425

TESE N <sup>o</sup> 74 — SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL <i>Celina Padilha</i> .....	428
TESE N <sup>o</sup> 75 — O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS — COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MI NISTRADA <i>Renato Kehl</i> .....	433
TESE N 78 — PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA <i>Meira de Angelis Nicolau</i> .....	437
TESE N <sup>o</sup> 79 — A ESCOLA REGIONAL DE MERITI—UMA TENTATIVA DE ESCOLA MODERNA <i>Armanda Álvaro Alberto</i> .....	446
TESE N <sup>a</sup> 80 — ASSISTÊNCIA MÉDICA À INFÂNCIA ESCOLAR — CA DERNETAS SANITÁRIAS <i>João Maurício Moniz de Aragão</i> .....	451
TESEN <sup>s</sup> 81 —COMO SE PODE FAZER A ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS ALUNOS POBRES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS <i>Leonel Gonzaga</i> .....	456
TESE N <sup>o</sup> 82—EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL <i>Álvaro Guimarães Filho</i> .....	464
TESE N 83 — CONTRIBUIÇÃO PARA A PROFILAXIA DO IMPALUDIS MO NO MEIO ESCOLAR <i>Carlos Mafra Pedroso</i> .....	470
TESE N <sup>o</sup> 84 — A HIGIENE NOS INTERNATOS: ESTUDO DAS CONDI ÇÕES SANITÁRIAS DOS INTERNATOS DE SÃO PAULO <i>Eurico Branco Ribeiro</i> .....	478
TESE N <sup>o</sup> 85 — A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES, EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA PREPARO PEDA GÓGICO <i>C. A. Barbosa de Oliveira</i> .....	519
TESE N <sup>o</sup> 86 — A UNIDADE DA PÁTRIA PELA CULTURA MORAL <i>Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque</i> .....	528
TESE N <sup>a</sup> 87 — O ENSINO DA MORAL E DO CIVISMO <i>Nelson Mendes</i> .....	532
TESE N <sup>o</sup> 88 — A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA O PREPARO PEDA GÓGICO <i>Antonia Ribeiro de Castro Lopes</i> .....	540

TESE Nº 89 — A EDUCAÇÃO MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA <i>Palmyra Bompeixe de Mello</i> .....	542
TESE Nº 90 — A MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA <i>Annette C. P Macedo</i> .....	545
TESE Nº 91 — EDUCAÇÃO POLÍTICA <i>Paulo Ottoni de Castro Maya</i> .....	548
TESE Nº 92 — A FÍSICA NO CURSO SECUNDÁRIO <i>Francisco Venâncio Filho</i> .....	557
TESE Nº 93 — CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO <i>Branca de Almeida Fialho</i> .....	564
TESE Nº 94 — O ENSINO DE HISTÓRIA NATURAL <i>Henrique Marques Lisboa</i> .....	570
TESE Nº 95 — A CONSCRIÇÃO ESCOLAR <i>Raul Gomes</i> .....	572
TESE Nº 96 — CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES À UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL <i>Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque</i> .....	586
TESE Nº 97 — PELA ESCOLA PRIMÁRIA <i>Gustavo Lessa</i> .....	590
TESE Nº 98 — A DIFUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL <i>Alfredo Parodi</i> .....	594
TESE Nº 99 — A ESCOLA E A FAMÍLIA <i>Deodato de Moraes</i> .....	607
TESE Nº 100 — A ESCOLA NOVA <i>Deodato de Moraes</i> .....	611
TESE Nº 101 — POLÍTICA AGROSSANITÁRIA COLONIZADORA E EDUCADORA <i>Belisario Penna</i> .....	622
TESE Nº 102 — QUAL O MELHOR PROCESSO PARA A EDUCAÇÃO DA MEMÓRIA? <i>Belisario Penna</i> .....	625
TESE Nº 103 — A UNIÃO E A EDUCAÇÃO NACIONAL <i>Mario Pinto Serva</i> .....	642
TESE Nº 107 — COMO COMBATER O ANALFABETISMO NO BRASIL <i>W. Muniz</i> .....	649

TESE Nº 112 — DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO MORAL NO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR <i>Raul Bittencourt</i> .....	654
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

#### **PARECERES SOBRE AS TESES NAO LOCALIZADAS**

PARECER DA TESE Nº 7 .....	<b>665</b>
PARECER DA TESE Nº 12 .....	666
PARECER DA TESE Nº 14 .....	668
PARECER DA TESE Nº 16 .....	668
PARECER DA TESE Nº 18 .....	669
PARECER DA TESE Nº 19 .....	<b>671</b>
PARECER DA TESE Nº 76.....	671
PARECER DA TESE Nº 77.....	672
PARECER DA TESE Nº 104 .....	672
PARECER DA TESE Nº 105.....	673
PARECER DA TESE Nº 108.....	673
PARECER DA TESE Nº 109 .....	674
PARECER DA TESE Nº 110.....	674
PARECER DA TESE Nº 111 .....	<b>674</b>

#### **ANEXOS**

MEMÓRIA FOTOGRÁFICA.....	679
A SESSÃO SOLENE DO ENCERRAMENTO .....	685
EXPOSIÇÃO SOBRE OS TRABALHOS E RESOLUÇÕES TOMADAS .....	687
UM REGISTRO DO EVENTO .....	691
"MENINOS, EU VI" .....	693

## APRESENTAÇÃO

A década de 20 foi extremamente rica para a Educação no Brasil. Assim como a Semana de Arte Moderna, em 1922, influencia, até hoje, toda a nossa produção cultural, os anos 20 fertilizaram o pensamento da Educação. A mobilização da sociedade e dos educadores não só manteve aceso o debate como impulsionou, em novembro de 1930, a criação do primeiro Ministério do setor, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Foi também em 22, ano do Centenário da Independência, que o Ministério da Justiça promoveu várias conferências nacionais sobre Educação. Em seguida, em 1923, advogados, médicos, engenheiros e educadores organizaram a Associação Brasileira de Educação, A.B.E. Esta organização da sociedade civil assume, nacionalmente, o estudo e encaminhamento das questões educacionais. Esta movimentação levou aos Estados "reformas" que, na verdade, significaram a estruturação de sistemas educacionais, antes inexistentes.

É neste contexto que, em dezembro de 1927, acontece, em Curitiba, a Primeira Conferência Nacional de Educação. Seu organizador, Lysímaco Ferreira da Costa, personifica o esforço e a decisão dos educadores e da sociedade civil, na busca da qualidade na Educação para inserção do Brasil no cenário mundial.

Este ano, em que se completam 70 anos de realização da Conferência, é especial para todos os que se dedicam a causa da Educação. A publicação deste documento histórico, com a reapresentação das 112 teses, não é apenas uma fonte ainda atual para pesquisa, mas, também, um modelo exemplar de organização da sociedade, em busca do legítimo direito por uma educação de qualidade.

Uma das organizadoras deste trabalho, Maria José Ferreira da Costa, tinha onze anos na época da I Conferência, mas acompanhou o evento com o pai, Lysímaco Ferreira da Costa, e a irmã, Esther Costa Figueiredo, que, mesmo muito jovem, apresentou tese durante a Conferência. Nossa homenagem especial é para esta família, esperando que este exemplo de dedicação reforce a mobilização em favor da Educação e inspire todos aqueles que acreditam na Educação como a fonte principal de crescimento das Nações.

*Paulo Renato Souza* Ministro da  
Educação e do Desporto

## ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Aos dezanove dias de dezembro de mil novecentos e vinte e sete, as vinte horas, no Teatro Guaíra desta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, compareceram os Exmos. Srs. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná; D. João Braga, Arcebispo Metropolitano de Curitiba; General Comandante da Terceira Região Militar; Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Desembargador Clotário Portugal, Secretário Geral do Estado; Dr. João Moreira Garcez, Prefeito Municipal de Curitiba; Dr. Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; corpo consular e demais autoridades civis, eclesiásticas e militares do estado, para assistirem a sessão de instalação da I Conferência Nacional de Educação. Achavam-se também presentes para mais de quatrocentos congressistas, de trezentos alunos da Escola Normal Secundária de Curitiba e cerca de duas mil pessoas, apresentando o Teatro Guaíra um aspecto imponente. O Sr. Dr. Barbosa de Oliveira deu a presidência da sessão ao Exmo. Sr. Dr. Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná. Tomaram parte na mesa altas autoridades e aos lados da mesa tomaram assento os digníssimos delegados representantes dos estados da Federação e de vários institutos de ensino. Aberta a sessão, foi cantado um hino, pelos alunos da Escola Normal, em homenagem ao septuagésimo quarto aniversário da emancipação política do Estado do Paraná. Em seguida foi dada a palavra ao senhor Lysimaco Ferreira da Costa (Inspetor Geral do Ensino do Paraná), que falou saudando os conferencistas e especialmente os digníssimos delegados dos estados, assegurando que o Estado do Paraná, ao menos, e os professores paranaenses levarão em toda a consideração os resultados finais ou conclusões do brilhante congresso, cujos trabalhos iam ter início. Falou em seguida o senhor professor Deodato de Moraes, digníssimo representante do Distrito Federal, que apresentou aos delegados da A.B.E, as suas felicitações pela brilhante iniciativa que ora se realizava, terminando a sua oração com votos de prosperidade ao maravilhoso Paraná e a grandeza da Pátria que tanto estremecemos. Pediu a palavra o professor Manoel Bergström Lourenço Filho, muito digno representante do Estado de São Paulo, e proferiu grandioso discurso, saudando os Congressistas -enaltecendo o valor do certame intelectual que a conferência iria realizar, especializando a tua saudação aos delegados dos estados em geral e depois do Paraná, terminando a sua brilhante oração: "São Paulo se revê, glorioso, naquele de seus irmãos que também pudera chamar de filho, e vibra em uníssono na sua alegria, sob o mesmo estrelado pavilhão, que todos defendemos, para maior prosperidade do Brasil". Falou ainda o Dr. Barbosa de Oliveira, que proferiu brilhante saudação aos congressistas, aos representantes dos estados e ao Estado do Paraná, especialmente pelo nobre acolhimento que o seu digno presidente, Dr. Munhoz da Rocha, dispensou a iniciativa da A.B.E.; propôs em seguida que fosse feita, por todos os presentes, uma saudação especial ao povo e ao Estado do Paraná, no que foi correspondido com os mais vibrantes aplausos. O orador agradeceu ainda a presença das autoridades a instalação da conferência e terminou pedindo ao Divino Mestre as suas luzes para as resoluções a serem tomadas neste certame. E o Exmo. Sr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado do Paraná, encerrando a sessão, agrade-



ceu, em eloqüente discurso, aos governos dos estados, aos delegados da A.B.E, e aos do governo da República, o seu precioso concurso a majestosa obra do fortalecimento da unidade nacional pela educação do povo. S. Exa. foi calorosamente aplaudido pela vasta assembléia, que enchia totalmente o Teatro Guaíra, pela sua patriótica oração. Em seguida, foi convocada a primeira sessão plena para o dia seguinte, as dez horas da manhã, no Palácio do Congresso. Em tempo se declarou que o professor Deodato de Moraes, com delegação expressa do Governo e da Diretoria Geral da Instrução Pública da capital federal, congratulou-se com o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado do Paraná, pela sua emancipação política que então se comemorava, bem assim pelo apoio que soube dar a realização da I Conferência Nacional de Educação em Curitiba, apoio esse que reverterá, sem dúvida, em maiores menses para a educação do povo paranaense e subsequente grandeza do Brasil. *Eu, Lysimaco Ferreira da Costa*, secretário, lavrei esta ata. (Aprovada na terceira sessão ordinária, realizada em vinte e um de dezembro de mil, novecentos e vinte e sete, as dezesseis horas. *C. A. Barbosa de Oliveira*, presidente).

#### DELEGADOS DOS ESTADOS

Amazonas — *Altamirano Nunes Pereira*

Pará — *Oswaldo Orico*

Maranhão — *Luis César*

Piauí — *João de Oliveira Franco*

Ceará — *Antônio Moreira de Souza Filho*

Rio Grande do Norte — *Nestor Lima*

Bahia — *Jayme Junqueira Ayres*

Espírito Santo — *Ubaldo Ramalhete Maia*

Rio de Janeiro — *Paula Achilles e Leoni Kasef*

Distrito Federal — *Pedro Deodato Moraes*

São Paulo — *Lourenço Filho*

Paraná — *Lysimaco Ferreira da Costa*

Santa Catarina — *Orestes Guimarães*

Rio Grande do Sul — *Raul Bittencourt*

Goiás — *Abacílio Reis*

Mato Grosso — *Frederico G. Cartens*

Pernambuco — *Oswaldo Orico*

Alagoas — *Renato de Alencar*

## SESSÃO PREPARATÓRIA

### DA SESSÃO PREPARATÓRIA

Conforme noticiamos, realizou-se ontem a sessão preparatória da I Conferência Nacional de Educação, no Teatro Guaíra, tendo comparecido 300 congressistas.

Dirigiu os trabalhos Manoel B. Vieira Cavalcanti, presidente do Superior Tribunal de Justiça, constituindo-se a mesa por Alcides Munhoz, secretário geral de estado; Carlos A. Barbosa de Oliveira, representante do senhor ministro da Agricultura; Lysimaco Ferreira da Costa, inspetor geral do ensino; Belisario Penna; Victor Lacombe, secretário da Associação Brasileira de Educação; Plínio Tourinho, diretor da Faculdade de Engenharia; Victor do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina; delegados dos estados e membros da Comissão Executiva.

Os trabalhos correram com o maior entusiasmo, sendo eleitos os membros da mesa, os presidentes de comissões e os relatores.

### COMISSÕES

#### **Ensino Primário — 1ª Comissão**

Deodato de Moraes (presidente), Oswaldo Orico (relator), Maria da Luz Cordeiro, Noemia L. Santos, Sara Pessoa, Raymundo M. Almeida, Amarylio de Oliveira e Nilo Brandão.

#### **Ensino Primário — 2ª Comissão**

Orestes Guimarães (presidente), Nelson E. Mendes (relator), Raul Gomes, Alda Silva, Dalila Valério, Donatilla Caron dos Anjos, Antônio Tupy Pinheiro, Celina Padilha, Anette C. P. Macedo e Aline Bessa do Amaral.

#### **Ensino Secundário**

Renato Jardim (presidente), Roberto Emilio Mongruel (relator), Lindolpho Xavier, Luiz L. A. César, João de Oliveira Franco, Manoel Gonzalez, Maria de Lourdes Lima, Nahir Loyola Santos, Sylvia Câmara, Algacyr Munhoz Mader, Luiz L. de Oliveria Franco e Pereira de Macedo

#### **Teses Gerais — Iª Comissão**

Raul Bittencourt (presidente), Nicolau Meira de Angelis (relator), Jayme Junqueira Ayres, Nicephoro Modesto Falarz, Paula Achilles, Renato Jardim e Acrisio Carvalho de Oliveira.

### **Teses Gerais — 2<sup>o</sup> Comissão**

Renato Alencar (presidente), Altamirano Nunes Pereira (relator), Francisco R. de Azevedo Macedo, Antônio A. Barboza de Oliveira, José de Sá Nunes, Hugo de Matos Moura, Francisco Benedetti, Joaquim Meneleu de Almeida Torres, Sebastião Paraná e Antônio Beira Fontoura.

### **Teses Gerais — 3<sup>a</sup> Comissão**

Leoni Kaseff (presidente), Lourenço Filho (relator), Nestor Lima, A. C. Barboza de Oliveira, Lysimaco Ferreira da Costa, Belisario Penna, Jeronymo Mazzarotto e Joao de Oliveira Franco.

### **Educação Higiênica**

Belisario Penna (presidente), Luiz Medeiros (relator), Decio Lyra da Silva, Olga Balster, Myrian de França Souza, Maria Bassan Buzato, Joao Mauricio Muniz de Aragao, Lourenço Filho, Carlos Mafra Pedroso, Itacelina Bittencourt e Milton Carneiro.

### **Ensino Superior**

Ubaldo Ramallete Maia (presidente), João Macedo Filho (relator), Pamphilo d' Assumpção, Antônio Moreira de Souza Filho, Plinio Alves Monteiro Tourinho, Octavio Silveira, Adriano Gustavo Goulin, Antônio Silveira e Abacilio Fulgêncio dos Reis.

Primeira Conferencia Nacional de  
Educação  
Sessão pleneária 1<sup>na</sup> dia 20  
de Dezembro de 1937 - às 10 horas -  
Palacio Congresso.

- 1 Nestor dos Santos Lima, delegado do Est.  
do Rio G. do Norte e das Associações  
de Professores.
- 2 Alberto Camathello, Delegado do governo do Estado de S. Paulo
- 3 Pereira Jordani - S. Paulo
- 4 P. Manuel Ruzales, Sub Director do Instituto do Químico Paul.
- 5 Ministro da Instrução Pública do Brasil
- 6 Maurício Vives Pereira, Delegado de Amazonas.
- 7 Edvaldo Soares Neto, Delegado do Estado de Amazonas
- 8 João Maurício Romij de Aguiar do A. B. Educação
- 9 Lourenço, fil. Delegado de São Paulo, da  
Comissão de Educação, de Trabalho e de  
Liga Paulista de Higiene Mental
- 10 Belizário Gomes, de Ass. Brasileira de Educação.
- 11 Quatrozeiros, delegado do Estado de Minas
- 12 Pedro Paulo Nave de Azevedo, do A. B. de Educ.
- 13 João Brazil Silveira Jr., do Instituto Nacional  
de Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro
- 14 Joaquim de Azevedo, Deleg. do Mato Grosso
- 15 Antônio de Azevedo, Deleg. do Estado de Goiás
- 16 D. L. G. da Silva, do A. B. de Educação
- 17 Luiz L. Q. Lucas - Delegado do Estado de S. Paulo
- 18 José Guabysa Affonso de Brito, por Fernando Luis Borin.
- 19 P. Duarte Moraes, delegado do Distrito Federal
- 20 Paul B. H. H. H.
- 21 J. M. H. H.

*[Handwritten signature]*

- 22 Miradolpho Xavier - Rio de Janeiro
- 23 Vieta Jacolino da Costa
- 24 Joaze Maria Loureiro
- 25 João B. de Souza Vellozo
- 26 Antonia Loba Silva
- 27 Eugenio Arthur da
- 28 Galvão & Rodrigues
- 29 Guilherme
- 30 Segismundo de Brito Netto
- 31 João Oliveira Gomes
- 32 Flavio de Freitas do Nascimento
- 33 Lincoln Machado
- 34 Juliana Ramos de Almeida
- 35 Miradolpho Ayres
- 36 Jon' Cyffina - Machado
- 37 Francisco Ogg
- 38 Francisco de Souza
- 39 Dr. Alberto Carneiro
- 40 Isidoro de Faria
- 41 Alão Roth
- 42 Leonardo Sabata
- 43 Oswaldo Bitencourt
- 44 Cyrtano de Macedo
- 45 João de Souza
- 46 João Dias da Costa
- 47 Leopoldo de Souza
- 48 Fernando de Souza
- 49 Alcides de Souza
- 50 Dr. Francisco de Souza
- 51 Dr. Augusto de Souza
- 52 Oswaldo de Souza
- 53 João Soares da Costa
- 54 Jon' Modurira

- 55 Agostinho ~~Ernesto~~ ~~Flora~~ ~~Ernesto~~
- 56 Leonidas Ferreira da Costa.
- 57 Euidyze F. da Costa
- 58 Cornelio Rocha
- 59 ~~comi~~
- 60 - Guilherme Butler
- 61 Arthur ~~Almeida~~
- 62 - August ~~Ernesto~~ ~~Pelot~~
- 63 - H. N. Thier
- 64 - ~~João~~ ~~de~~ ~~Silva~~
- 65 - Zacharias ~~de~~ ~~Souza~~
- 66 - ~~Albino~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ "Sidus de Tach"
- 67 Levy ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 68 ~~João~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 69 - Dagoberto ~~de~~ ~~Almeida~~
- 70 - Maria ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 71 Jesueta S. Ramos.
- 72 ~~Emilia~~ ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 73 ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- ~~74 ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~~~
- 74 João ~~de~~ ~~Almeida~~
- 75 Romário ~~de~~ ~~Almeida~~
- 76 ~~João~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 77 ~~João~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 78 Euthalia de Macedo Cortes
- 79 Olga " " " " "
- 80 Celina Bessa
- 81 Mathilde Santos
- 82 Theresia Nicolas
- 83 Edgard ~~de~~ ~~Almeida~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
- 84 Paulina ~~de~~ ~~Almeida~~
- 85 Olga ~~de~~ ~~Almeida~~
- Maria ~~de~~ ~~Almeida~~

- 87 Adolphina Borba  
 88 Carmen Lima  
 89 Nathalia Jaekar  
 90 Freddy Awaiv  
 91 Elida de Oliveira  
 92 ~~Wesley B. Lima~~  
 93 Mônica Clara Fundade  
 94 Marina Terakura  
 95 Santa Cruz dos Santos  
 96 Maria José Costa  
 97 Noemia Rebelo Vieira  
 98 Joana Talle de Sales  
 99 Maria da Luz Chaves  
 100 Marianna Garcia Duarte  
 101 Andriana Tentes  
 102 Maria José Pinheiro Pedrosa  
 103 Nathalia Zacarim  
 104 Jandira V de Castro  
 105 Alda Villanova Artigas  
 106 Nymphea Rocha Toplow  
 107 Noemia Maria da Rocha  
 108 Traide Garcez  
 109 Vicentina Brito  
 110 Santa Cruz  
 111 Angela Terrari Leaper  
 112 Julia Amaral de Sena  
 113 Maria Bassan Buzatto  
 114 Ana Balster  
 115 Silvia Machado  
 116 Otávio Cordeiro  
 117 Helena Lourenço  
 118 Sarah M. Busse  
 119 Jospha Cordeiro

- 120 Corinto Valerio  
 121 Anna Ferreira  
 122 Amary J. Couço  
 123 Mair Colho  
 124 Irmã C. Gonsalves  
 125 Jeronym M. Lemos  
 21 Irmã Luísa Ant. Avelar  
~~127~~ Irmã S. de Oliveira  
 128 Hilda Correia  
 129 S. Jac. Pombal  
 130 Rosa Lemig Saporski  
 131 Maria Lemig Mello  
 132 Alice Hamel de Oliveira,  
 133 ~~Verónica~~  
 134 Irmã Albertina Guimarães  
 135 Leonilda de Matos Ferreira  
 136 Marietta P. da Silva  
 137 ~~Corinto Valerio~~  
 138 Julietta de M. Ramos  
 139 Flávia Motta  
 140 Mercedes Braga  
 141 Carmen Braga  
 142 Dalila Valério  
 143 Maria de Lourdes M. Loyola  
 144 Gervina Correia Pasheco  
 155 Maria Joanna Correia  
 146 Sylvia Esmanhoto  
 147 Olga Graleski  
 148 Annita Albach  
 149 Rosa A. M. Costa  
 150 Margarida Kischner  
 151 Helena B. Pennach  
 152 Alda Silva



- 153 Israel L. Santos Souza
- 154 Hana R. Wokopjak.
- 155 Camy C. Araujo
- 156 Candida Neves de Almeida
- 157 Maria Clara P. Martins
- 158 Nair Santos
- 159 Liva Della Bianca.
- 160 Gabriela Zanillo
- 161 Emelia Vianna
- 162 Ernestina Malta Pilotti
- 163 Neyriam de F. Sousa
- 164 Lucia V. Deschandt.
- 165 Celina Barbosa
- 166 Imatny Romero de Jacia
- 167 Helena Vianna Lundin
- 168 Reynalda F. Pasotto
- 169 Eugenia Boamonte
- 170 Dalls Fakio.
- 171 Allyria Bastos.
- 172 K. Estrella de Carvalho
- 173 Zanettusky Fandali
- 174 Adolpho Briz.
- 175 ~~Mecista Pittelli~~
- 176 Alegaria de Almeida
- 177 Deyatella Cayou dos Santos.
- 178 ~~Lysiuaco Floresta~~
- 179 Maria da Luz C. Xavier
- 180 ~~Alvaro de A. P. de A.~~
- 181 ~~Antônio Augusto de A.~~
- 182 ~~Priscilla de A.~~
- 183 ~~Almeida~~
- 184 ~~Edmundo Murer Jr.~~
- 185 ~~João Riquelme~~

- 186 Nicéphore M. Falauz  
 187 N. Meira de Angelis  
 188 Estevam J. Coimbra  
 189 Paulo José Carneiro de Souza  
 190 Orlinda de Miranda Brito  
 191 Raymundo Almeida Filho  
 192 Vivany Rocha  
 193 Amélia Franca Gomes  
 194 Leonor Gonçalves de Castro  
 195 Maria José Costa  
 196 João J. da Costa  
 197 Isabel Costa  
 198 Juliana Pêlo  
 199 Nemia Bentone V. de Castro  
 200 Emma Biva  
 201 Almorinda Assumpção Hyda  
 202 Rose Carvalho  
 203 Palmira Mello  
 204 Albina de S. Vidal  
 205 Joannita Bennett  
 206 José de Sá Nunes.  
 207 Maria de Lourdes Lamas.  
 208 Sylvia Camargo  
 209 ~~Silvia Camargo~~  
 210 Annette G. Mauds  
 211 Maria da Luz Moura Picango  
 212 ~~Octavio Moura~~  
 213 Octavio Moura  
 214 Lucia ~~Richard~~  
 215 Alice  
 216 Tracy Capella  
 217 Adelde Mattawa Villa.  
 218 Theresia Lopes Garnett

**TESES  
APRESENTADAS**

## POR QUE SE IMPÕE A PRIMAZIA DA EDUCAÇÃO HIGIÊNICA ESCOLAR

Belisario Penna  
Associação Brasileira de Educação

**E**fato fora de discussão, constituindo verdade axiomática, que a saúde, isto é, a normalidade fisiológica da vida, é condição imprescindível de eficiência, de aperfeiçoamento incessante e de rendimento útil de qualquer ser organizado — vegetal, animal ou o homem.

Por isso, este, que é o único servido de psiquismo superior, submete plantas e animais a processos de cultura e criação, tendentes todos ao melhoramento incessante e ao máximo rendimento em produção, por medidas de seleção, de adaptação, de higiene e de profilaxia, que apuram as espécies e reforçam-lhes a vitalidade.

A passividade das plantas e a ausência de psiquismo nos animais facilitam ao homem a tarefa de os submeter a sua vontade raciocinante e manejá-los ao sabor das suas conveniências.

Isso que se pratica com plantas e animais é quase completamente descuidado entre os homens no Brasil, onde são impressionantes o descaso pelas leis imutáveis e inflexíveis da biologia humana, a ignorância de rudimentares preceitos de higiene e profilaxia e o desconhecimento de simples noções de eugenia e de medicina social, não apenas entre as classes incultas ou pouco cultas, que constituem mais de 8/10 da população, como entre as cultas, inclusive, na sua maioria, a incumbida da instrução primária, limitada, de regra, a superficial ensino literário.

Daí o constituir, entre nós, raríssima exceção quem procura realizar a tríplice finalidade biológica do homem, constituindo em: 1) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a própria vida; 2) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da família e da sociedade; 3) entreter, defender e melhorar, incessantemente, a vida da espécie.

O simples enunciado desta tríplice finalidade biológica do homem basta para revelar o nosso descaso por ela, de que resulta a dolorosa condição de vida do povo brasileiro, e fazer ressaltar a importância capital da educação higiênica e eugênica popular, começada desde a escola primária, a fim de, por esse ensino fundamental, formarmos a "consciência sanitária nacional", isto é, um estado de espírito coletivo consciente, convencido e firme, sobre a importância dos problemas higiênicos e eugênicos na vida do indivíduo e da sociedade.

Os três aspectos da finalidade biológica do homem se entrelaçam de tal forma que não se podem desligar sem o distúrbio ou a ruína do organismo social. Não basta que alguns indivíduos defendam e melhorem a própria vida; será insignificante ou nulo o resultado, se não promoverem a defesa e melhoramento incessante da vida, da sociedade e da espécie.

Para isso, toma-se indispensável criar a consciência sanitária pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no espírito de toda a gente o valor inestimável — econômico, ético, moral e social — da normalidade biológica resultante da saúde, conquistada pela obediência as leis inflexíveis da biologia, pela execução de medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, e pelo conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais, agentes todo-poderosos da vida: a terra, o ar, a água e o sol.

Quantos brasileiros praticam estas virtudes e cumprem a finalidade biológica no seu tríplice aspecto de defesa e melhoramento incessante da própria vida, da sociedade e da espécie? De tão mínima, a fração é desprezível. Quantos saberão defender e melhorar a própria vida? Nem 10%.

Se mais de 90% dos brasileiros não sabem ou não têm suficientemente educadas a inteligência e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida, é evidente que não contribuem para a defesa e melhoramento da vida da família, da sociedade e da espécie. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e taras patológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família, da sociedade e da espécie.

Dos poucos brasileiros que sabem defender e melhorar a própria vida, insignificante fração preocupa-se com a defesa e melhoramento da sociedade, contando-se pelos dedos os que cogitam do aperfeiçoamento da espécie.

Precisamos sair urgentemente da deprimente situação em que se encontra o Brasil, cuja população, em esmagadora maioria, realiza apenas, em péssimas condições, não a finalidade biofísica do homem, mas a instintiva dos irracionais, que consiste na materialidade da conservação do indivíduo, pela nutrição, e de perpetuação da espécie, pela reprodução.

Para isso, dispõem eles do instinto, faculdade que lhes é inata, tanto mais precoce quanto mais baixos na escala zoológica, o qual independe de imitação, de exemplos e de educação. Exclusivamente pelo instinto orientam-se os irracionais, que não inventam, não idealizam, nada modificam na sua vida. Não assim o homem, desprovido de instinto, substituído nele pelo psiquismo, função espiritual de evolução lenta, que se desenvolve com o crescimento, pelo exemplo, pela imitação e pela educação, demandando cuidados especiais.

O instinto dos irracionais varia com as espécies, mas é inatamente o mesmo em cada espécie. O psiquismo do homem, ao contrário, varia consideravelmente, na dependência imediata do meio físico, do exemplo, da imitação, da hereditariedade, da educação, do estado normal ou anormal das funções orgânicas. Por isso é que, sendo uma só espécie humana, tanto varia a psicologia dos povos; num mesmo povo, a dos habitantes, conforme as regiões; numa mesma cidade, a das famílias.

A igualdade de idioma, de crenças, a uniformidade de leis e a educação, sobretudo a primária, quando visa a saúde organopsíquica e a unidade nacional, é que constituem os elos de

aspirações comuns, para as quais convergem todos os espíritos, formando uma mentalidade coletiva e criando a consciência nacional.

Esta, porém, só se firma nos povos em que predomina a normalidade biopsíquica, de que resulta o trabalho inteligente e produtivo, deste o bem-estar geral, a solidariedade e a moralidade. E o sã psiquismo depende intimamente da saúde física ou normalidade orgânica, de onde a sã sentença "mens sana in corpore sano". E o psiquismo é a razão de ser da vida humana; sem o psiquismo o homem não existe, embora vivo. Ele tem vida, mas não tem alma.

O psiquismo entre os povos castigados pela doença, pela ignorância e pelos vícios pouco mais é, em geral, do que o instinto dos irracionais, disso resultando uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem crenças, sem ideais, sem rumo e sem capacidade para criar a consciência nacional.

Quem percorre o território brasileiro e observa a apavorante condição patológica do povo, com a mentalidade envolta nas trevas da ignorância e do vício alcoólico, quem atenta a anarquia mental das classes dirigentes chega fatalmente a conclusão de que o trabalho improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira e, pior ainda, a do caráter são conseqüências inevitáveis da doença multiforme e generalizada, da ignorância e do vício do povo, inapto para cumprir a finalidade biológica do homem, para constituir uma mentalidade equilibrada e firmar a consciência nacional.

Desconhecendo ou desprezando as leis inflexíveis da biologia humana, as conquistas da higiene, da eugenia e da medicina social, despendendo o mínimo esforço de operosidade, o Brasil tem evoluído patologicamente sob o domínio de interesses ocasionais, quase sempre inconfessáveis, dos seus dirigentes, ofuscados pela pujança da natureza e suas possibilidades latentes.

Fiados exclusivamente nisso, sem cuidar da vitalidade e da educação do povo para poder vencer a rudeza e a própria grandiosidade da natureza, desprezaram a terra e o homem rural e aventuraram-se loucamente numa política de urbanismo e de industrialismo extemporâneo, de repetidos, vultosos e onerosíssimos empréstimos, de emissões sem conta nem medida, até afundar o país num sorvedouro de misérias físicas e morais.

São verdades duras que precisam ser expostas sem reбуços, para que mudemos de rumo, orientando a política para a valorização do homem, pela educação somatopsíquica, e a da terra, pelo saneamento e pelo seu retalhamento em colônias saneadas, fazendo da saúde um culto religioso, para que possam as novas gerações guiar o carro da Nação por uma estrada plana e suave de civilização, conquistada pelo trabalho livre e vitalizador de um povo dignificado pela saúde, apto para realizar a sua tríplice finalidade biológica e firmar solidamente a consciência nacional.

Daí a necessidade dos conhecimentos biológicos do mecanismo humano, do seu funcionamento e resistência, dos meios de conservação, defesa e melhoramento incessante, para obter, sem fadiga, o máximo rendimento útil em trabalho mecânico e em energia psíquica; do modo de evoluir e reproduzir-se eugenicamente; do estudo psicológico das aptidões, a fim de

orientar cada qual no meio de vida com o qual possa obter o máximo rendimento individual e de benefícios a comunidade; e dos conhecimentos cívico-sociais que a nenhum homem cabe desconhecer, como membro que é da coletividade, para cujo aperfeiçoamento deve contribuir conscientemente.

Com perfeito fundamento científico afirma Luis Huerta, notável eugenista espanhol: "A vida política, a econômica, a jurídica, a escolar e a familiar têm todas que evoluir no sentido biológico. O problema humano é um problema de higiene, resolvido o qual, desaparecerão as causas da miséria humana".

A missão da educação moderna é mais biopsicossocial do que literária, consistindo no respeito as leis inflexíveis da biologia humana, pela prática dos preceitos da higiene e da eugenia, para que saibam e possam todos cumprir a finalidade biológica do homem, de que resultam: os deveres individuais, isto é, o interesse pelo próprio desenvolvimento e melhoramento físico-psíquico, para maior eficiência da sua função no organismo social; os deveres interindividuais, consistindo no respeito a vida e a saúde dos outros homens, de que resultam o altruísmo, a bondade, a cooperação, a solidariedade e a assistência; os deveres do indivíduo em relação com a espécie, ou moral familiar, com a constituição eugênica da família, pela preparação do casamento, tendo em vista uma prole melhorada e perfeita criação e educação dos filhos; finalmente, os deveres sociais, nos quais se incluem a assistência social aos sãos e aos doentes, os deveres para com a pátria e a defesa contra os criminosos, os associativos e os anti-sociais.

A inobservância desses deveres é que acarreta males profundos e graves perigos para os povos que os esquecem ou desprezam. São eles: a indolência, a doença, o descaso pela higiene física, mental e moral, as intoxicações eufóricas voluntárias, o suicídio, os atentados contra os bens e os direitos do próximo, o homicídio, o egoísmo, a falsa concepção do casamento, a degeneração da raça, o luxo, a concupiscência, a prostituição, o jogo, a imoralidade, o latrocínio, a mortalidade infantil, a irreligiosidade, o antipatriotismo, a corrupção, o suborno, a tirania, o pavor a liberdade e a verdade e o domínio da força sobre a justiça e o direito.

A educação moderna, orientada no sentido biopsíquico da espécie, deve primar pelo exemplo dos mestres e pelo fortalecimento da vontade, porque os hábitos se adquirem e se modificam pela ação do exemplo, da imitação e de uma vontade educada. E os hábitos exercem decisiva influência sobre o organismo e sua resistência, dando-nos a saúde e a alegria ou a vida amargurada por distúrbios funcionais, com decadência do organismo, solapado por lesões viscerais, por doenças transmissíveis crônicas, que sacrificam a família e a sociedade.

Cabe-nos em grande escala, por imprudência, por imprevidência ou por inexistência de consciência sanitária, a responsabilidade do estado precário de saúde dos nossos descendentes, sendo nós mesmos os promotores da multiplicidade e difusão das doenças e da conseqüente miséria econômica das classes de trabalho e da anarquia mental das classes dirigentes, inaptas quase todas para exercer a sua finalidade biológica.

É indispensável aprendermos e nos compenetrarmos de que cada um de nós é não só membro da família como da raça e da humanidade, que herda dos progenitores e ascendentes

qualidades e defeitos e transmite aos descendentes a herança melhorada ou piorada; de que, ao nascer, o homem tem o que lhe dão e, ao reproduzir-se, transmite o que herdou ou adquiriu; de que está no seu poder e vontade apurar as qualidades, corrigir ou eliminar os defeitos e praticar o conselho de Nietzsche, de não se reproduzir somente, mas de superar-se no produto, servindo-se de jardim do matrimônio com a vontade firme de criar filhos e que estes sejam melhores do que os que os geraram.

#### CONCLUSÕES

A saúde é condição imprescindível de eficiência, de aperfeiçoamento e de rendimento útil de qualquer ser organizado.

A imensa maioria da população brasileira desconhece rudimentos de biologia e de higiene; vegeta, por isso, em apavorante estado patológico e de miséria, sem capacidade para exercer a finalidade biopsíquica do homem, de defesa e melhoramento incessante da vida individual, da família, da sociedade e da espécie, limitando-se a realizar, em péssimas condições, a finalidade bioinstintiva dos irracionais, reduzida a conservação do indivíduo, pela nutrição, e a perpetuação da espécie, pela reprodução. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e de taras patológicas é de contínua e progressiva degeneração da raça e da espécie. Dessa incapacidade biopsíquica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira, a do caráter das elites e uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional.

Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos da higiene e da eugenia, como indispensáveis a prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie

## TESE N 2

### ENSINO DA LEITURA INICIAL PELO MÉTODO DE PALAVRAS GERADORAS

**Antônio Tupy Pinheiro**

Escola Normal de Paranaguá, PR

**P**ermitti, ilustrados membros da mesa da I Conferência Nacional de Educação, que vos apresente este modesto trabalho, que me encorajei a elaborar como preito de minha firme admiração ao que se vem realizando em prol do ensino popular da nossa querida pátria.



Aceitai-o, pois, como sincero e humilde testemunho de minha boa vontade por esse ideal.

Oxalá seja ele de utilidade a infância querida.

#### NOTAS GERAIS

A vida social é tão complexa e encerra fatos múltiplos tão extensos e intensos que se toma impossível o conseguimento perfeito da felicidade.

Sem dúvida, a educação popular, que há muitos séculos preocupa a atenção da humanidade, tem tido sua evolução ascensional, mas nem por isso deixam de nela existir lacunas, já em seus princípios e fundamentos, já as vezes em casos elementares.

Alguns estados do nosso querido país têm realizado, satisfatoriamente, a obra da educação e instrução, mas não deixamos de reconhecer a existência de falhas, talvez não corrigidas por força de circunstâncias ocasionais.

Pensamos que, para o bem regularizado aparelhamento do ensino nacional e para existir unidade de pensamento em matéria de educação popular, a União deverá tomar a seu cargo a sua administração e técnica, cabendo aos estados os gastos com material didático, prédios escolares e assistência completa aos alunos pobres.

Há necessidade ainda da fundação de escolas normais nos estados, de escolas que se moldem sob o mesmo plano técnico, para formação profissional homogênea de professores. A frequência obrigatória é outra medida de grande alcance, talvez a única base firme da eficiência do ensino.

Por toda a extensão de nosso país encontram-se escolas com professores sem preparo e mal remunerados, professores que ensinam errado e derruem aptidões, prejudicando o futuro da raça.

Antes, pois, de qualquer reforma, preparem-se bons elementos.

É encarado com interesse, em nosso país, o problema da alfabetização. Como causa principal da nossa carência cívica e conseqüente falta de progresso (o que não existe), dizem: o Brasil é um país de 80% de analfabetos. Deixemos de programas complexos e façamos surgir, como por encanto, milhares de escolas nas cidades, nas vilas, nos povoados e nos sertões. Distribuam-se livros, papel e tinta, o tanto necessário para maior grandeza da Pátria. Para ensinar a ler e a escrever não se faz necessário o pedagogo.

Todos os brasileiros que sabem ler e escrever poderão ser mestres dessa infância jogada ao azar, e mestres de valor.

Não há dúvida de que estaria assim resolvido um dos passos iniciais da grande causa.

Porém, a essas assertivas cheias de fé poderemos opugnarcom as seguintes objeções:

a) A missão educativa do lar e da escola acaba após o ensinar a ler e a escrever?

b) A instrução que se restringe a ensinar a ler e escrever fará a felicidade de um povo que não recebeu os eflúvios de uma educação integral?

c) O cidadão que tão-somente sabe ler e escrever será capaz de realizar a sua felicidade, concorrendo para o bem social?

Pensamos, baseados em elementares princípios de educação, que não, pois o dever da escola é o de dar assistência educativa completa aos filhos do País, e só se poderá obtê-la dentro de programas racionalmente elaborados, com o cumprimento dos seus dispositivos por professores técnica e moralmente preparados, capazes de compreender a responsabilidade que assumem.

O cidadão que aprende a ler e a escrever por processos de ensino atrofiadores de suas aptidões não pode distinguir o erro da verdade, o vício da virtude, em suma, o amor do desamor, direitos seus para com a família e a Pátria.

Se se entregam textos pedagógicos de história pátria na mão insensível de professores sem diretrizes pedagógicas, teremos, em regra geral, como resultado, o erro, porque é bem difícil, nesta circunstância, fazer a apreciação de fatos históricos para formação do civismo.

Jamais deixaremos de reconhecer patriotismo no brasileiro, mas faltará a este professor a competência profissional capaz de fazer frutificar os embriões de amor dos pequenos escolares. Estamos de acordo, em casos especiais, com William James, quando disse: "O melhor educador pode ser medíocre colaborador no estudo da criança, e o mais hábil psicólogo, um relíssimo educador". Um programa assim, de combate ao analfabetismo, dá, por certo, um passo a vanguarda gloriosa, mas deixa de lado a sagrada causa: a educação física, com especialidade a higiene, base da felicidade, e a educação moral e cívica.

Lembremo-nos sempre que a saúde pública é o esteio mais seguro da nacionalidade. É complexo, não há dúvida, o problema educativo. As questões mais elementares exigem observação e estudo.

Não posso compreender, pois — e de acordo com os melhores autores —, qualquer conhecimento instrutivo que se deseja transmitir as crianças deverá ser educativo. De modo contrário é desejar um país de alfabetizados sem cultura física, moral e intelectual.

Disse Gustavo Le Bon: "A educação é a base fundamental de todas as reformas". Montessori quero estudo metódico da criança, conseguido sob o guia da Antropologia Pedagógica e da Psicologia Experimental.

A corroboração dos fatos evidencia a necessidade da educação dos sentidos antes da transmissão de conhecimentos instrutivos, haja vista a facilidade de compreensão com que se apresentam as crianças, no curso primário, depois de cursarem o jardim da infância, cuja principal finalidade é o desenvolvimento dos sentidos.

Faça-se a experiência entre uma criança que frequenta o jardim e uma outra que vem do lar, e notar-se-á a grande superioridade daquela sobre esta.

Michelet dizia: "Antes de ensinar a criança a ler é preciso ensiná-la a ver".

Há necessidade, antes de qualquer transmissão de conhecimento, de se harmonizar o trabalho dos sentidos.

Na fase inicial do ensino da leitura, em palestras entre a professora e os alunos, merecem ser notados os defeitos de voz, dicção, timbre, ritmo, lentidão ou pressa, gagueira, substituição de um som por outro, etc.

Bem me pareceu, pelas razões expostas, sugerir idéias relativas ao ensino da leitura inicial.

Pela sistematização desse plano, penso que dentro de pouco tempo serão alfabetizados por esse meio numerosos patrícios nossos.

O Estado do Paraná tem conseguido, neste sentido, notável conquista, e para final realização é mister aumentar o número de escolas, questão de real interesse de que não se tem descuidado o governo.

#### DO ENSINO DA LEITURA INICIAL

O método analítico de sentenças teve como seu criador o pedagogo Jacotot. É bem sabido que este método sofreu grandes transformações, em virtude das suas desvantagens.

Jacotot teve como base o seguinte lema: "O todo está no todo". Mas esqueceu o pedagogo francês de que uma sentença é quase sempre um todo complexo para intelectos ainda não desenvolvidos.

Apesar das grandes reformas por que passou o método, pelas suas dificuldades, principalmente devido a falta de ilustrações correspondentes a uma graduação técnica de sentenças, não revelava ele uma série de sentenças com modificações leves na forma e nos sons dos seus elementos. Acresce ainda que nas sentenças havia termos de difícil intuição, o que caracteriza o erro pedagógico. Mais tarde escolaheram-se sentenças bem curtas, o que também não logrou feliz sucesso, muito embora fosse um grande melhoramento.

Com este ensaio, sugeriu-se o plano da organização do método de palavras, chamado também método natural e método de palavras geradoras, sendo analítico-sintético, o que é mais racional, pois o espírito humano conquista o saber analisando e sintetizando ao mesmo tempo.

Não há dúvida de que o projeto de Jacotot muito melhorou, pois baniram-se os métodos sintéticos da moderna escola, cuja base repousava numa das máximas de um importante princípio *do Decálogo Didático*: "primeiro a análise, depois a síntese".

Houve tempo em que se organizou uma historieta, com diversas sentenças graduadas e elaboradas através da palestra entre a professora e os alunos, sobre determinadas ilustrações gráficas. Penso que os processadores dessa ampliação aumentaram-lhe as dificuldades, pois formavam um todo mais amplo do que a sentença.

Exemplo: (*Da Cartilha Analítico-Sintética*, de M. de Oliveira).

Laurita tem um gatinho branco.  
O gatinho de Laurita chama-se Neve.  
Neve é um gatinho travesso.  
Ele quer brincar com a bola.  
A bola de Laurita é vermelha.

Vocês estão vendo o que faz o gatinho? O gatinho quer brincar com a bola. Ele deu um tapinha na bola. Você quer brincar com a bola, Neve?

A criança fará excessivo esforço para assimilar a forma e os elementos de todas as sentenças quase de uma só vez, o que contraria um dos princípios da Didática: "uma só dificuldade é bastante para a criança". Depois terá de analisar as partes e os seus elementos, que serão em grande número, e enorme será a dificuldade.

De um modo mais claro:

- 1) leitura da 1ª sentença;
- 2) leitura da mesma sentença do fim para o começo;
- 3) leitura pelo mesmo processo das demais sentenças;
- 4) leitura das sentenças de baixo para cima;
- 5) leitura das sentenças salteadamente;
- 6) análise de cada sentença em suas partes e em seus elementos.

Após este trabalho, serão formadas novas palavras e sentenças. O ensino da leitura e da escrita deve ser simultâneo e difícil por este processo.

Mesmo a concretização das sentenças será incompleta, o que dificultará a marcha do ensino. Os termos brincar, quer, chama-se, faz, etc, não têm ilustrações naturais correspondentes, o que prejudicará a intuição que deve preceder ao sinal do objeto ou da coisa, isto é, a palavra oral ou escrita.

Todo método racional só poderá ter fundamento na intuição. Ao contrário disso, usam-se de todos os processos: ensino individual, ou simultâneo, de sentenças ou de historietas. Tudo apresentará pouco resultado. A introdução mais moderna é a do método misto, analítico-sintético de palavras-geradoras. O ensino da leitura por este método exige exercícios de intuição, de linguagem e de escrita, como fase inicial. É um método natural, porque as palavras concretizadas representam "todos" singelos, perfeitamente assimiláveis pela mente infantil. A operação sintética de distinção do "todo" de outros "todos" tem, neste caso, inteira aplicação. É um método natural, porque as crianças, quando observam a natureza, recebem primeiramente impressões, percepções de que se originam as idéias ou as imagens, sem existir então o enlace de duas ou mais representações. Exemplo: árvore—casa — muro — passarinho — mato — céu — apito, etc.

E não realizarão antes, ou imediatamente, a primeira impressão ou juízos: Vejo uma casa bonita. Olhe o passarinho. O céu azul é lindo. O apito da locomotiva é forte.

Ensinou Vítor Mercante: "A criança ao balbuciar as primeiras palavras diz: pão, e não dirá: mamãe eu quero pão".

O exercício de intuição far-se-á seguindo um plano, uma série organizada de palavras. De outro modo deixará de existir graduação inteligente.

Sendo difícil a professora organizá-la de maneira que forme um pequeno compêndio, é conveniente adotar-se a cartilha de M. de Oliveira, *Ensino Rápido da Leitura*

A intuição será muito fácil, porque as palavras, naquele livro, são de coisas e objetos comuns na vida diária.

A linguagem deve ser feita com as primeiras palavras (cinco ou seis), e os assuntos serão vários. Este trabalho tem por fim conquistar o desembaraço de expressões e a intimidade nos alunos, bem como a ampliação do vocabulário.

O exercício inicial de escrita será feito com traços de linhas em diversas posições. A professora ensinará, então, os alunos a segurar e a manejar o lápis, pois nos anos seguintes eles não estarão viciados por descuido dos professores.

#### Exemplificação de uma Aula de Leitura Inicial

Os alunos deverão formar fileiras em frente ao quadro-negro. *Operação*

*Sintética* (página 2 da cartilha *Ensino Rápido da Leitura*).

1) Enunciação oral (pelos alunos) das palavras aprendidas nas aulas anteriores ou apercepção.

2) Apresentação do objeto ou coisa. A professora escolherá dentre outros objetos a boneca (cuja palavra nova se quer ensinar) e a mostrará a classe.

3) Passo de intuição. Para o conhecimento da nova palavra a professora perguntará se os alunos já viram, pegaram, etc, aquele objeto. Esta pergunta será sugestiva e simultânea. Após isto, a professora escolherá um dos alunos e o mandará fazer observações diretas, para ter várias idéias sobre a boneca: seu tamanho, sua cor e as partes que a formam. Fará outros exercícios de intuição, até que toda a classe conheça os assuntos relativos a boneca e saibam principalmente pronunciar bem a palavra boneca.

4) Ilustração gráfica. A professora mostrará a classe quadros, estampas, que trazem a boneca de diversos tamanhos, formas e cores. Fará perguntas a este respeito, sugestivas e simultâneas. Desenho da boneca pela professora.

5) Escrita da nova palavra. Uma vez bem conhecido o objeto e bem pronunciada a palavra, a professora, em caligrafia esmerada, escrevê-la-á no quadro-negro em letras minúsculas, chamando a atenção dos alunos para a sua forma. Em seguida, a professora, de modo simultâneo, interrogará a classe e convidará um dos alunos a dizer a palavra escrita: boneca. Depois, em perguntas individuais, mandará que todos os alunos a leiam. Exemplo:

—Quem quer dizer o que escrevi no quadro? (Os alunos ligeiramente levantarão as mãos)

— Diga você, Maria. (Maria responde: boneca)

— Diga você, Alice. (Alice responde: boneca)

Após isto, a professora dirá:

— Digam todos (e todos em coro dirão): boneca.

As perguntas serão sempre nas fases intuitiva, analítica e sintética, de modo simultâneo (individual as vezes); as respostas serão individuais ou em coro.

Em seguida, a professora escreverá, em outra parte do quadro, uma lista de palavras já conhecidas dos alunos, colocando algumas vezes entre elas a nova palavra, e fará que os alunos a distingam, pronunciando-a sempre. Depois de diversos exercícios neste sentido, a professora escrevê-la-á isoladamente.

6) Escrita da palavra boneca pelos alunos. As primeiras aulas de escrita deverão ser no quadro-negro, quanto possível. A professora deverá manter-se sempre em atividade, tornando o trabalho alegre e interessante; caso contrário, as crianças ficarão desanimadas diante da primeira dificuldade.

#### *Operação Analítica*

7) A professora e os alunos farão a separação da palavra boneca em seus sons ou em suas sílabas. Mandará primeiramente um dos alunos ler. Aos primeiros ensaios que fizer o pequeno, a professora deverá acompanhá-lo com um leve sinal sobre a mesa ou com a campainha, fazendo coincidir cada fato com uma pequena pancada, até que o pequeno dirá, em três vezes, bo-ne-ca. Da mesma forma fará até que toda a classe o diga.

8) Escrita pela regente, no quadro-negro, das sílabas na linha vertical ou horizontal; quando nesta, deverá existir o hífen. Logo fará a classe lê-las em diversos sentidos.

9) Escrita pelos alunos das sílabas bo-ne-ca.

10) Decomposição das sílabas em seus elementos. A professora dirá: — Quem quer separarão? E empregará o mesmo processo do número 7, obtendo o resultado: *bo* (diz-se em duas vezes: b o). Assim para as demais. Todos os alunos tomarão parte no trabalho.

11) Escrita das sílabas e dos seus elementos. A professora escrevê-los-á no quadro e mandará que os alunos leiam.

12) Escrita das letras pelos alunos.

#### *Operação Sintética* (mesmo processo de argüição)

13) Reconstrução oral da primeira sílaba: *bo*. Reconstrução oral da segunda sílaba: *ne*. Reconstrução oral da terceira sílaba: *ca*.

14) Escrita das sílabas bo-ne-ca pela professora. Leitura pelos alunos.

15) Reconstrução da palavra boneca com as sílabas já sintetizadas e sua leitura. Escrita pelos alunos.

16) Comparação oral, depois escrita, da nova palavra aprendida (boneca) com as demais conhecidas: asa, ema, ovo, uva, etc.

17) Comparação oral e escrita das sílabas da palavra boneca com as de outras já conhecidas.

18) A professora decomporá por escrito a palavra boneca em suas sílabas e fará que os alunos formem outras palavras, como: boné, bobo, boca, cabo e caneca.

19) Composição de novas sílabas. As crianças, nas aulas anteriores, já aprenderam as vogais, e a professora fará a classe formar com a sílaba *eo* e as vogais os fonemas *ba, be, bi, bo* e *bu*, e com a sílaba *ne, na, ne, ni, no, nu*, etc. Ainda com elementos das palavras aprendidas nas lições anteriores — *asa, ovo, uva, boneca* — poder-se-á formar: *aba, cava, vaca*, etc.

Com as sílabas dessas palavras, combinadas as vogais, já se obteve: *ao - ae - ai - au - za - ze - zi - zo - zu - oe - ou - oi - ca - vo - va - ve - vi - vu*, etc, com cujos elementos e os da nova palavra formar-se-ão outras palavras. Por aí vê-se o extraordinário cabedal com que pode contar a professora.

20) Escrita dessas palavras pelos alunos.

Para os deveres de casa, os alunos escreverão nos cadernos as palavras novas, as já conhecidas e os seus elementos. Este ensino deverá prolongar-se até a página 14 da cartilha, quando se poderá, então, formar orações, quer do mesmo livro ou organizadas pela professora.

Precisamos notar que, até este ponto, foram as palavras escritas com letras minúsculas — e nem pode deixar de ser assim, pois as maiúsculas viriam apresentar dificuldades. Antes, porém, de serem organizadas as sentenças ou orações, quando as maiúsculas forem necessárias, convém que a professora ensine.

Para isto, as letras minúsculas serão escritas no quadro e, por baixo, as maiúsculas. Primeiro, as de forma mais ou menos idênticas; depois, as outras.

Após a leitura de orações até a página 14 vem o seu prosseguimento e, nesse tempo, será necessário o ensino da letra de imprensa.

A professora aí procederá assim: escreverá a palavra ou oração com letra manuscrita e, por baixo, a de imprensa.

Não há necessidade de os alunos escreverem-na, pois este trabalho vem prejudicar o ensino da manuscrita. Depois desta aprendizagem, a regente poderá entregar o livro a criança, dando início a leitura corrente. Em poucos meses chegaremos a este resultado.

Não é, senhores congressistas, a minha exposição uma novidade em metodologia. Fi-la, entretanto, para acordar idéias e para evitar enganos que possam surgir.

A palavra educação é bastante ampla em seu sentido. Tenho por experiência que o educador deve ter conhecimento intelectual capaz de julgar o que seja a sua missão. Mas ser instruído, ser conhecedor de teorias as mais profundas, ser psicólogo, livresco, não é tudo. Precisamos do educador que observa e respeita a vida da criança.

Disse a grande educadora Maria Montessori: "O educador deve ser como que inspirado por uma profunda adoração da vida e, por meio desta veneração, respeitará o desenvolvimento da vida da criança, enquanto observa com interesse humano".

E de importância, pois, que os educadores meditem na responsabilidade que têm na educação do povo. De que vale o preparo técnico e outras qualidades que possam adornar o educador, se ele deixa de ser abnegado?

O ideal é ouvir-se e cumprir-se a lição de um Pestalozzi, Froebel, Montessori, Binet, Aguayo, Platão, Sócrates...

Sejam as minhas expressões, ao terminar, de amizade e parabéns aos congressistas da I Conferência Nacional de Educação.

Cruzada santa de redenção é a do professor.

Genuflexos diante da Pátria, juremos a nossa sinceridade e o mais profundo amor a causa da educação dos nossos patrícios, juremos trabalhar pelo bem público, pela estabilidade social, pela grandeza da Pátria.

TESE Nº 3

## O BRASIL CARECE DA DIFUSÃO DO ENSINO POPULAR DA GEOGRAFIA

**Isaura Sydney Gasparini**  
Rio de Janeiro, DF

### A TERRA É O TESOURO COMUM DA HUMANIDADE

Vivemos da Terra e para ela devemos viver.

Quem nos alimenta?

Quem nos veste?

Quem nos abriga?

A Terra, que ainda nos recebe em seu seio após a luta da vida. Faz-se mister, pois, conhecê-la, amá-la e cultivá-la.

### A VIDA É A CORRELAÇÃO COM O MEIO (DE GREEF)

Para bem viver, portanto, o homem precisa conhecer seu hábitat, e a História mostra o grande esforço por ele feito, em todos os tempos e em todas as idades, para realizar este fim.

Encontramo-lo sempre em luta para conhecer a Terra, afrontando os obstáculos, vencendo mesmo os impossíveis, para alcançar seu escopo.

Foi assim que transpôs as grandes extensões marinhas e perlustrou os desertos áridos. Mesmo os gelos polares, que lhe ofereceram tão tenaz resistência, foram por ele explorados.



Podemos considerar como tais o interesse comercial e colonial, o zelo religioso e humanitário e a curiosidade científica. Conhecidas as diferenças entre os climas e a sua resultante sobre as produções, cada povo tratou de trocar os produtos que lhe sobravam pelos de que necessitava e não podia obter do solo de sua região. O excesso de população e a falta de produções determinaram a fundação de colônias, auxiliares das metrópoles. O zelo religioso levou a fê as mais remotas plagas! Foram os jesuítas que descobriram as Filipinas, e foi a serviço de sua religião que Livingstone explorou parte da África. Inúmeras foram as expedições feitas com o intuito de impedir o tráfico dos negros e o canibalismo. Foi o amor da ciência que levou a maior parte dos grandes exploradores as regiões desertas dos pólos.

EM TODAS AS IDADES, HOUE A PREOCUPAÇÃO DE CONHECER A TERRA

Na antigüidade, tiveram papel de destaque os fenícios, os gregos e os romanos. Nascidos numa região pequenina, apertada entre a montanha e o mar, cedo se lançaram os fenícios em busca de solo para o excesso de sua população, de produtos para o seu consumo e para as suas indústrias. Exploraram o Mediterrâneo, fundando colônias, querem sua parte oriental, quer na ocidental. Em suas frágeis embarcações, foram-se as costas da África e mesmo as da América.

Os gregos, seus sucessores, continuaram as descobertas, ao Norte até o Báltico, ao Sul até as nascentes do Nilo e a Leste até a Índia e a China. Conheceram também o Saara.

Os romanos, senhores das descobertas dos fenícios e dos gregos, foram mais organizadores que exploradores. Mas, para obter das regiões conhecidas o maior rendimento possível, estudaram-nas a fundo.

Além disso, para assegurar as fronteiras do seu império, tomaram conhecidas outras terras, e foi graças a eles que Ptolomeu pôde dar, no começo da nossa era, uma reprodução fiel do mundo conhecido pelos antigos. O mundo descrito pelo célebre astrônomo do século XI tinha o Mediterrâneo por centro e, como territórios extremos, as ilhas britânicas e a península escandinava, a planície russa, as montanhas da China do sul e da Indochina, o alto Nilo e o Sudão. Estendia-se dos bordos do Atlântico aos do Pacífico.

Durante a Idade Média, onde a maior parte da atividade humana foi despendida em lutas, as descobertas longínquas ficaram estacionadas. Contudo, foram notáveis os esforços dos marinheiros escandinavos e dos árabes. Aqueles dilataram as fronteiras do mundo conhecido ao norte, e estes, ao sul. Os escandinavos descobriram a Islândia e a Groenlândia e atribui-se a eles a primeira travessia do Atlântico, pois encontra-se em suas tradições referências a uma região (Vinland) que se supõe ser o Canadá ou os Estados Unidos. Os árabes, na ânsia de propagar a religião de Maomé, penetraram no interior e no sul da África e se foram as ilhas do Extremo Oriente. No século XIII, a Espanha e a Itália retomaram a sua atividade comercial e procuraram entrar em relações com as regiões longínquas. Foi então que Marco Polo visitou o Extremo Oriente, atravessou o Tibet, a China e foi até o Japão.

De modo que, apesar do eclipse que houve nas descobertas, os povos medievais adquiriram a noção do que se chamava as índias, países longínquos e fabulosos que se achavam para além dos grandes mares.

As descobertas da Renascença tiveram como fim único a busca de um caminho para as índias. Foram auxiliadas pela descoberta da forma da Terra e pela bússola. Sabemos que foi encontrado um caminho pelo oriente e outro pelo ocidente. Do primeiro, choveram louros sobre Vasco da Gama, Bartholomeu Dias e Albuquerque. O segundo fez a glória de Colombo e Magalhães. Então, o mundo aumentou de um continente novo, e as duas Américas, irmãs siamesas, surgiram risonhas entre os grandes mares.

O século XVIII, apesar das grandes lutas políticas na Europa, aumentou o patrimônio humano com a Austrália, e o século XIX completou a obra explorando esta região, bem como o interior da África e da Ásia.

Mas quantas vidas pereceram através de tais explorações! A cada passo o homem foi esmagado pela força da natureza, embora envidasse os maiores esforços para dominá-las.

#### A REVOLUÇÃO É REGIDA POR UMA DUPLA LEI

- 1) Lei da ação da natureza sobre o homem.
- 2) Lei da reação do homem contra a natureza.

Daí a necessidade de conhecer os elementos naturais e deles tirar o bem-estar da vida.

Quem de nós ignora o que foi a descoberta do fogo e que modificação causou na vida dos primitivos? E a descoberta da direção dos ventos? Libertou os míseros escravos das galeras? E a descoberta do magnetismo terrestre?

Abriu os grandes mares a curiosidade dos povos do Antigo Continente e chamou o que eles isolavam a comunhão universal.

Toda evolução consiste em conhecer as forças naturais e aplicá-las em benefício humano.

#### COMO ADQUIRIR TAL CONHECIMENTO?

Estudando a Geografia, mas não aquela "ciência que trata da descrição da superfície da Terra" e sim a "ciência que estuda as relações entre o Homem e a Terra".

A primeira, que pode ser chamada Geografia dos romanos, encarada como uma auxiliar de conquista, baseada na falsa idéia de que a humanidade devia constar de um povo dominante e de uma multidão de povos dominados. A segunda, baseada no princípio da fraternidade, mediante a qual a Terra é o patrimônio comum da humanidade, competindo-lhe, pelo estudo e pelo trabalho, tirar dela os elementos necessários a vida, sem esgotá-la, pois, se inúmeras foram as gerações passadas, serão inúmeras as gerações futuras. Nasceu no cérebro dos filósofos gregos, que já procuravam conhecer o laço que prende a sucessão dos feitos humanos a ação das forças telúricas.

#### O PROBLEMA PREOCUPA AS NAÇÕES CIVILIZADAS

As grandes potências do Globo cultivam com amor a Geografia. Todas elas seguem, mais ou menos, a orientação grega. A nomenclatura geográfica passou para segundo plano. Hoje procura-se conhecer os elementos geográficos e o valor de cada um deles, quer nas funções vitais do planeta, quer na economia social. Inúmeras as obras alemãs, francesas, inglesas, norte-americanas, etc, que traduzem os esforços de autores célebres para tornarem a Terra conhecida e admirada por seus habitantes.

Além disso, as sociedades geográficas espalham-se pelo mundo inteiro, sendo que a difusão do ensino popular da Geografia é dever imposto aos seus associados.

#### TODOS OS RAMOS DA GEOGRAFIA MERECEM PARTICULAR ATENÇÃO

A Geografia Astronômica mostra que a Terra apareceu como um ponto no espaço infinito e que está sujeita a determinada série de fenômenos, que as superstições e crenças não poderão modificar.

A Cartográfica mostra a cada povo a forma, as dimensões, a situação, os limites, etc, do seu país, a fim de que possa gozar os benefícios que daí lhe advenham, ou contrabalançar, tanto quanto possível, os elementos que lhe forem contrários.

A Fisiográfica mostra os elementos sólido, líquido e gasoso, de cuja ação harmônica resulta o meio que o abriga.

A Biogeográfica mostra a vida dos outros seres, vegetais e animais, que com ele auferem os benefícios da Terra e cujo concurso lhe é indispensável.

A Econômica mostra o modo de explorar racionalmente o Globo, a fim de que sejam conservadas as fontes vitais que ele encerra.

A Política mostra as instituições sociais, suas causas, seus efeitos, pondo em evidência o fato de que só são úteis quando têm por fim melhorar as condições da humanidade.

A Histórica mostra as relações entre o homem e a Terra, em todas as regiões e em todos os tempos, dando-lhe a convicção de que a evolução dos povos tem por base o esforço individual.

Podemos dizer que tais conhecimentos concorreram poderosamente para transformá-las em grandes potências.

#### POR QUE NÃO LHESE SEGUIRMOS O EXEMPLO?

Nosso Brasil vasto e fecundo é desconhecido por seus filhos. Exceção feita de um punhado de brasileiros cultos que conhece e compreende a Geografia, ciência de tão nobres fins e objeto tão útil, a população em geral ignora os benefícios que dela pode auferir.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, onde congregam seus esforços homens de subido valor e notáveis conhecimentos, mantém cursos especiais destinados a preparar professores, mas cursos populares seria despesa superior as suas parcas rendas.

A tarefa devia ser auxiliada pela União e suas vinte unidades federadas. É um apoio necessário a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que seria desdobrada em filiais pelos estados; com isso seriam espalhados através do nosso território os conhecimentos por ela já transmitidos a grande número de professores.

#### QUAIS OS MEIOS A EMPREGAR PARA A DIFUSÃO DO ENSINO POPULAR?

- 1) Preparar professores primários.
- 2) Promover conferências.
- 3) Organizar lições, em linguagem popular, que serão impressas e espalhadas pelo país inteiro.
- 4) Realizar expedições através do território nacional.
- 5) Manter uma empresa de filmes do natural.
- 6) Intensa e extensa divulgação dos trabalhos pela imprensa.

Somente assim o Brasil se tornará conhecido e suas imensas riquezas deslumbrarão os brasileiros.

#### QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DECORRENTES?

O amor a Pátria.

O desaparecimento da maioria das causas que retardam o seu progresso.

Quando todos estiverem convencidos de que a Terra é o reservatório de todas as riquezas e de que ela tudo nos concede, mediante o trabalho consciente e ordenado, outro será o aspecto das questões sociais. Atualmente, só damos valor ao dinheiro. Quem procura um emprego pensa unicamente na remuneração; quem educa um filho é para ganhar dinheiro, de modo que o amor ao trabalho é sempre sobrepujado pela ganância de ouro. Quanto a natureza, pobre desconhecida! Ninguém a observa nem procura penetrarem seus segredos, esquecendo o conselho dado por Pitágoras e que nos seria tão útil. Todos ambicionam o capital e abandonam os seus fatores!

#### AS NAÇÕES MODERNAS VALEM PELA INDÚSTRIA E PELO COMÉRCIO

Conhecida a tetarquia industrial — petróleo, borracha, ferro e carvão —, podemos afirmar que papel de destaque aguarda o nosso Brasil.

Se o seu solo é escasso em petróleo, ricos são os canais do Norte, e a cana, em vez de se transformar em álcool embrutecedor do povo, que se transforme em álcool motor das nossas fábricas e veículos.

A borracha nasceu nas florestas da Amazônia, e se a incúria dos brasileiros deixou que Ceilão e Insulíndia ultrapassassem a nossa produção, ainda temos a primazia em qualidade e a produção pode ser intensificada pela cultura.

Nosso solo é rico em jazidas de ferro, e o carvão, seu aliado, se não é entre nós de primeira qualidade, conta com importante sucedâneo: as quedas d'água.

Aproveitemos a força motora dos nossos rios gigantes e teremos indústria nossa, capaz de se desenvolver sem o proteccionismo que esmaga o povo.

Vista de perto a questão "Recursos naturais do Brasil" e observadas as necessidades do seu povo, creio que não é ousadia afirmar: o Brasil, conhecido e compreendido pelos brasileiros, pode ser a mais independente das nações civilizadas.

Seu território imenso, contínuo e ao abrigo dos climas extremos, colonizado e cultivado, será tesouro inesgotável! Avante, pois, brasileiros; tomemos nosso país conhecido! Preparemos nosso povo para amar e compreender a Pátria!

Não gastemos palavras inúteis; despertemos apenas, entre nossos irmãos, a faculdade de refletir e de querer, de estudar os problemas sociais e resolvê-los sem desfalecimentos.

Facultemo-lhes meios de raciocinar e julgar; de governarem-se a si próprios, conquistando o bem-estar e a tranquilidade. Só assim, brasileiros, será nossa a nossa Pátria.

TESE Nº4

## ANTAGONIAS DA DIDÁTICA NA UNILATERALIDADE DO ENSINO

**Renato de Alencar**

Escola Normal de Maceió, AL

EDUCAÇÃO INSENSATA: EXIGÊNCIAS DA PSICOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

**A** falta de estudos de natureza pedagógica que regularizem o ensino entre as populações do interior vem causando a existência do País males de variados aspectos, cada qual que mais se caracterize no trabalhar em desgastes para tropeços em nossos destinos.

Um dos maiores males é este: inspirar a emigração da população rural para as cidades ou, então, formar indivíduos inimigos do trabalho do campo.

O que precisamos para pôr termo ao fenômeno demográfico, assunto que nos inspirou escrever esta tese, é de, antes da aplicação de métodos de ensino na população rural infantil, procedermos a estudo inteligente sobre a elaboração das matérias a ensinar, contanto que se não repita o erro em que nos vemos comprometidos, a concorrer criminosamente para o retardamento e desequilíbrio social e econômico do Brasil.

Para alcançar-se um método normal, consentâneo com a razão, aplicado ao ensino rural, faz-se mister acurado estudo de psicopedagogia, especialmente no que concerne as percepções, comparativamente, entre as crianças do meio mato e as do meio praça. É sabido que essas percepções, pela influência do meio social e físico, sofrem diferenças radicais<sup>1</sup>, ajustando-se muito bem o conceito repetido por Piffault<sup>2</sup>: "tant vaut le milieu, tant valent ceux qui y vivent".

Servimo-nos ainda de Piffault e tomamos de sua obra as seguintes indicações abonadas também por W. James, cuidadoso psicologista em questões que interessam a natureza da educação das crianças:

De 7 a 12 ans, des intérêts spéciaux apparaissent. Ils orientent les jeux. Car cet âge est par excellence l'âge. L'enfant utilise sa connaissance du milieu. Chasse, guerre, pêche, dressage d'animaux, constructions diverses, jardinage, troc, commerce, voyages, retiennent diversement son attention. Il aime tout ce qui marche, court, vole, agit..., et les machines qui paraissent vivre. A ce moment apparaissent l'instinct de sociabilité et l'émulation.<sup>1</sup>

Emais:

Après 12-15 anschez les garçons, commence la puberté. Cest un âge nouveau, un tournant de la vie, caractérisé par des profondes transformations. L'affectivité s'exagère. Des intérêts nouveaux se montrent: intérêts sociaux, moraux, religieux, esthétiques.

Diante do que se observa na vida real e o de há muito recolhido pelas experiências da psicologia, vemos que as percepções da infância da cidade são absolutamente diferentes das que possuem as crianças do interior, do mato, nos latifúndios agrícolas e pastoris, nos centros rurais; isso, tomada a observação em sentido geral, sem distinções de classe. Temos pois que, entre crianças de 7 a 12 anos, começa a pronunciar-se a idade ativa, utilizando-se dos seus conhecimentos para com o meio onde vive. Suas tendências se manifestam, se desenvolvem e se solidificam de paralelo com suas percepções. Assim, a criança dos centros urbanos é atraente o futebol; agrada-lhe a agitação das praças; aprecia as serenatas musicais nos coretos dos jardins públicos; fascina-a o cinema; os bondes elétricos, os autos, os ônibus, o aspecto cosmopolita e cosmorâmico da cidade a tornarão mais tarde um escravo, um habituado aos grandes meios. O conforto da luz elétrica lhe faz ter horror a escuridão, aos humildes processos da iluminação antiga. A comodidade do transporte moderno a faria derramar lágrimas dolorosas, se se visse forçada a jornadas fatigantes nos ínvios e selvagens roteiros dos sertões.

Cresce a tendência de sociabilidade, de emulação. Está, portanto, a criança na fachada da vida. Mais um passo e eis o mundo! Para sua conquista, para conhecê-lo e poder suportá-lo, apontam-lhe a escola, onde receberá a necessária instrução. Cursa essa criança todos os anos da série de ensino que lhe diz respeito, até que chega ao começo da puberdade, a nova idade, na qual há revolteios na vida caracterizados por profundas transformações.

<sup>1</sup> Cf. Rouma (*Pédagogie Sociologique*), Le Bon (*Psychologie des Foules*) e Guyau (*Éducation et Hérité*).<sup>1</sup> *Psychologie Appliquée à l'Éducation*, p.32. <sup>2</sup> Id. *ibid.*, p.43.

E entao a criança de 7-12 anos é agora o mancebo de 18 anos. Faz parte da sociedade. Critica-lhe os hábitos; discute religião; tem preconceitos e gostos estéticos. Raciocina e já se julga um emancipado. Dali, ou desfrutará o meio de vida a que se habituou ou entao emigrará em busca de centros maiores que o caibam.

De qualquer maneira, é sempre um indivíduo preparado para as conquistas pelas funções intelectuais, um indivíduo de sociedade. Se as profissões liberais lhe forem inacessíveis, então sonhará com a doce malandria de sinecurista, ingressando na burocracia pelas descaradas ogivas do afilhadismo providencial. E não mais se preocupará com o vencer pelo trabalho, pelo esforço, pela competência da conquista. Mais um que se nulifica. Braços perdidos. É este geralmente o resultado do ensino subministrado a população escolar da cidade.

Passemos agora ao interior, ao meio rural, ao engenho, a fazenda, ao povoado humilde do sertão, ao hábitat do caboclo, as "choupanas de paxiúbas cobertas de caranaís"<sup>4</sup>.

Ali nas cidades, nas capitais, nos centros populosos e de civilização avançada, como agora aqui no interior, nos sertões, os governos fundaram e mantêm escolas que se destinam a desanalfabetizar e educar o povo.

Entretanto, quanto mais se semeia de escolas o interior, mais ignorante permanece o matuto. Qual a causa? Simplesmente esta: a adoção dos mesmos livros e processos antiquados que se conhecem nas escolas da cidade.

Voltando as observações indicadas na obra de Piffault, já citada, vemos quão prejudicial é essa forma de ensino. De natureza perceptiva e sensorial a divergir da criança da cidade, pelo meio ambiente integral, a criança do mato findará, entretanto, num indivíduo tendente a praça. É verdade que os governos, tanto municipais como estaduais, e mesmo as iniciativas particulares fundam escolas no interior. Mas de bom só há mesmo a intenção. O resto a colher é mau.

Resulta esse contraproduto da incompreensão e despreparo pedagógico dos professores, do erro já infelizmente secularizado de se subministrarem os mesmos ensinamentos a alunos de possibilidades diversas, o que resulta no encaminhamento para uma exclusiva e mesma educação social, em flagrante prejuízo para o progresso do País. Essa unilateralidade de ensino é a causa de um dos maiores e mais sérios problemas de nosso país: o despovoamento do interior em certas regiões como o Nordeste, o desamor da vida agrícola, o estacionamento da pecuária. O aniquilamento do campo, enfim.

A escola rural como está a funcionar no interior é mais um mal do que um bem, desde que ensinar a ler, a escrever e contar, sem preparar o homem para seu uso, não é instruir e educar. Sofrendo as mesmas influências da didática aplicável as escolas da cidade, em contato com os compêndios escritos para a educação da mocidade dos centros populosos, a ouvir falar dos atrativos da vida das capitais, dos surtos da civilização, a criança do

<sup>4</sup> Craveiro Costa (*O Fim da Epopéia*).

interior vai-se modificando, formando-se pouco a pouco em sua alma modelável uma nova natureza, até culminar no desgabo da vida dos campos, na repugnância por aquele meio atrasado, retrógrado, aquela vida de salvagens. Daí a tendência que, de ordinário, todo indivíduo do interior manifesta de buscar meios grandes logo que se vê possuidor de alguns conhecimentos literários.

Que deveriam, pois, fazer os governos para pôr embargos ao êxodo da mocidade do campo para as cidades?

Resolver o problema pela pedagogia, estabelecendo um programa pedagógico que fosse desempenhado por profissionais, pessoas de reconhecida capacidade instrutiva e educativa, possuidoras de sólida cultura psicológica e poder de observação, de forma que acompanhassem com recursos próprios a aplicação de testes, como, por exemplo, os B-S<sup>5</sup> e outros indicados pela experiência, o curso da nova orientação, até que se pudesse julgá-la útil ou inócua.

Para isso, apenas teriam os governos que bipartir o sistema de ensino monoplânico atual em dois ramos essenciais ou basilares: 1) educação urbana; 2) educação rural.

A observação pedagógica do hábito, que tanta discussão tem suscitado, teria aqui imediata aplicação. Destarte, a instrução escolar a dar-se ao aluno do mato não deveria ser moldada, absolutamente, como ainda é, nos mesmos processos e na mesma didática que caracterizam o ensino subministrado a infância das cidades.

A alguém, mais filosófico do que prático, poderiam ocorrer, em contraposição, as opiniões de Rousseau e Kant, que aceitam todo o automatismo adquirido sem dependência da atividade consciente. Contra essa teoria, porém, se levantam Ribot e Le Bon, cujas teses foram mais aceitas e de suas afirmações já tem tirado a pedagogia científica os mais úteis resultados.

Por outro lado, Huxley, na sua obra *Physiologie Élémentaire*, ao apreciar a educação militar, vem em abono das teorias de Ribot-Le Bon:

On peut poser en règle que si deux états mentaux quelconques sont provoqués simultanément ou successivement un certain nombre de fois et avec une certaine vivacité, il suffira plus tard que l'un d'eux se produise pour provoquer l'autre et cela indépendamment de notre volonté.

Ora, mesmo habituados, quer no lar, quer no meio social em que vivem, a ver e a ouvir coisas e assuntos relativos a vida rural, os alunos não serão o prolongamento daqueles lares, ou elementos análogos ao meio, se houver veículos de natureza educacional e instrutiva que lhes alterem a maneira de pensar e de sentir.

A talho de foice nos vem a magnífica observação do emérito pensador e sociólogo inglês e o que da possibilidade da educação afirma ele:

<sup>5</sup> Binet-Simon. cf. Piffaull. op. cit.

" Citado por W. Bageot (*Lois Scientifiques du Développement des Nations*).



Le corps de l'homme après l'éducation est donc devenu différent de ce qu'il était d'abord, et différent de celui de l'homme à qui cette éducation a manqué; il est rempli de propriétés qui y sont comme emmagasinées, et de facultés acquises qui s'exercent sans que la conscience y ait part.<sup>7</sup>

Esse veículo anormalizador da unidade de vistas entre o indivíduo e o meio, veículo cuja intervenção causa esse perigoso desequilíbrio, tem sede no ensino moldado na didática do intelectualismo reinante, que o inocula, e então se desenvolve por várias vias: pela sugestão; pelo exemplo; pela tendência emigratória.

Os agentes são: o professor; os livros; os processos de ensino.

Se fosse possível fazer-se um recenseamento do movimento emigratório do sertanejo para o litoral, para os centros populosos e, muitas vezes, daí para o estrangeiro, ficaríamos espantados de ver como se perdem tão proveitosos elementos de colaboração a cultura do solo, a pecuária; como estacionam e atrofiam as zonas rurais, simplesmente pelas desastrosas influências do ensino errado que adotamos.

Raro é o jovem do interior que, depois de adquirir conhecimentos literários, deseje continuar no meio tranqüilo e feliz onde nasceu e vivem os de sua família. Uma nova natureza lhe surge, lhe regula os atos, criando-lhe presunções estranhas, insólitas.

Essa natureza se desenvolverá ainda mais se o jovem enveredar no caminho desolador da literaturice de futilidades de que está inçado o imenso organismo nacional...

Ouçamos o que, a este respeito, disse um batalhador incansável pela redenção intelectual do Brasil:

No Brasil, assim como na França e em Portugal, grande parte da mocidade perde-se para a vida ativa em consequência de ter o seu espírito cheio de literatura de ficção. Todo ato humano origina-se de uma idéia. Os romances e a literatura de ficção povoam o espírito da mocidade brasileira de coisas imaginárias.<sup>8</sup>

Daí avante outra personalidade psíquica o dirige. Se é dotado de imaginação mais ou menos fértil, deixa de ser o homem equilibrado e prático, útil a si e ao meio, para ser o idealista, o sonhador de coisas inverossímeis, em alcândores inatingíveis, conforme mais adiante nos diz Oliveira Vianna, e nós o ratificamos com provas reais.

Já tivemos oportunidade de observar o péssimo efeito do nosso ensino errado no espírito do homem do interior, do trabalhador rural. Um dos últimos fatos observados se deu cerca de quatro anos num colégio que fundamos na cidade de Patos, zona máter e genuína do vero sertão paraibano.

Dentre nossos educandos, havia um rapaz de 16 anos, aparência do roceiro, vestindo-se mal, sem elegância, habituado que estava desde a infância a vida do campo na fazenda dos pais, distante da cidade cerca de três léguas.

<sup>7</sup> W. Bageot, op. cit., p.7.

<sup>1</sup> Mário Pinto Serva (*Pátria Nova*, p.18).

Criava e era esforçado, apaixonado plantador de algodão, cultura que, naquela região, é de imparelhável superioridade, considerado sem igual no mundo, por sua alvura, resistência e singular extensão de sua fibra<sup>9</sup>.

Esse rapaz, que era de costumes simples, a conversar sempre acerca dos gados de sua fazenda, das safras de seus tabuleiros de algodão velho, com 15 e 20 anos de produção, ainda plantados por seu avô, a me falar da vida que levava no campo, das vaquejadas, da sua coragem e perícia no derrubar bravíssimos garrotes, tempos depois me falou que estava com vontade de estudar num dos colégios da capital daquele Estado. Antes, já lhe notáramos certa anormalidade em seus hábitos e lhe acompanhávamos a transição para outras concepções da vida e do mundo.

Ficamos admirados daquela resolução; entretanto reconhecemos perfeitamente a causa celular, a vesícula germinatória de tais pensamentos: o ensino errado que lhe dávamos no educandário. A origem fora, de fato, aquela. Somente isso poderia ter influenciado a alma daquele sertanejo ignorante para que esposasse idéia tão extravagante e prejudicial a si, a família e, em verdade, a própria Nação.

De ulteriores sindicâncias tiramos as provas positivas desse efeito. Aluno elementar, sem idéia nenhuma do que fosse o mundo depois da cidade de Patos, foi armazenando na sua alma desejos recônditos e ora despertados de conhecer terras, de ver como era o outro lado. A par dessa curiosidade, embora de cultura elementar e medíocres conhecimentos adquiridos, foi criando certo despeito para com o termo matuto, sentindo possuir superioridade perante os seus irmãos, parentes e amigos de infância residentes na fazenda.

Operou-se, insensivelmente, o curioso fenômeno. Além da influência do ensino subministrado nas aulas, aumentavam a nova natureza do educando as palestras com alunos da cidade, mais adiantados, conhecedores da capital já em cursos superiores; no refeitório, no dormitório, hábitos civilizados o colocavam em conflito com os hábitos e modos de sua fazenda. E se julgava cada vez mais civilizado, homem superior. Precisava, pois, cursar um bom colégio na capital do Estado e, de lá, ganhar outras terras ainda mais importantes.

Ia, portanto, a capital possuir mais um elemento que, no final das contas, em nada lhe adiantaria a existência nem tampouco lhe alteraria a vida. Mas o prejuízo ia dar-se. Perdia o Brasil valioso colaborador, utilíssimo elemento de sua riqueza, da grandeza de sua produção agrícola, de sua indústria, de seu comércio.

E lá se foi o rapaz internar-se num colégio de padres... Ia ainda mais heterogeneizar as suas possibilidades intelectivas sob regimes claustrais, em horroroso contraste com a feliz e clara liberdade que gozava no interior, com a qual tanto já se habituara. Vimos

<sup>9</sup> Amo Pearse (*Brazilian Cotton*).

com íntimo e profundo desgosto que todo o bem que julgávamos ter feito aquela região com a existência do educandário estava enublado, escurentado, com este fato digno de meditação.

E todo o nosso entusiasmo se envolveu em penumbra. Reconhecíamos, amargamente, que roubáramos dos campos do Brasil um fator de sua independência para anulá-lo nos bancos de um colégio de jesuítas.

Felizmente, ainda nos foi permitido o prazer de visitar esse colaborador anônimo lá no colégio e, penetrando-lhe o ânimo, vimos com alegria que ele se não adaptava muito aquela nova vida de reclusão. E com entusiasmo e habilidade lhe falamos no futuro do algodão, na via férrea a recomeçar brevemente na sua terra, de maneira que alguns meses mais e o filho pródigo voltava ao seio do sertão, para a vida bucólica e redentora da cultura dos campos.

Ratifica plenamente este exemplo individual a justíssima afirmação de Oliveira Vianna:

No Brasil, cultura significa expatriação intelectual. O brasileiro, enquanto é analfabeto, raciocina corretamente e, mesmo, inteligentemente, utilizando o material de observação e experiências feitas sobre as coisas que estão em derredor dele e ao alcance dos seus sentidos — e sempre revela em tudo esse inalterável fundo de sensatez que lhe vem da raça superior originária. Dêem-lhe, porém, instrução; façam-no aprender francês; levem-no a ler *a História dos Girondinos*, de Lamartine, no original — e então já não é o mesmo. Fica "homem de idéias adiantadas", cai numa espécie de êxtase e passa a peregrinar, em imaginação, por todos os grandes centros da civilização e do progresso.<sup>10</sup>

Voltando ao ponto de vista que estamos a comentar e a defender, perguntamos: Se o governo do Brasil possuísse um regular serviço de instrução (já não dizemos perfeito) pública e particular, ter-se-ia dado o fato que acabamos de narrar? Se não houvesse esse erro e abuso da unilateralidade da didática na instrução nacional, teria o nosso educandário concorrido para o afastamento daquele aluno? Absolutamente.

Embora fosse permitido o subministrar disciplinas também secundárias aos alunos que o merecessem, devia a didática distinguir, porém, os dois cursos: um, aplicável a educandos de tirocínio rural; outro, aconselhável aos que não se achassem nas condições dos primeiros e a quem o ensino literário servisse de preparo para a vida, sem que isso representasse destruição de conhecimentos, intuições e hábitos úteis já conquistados em prol da felicidade individual e coletiva.

Vejamos agora, teoricamente, como pensamos que deveria ser estabelecida a nova orientação do ensino, racionalmente dividido em duas grandes seções: educação urbana; educação rural.

*Pequenos Estudos de Psicologia Social*, p.90.

Alberto Torres, numa obra de méritos, fez observações profundas sobre o intelectualismo nacional.

Diz o pensador:

Possuímos ilustração em escala mais elevada do que civilização. Ao passo que o nosso povo conta uma imensa massa de analfabetos, o número dos intelectuais é avultado e notável a elevação de seu preparo."

E, depois de comentários exatos sobre a utilidade e alcance desse intelectualismo, afirma com surpreendente verdade:

Os intelectuais brasileiros consideram o preparo que possuem um meio de êxito pessoal, sem o ligar a nenhum dever, a nenhuma responsabilidade de ação e direção social.<sup>2</sup>

A origem desse fenômeno é a singularidade de nosso ensino. Nação moça, sob influência de povos estranhos, aberta a conquista pacífica de imigrações constantes e heterogêneas, sem um serviço de educação nacional moldada em princípios racionais e dividida em urbana e rural, o Brasil nunca, jamais, poderá ser nação forte, equilibrada pelo trabalho inteligente entre o intelectualismo das cidades e o produtivismo do homem do interior, se não cuidarmos em tempo.

Por uma péssima tradição que ainda não encontrou embargos, o trabalho agrícola é deprimente e julgado próprio somente de incapazes intelectuais. O homem do campo é olhado com certo desprezo pelo homem da cidade. O preconceito tem suas nascentes no erro didático, na singularidade de ensino entre o mato e a praça. A didática é antagonista: instrui deseducando...

E se é verdadeira a observação de Sergi<sup>13</sup>, de que "... a evolução social apresenta-se como a evolução individual" e, pelas evoluções parciais da sociedade, a "transmissão de germens civis e de progressos ou de civilização de um lugar para outro", é alarmante o futuro que nos aguarda.

Esse futuro, elaborado pelo erro educacional que perpetramos criminosamente, só nos será desfavorável, pelo absentismo do homem no trabalho rural e conseqüente emigração para os centros populosos, as grandes cidades do País, onde se acumulam os elementos mais úteis a nação pelo trabalho dos campos, arrastados para as cidades pelas desastrosas conseqüências da singularidade do ensino.

A cultura do solo e a pecuária deveriam fazer parte de ambos os programas de ensino: o rural e o urbano.

<sup>1</sup>A *Organização Nacional*, p.44.

<sup>2</sup>Id. *ibid.*

<sup>13</sup>A *Evolução Humana*, p.42.

Aos alunos da cidade, aos que conhecem os cereais apenas pelas gravuras e suas presenças culinárias, devia ser subministrada instrução teórica e prática, com o fim de instruí-los na forma por que se obtêm tais produtos, de lhes mostrar o trabalho que dá a roça ao homem do campo, o penoso processo da enxada, desde a exaustiva broca, passando pela coivara ao abrir das covas, a plantação, a primeira limpa até a colheita; as influências da seca, suas conseqüências, o estado primitivo do matuto relativamente a cultura do solo, a compreensão dos fenômenos meteorológicos; o quanto sofre o agricultor pobre, asfixiado pelo grande proprietário; a miserável situação do trabalhador de eito, do desgraçado morador, eternamente escravo apesar de viver protegido por leis de um país liberal! Por outro lado, mostrar também os modernos processos da cultura, com o auxílio das máquinas agrárias, o que tanto faz aumentar a produção, sem canseiras.

Este ensino, se não tivesse efeito prático a indústria pastoril e agrícola, por insuficiência de meio e não encontrar utilização na cidade, teria grande e salutar efeito moral:

Educar a mão não tem só importância técnica e pedagógica, mas também importância social, porque faz compreender a dignidade e o valor do trabalho manual e destrói os preconceitos que as classes chamadas cultas têm, desde a antigüidade, contra os trabalhadores. Por isso, essa nova matéria deveria ser obrigatória, especialmente nas escolas aonde afluem os filhos das classes médias e superiores, que se preparam para as profissões liberais, porque assim eles exercitariam e desenvolveriam os músculos, compreendendo as dificuldades e as canseiras da vida do povo, e amariam e respeitariam as classes laboriosas."

Combinam-se perfeitamente estas palavras do culto professor da Universidade de Messina com o que julgamos de mais necessário a nossa educação sócio-escolar.

A estes alunos, pois, o programa urbano deveria prescrever tais ensinamentos com fim moral, naturalmente, por não ser muito esperável poder-se subministrá-lo num sentido prático suficiente como se faria mister; entretanto, não seria absurdo esperar-se ver realizado um resultado mais prático do que moral, isto é, alunos, depois do curso, se apaixonarem pelos trabalhos do campo e, por fim, o abraçarem, tornando-se em reais colaboradores dos progressos da Nação pelo trabalho rural. Dar-se-ia neste caso um curioso fato de regressão social. Justamente o contrário do que se verifica hoje.

E quando sucede que uma pessoa letrada, educada nas capitais, se dedica ao trabalho do campo, a criação, etc, não desenvolverá a elaboração social e trabalhista que era de esperar.

De ordinário se dá o seguinte: instala-se com ares de homem superior, olha o homem matuto com visível desprezo, nega-lhe toda assistência social indispensável a vida e conservação daqueles párias. O regime adotado por este senhor feudal caricatíssimo, digno dos traços de Guevara, é da mais revoltante escravidão. O morador não tem direito a nenhum benefício, mesmo conquistando com os seus esforços próprios.

<sup>M</sup> J. Cesca (*Teoria da Educação*, p.140).

A cultura do solo lhe é negada, desde que o senhor precise do braço alugado pela vergonhosa paga de 1 \$500 por dia, sem mesada. E-lhe proibida a criação de uma cabeça de cabra, ainda mesmo que o filho esquelético, opilado, definhe sobre a indigna isidora de varas de cabotan, corvejada de muriçocas. Trabalha alugado de sol a sol. Se, nas horas vagas, conquistou uma vasante de milho, tem que vendê-lo ao senhor brutal e cangaceirante, se este negocia com cereais, comprando o produto com a diferença para menos que bem entender. Se arrendar um terreno, pagará, por quadro, de 30 a 50\$000 por ano, e perderá todo o benefício porventura feito se for constringido, por qualquer causa, a deixar a propriedade do senhor. Se precisar fazer um serviço e for a qualquer morador lhe confiar a diabólica empreitada, ai daquele que se negar ao trabalho! E qualquer um aceita, tanto mais que isso é distinção que só se confere a homem da confiança do senhor. Eis em ligeiros mas verídicos e incontestáveis traços o que poderá suceder com um homem que, educado na atual concepção do ensino urbano, derive sua vida para o campo. Fora preferível que nunca se lembrasse de tornar o Brasil em celeiro do mundo...

Foi diante dessa vergonha que o gênio cristalizado de Ruy bradou já em 1882: "A nosso ver, a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria".<sup>15</sup>

Isso em 1882! E ainda persiste em 1927! Quanto engano em Ramalho Ortigão ao escrever em *suas Farpas* (v.3, p.215), ao lamentar a morte de José de Alencar: "Na sociedade do Brasil, que o princípio da escravidão desviou por tantos anos tenebrosos do seu destino e do seu desenvolvimento natural, a organização moderna do trabalho livre é ao mesmo tempo a criação de um novo elemento social — o povo".

A organização moderna do trabalho livre? Sim, esta um dia existirá também para o homem do Nordeste, para o morador mantido ainda sob um regime de escravidão ignominiosa que não encontra possível confronto em nenhum país, mesmo nos mais barbarizados pela ausência da civilização.

Com um curso racional e inteligente de disciplinas rurais, entre os alunos urbanos, podíamos conquistar bons elementos para o campo e, neste caso, não seriam senhores feudais a escravizar o homem do campo, mas sim indivíduos conscientes de seus deveres associativos e morais. Cultivariam o campo introduzindo processos modernos; dotariam o trabalhador de conhecimentos úteis, de higiene, instrução, morada sadia. E uma nova pátria se desdobraria diante de todos, sob outros auspícios que não estes de atraso, ignorância, miséria, pessimismo...

Aos alunos dos campos (e aqui entra a bilateralidade que advogamos) deveria ser subministrado o ensino com um fim aplicado a vida do campo, sem pretensão literária. Entretanto, não quer isto dizer que advogemos a supressão de cursos secundários no interior. Não. Que estes existam, mas com o alcance do aproveitamento de indivíduos tendentes as letras e não a vida do campo.

<sup>15</sup>Relatório sobre Instrução Primária.

Pelo que observa a Psicologia, o meio induz e predestina o indivíduo aos hábitos e costumes ambientes; entretanto, a regra não é absoluta. Há indivíduos que trazem tendências inatas, intuições de berço, e se tornam indivíduos a parte no meio em que vivem e dele recebem as influências.

São sujeitos estudáveis psiquicamente, nascidos sob influências anteriores de gerações passadas, cujas leis foram tão curiosamente observadas por F. Galton, com o que lançou as bases de uma nova ciência, a Biometria, contidas em suas célebres obras, a *Hereditary Genius* e a *Natural Inheritance*.<sup>16</sup> Ou por essa lei descoberta por Dalton, a da hereditariedade ancestral, ou pela lei descoberta por Mendel, a da dominância<sup>17</sup>, a qual, de qualquer modo, vem pôr umas tantas restrições a de Galton; o certo é que há indivíduos cujos aspectos psíquicos se distanciam sobremodo do observado nos pais e meio social onde vivem.

Destarte, que fossem aproveitadas vocações flagrantemente literárias, espíritos apaixonados das letras, com o que nenhum prejuízo teria o meio nem tampouco o indivíduo. Mas, que sucede? O ensino é uniforme; quer na cidade, quer no interior, o programa é o mesmo:

- Primário: Leitura, Escrita, Aritmética, Noções de Historiário Brasil, Geografia, Gramática.
- Secundário: Gramática (Camões), Matemática, Geografia Geral, História Universal, Línguas, Ciências Naturais e Físicas, etc.
- Superior: Cursos universitários para as respectivas carreiras liberais, com a conquista dos ansiados títulos.

No interior, se bem que não haja ainda, felizmente, os cursos universitários das academias de Direito, Medicina, etc, há, entretanto, colégios livres que subministram cursos de comércio, conferindo título de certa responsabilidade.

O ensino é dado nas escolas e colégios rurais tal qual o é também na cidade, preparando jovens intelectuais para os exames nos liceus e ginásios equiparados ao Pedro II, assim como para as carteiras dos escritórios comerciais.

Educandários aparelhados para a instrução profissional aplicada ao meio não os há. Os que se conhecem entre nós não se recomendam, por se encontrarem fora dos verdadeiros preceitos que a pedagogia científica prescreve, a começar dos professores, muito mais teóricos e satisfeitos com o laço da gravata do que com a altíssima responsabilidade que lhe confiou a Nação. As exceções devem provar que existem.

Devia haver em cada núcleo de indústria agropecuária um estabelecimento de educação consentânea com o meio, para que as gerações de moços não se fossem afastando dos

<sup>16</sup> Cf. Delage e Goldsmith (*Teorias da Evolução*, p.188).

<sup>17</sup> Id. *ibid.*

seus deveres em prol do trabalho que mais dignifica o homem: o trabalho do campo. Já li em Mario Sette que a terra era o único padrão digno do homem.

Pois é esse padrão que tanto desprezo sofre do homem que se instrui sob as maléficas influências desse ensino prejudicial que, incompreensivelmente, é dado no interior.

O de que tratamos é assunto já amadurecido, estudado e resolvido em países educados na boa política administrativa, nas observações do mundo e do homem.

O Brasil deve orientar seu sistema de ensino sem os atuais contrassensos da didática em uso. Abandonemos o erro do intelectualismo, do poligrafismo, do verbaiismo vaidoso. O intelectista é um indivíduo quase sempre prejudicial. Envaidecido por uma cultura muito vez duvidosa, torna-se em ser parasitário, a cata de colocações públicas, incapaz de produzir.

Numa obra de raro valor, Jean Guillou estudou na França as causas que determinavam a emigração do homem do campo para a cidade.<sup>18</sup>

Lá, em vista da mentalidade, dos hábitos, da influência social, não houve entre os autores que estudaram essas causas emigrativas homogeneidade ou perfeita harmonia de vistas; Guillou, por exemplo, não aceitou as soluções de pensadores como Darbot, que via no fenômeno unicamente uma questão econômica: " Avec les conditions actuelles de la vie champêtre, l'homme des champs ne reçoit plus une rémunération suffisante, etc".

O mesmo com E. Brelay, que também via no êxodo, como causa única, "a insuficiência dos salários agrícolas em comparação aos da indústria".

Outros, como George Michel em artigo de imprensa na *Economia Francesa*, opinavam que a despovoação rural da França era determinada pelo absenteísmo dos grandes proprietários, os primeiros a darem o exemplo, sendo seguidos pelos trabalhadores.

Guéry põe a causa no sentimento que todo indivíduo tem de melhorar de condição de vida. Está de acordo com Anderson Graham, quando afirma: "A principal causa que determina a fuga dos trabalhadores do campo para a cidade é que, de todos os processos susceptíveis de levar a riqueza, a agricultura é o menos rápido".

Weber, na *The Growth of Cities*, tem observações análogas. Isso, aliás, se poderia justificar na Inglaterra, país essencialmente industrial. Houve, porém, naquela confusão de opiniões, quem julgasse ser outra a causa do êxodo do camponês para a cidade.

É ainda de Guillou que recolho: "...a instrução obrigatória que, uniformemente distribuída e sem levar em conta as necessidades regionais e profissionais, inspirou o desprezo dos campos, fazendo que cada qual entresse situações mais felizes e mais fáceis nos grandes centros urbanos, no funcionalismo e na burocracia".<sup>19</sup>

<sup>18</sup> *Émigration des Campagnes vers les Villes*. "Id. ibid., p.147



Vamos, porém, deixar o caso da França estudado e resolvido lá. Ali, como na Inglaterra, na Rússia, na Alemanha, pensamos não existir uma causa única, e sim uma convergência de coisas heterogêneas, complexas, que determinam a emigração.

No Brasil (pelo menos no Nordeste), a causa principal é originária do ensino errado que vem sendo dado nas escolas.

Dessa deseducação resulta a predisposição para influir a subcausa, a econômica, e daí ser o camponês um eterno mal satisfeito com as coisas do campo, sempre a julgar que vida boa é a das cidades, logo que adquire certos conhecimentos literários mercê dos maus processos de instrução.

Voltemos, pois, os olhos para o fenômeno entre nós.

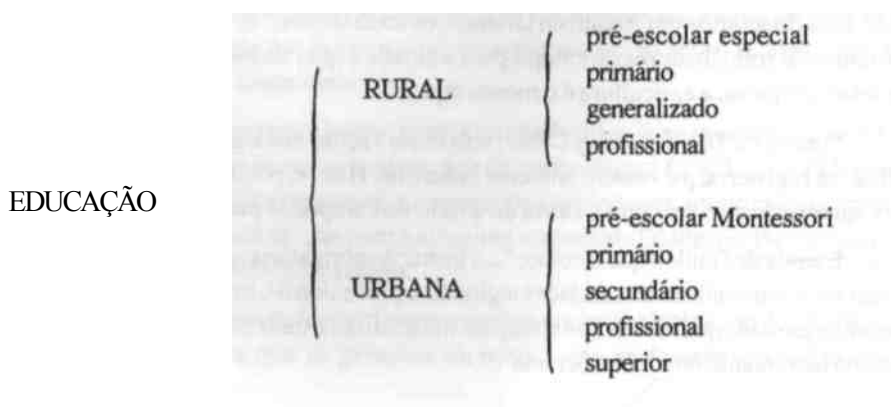
Se "a primeira questão da arte de ensinar é o fim a atingir-se", como tão acertadamente disse Emerson White<sup>20</sup>, o ensino no interior desta parte do Brasil ainda não foi iniciado sequer.

Muito melhor fora que nenhuma escola houvesse sido criada no mato a vermos as que lá existem, em franca função de organismo inadaptado ao fim a que se propunha.

O doutor Fitch, acatado pensador inglês, sobre coisas de ensino, teve algures esta sentença: "Os homens são educados do berço ao túmulo pelo cenário físico e moral que eles encontram, pelo caráter e maneiras de seus amigos, a natureza dos meios e os livros que eles lêem".<sup>21</sup>

Para fixar o exato e racional processo de instrução no interior, bastariam essas palavras. Teríamos daí que executar o plano do ensino, metodizado, de forma que o habitante do campo não se tornasse depois, como se há tornado, um fugitivo para a cidade, por culpa única de nossos maus processos de ensino nas zonas rurais.

Assim, idealizamos a nossa forma de instrução sob o critério bilateral:



<sup>20</sup>Arte de Ensinar, p.27.

<sup>21</sup>Apud E. White, op. cit., p.13.

Isto em traços gerais, de cujos troncos poderiam brotar outros e novos rebentos úteis ao vigor e perfeição da árvore que poderá, como as genealógicas, ser representada em diagrama sempre susceptível de ampliar-se e seguir ambas as diretrizes de suas bifurcações, que representam a bilateralidade do ensino com os seus cursos respectivos:

RURAL — cursos

EDUCAÇÃO

URBANA — cursos

Existe justamente o contrário em nossos programas de ensino. As escolas do campo subministram os mesmos ensinamentos que são aplicados as das cidades.

Resulta, desse erro, que as escolas rurais representam espécies de sucursais para o ingresso, mais tarde, nas escolas da cidade, em prejuízo do País. Esses cursos, porém, não se recomendam por alguma importância pedagógica; são retrógrados, sem um fim, como já dissemos.

A começar do pré-escolar para a educação rural, seria aconselhável aplicar-se um sistema especial, baseado, embora, no montessoriano. Essas restrições seriam aconselhadas pelo motivo único da inferioridade do lar no interior em comparação educacional e instrutiva com a da cidade. A pais roceiros seria impossível, dentro de qualquer tempo imaginado pelo mais ameno otimista, conquistar-lhes a confiança sobre a eficiência, a utilidade do método Montessori. Ora, se nas capitais, com seus grupos escolares e respectivos pavilhões, as *case dei bambini* são julgadas por muita gente boa invenção de malucos! Que sucederia no mato?...

Por isso, e tendo-se em vista que a escola sem o concurso do lar não pode contar vitória, seria preciso adaptar-se aquele método processo que condissesse com o meio, conquistando-se a confiança e o entusiasmo do matuto. Essa substituição didática variaria em conformidade com o meio.

Após o curso Montessori, entrariam as crianças no primário. Este deveria constar, exclusivamente, de:

- a) leitura
- b) escrita
- c) noções de aritmética
- d) preceitos de higiene, exercícios físicos

A leitura não deveria ser absolutamente essa que se ensina atualmente. Tanto relativamente ao sentido como quanto ao processo deveria ser substituída. A leitura dos alunos rurais precisaria ser moldada em programa uniforme quanto ao fim, contendo matéria estritamente regional, de fácil assimilação, e que fosse concorrendo sempre para a alegria local das crianças, criando-lhes confiança na vida do campo, solidificando o amor ao trabalho. Este ensino não deveria ser, de maneira nenhuma, sobrecarregado de matérias acima da compreensão do aluno. "Em seu estado inicial — diz o pedagogo Alex Bain —, a instrução devia ser limitada e completa; limitada de modo a ser completa. A instrução discursiva e vasta vem mais tarde".

Infelizmente foi o que ainda se não fez, pelo menos aqui pelo Nordeste, cujos processos de ensino muito bem conheço. Afora o esforço e boa vontade de alguns beneméritos diretores de Instrução Pública e professores, o que há geralmente é um ensino tumultuário, sem objetivo, todo empírico; e o que é mais grave, quase sempre desaliada a instrução da educação. Daí o afastamento do fim ético da primeira.

Não se pode dar instrução sem educação, e não se pode conceber uma instrução que não eduque: tal é o duplo fundamento da doutrina herbartiana.<sup>22</sup>

Nessa deficiência se açoita — reconhecamos — uma das mais vastas e complicadas impossibilidades de educação do nosso povo. Não sendo, entre nós, obrigatória a instrução, nem ao Estado competindo a educação da mocidade como nos tempos de Licurgo, em Esparta, é quase inexequível aliar esses dois principais fatores do homem social: primeiro, porque o professor, com os atrofiados vencimentos que percebe, não tem ânimo de instruir e educar ao mesmo tempo, já se julgando um benemérito da Pátria em fazendo o que já faz; segundo, porque, no estado rudimentar em que permanecem as famílias do interior, seriam os lares os principais culpados do naufrágio de qualquer tentativa de boa e regular educação.

No curso primário, seria conveniente abolir-se o hábito de se dar as crianças de 7 a 10 anos o exercício da ginástica sueca, muitas vezes cantada.

A doutora Maria Montessori<sup>23</sup> discutiu cientificamente as inconveniências desse sistema de ginástica, condenou-o como absurdo as crianças de tenra idade e criou substitutivos baseados em racionais preceitos pedagógicos a luz da anatomia.

O professor J. Cesca condena as tais ginásticas sistemáticas para a cultura física das crianças e aconselha sejam substituídas pelos jogos, ao que nós aqui chamamos brinquedos e, no mato, folguedos, tendo-se o cuidado apenas de "impedir que degenerem em paixão exclusiva e dominante e que produzam a mania de vencer e exceder os outros, chegando destarte a dar força ao egoísmo, a vaidade e ao orgulho".<sup>24</sup>

<sup>22</sup>J. Cesca, op. cit., p.161.

<sup>23</sup>*Pedagogia Científica*, p.90, segundo trad. do professor Alípio Franca, Bahia.

<sup>24</sup>J. Cesca, op. cit., p.138.

Os jogos livres devem substituir inteiramente — pensamos com Spencer—os exercícios sistemáticos e forçados, pois o que desejamos deles não é simplesmente o fim da atividade muscular, a errônea idéia do atletismo, e sim o apoio a liberdade da criança, que lhe tonifica todo o organismo, máxime o cérebro, antes ou depois das aulas, em que pese a autoridade de Compayré<sup>25</sup> ao aceitar a opinião de Laisné contrária a radicalidade de Spencer em desgabo da ginástica muscular sistemática nas escolas infantis.

Bonfim, em *suas Lições de Pedagogia*, encara a educação física com muito senso. Aceita-a sob o ponto de vista motor, condena o fim atlético, aconselha a ginástica sueca ou mesmo outra sistematizada, mas para certas e determinadas idades.

Somente as crianças que acusem defeitos físicos adquiridos, como a escoliose, desequilíbrios na deambulação, etc, seriam aconselháveis ginásticas sistematizadas, ou seja, as chamadas equilibradoras. Quanto a criança normal, devem predominar os jogos e os esportes, arremata Bonfim, no que, como os demais pedagogistas modernos, está de acordo com a atividade lúdica, na magnífica expressão de Claparède: "a infância serve para brincar e imitar".<sup>26</sup>

Assunto dos mais importantes entre nossos processos de ensino é o da distribuição dos cursos quanto as idades. Ordinariamente, vemos a mais irracional promiscuidade nas classes. Crianças de seis a oito anos a receber instrução que só seria justificada em alunos normais de 10 a 12 anos.

Ao ensino de generalidades, como preparatório do profissional nas escolas rurais, deveria ser dado um caráter natural, intuitivo, livre de instrução empírica, divagações literárias. As lições de coisas, o ensino da língua, sem o horrível abuso das análises estafantes e ridículas a vida do homem do trabalho; a aritmética comercial, moldada em programa aplicável as necessidades da vida real; a história do Brasil, mais voltada para a sociologia, instruindo os alunos nos grandes e salutareos efeitos da boa política administrativa, na necessidade social do homem em auxílio do homem; a geografia, como meio em que o homem opera, e nunca um amontoado de classificações estéreis; os preceitos de higiene doméstica, exemplificados com fatos concretos, de forma que o homem rural creia porque viu. Entretanto, nenhuma das obras didáticas ora existentes poderia ser aproveitada; todas são horripelmente defeituosas. Uma, porque o seu modelo de ensino se baseia apenas no sentimento do belo; outras, porque já não se ajustam com a realidade do mundo atual, conforme provaremos em obra pedagógica em preparação.

Depois desse ensino generalizado vem o último: o profissional, de todos o mais importante para a população rural. O educando deve fazer esse curso final sob os mais atenciosos cuidados dos professores. Conquistando a sua educação, é preciso solidificá-la com este curso final, de onde sairá o homem, o trabalhador, que não veja na mão calejada um labéu infamante; que tenha a consciência do fator produto, do poder que tem o homem de intervir em os domínios da

<sup>25</sup>*Cours de Pédagogie*, p.49  
Alberto Pimentel, filho (*Lições de Pedagogia Geral*, p.144).

natureza e, com sua arte, com sua ciência, modificá-la, corrigi-la em seu prol, em prol de sua Pátria; que não se eduque na superstição, eterno escravo da ignorância, incapaz de vencer obstáculos naturais por temer ofensas a Deus...

Aí, em traços gerais, o plano para o ensino rural, em divergência com o urbano, cujo programa poderia seguir o mesmo curso atual, modificadas certas particularidades didáticas já caducas, e se incluindo como absolutamente indispensável, conforme tivemos já oportunidades de tratar nesta tese, a instrução rural, embora apenas para efeito moral e social.

Quanto ao curso secundário, o tal de preparatório, fora preferível não falar nele. É aí que continua a existir o maior entrave a educação e instrução dos nossos patricios.

Vejam o que já desse desmantelo dizia Ruy Barbosa:

Tomamos o cérebro do adolescente, esse terreno ávido de amanho racional, como se fosse um toro de madeira entregue ao fásquiador; enxequetamos-lhe a serra, a martelo, a enxó e a cola, meia dúzia de escaques envernizados com o nome de preparatórios e os entregamos as academias, para que convertam em doutores esse pau lavrado.<sup>27</sup>

E ainda:

Enquanto o objetivo da instrução não for instruir, mas aparelhar para exames, o exame não será prova de capacidade, mas indústria.<sup>28</sup>

Por fim:

Assim, se transformam os colégios em máquinas de descarregar aprovações, os alunos em autômatos de responder a exames, as faculdades em chancelarias de registrar certificados. Moem-se as provas de capacidade, como o chinês mói a oração.<sup>29</sup>

Isso em março de 1889, ainda no Império! Foi-se a Monarquia; de lá para cá não há mais conta do número de reformas por que passou esse mesmo ensino secundário e, apesar disso, continua o mesmo regime de inaproveitamento e desmoralizações.

O que é indiscutível, entretanto, é que julgamos inexequível a reforma proveitosa em tomo do ensino secundário urbano; mas, pelo menos, incluía-se nesse curso o ensino profissional, de forma que o ensino urbano não tome o homem, como se vê atualmente, num inimigo do trabalho, e o vício exclusivamente para a prejudicial concepção do intelectualismo e do bacharelato.

Já li algures que o desânimo do homem do campo assenta no meio atrasado, sem vias de comunicação, de forma que, não encontrando escoadouro para seus produtos, esmorece e finda por emigrar para centros populosos.

Teríamos aí uma das razões já apresentadas, páginas atrás, da derivação do homem rural para a vida urbana. Como dissemos, esse efeito já é a resultante da subcausa — a econômica — elaborada pela principal: a falta de educação.

<sup>27</sup> *Queda do Império*, tomo I, p.277. <sup>a</sup>  
Id. *ibid.*, p.279. <sup>29</sup> Id. *ibid.*, p.281.

Se o município não trabalha, se o Estado não resolve, se a União esquece o interior e o homem, que compete a esse mesmo homem? Ter ânimo, nuclear-se, coletivar-se e resolver esses problemas vitais por sua conta. Mas é justamente aí que bate o ponto.

De nenhuma educação associativa, coletivista, o matuto já de há muito se habilitou a tudo esperar de Deus e dos governos. Nasce daí o pessimismo horroroso que o domina integralmente. Todo governo para ele é mau, ladrão, inútil. Tudo deve o governo fazer; de tudo é culpado; nem lhe merece o menor crédito. É a mais terrível das fobiarquias...

Tudo porque o sertanejo ainda não foi beneficiado com a civilização, no que ela pode possuir de mais útil: a educação. Uma educação racional e própria ao aproveitamento integral do homem do sertão, conforme nosso projeto, traria naturalmente novas concepções de seus deveres.

Tomando-se mais culto, mais forte, sentiria a necessidade de associar-se, formando partidos como o agrário, e resolveriam naturalmente esses pequenos problemas locais, sem desfalecimentos nem pessimismos irritantes.

À instrução bilateral é que está reservado o milagre dessa redenção do homem do mato, o qual—é visível—tem progredido nestes últimos tempos, chegando-lhe os lampejos da civilização do litoral nos limpa-trilhos das locomotivas e nos pára-lamas dos automóveis. Contudo, essa civilização é perigosa pelo seu caráter tumultuário, adquirida quase de chofre, abrupta, sem transição visível necessária as mudanças sociais.

Civilização intuitiva, civilização de choferes concebida na penumbra oleosa das garagens, chega de sopetão diante do sertanejo zonzó de espanto, entra-lhe pelos olhos adentro, passa-lhe terreiros fora, penetra-lhe a casa, atravessa os seus sertões, como numa epidemia o contágio virulento.

E o sertanejo, ainda piscando do sono em que o surpreende a civilização barulhenta e indiscreta, vai recebendo e assimilando a vida nova sem estar absolutamente preparado para isso. Daí o grande perigo nessa transição violenta.

Esmaece uma população de costumes simples e ingênuos para florescer outra com os feios vícios de centros populosos, de civilização avariada.

Há cerca de quatro anos, percorremos vasta extensão do Nordeste, onde muito notamos os efeitos perigosos de uma civilização apressada naqueles sertões. Em artigo então publicado na revista carioca **Brasil/ Contemporâneo**, dizíamos:

Em suas cidades (da Paraíba), pequenas que sejam, há de tudo que há de moral no século *XX*: *flirt*, *footing*, cinemas, bolinagens, cabelos a *l'homme*, moças que sabem de cor *Mlle Cinema*, que dançam *o fox*, *o shimmy*; há rapazes que vestem cinturados, falam fininho e usam pó de arroz. Há entre famílias pequenos escândalos chiques, e nos alcoices zabaneiras que tomam cocaína.

Com a incursão de tão belas coisas, os mofentos costumes fugiram para a alma dos velhos, dos sertanejos passados, mas que ainda não passaram de todo. Vivem, mas vivem como múmias, a remoer saudades e a nos contar histórias do tempo das valsas com W, dos lanceiros complicados

e minuetes das eras da Monarquia. O sertanejo, o vero sertanejo, o de que rezam as crônicas, está no seu ocaso. O que há de hoje é coisa parcelada, híbrida, heterogênea, mesclaria, sem o todo integral do que existiu. Se ainda nos restam alguns perdidos naquelas caatingas, restos de uma raça como aquele mulato encontrado por Humboldt em terras da América do Sul, dentro em poucos tempos desaparecerão.

Pelo que se observa, portanto, as populações do sertão, com esses pruridos civilizadores soprados do litoral, estão na mais intensa fase de transição.

Um dos dois elementos há de vencer. E como o sertanejo é passivo, a se encontrar diante de uma civilização insólita a lhe causar pasmo como a civilização européia trazida a presença de nossos silvícolas nos complicados mastaréis das caravelas de Cabral, absorverá essa civilização em tumulto, sem compreendê-la. Daí surgir uma geração prejudicadíssima, cheia de vícios, de hábitos reprováveis.

Não cassandreamos sonhos irrealizáveis. É princípio comezinho em etnossociologia que os fracos, física ou intelectualmente, ou pelo número, serão sempre esmagados pelos fortes.

Seja tal fenômeno a seleção natural de Darwin, o sistema sociológico de Gumpłowicz ou as leis indutivas de Giddings, o que todos observamos é que os povos arredios, quando em contato com os civilizados, são por estes absorvidos até o desaparecimento final.

Devem os responsáveis pela educação do nosso povo prevenir-se contra esse tumulto de transição. Que venha a civilização com todo o seu séquito de benefícios, de trevas e de luzes, mas, ao penetrar no lar do homem, o encontre preparado para recebê-la e assimilá-la. Este preparo só poderá ser dado pela instrução educativa. Ela representará a peneira da seleção, o aparelho do escardeio, o joeiramento que separa o joio do trigo, indispensável a formação do caráter que é o termômetro regulador da moral.

Meditem, pois, os responsáveis pelos destinos do País, e confiem a professores de verdade essa nova cruzada em prol do homem do interior, dando-lhe a instrução indicada, e hão de ver como, daqui a algumas gerações, que futuro diferente do que ora entrevemos não iluminará os destinos do Brasil!

E custaria tão pouco! Mesmo dentro dos orçamentos existentes, os governos poderão dar essa nova orientação pedagógica a instrução nacional, ou seja, o programa bilateral, em contraposição a errônea unilateralidade, cujos defeitos têm causado tanto mal a vida da nacionalidade e se projetarão com seus males, indefinidamente, em o Brasil de amanhã, se não levantarmos nos bivaques das novas concepções do ensino as armas redentoras em defesa da Pátria.

#### CONCLUSÕES

Em face dos comentários expostos em ambas as partes desta tese, concluo:

a) que devem ser abolidos das escolas rurais os livros atualmente em uso, máxime os de leitura, História e Geografia, por não educarem os alunos de acordo com o meio, e sim

estão a determinar o perigoso fenômeno de demografia dinâmica em várias regiões do Nordeste;

b) que em substituição aqueles livros devem ser editorados outros sob o critério didático do meio e subministrados por professores julgados capazes pelos órgãos competentes da Diretoria de Instrução e Educação dos estados;

c) que deve ser efetuada a abolição completa na instrução, quer urbana, quer rural, do ensino da História e da Geografia ou Corografia do Brasil somente pelo sentimento do belo;

d) que devem ser instituídas, no ensino urbano, disciplinas sobre curso rural, conforme sugestões contidas nesta tese;

e) que deve ser obrigatório, nas escolas masculinas do País, especialmente nas secundárias, o ensino intensivo e extensivo do intelectualismo;

f) que nas escolas rurais os cursos de profissão devem seguir programas diferentes dos urbanos, conforme as exigências e critérios do meio;

g) que deve ser restringido o ensino de civismo pelas preleções baseadas somente no sentimento guerreiro, adotando-se, de preferência, os exemplos de amor a Pátria pelo trabalho, quer intelectual, quer social, quer administrativo, quer elaborado pelo altruísmo ou braçal;

h) que, finalmente, em vista de assumir o ensino profissional um aspecto de verdadeira unificação do próprio caráter nacional, deve o governo da União assumir sua inteira responsabilidade material, deixando porém aos Estados que dele necessitarem a respectiva administração, tomando-se destarte mais eficiente o seu funcionamento.

TESE N° 5

## NECESSIDADES DA PEDAGOGIA MODERNA

**Líndolpho Xavier**

Instituto Lafayette, Sociedade de Geografia do  
Rio de Janeiro e Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

**C**ada tempo com seu uso ... diríamos melhor: cada época com as suas necessidades. O homem de hoje é tão diferente de outro do tempo de César como de *umernytheríngé* (isto disse alguém). Não será tanto: pelo menos a espécie é a mesma; o intelecto é que mudou. Naquele tempo não havia rádio, não havia cerveja, não havia fumo... Não havia tantas coisas mais!

Não havia cocaína (porque esta e o tabaco haviam de ser fornecidos pela América). Não havia o vapor (viajava-se a remo no Mediterrâneo e em caravanas nos desertos). Não havia barcos, nem se conhecia o cheque, nem o jornal, nem o livro, nem a oficina, nem a loja.



Por isso não se ensinavam as ciências econômicas, a mecânica, a higiene; desconhecia-se a palavra pedagogia.

Hoje é bem diverso: a civilização trouxe paralelamente bens e males; ensinou a imprensa, e esta espalhou complexivamente a literatura edificante e a corrosiva. Criou os altos-fornos e difundiu a máquina de tecer e de matar; armou estaleiros onde se constróem transatlânticos e *preadnoughts*; fez a anilina e o gás asfixiante; apareceram o álcool, o tabaco, a cocaína, a morfina, a carta de jogar; oficializaram-se as loterias.

Para cada bem uma série de males. E assim o mundo de hoje.

Velocidade, utilidade, especialidade.

Como complemento: materialismo, egoísmo, pragmatismo.

Missão da Pedagogia: desenvolver a fraternidade e o altruísmo.

Fazer o homem sinérgico, mais simpático, mais enérgico, mais sábio, mais simples, mais prático, mais previdente, mais fraternal, mais republicano, mais religioso.

Como conseguir? Ensinando-lhe a herança do passado, para que ele a use e a transmita melhorada aos seus sucessores.

As heranças do passado são cinco. Estudemo-las, de acordo com as regras de Murray Butlen

*Herança científica:* A criança deseja penetrar nos mistérios da natureza, ama interrogá-la e compreendê-la. A nós impende ensiná-la a decifrar esses enigmas, que se afiguraram durante séculos, aos nossos antepassados, como verdadeira esfinge. Já agora munidos dos métodos científicos modernos, amanhã penetraremos nesses áditos sagrados, não como o fizeram os pensadores gregos e orientais, com medo e trêmula emoção, mas com segurança e firmeza. Levantando as dobras das cortinas vamos desvendando dia a dia o espetáculo do universo, que é feito de surpresas e de belezas supremas.

*Herança literária:* A criança deseja expressar-se, apropriar-se da sua língua, depois das de outros povos, e assim adquire o instrumento primeiro de comunicação, não só com os contemporâneos, mas já também com os pósteros. A linguagem é a porta aberta para o presente e para o passado, por onde nos comunicamos com os numes da humanidade; contém em si mesma, em seus produtos, em suas nuances, em suas formas, em sua capacidade de abstração e de comparação, o registro do adiantamento das idéias da raça. É por meio dela que chegamos a entender a voz dos videntes, dos aedos, dos sábios, nas suas revelações mediúnicas. Por essa razão usa-se colocar hoje a herança literária ao lado da herança científica; o dicionário abre ao espírito iguais horizontes que a tábua de multiplicar. Ambas vão dar, quase paralelamente, ao mesmo mundo de beleza e grandezas infinitas.

*Herança estética:* De posse daqueles instrumentos, penetra a criança no mundo de emoções da poesia; vem a música, os quadros, as telas, as formas esculturadas, a arte arquitetônica, o ritmo, a expressão; surge a beleza nas tintas, nas rimas, nos sons, nos conceitos edificantes, nos exemplos sublimes, na pureza das linhas, no movimento.

*Herança institucional:* O estudante agora abre os olhos e contempla o mundo como está organizado; sente-se rodeado de garantias, sob uma providência geral que o vela; há um governo, há leis, a propriedade é respeitada, a família goza de prerrogativas. Donde vem tudo isso? Do passado. Os homens levaram milênios a organizar essa máquina, que funciona harmonicamente, com as molas hoje ajustadas, produzindo a felicidade geral. Então, se o jovem quiser aprofundar, vai ver, através dos seus mestres, como isso custou sangue e sacrifícios, lucubrações, tentativas, avanços e recuos, depois se firmou numa estabilidade geral garantida pela lei. É curioso ver como as opiniões se chocaram, como desse embate surgiu uma verdade que estabilizou o mundo. Basta citar a escola dos sofistas, combatida por Sócrates, que julgava o homem capaz de bastar-se a si mesmo, ser o único árbitro dos próprios destinos, descobrir e adaptar as verdades que lhe parecessem; escola esta ainda perfilhada por Rousseau e combatida pelos enciclopedistas, teoria egoística que transformaria o mundo em milhões de átomos independentes, governando-se livremente; teoria esta que, posta em prática, traria em conseqüência o desmoronamento das instituições que regem a vida social. Outra corrente é a que nega ao indivíduo todo o valor pessoal, como quantidade sem expressão, em face do todo — a sociedade; assim pensaram os discípulos de Confúcio, na China, que formaram uma civilização em torno do culto dos antepassados; assim se praticou na Índia, em proveito do sistema das castas; tal aconteceu no Egito, por interesse da classe sacerdotal. Mas todas essas civilizações ruíram por terra, diante do avanço do progresso humano.

O que prevaleceu foi a doutrina dos gregos, sustentada principalmente por Aristóteles, depois continuada pelos outros príncipes do pensamento, como S. Paulo, S. Tomás, Libnitz, Kant, Condorcet e, necessariamente, por Augusto Comte, isto é, que a verdadeira linha do progresso está num meio-termo; o indivíduo humano é uma unidade sujeita a outra unidade maior e, como parte desta, tem que render-lhe culto e obediência; o indivíduo tem direito a liberdade, mas em subordinação a lei; o indivíduo como cooperador e a sociedade como previdência, ambos com deveres recíprocos.

A razão humana descobriu, afinal, que a única liberdade profícua é a que expande dentro dos códigos, porque esta oferece campo a todas as atividades, sem prejuízo do próximo. Basta auscultar em tomo de si a atividade industrial e comercial, verificar a amplitude a que chegou a liberdade do pensamento e de opinião, o florescimento da Igreja, da imprensa, a estabilidade do Estado, da propriedade e da família, para ver como a sociedade andou, quanto temos que agradecer aos ancestrais o mundo de trabalho e de bens que nos legaram.

*Herança religiosa:* Esta é a mais alta de todas; envolve, por isso, responsabilidades. É o coroamento da moral, é a cúpula do edifício. Por meio desta disciplina vamos estabelecer o policiamento das atividades. Pelos seus eflúvios, ela esparge bênçãos e bondade nos homens; consola, purifica e sublima o entendimento. O mestre deverá mostrar como a religião está inerente nos povos, quer seja no selvagem, sob a forma do fetichismo, quer nos civilizados, sob a aparência do politeísmo e, depois, do monoteísmo, quer, finalmente, na razão científica, primeiro sob a forma metafísica, depois, positiva. É dos costumes dos colégios protestantes e católicos ministrar o ensino da Bíblia. O árabe ensina o Alcorão, e

os budistas o código de Manu. Nas escolas laicas, tanto privadas como do Estado, é costume adstringir-se o ensino as ciências e deixar-se a formação do espírito religioso as famílias e ao sacerdote.

De qualquer forma, porém, que se encare o problema, persiste o encargo da transmissão dessa herança sublime que nenhum povo pode dispensar.

Neste momento, todas as vozes autorizadas estão batendo o alarma da irreligiosidade. Os pontífices das igrejas estão vigilantes, conclamando, em encíclicas e orações, o povo a arregimentar-se sob a bandeira de uma crença. O que há é a incredulidade disfarçada em ceticismo.

De longa data vem a razão humana sendo trabalhada pelos negativistas: ou é Nietzsche, com os seus sectários, negando os serviços do cristianismo e responsabilizando-o pelos danos da humanidade; ou é Kitpotkine e os seus adeptos negando o governo e as leis; ou, finalmente, Marinetti, com o seu futurismo, mandando incendiar as bibliotecas e museus, mutilar a linguagem, suprimir as crenças e erigir o homem em animal-máquina.

Nietzsche falhou; falhou Kitpotkine; falhou Marinetti. A América quer viver com liberdade, mas respeitando o passado. A terra é ainda selvagem e precisa dos jorros luminosos das fontes castálias da Grécia, de Roma, da antiguidade oriental, principalmente de Paris, para criar as suas belezas, os seus monumentos. No Egito, na China, na Itália, saturados do ambiente do passadismo, vá lá que se tente criar uma mentalidade nova. Mas nós, na América, e principalmente no Brasil, saturados de um ambiente sentindo em tudo a selvageria, só temos um escopo: criar a mentalidade americana, moldada nos monumentos clássicos.

Ainda hoje, a *República* de Platão, escrita há dois mil e duzentos anos, é o melhor tratado de educação! Aristóteles governa o mundo com as suas idéias e Horácio rege até hoje a arte poética. Destruir os *Vedas*, queimar os *Versos Dourados* de Pitágoras... suprema utopia dos renovadores!

Pelo contrário, o que nós temos a pregar aos moços é o quanto valem aquelas cinco heranças, que representam a sua própria vida; só então eles compreenderão quantos são os seus deveres, quanto têm que dar e tomar, impor e obedecer, adaptar-se e relacionar-se, simpatizar e cooperar, sem o que não poderia haver civilização e progresso. Ou cairíamos na anarquia de Rousseau ou no estancamento coletivo da China, da Índia e do Egito.

A longa e pesada escala ascensional dos conhecimentos precisa repousar sobre alguma base: é a saúde do aluno; é o físico. Antes que tudo, é lei de fisiologia, o homem precisa ser um bom animal. Educado o corpo e o espírito, então, chegamos ao estado de cultura que os alemães exageraram um pouco e que nós, latinos, procuramos interpretar mais humanamente.

Tornaram-se célebres aquelas palavras com que Rousseau inaugura as páginas do seu *Emílio*: "Nós não conhecemos a infância; baseados em falsas idéias que possuímos, quanto mais se avança, mais se atrapalha. Os mais sábios se preocupam com o que importa ao homem saber: mas não consideram o que as crianças são capazes de apreender. Todos procuram o homem na criança, sem se lembrar cada qual o que foi antes de ser homem".

Lembramo-nos agora das palavras de Goethe: "Que só a educação física, completada pela intelectual e moral, dá ao homem o direito de se julgar verdadeiramente culto".

Recordaremos também aquele da Biologia, de que o homem deve ser um bom animal.

Então aconselharemos a criança que se eduque fisicamente, que exercite o seu corpo na ginástica, principalmente a sueca; que tenha asseio, sobriedade, método; que não se envenene com os narcóticos; que não frequente lugares libidinosos; que ame a pureza, a sociabilidade, a economia; porque só assim ela poderá vir a ser um homem verdadeiramente culto, verdadeiramente digno das funções a que é chamado na sociedade.

E, feito isto, está cumprida a missão de educador.

Quantos anos levará este trabalho? — perguntarão muitos.

Levará vinte e oito anos, responderemos, de acordo com a Sociologia. Desde que a criança se move por suas próprias mãos, aprende a comer e a falar, está começada a idade da primeira educação. Esta pertence a mãe. É ela a melhor professora, e pena é que não acompanhe os passos do filho até o fim da sua carreira de estudos. A natureza marcou-a com os signos da educadora: deu-lhe o leite e a ternura, dons esses que não deu ao homem, para mostrar que a ela e não a ele compete esse mister sagrado da educação na primeira infância.

Depois vem o jardim de infância, a escola primária, o colégio; a mãe, não podendo dar o ensino que ignora, entrega o filho a um educandário.

Começa aí a responsabilidade da Pedagogia. É preciso guiar a tenra plantinha, para que ela não torça, não degenera. É ensinando aquelas cinco heranças ancestrais que o professor lhe dirige os passos, até que atinja a idade da adolescência, da juventude, da madureza.

Da escola elementar, do colégio do curso secundário vai o jovem as escolas profissionais; aí se forma para a vida prática, adquire os instrumentos com que vai ganhar a subsistência, conquistar a posição na sociedade.

Enfim, até que o estudante atinja esta idade e ingresse definitivamente na carreira profissional independente, está consumida a metade da existência de uma geração.

É demais! — redarguirão os cétricos.

Não é demais — observarão os verdadeiros pedagogos. É o tempo indispensável para que o moço adquira todos os conhecimentos, sem o que não será nunca um homem verdadeiramente culto. Só assim ele entrará na aquisição do vasto passado histórico, compreenderá a vida, para assegurar-se o domínio do presente imediato.

Nós agora poderemos encantar a criança, indicando-lhe como ela representa um papel importante na sociedade. Ela é o elo entre os pais; foi ela que transformou, através do passado histórico, o ser humano, de animal gregário que era, em homem que vive em família monógama.

Essa longa tutela, que exige, aproximou o lar, formou os professores. Depois cresceu, tornou-se um cooperador da humanidade onde severos deveres se lhe impõem. Vai assumir com a comunidade os mesmos encargos que fizeram dela o ponto de atração. Será amanhã uma unidade eficiente no seio dessa outra unidade ainda maior que terá de respeitar e obedecer. Terá missões a cumprir, será destacada para funções de alta responsabilidade e impede-lhe o dever de servi-las com desassombro, com amor e verdadeiro culto cívico.

Agora que o precipício está passado, mostraremos ao adulto como ele atravessou sobre perigos desde a depravação ao inanismo. Apontaremos a página de Rousseau onde diz que a infância é como essas plantas nascidas no meio de uma estrada: cada qual lhe aplica uma mutilação; este corta-lhe a epiderme, aquele torce-lhe um galho, outro arranca-lhe as folhas, de sorte que, de mutilação em mutilação, não lhe resta por fim nada da aparência que a natureza lhe deu.

Mas podemos consolá-la com as próprias palavras de Rousseau, que insinua em nosso espírito a tendência geral para o bem: as próprias plantas, retorcidas, maltratadas, vergadas sobre o solo, dão outros renovos, e estes procuram sempre a posição vertical.

Assim é o homem na vida: sujeito a mil influências funestas, ele readquire, com a educação, a linha estrutural dos homens de bem.

A civilização, como o cavalo, precisa de bridas, sem o que será como uma locomotiva disparada em busca do precipício.

Que espécie de freio será esse com o poder de dominar essa máquina que se chama progresso? Sócrates chamava-a Filosofia.

Filosofia, na linguagem socrática, queria dizer: a ciência da vida.

Nós hoje, com o andar dos tempos, temos outra expressão mais moderna e mais adequada: chamamo-la Educação.

Que é então educar?

A Fisiologia e a Psicologia nos dão perfeitamente essa explicação.

João Fiscer, um dos maiores prescritores em Biologia e Sociologia, demonstrou que o indivíduo humano, submetido a série contínua de influências ambientes que sobre ele agem, representa, na vida, a figura de um ponto que vai atravessando uma série de círculos concêntricos, até que esse ponto atinge a circunferência do que chamamos saber, conhecimento ou cultura dos homens.

Quanto mais rudimentar o ser, mais simples a educação.

Nos animais da escala mais baixa, não há infância. Nascem preparados já para a vida, que é apenas nutritiva e defensiva. Trazem em si os aparelhos da defesa e da digestão; é quanto basta.

Nos animais superiores, nos mamíferos, o período de adaptação vai-se alongando. A época de plasticidade vai se tornando mais complexa a proporção que o animal vai tendo maiores necessidades de adaptação; até que no homem, enfim, que é o mais elevado da escala, esse período plástico atinge ao máximo, que é, como vimos, de vinte e oito anos.

Durante esse tempo, ele está pronto a adaptar e a aperfeiçoar todas as formas que se lhe queiram imprimir. É como a argila ou a cera.

Difícil, delicada, é pois a missão dos pedagogos. Tomar esse ente e transformá-lo num animal útil é tarefa muito longa e por demais penosa.

Mas os verdadeiros educadores não se arreceiam desse mister; pelo contrário, tomam-no sem temor e dedicam a ele toda a sua existência.

Bem razão tinha Rousseau, quando disse, nas páginas do *seu Emílio*, que de todas as atividades úteis a mais útil é a arte de formar homens.

A Pedagogia moderna tem que encarar uma série de fenômenos que eram totalmente desconhecidos na antigüidade.

A Sífilis é nova, é quase dos nossos dias. Haverá possibilidade de silenciar sobre ela em Pedagogia? Seria negar a sua própria finalidade.

O álcool é também dos nossos dias. A antigüidade conheceu, é certo, o vinho, que embriagou Baco e Noé. Mas os licores, a cerveja, as aguardentes eram desconhecidos.

Ajuntaram os dois, álcool e Sífilis, numa verdadeira *societas sceleris*, para destruir toda a estrutura da vida, para ceifar-lhe toda a dignidade e minar-lhe as raízes mais profundas.

A medicina, num clamor vitorioso, vai levando de vencida essas duas feras em alguns pontos do globo. No Brasil, porém, o fantasma levanta ainda impunemente a cabeça, zombando das autoridades e dos sábios.

Poderá a Pedagogia passar indiferente sobre esse perigo social?

O caráter das gerações futuras dependerá da saúde física e moral que se lhes der e de preparação e meios de defesa com que se as armam.

A Pedagogia moderna tem que defender a saúde e a vida, combatendo os tóxicos, ensinando a ginástica, a higiene; tem que pregar os princípios do método e da sobriedade, aparelhando o indivíduo para a vida ambiente.

A verdadeira Pedagogia ensinará os meios práticos de vencer na vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico e moral.

Toda verdadeira Pedagogia tenderá para o ensino da Economia, no tempo e no espaço. Tudo no melhor processo, com o mínimo de dispêndio e o máximo de proveito, na maior velocidade.

Toda Pedagogia moderna será fordiana: irá buscar nos livros de Ford os processos da vitória, com o máximo de humanidade, no mais intenso sistema de economia, com a generalidade das especializações. Para o fordismo não há aleijados, não há inúteis; todos cooperam para a obra geral.

Todo ensino será eminentemente psicológico, para que se coordene entre os homens a moralidade consciente. Para isso, a Psicologia terá grande ascendente na escola moderna.

A higiene será erigida em dogma, não podendo nenhum professor ocupar o magistério sem dela estar senhor. Haverá de combater-se sem tréguas qualquer manifestação da toxicomania: o fumo, o álcool, os demais entorpecentes; não se abrirá exceção nem para o licor, o vinho, o champagne; não se tolerará o tabaco sob qualquer forma que se manifeste; guerra de morte a qualquer entorpecente.

Em compensação abrir-se-á franca cidadania ao café, ao mate, ao guaraná, aos refrescos feitos de frutas sem álcool. O café fica erigido em auxiliar poderoso de moralidade, capaz de fazer esquecer qualquer daqueles vícios.

O café está vencedor por experiências sucessivas e decisivas entre os homens de trabalho, quer físico, quer intelectual. O café somente terá que ser morigerado entre as pessoas nervosas, cardíacas e as crianças.

O mate e o guaraná, pelas experiências empíricas, desde os indígenas até os nossos atuais observadores de laboratório, ficam recomendados como ótimos para a saúde física e mental.

Como conseqüência destes postulados, será aconselhada a retirada do emblema do fumo das armas da República, apoiando-se uma representação aos poderes públicos para que, a bem da moralidade, seja retirada aquela planta e substituída pelo pau-brasil, pelo algodoeiro, pelo milho ou o cacau, todos autóctones.

Igualmente se tomará como postulado a negação da atenuante da embriaguez nos crimes comuns, devendo pleitear-se a retirada dessa atenuante do nosso Código Penal.

Aconselhar-se-á a taxaço cada vez mais pesada nas loterias, até seu fechamento; a extinção das casas de jogo de azar; o imposto proibitivo sobre casas que venderem bebidas alcoólicas, até a completa extinção; a proibição do uso das bebidas espirituosas em todo o país.

O progresso mecânico traz consigo grandes imposições aos homens do tempo atual. A civilização da máquina exige a mecanização do homem, qualquer que ele seja. Assim, todo cidadão saberá manobrar um veículo de transporte, não se considerando como educado o que não preencher *esses desideratum*.

Para adiantar o advento dessa era, exigir-se-á nos programas pedagógicos a ampliação das lições de mecânica e de eletricidade, de modo que cada educando demonstre nos exames de física o conhecimento prático do volante e saiba guiar um carro em horas de perigo, travar um veículo a disparada, fazer ligações elétricas de luz e força, etc.

Precisamos evitar que todos ignorem as manobras de veículos, como se dá atualmente, em que qualquer acidente na pessoa dos motoneiros ou condutores exponha vidas preciosas a iminentes perigos, por falta de quem, de improviso, possa substituir um técnico que enfermou ou caiu eliminado por imprevisto acidente durante a viagem.

Conclusão: não será aprovado em Física o aluno que não demonstrar aqueles conhecimentos, ficando o professor obrigado a ministrá-los.

De acordo com as manifestações anteriores, a Associação mantém a repulsa aos estudos parcelados e recomenda a seriação em todos os estudos científicos, artísticos ou literários, banindo-se o parcelamento como desorganizador da verdadeira preparação educacional.

Em todos os estudos, desde o infantil até o superior, se orientará o ensino para o lado econômico: incutindo idéias de trabalho, amor a riqueza da terra e aos hábitos de indústria e comércio.

Sempre teremos em vista que os problemas contemporâneos são e serão sempre cada vez mais econômicos.

Em todas as palestras ministrar-se-ão ensinamentos quanto a finalidade das instituições: o mundo será sempre e cada vez mais republicano, mas as democracias só vivem pela opinião esclarecida. As dinastias não existem mais, nem nunca mais existirão; mas em seu lugar ficou a opinião pública, e esta só se manifesta através dos mestres e dirigentes. Portanto, a educação das elites é dever de salvação pública.

De nada valerá ensino sem base econômica e moral; por isso, fica reconhecida como infrutífera qualquer tentativa de alfabetização da população sem que esteja entregue a verdadeiros educadores, que tenham diante de si programas enciclopédicos, ligando os indivíduos pela fraternidade e tornando-os úteis a cooperação social.

Porque o contrário disso seria pior que a ignorância. A simples alfabetização sem pedagogia será a porta aberta para a corrosão, premunizada pela ignorância.

Aconselha-se a escola ambulante, a maneira das em uso na península escandinava, especialmente na Noruega, cujos modelos devem ser buscados para ser implantados no Brasil. O mesmo professor preparará em repetidas viagens turmas de alunos, a quem irá paulatinamente entregando os desvelos da classe, sob sua única direção. Assim, economia de trabalho e de tempo, multiplicação de esforços e domínio do deserto.

Adotando a série de medidas que a experiência vai aconselhando, teremos preservado o Brasil do desfalecimento, dando-lhe com a boa instrução os instrumentos da vitória nos seus grandes destinos no planeta.

TESE Nº 6

## DIVERTIMENTOS INFANTIS

**Maria Luiza Camargo de Azevedo**

Seção de Divertimentos Infantís da Associação Brasileira de Educação

**R**ecrear é divertir a criança, dando-lhe bons ensinamentos de moral, de civismo e a alegria sã, que deve ser a companheira fiel de toda a infância.

Recrear não é emocionar com cenas degradantes, passionais ou trágicas, apresentando-as a imaginação infantil, tão facilmente impressionada, com elementos de diversão.

Devemos afastar da curiosidade instintiva dessa primeira idade tudo quanto desejamos evitar ou proibir. Na criança existe a insaciável sede do saber; o que ela não compreende pergunta, e



o que não lhe satisfaz como resposta ela formula conclusões consigo mesma, a mais das vezes com falsas verdades. Daí resulta o perigo das nevroses e não raro vemos sucumbir uma criança destinada a grandes vôos, por não haver suportado o peso de saber coisas que ainda não lhe eram destinadas.

As diversões infantis devem ter hoje um lugar de destaque inconfundível na educação moderna.

Não é somente disciplinando em bancos de escola, sob a voz severa do mestre, que se ensina a criança que há um mundo melhor e superior, que os nomes por vezes complicados de países desconhecidos encerram maravilhas e riquezas que lhe deslumbrariam os olhos. Se passássemos essa mesma lição num filme cinematográfico, veríamos toda a classe se agitar, e espíritos que até então adormeciam com a clássica cantilena dos nomes das capitais, dos rios e das montanhas se perfilariam, indagando e querendo ver melhor as paisagens que se desdobram pela tela branca.

A escola primária deveria ser o parque infantil contendo o pequeno cinema com filmes recreativos, didáticos e instrutivos, o pequeno teatro para as representações de peças genuinamente infantis, o campo para os jogos coletivos, a cultura física, etc.

O programa, conscienciosamente traçado sob as vistas de um professor e médico higienista, conteria a ginástica rítmica e sueca, a música, os elementos de história natural, o desenho e a liliputiana literatura, orientando assim o bom gosto da criança, inculcando-lhe ao mesmo tempo o hábito da boa leitura, que é o complemento indispensável a boa cultura.

À criança vedamos sistematicamente os livros e as imagens que julgamos perniciosos, evitamos as más companhias.

Na escola ou no convívio da família, ela se encontra sempre ao abrigo da moral. Entretanto, em matéria de teatro ou cinema, vemos naufragar num momento todo esse carinhoso cuidado, consentindo que crianças assistam a filmes por vezes pornográficos e licenciosos e a peças de teatro de critério duvidoso, não só desmoralizando-as como pervertendo-lhes o gosto do belo e da nobreza de caráter, que devemos alimentar, incondicionalmente, como fatores predominantes para a felicidade da criança e como meios essenciais a conquista dos ideais de amanhã.

#### CINEMA

A cinematografia é uma arma de dois gumes, tanto corrompe como instrui e educa. Manejada com acerto, ela é a maior propagadora da ação moral, da tão almejada paz universal, disseminando entre países de diferentes raças a ciência, a arte, a indústria e o comércio, unindo assim povos os mais distantes, proporcionando-lhes ensejos de um intercâmbio valioso em todos os terrenos. Mal orientada, é o abismo em que se afogam os bons costumes e a inimiga acerba da infância, que nela vê, revestidos de fausto e sedução, os ignominiosos vícios humanos.

A campanha contra o mau filme deve ser mundial, pois o mal é coletivo. Todos os países deveriam reunir seus esforços concatenando a defesa, opondo-lhe uma barreira invencível e cercando-lhe, com leis severíssimas, a alegação dos direitos que assistem aos homens livres.

O bom filme deve, entretanto, ser amparado por leis internacionais, isentando-o de impostos, facilitando por todos os meios a sua exibição, pensando nos benefícios imediatos para a juventude, que teria nele o espelho em que somente se refletisse o que a humanidade tem de superior.

De acordo com o nosso ambiente, o critério adotado pela A.B.E, para a seleção de filmes próprios para crianças é o seguinte:

— os filmes que devem ser recomendados são: os instrutivos, educativos, didáticos e os recreativos, quando de acordo com a mentalidade da criança.

— os policiais, os de grandes lances dramáticos ou trágicos e os passionais não serão de forma alguma recomendados, mesmo que o enredo não seja contra a moral ou venha como corretivo ao vício, porque exercem, inconstestavelmente, pernicioso influência no espírito infantil.

#### **SUGESTÕES COMPLEMENTARES PARA MAIOR ÊXITO DA CAMPANHA**

1) Saber, por intermédio da Liga das Nações, quais as medidas tomadas nos grandes centros mundiais e depois estudá-las criteriosamente, adaptando-as ao nosso ambiente.

2) Fazer um apelo a todos os estados do Brasil para cooperarem com a A.B.E, nesta campanha, considerada hoje de grande alcance social.

3) Fazer sentir as competentes autoridades que a elas e aos diretores dos estabelecimentos de ensino pertencem a garantia e eficiência de nossa campanha.

4) Procurar o chefe de polícia para que, aproximando a A.B.E, dos censores de filmes, possa cooperar amistosamente, não consentindo que os filmes considerados inconvenientes sejam levados as casas de diversões com título de matinês infantis.

#### **SEÇÃO DE DIVERTIMENTOS INFANTIS E SEÇÃO DE COOPERAÇÃO DA FAMÍLIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**

(Aprovado em reunião da diretoria e do Conselho Diretor, em 10 de dezembro de 1926).

Do relatório apresentado pela presidente da Comissão Cinematográfica, dona América Xavier da Silveira, destacamos alguns tópicos que mostram, claramente, as conclusões satisfatórias e a aplicação imediata das mesmas: "Procuramos os principais importadores de filmes da capital e, para não ferir interesses comerciais, pois o nosso intuito era colaborar e não combater, pedimos a esses senhores que nos fornecessem, mensalmente, a lista de filmes que seriam lançados

no mercado durante o mês e, de posse dessa lista com o resumo destes, faríamos a propaganda nos colégios e famílias, correspondendo ao apelo a nós dirigido por pais e professores; recomendaríamos em anúncios pela imprensa e pela radiotelefonia, semanalmente, os programas que poderiam ser vistos sem receios pelas crianças dos 7 aos 14 anos. No caso de alguma dúvida sobre a propriedade do filme, as senhoras da comissão organizadora para a seleção de filmes iriam vê-los passar no salão de projeções da firma importadora. Imediatamente, aceita a nossa idéia, foram tomadas as medidas necessárias para a eficiente propaganda dos mesmos, como: a divulgação pela imprensa, pela radiotelefonia e mesmo colocando cartazes dentro dos colégios e das escolas públicas. Foram os seguintes importadores que muito cooperaram no feliz desempenho desse importantíssimo trabalho: Marc Ferrez e Filhos, Fox Filme Corporation, Universal Pictures, Paramount, Cia. Brasil Cinematográfica, Metro Goldwin Mayer Ltda., First National, Matarazzo e U.F.A".

Obtivemos algumas entrevistas valiosas sobre o assunto, que aqui juntamos, demonstrando o desejo veemente que nós, brasileiros, alimentamos para o saneamento moral do cinema.

Os primeiros passos foram dados e abriram o caminho já agora desbravado; é só seguir sem desfalecimentos, pois a boa vontade que encontramos de todos que conosco trabalharam só nos pode estimular.

Doutor Roquete-Pinto, digníssimo diretor do Museu Nacional, solicitou a cooperação das seções que trabalharam na questão do cinema educativo, e estas em combinação com o senhor Rosenvald, diretor da Fox Film, forneceram-lhe a lista dos filmes didáticos a serem exibidos futuramente no museu, pretendendo o seu diretor fazer passar tais filmes em benefício das escolas oficiais e particulares, na sala de projeções do Museu Nacional.

#### LITERATURA INFANTIL

Somos todos de opinião que um bom livro é o melhor amigo. A literatura infantil é um campo vastíssimo de recreação e um dos mais complexos.

Podemos asseverar, sem receio, que a literatura infantil, após as teorias de Freud, sofreu uma transformação radical. Das asas da fantasia viemos bater nas portas da realidade. Isto não quer dizer que devemos, de chofre, mostrar a criança o que a vida tem de triste na sua dura realidade, mas nem tampouco alcatifar unicamente de flores as pequenas pedras que há nas estradas a trilhar.

Os contos de fada morreram com a aviação e os submarinos, e as quiméricas visões de Júlio Verne são hoje atestados de sua extraordinária concepção dos inventos modernos.

A imaginação infantil já é por si mesma a própria fantasia da vida. Devemos corrigir com uma literatura sã esta tendência de toda criança ao inverossímil e ao fantasmagórico.

Num país novo como o Brasil, em que tudo agora desabrocha vertiginosamente, devemos encaminhar a formação da sua biblioteca infantil toda inspirada nas modernas teorias.

A Associação Brasileira de Educação tem tratado com especial carinho desse assunto, e a sua Seção de Cooperação da Família, após interessante inquérito em nossas escolas sobre livros e autores prediletos, entre crianças de 7 a 14 anos, selecionou-os de acordo com a idade e o sexo do pequeno leitor. É interessante, merecendo mesmo salientar que os livros mais votados foram os de edições de baixo custo.

Para um intercâmbio de literatura infantil, o que seria de grande eficácia ao perfeito conhecimento, desde tenra idade, da mentalidade e do valor de outros povos, lembraria a conveniência de a Liga das Nações patrocinar *umbuneau* internacional de divulgação gratuita das melhores obras nesse gênero, esparsas pelo mundo, facilitando a versão das modernas nos idiomas mais falados e confiando-as as diferentes associações de educação, hoje trabalhando proficuamente em todos os países, para as propagar de maneira que as tomassem acessíveis as crianças de qualquer nacionalidade e condição social.

#### TEATRO INFANTIL

Este meio de diversão é que nos tem favorecido o melhor campo a nossa atividade.

Em cinco vesperais realizadas em 1926 evidenciamos, com pleno êxito, o quanto deve ser aproveitado o teatro infantil como fator educativo. Apresentamos alguns programas nossos, certos de que eles merecerão o devido exame da forma com que foram traçados, obedecendo as severas observações quanto ao critério moral, as propriedades dos mesmos e aos elementos educativos e recreativos que encerram.

Sempre que nos foi possível, entrevistamos junto aos nossos empresários, fazendo-lhes sentir o valor que representa o teatro para a moral coletiva, orientando-os neste sentido.

Por ocasião dos festejos carnavalescos do corrente ano, conseguimos que danças tais *como charleston*, maxixe, etc, fossem substituídas por danças clássicas ou regionais em diversas vesperais infantis.

Às crianças desprotegidas da sorte favorecemos entradas gratuitas em nossos festivais e, em 1926, divertimos mais de seis mil.

Procuramos, sempre que se apresenta a ocasião, melhorar ou orientar a questão das diversões infantis, sustentando o nosso lema: cultivar a alegria saneando o divertimento infantil.

#### PINACOTECAS E MUSEUS

As pinacotecas e os museus nos fornecem um ambiente propício a divulgação de tudo quanto encerra de útil ao conhecimento do homem.

Para tais visitas, organizamos boletins que são distribuídos a cada criança ao entrar na sala desejada. O boletim contém o nome, o sexo e a residência da criança, a escola ou o colégio que frequenta e uma nota com o espaço suficiente para que aí sejam anotadas todas as suas impres-

soes. Essas turmas de crianças são sempre acompanhadas de mestres competentes, para informações e pequenas preleções sobre o assunto em questão.

#### DIVERSÕES AO AR LIVRE

Se não fossem as chuvas, que, as mais das vezes, alteram os programas, seria de todas as diversões a mais apoiada por nós.

Num clima como o nosso, em que na maior parte do ano goza-se de uma temperatura amena, estes divertimentos contribuiriam também para a higiene infantil.

Ao ar livre, realizamos algumas festas, como a do dia 18 de maio do corrente ano, atendendo ao apelo das crianças do País de Gales para a confraternização universal.

A festa da Boa Vontade realizou-se com a colaboração da Instrução Pública, que a revestiu de grande solenidade. Milhares de crianças reunidas no campo do Fluminense Futebol Clube entoaram hinos a paz, executando números de ginástica rítmica e sueca. Estiveram presentes o corpo diplomático aqui acreditado e grande número de autoridades civis e militares.

Trabalhando pelo ressurgimento das nossas tradições, realizamos, em 23 de junho do corrente ano, a nossa tradicional festa de São João. Foi erguida uma grande fogueira, queimaram-se fogos pirotécnicos e, ao som dos violões, moças e rapazes cantaram as nossas modinhas.

Relembrando esses festejos antigos, hoje quase extintos nas diversas capitais brasileiras, ensinamos as nossas crianças o sagrado dever de respeitar, revivendo, as poucas tradições genuinamente nossas.

TESE Nº 8

## A ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO DE 1927

Relatórios das Seções

Realizou-se em 8 de dezembro uma sessão pública da Associação Brasileira de Educação, na qual foi exposto o andamento geral dos trabalhos dessa instituição. Presidiu a sessão o professor F. Laboriau, que convidou para a mesma o doutor Nestor dos Santos Lima, diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, representante deste estado na I Conferência Nacional de Educação e atualmente de passagem pelo Rio, de viagem para Curitiba.

Abrindo a sessão, o professor F. Laboriau explicou que era essa a primeira das reuniões gerais estabelecidas pelo novo regimento. Coincidindo essa reunião com o fim do ano de 1927, prestava-se bem para uma exposição geral dos trabalhos realizados pela A.B.E., durante o correr deste ano, com a indicação das diretivas para o ano próximo. Recordou que os trabalhos essenciais da A.B.E. são feitos nas suas diversas seções, coordenados esses trabalhos pelo conselho diretor e pela diretoria. Por isso, para a perfeita exposição dos trabalhos da A.B.E., nada melhor do que dar a palavra a cada um dos presidentes das diversas seções, o que iria fazer dentro de alguns momentos. Antes, porém, recordava, afora esses trabalhos das seções, havia sido feita a instalação da Associação Brasileira de Educação em sua sede, o que representa a realização de uma antiga aspiração, e tinham sido realizadas algumas conferências educativas na sede da União dos Empregados do Comércio: uma conferência pelo doutor Luiz Betim Paes Leme, sobre a Organização do Trabalho, um curso pelo professor Castro Rebelio, sobre Legislação do Trabalho, e outro pelo doutor Paulo de Castro Maya, sobre Moeda, Preço e Câmbio, este último curso estando impresso em um interessante volume que se encontra nas nossas principais livrarias.

Funcionando regularmente os departamentos da A.B.E. do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, e tendo essa associação representantes no Amazonas e em Minas, mantinha também relações internacionais, notadamente com o Bureau International d'Education, com a União Pan-Americana e com a World Federation of Education Association, tendo sido a A.B.E. representada por dona Laura Lacombe na Conferência de Educação Moderna, realizada este ano em Locarno.

Recordando essa atividade, o professor Fernando Laboriau salientou a importância da organização da I Conferência Nacional de Educação, a se reunir a 19 do corrente, em Curitiba, promovida pela Associação Brasileira de Educação e sob os auspícios do governo do Estado do Paraná, dando a palavra ao professor Fernando de Magalhães para expor a organização dessa conferência.

O professor Fernando de Magalhães, falando sobre a organização da I Conferência Nacional de Educação, expôs o grande número de adesões já recebidas, devendo participar do congresso mais de 600 pessoas, tendo já determinado 15 estados a sua representação oficial. O grande número de teses recebidas indica o interesse que despertou essa conferência, e tudo faz crer que será essa uma idéia vencedora.

A seguir, o professor Fernando de Magalhães forneceu diversas explicações sobre a conferência e terminou a sua exposição sob uma salva de palmas. O presidente completou as informações do professor Fernando de Magalhães, lembrando que a idéia da realização de conferências anuais de educação era devida ao professor Fernando de Magalhães e que aos esforços de Sua Excelência era também, em grande parte, atribuível o êxito que já se pode prever para a I Conferência Nacional de Educação. Em seguida, o professor F. Laboriau explicou que o professor Álvaro Osório de Almeida, presidente da Seção de Ensino Técnico e Superior, não pôde comparecer por motivo de força maior, dando a palavra, então, ao professor M. Amoroso Costa.

## SEÇÃO DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR

O professor Amoroso Costa, que foi no corrente ano o presidente daquela Seção, relatou o andamento dos trabalhos realizados e o esboço do programa para 1928, lendo o seguinte:

Realizaram-se de maio a novembro, com pequenas alterações do programa organizado, os seguintes cursos e conferências:

### *Cursos*

- I - Álvaro Osório de Almeida (da Faculdade de Medicina): Estudos sobre o Metabolismo (4 lições).
- II - Euzébio de Oliveira (do Serviço Geológico e Mineralógico): Geologia do Petróleo (8 lições).
- III - Ferdinando Laboriau (da Escola Politécnica): A Siderurgia (12 lições).
- IV - Dulcídio Pereira (das Escolas Politécnica e Normal): A Física e a Vida Moderna (6 lições).
- V - M. Amoroso Costa (da Escola Politécnica): As Geometrias Não-euclidianas (6 lições).
- VI - Alix Lemos (do Observatório Nacional): Marés e Problemas Correlativos (2 lições).
- VII - Miguel Osório de Almeida (do Instituto Oswaldo Cruz e da Escola Superior de Agricultura): A Regulação Nervosa da Respiração (5 lições).
- VIII - Fernaldo de Magalhães (da Faculdade de Medicina): Elementos de Filosofia Médica (3 lições).
- IX - Ignacio Azeredo do Amaral (das Escolas Naval, Politécnica e Normal): Sobre a Indeterminação em Matemática (3 lições).
- X - Pedro A. Cardoso (do Lyceu de Artes e Ofícios): Filosofia da Historia (8 lições).

### *Conferências*

- I - E. Roquete-Pinto (do Museu Nacional e da Escola Normal): A Função Educativa dos Museus.
- II - Tristão de Athayde: O Problema Social e o Distributismo.
- III - J. A. Padbeig Drenkpol (do Museu Nacional): A Aurora da Arte Humana.
- IV - A. J. de Sampaio (do Museu Nacional): As Florestas Brasileiras.
- V - Alberto Childe (do Museu Nacional): O Mediterrâneo Oriental e a Ilha de Creta. VI - Heloísa A. Torres (do Museu Nacional): Migrações na América.
- VII - Hahnemann Guimarães (do Colégio Pedro II): Estudos sobre Métrica Latina. VIII - Paulo de Castro Maya: A Evolução Moderna da Idéia de Democracia.

IX -Cândido de Mello Leitão (do Museu Nacional e da Escola Superior de Agricultura): Os Companheiros do Homem.

X -Álvaro Osório de Almeida (da Faculdade de Medicina): A Organização Universitária e as Faculdades Superiores de Ciências e de Letras.

XI - M. Amoroso Costa (da Escola Politécnica): A Estrutura e Evolução do Mundo Sideral.

Todos esses cursos e conferências se realizaram no anfiteatro de Física da Escola Politécnica. Versando sobre assuntos os mais variados, atraíram eles uma freqüência extremamente animadora, demonstrando o gosto crescente que já vai existindo entre nós pelos estudos desinteressados.

#### *Sessões*

Realizaram-se numerosas sessões consagradas principalmente a elaboração de um projeto da Faculdade de Ciências, como é de desejar que seja criada na nossa universidade.

Depois de feito um estudo comparativo das organizações universitárias francesas, inglesas, alemãs, norte-americanas, discutiram-se os pontos principais desse projeto: regime do ensino, organização dos trabalhos de pesquisa, seriação dos cursos, escolha do professorado, etc.

É pensamento da Seção concluir esse trabalho no próximo ano, apresentando em seguida ao conselho diretor uma memória detalhada sobre o assunto.

#### *Programa de trabalhos para 1928*

Estão desde já organizados os seguintes cursos e conferências:

I -Álvaro Alberto (da Escola Naval): Teoria dos Explosivos (5 lições).

II - Luiz Betim Paes Leme: A Filosofia de Beyson (3 lições).

III - Nereu Sampaio (da Escola Nacional de Belas Artes): Arquitetura Brasileira (6 lições).

IV - Costa Cruz (do Instituto Oswaldo Cruz): Bacteriófago (4 lições).

V - C. Mello Leitão (do Museu Nacional): Hereditariedade Biológica (5 lições).

VI -Ronald de Carvalho: Estética e Poesia (3 lições). VII - Carneiro Felipe (do Instituto

Oswaldo Cruz): [?] (2 lições). VIII - M. Amoroso Costa (da Escola Politécnica): Teorias

Cosmogônicas Recentes (6 lições).

IX - Vicente Licinio Cardoso (da Escola Politécnica): Estudos sobre a Historiada Brasil (6 lições).

X - Mário Paulo de Brito (da Escola Politécnica): As Teorias Modernas de Química (5 lições).



XI - Dulcídio Pereira (das Escolas Politécnica e Normal): A Física do Descontínuo (4 lições).

XII - Ferdinando Laboriau (da Escola Politécnica): Camille e Lucile Desmontins. Ensaio de Filosofia, História e Política (6 lições).

XIV - Padbey Drenkol (do Museu Nacional): A Idade do Gênero Humano (uma conferência).

Prometeram, ainda, cursos e conferências sobre assuntos a escolher os professores Roquete-Pinto, Paulo de Castro Maya, Adalberto Menezes de Oliveira, A. Childe, Leilo Gama, Roberto Marinho, Juliano Moreira, Gomes de Faria, Theodoro Ramos, Othon Leonardos e André Dreyfus.

Terminada sob uma salva de palmas a exposição do professor Amoroso Costa, o presidente deu a palavra a Celina Padilha, presidente da Seção de Ensino Primário.

#### SEÇÃO DE ENSINO PRIMÁRIO

A professora Celina Padilha leu a seguinte exposição:

Tendo aceitado o convite com que me distingui a diretoria desta associação para dirigir a Seção de Ensino Primário, deram-me a honra de ser meus companheiros de trabalho os professores Manuel Bomfim, Fernando Nereu Sampaio, Maria dos Reis Campos, Carlos Delgado de Carvalho, Marietta Possolo Sampaio, Everardo Backheuser, América Xavier Monteiro de Barros, Honorina Senna de Oliveira Gomes, Odete Regai da Rocha Braga, Judith Rocha, Graziela Pires Ferrão, Judith Muniz da Costa Moura, Cecília Muniz, Dulcídio Pereira e Alcina Moreira de Souza.

Secretariou a primeira sessão a professora Felicidade Pereira de Moura Castro, que, impedida de exercer esse cargo, foi substituída pela professora Consuelo Pinheiro.

Reunimo-nos pela primeira vez no dia 3 de setembro do corrente ano e, dessa data até hoje, realizamos mais onze sessões. O primeiro trabalho em que se pensou cuidar foi o de estatística escolar primária no Brasil, que ficou suspenso por haver declarado a arquivista já tê-lo em andamento, visto ser da competência de seu cargo. Abandonado esse primeiro empreendimento, foi organizado um programa de ação com os assuntos sugeridos pelos diversos membros desta Seção. Nele, os problemas a estudar estão classificados em grupos, segundo se referem a educação propriamente ou a instrução, para alunos ou professores. Apresento-o anexo a este relatório.

A distribuição de seus diversos capítulos foi feita entre os sócios da S.E.P.:

I - Discussões sobre Metodologia - professora Affonsina das Chagas Rosa, que, por não ter mais comparecido as reuniões, foi substituída pela professora Celina Padilha.

II - Modo de Fazer a Inspeção Escolar - doutor Manuel Bomfim.

III - Serviço de Consultas e Informações - professora Odete Regai da Rocha Braga.

IV - Biblioteca de Ensino Primário - professoras Consuelo Pinheiro e Judith Rocha.

- V - Preparação de Material Escolar - professor Carlos Delgado de Carvalho.
- VI - Visitas de Instrução no Distrito Federal e fora dele - professores Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser.
- VII - Viagens de Instrução fora do Distrito Federal, no Brasil e no Estrangeiro - professores Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser.
- VIII - Modos de Induzir o Professorado ao Estudo - professora Maria dos Reis Campos.
- IX - Problemas de Educação na Escola - professora Honorina Senna de Oliveira Gomes.
- X - Escoteirismo - senhora Delgado de Carvalho.
- XI - Cinematógrafo Escolar- professora America Xavier Monteiro de Barros.
- XII - Caixas Escolares - Marietta Possolo Sampaio.

Estão sendo executadas as seguintes partes:

Capítulo I - Discussões sobre Metodologia.

Já tiveram lugar discussões sobre a metodologia dos seguintes assuntos:

1ª - Feições características do relevo brasileiro. Encarregou-se dessa primeira palestra a professora Celina Padilha.

2ª - O método das proporções no desenho. Foi orientadora Marietta Possolo Sampaio.

3ª - Expansão geográfica no Brasil - entradas e bandeiras. Pela professora Consuelo Pinheiro.

4ª - Pontos de Geometria do 6º ano das escolas primárias municipais. Pela professora Cecília Muniz.

5ª - Composição na escola primária. Iniciará a discussão o professor Manoel Bomfim. Discussão no dia 9 do corrente.

Capítulo III-Consultório Pedagógico.

Está funcionando regularmente, tendo sido já publicadas *no Jornal do Brasil* respostas a diversas perguntas feitas. A professora Odette Regai da Rocha Braga, que dirige esse serviço, tem conseguido nele interessar professores especializados que, com proficiência, vão amplamente satisfazendo os consulentes. Trabalho intenso de propaganda tem sido feito nas escolas primárias com o fim de chamar a atenção dos professores para esse meio de tirarem dúvidas, difíceis muitas vezes de serem esclarecidas pelos compêndios.

Capítulo VI - Visitas de Instrução no Distrito Federal e fora dele.

A primeira visita de instrução para o professorado foi feita ao Museu Nacional no dia 6 de outubro. Os visitantes, cerca de trinta, acompanhados pelo professor Backheuser, foram recebidos pelo

diretor do Museu, doutor Roquete-Pinto, que, na Sala de Assistência ao Ensino, por ele criada, brilhantemente explicou as projeções exibidas sobre etnografia. Em seguida, a professora Heloisa Alberto Torres conduziu-os aos salões, onde exemplares que lembravam a lição ouvida lhes foram mostrados.

A segunda visita foi ao Museu Comercial, no dia 20 de outubro. Aí, houve ocasião de serem estudados produtos brasileiros dos três reinos, preparando-se os professores para informarem seus alunos sobre nossas possibilidades econômicas. Apesar de ter sido realizada num dia chuvoso, foi muito concorrida, tendo interessado grandemente aos visitantes.

A terceira visita foi ao Museu Histórico, no dia 10 de novembro. Assim, encerramos o ciclo das visitas neste ano, pretendendo recomeçá-las em março do ano vindouro e, então, visaremos também ao estudo de regiões naturais.

#### Capítulo X - Escoteirismo.

Tendo, a convite da senhora Delgado de Carvalho, os membros da S.E.P. realizado uma visita ao Centro de Bandeirantes do Sagrado Coração, impressionou-nos tão vivamente o valor da obra educativa ali realizada que resolvemos imediatamente interessarmo-nos pelo assunto, enviando a presidente, logo após, a Escola de Oficiais, duas de suas auxiliares para receberem a instrução necessária, a fim de poderem dirigir um grupo de meninas escoteiras. Com permissão do diretor geral da Instrução Pública, foi inaugurado na Gávea, na Escola Manoel Cícero, no dia 15 de novembro, um centro de escoteirismo feminino, sob a direção da oficial Graziella Pires Ferrão. Pretendemos, para o ano, instalar outros grupos congêneres nos diversos bairros, pois julgamos tal empreendimento de grande utilidade na educação popular.

#### Capítulo IV - Biblioteca de Ensino Primário.

Está em estudo a sua organização.

#### Capítulo VIII - Modo de Induzir o Professorado ao Estudo.

Sobre o assunto, apresentou a professora Maria dos Reis Campos ponderadas considerações, bem como as sugestões apresentadas pela professora Celina Padilha.

#### Capítulo IX - Problemas de Educação na Escola.

E vasto este capítulo; encerra muitos problemas a serem solucionados. Dentre eles, apresentou a professora Honorina Senna de Oliveira Gomes um código de moral, adaptação do Código dos Meninos Mexicanos, trabalho que, pelo seu valor e utilidade, nos trouxe a lembrança de pedir permissão a sua autora para apresentá-lo na Conferência de Educação a reunir-se no Paraná.

Sobre o mesmo capítulo, estão em elaboração uma tese sobre educação sexual e um estudo de meios práticos para se fazer a educação da vontade das crianças. Quanto a educação higiênica, temos, publicada em cartões para serem colocados nas paredes das escolas, uma série de conselhos e máximas que ora lhes entrego.

## Capítulo XI - Cinematógrafo Escolar.

A professora América Xavier Monteiro de Barros elaborou sobre o assunto deste capítulo um estudo digno de apreço, que será também enviado a Conferência de Educação do Paraná.

## Capítulo XII - Caixas Escolares.

Está adiantado o estudo da organização das caixas escolares pela professora Marietta Possolo Sampaio. Por esta Seção, foram trazidos para a A.B.E, quinze novos sócios, em dois meses, e outros conseguiremos, pois não temos cessado o trabalho de propaganda.

Inaugurada a Sala de Assistência ao Ensino no Museu Nacional, que veio abrir novo caminho ao estudo, reconhecendo nós a utilidade que dela se pode tirar, procuramos logo fazê-la aproveitar pelos alunos de curso primário. Conseguimos lá conduzir alunos de uma escola pública e de uma particular. Como tivéssemos, porém, verificado a dificuldade de transporte, principalmente para escolas afastadas, fizemos em sessão um apelo aos nossos associados no sentido de obter-se com a Light qualquer redução no preço da passagens. Tomou a si essa incumbência o professor Manoel Bomfim, que, dias depois, comunicou-nos haver a Light posto a disposição da Seção de Ensino Primário da A.B.E., gratuitamente, dois ônibus por semana.

Embora em fim de ano, visitamos então algumas escolas dos 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> distritos, com cujos diretores assentamos quais as classes que deveriam aproveitar-se dessa regalia e em que dias se realizariam tais excursões, tendo sido enviada uma lista com a indicação dos locais ao senhor Anibal Bomfim, que a encaminhou a diretoria da Light juntamente com um ofício, dirigido pelo presidente desta associação, agradecendo tão apreciável favor. No mesmo sentido, oficiou-se também ao senhor Bomfim. Está este serviço para ser iniciado, dependendo apenas de uma resposta que nos virá da Light.

Além dos livros das atas que têm sido feitas regularmente, possui a nossa Seção um outro onde as publicações que nos interessam mais diretamente, cortadas dos jornais, são arquivadas e no qual completamos as notícias escrevendo o que nelas é omitido, ficando assim feito um histórico do andamento de nossos trabalhos.

Tendo sido publicado o anteprojeto de Reforma da Instrução Primária Municipal, pedimos, por telegrama, um entendimento com o diretor de Instrução, o senhor Fernando de Azevedo, que nos marcou uma audiência especial, na qual, entre outros assuntos tratados, pedimos-lhe vênua para apresentar sugestões sobre a reforma então entregue ao Conselho Municipal, o que ele prontamente permitiu, mostrando-se mesmo interessado em conhecer nossas idéias a respeito, pois tem alta consideração, declarou, as opiniões da A.B.E.

Foi designada então por nós uma comissão para estudar a reforma, composta dos professores Dulcídio Pereira, Alcina Moreira de Souza, Consuelo Pinheiro e Celina Padilha.

Concluído e aprovado em reunião da Seção, o trabalho desse grupo foi apresentado a diretoria desta associação, que o examinou e, declarando-o aprovado, fê-lo passar as mãos do doutor Fernando de Azevedo.

## Rádio

Atendendo ao apelo feito pelo professor Dulcídio Pereira, no sentido de recomeçar-se o Quarto de Hora Infantil, empenhou-se especialmente esta Seção em reunir um grupo de professores que irão,

segundo uma escala por nós organizada, a Rádio Sociedade, diariamente e a mesma hora, dizer histórias interessantes e educativas.

#### Cursos de aperfeiçoamento

Este é outro trabalho já resolvido; não o pusemos em execução neste ano pela proximidade do período de férias, que o viria interromper. Pensamos no ano vindouro, em março, iniciar dois desses cursos. Serão talvez de Matemática no ponto de vista do método de Klein, pelo professor Backheuser, de Física, pelo professor Dulcídio Pereira, e de História Natural, pelo professor Roquete-Pinto.

#### Museu escolar

Pretendemos também organizar aqui um museu de material escolar, inclusive de aparelhos de Física, parte esta que já nos está prometida.

#### Concursos

Temos ainda em mente, para o ano, iniciar entre alunos do ensino público e do privado a realização de concursos com prêmios, para diversas matérias do programa primário, a semelhança do que o Club Central de Arquitetos tem feito em relação ao Desenho. Começaremos talvez pela Geografia.

#### Conferência de Educação

Está projetada uma conferência sobre ensino primário, a reunir-se nesta capital em 7 de setembro de 1928 (nela se discutirão as teses feitas sobre três ou quatro temas de interesse imediato para o ensino primário).

Terminando, manifesto meu agradecimento aos que tão brilhantemente têm cooperado nos trabalhos desta Seção.

Essa exposição mereceu prolongados aplausos de todas as pessoas presentes.

#### OUTROS TRABALHOS

Em seguida, foram lidas as exposições dos professores doutor Belisario Penna, Amanda Álvaro Alberto, Marietta Castro Silva, Dulcídio Pereira, doutor Zeferino de Faria, Maria Luiza Camargo de Azevedo, de outras seções, as quais publicaremos depois.

Terminada a leitura daquela última exposição, que foi coroada por uma prolongada salva de palmas, explicou o presidente que, não tendo comparecido o professor Carlos Américo Barboza de Oliveira, presidente da Seção de Ensino Secundário, o professor Salvador Fróes, presidente da Seção de Ensino Profissional, e o doutor Pecegueiro do Amaral, presidente da Seção de Educação Moral e Cívica, deixavam de ser lidos os relatórios sobre os trabalhos destas seções.

O professor Deodato de Moraes pediu que se consignasse na ata da sessão um voto de aplauso aos presidentes e aos membros das diversas seções cuja atividade eficiente acabava de

ser relatada, salientando a importante cooperação que têm as senhoras em todas as seções. Essa proposta foi unanimemente aprovada.

Pedindo a palavra, o professor Fernando de Magalhães solicitou que a assembléia indicasse ser feita a publicação dos relatórios lidos, salientando a obra desinteressada e idealista da Associação Brasileira de Educação. Essa indicação foi aprovada com aplausos gerais. E não havendo mais quem pedisse a palavra, foi levantada a sessão.

#### SEÇÃO DE HIGIENE E EDUCAÇÃO FÍSICA

O doutor Belisario Pena, presidente da Seção de Educação Física e Higiene, leu a seguinte exposição:

Pouco há o que relatar relativamente aos trabalhos da Seção de Higiene e Educação Física durante o ano decorrido.

Não foram muitas as sessões a que comparecessem mais de quatro membros, por serem quase todos os que compõem esta Seção pessoas de grandes e variadas ocupações, a começar pelo presidente, constantemente ausente desta capital, em trabalho, aliás, de educação higiênica por todo o País. Este ano percorreu grandes trechos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Minas, de São Paulo e do Paraná, tendo realizado nas capitais de alguns deles e em várias cidades e vilas, fábricas e fazendas de outros, 28 preleções sobre assuntos de higiene e profilaxia, acompanhadas sempre de projeções luminosas, fixas e animadas, seguidas de distribuição de folhetos ilustrados sobre o assunto da palestra, além de quatro nesta capital, em sede de associações de operários.

O doutor Savino Gasparini, secretário da Seção, realizou também nesta capital, em fábricas e associações operárias e escolas, várias conferências sobre alcoolismo, doenças venéreas, tuberculose e higiene infantil.

A Seção mandou a todos os colégios particulares e escolas públicas uma circular, pedindo informações sobre os métodos adotados para a Educação Física, logrando apenas cinco respostas. Tanto pelo silêncio da grande maioria dos estabelecimentos de ensino quanto pelas poucas respostas recebidas, deduz-se ser ainda muito descurada essa parte importante da educação, e sem uniformidade e cunho científico onde é realizada.

Organizou a Seção um programa para um curso de higiene as professoras primárias, durante as férias, dependendo a sua realização de entendimento com o diretor geral da Instrução Pública. Pretende esta Seção, para os trabalhos do próximo ano, organizar um curso de educação higiênica entre os grupos de escoteiros, nas fábricas e associações operárias, para o que já se acha em entendimento com os diretores e chefes dessas instituições, encontrando geralmente completo apoio; durante as férias será organizado o programa, para cuja execução conta esta Seção com a colaboração dos seus membros e de médicos e técnicos estranhos a esta associação.

Prosseguirei em excursão pelo País, colhendo dados e executando o programa que me impus de educação higiênica escolar e popular, visando sobretudo ao combate a verminose, ao alcoolismo, ao impaludismo e a lepra, as maiores calamidades endêmicas do Brasil rural.

Atendendo ao que foi resolvido na última sessão por proposta do professor Mário de Brito, junto a esta exposição alguns conceitos sobre o momentoso problema da saúde. Sanear o Brasil, prová-lo e enriquecê-lo é moralizá-lo. A saúde é o fundamento da vitalidade e da energia, estimulantes do trabalho; este é o fator da produção, da qual resulta a riqueza e o progresso. A doença, seja qual for a sua causa, é sempre um fator de desordem na família e na sociedade. O primeiro dever do estadista consiste em promover o equilíbrio da mentalidade coletiva para formar a consciência nacional, o que se não consegue sem a saúde, resultante do saneamento e da educação biofísica.

Que importa o progressivo aumento da população, onde a grande maioria é constituída de parasitas da minoria? Onde a doença endêmica multiforme, a ignorância e o alcoolismo transformam o povo num *rebanho sui generis*, sem o raciocínio esclarecido do homem fisiologicamente normal e educado, nem o instinto apurado do irracional?

Imensa maioria da população brasileira desconhece rudimentos de biologia e de higiene; vegeta, por isso, em apavorante estado patológico e de miséria, sem capacidade para exercer a finalidade biológica do homem, de defesa e melhoramento incessante da vida individual, da família, da sociedade e da espécie, reduzido a realizar, em péssimas condições, a finalidade bioinstintiva dos irracionais, limitada a conservação do indivíduo, pela nutrição, e a da espécie, pela reprodução. Ao contrário, o seu concurso de indolentes, de depositários e propagadores de doenças e de taras patológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família e da raça.

Da incapacidade biofísica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo, a miséria econômica, a falência financeira, a do caráter das elites e uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem ideais, sem rumo e sem aptidão para criar a consciência nacional.

Impõe-se, portanto, a primazia da educação higiênica e eugênica na escola e no lar, como medida fundamental para a formação de uma mentalidade coletiva equilibrada e de uma consciência sanitária, isto é, de um espírito nacional absolutamente compenetrado do valor inestimável da prática dos preceitos de higiene e da eugenia, como indispensáveis a prosperidade individual, da família, da sociedade e da espécie.

Enquanto não educarmos convenientemente o nosso povo, a fim de cumprir a sua finalidade biológica, não teremos o direito de convidar elementos sadios de outros povos para serem devorados neste sorvedouro de ignorância e de endemias.

O Brasil, pelo descaso que vota a saúde, a educação do povo, é uma imensa fogueira de vidas e atividades, não só da sua gente, como da que importa a peso de ouro. No Brasil, onde existe a mania de se valorizar produtos artificialmente, a poder de empréstimos e agravamento das finanças e das condições físicas e morais do povo, só há uma valorização a fazer-se — a do homem —, pela educação biofísica, pelo saneamento e retalhamento da terra. Esse valorizará tudo mais naturalmente, automaticamente, porque valorizará o trabalho, trará o aumento, a variedade, o barateamento e aperfeiçoamento da produção, a riqueza particular e pública, a alegria e a moralidade. Este é o problema fundamental.

Programa sobre higiene de um curso de férias para professores primários:

- *Importância do Ensino da Higiene na Escola*, doutor Belisario Penna.

- *Nutrição*, doutor Jansen de Mello.

- *Doenças Contagiosas*, doutor Alair Antunes. - *Animais Nocivos* -

*como deles se libertar*, doutor Emigídio Mattos. - *Malária*, doutor

Savino Gasparini.

- *Opilação*, doutor Belisario Penna. - *Higiene*

*Infantil*, doutor Leonel Gonzaga.

- *Higiene Mental*, doutor Faustino Espozel.

- *Higiene Sexual*, doutor Renato Kehl.

- *Higiene dos Órgãos dos Sentidos*, doutor Savino Gasparini. -

*Alcoolismo - suas funestas conseqüências*, doutor Belisario Penna. -

*Educação Física na Escola*, doutor Gabriel Skinner.

- *A Saúde Pública na Vida de uma Cidade*, doutor Carlos Sá.

- *Como Ensinar Higiene na Escola*, doutor Gustavo Lessa.

#### SEÇÃO DE COOPERAÇÃO DA FAMÍLIA

Pela senhora Armanda Álvaro Alberto, presidente da Seção de Cooperação da Família, foi lido o seguinte:

Com uma atividade ininterrupta de dois anos e quatro meses, com suas sessões quinzenais regulares, esta Seção conta atualmente com 45 membros inscritos, pela maior parte maes de família interessadas na educação de seus filhos. O cargo de secretária continua a ser exercido com dedicação por Dina Fleisher.

Para 1927 foi apresentado o seguinte programa:

1) Publicação do resultado do inquérito sobre leituras infantis. Esse inquérito foi o primeiro realizado entre nós, ao que nos consta, e as interessantes conclusões que dele se tiraram serão comunicadas ao público ainda este mês, em data previamente anunciada pelos jornais.

2) Prosseguimento da campanha pelo bom cinema para crianças, em colaboração com a Seção de Diversões Infantis. Semanalmente tem vindo publicada nos diários do Rio de Janeiro a relação dos filmes aprovados pela nossa comissão, chefiada por Laura Xavier da Silveira. Esse tem sido um dos trabalhos que maior interesse têm despertado entre pessoas estranhas a A.B.E. O Código de



Menores, recentemente publicado, veio nesse assunto ao encontro das nossas idéias, exceto num ponto referente a entrada de menores de 14 anos em cinemas com programa comum, desde que acompanhados pelos pais. Nós desejaríamos a proibição pura e simples da entrada de crianças em cinema cujo programa não fosse rigorosamente infantil.

3) Cursos para mães e professoras. O de Beatriz Rocha, sobre Educação Maternal, já anunciado, por motivo de saúde não se pôde efetuar; o do professor Edgar de Mendonça, sobre Desenho Espontâneo, será na segunda quinzena deste mês.

4) Publicação do folheto sobre educação sexual. Esse indispensável manual para o uso das mães de família, feito nos moldes dos publicados pela Parents Teacher Association, dos Estados Unidos, da boa vontade do doutor Fernando de Magalhães o esperamos ainda.

5) Fundação de novos círculos de pais e professores. É a tarefa mais cheia de dificuldades, o que diríamos mesmo irrealizável, se não fora a vitalidade de três círculos fundados em 1925: o do Colégio Burnett, o da Associação Cristã Feminina e o da Escola Regional de Meriti. Dizem-nos todos os diretores de colégios a quem falamos: quisessem as famílias se inteirar melhor da vida escolar de seus filhos, quisessem elas trocar idéias conosco e não hesitaríamos em instalar prontamente o círculo. E contam-nos, então, uma série de casos... de desanimar. Mas não desanimamos. Vamos emprestando, a larga, os livros, folhetos e as revistas em francês e inglês, que constituem a biblioteca da Seção, esperando dessa lenta propaganda o sucesso dos círculos futuros. Aproveitamos o ensejo para agradecer aqui a Miss Naney Holt, mais uma vez, as suas contribuições para a nossa biblioteca.

6) Publicação de biblioteca para crianças e adolescentes. Este tem sido um longo trabalho, de perto de dois anos, penoso e agradável ao mesmo tempo, complemento do inquérito a que me referi. A *Revista Bibliográfica* já iniciou a sua publicação, que vai ser feita também pelo *O Globo*, *O Tico-Tico* e *O Bem-ti-vi* (São Paulo). Foram organizadas listas de leitores, em português, para três idades: até os 11 anos, dos 12 aos 15 anos e dos 15 aos 18 anos. O inquérito de leituras valeu-nos muito para a biblioteca, que será renovada a cada ano, a proporção que a comissão de leitura for conhecendo novos livros. Aí está um serviço que todos os sócios da A.B.E. poderiam lhe prestar: a indicação de livros que julguem interessantes ao nosso conhecimento. Nesse sentido, escrevemos aos nossos representantes da A.B.E. nos estados, pedindo-lhes catálogos dos editores locais. Atendendo a uma reclamação que nos dirigiu alguém, vamos anexar uma pequena parte de cultura brasileira a nossa biblioteca, destinada a mentalidades mais amadurecidas que aquelas visadas nas primeiras listas de livros. Atualmente é a seguinte a comissão de leitura: Maria Amália de Castro Silva, Laura Xavier da Silveira, Laura Lacombe, Vera Delgado de Carvalho, Maria Lyra da Silva e professor Edgar de Mendonça.

7) Propaganda junto aos colégios particulares para a instalação de bibliotecas para os seus alunos e sugestão para que seja criada uma seção infantil na Biblioteca Nacional. Realizamos três palestras em importantes estabelecimentos de ensino. Estamos recolhendo dados sobre as bibliotecas existentes, tendo assim oportunidade de verificar a não-existência de tão útil instituição em alguns colégios em condições de mantê-la, enquanto outros, como o Curso Jacobina, o Colégio Benett e o Colégio Anglo-Americano, possuem bem organizadas bibliotecas infantis. As nossas listas de leitura já estão sendo utilizadas, não só naqueles estabelecimentos relacionados com a Seção, como também em outros fora do Rio. Quanto a Seção Infantil da Biblioteca Nacional, com instalação e pessoal apto a atender aos jovens leitores, o doutor Mario Bhering, entusiasta da idéia, a promete para 1929. Manifestamos o nosso aplauso ao projeto do senhor Maurício de Lacerda,

criando uma Biblioteca Infantil Municipal. Apresentamos um memorial a Associação Brasileira de Imprensa, em que, entre outras sugestões, lembrávamos aos jornais o seguinte: "Concentrar em certo número de páginas todo o noticiário policial, de modo a permitir a mãe de família ou ao professor destacá-las antes de dar o jornal aos filhos e discípulos". Será possível a algum nos atender?

Finalmente, coube a esta Seção o servir de intermediária entre o Conselho Internacional de Mulheres e a A.B.E, para tradução e divulgação no Brasil do opúsculo *Um Novo Mundo pede uma Educação Nova*, mandando publicar no *Jornal do Comércio* de 13 de novembro último.

Devendo deixar a presidência da Seção no fim deste mês, incumbirá a minha sucessora elaborar o programa para 1928. De mim, confesso-me gratíssima aos meus companheiros de trabalho, a quem devo poder, hoje, reler sem grande constrangimento o programa apresentado ao inaugurar-se a Seção, em 8 de agosto de 1925.

Foi longamente aplaudida essa exposição.

#### SEÇÃO DE ENSINO DOMÉSTICO

Pela senhora Marietta Castro Silva, presidente da Seção, foi lido o seguinte relatório:

A Seção de Ensino Doméstico completa justamente hoje três meses de vida efetiva sob a minha presidência.

Ao iniciarmos os trabalhos, foi nosso principal feito procurar propagar o interesse por esse ensino, tao dcscurado entre nós, despertando a consciência feminina e fazendo-lhe sentir o quanto se necessita e se espera da ação da mulher no importantíssimo posto que ocupa no seu lar. A ela cabe evitar muitos dos grande males que afligem a humanidade, como principal responsável pela primeira educação física e moral de toda uma descendência, como grande auxiliar da higiene e como mantenedora do bem-estar e da harmonia na atmosfera familiar.

Para a divulgação das nossas idéias, conseguimos, por intermédio do doutor Fernando de Magalhães, que *O Jornal* nos desse umas colunas na seção dos Lazeres Femininos.

Encarregou-se devotamente o doutor Amaury de Medeiros de uma série de conferências sobre a higiene, o conforto e a estética do lar, de um interesse tao grande para a nossa Seção que nunca poderemos agradecer-lhe suficientemente.

Compreendendo que a educação da mulher deve ter por objetivo principal a maternidade futura, procuramos organizar logo cursos de puericultura, sendo inaugurado o primeiro na Casa dos Expostos, do doutor J. Nicolao. Podemos contar hoje com o precioso auxílio destes dedicados professores para repetir esses cursos em qualquer ocasião, desde que haja um número razoável de interessados.

Outros cursos e conferências que haviam sido combinados entre eles — um curso de puericultura pelo doutor Mello Leitão, um curso de higiene alimentar pelo doutor Xavier Pedrosa, outro pelo doutor Castro Barreto — foram adiados para o próximo ano.

Pelo adiantado da época e por ser o fim do ano a quadra de exames e sempre de grandes atribuições escolares, não pudemos interessar os colégios como desejávamos, mas esse ponto, importantíssimo para nós, será olhado com cuidado no nosso programa para 1928.

Pensamos ter nos colégios justamente o meio mais propício para influir nos jovens espíritos femininos e pretendemos executar aí toda uma série de conferências com demonstrações práticas e interessantes da economia doméstica.

Procuraremos nessa mesma ocasião obter do comércio exposições de aparelhos elétricos para uso doméstico e o ensino de seu manuseio, insinuando-lhes as vantagens de uma redução de preços aliada a mais intensa propaganda. Compreendemos que já é tempo de abandonar os processos de rotina nos trabalhos caseiros e convencer-nos que o progresso é incompatível com a arcaica aparelhagem doméstica dos nossos lares.

Sabemos que em todos os países de grande adiantamento se está fazendo como que uma silenciosa revolução na vida doméstica nesse particular. Para nós vemos a par desses adiantamentos, encetamos uma correspondência com diversas instituições estrangeiras, em primeiro lugar com os Estados Unidos da América do Norte, que são sempre os pioneiros do progresso. Também apelamos para a Bélgica, que com conta uma admirável escola agrícola de ensino doméstico em Lacken.

Na França existe um excelente curso de economia doméstica por correspondência, no qual já nos inscrevemos para janeiro, que prestar-nos-á, estamos certos, excelente auxílio, pois divulgaremos os seus métodos de ensino.

Dirigimo-nos diretamente a nossa embaixada na Itália, para que fôssemos informados dos trabalhos apresentados no Congresso Internacional de Economia Doméstica, que acaba de ser realizado em Roma. Ali foram debatidas importantes e novas questões e, entre elas, um ensaio para estabelecer a filosofia do ensino doméstico com a fórmula adotada para cada país, segundo a sua mentalidade.

Preocupou-nos também a questão da carteira de saúde para uso dos domésticos; sabemos que, entre os empregados de restaurantes e do comércio em geral, o seu uso já foi adotado.

Na zona rural, nos trabalhos de saneamento, com grande facilidade, foi empregado o sistema de fichas, sendo já de mais de 700 as pessoas fichadas, cobrando-se apenas a quantia de 3\$000.

Empenhar-nos-emos para obter quanto antes o uso de cadernetas de sanidade para os nossos domésticos e faremos nessa ocasião um apelo as donas de casa, principalmente nossas consócias, para que a exijam logo dos seus empregados, facilitando assim esse serviço de uma tão alta importância sanitária.

Damos por findo o relatório da Seção de Ensino Doméstico, lamentando que o curto espaço de três meses não nos permitiu dar ao mesmo maior extensão.

Desejamos que o programa para o próximo ano, que em poucas palavras esboçamos, tenha sugerido a idéia do incremento que nossa Seção poderá ter. Esperamos, pois, merecer a aprovação do nosso relatório.

Todas as pessoas presentes manifestaram os seus aplausos a atividade da Seção de Ensino Doméstico.

#### SEÇÃO DE RADIOCULTURA

Dada a palavra ao doutor Victor Lacombe, este leu a exposição enviada pelo professor Dulcideo Pereira sobre o andamento dos trabalhos da Seção de Radiocultura, tendo o presidente justificado a ausência do professor, retido na Escola Politécnica.

É a seguinte a exposição do professor Dulcideo Pereira:

A Comissão de Radiocultura, embora esteja constituída desde novembro p.p., para o que conta com a adesão de muitos membros da A.B.E., ainda não iniciou a execução do seu programa, já delineado, mas que só pode ser posto em prática com o início do próximo ano letivo, por isso que não convém iniciá-lo nas férias.

Como V. Exa. e o Conselho já sabem, os cursos de radiocultura decorrem de um entendimento entre a A.B.E. e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sociedade que irradiou em fins de outubro p.p. a palavra de V. Exa. anunciando e inaugurando a Seção de Radiocultura.

Esses cursos obedecerão a cinco grupos:

1<sup>o</sup>) Radiocultura infantil. Consistirá no desenvolvimento e na continuação do que a Rádio Sociedade já fez sob a denominação de Quarto de Hora Infantil. Em quinze minutos, no máximo, diariamente, uma professora contará uma pequena história aos seus pequenos ouvintes, o que será um pretexto para dar-lhes uma noção nova do que é preciso que eles aprendam. Quem já esqueceu as meigas histórias que o Vovô, como entre a petizada era conhecido o saudoso professor Kopke, contava pelo rádio?

Para execução dessa primeira parte do programa, a Seção de Radiocultura conta com o valioso auxílio da Seção de Educação Primária, e especialmente com o da sua dedicada presidente, a Exma. Sra. professora Celina Padilha.

2<sup>o</sup>) Cursos de línguas. Constará inicialmente do ensino de francês e inglês por método intuitivo e devendo as irradiações serem acompanhadas da distribuição de fascículos contendo as lições irradiadas. Para isso a Seção de Radiocultura já se entendeu com o presidente da Seção de Ensino Secundário.

3<sup>o</sup>) Cursos artísticos. Constarão de palestras sobre literatura e música, palestras que terão um cunho especialmente leve. As de música serão ilustradas com a irradiação de trechos musicais. A Rádio Sociedade auxiliará essas palestras com o concurso de seu conjunto orquestral.

4<sup>o</sup>) Divulgação científica. Constará de palestras cuja duração não excederá de 15 minutos, sobre assuntos científicos que possam ser divulgados e que possam despertar interesse do grande público.

5<sup>2</sup>) Seção de radioconsultas. A Seção do Radiocultura se propõe a responder pelo microfone da Rádio Sociedade a qualquer consulta que for feita referente ao seu programa, bem assim prestar plena divulgação a quaisquer idéias ou publicações que interessem a A.B.E, ou a educação nacional, desde que, para isso, receba solicitação de qualquer outra Seção.

É esta a comunicação que eu desejo fazer como presidente de Seção de Radiocultura.

#### SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA ABANDONADA

Não tendo podido comparecer a sessão, o doutor Zeferino de Faria, presidente da Seção de Assistência a Infância Abandonada, encarregou a secretária dessa Seção, Beatriz Sophia Mineiros, da leitura de sua exposição, que é a seguinte:

Quando me foi dada a honra de assumir a presidência da Seção de Assistência a Infância Abandonada, apresentei um programa em que fiz algumas considerações demonstrando as dificuldades que a Seção iria encontrar.

A assistência a infância abandonada não se faz eficientemente sem recursos pecuniários, muito trabalho, extrema dedicação levada muitas vezes ao sacrifício.

Basta ler o que o Código de Menores, recentemente promulgado, considera no Capitulo IV - menores abandonados - e refletir sobre as suas necessidades, para concluir pela verdade da afirmação que acabo de fazer.

Todavia, não é o caso de desesperar, e a impossibilidade de não fazer tudo ou muito não deve desalentar a esperança de lá chegar.

Ainda não estava devidamente organizada a Seção e já a A.B.E., por intermédio da Seção de Divertimentos Infantis, a meu convite, prestou reais serviços a causa da infância no dia da festa da criança, em 12 de outubro de 1926. Maria Luiza Camargo de Azevedo, América F. Xavier da Silveira e Beatriz Sophia Mineiro promoveram as diversões que se realizaram nesse dia em 1926.

No ano corrente, em que a Prefeitura Municipal, por uma comissão composta das mais distintas senhoras da elite social, sob a presidência de Mme Prado Júnior, convidou as diversas instituições e pessoas dedicadas a causa para associarem-se nos festejos a proporcionar as crianças na data em que lhes havia sido consagrada, foi nesta Seção que encontrei o eficaz apoio da sua inteligente e prestimosa secretária, faltando-me, porém, o precioso auxílio das suas dedicadas companheiras, uma por ausência desta capital, outra por estar enferma.

Seja-me permitido externar neste momento os meus agradecimentos a minha ilustre colega Beatriz Sophia Mineiro, assim como a Laura Xavier da Silveira, Edina Gabizo de Faria e Maria Adelaide da Costa Azevedo, pelos bons serviços prestados.

As festas das crianças não constituem somente o meio de proporcionar diversões a infância abandonada, mas é também um salutar modo de propaganda em bem da causa dos menores. A aproximação, nessa ocasião, da senhora brasileira, dotada sempre de bondoso coração junto a criança infeliz e sem carinho, muito tem concorrido para amparar o seu futuro e, quiçá, o lar

sem conforto em que nasceu e vive. A boa vontade com que foi acolhida geralmente a comissão de festejos no ano presente demonstra o incremento que vai tomando o interesse pela criança.

O programa que apresentei em dezembro de 1926 é o que pretendo seguir no ano vindouro. Já foram iniciadas as conferências ou palestras sobre assuntos atinentes ao objetivo da Seção. O doutor Pedro Pernambuco, assaz conhecido pelo seu merecimento, fez a primeira conferência, tendo como tema os "menores retardados". Logo em princípio do ano vindouro, dissertará o ilustre pediatra Olinto de Oliveira sobre o assunto que muito interessa a Seção, mas que o digno conferencista quer guardar sigilo. Tenho promessa de que outros competentes açudam também ao meu convite.

O que, porém, acho mais prático e pelo que vou me esforçar são as palestras nos lugares em que houver maior número de crianças que virão com seus pais, ou em locais aproximados em que possam estes comparecer. E sobretudo as visitas as habitações coletivas, onde se encontram muitas crianças que servem de exploração, dando-lhes serviços incompatíveis com a sua tenra idade.

Eis o que me cumpre dizer. Todavia se as circunstâncias favorecerem a Seção, não duvidará ela prestar os demais serviços ao seu alcance.

#### SEÇÃO DE DIVERTIMENTOS INFANTIS

Teve em seguida a palavra Maria Luiza Camargo de Azevedo, presidente da Seção de Divertimentos Infantis, que leu a seguinte exposição:

No corrente ano, esta Seção, em colaboração com a de Cooperação da Família, intensificou a campanha cinematográfica, que é para a Associação Brasileira de Educação a seleção de filmes próprios a infância e a juventude, apelando as autoridades respectivas repressão ao crime de se intitularem *matinéés* infantis a passagem de películas imorais e as exibições teatrais inconvenientes, como podemos demonstrar apresentando nosso arquivo de programas e reclames de diversas casas de diversões desta capital.

Salientamos o quanto nos auxiliaram os importadores cinematográficos nos enviando regularmente programas seus, entre eles ultimamente o da Fox Film, concernentes a filmes educativos. Procuraram sempre facilitar a árdua tarefa de Laura Xavier da Silveira, a qual muito deve a Seção de Divertimentos Infantis pelo desempenho criterioso e assíduo que vem demonstrando por esse espinhoso cargo que em boa hora lhe foi confiado.

Diante desses trabalhos, largamente divulgados pela imprensa, o senhor Ministro das Relações Exteriores, doutor Octavio Mangabeira, a pedido da Liga das Nações, sobre o que no Brasil já havia sido feito nesse sentido, a nós se dirigiu, colhendo informações necessárias a sua resposta.

Foi-lhe enviado o critério adotado pela A.B.E, para a seleção dos filmes, em reunião do Conselho Diretor e Diretoria em 10 de dezembro de 1926, e o resumo do relatório apresentado pela presidente da comissão cinematográfica, a senhora Laura Xavier da Silveira, a quem cabe a honra dessa grande vitória.

Como complemento desse trabalho, serão ainda enviados os artigos do Código de Menores, recentemente elaborado pelo juiz de menores Mello Mattos, referentes a frequência de menores as casas de diversões e as medidas preventivas adotadas pela polícia.

A presidente da Cruz Vermelha Juvenil, Alice Sarthou, pôs a disposição desta Seção o arquivo de revistas infantis para a sua colaboração no grande semanário *O Tico-Tico*. E desnecessário tecer elogios ao valor desta oferta e a boa vontade da Sociedade Anônima O. Malho, cooperando sempre conosco para a realização da nossa útil tarefa.

Graças a gentileza do senhor Carlos Magalhães, diretor de *O Tico-Tico*, contamos aí com meia página para a divulgação dos nossos trabalhos junto a seus pequenos leitores.

No dia 18 de maio, universalmente consagrado a Boa Vontade e a um apelo das crianças do País de Galles, realizamos, em colaboração com a Diretoria da Instrução Pública, uma linda festa ao ar livre com as crianças das escolas públicas, estando presentes altas autoridades estrangeiras e do País.

O senhor Diretor da Instrução Pública, doutor Fernando de Azevedo, e seus dignos auxiliares nada pouparam para dar a essa festa todo o brilho, assim como o Fluminense F.C nos cedendo o seu campo e facultando todos os auxílios que dele dependiam.

Solenizando também esta grande data da Confraternização Universal, a Metro Goldwyn Mayer, a pedido Ana Amélia Carneiro de Mendonça, nos ofereceu uma vespéral infantil gratuita, no Teatro Cassino. Desta mesma empresa obtivemos, durante três dias consecutivos, nos cinemas Rialto e Parisiense, a entrada gratuita a centenas de crianças pobres para exibição do filme Ben-Hur.

Em 24 de junho, a tradicional festa de S. João não pôde ter o resultado desejado diante da impertinente chuva, transtornando nossos planos.

Beatriz Sophia Mineiro foi a nossa representante nos festejos do dia da criança promovido pelo Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. A essa senhora foram confiadas as sessões cinematográficas dentro dos hospitais e das casas de caridade.

Temos apoiado e oferecido nossos serviços ao doutor Fernando de Azevedo, que alimenta o ideal de dotar a nossa maravilhosa capital de parques infantis, fatores hoje imprescindíveis a cultura física e moral das nossas crianças desprotegidas da fortuna.

Possuímos, colecionado com carinho, um pequeno arquivo de revistas estrangeiras e nacionais sobre o assunto que nos diz respeito, assim como o grande número de notícias divulgadas pela imprensa, que sempre tem trabalhado por nós.

Lentamente caminhamos, mas com a certeza absoluta de que, no caminho trilhado, temos tido o consolo de fervorosos adeptos e uma reação sensível ao descaso em que jaziam as diversões infantis, reação esta, hoje, o nosso único estímulo a continuação desse grande benefício em prol da moral da criança brasileira.

#### RELATÓRIO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Educação dirigiu a Associação Brasileira de Educação o seguinte relatório de seus trabalhos:

A A.B.E. resolveu, no princípio deste ano, organizar anualmente, em cada capital de estado, uma Conferência Nacional de Educação. A data escolhida foi a de 7 de setembro, mas circunstâncias independentes da nossa vontade dificultaram a realização desta na data escolhida. Encontrando, porém, apoio franco do governo do Estado do Paraná e muito particularmente do seu diretor de Instrução, o professor Lysimaco Costa, nosso ilustre consócio, resolvemos promover a I Conferência Nacional de Educação em Curitiba, por ocasião das festas comemorativas do 74<sup>o</sup> aniversário da emancipação política daquele Estado.

Depois de conferenciar com o professor Fernando de Magalhães, partiu para Curitiba o professor Lysimaco Costa, enviando dentro de um mês os prospectos de propaganda já prontos.

A comissão ficou assim constituída:

Presidente de honra, Washington Luis Pereira de Souza, presidente da República; Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado do Paraná.

Comissão Executiva: Fernando de Magalhães, Alcides Munhoz, Azevedo Sodré, Lysimaco F. da Costa, Barbosa de Oliveira, Victor do Amaral, Fernando Laboriau, desembargador Vieira Cavalcanti, Alice Carvalho de Mendonça, Plínio Tourinho, Renato Jardim, Itacelina D. de Bittencourt, Branca A. Fialho, padre Manoel Gonzalez, Paranhos da Silva, Pamphilo de Assumpção, Nicephoro M. Falarz, Sebastião Paraná, Nelson Mendes.

Quatro teses oficiais foram distribuídas pela A.B.E.:

1<sup>a</sup> - A Unidade Nacional: pela cultura literária; pela cultura cívica; pela cultura moral - Isabel Jacobina Lacombe (diretora do Curso Jacobina) e Maria Luiza de Almeida Cunha (da Escola Normal de Belo Horizonte).

2<sup>a</sup> - A Uniformização do Ensino Primário nas suas Idéias Capitais - Zélia Braune.

3<sup>a</sup> - A Criação das Escolas Normais Superiores em Diferentes Pontos do País para Preparo Pedagógico — Professor CA. Barbosa de Oliveira (da Escola Politécnica e diretor da Escola Wenceslau Braz).

4<sup>a</sup> - A Organização dos Quadros Nacionais em Corporações de Aperfeiçoamento Técnico, Científico e Literário — Professor Fernando de Magalhães (da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro).

De posse dos prospectos, dirigimo-nos ao professor Aloysio de Castro, diretor do Departamento Nacional de Ensino, que prontificou-se imediatamente a fazer tudo que dele dependesse para maior brilho da conferência, dando logo as primeiras providências.

Enviamos notícias aos jornais e foram feitos officios a todos os presidentes e governadores estaduais, prefeito do Distrito Federal, ministro da Justiça, ministro da Agricultura, ministro da Guerra, ministro da Marinha, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, diretores da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Colégio Pedro II, comandantes da Escola de Guerra, Escola Naval e Colégio Militar, circulares aos departamentos de Pelotas e Vitória e aos representantes estaduais.

As respostas afluíram, tendo a secretaria recebido officios de apoio dos seguinte órgãos: Ministério da Agricultura, Ministério da Justiça, Diretoria do Departamento Nacional de Ensino, Universidade do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Faculdade de Direito, Escola



Naval, Prefeitura do Distrito Federal, Estado do Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe e Paraíba.

Telegramas da Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Muitos particulares, atendendo ao apelo feito pelos nossos representantes, têm se dirigido a esta secretaria, assim como muitos dos representantes oficiais.

A Associação do Rio Grande do Norte comunicou haver aberto concurso premiando em dinheiro a melhor tese apresentada.

A comissão organizadora obteve o abatimento de 50% nas estradas de ferro e 30% nas companhias Navegação Costeira e Lloyd Brasileiro. No Paraná, os congressistas obterão também redução nas diárias de hotéis. Na sua última estadia aqui, o doutor Lysimaco Costa comunicou que o número de inscritos para a conferência monta a 600, e as teses aproximam-se de 200.

Já temos notificadas as seguintes teses, além das oficiais: *A Escola Nova*, professor Deodato de Moraes; *O Ensino de Geografia*, professor Delgado de Carvalho; *Os Divertimentos Infantis*, Maria Luiza Camargo de Azevedo; *O Desenho Espontâneo nas Escolas Primárias*, professor Edgard Sussekind de Mendonça; *A Academia Feminina*, Lúcia Miguel Pereira; *O Dia da Boa Vontade, a Educação e a Paz*, Laura Lacombe; *O Ensino Secundário*, Branca A. Fialho; *O Ensino da Economia Doméstica*, Maria A. Fialho de Castro e Silva; *Radiocultura*, doutor Othon Leonardos; *Um Exemplo de Escola Ativa*, Armanda Álvaro Alberto; *Fú/co e Psicometria Infantis*, Lúcia Magalhães; *A Psicanálise e a Educação*, Deodato de Moraes; *O Ensino Normal de Física*, Dulcídio Pereira; *Modo de Resolver a Difusão do Ensino Primário*, Fernando de Magalhães; *O Serviço Pedagógico Obrigatório, Conseqüência Natural do Direito Político Concedido as Mulheres*, Fernando de Magalhães; *Divulgação pelo Interior do País dos Filmes Instrutivos e das Bibliotecas Populares*, Mário Brito; *O Ministério da Educação Nacional*, F. Laboriau; *A Cooperação da Família na Obra de Educação*, Deodato de Moraes; *Necessidades de Pedagogias Modernas*, Lindolpho Xavier; *A Mora! Formal Ética*, Alba Nascimento; *Pela Educação Estética*, Nereu Sampaio; *O Método Moderno de Ensino da Física*, Salvador Fróes; *Educação Sexual*, Celina Padilha; *A Unificação Política pelo Ensino da Língua*, Hemeterio dos Santos; *Educação Política*, Paulo de Castro Maya; *A Física no Curso Secundário*, Francisco Venâncio Filho; *Educação Sanitária*, Belisario Penna; *O Escotismo e a Educação*, Victore Américo Lacombe; *O Desenvolvimento do Espírito de Colaboração pela Prática dos Desportos*, Consuelo Pinheiro; *O Governo Federal e a Instrução Primária*, Levi Carneiro; *Educação Sexual*, Renato Kehl; *Os Testes e as nossas Crianças - Vocabulário Infantil*, Manoel Bomfim; *A Caderneta Sanitária nas Escolas*, Maurício Muniz de Aragão; *O Escotismo*, Barbosa de Oliveira; *O Teatro e a sua Influência na Educação*, Décio Lyra; *O Estado e o Problema de Educação Moral*, Alba Nascimento; *Metodologia do Ensino da Educação Física*, A. Torres; *Prêmios Escolares, Educação Moral*, Mattos Pimenta; *O Ensino das Línguas Modernas*, João Brasil Silvado Júnior; *Necessidade de Prestar Atenção na Escola a Educação do Caráter assim como ao Cultivo da Personalidade da Criança*, Maria Luiza Cunha Freire; *Organização do Ensino Secundário Feminino*, Eva Hyde; *A Educação dos Colonos em nossa Terra*, Acrísio Carvalho de Oliveira; *Uniformização do Ensino Primário*, Melvécio de Andrade; *! Instrução e a Educação Municipal de Pelotas*, Bruno de Azevedo; *A Solução do Problema Educacional no Brasil*, Alberto Moreira Júnior; *A Imprensa e a Educação*, Ferreira de Rosa; *O Limoeiro como Símbolo nas Escolas*, Renato Kehl; *Rumo ao Campo*, Deodato de Moraes; *O Ensino da Eugenia nas Escolas Secundárias*, Renato Kehl; *A Unificação do Ensino Primário no Brasil, Eugenia como Base da Criação e Instrução da Infância*, Gonçalves Júnior; *A Difusão do Ensino Primário*, Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque.

## COMUNICAÇÃO SOBRE O BUREAU INTERNATIONAL D'ÉDUCATION

**Laura Jacobina Lacombe**

Rio de Janeiro (sócia correspondente do B.I.E.)

**A**proveitamos o ensejo da I Conferência Nacional de Educação para fazer conhecer, as pessoas interessadas, a existência do Bureau International d'Éducation.

Foi este organizado a fim de multiplicar os pontos de contato entre os povos, o que é de uma grande importância para favorecer a cultura pública.

O Bureau é um cérebro de documentação e informações para tudo o que diz respeito a educação. Quantas vezes fica facilitada a solução de um problema de educação ou instrução pelo conhecimento de trabalho idêntico resolvido em outro país.

O B.I.E, publicará um anuário com informações sobre o movimento da instrução em diversos países, o que será uma contribuição valiosa para os que se interessam pelos problemas de educação. Foi fundado pelo grande educador Pierre Bovet, diretor do Instituto Jean-Jacques Rousseau, que serviu de base para esse grandioso trabalho.

Já tendo completado o primeiro ano de exercício e tendo já conseguido a adesão de diversos países, fez-nos a diretoria um apelo, afim de que o Brasil tome parte nos trabalhos do Bureau.

Todos aqueles que compreenderem o alcance dessa obra queiram se dirigir a secretária do B.I.E.: Mademoiselle Marie Butts, 4 rue Charles Bonnet, Genebra, Suíça.

## LIGA PARA INSTRUÇÃO POPULAR

**João Arruda**

**H**á algum tempo, tive a idéia de organizar, com alguns cidadãos patriotas e de boa vontade, uma liga para a instrução popular e cívica, assunto que hoje ocupa a atenção de todos e do qual tem tratado o grande professor Miguel Couto, merecendo até um de seus notáveis trabalhos ser transcrito nos anais do nosso Congresso Legislativo. Dificuldades de execução fizeram que ficasse em projeto meu plano. Julgo que pode ter utilidade, para as pessoas que no futuro cogitarão do problema, o que escrevi ao tempo em que dei meus esforços a patriótica empresa. Eis por que motivo hoje publico meu modestíssimo projeto nas páginas da *Revista da Faculdade de Direito*.

## ORIGEM DA LIGA

A todo momento ouve-se a afirmação de que o povo brasileiro está sem cultura, que não conhece nem as artes, tão adiantadas em outros países, nem tem educação cívica. Eis o mal que, longe de ser negado, é, pelo contrário, reconhecido por toda gente, a cada passo. Qual porém o remédio? Parece-nos encontrado na difusão dos conhecimentos na massa popular por meio do livro e da revista. Disseminação de livros e de jornais em todas as classes sociais, cremos, será o remédio específico da moléstia já tão conhecida. Na educação, a nosso ver, dois escopos devem ser os da Liga: 1) a habilitação técnica, tornando o cidadão apto não só para prover a subsistência, mas também para o aperfeiçoamento no ramo a que se dedicar; 2) a educação moral e cívica, de maneira a tornar o cidadão capaz de influir no destino da Pátria.

## ORGANIZAÇÃO

Ocorreu-nos a formação, num centro populoso como é esta capital, de um núcleo de homens voltados aos interesses de seus concidadãos, podendo ter o grêmio filiais, ou, diversamente, associações formarem-se congêneres, mas sem dependência da estabelecida nesta capital, conquanto obedecendo a mesma orientação. Não só nas cidades mais importantes de nosso Estado seria possível o estabelecimento de tais núcleos de cultura popular, mas ainda nos mais modestos lugarejos.

## O PROCESSO

A idéia fundamental de nossa Liga é a possibilidade da cultura por meio do livro. Desde que se consiga, pela escola primária, o ensino da leitura, da escrita e das operações fundamentais da aritmética, ter-se-á alcançado um cidadão apto para se desenvolver em todas as ciências e artes, um homem capaz também de formar uma idéia do que seja melhor na direção dos negócios públicos. Assim, e em suma, entendemos que bastam a escola primária e a disseminação do livro ou da revista.

Seja-nos permitido fazer algumas considerações sobre esse gênero de estudo que é sardonicamente denominado *livresco* e que representa, no século atual, como de algum modo já representava no anterior, a única fonte de todo o progresso humano. Na Idade Média, particularmente na Itália, e até mesmo no século XVII, foram conservados secretos os processos industriais. A imprensa veio tornar quase impossível esse segredo, de modo que os livros e os periódicos vulgarizam todos os segredos dos industriais. É interessante observar que, enquanto era difícil o processo secreto para se alcançar um produto, todos os homens lutavam por esse segredo, ao passo que hoje, quando o livro tudo traz, despreza-se esse veículo comparado por Macleod aos navios que conduzem riquezas as partes mais distantes do mundo. A instrução meramente primária, sem o complemento da profissional, é comparável, segundo Huxley, em seus discursos sobre a educação, a ministrar a uma pessoa um talher sem que se lhe forneçam as iguarias. Cumpre fique bem acentuado que seja meramente propedêutica da educação profissional a que é dada na escola primária e que deve ser reduzida a leitura, a escrita e aos rudimentos da aritmética. Impossível é ter um professor apto para atender a qualquer vocação que manifeste o aluno. É ao aluno que cumpre hoje procurar os livros em que poderá instruir-se no ramo de conhecimento para o qual sentir inclinação. Confiar ao professor a educação cívica é tudo quanto há de mais perigoso. Os fatos demons-

tram que se I imitará ele, nem outra coisa é de esperar, a ensinar seu discípulo aquilo que o pai de Tasso, com tanta infelicidade, obrigou o filho a fazer — adular os poderosos.

Comparando-se o livro a escola, não é lícito dizer o que afirmou Victor Hugo, ao compará-lo aos monumentos: "ceei tuera cela". A escola, sendo superior ao livro, torna muitíssimo mais fácil a aprendizagem. Quem pode freqüentar uma escola não deverá, é certo, recorrer ao ensino de livros, inegavelmente muito menos perfeito e em que o estudioso consumirá muito mais tempo. Mas o livro tem sobre a escola dois pontos de superioridade. Em primeiro lugar, está ele pronto para servir ao pobre, aquele que não pode freqüentar as escolas, que não tem junto de si professores de que necessita. Em segundo lugar, dá ele meios de aprofundar-se o curioso no assunto em que pretende especializar-se e é acompanhado pelo periódico, que traz o especialista informado do progresso do ramo de conhecimentos a que se dedica.

#### EXECUÇÃO DO PLANO

Como, porém, colocar entre as mãos do brasileiro pobre os livros de que ele necessita? Como o esclarecer sobre as revistas que o habilitarão a vir ocupar lugar honroso entre os seus companheiros? O moço que no sertão deseja estudar não tem hoje outro alvitre senão, com sacrifício seu ou de parentes e amigos, procurar um centro de atividade onde encontre escolas e mestres. É remédio a este estado de coisas que desejamos dar. Nas cidades, fora uma ilusória diminuição de horas de trabalho e umas defeituosíssimas escolas noturnas, nada se fez pelo pobre.

Os processos dos enciclopedistas do século XVIII, que tão profundamente impressionaram a nobreza de então, levando-a mesmo a encerrar Morrelet na Bastilha e a açular o infamíssimo sabujo Palisot contra os grandes patriotas, pouco valor teriam hoje. A enciclopédia, além disto, era obra burguesa e não de penetração nas últimas e mais humildes camadas sociais, que hoje ocupam a atenção dos intelectuais. Fez muito a plêiade de D' Alembert e Diderot, mas não foi completa sua obra. A imprensa desenvolveu-se de modo assombroso no decurso do século XIX, e todos os ramos de conhecimento tiveram seus segredos arquivados em livros e revistas, verdadeiros depósitos em que se entesouram a sabedoria dos séculos passados, nossa preciosa herança. Já quando estudava a origem da liberdade americana, fazia Tocqueville sentir que era o jornal lido nas florestas pelos rudes cidadãos que tinham militado sob a bandeira de Washington: era esta instrução cívica recebida pelos homens que, num momento de repouso, deixavam o machado com que derrubavam a floresta para lerem os jornais; era essa disseminação de princípios de educação cívica pelo precioso veículo, denominado revista ou periódico, que constituía o principal fator da instituição de *self-government* da livre pátria de Jefferson, *self-government* que todos os povos invejam, mas que não querem conquistar com a pertinácia e com os sacrifícios dos norte-americanos.

Só mesmo com a existência de um centro de intelectuais em um núcleo populoso, como é a nossa capital, e com o auxílio de grêmios em centros menores, é que o estudioso poderá encontrar as informações necessárias para a rota que deverá dar aos seus esforços e para a escolha dos livros e das revistas que deverá ler.

Vamos traçar o nosso programa para tornar uma realidade nosso ideal.

Múltiplas são as funções que pode ter o círculo de intelectuais nesta capital, e grande auxílio receberá, sem dúvida, dos centros menores que o esclarecerão sobre as condições locais, só conhecidas das pessoas afastadas da capital.

Quanto a fundação de escolas ou a alfabetização do povo, múltipla será a ação da nossa Liga. Junto do governo, terá de informar, usando do direito de representação, sobre o modo de ser ministrada a instrução primária ou propedêutica; de indicar os lugares em que podem ser situadas com vantagens as escolas; de esclarecer acerca das vantagens das escolas ambulantes e temporárias. Junto dos cidadãos, dos pais de família, será útil, pregando a necessidade da instrução, mostrando as vantagens dos estudos, patenteando que não são eles investigações meramente teóricas, sem nenhum alcance prático. Isto poderá ser feito em conferências populares, por meio da imprensa, que penetra nas camadas mais humildes da sociedade, que é o pão dos operários. Enfim, junto dos professores primários, agirá indicando-lhes, respeitados os preceitos legais, quais os melhores processos, os mais modernos sistemas para rapidamente habilitarem o aluno, por si só, a aperfeiçoar-se quando tiver como único auxílio o livro.

Junto das autoridades locais, trabalhará incitando-as a criação e a subvenção de escolas.

Junto dos particulares, especialmente junto dos industriais, dos fazendeiros, dos chefes de quaisquer empresas, mesmo das jornalísticas (as que menos devem necessitar de nossas lições), lutará para que, por um movimento de solidariedade humana, estabeleçam para seus empregados escolas primárias ou ao menos proponham-se auxiliá-las quando criadas por outros particulares, proprietários de empresas mais rendosas.

Eis quanto a instrução primária.

O ensino técnico é, em nosso país, tudo quanto há de mais rudimentar. O menor inquérito sobre o modo por que é ministrado causa verdadeiro desânimo em quantos patriotas desejam ver nossa pátria rica e poderosa. É dessa imperfeição do ensino profissional que provém a inferioridade de nossa indústria, verdadeira fonte de riso para as outras nações e motivo de pena para quantos estremecem o Brasil. Força é confessar que os livros, mesmo no estrangeiro, em assuntos de técnica (fora os de Química Industrial), muito deixam ainda a desejar. Há, entretanto, no pouco que se tem escrito, suficiente para elevar nossa indústria. Se os livros são poucos e de qualidade inferior, importantíssimas são as revistas.

Quando impossibilitados de freqüentar escolas profissionais, poderão os estudiosos valer-se desses imperfeitos livros e das revistas, que são muito proveitosas, como acabamos de dizer. Não estão, porém, os livros de tecnologia e as revistas ao alcance de todas as bolsas. Daí a necessidade da fundação de bibliotecas e gabinetes de leitura, embora modestíssimos. O ponto mais embaraçoso é o relativo ao fato de serem escritos em língua estrangeira quase todos os tratados (aliás, pouco valiosos) sobre tecnologia. Seria ato de patriotismo lembrar ao nosso governo a vantagem da tradução de livros desse gênero para o vernáculo, feita por profissionais habilitados. Não faltam em nossas repartições públicas homens para os quais seria isto empresa sumamente fácil. Há um elevado número de engenheiros brasileiros que poderiam ser incumbidos da tradução das mais importantes obras estrangeiras para o uso popular.

Até agora temos dado nossa atenção ao ponto de vista econômico, considerando mesmo o homem, o cidadão, como sendo um elemento de produção, uma máquina de fazer riquezas. Mas *non solumpane vivithomo*. Cumpre dar a maior atenção a educação moral e cívica, tão descuidada ultimamente. Acabou-se com o ensino religioso em que predominava, é certo, o estudo dos deveres do homem para com Deus, mas em que também se dava importância as relações com o próximo. Hoje a Moral foi mesmo banida dos exames oficiais, e os seus adversários dizem que fica aos cuidados da família. Mas que família?... Quem a educa para que ela possa educar os que amanhã serão cidadãos? Neste particular, é opulenta a literatura livresca. A Moral representa neles o produto da observação dos séculos. Está estratificada em camadas que o pó dos anos não pode atacar, mas que conserva como resultado das experiências de nossos avós. Fácil é assimilar nos livros o que tem sido mais proveitoso ao homem, ao indivíduo e a conservação dos estados. A Ciência, com um estudo frio da História, com a análise de como certos modos de agir deram em resultado a conservação das condições de vida dos povos e dos indivíduos, estabeleceu, em bases solidíssimas, os preceitos que vivificam a aplicação do Direito, levando um grande pensador a afirmar que a Moral é o lubrificador do Direito, assim como outrora se perguntou: *quidleges sine moribus*? Os clássicos livros de Smiles, por exemplo (já traduzidos para o português), elevam o caráter do jovem, dão-lhe a necessária coragem para a vida. As obras que contêm a biografia dos varões ilustres, dos mártires da liberdade, da ciência, do patriotismo, levam, por este sentimento da imitação (um dos mais importantes), o jovem patriota a deixar o sanchismo que vai dominando na sociedade moderna, evidentemente em crise de moral e de civismo no momento histórico atual. É neste assunto que todo o esforço de nossa Liga será proveitoso e eficaz.

Eis, em seus traços gerais, a Liga para a Educação Popular, para a qual pedimos as forças de todos os bons cidadãos.

TESENº 11

## A EDUCAÇÃO NO FUTURO

Rachel Prado  
Rio de Janeiro, DF

**H**ouve tempo em que os pedagogos, baseados nas teorias de Wallace e Darwin, julgavam que as faculdades mentais da criança eram transmitidas por seus ascendentes.

Era um ponto de vista falso que, felizmente, já vai desaparecendo do domínio da ciência moderna.

O indivíduo pode ser uma resultante do meio sob o aspecto social, mas nunca um herdeiro intelectual por lei atávica.

Vejam: os métodos mais modernos ou sistemas pedagógicos para instruir crianças anormais ou retardadas têm surtido para o educador moderno o melhor resultado.

Tem-se a impressão de que a criança de mentalidade acanhada, rude, como vulgarmente se diz, é um campo por amainar, um terreno pedregoso, quase estéril; mas o educador, pelo seu dever apostolar, estuda a mente daquele ser, na aparência imperfeita, procura o método mais elementar para lhe despertar a luz da inteligência, tirando-o pouco a pouco do caos em que parece mergulhado.

Um dia as idéias surgem naquele cérebro inculto! Ele cria as imagens, observa e raciocina! O educador rejubila-se, porque foi ele o construtor daquela inteligência!

Educar é uma arte muito sutil! Hoje em dia não se pode educar um grupo de alunos sob um sistema uniforme! As mentes ou capacidades intelectuais dos alunos variam quase que de aluno para aluno.

É preciso aliar a análise perspicaz do preceptor a complacência e a doçura. E ele deverá ministrar a cada um a instrução adaptável ao seu feitio afetivo, as suas faculdades receptivas, como o médico ministra os seus remédios para a cura de cada enfermo.

No futuro o educador será um psicólogo sutil, desenvolverá essa faculdade para fixá-la nos recessos íntimos dos seus educandos.

#### **O CASTIGO COMO PUNIÇÃO**

Com a evolução pedagógica, pois que felizmente temos evoluído, os castigos corporais desapareceram, e com eles o mestre de catadura horripilante.

O educador moderno sabe que a sua autoridade não o levará ao ponto de infligir aos seus discípulos dor ou sofrimento físico. Hoje ele não necessita empregar castigos corporais para manter na sua classe o respeito e a ordem.

No futuro o professor será considerado o irmão mais velho, o amigo e, como tal, digno de toda a veneração. A confiança e a amizade, consolidadas pela bondade, trarão para os educandos o prazer na convivência e não o desgosto.

#### **O MEDO DESORIENTA A CRIANÇA**

As crianças, no futuro, não deverão conhecer o medo.

O educador, sob a orientação do valor próprio, da confiança em si mesmo e da convicção das suas retas, concorrerá para que as gerações futuras sejam bem diferentes das de hoje.

O medo faz fracassar na criança as mais belas iniciativas e dá-lhe um caráter maleável, ao passo que o destemor e a coragem farão dela um santo ou um herói!

Deve o educador estimular as boas qualidades e banir com sutileza as más, sem nunca apontá-las publicamente, para que a censura dos condiscípulos não avilte dolorosamente o censurado, pois isso seria contraproducente. A repreensão ou censura a uma ação má deverá ser em particular. Complacente e nunca enérgica! A educação futura proporcionará

a criança o que for susceptível de desenvolver os germens do bem, eliminará o que possa avivar o mal.

#### O PRÊMIO COMO RECOMPENSA

O prêmio, até o momento atual, é considerado como estímulo a aplicação e a boa conduta. No meu modo de ver, por observação pessoal, acho uma maneira nefasta de pôr a prova competições, de fomentar superioridades, de estimular invejas, de fortificar rancores, de decepcionar colegas e, por conseguinte, de envenenar corações.

O prêmio nem sempre é proporcionado com inteira justiça. No futuro não existirão mais prêmios; a criança deverá ser aplicada e ter boa conduta por dever.

Desde os primeiros surtos da inteligência, a criança deverá compreender que o dever é que forma o caráter e que no cumprimento dele é que se atinge a perfeição moral, que é o mais belo prêmio a que deve aspirar o homem. As competições deverão desaparecer. Todos deverão se esforçar por ser inteligentes, justos e dignos.

#### IGUALDADE NA ESCOLA

A fortuna e a pobreza dão, as vezes, motivo para que se não realize o ideal de fraternidade na escola.

O vestuário uniforme deverá ser obrigatório nas escolas públicas e particulares, pois a vantagem será de que uma criança mais favorecida pela fortuna não venha a humilhar a outra que não o é. A desigualdade de condições é o gérmen de grandes torturas morais, cujos ressentimentos criam raízes fundas no coração da criança. E eis aí a origem de ódios e rancores nas famílias e nas sociedades.

A harmonia e a igualdade de condições, observadas nos bancos escolares, influirão extraordinariamente no futuro social da Pátria.

#### A INSTRUÇÃO NA ADOLESCÊNCIA

A criança é plástica no seu mental e impressionável no seu moral até os 15 anos.

Na adolescência já as emoções são mais fortes e, então, é necessário vigiar o jovem com mais atenção. Nesse tempo é que será preciso disciplinar as emoções do rapaz e da rapariga. É por essa ocasião que se lhes despertam os ideais.

Deveremos, então, ensinar com entusiasmo o amor a Pátria em comoventes lições de civismo, demonstrando, com exemplos, os atos de maior galhardia dos homens na guerra, nas ciências e nas artes do País; a história moral dos grandes vultos que se sacrificaram pelo nosso ideal de independência, que proporcionaram maiores bens a coletividade. São esses fatos e histórias que inspiram e fortalecem a juventude no desejo de realizar atos semelhantes.



Qualquer carreira a que se destina o jovem é preciso vigiar a vocação. Ele próprio deve descobrir a sua. É uma felicidade para o homem quando sente que trabalha para aquilo que foi talhado.

#### A RELIGIÃO NA ESCOLA

A criança, em geral, traz do seio da família a sua crença, que o professor deverá respeitar.

Na nossa Constituição não há religião oficializada, e sim, inteira liberdade de crenças; e é bem possível que o professor depare com alunos de várias crenças ou seitas. E, então, o que deverá fazer?

Estudar religiões comparadas, para, em caso de arguição dos alunos, dar noções de todas em geral e de cada uma em particular.

Em matéria de religião ele terá de ser eclético e ensinará aos alunos esta grande verdade! Todas as religiões são boas, porque todas ensinam o bem, a perfeição, a bondade como virtudes que nos conduzirão ao seio do Criador.

#### EXERCÍCIOS FÍSICOS

Os jogos bárbaros, como o futebol e outros, deverão ser abolidos.

Os exercícios de natação, equitação e, sobretudo, ginástica harmônica, helênica e rítmica formarão a bela mocidade de amanhã que personalizará o tipo do genuíno brasileiro: varonil e elegante. Como a raça grega, culminará pela correção de linhas e esbeltez. A raça futura sentirá essa influência na moldagem do seu físico. Todas as escolas deverão praticar esse gênero de ginástica ao ritmo da música e, sobretudo, ao ar livre.

#### PÁTRIA

A alma é um reflexo da divindade.

O patriotismo é o meio mais belo para desenvolver a nossa natureza espiritual.

O homem, amando o seu país, desenvolve a sua consciência emocional.

Dizem os pessimistas que nós não temos nacionalidade, que não somos um povo patriota. Que o nosso povo, caldeado como está com diversas raças, ainda não produziu o tipo verdadeiramente nacional e que, por isso, não temos ardor cívico!

Eu penso assim: deveremos inculcar nas consciências infantis, que ainda não se eivaram de paixões partidárias, o amor e a convicção do valor da nossa Pátria! Redobrar com entusiasmo a instrução cívica em nossas escolas! Educar o coração da criança para as mais belas emoções!

O amor a Pátria despertará na criança o desejo de se instruir cada vez mais, sobretudo no que a eleva e engrandece. Deverá ela ter conhecimentos científicos da sua flora, da

sua fauna, população, indústria, comércio e produções. Deverá conhecer as belezas artísticas das cidades, os monumentos e seus aspectos geográficos. Enaltecer aos olhos da criança as belezas do nosso país, as suas possibilidades de progresso, é o maior dever cívico. Despertar na infância a consciência da sua nacionalidade, eis o que importa!

#### CONCLUSÃO

A criança deve ser educada sob os aspectos físico, emocional e mental.

A cultura física, em vez de fazer o Hércules, que é um monstro com seus músculos de aço, fará do jovem um Adônis, que é a perfeição plástica na elegância de atitudes. O aspecto emocional no desenvolvimento dos sentidos fã-lo-á perceber as manifestações do belo, do útil e do bom! Sob o aspecto mental, desenvolverá o raciocínio rápido e terá o exato discernimento das coisas.

A finalidade filosófica da escola é criar um tipo ideal de homem para a família, a Pátria e a humanidade.

TESE Nº13

## SELEÇÃO E ESTALONAGEM DAS CLASSES INFANTIS PELA PSICOMETRIA E PELA FISIOMETRIA

**Lúcia Magalhães**

#### PSICOMETRIA

O problema e as vantagens das classes escolares selecionadas já há algum tempo vêm preocupando os educadores e os pedagogos do mundo inteiro. Sistemas e métodos vão surgindo para responder as necessidades, mas até agora nenhum se firmou, nem se poderá firmar, como base única e universal a solução do problema. Binet, Simon, De Sanctis, Terman, Descoedres, Bovet, em ótimos sistemas, atenderam e estudaram crianças diversas pela raça, pelos costumes e pelo meio de vida, e disso provém justamente a excelência dos seus trabalhos: cada um procurou adaptar ao seu ambiente as idéias básicas, transformando-as segundo as necessidades locais.

No Brasil, só Medeiros e Albuquerque tratou até agora deste assunto, limitando-se, aliás, a uma tradução fiel dos testes de Binet. País novo que precisa de individualidades de escola, território imenso que pede braços fortes e vontades firmes, o Brasil, nesta questão magna da moderna pedagogia, contentou-se com um arremedo fácil de métodos pré-estabelecidos e inadequados a nossa gente e a nossa raça. É fácil compreender que um sistema de classificação no gênero do de Binet-Simon, padrão e tipo de todos os outros, não pode sofrer uma simples tradução. Terman, adaptando-o magistralmente as contingências da raça

norte-americana, deu o exemplo das modificações de que necessitam os testes universalmente conhecidos para darem resultados eficientes em países diversos.

Foi essa idéia que nos levou a estabelecer, depois de uma série de estudos comparativos e depois de submetê-la a um número considerável de crianças, uma escala de testes que nos parece responder as necessidades da criança brasileira. O nosso sistema, baseado na modificação de Terman aos testes de Binet, afasta-se o mais possível de qualquer prova pedagógica, pois, no caso, interessa menos o coeficiente de ciência aritmética ou geográfica da criança do que suas aptidões e inclinações naturais para adquirir essas e outras ciências. Há evidentemente alguns testes, entre os mais adiantados, que se firmam em conhecimentos escolares básicos, mas deles não se tirará senão uma dedução geral, sob o ponto de vista do desenvolvimento mental da criança e não sobre o seu adiantamento escolar. Assim o fazemos por julgar que a seleção deve ser feita desde a admissão da criança a escola, para que todos possam freqüentar classes em que o ensino seja adaptado a capacidade intelectual de cada um. Daí a nossa opinião bem firme de que os testes em geral dificilmente poderão substituir os exames de promoção, mas poderão, e com grande vantagem, ser preferidos as provas usuais de admissão aos cursos primários, secundários e, até mesmo, superiores.

Acreditamos que, por meio destes testes adaptados ao nosso meio, será possível fazer uma seleção racional entre crianças normais, anormais e retardadas, evitando assim os males incalculáveis que resultam fatalmente da fusão de capacidades diversas numa escola ou numa coletividade. Longe de extinguir a emulação necessária ao bom andamento dos estudos, como muitos o querem supor, a seleção de alunos numa classe criará, evidentemente, para o aluno normal ou supra-normal, possibilidades de adiantamento muito mais rápido e mais eficiente, pois não haverá na turma o elemento "criança anormal" atrasando o curso regular das aulas. Esses alunos retardados, por sua vez, não se sentirão mais desanimados pelos sucessos constantes de seus camaradas mais favorecidos, sucessos esses tão facilmente obtidos, que convencem cada vez mais a criança anormal da inutilidade do seu esforço.

Adaptação dos testes de Binet-Simon (revisão de Terman) as condições de raça e de vida da criança brasileira

5 ANOS

- 1) Dizer a idade.
- 2) Executar três ordens (atenção e memória) sem erro.
- 3) Distinguir quatro cores diversas sem erro.
- 4) Comparar dois pesos diferentes — duas caixas iguais, uma vazia e outra cheia. Repetir a experiência três ou quatro vezes, para que uma boa resposta não seja obra do acaso.
- 5) Compreensão do 1<sup>o</sup> grau — definir o uso de objetos usuais:
  - a) Para que serve o pão?

- b) Para que serve uma boneca?
- c) Para que serve uma vaca?
- d) Para que serve uma cadeira?

As definições podem ser simples. Exemplo: "uma vaca serve para dar leite". Resolvido o teste com três respostas certas, pelo menos.

#### 6 ANOS

1) Distinguir a direita da esquerda. Exemplo: mostrar a mão direita, o pé esquerdo, o olho direito (sem erro).

2) Distinguir quatro moedas diferentes (um erro tolerado).

3) Repetir uma frase simples de 20 sílabas mais ou menos. Exemplo: "Ganhei uma bola e um arco no dia dos meus anos". "Tenho três bonecas e meu irmão tem uma bola vermelha".

4) Saber quantos dedos tem a mão sem contar. Perguntar: Quantos dedos tens nesta mão? E nas duas?

Nota: Terman dá esses testes para 7 anos, mas verificamos que perto de 80% das crianças de 6 anos por nós examinadas puderam resolvê-los facilmente.

5) Compreensão do 2º grau — distinguir a tarde da manhã. Perguntar: Agora é de tarde ou de manhã? Você se levanta de tarde ou de manhã? Quando chega o sol, de tarde ou de manhã?

#### 7 ANOS

1) Descrição de figuras simples (livro de figuras comuns ou mesmo *O Tico-Ticó*). Perguntar: O que vês nesta figura? O que está fazendo o menino que vês nesta figura? etc. (duas ou três vezes sem erro).

2) Repetir quatro algarismos (memória).

3) Copiar um quadrado (atenção).

4) Dizer os dias da semana.

5) Compreensão do 3ª grau — comparação. Perguntar: Que diferença há entre o ferro e o vidro? Em que se parece um copo com uma xícara? Que diferença há entre o fogo e a água? Em que se parece uma mosca com um passarinho?

#### 8 ANOS

1) Contar de 20 até 1 (atenção). Exemplo: 20,19,18,17, etc.

2) Contar seis moedas diferentes.

3) Semelhança entre dois objetos (memória e raciocínio): Chá e café. Ouro e prata. Lenha e carvão. Banana e laranja.

4) Definição de pessoas e animais: O que é um soldado? O que é um cavalo? O que é um pedreiro? O que é um mosquito?

5) Compreensão e vocabulário — definição de 20 palavras do vocabulário organizado (vide Anexo 1).

Nota: O valor destes testes de vocabulário está, na nossa opinião, na dedução que deles se pode tirar quanto ao meio e as disposições da criança. Cada uma explicará, evidentemente, o que conhece ou o que lhe interessa. Um menino de 10 anos que definir, por exemplo, "um automóvel é um carro sem cavalos que anda devido a um motor que faz que ele se mova por si" dará visivelmente provas de maior reflexão e de maior observação do que outro que explique simplesmente "um automóvel é um carro que anda depressa", etc.

#### 9 ANOS

1) Dizer a data certa — dia da semana, mês e ano.

2) Repetir três algarismos, de trás para diante: Exemplo: 4,6,2. Repetir: 2,6,4.

3) Dizer os 12 meses. Três perguntas suplementares (memória): Qual é o último mês do ano? Qual é o mês que vem depois de julho? Qual é o que vem antes de abril?

4) Comparar cinco pesos diferentes (teste 4 de 5 anos, ampliado e passado da mesma maneira). Em três experiências, um erro tolerado.

5) Compreensão e vocabulário — 30 palavras.

#### 10 ANOS

1) Reproduzir de memória três desenhos — um cubo, um círculo e um triângulo. A criança os vê durante 10 segundos e os reproduz depois de memória.

2) Repetir quatro algarismos de trás para diante. Exemplo: 7,2,1,5. Repetir: 5,1,2,7.

3) *Puzzle* de Healy Femald. Resolvido se os pedaços forem postos no lugar três vezes em cinco minutos (vide Anexo 2).

4) Dizer 40 palavras usuais em três minutos.

5) Compreensão do 4º grau — a) Por que é sempre melhor julgar uma pessoa pelo que faz e não pelo que os outros dizem? b) O que farias se alguém te mandasse fazer alguma coisa que não fosse direita? c) Por que motivo teu professor deseja que estudes e sejas aplicado?

Nota: Para essas perguntas há quase sempre respostas muito originais que indicam perfeitamente o caráter da criança e suas tendências, e sob esse ponto de vista deve ser bem observada a sua solução.

#### 11 ANOS

1) Semelhança entre três objetos (atenção e memória): a) cobra, vaca, sabiá; b) rosa, batata, árvore; c) faca, tesoura, foice.

2) Frases em desordem (devem ser dadas por escrito): a) Um defende com cão bom seu coragem dono. Ordenando: Um bom cão defende seu dono com coragem, b) Estudar primeiro muito quero da ser para eu o classe. Ordenando: Eu quero estudar muito para ser o primeiro da classe, c) Padrinho bola Ano deu-me Novo meu do uma dia no. Ordenando: Meu padrinho deu-me uma bola no dia do Ano Novo. (Um minuto para cada frase).

3) Dizer 60 palavras usuais em quatro minutos.

4) Bola perdida num campo. Consiste numa circunferência desenhada com uma só interrupção que marcará a entrada. Por exemplo: explica-se a criança que este desenho representa um campo coberto de capim no qual está perdida uma bola. Pede-se-lhe que trace o melhor plano para encontrar o mais depressa possível a bola cujo paradeiro se ignora.

Nota: Terman, que dá a essa prova a maior importância (atenção e raciocínio), colocou-a entre os testes para crianças de 12 anos. Medeiros e Albuquerque, no entanto, a inclui na série dedicada as crianças de 8 anos. Grande número de observações permite-nos asseverar que nenhuma criança dessa idade pode dar uma resposta satisfatória a este problema. Só depois dos 10 anos é que uma criança normal dará a resposta ideal, isto é, a espiral indo da periferia para o centro ou qualquer outra que desta se aproxime.

5) Definir palavras abstratas: coragem, inveja, liberdade, justiça, honestidade.

## 12 ANOS

1) Vocabulário — 60 palavras.

2) Problemas sobre a hora, sem relógio: a) Suponhamos que a agulha grande está no 6 e a pequena no 4, que horas são? b) E se fosse justo o contrário, que horas seriam? c) Onde estão as agulhas do relógio quando são 8 horas e 25 minutos?

3) Dar o antônimo de certas palavras usuais abstratas: guerra, riqueza, medo, preguiça, força.

4) Resumir o sentido de um trecho lido. Pequeno trecho simples de 15 a 20 linhas, lido pausadamente, e do qual se pede a criança que indique as idéias principais, sem se importar com as palavras empregadas (memória e atenção).

5) Compreensão do 3<sup>o</sup> grau — dedução. Tomem-se seis folhas de papel de igual tamanho. A vista da criança, dobra-se a primeira em quatro e faz-se nela assim dobrada um furo de alfinete. Pergunta-se então quantos furos haverá no papel quando for desdobrado. Seja qual for a resposta, desdobrar e mostrar. Toma-se outra folha de papel e dobra-se em oito. Fazer observar a criança que na primeira folha havia quatro furos e perguntar-lhe quantos haverá nessa que foi dobrada o dobro de vezes. Continuar assim até a sexta folha. O teste estará resolvido quando a criança deduzir que cada nova dobra duplica o número de furos.

Nota: Terman coloca este teste na série dos 14 anos, mas 75% de crianças de 12 anos o resolveram facilmente antes de chegar a sexta folha.

Estes testes da série dos 12 anos estendem-se as crianças de 13 e 14 anos, para as quais há, todavia, algumas perguntas suplementares e, geralmente, de raciocínio matemático, rapidez de leitura e compreensão de trechos. Não as incluímos neste estudo por nos interessarem mais particularmente na questão as crianças em idade pré-escolar (5 a 7 anos) e em idade escolar propriamente dita (7 a 12 anos, ou seja, cinco anos de escola primária).

### **Determinação do Quociente Intelectual — Q.I.**

Tendo adotado, por simplificação e rapidez, apenas cinco testes para cada idade, demos a cada um dos três primeiros testes de cada idade o valor de 2 pontos, enquanto os dois últimos valerão 3 pontos cada um. Por esse motivo, tivemos cuidado em colocar sempre no fim as duas questões de mais importância. Será fácil, portanto, fazer o cálculo do Q.I. segundo os métodos estabelecidos:

Idade mental (valor dos testes respondidos)

Idade cronológica (reduzida a meses)

A classificação do valor do Q.I. é a de Terman:

Acima de 140—Genial ou perto disso

De 120 a 140 — Inteligência muito superior

De 110 a 120 — Inteligência superior

De 90 a 110 — Inteligência normal ou média

De 80 a 90 — Ligeira dificuldade de compreensão

De 70 a 90 — Limite da deficiência, as vezes classificável como dificuldade de compreensão e outras como debilidade mental congênita

Abaixo de 70 — Debilidade mental

### **Anexo 1**

Daremos a seguir um vocabulário de 60 palavras usuais, estabelecido depois de grande número de observações e de acordo com as condições de vida e de ambiente da criança brasileira de classe média. Seguimos o mais possível a lista estabelecida por Dottrens e Claparède, adaptada da de Terman, e na qual introduzimos as modificações indispensáveis a nossa língua e aos nossos costumes.

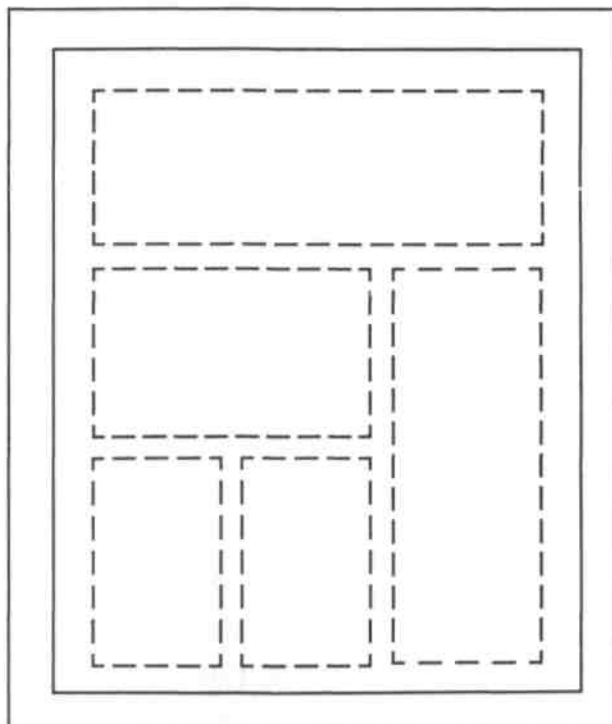
- |             |             |
|-------------|-------------|
| 1. Cão      | 6. Areia    |
| 2. Cenoura  | 7. Carteiro |
| 3. Martelo  | 8. Canivete |
| 4. Caminhão | 9. Rolha    |
| 5. Frio     | 10. Forro   |

- |               |                  |
|---------------|------------------|
| 11. Padeiro   | 36. Cachoeira    |
| 12. Caramelo  | 37. Automóvel    |
| 13. Gravata   | 38. Aurora       |
| 14. Carvão    | 39. Aparador     |
| 15. Girassol  | 40. Campestre    |
| 16. Cerca     | 41. Genro        |
| 17. Morro     | 42. Calçada      |
| 18. Vagabundo | 43. Trinco       |
| 19. Vidro     | 44. Espinafre    |
| 20. Bandido   | 45. Floricultura |
| 21. Cadeado   | 46. Cobertor     |
| 22. Furioso   | 47. Tigre        |
| 23. Pires     | 48. Figo         |
| 24. Sopa      | 49. Multa        |
| 25. Livreiro  | 50. Enfraquecer  |
| 26. Guloso    | 51. Infusão      |
| 27. Gengiva   | 52. Trovoada     |
| 28. Acabar    | 53. Tambor       |
| 29. Limite    | 54. Alegria      |
| 30. Ignorante | 55. Ar           |
| 31. Sobretudo | 56. Insultar     |
| 32. Caldeirão | 57. Narrar       |
| 33. Gostoso   | 58. Juventude    |
| 34. Pardal    | 59. Audácia      |
| 35. Gorro     | 60. Patriotismo  |

## Anexo 2

Se bem que seja bastante conhecido *opuzzle* de Healy Fernald, daremos a seguir a sua descrição, pois é de feitura material simplíssima, não exigindo aparelhamento algum. Costumamos fazê-lo em cartolinas de cores vivas, que agradam as crianças e prendem sua atenção.





#### FISIOMETRIA

A educação — diz Sickinger, propagando o sistema de Mannheim para crianças anormais — deve adaptar a criança a vida social: deve, portanto, ser coletiva. Mas tem de satisfazer a duas condições: a primeira, de ordem pedagógica, exige que todo indivíduo, qualquer que seja seu desenvolvimento físico ou mental, aprenda a trabalhar dando o máximo de rendimento que lhe for possível. A segunda, condição higiênica, permite que a criança evite todo esforço demasiado no cumprimento da primeira cláusula. Daí a vantagem das classes selecionadas.

Chegamos assim, com essa última condição, a segunda parte do problema. Não basta que, numa coletividade escolar, as crianças sejam somente escalonadas segundo o seu Q.I. É necessário também, e mesmo indispensável, que sejam classificadas segundo seu desenvolvimento físico, pois é certo que a influência deste sobre o desenvolvimento mental é da máxima importância. Poder-se-ia quase dizer que o bom índice físico de uma criança permite um prognóstico seguro de Q.I. elevado.

A ficha individual por nós organizada abrange as duas partes da questão. Convém notar no entanto que, tanto quanto na parte da psicometria, fizemos o possível para evitar o escopo das grandes instalações e tivemos sempre em vista arredarmo-nos de aparelhagens custosas. Uma e outra seriam talvez causas de afastamento, especialmente para os professores do interior, que não contam senão com os próprios recursos e não dispõem do material necessário para estabelecer fichas completas.

Organizando essas fichas, tivemos também a idéia de classificar as crianças segundo a nacionalidade dos pais. Sendo o Brasil um país vastíssimo, que precisa da imigração estrangeira,

receu-nos que o índice físico e psicométrico infantil estudado debaixo do ponto de vista dos diversos cruzamentos da raça diria, de modo muito positivo, das vantagens das diversas correntes emigratórias em fusão constante com a raça brasileira. Será portanto, quando se puder estabelecer uma estatística considerável, um meio de primeira ordem para a solução do problema de imigração.

Outro ponto por nós abordado foi o da alfabetização paterna e materna. Pareceu-nos que seria de interesse saber se o índice mental dos filhos de alfabetizados seria ou não superior ao dos filhos de analfabetos. Isto permitirá avaliar o valor da instrução obrigatória, pois, quando não houver mais analfabetos no Brasil, as experiências hão de provar, como as nossas provaram, se bem que em pequena escala, que o índice mental geral do povo subirá extraordinariamente.

A questão dos antecedentes hereditários também é de importância e por isso a colocamos em lugar de destaque, estabelecendo ainda a estatística dos filhos de alcoólicos segundo o seu Q.I. comparado ao dos filhos de homens sóbrios.

No estudo da fisiometria infantil, assinalamos ainda a importância da notificação do ambiente em que viva a criança, sobretudo a de classe pobre — vilas operárias, casas isoladas ou habitações coletivas. Foi-nos fácil verificar que crianças nascidas e criadas em habitações coletivas tinham sempre um índice fisiométrico inferior. Faltam as nossas observações o elemento de que não dispomos numa grande cidade e cujo resultado seria também de interesse: o índice fisiométrico das crianças que vivem nos campos, em fazendas ou em lavouras. Quem quiser estender o assunto para esse lado poderá com certeza provar de modo cabal a eficácia e a necessidade das colônias de férias para os escolares das grandes cidades, dos centros fabris e industriais.

#### FICHA INDIVIDUAL

NOME:- ..... NACIONALIDADE: -  
.FILIAÇÃO:.  
COR: \_ NACIONALIDADE MAE:.  
NACIONALIDADE PAI: \_ INST. PAI: INST. MAE:.  
INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_ ALTURA: . DIAM. BIACROMIAL:  
IDADE: \_\_\_\_\_ PESO:  
MOLÉSTIAS DA 1ª INFÂNCIA:  
  
ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS:  
  
AMBIENTE EM QUE VIVE:  
MEIO DE VIDA DOS PAIS:  
APRECIÇÃO GERAL DO ÍNDICE FISIOMÉTRICO: .Q.I.:  
  
OBSERVAÇÕES:

## ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES: SUA IMPORTÂNCIA

**Nicephoro Modesto Falarz**

Escola Normal Secundária — Curitiba, PR

O fundamento da educação em geral e do aperfeiçoamento intelectual em particular consiste principalmente na apreensão e discernimento dos múltiplos e diversos objetos que, por sua natureza, são capazes de avantajar o aluno inteligente e aplicado nos diversos ramos do saber humano.

Este saber ou conhecimento racional, cuja aquisição o preceptor deve sobretudo facilitar ao discípulo confiado aos seus cuidados, visa, entre outros muitos, os seguintes utilíssimos fins: o desenvolvimento da faculdade de observação, a fixação da atenção e da memória, a coordenação das observações ou a experimentação própria, a elaboração das conclusões pessoais e outras vantagens práticas.

Para que este desenvolvimento tão importante quanto delicado das faculdades intelectuais nas classes discentes possa atingir a maior perfeição, as condições técnicas exigem que o mestre tenha ao seu dispor tudo quanto é necessário e preciso para não só facilitar a aprendizagem, mas também conseguir, em pouco tempo, os melhores resultados possíveis.

Por isso, torna-se uma verdadeira necessidade que cada estabelecimento público de ensino possua coleções de diversos trabalhos, laboratórios especiais de aplicação, gabinetes de experiência. Em uma palavra, que possua, e bem montado, o seu museu escolar.

A ciência, sendo ilimitada como ilimitada é a sabedoria incriada, fonte donde provém aquela, não pode ser abrangida individualmente em todo o seu conjunto, pois o finito não pode conter o infinito. Sendo assim, cada qual, nos limites de uma determinada especialidade de matéria, serve-se de conclusões indiretas sobre as quais baseia a própria experiência.

Para que os enunciados fornecidos pelo professor não sejam uma abstração teórica que conduza ao limitado enciclopedismo—em pedagogia, verbalismo—, convém tornar acessíveis as condições mediante as quais os enunciados tenham forma convincente.

Aqui, pois, se tornam indispensáveis as viagens geográfico-científicas, visitas aos centros de atividade econômica, excursões científico-naturais e os museus.

Estes meios têm relevante valor não só instrutivo, mas também educativo, e, quando convenientemente empregados, formam a base da educação cívica e despertam os sentimentos a que denominamos patriotismo.

Do despertar—sentimos sob um único aspecto—resulta uma educação "chauvinista" ou fanática, a qual conserva o indivíduo em uma situação reacionária de egoísmo e vaidade.

O interesse da Pátria exige não só que os seus cidadãos sejam entusiastas cheios de amor ao seu país, capazes de lhe dedicarem todas as suas energias, a inteligência e a vida, mas sobretudo que, ao conhecerem as lacunas e as necessidades, por amor dela, idealizem uma determinada diretriz para as preencher e satisfazer.

Semelhante patriotismo assegurará a Pátria o progresso e a contínua prosperidade. Os cidadãos têm por obrigação conhecer a sua pátria, saber delimitar-lhe as relações com os outros países e almejar que ela, nas suas particularidades, tenha em tudo a primazia.

Na exuberante natureza do Brasil, no seu desenvolvimento espontâneo que produz a grande obra do Criador e transforma os dons divinos em energia humana, cuja vontade e ousada inteligência organiza o domínio e o poder futuro, capaz de abrigar e tomar feliz uma sociedade muito mais numerosa do que a atual, residem as principais inspirações das diretrizes da educação cívica.

Manter a integridade da nossa pátria, garantir-lhe o progresso, bem como a riqueza—eis o dever de cada patriota.

Deste dever é fácil delinear um programa, como também deduzir as suas diversas particularidades.

Entretanto, devemos ter um certo modo de pensar e de julgar.

Aí é que está a pergunta básica: Em que consiste a nossa pátria? Que é que lhe constitui o progresso e riqueza? Que é necessário para, aproveitando essa riqueza e energia, não permitir esbanjamentos? Como, administrando inteligentemente, nada perdermos dos domínios? Como garantir-lhe as necessárias permutas, a troca equilibrada e o possível aumento de suas riquezas? Como proceder para, desenvolvendo o valor da missão civilizadora, não aniquilar os valores naturais, não dissipar os tesouros adquiridos nem substituí-los por outros completamente diferentes?

Precisamos conhecer aquilo que possuímos; precisamos conhecer o fim ao qual tendemos e, sobretudo, ser conscientes das nossas ações.

O professor, animado por este espírito, despertará na alma dos seus educandos os melhores e os mais preciosos sentimentos, que em pouco tempo se refletirão em toda a coletividade.

Mas como deverá proceder o professor, praticamente?

Discursos empolgantes, declamações, etc, podem interessar, animar e, as vezes, até entusiasmar, contudo não podem ensinar a arte da vida quotidiana.

Valoroso concurso para estes fins poderão fornecer os museus escolares.

Em uma escola isolada, o museu deverá servir para desenvolver as aptidões da criança, por seu contato direto com as coisas que possam, por sua natureza, ilustrar as lições.

O pequeno museu será então um conjunto de objetos que substitua, tanto quanto possível, as gravuras dos livrinhos de aula, para que a criança não aplique, nas suas observações, o sentido da vista, não as próprias coisas, mas as suas imitações.

E não diga o professor que precisa para isso de recursos pecuniários: ele encontrará na boa vontade dos seus alunos a fonte inesgotável de tudo quanto precisa.

O museu escolar deve possuir uma coleção bem organizada, completa e bem conservada, de tudo o que nos fale, relativamente, da localidade, da Pátria, do mundo e da natureza em geral com os seus três reinos.

Aí devem existir coleções de minerais, de animais mamíferos, répteis, peixes e pássaros, plantas (sobretudo as úteis) medicinais e venenosas, aparelhos e meios para o estudo da Química, da Física, da História, da somatologia, da Higiene, da Geografia e da língua materna. Aí devem achar-se também álbuns fotográficos, quadros históricos e diversas vistas dos panoramas mais belos do País, modelos de máquinas e aparelhos, como telefone, telégrafo, automóvel, armas de fogo, etc, enfim, coleções de artefatos das indústrias locais, dos produtos agrícolas, etc.

Estas coleções devem ser conservadas em caixas envidradas e hermeticamente fechadas em armários colocados em salas isoladas, devidamente abrigadas dos efeitos perniciosos da luz solar, da poeira e dos microscópicos animais destruidores.

Um museu nessas condições, sobretudo se se achar munido de laboratórios, constitui uma base educativa idêntica a das bibliotecas e salas de leitura.

Tanto nas bibliotecas como nos museus, é preciso estar sempre em contato íntimo, dominar sistemática e gradativamente todas as seções. É preciso conhecer os pormenores, reunir os conhecimentos adquiridos com outros já anteriormente conhecidos e passar as particularidades, revendo as coleções já formadas. É neste ponto que o museu escolar se torna um meio poderoso de instrução e de educação, quando o aluno deixa de ser um mero visitante e passa a ser um operoso freqüentador.

As escolas modernas, do tipo mais recente, baseadas no método do trabalho, são verdadeiros museus ricamente dotados de aparelhos e materiais de toda espécie e onde o estudo é ministrado em laboratórios e em gabinetes.

Os melhores trabalhos escolares são colecionados, pois representam os esforços e resultados dos discípulos, obtidos durante o ano escolar bem aproveitado.

As escolas primárias nas quais as condições materiais, no presente momento, não permitam a existência de salas adequadas, aparelhos custosos e coleções de valor podem e devem seguir a mesma trajetória, limitando-se aos meios que possuem.

Nas excursões e passeios, na conversação, com o fornecimento de compêndios e revistas adequadas a esse fim, na execução dos trabalhos, o professor pode encaminhar os alunos ao conhecimento do seu país, das suas riquezas, da sua vida e costumes, da sua história.

Os minerais colecionados, as sementes, os insetos, as conchas, os esqueletos, os ninhos, etc, devem ser cuidadosamente examinados e estudados pelas crianças, sob a direção do professor, comparados com os similares conservados no museu e já conhecidos, com as anotações sobre quando, onde e por quem foram colecionados. Uma pequena criação do bicho-da-seda, um pequeno parque com um aquário, um jardim, podem fornecer e apresentar milhares de observações que ensinam e elucidam os mistérios das formas, as diferenças e semelhanças.

O professor deve ensinar, pelos métodos de observação, a escolher o material e a forma da sua conservação, auxiliado pela atividade espontânea dos alunos, que tudo poderão fazer com grande proveito para a sua instrução e para o desenvolvimento de suas faculdades.

Da mesma forma, devem organizar-se os álbuns com retratos de homens ilustres, de paisagens nacionais e estrangeiras.

Postais, vistas, estampas de jornais, colecionados sistematicamente e colocados em cartões, acompanhados de descrições sucintas, são um meio poderoso para o estudo da história do passado e do presente e tornarão o ensino muito interessante e atraente.

Estas coleções despertarão na criança o sentimento da alegria, da animação e do orgulho.

Uma das valorosas coleções que caracterizam uma determinada região e que podem ser de grande proveito para os alunos é a de cadernetas com as observações climatológicas das estações da vida comum, com as observações diariamente tomadas e que, elaboradas com método, aproximarão as crianças do mundo que as cerca e criarão uma rica crônica escolar.

Porém, os mais curiosos e, ao mesmo tempo, os mais proveitosos resultados podem provir da permuta de correspondências, descrições, fotografias de coleções feitas por crianças de diversas localidades, ainda que distantes e situadas em várias condições geográficas do Estado.

O fato de as crianças transmitirem mutuamente as variadas belezas e curiosidades de sua região há de fazê-las entrarem comunhão intelectual com os seus iguais de outra região e até do estrangeiro; um tal intercâmbio intelectual, sem dúvida alguma, influirá beneficentemente a convivência quando adultos. Por enquanto, despertará o interesse ao País, a sua integridade, e o estudo da Geografia há de se tornar ameno, animado, atraente, interessante.

As universidades e os museus estrangeiros ufanam-se com as coleções reunidas e organizadas no Brasil.

Permanecem entre nós numerosos naturalistas, e, mesmo anualmente, aqui aportam, caprichosamente organizadas, expedições científicas; e, ainda que há muitos anos centenas de sábios estejam a estudar a nossa natureza, todo aquele que se dedicar a reunir coleções pode estar certo de que essa sua coleção será ainda enriquecida com novos espécimes desconhecidos.

É ilimitada e incomparável a riqueza natural do Brasil. Saibamos conviver com ela, observá-la, entendê-la e, ao mesmo tempo, aproveitá-la.

Organizemos os museus escolares, porque, por intermédio deles, aprenderemos a conhecer, amar e glorificar o nosso Brasil, guiando os nossos alunos na tarefa de observar e adquirir experiências em contato com as coisas que nos são caras; desta forma, daremos ao nosso ensino as mais completas bases objetivas.

Só assim procedendo, desde a escola primária, é que teremos formado homens de ação.

TESE Nº17

## PELA EDUCAÇÃO ESTÉTICA

Fernando Nereu de Sampaio

**N**o Brasil, só estudam Estética os que desejam conhecê-la em toda a extensão dos seus vastos domínios.

São os artistas das artes plásticas, das artes do desenho, são os músicos, são ainda os artistas da literatura aqueles que penetram os campos dessa arte ou ciência que estuda a gênese da obra de arte, as leis do gosto e da crítica.

São, porém, os estudiosos das coisas de arte os únicos que se aventuram a percorrer os ínvios caminhos desse ramo das ciências psicológicas ainda em busca de formação completa.

Os que não se inclinam para as regiões altíssimas das artes não recebem a influência de qualquer raio luminoso que lhe projete uma luz doce e convidativa, despertando-lhes o interesse de ao menos abeirar-se dessas perspectivas onde o espírito descansa e goza prazeres inefáveis.

A antiga geração iniciava-se na música como na literatura e nunca nas artes de desenho, e a nossa apenas sente o influxo de uma aproximação literária.

As artes plásticas e a música ficam reservadas aos pendores, as revelações mais ou menos precoces.

Não há exagero na expressão. Cada um de nós que reveja seu passado acadêmico encontrará essa lacuna. Quantos colegas são hoje poetas ou escritores? Quais e quantos pintores ou músicos? Não tiveram os primeiros um excitante a vocação com a iniciação de boas leituras, feitas na classe pelos mestres, com as apreciações e comentários destacando com entusiasmo as belezas de forma e pensamento?

Que veículos tiveram os últimos para despertar-lhes a admiração pelas belezas de uma harmonia musical ou na contemplação de uma obra de arte, de arquitetura, escultura ou pintura?

Enquanto os primeiros liam trechos seletos de bons autores, os segundos riscavam enfadonhas figuras geométricas sob o terror dos desvios milimétricos.

Enquanto aqueles se deleitavam com prosadores e poetas da língua portuguesa, ouvindo crítica do mestre que os orientava o gosto ou pelo menos preparava-os para sentir, estes nunca

ouviram um comentário acerca da arquitetura de Fórum Romano, das pirâmides, do Templo de Karnak, do Escriba ou do Moisés, do Juízo Final ou da Rendição de Breda.

Poucas palavras ficavam ao professor de História, que citava essas e outras obras de arte incidentalmente, elogiando-as nas mais das vezes com pomposa adjetivação por não ter sentimento artístico capaz de sentir e realçá-las ou criticá-las.

Da modelagem nunca se cuidou com o carinho merecido, pois a orientação pedagógica adotada não chegava a alcançar-lhe os objetivos, e, dos trabalhos manuais, eram apenas considerados os de agulha.

A iniciação estética foi, portanto, até hoje, lastimavelmente imperfeita, e, agora, reconhecemos que a sociedade não tem cultura estética para sentir as artes de desenho e mal interpreta a música. A razão está unicamente nessa orientação pedagógica deficiente, que transformou o ensino do desenho em horas de suplício onde só os néscios se deleitavam e que arredou das escolas, como inutilidade, até o canto dos hinos (refiro-me aos cursos secundários), o que levou quase todos a convicção de que só as crianças devem cantar.

Assim, assintotando os esplendores da arte, vive hoje uma geração dentro da civilização e quase completamente alheia a arte.

A iniciação estética precisa ser feita dentro da escola primária.

Quando a Inglaterra percebeu a necessidade de difundir a educação estética — porque encarou-a como um problema econômico do Estado, visando a preparação de massas de produtores e consumidores de indústrias de bom gosto e objetos de arte para embelezamento dos lares e prazer do espírito —, a primeira atitude tomada foi com respeito aos programas de desenho e modelagem das escolas primárias e profissionais; refundiu-os integralmente, baseando-os no objetivo fundamental de despertar o interesse e o gosto pelas coisas de arte. Foram tão bons os resultados que as demais nações não trepidaram em acompanhá-la na orientação traçada.

Que esperamos nós, que vivemos até hoje escravizados as indústrias estrangeiras e a arte da Europa, que ela mesma já procura modificar? Que esperamos nós, para nos libertarmos dessa rotina comprometedora que formou essa sociedade onde a cultura estética é deficiente até mesmo entre os artistas?

Enfrentemos o problema praticamente como o divisou o espírito arguto dos ingleses. Partamos da escola primária e das profissionais, não com o intuito de formar gerações inteiras de artistas, mesmo porque nunca o conseguiríamos, porém, com o objetivo de despertar o interesse pela contemplação das obras de arte, sejam elas da literatura, da música, da pintura, escultura ou arquitetura.

Cuide-se da educação estética com a preocupação de educar o gosto da sociedade, para aformosear-lhe os costumes, embelezar os lares e circundar-se de objetos de bom gosto, mesmo que sejam banais utensílios de uso comum.

Prepare-se, pela educação estética, uma sociedade capaz de selecionar o bom do mau em qualquer ramo da arte, como o faz hoje, mais ou menos, na literatura.



E, nessa educação, aproveitemos a oportunidade para ressaltar o valor do manancial inesgotável que apresenta a nossa flora e fauna ao aproveitamento decorativo, seja na pintura ou na arquitetura, seja na escultura, na música ou, ainda, na literatura.

Criemos a admiração pelas nossas coisas, pelos esplendores da nossa terra, de modo que a visão artística da nossa gente se ambiente no coração da Pátria e aspire e produza algo mais brasileiro e construa, para grandeza da terra que a circunda, e exalte, tanto quanto merecem, as belezas das maravilhas do nosso solo ubérrimo, porque assim, cantando a terra em prosa ou versos, em música ou massa plástica, cimenta-se a nacionalidade, fortifica-se a unidade da Pátria.

#### CONCLUSÕES

Aconselhar os governos dos estados a cuidar imediatamente da reforma dos programas de desenho, modelagem e trabalhos manuais nas escolas primárias, orientando-os no sentido da educação do gosto sem, contudo, desvirtuar sua função pedagógica.

Aconselhar o ensino destas disciplinas nos estabelecimentos profissionais com o caráter rigorosamente técnico e artístico.

Aconselhar os governos e diretores de colégios a manterem, nos estabelecimentos de ensino secundário, cursos de divulgação:

- a) em conferências, com projeções sobre as artes plásticas;
- b) em conferências sobre literatura nacional e estrangeira, sob o ponto de vista exclusivamente estético;
- c) em audições de cultura musical, em que um músico ou orquestra execute trechos seletos e um professor faça comentários sobre os trechos ouvidos.

TESE Nº 21

## EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EM RELAÇÃO À ASSISTÊNCIA AOS LÁZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROSA

**Alice de Toledo Tibiriçá**

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra — São Paulo, SP

A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra sugere a distinta Comissão encarregada dos estudos sobre higiene infantil que seja debatida, nos trabalhos referentes a educação da criança, concomitante com as primeiras noções, a obrigatoriedade do ensino da profilaxia da lepra. É mister demonstrar a sua transmissibilidade e fácil receptividade na infância e adolescência, consoante opinião dos mais notáveis leprólogos.

A difusão do ensino primário, atingindo a todos os analfabetos, se correr paralela com as lições de higiene, sobretudo as que concernem as moléstias de longa duração — como a Sífilis, tuberculose, impaludismo, moléstia de Chagas, úlcera de Bauru e, pairando acima, pela deformação trágica e transmissão ignorada, a lepra —, levará o Brasil ao seu pleno desenvolvimento. A educação do povo, que em tão boa hora se inicia, trará luz sobre diversos problemas que até

agora ainda não foram ventilados convenientemente.

Divulgadas entre as crianças, certas noções de higiene acordarão entre elas o sentimento de natural defesa e o dever de solidariedade, prestando assistência aos infelizes que a enfermidade privou de tudo!

Em relação a lepra, ainda há a errônea crença de que essa moléstia seja castigo de Deus, ou então hereditária, transmitida de pais a filhos.

Os leprólogos professam a tese de que as crianças filhas de leprosos, retiradas dos pais logo após o nascimento, furtam-se ao contágio e se tornam robustas, sem que haja, em sua descendência, casos novos.

Em São Paulo, a Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra mandou imprimir 15.000 folhetos nesse sentido para serem distribuídos nas escolas.

O professor fará a leitura de teses de Higiene e, após uma explicação verbal, demonstrará o perigo que os alunos correm uma vez em contato com doentes atacados do mal de Hansen. Descritos os sintomas, anunciadas as probabilidades de cura, impressionar-se-ão as crianças, despertando em sua alma ingênua a consciência do perigo. Voltando a casa, transmitirão aos pais as noções que aprenderam nas escolas. Haverá, portanto, larga divulgação de regras higiênicas.

O progresso de um povo depende de sua robustez. Quando o Brasil resolver o importante problema de sua vitalidade e seus filhos demonstrarem sólido civismo com pleno conhecimento dos encargos que lhes competem num país extenso e, ainda, em grande parte, inexplorado; quando com perseverança difundir-se o ensino primário em todos os estados, uniformemente, procurando levar o alfabeto e noções de higiene aos pontos mais longínquos, o Brasil dominará como grande nação — forte entre as mais fortes, grande pela extensão de suas terras e maior ainda pelo valor de seus filhos!

Pede-se, pois, ao distinto Congresso estabelecer as bases da educação da criança, não somente quanto a sua instrução e cultura física, mas sobretudo em relação ao conhecimento exato do perigo que as endemias oferecem. Torna-se necessário afastar a criança dos centros de lepra, bem como fazer-se cuidadoso exame em seus companheiros de classe que hajam habitado com pessoas contaminadas, pois muitas vezes não aparentam lesões e, todavia, são veículos transmissores, agravantes, porquanto não há defesa possível diante da ignorância do mal oculto.

A imprevidência dos brasileiros, cuja incúria é um crime, facilitou o mal de Hansen, trazendo gerais perigos a economia do País.

Intensifica-se a imigração como elemento de progresso. Pelos sertões selvagens se espalham os estrangeiros na ânsia da abundância, no desejo da independência. Ignorando o perigo, em país estranho, pouco aclimatados e mais expostos ao contágio, contaminam-se, aumentando a farândola dos parasitas que a sociedade sustenta.

Os nossos patrícios também, sem meios de defesa, ficam a mercê dos ataques da insidiosa enfermidade — completando a trágica cifra dos 30 mil leprosos que colocam o Brasil entre os países semicivilizados...

Quando a lepra estende as perigosas garras, declinam-se as forças produtivas. Os braços da vítima, outrora afeitos ao trabalho, perdem a energia, não mais concorrem para o progresso. Sofre conseqüências a economia social. É mais um que estende a mão a coletividade. Esmolando, transmite aos sãos o mal que porfia em lhes conservar a vida por decênios... E novas vítimas desfalecem por sua vez contaminadas, aumentando as fontes de mendicidade que constituirão outras caudais de misérias...

A falta de cultura é a noite do espírito. É a ociosidade e o crime. O vício entervando a marcha ascendente. Todavia, se atendermos a intensidade do mal, a lepra ainda ocasiona maiores danos, pois destrói a vitalidade da raça, enfraquecendo o gigante que caminha para o futuro grandioso que o aguarda.

Em hediondez, nenhum mal a supera; ataca em surdina, deforma, mutila, destrói, duplicando suas vítimas pela criminosa comunhão entre sãos e enfermos! Quais seus agentes transmissores? Ninguém sabe! Como defender-se? Sabem todos: construindo leprosários modelares, asilos-colônias, onde os doentes se sintam atraídos e amparados pelo carinho e respeito dos sãos, cujas mãos, válidas, devem se estender num gesto de solidariedade aos irmãos enfermos em sua trajetória de lágrimas e esfacelamento!

Nos asilos-colônias, os enfermos poderão prover o sustento da família pelo trabalho remunerado, apenas para uso dos internados. Os que ainda puderem trabalhar sustentarão a família, mesmo a distância, com o salário ganho no leprosário. Evitar-se-ão as cenas de miséria, decorrentes do afastamento do chefe dos centros ativos do trabalho. E quando mais não possam prover o sustento dos seus, não sentirão também o desespero lhes obscurecer a razão, supondo-os na miséria, pois a caixa de socorro das sociedades beneficentes garantirá o pão nesse lar sobre o qual a adversidade estendeu seu trágico manto.

Um ponto delicado na vida dos infelizes já foi elucidado pelo critério bondoso dos nossos leprologos: o casamento dos asilados. Eles têm essa permissão, uma vez concordando no afastamento dos filhos em local onde não possam ser contaminados pelos pais. O casamento representa, nesse caso, obra de grande assistência moral. Formando vida em comum, podem ainda gozar relativa ventura, conduzindo juntos a penosa cruz. Casais há, como no Guapira, em que o marido, cego, é socorrido pela esposa. É a luz na escuridão que o cerca, ampara-o e impede que desfaleça a míngua pela falta do tato, o que lhe acarreta cegueira dupla.

Os filhos? Como a natalidade é pequena e grande a mortalidade na primeira infância, a sua criação não pesa tanto a coletividade. Em São Paulo, o Asilo Therezinha de Jesus, organiza-

do pela generosa iniciativa de dona Margarida Galvão, já resolveu o problema relativo aos filhos dos leprosos. Retirados dos pais logo após o nascimento, são entregues ao carinho de sua grande amiga, que os preserva do mal num asilo amplo e higiênico, propício ao seu desenvolvimento físico, cuida da educação moral e cultura intelectual.

Quando em todos os estados forem construídos leprosários-modelos e creches para crianças não contaminadas, o gasto, embora avultado, será compensado pela economia das fontes de trabalho, que não mais estarão sujeitas às investidas do mal.

Não será isso difícil, se a educação nacional for orientada em tal sentido. Sem distinção de credo religioso ou cor política, é mister que contribuam todos, dentro do possível e mesmo do impossível, para a extinção do mal que avilta e enfraquece o Brasil, pondo seu nome na lista dos países bárbaros, onde a lepra ainda impera!

A profilaxia deve ser ensinada nas escolas, juntamente com a formação da frase que o amor à Pátria grava no coração: culto ao Brasil! A criança educada nesses princípios concorrerá com o seu trabalho para a grande obra do saneamento; auxiliará a construção dos asilos com espírito de alta solidariedade, patenteando o sentimento de honra dos povos cultos, e demonstrará, com vigorosa atuação, que ama, acima de tudo, a glória e o renome da grande e esplêndida terra que a natureza houve por bem aquinhoar o Brasil!

Contribuindo com estas rápidas explanações no sentido dessa ilustre Associação desenvolver em seu seio a tese que me propus — A Educação da Criança em Relação à Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra —, peço vênias para apresentar os nossos cumprimentos e votos de grande sucesso na campanha que visa iluminar a nova geração brasileira.

TESE N<sup>o</sup> 22

## O ENSINO DAS LÍNGUAS MODERNAS

**João Brasil Silvado Júnior**

Instituto de Surdos-Mudos — Rio de Janeiro, DF

ela utilidade deste ensino não é preciso atualmente gastar palavras. As línguas modernas estão definitivamente incorporadas às matérias comuns do ensino nacional em todos os países civilizados e fazem parte dos programas dos ginásios mais clássicos. Entretanto, dois outros pontos merecem ainda especial atenção: a diferenciação a fazer-se entre o ensino das línguas modernas e o das línguas mortas, por um lado, e entre aquele e o da língua materna, por outro. Já Afrânio Peixoto, no seu livro *Ensinando a Ensinar*, chamou bastante a atenção para este último ponto, mostrando quão grande deve ser a distinção dos rumos no ensino do português entre nós e no das outras línguas, mormente no emprego dos clássicos antigos como textos de leitura e estudo nas classes. Ele citou o caso típico de um professor brasileiro que escreveu

em inglês um relatório para uma exposição nos Estados Unidos, num inglês correto, porém tao antigo que se tomava incompreendido pelos visitantes da exposição.

Para usar o inglês na conversação e na correspondência seria isso ainda um erro maior.

Deve-se terem mente que os alunos, ao enfrentarem as novas línguas, já possuem uma língua própria, tendo dela uma noção gramatical bem adiantada. Mesmo porque "quem não tem sólidos conhecimentos da língua materna não compreende as línguas estrangeiras", como disse o professor doutor Otto Lyon na sua *Deutsche Grammatik*. Mas, se o ensino exclusivamente gramatical da língua materna é condenável, nada justifica que se adote a gramática para fundamento e método do ensino das línguas modernas. Esse processo reprovável é, contudo, a base de quase todos os nossos compêndios escolares. Não se admitem nesses compêndios, por exemplo, que os substantivos que formam o plural de certo modo venham num exercício antes de outros que o formam de modo diverso, nem que certos verbos venham antes de outros.

Baseados nestes princípios, os exercícios estão cheios de palavras antiquadas e de raríssimo uso, só porque servem para exemplificar regras gramaticais ou exceções a essas regras.

Sweet, no *Practical Study of Languages*, p.1 10, escreve:

Na gramática alemã comecei com a palavra *Hornung*, fevereiro, como uma exceção a regra de que as palavras terminadas em *ung* são femininas. Por muito tempo nenhuma palavra da língua alemã me era mais familiar do que essa, exceto talvez *Petschaft*, chancela, que me veio ao conhecimento pelo mesmo processo. Apesar disso, não me lembro de jamais as ter encontrado em um livro de alemão moderno e muito menos de as ter ouvido na conservação. *Hornung* é mesmo inteiramente arcaica, exceção de alguns dialetos do alemão. Afinal, quando iniciei o estudo da gramática superior, encontrei *Hornung*, pela primeira vez na minha vida, numa poesia de Walther von der Vogelweide, mas por esse tempo já eu a tinha esquecido completamente. (Citado por Jespersen, no livro *How to Teach a Foreign Language*, cap. II)

É ainda com esse intuito de exemplificar regras e exceções gramaticais que os exercícios dos compêndios mais usados estão eivados de frases e sentenças desconexas. De um deles tiramos ao acaso este trecho de exercício: *The affection of a good mother is proverbial. How many feet have two oxen? The geese of the Capitol. The queen of England has many; Brazil is very rich in minerals.* E de outro: *Do you recollect what day it was he went away? I caught a cold sitting down on the wet grass.* De um compêndio que procura ensinar o português aos estrangeiros: *Os pés estão molhados. Eu estou pronto. Os dentes estão limpos. Vós estais satisfeitos? O menino doente está gritando.* Nem mesmo adultos, que podem suportar uma longa provação da paciência, tolerariam tais acrobacias de pensamentos que pulam da pergunta *Quantos pés tem dois bois?* a resposta *Os gansos do Capitólio.*

Quando há nexos na narrativa, o contexto esclarece e firma o significado dos termos. Com este malabarismo de idéias e de frases fomenta-se a tradução literal e imperfeita, pecha de que não se livram os próprios compêndios.

Tem-se ultimamente procurado corrigir essa falha. O princípio dominador, porém, é o mesmo: seguir a gramática, parágrafo por parágrafo. O exercício passou a ter um pequeno enredo, mas como é preciso ajuntar nele todos os preceitos da gramática no parágrafo em estudo essa aglomeração artificial torna a narrativa desinteressante. Quem é, por exemplo, que compõe uma narrativa de prosa comum ou literária só com os verbos de uma certa classe ou só com os adjetivos e os substantivos que constituem uma exceção na formação dos gêneros?

Diz-se que o emprego dos textos clássicos de sintaxe, já inusitado no estilo moderno, é devido ao modo de ensinar as línguas mortas. Dentre estas, o latim exerce um grande prestígio, e o método pelo qual é ensinado é tido como modelo didático. Ninguém mais hoje ensina o latim ou o grego, nem mesmo no ensino extremamente clássico, para falá-lo ou nele se corresponder. O fim prático do uso efetivo da língua aprendida é o que visa a instrução das línguas vivas. O preconceito em favor do método do latim está, porém, tão enraizado nos professores dos cursos secundários que estes repelem, como vexatório, o título de professores de línguas vivas. É verdade que esta denominação foi desacreditada pelos primeiros reacionários, bem intencionados, porém, não professores. Johann Franz Ahn, nascido em Aachen, Alemanha, no ano de 1790, foi um comerciante. Seu objetivo era preparar os jovens para a vida mercantil, fornecendo-lhes das línguas estrangeiras apenas o conhecimento indispensável para esse fim. A respeito do método de Ahn, diz Leopold Bahlsen, professor superior da Realschulen, em Berlim, no livro *The Teaching of Modern Languages*, em tradução americana: "No início, eles (Ahn e seus companheiros) forneciam aos alunos palavras fáceis e de emprego comum, bem como sentenças simples. Preveniam os professores contra o uso prematuro da gramática. Pregavam uma certa prática de conversação desde o começo do ensino. Asseveravam com ênfase que era preciso manter durante o curso, bem presente, o fim do ensino, isto é, a capacidade de exprimir-se na nova língua". A elaboração e execução do método ficaram, porém, longe de suas pretensões. As dificuldades foram simplesmente evitadas, e o plano resultou num contínuo traduzir. A crítica tinha ferido a nota contra o método clássico. Salientou-se bem que os alunos, depois de tanta gramática, tanta tradução e tanta análise dos textos clássicos antigos, eram totalmente inaptos ao uso atual da língua ou nela se exprimiam de modo impróprio, quando não ridículo. Kron, imbuído desse novo princípio, apresentou a sua série de livros, *Le Petit Parisien*, *The Little Londoner*, *The Little Yankee*. Estes livros são secos vocabulários. Úteis como tais, detestáveis como compêndios. Todos esses reacionários tinham pressentido a verdadeira direção, faltando-lhe apenas um critério didático.

Uma outra idéia veio perturbar por muito tempo o ensino das línguas modernas. Devemos aprender uma língua nova, disseram, assim como aprendemos a nossa. Nesse método, chamado materno, sempre se olvidou um ponto básico. O que aprendemos de nossos pais é uma linguagem, sem dúvida uma das maiores criações da humanidade. Primeiro, linguagem falada e, depois, linguagem escrita. É um ponto importante de psicologia, do qual não se devem esquecer os instrutores de novas línguas. As nossas idéias e os nossos sentimentos receberam, com a linguagem materna, um cunho indelével. O problema da linguagem é o problema dos instrutores de surdos. Há muitas conexões com o do ensino de línguas, mas é

diverso. Um dos mais importantes enganos daí resultantes tem sido a abolição por completo da língua no começo do ensino da nova língua. Um outro: a ausência completa de uma prévia instrução fonética na produção e na acústica dos fonemas estranhos. O aluno já possui um vocabulário estável na língua materna. Assiste o aluno a mímica, a ação e a representação do professor para, por fim, concluir: "Ah! já sei, *good* quer dizer *bom*", quando sua inferência não é errônea e difícil de ser extirpada. Uma vez vimos um professor gastar longo tempo para ensinar a palavra forma, e tendo por fim recorrido a forma dos sapatos que mostrou, ambos, professor e aluno, se julgaram perfeitamente entendidos. Mais tarde, recorrendo a um dicionário para deslindar uma esquisitice que encontrou entre o dito vocábulo e o seu contexto, viu o aluno *que forma* não *significava a footprints*, como havia concluído das explicações em classe. Imagine-se a grande dificuldade de ensinar as conjunções porque, *como* e outras, sem traduzi-las. Pelo menos há nisso grande perda de tempo, pois o aluno, quando as tiver apreendido, referir-se-á imediatamente ao padrão da língua materna. E as horas dedicadas a este ensino já são demasiado poucas. Vem a propósito referir-se a experiência de Carl Schurz, um teuto-americano, estadista, jornalista e general, nascido na Prússia em 1829. Ele foi para os Estados Unidos em 1852, tornando-se um membro proeminente do Partido Republicano, morrendo em 1906.

Nas suas *Reminiscences of a Long Life*, publicadas no *McClure's Magazine*, diz o referido estadista:

O meu primeiro empenho foi aprender o inglês o mais rápido possível. Muitos educadores me têm dirigido indagações sobre os processos que empreguei para me assenhorar dessa língua e discurrir nela com a facilidade que possuo. O método foi muito simples. Não usei nem me lembro de tê-la jamais tido entre os meus livros. Ataquei logo a leitura de um jornal, o *Ledger*, de Filadélfia. Diariamente eu percorria editoriais, correspondências e telegramas, chegando até os anúncios. O *Ledger* era ainda uma folha mal impressa, mas publicava contos bem redigidos. Daí passei as novelas, procurando cedo Walter Scott, Dickens, Thackeray, Macaulay e outros, deixando Shakespeare para o fim. Nunca li as carreiras, superficialmente. Nunca deixei passar uma palavra sem compreender-lhe bem o significado. Jamais deixei de consultar o dicionário num caso duvidoso. (Extraído do *The Mt. Airy World*, de 26 de fevereiro de 1920, revista escolar do Pennsylvania Institut for the Deaf)

O jornal é realmente um esplêndido compêndio. O noticiário dos fatos comuns ocorridos na cidade é redigido pelos repórteres não pretensiosos em literatura, que usam a linguagem usual. O vocabulário e o fraseado podem ser aprendidos com o auxílio da tradução e do dicionário. O uso da nova língua fará que o estrangeiro crie o hábito de nela se exprimir, pondo de lado, a princípio parcialmente, depois totalmente, o intermediário da língua materna. Entenderá e falará diretamente o novo idioma.

Criar esse novo hábito é finalmente ter transposto a última barreira; é ter conquistado o novo idioma. Só a convivência entre os estrangeiros o consegue, sem a qual o mais que razoavelmente se prometerá é um treinamento indispensável e suficiente, a fim de que, na oportunidade de convivência, esta exija apenas um percurso de poucas semanas para o bom êxito. É preciso isolar-se do ambiente da língua nacional, combater a ânsia de falar a língua materna

como o atleta combate a angústia dos primeiros momentos, até ganhar o segundo fôlego dos atletas que o conservam na corrida até o fim.

Adquirida a nova língua, é fácil passar de uma para outra, mas essa passagem não deve ser brusca. Não só as idéias, mas os próprios órgãos vocálicos exigem uma nova adaptação. Daí as perturbações das citações em várias línguas e as dificuldades das traduções; daí a necessidade de abolir do ensino as versões.

O grito de reforma dos métodos de ensino das línguas modernas foi dado em diversos países por volta de 1870. Resultou então em um método em contínuo aperfeiçoamento, ao qual têm sido dados diversos nomes: fonético, natural, analítico e, mais comumente, método direto, salientando, todos, um ou outro aspecto do ensino.

Como bem nota Otto Jespersen, no seu já referido livro, "fala muito em favor da reforma o fato de não se poder dar ao 'novo' método o nome de algum fundador". Grandes lingüistas, foneticistas e pedagogos cooperaram na sua criação e ainda trabalham no seu aperfeiçoamento. Basta lembrar os nomes de Sweet, Sievers, Sayce, Lundell, Perthers, Trautmann, Vietor, Rossman, Kühn, Paul Passy e outros.

Sentiu-se a necessidade de um estudo preparatório da fonética. O poder de imitação dos fonemas ouvidos vai decrescendo com a idade e é perturbado pelos hábitos dos órgãos vocálicos na articulação dos sons da língua materna. Dada uma noção suficiente da articulação dos sons, os fonemas estrangeiros podem ser exercitados. Os exercícios devem ser feitos sobre palavras da nova língua, como nomes próprios de pessoas, de localidades, de objetos comuns. Evita-se hoje o abuso da combinação de articulações não usuais, como se fazia a princípio, quando se juntavam duas ou três sílabas em vocábulos sem sentido, com o mero fim de exercícios de articulação. Textos fáceis para leitura e conversação podem ser dados logo de começo. Um exemplo pode ser colhido das *Kleine Erzählungen für Kinder*, de Reuschert:

#### April

Erna stand am Fenster und sah unwewandt hinaus. Das sah ihre Schwester Olga. Neugierig, wie sie war, lief sie sogleich auch nach dem Fenster. Da war abergar nichts zu sehen. Erna lachte Olga sus. Es war nämlich der erste April. Da machten die Kinder ofters derartige Schertze.

Os pequenos acontecimentos do mundo escolar, principalmente quando dizem respeito aos próprios alunos da classe, podem ser reduzidos a pequenas composições pelo professor e, quando postos em rima, ainda se tomam mais atraentes. *Do Mt. Airy World de 27* de outubro deste ano extraímos o seguinte:

#### William

William's eye is black and blue.  
William's eye is shut. William  
has a happy smile.



But his hp is cut.  
WilliarrTs cheek is all scratched up.  
William's proud though lame. He  
played football yesterday. His team  
won the game.

A arte de fazer perguntas sobre o trecho lido nem sempre é fácil de ser praticada. Uma pergunta, uma vez feita, se não compreendida, deve ser esclarecida mas não modificada. É preferível até esclarecê-la pela tradução, e depois repeti-la em várias oportunidades. Noções de gramática podem ser dadas concomitantemente com aplicações ao trecho lido, flexionando os nomes ali encontrados e conjugando os verbos no tempo em que se acham. No texto inglês acima, por exemplo, os possessivos podem ter um bom exercício: *My Up, your lip, William s lip, his lip, herlip, our lips, your lips, theirlips*. Verbo conjugado: *Iwon, you won, he won, she won, his team won, we won, you won, they won*. Mais tarde os alunos são convidados a reproduzir o trecho lido e fazerem-se reciprocamente perguntas sobre ele. Daí a conversação sobre quadros e a conversação comum, não é difícil a transição. Além destes, há muitos outros expedientes conhecidos dos professores.

Entre nós, a aplicação deste ensino moderno das línguas vivas já se encontra amparada em excelentes compêndios. Para o francês, o *Curso Prático da Língua Francesa*, de Rossmann & Schmidt, e *a Seleta Francesa*, de Kühn, ambos adaptados ao português pelo professor Said Ali. Estes compêndios e *a Seleta Francesa* de Rossmann são ainda dos mais usados nos ginásios da Alemanha. Para o inglês e para o alemão temos *O Primeiro Livro de Inglês* e *O Primeiro Livro de Alemão*, de O. Nobiling, antigo professor do Ginásio de São Paulo. Este professor foi um grande estudioso do português e, observador fino, publicou um excelente trabalho sobre os sons nasais do português falado no Brasil.

O emprego do método moderno, exigindo que o professor fale a língua estrangeira durante o ensino, é olhado com prevenção por muitos professores nacionais. Na Inglaterra o debate era acalorado a esse respeito quando se declarou a última grande guerra, como o testificam as colunas da revista *Moder Languages Teaching*. No Brasil, raríssimos são os verdadeiros professores estrangeiros e muito menos aqueles que se dão ao incômodo de estudar o idioma nacional, como o fez Nobiling. Nos anúncios de jornais se oferecem verdadeiros charlataes estrangeiros, trabalhadores braçais em seu país de origem, sem noção de pedagogia, falando um linguajar da baixa classe, incapazes de explicar com acerto uma página de Scott ou de Dickens.

Deixamos de parte outros pontos importantes da matéria de que nos ocupamos, por se relacionarem mais com outros assuntos. Concluímos com uma referência apenas ao tempo deficiente que se dedica ao ensino das línguas modernas nos nossos cursos secundários. Parece-nos que os nossos ginásios chegaram a um grau em que precisam definir-se ou dividir-se em dois cursos distintos: o clássico e o moderno. No curso moderno, naturalmente, as línguas vivas estrangeiras podem obter maior espaço nos horários e maior eficiência no ensino.

## O CINEMATÓGRAFO ESCOLAR

América Xavier Monteiro de Barros

O cinema é, no momento atual, a arte por excelência e, sem dúvida alguma, o meio mais perfeito e completo para a representação de seres, fatos e coisas.

Nenhum outro elemento concorre mais eficazmente como guia educativo e instrutivo, porque, apossando-se de todos os conhecimentos humanos, desperta o interesse das crianças, facilitando-lhes o esforço cerebral de maneira sedutora e agradável.

A Geografia, a História, as Ciências Físicas e Naturais, a tecnologia, as lições de coisas e as indústrias mais se adaptam as projeções cinematográficas, que também devem ser utilizadas, e com grande vantagem, nos exercícios de vocabulário e composição. Além disso, os alunos que aprendem pelo desenrolar dos filmes habitua-se a ver tudo com rapidez e vigor, adquirindo por este modo tal agudeza de espírito que os torna capazes de representar em desenhos as coisas e os seres em diversas atitudes e ações.

As lições cinematografadas despertarão tão vivo interesse entre os nossos alunos que irão servir ainda de meio de estímulo e punição para os aplicados e os vadios.

Quão fecundo e deleitoso será o ensino quando o professor puder substituir o livro pela projeção?! Quando puder levar para a tela todos os nossos tesouros, a começar pelos caudalosos rios, as cachoeiras opulentas e tumultuosas, a majestosa tranqüilidade dos lagos, a fauna de assombro descomunal, a flora variegada e copiosa, o plantio do algodão, do café, do fumo, a manufatura industrial, o percurso pelos terrenos de lavoura, a extração dos metais e tudo quanto o engenho humano apresenta de útil e confortativo na prodigiosa atividade moderna.

Como, porém, obter tudo isso?

Que cada estado produza filmes, desencantando as suas regiões; que o governo federal auxilie e anime esse empreendimento e que os poderes municipais, no esforço de beneficiar o ensino, dotem os futuros prédios escolares dos requisitos indispensáveis ao funcionamento do cinematógrafo escolar.

É lamentável, realmente, que até hoje, na capital da República, centro disseminador dos grandes empreendimentos, as autoridades competentes ainda não tivessem tido a percepção real da necessidade do ensino pelo cinema, quando o governo de Minas já tem orçamento para esse fim desde 1926.

Em 1902 e 1903, o Pedagogium fez cursos de história da pintura geral, focalizando os quadros de pintores célebres por meio da lanterna mágica — a precursora do cinema. Esses cursos produziram grande animação, e as professoras que os freqüentaram viram, como em viagens, os museus da França e da Itália e apreciaram as obras portuguesas e os monumentos históricos da terra dos nossos maiores.

É corrente como o nosso Rui Barbosa freqüentava assiduamente os cinemas, donde se abeberava de fatos que lhe avivavam a extraordinária facúndia. As obras imorredouras que nos legou atestam eternamente a riqueza do nosso opulento idioma.

Atualmente, em todos os centros em que a instrução pública é cuidada com o zelo que merece, já foi introduzido o ensino ilustrado pelas projeções cinematográficas.

Dentre esses posso citar a França, que desde 1913 tem instalado em várias escolas aparelhos de projeção. À hora da aula os alunos se dirigem a sala de cinema, o professor começa a lição, interroga, utiliza-se do quadro-negro, das cartas geográficas, faz sumários, esboços, etc, e do seu lugar projeta o filme, cuja velocidade é regulada a vontade, fã-lo parar para os exercícios de observação e, terminada a projeção, faz um resumo do assunto explanado.

Esses filmes, porém, devem ser apresentados na tela com lentidão, constituindo o que se chama hoje a cronofotografia.

Os aparelhos registram geralmente 16 imagens por segundo. Se o operador movimentar a manivela imprimindo uma velocidade tal que a película grave um número de imagens três vezes maior, essas imagens gastarão três segundos a desfilar sobre a tela, e o movimento aparecerá três vezes mais lento.

Em 1918, H. Abraham e L. Bloch construíram um aparelho que registra até 50.000 imagens por segundo. E graças a este prodígio pode-se analisar os movimentos das asas dos menores insetos e seguir até a trajetória de um projétil.

Estas palavras já estavam escritas quando se publicou o projeto da reforma do ensino, em que se pretende introduzir na escola o cinematógrafo, o rádio e todos os meios pedagógicos da arte moderna de instruir.

Bem hajam, pois, o prefeito e o diretor de instrução municipal.

TESEN<sup>o</sup> 24

## A EDUCAÇÃO EA PAZ

**Laura Jacobina Lacombe**

Associação Brasileira de Educação e Curso Jacobina — Rio de Janeiro, DF

**O** mundo moderno pede paz! Todo aquele que sente dentro de si algum reflexo do infinito percebe no seu íntimo um desejo dessa paz que fará a harmonia da grande orquestra universal.

A humanidade, seguindo a sua marcha de progresso, não pode, sem retrogradar, pensar em ódio e vinganças.

O nosso século, que está realizando alguns grandes ideais, trabalha para pôr em prática as palavras d'Aquele que disse: "Amai-vos uns aos outros".

E a quem compete, mais do que a qualquer outro, a divulgação desse ideal tão nobre? Cada um de nós, professores, tem a obrigação moral de lançar a semente no vasto campo da infância, para que outras gerações venham colher a messe benfazeja. Plantemos, como diz Rui Barbosa, não a couve, porém o carvalho. Grandiosa é a obra daquele que faz o bem tendo em vista a felicidade alheia.

Vejamos agora o que entendemos por sentimento de paz, quais as correntes que lhe facilitam a realização e quais as que a perturbam.

Paz é o desejo das almas que aspiram a um ideal de amor e fraternidade; paz, palavra tão pequena em si mas que resume uma felicidade tão grandiosa; paz foi o voto que Deus enviou aos homens pelos seus anjos como expressão do que pode haver de mais sublime.

Estudaremos as duas correntes que se contradizem e que, ambas, agitam e dificultam a marcha plácida e grandiosa da flâmula ai vinitente da paz.

Citemos o internacionalismo e o nacionalismo.

Como diz Foerster, há pessoas cosmopolitas, sem raiz profunda na individualidade do seu povo. São eles os pioneiros mais ardentes da idéia internacional; mas eles próprios comprometem implicitamente os esforços internacionais, pois pela sua mentalidade fazem crer que o sentimento supranacional exclui a individualidade nacional bem marcada.

Comete na verdade um erro grave aquele que supõe ser a idéia de pátria que perturba o sentimento de paz. Muito ao contrário, todo aquele que refletir sobre a lei da divisão do trabalho verá que só a diversidade de modos de ver e encarar certas questões tornará possível a realização dos grandes ideais. Cada povo, sentindo e interpretando os fatos com as características da sua raça e dos seus costumes, contribuirá para a solução eficaz dos magnos problemas, e como cada instrumento, cada um com a sua parte e com o seu timbre diverso, todos, sob o influxo da inspiração de uma só vontade, realizam a harmonia gradiosa de uma orquestra.

Assim como cada pequeno instrumento traz a sua nota de realce, assim cada nacionalidade, por menor que seja, contribuirá com seu modo de sentir para o aperfeiçoamento dos enunciados do código da paz.

É a cooperação que deve trazer a união e nunca a competição. Desde a escola, devemos desenvolver na criança esta idéia; mais tarde ela compreenderá melhor, quando enfrentar os problemas sociais e universais.

Quando se sai do seu país e se sente, ao contato de outros povos, os traços morais que nos diferem, compreende-se melhor o que deve ser esse sentimento de cooperação.

Cultivemos bem os traços característicos da nossa nacionalidade, tendo em vista não um orgulho vão, mas compreendendo que somos um dos instrumentos da grande orquestra universal.

Vejamos a outra corrente: o nacionalismo.

Cremos ser essa idéia levada ao exagero, o produto de cérebros exaltados daqueles que nunca estiveram realmente em contato com as grandes correntes intelectuais dos outros povos, que nunca sentiram o influxo benfazejo que nos pode vir de outrem. Assimilemos e adaptemos ao nosso modo de sentir o que nos ensinam as outras nações, não só as mais poderosas, como as outras. Quanta vez alguém mesmo mais humilde do que nós pode dar um exemplo proveitoso!

Patriotismo não deve ser o orgulho cultivado; patriotismo deve ser a noção da responsabilidade que temos, cada um de nós, de preencher a nossa parte, por modesta que seja, obra de engrandecimento da nossa Pátria e da harmonia do Universo.

E no ensino da História, que responsabilidade tem um professor! Como erra aquele que crê ser de dever patriótico esconder as faltas do nosso país, lançando a culpa sobre outros. É o sistema da irresponsabilidade que tanto aflige o nosso século.

Tenhamos a coragem moral de julgar severamente os atos dos nossos antepassados, fazendo assim ver aos jovens de hoje como serão considerados os seus feitos de responsabilidade.

Façamos ver os resultados dos erros de outrem; são provas mais evidentes de que não há erro sem conseqüências tristes para uma coletividade.

Se cada cidadão estiver imbuído do sentimento de responsabilidade, será tão intenso o sentimento de solidariedade que estará dado o grande passo para a estrada da paz.

Procuremos não alimentar na criança os instintos guerreiros; trabalhemos pela extinção dos brinquedos que os alimentam. Procuremos distrair as crianças sublimando o seu instinto combativo, inculcando-lhes o horror daqueles que lembram o sangue derramado. Façamo-lhes compreender que só tem direito a tirar a vida Aquele que a dá. Se é o crime a morte de um, por que em massa será permitido?

A América, que está na vanguarda do movimento pacifista, está dando ao mundo um belo exemplo codificando o seu direito internacional. Foi do solo americano que saiu o primeiro movimento de união pacífica das nações, pela iniciativa de Bolívar. Estava se tornando real o sonho de antigos idealistas como Rousseau.

Procuremos um meio de inculcar na criança o interesse pelas crianças de outros países, como o faz a obra genial de Baden-Powell ou, também, a Cruz Vermelha Juvenil por meio das correspondências interescolares.

Há uma instituição que merece o nosso apoio: a comemoração do Dia da Boa Vontade.

A data escolhida foi o dia 18 de maio, aniversário do I<sup>o</sup> Congresso de Haia, em 1899.

Nesse dia, as crianças do País de Galles enviam, pelo telégrafo sem fio, uma mensagem de amizade as crianças de todos os outros países do mundo. Essa mensagem de simpatia é também enviada pelo correio para os países mais afastados. Desde 1922 existe essa instituição. Só em 1924 foram recebidas respostas da Suécia e da Polônia. Desde aí, estas têm crescido em número, acentuando-se esse movimento de solidariedade internacional.

Este ano (1927) foi o primeiro em que se comemorou essa data no Rio de Janeiro.

A pedido da A.B.E., o doutor Fernando de Azevedo, Diretor da Instrução Pública Municipal, organizou uma festa que se realizou no campo do Fluminense Futebol Clube, dela tomando parte perto de 5.000 crianças. Foi tocante o momento em que todas aquelas vozes infantis entoaram um expressivo hino a paz.

Se esta comemoração for introduzida em todos os estados do Brasil, que felicidade para nós da A.B.E., de sentirmos que em alguma coisa concorremos para a construção desse edifício grandioso da solidariedade humana, onde tremulará o estandarte alvo da paz.

TESE Nº 25

## O TEATRO E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Decio Lyra da Silva

Escola Normal Wenceslau Braz — Rio de Janeiro, DF

Estudando o teatro sob o ponto de vista de sua finalidade educativa, procuraremos desenvolver nossas considerações para concluir:

- que influi o teatro nos costumes;
- que o teatro atualmente é um elemento de perversão;
- que pode ser o teatro uma escola de educação individual, social e cívica;
- que, no Brasil, o teatro, encarado no seu tríplice aspecto — da educação moral, da educação estética e do desenvolvimento da cultura —, deve ser aproveitado como auxiliar precioso da formação da consciência nacional.

É inegável que o teatro, seja qual for o gênero de produção dramática que se considere, exerce influência nos costumes.

De onde vem esse poder que se faz sentir indiscutivelmente sobre o público? Várias razões podem explicá-lo.

O teatro explora paixões, e essas são eminentemente contagiosas. É sabido que um ator, preso em cena de um acesso de fúria, provoca nos espectadores um abalo a que apenas escapam os de maior energia nervosa.

Esse abalo que se propaga, que se generaliza, atinge o máximo quando, sob a influência de um ator de mérito, toda a atmosfera da sala se carrega de um estado análogo ao daquele homem—verdadeiro condensador de fluido não elétrico, senão nervoso, que num dado momento se descarrega.

Tanto como as emoções, são contagiosos os fatos.

Ora, as peças de teatro são fatos habilmente combinados e, o mais possível, aproximados da realidade e dos fatos em que o público não pensava mas forçado foi a pensar.

Or, penser a une action, c'est déjà commencer a l'accomplir. (Louis Bethléem)

São as peças de teatro imagens da vida real, e a observação de uma cria na imaginação quadros da mesma natureza. Compreende-se pois muito bem que, se essa sugestão não acarreta inconvenientes para as pessoas de sistema nervoso equilibrado, com absoluto domínio sobre si, o mesmo não sucederá as outras, mais impressionáveis. Segundo Bossuet, "le spectateur du dehors est au dedans un acteur secret".

Os espectadores tomam assim parte, intimamente, no espetáculo que se lhes desenrola diante dos olhos. É o que deles diz L. Proal (*Le Crime et le Suicide Passionels*):

lis jouent la pièce, ils s'identifient avec les héros et s'approprient leurs sentiments. Dans la représentation du drame passionnel, ils cherchent moins un enseignement psychologique que des excuses et des encouragements pour leurs propres passions.

Sem negar que exista, sobre essa influência assim se manifesta A. Capus:

Sans être profonde, cette influence est réelle et on doit y avoir d'autant plus garde qu'elle s'exerce avec autrement de force dans le mal que dans le bien. Un tableau grossier provoquera en effet, chez les spectateurs, plus de sensations malsaines et de dégradation qu'une œuvre noble et hardie le fera de générosité. Telle est, hélas, notre nature, qu'il est plus aisé de créer méthodiquement un malfaiteur qu'un héros!

Continua o mesmo autor francês:

Des gens assemblés dans une salle de spectacle et qui sont venus là pour se distraire ont une tolérance illimitée. Ils acceptent exactement tout et sans l'ombre de protestation. Ils prennent ce qu'on leur donne. Au commencement de la soirée, ils murmurent: "C'est raide"; a la fin, ils sont ravis et le lendemain ils en demandent le double; c'est progression a laquelle nous assistons.

E mais adiante, para mostrar até que ponto se pode deixar conduzir o público sem resistência, por assim dizer, abulicamente:

Une masse de spectateurs dans cet état particulier est essentiellement malléable si on a soin de ne pas la heurter de front brusquement. Alors elle s'adapte d'une façon presque instantanée aux conditions de la scène: elle est le liquide qui prend la forme du vase. Elegante ou vulgaire, cette forme, pendant trois ou quatre heures, devient la sienne et quand elle l'a depouillée, il lui en reste encore le frôlement. Frôlement, c'est-à-dire, impression légère de bien-être ou de malaise, de bon sens ou de sottise, qui persiste au delà de la soirée et va en s'atténuant d'heure en heure. C'est la limite de l'influence du théâtre sur les moeurs.

Opiniões essas de fino espírito, como se vê, e dos mais autorizados, por isso que de um consagrado comediógrafo francês.

Deixando bem demonstrado que o teatro, influenciando sobre o público, vai repercutir sobre a sociedade, sobre o povo em suma, modificando-lhe o seu modo de ser, seus costumes, faltanos examinar de que forma — boa ou má —, em que sentido, tal ação se manifesta.

É a influência do teatro, atualmente, perversora.

Sem chegarmos ao pessimismo de um grande escritor (A. Dumas Filho) — "le théâtre ne oeut qu'être immoral" —, forçoso é que reconheçamos que ele vem concorrendo, cada vez mais, para a corrupção dos costumes, para a dissolução das instituições sociais.

Os testemunhos que aqui transcrevemos, por serem antigos, não deixam de ter oportunidade.

Diz Tertuliano:

A obscenidade das alusões e a indecência das expressões ambíguas, que em qualquer parte se reprovam, perdoam-se no teatro e nele se admitem. Envergonhar-nos-ia em casa justamente o que no teatro se exalta. Se é das coisas impuras que devemos fugir, como é que se nos permite ver ou ouvir o que se nos proíbe dizer ou praticar? Deve-nos ser vedado o teatro pelo simples fato da proibição que se nos faz de qualquer idéia ou ação desonesta.

São de S. Cipriano os conceitos:

Há vícios que são causa da vergonha pública, e é no teatro que nos comprazemos em os ver. Ao passo que cá fora se ocultam na sombra, no teatro eles se ostentam a escancara. Ensina a tragédia o adultério, simulando-o diante de vós; expõe-vos aos olhos a comédia, as situações impudicas, os episódios grotescos, o horrível escândalo proporcionado por pais, ora imbecis, ora libertinos, mas, quer uns, quer outros, sempre expostos ao ridículo. Não podereis vós, sem pejo, repetir o que se diz nem narrar o que se faz.

Não nos detenhamos, porém, em opiniões de críticos possivelmente argüidos de uspeição.

Diz Bay le, em seu *Dictionnaire Philosophique*: "Les pièces de théâtre loin decorriger les désordres sont capables de les inspirer tous."

Sabemos muito bem que tais conceitos correspondem exatamente a realidade. Quase todo o teatro contemporâneo, fazendo tábua rasa de convenções e preconceitos sociais e girando quase exclusivamente em torno do adultério e, não raro, do amor livre, constitui um elemento de corrupção da família e, conseqüentemente, da sociedade que nela assenta. Ainda mais avultam os efeitos perniciosos de tais espetáculos em se tratando de peças que, como tantas do moderno teatro francês, têm ainda para lhes aumentar o prestígio sobre o público o espírito que lhes é peculiar e a leveza com que foram escritas... Nisso justamente seu maior perigo.

É Nicolle quem diz em seu *Les Imaginaires et les Visionaires*:

Qu'apprend-on au théâtre? On y apprend a se dégoûter des vrais biens et a n'en avoir que de faibles idées. On y apprend a juger de toutes choses par les sens, a ne regarder comme bien que ce qui les satisfait et a ne considérer comme réel que ce qui les frappe. On y apprend enfin deux choses également funestes, l'une, a s'ennuyer de tout ce qui est sérieux et, par conséquent, de tous ses devoirs l'autre, a trouver cet ennui insupportable et a en chercher le remède dans la dissipation. Le premier de ces désordres est un obstacle a toutes les vertus, le second, une entrée a tous les vices.



Está hoje assente em Pedagogia o princípio de que "um pouco se aprende vendo e, menos ainda, ouvindo..." (Afrânio Peixoto).

Isso é verdadeiro unicamente no bom sentido; no que se refere, porém, ao mal, as coisas torpes e repugnantes, mais profundamente e com maior fixidez se grava no espírito fraco dos assistentes o que se vê ou escuta. Fora do terreno do teatro propriamente, porém a margem dele, é uma prova do que afirmamos a influência do cinema, que pode ir desde a simples imitação de maneiras e atitudes de determinadas figuras mais em voga na tela até a prática de crimes.

Já se não põe hoje em dúvida o que o autor de *Le Crime et le Suicide Passionels*, anteriormente citado, exprime por "la contagion du crime par le théâtre".

Sabem disso muito bem os autores de escândalo. Recorrem, para impressionar, a pintura do crime, sem se lembrarem de que muitas vezes o resultado é transformar-se um espectador em criminoso. Em se tratando de peças ligeiras, tanto mais perniciosas quanto têm elas, não raro, o atrativo da graça cintilante do espírito que as concebeu, os espectadores, por um fenómeno psicológico idêntico ao que se passa no caso do teatro violento, criam um estado d'alma análogo ao em que se acham em cena os artistas e fazem seus os sentimentos das personagens, e ao que a estas sucede no decorrer dos episódios, segundo a fantasia e o engenho de cada autor, acabam por desejar para si próprios. E de sentirem então em si mesmos iguais desejos e idênticas aspirações, de se atribuírem, sem que intervenha desde logo o "controle" da razão, sentimentos e maneiras de pensar análogos aos que se harmonizam ou entrecrocam no palco—daí a praticarem cá fora o que ali viram, erigido quase em regra para seguir ou modelo para imitar, vai pequeníssima distância.

Ainda em apoio de nossa segunda conclusão, devemos citar algumas palavras de Paul Fiat (*La Revue Bleue*):

Si dans l'ordre du bien l'art dramatique peut exercer une influence efficace, combien plus active encore apparait-elle dans l'ordre du mal. Ce n'est pas a tort que l'Eglise, qui connaissait parfaitement bien avant qu'elles fussent formulées par la psychologie moderne les lois de l'imitation, la tendance humaine et j'ajouterais, animale, a l'imitation, condamnait le théâtre...

E mais adiante:

... et nous arrivons alors a cette conclusion que vous accueillerez peut-être venant d'un homme qui durant huit années consécutives a tenu l'emploi de critique dramatique dans une revue française et qui, par conséquent, s'est trouvé aux premières loges pour observer un parallélisme entre l'affaiblissement de la production dramatique et une certaine diminution générale de la moralité qu'il nous faut bien constater: c'est le résultat le plus clair que j'ai tire de ma longue expérience.

Algumas palavras de A. Pouzat (1992) acerca do teatro de Henri Bataille: "Les ménages, les familles du type Henri Bataille se sont multipliés tellement qu'on n'y fait plus attention".

Vamos concluir. Por que tem abaixado tanto o nível do teatro, sobretudo nos últimos anos?

Segundo Louis Bethléem, dizia-se em França durante a Grande Guerra que ela havia de trazer o saneamento da cena francesa, que só atraíam o público, de então em diante, as tragédias de Corneille.

Terminada a guerra, porém, desceu o teatro ainda mais. Até certo ponto, compreende-se. Tinha a grande massa de combatentes, de volta das trincheiras, a necessidade de esquecer, nos teatros alegres, a vida enervante dos redutos, o inferno dos bombardeios, os sofrimentos daqueles quatro anos de horrível sangueira.

Mas entre nós, por quê? Não faltará quem o explique pelo mau gosto do público. Nesse caso, se provado está que o teatro influi de modo nocivo na educação, entramos num círculo vicioso. Para nós, entretanto, é fácil sair dele. Não há dúvida de que o grosso público, sem cultura, sem educação, não pode freqüentar e aplaudir o bom teatro porque não o compreende, e procura então o mau, ao seu alcance. A nosso ver, porém, o mal está justamente nesse teatro que não moraliza, que não eleva, que não instrui, antes corrompe e degrada sem instruir!

Não é de hoje que se diz ser o teatro uma escola. Com efeito, é preciso que assim o julguemos. Mas se, como pensamos haver demonstrado, vem sendo o teatro em geral um fator de corrupção porque nele se cultivam, de preferência, os instintos inferiores, se prega a dissolução do lar, se faz, por assim dizer, apologia da desordem e da indisciplina social, como será que há de ele atingir a sua finalidade? Depende de os espíritos superiores que ao teatro se dediquem quererem dele fazer uma escola sa, que oriente para o bem, para o culto dos nobres ideais, dos pensamentos puros e elevados, de tudo o que concorre para a formação do caráter.

Que seja também o teatro uma escola onde, além de se exaltar no coração de cada um a delicadeza de sentimentos, se desenvolva o interesse pela história do seu país, pelas tradições que lhes legaram os antepassados — tradições de bravura, de desprendimento, de abnegação e decívismo!

É o teatro uma escola não somente para quem o freqüenta, senão também para os que, no palco, interpretando as personagens que cada autor ideou, dão vida a essas criações, estudando-as, observando-as, para depois as exteriorizarem. Daí se depreende o enorme valor educativo teatro escolar.

Há quem considere o teatro o espelho da sociedade e que, como tal, não pode deixar de patentear aos nossos olhos todas as misérias, todos os vícios e paixões que nela fermentam e tumultuam.

Assim, porém, limitando-se a refletir fielmente, como espelho, o que estiver nos desígnios 'este ou daquele autor reproduzir em cena, há de continuar o teatro a influir perniciosamente na alma coletiva da sociedade, que o sanciona com a sua presença e com seus aplausos premia.

Deverá ser o teatro, em vez disso, como a consciência para o indivíduo, o que, apontando sociedade o mau caminho percorrido, lhe mostrasse a boa estrada; o que, lembrando-lhe os erros, lhe indicasse os meios de os corrigir; o que o convencesse, enfim, da necessidade da prática da virtude, do cumprimento do dever.

Objetar-se-á — bem sabemos — que fazê-lo fora afastar da vida o teatro, tornando-o artificial, sem viabilidade. Absolutamente. Sempre pensamos que o teatro tem de ser inspirado na vida, mas não impede isso que, procurando ele focalizar-lhe os aspectos bons ou maus, sombrios ou alegres, faça-o sempre visando, pela nobreza da inspiração, pela elevação dos assuntos, pelo tato em expor em cena e pela correção da linguagem, ao progredimento moral da sociedade.

Para que, hoje em dia, geralmente se procura o teatro? Unicamente "para desopilar o fígado", como quem vai a farmácia em busca de um colágeno... "O teatro — diz-se — é para rir..." Mas fora esse o riso inteligente, próprio de um espírito educado no trato das finas letras e na contemplação das obras de arte, e muito bem estaria.

Le rire qui est une des lois du théâtre n'est pas moins inquietant. Nous nous hâtons de dire qu'il y a un rire sain qui est le signe d'une bonne santé, physique et morale et mène d'une bonne conscience. Ce rire là est utile et bienfaisant et les dramaticiens qui le provoquent rendent à l'humanité un véritable service. (Louis Bethléem)

Mui longe disso, porém, é o riso grosseiro que apenas traduz uma solicitação aos instintos inferiores do indivíduo; é a gargalhada alvar, grosseira, quase animal.

Mais il y a aussi un rire qui est malsain. C'est celui qui vient des entrailles plutôt que de l'esprit. C'est celui qui s'attaque aux choses respectables, qui tourne en dérision les nobles sentiments, les croyances, les Institutions sociales. Or, ce rire est à peu près le seul qu'on connaisse au théâtre. (Louis Bethléem)

Outros há — mais raros — que pedem ao teatro emoções violentas, responsáveis estas pelo desequilíbrio mental de tantos indivíduos incapazes organicamente de resistir aos efeitos que tais espetáculos lhes determinam.

No dia em que, em vez de descer ao nível do público, fizer o teatro, ao contrário, com que o público se eleve até ele; quando o teatro-arte substituir o teatro-indústria e já se não "fabricarem" peças, como atualmente, de então em diante poderá exercer eficazmente na sociedade sua alta missão educativa.

Assim se exprime Guy Launay em *Matin* de 7 de março de 1923, sob o título: *Un théâtre sain*.

Il est à souhaiter que la loi de l'évolution transforme rapidement les spectacles décadents en spectacles sains, où il ne sera plus uniquement fait étalage de la turpitude. Notre race possède heureusement de fortes qualités et d'admirables vertus, pourquoi n'exhiber que les tares?

Parece não se cumpriram ainda, ao menos satisfatoriamente, tão bons desejos.

Quanto a nós, esperamos que um dia o teatro — no Brasil, ainda inexistente — possa, organizado sob moldes práticos, atender ao objetivo que deve ter.

Hoje em dia, para bem instruir, é preciso, logo de começo, interessar; e a escola moderna é um lugar preparado para educar e instruir a criança divertindo-a.

Para nós — invertendo a fórmula —, pode o teatro ter a sua missão perfeitamente sintetizada em duas palavras: divertir educando.

Achando-se porém o teatro no estado em que se encontra, como exigir-lhe que preste a contribuição a obra ingente da educação nacional?

Não importa que sejam precárias as suas condições atuais. Tudo depende de que o saibamos e o queiramos fazer. É claro que não viemos aqui tratar da debatida questão do teatro nacional e indicar, a nosso turno, mais um programa para o organizarem.

Move-nos outro intuito, que é simplesmente o de chamar a atenção dos que se acham a frente do patriótico e mil vezes bendito movimento de educação do nosso povo para o precioso auxílio que a essa cruzada dê o teatro, desde que o organizem sob um critério elevado, diferente, portanto, de constituir apenas um passatempo para o público.

Costuma-se confundir, em geral e lamentavelmente, teatro-arte com teatro-indústria, para o qual se fazem peças não por inspiração, senão por encomenda, como se artigos fossem de vestuário... teatro enfim, sem moral e, na maioria das vezes, sem idéias e sem gramática.

Não nos podemos pois referir senão ao primeiro.

Considerando-o sob o ponto de vista da educação moral, como pudera o teatro atingir a sua finalidade?

Não viemos aqui pregar, em plena era de deseducação ou de má educação moderna, exclusividade, para meninas ou moças, do teatro outrora chamado "pour jeunes filies". "estes tempos de masculinização da mulher, quem se atreveria a tal?... Mas entre "théâtre rose" e o de nossos dias, cheio de atrevimentos — de temas como de linguagem —, há grande diferença.

É preciso porém que as peças — hoje que as moças tanta liberdade se consente — sejam, pela elevação dos assuntos, pela honestidade dos processos e pela moralidade das con-lusões, de molde a que não firam suscetibilidades e, mais do que isso, sirvam para apurar ou 'espertar os sentimentos que dignificam o indivíduo — a gratidão, a honra, a consciência do -ver, o culto da família.

Mas... perguntar-se-á: "Um teatro assim idealista, nestes tempos de grosseiro materialismo, quem o suportará? Foi feito o teatro para divertir, seja como for. Depois, é tão desinteressante virtude!..."

Nada disso procede. Em havendo da parte do escritor compreensão bem nítida do papel social do teatro, quando ainda intacto, mantém tal autor o respeito a si próprio e o que deve a sua arte; e se, a serviço de tão preciosas qualidades, ainda dispõe de talento, cultura e vocação para a arte dramática, está-lhe garantida a vitória. É perfeitamente possível, nessas condições, fazer de assuntos já explorados — e em rigor já o foram todos — peças originais, como de temas, mesmo morais, comédias interessantes.

Tudo vai pois de escreverem os autores as suas obras por inspiração, respeitando-se a si mesmos como respeitam a arte.

Sob o ponto de vista da educação cívica, um teatro em que se celebrassem os feitos dos nossos antepassados, se exaltassem os atos de heroísmo, de verdadeiro amor pátrio de que tantos exemplos há na História do Brasil, numa palavra, o teatro histórico, fora esse — pela lição fecunda do exemplo — de grande eficiência na formação do espírito de nacionalidade, de que muito carece o nosso povo, tão ignorante de si próprio!

Preciso é também que, em nosso prisma de brasileiros, não se descure o cultivo do vernáculo — um dos fundamentos em que se apoia a liberdade de um povo.

Quanto ao lado estético da questão, uma série há de coisas dentro de um bom teatro, superiormente dirigido, que apuram, senão fazem nascer, o bom gosto de quem o frequenta.

Um teatro verdadeiramente digno desse nome — e por tal compreende-se desde o edifício até a encenação — subentende estilo, bom gosto, um ambiente, em suma, em que o espírito se possa deleitar, educando-se, apurando-se.

Não é preciso encarecer o importantíssimo papel do teatro no desenvolvimento da cultura geral. Abordando os mais variados assuntos, ventilando teorias, discutindo problemas sociais ou psicológicos, artísticos ou científicos — em rigor pode ser tudo tratado em cena, tal seja a habilidade do comediógrafo ou do dramaturgo —, o teatro, levando o público ao exame livre das idéias que combate ou defende, força-o naturalmente a análise das que lhe são próprias, e desse confronto, porque abre mão de algumas idéias, recebendo outras que lhe parecem aceitáveis, dessa troca, desse movimento, vai tirando cada espectador — desde que a vida é uma constante renovação — elementos para que se mantenha em contínua vibração, por esse fluir e refluir de idéias, a sua vida espiritual.

#### CONCLUSÕES

Das considerações que vimos expendendo, julgamos poder tirar as seguintes conclusões:

- 1) Influi o teatro inegavelmente sobre os costumes.
- 2) É o teatro atualmente um elemento de perversão.
- 3) Pode ter o teatro, a despeito disso, importante função educativa.

4) Encarado no seu tríplice aspecto — da educação moral, da educação estética e do desenvolvimento da cultura geral —, deve ser o teatro no Brasil aproveitado como auxiliar precioso na formação da consciência nacional.

## NORMAS DIDÁTICAS A QUE SE DEVE OBEDECER NO ENSINO DO PORTUGUÊS AOS FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS

**Nicolau Meira de Angelis**

Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR

*Se passarmos em revista o conjunto dos fatos que as investigações modernas têm juntado de todos os lados, se pesarmos bem a sua importância para o conhecimento do homem, não podemos pôr em dúvida o fim das idéias antigas e a inauguração de uma outra concepção da natureza humana.*

Schaaffausen (*A Doutrina de Darwin e a Antropologia*)

### BASE PSICOLÓGICA

#### A Linguagem

A dinâmica cerebral é uma conseqüência de um agregado especial de reflexos, cuja complexidade resulta do aperfeiçoamento da vida física com relação ao estado cerebral. (Consulte-se a *Esquisse d'une Pasychologie Fondée sur l'Experience*, de Hoffding).

Nos seres unicelulares, como as amebas e moneras, os fenômenos de reação e excitação são simultâneos e rudimentares — é o que tem comprovado a ciência experimental.

Quando se considera a vida que se inicia nas plastiduras de Haeckel, nas gêmulas de Haache, na molécula fisiológica de Spencer ou no homem, que ocupa a melhor posição de leve na escala biológica, verifica-se que o homem apresenta, pelo seu complicado sistema nervoso, complexas reações a que se deram o nome de reflexos físicos.

Antes de tudo, convém observar que não pode haver manifestação de vida sem que haja excitações exteriores, energias que se exercem sobre o ser vivo, provocando movimentos, idéias, pensamentos, reações químicas, excitações, irritabilidade, dor, etc.

Quando a energia externa perturba as condições de equilíbrio do organismo, a energia interna procura restabelecê-lo, forçando-se para que prevaleça a identidade da composição química e as formas de suas funções.

A energia externa, luminosa, por exemplo, pode por vezes determinar uma energia mecânica ou química; a interna, reagindo, produz fenômenos meramente orgânicos ou físicos.

Excitação e reação são sintomas de vida, de acordo com o princípios de Claude Bernard e Sergi, como se pode verificar em *L'Origine dei Fenomeni Psychici*, num dos trabalhos de W. Ostwald, *L'Energie*, e no esplêndido *Traité de Biologie* de Le Dantec.

Vejamos uma das muitas espécies de excitações ou impressões, por exemplo, a energia luminosa, que exerce sua influência sobre a retina, onde se encontram as camadas de bastonetes e dos cones, ou a membrana de Jacob. A irritabilidade se propaga pelas fibras do nervo ótico até o quiasma, e pelas bandeletas óticas vai até o corpo geniculado externo, tubérculo quadrigêmeo anterior, que reflete as excitações aos músculos periorculares ou intra-oculares. Eis aqui o ponto para os reflexos inferiores.

A excitação do corpo geniculado vai ter ao cérebro, no lobo occipital. E pela face interna do ventrículo occipital, as irradiações óticas vão trabalhar na face interna do lobo occipital, na cissura calcarina.

Dá-se então o fenômeno a que chamamos "sensação", fenômeno que não se dará sem relativa intensidade. E todos os outros fenômenos são conseqüências da influência direta ou indireta da energia exterior sobre o ser vivo.

As energias exercem-se sobre o homem. Ele é o transformador, o aparelho magnífico que se encontra em maravilhosas condições para permanecer na vida de relação.

Com a explicação seguinte estas noções tornar-se-ão mais claras.

Seja H o organismo vivo; P, as fontes que perturbam o equilíbrio; R, as reações vitais. H, sob a influência de P, produz R. P não é o criador, o elemento que tenha propriedade de gerar fenômenos de per si. Portanto, o organismo é apenas o ser vivo com a propriedade de transformar as energias exteriores e de se adaptar ao meio. Adquire-se com o estudo da psicologia uma compreensão mais vasta de todos os fatos físicos, outrora explicados apenas com os rígidos e dogmáticos princípios metafísicos.

As diversas espécies de reações físicas manifestam-se ora coordenadas, revelando atos de reflexão, outras vezes, meras exteriorizações mecânicas ou espontâneas, o que pode acontecer sob o influxo da emoção.

Esta tendência atávica de se adaptar ao meio revela um fim utilitário, estados de consciência, idéias e pensamentos que são manifestados com a prévia intenção de serem compreendidos.

Esta exteriorização de atos físicos por meio de vocábulos, de símbolos, chama-se linguagem, o meio mais completo e mais perfeito de que se serve o homem para exprimir os seus pensamentos; ela depende da experiência individual e social. Num meio onde são intensas e freqüentes as representações físicas, nesse ambiente mental, o ensino será tarefa de relativa dificuldade, porque a vida psíquica do homem depende da elevação social da espécie, de impressões e sensações.

É preciso que, nas escolas, não se considere o aluno como um "ser independente", um organismo isolado de outros seres, organismo que pode produzir tudo por si, sem a

influência exterior. Cumpre lembrar que a criança em idade escolar ainda se encontra na fase perceptiva.

As cores, os objetos, os móveis —em síntese, tudo que rodeia o aluno — constituem o material que inconscientemente lhe aprimora as faculdades intelectuais. Foi por isso que Comenius instituiu o método intuitivo. Numa de suas melhores obras, *Orbis Sensualium Pictus*, o autor não se esqueceu das gravuras para estabelecer o ensino sensitivo de diversas disciplinas. São palavras de Comenius: "Ponham-se as coisas sob os olhos em vez de as descrever por palavras. Considere-se o todo, depois as partes e relações. Aquilo que se viu a gente recorda melhor do que aquilo que foi contado muitas vezes". Os trabalhos de Welb, Gallaudet, Parker e outros baseiam-se nestes princípios.

Na fase de percepção em que se encontra a criança, a função de pensar não é inerente a uma faculdade especial, e sim a aquisição natural no curso da experiência. Desenvolve-se pela -continuação das sensações, das imagens, dos juízos elementares e com as manifestações isupe-iores da razão. Mas é necessário não perturbar a evolução biológica e do meio social. Cumpre ajudar o progresso infantil, caminhando-se a par da evolução natural e de acordo com os princípios e as leis da psicologia, tão certas e tão infalíveis como as leis da mecânica e da física.

As sensações e percepções determinam fatos recolhidos pelo sensorio, que, por vezes, se relacionam e determinam o conhecimento. No cérebro, onde se encontram duas substâncias

branca e cinzenta), dá-se a apreensão das imagens que se transformam em noção e idéia, d'epois em abstrações que se realizam na parte anterior do encéfalo ou pré-frontal. Eis o que diz Leonardo Bianchi nas suas lições sobre as localizações cerebrais e f isio-psicologia da lingua-

gem: "Vemos a inteligência aumentar-se todos os dias, associando-se novos elementos as imagens já acumuladas na oficina do sistema nervoso".

### **rigem da Linguagem**

Foram os homens dotados da função da linguagem pela natureza como outros animais? Era o que pensava Epicuro.

Num dos livros de Renan (*L'Origine du Langage*, 4<sup>ème</sup> édition, 1864, p.73) encontra-se *te* passo:

Ce n'est ni par une vue de convenance ou de commodité, ni par imitation des animaux que l'home a choisi la parole pour formuler et communiquer sa pensée; mais bien parce que la parole est chez lui naturelle et, quant a sa production organique et quant a sa valeur expressive.

Jacob Grimm chama a linguagem um trabalho progressivo, uma conquista do homem; não é inata nem natural, mas sim que deve aos nossos esforços a sua origem e seus progressos. Todas as raízes encerram imagens sensíveis, e todas as idéias nascem de uma contemplação do mesmo gênero.

Segundo J. P. Lesley, a linguagem desenvolve-se pouco a pouco, gradualmente; como podemos observar ainda hoje nas nossas crianças, ela nasce e muda perpetuamente a medida



que o espírito dos povos se modifica. Não poderemos nunca estudar a linguagem da idade da pedra; há muito que ela está extinta e substituída por outra. A linguagem faz parte da história natural. As palavras, as línguas vivem e morrem, exatamente como os seres vivos; como elas, também tornam-se fósseis.

Max Müller reproduz a teoria da onomatopéia, sustentando que as 500 raízes atuais exprimem idéias gerais e grupos fonéticos derivados de um poder inerente a natureza do homem.

Dado o fim a que se destina esta tese — provar que o aprendizado depende de sensações e imagens —, passemos a comentar as localizações cerebrais e os fatores da linguagem, sem mencionar os trabalhos e opiniões de Westropp, William Bell, J. Bleek, Gustavo Jager, Darwin, Claparède, D'Assier, Whitney, Spencer, Du Challu, Dupont, Le Dantec, Jacob Grimm e o célebre lingüista Schleicher e outros.

### **Localizações Cerebrais e Fatores da Linguagem**

No mecanismo da palavra, os centros sensoriais desempenham um papel de relevo. Visto isso, acho de importância citar aqui as localizações cerebrais.

O centro verbal acha-se na parte posterior da primeira circunvolução temporal do hemisfério esquerdo, em conexão com o centro auditivo na região anterior da mesma circunvolução. O centro motor está na parte posterior da terceira circunvolução frontal do hemisfério esquerdo, ou circunvolução de Broca, em conexão com o centro gutural na parte inferior da circunvolução ântero-central. O centro visual da linguagem acha-se no hemisfério esquerdo. O centro gráfico, no pedúnculo da segunda circunvolução frontal.

Os que mais se desenvolvem são os centros sensoriais auditivo e visual. Assim, é erro supor-se que só se aprende a língua ouvindo. O centro visual é um poderoso auxílio, associando a imagem a idéia.

De acordo com as teorias de Bechterew, assim se esclarece este mecanismo: as reações verbais auditivas transmitem-se ao centro verbal da linguagem e, daí, ao centro motor da circunvolução de Broca, advindo a articulação das palavras.

Na expressão gráfica, as impulsões visuais passam diretamente aos centros gráficos, sem necessidade da intervenção dos centros auditivos. Eis, portanto, o motivo por que as gravuras são indispensáveis no ensino da língua.

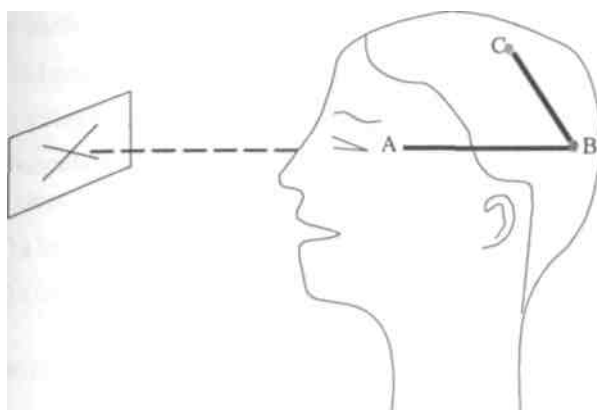
É sabido que a destruição destes centros, ou das fibras associativas, importa na perda total ou parcial, permanente ou temporária, das funções que lhes pertencem. É o que nos afirma J. Van Viervlit nos seus trabalhos *La Memoire eLaPsychologie Objective*.

Stricker julga que falamos com o auxílio das imagens auditivas e visuais; as musculares ele as considera como imagens secundárias. As palavras que se aprendem ouvindo se reproduzem por meio das imagens acústicas; as que se aprendem por meio da leitura, pela fixação da imagem gráfica no centro visual por intermédio das imagens visuais. Stricker ainda considera a imagem muscular da palavra como a mais nítida e a que se realiza dentro de um tempo verdadeiramente diminuto.

No mecanismo da palavra, as imagens visuais, auditivas e cinestéticas variam de indivíduo a indivíduo, pois dependem do grau de desenvolvimento intelectual de cada um.

Nas escolas aparecem diversos tipos psíquicos: visuais, auditivos, motores e mistos. É preciso lembrar que não é difícil haver deficiência funcional nos centros sensoriais, pois nem sempre guardam a mesma capacidade, e o desequilíbrio, por insignificante que seja, determina tendências distintas. Se o centro acústico da palavra foi o primeiro a desenvolver-se, preponderara o tipo sual; se o centro auditivo, preponderara este "tipo", e assim por diante.

#### FASECENTRIPETA



a imagem visual que impressiona A, atinge B e se transforma em sensação: chegando em C, adquire-se o "sentido" ou noção. Mas, em se tratando de escritos, poderá haver compreensão quando explicado anteriormente a significação das palavras.

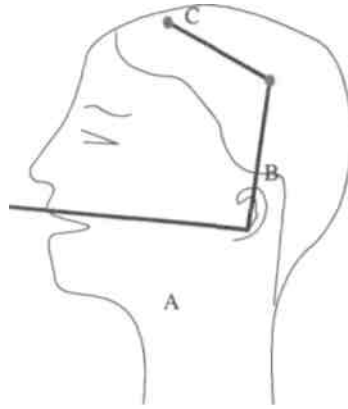
Quando se escreve

■ centro associativo: B ■



centro de movimento; C — centro grafo-motor. A se exerce sobre o centro associativo, vindo ao centro grafo-motor e ao de movimento.

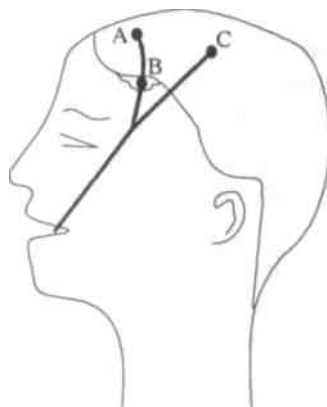
Quando se ouve



A — impressão da voz; B — centro da audição; C — percepção e sentido da memória dos sons articulados. A voz provoca ; sensação no centro da audição, dando-se a percepção no centro C.

#### FASE CENTRIFUGA

Quando se fala



Quando a criança pensa, entra em atividade o centro associativo; e falando, o centro motor da face e da língua, relacionando-se com o centro de Broca.

## **Fatores da Linguagem**

Entre os diversos fatores da linguagem, devemos considerar o pensamento, a imagem das palavras, a máxima tensão psíquico-sensorial com a sua atuação nervosa sobre as células, a transição da descarga nervosa para os centros periféricos e mecânicos da palavra articulada ou escrita e, finalmente, a consciência da palavra pronunciada. Como se vê, o último dos fatores exerce grande influência no ensino de qualquer idioma. Por isso que ensinar sem que o aluno compreenda é um trabalho improdutivo.

Para encerrar este preâmbulo, com o propósito de entrar logo na metodologia da linguagem aos filhos de colonos estrangeiros no Brasil, deixo de desenvolver mais este assunto, resumindo o que tentei demonstrar:

- a) o homem transforma as energias externas;
- b) a vida psíquica depende de sensações, imagens e impressões;
- c) a evolução da linguagem depende não só do meio social, da espécie, como da associação de novos elementos as imagens já acumuladas no sistema nervoso;
- d) a importância dos centros auditivo e visual no aprendizado da língua;
- e) a importância do ensino intuitivo.

### **BASE METODOLÓGICA**

O método é dividido em três partes: 1) processo objetivo; 2) processo intuitivo-comparativo; 3) processo associativo.

### **Processo Objetivo**

O ensino deve ser claro, através de uma processuação intuitiva; deve-se ensinar pela ação, trabalhando-se com o interesse e a cooperação dos alunos. Compreenderão vendo e sentindo; as idéias apreendidas serão reproduzidas em português. Não se deve contentar apenas com palavras mal pronunciadas e vocabulário abstrato, portanto, incompreensível. Deverão, desde as primeiras lições, ouvir exclusivamente o idioma pátrio. É lógico que, nas primeiras aulas, os alunos não hão de entender com clareza tudo quanto o professor lhes disser; mas, os seus ouvidos se educam e a curiosidade se desperta. O bom senso e a lógica têm demonstrado que não se pode aprender uma língua quando não se está em contato direto com o uso, ouvindo-se para imitar e imitar para se aprender.

A mestra pronunciará as palavras em tom de conversação distinta, com pronúncia perfeita, o que é a parte essencial nestas escolas; o 1º ano consistirá apenas no ensino amplamente baseado em frases acompanhadas de ações demonstrativas.

A vida da sentença depende do verbo, pois o primeiro instinto da criança é a ação. O professor colocará uma cadeira diante da classe, de modo que possa ser vista por todos os

escolares. Irá ensinar a seguinte frase: "eu levanto a cadeira". Dirá: "eu" (colocando a mão sobre o peito para indicar a sua pessoa) "levanto" (executará a ação) "a cadeira" (mostrará o móvel), tendo o máximo cuidado na inflexão de voz. Fará depois com que um aluno diga a mesma frase e executando os movimentos necessários para elucidar a sentença. Como se sabe, nesta idade os alunos estão na fase perceptiva, podendo, portanto, compreender com muita facilidade. Uma vez que todos tenham compreendido a sentença, ela deverá ser escrita no quadro-negro, para constituir com outras os primeiros exercícios de leitura, que deverão ser ministrados de acordo com o método analítico.

O principal fim deste processo é despertar o interesse das crianças, ativar a sua inteligência, ensinando-a desde a primeira aula a pensar no novo idioma; o mestre jamais deve esquecer-se de que os primeiros hábitos de pronúncia se adquirem desde as primeiras lições. Não se deve, portanto, admitir pronúncia má.

Os primeiros exercícios poderão constar das seguintes sentenças:

Eu levanto a cadeira.

Ele derrubou a cadeira.

João atirou o livro.

Antônio escreve no caderno.

O caderno tem 20 folhas.

João vai até a porta.

A porta está fechada?

Sim, a porta está fechada.

Não, ela está aberta.

A ação expressa pelo verbo deve ser praticada pelo aluno e não se deve permitir que este pratique a ação sem exprimir as palavras.

Depois que toda a classe compreender perfeitamente o sentido destas sentenças, proceder-se-á aos exercícios escritos e a leitura, de acordo com o processo analítico adotado nas escolas.

Ao entrar na classe, no início da aula, deve o professor dizer:

— Bons dias, meus alunos. A

classe responderá:

— Bons dias, professor.

Recapitulará as lições anteriores, com os exercícios no quadro-negro, e iniciará o ensino de novas sentenças. Por exemplo, o professor deseja ensinar a proposição "eu vejo o livro". Dirá o professor: "eu" (colocando a mão sobre o peito); fechará os olhos, de modo que a classe compreenda que desta forma ele não pode ver; abrirá os olhos e dirá: "vejo" (mostrando um

"o livro". Seja a outra expressão "você entregou o livro ao menino". O professor aponta o aluno dirá "você" (fazendo com que o aluno pratique a ação e pronuncie o vocábulo) "entre-" (mostrando o objeto) "o livro" (fazendo com que ele pronuncie o respectivo

aluno

gou

Repete-se esta lição com vários alunos, e por esse mesmo processo ensinam-se os pronomes. Recapitulam-se os exercícios anteriores, tendo todo o cuidado na pronúncia das sentenças.

Mande-se um aluno abrir o livro, fazendo com que ele pronuncie a expressão "eu abro o livro" a proporção que for executado o movimento. E outra sentença, "nós abrimos os livros", deve ser proferida por toda a classe. Escreva-se a sentença no quadro-negro e proceda-se a leitura.

Traga-se uma bola e coloque-a na primeira carteira. Chame-se um dos alunos e, ao entre-ro objeto, diga-lhe: "eu lhe dou a bola". Os alunos passarão a bola entre si e a frase deverá ser repetida de aluno para aluno — "eu lhe dou a bola" —, lembrando sempre de esclarecer a ase por meio de ação e de movimento.

Outras sentenças que se adaptam para esse processo: Abro o livro. Feche a porta. Escreva. Eu tomei o livro. Empurrei a mesa. Abri a casa. Tampei a caixa. Levante-se Antônio. Sente-se Francisco. Vá ao quadro-negro. Vá a janela. Pegue a caneta.

O enriquecimento do vocabulário se fará com a ampliação dos conhecimentos dos substantivos e adjetivos, que devem ser ensinados simultaneamente com os verbos. Os nomes serão ensinados com o auxílio de objetos, estampas e as cartas de linguagem. Outras sentenças que poderão ser utilizadas: Tire o livro da estante. Tire o lápis da caixa. A caixa está sobre a mesa.

Eu ponho a caixa sobre o chão. Você tirou a caixa do chão e colocou sobre a mesa. O mapa está na parede.

Não se deve esquecer que os alunos terão que dizer espontaneamente todas as ações, realizando-se os exercícios que, passados ao quadro-negro e processados de acordo com o todo analítico, constituem os exercícios preliminares.

Deve o professor utilizar-se de: a) objetos; b) modelos; c) instrumentos; d) aparelhos; e) mapas; f) cartazes; g) estampas; h) desenhos; i) quadros; j) utensílios; k) material didático; l) ções, gestos e movimentos, acompanhados dos vocábulos que os representam.

Este processo é baseado nos conceitos de A. Frye Phillips, professor norte-americano destacado para dirigir o ensino em Cuba, onde conseguiu difundir o ensino da língua inglesa. Por isso que o notável educador afirma que se deve "To awaken the childd interest and mind and to teach him from the first lesson to think in the new language, and the pupils should have formed the habit of expressing spontaneously all the actions involved in producing exercises".

### **Processo Intuitivo-Comparativo**

Depois de muitos exercícios, os alunos não poderão continuar a receber lições de acordo com os preceitos do primeiro processo, o que aliás seria deficiente.

Nesta parte do ensino, deve-se fazer que os alunos se lembrem de objetos ausentes, já conhecidos; descobrir com o próprio esforço as semelhanças e diferenças, as qualidades de um e de outro, as relações que apresentam, as causas e efeitos, obrigando deste modo os alunos a descobrirem a verdade pelo seu próprio esforço. Neste passo, mais do que em outros, a criança é por excelência o elemento, o investigador, enquanto o professor é meramente o espírito dirigente.

### **Processo Associativo**

Há palavras abstratas que não podem ser ensinadas com o auxílio de objetos e de estampas. Recorremos então ao terceiro processo deste método, que se baseia na associação de idéias.

É preciso lembrar que a potência das teorias matemáticas só se realizou quando o espírito humano tratou de relacionar e associar as diversas grandezas, conseguindo, sem o processo direto, atingir uma fase de notável superioridade. Numa equação qualquer, por exemplo, o valor de uma incógnita se encontra pela relação dos termos conhecidos. Assim também, no ensino da língua, há os mesmos encadeamentos de idéias, uma relação evidente que se pode estabelecer entre vocábulos abstratos conhecidos com outros desconhecidos. Esse terceiro processo pode ser ensinado no decorrer das lições de leitura do compêndio escolhido para ser entregue nas mãos das crianças.

As lições de gramática não devem ser ensinadas senão de um modo essencialmente rudimentar e prático. A criança aprenderá alguns fatos da língua "vendo, ouvindo, imitando, escrevendo, lendo em contato direto com o uso vivo da linguagem".

São essas, no meu modo de ver, as normas didáticas a que se deve obedecer no ensino da língua pátria aos filhos de colonos estrangeiros. Naturalmente, não me foi possível, no decorrer desta tese, explanar de um modo perfeitíssimo todo o plano do método adaptado. Contudo, caso as minhas considerações consigam lograr o apoio e a consideração dos meus ilustres colegas, estarei pronto para organizar um método que coopere para a difusão do nosso estremecido idioma nas escolas freqüentadas pelos filhos de colonos estrangeiros.

TESE N<sup>o</sup> 27

## **UMA PALAVRA DE ATUALIDADE**

**Amélia de Rezende Martins**

Rio de Janeiro, DF

**F**alarão, nesta I Conferência Nacional de Educação, mestres especialistas na arte de conduzir a infância e a mocidade numa preparação superior para a vida. Falarão cientistas e filósofos, apontando os luminosos horizontes da ciência. Permite que uma palavra se faça ainda ouvida, uma palavra alheia as lides do professorado, a palavra leiga da família brasileira, que vos

vem também apresentar o seu estudo. A meu ver, a questão das escolas, presa intimamente a outra gravíssima questão, não será resolvida enquanto não se cuidar do problema social.

Sabemos todos, meus senhores, que pelo mundo inteiro a hora que atravessamos é temerosa. Em nossos dias, todo aquele que pensa não pode deixar de se preocupar com a situação, não pode lançar a margem a idéia da calamidade que se anuncia e, em se preocupando, não tem o direito de se furtar a prestar o seu concurso, por pequeno que seja; e conquanto há muito, julgo deveria ser o nosso lema "Agir e não discursar". Mais uma vez, é sobre o papel, sobre este papel que nesta meia hora será relegado ao esquecimento, que venho juntar ao vosso o meu estudo.

O sentimento de um dever ao qual não posso fugir, porquanto é o dever e o dever se impõe, é que me anima a tomar parte nos trabalhos que vos interessam, que nos interessam a todos. Tenho notícia de que no vosso belo Estado é assombroso o progresso da instrução pública, que tem merecido, dos nossos nobres patrícios do Sul, um carinho muito especial. Não sei se as minhas palavras quadrarão bem nessa formosa capital, que poderá ser talvez um oásis no deserto de misérias que tenho encontrado por onde passo e de que me contam dos pontos que não percorri. Pode ser que esteja esse torrão abrigado milagrosamente do tufão da desgraça que sopra por toda a parte. Se assim for, senhores, ensinaí a nós outros de onde vos vem a força com que vos pudestes manter, e dai-nos luzes para aclarar as trevas que já em grande parte nos envolvem.

Não visitei escolas nem conferenciei com professores; vou observando o problema pelo que me apresenta o mundo.

Sublime é, em teoria, o ideal de "instruir para levantar o povo". Mas fora das escolas, senhores, as provas de educação dos nossos patrícios são, em absoluto, negativas. O nosso povo não conhece ou não quer pôr em prática os mais rudimentares princípios de educação; e aqui tudo se confunde — a falta de educação pela nefasta influência do anarquismo, que é uma verdadeira revolta, e a falta de educação por ignorância. Cada vez mais se torna comum não haver respeito pela vida do próximo nem pela própria vida; não há respeito pela liberdade alheia... ninguém cogita onde a própria liberdade vai atingir a liberdade dos outros. Por toda a parte percebe-se o espírito de insubordinação — na família não se respeitam os pais, na sociedade não se respeitam as convenções, no Estado não se respeitam as leis...

Nas belas reuniões de espíritos superiores, com ou sem religião, movidos, porém, por um ideal que eleva, arrebatava e arrasta, sentimo-nos animados, sentimo-nos fortes, confiantes... Não!... tudo não está ainda perdido! Enquanto há chefes, há esperança de organizarem-se as forças. As frases empolgantes vibram dentro de nós, nós mesmos nos aplaudimos intimamente se nos escapa um rasgo de eloquência. Os projetos soberbos se desdobram já com foros de realidade, e toda essa rutilância de planos grandiosos atira no ambiente um véu sob o qual vemos o mundo como ele deveria ou poderia ser; mas, ao deixar o recinto de boas vontades conjugadas, ali na porta, meus senhores, começam os desalentos e os desenganos... ali mais longe, diante da étrica realidade, vemos a inutilidade dos nossos esforços. Se penetrarmos nas escolas e da "nfância sondarmos os corações, se entrarmos na família e lhes observarmos os laços frouxos, se



investigarmos a sociedade e lhe vemos os desvarios, cai-nos a alma aos pés. Sem família, baldados serão os planos de progresso na escola, e não haverá família sem Deus!

Este é o problema dos problemas! É o problema sem o qual nenhuma das graves questões, que tão sabiamente serão discutidas nesta solene assembleia, terá êxito feliz... problema que vai das altas camadas sociais ao povo do mais baixo calibre, que passa pelos salões, pelas oficinas, pelas escolas, pelas salas de diversão, pelas ruas e pelos campos, que abrange todo o nosso povo, problema que se resume nestas palavras únicas, meus senhores: Estudai o meio de salvar a família brasileira que se esboroa e se esfacela e cuja ruína marcará a hora fatal para este colosso que é a nossa Pátria, para esta maravilha que é o nosso Brasil, para esta terra cumulada de graças pelo Criador e que tece armas contra o Seu soberano poder!...

Um erro nosso, um erro imenso que nos aniquila o ânimo, é o receio de sermos tomados por intransigentes. E esse receio nos faz cair no extremo oposto — transigimos aos poucos, transigimos sempre, e transigindo, e transigindo ainda, nos deixamos cegar, envolvemos a nossa fé no manto ilusório da largueza de vistas, deixamo-nos levar por inteligências brilhantes que nada conhecem acima do seu orgulho, por super-homens para os quais não existe Deus... e aceitamos a escola leiga que preparou, por mão de mestre, a situação que hoje nos angustia.

Acredito, meus senhores, que podemos ensinar, corrigir, aconselhar... e tudo ruirá, mais hoje, mais amanhã, se não enfeixarmos todos esses esforços numa moral segura. Tudo isto já tem sido dito e repetido; mas falta, senhores, *fazer*, falta *ver* onde está o mal para se lhe dar remédio. Toda a gente estuda sistemas pedagógicos; todas as inteligências fervilham de orgulho diante dos progressos da pedagogia moderna. Pedagogia, filosofia e psicologia são palavras retumbantes que ecoam por toda parte. Os princípios modernos devem ser adotados, mas quais são estes princípios? Sob que fundamento, sob que filosofia baseamos nossa pedagogia?

Da escola leiga aí está a atualidade, parece, como uma prova pouco favorável, como um desafio ao bom senso. Há quantos anos andamos as voltas com os problemas da instrução; apregoam-se as inovações, as reformas do ensino... e, de fato, vemos por aí muito saber, mas o resultado prático, o levantamento da moral, a consciência das responsabilidades... onde os encontramos? Houve tempo em que se dizia que as escolas abertas corresponderiam a prisões fechadas, mas o que vemos hoje, senhores? Vemos que a escola leiga vai levando o mundo todo a ruína. Pelos frutos é que se conhece a árvore. Quais são os frutos da escola leiga? Não estamos a condenar todos os moralistas leigos; freqüentemente de boa-fé, pregam eles a sua doutrina, que julgam perfeita. E perfeitos em seu procedimento são muitas vezes os ateus, quando fracassa, na moral, muito cristão. A natureza é fraca e fracamente se formam caracteres em nossa terra. Mas julgamos que esses princípios, que são hoje praticados com a mais firme convicção do bem pelo bem, da moral pela moral, não resistirão nas gerações futuras; existem ainda por uma força estranha que de longe vem e que até hoje exerce a sua influência... por uma força que ainda é latente em nós, mas que no decorrer dos anos, no suceder das gerações, se vai diluindo, se vai enfraquecendo, se vai aniquilando. É a fogueira que não alimenta o combustível, é o edifício grandioso sem alicerce, é o castelo de cartas que a menor aragem espalha pelo chão.

Um ponto hoje muito acatado, em se tratando da educação, é a cultura física. Neste momento, merecem, entre nós, especial atenção os esportes. Ginástica, dança e outros começam na idade escolar e continuam em voga, com a maior aceitação na sociedade; e os esportes vão exigindo cada vez menos roupa, para que não sejam tolhidos os movimentos, e a moral leiga não acha mal em que se banhem juntos todos os meninos, de todas as idades, nus, porque assim, sendo uma coisa natural e a curiosidade não ficando aguçada, a criança não vê malícia—moral leiga, moral de princípios perversos, sob a capa de muita ingenuidade. A criança começa não achando mal na nudez e acaba não achando mal em tudo quanto exige a sua natureza. A natureza é assim, a natureza não é imoral — só tem sublimidade a natureza —, e vamos atrás desses princípios a ver até onde eles nos levam. Para os esportes femininos, por tal forma a mulher se habitua a vestir pouco que depois, na sociedade, já não tem o pudor do seu corpo. Se não há mal na nudez, por que fazem os governos, os próprios governos sem crenças, vestir os índios? Se não há mal, deixemo-los com a sua liberdade; para eles as vestes constituem verdadeiro martírio. Se mal existe, sejamos coerentes — faça a polícia vestir os civilizados que na própria consciência não conhecem o sentimento do decoro. São duras as minhas palavras, eus senhores, mas vós bem sabeis que a realidade é ainda mais dura. Não sou contra o esporte seria absurdo não desejar, entre os nossos patrícios, "a alma sã num corpo sã" —, mas da moral depende muito a saúde do corpo, senão completamente o corpo se atirará aos mais tristes 'esatinos, entregue a uma alma doente; é portanto necessário conjugarem-se, para esse ideal de robustecer a nossa mocidade, as necessidades do corpo e as necessidades da alma. Parece-me que o esporte moderno se por vezes cogita da saúde mais ainda visa a estética (voltamos ao paganismo) e prepara o corpo para todas as seduções... a dança... os bailados... o andar das moças... Estarei enganada? Estarei encarando a atualidade com pessimismo?

A sociedade de hoje tudo abandonou pelos prazeres dos sentidos; a eles se habitou porque mundo se encarregou de colocá-los, todos, por mais indignos que sejam, ao alcance geral. A família não viu o perigo — não viu ou não quis ver—, deixou-se arrastar e arrastou os filhos... e foi descendo a escada das conveniências, foi gradativamente aceitando o que antes era do domínio escandaloso, e chegou ao que sabemos todos: tudo é natural. Estamos em pleno realismo, mas abemos — porque no-lo ensina a história de todos os tempos, se não nos bastasse o bom senso que a derrocada da moral de pouco precede a derrocada geral de um povo.

Temos que convir, meus senhores, que todos os divertimentos de hoje apresentam graves sintomas de decadência. Tudo denota a moral doentia: a moda, a pintura, a dança, o teatro, o cinema, a literatura, o jogo, a cocaína, e não preciso citar mais. As aulas de ginástica vão acabar os bailados dos palcos... os torneios esportivos inflamam todas as imaginações... Ainda há pouco a atenção do mundo inteiro prendeu-se a um boxe; a atualidade dá a impressão de Roma antiga, com suas festas lascivas e seus gladiadores lutando na arena, aí preparando o fracasso o soberbo poderio.

Tudo quanto vamos gastando em ligas contra isto ou aquilo, organizações de cultura e "assistência social, parece-me trabalho perdido enquanto combatermos efeitos sem buscarmos causas. É o formigueiro: ataca-se aqui e ele irrompe mais longe; enquanto não se encontrar o núcleo, baldado será todo o esforço...

O princípio da autoridade e a prática do respeito antigamente eram acatados. Vindos de Deus, a Deus voltavam... E hoje, onde está o princípio da autoridade?

Não são de um vulto da Igreja, que os temos de sobra, são de Jules Simon, Ministro da Instrução Pública no Governo de Defesa Nacional de 1870, estas palavras magníficas, pronunciadas no Senado em 11 de março de 1822:

Repugna-me a mim, velho professor, verificar uma lei de ensino, especialmente ensino primário, da qual foi riscado o nome de Deus... isto me fere, me aflige e — deverei dizê-lo? — entristece a minha vida... Já não me sinto no mundo e na Pátria onde trabalhei e combati durante tantos anos... No período ativo da minha vida, tinham todos a crença em Deus e considerávamos nosso dever primeiro ensinar Deus as crianças, como nosso primeiro dever de legisladores escrever Deus em nossas leis, como nosso primeiro dever de republicanos vingar a República da injúria que lhe é feita, da acusação de ser uma república de impiedade. Aí residia a fonte da nossa coragem e não queremos ver essa fonte secar. Queremos o nome de Deus na lei para nós, como queremos também, senhores, para os simples e para os deserdados... Se ouvirem apenas falar em aritmética, para eles será dura a sociedade, que lhes fica a dever um pouco de consolo e de poesia... Queremos Deus para os nossos militares: "Avante por Deus e pela Pátria"... Um povo que perdesse a idéia de Deus perderia todo o ideal, e não sei sobre que poderia continuar a sua marcha.

E Flammarion declara:

Os pretensos governos republicanos perdem o rumo, suprimindo sistematicamente a idéia de Deus nos seus manuais de educação. Seria difícil ser mais insensato do que os nossos professores de ateísmo. Não há educação possível sem consciência e não há consciência sem um ideal divino. De há uns 20 anos para cá, especialmente, espalhou-se a semente do materialismo e colhe-se hoje o reino dos apaches e dos anarquistas.

Uma censura, de pronto, açode nos próprios meios católicos. À Igreja compete essa parte da moral individual, que deve influir na coletividade. É a Igreja que deve trabalhar nesse sentido... Mas, senhores, a seara é vasta e os obreiros são poucos. Não temos clero suficiente e não temos clero porque não temos mães... O mundo rouba-nos os filhos depois de nos ter roubado as mães... e enquanto as cadeias, as detenções, os presídios regurgitam de criminosos de toda espécie, muitos vítimas infelizes do meio, vítimas da perversidade que nos envolve, não há penitenciárias para os ladrões das almas... e o crime monstruoso fica impune.

Meus senhores, tudo está errado entre nós: o que corrigimos aqui é destruído ali adiante... nossos filhos consideram fora de moda a voz do bom senso. Pouco adiantará a escola se o policiamento não ajudar, cá fora, o que se prega lá dentro; pouco adiantará a Igreja se não se garrotear o espírito do mal que lhe inutiliza a voz do bem. Ensina-mos os nossos meninos a bem servirem-se dos seus sentidos e, pela cidade toda, estão seus olhos a cair sobre quadros, postais, vitrinas, manequins, tudo exposto, com o maior cinismo, a exaltar-lhes a sensualidade; vedamos aos menores o mau cinema, e continuam a mostra nas portas, nos frontais dos bondes, nos folhetos de propaganda, todos os títulos imorais, todas as cenas desonestas, todos os comentários repugnantes. Damos conselhos de moral aos nossos meninos, levantamo-lhes o espírito para o ideal, e as danças e as praias de banhos aí estão a atraí-los para a matéria, acendendo-lhes os mais baixos

instintos. E passam as crianças da infância para a idade viril com o caráter deslustrado e preparados para todas as perdições.

A higiene esmiúça por toda a parte, a fim de evitar epidemias; para garantir a melhora futura da nossa raça, apregoam-se os exames pré-nupciais, e o verme que corrói, que solapa, que arruína, esse é deixado em plena liberdade a viver ao sol do dia. Enquanto uma parcela 'infima de iniciativa particular tenta remediar a tantos males, os governos, empenhados em altas questões políticas e alheios as contorsões do polvo que nos estrangula, consentem que a nossa frágil barreira de boa vontade se oponha a onda temerosa da dissolução!...

No estudo de um problema desta monta, em que avultam as maiores perturbações, os maiores crimes, as maiores desgraças, todas as convulsões do mundo inteiro, poderá vos parecer pueril a idéia que me açode, de estudar a questão dos divertimentos... as diversões infantis na escola e no mundo, as diversões sociais, as diversões populares. A quem não lhe investigar os meandros pode parecer pueril a questão dos divertimentos. Neste momento tão grave, muito discurso, muito sermão tenta se fazer ouvido... os jornais publicam e transcrevem artigos de valor incontestável, mas estamos, meus senhores, descrentes de tudo isto. Os sermões, escutam-nos os que deles não carecem; os artigos, não os lêem os que deles poderiam tirar proveito. E voltei meu pensamento para a questão das diversões, as diversões a atraírem para o nosso grêmio. Era esta a tese que me tinha proposto defender, mas, sem dados seguros que só no estrangeiro poderia colher, não me animei a apresentar um trabalho incompleto. Justamente pelo seu cunho especial, a tal altura deve ser colocado esse estudo que mereça a atenção do governo da nossa terra.

Muito bem sabemos que há interesses ocultos na desmoralização geral — interesses inconfessáveis, interesses pecuniários, interesses que arrastam o mundo. Mas se houver quem se atravesse em qualquer plano de regeneração por interesse próprio, lembrai-lhes, senhores, que para esses a reação não se fará sentir, para esses a situação não mudará, que de um dia para outro se regenera um pandemônio. Se estao ainda no verdor dos anos, já a idade madura e a velhice estão a bater a porta. Para uma regeneração a vida de um homem não é tempo, e a sua boa vontade, não nos entavando os passos, lhes poderá fazer resgatar muita falta e lhes preparará para os filhos um mundo melhor...

Há muito que tentar, há muito que fazer, em idéias novas e em idéias antigas. Muita lição nos poderá dar o passado. Se dos tempos longínquos faz o homem reviver o atletismo para dar vigor e beleza ao corpo, não é desasado buscar na mesma fonte princípios que, adaptados ao nosso meio e a nossa época, dêem saúde a alma. Da Grécia sublime são até tiradas oratórias, e os ornatos gregos passam para as nossas construções. E se nos influencia a sua arte pela rocha talhada ou pela palavra florida, por que não sondar também alguma vantagem que se possa encontrar em seus princípios de educação? Os espartanos apresentavam aos jovens, em representações de escravos, os vícios horrendos com suas conseqüências funestas. Nós teríamos meio facilimo ao nosso alcance, pelo cinema que até hoje nos tem sido a escola da perdição, de apresentar, ao nosso povo, o vício para afastá-lo do mal, a virtude para incitá-lo ao bem...

Muitos caminhos levam a Roma, mas só um leva a prosperidade de um povo, o caminho da moral, o caminho da virtude; e a virtude, meus senhores, está sendo banida do mundo — poucos redutos lhe sobram ainda. As fortalezas todas vão sendo derrubadas umas após outras... os mais fortes baluartes se abalam. A Grande Guerra nada foi em comparação com a guerra nefanda acesa em cada recanto do mundo. Na Grande Guerra caiu ainda por terra muito sangue generoso; hoje cai por terra o bom senso do homem e o pudor da mulher. E se não se reerguer a mulher, a mulher donzela, a mulher esposa, a mulher mãe, o mundo estará irremediavelmente perdido. Meus senhores, salvai a mulher brasileira se quereis ter pátria, salvai o lar se tendes um ideal na escola; nada alcançará a escola se não se cuidar da família. Enquanto uma sociedade se deixar prender pelos sentidos, não se poderá interessar pelo que vem do espírito; enquanto não prevalecer a inteligência, dominará o sensualismo. Onde não impera o ideal, triunfa a matéria; onde morreu o ideal, a sociedade está perdida...

Parece-me que, neste momento, o mais urgente seria investigar onde se poderia encontrar uma fonte de equilíbrio, para que não se percam tantas esperanças!...

E já tomei, senhores, mais tempo do que devia. Agradeço a honra do convite que me foi feito para tomar parte neste congresso de inteligências lúcidas, empenhadas todas no que é nobre e no que é bom, e peço desculpas se alguma exaltação deixei transparecer nas minhas palavras.

Não pertenço a geração da mulher moderna, a mulher cientista, a mulher deputado, suspirando por um voto fictício que ainda mais nos virá perturbar. Sou tão-somente uma mulher cristã, e é com esse título e com o direito que assiste a quem deu muitos filhos ao Brasil que vos suplico, meus senhores, que não arranqueis do coração das nossas crianças o nome de Deus!... Com ele arrancareis toda a boa semente; sem Deus, só urzes conseguireis semear.

Uma voz de valor que se erga para clamar aos governos a inutilidade da instrução sem Deus. Uma voz que se erga para suplicar aos governos que seja um fato, e não um mito, o policiamento pelas ruas e especialmente pelas praias... que seja entregue a altas competências a censura a má imprensa, ao mau cinema.

Poderá não ser acatada a minha palavra, poderá não ser atendida a minha súplica, mas permiti, senhores, que não cale o que estua dentro do meu peito, o que irrompe do meu coração de católica e de brasileira!... Educai com Deus, instruí com Deus, doador da vossa inteligência, que em fulgurações soberbas nos assombra.

Contra a onda infernal que se avoluma, levante-se uma plêiade de grandes corações, fortes no mesmo impulso, para alcançar, como primeiro ideal, elo primeiro de uma cadeia rutilante, a salvação da família brasileira, e um marco de ouro se plantará na história do alevantamento real da nossa Pátria e do progresso da escola do Brasil.

Que se erga o homem com todo o seu sentimento de responsabilidade para abraçar a nossa causa, que se erga sobranceiro o homem, o homem que é a cabeça da sociedade, dessa sociedade de que a mulher é o coração!

## HÁ NECESSIDADE DE SE TORNAR OBRIGATÓRIO O ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR NO TERRITÓRIO PARANAENSE?

**Segismundo Antunes Netto**

Paranaguá, PR

A educação popular é o único meio científico eficiente para transformar, em poucos anos, a vida de um povo; é um bem público que está por lei, afeto ao domínio jurídico do Estado, única entidade capaz de realizar a felicidade do povo paranaense.

Encarando este magno problema de cultura e de educação popular com a consciência nítida de sua importância, de sua complexidade e da necessidade de se lhe dar uma solução imediata e integral fundamentada no conhecimento do meio, com a finalidade de um ideal e coordenação de idéias que se harmonizem e se coadunem num mesmo ponto de vista e numa unidade de vista, o Estado tem dado grande importância a solução deste magno assunto, que considero um dos mais importantes deste congresso. Apelo a honorabilidade profissional dos meus caríssimos colegas, solicitando-lhes cooperação, apoio e o auxílio do saber daqueles que têm longo tirocínio como veteranos da instrução primária e representam a fina flor do professorado nacional, de maneira que se reúnam todos os esforços necessários para solucionar o problema da obrigatoriedade do ensino primário, ao menos neste estado.

É esse um idealismo sóbrio e que se depara aos que vivem iluminados pela fé, que o olhar indiferente do leigo não vê esboçar-se — a imagem futura da Pátria alicerçada na fé e no poder da inteligência; é esse idealismo que impele o homem a ação e que tem o poder de metamorfosear todo problema teórico em problema prático; é este poder organizador que nos tem faltado para pôr as leis do ensino em concordância com o meio, submetê-las, nas suas minúcias e conjunto, um sistema orgânico de idéias orientadas para uma única diretriz e pô-las em execução imediata. Se esta diretriz harmoniosa dominar integralmente o problema do ensino primário, por todas faces, com os conhecimentos exatos das nossas necessidades, imprimirá na lei escolar um caráter de realização duradoura, de maneira que só no futuro, em outros ciclos, obedecendo a lei natural da evolução e do progresso, virá sofrer novas adaptações e corrigir as falhas de que se ressentem para melhor ser orientada, sob os influxos de nossas tendências. Formar-se-á então a mentalidade mais propícia ao elemento nacional.

A questão magna, palpitante e inadiável para o ressurgimento da moral do nosso povo é a obrigatoriedade do ensino primário, que não viola, em absoluto, a liberdade de ninguém, — que em tese o povo é como o indivíduo: vale pela instrução que possui. E o Estado, considerado como função do organismo social, é responsável pela educação da criança, porque dessa educação dependem os interesses essenciais do indivíduo e da coletividade, e o homem é a célula do organismo nacional.

A intervenção direta do Estado na instrução e na educação da infância, a fim de a preparar para a luta da vida, é um fator de progresso, indo vitalizar aquilo que até hoje a natureza

produziu de mais elevado, de mais perfeito e soberano, que é o homem, elemento primordial da nacionalidade, o qual não pode ficar abandonado a si mesmo para se educar, nem tampouco sob a autoridade paterna, limitada dentro das exigências legais.

O Estado, tomando rigorosamente obrigatório o ensino primário elementar, não faz mais do que usar de um direito que lhe assiste para abrir novos horizontes e implantar o regime da ordem pública, o respeito as leis e a propriedade.

A obrigatoriedade do ensino não viola o regime liberal da nossa Constituição, pois nas escolas primárias continuará a mesma educação liberal, que habilita o indivíduo para o complexo de suas necessidades e interesses e o torna apto a entrar na sociedade com a consciência esclarecida pela noção da responsabilidade social.

Proporcionando direta e obrigatoriamente a instrução primária indispensável a toda criatura humana, seja qual for a posição social dos pais ou tutores, suprimindo com a educação intelectual o que a família não pode dar, organizando a instrução sobre uma base melhor, valorizando o indivíduo a fim de o tornar elemento de atividade no futuro, o Estado exerce a sua função de proteger os fracos, garantindo a criança o direito de ser educada com os subsídios necessários para a luta da vida cotidiana, de maneira a situá-la convenientemente no seio da vida coletiva.

A obrigatoriedade do ensino primário elementar e a sua execução são casos resolvidos nos países mais adiantados do mundo. Esses países organizaram e custeiam a instrução, ministrando-a gratuitamente, em suas escolas, a todas as crianças que a procurarem com liberdade ampla; porém, os pais ou tutores são obrigados a preencher as exigências legais do ensino oficial.

Ordenando o Estado a execução da obrigatoriedade do ensino primário elementar, concorrerá para a criação de numerosas escolas públicas e particulares. Entretanto, só a fundação de numerosas escolas não resolve os problemas do ensino. As escolas particulares, embora prestem bons serviços ao Estado, constituem, muitas vezes, um sério perigo para a nacionalidade pela falta de uniformidade no ensino, pois, em sua maioria, são negações de orientação pedagógica e falhas de diretrizes educacionais, na maioria escolas sectaristas e estrangeiras, onde o ensino da nossa língua, da nossa história, da nossa geografia e de tudo o que se refere ao nosso país é alterado miseravelmente.

Por isso, urge que, em todas as escolas do Estado do Paraná, tanto públicas como particulares, sejam adotados um só programa de ensino, os mesmos métodos pedagógicos, os mesmos compêndios, e ser a lei rigorosamente observada. A questão fundamental para a diretriz única do ensino para formação do caráter nacional está na escola primária, nos seus programas, nos métodos e subsídios necessários e no grau de instrução que cada educando deve receber.

O Estado tem o direito de exigir o cumprimento integral dos programas nas escolas públicas e particulares, fiscalizar todos estes estabelecimentos, mensalmente, por meio de inspetores técnicos, autoridades na matéria, bem como de examinar as classes e presidir os exames, para restringir os abusos e punir as infrações com severidade, de sorte que se obtenham os almejados resultados na unidade da formação da nossa geração futura. De pouca utilidade é ensinar somente o alfabeto, escrever e contar apenas. O ideal grandioso e magnífico da instrução pública está no critério interpretativo daquilo que se pode ler e compreender, bem como na norma do que se pode escrever, a fim de que o homem consiga infiltrar-se integralmente, em todas as classes da sociedade, nas correntes da civilização e se tome o cooperador do progresso, capaz de produzir no futuro com

economia de tempo e de força, aumentar os próprios ganhos e a dignidade própria; o fim da escola colocar o indivíduo em estado de poder completar por si mesmo a própria educação e instrução, a leitura de livros destinados a difundir no seio da sociedade os conhecimentos das leis que regulam a existência e o aperfeiçoamento da educação individual. Tornar os homens em geral fatores de progresso, fontes de riqueza do Estado, provendo-se, portanto, dos meios indispensáveis para preservar ou melhorar a própria existência no seio da sociedade, proporcionar-lhe os meios necessários para usar as forças da natureza em utilidade própria, de regular a vida da família cooperar nos atos do organismo social, econômico e político do Estado, eis o supremo ideal.

Encarada sob o ponto de vista histórico, a obrigatoriedade do ensino data da civilização grega. Em Atenas havia leis que obrigavam os pais a instruírem os filhos, e em Esparta a educação infância estava a cargo do Estado. Nos países modernos, Áustria, Suécia, Noruega e Dinamarca vem desde o século XVIII; na Suíça, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Argentina, etc, data de longo tempo. Portanto, não se pode, pela lógica dos fatos e pela verdade histórica, instituir na atualidade a educação e a instrução popular sem a obrigatoriedade do ensino.

Sobretudo em nosso país, onde é tão grande a porcentagem de analfabetos, não se pode crer que os pais e responsáveis, rudes e ignorantes, estejam na altura de compreender que a grandeza de uma nacionalidade está na geração nova, e que urge, portanto, prepará-la convenientemente. Exemplo frisante temos na primeira cidade do interior do Estado. Em Ponta Grossa, 5% dos pais e tutores não mandam seus filhos a escola, ficando mais de duas mil crianças ociosas, sem receber as luzes da instrução. No entanto, temos ótimos estabelecimentos de ensino público e particular, além de numerosas escolas isoladas, grande cópia de material didático fornecido pelo governo. Mesmo assim, ainda persiste o indiferentismo popular; portanto, o curso eficiente, único e lógico é a execução rigorosa da obrigatoriedade do ensino.

A execução da obrigatoriedade do ensino primário é a solução do problema dos problemas; a única que interessa a todos os indivíduos, a todos os municípios, ao estado, a Nação, as nossas aspirações, as nossas esperanças, aos nossos ideais, aos nossos impulsos para o alto, para o bem, para o progresso, para o enobrecimento e para a fusão das nossas energias, tudo pela Pátria.

TESE Nº 29

## ALFABETIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DO COLONO NO BRASIL

**Acrísio Carvalho de Oliveira**

Rio de Janeiro, DF

assunto que tomei para minha tese e que tenho a honra de apresentar a I Conferência Nacional de Educação é delicado por natureza, árduo pela filosofia que encerra. É por "mais complexo, pois depende da observação dos fenômenos naturais de ordem social e moral, sujeitos a leis que se subordinam a fatos históricos, independentes da vontade e do critério pessoal. Baseio-me neste critério de subordinação do subjetivo ao objetivo, ou ainda, baseio-me no método indutivo, porque considero a pedagogia além da arte, uma sublime, verdadeira e elevada ciência.



Compreendendo e amando o maior problema nacional, que é a alfabetização e nacionalização do estrangeiro, e também para não ouvir a voz de minha consciência, que me diria: "empregaste tua atividade e tua energia pela santa causa do ensino durante três anos consecutivos no sertão deste abençoado Paraná; e se agora recuas, ficas indiferente, é porque não tens sentimentos, és covarde, és egoísta". Para não ouvir estas palavras que eu dirigiria a mim mesmo, porque sendo brasileiro não posso deixar de ser valente e sendo cristão não poderia deixar de amar ao meu próximo, é que me propus defender esta tese.

Encontrareis imperfeições de frases, pobreza de argumentos, muito idealismo, que para certos espíritos pessimistas parecerá sonho, e sobretudo amor, muito amor a educação dos brasileiros meus irmãos.

Se estou alistado no exército dos lutadores contra o analfabetismo é porque desejo ser amigo e corresponder a generosidade de minha pátria. Se encontro dificuldades, obstáculos e empecilhos, tanto melhor, mais valor terá a luta e maior também será a recompensa.

Começemos.

O engrandecimento e o progresso de uma nação está na razão direta da sua situação econômica: produção e exportação. O Brasil, se bem que jovem, é pobre relativamente a sua produção, que depende essencialmente da capacidade dos seus produtores. Somos o país mais rico do mundo; poderíamos impor os nossos produtos e ditar leis as nações, e isto infelizmente não acontece, porque ainda não compreendemos que o fator econômico, para ser bem regulado, é necessário que se subordine ao fator moral. Disse e repito que o Brasil é o país mais rico do mundo: temos terras fertilíssimas e em grande quantidade, florestas inúmeras e ricas em madeira, rios caudalosos e de fácil franquia; necessitamos de colonos que as povoem, de braços que as cultivem, de homens que as explorem e de escolas, muitas escolas, que eduquem não somente a inteligência, mas o caráter, que está rareando assombrosamente.

Colonização e educação são os dois problemas magnos do Brasil de hoje, que requerem estudos apurados para a sua feliz solução.

Infelizmente, nada ou quase nada se fez neste sentido em assuntos de especial interesse para o nosso país livre e independente.

Ainda nestes últimos dias recebi uma carta de um morador de uma colônia federal emancipada, neste Estado, distante do caminho de ferro vinte léguas, em que descreve os horrores e miséria por que tem passado a população local. Abro um parêntese para fazer um apelo ao nobre e digno governo deste Estado para que socorra a Colônia Senador Correia, a que me refiro, onde quase cinco mil famílias estão isoladas do resto do mundo, com todas as suas pontes caídas e privadas da balsa sobre o Ivaí, estando os pobres colonos na obrigação de limitar a sua produção somente ao consumo. É grande, é enorme este prejuízo, porém maior ainda e profundamente lastimável é a existência de quatro escolas que não funcionam. Corre perigo a unidade nacional, a unidade da língua e, como consequência, a unidade do Brasil, com a fundação de colônias nas condições em que foi a de Senador Correia.

Chamo a atenção desta conferência para o assunto colonização porque afeta diretamente o problema de que estamos tratando — educação.

Se o fator imigrante é de necessidade urgente e imprescindível a nossa vida de Nação, mbém constitui um perigo para a nossa nacionalidade. Ele busca em terra estranha que está, dante de uma natureza tão pródiga que jamais viu, o seu conforto e o bem-estar de sua família, a abastança e a riqueza. Esforça-se assombrosamente e, com a sua capacidade de trabalho rudimentar, sob o ponto de vista produtivo, supre no físico o que lhe falta na inteligência. Diferente de nós brasileiros, na língua, nos costumes, no caráter, na civilização e, na sua quase totalidade, ignorante, põe-se, dificulta ao apostolado da alfabetização, porque desconhece os seus deveres direitos e a responsabilidade que lhe cabe na educação dos seus filhos. O professor, para atrair alunos, tem que fazer milagres. Uma semana antes de abrir a escola, deve percorrer casa por casa, para impor a sua amizade pessoal e, assim, convencê-los da utilidade do ensino.

O digno presidente Dr. Munhoz da Rocha, que tão bem corresponde as aspirações deste grandioso Paraná, diz as seguintes palavras em sua mensagem presidencial: "O professor que luta e vence em meio de estrangeiros avessos a nossa língua e a nossa gente é um herói. Defende a Pátria com o mesmo valor do soldado, merece as bênçãos da Nação".

O perigo de desagregamento nacional é evidente. Quero alarmar e atrair a atenção dos dirigentes do País para este problema de grande alcance social, sugerindo algumas idéias a esta Conferência de Educação, para que a mesma defenda e garanta a nacionalização do ensino primário. Do imigrante antigo nada ou quase nada se pode esperar; devemos nos limitar em preparar o terreno para as futuras gerações, que muito melhor compreenderão o alcance da educação nacional, facilitando a difusão e propaganda deste ideal sublime que tanto engrandece a Pátria.

1ª) Proponho que se faça uma intensa propaganda direta da educação entre imigrantes, facilitando a criação de escolas, além das públicas já existentes, particulares, dando-lhes um subsídio equivalente ao esforço e a dedicação do professor, a critério da autoridade competente, que, neste caso, é a Inspeção do Ensino.

2ª) Considerando que não há possibilidade de se adotar nas escolas coloniais o horário e programa oficial, devido as razões do tempo, do lugar e do meio, proponho que se deixe a critério do professor, que fará um programa e um horário mais de acordo com as possibilidades do ensino local e com aprovação do respectivo inspetor.

3ª) Considerando que a inspeção escolar é de necessidade urgente e que, durante três anos consecutivos que exerci o cargo de professor em colônia federal subordinada ao Serviço de Povoamento, não tive a honra sequer uma vez de receber a visita do senhor inspetor, proponho a obrigação da visita regular e permanente do inspetor da cidade ou vila mais próxima e independentes da categoria da colônia — federal, estadual ou particular —, tendo em vista que o estado é obrigado a intervir nas questões de educação em defesa dos seus próprios interesses de país independente e civilizado.

4ª) Considerando a saúde como o maior dom natural da Providência e que a inspeção médica de real vantagem é um sonho, depois de três ou quatro anos da fundação da colônia Federal, e também o benefício que trará ao nosso "jeca" que reside na mesma colônia e que sofre da tradicional indolência, que não é senão um mal patológico na opinião do abalizado mestre Dr. Belisario Penna, nome que admiro e respeito, proponho a fundação dos serviços profiláticos

nesses núcleos federais que, além de obra eminentemente patriótica, são de muita utilidade quando bem orientados e dirigidos.

5) Considerando os fins que se propõem atingir os responsáveis pela educação do colono, que é a dos sentimentos e o cultivo da inteligência em bases essencialmente nacionais, e que outra orientação redundará em prejuízo e anulação do esforço empregado, proponho, além da proibição da abertura de escolas em núcleos federais dirigidas por professores particulares estrangeiros, o fechamento das ditas escolas existentes, como nocivas e opostas aos nossos interesses.

6<sup>a</sup>) Considerando as dificuldades em que o professor se encontra, muitas vezes pela falta de uniformidade de livros ou existência de livros que não preenchem as exigências da pedagogia moderna, proponho a reforma dos livros didáticos de Felisberto de Carvalho e *aaCartilha Nacional*, até agora adotados nas escolas federais do Serviço de Povoamento.

7<sup>a</sup>) Considerando que a educação cívica é o alicerce em que se apoia a integridade da Pátria e, também, incentiva no filho do colono o sentimento de amor a este solo que lhe dá o alimento e a esta terra que lhe serviu de berço, proponho que o professor envie os maiores esforços neste sentido: promovendo festas públicas de cunho patriótico; fazendo preleções nos dias feriados alusivas a data; explicando, três vezes por semana, o livro do primoroso escritor nacional Coelho Netto, intitulado *Breviário Cívico*, ou outro em idênticas condições e que preencha o mesmo fim.

8<sup>a</sup>) Considerando que as escolas de núcleos federais foram construídas para preencherem um fim muito nobre e eminentemente social — a educação dos futuros cidadãos e defensores da Pátria—e jamais para se conservarem fechadas, proponho que se envidem esforços, na maior brevidade possível, no sentido de preencher as vagas de professores das escolas existentes nas colônias emancipadas pelo governo federal e que sejam essas escolas entregues a direção dos respectivos estados.

TESE N<sup>o</sup> 30

## QUAL O PROCESSO MAIS EFICAZ PARA O ENSINO DA ARITMÉTICA NO PRIMEIRO ANO DO CURSO PRELIMINAR?

**Joaquim Meneleu de Almeida Torrez**  
Escola Normal Primária — Ponta Grossa, PR

**N**ão indagarei aqui da finalidade educativa da Aritmética, nem tampouco do que se deve ensinar aos alunos do primeiro ano do curso preliminar.

Na presente tese discutirei apenas os meios de que pode e deve lançar mão o professor para ensinar, com proficiência e eficácia, os rudimentos basilares da Aritmética, para que possa a criança, nos limites da sua compreensão e idade, ter o conhecimento necessário desta matéria.

Desejoso, porém, de elucidar bem os pontos capitais, farei acompanhar as explicações de, modelos de lições que darão, com maior clareza, conhecimento da processuação que julgo ser a mais racional e útil no ensino desta matéria.

Farei também, ao iniciar esta tese, uma resenha sobre a ação do professor e dos alunos, evidenciando o papel de cada um no decorrer das aulas, para que a finalidade seja satisfatoriamente conseguida. Da idade do aluno algo também direi, frisando qual a mais propícia para a iniciação do aprendizado desta disciplina. **AÇÃO DO PROFESSOR** A missão do professor é guiar, é esclarecer o que o aluno por si não pode descobrir, e não reduziros seus discípulos a ouvintes passivos. Infelizmente, a maior parte dos professores, no intuito generoso de lhes proporcionar um meio fácil e sem trabalho de aprender as verdades que pretendem ensinar, esquecidos ou ignorando que só se aprende observando, fazendo e raciocinando, mandam os educandos cruzar os braços numa rígida disciplina alemã e, em preleções exaustivas, procuram esclarecer-lhes, as vezes com linguagem fora do seu alcance, o ponto que é o assunto da lição. E quando a criança já sabe ler alguma coisa, para o adimplemento do aprendizado, colocam-lhe nas mãos livros com definições complicadas. Pobres alunos!... Vão sacrificar a sua memória num exaustivo esforço para memorizar palavras que nada falam e exprimem a sua inteligência. E, assim, ficam reduzidos a simples fonógrafos, que registram frases e as reproduzem sem consciência delas. A atividade educadora jamais poderá ser trabalho exclusivo do professor: é preciso que o educando seja também um colaborador ativo; é preciso que trabalhe, que observe, que pense e raciocine. O professor apenas indica o caminho e procura evitar tropeços, afastando escolhos e aplainando a estrada, para que não haja paus de vacilações nem montanhas de dificuldades. Ele deve fazer brilhar, na inteligência dos alunos, verdades já sabidas e, por meio da indução, verdades que ainda lhes sejam desconhecidas. Por isso a graduação do ensino terá de seguir uma ordem lógica, do mais simples para o mais complexo, e o programa terá de ser organizado de modo que os pontos anteriores possam elucidar os posteriores. Compreenda-se, pois, qual deve ser a ação do professor em aula: despertar atividades que visem desenvolver o físico, o intelecto e a moral da criança, bem como a faculdade aquisitiva e o amor ao trabalho, na integralização do homem. Passaremos a estudar a ação do aluno. **AÇÃO DO ALUNO** O aluno deve ser, já o dissemos, um colaborador ativo na obra da sua própria educação, e não um agente passivo, receptor dos conhecimentos do mestre.

A criança é um ser que pensa: deu-lhe Deus, como derivação de sua existência, a inteligência, o poder de julgar, de querer, de refletir e, sobretudo, o de raciocinar.

Seria, por isso, um crime sem nome deixá-la sem ação, sem liberdade de querer, sem o poder de criar; seria um crime forçá-la a passividade de ouvinte, quando ela pode ser toda atividade e trabalho.

O professor não deve, portanto, transformá-la numa espécie de arquivo do seu saber; é preciso considerá-la como força criadora, capaz de desvendar novos horizontes e alicerçar conhecimentos adquiridos com a sua própria experiência e trabalho.

A atividade do aluno é, porém, uma atividade subordinada a orientação que o educador lhe der.

É, não há dúvida, só ele, educando, que pode aperfeiçoar a sua capacidade de compreender, na seqüência de atos que visem inveterar-lhe o hábito de proceder com acerto.

A sua inexperiência, porém, seria um obstáculo insuperável se não fosse o providencial amparo que lhe oferece o guia que o conduz na senda do saber.

É o educador, portanto, quem determina o gênero de atividades a que se deve dedicar o aluno. Dependendo a atividade escolar da orientação realizada pelo educador, só quando esta for sadia e boa poderá aquela exuberar em utilidade e valor.

#### IDADE DO ALUNO

A aprendizagem sistematizada da Aritmética, como a das demais matérias do curso, requer uma idade própria.

Vejamos qual deva sereia.

Não poderemos, *a priori* e dogmaticamente, determinar seja esta, seja aquela; por isso que, para cada aluno, levando em conta as suas condições personalíssimas, deveria ser indicada, pelo seu estudo, a idade mais própria.

entretanto, o que se nota é a prévia determinação de uma idade escolar; e é assim que o regulamento do ensino das nossas escolas registra a idade de sete anos como sendo a mais própria para o início do aprendizado, quer da Aritmética, quer das outras matérias do programa.

E o legislador assim o fez, ao verificar a impossibilidade em que se acharia o professor para determinar em cada caso concreto a época mais propícia, a idade mais conveniente para incluir na matrícula de sua classe a criança que lhe fosse apresentada para educar.

Mas por que essa preferência? Por que essa e não outra idade preferiu o legislador?

É fácil indagar o motivo dessa escolha a partir de um estudo das idades evolutivas do organismo.

Por esse estudo, verificar-se-á que só na adolescência é que a criança começa a firmar a sua personalidade, a observar com curiosidade as coisas que em derredor de si existem e os fenômenos que no seu ambiente se realizam—julga já e raciocina. É o início da sua emancipação.

Parece que esta deve ser a idade preferida para a iniciação do ensino sistematizado, pois na puerícia, terceiro estágio da evolução orgânica da criança, a que precede a adolescência, predomina a imitação ativa, a sugestibilidade, e há como que um interesse por tudo que impressiona agradavelmente o sentido visual e auditivo; mas o desenvolvimento da vida mental não comporta ainda um trabalho sistematizado de inferências que traga, pelo raciocínio, a percepção clara.

Realmente, a criança dos três aos sete anos somente vê e registra o que vê, ouve o que ouve, armazena intuitivamente o conhecimento das coisas e dos fenômenos que se realizam na vida quotidiana — e nada mais.

ó dos sete anos em diante é que vem a curiosidade de conhecer melhor. Raciocina e revela interesse pelas coisas e pelos fenômenos; indaga e investiga. E quanto mais se aproximar do estágio imediato, que é a puberdade, mais se acentuará o seu poder aquisitivo, mais se firmará também a sua personalidade. Há de ser, portanto, essa fase evolutiva da criança a mais propícia para a iniciação do seu aprendizado. Ora, sendo só aos sete anos que a maior parte das crianças começa a revelar os fenômenos que caracterizam essa fase da sua evolução orgânica, acharam acertado os legisladores fixarem nessa a idade mínima escolar. Eu, de preferência, escolheria os oito anos, fazendo assim distanciar de um ano a idade escolar da que é atualmente aceita. MÉTODO É vezo entre nós denominar de analíticos os métodos de ensino hoje em uso nas escolas do Estado. É assim que, sem nenhum exame prévio, chamam analítico ao método empregado para o ensino de Aritmética. Mas onde está a análise? Analisar é decompor; é reduzir o todo em suas partes; é partir da idéia genérica as particularidades. Ora, em Aritmética faz-se justamente o contrário: particulariza-se primeiro, objetivando e concretizando, para depois generalizar, abstraindo. De fato, só é passível de análise o que já existe no espírito. Mas o que já existe no espírito há de ter sido anteriormente adquirido. Não o foi, porém, pela análise; e não o foi porque ela só será possível quando o conhecimento do número existir na consciência. Mais acertado seria, portanto, denominá-lo sintético-analítico. Se um nome, porém, eu houvesse de dar ao método de ensino da Aritmética, daria o de método intuitivo. E por que esta preferência?

Antes de mais nada deverei dizer o que entendo por intuição, e terei então respondido ao porquê desta escolha.

A intuição é o ato pelo qual a inteligência, em presença das realidades a conhecer, pela observação direta do sujeito cognoscente, delas se intera conscientemente; isto é, a intuição é a inteligência em contato com as realidades.

E esse contato se dá por intermédio dos sentidos, quando o sujeito cognoscente se acha em presença de realidades materializadas e de suas ilustrações, ou diretamente, sem intervenção dos sentidos, quando as realidades já anteriormente observadas ou obtidas por indução se apresentam ao pensamento por imagens.

Ora, em Aritmética, já o disse e aqui confirmo, o ensino tem de ser, mormente no primeiro ano, objetivo e concretizado, vindo só muito mais tarde a abstração de objetos e de nomes evocativos deles.

É portanto visível, entra pelos olhos, que se deveria denominar o método que atualmente se emprega no Estado para o ensino de Aritmética método intuitivo, e não analítico. Mas eu prefiro não empregar nome algum para designá-lo, fazendo apenas a descrição de sua processuação.

#### MATERIAL DIDÁTICO

A princípio é necessária uma grande variedade de objetos para o ensino objetivo desta disciplina: palitos, tabuinhas, tornos, esferas, moedas, frutas diversas, réguas, etc.

No aprendizado dos números, torna-se também muito útil o emprego de cartões com formas geométricas. O início do ensino das formas é assim, por este processo, feito; as crianças, no entanto, delas não cogitam especialmente—aprendem por intuição, ligando a forma o nome que se lhe dá. Esses cartões entram, portanto, nos exercícios como os demais objetos.

Devem existir ainda, na sala, réguas graduadas e, se possível for, uma coleção de pesos e uma balança.

Um mapa Parker é também indispensável para auxiliar as lições: primeiro, com os quadros ilustrativos; depois, com os numéricos.

Lápis e papel são, porém, os materiais principais do aluno; são como que as ferramentas do pequeno operário, que aprimora o espírito nessa oficina que é a escola.

#### PROCESSUAÇÃO DO MÉTODO

Não há professor que não tenha observado, ao iniciar as suas aulas de Aritmética no primeiro ano, que a maioria da classe já tem uma noção de números até cinco. Acontece mesmo que alguns conhecem mais, muito mais do que o número indicado.

A primeira lição deve consistir, portanto, em verificar o alcance perceptivo das crianças, a extensão dos seus conhecimentos, para que se possa, com segurança, dirigir o ensino.

Assim, o mestre, na sua primeira aula de Aritmética, deverá mandar que os educandos, de um grupo de objetos, tirem três, cinco, dois, sete, quatro, etc, separando-os com presteza, de golpe, como um todo, uma coleção e não de um em um. E essa tarefa deve ser prolongada até que se obtenha da maioria da classe um conhecimento mais ou menos exato de números até cinco, no mínimo.

Não se deve confundir, porém, a idéia de número com a habilidade de contar.

Contar traz, para a criança, a concepção de ordem; e a idéia de número não se coaduna com esse espírito de ordem.

Cada número deve ser considerado sem relação de dependência, como um todo, uma coleção determinada de objetos, uma quantidade limitada de coisas.

Verificando o que as crianças já sabem e aperfeiçoados esses conhecimentos com os exercícios feitos na primeira lição, e que devem ser prolongados por alguns dias, passar-se-á para o ensino graduado dos números.

Todas as combinações possíveis deverão então ser feitas com o número que estiver sendo dado, a fim de que o aluno fique com perfeita idéia sobre a matéria.

Não deve porém o mestre usar de linguagem abstrata, mas concretizar e objetivar sempre a lição, para que a criança possa intuitivamente compreendê-la.

A linguagem abstrata, em se tratando do ensino de Aritmética no primeiro ano preliminar, aberrava dos cânones pedagógicos. E só a força da rotina é que tem podido conservá-la em muitas das nossas escolas, notadamente nas rurais e nas de aldeia, geralmente entregues aos professores, sem preparo científico e profissional.

O conhecimento dos números e as suas relações devem preceder o conhecimento do algarismo, como a linguagem oral, no ensino do idioma, precede a linguagem escrita: primeiro a idéia do número, depois a do algarismo tomado como símbolo gráfico representativo daquele.

Preliminarmente, porém, o aluno deve conhecer a sua direita e a sua esquerda. E esse conhecimento facilmente ele adquirirá por meio de hábil conversação socrática que o professor deverá manter com a classe nos primeiros dias de aula.

O ensino dos números um e dois, que conjuntamente deverá ser feito, virá completar a lição, pela ampliação gradativa desses exercícios socráticos.

Continuando o professor a sua palestra com os alunos nas lições subsequentes, fará que eles fiquem com uma idéia mais ou menos perfeita destes dois primeiros números, compondo-os decompondo-os. Concomitantemente ao ensino do "um" e do "dois", será dada a idéia do zero, não com essa denominação, mas representado pelas expressões: sem nada, sem nenhum, sem coisa alguma, etc.

Para maior clareza, passo a exemplificar com a lição que se segue:

— Pedro, quantos olhos tem você?  
(Mostrando aos alunos um lápis)



- Quem será capaz de dizer quantos lápis eu tenho?
- Diga você, Antônio.
- Mostre-me um livro, Manoel. Dê o seu livro ao Pedro. Com quantos livros você ficou? (O aluno deverá responder: fiquei sem nenhum livro).
- Dê-me a sua régua, Paulo. Quantas réguas você me deu? Dê-me também a sua, João. Com quantas réguas fiquei?
- (Mostrando dois cartões quadrados)
- Quantos quadrados eu tenho, Antônio? Olhem bem: eu vou dar um destes quadrados ao João (dá ao aluno nomeado um dos quadrados); com quantos quadrados fiquei?

Seria conveniente que estes exercícios fossem feitos em torno duma mesa sobre a qual houvesse uma quantidade variadíssima de objetos para as ilustrações das lições.

Convém também lembrar que, chegado a este ponto do desenvolvimento da lição, o professor deverá procurar fugir um pouco da objetivação real para a objetivação feita por meio de desenhos e figuras.

É assim que a lição tomará, nessa palestra socrática, a seguinte orientação:

- João, venha mostrar-me nesta figura (mostrando a classe uma das estampas do álbum de Parker) dois cavalos. Dois canivetes. Um peixe. Uma canoa.
- Pedro, diga canoa duas vezes.
- João, faça no quadro tantos tracinhos quantos olhos você tem. Quantos tracinhos você fez? Apague um tracinho. Quantos ficaram? Apague o outro; quantos ficaram?
- Eu vou fazer, agora, um desenho no quadro e quero ver quem será capaz de dizer o que eu fiz (desenha no quadro um ou dois patinhos ou outra coisa qualquer). Vamos ver você, Pedro. Diga o que eu fiz no quadro?

Convém aqui fazer ligeiras observações em relação ao modo pelo qual devem ser as perguntas feitas ao aluno e como devem ser respondidas.

Cumprir notar, antes de mais nada, que essas perguntas devem ser dirigidas primeiro a classe, no conjunto, e só depois ao aluno.

Haverá um sinal convencional para os que forem capazes de responder as perguntas dirigidas a todos, de modo que possam revelar a professora o seu conhecimento.

O atualmente adotado nas escolas do Estado é o de levantar o ante-braço, apoiando-o com o cotovelo sobre a carteira, e tendo distendido unicamente o dedo indicador. Outro, porém, poderá ser convencional pela professora.

A pergunta deverá ser dirigida a classe, já o disse, e não individualmente. Só depois de a professora verificar quais são os alunos capazes de responder é que indicará alguns deles para fazê-lo.

Se a resposta não for, porém, satisfatoriamente dada pelo aluno interrogado, chamará um dos outros para auxiliá-lo.

E será só no caso extremo de não obter resposta alguma dos educandos que ela, esgotados todos os recursos de que possa lançar mão para compeli-los a uma resposta exata, deverá

responder, não dogmaticamente, mas explicando de modo claro e objetivo, numa linguagem simples que a classe compreenda.

É preceito pedagógico que o professor deve descer até ao aluno, e não procurar elevá-lo, orno vulgarmente acontece, até ele.

Todas as respostas dadas pelos alunos as perguntas que lhes forem feitas deverão ser - completas, ter sentido perfeito.

No ensino da Aritmética, como no das demais disciplinas do programa, não se visa somente aprimorar o espírito do aluno com os conhecimentos que ela fornece, mas também aperfeiçoá-lo no modo de bem expressar o seu pensamento.

Conhecido o número, é preciso que a criança aprenda o seu símbolo gráfico—o algarismo.

Vou explicar como deve ser feito este ensino, dando modelos de perguntas, e o modo como deve a professora conduzir os alunos:

— Quem será capaz de escrever no quadro um sinal que queira dizer um? Não há quem o saiba escrever? Então vejam como se escreve um: 1. Este sinal representa o número um.

— Vamos ver quem será, agora, capaz de o escrever? Pedro, venha escrevê-lo. Muito bem; Pedro já sabe escrever o número um.

— E você, Antônio, será capaz também de escreve-lo? Vamos ver, venha a pedra. Antônio também já sabe escrever o número um.

— Agora vamos ver quem será capaz de mostrar entre estes sinais (escreve no quadro uma série de algarismos onde entra o "um" algumas vezes) o número um?

— Pedro, venha mostrá-lo. Muito bem, são esses os sinais que representam o número um.

Em seguida o professor mandará que os alunos o reproduzam no papel, previamente distribuído.

Estes exercícios continuam até que o algarismo um fique bem conhecido.

O mesmo far-se-á para o algarismo dois e para o zero, que será chamado nenhum ou nada.

O ensino da Aritmética, conforme a lição que, para exemplificação, acima dei, é nesta fase do aprendizado inteiramente objetivo.

O aluno adquire a idéia do número pela quantidade de objetos que vê: primeiro, materializados em suas formas; depois, representados em estampas e desenhos. E nessa graduação, que tende a libertá-lo do objeto, passaremos a uma outra fase em que o objeto será apenas lembrado, sem que o aluno o tenha presente.

O professor formulará então pequenos problemas orais, que deverão ser resolvidos mentalmente pelos alunos. Esses problemas poderão ser assim formulados:

— Eu lenho duas maçãs; dou uma ao Pedro, com quantas maçãs fico? Quem será capaz de dizer? João, com quantas eu fico?

— Pedro tinha uma laranja e ganhou uma de Antônio. Com quantas laranjas ficou? Diga você, Manoel.

— Lourival tinha um pêssego e comeu o pêssego que tinha. Com quantos pêssegos ficou? Diga você, Paulo.

E assim se continua até que o aluno encontre facilidade em resolvê-los, mentalmente.

Este trabalho oral, porém, não deve permanecer por muito tempo desacompanhado dos exercícios gráficos.

A linguagem escrita em Aritmética é, como no ensino do idioma, um complemento da linguagem oral.

É por isso que o ensino daquela deve ser feito quase concomitantemente com o desta.

Ora, na linguagem escrita da Aritmética, os elementos que são necessários considerar são os algarismos — sinais convencionados para representar os números —, os sinais característicos das operações a efetuar e os das relações que as quantidades entre si mantêm.

Em se tratando do ensino do "um" e do "dois", os algarismos, seus representativos, já são conhecidos nesta fase do ensino; resta, porém, ensinar a criança os sinais que representam as operações por ela já efetuadas nos exercícios orais anteriores, bem como o que estabelece a relação de igualdade.

Esses sinais, no entanto, serão ensinados não com as suas denominações clássicas, mas com aquelas que a criança emprega formulando o problema ou dando-lhe a resposta.

Assim, o + (mais) será ganhei, comprei, achei, etc; o- (menos) será vendi, comi, perdi, dei, etc; o = (igual a) será fiqueii.

Por esta forma os sinais representarão perfeitamente o pensamento do aluno, porque eles não são mais do que a tradução escrita das palavras orais empregadas para representar o que se acha em imagem no seu cérebro.

O aprendizado dessa linguagem escrita pode ser dividido em duas fases: uma em que os problemas formulados oralmente e oralmente respondidos devem ser em seguida efetuados no quadro-negro por um aluno que será auxiliado pela classe. Os retardatários devem ser escolhidos pela professora, de preferência para esses exercícios escritos.

Esta primeira fase durará o tempo necessário para que a maioria da classe fique conhecendo bem os sinais empregados. Dois ou três dias são suficientes.

Na segunda fase, os alunos farão os problemas, depois de formulados e respondidos oralmente, no papel de calculo, que lhes deve ser antecipadamente distribuído.

Um ou dois serão em seguida chamados a pedra para resolvê-los; aqueles que acaso tenham errado corrigirão o seu erro pelo modelo.

Seguindo-se essa mesma marcha, ensinar-se-a depois o número três e o número quatro.

Neste estágio do aprendizado, a criança já se acha preparada não só para aprender as operações de multiplicar e dividir, como também para iniciar-se no estudo das frações.

Tudo o que se pode fazer ao estudar um número é reunir as suas partes ou separá-las; é formá-lo ou decompô-lo.

Mas obtém-se o número pela reunião das suas unidades, que podem ser tomadas uma a uma, duas a duas, três a três, etc, ou desigualmente agrupadas.

Partes de um número, porém, são parcelas dele; assim, as parcelas que o formam podem ser iguais ou desiguais. No primeiro caso dão origem a multiplicação, que outra coisa não é senão a adição particularizada; e no segundo, a soma propriamente dita.

A decomposição, ao contrário, é feita ou pela subtração, que consiste em tirar do todo uma parcela qualquer, ou pela divisão, que consiste em tirar sucessivamente do todo parcelas iguais e verificar quantas delas entram na sua composição.

Da soma e da subtração já me ocupei quando fiz o estudo do "um" e do "dois"; por isso, • e so da multiplicação e da divisão que irei agora tratar.

O aprendizado da multiplicação é feito objetivamente, como o da adição ou da soma.

Assim, o professor mandará que os educandos formem grupos iguais de objetos e pedirá o total deles, formulando problemas que poderão se assemelhar aos seguintes:

— Eu tenho dois grupos de duas canetas. Quantas canetas eu tenho?

— Numa roseira, com dois galhos, cada galho tem duas rosas; quantas rosas há na roseira?

E esses exercícios continuam até que encontrem os alunos facilidade na solução oral dos mesmos.

Depois, como nas duas primeiras operações, serão respondidos oralmente; em seguida, produzidas graficamente no quadro-negro por um dos alunos auxiliado pela classe.

O sinal da operação não receberá o seu nome clássico de vezes ou multiplicado por, e sim aquele que mais convier, isto é, aquele que estiver de acordo com o problema.

Nas aulas de recapitulação, resolverão os alunos mentalmente os problemas que lhes forem apresentados; em seguida reproduzi-lo-ão no papel de cálculo, indo um ou mais deles a pedra escrevê-los para modelo necessário as corrigendas dos trabalhos da classe.

#### **DIVISÃO**

A divisão, que deve ser ensinada concomitantemente com as outras operações a partir do número quatro, vem completar o estudo das operações fundamentais da Aritmética.

O seu ensino deve ser feito como o das outras operações, objetivamente.

Dada uma coleção de objetos, dividir-se-á esta em tantos grupos iguais quantos os pedidos; o número de objetos que cada um contiver será o quociente procurado. Ou ainda, separar-se-ão da coleção apresentada tantas parcelas iguais de objetos quantas ela contiver; o número de parcelas será o resultado pedido.

Esses exercícios serão a derivação natural de problemas que poderão ser assim formulados: Quatro laranjas, quantos grupos de duas laranjas têm? Eu tenho quatro lápis e os reparto entre dois meninos. Com quantos lápis ficou cada um?

Na fase inicial, a criança deverá resolvê-los oralmente, manejando os objetos que devem auxiliá-la para a objetivação da lição.

Mental e oralmente resolvidos, os problemas deverão ser representados graficamente no quadro-negro. Na recapitulação, farão os alunos, depois da fase oral, a representação gráfica no papel, e um ou dois deles, chamados pelo professor, virão reproduzi-los na pedra.

#### FRAÇÕES

A rotina visceral dos métodos empregados no ensino da Aritmética tem dado lugar a que muitos professores sustentem que o estudo das frações feito concomitantemente com o das operações fundamentais deixa a criança confusa e prejudica o ensino.

Puro erro. Basta considerar que o estudo das frações vem integrar o conhecimento do número no espírito da criança para que se verifique que não há nada mais falso do que essa afirmativa.

Considerações outras de vulto poderia ainda apresentar para demonstrar o erro em que incidem esses professores. Não é, porém, de minha intenção fazê-las aqui, pois afastar-me-ia do fim a que me propus chegar.

Importa, no entanto, verificar se a prática tem sancionado esse sistema de ensino, pois só ela é que pode se manifestar de modo decisivo, assaz poderoso.

Ela, porém, deu a sua sanção pelos resultados que têm colhido os professores que o aplicam.

Já fiz sentir anteriormente que o ensino da Aritmética há de ser, no primeiro ano, principalmente na sua fase inicial, objetivo, e o estudo das frações não pode fugir a esta norma.

É preciso que a criança veja, apalpe, observe a coisa para ter idéia perfeita do objeto estudado, ou examine atentamente o fato para compreendê-lo.

Este há de ser o método mais perfeito, porque põe o aluno em atividade ou, pelo menos, faz derivar da ação o elemento importante e o princípio dos conhecimentos.

Nessa inteligência, há de o professor, ao iniciar o ensino das frações, apresentar a classe uma fruta, ou uma folha de papel, ou um outro objeto qualquer que possa ser facilmente dividido em partes.

A folha de papel presta-se melhor ao exercício inicial deste ensino.

Mostrando a folha a classe e dobrando-a ao meio, o professor destacará as duas metades; e aos alunos, então, indagará qual a relação que guardam com a primitiva folha.

É natural que o aluno interrogado responda ser cada uma das partes obtidas metade da folha primitiva.

Convém, no entanto, fazer ver a este que a expressão metade pode ser substituída pela expressão "um meio", e que esta deve ser preferida.

Conhecida a denominação que a cada parte deve ser dada, far-se-á ver aos alunos que as duas metades reunidas reproduzem a folha e que, retirando uma, restará outra.

E a iniciação do aluno nas operações de somar e de subtrair frações.

Esses conhecimentos são dados intuitivamente por meio de palestras socráticas.

Julgo escusado lembrar, para perfeita compreensão do ponto, ser conveniente repetir a adição com outros objetos, seguindo os mesmos passos.

Foi considerada na lição indicada somente a fração da unidade, isto é, de um objeto ou coisa. Mas poder-se-ia considerar também a fração de uma quantidade qualquer; de vinte lápis, por exemplo. Os vinte lápis seriam então o todo, que, no caso vigente, deveria ser dividido em duas partes ou duas metades.

O processo para a indução é o mesmo, *mutatis mutandis*, como o descrito para o da fração de um inteiro.

Pequenos problemas mentais completam a fase oral.

Conhecida do aluno a idéia que a fração exprime por esse processo intuitivo e conhecida sua linguagem oral, resta ao professor ensinar a sua linguagem escrita, isto é, o modo como deve ser ela graficamente representada.

Escusado será lembrar aqui que a linguagem escrita não é mais do que a tradução fiel da linguagem oral. Para cada símbolo vocal há de haver, portanto, um símbolo gráfico. E assim acontece. Lançando mão desses símbolos gráficos, o professor escreverá na pedra a fração estudada e chamará a atenção dos alunos para o modo de escrevê-la. Depois de reproduzi-la graficamente, irão a pedra alguns dos educandos a mandado do professor. Para dar uma idéia precisa e uma compreensão segura de como deve ser a fração escrita, lembro o que acima já disse, que ela pode ser parte tanto de uma unidade como de uma coleção, isto é, de uma quantidade qualquer. A forma gráfica terá, portanto, de indicar de que espécie de quantidade é a fração parte.

Assim, um meio de uma laranja, dois meios de uma pera, um meio de duas maçãs e um meio de quatro pêssegos serão representados, respectivamente, pelas formas seguintes:

$1/2$  de 1;  $2/2$  de 1;  $1/2$  de 2;  $1/2$  de 4.

Tratando-se da fração de uma coleção, verificar-se-á quantas unidades, objetos ou coisas da coleção correspondem a parte considerada.

Para considerar a questão objetivamente, formulemos o exemplo:

— Um meio de quatro laranjas, quantas laranjas serão?

$1/2$  de 4 = ?

A resposta dada pelo aluno fará com que a interrogação seja substituída pelo seu real valor

$1/2$  de 4 = 2

Os problemas mentais, por sua vez, passam a ser também graficamente representados, obedecendo ao mesmo critério.

Consideremos o seguinte exemplo, para clareza do assunto:

—Eu tinha a metade de duas laranjas e ganhei a metade de duas laranjas. Com quantas laranjas fiquei?

$$1/2 \text{ de } 2 + 1/2 \text{ de } 2 = ?$$

A resposta que o aluno interpelado der completará a igualdade:

$$1/2 \text{ de } 2 + 1/2 \text{ de } 2 = 2$$

O que exposto ficou basta para determinar—não só para  $1/2$  como para todas as outras frações — o caminho que deve seguir o professor para terem os seus alunos concepção exata das frações que estudarem neste primeiro estágio do Curso Preliminar.

#### TABUADA

A tabuada impressa em folhetos é a rotina em circulação. Rotina que enfraquece e aniquila a inteligência e o raciocínio. É o maior castigo e flagelo que se pode impor aos escolares.

Sem compreender, o aluno decora e recita cantando o que decorou.

Ensinar a tabuada por esse processo é não ensinar. Pior ainda: é apagar na criança o entusiasmo pelo estudo; é criar nela a aversão a escola.

O ensino, porém, deve despertar no estudante a curiosidade, o entusiasmo, a satisfação de aprender; deve agradar, em vez de aborrecer; deve, enfim, pô-lo em atividade, despertando-lhe as faculdades que num treinamento sadio se aperfeiçoam.

O conhecimento da tabuada deve, portanto, ser adquirido de um modo intuitivo, por meio da objetivação e da concretização das lições.

No aprendizado dos números, tendo que compor e decompor cada um deles, o educando irá objetivamente obtendo as relações numéricas das operações submetidas ao seu estudo.

Mas a tabuada visa, justamente, dar o conhecimento dessas relações por meio de quadros sistematizados, de modo que se possa ter, de pronto e sem esforço, no espírito, os resultados das operações que serão efetuadas com os números dígitos, guardando-os de memória.

Esses quadros, porém, podem ser organizados pelos próprios alunos nas suas mesinhas de trabalho, com o auxílio de palitos, de tornos ou de outros objetos.

Reunindo um a um, dois a dois, três a três, etc, esses objetos, e representando graficamente no papel todas as operações efetuadas por esse processo, terá a criança obtido a tabuada de somar. A de multiplicar obterá reunindo um, dois, três, etc, grupos de dois, de três, de quatro e de mais objetos em um só e registrando as diversas operações efetuadas.

As de subtrair e de dividir serão obtidas por operações contrárias a essas.

Esses exercícios deverão ser feitos não uma, mas muitas vezes, e nunca desacompanhados de uma fase oral. Este ensino é, como se vê, condicionado ao da numeração, nos moldes traçados para a aprendizagem desta. Mas, assim sendo, desnecessário se torna. Basta que, ao ensinar-se a numeração, todas as operações de composição e de decomposição sejam dadas de modo completo, fazendo o professor que os alunos não só as resolvam como também as retenham de memória pela se-riência dos exercícios. Estudado um número e feitas todas as operações com ele e com os anteriormente estuda-los, convém, como recapitulação, fazer os seguintes exercícios, que poderão ser tirados do mapa Parker:

Nos exercícios indicados no primeiro grupo, os alunos, depois de examinarem os resulta-os das operações, deverão apagá-los e, em

II	III	IV
$6 : 3 = ?$	$6 : ? = 2$	$? : 3 = 2$
$3 \times 2 = ?$	$3 \times ? = 6$	$? \times 2 = 6$
$2 + 4 = ?$	$2 + ? = 6$	$? + 4 = 6$
$6 - 4 = ?$	$6 - ? = 2$	$? - 4 = 2$
$? - ? = 6$	$? - ? = 6$	$? - ? = 6$

Dou por finda a minha tarefa. A tese que me propus escrever, é certo, não se acha escoimada de lacunas e de falhas. Animou-me, porém, boa vontade. Se não alcancei o fim almejado — o de sindicat o caminho mais seguro para o ensino desta disciplina —, espero que espíritos mais lucidos venham traçar, com mãos mais hábeis, o verdadeiro caminho.

seguida, escrevê-los com presteza; e nos grupos [ , III, e IV, substituir as interrogações pelos valores correspondentes. Retidas todas essas formas no espirito, por meio da objetivação, deverão ser os mesmos exercícios repetidos sem o emprego de objetos. O cálculo mental e rápido virá, como fase complementar, aperfeiçoar esses conhecimentos. O ensino da tabuada, no entanto, terá o mesmo valor instrutivo educativo se, depois de organizada pelos alunos, de acordo com o modo já indicado, obedecer aos mesmos passos dos exercícios acima explicados. **CONCLUSÃO**



## METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ambrosio Torres

Rio de Janeiro, DF

## EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física, matéria por demais complexa, tem merecido especial atenção de pedagogos e fisiologistas eméritos de todas as épocas. Na França, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália, Suécia, Estados Unidos e em muitos outros países, ela tem sido objeto de constantes investigações. E os que a investigam têm sempre em vista conseguir a sua difusão em todas as camadas sociais, de modo a nacionalizá-la com a adoção de métodos que satisfaçam as necessidades regionais, como clima, índole, costumes, etc. Assim é que quase todas as nações já codificaram os seus métodos de ensino da Educação Física.

Entre nós, porém, o pouco que se tem feito se restringe tão-somente a difusão, deixando-se aquilo que é mais importante — o método. Depois da obra extraordinária de Ling, é incontestável que nada de novo há por fazer em matéria de ginástica fisiológica. Agora, o que é necessário fazer é adaptá-la ao meio, de modo que os métodos e programas sejam, em tudo, calcados em moldes puramente nacionais, a fim de se evitar os danos que possam advir de um ensino errôneo e mal orientado.

Executar movimentos é fazer exercício, mas a simples prática dos exercícios não constitui Educação Física.

## GINÁSTICA EDUCATIVA

A ginástica educativa, como base da cultura física, deve ser dividida em ginástica respiratória, pedagógica e médica.

## A Respiração, o ABC da Educação Física

Ao professor de Educação Física, o que mais deve preocupar na direção dos seus alunos é a respiração. A primeira coisa a ensinar a criança deve ser a respiração, o que infelizmente quase ninguém sabe. A respiração é a vida. O oxigênio, ao penetrar no organismo, produz a combustão de que resulta a troca das matérias consumidas, gera calor e equilibra a temperatura; em uma palavra, se constitui o dínamo da importante máquina humana. Se o oxigênio é a vida, nada mais razoável do que lhe reconhecer o maior destaque no escalão da vida física e psíquica.

A criança que não sabe respirar é anêmica, fraca, tímida, nervosa e sem iniciativa. Tudo isso é tão-somente consequência da falta da oxigenação dos pulmões. Dê-se movimento a este importante tecido que, com a força da sua elasticidade, expandindo-se e contraindo-se, não

produzirá somente a dilatação do tórax; o sangue será levado a toda as partes do corpo com mais força e abundância; o coração baterá com melhor ritmo; toda a ramificação do ande simpático, muito especialmente do tórax e abdômen, será devidamente atuada, do que resultará o normal funcionamento das funções da circulação, da nutrição e da excreção.

A respiração que mais convém é a nasal (inspirar e expirar pela narinas), que permite a passagem do ar pelas narinas, onde não só é aquecido em contato com a mucosa como filtrado pelos cílios. É também de grande importância o ritmo respiratório cujo tempo deve ser de dois segundos para inspiração e de igual tempo para expiração. As inspirações feitas com a elevação dos calcanhais e movimentos lentos ou posições especiais dos braços produzem maior penetração de ar nos pulmões. A elevação dos calcanhais no ato da inspiração permite uma maior descensão do diafragma, o qual, fazendo pressão sobre os órgãos abdominais, aumenta o diâmetro torácico no sentido vertical; os movimentos e posições especiais dos braços dão maior atuação aos deltóides, aos grandes peitorais, aos dentados e aos intercostais, de modo a facilitar o movimento oscilatório e o conseqüente arqueamento das costelas, do que resulta a ampliação dos diâmetros ântero-posterior e lateral do tórax.

Só depois que a criança souber respirar, e só depois de se lhe ter feito compenetrar da necessidade da respiração, deverá o professor começar a ensinar os exercícios, de modo que o exercitando compreenda que, sem respiração, não poderá haver a prática dos exercícios.

### **A Ginástica Pedagógica**

Como base da Educação Física, a ginástica pedagógica deve ser dividida em ginástica preparatória e ginástica de aplicação.

A ginástica preparatória deve compreender todos os movimentos livres dos membros, cabeça e tronco, os quais precisam ser praticados sempre numa ordem progressiva, começando-se dos movimentos simples para os combinados, até que os exercitandos adquiram a fácil mobilidade das articulações e dos diferentes feixes musculares.

Os exercícios ou ginástica de aplicação só devem vir depois desse treinamento prévio. A sua prática compreendem-se: os exercícios de equilíbrio no banco e na viga, os movimentos de extensão dos membros na barra móvel, saltos no cavalo, na pista, em altura, etc, natação, remo, equitação, marchas curtas, corridas, muitos outros exercícios e jogos recreativos e esportivos.

Os rapazes, moças e crianças submetidos a exercícios assim orientados pouco tempo depois se apresentarão verdadeiramente transformados, com um admirável revigoramento físico e psíquico. Isto se pode verificar com as observações psíquicas e de mensurações antropométricas. No primeiro caso, observa-se o normal funcionamento do sistema nervoso, apresentado-se o indivíduo com melhor discernimento, agilidade, destreza, prolação, alma, reflexão e cheio de iniciativa; no segundo, observa-se o aumento de peso, força dinâmométrica, capacidade pulmonar, ampliação torácica, etc.

## A Ginástica Médica

Como terapêutica, é de grande valia no tratamento de inúmeras moléstias, a exemplo do que há quase três anos se vem constatando no Heliotherapium, modelar estabelecimento montado pelo grande pediatra brasileiro doutor Moncorvo Filho, cujos resultados extraordinários temos o prazer de constatar de *visu*, pois, na qualidade de seu auxiliar, a cada dia que passa mais nos convencemos de que a sua obra constitui não só uma elevada conquista do progresso nacional, mas também um feito grandioso dos nossos homens de ciência.

Ali, a ginástica natural de Hebert-Carton — adaptada ao nosso meio, associada aos banhos de sol e, mais ainda, a ginástica médica de Neumann-Neurode e massagem — tem produzido verdadeiras maravilhas no tratamento do raquitismo, linfatismo, escrofulose, clorose, anemia e fraqueza, reumatismo, pré-tuberculose e, particularmente, doenças de nutrição.

Já não é pequeno o número de indivíduos matriculados no Heliotherapium e nos quais foram verificados ótimos resultados, documentadamente comprovados pelos reiterados exames clínicos e de laboratório — puerimetria, hemoanálise, cutirreação, dinamometria, espirometria, etc. —, cujos resultados poderão ser contatados por qualquer pessoa que visite aquele modelar estabelecimento.

### EURRITMIA DOS EXERCÍCIOS

No ensino dos exercícios, há três casos importantíssimos a considerar: os exercícios de ritmo lento, ordinário e acelerado. Geralmente, os últimos são preferidos pela maioria das pessoas pouco versadas em fisiologia, que supõem ser o melhor exercício aquele que o aluno executa com tanta velocidade que não se note a menor pausa na passagem de uma posição para outra. Um exercício assim praticado pode ser tudo, menos educativo, visto produzir grande dispêndio não só muscular como nervoso.

Quanto maior for a velocidade com que se movimentam os músculos, maior será o esforço nervoso. Se na prática dos exercícios devemos ter em mira não só o vigor muscular, mas muito especialmente a educação do sistema nervoso, tudo indica que uma parte não deve prejudicar a outra.

A lentidão do movimento não só evita o excessivo gasto nervoso como também permite a correção das atitudes e favorece melhor a própria irrigação dos músculos, cujo afluxo de sangue será tanto maior quanto melhor for a contração muscular, de que resultará uma melhor troca de substância em todo o tecido.

Para se obter esta almejada eurritmia dos movimentos e todos os seus proventos, basta tão-somente que o professor, desde o início do ensinamento, tenha a preocupação de procurar obter do aluno não a rapidez dos exercícios, mas a firmeza e a correção da posição ou atitude.

Os movimentos devem ser decompostos em dois ou quatro tempos, de modo que entre um e outro tempo de um mesmo movimento se possa contar dois segundos. Não se deve, porém, repetir um mesmo exercício mais de quatro vezes, a fim de não só evitar o cansaço

dos músculos como também a tensão nervosa, que será muito maior para manter o ritmo de um movimento repetido muitas vezes.

O uso do apito na direção das aulas de ginástica é bastante prejudicial, não só por ser irritante como excitador do sistema nervoso, sendo prejudicial ao próprio órgão auditivo da criança. Crianças há que têm o tímpano tão delicado que não suportam o silvo de um apito. Além disso, o barulho produzido pelos apitos contínuos faz com que os movimentos fiquem verdadeiramente automáticos, o que acarretará maior esforço muscular e uma verdadeira perturbação nervosa para a criança que os executa, dando-se o contrário com o exercício a voz de comando, que, sendo lenta, agrada ao ouvido do exercitante, dando idéia de uma verdadeira música. Mesmo a voz de comando um pouco enérgica a princípio deve ser diminuída a proporção que os exercitandos forem educando o ouvido e a atenção.

Os alunos assim iniciados facilmente passarão a prática da ginástica rítmica com música ou canto coral, devendo ser esta a maior preocupação do professor de Educação Física, muito especialmente quando se tratar da ginástica feminina.

Os resultados não se farão esperar, como se poderá ver nos quadros demonstrativos que acompanham este trabalho, quadros estes colhidos em três estabelecimentos de ensino e nos quais podemos coligir dados de educandos de ambos os sexos e das diferentes idades escolares.

Na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, há quatro anos vimos registrando casos extraordinários de revigoração físico em adolescentes de ambos os sexos (Tabelas 1 e 2). Iguais resultados temos obtido em outros estabelecimentos de ensino primário e secundário, destacando-se dentre eles os colégios Santo Antônio Maria Zaccaria (Tabela 3) e Santa Cecília (Tabela 4).

#### CULTURA FÍSICA: CULTURA ESPORTIVA E CULTURA ATLÉTICA

Em se tratando de Educação Física, um dos pontos mais vulneráveis e controversos a ser estudado é justamente este, que diz respeito ao esporte e ao atletismo.

Presentemente, em todo lugar se encontra a prática do esporte ou do atletismo. As crianças, desde os 6 anos de idade, nas escolas ou nas associações esportivas, não só querem como, na maioria dos casos, são iniciadas na prática dessa diversão tão a seu gosto.

Entregar as crianças ou aos rapazes de 8, 10, 12, 16 anos um disco, dardo, peso ou outro qualquer instrumento para arremessar ou suspender é cometer um verdadeiro crime de lesa-saúde. Do mesmo modo devem ser compreendidas as corridas de 100, 200, 400 e 1.500 metros, os saltos com vara e o futebol como por aí jogam.

Assim como a educação intelectual tem as suas três fases distintas de instrução primária, secundária e superior, assim como a ginástica tem as fases respiratória, preparatória e de aplicação, também os desportos devem ter estas três fases: a recreativa, a esportiva e a atlética — compreendendo-se por instrução recreativa os jogos e brinquedos usados pelas crianças de até 10 anos, como sejam, barra-de-bola, barra-manteiga, cabra-cega, chicote-queimado, bola-de-

mão, bola-corrida, etc; a esportiva, compreendendo-se primeiro e segundo graus, para os rapazes, respectivamente, de 11 a 15 anos e de 16 a 20 anos, e para os quais ficariam reservados os jogos associativos, como bola americana, malho peteca, voleibol, basquetebol, *water polo* handebol, etc, e com parcimônia, tênis, natação, remo e tantos outros jogos e esportes que os rapazes poderão praticar sem sacrificar a sua integridade física.

Depois dos 21 anos, quase completado o desenvolvimento físico, é que os rapazes que tenham passado pelas duas fases preparatórias poderão ingressar na prática do atletismo como verdadeira cultura, visto ser o grau superior da Educação Física. Eis, pois, completado o ciclo da verdadeira Educação Física Integral. Só assim teremos construído obra capaz de tornar a raça forte, viril e intrépida, apta a colocar o Brasil nas culminâncias que deve atingir.

#### ASSISTÊNCIA MÉDICO-ESCOLAR

Nenhum professor de Educação Física, cômico da sua nobre missão e da responsabilidade que lhe pesa sobre os ombros, deverá prescindir do concurso do médico na orientação dos trabalhos da aula de Educação Física, sem o que ela não será praticada com utilidade e sem perigo.

No início dos trabalhos escolares, necessário se torna o exame médico de todos os alunos, a fim de remover as causas que por acaso se oponham a prática da ginástica ou dos esportes. Neste exame médico será verificado se a respiração do exercitando apresenta os quatro caracteres fundamentais — nasal, suficiente, completa e resistente —, o que virá confirmar a ausência das afecções patológicas que mais põem em risco a vida do praticante de esportes: asma, hérnia, pólipo e vegetações adenóides; serão verificados também os aparelhos circulatório e digestivo, os rins, a boca, os ouvidos; enfim, um minucioso exame deve ser feito e repetido no fim do ano letivo e sempre que o médico ou professor achar conveniente.

#### ANTROPOMETRIA ESCOLAR

O mapa antropométrico dos alunos deve constituir o termômetro do professor, por onde ele poderá verificar se os exercícios estão ou não produzindo os efeitos desejados; será também com os resultados dos dados antropométricos que ele completará a organização das diferentes turmas de alunos para as aulas de exercícios físicos.

As medidas que se tomam mais usualmente são: a capacidade pulmonar, o perímetro torácico, a força dinamométrica — mão direita e mão esquerda —, a estatura, o busto, o peso, a envergadura, os diâmetros do tórax, o perímetro e os diâmetros da cabeça. Com esses dados, o professor facilmente não só verificará o aumento de peso, de força, de ampliação torácica e de capacidade pulmonar do exercitando, como poderá também, segundo Demey, Tissié, Boigey, Stanley, Binet, Neceforo, Quertelet e muitos outros cientistas de valor, determinar o coeficiente de robustez ou índice vital.

De todas essas mensurações a que mais tem dado margem a discussão é a do perímetro torácico. Apesar de o Congresso de Educação Física, realizado em Paris em 1910, ter resolvido tomar-se como linha de referência para determinação do perímetro torácico a

linha xifoidiana, muitos outros fisiologistas têm procurado discordar dessa medida, achando uns que se deve tomar por base a linha mamilar, outros a linha axilar.

Como há 12 anos vimos nos dedicando a este assunto com verdadeiro amor, já ha-endo conseguido medir cerca de 6 mil indivíduos entre crianças e adultos de ambos os sexos, relatando as conclusões a que chegamos com as nossas despretensiosas observações, podemos dizer que dois devem ser os pontos de referência para a determinação do oerímetro torácico, desde que se tenha em mira verificar a amplitude torácica ou expansão pulmonar para as moças de 11 anos acima, deve ser a linha axilar; para as crianças de ambos os sexos até 10 anos e adultos, a linha xifoidiana.

Quanto as moças, estamos com os que afirmam que, devido aos órgãos da baixa, o diafragma não tem grande movimento de descensão, por isso que as costelas flutuantes não têm grande movimento oscilatório, caracterizando o tipo respiratório alto, o que, de resto, as nossas observações vêm confirmando.

Temos notado que a pretendida respiração média, ou da linha mamilar, não existe nos indivíduos que têm educação respiratória. Nas pessoas sem educação respiratória, o diafragma e as costelas flutuantes funcionam mal, em consequência da falta de boa atuação dos músculos inspiradores, resultando, assim, a respiração média (mamilar).

A título de estudo, há mais de cinco anos vimos tirando dois perímetros torácicos nas crianças de ambos os sexos e nos rapazes iniciados nos exercícios — linha mamilar e xifoidiana —, notando sempre que a maioria dos exercitandos sem educação respiratória apresentam maior dilatação na linha mamilar, os quais logo na segunda verificação, três meses depois, já apresentam o tipo definido da respiração baixa (xifoidiana).

As medidas dos quadros antropométricos que acompanham este trabalho são tomadas, das moças, na linha axilar; dos rapazes e crianças de ambos os sexos, na linha xifoidiana.

#### CONCLUSÕES

1) É um dever de patriotismo procurar, por todos os meios e modos, dotar o País de métodos de Educação Física moldados em padrões puramente nacionais.

2) A Educação Física a ser ensinada nas escolas deve ser sempre com moderação e de forma racional, não se perdendo de vista os fatores mesológicos, sexo, idade, desenvolvimento físico e condições individuais dos alunos.

3) A ginástica educativa, como base da Educação Física, deve ser compreendida como ginástica respiratória, pedagógica e médica, levando-se sempre em consideração a coordenação e ordem crescente dos movimentos, os quais devem ser alternados por séries de exercícios respiratórios.

4) Sendo a função respiratória condição vital para o organismo, a ginástica respiratória deve constituir o ABC da Educação Física.

5) Aulas de exercícios físicos não deverão passar de 30 minutos para as crianças de 6 a 9 anos, de 40 minutos para as de 10 a 12 anos, de 50 minutos para os adolescentes de 13 anos para cima, devendo-se ainda, em todos os casos, dividir o tempo em duas partes: uma para os exercícios propriamente ditos e outra para os jogos recreativos e esportivos, que são de grande valor educativo para a criança.

6) Para evitar a fadiga muscular e o cansaço cerebral, os exercícios devem ser ensinados com moderação e ritmo, tanto quanto possível, devendo ser condenado o uso do apito, as séries de movimentos muito numerosas e os exercícios de barra fixa, barra paralela, argolas e trapézio.

7) A cultura esportiva e atlética deve ser considerada como ensino de grau secundário e superior da Educação Física, só podendo ser praticada por indivíduos que já tenham atingido a idade correspondente. Precisa ser abolida por completo dos colégios e ginásios a prática de atletismo pelos rapazes e a dos esportes pelas crianças.

8) A aula de Educação Física deverá ser superintendida pelo médico escolar, para efeito de observações médicas, não se devendo submeter os alunos aos exercícios físicos sem a devida prescrição.

9) As mensurações antropométricas devem constituir valioso auxiliar para a verificação do aproveitamento do aluno, quer determinando o coeficiente de robustez de acordo com a fórmula de Pinet, quer pelo aumento da força, peso, capacidade pulmonar e expansão torácica.

10) Para determinação do perímetro torácico, deve-se tomar por base a linha axilar para as moças de mais de 12 anos e a linha xifoidiana para as crianças de ambos os sexos até 11 anos, rapazes e adultos.

Tabela 1 - Alguns casos dos mais importantes, dentre muitos, de revigoramento físico de alunos do 1º, 2º e 3º anos, quanto ao peso, a força dinamométrica, a capacidade pulmonar e ao índice de dilatação torácica.

Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

Nome	Idade (anos)	Peso (kg)		Força Dinarr ométrica (ko)						Índice da Ampliação Torácica (cm)		Capacidade Pulmonar (cm³)	
				Mão Direita		Mão Esquerda		Ambas as Mãos					
		1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição	1ª Medição	Última Medição
1º Ano													
Maggy Figueredo	13	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926	Mar. 1926	Out. 1926
Anory Alvarenga	14	41	48	20	30	20	29	40	59	4	8	2.700	3.500
Jeographo Menezes	15	30	39	14	22	13	20	31	42	3	6	1.000	1.900
Zilda Soares	15	38	42,5	13	20	11	20	26	47	4	7	1.000	2.100
Renée Figueredo	16	45	54	14	26	14	24	31	55	3	7	1.300	2.250
Edilh Seixal	17	65	66,5	14	29	11	28	40	61	4	6	2.100	3.000
2º Ano													
Eurydice Paiva	14	Mar. 1925	Out. 1926	Mar. 1925	Out. 1926	Mar. 1925	Out. 1926	Mar. 1925	Out. 1926	Mar. 1925	Out. 1926	Mar. 1925	Out. 1926
Maria Arames	15	45	59	21	28	18	27	42	59	4	10	1.300	2.600
Eslier Santos	16	43	<b>53,5</b>	14	27	20	32	35	62	3	7	1.800	3.150
Raul Cotia	16	36	46	20	24	17	20	36	42	4	8	1.100	2.600
Haydée Azevedo	16	32	47	22	34	20	34	40	70	4	7	1.400	2.350
Miguel Ramos	16	38,5	44	15	22	11	20	30	46	5	9	1.050	2.100
	18	55	62	34	52	33	50	67	95	4	12	2.200	3.250
3º Ano													
Nair Rosa	17	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926	Jun. 1924	Nov. 1926
Lygia Góes	17	41	51	20	32	20	28	46	59	3	7	1.050	2.700
Maria da Gloria	17	48	56	20	35	20	32	44	64	4	11	1.300	2.800
Nadir Portilho	17	51	60	22	33	21	32	53	62	5	12	1.300	2.300
Yvonne Barbáre	17	63	70	31	40	32	43	53	70	5	11	1.100	3.200
Estellina Pereira	18	50	54	19	33	18	32	33	60	4	10	1.300	2.800
Alberto Cherem	20	47	<b>54,5</b>	21	43	16	40	36	78	5	12	1.350	3.100
	19	54	63	40	53	39	49	65	90	6	13	2.300	3.700



Tabela 2 - Revigoroamento físico dos alunos em três anos de vida escolar. Escola

Normal de Artes e Ofícios Wencesiau Braz

Ano	Especificação	Peso	Força Dinamométrica Mão <b>Direita</b>	Capacidade Pulmonar
1924	Média Verificada em Junho	46,085 kg	<b>23,711 kg</b>	1,333/
	Média Verificada em Novembro	51,512 kg	29,600 kg	2,333/
	Porcentagem de Aumento	11,8%	24,8%	76,3%
1925	Média Verificada em Março	48,828 kg	25,142 kg	2,230/
	Porcentagem do Declínio no Período de Férias	5,2%	15,1%	5,2%
	Média Verificada em Outubro	52,057 kg	30,200 kg	2,580/
	Porcentagem de Aumento	6,6%	20,1%	15,7%
1926	Média Verificada em Março	30,914 kg	25,400 kg	2,320/
	Porcentagem de Declínio no Período de Férias	2,2%	15,9%	10,5%
	Média Verificada em Outubro	52,857 kg	30,428 kg	2,530/
	Porcentagem de Aumento	3,8%	19,8%	9,1%
	Porcentagem de Aumento Total	14,7%	27,4%	89,7%

Nota: Estas médias foram calculadas entre os alunos que cursaram o 3<sup>o</sup> ano de 1926 e que gozaram do benefício do exercício físico e da merenda desde o 1<sup>o</sup> ano.

**3 - Dados antropométricos de alunos de 7 a 12 anos, referentes ao peso, a força, a expansão e a capacidade pulmonar. Estas medidas foram tomadas na primeira quinzena de março e novembro de 1926.**

**Externato Santo Antônio Maria Zaccaria**

Nome	Idade (anos)	Peso (kg)		Força Dinamométrica (kg)				Perímetro Torácico (cm)						Capacidade Pulmonar (cm <sup>3</sup> )	
		1 <sup>a</sup> Medição	2 <sup>a</sup> Medição	Mão direita		Mão esquerda		inspiração		Expiração		Índice de Dilatação		1 <sup>a</sup> Medição	2 <sup>a</sup> Medição
				1 <sup>a</sup> Medição	2 <sup>a</sup> Medição	V Medição	2 <sup>a</sup> Medição	1 <sup>a</sup> Medição	2 <sup>a</sup> Medição	P Medição	2 <sup>a</sup> Medição	1 <sup>a</sup> Medição	2 <sup>a</sup> Medição		
Newton de Andrade	7	22	25	3	5	3	5	65	68	62	62	3	6	600	1.200
Oswaldo Gonçalves	7	21	24	3	5	3	5	57	61	55	56	2	5	500	1.100
Álvaro dos Santos L.	7	21	24	4	8	3	7	60	64	57	58	3	6	700	1.450
Maurilio C. Lima	8	26	30	4	7	3	6	62	66	59	60	3	5	900	1.400
Jorge Cury	8	25	29	4	8	3	6	54	52	58	52	2	6	1.000	1.850
Machado Martinho	8	23	26	4	6	5	9	62	64	60	58	2	6	600	1.450
João Fernandes	8	31	36	7	12	6	10	67	70	64	64	3	6	700	1.550
Sigrift Bulermax	9	24	28	6	12	5	10	62	67	59	60	3	7	1.000	1.800
Aldemar Porto	9	28	32	7	12	6	9	65	69	61	62	4	7	1.000	2.020
Eugênio Carmo	9	28	32	5	10	4	9	63	67	60	60	3	7	1.200	2.300
Roberto Monteiro	9	30	35	6	10	6	10	61	64	58	58	3	6	900	1.750
Waldemar Fernandes	10	27	30	8	13	7	10	64	68	61	62	3	6	1.000	1.950
Carlos Paker	10	28	32	8	12	7	11	63	67	61	61	2	6	1.200	2.100
Fernando Vas Dias	10	27	30	9	14	8	11	64	67	61	60	3	7	1.100	2.100
Waldemar Maycr	10	31	33	7	14	6	11	64	69	60	61	4	8	1.300	2.100
Victor Pentanha	10	63	66	8	17	8	17	81	90	79	85	2	5	1.200	1.900
Wilson Bezerra	11	28	32	11	18	10	16	65	67	62	62	3	5	1.200	2.000
Jorge Castanhira	11	43	48	11	18	10	16	73	77	70	72	3	5	1.500	2.500
Nelson Garcia	11	34	37	10	13	9	12	66	69	63	63	3	6	1.100	2.000
Xavier Queiroz	11	33	37	10	16	9	14	68	<b>73</b>	64	66	4	7	1.300	2.400
Mario Pinho	11	27	31	8	15	7	13	62	66	59	60	3	6	1.000	1.900
Rafael Tancredi	11	30	33	12	18	9	12	64	68	62	62	2	6	1.000	2.100
Jorge Carraz	12	32	38	10	16	9	14	67	72	64	66	3	6	1.200	2.300
Luiz Oliveira	12	31	35	11	18	8	10	68	73	65	66	3	7	1.200	2.350
Scraphim Barero	12	32	36	12	18	10	17	65	70	63	64	2	6	1.300	2.400

Tabela 4 - Dados antropométricos de alunas de 7 a 12 anos, referentes ao peso, a força, a expansão e a capacidade pulmonar. Estas medidas foram tomadas na primeira quinzena de março e novembro de 1926.

Colégio Santa Cecília

Nome	Idade (anos)	Força Dinamométrica (kg)						P						Capacidade	
		Peso (kg)		Mão Direita		Mão Esquerda		inspiração		Expiração Dilatação		índice de		Pulmonar (cm <sup>3</sup> )	
		1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição	1ª Medição	2ª Medição
Ida M. Araújo	7	19,5	24	4	12	4	11	61	65	59	60	2	5	750	1.100
Maria de Lourdes	7	20	24	8	12	7	10	54	58	51	52	3	6	600	1.100
Maria C. Aguiar	7	18,5	22	8	14	7	13	55	57	50	51	5	6	1.050	1.700
Genesse Cunha	B	21	25,5	9	16	9	16	63	66	58	59	5	6	1.200	1.800
Clara Eleanor	8	21,5	24	9	17	9	17	59	62	55	56	4	6	800	1.400
Hilda Amorim	8	<b>22,5</b>	25	11	20	10	16	64	67	59	60	5	7	1.100	1.700
Heddy Mosso	8	22,5	26	12	22	11	20	64	67	60	61	4	6	1.100	1.800
Elza da Silva C.	8	<b>21,5</b>	25	10	20	8	17	59	63	57	57	2	6	1.200	1.900
Carlinda Coelho	9	19	26	6	11	6	10	61	66	59	59	2	7	750	1.400
Regina Conmbaba	9	<b>26,5</b>	29	16	24	14	21	67	70	63	63	4	7	1.700	2.400
Mana J. Chagas	9	24,5	29,5	12	20	11	18	63	66	<b>55</b>	57	8	9	1.000	1.500
Maria J. Coelho	10	28	42	10	15	10	15	71	76	68	70	3	6	1.100	2.400
Dora Veiga	10	36,5	40	16	22	13	18	73	78	69	71	4	7	1.200	2.500
Elisa Betbeder	11	28	31	14	20	13	18	64	69	58	61	6	8	1.600	2.200
Oeolinda Bastos	11	33	36	20	27	13	20	70	75	64	66	6	9	1.700	2.600
Fayga Müller	12	35	42	15	23	14	21	76	78	73	73	3	5	1.100	2.300
Nadir Basisio	12	34	39	17	26	13	21	86	89	79	81	7	8	1.000	2.500
Maria J. Barroso	12	21	26	11	18	10	17	62	66	56	58	6	8	1.000	<b>1.500</b>
Isa Carneiro	12	38	42	21	29	18	24	76	80	70	71	6	9	1.150	2.100

## O ENSINO NAS ESCOLAS FREQUENTADAS POR FILHOS DE COLONOS ESTRANGEIROS

**Maria Luiza Burtz**

Inspetora Escolar em Morretes, PR

este um assunto que merece todo o interesse. Se a responsabilidade do professor é grande, maior a do professor da escola freqüentada por filhos de estrangeiros.

Aqui não só aparecem sérias dificuldades no ensino do vernáculo, como grande é a de se lhes despertar o amor a Pátria.

Talvez pareça isto secundário, mas a prática ensinou-me o contrário. Convivi longos anos com colonos estrangeiros e tive assim oportunidade de ver as coisas de perto.

Em geral, o colono tem certa desconfiança do ensino nas nossas escolas. Faz comparações com as da sua terra, e quase sempre acaba lastimando-se por não poder mandar seus filhos para uma escola como as que conheceu no seu país.

Por quê? Porque em muitas e muitas de nossas escolas o colono conheceu professores que não o são de verdade. Mais do que em outras escolas, nestas o professor deve ser o exemplo. Exemplo em tudo: na vida pública e particular.

Pelo ensino e pela ordem na escola, o colono julga o país; pela conduta do professor, "tira suas conclusões sobre o caráter do povo.

Fui professora de colônia povoada por poloneses, alemães e suíços. Comecei com meia dúzia de alunos. Não havia freqüência, porque diziam não estar para perder tempo. Com paciência e tenacidade, obtive freqüência superior a 50%. Creio que fiz o possível para convencer a todos que só se lucra numa escola bem dirigida, e que aqui elas são tão boas como as da Europa.

O colono exige pouco e ele tem pleno direito de pedir. Satisfeitas as suas vontades, o País ganha admiradores agradecidos de um lado e, de outro, filhos conscientes da sua nacionalidade, brasileiros de nascimento e de coração.

Para atender a esta necessidade é preciso que:

- 1) o regente seja normalista, de preferência professora;
- 2) esta resida no lugar;
- 3) dê aula todos os dias e não viva de licenças;
- 4) tenha paciência, muita paciência, porque o resultado só aparecerá depois de um ou dois anos;
- 5) em tudo se traduza o sentimento da ordem, impondo assim ao colono estrangeiro respeito ao nosso trabalho, as nossas escolas, a administração do país, ao Brasil, enfim.

Passemos a tratar da questão do ensino do vernáculo.

Como ensinar o português a crianças que falam somente o polonês ou o alemão, ou outra língua qualquer? Que fazer com os pequeninos que se apresentam tímidos, sabendo apenas dizer um acanhado "bom dia"?

O ideal seria que as professoras conhecessem um pouco de uma ou outra língua. Poderiam assim entrar em conversação com os pequenos e cativar-lhes a confiança.

Como iniciar o primeiro dia de aula? Não haverá horário e programas oficiais a seguir. Durante os primeiros três a seis meses, a professora seguirá o seu horário especial sendo o seu programa ensinar a falar e escrever; falar, principalmente.

Aproveitando-se do material escolar e demais coisas que a criança possa ver, a professora conversará com os pequenos mais ou menos assim:

- Paulo, venha cá. Como você se chama? E qual é o Antônio? Onde está a Maria?
- Isto é um livro. Pedro, venha cá; como se chama isto? Chama-se livro.
- Muito bem. E isto, o que é? Um lápis.
- Maria, traga-me um lápis. Paulo, mais um.

Assim a professora continuará com os objetos, até a criança conhecer bem todos pelo seu nome.

Em palestras idênticas, dá-se-lhe o conhecimento das cores, do tamanho, das diversas propriedades de tudo que a cerca.

- Este lápis é verde. A fita de Maria é verde também. O campo que você vê ai pela janela, Pedro, que cor tem? A lousa do Paulo é verde; não, Antônio? Ah! O Antônio sabe que a lousa é preta; muito bem. O Paulo tem uma lousa pequena. A lousa da Maria é grande. Pedro tem uma mais grande — maior. A de Antônio é mais pequena, é menor. Qual o maior destes dois livros? O menor?

Estas lições devem ser gradativas. Não deve a professora querer que o aluno saiba responder com frases completas desde o primeiro dia. A associação de idéias vem aos poucos e, no princípio, a professora ouvirá como resposta uma só palavra.

No terceiro ou quarto dia, poder-se-á iniciar o ensino da escrita simultaneamente com a leitura. A cartilha de Mariano de Oliveira, *O Ensino Rápido*, presta-se com proveito para este fim.

A bola, o ovo, a uva, o bule, o dedo, representados por figuras, gravam-se perfeitamente na memória.

- Isso é um ovo. Mostre o ovo no seu livro, João. A bola, Pedro. Onde está a boneca?
- Agora vamos escrever ovo. Leia, Paulo. Antônio vai experimentar escrever ovo. Bem. Faça mais bonitinho. Isso, muito bem!
- Que é isto, Maria? Uma bola.
- Bem, vamos escrever bola. Leiam.

As liçozezinhas atraentes que se seguem no mesmo livro citado são boas, ótimas auxiliares para a formação de um bom vocabulário.

É inútil lembrar que naturalmente a professora falará alto e claramente, sem o que os lunos não poderão conseguir uma boa pronúncia.

No segundo ano de trabalho, a professora já poderá executar o programa oficial; e no terceiro, enfim, verá o resultado almejado.

Quero ainda fazer lembrar a influência de hinos e cantos. Mesmo sem compreender o sentido das palavras que canta, o menino verá pela fisionomia da professora e sentirá pela música se a canção é de entusiasmo patriótico ou se um canto alegre e infantil.

Nos recreios é recomendável que a professora brinque com seus alunos; ensine as brincadeiras brasileiras de roda, da viuvinha, da cabra-cega e muitíssimas outras. Estou certa e que em pouco tempo, relativamente, a criança falará de preferência a língua do país.

Prestarão um grande serviço a Pátria as professoras normalistas que deixarem por três ou quatro anos a comodidade da capital e os seus encantos para realizar, com amor e patriotismo, a nacionalização metódica dos pequenos brasileiros, filhos de colonos estrangeiros no interior do Estado.

Colegas que não conheceis a escola de colônia, a escola de sítio e a escola de aldeia, ide cumprir a vossa obrigação nesses lugares que vos esperam!

Cada um de nós tem a obrigação moral de sacrificar a sua comodidade e a sua conveniência por algum tempo, dedicando a sua atividade ao povo do sertão, porque não devemos deixar sem pão espiritual os que nos dão o pão de cada dia, e esses, colegas, são o caboclo e o colono.

Sem o caboclo e sem o colono, nós, os das cidades, morreríamos de fome.

Dê-se-lhes, portanto, o que é de direito: escolas dirigidas por professores competentes, compenetrados da sua missão e do seu dever.

TESE Nº 33

## O ENSINO OBRIGATÓRIO E O CIVISMO NAS ESCOLAS

**Maria dos Anjos Bittencourt**

Grupo Escolar Telêmaco Borba — Tibagi, PR

apesar da pouca prática que tenho da vida escolar, visto apenas contar seis anos de exercício no magistério público e ter estado apenas em três localidades do Paraná como professora, notei a imperiosa necessidade de tomar obrigatório o ensino primário. Incalculável é a influência que a instrução vem exercendo em cada povo, em cada indivíduo. Cada época da história assinala-se pelo seu desenvolvimento, mais ou menos relativo. Da deficiência dos primitivos tempos, conseguiu a instrução atingir, presentemente, a um grau mais elevado de aperfeiçoamento. Em nosso Estado, o ensino primário tem sido melhorado gradativamente, graças as medidas aplicadas pela Inspeção Geral do Ensino. Todavia, recente-se de certas providências para mais ampla difusão.

Efetivamente, a instrução primária tem sido completamente descurada pelos pais, que preferem para seus filhos outros misteres. Isto muito concorre para tornar, senão prejudicial, ao menos infrutífero um ensino do qual se deverá tirar magníficos resultados. Há localidades onde aflui a escola toda a criançada, até mesmo de cinco a seis anos, porém outras há onde é necessário o professor incutir no espírito dos pais a necessidade de mandar ensinar os seus filhos.

Fiz, em certa localidade, o papel de uma verdadeira sacerdotisa, mas foi uma exceção a regra geral, visto tratar com crianças, na quase totalidade, filhas de poloneses. O polonês é, sem dúvida, de todos os colonos, o que mais empenho faz em mandar o filho a escola, a ponto de dispensar os seus serviços, mesmo nos meses de maior trabalho, para que não perca tempo e se instrua.

Percorrendo algumas escolas isoladas, verifiquei mais uma vez esta desídia em relação a instrução primária; encontrei escolas que funcionavam apenas com um quinto da matrícula existente nos livros.

Interrogando o professor sobre o diminuto comparecimento de alunos, fui informada de que a frequência não excedia ao número presente em razão de os pais empregarem os filhos nos árduos trabalhos da lavoura, em lugar de os mandar a escola.

A imaginação infantil se assemelha a imagens de uma tela cinematográfica, de tão efêmera duração! É lógico pois supor que o professor é forçado a recapitular o ensino ministrado na véspera, visto o aluno estar completamente esquecido da matéria estudada devido a falta de comparecimento as aulas.

Outrossim, tal irregularidade modifica, como consequência natural, a marcha do ensino, tornando-o moroso. Na época dos exames verificar-se-á uma ineficiência do ensino ministrado durante o ano. Mesmo em cidades, tenho observado, com profunda mágoa, a falta de assiduidade dos alunos que, ao invés de procurarem as aulas, preferem perambular nas ruas, adquirindo maus hábitos, alicerce de uma educação funestíssima. Onde provém tal anomalia? Da parte dos pais, que apoiam os atos praticados pelos filhos e que, por serem nômades, retiram os mesmos abruptamente da escola e os abandonam ao léu da sorte sem medir as consequências de tal ato. É indubitável que a criança, nestas circunstâncias, cõscia do predomínio que exerce sobre o pai, manifesta-se refratária a escola. E se, porventura, a criança se matricula em outra escola, tendo em vista o exemplo anterior, procura por todos os meios enganar os pais, fazendo-os supor que na escola há severos castigos, na expectativa de fugir aos deveres escolares. Nestas conjecturas, os pais devem olhar o futuro promissor daqueles que não fogem aos bancos escolares; não devem aquiescer aos subterfúgios apresentados, e sim apontar, com a destra estendida, o caminho do dever, em cujo extremo o viajor encontrará o prêmio dos seus esforços. Enquanto não for decretado obrigatório o ensino primário nas escolas tal irregularidade persistirá, não obstante o esforço empregado pelo professor, porque, infelizmente, muitas pessoas ainda não compreenderam perfeitamente o que representa a instrução na coletividade dos povos.

Com efeito, esquecem que ela prepara o terreno que nos conduzirá galhardamente ao auge da perfeição moral e intelectual. Para o sertanejo rústico, seus conhecimentos não vão além do horizonte visual. Para o homem instruído, a natureza não apresenta mistérios; sonda os arcanos recônditos do solo, dando a tudo uma denominação científica adequada.

O nosso sertanejo olha a instrução por um prisma completamente diferente. Para ele, a vida reduz-se ao presente, e mandar o filho a escola, só mesmo coagido, porque julga mais proveitoso aplicá-lo na devastação das matas para o plantio do milho do que deixá-lo nos bancos escolares.

Há um prolóquio muito popular entre eles. Costumam dizer, quando interrogados sobre educação dos filhos: "meu pai foi ferreiro, eu o sou, e meu filho por que o não há de ser?"

Geralmente o nosso caboclo é refratário a escola, conforme tenho observado nas povoações do interior, onde os pais desprezam a missão do professor e, se porventura são interpellados sobre esta falta, dão a seguinte resposta: "não é preciso que meu filho aprenda a ler e escrever. Eu possuo terreno, gado, roça, dinheiro, etc, e no entanto ninguém me logra".

Não obstante o esforço envidado pelo professor no intuito louvável de atrair a escola maior número de crianças, inculcar no espírito dos pais, com meigas e persuasivas frases, a vantagem extraordinária de mandar educar seus filhos, a fim de se tornarem dignos cidadãos brasileiros, esta desídia persiste, e dão como resposta a que acima citei.

Alunos há que têm um verdadeiro pavor da escola. Não que o professor seja mau, pois é sabido que a aplicação de castigos corporais é proibida em nossos dias, mas por não terem os pais a devida compreensão dos deveres que lhes assistem na educação dos filhos. Há porém uma outra causa que avulta em primeiro plano, por isso que dela depende, quase exclusivamente, o bom êxito do ensino primário. Refiro-me a absoluta falta de civismo que tenho observado em diversas localidades do nosso Estado. Desconhecem a importância da educação cívica na sociedade. Constantemente deparam-se nos escolas isoladas no interior onde até mesmo o professor ignora o que seja civismo. Ignora que o civismo prepara a criança para ser o futuro patriota de amanhã para, em cumprimento de um dever sagrado, amar, venerar e até mesmo sacrificar a sua própria vida pela terra natal.

Semelhante lacuna acarreta males gravíssimos no caráter do nosso caboclo.

Eis o motivo por que centenas de homens rústicos, fortes em toda a plenitude da vida, desconhecendo esta alta cultura moral, quando sorteados para o serviço militar embrenham-se afoitamente nos invios sertões, sendo por isso considerados desertores; o cumprimento do dever de cidadão brasileiro causa-lhes pavor.

E por quê? Porque na escola não lhes ensinaram o civismo.

E por que não ensinaram o civismo? Porque o próprio professor o ignorava, porque "O possuía os conhecimentos indispensáveis sobre educação cívica.

Convenho que o governo presentemente não possa dispensar o concurso dos professores provisórios nas escolas isoladas em virtude da grande falta de normalistas, mas para sanar tal falha mister que os professores pratiquem nos grupos escolares mais próximos, a fim de adquirirem os necessários conhecimentos. Sem tais requisitos, é natural o fracasso da escola, mormente nas povoações atrasadas, onde o caboclo já, por índole pessimista, não reconhece superioridade no professor, crendo que é mais conveniente retirar o filho da escola, convencido de que é inútil.

A educação cívica deve ser considerada obrigatória em todas as escolas primárias do Brasil



Causa lástima notar-se a falta desta educação em muitas escolas do interior, quando é justamente nesta que ela deve ser instituída, porquanto é um dos fatores da formação do caráter do homem.

Encarando esta educação sob o aspecto teórico, ela consiste em certas leis preestabelecidas e que têm por fim dar um caráter, uma orientação, a cada indivíduo. O civismo é inerente a alma humana. O acatamento as leis e autoridades e a obrigação que temos de respeitar os nossos superiores são noções que a escola nos ministra, a fim de podermos cooperar eficazmente para o grande ideal — o progresso de nosso país.

É então desde a escola primária que o professor tem o dever de inculcar na mente da criança o amor a Pátria, dar-lhe a exata compreensão de seus nobres ideais. Devemos explicar-lhes o Hino Nacional, a Constituição Brasileira, a nossa Bandeira, em suma, tudo o que possa despertar-lhes o interesse e o sentimento pátrio. Reputo portanto imprescindível esta educação em todas as escolas disseminadas em nosso vasto Estado, para que possamos, em dias, aliás, não muito distantes, sentir os benéficos resultados que tal sistema proporcionará, evitando radicalmente este marasmo observado na maioria de nossas escolas e promovendo destarte a mais completa difusão do ensino.

Tornar obrigatório o ensino primário e ampliar o civismo nas escolas são as bases primordiais sobre que deve assentar o gigantesco edifício da instrução pública.

Estabelecidas, por princípio, estas duas necessidades, resta aos dirigentes do nosso Estado realizar tão útil empreitada, com o discernimento que os caracteriza em todos os assuntos de magna importância, para que a escola — sopro vivificador das energias do bem, pedra angular de todo edifício social, semente bendita que perpetua a Pátria dando-lhe cidadãos dignos de suas tradições — seja luz intensa para formar inteligências mais capazes, força irresistível para dominar e vencer nos grandes prélios que fazem a felicidade dos povos, para o completo gáudio de nossos esforços, orgulho dos pósteros e grandeza da Pátria.

TESE Nº 34

## RUMO AO CAMPO...

Deodato de Moraes  
Associação Brasileira de Educação

Â escola nova, respeitando a trilogia da criança — inteligência, sentimento, vontade —, deve ser essencialmente prática e experimental, um mundo em miniatura. Deve desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes.

Educar não é apenas ensinar a ler, escrever e contar. É desenvolver e dirigir as aptidões individuais, adaptando-as as necessidades do tempo e as exigências do meio.

O ensino primário deve despertar a idéia da responsabilidade pessoal por intermédio de trabalhos conscientes, pela resolução das múltiplas questões do dia, pelo estudo, pela investigação e pelo amor a verdade.

O futuro do Brasil está no desenvolvimento das nossas indústrias agrícolas; assim, não reparar a criança para compreendê-las, senti-las e amá-las é não prepará-la para a vida nacional.

Grande parte da população rural carece de conhecimentos vários que a riqueza e o progresso da Nação exigem. Não se prezam, como é necessário, os trabalhos do campo; não se considera a lavoura uma ocupação honesta e nobre, e esta é, sem dúvida, a causa de o nosso camponês preferir ainda doutorar o filho a fazê-lo bom agricultor.

Todo mal, como todo bem de um país, vem da escola primária.

É na escola popular que devem nascer a tradição agrícola e o prestígio do trabalho da a. É ela que tem de dar combate renhido a rotina industrial e comercial, agrícola, pastoril, extrativa e manufatureira, por uma instrução aprimorada e eminentemente prática, que ensine a explorar os campos, a adubar a terra, a descobrir as águas, a criar gado, ave, abelha, a fazer queijo e manteiga, a extrair, preparar, armazenar e vender o que a natureza dá ao trabalhador humilde mas incansável.

Cabe a escola propagar as noções que correspondem as necessidades sociais e econômicas da população rural, levantar o prestígio da profissão agrícola, fazendo ver que a cultura da terra é um trabalho honroso e de intensa intelectualidade, despertando e fomentando nas crianças o amor a vida campestre e prática das nobres tarefas de valorização do solo.

Que cada zona tenha a sua escola, escola que satisfaça as exigências do meio. Esta que seja agrícola ou criadora, aquela que seja industrial ou mineira, uma outra que seja de pesca e artes marinhas.

E a criança, em pleno ar, em plena natureza, em plena vida, que vá aprendendo a pantar plantando, a criar criando, a vender vendendo.

E para conseguir isto não é preciso que as escolas primárias se transformem em escolas de agricultura. Basta apenas que o professor por elas se interesse, combata o urbanismo, critique tenazmente a tendência atávica as profissões liberais, descreva com cores carregadas e impressionantes o êxodo dos campos para as cidades, a burocracia que deflora o intelecto e avilta o caráter, e procure infiltrar no espírito infantil a afeição a terra e as profissões agrícolas. Basta fazer ver a criança que a agricultura nos rodeia por toda a parte, que a indústria agrícola é a principal fonte de riqueza do País, que a terra é a galinha dos ovos de ouro, que os trabalhos rurais, calejando as mãos, santificam a alma.

Toda escola rural deve ter um pequeno campo de experiência, onde o professor possa ensaiar as culturas regionais por processos agrícolas modernos.

Ali se estudará a natureza do solo; demonstrar-se-á a necessidade do amanhã, da seleção das sementes, do adubo, da irrigação; a influência da luz, do calor, da umidade sobre a vida das plantas passíveis de estudo nos terrenos da escola; observar-se-á o fenômeno da germinação e se praticará o manejo dos diversos instrumentos agrários.

Sem dúvida, os conhecimentos de jardinagem escolar, incluindo a horticultura e pomicultura, não representam um estudo sistemático de agricultura nem tampouco uma dispersiva e desordenada sucessão de observações incoerentes, mas um ensaio que visa despertar nos alunos das escolas o interesse pelo trabalho da natureza circunstante.

São hábitos de observações curiosas, leitura agradável e inteligente de páginas interessantes do grande livro da natureza. O método será o da investigação, devendo por isso o professor se afastar dos livros e ir buscar no trabalho diário da classe, na curiosidade inata da criança em tudo querer saber, as bases para o ensino do preparo da terra, da escolha da semente, irrigação, poda, enxertia, etc.

O aluno escolhe, semeia, trata, e o professor apenas dirige o trabalho, desperta a sua curiosidade, satisfaz o seu interesse. A planta é o motivo, o amor a terra, o fim das noções a ministrar.

Descendo até a criança, o professor tornar-se-á infantil com ela, observando como uma semente produz uma espécie de planta, quando uma outra, no mesmo solo e sob as mesmas condições, produz um tipo completamente diverso; como a terra preparada facilita o desenvolvimento da plantinha, quanto a irrigação é necessária ao seu crescimento.

A característica destas aulas não é ensinar agricultura como ciência, química ou botânica; é provocar e levantar o interesse pelas coisas que rodeiam o aluno cada dia, cada hora, cada instante, e assim desenvolver hábitos de observação aplicada e sistemática.

O trabalho do jardim deve pôr o discípulo em atividade física e intelectual, deve habituá-lo a ordem, a disciplina de agir por si sem interferência estranha.

O museu escolar, as excursões as fazendas, as chácaras, as leiterias, aos engenhos, as feiras, as exposições, aos postos zootécnicos e industriais; a organização de pequenas bibliotecas, as comemorações agrícolas (festa das aves, da semente, da flor e da espiga) são outros tantos meios de propagar as utilíssimas noções de agricultura.

Organizada assim, a escola popular dará nova diretriz ao ensino das diversas disciplinas, tais como a Aritmética, a Geometria, a Geografia, a Leitura e outras, que passarão a se ocupar, de preferência, dos problemas de imediata utilidade a vida do agricultor.

Rumo ao campo, pois.

TESE Nº 35

## UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

**Helvécio de Andrade**

Escola Normal Rui Barbosa — Aracaju, SE

No dia imediato ao em que teve lugar na Escola Normal desta capital a festa comemorativa da organização do ensino primário no Brasil, em que fui preletor, li no Diário Oficial do Estado um telegrama do excelentíssimo senhor doutor Aloysio de Castro, diretor geral do Departamento do Ensino, ao governo de Sergipe, convidando-o a tomar parte na Conferên-

cia Brasileira de Educação, em Curitiba, em dezembro de 1927, e declarando que seriam aceitas teses relativas aos objetivos da conferência, entre os quais figura: "Uniformização do ensino primário em suas idéias gerais, mantida a liberdade de programa".

Desde o Congresso de Instrução realizado na Bahia, em 1913, em que tomei parte como representante oficial deste Estado, venho me externando sobre a necessidade dessa medida e da federalização do ensino normal no País. Isto posto, não é muito que, atenden-ao apelo da Associação Brasileira de Educação, sem pretensão de espécie alguma, concorra com este pequeno e desvalioso contingente a obra patriótica em projeto.

Para aproveitar trabalho feito, transcrevo os pontos principais da aludida preleção, na qual me ocupei do caso em apreço. Peço, entretanto, vénia para discernir do último tópico da tese que me serve de epígrafe. Não compreendo como chegar a uniformização do ensino primário sem uniformidade de programa e de método. A organização interna, o programa e o método são o "pai, o filho e o espírito santo" da escola. Não tendo o ensino esses Mames comuns, em que será ele uniforme?

A idéia de uniformizar o ensino primário não é nova.

Creio até que acudisse aos primeiros diretores da República, reconhecido o erro dos constitucionais de confiarem a guarda dos municípios o destino da primeira educação pública. Mal se compreende que homens como Rui Barbosa, Bocaiúva e Campos Sales, conhecedores do País e das suas maiores necessidades, não colocassem o ensino primário entre as primeiras da Nação e o entregassem aos municípios, tais como eram e continuam a ser, em sua grande maioria, politicamente escravizados e mentalmente nulos.

A incultura geral, em matéria pedagógica principalmente, num tempo em que problema da educação pública sobreleva a todos os problemas, é para lamentar e está a pedir o benefício de uma organização geral do ensino que ampare os destinos da Nação.

São os ensinos primário e normal as vítimas do estado caótico em que se debate a educação popular. Como nos tempos de antanho, as atenções<sup>1</sup>das são para o bacharelato e o doutorado, só acessíveis aos privilegiados da fortuna e aos protegidos políticos.

Este falo psicológico só por si decide a capacidade organizadora de um povo...

O edifício da educação assim deve estruturar-se: na base, a *Escola Normal Superior*, destinada a formar os orientadores do ensino, os professores dos professores, capazes de inspirar e manter o fogo sagrado nessa luta de todos os instantes, de toda uma vida, que é o trato, o amanhã, a educação, enfim, da puerícia; a seguir, a *Escola Normal Secundária*, destinada ao preparo dos professores primários; depois, a escola *Primária* repartida em graus, cursos distintos, mas coordenados, abrangendo as crianças de 5 a 12 anos: escolas maternas e escolas primárias propriamente ditas. No ápice, como um sol iluminando tantas vidas, o *Conselho Supremo da Educação* — autónomo, independente e soberano; a alma, o cérebro que imprime o movimento e mostra o caminho a seguir -- verifica, corrige, aprova ou condena. Quando chegaremos a essa meta?

Um dia será. Tem razão o poeta:

"Não crer ou não ter fê, eis o maior suplício;  
todo homem que uma crença acaso não tiver "é  
um cego junto a um grande precipício, "sem um  
bordao sequer..."

Preclaríssima foi a instrução primária até o advento da República; e assim continuaria talvez, ainda hoje, se São Paulo não se fizesse o pioneiro dessa santa cruzada, recebendo dos Estados Unidos as primícias de um método capaz de desenvolver a inteligência e promover a sua divulgação no Brasil. A questão é de organização, para a qual nos tem faltado o pensamento criador e o centro diretor. O início é a divisão do ensino em fases bem concatenadas! Escolas maternas para crianças de 5 a 7 anos, fase preparatória em que se corriam os vícios de família no falar, no andar, no trato com as pessoas, em todas as suas atitudes e gestos; em que se imprimam na alma da criança os primeiros princípios morais e econômicos, de atenção dos fatos da vida, de amor e gosto ao trabalho, as primeiras noções do dever para com Deus, com a Pátria e com os semelhantes.

Depois, a escola primária, destinada a fornecer a inteligência infantil os conhecimentos básicos da *linguagem*, que põe em contato espiritual os seres de uma mesma raça; da *gramática*, que não orienta, mas que disciplina o pensamento, dando-lhe forma e flexibilidade; da *matemática*, que exercita o raciocínio concreto; da *geografia* e da *história*, que aproximam os povos e fomentam a idéia de solidariedade humana, pelo interesse que despertam seus movimentos, suas tentativas, suas experiências, alegrias e sofrimentos, êxitos e falhas, na luta incessante pelo progresso, pela civilização.

Vem a seguir a escola secundária, onde se definem as carreiras segundo a escolha de cada um, escolha que deve ser libérrima, enquanto os primeiros estágios da educação devem, sistematizados, obedecer a uma coordenação bem estabelecida. São as escolas elementar e primária cadinhos onde se plasam os pequenos educandos para a vida social. Sobre estes devem incidir todos os cuidados e as atenções dos legisladores e dirigentes.

Não se levantam edifícios sólidos e duradouros sem alicerces que resistam ao tempo e suportem os acréscimos que venham depois.

E mais não cabe a escola primária: deixemo-nos de fantasias sonhadas no silêncio dos gabinetes. Não nos venham falar do ensino técnico na escola primária, que é o mesmo que não ter algum. Escritores leigos do ensino enchem de vez em vez páginas de jornais de longas e fastidiosas publicações abstrusas sobre a finalidade da escola primária, querendo esses que os meninos aprendam o ofício ou profissão dos pais para auxiliá-los no açougue, no armazém, na sapataria; outros que aprendam a manejar a enxada, puros romances inócuos quanto aos efeitos, mas perturbadores do critério que o povo deve formar da escola.

A escola primária deve estar aparelhada, sim, para descobrir, apurar, fortalecer as vocações livremente manifestadas, não para exercitá-las, mas para informar o departamento supremo da educação das capacidades reveladas, a fim de que as encaminhe para as escolas profissionais.

Tudo que diz respeito a educação pública está por fazer neste vasto país de tamanhas necessidades. A causa disso é a falta de senso organizador, de pensamento diretor, falta que a República não procurou estudar e remover.

Não assentamos em tempo os princípios, as bases da educação pública, objeto primordial de uma democracia; deixamos correr as coisas a mercê de caprichos e surpresas, e agora nos encontramos numa espécie de beco sem saída, sem poder recuar porque seria desairoso, sem poder avançar porque os preconceitos, as práticas e os hábitos detestáveis se fizeram leis, constituíram direitos.

O ensino técnico nos Estados Unidos está integrado no seu sistema universitário. Mais de quinhentas universidades abrigam o seu território, contendo muitos milhares de alunos, algumas, como a da Califórnia e a de Harvard, com mais de 5 mil estudantes! Estas universidades eram, em 1852, simples *Colleges* e destinavam-se, como ainda hoje, ao ensino da agricultura e das artes mecânicas! Espanta-nos esse formidável progresso científico, artístico e industrial; melhor

fora, porém, que nos estimulasse a recuperar o tempo perdido ... A criação magnífica de Nilo Peçanha, das escolas de artifices, aí está, exemplo único, a apontar o caminho.

A escola pública primária tem a sua rota, o seu método, os seus fins, claramente, inconfundivelmente, delineados; pretender transformá-la em uma *montessori*, ou em tantas *montessoris* quantas são ou vierem a ser em número, é comprometer a sua natureza, é desvirtuar os seus fins, é torná-la inexecutável as forças econômicas do estado, senão também da Nação.

Problema nacional de primeira ordem, a educação pública funda-se na instrução elementar e primária, para a qual devem concorrer o município, o estado e a Nação. Aceita a preliminar, resta dividir as responsabilidades sem perder de vista o conjunto em seus resultados, quanto possível uniformes, em que toca a formação da mentalidade nacional, que só o método no ensinar e no aprender pode dar, o método de observação e de análise posto ao alcance dos pequenos alunos por professores hábeis e dedicados.

É evidente que, de um lado, os princípios de liberdade e espontaneidade concedidos a infância e, de outro, as dificuldades cada vez mais prementes da vida não consentem aos pais tempo e lugar para cuidarem dos filhos, dado que a instrução e a educação deles lhes permitam tomar a si o encargo.

Resulta que as crianças são prejudicadas na primeira educação, que é a do berço, entregues a si mesmas e submetidas ao império de sugestões perigosas. Cumpre ao estado suprir esta sensível falta de disciplina nos primeiros anos da vida, criando as escolas maternas em concordância com as primárias, custeadas aquelas pelos municípios sob programa e fiscalização do estado, a quem deve caber também o provimento e a garantia dos respectivos professores.

Mesmo nas cidades mais adiantadas, quantas crianças vivem a vida das ruas e das más companhias sem um corretivo a esse abandono? Portanto, dos cinco aos sete anos, escola maternal; dos sete aos dez ou doze, escola primária — três anos para as isoladas e quatro para os grupos escolares.

E a União, o que lhe deverá caber? À União deve caber a tarefa de instruir os povos que, pela distância dos centros povoados, vivem privados do benefício de qualquer ensino, por meio de comissões bem aparelhadas e competentes para alfabetizar e instruir sobre culturas locais, comércio, higiene e deveres cívicos. É um crime de lesa-pátria consentir que os vastos sertões brasileiros continuem na absoluta privação de justiça, de instrução, de disciplina mental, de educação cívica.

Um largo sistema de conquista para a civilização desses nossos povos, tão genuinamente brasileiros, deve ser quanto antes estudado, adotado e desenvolvido, levando a essas paragens longínquas e abandonadas, onde a indiferença da República fortaleceu e espalhou o banditismo já existente nos tempos monárquicos, a par das estradas de aproximação e dos açudes, a instrução elementar, o alfabeto, o conhecimento dos terrenos, das culturas, as vantagens de comércio, as noções de higiene e dos deveres e direitos de tantos cidadãos, reserva imensa de energia e trabalho para o progresso da Nação. Essa é a parte que cabe a União na campanha contra a ignorância, visando a unidade da Pátria — um dos temas da Conferência Brasileira de Educação —, a fim de integrar num vasto e generoso plano de unidade nacional esses elementos esparsos e como que descontínuos, sem eficiência na estrutura da brasilidade.

A fundação de escolas em povoados, como auxílio da União aos estados, sob requisição destes, é de uma perfeita inocuidade; na maioria dos estados, Sergipe inclusive, não há povoados sem escolas.

Essas comissões, compostas de um professor, um médico, ou quando menos um farmacêutico, um agrônomo, percorreriam os estados, especialmente os centrais e os sertões dos litorâneos do Norte, no cumprimento da sua ingente missão, bem aparelhados, bem escolhidos e bem remunerados, cercados, enfim, de todas as garantias pessoais e funcionais.

Completando o plano de educação popular, seriam multiplicadas as escolas agrícolas e as de ofícios e artes mecânicas, de acordo com a extensão e necessidades regionais.

Eis o que cumpre a República fazer; e nada vejo que se oponha a realização de plano tão simples quanto equidoso, natural e lógico, nem a despesa, que não excederá de quatro a cinco mil contos anuais.

São ainda da conferência aludida os seguintes trechos:

A independência, trazendo nas dobras do seu manto auriverde a criação do ensino primário, não se preocupou dos meios de levá-lo a melhores efeitos. A guerra do Paraguai não inspirou ao Império progresso algum nos métodos de ensino.

A revolução republicana nada produziu igualmente. "Toda mudança política — diz Richard — que não é acompanhada de uma transformação profunda dos cidadãos pela educação é vã ou nula".

Tem o nosso país uma como dupla feição, dois povos: um luzido, brilhante, fruindo todas as vantagens do progresso; outro miserável, ignorante, abandonado as inclemências do tempo e da natureza. Aproximar, reunir essas duas correntes numa caudal de benefícios que conduzam o Brasil ao mais brilhante e fecundo destino, pelo trabalho e pela instrução, eis, em síntese, a conduta digna de verdadeiros patriotas!!

#### CONCLUSÃO

a) A uniformização do ensino primário no Brasil é medida que se impõe pela necessidade de cimentar a unidade nacional em bases sólidas, por meios metódicos e seguros.

b) A uniformização do ensino primário exige a uniformidade de programa e de método geral no ensino, que deve ser dividido em elementar ou maternal, dois anos, e em primário propriamente dito, três anos nas escolas isoladas e quatro nos grupos escolares.

c) Para a instrução e educação popular devem concorrer o município, o estado e a União, cabendo ao primeiro o ensino elementar ou maternal, controlado e garantido pelo estado; ao segundo, o primário, e a União, o ensino normal superior e o itinerante.

d) Aliviados da despesa com o ensino normal, os estados de menores rendas deverão melhorar os vencimentos do professorado primário e situar as escolas isoladas em prédios próprios, adequados.

e) A escola primária não pode desviar-se dos fins que lhe são peculiares; deve, porém, ocupar-se zelosamente da descoberta das vocações nascentes, desenvolvê-las, estimulando-as e recomendando-as ao Departamento Geral de Educação Popular.

f) A União e os estados fomentarão quanto possam o desenvolvimento das escolas praticas profissionais em todo o território nacional, tendo em conta a extensão, população e necessidade de- cada região.

g) O Conselho Supremo de Educação Pública, criado e instalado rio Rio de Janeiro, superintenderá todos esses serviços, técnica e administrativamente, com a proficiência e independência que a sua alta missão requer.

TESE N<sup>o</sup> 36

## O MÉTODO DE PROJETOS

**Esther Franco Ferreira da Costa**

Escola de Aplicação anexa a Escola Normal Secundária do Paraná

**S**em a pretensão de trabalho original, vimos trazer a nossa contribuição a este congresso a título de divulgação.

O professor deve ensinar durante o ano escolar uma porção de matérias, que as crianças vão aprender com maior ou menor dificuldade e de acordo com o trabalho do mestre.

Essas matérias são em geral recebidas com certa repugnância pelas crianças, principalmente quando estas vivem afastadas das cidades e são pobres, filhas dos nossos caboclos ou esmo de humildes colonos estrangeiros, porquanto os assuntos do estudo da leitura, da aritmetica, da geografia, da moral, etc, estão muito fora das atividades normais dessas crianças. Elas entendem de cavalos, bois, cães, carroças, cargueiros, plantações e tantas outras coisas próprias da vida do campo ou do sertão; sabem trazer o facão a cinta ou manejar uma espingar-pica-pau, porque de tudo receberam a sugestão viva do exemplo dos pais e dos amigos da casa. Ora, nada mais natural para estes casos do que aproveitar o professor esses mesmos elementos, que em seu conjunto encerram o único círculo de atividade dessas crianças, ou melhor, dos seus próprios interesses, para formar a base inicial do seu trabalho de educar.

Procedendo dessa forma, isto é, não se contrapondo o professor aos interesses dessas crianças, naturalmente há de atraí-las para a escola, dominando pela simpatia e pelo prazer que poderá dar aos alunos na sistematização gradativa dos seus conhecimentos rudimentares. Excitado o interesse dessas crianças sem sair fora do seu próprio meio, pode professor ensinar bem e em curto prazo a ler, escrever e contar. Pode ensinar Geografia, história e tudo quanto quizer, inculcar hábitos são de trabalhos producentes e realizar a arte que lhe cabe na tarefa de educar, isto é, promover o desenvolvimento físico, intelectual e moral dessas crianças de uma maneira global.

Ninguém desconhece que o menino do campo ou do sertão é quase sempre, quanto a sua instrução, um atrasado em relação ao menino da cidade; portanto, pode-se dizer que as suas atividades físicas e mentais ainda são globais aos 8 ou 9 anos de idade. Não se pode separar as



suas percepções das suas apercepções ou das atuações; e, por isso, as suas lições não podem admitir tantos passos formais como as que são ministradas para meninos que têm já distintas as fases da elaboração psíquica do conhecimento. Pensamos pois, como Aguayo, que, para aqueles casos, a lição só admite um passo formal, a atividade que deve ser educada, e urna preparação para este passo, o interesse da criança, o qual é mister seja posto em jogo.

E como prezamos muito o mestre citado e muito estimamos as lições dos nossos professores da escola normal, chegamos a conclusão de que as matérias dos programas primários de ensino devem ser ensinadas com o auxílio de um método mais educacional que instrutivo e que esteja em harmonia com a natureza global das diferentes atividades dessas crianças.

Mas se porventura não for possível seguir no ensino para tais crianças o método a que nos queremos referir, ao menos que seja ele tentado nas escolas durante um certo tempo que permita uma verificação dos resultados. Esse método é o chamado método de projetos. Com este a criança dirige a sua própria atividade servindo-se dos conhecimentos e dos recursos do meio em que vive com seus pais.

O professor leva os seus alunos a executarem um trabalho de valor, de modo que todos empreguem nele, voluntariamente, a sua atividade, tendo cada aluno o seu quinhão.

Assim, por exemplo, em uma escola freqüentada por filhos de carroceiros, o professor encarrega os alunos, meninos e meninas, de fabricarem uma carroça de tolda com oito cavalos — eis o projeto.

Na sala da escola deve haver ferramentas e material apropriado.

As crianças, estimuladas, distribuem-se em grupos de conhecidos ou vizinhos, e o professor vai intervindo discreta e oportunamente, de modo a deixar que cada uma escolha a sua tarefa parcial.

umas se encarregam dos animais; outras, dos arreios; outras, da carroça; outras, da preparação das peças de madeira, da tolda, etc.

Instintivamente, depois dos primeiros insucessos desanimadores, as crianças são levadas a consultar o professor sobre uma ou muitas dificuldades.

O professor aproveitará então o ensejo para mostrar o mau cálculo das grandezas das peças da carroça, dos animaizinhos de madeira, etc, proporcionando na pedra cálculos simples a executar, ou apontando livrinhos de consulta e guiando esta, ou sugerindo riscos, moldes, uso de instrumentos especiais; as crianças empenham-se na obra geral, consultam os pais, os entendidos, e, após fracassos e tentativas sucessivas, chegam a realizar uma obra semelhante a confeccionada por seus pais.

Consumiram nela horas, dias, semanas e até meses, trabalhando uma hora por dia, mas executaram, nessa situação de brinquedo, um trabalho de valor.

De alto valor educativo, não há dúvida, porque os alunos:

- 1) exercitaram-se convenientemente na preparação da vida do adulto;
- 2) experimentaram a sua própria vontade bem dirigida, a sua capacidade intelectual e a sua habilidade manual;

- 3) freqüentaram a escola com assiduidade e interesse; essa hora diária de trabalho letivo transformou-se em estímulo para os estudos das disciplinas do horário escolar;
- 4) concretizaram muitos cálculos simples e foram levados a leitura de assuntos correlatos;
- 5) desviados dos maus hábitos decorrentes da ociosidade, pensaram no seu trabalho com satisfação de uma preocupação séria, culminada pelo grande prazer de uma obra concluída;
- 6) passaram a ter confiança no valor próprio;
- 7) compreenderam, praticamente, o valor do espírito de associação e cooperativismo.

A um projeto deve suceder outro bem escolhido pelo professor.

Esse método pode ser aplicado ao ensino da agricultura, principalmente nas escolas rurais do Estado, e em toda atividade vocacional que se deva exercitar com fins didáticos.

Qual foi o papel representado pelo professor na execução do projeto?

Respondemos semelhantemente ao que se acha escrito no folheto *Trabalho de Valor em uma Situação de Brinquedo*, publicação nº 10 da União Pan-Americana:

O professor é a fonte de informações, respondendo as perguntas da criança individual. Limita as discussões aos assuntos que interessam ao grupo todo. Mostra como se utilizam as ferramentas; onde se pode encontrar, mediante pedido, um modelo, um molde, uma gravura apropriada, uma história referente ao trabalho. É parte em cada empreendimento do grupo, agindo por meio de sugestões e, materialmente, partilhando as dificuldades, animando o esforço infantil, mas deixando as crianças a solução dos seus problemas.

Em resumo, o professor, nesse gênero de trabalhos, realiza o ideal de Froebel: "vamos viver com as nossas crianças".

Pedimos a atenção do congresso para a adoção do método de projetos nas escolas primárias do Estado.

TESE Nº 37

## DISCIPLINA ESCOLAR

**Roberto Emílio Mongruel**

Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR

disciplina escolar representa, antes de tudo, a ordem. Esta é a base sobre a qual repousa a boa organização das escolas e o progresso de uma nação.

Desde os primeiros anos de vida escolar, o indivíduo deve ser sujeito a um regime disciplinar inteligente e delicado, mediante o qual obtenha o hábito da ordem, do respeito mútuo, do cumprimento do dever, predispondo-o a obediência absoluta as leis, as autoridades, e ao respeito do direito alheio, quando adulto e senhor de suas ações.

A disciplina escolar abrange todos os elementos constitutivos da organização pedagógica das escolas, desde a classificação dos alunos, a regulamentação das horas e dos trabalhos, os métodos de ensino, o comportamento e a higiene dos alunos, até as relações íntimas que despertam entre eles e o entendimento estreito que deve existir entre a escola e o lar.

A escola vale pelo sistema disciplinar nela aplicado.

A primeira preocupação de todo bom professor é estabelecer em sua escola um regime disciplinar o mais perfeito possível e ao alcance não só dos alunos, no seu cumprimento como dele mesmo, que deve ser o primeiro a dar o exemplo da máxima obediência as determinações desse regime que representa a lei que os dirige.

O conceito de disciplina é mais vasto, mais extenso do que geralmente se supõe., pois visa não só ao governo da escola, dos escolares e do professor, como também preparar esses pequeninos seres em formação para mais tarde compreenderem e se habituarem a obediência das leis da sociedade e do Estado, dispondo-os ao governo consciente de si próprios, que é o objetivo final para que tende toda a obra educativa.

A disciplina escolar, vasta e complexa como é, sob muitos aspectos deve ser observada e estudada. Entretanto, bem analisada, chegamos a conclusão de que ela repousa sobre a direção ou a repressão mais ou menos inteligente das inclinações das crianças.

Observando que todos os atentados cometidos pelos alunos as normas da disciplina escolar não são mais do que atos irrefletidos ou frutos da hereditariedade, toda repressão violenta e direta reveste-se, na consciência do aluno, de um doloroso aspecto de clamorosa injustiça.

A punição é um contra-senso. Não é pelo regime das punições violentas que poderemos dominar a criança.

O professor não deve ser o austero policial que tudo condena, que tudo reprova, porquanto essa austeridade e essa vigilância constante tornam-se para a criança um verdadeiro martírio, coagindo as suas manifestações espontâneas, base sobre a qual o bom educador deverá fundamentar os seus princípios de educação.

A escola deve ser calma e alegre, iluminada pelo sorriso e pela meiguice do professor, vitalizada pela sua inspiração enobrecida e estimulada pela prática constante de atos bons.

Devemos despertar no íntimo da criança o sentimento de sua responsabilidade individual, habituando-a a praticar atos bons e encaminhando-a na difícil prática da distinção e do julgamento de sua ação, tornando-a por consequência o juiz imparcial de si própria.

Punindo a criança, a educação é feita pela coação, pela intimidação e pelo terror.

A punição, como todo sistema repressivo, quase sempre é contraproducente.

Todo o sistema disciplinar consiste em assegurar o desenvolvimento lento da criança, observando-a e preservando-a dos desvios que a possam levar a fins condenáveis.

Diz Vasconcellos em seu *Tratado de Pedologia*: "Sob o ponto de vista psíquico, a punição é uma violação da personalidade da criança; destrói a sensibilidade, avilta-lhe o caráter; enfraquece-lhe a confiança em si próprio, habituando-a a submissão passiva, a hipocrisia".

Hermann Lietz diz: "Para que as punições caiam por si mesmas, é preciso um lugar favorável a obra da educação, uma organização e um plano de trabalho de conformidade com ela, personalidades sinceramente devotadas a obra da infância, dignas de exercer sua vocação de educadores. capatezes de compreender a criança, de descer até ela e de a tratar com justiça".

É preciso, portanto, que se crie ao redor da criança um meio adequado ao seu desenvolvimento, para que não haja ruptura de equilíbrio pela qual ela é punida

A criança manifesta em si mesma características extraordinárias, das quais o educando lançando mão terá meios seguros para a realização de sua obra.

A alegria, a espontaneidade, a sensibilidade, tão naturais e tão espontâneas na criança, são poderosos fatores que, inteligentemente aproveitados, concorrerão para a sua educação.

Deve o professor servir de exemplo a seus alunos nos menores atos de sua vida, quer pública, quer privada. Na escola, deve ser o primeiro a chegar e o último a sair, guardando sempre modelar compostura, quer no trajar como nos gestos e nas expressões, desempenhando sua obrigação com a máxima ordem, cada coisa a seu tempo e lugar. Assim procedendo, conquista o professor a sua autoridade moral, que é a base, por assim dizer, de toda a disciplina, conquistando o ascendente necessário sobre seus alunos, despertando-lhes o afeto e o carinho, para o que necessita dispensar-lhes os mesmos sentimentos, tratando-os afetuosamente e dando mostras de acendrado carinho, impondo-se pela persuasão e pela delicadeza.

Para que os alunos estimem e venerem seu professor, submetendo-se docilmente a sua vontade, necessita ele não só o que acima dissemos, mas ainda a retidão no proceder, no julgar, para que as suas decisões sejam a demonstração frisante da mais estrita imparcialidade.

Deve o professor, nos erros e nos defeitos ou nos descuidos manifestados pelos alunos no estudo, ser o mais tolerante possível, vendo com paciência os desatinos que praticarem e procurando pela persuasão tirá-los de seus erros, obtendo assim a boa vontade e a admiração dos mesmos, sugestionando-os e solidificando a sua autoridade moral.

Diz Alcântara Garcia: "Não esqueçam os professores de que a tolerância, sendo uma virtude social, necessita ser infundida no espírito das crianças, das novas gerações, e representa um excelente instrumento de disciplina escolar pelo seu valor sugestivo".

Os efeitos da sugestão exercida pelo professor sobre seus alunos serão mais intensos, mais vivos, se tornar ele o ensino interessante e atraente.

Em toda escola onde o trabalho for interessante e atraente, onde os alunos estiverem preocupados, não haverá tempo para distrações. O ensino assim feito sugere aos alunos, prendendo-lhes a atenção e aumentando o respeito e a veneração que dedicam a seu professor.

Como expoente máximo de todos os requisitos acima referidos está a paciência, virtude sublime que faz do professor o guia benévolo, carinhoso, complacente e bom dos seus alunos.

A paciência, diz Alcântara Garcia, longe de ser um indicio de debilidade, é uma demonstração cabal do caráter das almas grandes, das que são realmente fortes.

De todas as disciplinas escolares, a que deve ser implantada com toda a energia é a disciplina preventiva, pela qual o professor, com carinho, justiça e imparcialidade, julga os atos dos seus alunos e, sem mágoa ou ressentimentos, os faz raciocinar e julgar os males e as conseqüências de seus atos de irreflexão.

Não nos esqueçamos e pronunciemos como os mestres: castigos raros, escola perfeita; castigos múltiplos, escola má!

A disciplina, diz M. J. Gaillard, deve ser o resultado da estima e do afeto recíprocos entre alunos e professor.

#### CONCLUSÕES

1) Deve o professor estudar a criança, a fim de que, bem conhecendo-a, possa reprimir todas as manifestações desordenadas de sua natureza.

2) Cultivar a afetividade, fazer que os atos das crianças sejam impulsionados pelos bons sentimentos.

3) Criar ao redor dela um meio adequado ao seu desenvolvimento.

4) Nunca castigar, sempre aconselhar.

5) Servir de exemplo na ordem, na obediência, na bondade, no julgamento, no respeito, no cumprimento dos deveres, na assiduidade, etc.

6) Tornar o ensino interessante e atraente, mantendo assim fixa a atenção dos alunos.

7) Procurar estimular seus alunos pela emulação.

8) Tornar a escola um foco donde irradiem a alegria e os sentimentos puros de bons costumes e de patriotismo.

TESE N<sup>o</sup> 38

### A UNIFORMIZAÇÃO DOS PROGRAMAS EM SEUS PONTOS GERAIS, CONTRIBUINDO PARA A UNIFICAÇÃO NACIONAL E ALFABETIZAÇÃO DO PAÍS

**Myriam de Sousa**

Escola Normal Primária de Ponta Grossa. PR

Considero este assunto de grande importância, no movimento ora empreendido, para a unidade nacional, pelas razões e fatos que se multiplicam e surgem constantemente contribuindo para o retardamento do progresso intelectual e moral do nosso povo.

A criação dos congressos nacionais, onde os professores dos diversos pontos do Brasil possam externar e discutir suas idéias, creio que virá dar uma nova orientação ao ensino em nossa terra. Necessário se torna que dos assuntos ali discutidos tenham conhecimento todos os professores brasileiros, a fim de, conscientemente, cumprirem os seus deveres em harmonia com todos que labutam para tão nobre fim: a instrução do nosso povo.

A diversidade de programas oficiais em vigor no País constitui um grande e sério obstáculo a unificação.

Sendo os primeiros estímulos morais e cívicos os que mais duram na vida humana, torna-se necessário que, em todas as crianças brasileiras, sejam de uma mesma natureza, para congregá-las e unificá-las nos mesmos pensamentos e impressões. Irmanadas, assim, na infância, serão no futuro irmãos verdadeiros, pelo coração, pelo conhecimento das tradições da Pátria, pelas mesmas virtudes cívicas, sob cuja influência hão de realizar o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico do nosso povo, o progresso das nossas indústrias, das artes e das ciências.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, do ponto extremo oeste ao leste, um só deve ser o encargo do professor brasileiro: formar o caráter dos pequeninos brasileiros para a grande obra do engrandecimento da Pátria, graças a uma educação patriótica, aperfeiçoando-lhes os dotes da inteligência e despertando-lhes as excelências da virtude.

Deste trabalho grandioso, a maior parcela de responsabilidade repousa nos ombros dos professores, a quem o Brasil confiante e os pais esperançosos entregam os filhos queridos e deles esperam obra perfeita. Esforcemo-nos por satisfazer-lhes as aspirações. A uniformização do ensino em seus pontos gerais é uma grande necessidade, diz-me a experiência própria e a dos que têm se dedicado a educação do nosso povo. A uniformização deve abranger os dois pontos essenciais no preparo da nossa infância: o professor e a escola.

#### O PROFESSOR

O agente principal, aquele que personifica a instrução, é o professor; e, por isso mesmo, ele deve compenetrar-se dos seus deveres. Deve tomar ao seu encargo os pequeninos brasileiros e, mais tarde, entregá-los a Pátria como cidadãos fortes, unidos, aperfeiçoados os espíritos, educados no bem, formados os caracteres para glória do nome de brasileiros. Para tão grande obra, é mister que se preparem convenientemente os professores e que sejam estes escolhidos pelas suas aptidões e amor ao ensino, porque assim como o bom professor é o melhor guia da mocidade, também o mau é degenerador da infância que se lhe confere.

O exemplo do professor é sempre imitado, tanto para o bem como para o mal. Muitas vezes encontramos pessoas dotadas de vocações especiais as quais falta, porém, o preparo conveniente de que se investiu, não podendo, por isso, desempenhar a sua missão.

Mas o que tratamos aqui não é de professores competentes, e sim dos que, tendo cursado um estabelecimento de ensino secundário, se acham a frente de uma escola como dirigentes e de cuja atuação se espera a florescência das letras, das ciências e das artes. Por isso, o mestre é o grande fator na vida de um povo. Devem os professores dos diversos estados brasileiros co-

mingar nos mesmo? princípios de educação, nos mesmos sentimentos, nos mesmos ideais, para que o ensino consiga o aperfeiçoamento do nosso povo.

DA ESCOLA

O ensino deve ser baseado nos mesmos princípios, a fim de que se alcance, por todo o País, um só resultado. Sendo, portanto, a escola o grande fator da nacionalidade, cumpre que vise a uma educação nacional, não satisfazendo apenas a uma cidade ou estado, ou apegada aos influxos do bairrismo, poderoso elemento destruidor da unidade de um povo.

Somos acima de tudo brasileiros e, como professores, compete-nos ensinar a criança a amar o Brasil e trabalhar pelo seu progresso material e social; amar e respeitar o que é nosso; não depreciar as nossas coisas, a nossa gente, como está acontecendo. E porque se tem posto de lado em nossas escolas esta parte essencial, os resultados aparecem, diariamente: livros que amesquinham e ridicularizam o nosso caboclo e os nossos costumes; na imprensa, surgem escritos que enaltecem as coisas e os homens dos outros países, expandem-se em comentários espalhafatosos acerca de tudo quanto não é nosso e elogiam os menores atos de patriotismo de outros povos, quando muitos dos nossos heróicos feitos caem na obscuridade. O mesmo não se dá nas outras nações. E enquanto em nosso meio cresce o entusiasmo por outros países, ficamos sendo no mundo um povo obscuro, inculto, sem valor e sem instrução. Há dias, numa revista, encontrei uma crônica acerca da ignorância que há nos Estados Unidos sobre o nosso povo, e assim finalizava o escritor: "se perguntarmos a uma criança brasileira qualquer coisa com relação aos Estados Unidos, ela responderá com presteza, enquanto naquela nação existe tão completa ignorância a nosso respeito a ponto de se comparar a nossa capital com pequenas aldeias mexicanas. Entre eles, existe grande afinidade e conhecimento mútuo, isso que faz que o seu progresso desperte nos demais povos grande admiração". E por que este mal? Porque temos contribuído com a nossa negligência e simplicidade. Milhares de brasileiros não conhecem ainda as nossas belezas e o nosso valor, contudo grande parte deste desconhecimento provém do analfabetismo, mas é fora de dúvida que há outra causa: a falta de unidade do nosso ensino primário. Pelo que vou narrar, podeis aquilatar algo com referência aos malefícios que acarreta a desigualdade do ensino no Brasil.

Nascida em um estado do norte do País, fui aos sete anos matriculada em uma escola pública em que a professora me ensinou as primeiras letras, deu-me noções de história pátria e de Geografia. Nesta matéria, em vez de iniciar o estudo pelo Brasil, para que se formasse em meu espírito a imagem de sua grandeza e valor, fui obrigada a decorar os rios, a flora, a fauna, as montanhas e as riquezas da Europa. Seus diversos países e cidades, com suas indústrias e belezas, surgiram ante meu espírito infantil como países maravilhosos, que minha imaginação complicava cada vez mais e dilatava a minha veneração e estima. Fêz-se, então, em meu espírito, a comparação das maravilhas que idealizava com as coisas que via em minha cidade natal; era-me triste observar a pequenez da cidade em que nasci. Depois, passei para um colégio particular, dirigido por professores norte americanos, onde o ensino de Geografia se limitava aos países da América, evidenciando-se o estudo minucioso dos Estados Unidos de que tanto

orgulhavam os nossos mestres. O resultado não se fez esperar: a minha admiração ao país dos dolares cresceu e tomou vulto, e até nas asperezas de sua língua eu encontrava alguma coisa encantadora que me deliciava o ouvido. Ora, o espírito infantil é volúvel e deixa-se levar pela imaginação, que é, nessa idade, ardente e criadora. Eu tinha então doze anos, e do meu Brasil e de suas riquezas e cidades nada sabia, pois, até mesmo em assuntos de História eu estudara nas os fatos que enalteciam o valor do elemento estrangeiro em nossa terra.

Chegada ao Paraná e levada a classe de dona Júlia Wanderley, de saudosa memória, i submetida a um exame ligeiro, e me perguntaram qual a maior ilha do Brasil. Sem hesitar, respondi-lhe: a das Cobras — pois eu tinha visto e conhecido a mesma ilha quando, m viagem, fui para o sul. Como poderia eu amar naquela idade a minha terra, sem ter dela menor conhecimento? Sabido é que só amamos o que conhecemos e só sentimos prazer em trabalhar pelo que nós amamos; por isso é de se supor que eu não sentisse a chama do verdadeiro patriotismo arder em meu peito. Já alguns anos são passados, e penso ser hoje bem diversa a orientação do ensino em meu estado natal, como tem sido outra a que se 'iniciou no fecundo governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Compreendera o ilustre estadista que o progresso de um povo está na razão direta da sua instrução. Por isso, um dos seus primeiros atos foi reformar, aperfeiçoar e elevar a educação popular, cujos frutos deis hoje observar com alegria e com os quais ele certamente se sentirá feliz.

Mas se em alguns estados tem sido remodelada a instrução pública, muitos lugares ainda existem onde se não conhece a nossa bandeira, onde se julga que os Estados do Pará j da Bahia são países estrangeiros. Fala-me a experiência.

Muito pouco se estuda de Geografia; nós, brasileiros, desconhecemos os estados do Pais e pouco conhecimento possuímos com relação aos produtos exportáveis, mesmo nas lasses comerciais. O nosso caboclo agricultor nenhuma noção possui da grandeza do solo brasileiro, a não ser a da sua amada querencia; este insignificante conhecimento é coisa funesta na vida de uma nação.

É verdade que o analfabetismo do nosso povo tem sido a grande causa de nossa nefasta ignorância, mas, uma vez iniciada a grande campanha contra o gigante imenso, cumpre aos deres competentes tornar a campanha homogênea, para que sejam os resultados iguais em todo o Brasil. E o fator principal capaz de produzir esta harmonia é, sem dúvida, a unificação dos programas nos seus pontos gerais e importantes, naqueles que despertem na criança o amor ao nosso país, tragam o conhecimento do nosso povo, das nossas riquezas, para que lhe inspire admiração e entusiasmo o solo de seu nascimento, a fim de que conheça a utilidade e benefícios das nossas plantas, das múltiplas fontes de riquezas naturais que se encontram no solo brasileiro sem ser ainda exploradas; não se deverá esquecer o estudo das fibras das diversas plantas que constituem fontes de novas indústrias e riquezas, completamente desconhecidas. Impõe-se a organização de museus, pelo menos nas cidades mais importantes, para os quais deverão concorrer todos os estados brasileiros numa permuta harmoniosa de produtos, de modo que em todo o País se tornem conhecidas as diversas plantas, minerais, etc, existentes na terra brasileira. Neste grande certame, deveriam os governos estaduais concorrer com o seu apoio.



No estudo da história pátria, mostrar aos pequenos brasileiros a bravura do nosso sertanejo, sua hospitalidade e coragem; revelar-lhes sua alma boa e simples; mostrar-lhes o heroísmo e o valor dos grandes vultos históricos; a grandeza da nossa língua, a necessidade do seu cultivo, para que em dias não remotos o separatismo não venha dividir e enfraquecer a Pátria. Assim pensando, creio que a Geografia, a história pátria, a nossa língua e o estudo das nossas plantas e dos nossos produtos constituirão meios eficazes no aperfeiçoamento e unificação do nosso povo; e por essa razão deve o quanto possível este ensino assemelhar-se em seus pontos gerais em todas as escolas brasileiras.

Ouvi, dias atrás, de um aluno do curso secundário, a expressão seguinte: aborreço o estudo de Português! Disse-lhe então que, como brasileiro, jamais deveria dizer isto, pois a nossa língua é o vínculo mais forte que nos une e nos aproxima de norte a sul. Desprezando-a, que laço mais forte irá nos unir? Que o seu estudo é difícil, sim, poderá dizê-lo. Mas a vontade forte e o amor das nossas coisas são forças capazes de vencer as maiores dificuldades. Maior é a vitória quanto mais difícil for alcançá-la. Uma vez vencida esta aversão, o estudo lhe será agradável, pois o conhecimento da nossa língua traz belezas e prazeres que encantam e extasiam o nosso espírito. Ser-lhe-á ameno e mesmo agradável penetrar nas dificuldades da sua sintaxe e apreciar os encantos da linguagem clássica nessa língua que tem "o arrulho da saudade e o silvo da procela".

Ora, aquele aluno sentia aversão a nossa língua porque ninguém o fizera amá-la em sua infância. Decorar regras gramaticais é enfadonho e de nenhum proveito. O ensino ameno, agradável e prático ora empregado em diversas escolas do nosso país jamais produzirá a aversão.

Se em alguns estados é este o método seguido, em muitos outros tal não acontece. Por isso, uma das maiores necessidades é a uniformização do ensino do nosso idioma, a fim de que toda criança em idade escolar sinta interesse em aprendê-la e gosto para prosseguir em estudo mais complexo. Preparemos o seu espírito de forma tal que seu coração se afeiçoe a nossa língua, a fim de que mais tarde procure resolver as dificuldades sentindo prazer no seu trabalho. Nisto, muito poderão contribuir a imprensa da nossa terra e a permuta de correspondência.

Certa vez, conversando com uma professora dos Estados Unidos que viera ao Brasil em visita a sua irmã, disse-me ela que entre as crianças das escolas públicas dos diversos estados americanos era comum haver um intercâmbio de correspondência feita de um modo interessante e agradável, contribuindo isto não só para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do idioma, como também para despertar a amizade entre os pequenos cidadãos escolares, sentindo que seria mais tarde um dos mais fortes vínculos da União.

#### DO CURSO NORMAL

Outra coisa de grande valor neste assunto deve ser a uniformização do ensino normal. Formar professores é preparar profissionais para uma grande obra no País.

Se os cursos médicos, jurídicos e de engenharia se assemelham em todos os estados e são equiparados e reconhecidos uns aos outros, se o próprio curso ginásial está assim organizado e reconhecido, por que se não dar as nossas escolas normais secundárias a mesma organização e

- privilegio? Ensinar do melhor modo, seguindo orientação geral, e difundir por todo o País

o  
mo ensino, eis a grande obra que aos podêres públicos e aos professores compete iniciar desde hoje, para que a colheita seja boa. De nenhum outro recurso, com maior vantagem, poderao lançar mãos os nossos dirigentes para a unidade nacional. E a escola a fonte dos 'ores sentimentos, da força do caráter, e onde se traçam as finalidades da raça.

A criação de um curso normal superior, para maior aperfeiçoamento dos bons professores, e a equiparação das nossas escolas normais secundárias serão um grande passo no progresso da nossa instrução.

Para facilitar ainda aos que, possuídos de grandes vontade, não possam cursar este estabelecimento superior de educação, poderão ser estabelecidos os cursos de férias a maneira dos que são feitos nas grandes universidades dos Estados Unidos. No decorrer dos meses de descanso, os professores tomam o estudo de certas matérias e métodos para o seu aperfeiçoamento.

A correspondência mútua entre os professores e alunos do referido curso será um meio inteligente e eficaz para a conclusão desejada.

#### ,CONCLUSÃO

1) A escola e o professor são os dois grandes fatores na vida de uma nação; para que a mesma atinja o mais alto grau de aperfeiçoamento e união, cumpre tomar em consideração estes dois fatores, antes mesmo de outros quaisquer.

2) Unificados os programas das escolas primárias e normais e equiparadas as escolas normais secundárias entre si, de modo que o conhecimento dos métodos e processos pedagógicos seja um mesmo para todos os professores, estimulados e auxiliados estes pelos podêres públicos para a grande missão de instruir e educar, o professor brasileiro será o grande unificador do nosso povo pelos conhecimentos que for ministrando aos seus alunos, os patriotas de amanhã.

3) Os governos estaduais e federal devem intervir neste certame para que a obra alcance o fim desejado, já incentivando os mestres, já auxiliando-os em suas dificuldades, quando desejarem obter conhecimento mais perfeito dos métodos, processos, etc.

4) O ensino da nossa língua, da Geografia, da história pátria e o conhecimento dos diversos produtos e riquezas do nosso solo devem oferecer, na escola primária, os pontos básicos na instrução e edificação do nosso povo, porque somente conhecendo as nossas riquezas e as nossas necessidades é que a criança poderá Amar o Brasil e procurar com o seu esforço, no futuro, realizar a grandeza do País.

5) O preparo do professor deve ser o mais perfeito possível, em todos os pontos; por isso, urge a criação de um curso normal superior para o qual possam afluir os professores mais dedicados a causa da instrução popular, de modo que se tornem, depois, os orientadores da instrução nas diversas cidades e estados do nosso País.

6) O ensino deve ser nacional. Preparar a criança para o Brasil e não para este ou aquele estado, pois somos brasileiros e, como tal, cumpre-nos o dever sagrado de zelar pela integridade nacional, jamais consentindo que outro sentimento se intensifique e tome maior vulto no espírito infantil.

## COMO ENSINAR A LÍNGUA VERNÁCULA AOS FILHOS DE PAIS ESTRANGEIROS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

**Guilherme Butler**

Ginásio Paranaense — Curitiba, PR

O começa a pensar sobre o ensino da língua vernácua aos filhos de pais estrangeiros em nossas escolas primárias fica impressionado com o problema complicado que o professor tem de resolver. Há, no Brasil, localidades onde o português não é ouvido, nem na família nem na rua. Há também milhares de famílias estrangeiras que não falam a língua nacional, mas cujos filhos a ouvem todos os dias e, por este meio, adquirem algum conhecimento dela.

Alguns destes estrangeiros sacrificam-se para que os seus filhos aprendam o português com perfeição e gostam de vê-los receber seu alimento espiritual e intelectual por meio de livros e jornais escritos na língua do País. Há outros que fazem tudo para que a educação de seus filhos se efetue na língua de seus avós, e, neste caso, a língua nacional fica naturalmente desprezada. O professor que ensina os filhos destas duas classes de estrangeiros achará seu trabalho bem diferente quanto a dificuldade e aos resultados.

A complexidade do problema agrava-se com a diferença de idade e de conhecimentos prévios dos alunos da mesma classe.

Alunos há que começam os seus estudos da língua nacional com 7 ou 8 anos sem saberem ler e escrever a língua de seus pais, e há na mesma classe outros na idade de 14 ou 15 anos com o conhecimento da língua materna. Todas essas circunstâncias dificultam e complicam o trabalho do professor, mas, quanto ao método, estou persuadido de que em todos os casos deve ser um só: o chamado método direto ou natural.

Por quê?

Porque não temos pessoas que conheçam bem o português e as várias línguas dos estrangeiros domiciliados entre nós para servirem de professores aos filhos destes estrangeiros, e, por isso, o trabalho tem de ser feito pelos professores nacionais e pelo método direto, isto é, sem explicações na língua materna do aluno. O ensino de uma língua estrangeira tem dois objetivos em mira: o primeiro, o mais modesto, consiste em habilitar o aluno a conversar sobre os assuntos ordinários da vida; o outro, mais elevado, consiste em tomar o aluno capaz de ler obras científicas e literárias e expressar os seus pensamentos, por escrito, na língua estrangeira.

A minha experiência tem-me demonstrado que, para ensinar a conversação, o método direto é o que dá os melhores resultados; e que, para habilitar o aluno a ler e entender obras científicas e literárias no mais curto tempo possível, como, por exemplo, fazemos nas aulas de línguas estrangeiras no Ginásio Paranaense, é indispensável que o professor conheça bem não somente a língua que ensina, mas também a língua do aluno e, assim, possa empregar também o método de tradução e versão.

Sendo a conversação o passo inicial no ensino do vernáculo aos estrangeiros nas escolas primárias e, também, por não terem os nossos professores o conhecimento das diversas línguas dos alunos, é evidente que só lhes resta o emprego do método direto. Este método de ensinar as línguas tem tido muitos propagadores zelosos, alguns dos quais se têm tomado célebres, como Berlitz e Gouin. Não quero fazer uma exposição minuciosa deste método, porque os meus ilustres colegas de certo já o conhecem pelos seus estudos de metodologia. Quero somente comunicar algumas convicções adquiridas no ensino de línguas e que julgo aplicáveis ao ensino vernáculo aos estrangeiros. O processo para aprender a língua materna inclui as quatro diferentes atividades da te da criança, na seguinte ordem: 1) a criança tem de aprender a distinguir os sons e compreender a significação das palavras faladas; 2) tem de aprender a mover os seus órgãos vocais de modo que produza as palavras orais; 3) tem de aprender a distinguir palavras escritas e associar a forma gráfica a fônica; 4) tem de aprender a governar a mão na produção de palavras escritas. O método direto ensina que, na aquisição de uma língua estrangeira, devem ser exercidas as mesmas atividades e na mesma ordem. O estudante vê o objeto, ouve o seu ne na língua estrangeira e logo procura reproduzi-lo sem a intervenção da língua mater-O professor escreve, depois, a palavra no quadro para que o aluno aprenda a sua forma fica e, por fim, vem o ditado. Esta é a ordem natural, a ordem que temos de seguir. Tenho visto professores que começam a ensinar o vernáculo aos estrangeiros abrindo o livro de leitura e ensinando a ler. Método errado! O pobre aluno não compreende o que está lendo. Desanimado e aborrecido, o traba-do professor será nulo. Deve, por isso, começar o professor pela conversação, e a sua primeira obrigação é conhecer bem a fonética, para que sua pronúncia seja exemplar e para : possa corrigir os defeitos dos seus alunos. Ensinar as línguas estrangeiras sem o treina-mento cuidadoso do ouvido e dos órgãos da voz do aluno é o mesmo que ensinar a Química e a Física sem experiências práticas. É claro que, neste trabalho, o professor obterá melhor resultado ensinando crianças que não ouvem em casa nada de português do que as que estão acostumadas a pronúncia viciada e as construções estropeadas. Quanto ao material para a conversação, deve o professor começar com o mais simples possível e limitar-se a este material durante considerável tempo. O material deve ser apren-tado gradativamente do mais fácil para o mais difícil. Os alunos não devem passar a exercícios mais difíceis enquanto não estiverem convenientemente habilitados nos exercícios anteriores. Não faltam assuntos para conversação. O professor pode obtê-los de duas fontes, ambas importantes:

1) objetos da sala de aula e imediações e, mais tarde, mapas e quadros; 2) o livro de leitura.

Para crianças pequenas, o uso de objetos e, mais tarde, de mapas e quadros serve de introdução muito interessante ao estudo da nova língua e pode ser adotado durante considerável tempo. O aluno adquire em pouco tempo um grande vocabulário, que o professor poderá ordenar sistematicamente e ampliar conforme as necessidades. Os exercícios podem tornar-se interessantes, embora os objetos da sala de aula e os representados nos vários quadros sejam bem conhecidos. O fato de estarem os alunos aprendendo os nomes numa língua nova torna as lições mais interessantes. Acresce ainda que o aluno se interessa porque sente aumentar o cabedal dos seus conhecimentos.

O trabalho é simples. Compreende-se que ele possa realizá-lo, visto o professor não exigir dele o impossível. O aluno adquire confiança em si mesmo e, por isso, não é difícil induzi-lo a falar a fazer perguntas e dar respostas. Quando a aula chegar a tal ponto, isto é, quando os alunos desejam falar, há atenção e interesse, condições fundamentais de progresso em todo o trabalho escolar.

Com crianças pequenas, considerável tempo pode ser empregado ensinando os vários objetos da sala de aula: as portas, as paredes, o soalho, o teto, as janelas, as mesas, as cadeiras, as pernas, os livros, a tinta, etc, e os atos necessários a execução do trabalho escolar. Com os nomes destes objetos podem ser usados os adjetivos de forma e de cor, alguns advérbios de lugar e as preposições mais comuns. O professor pode começar com os objetos da sala de aula, mas gradualmente o horizonte se alarga, até introduzir nos exercícios de conversação a vida do aluno na escola e fora dela. Mais tarde, quando os assuntos da escola, da casa e do jardim forem esgotados, os assuntos da vida exterior poderão ser utilizados por meio de mapas, planos de cidades e vários quadros. É claro que semelhante trabalho exige preparo da parte do professor, habilidade para introduzir vida e variedade no trabalho da aula. É fácil cair no hábito de fazer a mesma espécie de pergunta, do tipo: "O que é isto?"

Os mapas e quadros oferecem a vantagem e a oportunidade de empregar os diálogos.

Dois alunos podem fazer perguntas um ao outro acerca dos diferentes objetos representados nos quadros e, assim, mostrar a sua habilidade em fazer perguntas e dar respostas.

O método Gouin também sugere grande abundância de material para os exercícios orais. Um dos seus característicos é a disposição de cada lição num grupo de cerca de vinte e cinco sentenças curtas relacionadas ao assunto e seguindo-se umas as outras em ordem cronológica. Uma lição "sobre abrir a porta", por exemplo, começaria assim:

- 1) Eu me aproximo da porta.
- 2) Aproximo-me ainda mais da porta.
- 3) Chego a porta.
- 4) Paro a porta.
- 5) Estendo a mão.
- 6) Pego no trinco, etc

É fácil ver que os alunos logram produzir grande número de ações de acordo com este plano e expressá-las em linguagem apropriada, ou pode o professor esboçar um plano em que haja lacunas que os alunos devem preencher.

Uma outra espécie de exercícios de conversação, que muito sugere o método de Gouin, é baseada em alguma coisa que se viu. Entrando, por exemplo, o professor na aula, os seus movimentos são descritos pelos alunos da seguinte maneira:

- 1) O senhor entra na sala.
- 2) O senhor sobe a plataforma.
- 3) O senhor puxa a cadeira para trás.
- 4) O senhor senta-se.
- 5) O senhor abre o tinteiro.
- 6) O senhor toma a pena.
- 7) O senhor a introduz no tinteiro, etc.

As ações dos alunos são descritas por eles mesmos ou por um de seus companheiros.

Para os alunos mais adiantados, a conversação pode ser baseada sobre a lição de leitura.

"Muito bem — dirá talvez algum professor já sobrecarregado de trabalho —, o plano parece bom, mas como achar o tempo para sua execução?" Concordo. A realização deste trabalho oferece grandes dificuldades em turmas compostas de crianças nacionais e estrangeiras.

O pobre professor terá de tomar sobre si ainda esta carga e dividir o seu trabalho de tal modo que tenha diariamente pelo menos uma hora de conversação para os seus alunos estrangeiros. O melhor plano será, talvez, dividir esta hora em três partes de vinte minutos cada uma e, durante os intervalos, conservar os alunos em atividades, copiando palavras e expressões já conhecidas.

O ensino da gramática e da composição terá de ser ministrado ao mesmo tempo as crianças nacionais e estrangeiras.

Em resumo, o melhor método de ensinar a língua vernácula aos filhos de pais estrangeiros em nossas escolas primárias é o direto, natural; e, para que o trabalho tenha bom êxito, é necessário que os professores conheçam a fundo este método, acumulem abundante material para conversação e o disponham sistematicamente. As dificuldades na execução deste trabalho são grandes, mas felizmente há também estímulos e incentivos. O professor dedicado e preparado achará, como o autor destas linhas pode atestar, que os alunos mostram grande interesse e entusiasmo neste trabalho, que será justamente apreciado pela maior parte dos pais. E, sobretudo, terá o professor a preciosa convicção de que está eficazmente contribuindo para o elevado trabalho da unificação do País, da pátria querida, do Brasil, que recebe todos os estrangeiros, oferecendo tanto aos nativos como aos filhos adotivos as mais amplas oportunidades de trabalho, liberdade e felicidade.

## A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM SUAS IDÉIAS CAPITAIS, MANTIDA A LIBERDADE DE PROGRAMAS

**Zelia Jacy de Oliveira Braune**

Rio de Janeiro, DF

**P**ara desempenhar a honrosa missão de que me incumbiu a Associação Brasileira de Educação, venho apresentar este relatório sobre a tese que me foi proposta. Tratarei do assunto estudando quatro circunstâncias que no caso se impõem: a) a origem étnica do nosso povo; b) nosso meio físico; c) a psicologia de nossas crianças; d) a seriação dos conhecimentos humanos.

### A ORIGEM ÉTNICA DO NOSSO POVO

Três raças, em contato no Brasil desde o século 16, foram mutuamente se modificando e sofrendo a influência não só do meio como de outras raças que para cá emigraram em pequena escala, levando aqui e ali elementos esparsos, ou em grupos mais numerosos para certos pontos: italianos em São Paulo, alemães no Sul.

Se permaneceram por longo prazo como um conjunto heterogêneo de homens e só a evolução paulatina operada pela aproximação maior delas, pelo seu cruzamento, deu origem a um tipo etnográfico — o verdadeiro brasileiro —, claro está que este só então transmitiu a descendência qualidades características, dando lugar a um todo uniforme e homogêneo, depois da assimilação dos contingentes diversos, alcançando aí foros de nacional. Surgindo dessa formação étnica uma raça, um misto de tendências e temperamentos vários, um produto único de fatores diferentes, é evidente que a transformação operar-se-á em cada um deles e que o novo não é exatamente idêntico a este ou aquele dos elementos constitutivos, e sim um complexo de adaptações, aproveitamentos, metamorfoses, acomodações, que vêm todos finalmente a definir um tipo original jamais conhecido e que, como tal, merece uma orientação peculiar, própria.

O estudo da nossa origem, como o que fizemos sobre os povos que colaboraram na nossa formação, trará esclarecimentos a diretriz do ensino primário no Brasil, mas se os imitarmos cegamente estaremos errando, ainda que eles tenham sido os mais acertados.

Os indivíduos mudaram: não são portugueses nem tampouco africanos ou indígenas, italianos ou alemães, espanhóis, franceses ou asiáticos; não podem, pois, ser encaminhados como eles o foram.

Uma nação nova, que tem soberania política e moral, não poderá fugir de trabalhar por si e para si, evitando cuidadosamente a imitação de outros aos quais satisfaria aquilo que para ela é descabido. Precisamos tomar, pois, no ensino primário, orientação conveniente, compatível com as nossas necessidades e uniforme em suas bases gerais, fixadas pela origem étnica.

## O NOSSO MEIO FÍSICO

Além das características vindas dessa mesma origem, ainda para tornar o brasileiro típico e definido, a natureza potente, imperiosa, quase insuperável de nossa terra imprimiu-lhe um cunho especial.

A luz deslumbrante em que se engolfou, o azul límpido do céu que o protegeu, a exuberância da vegetação que o cercou, a imensidão dos mares, as catadupas das águas correntes, a altaneria das serras majestosas, o calor das regiões equatoriais e as baixas temperaturas dos extremos meridionais e das montanhas alcantiladas, a umidade de um extenso litoral e de zonas lacustres, tudo isso que maravilha e é contingência ou força mas também patrimônio de grande responsabilidade que as vezes embaraça, com suas prerrogativas e seus contras, determinou tal feição própria ao homem que lhe impôs a sua nacionalização e a de sua atividade em qualquer ramo considerado. Assim, indispensável se tornou a nacionalização de sua indústria, de seu comércio, de sua arte, de sua instrução e educação principalmente. Ora, dessa necessidade de nacionalização decorre a de uniformização em todo o País.

Em se tratando da educação em seus primórdios, do ensino primário em suas bases, não poderemos e não deveremos jamais fugir as diretivas nem impedir ou sufocar suas instituições, e é evidente que elas hão de vir da própria raça e do meio em que ela vive e é mister sejam tomados esses em consideração, para que se realize a finalidade daquele importante trabalho.

Para o traçado da reta de tal a qual ponto, é regra prática vulgar que, uma vez partindo do primeiro deles, o desenhista vise ao término para que a direção seja acertada: os médios se submeterão aqueles dois.

Ora, é do início da tarefa educativa que havemos de visar a seu fim para seguirmos firmes, sem o que, desviados em curvas e quebradas, perderemos tempo e oportunidade, desperdiçaremos energia e desistiremos, talvez, do resultado.

Ainda nesse caso, como no do traçado geométrico, os meios impostos pelas diretivas não perturbarão nosso trajeto, dada a origem delas que é comum e a finalidade que é única, donde a necessidade da uniformização do ensino no Brasil.

Temos de convir que nossa natureza, decantada em todos os tons, é realmente fabulosa e excepcional, mas precisamos conhecer o que nela existe de defeito ou de inconveniente para nós e que estará mesmo, talvez, em sua magnificência!

E aí não poderemos ficar como seus súditos, submissos a suas injunções; lembremos de que ela é poderosa, mas a inteligência humana é potência maior ainda, que conseguirá aproveitá-la, dirimir as dificuldades e adaptá-la a seu viver.

## PSICOLOGIA DE NOSSAS CRIANÇAS

Para instruir e educar, isto é, cultivar espírito e coração, impõe-se o conhecimento preciso e seguro do terreno em que se há de trabalhar, e esse varia bem mais que os outros aráveis e cultiváveis pelo agricultor, os quais, mesmo assim, mudam daqui para ali, de passo a passo, pela



maior ou menor impermeabilidade, pela formação geológica em eras múltiplas, pela diversidade resultante de proporções infinitas em que se combinam as substâncias componentes

E se esses merecem todo o nosso cuidado, que diremos daquele a que se refere Rui Barbosa como sendo "a alma juvenil, um chão que o lavrador deve amainar de joelhos"?

Em se tratando, pois, dessa alma, complexo maravilhoso de faculdades que constituem escalas infindas de sutilezas incontáveis, a vertigem perturbará a visão da verdade se um estudo sério de psicologia não presidir a educação do mestre.

É tal a convicção daquela variedade que se afirma dever servir um método a cada educando, e quem quer que ensine com inteligência e amor há de fazê-lo, irremediavelmente.

Entretanto, atentos as características comuns, claro está que forma-se-ão grupos pela apuração dos contatos e das semelhanças, e não é dessa forma que toda classificação científica é feita, bem que não haja dois seres idênticos dentro da mesma espécie, classe, gênero, família, etc.

E lembrando a expressão de Tavares Cavalcanti — "Em cada uma das nossas escolas, dispersas por esses 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, há sempre um discípulo que não muda, é o nosso amado Brasil" —, reconheceremos que as semelhanças não podem faltar nos indivíduos de um povo de origem comum, de comuns reminiscências e tradições, que há de reproduzir em cada um de seus representantes um resumo de todas elas - uma miniatura da alma da pátria —, donde a necessidade de bases uniformes no ensino primário.

Aí é a Psicologia, com a classificação das faculdades intelectuais, que nos vem em auxílio esclarecendo a situação dos discípulos, que no-las apresentarão em grau acanhado uns, latente outros, excessivo alguns.

O estudo teórico da ciência da alma é imprescindível ao educador, mas está muito longe de ser tudo! Tive sempre por ele predileção acentuada e sinto ainda a impressão deixada por excelentes mestres dessa matéria em meu curso normal. Leio sobre o caso até hoje, e, cada vez mais, tudo de que tenho notícia — e essas leituras me arrebatam.

Não posso, porém, deixar de reconhecer que essa teoria seria muito pouco e não evitaria grandes erros e insuperáveis dificuldades se um campo de observação vastíssimo não se me tivesse defrontado desde o início da carreira, a escola, colméia sublime de inteligências vivas de seres pensantes, que me favoreceu com a observação meticulosa de milhares de almas em todos os momentos de mais de 25 anos de magistério.

O conhecimento apenas livresco é sempre condenado e muito pernicioso: envaidece e, prescindindo da prática, coisa alguma realiza. A humanidade não se salvará com teorias repetidas por uns e outros em frases literárias. Ninguém conhece a natureza através dos livros de História Natural; eles são meros auxiliares do livro sublime da criação, que é a própria natureza.

Como ser explorador sem viajar e penetrar os meandros da jornada? Como preparar o espírito de um povo sem pesquisar sua capacidade, sem experimentá-lo? Como lançar o cultivo sem certificar-se dos elementos favoráveis e dos empecilhos que lhe resistirão?

Afirma-se ser elevado o grau de inteligência do brasileiro. Não basta conhecer a quantidade, cumpre apurar-lhe a qualidade.

Ainda aí, o meio nos trará esclarecimentos seguros ao estudo anímico do homem. É trivialíssimo conceito que o trabalho desenvolve o órgão e a inércia o atrofia, e é lei natural a do menor esforço ou da maior preguiça.

Assim, as faculdades expandir-se-ao incentivadas pelos estimulantes exteriores, e jamais se viu, em parte alguma, o homem se recusar a luta quando a natureza rude e cruel, inóspita e estéril provoca suas energias.

Jamais se verificou também que o indivíduo buscasse o trabalho árduo e procurasse agruras quando uma natureza prodigiosa e gentil lhe ofereceu mimos de toda ordem, o que quer que ele imagine! É esse o caso do brasileiro. Embalado geralmente pelas auras suaves, pisando um solo calmo, sem erosões, embevecido no céu que o extasia, recebeu da flora e da fauna os mais dulçorosos e ricos presentes; e foi então sonhador, dotado de prodigiosa imaginação, reflexo da opulenta natureza que lhe facultou a escolha de climas e cenários e que, entre carícias, o dispensou de enormes sacrifícios de atividade refletida.

Clama-se pela indolência do brasileiro, ora atribuindo-a as maravilhas naturais, ora ao meio desfavorável a saúde, observado em certas zonas do extenso território. Ambas as circunstâncias acarretam-lhe aquele defeito e até mesmo concomitantemente, pois ali onde o mau funcionamento do fígado se produz, favores da natureza se fazem sentir.

Precisamos, pois, dar-lhe a compreensão de que os proventos serão mais fartos se ele os conquistar com a aplicação de sua atividade e que os prejuízos serão menores se uma sábia imposição do homem a natureza conseguir modificá-la. E o ensino primário em todo o Brasil deverá inculcar uniformemente essa convicção no povo, para ter eficiência acentuada e completa. A imensidão do território o despreocupou dessas considerações e providências.

Como, porém, as condições de vida tendem a mudar com o aumento de população, como o aproveitamento dos próprios bens naturais e de sua inteligência e força se impõe para que ele tome parte profícua nos destinos da humanidade, cumpre educarmos a criança no Brasil com o intuito de excitar sua atividade física, de formar-lhe um espírito prático, de prepará-la para luta, ordem, regime, ponderação, contrariando certa tibieza e frouxidão na observância dos deveres e até na exigência do cumprimento deles pelos outros.

O entusiasmo momentâneo é natural no brasileiro, mas o abandono da causa se lhe segue, não raro, pela carência de fortaleza, de perseverança na realização de seus projetos. Daí certa falta de ordem, indisciplina e imprevidência, pelo que responde tudo quanto o cerca com mimoseia com seus esplendores!

Tem cada um os defeitos e suas qualidades, e o aperfeiçoamento se verifica quando há justo equilíbrio e as qualidades estão todas nos limites do bem.

O respeito a individualidade própria, que vem de a compreensão da criatura ser uma obra divina e parte de uma humanidade magnífica, é excelente; se exagerado, atinge o vício que cega e infelicita — o orgulho.

Assim, a falta de ordem, que no brasileiro é oriunda de certa instabilidade de espírito, há de ser alcançada pelo ensino primário, que, em suas bases uniformes, procurará desenvolver a

faculdade de reflexão. A indisciplina é filha de um sentimento de liberalismo manifesto em todos os pontos do Brasil e narrado em toda nossa história, desde a existência dos primeiros brasileiros: na Insurreição Pernambucana, na Revolta de Beckman, em 1817, em Pernambuco, na Confederação do Equador, na Inconfidência Mineira, na aclamação a Pedro I — em vivas ao imperador constitucional do Brasil — e outras tantas passagens; é qualidade altamente nobre que convém seja orientada no sentido de atingir a disciplina inteligente, mas nunca estiolada e capaz de gerar a subserviência ou disciplina inconsciente. E se aquelas manifestações foram uniformes no Brasil, o ensino também o deverá ser para a direção do espírito brasileiro, onde quer que se levante a escola. A própria imprevidência vem de um desinteresse excessivo, portanto, prejudicial. O ensino primário deve levar a criança a prever suas necessidades para prover, mas não dando lugar a uma ambição desmedida que já se manifesta em alguns adultos em nossos dias. Entre o imprevidente e o que se garante usurpando vantagens alheias que lhe não deviam caber, creio, ninguém optará pelo segundo. O ensino primário aproveitará os momentos de tomar o aluno cauteloso e providente, mas tendo em vista nossa Constituição, fazendo-o ir somente até onde "comece o direito do outro". E daí virá a ordem, a calma na ação e o respeito aos direitos de que tanto se fala com relação a si próprio, mas de que geralmente não se cogita quando em jogo os do próximo. Agrava-se essa situação de ousadia de uns com a tibieza ou frouxidão no cumprimento dos deveres e na apreciação deles com relação aos outros.

Geralmente, em nossa sociedade, cometida uma injustiça, muitos se revoltam, outros não a chegam a compreender. Daqueles, uns, por dignidade própria, fogem cada vez mais a esses exemplos nefastos; outros em breve vão mudando de opinião, verificando que afinal o que ficou injustamente bem aquinhoado continuou a viver com vantagens, até considerado pelos inconscientes e pelos que tudo esquecem, e resolvem passar para aquelas fileiras.

A força de resistência moral que dará o perdão mas nunca provocará o desejo de entrar na corrente perniciosa é o que o ensino deverá dar a nossa criança. Quando o caráter de muitos atingir essa tempera, cada um só procurará o que lhe deve caber, e os distribuidores farão maior justiça.

Do ponto de vista religioso, uma transigência perigosa também se manifesta em nossa gente. O indivíduo não deve ser intransigente com o adversário ou aquele que não acompanhe suas opiniões ou crenças, mas isso é bem diverso de transigir com relação ao vício ou a inverdade. O católico não pode aceitar também o espiritismo ou protestantismo, porque afinal são religiões, como dizem alguns. A transigência com a inverdade perturba e entibia a fé, e o indivíduo passa a não ter convicções, a ser um fraco.

O ensino primário há de dar a criança brasileira essa fortaleza de alma em suas convicções científicas e morais, de modo uniforme, por ser a tibieza um defeito generalizado.

A imaginação que lhe constitui um encanto na vida e a bondade proverbial que a nobilita devem ser dirigidas convenientemente pelo ensino, mas não diminuídas!

Se um ideal arrebatou o brasileiro, a realização fica, em geral, a quem desse ideal nos casos comuns — é onde cumpre fortificá-lo. Mas se um imprevisto lhe estimula a bondade, eis que o devotamento se manifesta em toda a sua pujança, sendo capaz de levá-lo ao martírio: é o que nos obrigaremos a conservar, proporcionando-lhe os meios de realizar as empresas.

Quando tratamos de ensino, não o podemos separar da educação, e por esse motivo estendi essa parte que julgo a mais importante na escola — a formação de um caráter propriamente brasileiro e forte como os mais fortes da humanidade.

#### SERIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS HUMANOS

O apuro das faculdades intelectuais se efetuará pelo seu emprego na aquisição dos conhecimentos humanos, que obedecem a uma seriação a ser respeitada em suas bases gerais, no Brasil como em toda parte.

A corrente que acentua a importância da orientação compatível com cada povo, e até com a mentalidade de cada aluno e com as diretivas resultantes das várias mentalidades e das condições de meio e momento, leva espíritos menos práticos e menos refletidos a imaginarem que um caos se produzirá pela falta de concatenação, de coesão, nos conhecimentos a ministrar. Receio infundado. Há conhecimentos indispensáveis a toda a humanidade, e procederemos por círculos concêntricos do espírito: iremos do mais amplo (a capacidade humana) para o mais restrito (a capacidade pessoal) ou vice-versa, conforme as insinuações.

Assim, dando os conhecimentos de ciências, letras, artes, alcançaremos o justo equilíbrio das faculdades intelectuais e morais do brasileiro, e cerceando umas, incitando outras, atingiremos a finalidade visada. Não valerá a pena acumular matéria nos programas; a que aí estiver deverá ser ministrada com segurança, porque deverá ser a indispensável e aquela que provocará no espírito reações capazes de torná-lo harmonioso e completo, apto para realizações convenientes no meio em que há de viver e se manifestar. É, a meu ver, o principal objetivo do ensino primário e objetivo de magna importância do qual dependem os outros. Ao concluir tal curso, o aluno terá adquirido todas as noções empregadas como meio de seu desenvolvimento intelectual, e elas não terão sido poucas, em última análise, e além disso a aquisição feita com essa diretriz perdurará para sempre. Não haverá coisas inúteis em seu espírito; tudo lá estará em lugar próprio, ocupando um posto conquistado, uma região explorada pela própria noção que se estabeleceu firme, inexpugnável. Se assim não saem sábios das escolas primárias, saem indivíduos bem capazes de se tornarem sábios ou de, pelo menos, se dirigirem daí por diante sabiamente. Nessa orientação do espírito do brasileiro, por ser muito extenso o Brasil e dentro de sua unidade variarem as condições de existência, claro se torna que as noções da vida prática não de diferir e que os programas em um centro civilizado, de vida intensa e administrativa, não de dar as crianças idéias e noções capazes de lançá-las naquele meio e de aproveitar-lhes a energia de um modo diverso de que fariam em zona rural ou agrícola. Também no interior do País, meio tão diverso da zona litorânea, forçoso se toma sejam os programas adaptados as circunstâncias ambientes. Não de forçosamente variar, não em suas bases, mas em particularidades peculiares as zonas em que postos em prática. Essas modificações regionais serão impostas pelo meio e pela observação feita sobre as diretivas dadas pelos

próprios alunos, que, na escola ativa, encaminham o mestre e determinam até as variantes do ensino adequado a cada escola de um vasto país como o nosso.

As noções ministradas com o fim de equilíbrio das faculdades intelectuais precisam ser aquelas que, em cada ponto, atendam a orientação própria ao local, e nada impedirá a consecução do plano, uma vez sejam dadas com o conhecimento perfeito das quatro circunstâncias que explanamos nesta tese.

#### CONCLUSÕES

1) As bases do ensino primário no Brasil estarão de acordo com a seriação geral dos conhecimentos humanos.

2) A uniformização do ensino primário no Brasil é inevitável e há de assentar nas condições de etnografia, fisiografia e psicologia brasileiras.

3) Os programas deverão ser elaborados por competências no assunto de instrução, que é profundo, e no Brasil, que é imenso.

4) A uniformização do ensino visará excitar a energia do aluno, arrancando-o ao êxtase provocado pela natureza, que, em suas graças, encerra perigos.

5) O ensino visará ao apuro da observação e, premindo a imaginação, transformá-la em força para a realização dos ideais.

6) O ensino, em suas bases gerais, há de ter o fim de desenvolver no aluno a previdência, o empreendimento, a reflexão e a persistência.

7) A uniformização recomendada nestas conclusões compreenderá as práticas de moral e civismo, objetivando a correção das falhas de caráter apontadas nesta tese.

8) Respeitada a uniformidade dos programas em suas idéias capitais em todas as escolas do Brasil, será mantida a liberdade de atender as imposições do meio.

TESE N<sup>o</sup> 41

## SITUAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NA BAHIA

**Jayme Junqueira Ayres**  
Representante do Estado da Bahia

E com desvanecimento que apresentamos a I Conferência Nacional de Educação esta memória, sucinta nos seus algarismos e informações, na qual desejamos fixar o sentido do movimento educacional na Bahia.

É o depoimento sobre a marcha do serviço num grande estado da Federação, sobre as realizações obtidas, a dizerem do espírito que preside e anima aquele movimento e que se propõe serenamente a vencer a enorme etapa que se lhe antolha.

Creemos ser nosso dever comunicar a I Conferência Nacional de Educação o plano de educação estabelecido na Bahia, as experiências ali feitas, os frutos colhidos, os obstáculos vencidos e a vencer, pois os dados que aqui trazemos foram obtidos pelo contato diuturno problemas educacionais baianos, que são também problemas brasileiros.

Pensa a Bahia que a I Conferência Nacional de Educação centraliza e dirige, neste momento, o movimento educacional brasileiro. É uma totalização e também uma dinamização de aspirações. E vem lhe trazer os dados de seu sistema escolar, a súmula dos resultados alcançados, que bem deixa ver a grande soma de resultados a esperar confiantemente, expor explicar o sentido e a orientação que adotou no seu plano educacional.

A Bahia julga que esta conferência se propõe altos fins de aclarar e definir diretrizes da educação brasileira. Sumamente interessada nisso, vem delinear aqui sua situação educacional, parte que é do Brasil, membro da sociedade brasileira.

#### ENSINO PRIMÁRIO

Em todo o Brasil, a questão educacional estava relegada a um plano inferior; a Bahia não fazia exceção a regra. O fato é que aos olhos dos nossos homens de governo, que refletiam a opinião da massa geral, a educação popular não aparecia ainda na sua verdadeira feição de fator relevantíssimo e expressivo da nossa equação nacional.

Hoje o horizonte se alarga, foge, recua. A visada pode ir mais longe. O dever dos governos é seguir insistentemente a linha da sombra, prescrutar todo o campo exposto a claridade e obrar num maior raio de ação.

Esse fenômeno se observou na Bahia. Evidencia-o o fato bem significativo da elevação constante, nestes últimos anos, das dotações orçamentárias. Os três alicerces de um sistema de educação que aspire a ser perfeito o quanto possível são, certamente: dinheiro, dinheiro e dinheiro.

A Tabela 1 e os Gráficos 1, 2, 3, a seguir, explicam perfeitamente essa elevação de dotações nos orçamentos baianos para o serviço de instrução pública.

Vê-se, por essas ilustrações, que as dotações de 1926 e 1927 representam, respectivamente, 7,44% e 15,23% da receita geral do estado aplicados ao serviço da instrução pública e, particularmente, 12,9% e 12,18%, ao serviço de ensino primário, quando em 1924 e 1925 a porcentagem não ia além de 6,98% aplicados ao serviço geral de instrução e 4,33%, ao de ensino primário.

Em 1924, a receita geral da Bahia era de 34.914:713\$000; despendiam-se com o serviço de instrução 2.439:387\$414, sendo 1.715:972\$622 para o ensino primário.

Em 1926, subindo a receita para 47.796:950\$000, despendeu o estado com todo o serviço de instrução 8.336:070\$000 e, particularmente, com o serviço de ensino primário, 6.169:307\$418 (incluídas as quotas municipais na conformidade da Constituição, Lei Orgânica dos Municípios e Lei do Ensino).

**Tabela 1 — Demonstrativos da Receita Geral do Estado e das verbasorçamentárias destinadas ao Serviço de Instrução Pública, particularmente de Ensino Primário**

Anos	Receita Geral	Despesa com a Instrução Pública	Despesa com o Ensino Primário	Perc. com a Instr. Pública	Perc. com o Ens. Primário
1895	9.253:845\$935	1.504:118\$465	1.165:041\$250	16,25	12,58
1896	9.317:997\$165	1.529:456\$495	1.190:365\$000	16,41	12,77
1897	11.390:167\$026	1.669:467\$000	1.161:502\$500	14,65	11,97
1898	11.700:761 \$184	1.670:067\$000	1.161:502\$500	14,27	9,92
1899	14.269:948\$332	1.721:617\$000	1.205:742\$500	12,06	8,44
1900	13.901:161\$425	1.753:617\$000	1.237:742\$500	12,61	8,90
1901	15.021:624\$895	1.944:017\$000	1.237:742\$500	12,94	8,17
1902	12.856:669\$494	1.640:537\$000	1.147:742\$500	12,76	9,94
1903	12.094:399\$633	1.562:274\$500	1.072:274\$500	12,91	8,86
1904	11.776:333\$862	1.556:864\$500	1.069:150\$000	13,22	9,08
1905	11.325:561\$304	1.469:794\$500	1.069:150\$000	12,97	9,44
1906	11.076:458\$755	1.459:267\$ 168	1.069:150\$000	13,17	9,65
1907	11.208:775\$346	1.559:080\$662	1.207:925\$000	13,90	10,77
1908	11.208:775\$346	1.559:080\$662	1.207:925\$000	13,90	10,77
1909	11.208:775\$346	1.559:080\$662	1.207:925\$000	13,90	10,77
1910	12.108:592\$572	1.586:984\$662	1.237:629\$000	12,10	10,22
1911	15.509:278\$892	1.614:720\$496	1.237:629\$000	10,41	7,97
1912	15.509:278\$892	1.614:720\$496	1.237:629\$000	10,41	7,97
1913	16.775:450\$798	1.633:619\$830	1.229:017\$500	9,73	7,74
1914	18.508:582\$255	1.644:282\$332	1.284:000\$000	8,99	6,93
1915	19.479:150\$244	1.745:302\$322	1.372:400\$000	8,95	6,78
1916	17.024:736\$028	1.699:882\$329	1.322:600\$000	9,98	7,76
1917	18.556:170\$435	1.672:769\$817	1.214:200\$000	9,01	6,54
1918	24.267:444\$295	1.784:535\$161	1.317:039\$997	7,35	5,43
1919	24.715:543\$663	1.807:921 \$793	1.337:859\$997	7,31	5,41
1920	28.078:082\$234	1.938:169\$473	1.450:926\$997	6,90	5,16
1921	32.805:306\$897	2.010:835\$527	1.442:478\$997	6,19	4,39
1922	34.128:500\$000	2.448:009\$600	1.763:975\$000	7,17	5,16
1923	34.004:950\$274	2.443:509\$600	1.763:975\$000	7,18	5,18
1924	34.914:713\$000	2.439:387\$414	1.715:972\$622	6,98	4,33
1925	34.914:713\$000	2.439:387\$414	1.715:972\$622	6,98	4,33
1926	47.796:950\$000	8.336:070\$000	6.169:307\$418	17,44	12,90
1927	55.368:950\$000	8.437:480\$248	6.748:799\$882	15,23	12,18

Gráfico 1 — Demonstrativo da oscilação da verba orçamentária para o Serviço de Instrução Pública em relação à Receita Geral do Estado.

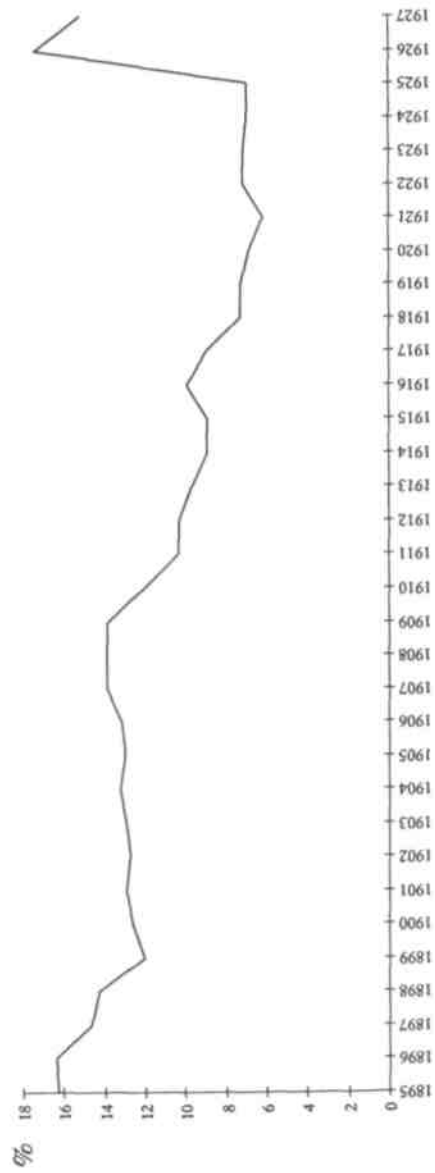




Grafico 2 — Dotações para o Serviço de Instrução Pública — 1924-1927.

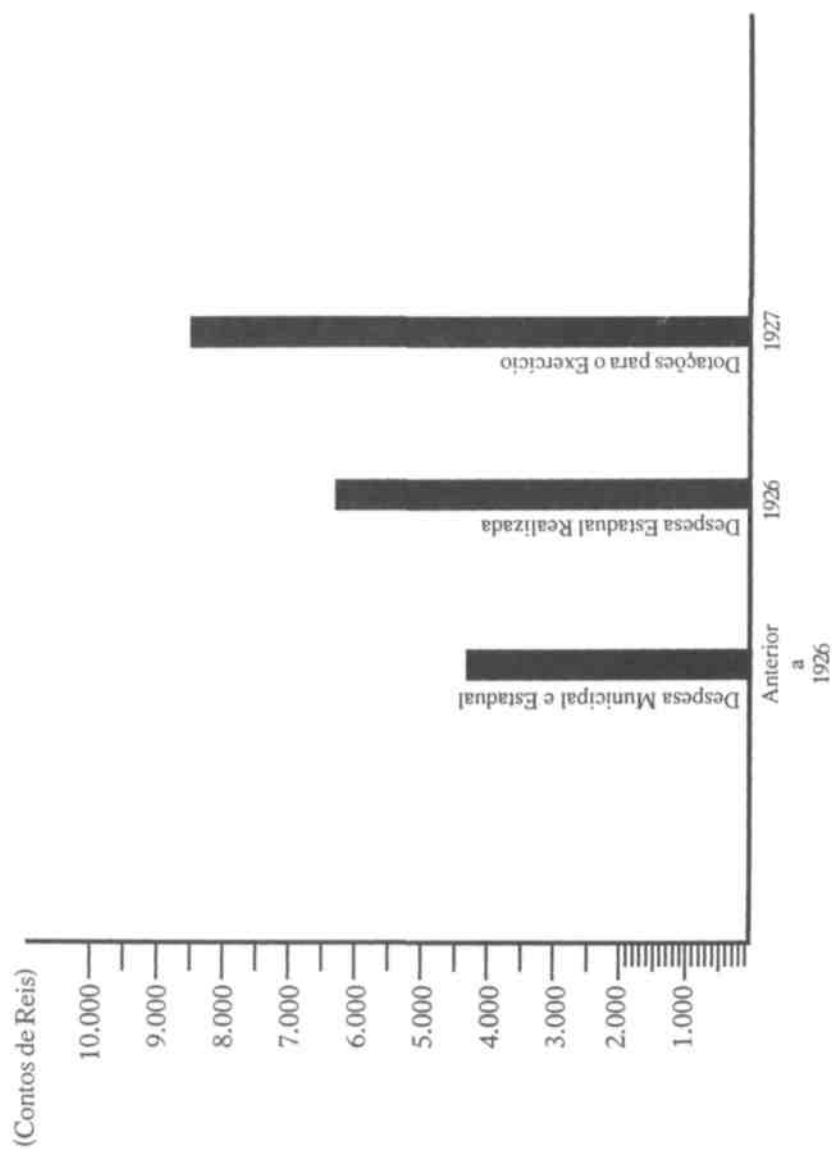
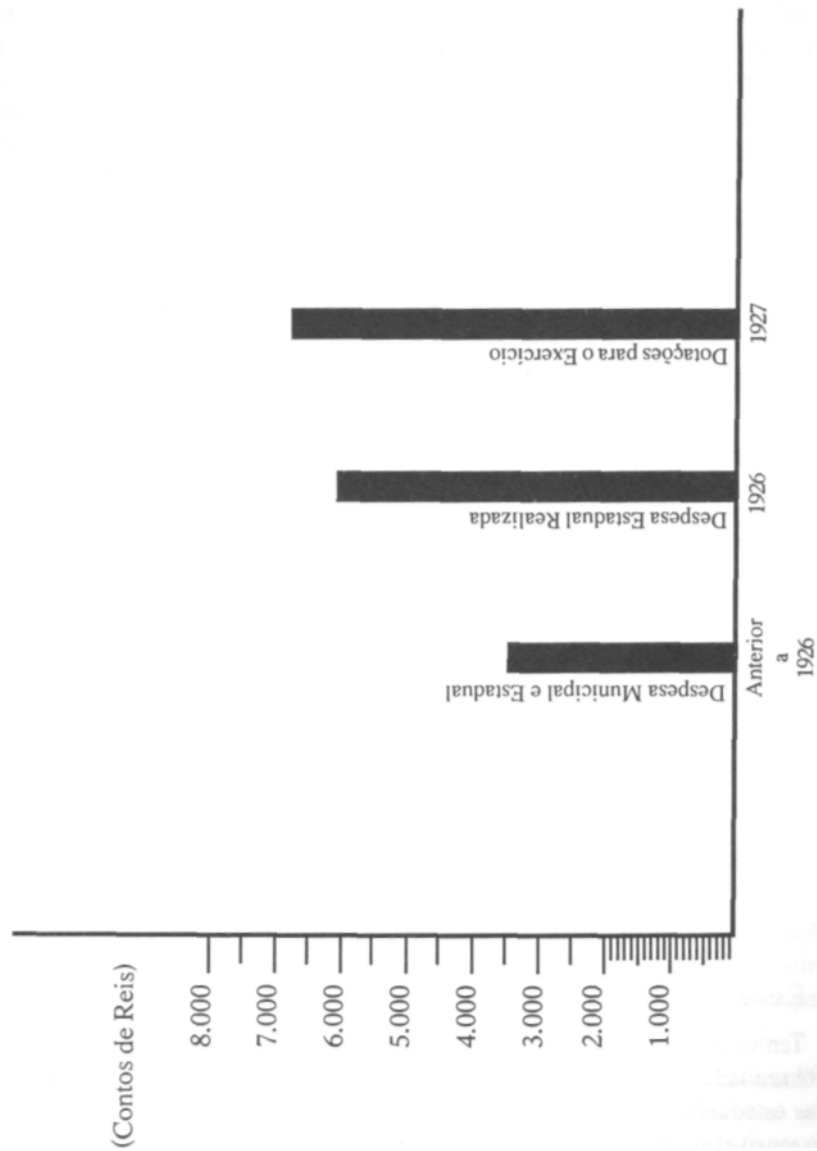


Gráfico 3 — Dotações para o Serviço de Ensino Primário — 1924-1927.



Em 1927, baixou a porcentagem por efeito da alta constante da receita baiana, sem que, entretanto, diminuíssem as dotações para o serviço.

Em 1928, com a criação da Escola Normal de Feira de Santana e a localização de mais 129 escolas feitas este ano, a Bahia alargará as suas dotações, e maior será a porcentagem, apesar da melhoria constante das rendas estaduais.

Há de notar ainda que não estão incluídas no cálculo acima as despesas feitas pelo estado com a construção de prédios escolares e com o auxílio que presta aos municípios para a construção de prédios escolares municipais, auxílio no mínimo de 40:000\$000 para cada prédio. Essas despesas correm, entretanto, pela Secretaria da Agricultura, Viação, Comércio e Obras Públicas e, como dissemos, não estão absolutamente incluídas no cálculo que operamos.

#### NECESSIDADE DE MAIORES DOTAÇÕES

Maiores dotações hão de vir de ano a ano para o serviço baiano de ensino. As que existem representam o estritamente necessário, a fim de que sejam atendidas as três soluções parciais, que não são únicas, do problema baiano de educação: a) coordenação e intensa difusão do ensino primário; b) melhoria da situação do professor; c) reorganização material da escola.

#### Coordenação e Difusão do Ensino Primário

Trataremos do plano coordenador do ensino primário quando expusermos as bases de sua atual reforma.

Para trazer a análise os frutos do plano de difusão do ensino, apresentamos o quadro abaixo.

Ano	Número Escolas
1924	1.127
1925	1.228
1926	1.496
1927	1.626

É este - 1.626 - o total de escolas primárias da Bahia, incluídas aí as municipais.

Temos assim que, de 1924 para cá, a Bahia aumentou o número de suas escolas primárias de 499 unidades. E é para notar que na soma 1.127 obtida em 1924 há duas parcelas: 639 escolas estaduais e 488 municipais. Esclareçamos que o número de escolas municipais não sofreu sensível alteração para mais, e concluiremos que é bem significativo, do atual movimento educacional na Bahia, esse fato de ter o estado criado, em quatro anos, escolas primárias em número inferior, apenas, de menos de duas centenas ao número de escolas que antes mantinha.

## Melhoria da Situação do Professor

A antiga tabela de vencimentos do professorado baiano estabelecia: 2:880\$000 anuais para os professores de escolas de 3<sup>a</sup> classe localizadas nos arraiais e vilas; 3:504\$000 para os professores de escolas de 2<sup>o</sup> classe localizadas nas cidades. Os professores de ensino complementar percebiam anualmente 4:956\$000.

Aumentados os vencimentos de todo o funcionalismo público e sensivelmente melhorada a situação do professor, pago rigorosamente em dia, a nova tabela estabelece 3:200\$000 anuais para os regentes de escolas rurais de 3<sup>a</sup> classe localizadas em arraiais e povoações; 4:000\$000 para os regentes de escolas de 2<sup>a</sup> classe localizadas em cidades e vilas sedes de termo; e 4:800\$000 para os regentes de escolas de 1<sup>a</sup> classe localizadas em cidades e vilas sedes de comarca. Os vencimentos do professor de 1<sup>a</sup> classe do interior e da capital estão equiparados.

Funda-se isso na necessidade de fixação definitiva do mestre no interior — condição essencialíssima do serviço e uma das preocupações mais fortes da reforma baiana de ensino.

## Reorganização Material da Escola

Em brilhante discurso cheio de visão pronunciado na capital da República pelo eminente doutor Fernando de Azevedo, dizia Sua Excelência do atentado clamoroso aos nossos foros de cultura, higiene, conforto e educação que constitui o prédio escolar do Distrito Federal. A observação parece dirigida a Bahia.

O prédio escolar ali não representava um procurado recurso provisório na frase quiçá otimista do ilustre diretor da instrução da capital brasileira.

Procurar um recurso já seria um movimento de sinceridade.

Ali, o prédio escolar era um expediente de última hora tomado sem atenção e sem carinho. Máxime na capital.

A Bahia está a braços com esta questão grave e por vezes dolorosa: o prédio escolar. Na capital, em 1926, quando da avocação do ensino municipal, a Higiene Infantil e Escolar fez inspecionar cuidadosamente os prédios escolares. Resultado: 90% foram condenados. Prédios de aluguel, sem ar, sem ventilação, sem conforto.

A questão é absorvente.

No interior, tem-se atacado o problema, procurando a Diretoria Geral da Instrução contratar os melhores prédios das localidades, fazendo aí as adaptações necessárias. De outro lado, uma grande cooperação se efetiva entre o governo estadual e as administrações municipais para a construção de novos prédios.

Dentro de quatro meses a Bahia terá inaugurado 32 prédios escolares, construídos todos em menos de três anos. Uma aproximada média de um prédio por mês.

Na capital, porém, as dificuldades surgem, esmagadoras. A capital baiana necessita pelo menos de cinco grandes prédios escolares.

Por agora estão sendo locados prédios reputados bons, da maior capacidade possível e higiênicos. É necessário, afinal, dar expressão a escola, conforto relativo ao aluno, um ambiente digno da grande dedicação e admirável fidelidade do professor baiano. Traz isso despesas não pequenas, graças a carestia de alugueis na capital da Bahia. Mas agora é perfeitamente inútil pensar em sacrifícios. Com o prédio, dever-se-á dar material idôneo e farto e mobiliário adequado.

A Bahia tem em muita conta esses juízos, e as suas autoridades de ensino estão bem certas de que todo plano falirá e não passará de aspirações sem realizações se toda a orientação atual do seu serviço não for profundamente experimentada, vivida e sentida em escolas idôneas, tornadas tais pela distribuição que se vem fazendo de mobiliário e material constantemente adquiridos pelo estado e instaladas em prédios, se não todos próprios, mas adaptados, no limite máximo das possibilidades. Somente neste último ano, o estado reparou e reformou prédios escolares na capital e adquiriu na América do Norte 4.000 carteiras e material didático correspondente.

#### ÍNDICES DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO NA BAHIA

Os índices numéricos são os mais expressivos.

Uma das notas predominantes do movimento de educação na Bahia é a elevação constante da matrícula e da freqüência nas escolas públicas. A proporção de ano a ano se torna maior.

O quadro abaixo e o Gráfico 4 sobre a matrícula e freqüência nos últimos anos, de 1923 a 1926 e primeiro semestre de 1927, explicam bem:

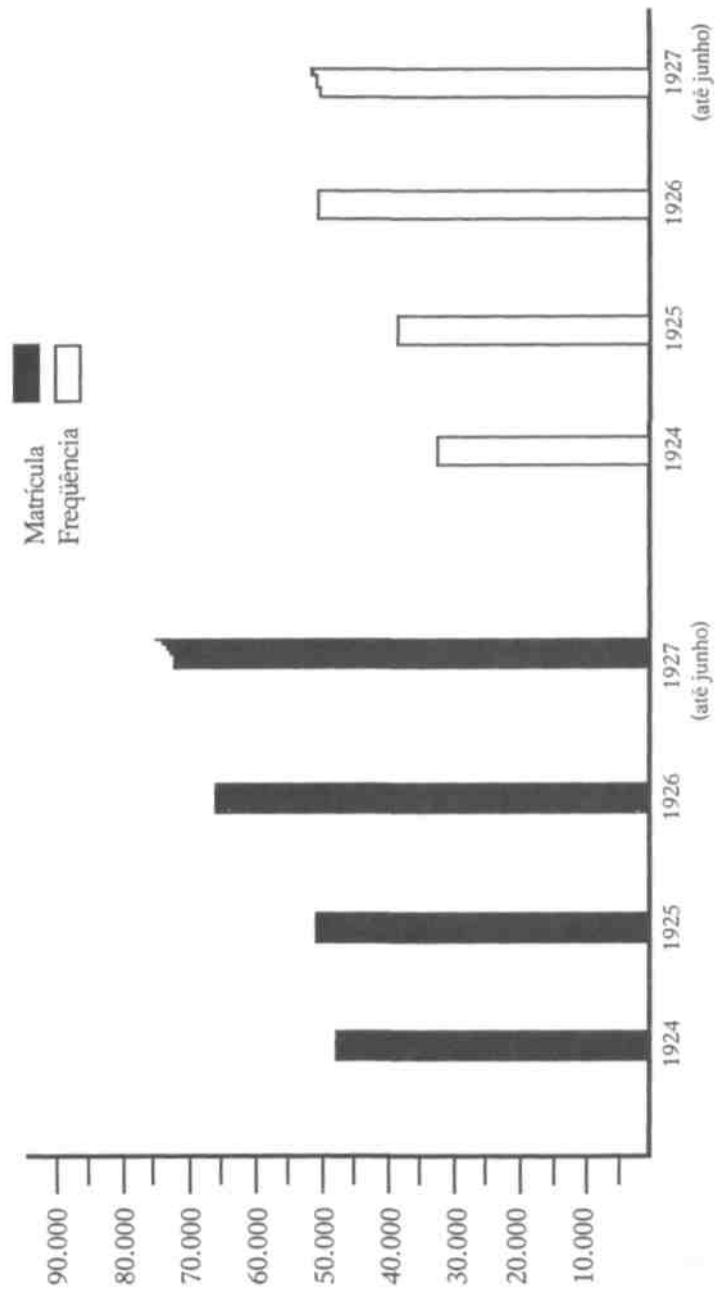
Ano	Matrícula	Freqüência
1923	23.428	17.566
1924	47.589	32.772
1925	50.722	38.154
1926	66.657	50.088
1927	73.033	51.033

Nos últimos cinco anos a elevação é constante. A porcentagem da freqüência sobre a matrícula foi, assim, de: 1924 — 68,9%; 1925 — 75,2%; 1926 — 75,1%.

Lamentamos não poderem ser analisados aqui os resultados completos de 1927, uma vez que neste mês de dezembro terminaram os trabalhos escolares na Bahia.

As matrículas e as freqüências nas escolas baianas, até 1926, são maiores nos primeiros anos de curso do que as dos anos posteriores, até certo ponto, mínimas.

Gráfico 4 — Comparativo da matrícula e frequência nas escolas públicas do Estado da Bahia, de 1924 a 1927 (estaduais e municipais, inclusive da capital).



É o velho vício da simples alfabetização que perdura, mas batido de todos os lados e prestes a terminar.

Com os deveres da obrigatoriedade escolar aplicada aos já matriculados em 1926, a estatística de 1927 apurará maior número de alunos nos anos finais.

A Tabela 2 dá idéia do que foi a freqüência nos diversos anos de curso das escolas baianas em 1926: teve a Bahia 60,3% de alunos freqüentes no 1<sup>o</sup> ano; 21,7% no 2<sup>o</sup>; 12,11% no 3<sup>o</sup>; e 5,89% no 4<sup>o</sup> (este quarto ano existe apenas nas escolas urbanas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> classes). E as Tabelas 3, 4 e 5 deixam indicado o movimento de promoções de 1924 a 1926. A promoção é o índice excelente da eficiência e do rendimento escolar.

Houve em 1926 mais 8.381 promoções que em 1924, ou seja, mais 226%, e mais 688 alunos prontos, ou seja, mais 86%.

Esses resultados, tão animadores para as autoridades de ensino na Bahia, são, entretanto, ainda bem pequenos. Mas comparando-os com os resultados dos anos anteriores, torna-se bem sensível a intensidade do movimento de educação na Bahia, refletindo-se diretamente no rendimento e na eficácia de suas escolas.

E não é mais que a idéia desse movimento que tentamos fixar neste depoimento que apresentamos a I Conferência Nacional de Educação.

Com esses dados que apresentamos, façamos o resumo do rendimento da escola baiana nestes últimos anos, no quadro geral abaixo.

Ano	Matrícula	Freqüência	Porcentagem	Promoções	Exames Finais
1924	47.589	32.772	68,9	4.312	793
1925	50.722	38.154	75,2	4.954	1.101
1926	66.657	50.088	75,1	12.693	1.481

#### COORDENAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

Em 1924, a situação do ensino baiano e a orientação do seu plano eram insustentáveis ante o rápido progresso da Bahia nestes últimos tempos. Um movimento coordenador do ensino se impunha fortemente. Desde a organização da unidade escolar até o plano geral, nos seus aspectos pedagógico, social e administrativo, necessária se fazia uma reforma ampla e integral para o momento.

No campo administrativo, atenderam-se de logo, como base, as necessidades da direção especializada do serviço, da avocação do ensino municipal e da intensificação da atividade fiscalizadora do serviço.

Tabela 2 — Ensino Público Primário na Bahia — 1926.

Circunscrições	Frequência em cada Ano do Curso Primário					Porcentagem por Ano, calculada em relação a Frequência			
	1º	2º	3º	4º	Soma	1º	2º	3º	4º
	Capital	4.740	1.781	915	363	7.799	60,78	22,83	11,73
1ª Circunscrição	5.482	1.825	1.164	584	9.055	60,54	20,15	12,86	6,45
2ª Circunscrição	1.732	492	225	108	2.557	67,73	19,25	8,80	4,22
3ª Circunscrição	2.748	861	470	224	4.303	63,86	20,01	10,92	5,21
4ª Circunscrição	3.534	1.146	581	306	5.567	63,48	20,58	10,44	5,50
5ª Circunscrição	930	486	313	185	1.914	48,59	25,39	16,35	9,67
6ª Circunscrição	958	304	144	32	1.438	66,62	21,62	10,01	2,23
7ª Circunscrição	1.022	349	240	153	1.764	57,93	19,79	12,61	8,67
8ª Circunscrição	1.058	328	160	82	1.628	64,99	20,15	9,82	5,04
9ª Circunscrição	1.191	490	287	118	2.086	67,09	23,49	13,76	5,66
10ª Circunscrição	1.878	774	511	248	3.411	55,06	22,69	14,98	7,27
11ª Circunscrição	1.199	524	251	91	2.065	58,06	25,38	12,15	4,40
12ª Circunscrição	3.733	1.510	803	455	6.501	57,42	23,23	12,35	7,00
Total	30.205	10.870	6.064	2.949	50.088	60,30	21,70	12,11	5,89



Tabela 3 — Alunos Promovidos no Ano de 1924.

Circunscrições	Alunos Promovidos			Alunos que Terminaram o 4º Ano		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
1ª Circunscrição	555	589	1.144	101	118	219
2ª Circunscrição	303	52	355	45	28	82
3ª Circunscrição	222	06	428	15	14	29
4ª Circunscrição	216	25	441	48	25	73
5ª Circunscrição	115	92	207	13	8	21
6ª Circunscrição	20	50	70	4	12	16
7ª Circunscrição	188	150	338	45	26	71
8ª Circunscrição	186	127	313	40	27	67
9ª Circunscrição	83	74	157	28	18	46
10ª Circunscrição	169	169	338	58	57	115
11ª Circunscrição	126	53	179	9	2	11
12ª Circunscrição	149	193	342	15	28	43
<b>Total</b>	<b>2.332</b>	<b>1.980</b>	<b>4.312</b>	<b>430</b>	<b>363</b>	<b>793</b>

Tabela 4 — Alunos Promovidos no Ano de 1925.

Circunscrições	Alunos Promovidos			Alunos que Terminaram o 4º Ano		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
	Capital	689	689	2.378	156	56
1ª Circunscrição	231	269	500	71	88	159
2ª Circunscrição	84	145	229	17	58	75
3ª Circunscrição	173	218	391	36	12	48
4ª Circunscrição	324	260	584	78	52	139
5ª Circunscrição	60	72	132	27	20	47
6ª Circunscrição	15	98	113	5	6	11
7ª Circunscrição	174	227	401	37	36	73
8ª Circunscrição	93	117	210	27	12	39
9ª Circunscrição	90	103	193	28	37	65
10ª Circunscrição	104	103	207	22	25	47
11ª Circunscrição	18	21	39	12	11	23
12ª Circunscrição	250	327	577	67	105	172
Total	1.175	1.475	4.954	583	518	1.101

Tabela 5 – Alunos Promovidos no Ano de 1926.

Circunscrições	Alunos Promovidos												Alunos que Terminaram Curso		
	Do 1º para o 2º Ano				Do 2º para o 3º Ano				Do 3º para o 4º Ano				Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total						
Capital e subúrbios	524	670	1.194	408	510	918	215	299	514	94	178	272			
1ª Circunscrição	772	621	1.393	351	392	743	276	288	564	146	121	267			
2ª Circunscrição	232	138	370	157	107	264	45	49	94	32	23	55			
3ª Circunscrição	314	362	676	179	285	464	90	188	278	62	114	176			
4ª Circunscrição	425	389	814	213	257	470	131	131	262	96	78	174			
5ª Circunscrição	21	3	24	37	4	41	29	3	32	5	20	25			
6ª Circunscrição	66	106	172	78	52	130	54	20	74	14	16	30			
7ª Circunscrição	94	74	168	40	42	82	36	37	73	48	36	84			
8ª Circunscrição	80	66	146	57	42	99	39	25	64	27	20	47			
9ª Circunscrição	33	61	94	13	34	47	26	31	57	13	28	41			
10ª Circunscrição	144	156	300	90	130	220	48	76	124	37	62	99			
11ª Circunscrição	51	50	101	50	36	86	18	17	25	1	22	23			
12ª Circunscrição	539	313	672	233	232	465	134	155	289	91	97	188			
Total	3.115	3.009	6.124	1.906	2.123	4.029	1.141	1.319	2.460	666	815	1.481			

### **Direção Especializada e Única**

O serviço de educação requer direção técnica e especializada; é o verdadeiro serviço de nacionalização e civilização. Deixá-lo nos estados sem a fortaleza, a autoridade, a orientação suarema de uma direção única é, talvez, correr o risco de condená-lo a dispersão e a ineficiência.

A instrução pública é um organismo vivo, distinto da administração pública geral. Faz parte dela, mas distinta e autonomamente.

A Bahia compreendeu a necessidade de criar uma diretoria especial para a instrução pública, cujo titular é considerado, por lei, auxiliar direto do governador.

Superintendia antigamente o serviço baiano uma inspetoria de ensino submetida a Diretoria do Interior, da Secretaria dos Negócios Interiores, Justiça, Saúde e Instrução Pública.

A atual Diretoria Geral de Instrução foi instituída para conhecer os interesses reais do ensino, saber de suas necessidades capitais e provê-las, agindo no campo técnico e no campo administrativo com a maior liberdade e desembaraço possíveis.

Subdividida em seções do ensino primário, ensino normal, ensino secundário e ensino profissional, chefiadas por diretores, ela é o órgão supremo do serviço da educação.

### **Avocação do Ensino Municipal**

Dentro desse plano de unificação, coesão e coordenação do serviço do ensino primário operou-se a avocação, pelo estado, do ensino a cargo dos municípios. De longa data se vinha sentindo na Bahia a necessidade de uma orientação única de todo o ensino oficial. Várias tentativas se fizeram no sentido de maior interferência do estado nos negócios de instrução a cargo dos municípios, mas o temor de ferir de frente o princípio da autonomia municipal, proclamada no artigo 68 da Constituição Federal, impediu sempre a realização da idéia da avocação, muito embora a impusessem necessidades eloqüentes.

A interpretação do texto constitucional vai, entretanto, se tornando bem clara; o nosso grau atual de evolução já permitiu isso. É o velho postulado do *Digesto Romano* ainda vigente: o tempo é o melhor intérprete da lei,

Creemos que nenhuma dúvida pode subsistir: o ensino primário não é de peculiar interesse dos municípios. É assunto de interesse geral de que devem cuidar os estados. Os municípios, entretanto, não se podem alhear ao problema da educação, e para a solução devem concorrer com suas rendas. Se eles são governos locais autônomos, nem por isso perdem o seu caráter de "ramos da administração estadual", de agências locais da administração do estado na sua empresa de civilização, progresso e bem-estar geral.

Seria aqui descabido marcar a verdadeira feição moderna do instituto municipal sem o receio de ferir preceitos doutrinários. Digamos afinal que a autonomia municipal não é princípio fundamental do regime federativo. A Constituição não a definiu nem limitou, apenas a exprimiu

como uma conveniência administrativa e política que o tempo e a evolução se incumbiriam de dar feição, de utilizar conforme as necessidades.

Neste momento em que se trabalha para fortalecer a unidade nacional pela educação uma das questões a estudar é a do mais eficiente sistema de colaboração dos municípios com os estados. Na Bahia e quiçá em grande parte do Brasil, os municípios não atingiram grande grau de desenvolvimento e civilização, de modo a deixarmos nos estados o serviço de ensino fragmentado por centenas de administrações e chefias supremas.

Nem se diga que qualquer inconveniente dessa fragmentação desapareceria — como na América do Norte — quando se obrigassem por lei os municípios a adotar o mesmo plano técnico e administrativo estadual.

Na Bahia se fez antigamente essa experiência. Mas a lei, menos que perfeita no caso, na possuía sanção. E restava insuficiente. Demais disso, não estamos, em tal situação, com tal grau de evolução, com tal conhecimento exato do nosso meio, que possamos dar a um programa, por si só, virtude de orientar e coordenar o serviço do ensino. Qualquer programa de ensino nos estados deve ser constantemente experimentado e renovado, nos seus detalhes mínimos, pelos seus autores e responsáveis e conforme as diversidades de zonas.

A descentralização do serviço de ensino seria realmente o ideal. Mas estamos a ver que o nosso estado atual de desenvolvimento não o permite.

Dúvida não resta que na Bahia, como no Brasil, há exceções, e seria pouco sábio, por amor a facilidade de uma generalização, estabelecer a regra inflexível da avocação geral.

Essa avocação devemos considerá-la como imposta pelas necessidades atuais e aceitá-la na medida estrita dessa imposição.

A avocação na Bahia, inovada pela lei reformadora, se fez dentro do seguinte plano:

- 1) Todo o serviço de ensino a cargo dos municípios passou a ser dirigido pelo estado.
- 2) Os municípios, obrigados que eram pela Constituição Estadual a despenderem, no mínimo, com o serviço de ensino, a sexta parte de sua receita anual, devem recolher a sua quota ao Tesouro do Estado, sob as penas estabelecidas na Lei Orgânica Municipal para os intendentos infratores.
- 3) Essas rendas são escrupulosamente aplicadas. Tendo as administrações municipais a faculdade de "criar e manter escolas" conferida expressamente naquela Constituição, poderão dela usar se verificarem que a sexta parte de sua receita anual é maior que a quantia necessária ao custeio das suas escolas já existentes. Desse modo, são elas os próprios fiscais da aplicação de suas rendas.
- 4) Nos municípios em que decrescer a renda, ou em que motivos superiores (obras públicas de caráter relevante, como estradas de rodagem, construções de edifícios públicos, etc.) impedirem que seja atribuída ao serviço o total da quantia correspondente a sexta parte da receita, fica obrigado o estado a manter com suas próprias rendas as escolas criadas pelas municipalidades, até a normalização da economia municipal. Assim tem acontecido na quase

maioria dos casos. Embora fosse preceito constitucional, os municípios não aplicaram, geralmente, ao serviço de ensino, toda a sexta parte de sua receita, e grande número comprometeu parcelas dessa quota.

A reforma baiana quer chamá-los ao cumprimento do dispositivo constitucional, evitando provocar a mais leve crise nas finanças municipais. Daí arcar o estado com parte avultada das responsabilidades dos municípios.

5) Os intendentess são vice-presidentes natos dos conselhos escolares municipais, órgãos instituídos para os fins de fiscalização do serviço escolar, difusão do ensino e melhor adaptação deste as condições locais, presididos pelo juizes municipais dos termos e juizes de direito nos termos sedes de comarca.

#### fiscalização Escolar

A fiscalização no serviço do ensino não pode ser a mera inspeção, a simples vigilância, embora severa, mas, além disso, a constante orientação, conselho, sugestão, cooperação íntima e interessada entre a autoridade fiscalizadora e os regentes.

A assídua visita escolar não pode visar simplesmente a observação de resultados, as levar ao professor uma colaboração empenhada e eficaz, a fim de interessá-lo diretamente no plano educacional adotado, fortalecendo o nexo administrativo, intelectual e moral que o deve prender seguramente aos órgãos supremos do serviço.

Assim considerada, a fiscalização é o nervo do ensino.

A autoridade fiscalizadora — como o *helping-teachers* americano — deve ser menos a polícia que o orientador da escola. Verdadeiro auxiliar dos professores, a sua presença é sempre indispensável ao regente perdido nos sertões longínquos e que necessita de seu conselho, orientação e disciplina, como forças preservadoras contra a dispersão e o atraso do meio a que deve servir.

É essa a feição que se vai imprimindo, na Bahia, a fiscalização escolar.

A constante orientação que se deseja integral ao regente de escola oficial procura-se também dar ao diretor de colégio particular, submetido agora, pela reforma, a um controle ave cujo fim é animar e auxiliar, no intuito da coordenação disciplinada de forças educadoras.

O Estado da Bahia está dividido agora em 12 circunscrições escolares. Em cada uma assiste um inspetor escolar — médico ou professor.

A Diretoria Geral da Instrução cogita agora subdividir essas circunscrições, dadas as exigências do serviço.

Além do inspetor escolar, exercem a fiscalização, num campo mais restrito, os delegados residentes (por via de regra membros da magistratura e ministério público) e os conselhos escolares municipais, compostos, além de membros natos, de pais de família. É este o quadro de fiscalização vigente na Bahia.

## ORIENTAÇÃO DA ESCOLA

A orientação da escola primária, na Bahia, está esboçada nos artigos 64 e 65 da lei reformadora, que fixam o seu programa e lhe delineiam os métodos de ensino.

Diz o artigo 64:

O programa do ensino elementar compreende as seguintes matérias: A

- Nas escolas urbanas:

Língua Vernácula;  
Caligrafia;  
Aritmética;  
Noções de Geometria;  
Geografia, principalmente do Brasil e da Bahia;  
Noções de História do Brasil e da Bahia;  
Instrução Moral e Cívica;  
Noções de Ciências Físicas e Naturais;  
Desenho;  
Trabalhos Manuais e Prendas;  
Trabalhos Domésticos;  
Exercícios Ginásticos;  
Canto. B - Nas

escolas rurais:

Língua Vernácula;  
Caligrafia;  
Aritmética;  
Noções de Geometria;  
Noções de Geografia e História, principalmente do Brasil e da Bahia;  
Agricultura ou Indústrias Locais;  
Desenho;  
Trabalhos Domésticos;  
Trabalhos Manuais e Prendas;  
Exercícios Ginásticos;  
Canto.

Diz o artigo 65:

A escola será sobretudo educativa, buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideais e conquistas da humanidade, ministrando-lhes

noções rudimentares de literatura e história pátria, fazendo-os manejar a língua portuguesa como instrumento de pensamento e de expressão, guiando-lhes as atividades naturais dos olhos e das mãos mediante formas adequadas de trabalhos práticos e manuais, cuidando, finalmente, do seu desenvolvimento físico com exercícios e jogos organizados, conhecimento das regras elementares de higiene, procurando sempre não esquecer a terra e o meio a que a escola deseja servir, utilizando-se o professor de todos os recursos para adaptar o ensino as particularidades da região e do ambiente baiano.

Parágrafo único. As escolas rurais, além disto, farão da indústria local a cadeira central do seu curso, que será dirigido no sentido de aperfeiçoar o gosto e a aptidão dos alunos para a sua futura profissão.

A lei procurou refletir a moderna evolução do ensino primário, oferecendo uma educação integral, embora sumária, com um programa em que a antiga escola de ler, escrever e contar se vê enriquecida com a Geografia, a História, as Ciências e as Artes.

Além desse enriquecimento do programa, a escola baiana está tentando um ensino pela experiência, em que se conciliem as atuais aptidões e os instintos infantis com a natureza da cultura a lhe ser transmitida.

O caráter verbal e mecânico da velha escola provém da suposição de que se pode transmitir a infância a experiência do adulto, na forma condenada e abstrata em que ela se acha no livro.

Desfeito esse equívoco, todo o esforço deve-se encaminhar para a preparação de um professor que se ache habilitado a manejar os métodos modernos de ensino, de sorte a permitir que as crianças realizem na escola a reconstrução da experiência dos adultos e venham participar da cultura e da vida social adulta através de uma escola verdadeiramente experimental e vital.

Essa escola primária, assim compreendida, apesar dos seus apertados quatro anos de curso, poderá oferecer uma educação útil a criança por toda a sua vida.

Estão porém os legisladores baianos longe de julgar esse ensino suficiente para a formação do homem em uma democracia.

A lei baiana, tornando o ensino elementar obrigatório, lançou as bases para a escola primária superior, com três anos de curso, nos termos do seu artigo 114:

O curso primário superior será de três anos e compreenderá o ensino de Língua Vernácula, Matemática Elementar, Noções de Geografia e História, especialmente da Bahia, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Desenho sobretudo profissional, Trabalhos Manuais e o ensino técnico e profissional generalizado, este de acordo com as necessidades do trabalho agrícola, industrial e comercial da região onde for instalada a escola.

Elevando, assim, o ensino primário a sete anos, e intensificando o sentido econômico dessa preparação escolar com um ensino de trabalho, embora limitado somente ao seu aspecto educativo e geral, a Bahia deu ao ensino primário uma orientação que não está longe de ser adaptada as suas condições.



A escola primária superior, guardados os limites de todas as comparações, destinar-se-á em um plano pouco inferior, a mesma finalidade da *júnior high school* americana. Os três primeiros anos do primeiro período da escola secundária, nos Estados Unidos, completarão a cultura demasiado restrita que seis anos de ensino primário fornecem ao cidadão americano.

A nova escola primária superior baiana, com o plano de ensino mais especificado e com um eficiente programa de ensino de trabalho, completará o pequeno curso primário obrigatório de três ou quatro anos (escolas rurais ou urbanas), curso que as relativas restrições dos orçamentos baianos não permitem seja alargado.

Da escola primária superior, o aluno que deseje continuar os estudos poderá prosseguir-los nas escolas profissionais, nas escolas normais (depois de dois anos de ensino primário superior) ou nos ginásios, aos quais, com a instalação dos prometidos cursos profissionais, esse ensino complementar melhor se coordenará.

Dado o caráter meramente acadêmico do nosso ensino secundário e a facilidade da admissão da criança de 11 anos ao ginásio, o ensino secundário — que deveria suceder a um ensino primário de seis ou sete anos — sucede, via de regra, ao quarto ano primário. Daí, sem dúvida, a fraqueza dos nossos cursos secundários, o baixo nível intelectual que neles se nota.

A legislação do ensino secundário, porém, está entregue a União, e os estados não podem sacrificar seus planos de educação aos critérios que até hoje, infelizmente, têm predominado na organização do ensino ginásial.

Ao desenhar o plano de educação em que hoje se empenham os responsáveis pela educação na Bahia, o legislador procurou apenas organizar uma escola que, em seus diferentes graus, busca a finalidade de uma escola democrática: preparar os seus membros para uma eficiência social tão perfeita quanto possível.

Não lhe podia assim acudir a idéia a criação de uma escola popular — e popular deve ser o ensino desde as primeiras letras da escola elementar até o último do ensino secundário — em que não existisse, tao forte quanto qualquer outra, a preocupação de educar a criança para a vida econômica.

Em uma democracia, a educação não pode, sob pretexto de finalidades supostamente mais altas do que essa, se preocupar com uma preparação exclusivamente acadêmica. Foi esse critério que criou para o Brasil essa situação única no mundo: ser doutor ou ser graduado de quatro anos de escola primária. Não há outro passo. Todo o ensino acima do elementar primário é exclusivamente acadêmico e preparatório para a universidade.

A lei baiana procurou, na medida do possível, sanar esse mal e espera vê-lo completamente debelado no dia em que for permitida uma mais rica e mais adaptada organização do ensino secundário.

Nesse dia, o curso secundário tal como é hoje será uma simples seção dos cursos ginásiais e — esperemos em Deus — com um reduzido grupo de alunos verdadeiramente em condições de prosseguir a sua educação pelos campos especializados da universidade.

Da família nacional — no depoimento de Afrânio Peixoto —, a Bahia representará atualmente o maior esforço no desenvolvimento da educação. Não mede esse esforço, que de fazer sem grandes sacrifícios. Ela comparece a I Conferência Nacional de Educação com a consciência de que cumpre serenamente o seu dever. Compreende o espírito nacional que preside este tentame — a alta significação do movimento nacionalizador de nossa educação — e julga que ele será vitorioso se se interessarem na sua totalidade todas as classes cultas. Os governos federal e estadual se empenham, é certo, e com vivo interesse, para a solução atual do problema educacional brasileiro, mas, ao lado da patriótica iniciativa oficial, fortalecendo-a, propagando-a, deve agir a iniciativa particular. Faltaria o órgão central, diretor e representativo desse movimento seja não existisse prestigiosa Associação Brasileira de Educação, que, em hora feliz, promove a I Conferência Nacional de Educação. A ela devemos reservar um grande papel. Ela pode ser o órgão central e representati-, Para tanto, bastará que desenvolva e irradie a sua ação pelos estados, onde podem ser taladas associações estaduais filiadas, sob o paraninfado dos governos, com uma organiza-) adequada e eficiente. Não é preciso demonstrar como são legítimas as esperanças nos resultados dessas organizações. Nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Educação é o órgão representativo movimento de educação na América. Encerremos este trabalho com a sua plataforma, que parece dirigida ao Brasil: 1) Um competente e experimentado professor, em acordo afetoso com os ideais americanos, em cada escola pública dos Estados Unidos. 2) Facilidade sempre crescente para o preparo de professores e tal propaganda da profissão de mestre, que homens e mulheres do mais alto caráter e capacidade sejam atraís a esse importante campo de serviço público. 3) Um tal despertar do povo para as importantes realizações da educação que eleve a profissão do mestre a um alto plano na estima pública e estabeleça para ele uma justa compensação e reconhecimento social como condições para a sua permanente fidelidade as bases eficientes do serviço. 4) Continuada investigação dos problemas educacionais como a base para a revisão *destandards* e métodos educacionais, a fim de que as escolas possam atingir o maior grau de eficiência e fazer a maior possível sua contribuição para o bem-estar público.

5) A criação de um departamento de educação, com um secretário no gabinete do Presidente da República, e auxílio federal para encorajar os estados e assisti-los no desenvolvimento da educação, com a condição expressa de que a direção das escolas públicas permanecerá exclusivamente sob o controle dos estados.

6) A unificação e a federação das forças educacionais do País em uma grande organização devotada ao progresso da profissão de mestre e, através da educação, a promoção do mais alto bem-estar da Nação. Para alcançar esse *desideratum*, cada mestre deve ser membro de uma associação local de mestres, de uma associação estadual e da Associação Nacional de Educação.

7) Assistência solícita as associações estaduais e locais por uma legislação adequada tendo-se em vista a satisfação dos interesses de cada associação e o bem-estar de seus membros, de acordo com os estatutos e regimentos desta associação.

8) Estabelecer igual salário por igual trabalho a todos os professores de equivalente preparo, experiência e bons serviços, bem como promover a cooperação simpática de professores e diretores do serviço para que, sob a autoridade e direção responsáveis dos últimos, sejam utilizados todas as sugestões e conselhos baseados nas experiências escolares.

9) Cooperação com outras organizações e com homens e mulheres de inteligência e visão, convencidos que somente pela educação podem achar solução para muitos dos sérios problemas que confrontam nossa Nação.

10) A Associação Nacional de Educação se propõe um programa de serviço: serviço aos mestres, serviço a profissão, serviço a Nação. Seu supremo fim é o bem-estar da criança na América.

TESE Nº 42

## A UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

**M. Bergström Lourenço Filho**

Escola Normal de São Paulo

Não se discute, em tese, a necessidade da uniformização do ensino primário no País; é medida que se impõe como condição de boa política nacional em matéria de educação. Todavia, o problema não é simples. Denuncia-o a própria cautelosa redação da tese oficial, que propõe seja o assunto estudado nas suas "idéias capitais", sem um esquema rígido em que não se enquadrariam todos os aspectos do problema educativo brasileiro. Faz-se mister verificar, pois, que idéias devem ser tomadas como capitais.

### IDÉIAS CAPITAIS

#### **Os Fins do Ensino Primário**

Havemos de convir, primeiro, que as idéias capitais de uma obra qualquer de educação são as de sua finalidade, as de seu objetivo próprio e característico. Tudo o mais lhe é consequência ou

acessório. Quanto mais clara e definida a meta a alcançar-se, tanto mais nítidos e precisos os meios com que havemos de buscá-la. Instituições que a realizem, escolas que a estendam, variações do curso que a alonguem ou deprimam, tudo serão efeitos dessas idéias essenciais de fim.

Mas os problemas de finalidade do ensino admitem dois pontos de vista em seu estudo: um abstrato ou teórico, aplicável a um povo qualquer, em qualquer época; outro empírico ou prático, aplicável no caso particular estudado. Por outras palavras, o ponto de vista idealista e o ponto de vista pragmático. Um, o da doutrina, mesclado sempre de idéias filosóficas e de reforma humana em demanda do ideal. Outro, o da ação político-administrativa, calcado no estudo cuidadoso das possibilidades em mão, dos recursos ou elementos disponíveis, visando a uma realidade próxima, embora provisória, como elemento ainda de renovação.

Parece-nos que o ponto de vista de simples doutrina é o que menos cabe nesta conferência. Ele há de estar presente no espírito de todos, é obvio, como guia e estímulo, seja no sincretismo dos que inicialmente conceberam o problema, seja nos termos claros com que a Sociologia propõe hoje. Aqui, não viemos discutir esse ideal que se pressupõe. Viemos colher, do confronto do estudo meditado sobre esse ideal e do conhecimento vário das nossas coisas, um plano possível para sua mais rápida e proveitosa realização.

Contudo, nesse ideal que pressupomos de melhoria e aperfeiçoamento constante do homem, nem sempre se dá o relevo indispensável a certas condições do fato educativo, em que não será demais insistir. A pedagogia corrente, imbuída ainda de um individualismo à Rousseau, prega o ideal, em matéria de educação, como um desenvolvimento gradual e harmônico dos poderes de cada criança, tomada como indivíduo, em abstrato. E essa concepção poderia levar-nos a um plano desastroso de uniformização do ensino primário no Brasil, onde não há um meio social homogêneo, mas sociedades múltiplas, de variada organização e desenvolvimento, com exigências e possibilidades que lhes são peculiares. Parece-nos que este aspecto de diferenciação social não pode ser esquecido.

Claro está que a simples condição de união política nos fará assentar a necessidade de inculcar em todas as crianças brasileiras, onde quer que habitem e tenham de viver, certas idéias e sentimentos necessários à própria existência da nacionalidade e à integração de cada novo indivíduo a um estado médio de civilização, com a sua língua, o seu governo, a sua arte e as suas crenças. Nem por outro motivo se faz da educação primária uma necessidade política nas modernas democracias. Mas o que a boa escola deve realizar não é apenas o homem em abstrato, mas o homem de seu tempo e de seu meio, o homem de que a sociedade tem necessidade no momento. Ora, o estado social de hoje exige, a esse propósito, nos grandes meios urbanos em especial, hábitos de trabalho em cooperação, de disciplina e solidariedade, de que nem sempre se tem lembrado a escola tradicional, montada noutros tempos, no influxo de outras idéias de compreensão humana e social. A fixação deste aspecto parece-nos necessária para que a desejada unidade de ensino venha atender não só ao ideal do indivíduo para o indivíduo, mas ao do indivíduo para a sociedade.

Assim compreendida, a finalidade ideal encerra dois problemas circunscritos: a) o da adaptação a uma sociedade nacional, o que nos forçará a dar ao indivíduo, que para ela se

forma, um preparo também nacional; b) o da adaptação a um meio regional, segundo as suas possibilidades e necessidades. Esta dupla adaptação subentende necessariamente ne exercícios suficientes e necessários para garantir o desenvolvimento normal e metódico da criança como uma entidade biopsíquica. Por outras palavras: sobre o plano de desenvolvimento em abstrato da criança, como animal, uma adaptação social necessária ao indivíduo de seu tempo e de seu lugar, tornado um homem nacional e capaz de maior produtividade em seu meio próprio. Idealmente, a educação primária, imposta a todos como dever necessidade do Estado, cabe a homogeneização necessária dos indivíduos como membros de uma comunhão nacional, mas incumbe-lhe, por outro lado, a diferenciação necessária aos indivíduos, preparando-os nos diversos meios naturais, segundo as suas aptidões, a mais rápida e eficiente capacidade de produção. Tal é o espírito da moderna concepção do ensino primário: formar o homem, formar o cidadão, encaminhar a formação do braço produtor. Procuremos, pois, adaptar essa finalidade as nossas escolas, fixando assim o objetivo prático que buscamos.

Analisadas as condições da vida nacional brasileira — condições econômicas, sejam as de produção, sejam as de organização do trabalho; condições étnicas de formação do povo e de distribuição pelo vasto território; condições de vida político-administrativa —, a realidade se nos antolha desconcertante. Não há no Brasil um só meio social nem um só sistema de meio, mas sociedades paralelas (e algumas até em oposição) nos mais diversos estádios de desenvolvimento e, até certo ponto, em luta aberta, dada a fatalidade de fatores geográficos, étnicos e políticos. Um exame perfunctório dos quadros que anexamos, em que se compendiam os últimos dados estatísticos referentes aos diversos estados, comprova-o infelizmente de um modo inequívoco.

Consideremos, porém, que por certo aspecto o trabalho educativo deve procurar exatamente disfarçar e amenizar pela cultura cívica, tanto quanto possível, esses choques de interesses restritos, fazendo compreender e amar os da comunhão nacional. Não padece dúvida que o problema educativo brasileiro, encarado em toda a sua extensão e profundidade, é assaz complexo, não comportando um padrão rígido e único. Será sempre possível, contudo — e mais, é de urgente necessidade —, que uma campanha de coordenação de cultura se faça de qualquer modo. Ela terá de apegar-se as expressões naturais do espírito de comunidade, expresso pelo uso de uma língua comum, no amor a certas crenças e tradições, no folclore, nos costumes e no conhecimento do País. E se possível não nos parece um padrão único de ensino primário, em todo o caso haverá possibilidade de se fixar um sistema de padrões suficientemente amoldáveis as necessidades locais, em função de um plano nacional de cultura definido e estável.

Não cabe aqui, nem sabemos se seria possível fazê-lo hoje, um estudo completo dessa variabilidade social do Brasil. Todavia, é tao sensível a diversidade do litoral e dos sertões, do meio urbano e do meio rural em qualquer estado, do meio rural do sul e do norte, que basta anunciá-la para que se apanhem, de pronto, os dados de complicação do problema. Do ponto de vista de uma técnica segura, a cada um desses meios corresponderia

.finalidade específica, que se não deve iludir, mas, estabelecida que fosse essa diferenciação e proposto um sistema múltiplo de tendências educativas, teríamos feito obra platônica "tão-somente. As dificuldades de aplicação, por visível carência de recursos pessoais e manais, forçar-nos-iam a uma contramarcha. Paradoxalmente, é a própria exigüidade de ursos que nos vem qui simplificar o problema do ponto de vista prático, impondo-nos ma solução transitória. Em grande número de estados, muito se fará se atender aos reclamos de uma opinião — que é muito de discutir-se, mas já empolgou grande número de entendidos — que pede uma alfabetização extensa das crianças em idade escolar, sem outra finalidade senão a do aprendizado mecânico da leitura e da escrita.

É evidente que, em várias circunscrições da República, muito mais e melhor se poderá fazer. Nos estados do Sul, a contar do Rio de Janeiro, em Minas, em Pernambuco e mais um ou dois estados, será sempre possível aproximar-nos do ideal do ensino primário na sua justa concepção moderna. Nesses estados, ainda assim, dois tipos de escola e de ensino são necessários: o do meio urbano, nas cidades e vilas; e o do meio rural, nas fazendas, povoações e arraiais. É a prática regulamentar geralmente seguida, sem grande diferenciação de ensino, porém. A escola da roça, regra geral, é a mesma escola verbalista da cidade, com as mesmas tendências literárias e urbanistas, que falha, assim, por inteiro, a missão que deverá cumprir. Qualquer trabalho de unificação deve tender a fixar os pontos característicos desses dois órgãos, essenciais na reorganização do ensino primário e diferenciados segundo o seu objetivo próprio de adaptação as necessidades de cada zona de produção. Tudo exposto consoante um mínimo de realização compatível com os recursos dos estados menos prósperos. Em resumo: a finalidade perfeita do ensino primário, irrealizável ainda em grande extensão do País, deve ceder o passo a uma finalidade transitória e incompleta. Norteada, porém, por um espírito de construção nacional, esta finalidade transitória pode ser melhorada com o ensino pré-vocacional e com o estabelecimento de instituições pós-escolares, cuja importância e necessidade não carece de grande demonstração.

### **Dos Meios de Ensino Primário**

O estudo da finalidade prática leva-nos, em consequência, ao dos meios, pois é pelos meios possíveis que ela se define e ajusta. Não será preciso lembrar que o meio natural do ensino primário é a escola pública, gratuita e obrigatória, mantida como instituição de caráter eminentemente nacional. Em um país novo, onde tudo está por fazer na organização da cultura, o papel da escola pública é de importância capital.

Seria de grande utilidade e proveito, no entanto, que se animasse a tendência do ensino subvencionado, a exemplo de outros países e em franco desenvolvimento em alguns de nossos estados. Ainda agora, por um projeto de lei em última discussão, São Paulo adota o ensino subvencionado como um meio de grande alcance para maior extensão do ensino. O ensino subvencionado sistemático, com o controle do Estado, animará de modo contínuo o desenvolvimento do ensino privado, aumentada a eficiência das dotações orçamentárias e tendendo também a maior unificação desse ensino.

Qualquer que seja a categoria das escolas, segundo os seus recursos de vida pública, privada ou subvencionada —, elas não poderão fugir aos tipos já referidos de escolas urbanas e escolas rurais, para os quais urge uma propaganda de maior diferenciação segundo o meio em que estiverem. Nos meios urbanos, onde se torna possível mais extenso currículo escolar, deve-se tender a um tipo de escola pré-vocacional encaminhando-se os alunos para as profissões normais, artes e ofícios, combatendo-se destarte o ensino verbalista e com tendência literária, quase exclusiva. A escola primária deve encaminhar, por maior extensão do "manualismo", as escolas profissionais, onde as houver, e as fábricas e *ateliers*. Não se diga que tal ensino, assim orientado, viria prejudicar a formação dos espíritos de inteligência de tipo simbólico ou abstrato, que irão procurar, mais tarde, impelidos pela força natural que encerram, a carreira das profissões liberais. Mesmo a esses, o ensino assim orientado nenhum mal causaria, mas antes, como a pedagogia moderna nos demonstra, daria recursos para desenvolvimento mais seguro e harmônico.

Nos meios rurais, a escola deve tender — onde for possível torná-la mais do que um órgão de alfabetização — a um aprendizado agrícola, quando mais não seja para aguçar a curiosidade dos meninos da roça para a técnica agrícola racional. Nas escolas femininas do mesmo meio, ampliar, tanto quanto possível, o ensino vocacional doméstico, instituindo-se o aprendizado prático da higiene e puericultura.

Esboçado assim o plano dos meios, uma indagação surge, que é a da extensão do currículo primário. E ainda aqui, mais do que em teoria, devemos procurar indagar, dentro de nossas possibilidades, o que de melhor pudermos fazer, fixando-se — se se quiser fixar alguma coisa — um currículo mínimo de três anos para as escolas rurais e de quatro para as escolas urbanas. Deve-se, no entanto, fazer a propaganda de um maior curso primário, ao menos nas capitais e grandes cidades. A fixação do estágio escolar leva-nos a indagação da idade ótima de matrícula para o curso primário. Ainda aqui, como em tudo o mais, qualquer fixação seria de todo empírica (desprovidos como ainda estamos de testes mentais), não convindo aconselhar outra idade senão a tradicional do curso primário em todo o país, que é a dos sete anos.

E, em complemento, animar por intensa propaganda as obras de educação pós-escolar, que, infelizmente, nos falecem quase por completo. Dada a exigüidade do curso primário que a maioria dos nossos estados podem fornecer, ao menos por ora, a propaganda pelas bibliotecas de empréstimo, pelos aprendizados noturnos e pelas associações recreativas de cultura seria muito de desejar-se. Elas completariam, para muitos espíritos, o ciclo necessário da reflexão de certas idéias na idade apropriada; despertariam a curiosidade pelas modernas técnicas do trabalho; dariam o hábito da boa leitura, melhorando e unificando o trato da língua nacional; evitariam o desperdício de tempo, fazendo por muitos pontos a profilaxia da vadiagem e do delito. Repetindo um conceito de Dewey, lembraria que, se o Estado ou as condições de vida dos próprios pais não permitem a frequência da criança na escola por um curso primário completo, a escola poderia ir a casa do aluno pelo livro das bibliotecas de empréstimo, cooperando enormemente na cultura nacional.

Quais os aprendizados fundamentais do curso primário a serem indicados num plano de uniformização? Este será o ponto mais tangível ao público e mesmo a maioria dos professores. Depois do aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo rudimentar, é patente que a Geografia e as noções mais comezinhas de História nacional se impõe de um lado, como, de outro, as noções de ciências físico-naturais, sem as quais está hoje o homem desadaptado ao seu tempo; os hábitos de higiene e de civilidade, inculcados por todos os meios ao alcance do professor; os exercícios de desenho educativo e o máximo de manualismo possível, obedecendo a tendência pré-vocacional já referida. A língua nacional, a Geografia e a História devem tender ao culto nacional. O Cálculo, as noções de Ciências Naturais e os exercícios manuais, Desenho inclusive, a formação humana, como a orientação do trabalho natural da região por formas menos empíricas. Acrescente-se a tudo isto a iniciação a cultura física e o gosto pelos desportos. Mesmo os menos preparados dos mestres podem ser arvorados em chefes de jogos educativos, como futebol ou bola-ao-cesto e outros exercícios.

São estas sugestões a de um mínimo de curso primário a ser propagado. Os que mal conhecem o Brasil acha-las-ão mediocres ou modestas demais. Mas provera aos fados que elas se pudessem corporificar nessa mesma mediocridade ou singeleza por todos os sertões e praias do Brasil, onde milhares e milhares de crianças esperam a redenção da escola.

#### CONCLUSÕES

1) A uniformização do ensino primário, medida que se impõe como condição de boa política nacional em matéria de educação, é problema assaz complexo, consideradas as finalidades sociais da escola popular.

2) Essa uniformização, de caráter menos didático que sociológico, importará principalmente na fixação de uma clara finalidade do ensino, ao mesmo tempo nacional, como problema político, e regional, como problema econômico.

3) Dadas as condições atuais da maioria dos estados brasileiros, não será possível imaginar para já uma escola pública primária com essa perfeita finalidade social, diferenciada para cada meio particular; contudo, urge a diferenciação da escola urbana e da escola rural, reconhecida implícita ou explicitamente em todas as organizações escolares dos estados.

4) Na escola urbana, haveria a maior conveniência em orientar-se todo o ensino no sentido vocacional, de acordo com as necessidades e possibilidades econômicas do meio próprio da região em que estiver a escola, de modo especial para o sexo masculino; para o sexo feminino, a escola vocacional doméstica.

5) Não importa, para a unificação do ensino primário em suas idéias capitais, a uniformização do estágio escolar, tipos de escola quanto a sua organização interna ou administrativa, horários e programas.

6) Convém propagar por todos os meios a necessidade das instituições pós-escolares, como medida de aperfeiçoamento dos fins do ensino primário em sua finalidade social.



SOBRE A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA  
LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA E PELA CULTURA  
MORAL

**Fernando Luis Osório**

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

**F**onte da unidade nacional, da suprema unidade que é o gênio da Pátria, a união brasileira, para quem desprevenidamente vê o encadeamento dos fatos sociais e a sua coordenação lógica desprezando os acidentes secundários, essa união de um gigante que tem a décima quinta parte das terras do mundo, como ser ao mesmo tempo uma exigência primordial da unidade na variedade da natureza, é o próprio tema, é a própria dádiva da história, da política e da boa fortuna do Brasil, através de três regimes institucionais desde que se afirmou pela fé a Pátria persistente há quatro porfiados séculos de sacrifício e de coragem.

E o pensamento útil contido na presente tese, pensamento que pulsa entre os dois pólos de uma compreensão filosófica — o condicionalismo da força conservadora e o determinismo do progresso —, redundando numa questão de vida e de morte da nacionalidade ou de sua forma de equilíbrio político e social. Porque envolve a chave de tudo para o Brasil, a elavação da sua mentalidade, simultânea e harmônica, a multiplicação do valor de seus filhos, principalmente o valor moral, garantida e fortalecida a unidade da Pátria pela mais poderosa das máquinas de trabalho, pela maior das dívidas de justiça para com o poder de inteligência e a vibratibilidade da alma do povo brasileiro — a educação, que é a mais bela das causas nacionais.

Disse, há dias, um velho diário brasileiro da capital da República, falando, em editorial, do patrimônio da Nação, que as nossas responsabilidades e os nossos deveres dele decorrentes obrigam-nos "a uma atitude que muitos já recomendam, mas que ainda não foi devidamente definida".

Que devemos entender pela termo *cultura* e como desempenharmos a tarefa comum de pesar as forças ativas da Nação e orientá-las e estimulá-las para a realização de um plano ainda mal desenhado em seus detalhes e, mais ainda, nas suas linhas fundamentais?

Estas grandes linhas irão nos preocupar na presente tese, pois que, na ordem material como na ordem moral, "só o espírito regenera, só o espírito cria, só o espírito organiza".

Cogitaremos do sistema sistematizante que terá o Brasil para fortalecer a sua unidade moral, a sua consciência de constituir um todo sociológico, porque se o Brasil não tivesse fundamentos morais em que se devem basear as melhores aspirações nacionais, bem se compreende que não poderia realizar a *suamissão cultural*, a missão que constitui o seu *natural destino* no concerto humano.

E quais os fins culturais do Brasil? Do que resultará, pela cultura, a unidade nacional? São pontos de um programa, diretivas que vamos mover no presente trabalho, querendo marchar com segurança, guiados por indicativos e imperativos sociológicos do teorema nacional, e sugerindo as soluções, os meios a pôr em ação, que se nos afiguram eficientes e úteis e não meramente aparatosos, para que, neste momento do Brasil, seja respeitado e seja fortalecido o segredo do nosso ideal distinto de Pátria.

#### ONDE OS MEIOS? O QUE DEVEMOS FAZER, FORTALECENDO O QUADRO DA NAÇÃO, PELA ELEVAÇÃO DA MENTALIDADE BRASILEIRA?

Peças de armadura disciplinar interna, como um sistema cultural "sistematizante" contra o "perigo brasileiro", escudando o Brasil social, a unidade da Pátria, a República baseada na difusão das luzes e da moral, de males que seus filhos possam provir: míngua de instrução, depauperamento do caráter, definhamento do patriotismo consciente, organização das elites, classes dirigentes dos chefes, das populações, das forças ativas da Nação, em preconceitos centralizadores, em bairrismos vesgos, em federalismo desarticulado, em acúmulo dos erros das más administrações, em indiferença triste em que vegetasse a maior parte dos nossos patrícios, em uma palavra, afastando-se os aspectos anti-sociais e anti-humanos da sensibilidade dos indivíduos e das multidões.

#### PLANO SINÉRGICO DE AÇÃO NACIONALISTA

Sem desperdício de palavras, condensaremos em claras proposições esses indicativos e imperativos do teorema nacional, para o sentido social melhor, com os órgãos que, em intenção pragmática, passamos a endereçar a todos os ânimos bem intencionados, a todos os homens cultos e ricos de coração, como emanções da Pátria, instrumentos da sua alma, palavras e ações do seu pensamento e apenas raios conjugados e inseparáveis da grande luz, se a não interceptarem, que esclarece o futuro do Brasil. Na afinidade desses órgãos se nos afigura consistir a *unidade* com que atingiremos a harmonia funcional da inteligência criadora e da cultura educadora no Brasil, dentro do regime que é o da máxima descentralização com a mais forte unidade política; concorrendo e marchando paralelamente, como na América do Norte, a cooperação pública e particular, a combinada ação que devemos apressar dos indivíduos e da sociedade.

#### 1º ÓRGÃO

O *Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna*, informando a atitude, devidamente definida, do brasileiro--orgânico, do verdadeiro idealismo cultural do Brasil dentro do patriotismo-humano, escudada a Nação de males que da sua indisciplina social interna possam provir; conselho de altas capacidades e autoridades morais do País, como, por investidura automática do cargo, o presidente e os ministros da República, entre homens de notório saber e notória virtude, curando das soluções positivas adequadas a elevação mental do escola, que sai do povo, desenvolvida a instrução, garantida a saúde, a justiça, a administração, a segurança dos brasileiros.

O *Ministério da Educação Nacional*, em seus adequados departamentos relacionados com as secretarias estaduais de instrução, realizando o mais eminente dever do Estado — o de sistematizar o ensino, republicanizá-lo, nacionalizá-lo, colhidas as informações —, sob a chefia de um ministro sociólogo ou, ao menos, sociologista, que coordene, no seu comando o estudo e a aplicação social melhor dos processos biológicos e sociais de adaptação e elevação da mentalidade nacional, libertada do regime retórico e destruidor, a começar do preparo do professor brasileiro em escolas normais no País e, desde já, valorizando, estimulando o atual professor, instituindo e mantendo a higiene escolar, a pediatria nacional (estudo da criança brasileira), a sociologia da infância (estudo do meio, natural e social, em que se desenvolve o futuro cidadão), a assistência especial que o Estado deve à infância pobre (patronatos, maternidades, escoteirismo, etc), influenciando junto as fábricas para que tenham, anexos a colmeia de seu operariado, institutos educadores, tudo isso para a conformação dos costumes com as idéias cultivadas.

Custeado o ministério tirando-se do vício um bem, isto é, pelos impostos de consumo do álcool, do luxo, das diversões, como o cinema estrangeiro que desbrida desnacionalizando os seus freqüentadores, tal uniformização do ensino será feita nos seus pontos capitais, mantida a liberdade de programas. Outros departamentos afins, desse ministério nacional, cogitarão de influir, por sua vez, na organização dos quadros nacionais, isto é, na educação das elites, que estão a precisar, como mostraremos, do aperfeiçoamento literário, científico, artístico, técnico, profissional, dentro de um idealismo orgânico nacional. Assim, além das seções que atendam ao progresso individual nas suas três fases sucessivas — a estética, a científica, a filosófica — a obedecer numa educação integral, oportuna, adequada, haverá os departamentos que estimulem, que fomentem (é o termo usado na Argentina) a inteligência criadora e a cultura educadora neste País, onde se devia pagar a quem estuda e não encarecer, dificultar o ensino, amparando os devotamentos das conspirações do silêncio, da sanha demolidora da literatice jactanciosa, das simulações do talento e das ciladas dos grupos e corrilhos contra a eclosão da arte, do saber, do patriotismo, da virtude que é ensinável, na frase de Sócrates, confirmada pela moderna Pedagogia Social. E o departamento da vida cívica, a apreciar os fenômenos jurídicos e os da política-científica, conciliadora da liberdade com a autoridade, coordenará o trabalho "comum" dos outros departamentos, auxiliará a defesa do idioma nacional, adotando medidas para o máximo de resultados no sentido de manterem os brasileiros o cunho histórico da nacionalidade, fazendo que o assimilem os filhos dos imigrantes colaboradores do nosso progresso, conseqüente da ordem, mas assimilando, por sua vez, etnograficamente, além dos diversos elementos da formação brasileira, afetiva, especulativa e prática, os contingentes das raças fortes que dispõem da espinha dorsal do caráter que é a vontade, isto é, na re-educação total do País, sem perder de vista o exemplo japonês de assimilação dos melhores progressos nas ciências e nas artes, transformadores, em meio século, da velha nação asiática para a impressionante vitória nas indústrias e a glória dessa potência.

### 3º ÓRGÃO

A *Federação do Magistério Nacional*, tendo por objeto formar o credo do professor brasileiro, ressaído da essência da sabedoria brasileira, teórica e prática, diretamente, e correspondência com as Associações Brasileiras de Educação, para o estudo supradito da diatria e sociologia infantil, isto é, a que identificará o verdadeiro professor nacionalista com o meio natural e social em que evolui a criança dentro das realidades que nos cercam. É a espécie de sociologia da qual nos fala o professor Blaha, da Universidade da Tcheco-Eslováquia, no último número de agosto da *Revista Internacional de Sociologia*, de Paris, como devendo ser a análise técnico-higiênica e também econômico-social e psicossocial do ambiente em que a criança vive. Não basta esperar pela formação do professor nas escolas normais a espalhar no País; cumpre religar, num mesmo credo sensato, os grupos de estrelas atuais, que das escolas difundem as luzes e a moral, numa federação que aproxime o magistério nacional, metodizando a cultura com a preponderância do coração.

### 4º ÓRGÃO

A *Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais*, congregando as forças dispersas da intelectualidade brasileira, fazendo que, sem tolas vaidades, elas "se toquem e se reconheçam, na mesma aspiração pelo bem do Brasil"; isto é, trabalhando pela persistência do sentimento de Pátria, porque é esta persistência que dá a unidade e justifica a autonomia da nossa literatura, desde que a podemos definir como sendo a melhor expressão de nós mesmos, como sendo a literatura a própria consciência nacional, visto que os bons artistas, bons educadores nada podem valer sem o valor da sua terra, dada a função social e humana da arte e dado o nacionalismo-idealista ao qual corresponde, na observação das realidades do Brasil social e na antevisão da realidade ideal-futura, o verdadeiro sentimento do patriotismo-humano brasileiro. Tratará essa federação de afastar os males que nos produzem as literaturas condenadas no livro de Pompeyo Gener, "as literaturas malsãs" que estreitam o espírito, secam o coração e degradam o caráter, nada vendo além do estilo, da gramática, do verbalismo, quando não da pornografia acadêmica. E, desmoronando as igrejas de elogio mútuo, dois fins imediatos deverá essa grande união dos homens e mulheres de letras, ciências e arte nacionais alcançar neste momento do Brasil: a orientação da corrente modernista, que deve ser o acompanhamento das correntes de progresso social, de progresso da arte brasileira, sem quebra da nossa tradição cívica, num equilíbrio, por assim dizer, instável, progressivo, equilíbrio do gênio sociológico que alie as imagens históricas ao quadro nacional do ambiente físico e da visão do porvir; o outro objetivo, acima da monstruosidade da arte pela arte, será alcançado pelos bons artistas, bons educadores, pela eclosão de um livro que seja, no país, o *Diurnal do Brasileiro*, a cartilha dos nossos sentimentos identificados com o meio e a gente, primeiro dever do nacionalista, que nacionalize as idéias ensinando o Brasil e ensinando o patriotismo, livro feito de luz e de raciocínio para a educação nos lares, nos clubes, nas escolas, no escola e no povo, como uma espécie de hino nacional ampliado, livro que justifique com a história e perante a razão o nobre orgulho de ser brasileiro, de sentir o Brasil, de apreciar a sua contribuição moral para a obra da civilização, exprimindo-se a nossa individu-

alidade nacional nas designações de "povo laborioso e manso", "terra generosa e farta", "pais libertador de povos", brotadas dos lábios de Rio Branco e de Bartholomeu Mitre. Esse livro de cabeceira, essa síntese "como não há" de que falamos nas páginas do *Espírito das Armas Brasileiras*, explicará o chamado "milagre" da unidade nacional, a dádiva primordial do solo-a variedade sem ser incompatível com a unidade do corpo do Brasil, continuada pela história pela política e pela nossa boa estrela. Nessa cartilha da brasilidade, o historiador, artista e filósofo, como se nos afigura e qual sonhou um dia o brasileiro de emérito crítico, deverá condensar o assunto, deverá verbalizá-lo como naturalista, etnologista, economista, filósofo pedagogo republicano, erudito e poeta, respectivamente, para: descrever com exatidão a terra nacional, determinar-lhe os modos diversos, zonas, climas, aspectos pelos quais os meios colaboram com os homens; compreender e amar as diversas raças que levantaram no País as suas tendas e agitaram a luz do sol brasileiro seus músculos de combatentes pela luta da vida e da civilização, para entendê-las em seus cantos, em suas aspirações; rir e chorar com o povo, segui-lo na sua formação e progresso, acompanhá-lo na vida municipal, nos anelos de liberdade e segurança; surpreendê-lo no seu trabalho, tomando na mão os fios determinados da riqueza pública e particular; ter uma idéia nítida da *cultura* e dos *destinos humanos*, compreender o advento das pátrias, herdeiras de antigas glórias e antigos ideais prestes a transformar-se, urgidas por necessidades novas; conhecer a fundo todos os fatos, todas as peripécias do passado nacional; e, finalmente, construir de tudo isto uma obra artística, palpitante de seiva e de entusiasmo. Era von Martius, era o sábio naturalista, nosso hóspede por muito tempo, o primeiro a recomendar que tratássemos a história do Brasil como um *épos*, em estilo popular, posto que nobre, com zelo patriótico, fogo poético e amor, na missão de despertar todas as virtudes cívicas.

E, na federação proposta, os bons artistas reunirão e criarão elementos para que, no fastígio nacional, surja a articulação de um *Poema*, continuando e rematando, no sentir de Bilac, o poema de Camões, o da alma coletiva daquela Renascença, a qual nos prende o ímpeto artístico do cantor lusitano que sublimemente prenunciou a fase industrial moderna deixando-nos o traço luminoso do espírito latino.

Espírito que forma o gênio da nossa raça, no *slancio*, na arrancada que deu ao mundo a arte grega, raça mãe da escultura, o império romano, a moral cristã, essa Renascença, as cruzadas, a cavalaria do mar desvendando o Brasil. Artisticamente, foi o ímpeto camoneano o legado da vibração e do sonho a humanidade, ao animar os sentimentos e ideais do cavalheirismo heróico, do sentido legendário, do respeito poético da mulher. O Brasil nasceu e se criou na cultura latina; e, sendo latinos, queiramos em nossa descendência as virtudes máximas transmitidas com a essência do helenismo pelos romanos e caídas nas mãos dos celtas que a mesma essência legaram a povos continuadores de sua missão. Sinônimo de beleza — simbólica no Oriente, clássica segundo o molde helênico, ou romântica a partir do século XIX —, eis o que artisticamente é o ideal, cuja expressão tangível, a arte, como ensinou Hegel, define-se no ideal visado na forma, unidade da forma e da idéia. Eis a realidade no mundo: o domínio da poesia ou da arte que a idealiza; da filosofia ou ciência que a explica; e da política ou indústria que a aperfeiçoa. E como é preciso conhecer de antemão para idealizar, espiritualizar a realidade e aperfeiçoá-la, segue-se que a filosofia ou ciência é a base teórica da poesia ou arte e da política

indústria. As vãs puerilidades literárias estorvam a educação brasileira, que reclama o esteio das aquisições, regras e conselhos da ciência e da sabedoria. Nas ciências, o Brasil procurará sempre colaborar, honestamente e com acentuado fervor, para o alargamento do saber desinteressado. O pensamento atual, sem abandonar a realidade, agita a alma das coisas "num consórcio de que nasce a definição da arte" como emoção social e humana, e não como passatempo de desocupados, invenção pessoal, egoísta e má. Ibsen mostrou a bancarrota moral do que só foi artista nos dias da sua paixão pelo modelo.

Para ser feliz, ensinava Goethe, o indivíduo deve ter a coragem de viver no conjunto. Nada monta arcar contra o destino, ponderava Dante, destino que, para nós, consta de resignação diante das leis naturais, da ordem no mundo, na sociedade e no homem, e de ação quanto a modificabilidade secundária dessas leis, inalteráveis no seu arranjo e modificáveis na sua intensidade: quando elas nos são desconhecidas, o destino chama-se acaso. Tal a essência da verdadeira sabedoria, teórica e prática: conhecimento e submissão a ciência como base do aperfeiçoamento sobretudo moral. A independência do jovem Brasil, reagindo contra a estreiteza da política e o arcaísmo das letras portuguesas, foi a Revolução Francesa que nos deu, resultando o liberalismo na arte, a repercussão do romantismo, plasmado de beleza, na América. Os últimos renovadores exageraram e deturparam a escola saneadora: houve depois reação manifestada com os parnasianos no Brasil, no empenho de bem escrever, mas o Brasil tem o lirismo, inesgotável, de boa seiva, característico de nossa estesia, modeladamente expresso no gênio de Gonçalves Dias e no idealismo de Castro Alves, poeta social e humanitário, coletivando forças, como Bilac tocou o coração brasileiro noutra crise de angústia, todos interpretando o gênio de amor da nossa raça. Ligue essa corrente sagrada os artistas brasileiros, enchendo-lhes o cérebro e coração, na época em que se decidem os destinos da humanidade. A multidão passou, disse Ferri, do coro anônimo da tragédia grega a dignidade de protagonista no drama grandioso da história civil. E a história é a revelação dos esforços do mecanismo da cultura, esse mel de que vivem as abelhas humanas e que o gênio de Comte, distinguindo de civilização, apenas adota o segundo termo atento a etimologia, de mais amplo sentido social; termo feliz e poderoso que Léon Dumond caracteriza, reduzindo a civilização a "um acervo de forças na humanidade e para a humanidade". Se enfraquecidos se acham, no Brasil, os processos biológicos e sociais de adaptação, a economia, o conhecimento, a religião, a moral, a estética, o direito, a política, fortaleçamos todos eles para que funcionem na defesa, na independência e na fortuna da Pátria, defendido o encanto e a força da língua que canta em nossos lábios. E com essa defesa, o intelectualismo brasileiro, pelo exemplo e pela lição, pregue a decência do pensar e do dizer, as latinas virtudes sóbrias da justiça e da graça, dominando nas lutas do espírito a nota da dignidade, da elevação e da elegância dos que trabalham para a resplandecência da verdade.

E se a contemplação íntima e assídua da natureza brasileira, aliada a visão dos tempos e as prefigurações do porvir, despertar nos talentos poéticos ações reflexas e inspirar obras de valor, na música brasileira modularão as emoções superiores que a estesia lírica transfigura, e a emanção da mesma natureza física e moral saberão infundir as artes plásticas sem rasgarem as páginas das nossas ritmadas fases sociais. E em todos os ramos da literatura nacional, o estudo profundo do povo, no seu viver e na sua alma, determinará ideais fecundadores da

criação, sem precisarmos plagiar modelos estranhos. O regionalismo literário, luz e voz do meio em que nascemos, não desorganizará a unidade da literatura nacional, contanto que essa autonomia respeite a existência de um laço forte que dê coesão a federação intelectual. Tal será a *Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais* que alvitramos para as almas enérgicas que sabendo conciliar as forças de conservação com as de renovação, hão de estimular na alma coletiva o entusiasmo e a crença. É necessário que se vão unindo quantos pensam de um certo modo para que o poder espiritual cumpra o seu dever na educação dos quadros nacionais, na organização das elites, no aperfeiçoamento popular, científico, artístico, literário, técnico, profissional, cooperando com o poder temporal moralizado e responsável. Já lá se foi o tempo em que tudo se exigia e se esperava do Estado. Hoje, devemos desejar e estimular no Brasil o concurso espontâneo dos indivíduos e da sociedade, principalmente na instrução, para que se difundam os institutos educativos como os da América do Norte, fundados e custeados por associações não só científicas, religiosas, morais, como industriais e operárias. O remédio é a liberdade de exposição, discussão e reunião, liberdade contra a pior das ignorâncias que é a ignorância letrada, o monopólio monstruoso do charlatanismo "oficialmente carimbado". Os brasileiros têm o poder da inteligência e, como dissemos, a vibratibilidade de alma; mas, não nos iludamos, com a mentalidade retórica e violenta, o Brasil lentamente caminharia sujeito a calamidade de se partir, rotos os laços morais, orgânicos, divinos que o criaram, que o mantêm e o deverão perpetuar, assentes na comunhão da raça histórica, do idioma, do fundo cristão, da história e da legenda. É uma afirmativa de Comte:

O germe da filosofia positiva é tão antigo, no fundo, quanto o da filosofia teológica, sem embargo de se ter desenvolvido muito mais tarde, não podendo a vida humana oferecer nenhuma verdadeira criação, mas uma simples evolução gradual.

A seu turno, Spencer fala da unanimidade dos ignorantes, do dissentimento dos investigadores e da unanimidade dos sábios, dispondo de autoridade moral para afinarem as cordas da lira humana no poema da vida: amar, pensar e agir.

#### 5<sup>o</sup> ÓRGÃO

A *Federação da Mocidade Nacional*, a chamada alma virgem da República, será a tuba de ouro abrindo a senda do porvir se contar com os meios que o pensamento da sociologia esclareceu, apontando os trabalhos das novas gerações libertas da destruição e da retórica:

1) uma orientação filosófica humanitária, chame-se, no Brasil, cristianismo, chame-se positivismo, plasmando a mentalidade, os ideais da nossa história, os ideais dos nossos avós, num destino de sangue e de alma, de beleza e de fraternidade;

2) meio que o pensamento da sociologia esclareceu a mocidade: a educação sistemática, harmônica, integral, baseada na realidade, simultânea, preponderantemente moral;

3) uma ação no conjunto da sociedade guiada pelo estudo da política científica, ético-jurídica, para que as leis se não anteponham aos costumes e a mocidade desperte as claridades da razão e a lógica dos bons sentimentos, consciente da sua filosofia, isto é, de

um destino social, orientados os seus pensamentos, regulada a expressão das suas idéias e sistematizada a sinergia dos seus atos. Precisamos dizer o passado, o futuro e o presente lugar de dizer o passado, o presente e o futuro, consoante o célebre aforismo de Leibnitz: ordem filosófica das épocas não é a sua ordem cronológica". E precisamos dizer, ao contrário do pessimismo satírico de Juvenal: "Sejam os nossos filhos melhores do que nós, sejamos melhores do que os nossos pais, se estes quiseram ser melhores que os avós". Dependerá o futuro do Brasil da "fidelidade ou traição que o homem feito comete conta o ideal acalentado na escola". Se me perguntassem qual vem a ser o principal característico nacional do Brasil, disse uma vez Joaquim Nabuco, responderia certamente que é o idealismo, a conta do qual lançam-se movimentos em nossa história, porque nunca poderia a Nação se escravizar a um cometimento egoístico e baixo. O que é preciso que o ideal nacionalista da mocidade brasileira corresponda a realidade atual em que vive, o quadro das realidades sociais e naturais que a cercam, porque se o seu primeiro dever é o de nacionalizar as suas idéias, identificadas com o seu meio e a sua gente, não passara o seu ideal de uma quimera, sem objetivação possível, deixando, porventura, de ser a antemã, a antevisão da realidade futura. Só então ela redarguirá proveitosamente como no século XVIII o Cavaleiro de Oliveira a princesa Elisabeth: "Agora dirá Vossa Alteza que sou doido com as coisas da minha terra. Assim é, Senhora, eu o confesso! Como há mais de vinte séculos escrevia o maior filósofo antigo, para conservar os estados e assegurar-lhes a duração é mister educar a juventude no espírito do governo, sobre o pedestal amplo da mais aprimorada educação cívica, sem o que as leis mais úteis e aprovadas para nada servirão. Recebam os moços brasileiros uma educação republicana para viverem em República, governo em que o poder da educação, segundo firmou Montesquieu, se torna mais necessário, definida por ele a República, no século XVIII, como o regime da virtude, isto é, do respeito cívico ao direito. E a democratização do ensino é colimada, nos dias que fluem, pela pedagogia social, diz Stanley Hall, pela *school city*, pelas *junior-republics* (William George), pela *escola de trabalho* (Dewey, Schenstainer), pelas *escolas livres*, pela educação das próprias multidões contra as epidemias mentais (Gustav Wyneken), sendo um dos ideais da hora presente a popularidade do direito, o direito entendido por todos (Max Rumpf). Floração da vitalidade do povo, é a mocidade nacional a expansão renovadora das robustas gerações da Independência, da Abolição e da Propaganda Republicana, para, com heroísmo e poesia, se inteirar na saúde da Pátria, reproduzida, ainda mais alto, a observação do deputado Affonso Celso, em 1888, na Câmara: "A mocidade que surge das academias, dos seminários, do exército ou da armada é francamente republicana". Esplenda o regime da fraternidade, que é a República, no coração dos moços, lavrando a alma da Nação, sentindo o Brasil que a combinada ação de forças físicas, biológicas e mentais propulsiona querendo fatos, odiando a violência, glorificando a vitória do homem e a energia da terra, para o nosso bem, para o bem da América e o voo largo da concórdia dos povos, ideal imutável da vida humana. Se a idade de ouro não ficou para trás está adiante, e devemos caminhar para ela. Mas toda solidariedade humana é suspeita quando não começa por ser um sentimento de fraternidade nacional, na penetrante observação de Renan.



Como fatores da unidade nacional, as escolas de Direito criarão, no País, as cadeiras de Sociologia Geral e Brasileira, de Direito Nacional, de Política Científica (ético-jurídica). Dante belamente, definiu o Direito: "proporção que, conservada, conserva e, corrompida, corrompe a sociedade". Assim apanharam a complexidade do fenômeno jurídico, em sua função social, os Köhler, os Ardigó, para quem o pensamento dominante no Direito é o da organização da vida social. Formulando o problema fundamental da sociogênese brasileira, o horizonte humano nos desvenda o dilema: ou será o poder espiritual do proselitismo religioso o futuro organizador da família dos povos, ou terá essa organização social de se formar no domínio temporal como uma organização ético-jurídica, combinados interesses e fins culturais. Erra fundamentalmente Spengler quando, na obra *O Ocaso do Ocidente*, desconhece a continuidade histórica e a filiação ético-jurídica, esse rio de longo curso, na tríplice direção geral progressiva — adverte o egrégio Clóvis Beviláqua — para a segurança maior dos deveres e direitos, em maior número ao indivíduo e a maior número de pessoas. E o espírito republicano repousa sobre as idéias fundamentais de justiça e de segurança: de justiça, cujo conteúdo é liberdade, felicidade relativa e cultura; de segurança, cujo conteúdo é ordem e paz — o primeiro critério realizando a adaptação do homem a vida coletiva e o segundo criando, na síntese de Pontes de Miranda, a previsibilidade social. Penetrados desses rumos, curam os juristas da elaboração científica do Direito (legislação, interpretação, aplicação jurídica).

E se não caiu nas consciências a unanimidade de crença, o terreno está preparado para a realidade — ideal que há de, pouco a pouco, congregar os homens na fraternidade, no amor, na justiça e na paz; desde a mal esboçada fusão das raças nas tentativas de Alexandre; desde o predomínio não conseguido que os romanos alicerçaram ou do proselitismo, que está na essência de toda religião; e finalmente, o terreno foi preparado pelos grandes pensadores, entre filósofos, juristas, políticos e moralistas, espíritos generosos do passado e do presente. E hoje, nós temos no coração, bem disse Semi Meyer, o futuro da humanidade.

#### T ÓRGÃO

A formação e ação do *Sacerdócio Nacional* é relevante. Etnograficamente, influirá na integração das colônias estrangeiras, na assimilação dos filhos dos elementos ádvenas para que o Brasil seja um povo forte e homogêneo, mantendo, com o uso do idioma, o cunho da sua constituição histórica, porque o abrimos a todos os que fecundam e enriquecem a nossa terra, mas queremos "que o Brasil seja o Brasil, que os filhos desses átomos estrangeiros sejam nossos". E etnograficamente, por sua vez, o Brasil assimilará, além dos elementos diversos de sua formação, os contingentes cada vez mais numerosos da imigração das raças fortes que dispõem da espinha dorsal do caráter, que é a vontade. Não há pureza absoluta de tipos antropológicos, estremos de mescla e, principalmente na Europa, a mistura foi intensíssima; e todas as raças são educáveis e aperfeiçoáveis, princípio de Augusto Comte adotado no primeiro Universal Congresso de raças, onde falou Spiller. O Brasil será uma síntese, uma fusão da alma européia com a alma que Victor Hugo glorifi-

cou em carta de 1860 aos brasileiros, dizendo-nos, em nome da França: "Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga, reunis a luz da Europa ao sol da América". Em meio século, pelo fruto de um sistema de educação, os japoneses renovaram a velha nação asiática, amalgamando e fundindo os ideais das duas civilizações para darem um exemplo eloquente ao mundo de assimilação dos melhores progressos nas ciências e nas artes, ganhando vitória nas indústrias e abrindo, com glória, a porta das nações. Terão os brasileiros, agora, amanhã, algum dia, os borbotões da sua elaboração subterrânea, a água que a terra americana sorveu e agora mina, destila-se da terra e estua; auxiliados pela unidade da língua, com as misturas étnicas, a sua mentalidade americana não será impetrável aos orientais. Bem o sentiu Washington Luís ao escrever: "Somos o país fadado, na América do Sul, para a realização da fraternidade. Possui o Brasil todos os climas e para a imensidade de seus oito milhões de quilômetros quadrados pode convidar e escolher todos os povos da terra. Entre nós não há superstição de raça, preconceitos de cores ou exclusivismos de origens. Para manter, como devemos, nas relações entre os Estados e a Igreja, a liberdade de consciência, nem mesmo se deve indagar a opinião de quem nos fala ou de quem nos ouve".

Sim! E não seremos apenas uma civilização de cais: o sonho de um Brasil esboço da humanidade futura não apaga o valor do nosso povo, porque se dirá que no Brasil foi onde primeiro se pôs em prática, largamente, o desígnio de uma "democrática mansão dos deserdados do mundo". Especialmente como depositário da cultura latina própria do meio-dia da Europa, que nos continentes do sul deverá continuar a ter os seus representantes, as gentes brasileiras fulgurarão entre as gentes do porvir, como prefigurou Sílvio Romero, entre o tipo que há de ser a encarnação do cosmopolitismo futuro, missão fulgurante para o Brasil, missão de conagração e de paz, não sendo esse povo futuro oriundo do exclusivismo europeu, ou africano, ou asiático, ou americano, mas o povo livre dos preconceitos de castas, de raças, de seitas, de famílias, de grupos, de corrilhos, e tal será a nossa supremacia incontestada das regiões equatoriais quando, como um apêndice espontâneo do Brasil, tiver de juntar-se naturalmente a esta porção oriental da América o império luso-africano. Não passara já despercebido ao espírito de Comte semelhante capacidade de destruir e apagar preconceitos — reservada a civilização sul-americana, quiçá, como a resultante de mistura das raças, da fusão de idéias, costumes, justiça e crenças dos diferentes povos colonizadores —, alimentando esse filósofo, que glorificou e santificou o homem na história, esperanças das mais risonhas no duplo elemento ibérico, no meio resultante da expansão americana. O papel *do Sacerdócio Nacional*, empunhando a bandeira do Brasil, em cujas dobras resplende no Cruzeiro do Sul a lembrança da cruz e da catequese e a idealização pacífica dos povos ocidentais, é formidável, no sentido que apontamos e, em geral, no de alcançar o País o máximo de resultados do processo social de adaptação, que é a religião, de par com as medidas que a moral, acorde com a ciência, adotar como as mais adequadas a elevação brasileira do povo e do escola: pela sublimidade religiosa de ânimo, pela convicção que não desfalece, pelo conhecimento construtor e pela arte social e humana, devotamento cívico, dignidade, valor moral.

## 8º ÓRGÃO

A *Federação das Associações da Imprensa Nacional* será responsável na organização das fontes da opinião pública, uma federação vigilante dos que, diariamente, abrindo para a rua as janelas da alma, deverão afastar os aspectos anti-sociais e anti-humanos das sensibilidades dos indivíduos e das multidões, chamando os homens públicos a satisfação dos seus extrativos. Movimentos populares têm existido no Brasil, e basta citar que um parlamento hostil a idéia abolicionista, graças a opinião pública triunfante, se viu moral e politicamente coagido a tornar-se favorável a essa onda com que debelamos uma fatalidade, encaminhando tão bendita causa para um desfecho ordeiro. Dar-se-á, com a alavanca da imprensa orientada, a florescência do progresso brasileiro, o resultado natural e espontâneo da evolução normal, pela reeducação das classes dirigentes, dos quadros nacionais, pelo soerguimento viril das energias populares, das qualidades predominantes da força cívica, da generosidade, do amor ao ideal, a disciplina alicerçada no dever. O brasileiro vence sempre em todas as pugnas, desde que as tome a sério. E, observou Licínio Cardoso, a nossa história está cheia de vitórias sempre mercê do impulso que a vibração de alma imprime ao brasileiro, fazendo do seu corpo, aparentemente fraco, o corpo de gigante; fazendo do seu cérebro, aparentemente inculto ou apagado, o cérebro do gênio; fazendo do seu coração, aparentemente apático, o coração ardoroso; fazendo do seu caráter, aparentemente tíbio, o caráter de fidalguia indômita. O que é preciso é que exista no Brasil não uma opinião apenas, mas uma opinião nacional organizada, com a consciência dos perigos que nos rodeiam, com o controle do raciocínio, com as correntes internas de sentimentos que liguem a imprensa nacional, trabalhando no claro e liso roteiro nacionalista. É inútil insistir. A imprensa esclarecida e moralizada é que poderá esclarecer e moralizar a opinião, num culto que precede ao da riqueza, consoante a mais de meio século o disse Miss Martineau. É repugnante a malignidade de uns e o pessimismo interesseiro de outros, como é prejuízo da vaidade ou da ignorância acalentar frases delirantes de grandeza sem a consciência do que valem e queremos valer. Mas, na transição que ultimamos, em medida sensata, a glorificação da realidade é um bem em que as nações estáveis se embalaram.

## 9º ÓRGÃO

Lembrando-nos que maior título de orgulho da nossa raça é o culto cavalheiresco para com a mulher, o respeito poético da sua dignidade, recordando-nos do predomínio afetivo na evolução nacional sob o influxo dos antecedentes cristãos, virá, necessariamente, a *Aliança das Mães Brasileiras* em benefício dos lares, do zelo pelas tradições de recato e de pudor da mulher, na sociedade onde afligem a família elementos destruidores do seu conceito humanista e desgraças que rompem deveres, interesses e recíprocas afeições. Os primeiros bancos da escola são os joelhos das mães, ensina a pedagogia social. E a mulher, que pela sua natureza moral, pureza e ternura é superior ao homem, cabe elevar o nível moral da sociedade, a proteção da raça, da mocidade, o combate a miséria e aos

flagelos dos povos, preciosamente cooperando no ensino e na higiene. É certo que trinta e nove países nos outros continentes já facultaram as mulheres o direito de votar e ser eleitas. Mas, com direito ao voto ou sem ele, tem a mulher brasileira, nos dias que afluem, uma responsabilidade enorme no futuro da sua Pátria, quando, na recente frase de uma pensadora brasileira, ostentar nos braços uma parcela viva do porvir: um filho! Para que o prolongamento do amor natural seja o amor a terra-máter, é mister que se forme protegido o herói futuro pela providência dos lares nacionais, a mulher, que nos liga ao passado como mãe, ao presente como esposa e ao futuro como filha, comunicando ao indivíduo e ao cidadão os sentimentos de apego, de veneração e de bondade. A marcha de civilização vem da promiscuidade, da frouxidão, da transitoriedade das reuniões para o ritmo dos lares brasileiros, onde a felicidade nem sempre é assegurada por culpa da imperfeição humana, mais do que da forma que resolveu o problema geral da família sem se enleiar nas ilusões de outros povos que se pretendem mais cultos.

#### 10º ÓRGÃO

Todos somos operários da vida social brasileira dentro da atmosfera ético-jurídica das idéias que fundamentam o espírito republicano, e queremos, nessa obra, que a República vá dando, em leis, a atenção que em nossos dias lhe merecem os reclamos das classes operárias, procurando já o Congresso melhorar a lei referente aos acidentes de trabalho, instituindo-se caixas de pensões e aposentadorias em benefício dos ferroviários e as férias para os empregados do comércio e da indústria, obra jurídica do trabalho em que se destaca no Brasil o Rio Grande do Sul, equiparando os seus operários aos seus funcionários públicos. Que as empresas fabris anexem a colmeia proletária institutos de saúde física e moral; que todo operário na República tenha horas de lazer para cultivar o espírito, recriar e aperfeiçoar o sentimento, o patriotismo humano, e que todo operário tenha a sua casa de morada. Nem tirania, nem anarquismo, eis a fórmula do problema em ação. O trabalho coopera com o capital, que é social na sua origem e no seu destino. Mútuas serão as concessões, conciliados os princípios da justiça e as aspirações da igualdade com os princípios da utilidade, para que mitigados sejam os males econômicos do proletariado, sem que se suprimam os estímulos da produção. Para tanto, será fator da unidade nacional a disciplina do trabalhador brasileiro no seio de uma federação que, defendendo-o de males de arribação e internos, reduza dissemetrias industrial-proletárias. O Brasil, gigante que tem a décima quinta parte das terras do mundo, para fazer a emancipação do seu estômago, precisa aproveitar e honrar a riqueza, cultivando os ramos de atividade indicados pela variedade de seus climas e suas zonas, precisa produzir "a décima parte do valor da produção do mundo" em economia, em arte, em ciência, a fim de que socialmente se mostre cheio de audácias bem encaminhadas, de iniciativas autônomas, de energias para os grandes empreendimentos.

#### 11 ÓRGÃO

A educação do soldado-cidadão, que deve merecer a confiança nacional como o escudo ambulante da Pátria, assentará nas inflexíveis leis sociológicas. Começará quan-

do começa a educação geral, no aprendizado do lar, na escola primária do civismo, a do escoteiro, porque na educação cívica está compreendida a educação moral; e na transformação patriótica do cidadão acabará a constituição ética do indivíduo, que disciplina as suas paixões, que esclarece os pensamentos, enrija o caráter, tonifica o corpo para que a paz se mantenha no trabalho. O exército moderno é o produto filtrado da massa nacional, e a sua organização no Brasil não é a opressão do País, é a que se faz com as armas e os corações ao calor do patriotismo sensato: fluindo da instituição das reservas ao agrado e sem prejuízo das ocupações do povo pelas sociedades de tiro e fluindo da efetividade da conscrição, organização análoga, sem ser idêntica, a da Suíça, onde a unidade psíquica da raça é inferior a unidade da nossa. Para que sejamos justos e bons, devemos, sendo fortes, defender a tranqüilidade do nosso continente, o Brasil sendo o árbitro e o paladino da paz. Que as forças armadas, em *Liga Cultural*, ocupem no Brasil uma linha avançada propagando a missão que lhes compete na diretriz da nossa história, reunidas com a idéia de força nacional, essencialmente cívica. Reportamo-nos ao nosso estudo histórico sobre o papel nacional da gente armada do Brasil, que intitulamos *Espírito das Armas Brasileiras*.

#### OUTROS FATORES

Levando a termo de execução este trabalho em curto lapso de tempo, as vésperas da I Conferência Nacional de Educação, sem os vagares necessários para o trato de tão magno assunto, visto o atraso com que chegou a Seção Pelotense de Educação o chamado que buscamos corresponder, colheremos as velas sem poder justificar outros fatores da Unidade Nacional como armazenadas munições de um arsenal nacionalista para defesa da lei de progressão e possessão moral do patrimônio do Brasil, garantindo as tradições e, em geral, todas as qualidades nobres selecionadas pela história no coração dos nossos maiores. A despeito de termos sido presos ao velho mundo pela língua, pela religião e pelos sistemas institucionais, e apesar da influência secundária dos ritos e das normas éticas das raças inferiores, a continuidade da nossa vida atesta que somos um tipo a parte, mestiçado, de inconfundível caráter, graças as condições que cedo possuímos para que uma Pátria se constitua, diferenciando-se a nacionalidade, unida até hoje em nossas mãos, por entre as lutas do passado, delimitando e mantendo a área da Pátria consoante os influxos de época e de progresso exterior, refletidos no viver íntimo pela arte, pela ciência e pela indústria. Não há Pátria sem culto cívico ao forte fator da tradição. *Arcas das Tradições mais Puras do Brasil* seriam as agremiações em que se federassem no País as sociedades comemorativas das datas nacionais e dos grandes arquétipos brasileiros, etc, mantenedoras do rito da Pátria, sem bairrismos vesgos, cultuando o espetáculo das forças conscientes e subconscientes da nossa alma de povo, projetada no espaço e no tempo. Que foram as panatenéias gregas, senão a apoteose esto-religiosa da Acrópole, envolta na sombra de Aglaura, cujas pedras votivas se erigiam em todas as almas? Quais foram, ainda no dizer de um cristalino espírito, as cerimônias que em Atenas constituíram, em fase de apogeu, a vida sem símile da singular metrópole helênica,

não as comemorações religiosas do lar e da comunhão? E quando em Roma o incêndio meaçou o templo de Vesta, Roma, a magnânima, vacilou presa de pânico, perdeu a serenidade, porque era ali que os deuses protetores da cidade tinham o seu altar, e os próprios cônsules, respeitosos ante a pureza das virgens que alimentavam o ardor do fogo sagrado, baixavam, naquele coração da Pátria, os feixes simbólicos da sua magistratura- E não foi senão uma representação do rito da Pátria, o altivo Capitólio como "a águia de Júpiter dirigindo o remígio triunfante das águias do império". Bem sabemos que a emoção estética de Pátria, modernamente, se representa numa imagem primaveril, pondera Alberto Torres, imagem conduzida pela esperança. Mas se é a *Pátria dos Filhos* a viva realização do ideal humano, se ela está no amor de cada um por seus filhos e pelos filhos de seus concidadãos, o Brasil tem razões para viver unido por uma profunda comção que o não fará, por ingratidão, por falta de brio nacional, renegar as suas mais puras tradições.

Uma *Estátua da Pátria*, ampliando a idéia do monumento em bronze ao Rio Grande do Sul, que, em sua concepção e tentamen, justificamos em Porto Alegre, em 29 de maio findo, seria aqui por nós justificada, destinando-a a focalizar as consciências brasileiras, se dispuséssemos do prazo para estender os nossos argumentos. A unidade, os organismos, consiste na afinidade dos órgãos em vista da harmonia do seu funcionamento; e quiséramos falar de um *Partido Nacional de Política Científica*, fortalecendo, em soluções positivas, a União brasileira. Nitidamente apanhou José Bonifácio o problema da fundação da Pátria mantendo a integridade territorial do colosso americano e, quanto ao povo, cogitando de acelerar a fusão das raças progenitoras sem conceber sequer uma República com escravos. Fundou-se a República do lema Ordem e Progresso, da liberdade espiritual, do banimento da guerra de conquista, tendo um soldado-cidadão, Benjamin Constant, que, na frase do sociólogo Guilherme Férreo, pôs a sua espada a serviço de uma filosofia entre os dignos órgãos de uma revolução pacífica sem exemplo, eminentemente humanitária. Numa imprecação de patriotismo, os republicanos retomadores da estrada que o grande Andrada apontara, em torno de um partido nacional orgânico. condicionariam a força integradora do corpo e da alma nacional, força ao mesmo tempo de ação e de irradiação mental no Brasil.

#### HOMENAGEM AO GÊNIO DA PÁTRIA

A nossa alma brasileira de rio-grandense timbra em fazer suas as incisivas palavras de Júlio de Castilhos: "Todos nós devemos combater em nome da grandeza do Brasil, como idéia fatal, o separatismo" — palavras de quem pedira como condição eficaz de garantir a nossa homogeneidade política o federalismo, que não traria tendências para a desagregação, nem que se fizesse filiar o reclamo de Castilhos a ideação positivista das pequenas pátrias, tão incompreendida e malsinada, como asseverou Aristo Pinto, pela Superficialidade desenvolta, pois, efetivamente, por que razão entender-se semelhante concepção como egoística e demolidora, uma vez que essa filosofia, percebendo a tendência minoradora do sentimento de Pátria pela extensão dos países, aspi-

rava a expansão gradativa desse sentimento mesmo, a fim de tornar plenamente com patíveis o amor pátrio e o amor da humanidade, mercê da evolução de idéias pacifistas ... para tempos mais humanos? Sentimento que não permite conceber ordene a Pátria jamais, a prática de crimes individuais e sobretudo de lesa-humanidade: a atitude dos verdadeiros libertadores, em suma, dos povos ocidentais — Cromwell e Condorcet Washington e Danton, Franklin e Bolívar, Toussaint e Domingos Martins, Tiradentes e José Bonifácio. Somos uma Pátria em gênese, produto recente da história é a Nação brasileira, mas presa a Renascença pelo ímpeto do poema que prenunciou a civilização industrial contemporânea. Nascido o Brasil de uma das maiores expansões históricas da Europa, quando o povo caminhava para se emancipar, começando a declinar os privilégios, nascido o Brasil e criado na cultura latina, na moral cristã, com cento e cinco anos só de vida autônoma, tendo recebido no berço, com excepcionais rigores, a herança do velho mundo, certamente a Pátria brasileira se pode vangloriar de já ter reunido os fatores de uma grande nacionalidade, a contar de quando se deu sério começo a colonização. E na energia da terra exprime-se a vitória do homem; e, biologicamente, o Brasil, não há favor em dizer-se, venceu por adaptação e seleção, surgindo territorialmente das Bandeiras, dos escoteiros do sertão, e se afirmando pela fé na guerra holandesa e idealizando a vida que viveu, a natureza indomada que combateu, em renovação da luta com as feras, com os bárbaros, com a distância deserta; idealizando a história que, porfiadamente, soube tecer de sacrifício e de coragem, na sua adolescência de povo sonhando a Inconfidência, a República do Equador, a Guerra dos Farrapos, página de ouro da alma brasileira dos rio-grandenses redimindo-se com flores da última servidão do ocidente, fazendo duas revoluções sem revolução, a Abolição e a República Federativa, vivendo a experiência e os graves deveres da liberdade; durante a Monarquia, que foi um elemento da unidade nacional, derramando o seu sangue no estrangeiro; traduzindo o seu ideal distinto de Pátria, estudando, acentuando, dentro da civilização, virtualidades de sentir e formas de pensar, o seu feitio e os seus costumes, instituindo a Democracia, a salva de artilharia, consagrando um dia do ano para celebrar a fraternidade dos povos; engrandecendo-se no espaço e no tempo, conjugada com a política internacional e, finalmente, aspirando a vasto equilíbrio futuro como nova componente entre as forças da humanidade!

Rendamos homenagem ao gênio da Pátria. Gigante que cresce, o Brasil prescreveu nitidamente o seu destino!

#### CONCLUSÕES

A I Conferência de Educação Nacional, reunida no Paraná, resolve promover, junto as forças ativas da Nação, o funcionamento sinérgico dos seguintes órgãos, de instituição pública e particular, para fortalecerem, em nossas mãos, a unidade da Pátria, pela elevação da mentalidade brasileira:

- 1) O Conselho Consultivo de Defesa Nacional Interna
- 2) O Ministério da Educação Nacional
- 3) A Federação do Magistério Nacional
- 4) A Federação das Letras, Ciências e Artes Nacionais
- 5) A Federação da Mocidade Nacional
- 6) A Criação das Cadeiras de Sociologia Geral e Brasileira, de Política Científica e Direito Nacional nas Escolas de Direito
- 7) O Estudo da Pediatria, da Sociologia da Infância e da Filosofia da Educação Nacional
- 8) A Formação e Ação do Sacerdócio Nacional
- 9) A Federação das Associações da Imprensa Nacional
- 10) A Difusão de Escolas Normais para o Preparo do Professor
- 11) A Organização das Elites, dos Quadros Nacionais
- 12) A Aliança das Mães Brasileiras
- 13) A Defesa do Proletariado Nacional
- 14) As Arcas das Tradições Nacionais
- 15) A Federação do Reservista Brasileiro
- 16) A Federação dos Escoteiros do Brasil
- 17) O Partido Nacional de Política Científica
- 18) A Estátua da Pátria, na Capital da República

TESE Nº 44

## A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA, PELA CULTURA CÍVICA, PELA CULTURA MORAL

**Isabel Jacobina Lacombe\***  
Rio de Janeiro, DF

O assunto complexo e vasto que se entende no enunciado desta tese mais brilhantemente se trataria a luz da crítica mesológica e das leis da etnologia. Entretanto, confiada a uma educadora, não lhe pode ser indiferente o estudo da ação feminina como um dos elementos resolutivos dos problemas.

"Com a colaboração de Maria Lúcia de Almeida Cunha, diplomada pelo Curso Jacobina, da Escola Normal de Belo Horizonte. MG.



A meu ver, bastaria que se dissesse "A Unidade Brasileira pela Cultura Moral", por que o dever cívico decorre naturalmente da formação moral, e a literatura seria então o repositório de informações, manifestações, modalidades dessa mentalidade brasileira que desejamos soerguida e lúcida na compreensão de suas possibilidades.

Não há talvez plaga do Atlântico em que tivessem despontado mais tremendos os conflitos entre as normas de moralidade e a finalidade dos atos humanos.

Contra o utilitarismo assanhado do colonizador português, que pretendia haurir daqui todos os proveitos e gozos e extorquiria da terra e da gente toda a pujança se não fora a austeridade desassomburada dos da Companhia de Jesus, ricochetava a altivez belicosa do indígena ludibriado. Mesquinho no braço para amansar a terra, arrancou o colonizador, além do Atlântico, raça que melhor colaborasse no seu propósito. E veio o pobre negro, roído de saudades, desempenhar papel preponderante na novel colônia.

Ao estudar estes primórdios da nossa história, quem não lhe soubesse já a seqüência tem sensação de que elementos tão díspares nunca se haviam de amalgamar. Como nas reações químicas desaparecem os caracteres diferenciais dos elementos em choque para surgir um produto completamente diverso em forma e em acidentes, vem despontando, vem evoluindo, vem desabrochando a nacionalidade brasileira.

Nada fazia prever que se pudesse conservar unida a colônia portuguesa, dadas as falhas, aliás perdoáveis, numa mescla de elementos heterogêneos, ocupando um território imenso, escassamente habitado, de difíceis comunicações e diferenciando-se constantemente pela diversidade das regiões naturais.

No entanto, conseguiu o Império manter uma completa unidade política; e essa unidade, que reputamos, sob todos os pontos de vista, de grande vantagem e justo orgulho para o espírito nacional, traz em constante preocupação a geração atual.

Para obviar aos riscos de uma tendência separatista, julgamos essencial, imediato, premente, a realização do trabalho que tome fácil e rápida a comunicação entre os pontos afastados e alguns mesmo desconhecidos da nossa grande terra. Esse benefício material e inestimável facilitará a difusão de uma cultura que se proponha principalmente a incutir no povo o sentimento de união. E quais são atualmente as feições dominantes desse povo? 1) reação fraca aos estímulos normais; 2) otimismo desolador "camuflando" o derrotismo; 3) versatilidade sonhadora.

A nossa história documenta, claramente, que o brasileiro em tempo normal é quase atônico, de tendência franca ao comodismo. Mas se uma razão forte o reclama, temos um despertar surpreendente de energias adormecidas, e escrevem-se então em denodo, sangue e sacrifício as páginas palpitantes da Expulsão Holandesa, da Revolução Pernambucana, da Inconfidência Mineira, da Retirada da Laguna, da Abolição da Escravatura, da Remodelação do Rio de Janeiro, etc.

Essa força está, portanto, latente no coração do brasileiro e deve ser aproveitada e cultivada. O ensino precisa ser orientado no sentido de captar essa energia. Mais lucrará a Pátria com filhos fortes na vontade do que grandes no saber. Do heroísmo nacional, nestes e noutros lances da nossa história, resultou para o brasileiro uma confiança ilimitada em sua força potencial, que o fascina a ponto de descuidar do exercício de suas capacidades e do aproveitamento intensivo das suas riquezas.

Vivemos a achar que o que é nacional não presta. Mas que o brasileiro, quando quer, é capaz. Não se traduzirá nestes dizeres a versatilidade do espírito brasileiro em sua linha geral? Tomo corrigir tais tendências para desviar os males que inevitavelmente daí hão de nascer, trazendo talvez a desunião? Bastarão conferências, propaganda, cruzadas de civismo?

Bem sentimos que o que foi tentado neste terreno não logrou a messe desejada! Não conseguirão esta unidade sonhada de idéias, de arregimentação de energias, os meios que atuem no indivíduo já feito para então instruí-lo e catequizá-lo. É preciso que o germen da moralidade, que o amor a terra, que o sonho de comunhão nacional, que a prática sincera e perseverante de sua religião seja tudo instilado no coração inocente do pequenino brasileiro. Assim, quando a criança despertar para a vida já trará nas veias da alma o influxo vivificador do patriotismo são.

É evidente que as mães compete essa tarefa silenciosa, modesta, abnegada.

Infundirão nos corações dos filhos, no trato diuturno, o amor as lendas, as tradições da nossa terra. Que divulgam o que tão cristalinamente compilou Afonso Arinos. Divulguem-se as obras dos nossos modernos escritores, desperte-se a Pátria pelo amor ao município, aos estados. Espalhem-se os feitos exemplares dos nossos brasileiros, ao invés de apontarmos heróis do/a/- *west*.

A escola completará o trabalho do lar. À mestra cabe continuar a tarefa da mãe, cultivando com carinho a semente trazida no coração da criança.

As obras literárias de interesse regional tornar-se-ão largamente difundidas e encontrarão nas tenras inteligências terreno preparado para que frutifiquem as aspirações dos mesmos ideais patrióticos. Fiscalize-se, limite-se a propaganda estrangeira das escolas que nos trazem, evidentemente, um germen de desunião, como as dos alemães no sul do Brasil.

Em suma, a cultura, iniciada no lar, completada na escola, coroada pela comunhão de sentimentos inculcados pelas obras literárias fartamente divulgadas por todo o território, com a facilidade atual da radiotelefonía, sintetiza, a nosso ver, as condições primordiais, imediatas, essenciais para a manutenção da extraordinária força de coesão nacional.

TESE Nº 45

## SOBRE UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

**Ferdinando Laboriau**

Associação Brasileira de Educação

Não são idéias novas as que aí vão resumidamente expostas. Não são idéias originais; pelo autor já foram publicadas em diversas oportunidades, notadamente em um pequeno volume intitulado *À Margem da Organização Nacional*. Focalizam, porém, um assunto que se prende estreitamente aos trabalhos dessa conferência, pois que a educação e a unidade nacional se referem. Pareceram, por isso, oportunas.

Para coordenar, sistematicamente, os esforços em matéria de educação e organizar o nosso ensino.

É de tal monta o problema da educação nacional que justifica perfeitamente a criação de um aparelhamento adequado, ramificado convenientemente por todo o País e centralizado em um Ministério da Educação Nacional. Atualmente, subdividem-se essas atribuições por instituições subordinadas a vários ministérios, o que vale reconhecer-lhes falta de organização geral. A instrução primária, a instrução profissional, a instrução secundária, a instrução normal e a instrução superior ficam entre nós a cargo de instituições particulares e também dos municípios, dos estados e do governo federal. São independentes e praticamente estranhas entre si essas iniciativas, sendo de notar que, no que se refere ao governo federal, dessas questões se ocupam o Ministério da Justiça, o da Agricultura, o da Guerra e o da Marinha! Nem ao menos existe uma ligação geral entre tantas e tão diversas atividades. Conseqüência: algum esforço e quase nenhum resultado.

Nessa dispersão de esforços, nessa falta de coordenação e ausência de diretivas há casos realmente curiosos. Assim, por exemplo, são regidas por disposições inteiramente independentes a Escola Politécnica (subordinada ao Ministério da Justiça) e a Escola de Minas (sujeita ao Ministério da Agricultura). Entretanto, a Escola de Minas forma engenheiros civis, tal qual o faz a Escola Politécnica; a única diferença é que os diplomados de Ouro Preto são "engenheiros civis e de minas", ao passo que os do Rio de Janeiro são engenheiros civis, industriais, mecânicos ou eletricitas. O Ministério da Agricultura subvenciona o curso de Química na Escola Politécnica (subordinada ao Ministério da Justiça), como o faz em outros estabelecimentos de ensino. O ensino da Química ficou sendo oficialmente especialidade do Ministério da Agricultura... A este ministério estão subordinadas as escolas profissionais, inclusive a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, mas desse ensino também se ocupa o Ministério da Justiça. E assim por diante.

Na atual Lei do Ensino cogita-se até de um "Conselho do Ensino Primário e Profissional" (Ministério da Justiça). Mas sob esse título o que há é apenas a representação do Instituto Benjamin Constant, do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, da Escola 15 de Novembro e mais "um delegado de cada estado onde exista ensino primário subvencionado pela União". Somente...

Evidentemente, a simples criação de um Ministério da Educação Nacional não resolveria coisa alguma, se com essa iniciativa não viessem outras providências. De nada valeria a existência desse ministério, continuando tudo como antes. Foi o que se deu com a criação da Universidade do Rio de Janeiro: reuniram-se em universidade as escolas de ensino técnico superior que aqui existiam anteriormente e tudo continuou sem a menor modificação, além do aparecimento de um Conselho Universitário e de uma Reitoria, com funções insensíveis. Repetir a mesma história, em ponto maior, com a criação de um ministério novo, não poderia servir para coisa alguma. O que se precisa é coordenar, sistematicamente, os esforços em matéria de educação e organizar o nosso ensino. Para isso é que se torna necessário um Ministério da Educação Nacional.

## COM QUE FIM UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL?

Com o fim de manter a unidade pátria, por meio de um plano nacional de educação.

De todos os magnos problemas nacionais, o da educação é, sem dúvida, o de maior alcance, porque é pela educação que se formará a nossa nacionalidade, atualmente ainda imprecisa e que é mais um aglomerado heterogêneo do que um todo harmônico. Reside na educação nacional o fator máximo da unidade nacional, uma das questões mais graves para o nosso país e com que pouca gente se preocupa, apesar das tendências separatistas cada vez mais acentuadas. Para manter a unidade nacional, nada haverá mais eficaz do que criar uma verdadeira unidade, com um plano nacional de educação.

Assim como o problema da siderurgia não interessa apenas aos estados onde há minérios de ferro, assim como a questão do café não interessa somente aos estados produtores da rubiácea, sendo ambos, realmente, problemas nacionais, assim também o problema da educação não é meramente uma questão pedagógica, e sim um problema nacional. É mesmo o maior dos problemas nacionais. O lastimável atraso em que vegeta a nossa população do interior, abandonada e esquecida, é fruto em grande parte do alheamento em que se tem conservado a União em matéria de educação popular. Entregue essa questão aos estados e municípios, tem ela ficado inteiramente de lado, salvo raras exceções. Nem é para admirar que assim seja. Quem já viajou um pouco pelo nosso interior e conhece alguma coisa do nosso país, além da fachada brilhante que são as grandes cidades, bem sabe o que vem a ser a nossa mentalidade municipal. Entregar aos municípios o problema fundamental para a nossa nacionalidade, o da educação popular, é praticamente o mesmo que abandoná-lo.

Via de regra, os nossos municípios têm poucas rendas e, sobretudo, as preocupações políticas não lhes deixam sobras de energia para enfrentar convenientemente o problema da educação. E se tivessem verba e compreensão do problema, resultariam orientações tão diversas por esse imenso Brasil afora que a nossa unidade como povo nunca mais poderia se conseguir.

Nem mesmo aos estados é justificável que se cometa semelhante missão. Por toda parte, no mundo civilizado moderno, a orientação é una em matéria de ensino, isto é, em cada país há uma organização sistematizada para o ensino em seus diversos graus e em seus múltiplos aspectos.

Mesmo nos Estados Unidos, para só citar um exemplo, onde são tão desenvolvidas as iniciativas particulares e onde é tão forte o espírito individualista, só 10% da população escolar frequenta colégios particulares. Ali, os municípios têm uma larga interferência na educação popular, mas a orientação decisiva e um forte apoio econômico são dados pelo governo federal. É claro que a base da educação nacional tem que ser a instrução primária, mas para que tenha esta uma diretriz sistematizada é indispensável uma atividade muito diferente da simples subvenção de escolas estaduais ou municipais pela União, como se estabelece na atual lei federal do ensino (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925). É preciso começar pelo princípio, cuidando das escolas normais para a formação dos professores das escolas primárias e de, pelo menos, uma escola normal superior, para constituir um corpo selecionado de professores das escolas normais e secundárias.

Logicamente, a organização das escolas normais superiores deverá ser incumbência do governo federal; as escolas normais poderão ser subordinadas aos governos estaduais com auxílio financeiro e a orientação do ensino ficando a cargo da União; as escolas elementares poderão ser subordinadas indistintamente aos governos municipais, estaduais ou da União. Empregamos a designação ensino elementar de preferência a ensino primário por entendermos que nas escolas populares, ao lado do ensino primário e conjuntamente com ele, deve ser ministrado o ensino profissional elementar.

Paralelamente ao ensino primário, ao ensino normal e ao ensino normal superior torna-se indispensável, para que a educação nacional seja uma realidade eficiente, cuidar do ensino profissional elementar, do ensino profissional médio e do ensino normal profissional. Vemos, assim, para o ensino profissional uma organização análoga a que ficou acima traçada: o governo federal cuidando das escolas normais profissionais (ou escolas normais de artes e ofícios); os governos estaduais conjuntamente com o governo federal estabelecendo as escolas profissionais médias (chamadas simplesmente escolas profissionais); e as escolas profissionais elementares funcionando juntamente com as escolas primárias, pelo menos onde este ensino seja subvencionado pela União.

Uma estrutura como a que aí fica esboçada nas suas linhas gerais é coisa muito diversa da que, relativamente ao ensino primário e profissional, existe na atual organização federal do ensino. Na realidade, a União nada tem feito até hoje, praticamente, pela educação popular, e a última reorganização do ensino só platonicamente cuidou do ensino primário e do profissional; do ensino normal nem platonicamente se cogitou. Entretanto, cumpre não esquecer que, pelo menos, já ficou firmado o princípio de que o governo da União pode intervir para a difusão do ensino primário nos estados. Já é alguma coisa.

#### POR QUE UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL?

Porque, em matéria de educação, o que temos pelo Brasil adentro é uma colcha de retalhos, e urge impulsionar a obra educativa com a visão do problema em conjunto.

Desde que o governo federal entenda a sua função educativa como não sendo meramente restrita ao ensino secundário e ao superior e resolva, finalmente, tomar a si a tarefa da educação nacional em todos os seus graus, o aparelhamento administrativo que tenha de executar o programa nacional de educação tornar-se-á por demais complexo para ficar constituindo apenas um departamento. O ensino primário, o normal, o normal superior, o profissional elementar, o profissional médio, o normal profissional, o profissional superior, o secundário, o artístico, o técnico superior e o de ciências e letras, com todas as suas subdivisões e espalhando-se por todo o Brasil, exigirão, para ter plena eficiência, uma organização que muito melhor ficará se constituir um ministério independente: o Ministério da Educação Nacional.

O Ministério da Educação é um aparelhamento indispensável para que não se dispersem esforços e para se imprimir a tarefa eminentemente criadora da educação um caráter nacional. Será uma organização para orientação geral, de coordenação, de sistematização e, sobretudo, de impulsionamento. Não se trata de anular a competência estadual e a muni-

•pal, nem mesmo de restringi-las; trata-se, sim, de auxiliá-las, numa obra de colaboração . União com os estados e os municípios.

Há estados que, sob este ponto de vista, se adiantaram aos demais. Há estados pobres há estados ricos. A todos deverá acudir a União. Evidentemente, onde o ensino em qual-quer dos seus graus estiver já adiantado pela iniciativa estadual, municipal ou particular, a União não irá fomentar rivalidades estéreis com a fundação de escolas inúteis, concorrentes das que já existem. Trata-se de caminhar para a frente: onde nada houver, iniciar o trabalho de educação; onde já houver realizações, melhorá-las.

Ao lado do problema da educação, um outro há que interessa fundamentalmente a formação do povo brasileiro: o do saneamento. Não haveria inconveniente em juntar esforços para combater a ignorância aos trabalhos para acabar com as doenças, e não ficariam mal entrosadas as questões de saúde pública e de ensino. Poderíamos ter, assim, o Departamento Saúde Pública subordinado ao Ministério da Educação Nacional para um trabalho harmô-co. A escola popular deve ser aproveitada para cuidar da saúde da raça, e nela se devem inculcar os hábitos de higiene na população infantil. A inspeção médica nas escolas é uma necessidade, e haverá toda a vantagem em aproximar as funções do médico e do professor. Quanto ao ensino elementar, a nossa situação atual resume-se no seguinte: para uma população em idade escolar de seis milhões só temos um milhão de matrículas. Precisamos, pois, sextuplicar o nosso aparelhamento escolar de ensino elementar; e ainda restam os adultos que não receberam instrução alguma e que não se deve e não se pode deixar ao desampa-Nascer e viver aqui terá que ser, para tanta gente, uma triste condição de inferioridade? Quanto ao ensino profissional, só existe um esboço. O ensino secundário e o superior, imãs da boa vontade dos poderes públicos, têm sofrido reformas as mais desencontradas. ensino normal faz-se de forma tão variada de um estado para outro que, examinando-o, tem-se a impressão de que não são estados de um mesmo país, mas sim de países diferentes e separam as nossas fronteiras interestaduais. Colchas de retalhos: eis o que temos, pelo Brasil adentro, em matéria de educação. E para pôr um fim a essa desorganização e impulsionar a obra educativa, com a visão do problema em conjunto, é que se impõe a criação de um Ministério da Educação Nacional.

**GE A CRIAÇÃO DE UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL?**

Não há problema mais urgente do que o da educação nacional; não há, pois, como justificar o adiamento de sua solução de conjunto, com a organização de um Ministério da Educação Nacional. Há quase meio século Rui Barbosa frisava a urgência da criação de um ministério especial para o ensino; não será ainda chegada a ocasião de por esta idéia em prática, para impulsionar decididamente a educação nacional? Mas não tenhamos fetichismo pelos nomes, que pouco importam: o Ministério da Educação não é um fim, e sim um meio. É um meio para se conseguir o objetivo de intensificar a educação; não é um objetivo. De nada valerá criar um ministério e julgar

que só com isso estará o problema solucionado. O Ministério da Educação é necessário para que se resolva, e com o caráter "nacional" que deve ter, o nosso problema angustioso da educação.

Para que o Ministério da Educação possa agir com eficiência, será preciso dotá-lo dos recursos necessários. Não há como fugir ao dilema: ou o problema educação nacional é realmente da maior importância, e justifica, perfeitamente, os gastos que se apliquem ao seu solucionamento, ou não passa de uma questão secundária, sem alcance para o nosso futuro, e então não cabem despesas com o objetivo de alterar a nossa situação atual. Ou uma coisa, ou outra. E quem ousará opinar, a pretexto de economias, pelo abandono da educação nacional, continuando tudo como está presentemente?

Lembre-mos dos conceitos seguintes do grande Rui Barbosa:

A extinção do déficit não pode resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes espontâneas da produção. Ora, a produção, como já demonstramos, é um efeito da inteligência: está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza, se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras.

Assim o entendem todos os povos civilizados de hoje, e quanto melhor o executam, tanto mais rapidamente progridem. Nem nos é preciso sair do nosso continente para verificá-lo. A República Argentina, desde 1869, criou a educação popular federal; em 1920 o governo federal empregou ali 130 mil contos (50 milhões de pesos) no ensino popular federal, 65 mil contos (25 milhões de pesos) no ensino secundário federal e 30 mil contos (12 milhões de pesos) no ensino superior federal. Notemos que a República Argentina tem apenas um terço da população do Brasil. Aqui o governo federal abandona o ensino primário e consigna nos seus orçamentos apenas 26 mil contos para todo o ensino federal: militar, naval, profissional, secundário, artístico e superior. Comparem-se os meios de que se lança mão para a difusão da cultura, na Argentina e no Brasil, e compreender-se-á porque a Argentina é o primeiro país da América do Sul em cultura popular, com 43% de analfabetos, tendo nós a cifra vergonhosa de 75% contra 48% no Uruguai e 60% no Chile.

Se o governo federal resolvesse empreender a educação popular entre nós, consagrando a essa cultura, que é a mais remuneradora de quantas se possam fazer, 15% de suas rendas, entrando em acordo com os estados mediante o emprego por esses, para os mesmos fins, de importância nunca inferior a 15% das rendas estaduais, e acordando os municípios no emprego de pelo menos 15% das rendas municipais em fundos escolares, teríamos os elementos indispensáveis para iniciar um ataque resolutivo à falta de cultura em nosso país. Que formidável surto de progresso dali resultaria! Progresso estável, seguro, fruto do aumento da capacidade produtiva dos brasileiros, entorpecidos pelas doenças e pela incultura.

Quando teremos a energia e a capacidade de realizar semelhante obra, "a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras"?

Percebe-se perfeitamente um espírito novo a animar, no Brasil, a geração atual, que já se capacitou de que a base de toda a organização nacional deve consistir no solucionamento justo

dos problemas de educação. Povo educado é povo capaz de produzir, é povo livre, é povo progressista.

Até quando ficaremos inertes, sem realizar de verdade a educação popular? Sem ela nada valem constituições, por mais liberais que sejam, porque nada representam de real: são meras aparências. Podem se adotar lemas como "Ordem e Progresso"; enquanto a educação popular não for efetiva, tais proposições não traduzirão uma realidade.

#### ALGUNS ELEMENTOS A UTILIZAR, COORDENADAMENTE, NUM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Parques nacionais, jardins zoológicos, museus e jardins botânicos, subordinados a um Ministério da Educação Nacional, poderão ter um aproveitamento lógico, servindo harmonicamente a diretivas gerais, tendentes ao solucionamento do maior dos problemas nacionais: o da educação.

Colimando a conservação de riquezas naturais, há nos Estados Unidos a instituição dos 'parques nacionais' por toda parte onde se encontram formações naturais dignas de preservação. São afamados os parques nacionais de Sequoia, Yosemite, Crater Lake, Mount Rainier, Yellowstone, Grand Canyon, Wind Cave, Syllis Hill, Hot Springs, Rock Mountains, etc.

Não se consideram os parques nacionais, na América do Norte, como a expressão de um idealismo platônico. E os Estados Unidos são, inegavelmente, um povo prático: ninguém o contesta, e muita gente mesmo critica a sua mentalidade sempre em contato muito íntimo com o senso da realidade, nunca deixando de encarar o lado positivo das coisas.

Por que não imitamos os Estados Unidos, formando aqui alguns parques nacionais? Temos muitos sítios que estão a pedir esta providência. Belos e instrutivos, se não forem preservados em tempo, acabarão fatalmente perdidos. Tais belezas naturais não deveriam ser abandonadas, sujeitas a serem, lamentável e irremediavelmente, mutiladas.

Entre outros muitos, dois exemplos se destacam: Vila Velha, no Paraná, e Maquine, em Minas Gerais. Quem quer que tenha tido o ensejo de conhecer essas duas formosas preciosidades proclamará que é uma lástima não se promover, enquanto é tempo, uma inteligente conservação de tanta beleza.

Com uma despesa relativamente pequena poderia ser feita a aquisição de Maquine e de Vila Velha, e a sua conservação representaria uma insignificância.

Andam, porém, os nossos dirigentes tão despreocupados com o problema da educação nacional, que não lhes ocorre o interesse por semelhantes iniciativas. Pois se na capital da República não há sequer um jardim zoológico oficial! O que temos, e que é devido a uma iniciativa particular, ressentido-se da falta de recursos e não está a altura da cidade. Aí não há trabalho de conservação, e o jardim zoológico de Vila Isabel está hoje num triste estado, sem um gramado, sem um recanto bem cuidado, sem nenhum dos inúmeros atrativos que deveria ter e que certamente teria se para tanto dispusesse dos recursos necessários. Como iniciativa particular, representa um esforço louvável, mas quem já tenha visto os jardins zoológicos da Europa ou dos



Estados Unidos, ou mesmo o de Buenos Aires, não pode deixar de ter má impressão ao verificar o que é o "zoo" do Rio de Janeiro.

Por todo o mundo civilizado, os jardins zoológicos são mantidos com carinho, como um elemento de divertimento e de instrução popular. Aqui, porém, tudo o que se relaciona com o problema da educação fica desdenhosamente relegado para segundo plano.

Quando nos decidirmos a sair dessa apatia e resolutamente metermos ombros a empresa formidável de conseqüências, da educação nacional, certamente vir-se-á a cuidar dos jardins zoológicos, dando-se-lhes, então, a atenção que merecem. Parques nacionais, jardins botânicos, jardins zoológicos e museus são elementos de instrução popular que podem servir, também para pesquisas e estudos diversos, mas que têm o seu principal fim na difusão do ensino, concretamente. Quando se organizar aqui o Ministério da Educação Nacional, estará indicado o aproveitamento lógico de todos esses estabelecimentos para, coordenadamente, servirem a esse fim útil, harmonicamente subordinados a diretivas gerais.

#### O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E AS ESTATÍSTICAS DE ENSINO

As estatísticas do ensino são elementos indispensáveis, pelas informações que fornecem sobre as necessidades de cada ponto do território nacional, em matéria de educação. Essas necessidades, muito variadas, precisam ser conhecidas, especificadamente. Não basta saber o número de escolas de cada tipo, o número de professores e a frequência escolar. É preciso mais: recensear a população em idade escolar, saber da distribuição das profissões e tantos outros elementos, que o doutor Fernando de Azevedo, atual diretor da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal, competente e dedicado, antes de elaborar o projeto de reforma do ensino que acaba de fazer, resolveu mandar proceder a um recenseamento escolar no Distrito Federal. Se essa medida foi julgada necessária para o Distrito Federal, cuja situação é muito mais fácil apreender do que a do imenso território nacional, fácil é perceber quanto ela se faz precisa para a orientação do ensino por todo o Brasil.

Por ocasião da recente comemoração do primeiro centenário da fundação dos cursos primários no Brasil, o doutor Bulhões de Carvalho, diretor do Serviço Geral de Estatística, tentou levantar uma estatística do ensino no Brasil. As dificuldades encontradas foram tamanhas que não lhe foi possível lograr a realização desse louvável intento. Não conseguiu o diretor do Serviço Geral de Estatística resumir em um quadro os resultados colhidos, que são apenas alguns dados isolados, incompletos. Significa isso que a obra fragmentária da educação nacional não pode hoje em dia nem mesmo ser conhecida em conjunto. É a desordem, a desunião, o caos. Cada estado e cada município vai realizando as suas diretivas próprias, isoladamente, independentemente, sem uma finalidade comum. A unidade nacional acabará submergida por um tal trabalho continuado de dispersão. Daqui a uma dezena ou uma quinzena de anos, talvez seja tarde: já se terão feito sentir os efeitos de desagregação da mentalidade nacional. Já se terá esta fragmentado. E a tarefa, então, já não será mais a de prevenir, mas sim a de remediar, muito mais difícil.

Só um Ministério da Educação Nacional poderá realizar, proficuamente, a necessária convergência de esforços, a começar pela reunião de todas as estatísticas necessárias e a

terminar pela formação da mentalidade brasileira, orientando-a no sentido da unidade nacio-I Para o efeito de manter e estreitar os laços que se afrouxam, da unidade nacional, o Ministério da Educação Nacional será um elemento de primeira ordem.

#### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E O PROBLEMA DO LIVRO NO BRASIL

Livros didáticos bons e publicações interessantes relativas a educação nacional não têm, via de regra, largas possibilidades de desenvolvimento entre nós na desorganização atual, como se cada estado fosse um pequeno país com um número muito reduzido de leitores.

Coordenam-se, porém, os esforços para a criação de um Ministério da Educação Nacional e será possível dar maiores probabilidades de êxito as boas publicações educativas pela ampliação do número de leitores. Será essa uma das múltiplas atribuições do Ministério da Educação Nacional: cuidar do problema do livro no Brasil.

Manter e desenvolver as bibliotecas públicas e fomentar a publicação de livros e trabalhos educativos são tarefas que dizem de perto com a finalidade direta do Ministério da Educação Nacional e que lhe deverão logicamente competir entre as suas funções.

#### O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E OS INSTITUTOS CIENTÍFICOS E ARTÍSTICOS

Com a criação de um Ministério da Educação Nacional, é de esperar que se organize pelo menos uma Faculdade de Ciências e Letras, cúpula e remate do conjunto educativo. Às Faculdades de Ciências se poderiam anexar os institutos científicos e nacionais, como, por exemplo, o Observatório Nacional, hoje subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (!?). Os institutos científicos ficariam assim integrados no conjunto das finalidades do Ministério da Educação Nacional, onde as suas funções podem ser mais compreensivamente auxiliadas.

Não é somente, porém, a cultura científica que se interessa desenvolver entre nós; também a cultura artística. Ao Ministério da Educação Nacional deveriam ficar subordinadas as Escolas de Belas Artes e os Institutos de Música, como as demais instituições que visam ao desenvolvimento da cultura artística.

#### EM RESUMO

Assim entendida a atuação do Ministério da Educação Nacional, verifica-se quanto é diversa de uma simples organização burocrática, com uma denominação (departamento ou ministério) que pouco importa. Defendendo a criação de um Ministério da Educação Nacional, é no ponto de vista da organização de um aparelhamento eficiente que me coloco, verificando que não é exequível a tarefa, no quadro estreito de uma simples dependência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pasta complexa, em que seja dado ao problema da educação nacional toda a atenção merecida.

O Ministério da Educação Nacional permitirá criar no Brasil uma organização nova, que encare de frente o problema e não fique, timidamente, a recompor as mesmas velhas peças de um mecanismo obsoleto. Esse mecanismo, entre nós, tem sido montado — com pouca eficiên-

cia\_\_ colimando apenas a instrução. Não é simplesmente da instrução, mas sim da educação que se precisa urgentemente cuidar no Brasil, com uma visão nacional do problema. A sua ' solução não pode ser entregue inteiramente as iniciativas particulares, nem confiada exclusivamente aos estados ou aos municípios.

Pela unidade nacional, o problema da educação precisa ser orientado de modo uno, por toda a vastidão territorial do Brasil, e só o governo federal poderá fazê-lo. A solução completa da questão exige a criação de um ministério dotado de recursos suficientes, que estabeleça com ns diversos estados e municípios do Brasil os entendimentos que se impõem, pela unidade nacional

Como conclusão, proponho que a I Conferência Nacional de Educação adote a seguinte proposição:

"A I Conferência Nacional de Educação entende ser a criação de um Ministério da Educação Nacional uma necessidade urgente para o Brasil, devendo esse Ministério coordenar, sistematicamente, os esforços aqui dispendidos em matéria de educação e organizar o nosso ensino, colimando, por meio de um plano nacional de educação, estreitar os laços que determinam a unidade pátria e impulsionar a obra educativa por todo o Brasil, com a visão do problema em conjunto."

TESE N<sup>2</sup> 46

## O ESCOTISMO E A UNIDADE NACIONAL

**Victor Lacombe Américo L.**

**Jacobina Lacombe**

Associação Brasileira de Educação

**E**m todo o movimento que ultimamente se tem manifestado pela reforma dos métodos de Educação, constitui uma das mais belas vitórias a fundação do escotismo. Iniciado na Inglaterra pelo gênio de Baden-Powell, a novel instituição reuniu todas as características do novo movimento dando-lhe um cunho agradável e pitoresco. Apoiado pelas grandes sumidades educativas, como Bovet, tradutor e comentador de Baden-Powell, adotado e aprovado pelo Santo Padre, que incentiva quanto pode o escotismo católico, seguido e executado por quase todas as nações e seitas do mundo, o escotismo espalhou-se por toda parte.

Quais as características dessa formidável organização? Quais os perigos de deturpação que apresenta? É o que vamos tentar resumir nestas poucas linhas, guiando-nos, o mais possível, pela palavra do fundador da obra.

Antes de tudo destacaremos que:

- 1) o Escotismo não é uma organização de batalhões escolares;
- 2) o Escotismo não é uma federação de grupos de ginástica;
- 3) o Escotismo não é uma instituição escolar, um colégio propriamente dito;

4) o Escotismo é um complemento a instrução escolar que tem como fundamento ' pivot organização em patrulhas (grupos de meninos que trabalham sob a direção de um chefe-monitor) que tem por fim estabelecer o equilíbrio na educação da mocidade, aliando instrução propriamente dita ministrada na escola: a) a prática das virtudes cívico-morais (Código do Escoteiro, prática da boa ação diária, sentimento de honra, proteção aos fracos, lealdade, otimismo, urbanidade, cavalheirismo, cortesia, etc); b) a educação física e esportiva racional, adaptada as condições de cada um (facilitada essa adaptação pelo sistema das patrulhas) e com o fim próximo de despertar o amor a natureza (campismo); c) a educação da observação, da iniciativa, da habilidade manual, por meio das provas (tes- necessárias para a passagem das diversas classes a que correspondem os distintivos *badges*. Começaremos por observar que o escotismo não é uma organização militar. Foi justa-ente observando a ineficácia da educação militar ministrada em geral nos colégios que Baden Powell organizou o escotismo de modo a excluir o fim militar da educação física. Assim, começou tirando e banindo completamente dos grupos escoteiros a espingarda, substituindo-a pelo bastão, símbolo do explorador e amigo do campo. Tirou a blusa e o quepe militar, substituindo-os pela blusa e o chapéu *decowboy*. Acabou com as condecorações militares e instituiu *badges* escoteiras com a divisa "Sempre Alerta" (sempre pronto — *be prepartd*) e, principalmente, colocou como condição essencial e básica da instituição a voluntariedade. Toda a parte moral da organização está assentada sobre a idéia da honra, da consciência dos seus atos, declaradas num compromisso solene após o noviciado. Tirar a liberdade desse juramento é ferir o escotismo na sua raiz, e bem se compreende a razão por que desapareceram organizações que pareciam definitivas unicamente por falta de compreensão da verdadeira instituição. Alunos de escolas, coagidos a freqüentarem grupos, com instrutores militares, fazendo ginástica e marchas com exatidão formidável, em que se distingue isso de um batalhão escolar?

No entanto, Baden-Powell declara no seu livro básico *Scouting for Boy*: "a nossa organização não é militar", "o nome de escoteiro não tem significação militar", "não temos a menor intenção de fazer dos nossos rapazes soldados nem lhes provocar sede de sangue" (p.346 da trad. port.). E ainda declara noutra obra que desconfia do escotismo de um grupo escoteiro que marcha na perfeição.

O escotismo não é também uma organização de grupos de ginástica.

Muita gente há que considerar o escotismo como uma esplêndida escola de ginástica sueca e dinamarquesa. O escotismo, porém, tem no seu programa de educação física um plano muito superior. O fim da educação física escoteira é despertar o culto da saúde do corpo e incentivar o esporte bem compreendido. Por isto ataca de frente o problema da educação física pela ginástica, pela higiene pessoal, pela educação sexual, pelo esporte e pelo campismo. Um grupo de escoteiros está sempre pensando num acampamento e deve realizá-lo o maior número de vezes possível. É lá que se põem em prática as qualidades essenciais do escoteiro: resistência, atenção, iniciativa. Para desenvolver a atenção, lembra Baden-Powell, há uma série de jogos que se podem adaptar e inventar, de um modo incalculável, sobre reconhecimento de pistas, pegadas, etc.

Vistos sucintamente alguns pontos do escotismo, passamos a tratar do alcance internacional e nacional da obra.

Mantendo o cunho nacional de cada tropa, o escotismo é um dos mais poderoso meios de expandir o sentimento de cordialidade entre as nações. Nas suas reuniões internacionais — *osjamborees* — é interessante verem-se os vários grupos com o uniforme levemente modificado por um costume nacional. É o fez nos egípcios, o turbante nos hindus o saio nos escoceses, etc. E tudo isto trabalhando para um fim comum.

Mas não é somente no exterior que o escotismo apresenta esta extraordinária forma de adaptação. As *suas badges* são acrescidas e modificadas pelas religiões ou pátrias que o adotam. Assim, os católicos têm em suas tropas as especialidades de apologeticos, catequistas, conferencistas e sacristão. Os americanos adotaram os costumes e tradições dos peles-vermelhas.

Nós ainda nada fizemos neste sentido; temos campo aberto para um trabalho imenso que é o de inocular no sistema escoteiro as nossas lendas, as nossas tradições, os nossos costumes, os nossos cânticos e a nossa história. Será assim o escotismo, sábio e criteriosamente difundido pelo país, mais uma arma eficientíssima para manter e aumentar a força de coesão nacional.

E sendo todos esses sentimentos ministrados sem ódio mas com amor por todos os povos da terra, contribuirão, sem dúvida, para a realização desse sonho tão belo e longínquo mas que cada vez mais se aproxima da realidade — a paz universal.

A primeira Conferência de Educação declara, pois:

1) Que é altamente recomendável a instituição do escotismo nas escolas do Brasil, livre e voluntário.

2) Que é de grande alcance para a unidade nacional o estudo da nacionalização do escotismo, isto é, a introdução da nossa história, da nossa tradição, da nossa natureza, dos nossos cânticos e dos nossos costumes na obra escoteira.

TESE N<sup>o</sup> 47

## O ESCOTEIRISMO NA EDUCAÇÃO

Amarylio R. Oliveira  
Casa Escola Centenário

Não é a pretensão de vos oferecer uma jóia literária de alto quilate que me animou a tomar parte nos trabalhos deste patriótico congresso. Nem é ainda a pretensão ou esperança de produzir uma peça oratória de subido valor que me traz a esta tribuna.

Não, senhores congressistas! Muito outro é o meu sentir e mui diferentes as minhas intenções.

Atrevo-me a apresentar a tao seleteo auditório o meu humilde trabalho porque trago como credenciais não um renome literário ou pedagógico, mas tão-somente o desejo ardente de trabalhar pelo futuro da nossa pátria estremecida.

Sim, senhores congressistas! E o amor a mocidade brasileira, é a vontade inabalável de ver o nosso Brasil grande e forte que aqui me trazem!

E deixai que eu vos diga, senhores congressistas, aqui estou pleno, vibrando de fervoroso entusiasmo, orgulhoso com tão subida honra, sentindo já cantar-me na alma o hino da vitória!...

Mas ... confiado em que? — me perguntais. Confiado, eu vos respondo, no vosso patriotismo e na santidade da causa que venho defender: o escoteirismo.

#### ORIGEM

Que é o escoteirismo?

Para bem compreendê-lo é conveniente recordar como nasceu essa admirável instituição.

O general inglês Baden-Powell, quando dirigia a campanha do Transvaal, ficou muito admirado ao ver como os *boers* aproveitavam seus filhos nos trabalhos auxiliares da guerra: reconhecimentos, observação do inimigo, transmissão de ordens, etc. Resolveu imitá-los e formou um exército de meninos e jovens espertos, vivos, alegres e dedicados que lhe prestaram valiosos serviços no cerco da cidade de Mafeking. (*Promessas do Escotismo* — conferência pelo professor Amaral)

Daí por diante seu espírito de homem forte e amante de sua pátria, seduzido pelos frutos que desde logo pensou em colher da educação viril e enérgica da infância, tomou a peito a realização do seu nobre ideal.

Terminada a campanha do Transvaal, voltou Baden-Powell a Inglaterra e ficou contristado ao ver o abandono em que vivia a mocidade de sua pátria: falta de energia, nenhum amor ao trabalho, falta de caridade e lhanza no trato quotidiano, falta de respeito aos pais e aos velhos, enfim, um amolecimento do orgulho nacional que asfixiava o patriotismo e abalava os alicerces do lar e da família.

O velho e brioso militar não desanimou diante deste quadro desolador.

Suas cas não lhe roubaram a esperança de salvar a mocidade, e, então, formou essa cruzada de amor e patriotismo a que deu o nome de *Boy-scout*

Isto sucedeu em princípios de 1908, na Inglaterra, segundo Benjamin Sodré em seu estupendo livro *Guia do Escoteiro*, no qual, aproveitou a oportunidade para declarar, fui buscar os dados e pareceres do meu trabalho, não só por ser Benjamin Sodré o mestre e apóstolo do escoteirismo no Brasil, como também porque todos quantos se interessam por esta patriótica instituição devem conhecer aquela obra.

#### FINS

Como já salientei há pouco, o fim colimado pelo escoteirismo é a educação da mocidade, mas com uma pedagogia nova, cheia de viço e livre das peias do carrancismo conservador que ainda dirige muitos dos nossos educadores.

O fim mais nobre do escoteirismo é formar homens que honrem sua família e glorifiquem sua pátria.

O escoteirismo, qual anjo tutelar, afasta a mocidade de tudo o que é nocivo ao corpo e ao espírito. Sendo este seu intuito, combate a depravação de costumes, a efeminação, a falta de caráter, o uso de bebidas alcoólicas, de fumo, etc, e isto por meio de um programa suave e inteligente

Em confirmação do que assevero, ouvi o que disse o grande Baden-Powell ao dar início a sua nobre campanha: "O meio de refazer as nossas energias enfraquecidas nos é ensinado numa escola, nos postos avançados das nossas colônias: a escola da vida selvagem. Lá, o indivíduo, o jovem, se vê na contingência—quer queira, quer não—de ser um homem e não um carneiro; abre o seu caminho palmo a palmo, através da natureza inimiga e — se quer vencer—tem de conquistar o êxito em plena luta." (*Promessas do Escotismo — Amaral*)

Para conseguir, porém, o seu ideal, para levar a termo feliz o seu grandioso empreendimento, era mister uma diretriz, um programa.

#### PROGRAMA

Baden-Powell, muito embora não sendo um pedagogo, congregou em sua maravilhosa instituição os mais profundos preceitos de Pedagogia.

Nessa admirável escola, a mocidade educa sua alma, seu caráter, enriquece sua inteligência, seu espírito e fortifica seu corpo e seus músculos.

Com este intuito e para mais eficientemente conduzir os jovens, sintetizou em um bellissimo decálogo o mais perfeito compêndio de honra até hoje concebido.

Qual outro Moisés, Baden-Powell, com seu código, consegue trazer os jovens ao caminho do bem. Ei-lo em toda a sua simplicidade:

- 1ª - A palavra do escoteiro é sagrada.
- 2ª - O escoteiro é leal.
- 3ª - O escoteiro tem o dever de ser útil e de ajudar o próximo.
- 4ª - O escoteiro é amigo de todos e é irmão de qualquer outro escoteiro.
- 5ª - O escoteiro é cortês.
- 6ª - O escoteiro é amigo dos animais.
- 7ª - O escoteiro sabe obedecer.
- 8ª - O escoteiro é alegre e brinca.
- 9ª - O escoteiro é econômico.
- 10ª - O escoteiro é puro de pensamentos, de palavras e de atos.

Este código tem sofrido algumas modificações sem, porém, perder coisa alguma em sua essência.

Os jovens se comprometem a seguir esta lei por um juramento, um compromisso de honra.

Nestes termos:

"Prometo, pela minha honra, proceder, em todas as circunstâncias, como homem consciente dos seus deveres, leal e generoso; amar a Deus e a minha Pátria, servindo-a fielmente, na paz e na guerra; obedecer ao Código do Escoteiro."

Diante deste código, diante do ideal que animou o seu fundador, o escoteirismo dispensa todo e qualquer elogio.

No entanto, vejamos de relance de que forma ele se põe ao desempenho de educador.

#### O ESCOTEIRISMO----- ESCOLA DE EDUCAÇÃO COMPLETA

O escoteirismo é uma escola de educação completa, porque seu programa abrange a educação em todos os seus aspectos, satisfazendo assim aos preceitos pedagógicos, tendo em vista a definição de Denzel: "A educação é o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, morais e intelectuais".

E de que modo? Vejamos:

O desenvolvimento físico é conseguido mantendo seus jovens adeptos o mais possível ao ar livre, dando-lhes uma vida de natureza. As caminhadas longas pelos campos, pelas matas, a respirar o oxigênio forte que se desprende, trazem-lhes um enriquecimento do sangue. Os exercícios naturais — marchas, saltos, corridas, escaladas — e os variadíssimos jogos escoteiros que a esses vêm se ajuntar tornam, em pouco, a criança robusta e vigorosa. Metódica e gradativamente habitua-a as intempéries.

O escoteirismo a ensina a ser cuidadosa com a saúde, a ser prudente sem ser medrosa. Ministra-lhe conhecimentos práticos de higiene pessoal e coletiva, inspirando-lhe uma viva aver-são aos hábitos prejudiciais ao seu organismo, como o álcool, o fumo e todos os excessos, quer nos exercícios, quer na intemperança.

Despertando uma elevada admiração por tudo quanto nos é dado pela natureza, por Deus, leva a criança ao mais profundo respeito ao seu próprio corpo.

O desenvolvimento moral é a preocupação suprema do escoteirismo, e isso é conseguido pela prática das virtudes sintetizadas pelas leis do escoteiro. Essas leis, conjunto perfeito de regras de honra e virilidade, que o escoteiro diante da bandeira promete cumprir, são a base onde assenta toda a moral do escoteirismo. São um código que lembra o código dos cavaleiros de outrora, exemplos de nobreza que os escoteiros fazem reviver depois de séculos. A preocupação contínua do escoteiro é cumpri-lo. Não pode ser senão muito puro o meio onde o espírito é norteado por tal bússola.

A ação dessas leis seria imperfeita se os escoteiros se limitassem a uma admiração platônica por elas. Mas isso não acontece; são cumpridas praticamente, são realizadas por atos.



As práticas escoteiras não se limitam a desenvolver os sentimentos do coração. Ao lado da bondade, da verdade, da pureza, que embelezam a alma humana, firmam as qualidades de virilidade que desenham o caráter: a energia, a iniciativa, a coragem, a responsabilidade.

O escoteirismo, despertando no jovem um profundo patriotismo, desenvolve ao mesmo tempo doces sentimentos de fraternidade universal.

Sob o ponto de vista de desenvolvimento intelectual, o escoteirismo, embora não ministrando instrução teórica de nenhuma natureza, vem completá-la, dando certos conhecimentos práticos que a escola não dá e permitindo a aplicação de estudos teóricos lá recebidos.

Uma das grandes preocupações é despertar o espírito de observação e o desejo de a criança aprender por si só.

Para desenvolver essas qualidades, sem as quais o homem não terá personalidade, o escoteirismo dispõe de vários e interessantes jogos.

Os exercícios de descoberta e seguimento de pista, tirando dos sinais e pegadas encontrados no chão positivas conclusões, são uma ginástica incomparável de desenvolvimento intelectual. O exercício de observação denominado Jogo do Kim, os conhecimentos de utilidade prática, como a orientação pela bússola e pelos astros, os levantamentos topográficos, a avaliação, a simples vista, de distâncias, áreas e volumes, a transmissão de sinais são exercícios de não menor valor no desenvolvimento da inteligência.

Ainda sob esse ponto de vista, o estudo prático da zoologia e botânica, que no escoteirismo se limita a observações práticas sobre a constituição, vida, hábitos dos animais, pássaros, insetos e plantas, desempenha um papel proeminente.

Eis, em traços gerais, "o programa educativo do escoteirismo" (Benjamin Sodré, *Guia do Escoteiro*, p.1-3).

Sendo, portanto, o escoteirismo uma escola de educação completa, é, *ipsosfacto*, um poderoso auxiliar dos mestres e educadores.

Por meio do escoteirismo, o professor consegue atrair as crianças e os jovens a escola, porque os jogos, os passeios e todas as diversões que o escoteirismo, muito de indústria, oferece, são um engodo milagroso para eles.

Graças ainda ao escoteirismo, o professor consegue interessar os pais, mesmo os mais refratários, na educação dos seus filhos.

O escoteirismo desenvolve entre as crianças uma sólida camaradagem, o que muito vem facilitar a missão do mestre.

Servindo o escoteirismo de atração a mocidade, é também um poderoso elemento de estímulo e emulação. Cada escoteiro se esforça por melhor cumprir os seus deveres na expectativa de uma promoção, de uma recompensa, e, assim, a criança se acostuma a praticar o bem.

O escoteirismo coloca ainda nas mãos dos mestres e dos pais meios de castigar e punir as crianças com reprimendas, observações, proibições de jogos, etc, castigos estes que produzem ótimos resultados, porque não servilizam as crianças, deixando-lhes intacto o amor próprio.

Assim sendo, é valiosíssimo o auxílio prestado aos professores pelo escoteirismo, porque a missão do mestre não se resume em enriquecer apenas o cérebro de seus alunos! Não! Já vai longe esse tempo! O apostolado do professor é muito mais nobre, vai muito além.

O professor precisa "dar uma alma ao ensino" no dizer de F. Laboriau, presidente da A.B.E. Portanto, o professor não pode abandonar tão valioso auxiliar. O mestre é um segundo pai, a escola a continuação do lar, conforme disse o saudoso Olavo Bilac:

Educar não é apenas ensinar. Educar é amar, é comparar, é ser pai. O educador cria almas novas como o floricultor cria novas flores. Não é educador quem se limita a passar para o espírito do educando noções de ciências ou de artes. Isso é, por assim dizer, a parte mecânica do ensino, que o trato dos bons livros o pode dar por si só.

O papel do educador é mais nobre; ele forma o espírito, afeiçoa o coração, transforma a alma e o corpo, equilibra os nervos, robustece os músculos, aperfeiçoa o cérebro, apura a inteligência, desenvolve a bondade, ensina a justiça, afervora a coragem, tira, em suma, da criança o homem, como se tira do carvão negro o diamante e do petróleo asqueroso a luz radiante.

O meu humilde parecer nada valeria, senhores congressistas, se não estivesse, como está, apoiado na opinião abalizada de educadores de renome mundial.

Com relação ao escoteirismo, assim se expressa Ernest Young, notável professor inglês:

O movimento escoteiro depôs nas mãos dos professores o mais belo instrumento que jamais foi inventado para a formação do caráter e uma série de métodos bem superiores aos processos ordinários do mestre-escola profissional. Mas nós, os professores, somos uma corporação muito conservadora, e muito tempo ainda se há de passar antes que compreendamos o valor do instrumento que foi para nós inventado. Não tenho, no entanto, a menor dúvida — seguindo as normas do escoteirismo é que se desenvolverá a educação moderna.

E não é só. Ouvi como Russel, grande pedagogo americano, deão da Universidade de Colúmbia, elogia o escoteirismo como auxiliar dos mestres:

É de justiça que se proclame que o programa do escoteirismo completa o trabalho da escola. Ele foi organizado de tal maneira que quanto mais o estudardes, vós, professores, mais vos convenceis que o seu aparecimento representa uma verdadeira descoberta.

O programa do escoteirismo é o trabalho do homem adaptado a idade da criança. Ele atrai os meninos em todos os períodos, até mesmo naquele em que o jovem começa a transpor os umbrais da adolescência para fazer-se homem.

O programa do escoteirismo, sem quase nada exigir da criança, condu-la, passa a passo, ao ponto que quer atingir. Não é tanto o plano de instrução dos escoteiros que é notável, é o seu método. E nesse método há alguma coisa que, ousado dizer, não se viu em parte alguma, ainda. Meus amigos, como preceptores que sois da juventude, eu vos devo dizer, é minha convicção que as nossas escolas não estarão a altura da tarefa que delas espera a futura geração, se nós não lhes inculcarmos, tanto quanto possível, o espírito e o método escoteiro, e se, além disso, não fizermos de sorte que o maior número possível das horas de recreio dos nossos alunos sejam preenchidas por esse programa tão completo.

Outro documento de valor para o escoteirismo é ser ele um movimento mundial.

Em todo o mundo civilizado, o escoteirismo é carinhosamente estudado e difundido graças aos riquíssimos e incalculáveis benefícios que presta a mocidade.

Em nosso Brasil também o escoteirismo já possui apóstolos incansáveis e adeptos fervorosos. Principalmente no Distrito Federal, São Paulo e Minas, o escoteirismo já vem prestando valioso concurso a educação, porém é conhecido e praticado em todo o Brasil, dependendo apenas de uma propaganda inteligente e fervorosa para produzir melhores frutos.

Agora mesmo, no advento deste congresso, uma plêiade de abnegados tomou a peito a difusão do escoteirismo no Paraná, e nesta capital já se realizaram várias reuniões para tratar amplamente do assunto. A eles os nossos parabéns.

Lá estão, com seus milhões de escoteiros, a Inglaterra, a França, a América do Norte, etc, para lhe atestar o mérito.

Aqui temos também, com muitos milhares de escoteiros, o estado *leader*. O Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, enfim, todo o Brasil, usufruindo benefícios de tão maravilhosa instituição.

Senhores congressistas, caríssimos colegas, diante de opiniões tão valiosas e de tantas provas irrefutáveis de valor, desnecessário se torna insistir neste conseguinte.

Não haverá, estou certo, um só dentre vós que negue ser o escoteirismo uma escola de educação; portanto, todos vós, unanimemente, concordareis comigo: o escoteirismo é auxiliar poderoso dos pais e dos mestres.

Assim sendo, todos nós proclamaremos a uma só voz, uníssonos, que o governo deve bafejar com seu prestígio esta patriótica cruzada, e que cada professor, verdadeiramente amante da mocidade, tem o sagrado dever de propagá-lo, de trabalhar por ele com toda a sua alma.

Considerando, portanto, o que acabo de expor, proponho que a Associação Brasileira de Educação promova oportunamente um Congresso Escoteirista, em que tomem parte todos os estados da União, a fim de ser elaborado um programa de propaganda em todo o Brasil, solicitando em seguida que o governo torne oficial o escoteirismo e que cada estado o inclua em seu aparelho escolar.

#### CONCLUSÃO

Senhores congressistas, quero, ao terminar, dirigir um fervoroso apelo a todos aqueles que deveras amam o nosso querido Brasil: trabalhemos pelo futuro da nossa pátria estremeçada! Mas trabalhemos, sem esmorecimento, até ao sacrifício: *Labor improbus omnia vincit*.

Não é preciso dizer que o trabalho mais meritório e proveitoso que podemos prestar ao Brasil é educar a mocidade em flor, o Brasil de amanhã. Sim. Eduquemos o povo! Eduquemos a mocidade, e o Brasil ocupará em breve o lugar que lhe compete no concerto das nações cultas.

Seria pleonasma procurar provar que a educação é a pedra fundamental da civilização e do progresso de todos os países que marcham na vanguarda das grandes conquistas e concepções, e

que Brasil ainda está muito atrasado neste conseguente. Para prová-lo, não é mister recorrer as turísticas; é suficiente meditarmos nos fatos que diariamente ocorrem em nossa vida política e social. Contra fatos não há argumentos. "Não temos disciplina, nem exterior nem interior; falta-lealdade; não temos noção de cumprimento do dever; temos medo de assumir responsabilidades" somos de entusiasmos passageiros, não temos tenacidade nem seqüência na ação". Para estes defeitos de educação o escoteirismo é um achado genial, um maravilhoso cesso para a remodelação moral de um povo. É a melhor cura de otimismo, de juvenildade de energia que se pode aplicar a um povo como o nosso, onde todas as outras reservas de forças foram atacadas e destruídas pela proliferação tropical do pessimismo e do desânimo. (Benjamin Sodré — *Guia do Escoteiro*) Em confirmação de minhas palavras, ouvi como o grande brasileiro João Alves aponta os defeitos do nosso povo e, para saná-los, julga poderoso fator o escoteirismo: Por ocasião da solenidade para entrega de uma medalha de distinção que o governo conferiu a um jovem escoteiro que prestara relevantes serviços na extinção de um incêndio, o ministro da Justiça de então, doutor João Luiz Alves, pronunciou o seguinte discurso: "O governo da República resolveu conferir-te uma medalha pela parte que tomaste na extinção do formidável incêndio que ameaçou destruir importante quarteirão de parte central da nossa cidade. "Assim procedendo, o governo não teve o intuito exclusivo de reconhecer a tua benemerência pelo auxílio que prestaste, espontaneamente, ao nosso devotado Corpo de Bombeiros, sempre dedicado ao cumprimento dos seus árduos deveres. "Não! O governo pretende também, com esse ato, proclamar o seu aplauso e o seu apoio a fecunda instituição dos escoteiros, escola moral e cívica dos futuros cidadãos da nossa pátria. "Em uma hora de delinqüência moral, de dissolução dos costumes, de anarquia dos espíritos, de apetites desenfreados, de desordens sem peias, devemos apelar para as forças vivas do futuro, confiando-lhes a grandeza da Pátria e a realização dos seus altos destinos.

"É a juventude ainda não contaminada, é a mocidade ainda ardente de fé, é aos cidadãos de boa vontade que as inspiram, as educam e as dirigem que o governo endereça neste humilde escoteiro a existência desse substrato moral de virtudes humanas e de virtudes patrióticas,

que nos hão de salvar e nos hão de construir uma terra feliz, pela felicidade de seus habitantes. "O sentimento do dever — o propósito de cumpri-lo, o seu cumprimento através de todos os perigos — é a maior virtude do cidadão, principalmente quando lhe pesa o encargo de dirigir os seus concidadãos. "É esse sentimento do dever, esse propósito de cumpri-lo, esse cumprimento, através de todas as dificuldades e embaraços que se lhe antolhem, que nutre o governo e o leva a felicitar todos os que se dedicam ao desenvolvimento da obra dos escoteiros e a assegurar-lhes o seu apoio.

"Sóbrio, paciente, vigilante, destemido, leal, franco, honesto, bondoso para com todos, tolerante, trabalhador, abnegado — tal é o tipo ideal do escoteiro, para cuja formação benditos serão todos os esforços e abençoados todos os obreiros.

"Eis o que, com esta medalha, quis dizer o governo, premiando no ato individual a grande obra coletiva."

Trabalhemos, portanto, pelo escoteirismo! Porque trabalhar por esta patriótica cruzada é pugnar pelo futuro dos nossos filhos, é preparar o progresso e tranqüilidade da família brasileira.

Fazendo minhas as ardentes palavras de Benjamin Sodré, o Pestalozzi na campanha escoteirista no Brasil, eu exclamo: Homens! Precisamos de homens!

Sim, senhores congressistas: homens de caráter, homens que coloquem a honra acima do interesse pessoal, homens de civismo ... e   o escoteirismo quem no-los dará.

Coelho Netto, o grande amigo da mocidade, assim fala do escoteirismo em *seu Breviário Cívico*:

... O escoteirismo   uma institui o de energia, tendo por base a fozca inteligente que se chama Dever, governada pela disciplina.

O escoteiro, assim como se robustece nos exercícios ao ar livre, apura os sentidos, desenvolve as faculdades e aprimora os sentimentos; torna-se sociável, fraternizando com os companheiros no convívio que os liga intimamente pela cadeia da solidariedade.

... Acompanhado sempre da Bandeira, cresce junto dela, cantando, como ora o heróica, o Hino Nacional e, fiel ao juramento que lhe prestou, não ousa cometer falta pela qual possa ser arguido diante do pendão venerável, que   tudo para ele, porque   o símbolo da Pátria.

De tal escola saem os inf ntes que serão os homens de amanhã; seres de tempera viril, tão úteis na paz pelo que aprenderam brincando, como serão bravos na guerra pela resistência que adquiriram no corpo, com os exercícios, e na alma, com a perseverança na disciplina, que   a cadência da ordem.

Assim, essa institui o heróica e generosa   a escola primária do civismo, na qual se devem matricular todos os meninos brasileiros que, amando o seu país, queiram aprender a bem servi-lo e a honr -lo.

Senhores congressistas, não restando a menor dúvida sobre o valor do escoteirismo na educa o, façamos nossas as palavras do Rei George, da Grécia:

Eu trabalho e continuarei a trabalhar com entusiasmo pela difusão do movimento escoteiro, porque tenho uma confiança absoluta na sua fozca regeneradora, que agirá sempre para obter a paz e o progresso da humanidade.

TESE N 48

## O QUE SE PODERÁ ESPERAR DA EDUCA O ESCOTEIRA PARA O PROGRESSO DO BRASIL

**Altamirano Nunes Pereira**  
Delegacia da U.E.B. no Paraná

### A INSTRU O PRIMÁRIA NO BRASIL

**Quem**, de relance embora, penetra seus estudos sobre as necessidades nacionais em rela o a prepara o das crianças sente as falhas inomináveis que depreciam o mérito de todos aqueles que, até o presente, vêm colaborando para o engrandecimento pátrio através dessa prepara o.

No ensino primário, que é feito através dos processos que cada estado entende adotar, seguindo metodização diversa de um para outro, a educação primária é, na maioria deles, apenas a intelectual. Para alguns, já os programas estabelecem determinados minutos para as instruções cívica, moral e física.

Mas a instrução cívica simplifica-se, atingindo apenas o conhecimento de hinos meramente decorados, sem uma exposição sucinta dos termos léxicos que fazem seus enredos, constituindo-os. O campo de aprendizagem nessa instrução fica limitado, não se conseguindo dar as crianças a noção da alta finalidade cívica que deveria compreender a instrução cuidadosa. A instrução moral reside nas entrelinhas dos autores adotados, ao critério didático de cada um deles, restando a criança a convicção que por si mesma venha a adquirir. Essa aprendizagem não impressiona os reflexos, pois faz-se as pressas, papagaiando os textos. A instrução física, limitada sua prática aos grandes centros, onde o aparelhamento e o pessoal para ensiná-la é fácil obter, é inexistente pelo interior do País. Observa-se que apenas nos grandes centros, sujeita mesmo a notável precariedade de métodos e de resultados, vai sendo essa instrução processada mais para fins recreativos do que propriamente educacionais.

Pois bem, com todos os seus defeitos, não há sequer uma face que a possa salvar quanto a finalidade nacionalista que deveria ser esboçada. Processada ao prazer dos educadores de cada estado, não há pontos de vista comuns que a faça apreciar sob esse aspecto. Podemos mesmo acentuar que através da sua prática realça-se o primeiro passo para a falta de unidade entre as crenças dos filhos do Brasil, mal ponderável para a força da nacionalidade. Enquanto isso se observa, sente-se que:

#### A EDUCAÇÃO ESSENCIAL NAO EXISTE

Não admirará a quem quer que se afirme que a instrução essencial não existe no Brasil. Ela há de ser, por certo, aquela que possa fazer do homem um elemento ativo da Nação. E não só com a alfabetização se o terá, pois que, largado aos recônditos das caatingas, nos confins das campanhas, o indivíduo brasileiro, entregue a si mesmo pela falta de contato com os grandes centros, como é certo que vive o grosso de nossa população rural, nenhum proveito tirará de sua alfabetização. Lá onde não for o correio, que conduz o livro, o jornal etc, onde as estradas são picadas perdidas, que vantagem haverá aqueles que passam o dia pachorrentamente ou de enxada a mão no conhecer o alfabeto ou em saber assinar o nome? Se uma carta jamais será por ele assinada!

A instrução essencial para o indivíduo que há de passar sua vida na labuta pelo interior requererá, contudo, que outras subsidiárias lhe sejam ministradas. A essencial para o nosso caso de país novo, cujas necessidades primeiras são as que dizem justamente em relação ao desenvolvimento das indústrias extrativas e agrícolas, há de ser a que faça o lavrador—o homem que por princípio deveríamos ter e de cuja posse ainda estamos afastados —, que faça o artífice (carpinteiro, pedreiro, torneiro etc), que deveria completar a função conquistadora que o primeiro esboça.

Essa convicção tende a generalizar-se, tendo já alguns estados, como o do Paraná incluído a cadeira de Agronomia entre as disciplinas dos cursos de suas escolas normais. É o primeiro passo para conseguir-se o desenvolvimento da educação essencial as crianças rurais, as quais receberão, através das preleções dos professores diplomados, os rudimentos para encetar na vida prática uma profissão que as torne elementos ativos para o País. Cumpre observar, porém, que o ensino não deve ficar limitado as noções teóricas das preleções em sala, senão que deve ser tratado experimentalmente, nos campos de cultura. Está dado contudo, o primeiro passo.

Quando poderemos, porém, contar pelo Brasil imenso que essa seja a norma seguida

---

a de fazer-se do professor primário o elemento apto a ativar nos homens do futuro o desenvolvimento das faculdades realizadoras?

Só agora tenta o professor Fernando de Azevedo, ilustrado diretor da instrução do Distrito Federal, dar ao ensino primário da capital da República a finalidade ativa, pela criação de escolas pré-vocacionais e vocacionais. O projeto acha-se em discussão no Conselho Municipal do Distrito Federal, onde os legisladores por certo lhe hão de reconhecer o caráter de seu alto valor, fazendo-o aprovar. Ele acaba com os processos rotineiros em que temos vivido, fatigando o cérebro infantil sem lhe permitir o desenvolvimento de faculdades ativas, para preparar as gerações futuras fortes na confiança de si mesmas.

Mas essa reforma que encerra os termos de grande sabedoria não irá tão cedo ser conhecida e experimentada pelos demais estados do Brasil. Hão de permanecer, ainda por muito tempo, nos roçados, nos campos de cultura, nas oficinas, etc, onde o elemento ativo é o colono, os processos de exploração rotineiros e estacionários.

Para acelerar a sua implantação no País, apresentamos:

#### A CONCEPÇÃO DE BADEN-POWELL

A experiência de uma guerra cruenta, onde a inteligência *bôer* deveria pôr a prova a alta capacidade guerreira de que são dotados os sul-africanos, fez nascer a consideração de todo o mundo um nome de famoso general: Baden-Powell. Ele foi o chefe das tropas regulares inglesas que abateram as florescentes repúblicas do sul da África. Seu nome aureolou-se pela ação heróica em Mafeking, onde resistiu ao sítio cruel e demorado das tropas indígenas.

Foi ali mesmo que lhe veio a inspiração do que deveria fazer em sua pátria para enrijar a raça do futuro.

Sua inteligência terminou por concluir que, para ter a Inglaterra tipos de homens robustos, vigorosos, capazes de enfrentar a vida dentro de uma educação moral, cívica e intelectual que assegurasse, *adseternam*, o valor de sua pátria, deveria criar o escoteirismo. Do que essa escola de educação integral é, di-lo o próprio general Baden-Powell: "Não há rapaz algum, suponho eu, que não deseje ardentemente ser útil ao seu País. Pois tem a seu dispor uma simples maneira de o conseguir: fazer-se escoteiro". Só a palavra abalizada do ilustrado general bastaria para realçar o valor da instituição a que nos referimos; nós vamos, contudo, fazer as apreciações sobre os aspectos morais, cívicos, intelectuais, físicos e profissionais do escoteiro.

### **Do Ponto de Vista Moral**

Fundamento moral do escoteirismo reside em seu código, que deve ser sabido e compreendido pelos jovens escoteiros. Ele encerra, em doze artigos, a mais completa lição de moral que das crianças se possa exigir.

O primeiro artigo diz da honra: "A palavra de um escoteiro é sagrada. Ele coloca a honra acima de tudo". Por aí, inicialmente, passa a criança a saber que a maior virtude é a verdade, que sua alteração é imoral por permitir ao homem tortuosidades, enquanto semeia a outros os erros que levam a consciência errônea ou duvidosa. Reside nessa regra a dependência da honra para com o juízo reto que dá a palavra sagrada, porque é verificada e vai no ensinamento a base da moralidade. Segue-se no segundo artigo do código: "O escoteiro sabe obedecer. Compreende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral". Aí se resumem os principais deveres da criança em relação a obediência racional devida aos pais, como aos seus guias, chefes, educadores, autoridades, etc. A disciplina merece a consideração que é mister, como força necessária a harmonia, sem, contudo, ser tida como resignação passiva.

"O escoteiro é um homem de iniciativa", diz o terceiro artigo. Por ele surge a convicção de que o homem equilibrado, são, deve ter um estado de vibração espiritual que o conduza a atividades realizadoras, para o bem pessoal ou coletivo, sem prejudicar o próximo.

O quarto artigo reza que "o escoteiro aceita, em todas as circunstâncias, a responsabilidade de seus atos"; por isso que a sua preparação só há de permitir-lhe a prática de bons atos e porque ele toma a resolução de executar o que o dever impõe e executa o que resolveu.

"Leal e cortês para com todos, considerando todos os outros escoteiros como seus irmãos, sem distinção de classe social; generoso e valente, sempre pronto a auxiliar os fracos, mesmo com o perigo da própria vida, praticando todos os dias uma boa ação, por mais modesta que seja, o escoteiro estima os animais e opõe-se a toda crueldade contra eles. Sempre jovial e entusiasta, procurando o lado bom das coisas, é o escoteiro econômico e respeitador do bem alheio, tendo a constante preocupação de sua dignidade e do respeito a si mesmo". É o resumo dos ensinamentos que contém os demais artigos do código.

Vê-se por esses ensinamentos que se dá as crianças a noção de honra, obediência, iniciativa, responsabilidade, lealdade, fraternidade, temeridade, piedade, bondade, jovialidade, cortesia, economia, coragem, etc.— uma base sólida para a prática das boas virtudes.

Como complemento aos ensinamentos do código, o escoteiro presta o compromisso moral que resume em assegurar pública e formalmente: "Prometo pela minha palavra de honra: I - Proceder em todas as circunstâncias como homem consciente de seus deveres, leal e generoso;... III - Obedecer ao Código do Escoteiro".

### **Do Ponto de Vista Cívico**

No compromisso, o segundo juramento é: "Prometo, pela minha palavra de honra:... II - Amar a minha Pátria e servi-la fielmente na paz e na guerra". Só isso bastaria para manifestar a grandeza da educação escoteira pelo lado cívico.



Mas não para aí. O escoteiro aprende ainda o alto significado da palavra e as razões por que deve amar a sua pátria. Conhece sua bandeira, seus hinos, suas datas gloriosas seus heróis, sua extensão, sua organização política, suas instituições, etc. Com isso o menino crê no futuro de sua pátria, sentindo-a em sua grandeza e preparando-se como elemento ativo para o corpo social, que se renova constantemente, mas que fica perene nessa "associação, sobre o mesmo solo, dos vivos com os mortos e com aqueles que nascerão".

### **Do Ponto de Vista Intelectual**

É o escoteirismo admirável escola. Conduzindo a criança aos jogos recreativos, prepara-a para receber, sem cansaço, a mais natural das lições de coisas. Por esse processo tem a criança oportunidade de, paulatinamente, sem nenhum esforço excessivo, amestrar os cinco sentidos, a consciência exata, a personalidade caracterizada pela virtude. Com passeios ou nos conselhos em sala, o chefe, que deve ser exemplo de virtudes e ter os necessários conhecimentos, dá-lhe as noções referentes a utilidade das plantas, as necessidades de higiene individual e coletiva, as regras para os bons processos de cultura, aos processos racionais de pesca, ao aproveitamento do terreno, as condições das boas estradas, ao valor das madeiras, como se faz um levantamento do terreno, um esboço panorâmico, etc.

Em alguns centros de educação escoteira ensinam-se os conhecimentos do curso primário.

Vê-se assim que, sob o ponto de vista intelectual, o escoteiro tem os delineamentos essenciais para fazer-se o homem ativo.

### **Do Ponto de Vista Físico**

"Esta admirável escola ao ar livre abrange todos os pontos que se contêm no programa da moderna pedagogia. Primeiro, a instrução física: a conservação ou o restabelecimento da saúde, pela higiene e pela medicina, e o desenvolvimento normal e progressivo de todas as funções do corpo, pela ginástica e jogos escolares". Disse-o Olavo Bilac.

Sob esse aspecto, aprendem os escoteiros a natação, a marcha a pé sem cansaço, a vida ao ar livre, os jogos e as competições desportivas, ativando um enrijamento que lhes proporciona uma envergadura sadia que pode comportar facilmente o *mens sana*. Nessa preparação física, cumpre notar, não há excessos que a sobreleve em nível as demais preparações. A aprendizagem se faz progressiva, encadeada logicamente, fazendo-se parêntese sob qualquer aspecto.

Nas provas de concurso para passagem de uma classe a outra, é o jovem escoteiro submetido a uma série de trabalhos e de experimentações, em que se busca conhecer do equilíbrio reinante entre seus diversos conhecimentos para com sua preparação física.

### **Do Ponto de Vista Profissional**

Até o presente, bem poucos são os casos em que se tem buscado introduzir a instrução profissional entre os escoteiros. Já houve, contudo, em São Paulo, grupos que cultivaram campos bondosamente cedidos pelos seus proprietários, que aos escoteiros compravam os

produtos. O resultado foi o melhor possível, pois, a título de recreio, os meninos aprenderam as operações iniciais da agricultura.

Atualmente, raras serão as organizações que possam dispor, com recursos próprios, dos elementos que permitam aos meninos evidenciar suas tendências vocacionais, ensaiando esmo aprender as primeiras noções práticas de uma profissão. O ideal seria que em cada organização houvesse oficinas, campos de cultura, de criação, etc, em que os jovens escoteiros pudessem, a guisa de distração, encetar os primeiros passos nos ramos profissionais a que pretendessem mais tarde dedicar-se. Isso, por ora, é impossível. Nessa parte recai-se nas mesmas dificuldades em que se debate o ensino primário no País.

#### UMA SOLUÇÃO ESCOTEIRA

Já notável é a atividade manu e maquinofatora, já adiantados são os processos culturais que empregam algumas empresas; possuímos regular número de campos experimentais; oficinas diversas constituem nossos centros manufactureiros. Pois bem, façamos desses centros de atividade nossas escolas profissionais.

Nenhum gerente, nenhum proprietário se há de opor a receber-nos com nosso grupo de meninos para permitir a observação de como se processam as operações diversas das atividades industriais, uma vez que saiba a finalidade patriótica que nos anima. Essas visitas constantes dos chefes com seus grupos as fundições, as fábricas de vidro, aos moinhos, aos engenhos, as serrarias, as olarias, aos campos de cultura ou de criação viriam resolver, até certo ponto, a precariedade de instrução profissional em que nos debatemos e, assim, poderíamos permitir aos vocacionados uma idéia mais completa do que são essas atividades, coordenando-lhes as idéias e despertando-lhes o interesse que a observação permita.

Ao que parece, a idéia é realizável, sendo indiscutíveis as vantagens que determinaria. As crianças, conhecendo de perto as interessantes operações industriais, estimulando-se nestas o gosto pela indústria oleira, naquelas o prazer pelos trabalhos agrônômicos, naquelas outras o interesse pelos trabalhos de fundição, etc, teriam assim oportunidade de suprir as falhas de uma educação meramente teórica.

Preparar-se-ia dessa forma o homem de amanhã, o qual tornar-se-ia fugidio as divagações da abstração, para colocar-se em oficinas, em campos de criação ou de cultura, etc. A providência parece, por isso, que se impõe não só as organizações escoteiras, como aos colégios primários ou secundários mesmo. Essa é a educação escoteira de que muito se pode esperar para o Brasil do futuro.

#### CONCLUSÃO

Do Código do Escoteiro, a par das regras e dos preceitos de virtude, consta ser o escoteiro um elemento ativo.

Ora, da iniciação de atividades que teve o jovem nas gradativas aprendizagens que fez durante sua carreira, deve esperar-se que, ao atingir a fase de homem, por certo não há de buscar o estiolamento a essa faculdade.

Como no tempo de jovem viu e observou, aprendeu e acompanhou as fases de preparação de produtos industriais pela atuação de seus centros reflexos, dada a necessidade do viver honesto em que se iniciou, ele há de buscar consagrar-se ao gênero de atividade que mais o interessou naquela fase. Vai nisso o aproveitamento das aptidões vocacionais, que valem meia experiência. Disso, por sem dúvida, há de decorrer o engrandecimento da nacionalidade através do escoteirismo, preenchendo ele, além das finalidades de preparação moral, intelectual, cívica e física, mais esta de extraordinário valor — a da predisposição e da preparação profissional.

TESE Nº 49

## MISSÕES ESCOLARES

**Raul Gomes**  
Curitiba, PR

**O**s estudiosos dos problemas educativos sabem que está se processando no mundo uma das mais notáveis revoluções pedagógicas.

Pela sua profundidade, pelo seu alcance e pela subversão completa da metodologia em vigor, pela rapidez de sua difusão e pela simultaneidade de seu surto no espaço, essa renovação, transformação ou remodelação não tem símile na história da civilização.

Nenhum dos grandes pedagogos da humanidade, de Aristóteles a Comenius, de Pestalozzi e Herbart aos metodologistas americanos, logrou o êxito dos Ovide Decroly, Maria Montessori, Ad. Ferrière, John Dewey e do obstinado Jorge Kerschensteiner.

Até a Rússia, retaguardista indefectível de todas as estatísticas de instrução primária, já está avassalada pela onda reformista. E já encontrou na pessoa de Nadesha Kroupskaia uma organizadora possante e feliz.

Certo, já ecoou até nós a trepidação dinamizante dessa febre reconstrutiva, ao lema bendito de que o século XX será o século da criança.

Já em 1922, um grupo de idealistas, entre os quais figuravam Anatole France e Herriot, anunciava que "já soara a hora da criança".

São reflexo desse interesse pela evolução em marcha no universo as novas doutrinas de Lysimaco Ferreira da Costa, pregadas em memorável conferência na Escola Normal de Curitiba, em 1925, sobre a escola ativa, contra a escola medieval ainda imperante; as reformas intentadas em Minas Gerais ao impulso da ciarividência de Francisco Campos e, no Distrito Federal, Fernando de Azevedo.

Mas é preciso mais. É preciso que, no movimento empolgante que vai pela terra, o Brasil não seja o eterno retardatário, o velho granadeiro de Offenbach, a adotar organizações abandonadas como anacrônicas e gastas por povos sempre em dia nas conquistas pedagógicas.

Ainda há pouco tempo, sob o patrocínio da vitoriosa Associação Brasileira de Educação, o grande Miguel Couto consignava a observação de que, quando o Japão abriu os olhos a necessidade imperativa de sair do escuro medievalismo, soltou, sobre as mais adiantadas nações do mundo, um bando de inteligências que foram fazer pouso em escolas, universidades e academias.

Apenas coroado — escreve Miguel Couto —, Mutusahito publicou o seu primeiro manifesto, onde se depara esta frase: "cultivai as ciências e as artes para desenvolver e aperfeiçoar os vossos dotes morais"; e depois, em sucessivos editos, "que o saber seja procurado no mundo inteiro para assegurar a prosperidade do Império".

E o milagre japonês não demorou.

Ainda agora a extraordinária obra de Ovide Decroly, na minúscula pátria de Alberto I, está servindo de ponto de mira de visitantes dos mais ilustres países do mundo.

Uccle, o subúrbio humilde de Bruxelas onde o excelso pedagogo realizou suas imorredouras experiências, Uccle, que foi o laboratório experimental do sábio belga como Neuhooff foi o do gênio imperecível de Pestalozzi, é a meca do professorado mundial.

Dali partiu a mais extraordinária reforma metodológica de todos os tempos, ora subvertendo velhas e sólidas doutrinas e práticas escolares.

Pois bem. O Brasil precisa se familiarizar com a processuação desse gigantesco trabalho.

Há muito que ver. Não só na Bélgica, mas na Alemanha, onde Kerschensteiner dominou a nação; na Itália, onde Montessori recebeu já a consagração oficial; na Suíça, onde Ferrière segue as pegadas de Decroly; nos Estados Unidos, onde John Dewey inova as correntes pedagógicas.

Mesmo perto de nós há o que aprender, senão em modernidades pedagógicas, pelo menos no que está feito no Uruguai e na Argentina.

Aquele, principalmente, acha-se vivamente interessado pela atual revolução metodológica e já enviou embaixadores a Bélgica. E está em plena atividade no esforço de adaptação das teorias e práticas triunfantes na Europa de hoje.

O Brasil mantém, desde muitos anos, prêmios de viagem para estudantes de vários ramos do saber. Com forte razão, deve estipendiar também permanências demoradas de professores primários e secundários nos centros onde a cultura pedagógica se encontre realmente em progresso!

Eles irão, no conceito do atilado monarca nipônico, buscar o saber ou a técnica onde quer que eles se achem no mundo inteiro.

E que melhores veículos da ciência que eles, os professores, os instrumentos diretos do aperfeiçoamento intelectual dos povos?

#### CONCLUSÕES

Eis ligeiramente justificada a idéia condensada neste plano, ora submetida ao apreço deste congresso, para que sobre ele chame a atenção do parlamento nacional:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1<sup>2</sup> — O Governo da República fica autorizado a custear, durante um ano, a permanência, no estrangeiro, de 105 professores ou professoras primários normalistas, indicados pelos governos estaduais dentre os membros do magistério com curso normal feito distintamente e com pelo menos dois anos de exercício em escola ou grupo escolar, para o estudo da organização do ensino, da técnica e da prática pedagógica nos mais aperfeiçoados estabelecimentos de instrução preliminar e profissional.

Art. 2<sup>a</sup> — Os 105 profesoeres constituirão 5 missões de 21 membros cada uma, que farão estágio nos seguintes países da Europa, América do Norte e América do Sul: a primeira na Alemanha; a segunda na Suíça; a terceira na Bélgica; a quarta nos Estados Unidos e a quinta na Argentina e no Uruguai.

Art. 3<sup>o</sup> — Cada missão terá um chefe e um secretário, escolhidos pelo Departamento Nacional de Ensino dentre os componentes de cada uma delas.

Art. 4<sup>a</sup> — Nos objetivos estipulados no artigo 1<sup>a</sup> deve-se incluir a obrigação de os professores fazerem prática escolar, nos países onde permanecerem, nos melhores e mais modernos institutos de ensino primário e profissional.

Parágrafo único — Na Alemanha, o estágio será nas escolas regidas pelos programas do Dr. Jorge Kerschensteiner, se possível na própria Munique; na Bélgica, nas várias escolas de Bruxelas, etc, que funcionam sob a inspiração das doutrinas do Dr. Decroly; na Suíça, nos colégios orientados pelas idéias de Ferrière, etc.

Art. 5<sup>a</sup> — As embaixadas brasileiras darão os indispensáveis passos para que os trabalhos das missões sejam facilitados.

Art. 6<sup>a</sup> — De quatro em quatro meses, cada membro de missão apresentará ao respectivo chefe um relatório minucioso, de que constarão observações:

- 1) Sobre a organização legal ou particular da escola;
- 2) Seu programa;
- 3) A processuação ou metodologia de cada matéria do programa;
- 4) Crítica dessa metodologia;
- 5) As aulas ministradas;
- 6) As observações que fez, etc.
- 7) Bibliografia, etc.

Parágrafo único — Tudo o que se relacionar com a organização escolar será objeto de estudos, como a didática, os museus, etc.

Art. 7<sup>a</sup> — Os chefes de cada missão resenharão os relatórios parciais, dando uma crítica sobre as observações realizadas e procedendo a um inquérito sobre os frutos colhidos da aplicação da nova pedagogia.

Art. 8<sup>a</sup> — Os relatórios serão acompanhados de atestados de freqüência as aulas, com a menção do número destas ministrado.

Art. 9<sup>a</sup> — Findo o estágio, que durará um ano, e de regresso ao Brasil, a missão apresentará ao Departamento Nacional de Ensino um relatório geral, registrando os resultados colhidos. Esse relatório deverá ser amplamente divulgado no País.

Art. 10 — Cada membro de missão terá uma pensão mensal de 200\$000, ouro, passagem de ida e volta, uma ajuda de custo de 100\$000 a ida e outra do mesmo valor ao regresso, em ouro.

Art. 11 — O pagamento das pensões será feito nos consulados, mediante folhas organizadas pelo chefe de cada missão.

Art. 12—Cada chefe de missão disporá de uma verba trimestral de 100\$000 para expediente.

Art. 13—O governo da República fica autorizado a custear, anualmente, a permanência de professores das escolas normais na França e na Alemanha durante dois anos, sendo um ano em cada uma delas, sob a condição de fazerem cursos nas escolas normais superiores dessas nações.

Art. 14 — Cada professor de escola normal designado para permanecer em estudos no estrangeiro terá direito a uma pensão mensal de 300\$000, ouro, além de passagens de ida e volta e duas ajudas de custo de 600\$000 cada uma, no início da viagem e no regresso.

Parágrafo único — O professor que regressar antes de fazer os cursos referidos no art. anterior perderá direito a ajuda de custo da volta, só recebendo passagem.

Art. 15 — Os professores de escolas normais serão indicados pelos estados, na razão de um por ano, escolhidos entre os que tiverem mais de 10 e menos de 20 anos de serviços e mais vocação e competência houverem revelado no exercício do seu magistério.

Art. 16 — Fica o governo autorizado a incluir, anualmente, no orçamento do Ministério do Interior, o crédito de 500:000\$000, ouro, para atender as despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 17 — Revogam-se as disposições em contrário.

TESE N<sup>o</sup> 50

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO

Sara Machado Busse

Grupo Escolar Xavier da Silva — Curitiba, PR

**A** escola é o professor. Esta definição categórica não é nossa, mas dos mais acatados pedagogos modernos. Nós a proclamamos verdadeira, quer quanto aos vários e inúmeros métodos de ensino, quer quanto a capacidade, poder de assimilação e intuição dos processos para abrir as portas do entendimento de cada aluno.

Cada criança é um caso para ser estudado. Assim como "não há doenças, mas doentes", não há ignorância, mas ignorantes. Geralmente se qualifica um aluno de inteligente e

outro de medíocre, ou mesmo de incapaz, cometendo-se, pois, grave injustiça. Por exemplo: há alunos que conseguem ler pelo método da palavrção, outros só pela silabação, e ainda outros só pelo processo condenado da soletração. Por quê? Porque seus sentidos de apreensão são instrumentos que precisam ser tocados de forma diferente, a fim de poderem suas vibrações interessar suas consciências.

Cada criança constitui uma clareira para receber, por essa abertura, todos os ensinamentos. Depende, portanto, só da inteligência e do tato do professor para descobrir essa porta, para fazer compreensível a lição e impressionar a consciência do aluno. Ainda não bastam as descobertas desse meio de penetração para fazer vibrar as células da inteligência e conseguir a necessária impressão, mas também saber empregar o processo hábil no preparo do "confeito" que se vai distribuir, a fim de despertar a gula.

Não é suficiente fazer projetar a luz no interior do cérebro do aluno. O feliz sucesso do ensino depende, quase sempre, das cores ou dos tons do raio, da menor ou da maior intensidade da centelha despedida pelo professor. Luz muito intensa muita vez entontece o aluno. Mais suavidade e deleite da cor ou da combinação dos vários tons são precisos para que se obtenha a gravação das imagens e a satisfação da curiosidade, fator este principal e natural em todas as crianças.

Veeiro este, precioso, que o professor deve sempre explorar. Este nosso modo de ver se acha amparado pelos mais autorizados pedagogos e homens de gênio, entre os quais se acha o maior expoente das nossas letras e do saber, cujo nome está gravado naturalmente na memória de todos os brasileiros; e para reforçar e dar valor aos conceitos por nós emitidos, não nos forramos da influência e do domínio dos magistrais ensinamentos, transladando insensivelmente o que se encontra nos tratados desse gênio privilegiado e das grandes autoridades européias e norte-americanas que têm pontificado sobre o magno problema da educação.

Neste sentido, abeberamo-nos dos grandes mananciais do saber desse vulto e de outros de fama universal, sobretudo no ramo educativo, como: Oliver Wendell Holmes, Eduard Clark, Arch Whately, Stuart Hill, Harrington, Michel Breal, François Gouin, T. Ley, Duruy, J. Ferry, H. Spenser, B. Berger, Quackembos, Braun, Ruskin, Rendu e tantos outros de reputação mundial.

A criança, esse belo organismo, animado, inquieto, assimilativo, feliz, com os seus sentidos dilatados pela viveza das impressões, com a sua insaciável curiosidade interior a atraí-la para a observação dos fenômenos que a rodeiam, com o seu instinto investigativo, com a sua irreprimível simpatia pela realidade, com a sua espontaneidade poderosa, fecunda, criadora, com a sua capacidade incomparável de sentir e amar o divino prazer de conhecer, a criança, nascida assim, sustentada assim pela independência dos primeiros anos, entra para a escola como flor que se retirasse do ambiente enérgico e luminoso do clima tropical, para sofrer os efeitos da privação do sol, da falta do ar livre, de todas as condições essenciais a sua natureza.

O primeiro atentado que contra ela, contra a sua existência normal, contra os seus direitos, cometem o professor e o método é esquecerem que há no aluno a existência de um corpo onde se agitam as mais imperiosas necessidades. Esquece-se que o homem é um resultado do meio e da alma que o ilumina, inspira, julga e forma a razão e a consciência. Tanto é suscetível de educação a razão quanto a consciência.

A razão é a consciência educada por teorias e mesmo pelas filosofias adotadas que erradamente podem levar o preceptor a formar nos alunos consciência viciada e muitas vezes perniciososa, tanto para o futuro homem como para a sociedade que tem de recebê-lo em seu seio.

Assim sendo, é da máxima importância haver excessivo rigor nos exames de livros entregues a Comissão ou Conselho Didático; devem os lentes e professores tomar a sério este encargo, não condescendendo por influências estranhas na escolha de livros escolares a serem adotados, como, infelizmente, acontece muita vez.

Não deve haver nenhuma condescendência, nem deve haver, neste caso, transigência com o sentimentalismo para favorecer o autor do compêndio ou outro trabalho, com grave prejuízo da infância.

Alguns métodos se acham em luta franca com as exigências desse fator incontroverso na vida humana.

"O cérebro da criança é submetido, pela escola, a um processo de coação tenaz, de sistemático atrofiamento".

Qualquer de nós, sem muito esforço, encontrará em si os vestígios indeléveis dessa influência daninha, que deixa vínculos durante toda a vida. Felizes aqueles que têm a fortuna de vir a perceber algum dia o mal e reagir contra ele. O primeiro caráter dessa pedagogia desnaturada e homicida é exigir tudo da memória.

Ensinar a quem não tem a curiosidade de aprender é semear um campo que não foi arroteado. Contenta-se o professor inábil de apresentar aos alunos a lição e verificar mais tarde se a não esqueceram.

Assim, aqueles cuja memória é pronta e permanente conservam o espírito num estado de passividade, como o indivíduo que, andando muito tempo unicamente de carro, terminasse por perder quase de todo o uso das pernas. Mais tarde espantam-se de pessoas tão bem ensinadas e de tanta facilidade no aprender a recordar não serem homens hábeis; coisa tão razoável quanto supor que uma vasta cisterna, porque uma vez se encheu, haveria de se transformar em fonte perene.

Este vício não deve ser levado unicamente a conta do professor, mas muitas vezes do método acanhado e medíocre adotado no ensino. Assim sendo, convém arredá-lo. Ele automatiza, a um tempo, o mestre e o aluno, reduzidos a dois relógios de repetição material.

O menino que maior número de páginas gravar "textualmente, que por mais tempo as reter na memória, que mais pronto e fielmente as folhear a uma pergunta do questionário adotado, esse o mais aplaudido, o mais premiado, o mais esperançoso aluno da classe".

A maioria das crianças e púberes em cujo espírito se introduziu muita cópia de noções não ficarão fortalecidos, mas ajoujados nas suas faculdades mentais, repletos de fatos, opiniões e frases alheias, que suprem nesses espíritos o poder de formar opiniões próprias: crescem meros papagueadores do que lhes ensinarem, incapazes de se orientarem fora da trilha que essa educação lhes traçou. Não é essa educação que se deve continuar, mas desprezar totalmente.



Nunca se deve admitir que instrução degenera em mero exercício de memória. Nada se deve esclarecer, nada, para que o aluno, por esforço próprio, possa descobrir, deixando-se-lhe exercitar toda a inteligência para acertar, por si mesmo, o que deve apreender.

Mandam a verdade e a justiça que se diga: com relação ao método e ao professorado, para honra nossa, do nosso estado, o ensino, de certo tempo para cá, deixou no arquivo da história da sua pedagogia esses processos errôneos de instrução.

Hoje predomina o método analítico-sintético norte-americano, argentino e de outros países onde a pedagogia moderna se norteia por orientação mais racional, acompanhando sempre, com o máximo carinho, os progressos alcançados neste vasto campo de ensino, mais de ciência que de arte, cuja evolução, de dia para dia, mais aperfeiçoa seu mecanismo.

Também, sem com isto pretender desmerecer as demais seções do ensino de outros estados, onde tanto a direção como o corpo docente e o professorado, em sua maioria, se acham a altura de sua finalidade, os nossos institutos de ensino, tanto públicos como de iniciativa particular, nada deixam a desejar, e podem ser postos em confronto com os mais adiantados do nosso País.

Se bem que, com medo do nosso preparo sobre língua materna, não nos foi possível reprimir a tentação de relatar o que julgamos em relação ao ensino da gramática, pela forma que é ministrada no ensino elementar; causa um sentimento de revolta e de pesar, ao mesmo tempo, verificar como é empregado o método em doses maciças, por via de injeções dolorosas, as indefesas crianças.

Abusamos de uma combinação química abstrata, contra-indicada para organismos em plena formação por demais delicados, ainda inadequados para assimilar preparados tão irracionalmente receitados. O pedagogo e o médico caminham paralela e harmonicamente; este cuida do corpo e aquele do intelecto e do sentimento.

A gramática é uma arte que se dirige a razão e as leis da lógica. É uma disciplina do raciocínio, uma instrutora e coordenadora das posições e dos movimentos do pensamento expresso. É a geometria da língua. Ora, sendo assim, como é que se quer exigir de uma criança a compreensão de regras que precisam ser exercitadas pelo raciocínio, quando é ponto axiomático que a razão só se integraliza e funciona com aptidão e normalidade dos 18 aos 21 anos, pelo menos?

Prelecionar, pois, regras de gramática as crianças — a não ser regrinhas muito elementares — é o mesmo que tocar um piano ou um violino para ser ouvido por um surdo. Saber tirar a aridez desta disciplina e dar os simples rudimentos, muito elementares, cabe não só aos especializados nesta arte, como a inteligência, ao tino e a habilidade do professor.

"Entre os resultados que do ensino elementar da língua se esperava — dizia uma autoridade norte-americana — discriminaremos alguns que sejam intrinsecamente superiores aos outros, que devem ser cuidados de incessante interesse e solicitude atenta do mestre, como força central de notável poder na educação."

Respondo afoitamente, sim: o conhecimento da língua materna. Nenhum dentre os demais assuntos se lhe compara, porque a linguagem é não só a compostura como veículo do pensamen-

to. Uma linguagem correta, abundante, animada, é de incalculável força no mundo, e ensiná-la constitui um dos principais deveres do mestre, tanto do elementar como do médio e do superior. A linguagem não é só o meio de educação entre os homens: é a educadora do gênero humano.

Como se vê nesta ordem de apreciação, não somos infensos ao ensino da gramática bem entendida, na idade em que o aluno possa tolerá-la, aceitá-la sem repugnância, mesmo diremos, sem horror; mas não nos parece recomendável o ensino da gramática (mesmo no segundo grau), da gramática formalística dos manuais, da gramática verbalista dos compêndios, da gramática inanimada das páginas dos manuais ou compêndios, tormento dos professores e agonia dos alunos, que, em vez de inspirar o amor a língua, princípio do amor a pátria, não incute senão aversão a escola e, com ela, horror ao estudo.

Coisa ainda mais espantosa: esse exercício apavorante é enervante e passa por útil ao desenvolvimento da inteligência, e não se cessa de gabar a sua influência benfazeja sobre o espírito.

Desta falsíssima preocupação de ensinar a língua viva do nosso berço como os idiomas extintos, dos quais só pelos livros se pode adquirir o cabedal, procede esse monstruoso sistema, que, torturando a puerícia, não lhe deixa no entendimento uma infinitésima partícula sequer do saber útil.

Desconhece este maléfico preconceito que o menino principia a falar gramaticalmente desde que, sob a inspiração maternal, articula a primeira frase vernácula. O fato de que a língua vernácula não espera pela gramática a cada momento se está revelando, em surpresas maravilhosas, a todos aqueles que têm a fortuna de tratar com crianças no fecundo verdor de sua espontaneidade.

Todo menino que vem sentar-se nos bancos de uma escola traz consigo, sem consciência de tal, o conhecimento prático dos princípios da linguagem, o uso do gênero, do número, das conjugações, e, sem sentir, distingue as várias espécies de palavras.

Que cumpria então fazer?

Não aterrá-lo com o aparato de um ciência que disfarça a sua esterilidade sob a fantasmagoria das palavras, mas simplesmente induzi-lo a adquirir concepção racional do que já sabe por hábito e repete maquinalmente.

Muito tempo antes de freqüentar a escola, já o menino exerce a gramática. Declina e conjuga; pratica o gênero e o número; põe em concordância os adjetivos com os nomes, os verbos com os sujeitos; determina e adota os regimes diretos e indiretos muito antes de ajudado pelos livros de gramática. Os métodos fecham os olhos a realidade.

O primeiro passo da gramática usual consiste numa definição; e de definições, de classificações, de preceitos dogmáticos se entretece todo este ensino. Como se o uso não fosse anterior as regras, como se a linguagem não precedesse necessariamente as codificações gramaticais. A criança ao deixar a escola descarta-se quase sempre e para sempre dessa bagagem. Proclamam os eruditos, categoricamente e com autoridade de mestres, a inutilidade das tecnologias gramaticais.

Não param aqui as conseqüências dos métodos e compêndios arruinadores. Felizes de nós se pudéssemos sacudir, as portas da escola, o pó dos sapatos, sem trazer no espírito vestígio desse método malfazejo.

A terminologia gramatical esquece-se, mas os maus hábitos contraídos ficam. Eminentemente mestre da língua proclamava francamente que as nossas escolas, todo o ano, derramam na sociedade cópia larga de moços que sabem ler, mas não lêem. O resultado é ou será uma nacionalidade de títeres, vítimas da retórica e do palavreado.

"Formai-nos homens antes de nos formardes gramáticos", bradava num movimento de revolta o representante do poder público de um dos países mais cultos, ante uma assembléia de professores primários. O estudo da gramática, tal qual geralmente se observa nas escolas, denomina-o. Da terminologia gramatical, com sobejos fundamentos, imprimiu-se o estigma mil vezes estúpido.

Um estudo prático bem encaminhado conduz, naturalmente e sem esforço, ao conhecimento dos princípios e forma no espírito do menino uma gramática natural que, por sua vez, alumia e pratica e de onde se eliminam todas as subtilezas e todas as abstrações estéreis. A melhor pedagogia, hoje, afasta da escola primária os exercícios torturantes de cacologia e cacografia.

Repetir-se, geralmente, que esse manual começa pela tradicional definição que aponta na gramática — a arte de falar e escrever corretamente — é apenas mencionar um velho erro comum entre nós e em quase todas as obras congêneres. No ensino da língua materna, o primeiro dos deveres da escola consiste em não dar a ler ao aluno senão palavras que ele possa compreender, palavras que designem objetos situados no seu campo de observação em que ele se interesse.

Um célebre filósofo inglês exprimiu uma noção de senso comum, quando firmou este axioma pedagógico: "Antes que o aluno haja compreendido todas as partes dos discursos, não é lícito dar-lhe uma só regra ou corrigir um só de seus erros". Ao invés, porém, desta máxima que subordina o ensino da gramática ao ensino da língua, em vez de fazer desta uma criação da gramática, a pedagogia, em suas linhas gerais, mesmo atualmente, persevera neste erro.

Que diremos agora da mania das classificações e subclassificações das nomenclaturas e subnomenclaturas?

É deste conjunto inútil que se trabalha por faltar a inteligência do menino, submetido por essa inepta pedagogia por um regime sistemático de fadiga mental, através de definições e um urzedo inextricável de regras e enumerações, que o espírito rejeitará de si com aversão, apenas a idade o liberte das violências da escola.

Ao lado da nomenclatura, imprestável como a inutilidade mesma, essa desacreditada análise gramatical, série de hieróglifos indecifráveis ou de exercícios desacoroçoadores, que a criança decora e esquece, com a monotonia, a inconsciência e a indiferença absoluta de um autômato.

O menino aprende a proferir as suas primeiras palavras ouvindo falar os pais, como aprende um brinco vendo brincar os companheiros. O formalismo é alheio e indefeso a esse resultado; não serve senão só para paralisar a facilidade natural das crianças.

Não teremos, portanto, meio de "racionalizar" a pedagogia enquanto a sua prática não imbuir no pensamento único de ensinar a criança o idioma vernáculo, induzindo-a a falar, a falar e a falar. É exercitando a linguagem que se preparará para deduzir ele mesmo a teoria das suas leis.

Do exercício deste processo, temos diante de nós exemplo nas lições ilustrativas da linguagem, destinadas a ensinar a gramática pelo método objetivo.

Este admirável manualzinho americano evita a formidável legião de inflexões, divisões, subdivisões e exceções que ainda agora muito pedagogo reputa indispensável, com o que procura tenazmente desde o começo familiarizar o discípulo no uso da linguagem como realidade quotidiana de primeira importância, não como composto de abstrações teóricas, mas substitui a árida rotina da regência verbal, com o seu interminável círculo de definições e regras, por uma série de exercícios orais e escritos, ensinando insensivelmente a arte de exprimir o pensamento e desenvolvendo substancialmente o curso inteiro com simples lições de coisas.

A idade de ensinar a gramática deve ser mais na puberdade. A gramática é mais árida que a aritmética; exige mais madureza de espírito. Deve comparar-se a gramática as primeiras noções de álgebra. Na Escola Normal e na universidade é que cumpriria ensinar o aspecto filosófico da língua. A ciência lexicológica só nas escolas de segundo grau deve ser estudada: o aluno até os 14 ou 16 anos é incapaz de compreender as teorias gramaticais.

As teorias e a gramática são a nossa chaga. Reservemos para mais tarde a ciência lexicológica. Autoridades da língua entendem que a escola de primeiras letras ou elementar deve contentar-se com a ortografia usual e, como finalidade, o uso correto da língua para as necessidades ordinárias da vida. Na escola elementar deve ser absolutamente excluído o ensino teórico da gramática. O alvo incessante da cultura da língua estará em criar no aluno o hábito de enunciação pronta, desembaraçada, clara, apropriada e fiel.

Ainda mesmo nas escolas do segundo grau dever-se-á excluir inteiramente deste ensino o conjunto das abstrações ociosas. A teoria será reduzida sempre ao mínimo. As definições deverão ser consequência natural em vez de precederem as explicações. Serão oportunas quando tiverem os alunos conhecimento cabal do assunto sobre o qual se explicou regras, quando os discípulos as deduzirem dos fenômenos explicados e larga e suficientemente as classificações. Limitar-se-ão aos elementos essenciais: a análise gramatical será simplificada e restrita, ampliando-se pela análise lexicológica a investigação do sentido das afinidades reais da palavra, dos seus agrupamentos e famílias naturais.

Todos os tratadistas de ensino, em sua quase unanimidade, são de parecer que a infância deve ser dirigida mais racionalmente, isto é, deve-se-lhe dar os manjares mais de sua preferência. Ora, oferecer-se-lhe drogas mesmo em forma de xarope é criar-se-lhe aversão a escola, ao invés de lhe aguçar o interesse ao ensino. Está na capacidade e no tino do preceptor o saber encaminhar e tornar atraente a lição, desviar sempre o aluno dos temas áridos, abstratos, que não firam, que não prendem a atenção do menino.

Ao contrário, poderão ir inoculando no ânimo da criança o germen da repugnância ao estudo. Parece-nos que o ensino da gramática nas escolas elementares servirá apenas

para embotar a inteligência infantil, enterrar-lhe a compreensão, fechar-lhe as janelas do intelecto aos primeiros raios da aurora da instrução. Não nos valha a pouca autoridade, senão a experiência de longos anos.

Não seria preferível oferecer-lhe iguarias apetitosas, frutos mais saborosos, cuja aparência desafiasse logo a gulodice da criança, com leves noções de física e ciências naturais, de história pátria e de geografia?

Seria ir-se-lhe ao encontro de sua instintiva curiosidade e avidez de conhecer tudo aquilo que lhe fere os sentidos e aguça-lhe a natural indagação. Educar sem aborrecer deve ser o escopo do bom professor. Cada criança é uma estrela, cujo astrônomo — o professor — cumpre submetê-la a lente do seu telescópio, observar-lhe todos os movimentos, inclinações, natureza e intensidade de sua luz, círculo de sua trajetória, sua composição cósmica, se é provida de água, de ar atmosférico ou se de matéria incandescente, se emite ou não os mesmos elementos do hélio; a distância em que se acha da Terra, no sistema em que gravita, a velocidade de sua luz, a grandeza do seu globo, etc, e tantas outras pesquisas que despertam no astrônomo a ânsia de devastar o desconhecido.

Esta mesma ânsia deve sempre acompanhar o professor ao cuidar de cada aluno como de um exemplar sujeito ao seu estudo, a fim de saber quais os instrumentos e qual o processo que convém empregar para tirar proveito do filão de ouro: a inteligência da criança.

Repetimos: cada criança é um caso que se deve estudar, a fim de o preceptor aplicar-lhe o processo adaptável para benefício do seu discípulo. Roosevelt axiomatiza "que cada jovem deve ser aparelhado a fim de conduzir o seu próprio peso".

É assim que a pedagogia deve orientar-se a fim de colher os frutos que pretende. É possível que haja um defeito de visão de nossa parte. O fato é que de dia para dia mais nos sentimos apaixonados pelo processo de educação norte-americana, pois verificamos constantemente que os resultados colhidos naquela modelar confederação têm provado, pela experiência, corresponderem perfeitamente à justa fama de que goza, de povo eminentemente prático e de realizações.

O pendor enfermiço que predomina na classe dos novos letrados, em sua quase totalidade, e mesmo na dos homens de ciência, é para "namoro" das belezas rebuscadas do saber e dos primores da estética literária, com grave prejuízo da educação do jovem na vida prática.

Os nossos compêndios vêm abarrotados desses "artefatos", desses narcóticos, que fazem, logo ao alvorecer da infância, sonhar-se com fantasias irrealizáveis em prejuízo das realidades úteis. Reflete a nossa imprensa, em sua generalidade, esta tendência — e é natural.

Os jovens que a vêm ilustrar, saturados desses aromas embriagantes, fatalmente têm que deixar estilar de suas penas as lucubrações retidas em seus cérebros. É difícil vingarem, entre nós, institutos de fins de verdadeira utilidade prática, mas as academias e centros de letras vicejam vigorosamente de norte a sul do Brasil.

Mesmo em nossa capital tentou-se e fundou-se, entre outras, por mais de uma vez, uma sociedade de agricultura, e teve que desaparecer por falta de frequência. E, como esta, tantas outras têm tido a mesma sorte. Pedimos mil perdões por esta nossa inoportuna e impertinente digressão.

É possível que estejamos também sendo arrastados pelo entusiasmo que sentimos da orientação pedagógica norte-americana, o que nos fez alongar, excursionar em suas coisas de ensino desta grande República, orgulho de nosso continente; onde não encontra hábitat próprio para medrarem e florescerem as plantas daninhas da vaidade e da pedanteria de nossa intelectualidade e da nossa raça. Digo da nossa raça, porque esta expressão adquiriu os foros de cidade e vê-se repetir a pretexto de qualquer coisa.

Em vez de andarmos a temer os norte-americanos, o senso sadio nos aconselharia que cada vez mais nós nos aproximássemos desse grande povo e mesmo o imitássemos, sem nenhum desdouro para nós. Assim alcançaríamos mais rapidamente a meta dos nossos altos destinos.

Se toda a velha Europa vive de joelhos a bajular esse formidável país, como é que nós, que fazemos parte deste novo mundo, devemos hostilizá-lo e dar ouvidos aos cantos a surdina da sereia européia, que vive roída de inveja dos progressos daquele país?

Não. Estamos na América e precisamos, antes de tudo, ser americanos. Caminhemos sempre para o futuro e não para o passado.

E nesta ordem de idéias, sentimo-nos a vontade para insistir na apreciação do ensino norte-americano como modelo de saber prático. Não somos só nós que admiramos o sistema, método e administração educacional da América do Norte.

Encontramo-nos em honrosa companhia com os provetos pedagogos argentinos, que, apesar da ojeriza injustificável que votam todos os hispano-americanos aos americanos do norte, nem por isso deixam de entoar hinos de louvor ao processo educativo empregado nos Estados Unidos.

Entre outros assuntos do ensino naquela república vizinha e nossa amiga, evidenciamos os grandes luzeiros do ensino argentino, D. Laynes e, especialmente, D. Ramos Mixia, cujos conceitos sobre o ensino na confederação americana fazemos nossos, tal a verdade e justeza de suas apreciações. O lema é ali: "Flexibilidade e democracia".

São os traços salientes da organização e administração das escolas na América do Norte. A política dos governos ali é auxiliar, promover e assegurar a educação, mas não assumir o seu controle. Cada povoação que contar com 35 meninos tem direito a uma escola.

Nos Estados Unidos, a administração escolar — outra coisa muito louvável — estabeleceu o regime de correspondência, no sentido de cultivar vínculos de amizade e entreter conhecimento entre as diferentes categorias de escolas públicas e particulares, entre as diversas seções do país, como também no sentido de favorecer a cooperação recíproca dos lentes, diretores, presidentes do Conselho de Educação. Enfim, procura realizar tudo em benefício do povo, por isso mesmo a democracia do saber, que abrange homens e mulheres que vivem em todo o seu vasto território.

Formosa inspiração, que domina as pessoas de cada classe, raça, credo religioso ou político no sentimento comum de auxiliar toda a iniciativa de educação, especialmente da

educação moral, que interessa ao gênero humano. Está se formando a mais ampla, bela inspiradora e influente fraternidade que o mundo tem conhecido.

A regra de educação, quer do ensino elementar, quer do ginásial ou secundário e universitário, em simples e gradual correlação, é de porta franca, aberta para todos, sem nenhuma distinção. A adaptação das escolas a individualidade dos estudantes bem flexível sistema eletivo consistente de cursos paralelos, essencialmente práticos, liberais, especiais para jovens que querem ingressar nas escolas do segundo grau e especiais e, também, para aqueles que não intencionam continuar os estudos.

Nosso país tem sofrido, demasiadamente, as conseqüências de uma mocidade improdutiva, que não quer trabalhar ou que não sabe o que fazer. Não devemos retardar por mais tempo uma necessária reação.

Na América do Norte, procura-se por todos os meios possíveis reter na escola os meninos e reduzir o número de incorrigíveis e delinqüentes. Pensa-se que para ser um povo são e feliz deve-se ter uma sã e alegre juventude, que é mais fácil educar meninos que reformar adultos.

É sabido que os meninos das escolas formam dois grupos: os normais e os anormais ou retardados. Os são de corpo e espírito, robustos, de vontade ativa, capazes de dirigirem a vida por si mesmos, com conhecimento cabal dos seus próprios atos, pertencem a primeira divisão.

Fazem parte da segunda todos os meninos semi-anormais ou semi-retardados. São postos em primeiro grau inferior os que perdem tempo por doenças, irregular assistência, freqüente troca de escolas, meninos lerdos, desalentados, débeis, indiferentes, mas que são regulares e não estão predispostos a delinqüência.

Os vagabundos incorrigíveis, que aborrecem a escola, desobedecem a seus regimentos, desafiam as leis e os regulamentos da comunidade em que vivem, veteranos na pernicioso aprendizagem das ruas, arruaceiros, fumadores, embusteiros, jogadores, ratoneiros, perjuros, de perigoso temperamento, são classificados em terceiro grau.

Por fim, localizam-se os meninos de órgãos defeituosos, de funções irregulares ou afetados de geral debilidade, aqueles cujo poder mental está, quanto a qualidade e a quantidade, abaixo do termo médio, mas suscetíveis de melhora por meio da escola e de serem úteis a sociedade na proporção de suas naturais aptidões. Tal é o menino subnormal, que não deve confundir-se com o mentalmente desequilibrado, violento ou imbecil, que requer o caridoso e carinhoso cuidado de um asilo.

Dá a causa da imprópria classificação dos dois grupos de meninos, os regulares e os retardados, que são postos no mesmo grau. O dano que resulta deste sistema é evidente.

Miss Richman, superintendente de um distrito na América do Norte, continua: "Os alunos de reconhecida inteligência não encontram no trabalho do grau suficiente emprego para a atividade de seus cérebros. Estão sujeitos a momentos danosos de obrigada parada".

As repetições impostas pelos retardados de classes aumentam sua impaciência. Alguns perdem a ambição e são retidos atrás porque a classe tem que caminhar a passo

moroso. Por outra parte, os retardados, desalentados pelas dificuldades de compreender, irritados pelas faltas que os professores apontam em seus boletins, incriminados possivelmente pelos condiscípulos, que sem aparente esforço alcançaram o que se lhes parece praticamente impossível, começam a aborrecer a escola, relaxam seus esforços aparentemente sem resultado, tornam-se preguiçosos, desordenados, sentem o desejo de vagar nas ruas e constituem o pior elemento da escola. Outro autorizado superintendente americano faz a mesma observação: "A prática de conservar alunos não graduados em classes regulares não deu bons resultados. Os alunos permanecem indiferentes, preguiçosos e, como consequência final, importunos ou desalentados, atrasados, vão deixando a escola".

A separação retardados/regulares e sua educação por processos especiais é um lógico resultado do adiantamento na vida interna e na natureza da criança; um reconhecimento dos princípios econômicos e filantrópicos em que se funda esta idéia; um impulso de patriotismo que reclama com império a salvação desses meninos que se transformarão em melhores cidadãos.

Isto é real nos países que abrem a marcha da humanidade do mundo, como a América do Norte, Inglaterra, Suíça, Alemanha, etc.

As vantagens de tal divisão são várias. Continua Miss Richman: "As classes regulares nas escolas comuns revivem e tomam um poderoso vôo, desde que os professores, libertos dessa pesada carga de diário tormento, possam fazer justiça aos melhores alunos, dar-lhes um trabalho que satisfaça a sua atividade, e imprimir em outros mais cuidado, mais concentração e esforço".

Os exemplos desmoralizadores ou corruptores desaparecem. A disciplina torna-se boa. O reduzido número de retardados, nos graus especiais, torna possível o estudo de cada um, sob especial cuidado e atenção.

Nos Estados Unidos, os retardados recebem auxílio individual e estímulo. Cada grau se ajusta as necessidades do menino: idade, estado físico geral, mentalidade e anterior educação, complexidade físico-mental e procedimento.

Há classes especiais para semi-retardados e apatetados. Escolas para faltosos crônicos e incorregíveis, diurnas e de completa detenção, último esforço para salvar a juventude desordenada. Classes especiais para meninos mentalmente subnormais. Estes dois últimos tipos não são de instituições independentes, mas auxiliares das escolas comuns.

Finalmente, as oportunidades dadas aos meninos para sua educação e reforma são a classe regular, a classe especial e a escola correccional, que pressupõe a ineficácia sucessiva das precedentes. Tal é a organização geral desse sistema, se bem que sofra modificações em alguns pontos.

Outra nação que está assombrando o mundo e tornando apreensiva a velha Europa é o Japão, o país do sol nascente, pelo surto rápido, fantástico, do seu progresso em todos os ramos da atividade humana. A educação marcha galhardamente na vanguarda. Basta dizer que ela



gasta mais da metade da sua receita (60%) com a educação em suas várias modalidades, quando os países que mais se evidenciam na Europa não vão além de 23% de seus orçamentos.

E esse povo apresenta ao mundo o atestado mais brilhante, mais maravilhoso do adiantamento da sua civilização, muito embora alguns espíritos apoucados e de escura observação andem a apavorar a nossa consciência com o avanço do perigo japonês, a taxá-lo de povo inferior e indesejável ao nosso meio. O que seria para desejar é que representantes desta craveira não estivessem guindados a essas alturas, a derramar trevas em vez de luz para seus elevados destinos.

Pedimos benevolmente permissão para interromper esta ordem de comentários para afirmar: a lei ou regulamento de 1909 deveria ser posta em vigor. Além de outras providências preciosas, também torna obrigatório o estágio dos professores de uma categoria para passar a outra, gradativamente, até alcançar a quarta ou quinta e última. Fechar-se-ia assim a porta aos pistolões e se evitariam as graves e clamorosas injustiças das preterições.

Oxalá fôssemos ouvidos, e o nosso querido Paraná teria lançado o primeiro marco da conquista democrática da pedagogia brasileira. Achamos que o ensino de declamação nos trará o aumento das pessoas bem falantes com prejuízo de outros exercícios de mais utilidade para a vida prática, especialmente para o sexo frágil.

Diz-se, geralmente, que o brasileiro, povo aquecido pelo sol dos trópicos, de cérebro ardente, tem pronunciada tendência mais para as coisas de imaginação e pura fantasia do que para os estudos de coisas reais de utilidade na vida prática.

Ora, cultivar mais ainda esta inclinação que eles já possuem em profusão é desenvolver mais o apetite para os encantos do mundo das fantasias. A vaidade, especialmente em nosso sexo, é já uma coisa ingênita. Despertar ainda mais este condenado sentimento na infância, em vez de o desviar desse mau caminho, consideramos inadvertência.

Desde os primeiros anos, aguça-se-lhes mais o gosto a este gênero de elegância, com prejuízo de outras coisas de proveito na vida.

Não seria preferível incutirmos no espírito da criança o amor a simplicidade das maneiras, dos gestos, dos movimentos, da beleza doce, suave e encantadora da modéstia, flor cujo perfume atrai logo a simpatia de todo o mundo?

A menina muito espreitada perde os encantos da simplicidade e da inocência. Quanto mais simples, menos ataviadas desses prejuízos, mais apreciadas se tornariam.

Os livros escolares, de ano para ano, vêm fartos de literatura, na maioria das vezes de qualidade inferior, e não raras vezes de toxinas e essências que embriagam a inocência da infância, sem lhe perfumar e fortalecer a inteligência com leituras sadias.

Cuida-se esmeradamente da instrução e muito pouco ou muito por alto da educação do caráter, da educação do sentimento, da moral cívica, da moral social, da moral privada — na família e no indivíduo.

## A LITERATURA E A ESCOLA PRIMÁRIA

**Delia Rugai**

Escola Complementar — Curitiba, PR

e educar uma criança é colocá-la em condições de cumprir um dia, do melhor modo possível, o destino da vida, convém despertar nela o sentimento de amor as letras, tesouro incomparável de saber e de beleza, que espargirá no caminho luzes e flores magníficas.

Como despertar esse sentimento na alma infantil? Tudo o que é bom, tudo o que é belo exerce sobre a alma infantil um encanto extraordinário, uma magia profunda. Aproximemo-nos dela, pois, onde tudo é bom e tudo é belo; façamo-la viver numa atmosfera de ideal, para que possa refulgir cheia de esplendor e, no futuro, a chamado dos seus transcendentais destinos, desperte adarvada de altíssimas ambições e de deslize, sem obstáculos, harmoniosamente, através das vicissitudes da vida.

A alma infantil é uma alma predisposta a pairar no azul e na luz; é uma alma inclinada a sublimidade de ideais puríssimos, mas é, como alma adormecida, uma força cega, insipiente da sua grandeza e do seu esplendor. É a nós que toca embelezá-la de luz, empunhar a varinha mágica para que ela possa acordar. A criança tem em si, latentes, as mais profundas disposições artísticas. As suas tendências são as mais belas orientadoras do ensino.

Compete a escola primária a iniciação literária? Certamente que sim. É ela a formadora da alma do povo, é a ela que toca afinar a fibra sensível que deve, por conseguinte, estremecer mais depressa e vibrar mais profundamente ao contato das coisas humanas. É ela a mais potente obreira que beneficia a sociedade em geral e o indivíduo em particular. Não devemos dar tudo a inteligência; é preciso reservar uma parte ao coração, a cultura das faculdades afetivas.

A infância é como o diamante, contém em si brilho e valor; tudo depende da sua boa lapidação. Ao entrar na escola primária, a criança já possui uma bagagemzinha literária. Embora seja diminuto o cabedal de seus conhecimentos, é capaz de manter, numa linguagem encantadora, vacilante, um assunto que lhe seja familiar. Ei-la, com a face a arder, o olhar brilhante, a falar de tudo o que ama: das historietas contadas pela vovó, do céu, das flores, da sua casa, dos seus companheiros, dos seus brinquedos.

A observação de tudo o que nos cerca deve ser o ponto escolhido para início da educação literária. A criança deve ser exercitada a olhar, ver, observar, compreender tudo o que a rodeia. A observação racional formar-lhe-á a consciência, e a criança habituar-se-á a prescrutar com os olhos da alma a alma das coisas. Uma folha que tomba, uma estrelinha a tremeluzir, a cabeça branca de um velhinho, um ninho a embalar-se entre ramos, o murmurejar de um regato, o tombar de uma lágrima, tudo tem para ela alta significação.

Nada lhe passa despercebido ante seu espírito observador. Tudo cala com profundez em sua alma. Ei-la já pequenina artista, a literata em miniatura, a delicada amadora do belo e, portanto, do bem e da virtude, a desvelada cultivadora da língua materna. Sim. Bem orientadas todas as faculdades da alma, burilado o espírito, bem formado o coração, fácil brotará o estilo, que se formará pela cultura do espírito e do coração.

À medida que a criança vai avançando em idade, o professor vai ampliando a esfera de observações, chamando a atenção dos alunos para os fatos de ordem mais elevada. Deve-se ascender, lenta e progressivamente, com base no desenvolvimento das faculdades infantis.

É conhecida a predileção que as crianças têm por narrativas e contos. Na idade com que entra na escola primária, a criança tem uma sede insaciável de narrações animadas. As fábulas, as histórias de fadas, constituem para ela um mundo encantado. Desta excelente predisposição, o professor tirará grande proveito nos diversos anos de curso elementar, onde reina verdadeira paixão por este gênero literário. Os contos e as narrativas, para que sirvam de meio educativo, precisam ser adequados a idade da criança. É preciso que estejam ao alcance da imaginação infantil. Ela ama tudo o que é próprio da sua idade. Para sugerir-lhe a inspiração, despertar-lhe o interesse, é necessário que o assunto encerre, sempre, grande sentimento.

São salutareos os temas onde palpitem a ternura de um afeto, a beleza de um sacrifício, o prêmio do trabalho, a sublimidade de um martírio, onde fulgure a luz da verdade, onde cante, chore, sorria a uma alegria, uma saudade, uma esperança; onde resplandeça, na plenitude do seu fulgor, a virtude — luz da alma. A imitação é proverbial na criança, e eis que surgem os pequeninos heróis, a criança compassiva e boa a chorar com os que choram, a perdoar aos que a magoam, a consolar os que sofrem, a apaixonada da verdade e da justiça, a possuidora de maneiras modestas e gentis.

Devemos aproveitar essa incomparável fonte de energia, não para impor determinados tipos ou modelos ideais, o que constituiria um esbulho condenável da sua personalidade, e sim para fortalecer ou desabrochar os sentimentos e valores humanos latentes no espírito infantil. Os contos de fadas, as histórias encantadas, exercem na alma infantil um verdadeiro feitiço, transportam a criança para um mundo maravilhoso que ela não distingue do mundo real. A sua imaginação exuberante movimenta-se, explode com tal violência que, abandonada a si mesma, é perigosíssima e trará conseqüências funestas para a futura direção do espírito. É preciso dirigi-la convenientemente, nunca sufocá-la sob pretexto algum, porque oprimida de um lado, com mais impetuosidade, convergiria as suas forças para outro. Ela só é perigosa quando divorciada da razão. Bem dirigida, alimenta os sonhos que suavizam a existência, embalando-a num mundo de quimeras.

O belo compreende dois domínios: o real e o imaginário. É preciso fazer que a criança os distinga do fantástico. Convém, pois, dar-lhe, a par do fictício, as primeiras noções da realidade. Cumpre observar que a imaginação não sobrepuje a razão, pois, do contrário, os contos e as narrativas se desvirtuariam das suas verdadeiras finalidades. Os livros de leitura devem ser inspiradores, estimuladores. O aluno deve encontrar neles motivos para expansão de suas atividades. Devem despertar o amor a natureza, o desejo de esquadrihá-la e arran-

car-lhe os segredos. Tudo depende da sua conscienciosa e inteligente escolha. Os demasiadamente simples não prendem; os de muita elevação não interessam.

A boa leitura instrui o espírito, alimenta o coração e forma o caráter. Coloquemos, pois, nas mãos da infância, bons livros, despertemos o gosto da boa leitura. Nos dias de amanhã, nas horas de tristeza que talvez virão, ela encontrará um doce refúgio no seio dos livros, aos quais, por hábito, dedica grande amor. O gosto da leitura avigora-se justamente no valor literário de cada página. O livro deve cair na alma. Não esqueçamos de por ante os olhos infantis as páginas cívicas, também como subsídio poderoso da sua educação literária. A escola deve preparar na criança o futuro cidadão. É preciso, desde cedo, incutir-lhe no espírito os sentimentos de civismo, o amor a Pátria, o respeito as leis que regem o País, os direitos e os deveres perante a sociedade de que faz parte.

Ponhamos-lhe nas mãos livros nossos, que falem da nossa gente, das nossas coisas. Só conhecendo-as é que poderão amá-las, só amando-as é que poderão contribuir para sua grandeza, para sua felicidade; e, contribuindo para sua felicidade e para sua grandeza, dessa forma trabalhará para o bem universal, a sombra benéfica de salutareos princípios artísticos.

Faculemos a criança hinos e canções patrióticas e pacíficas, que a embalem e a encantem. Não esqueçamos as poesias elevadas e fecundas, que lhe proporcionam prazer imenso. Contam elas no mundo infantil com uma plêiade de admiradores fervorosos. Tudo o que é destinado a infância deve encerrar um tesouro de estímulos, de perfeição moral, intelectual e afetiva, o bastante para burilar caracteres, empolgar corações e almas e disciplinar vontades. Portanto, a literatura é um auxiliar preciosíssimo da moralidade de um indivíduo.

São ainda excelentes auxiliares da cultura literária as lições de coisas, principalmente para o 1º ano, as estampas de variado contexto, as palestras vivas e variadas, os assuntos de ocasião, como as festas nacionais, os grandes acontecimentos, as conquistas feitas, a nossa bandeira, a nossa terra. Desta cultura desabrocha, escurrita e elegante, a linguagem cheia de pujança e esplendor; surge, apenas, escurregadia num estilo virtuoso; brota fácil a palavra; nasce o estilo. Logo, a escola primária é a formadora do estilo. Muitos dirão: estilo não se forma; ou se possui, ou não; ou se é inspirado, ou não se é. Mas não é de gênios nem de vocações que se cogita. Fala-se da criança em geral, do tipo comum. Sim, há vocações, há talentos, mas esses também poderão fenecer se não encontrarem terreno propício para o seu desenvolvimento.

A escola primária não pretende fazer da criança um acervo de erudição. A sua ambição é formar individualidades independentes, capazes de exprimirem por si, de uma maneira toda sua, o resultado de suas observações, das pesquisas de seu espírito, habituado a investigar, a pensar diante da "universidade do mundo".

Não há ninguém absolutamente inepto, e a literatura não é uma ciência inatingível, só reservada aos predestinados. A melhor definição do estilo é esta dada por Chasteau: "Estilo é a maneira original com que cada um de nós exprime as suas idéias e os seus pensamentos". Nele se afirma o eu dos indivíduos; logo, o estilo é o homem. A formação do estilo é uma tarefa que requer muito labor, muita paciência. Não é em um dia que se forma.

Preciosíssimos auxiliares são os exercícios de composição escrita, sob seus diversos aspectos.

O aluno deve habituar-se a colocar no papel, com clareza e certa elegância, os seus pensamentos, ordenando-os numa maneira natural e lógica, sob uma forma exata. A natural imperfeição dos primeiros trabalhos não deve preocupar. A linguagem das pessoas que o rodeiam influi na formação do estilo.

O professor deve fazer uso de um vocabulário familiar, simples, desprezioso, mas elegante, fugindo das expressões enfáticas, habituando os discípulos a ouvirem a verdadeira língua materna, tão harmoniosa e bela.

Qualquer lição, seja qual for a disciplina, deve encerrar uma lição de linguagem. O professor jamais consentirá o emprego de solecismos. A criança deve habituar-se a exprimir, com clareza e correção, os seus pensamentos. Sou de opinião que o dar notas nas composições escritas é por vezes ineficaz e até prejudicial, pois dificilmente se poderá chegar a uma classificação rigorosa, em virtude da plasticidade dos inúmeros pontos a que se tem que atender. Às vezes, o aluno põe no trabalho toda a sua alma, emprega o máximo esforço da sua ação e, para coroar esse esforço, surge um algarismo de diminuta significação, desanimador e danoso.

Fora melhor, depois de feita a apreciação dos trabalhos desenvolvidos em folhas soltas, chamar levemente a atenção dos alunos para os erros cometidos, estimulando a autocorreção relativamente a grafia, a repetição de palavras, aos adjetivos impróprios, as expressões vulgares, etc.

A classe toda aproveitaria a lição e auxiliaria a corrigir as imperfeições. Leria, dentre as composições que se lhe afigurassem melhores, duas ou três, exaltando os autores. Enquanto os pequeninos escritores se sentissem lisonjeados no seu amor próprio, a classe inteira teria ocasião de saborear as páginas mais belas, o que lhe traria proveito. Os que menos produzissem sentir-se-iam estimulados a melhorar, a aperfeiçoar os seus trabalhos, para que também fossem lidos.

Em uma mesma classe, as vezes, é bem heterogêneo o nível literário. É necessário então muita habilidade e grande prudência. Os que mais produzem não devem ser abandonados, sob pena de retrocederem dos postos galgados, e sim estimulados a produzir mais e mais. Os mais fracos, os morosos, os apáticos ou abúlicos precisam de muito cuidado. É preciso encorajá-los, animá-los em seus desfalecimentos.

Considerando, pois, que a educação literária devemos, em parte, o aperfeiçoamento moral do indivíduo e a formação do estilo no mundo infantil...

#### CONCLUSÃO

Façamos também da escola primária um centro de literatura, onde a criança de hoje, ao fazer-se o cidadão de amanhã, encontre a seiva propulsora das suas energias espirituais, para que se lhe prepare um porvir de lutas fecundas, porém tranqüilo e suavizado pelas mais sãs alegrias da vida.

UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA PEDAGÓGICA — A  
UNIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO NACIONAL**Nestor dos Santos Lima**

Escola Normal de Natal, RN

**U**m dos aspectos mais relevantes do problema da unidade nacional a ser examinado pela I Conferência Nacional de Educação consiste, sem dúvida, na questão — aliás, não proposta, mas necessariamente digna de ser encaminhada, amplamente discutida e definitivamente resolvida — da unificação do magistério primário nacional, isto é, o reconhecimento recíproco da validade dos diplomas conferidos pelas escolas normais de uns estados no sistema orgânico de ensino dos demais.

Reforma de incontestável alcance sobre o espírito de nacionalidade, já prevista nas leis e regulamentos de algumas das unidades brasileiras, falta-lhe, porém, o cunho da generalização, que lhe dará força, estabilidade e conseqüências as mais eficazes e brilhantes.

As minhas freqüentes viagens de observações ao sul do País e do continente convenceram-me, profundamente, da necessidade de um trabalho de unificação no magistério nacional, integrando-o na generalidade do problema para cuja solução todos nós somos chamados a colaborar: a educação nacional.

Nunca o Brasil teve fase de mais acentuado interesse pela sorte do ensino do que presentemente; nunca, porém, esteve tão alheio a esse bem entendido princípio de nacionalismo.

Em todo caso, se a tentativa esboçada na lei de 15 de outubro de 1827, cujo centenário agora celebramos, quando despertava mais ou menos esclarecida a nossa consciência de povo organizado, não chegou a produzir seus benéficos efeitos, criando o magistério nacional, uno, garantido e solidário, foi porque os anseios e as necessidades federalistas do povo brasileiro, consubstanciados no ato adicional de 12 de agosto de 1834, vieram arredar e entrar esse movimento que poderia ser hoje vitorioso para o bem da grande pátria comum.

Estabeleceu-se como competência das províncias legislar sobre o ensino primário e provê-lo de pessoal, regulamentos e material. Eis aí o grande golpe na educação nacional.

E há 93 anos debate-se a consciência dos arautos da Pátria na ânsia de voltar ao regime do ensino nacional, sem conseguir fazê-lo.

A República, feita para o povo e não pelo povo, prometeu melhorar a sorte do ensino, mas nada fez de útil até agora.

Se os estados, em que ficaram transformadas as antigas províncias, não têm feito alguma coisa em prol do ensino nacional com maior vulto e proveito, é porque nem todos eles dispõem dos recursos apropriados ao desejo e, na maioria dos casos, porque os responsáveis pelos seus destinos cuidam melhor de política e de interesses mais restritos do que da grande causa nacional.

Este é infelizmente o problema sempre relegado para amanhã, ou para mais tarde... é o que sempre se deixa de fazer a falta de recursos financeiros!...

As mensagens oficiais estão cheias de declarações dessa natureza, que implicam um descaso, senão um descuido impatriótico e talvez criminoso, pelo nosso porvir.

Basta-nos, porém, de recriminações: precisamos construir e construir obra duradoura, sólida e patriótica.

Pouco nos importa a voz dos indiferentes e dos timoratos, porque estamos batalhando pela honra da nossa nacionalidade, tão capaz de melhores destinos.

Por onde andei observando o ensino, pude perceber o justo desejo de aproximação entre os estados, entre as corporações ensinantes, entre os profissionais do ensino público ou particular. Sentia um interesse invulgar pelas coisas do ensino alheio: desejo de permutação de idéias e vistas conducentes a obra recíproca.

Ao mesmo passo, encontrava fechadas as muralhas das fronteiras legais entre os profissionais do ensino: tudo impede que o ensino nacional caminhe, porque cada estado, legislando a vontade, prove, a seu modo, a instrução popular.

A diversidade das leis e das organizações não é, todavia, substancial, referindo-se as minúcias e aos detalhes dos tipos escolares; por toda parte o professorado prepara-se analogamente, reveste um mesmo caráter e tem um mesmo ideal: servir a Pátria e formar brasileiros dignos do Brasil.

Foi a consideração desses fatores e de outras circunstâncias que me sugeriu a idéia de um forte movimento em prol da unidade, ou antes, da unificação do magistério nacional.

A tese é simples: reduz-se a reconhecer a validade dos diplomas expedidos pelas escolas normais dos estados brasileiros dentro do território dos outros estados e para o gozo das prerrogativas inerentes ao professorado oficial, mediante a prova cabal da sua suficiência técnica. Ou melhor, variando os termos: o professor diplomado no estado A pode ter função oficial no estado B e pertencer ao corpo dos docentes oficiais, se for aprovado em prova de suficiência pedagógica perante a escola normal ou uma comissão especial designada pelo governo do estado solicitado.

A apresentação do diploma, visado pelo governo do estado onde foi obtido, deve ser condição indeclinável do pedido de exame, e, uma vez julgado apto o candidato, na igualdade das exigências feitas aos próprios professores do dito estado, será o seu diploma considerado válido para o efeito de habilitá-lo a funcionar, com os mesmos direitos, na instrução oficial.

Aliás, isso já está feito e praticado, desde muitos anos, no Brasil, a respeito dos títulos conferidos pelas escolas superiores de outros países.

Temos tido celebridades no Direito, na Medicina e na Engenharia que não se diplomaram no Brasil. O nosso egrégio conterrâneo doutor Amaro Cavalcanti, que chegou a ministro do Supremo Tribunal Federal e foi luminar do direito pátrio, não era bacharel nem doutor por

faculdade brasileira, mas era-o pela Universidade de Boston, na América do Norte, sendo reconhecido o seu diploma no Brasil.

Ora, se as leis de fronteira dos países não são obstáculos para os diplomas estrangeiros, com maioria e firmeza de razões não deve sê-lo a linha de limites entre os estados irmãos da mesma pátria.

Nossos professores devem ser havidos como tal em qualquer parte do Brasil: podem dedicar-se ao ensino público ou particular, sem os empecos atualmente existentes, onde quer que vivam ou os conduza o destino.

Mas surgem as objeções: primeiro, as leis vigentes não o permitem e, segundo, há o perigo das migrações volumosas de professores de uns para outros estados, formando "praga interestadual".

À primeira objeção oporei o argumento de que nem a Constituição Federal nem o espírito do regime obsta a modificação das leis ordinárias, que outras leis mais novas revogam, como também porque a multiplicidade das organizações estaduais deve sobrepor-se o interesse geral e unitário da Pátria e da educação verdadeiramente nacional.

Quanto a segunda objeção, basta lembrar que as faculdades superiores, tanto as federais como as estaduais, equiparadas ou não, têm fornecido aos estados os elementos úteis ao seu progresso e as necessidades sociais, mesmo independente de qualquer exame de suficiência. Nunca houve idéia de considerá-los "praga" ou migração indesejável ou temível, para se procurar evitá-los ou combatê-los.

Pelo contrário, eles são sempre bem-vindos a qualquer ponto do Brasil, onde, na maioria dos casos, têm sido fatores importantíssimos da grandeza do País e das localidades.

Digo isto pelo caso especial do Rio Grande do Norte, que tem sido servido e até governado por filhos ilustres de outros estados e tem dado também filhos ilustres para a grandeza e bem-estar dos seus irmãos da federação brasileira.

Não posso admitir que só o professorado, que hoje em dia é formado cuidadosamente e, com franqueza, num regime muito mais apertado, sério e moralizado do que o de muitas das nossas escolas superiores, não posso admitir, dizia, que só o professorado cause medo e seja temido na procura e invasão das cadeiras do ensino primário dos estados, deixando em situação crítica os professores aí diplomados.

Nos planos de uma honesta administração, tais receios não têm cabimento nem razão de ser, porque, primeiro, a seleção dos elementos migrados será feita com o mesmo critério que preside a dos do "meio"; depois, porque as nomeações dependem só do poder local, que será sempre capaz de distinguir os bons dos maus elementos, e finalmente porque as leis da disciplina do professorado serão aplicadas com toda isenção, tanto aos naturais como aos advindos do magistério de cada estado. Ficarão colocados em posição igual, dentro das leis, a dos outros professores, mas não em situação inferior e muito menos em plano superior.

Só o mérito, a competência e a operosidade é que devem pesar na balança das ascensões da carreira do magistério.



Mas, no Brasil, é forçoso que desapareça a estranheza de uns por outros sistemas escolares. Sejam irmãos de fato e de direito também nesse aspecto a mais, já que em tantos outros como tal nos reconhecemos, para que os professores hábeis que um estado diploma possam trabalhar na formação de dezenas e dezenas de brasileiros, qualquer que seja o estado ou o recanto do pátrio território onde estejam.

A idéia ora justificada foi objeto de explanação no Relatório de Viagem que, em 1923, apresentei ao governo do meu estado e a defendi calorosamente pelas colunas da revista *Pedagogium*, órgão oficial da Associação de Professores, sob minha direção até aquele ano.

#### CONCLUSÃO E PROPOSTA

Para atingir tão *alevantado desideratum*, proponho que a I Conferência Nacional de Educação, constituída pelos delegados dos vários estados brasileiros, emita um voto de profunda confiança e procure obter o compromisso formal dos seus aludidos membros no sentido de serem apresentadas as legislaturas estaduais as bases dessa medida de tão relevante importância, segundo a forma proposta ou pela maneira que for julgada mais conveniente, oportuna e exequível, a fim de ser, na próxima Conferência Nacional de Educação, celebrado o convênio da unificação do magistério primário nacional.

TESE Nº 53

## PARA LUTAR CONTRA O ANALFABETISMO: O SERVIÇO PEDAGÓGICO OBRIGATÓRIO, DEVER CÍVICO FEMININO DECORRENTE DO DIREITO DE VOTO ÀS MULHERES

**Fernando de Magalhães**

Associação Brasileira de Educação

Sou pelo voto feminino: a declaração serve para abrandar as idéias subseqüentes. Mas sou pelo voto feminino por polidez — as mulheres desejam-no, faça-se-lhes a vontade. Não penso, porém, que a regra salve o mundo ou o País das ameaças possíveis. O sufragismo é seita velha, vitoriosa ou turbulenta, e nem por isso mudou o rumo dos acontecimentos universais. Sem dúvida, as mulheres não serão nem benefício nem malefício a política; há, entretanto, o receio de que a política lhes seja prejudicial. A competição eleitoral deteriora os homens, e pena é que as mulheres suceda o mesmo.

O exemplo dos países onde há sufrágio feminino atesta, em primeiro lugar, a transformação da personalidade das mulheres. Os caracteres sexuais tendem externamente a modificação; seja pelos hábitos, pelas atitudes, pelos vestuários, vai longe a graça feminina.

A sensibilidade também se dissipa: os debates em torno das reivindicações do sexo têm aspecto de hostilidade e de luta, porque as aspirações do sufrágismo não são uma diretriz, mas um combate. E tudo se organiza no pressuposto de uma inferioridade jamais articulada, muito menos modernamente, quando as mulheres governam, como déspotas, pelo afeto ou pela fascinação.

Depois, o exercício do voto feminino é quase inútil. Povos onde o alistamento das mulheres supera até o dos homens têm reduzida representação parlamentar mulhêr: as mulheres, e não é preciso indagar a causa, preferem votar nos homens a votar em suas semelhantes.

Sem dúvida, o interesse da raça dita uma orientação diversa do problema, pois a fatalidade sexual determina com muito rigor o destino de cada grupo e, ao invés de atropelarem as mulheres no torvelinho da política, mais lhes aproveitará a legislação que atenda aos reclamos da espécie, resguardando, protegendo e enobrecendo a função feminina. Falta, talvez, a estas impressões pessoais o cunho moderno, mas sobra-lhes a velha sinceridade muito próxima do culto tradicional e escarnecido dos tempos românticos. Apesar de tudo, as mulheres pleiteiam o direito do voto. Não é natural que os homens, legisladores, se oponham.

No programa político feminino, a campanha pela educação nacional ocupará o primeiro lugar. Até hoje, nenhum educador equívale as grandes mestras que moldam consciências infantis. Sob esse ponto de vista, a questão particularmente nossa deve lucrar com o voto feminino, porque, apesar de longo período de atuação, os legisladores brasileiros fogem do problema, tanto assim que o analfabetismo é ruidosamente evidenciado, e a instrução deficiente, lamentavelmente reconhecida todos os dias. Há aí um déficit avultado da atividade masculina; por isso a propaganda pela educação no Brasil nos quatro últimos anos avulta em empreendimentos privados, e a sua eficiência decorre da carência que nos define.

Não é preciso mais reeditar números, tão repetidos são e têm sido. Esses números contam os analfabetos, referem-se a vastidão territorial desabrigada da escola, a escassez do professor, ao desamparo intelectual das crianças esparsas e afastadas, enquanto, aumentando a tristeza do interior primitivo e plangente, na orla do País acotovelam-se, na ambição de mando e de dinheiro, os que só calculam a vida farta e tumultuária.

A verdade, bastante conhecida, sofre preterição porque não há quem reclame, mas, se ela aliciar um grande exército de servidores decididos e desinteressados, o seu domínio salutar será definitivo. Não estarão longe esses dias. Os industriais do poder acabarão por não ter onde cevar os seus desejos. Será a hora de construir a nova gente, ou melhor, será a hora em que a nova gente em formação surgirá para servir o Brasil. Assim, o trabalho de desagregação das cooperativas administrativas e partidárias é automático: são autófagos os que transitoriamente dispõem do nosso presente. Só do presente, porque o futuro cabe as energias latentes da raça e da nacionalidade em começo de levante, em vários pontos e proveitosamente, até mesmo no silêncio de uma obra de reparação e de transformação de indivíduos.

Os homens falharam ou faliram. As mulheres salvarão? Enquanto não se imagina a resposta, vale a pena lembrar que, nesses últimos vinte anos, a mocidade masculina, com esforço visível, foi adjudicado um tributo pesado. O direito político acompanha-se de um dever cívico: o serviço militar obrigatório. Recordando o movimento dos maiores sábios do mundo requerendo a Sociedade das Nações a extinção do serviço obrigatório na caserna, sente-se que mudou muito a mentalidade universal após a guerra. O século infante sentiu, transido de dores, o peso todo da maior catástrofe que o sonho armamentista, deturpando o interesse patriótico, pôde preparar. E as glórias militares, tangidas para o desconhecido, ao clamor dos brados de vitória e dos atos de bravura, pela cupidez argentária, nublaram o espírito de uma época e destruíram a sementeira de uma geração.

Pagam os homens, duramente, a vaidade do sufrágio, desvalorizado agora que a vaga ditatorial faz reverter para o mais ousado a força emanada dos dogmas da autoridade e da obediência, artigos de fé que revogam as vontades coletivas e reforçam os atrevimentos individuais. Este aspecto talvez não tenha ocorrido as pleiteantes do sufrágio. Dar-lhes o voto é fácil; respeitá-lo, garanti-lo, obedecendo-lhe as determinações, eis o mistério, ou antes, o imprevisto da dificuldade.

Alcançado pelas mulheres o direito político, que dever cívico ser-lhes-á cobrado? Não certamente o trato dos quartéis. Entretanto, admitida a concessão do direito, há que pensar na criação do dever, bastante a propósito quando se cogita da disseminação do ensino no Brasil.

Ninguém discorda estar o grande obstáculo da instrução do País na disseminação embaraçada e árdua do ensino. Calculados e organizados os meios de coligir recursos para tal serviço, conclui-se não poder a Nação enfrentar o formidável orçamento pela extensão da verba pessoal. Esta verba, porém, pode ser diminuída quando estiver preparado o serviço pedagógico obrigatório, nos moldes do serviço militar, exigido das mulheres com direito a carteira de eleitor. Não penso entrar em minúcias, mas lembro um alistamento baseado no registro civil, informando anualmente, as várias circunscrições do País, quais as mulheres chegadas a maioridade, em condições, portanto, de pretender o voto. Neste alistamento, entrarão as que sabem e as que não sabem ler. Daí um efeito salutar: o cadastro sistematicamente renovado das analfabetas. As mulheres capazes de exercer o voto, isto é, sabendo ler e escrever, terão o encargo de alfabetizar durante dois anos um certo número de crianças nas zonas em que habitam. Então, torna-se mais exequível o projeto de disseminação descrito no item de Miguel Couto expondo na Associação Brasileira de Educação: "Creio que a União poderá disseminar escolas públicas em todos os pequenos centros do interior, vilas, viletas, aldeias, aldeolas, estações de linhas férreas, etc, que reunissem em torno, num raio de meia légua, uma população mínima de 40 crianças".

Este voto inadiável esbarra diante do dispêndio. Quando o alistamento feminino computar as que podem pleitear o direito de voto, estará imediatamente traçada a lista das que serão também serventuárias da luta contra o analfabetismo, retribuindo com esse grande dever cívico o direito político outorgado.

Dirão que ensinar não pode ser uma função taxativa porque pressupõe idoneidade. Mas quando se diz serviço pedagógico obrigatório, elemento propulsor na difusão do

ensino e recurso de combate ao analfabetismo, cuida-se da sua utilidade para reunir o maior número das mulheres que saibam ler e escrever. O trabalho, então, das conscritas será apenas ensinar a ler e a escrever, o que não requer grandes conhecimentos pedagógicos e representa o primeiro impulso a educação e a instrução infantis. Este serviço pedagógico deve ser o preferido; outro qualquer, no tipo dos serviços nacionais — a enfermagem, as vigilâncias domiciliares —, fica em segundo plano, a menos que, no exercício das visitas aos lares desprotegidos, não se crie a obrigação de um sistema educativo pelo conselho e pela persuasão. Esta modalidade do dever cívico completa a outra, primacial, a alfabetização.

Está visto que a mulher mãe fica isenta desta ocupação; ela dispõe de regalias invulneráveis.

Não me preocupa saber o que dirão da idéia os legisladores e as interessadas. Creio que a estas não será indiferente segui-la, e talvez um grande número desejará abraçá-la. Aproveitando a oportunidade desta Conferência, coincidindo com o momento mais efervescente da campanha pelo sufrágio feminino, trago as mulheres mais um argumento grandemente generoso e decisivo em favor do que pretendem.

Assim, proponho que a I Conferência Nacional de Educação sugira ao Parlamento Nacional que, ao lado da outorga do direito de voto as mulheres, fique estabelecido o serviço pedagógico obrigatório, meio de incentivar a disseminação do ensino no Brasil.

TESE Nº 54

## A UNIDADE NACIONAL: PELA CULTURA LITERÁRIA; PELA CULTURA CÍVICA; PELA CULTURA MORAL.

**Manoel Pedro de Macedo**  
Ponta Grossa, PR

**S**endo as teses apresentadas por este congresso objeto de longos e pacientes estudos, resolvi, dada a exigüidade do tempo de que disponho, falar apenas sobre a primeira, por me parecer também a mais consentânea com a minha profissão.

Esta conferência, cujo fim é nobilíssimo e diz respeito as classes intelectuais, despertou em mim a vontade de participar dela não com o saber, que me falta, mas com o amor que nutro pelo Brasil e, principalmente, pelo Paraná.

Sou, antes de tudo, um brasileiro, e quero trabalhar pelo porvir da minha Pátria, que pede, nestes dias, o carinho dos seus filhos.

Já disse Miguel Couto, há poucos dias, que a instrução do povo é um dos maiores problemas que temos a enfrentar. Realmente, eu a considero também a nossa emancipação intelectual e política.

País algum jamais poderá representar uma força consciente e digna entre os outros se não tiver uma população alfabetizada, pronta a desempenhar as magnas funções individuais e sociais.

Modernamente, não basta o preparo elementar das massas, fundado somente na clássica regra de ler, escrever e contar. Há a divisão do trabalho e os misteres profissionais que reclamam múltiplas aptidões e mais adiantados conhecimentos para as aplicações que a ciência vai criando. Tudo se torna cada vez mais complexo, difícil e especializado. Embora a educação primária seja para qualquer país o eixo primordial do seu desenvolvimento e de uma necessidade incontestável, como o é para a nossa vida o ar que respiramos, nem por isso se pode dispensar a cultura literária, cívica e moral.

São estas três questões, pois, que vou analisar, a fim de responder a tese que me propus explicar.

Para que se tenha, porém, uma idéia exata destes três aspectos da educação, é preciso, preliminarmente, estabelecer a distinção que há e que os escritores fazem entre moral e saber.

O notável Gustavo Le Bon, autoridade em assuntos pedagógicos, procurou firmar e explicar a diferença existente entre estes dois fenômenos da Psicologia. Afirmou ele que o saber é independente da moral, porque muitas pessoas há cultas, porém, completamente destituídas de moralidade, e vice-versa.

Ora, se a instrução é um meio de educar, genericamente falando, não quer dizer que aquele que aprende se moraliza. Educação é gênero e instrução é espécie. Educar, no sentido restrito, é moralizar, é infundir na pessoa princípios altruístas. A instrução tem fins utilitários e teóricos. O saber atua sobre a inteligência, e a moralidade, sobre o sentimento. Estas duas faculdades, embora se auxiliem mutuamente, são distintas. Têm o mesmo fundamento, mas diferem nos resultados e nos objetivos.

Não se pode aderir ao exagerado conceito de que a instrução seja o único meio de educar, ou seja, exclusivamente teórica e utilitária, como quer Le Bon.

O saber, mesmo que não crie moralidade e virtude em ninguém, como o exemplificam os grandes gênios, tem, todavia, o dom de esclarecer e determinar o porquê da boa conduta, tanto individual como coletiva. Deve-se, então, incorporar no problema educacional esses dois elementos que o integram: moral e instrução.

A sociedade necessita, para a sua conservação e aperfeiçoamento, não só dos Pitágoras, mas também dos Confúcius. A educação, portanto, na sua verdadeira compreensão, abrange as três faces da personalidade: a inteligência, que desvenda a verdade; a vontade, que se concretiza na ação; e o sentimento, que procura o bem. Viver é, então, aprender, sentir e querer.

#### CULTURA LITERÁRIA

A arte literária constitui parte do programa que visa a elevação do nível mental de um povo. Ela tem o poder de desenvolver e completar os espíritos afeitos a ilustração, imprimindo-lhes o colorido das tendências idealistas.

A cultura literária abre para todas as inteligências um horizonte riquíssimo, dos mais variados conhecimentos estéticos, científicos e morais, cujos perfumes afinam e dão polimento ao espírito. Além disso, ela proporciona a todos reais proveitos que vivificam e exaltam o sentimento de patriotismo, de solidariedade social e de crença, atraindo-os a contemplar as coisas do passado e os grandes acontecimentos nacionais que, quando produtos do heroísmo, são padrões de glória que se immortalizam, porque, como disse Tobias Barreto, as nações não caminham sentenciadas, como a mulher bíblica, a não voltar os olhos para trás para não se converter em estátua de sal.

A literatura é ainda o admirável filtro por onde passam a novela, os contos, a história, os periódicos, as revistas, a filosofia, a ciência, a poesia e muitos outros ensinamentos que aprimoram e dignificam a espécie humana.

Haja vista, por exemplo, o romance. Nele se descrevem e se focalizam os grandes feitos e os grandes homens, cujas energias conscientes são lições magníficas, que estimulam para a luta as gerações presentes e futuras. Veja-se, pois, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, cuja prosa cristalina e de estilo impecável reproduz, com maravilha, a tempera rija do nosso sertanejo. Esse livro de Euclides é um precioso repertório histórico-literário, um conto realista onde se enaltecem e analisam as qualidades sublimes que ornaram o valor do nosso caboclo, capaz de ombrear, em coragem, com aquela bravura com que os antigos espartanos se batiam nos campos de batalha. *Os Sertões* caracterizam, com perfeição, a vitalidade da raça brasileira. Nas páginas estupendas onde o escritor pinta, com rara fidelidade, o quadro gigantesco das selvas brasílicas, vê-se que vibram todas as cordas da sua imaginação prodigiosa, que empolgam a mente de todos quantos as lêem. E é assim que o estudo da literatura nos identifica com o meio em que vivemos, embriagando-nos das doces passagens que a história registra.

#### CULTURA CÍVICA

A primeira condição da respeitabilidade de um país é a sua força moral e física. A educação cívica é, por isso, o adestramento nas armas e o amor as coisas nacionais. Rui Barbosa, nas suas memoráveis *Cartas de Inglaterra*, referindo-se ao preparo militar no Brasil, assim entendia a questão: "Bem sei que estamos rodeados de nações pacíficas, que não é menos pacífico o ânimo da nossa, e que a paz é a cláusula essencial do nosso progresso. Mas, neste seio de Abraão, não esqueçamos que a primeira condição da paz é a respeitabilidade e a força".

Estas palavras do insigne mestre, imbuídas da grande experiência e do acendrado patriotismo com que ele sempre honrou e defendeu o Brasil, quer internamente, quer no estrangeiro, onde o seu verbo assumiu as proporções de um milagre, devem estar sempre presentes na nossa alma como um sagrado farol a derramar luzes sobre a política brasileira.

Sejamos bons cidadãos e tenhamos bastante fé nos destinos da Pátria; trabalhem todos para o mesmo ideal, entrelaçando, numa maravilhosa combinação de interesses e sentimentos, os elos benditos de amizade que nos prendem a todas as nações do mundo;

mantenhamos na ordem dos negócios internos os potentes laços de comunhão social; mas ao lado de tudo isso e acima de tudo isso, ouçamos os saudosos conselhos que nos deixaram Rui Barbosa e Rio Branco no tocante as relações internacionais, porque eles foram o modelo e a encarnação mesma dos gênios que conduzem a humanidade.

Outro apóstolo da fé e que está no mesmo plano dos mentores da nossa formação política é Olavo Bilac, um dos mais ardorosos chefes do civismo no Brasil. Foi poeta que engrandeceu as nossas letras, mas foi ao mesmo passo que empreendeu, com invulgar desinteresse, a cruzada vitoriosa em prol do serviço militar. Essa instituição por ele pregada e que se fez realidade entre nós precisa ser conservada sempre, não só por ser ela a defesa do território, como ainda por servir de meio eficaz e rápido para civilizar o caipira, dando-lhe o sentimento de pátria e ensinando-lhe amar e compreender as cores e a história da nossa Bandeira.

Persistamos nessa tarefa emancipadora e disciplinadora da mocidade. Milhares dos nossos irmãos que passaram pela caserna têm hoje, graças as escolas de quartel, a noção do papel que representam perante a sociedade que antes os considerava como seres inferiores.

O militarismo, entre nós, não tem e nunca teve caráter agressivo, dada a índole da nossa gente. O ideal visado pela instrução militar, aqui, tem sido simplesmente a garantia dos direitos de soberania.

#### CULTURA MORAL

A perfeita educação, como fiz notar há pouco, se alicerça na teoria e prática do bem, na pesquisa da verdade e na vontade de agir. Daí a imperiosidade, entre outras coisas, recorrer-se a norma ética para a integração do caráter. A moral determina a finalidade de todas as ações humanas. Tendo o homem o mínimo de instinto e o máximo de inteligência, urge que trabalhem por que se lhe amortecem as inclinações perversas que brotam da sua animalidade, sempre disposta a seguir os ditames do inconsciente. Todo indivíduo, ao nascer, é mais ou menos aquilo que a sua organização lhe ordena. É extremamente egoísta e julga tudo pelas aparências. Com o andar dos anos, o consciente vai predominando sobre o inconsciente, e as leis do atavismo vão pautando os seus atos. É justamente neste período do desenvolvimento mental e físico que a criança se impressiona com o que a rodeia — e imita. Nesta fase, a sua renovação e aperfeiçoamento dependem dos sãos princípios em que ela for se inspirando. Não tendo ainda hábitos, assimilará com facilidade os primeiros que adquirir, sem muito esforço.

Dizem os filósofos que o costume é uma "segunda natureza", cujas raízes, pequenas e fracas no começo, tornam-se inabaláveis depois de fixadas. Assim, o adolescente será mais tarde bom ou mau conforme as influências sob as quais tiverem amadurecidas as suas idéias, respeitadas, já se vê, as taras hereditárias.

Educado no caminho do bem e do justo, ele será um pai exemplar, um marido estimado pela esposa e um cidadão correto que eleva a sociedade e lhe aumenta o patriotismo

moral, que é solidez e união de potencialidades. Até com pouca instrução, mas com uma dose forte de moralidade, o homem, afastando-se do mal, constitui um baluarte contra o vício, contra o roubo, contra o crime, contra a falsificação e contra a mentira. Muito se enganam, pois, aqueles que julgam ser o progresso a expansão das riquezas materiais. Estas dão, sem dúvida, o luxo, o conforto e os prazeres sensuais, que corrompem as consciências, apagando-lhes o altruísmo. Por isso, uma nação que tenha milhões de moedas-ouro em seus cofres gastá-los-á insensivelmente e cairá na mais tremenda das misérias, se não tiver homens que conservem e zelem por todo esse dinheiro. A verdadeira riqueza, portanto, não está nas coisas, porém nas pessoas, como acertadamente pondera Augusto Colmo, um dos maiores talentos da República Argentina: "La civilización y el progreso tienen que estar no en las cosas, sino en las gentes".

A Inglaterra, como é sabido, é um país de tradições veneradas e que tem produzido os maiores estadistas que o mundo conhece. As suas finanças lhe dão um prestígio incomparável. A sua política é a bússola de todas as nações. As suas liberdades são baseadas na Justiça. Montesquieu asseverou que os ingleses fizeram de sua pátria a nação mais livre da Terra. Entretanto, toda essa grandeza britânica, cujas fulgurações se perpetuam e se dilatam através da cortina do tempo, encontra a sua razão de ser na própria educação inglesa.

Eis um trecho *das Bases da Fé*, onde Rui Barbosa analisa a Inglaterra: "Dizia, não há muito, o velho Barthelemy Saint-Hilaire que, ao pisar terra inglesa, se sentia no seio de um povo essencialmente voraz". Tal deve ser aqui a primeira impressão do moralista, do filósofo, do investigador.

O progresso britânico é profundamente moral e religioso em toda a extensão do seu curso.

Quanto aos Estados Unidos, cuja prosperidade assombra o mundo inteiro, tem-se a dizer, emprestando a opinião de Emerson, que os americanos são a continuação do gênio britânico, sob o poder de novas condições mais ou menos propícias.

O que concluímos destas considerações é que as melhores civilizações têm por acento principal o trabalho e a cultura moral.

Não existe melhor força do que a moral. Ela vai de geração em geração, transmitindo de umas para outras os surtos divinos da probidade e da solidariedade social.

O materialismo passa e leva consigo o turbilhão das decepções que enfraquecem e arruinam os povos cuja preocupação exclusiva consiste na dilatação do bem-estar individual, desprezando a religião do sacrifício em favor da comunidade.

Só o pensamento eterno e invisível é que transpõe a montanha dos séculos, carregando pelo infinito afora a recordação de todas as idades, de todas as épocas e de todos os fatos. A maneira das grandes nações que ostentam prestígios imensos no concerto das competições de toda espécie, intensifiquemos no Brasil a instrução e os ensinamentos morais, porque eles hão de constituir o máximo sopro de adiantamento que há de dar a moci-



dade brasileira de amanhã o título de habilitação com que ela há de romper galharda a marcha sublime antevista ao Brasil pelos corifeus do seu destino: Rui Barbosa, Rio Branco, José Bonifácio, Tiradentes e muitos outros.

Não esqueçamos, pois, em relação ao porvir da nossa amada Pátria, estas palavras de Civilis e reproduzidas por Tácito: "que os deuses estão sempre ao lado dos mais fortes".

Esta conferência sobre educação, feita nesta capital, é fruto de uma idéia altamente nobre do nosso governo, porque ela exprime já o toque de alvorada que anuncia os bons intuitos dos poderes públicos no sentido de efetivar a bela campanha contra a chaga do analfabetismo.

O Brasil inteiro vai aplaudir com sinceridade e satisfação esta assembléia do ideal, que escolheu a linda e culta capital curitibana para dignificá-la com estas conferências sobre o ensino.

E o Paraná, estado que ocupa já um dos lugares mais salientes no seio da federação brasileira, exulta de orgulho nesta hora, e canta, pela boca dos seus filhos, o hino do seu triunfo e a divisa do seu *semper in excelsis*.

TESE Nº 55

## O CONCEITO DO NÚMERO

**Algacyr Munhoz Mâder**  
Ginásio Paranaense

### INTRODUÇÃO

*Se a Matemática é a rainha das ciências, a Teoria dos Números é a rainha da Matemática*

Gaus

Uma dificuldade, aliás bem séria, se apresenta em prejuízo da boa divulgação das teorias científicas, especialmente em relação as do domínio matemático.

É que os autores, em sua maioria, escrevendo para o grande público, em que se encontram culturas de todos os graus e a mais completa diversidade de inteligências, preocupam-se em tornar o assunto que explanam francamente acessível, pecando, quase sempre, por certa prolixidade e por um elementarismo de exagero nocivo.

Sob esse particular, especializando para a Matemática, que é dentre todas as ciências a de maior importância e que mais de perto nos interessa, parece não haver dúvida de que a Aritmética tem sido a parte mais prejudicada, mesmo tratada com inexplicável descuido, não porque haja escassez de assunto e muito menos porque lhe falte calor.

Os livros de que geralmente dispomos, nos quais se procura insinuar os reflexos do caráter prático da tendência moderna, são prodigamente reproduzidos, com máximo êxito, distinguindo-se pelo exagerado desenvolvimento da parte consagrada aos exercícios, com flagrante prejuízo das indispensáveis noções teóricas, comumente exploradas com visível imperfeição.

As definições vulgarizadas afastam-se do rigor desejado, trazendo, muitas vezes, uma noção rudimentar, de aproximação grosseira do seu objeto, sem o caráter indispensável de generalidade.

A nossa argumentação poderia ser feita através da eloqüente simplicidade dos exemplos, que existem em grande número e de proveitosa fertilidade, constituindo o meio seguro para a completa justificativa da presente observação.

Deixaremos, contudo, de citá-los, por isso que são por demais conhecidos e mesmo porque a crítica profunda, aliás de rara complexidade, distancia-se, pronunciadamente, da finalidade imediata do presente trabalho.

Entretanto, observaremos que essa forma de encarar a questão por parte dos tratadistas, defeituosa sob todos os pontos de vista, é de completa desvantagem para os iniciandos, que se vêem prejudicados pela falta de orientação em que são desenvolvidos os seus estudos, trazendo, geralmente, como resultado, a aquisição de idéias bem falhas da ciência a que se dedicam.

Os inconvenientes apontados são estendidos, com freqüência, aos demais ramos da Matemática.

Em campo bem diverso, outros compêndios aparecem, em número mais reduzido, em que as diferentes teorias encontram amplo desenvolvimento, encaradas, com maior rigor, por uma face mais elevada.

A sua exposição, todavia, feita em linguagem científica, a que não estão habituados os interessados, é dificilmente acessível.

Esse é o principal obstáculo que se antepõe ao estudo da Matemática Elementar, exigindo, para sua remoção, o coeficiente de habilidade pessoal do professor,

Reconhecida a preponderância do seu papel, diversos estudos têm sido feitos nos últimos tempos no sentido de aperfeiçoá-lo, indicando-lhe a norma que deve seguir para que seja diminuída a descontinuidade atual entre o ensino da Matemática Elementar e o da Superior. Haja vista os resultados obtidos nos trabalhos do Congresso de Naturalistas, realizado em Dresden, em 1907, e no Congresso de Filólogos e Professores Alemães, ocorrido pròximamente na mesma época, em Basiléia, nos quais o professor Felix Klein apresentou importantíssimas comunicações sobre as necessidades da reforma *no* ensino da Matemática, tendo publicado, sobre a palnitanfê questão, trabalhos de grande valor dedicados aos professores, onde o ilustre cientista alemão expõe o verdadeiro método para o ensino da ciência básica dos conhecimentos humanos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> KLEIN, Felix. *Matemática elementar desde un punto de vista superior*. Trad. por Roberto Araújo. Madrid. 1927.

O novo método, de eficácia comprovada pelas experiências a que tem sido submetido, vem encontrando o eco desejado.

Muitas publicações têm aparecido, inspiradas pela mesma tendência, devidas a diversos autores de grande renome. São insignificantes as divergências apresentadas por um ou outro, dizendo respeito apenas a detalhes de pequena importância. Todas elas contribuem seguramente para a restrição das falhas apontadas no início da nossa apreciação, sem poder, entretanto, anulá-las de momento, em vista da demora exigida pela expansão da nova ordem de idéias.

Não somente os compêndios da escola moderna, bem como os mais recentes lançados nos grandes centros, consagrando estudo cuidadoso as noções preliminares, procuram dar o máximo realce aos fundamentos da Matemática.

Ouçamos, nesse ponto, a opinião de Emile Picard:

Na segunda metade do século passado, a atenção dos matemáticos voltou-se para os alicerces em que assentam os diferentes ramos do pensamento matemático. Nos últimos vinte anos, apareceram muitas publicações sobre a filosofia das Ciências Matemáticas, de acordo com as tendências da nossa época, em que o espírito humano faz uso de uma crítica cada vez mais penetrante. Sob este ponto de vista, verificou-se que o número inteiro, em que eu falei no começo do capítulo precedente, continha dificuldades que mesmo um grande físico como Helmholtz não desdenhou.<sup>2</sup>

Influenciados pelas mais recentes opiniões expendidas pelos maiores da Matemática, realizamos o presente trabalho.

#### ORIGEM DO NÚMERO

*Duvidar de tudo ou tudo acreditar são as duas soluções igualmente cômodas, pois uma e outra nos dispensam de refletir.*<sup>3</sup>

Poincaré

O conceito do número, em sua origem, constitui uma das questões mais delicadas a que se pode abordar no campo da Matemática. Questão de ordem histórica e psicológica, tem sido amplamente discutido em todos os tempos, atraindo sempre as maiores discordâncias; "... sua origem é extremamente difícil de descobrir, até o ponto de que se experimenta uma sensação de bem-estar quando se deixa de lado sua investigação". É Klein que o afirma, aliás com muita razão.

As conclusões a que têm chegado os investigadores, analisando a questão sob tendências diversas, segundo as influências da época em que agiram, dificilmente convergem para um acordo razoável que corresponda aos pontos de vista dos lógicos, etnógrafos e biólogos.

<sup>2</sup>Émile Picard, membro do Instituto e Professor da Faculdade de Ciências de Paris (*Ciência moderna e o seu estado atual*).

<sup>3</sup>H. Poincaré, membro do Instituto e professor da Sorbonne (*La Science et l'hypothèse*. Paris, 1925, p.2).

Volvendo as vistas para o problema da origem, desde logo, com uma interrogação bem séria: a primeira idéia formulada do número será independente da observação?

Respondendo que não, como realmente o fazemos, somos levados a divergir, inicialmente, de umas das concepções que iremos interpretar.

Com efeito, a idéia do número provém dos conjuntos de fenômenos observados.

Em objeção a essa afirmativa, nos dirão que, pela consideração de conjuntos limitados, aliás os únicos com que podemos contar, não chegaremos a conceber o número em toda a ampliação atual de suas propriedades, e muito menos a concluir de ser ilimitada, no sentido crescente, a série dos números naturais.

Para afastarmos quaisquer dúvidas a esse respeito, notaremos que, embora a imagem sensível desapareça pouco a pouco da nossa imaginação a medida que as teorias matemáticas se desenvolvem abstratamente, não nos é lícito, em sua origem, dispensar a imagem primitiva.

A idéia do número parece ter sido sempre inseparável de sua representação material. Os homens da mais remota antiguidade, incultos como eram, não podiam ter a concepção abstrata do número: não o compreendiam senão colocando-se em presença do objeto ou dos objetos semelhantes correspondentes ao número em questão.<sup>4</sup>

Jules Tannery, tratando da introdução do número, expende opinião análoga quando estabelece a comparação entre duas coleções de objetos: "A noção do número foi tirada da idéia de coleção de objetos distintos".<sup>5</sup>

Outras citações, igualmente notáveis, poderiam concorrer para o esclarecimento desse ponto, a nosso ver de rara evidência, apesar das objeções, aliás infundadas, que temos encontrado.

É que alguns autores, entusiasmados pela grande ampliação que o conceito do número tem experimentado, procuram ofuscar o acanhamento de sua origem concreta.

Essa ampliação destina-se a permitir a completa correspondência entre as grandezas e os números.

Se a noção de número, tal como tem sido constituída até aqui, por meio de números inteiros e fracionários, é suficiente do ponto de vista prático, ela não permite, sob o ponto de vista lógico, realizar inteiramente a medida das suas grandezas, para a qual se pode quase dizer que foi construída. A fim de atender a este objetivo e de responder a outras questões que se apresentam, necessariamente, é indispensável introduzir novos números.<sup>6</sup>

Depois desses esclarecimentos, em que nos parecem dissipadas todas as dúvidas existentes entre o fato de se supor a noção do número destacada de sua origem concreta, conforme as exigências de ordem teórica, e o de ser a mesma negada radicalmente, passemos a interpretar as mais importantes concepções entre as conhecidas.

<sup>4</sup>Augusto Billot, lente, por concurso, do Ginásio Oficial da Capital de São Paulo (*Curso de aritmética*. São Paulo. 1915).

<sup>5</sup>Jules Tannery. membro do Instituto, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Paris e vice-diretor da Escola Normal Superior (*Leçons d'arithmétique*. Paris, 1911. p.162).

<sup>6</sup>TANNERY. J. Op. cit., p.416.

Kant e Hamilton admitem que a sucessão de fenômenos observados no mundo físico, trazendo-nos a impressão do tempo, desperta-nos a idéia do número.

A concepção dos ilustres filósofos, estabelecendo a dependência íntima entre o conceito de número e o de tempo, tem encontrado certa aceitação.

Os fenômenos de tempo, sendo menos gerais e mais complexos que os de número, forma e movimento, só podendo ser apreciados indiretamente com auxílio desses elementos, evidentemente, não poderão servir de ponto de partida para a explicação da origem de algum deles.

Além disso, estabelecendo a comparação entre dois fenômenos quaisquer, sabemos distinguir se um é anterior ao outro ou se são ambos simultâneos, sem, contudo, nos ser possível classificá-los com aproximação suficiente, em vista da diversidade de causas acidentais de que se apresentam revestidos, circunstância que nos leva a procurar condensá-las em torno de uma principal.

Pelos motivos expostos, resulta bem patente a completa impossibilidade de ser interpretada com rigor a simultaneidade de dois fatos, em vista das dificuldades, aliás muito pronunciadas, de que se reveste a sua observação.

A noção de tempo que formulamos, diretamente, é apenas qualitativa, diferindo do tempo quantitativo dos físicos e astrônomos, que o avaliam com auxílio de instrumentos de diferentes graus de aproximação, tendo por base as oscilações pendulares, supostas inicialmente de igual duração.

A transformação do tempo psicológico ou qualitativo para o quantitativo, apesar das longas discussões que tem provocado, não nos parece possível.

Consultemos, neste ponto, a opinião de Poincaré;

Nós não temos a intuição direta da igualdade de dois intervalos de tempo. As pessoas que acreditam possuir esta intuição são vítimas de uma ilusão.

Quando eu digo que de meio dia a uma hora decorreu o mesmo tempo que de duas a três horas, que sentido tem essa afirmação?

A mínima reflexão mostra que em si não o tem. Ela só terá o que eu lhe quiser dar, por uma definição que comporta, naturalmente, um certo grau de arbitrariedade.<sup>7</sup>

Jacques Balmes, em seu tempo, já estava possuído de opinião análoga, conforme se depreende das linhas que transcrevemos em seguida:

Uma prova de que o tempo nada tem de absoluto é a impossibilidade em que nos achamos de distinguir, a menos de sermos auxiliados por um relógio ou outra medida qualquer, se foram decorridas onze horas e meia ou doze horas em um tempo dado. O homem isolado perderia toda a medida do tempo, portanto a idéia dessa medida é essencialmente relativa.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> POINCARÉ, H. *La mesure de la science*. Paris, 1925. p.38.

<sup>8</sup> Abbé Th. Moreux, diretor do Observatório de Bourges (*Pour comprendre Einstein*. Paris, 1922, p.203).

Concluindo a apreciação da presente origem, dela divergimos, apesar da aparência sugestiva que apresenta, principalmente em atenção a maior complexidade que caracteriza o fenômeno do tempo, cuja noção julgamos, a exemplo da grande maioria dos matemáticos de todos os tempos, ser uma conseqüência de outras mais simples e gerais, tendo por base a numérica; "... no Universo há sucessão, há mudanças, e é o número dessas mudanças que forma o tempo".<sup>9</sup>

Realmente, para podermos, com auxílio da sucessão, conceber o tempo, é preciso, em primeiro lugar, considerarmos os fenômenos que se sucedem, a não ser que se pretenda desenvolver as indagações, nesse terreno árido, em sentido inverso.

Outros autores preferem relacionar o número ao conceito de espaço, pela observação simultânea de diferentes conjuntos de fenômenos.

Passemos a interpretar a nova opinião, aliás mais vulgarizada, que julgamos bem razoável.

Observamos os fenômenos do mundo físico, com auxílio dos nossos sentidos, pelos característicos sensíveis que apresentam.

As impressões recebidas, entretanto, não produzem em todos o mesmo efeito. Para alguns, certas aparências são gravadas com mais nitidez, enquanto os demais emprestam maior atenção a outras tantas.

Parece muito natural que, em vista da grande diversidade de fenômenos oferecidos a nossa contemplação, houvesse certa dificuldade em fazermos sobre eles quaisquer referências.

Para obviá-la, foi sendo criada uma terminologia conveniente.

Assim, pela abstração de certas propriedades e consideração isolada de outras mais gerais, convencionou-se, para cada classe de fenômenos, nomes especiais, que constituem, entre o complexo de característicos que os definem, o menos mutável e de conservação mais fácil na memória.

Nos tempos atuais, em que o progresso humano atinge nível tão elevado, compreende-se, com muita facilidade, a extraordinária simplificação que o emprego do nome, resumindo um conjunto de propriedades, veio trazer ao desenvolvimento dos diversos ramos científicos.

Na Matemática, os nomes têm exercido influência incontestável, simplificando, de maneira notável, os raciocínios empregados nas demonstrações e resumindo outros, feitos anteriormente, que ficam dispensados de uma repetição completa, geralmente longa.

Depois da consideração de fenômenos isolados, devemos passar aos de conjunto, procurando os meios de facilitar a sua interpretação.

MOREAUX. Th. Op. cit., p.217.

Em presença de conjuntos quaisquer, constituídos por elementos semelhantes ou de natureza diversa, para conservarmos uma impressão precisa a seu respeito, somos levados a procurar distinguir as partes componentes, determinando a frequência com que aparecem as da mesma espécie.

Primitivamente, para maior facilidade dessa distinção, procurou-se estabelecer correspondência entre os elementos dos conjuntos e os dedos. Por agregações sucessivas destes, feitas intuitivamente numa certa ordem, poderíamos realizar a comparação entre os conjuntos, segundo sua grandeza.

Com esse esboço espontâneo de ordem, surgiu a primeira noção dos números naturais, destinados, em analogia aos nomes convencionais mencionados há pouco, a caracterizar os referidos conjuntos.

Em épocas remotas, atendendo-se aos pequenos conjuntos que eram considerados, toda a terminologia numérica restringia-se a uma palavra única, que, quando preciso, era repetida algumas vezes. Com efeito, dizia-se: um, um e um, um e um e um, etc; a evolução ascendente do progresso veio, gradativamente, aperfeiçoando com a introdução dos novos termos, dois, três, etc, de que atualmente dispomos.

Em relação as formas ordinal e cardinal porque se originam os números, admitimos que a idéia de ordem é anterior a de número propriamente dito, aceitando, assim, a primeira origem. "Os números tornam-se involuntariamente números ordinais".<sup>10</sup>

Picard, em rápida apreciação sobre esta face da questão de que nos ocupamos, procura, em seu recente livro, desviar as dificuldades, propondo a origem cardinal para os visuais e a ordinal para os auditivos. Seguindo a sua orientação para a nossa escolha, embora reconhecendo de antemão que não corresponde a uma resposta formal, somos insinuados a admitir a simultaneidade das duas origens, ou a primazia da primeira, consagrada, aliás, pela grande autoridade de Mach.

Examinemos agora a interpretação de outros autores que julgam a noção do número independente do espaço e do tempo, sendo devida a uma aptidão do nosso espírito, de que nos fala Minkowski em suas *Aproximações Diofânticas*.

Não é nas vãs hipóteses, mas no funcionamento dos sentidos e da inteligência, nossos instrumentos naturais, que é preciso procurar as origens, os princípios germinativos de toda ciência positiva, e, particularmente, da que tem por objeto relações entre quantidades. Essas origens não encontraremos senão nas impressões recebidas pelos sentidos, órgãos da descontinuidade, e elaboradas pela inteligência, que tem a continuidade por essência funcional. Eis aí nosso campo de exploração."

Os instrumentos naturais citados pelo ilustre autor são realmente os meios de que dispomos não só para a criação de novos cabedais científicos, como, também, para a interpretação e ampliação dos velhos conhecimentos.

<sup>10</sup>E. Mach, weil. professor da Universidade de Viena (*Pieprinzipien der warmelehre*. Leipzig. 1913, p.67). "HOEFER, Ferdinand./Histoire *mathématiques*. 3.ed. Paris [s.n.t.].

Esses elementos, entretanto, apesar da diversidade de sua natureza, são complementares.

Assim, os sentidos, destinados a permitir a observação do meio, dele extraem os materiais que são elaborados e coordenados pelas faculdades intelectuais.

As aptidões especiais que possui o espírito humano, sem a excitação dos sentidos, continuariam, para sempre, em estado latente.

Em oposição a essa concepção de origem, poderíamos recorrer a profunda argumentação histórica.

Sobre este ponto, porém, encaminharemos o nosso raciocínio pela indicação de Poincaré:

... refletir sobre a melhor maneira de fazer penetrar noções novas nos cérebros virgens é, ao mesmo tempo, refletir sobre a maneira pela qual essas noções foram adquiridas pelos nossos ancestrais e, por consequência, sobre sua verdadeira natureza. Por que as crianças geralmente não compreendem as definições que satisfazem aos sábios? Por que é preciso que se lhes dê outras?<sup>12</sup>

Volviendo as vistas para a marcha natural pela qual a idéia do número se forma nos cérebros infantis, de acordo com o desenvolvimento de suas faculdades, observaremos a importância das comparações concretas, de fácil imaginação, feitas, geralmente, com objetos familiares.

O estudo cuidadoso das faculdades humanas, evidenciando as afinidades entre as origens matemática e filosófica, fornece os únicos elementos seguros com que poderemos contar para o desenvolvimento de nossas indagações.

Conclusão:

Acreditamos ter justificado, pela interpretação das diversas origens, a nossa opinião, que aqui resumimos: A origem do número é concreta, ordinal e dependente da noção do espaço.

#### INTRODUÇÃO DO NÚMERO NO CAMPO MATEMÁTICO

A exposição das ciências pode ser feita pelas marchas histórica e dogmática.

Consiste a primeira no exame dos diversos elementos científicos na ordem em que foram conquistados pelo espírito humano, aliás a única aplicável as ciências nascentes, enquanto a segunda é feita com pleno conhecimento delas, numa ordem lógica mais natural, destinada a interpretação das ciências de maior grau de desenvolvimento.

A marcha dogmática tende a predominar como a mais proveitosa, em oposição a histórica, de impraticabilidade crescente com o progresso científico.

<sup>12</sup> POINCARÉ. H. *Science et méthode*. Paris, 1924.

" A. Corne (*Philosophie positive*).



A tendência constante do espírito humano, quanto a exposição dos conhecimentos, consiste em substituir, cada vez mais, a ordem histórica pela dogmática, única que pode convir ao estado aperfeiçoado de nossa inteligência.<sup>13</sup>

Deve-se a falta de distinção entre essas marchas a confusão, de que muitos se mostram possuídos, entre a origem do número, que tem sido a nossa questão até aqui, e a sua introdução no campo matemático.

Sem querermos entrar em detalhes sobre a exposição dogmática e histórica das verdades científicas, passaremos a examinar a introdução formal do número, devida a Leibniz, adotada atualmente por Hilbert, conforme sua conferência no Congresso de Heidelberg, em 1904, sobre os fundamentos da Lógica e da Aritmética.

Baseia-se o ilustre geômetra na completa redução das teorias matemáticas as regras da lógica formal, fato, aliás, aceito por outras autoridades na matéria, tendo constituído sempre motivo para aprofundados estudos e longas discussões em atenção a importância decisiva da palpitante questão.

Pela concepção presente, que naturalmente só interessa a exposição dogmática, os números são considerados como símbolos arbitrários, sem significação numérica real, supostos, apenas, susceptíveis de ser relacionados, nas diversas operações, pelas onze leis formais do cálculo.

A sua simples inspeção, entretanto, desperta inicialmente uma dúvida acentuada: serão contraditórios os resultados a que nos conduzem as operações feitas com os símbolos de Leibniz?

O ponto de vista que nos preocupa no momento é exposto, com grande clareza, por Klein:

Diz-se, ordinariamente, que a intuição indica a existência de números para os quais são válidas as regras operatórias, e, portanto, nelas não se pode encontrar contradição; mas, sendo assim, quando se tenha prescindido da significação real dos símbolos numéricos, já não é admissível acudir a intuição, e o problema converte-se neste outro: demonstrar, logicamente, que em nenhuma operação com símbolos, feita segundo as onze leis fundamentais, pode-se chegar a contradição, ou, o que é o mesmo, que as mencionadas onze leis são logicamente compatíveis.

Ao expor o primeiro ponto de vista, dizemos que, segundo ele, a certeza da Matemática reside na existência de coisas intuitivas para as quais são verificáveis suas proposições; ao contrário, para o partidário do segundo modo, puramente formal, de ver a questão, "a certeza da Matemática reside em que suas leis fundamentais, consideradas de um modo puramente formal, prescindindo de toda significação intuitiva, formem um sistema lógico não contraditório"<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> KLEIN, Felix. *Op. cit.*, p.12.

Realmente, a introdução formal do número, longe de comportar exame supérfluo, pela importância de suas conseqüências, pode conduzir, segundo o ponto de vista em que nos colocarmos, a extremos diversos, de natureza digna das interpretações de Zenon de Eléa e dos filósofos da Escola de Mégara.

Antes, porém, de atacarmos em cheio a questão, façamos algumas considerações, a nosso ver indispensáveis, sobre o papel da intuição e da lógica na Matemática.

Os grandes matemáticos, guiados por espíritos de natureza diversa, não dirigem suas investigações pelo mesmo método.

Caminhos bem diversos podem conduzir ao enunciado de uma mesma verdade matemática. As demonstrações diferem segundo a educação, as tendências, os hábitos do matemático. Elas refletem a personalidade.<sup>15</sup>

Alguns, rigoristas por excelência, tendem pronunciadamente para a lógica, procurando, com os seus próprios recursos, derivar todas as proposições matemáticas de certo número de axiomas admitidos inicialmente, enquanto outros, preferindo avançar com maior rapidez para as suas conquistas, deixam-se levar pela intuição.

Entre os primeiros, citaremos Euclides.

Baseadas exclusivamente nas leis da lógica formal, sem dispormos de outros recursos, as investigações afastam-se do terreno objetivo, conduzindo-nos a simples tautologias.

A lógica pura, aliás, só fará conhecer verdades novas pela introdução de novos axiomas em suas deduções.

A resultado bem diverso, em verdade, chegaremos, dispondo apenas da intuição: maior freqüência de conquistas novas, caracterizadas por menor rigor.

Parece não haver dúvida de que as construções científicas são devidas ao concurso mútuo da lógica e da intuição.

Poincaré, aliás, esclarece perfeitamente este ponto:

A lógica pura não nos conduzirá senão a tautologias; ela nada pode criar de novo: não é somente dela que alguma ciência pode sair.

Para fazer a Aritmética, como para fazer a Geometria, ou para fazer uma ciência qualquer, é preciso alguma coisa mais do que a lógica pura. Esta outra coisa, não dispomos de outra palavra para designá-la senão a de intuição.<sup>16</sup>

Voltemos a atenção para o ponto especial que constitui a nossa epígrafe.

Admitir a separação completa entre a lógica e a intuição, reconhecendo o predomínio absoluto da primeira, não nos parece razoável.

<sup>15</sup> Edmond Boutry. membro do Instituto e professor de Física na Sorbonne (La *verité scientifique*. Paris, 1920. p.129). "  
POINCARÉ, H. *La valeur de la science*. Paris, 1925, p.20.

Despojar os símbolos de toda correspondência numérica real, operando sobre coisas sem significação alguma, parece-nos, ainda, menos plausível, mesmo em completo desacordo com a formação normal de nosso espírito, embora seja verificada dentro da lógica, o que aliás admitimos, a compatibilidade e mútua independência das leis formais.

É que não podemos garantir que as relações deduzidas das leis correspondam *in totum* as operações em sua aceção intuitiva, não nos sendo possível afirmar que os elementos introduzidos, bem como os resultados obtidos, possam ser relacionados com valores numéricos reais, pois que não conseguimos, pelos recursos exclusivos da lógica, demonstrar que as referidas leis lhes são aplicáveis.

É evidente que, por esse meio, não chegaremos a concluir, como fizera Helmholtz em oposição a afirmativa de Kant, sobre a correspondência entre a nossa representação íntima e o mundo exterior: "com efeito, pode-se esperar uma concordância completa entre as representações e as coisas representadas".<sup>17</sup>

É preciso não esquecer que, mesmo nas divagações abstratas, não podemos, de início, observar um afastamento radical da intuição. No caso presente, aliás, não conseguiremos reconhecer os símbolos sem a observação daquela condição.

Procurando abordar o problema, que surge imediatamente como conseqüência da presente concepção, da possibilidade de ser construída a Aritmética sobre o embasamento exclusivo da lógica pura, não vemos recursos para o afastamento das dificuldades relativas a aplicação das conclusões, naquele ambiente, as relações reais de que temos necessidade no domínio aritmético.

Recorramos, ainda uma vez, a eloqüente clareza das palavras de Klein:

... o problema, grande em sua complexidade e aparentemente insolúvel, de fundamentar a Aritmética, compreende duas partes: a primeira, o problema puramente lógico de estabelecer princípios fundamentais ou axiomas e investigar sua mútua independência e compatibilidade, é perfeitamente abordável; a segunda, que pertence melhor a teoria do conhecimento, representa, de certo modo, a aplicação daquelas investigações lógicas as relações reais e apenas tem sido tomada em consideração, ainda que naturalmente devesse ser abordada ao mesmo tempo que a primeira, se realmente se há de fundamentar a Aritmética com o devido rigor.

Esta segunda parte pleiteia uma questão muito profunda, cujas dificuldades têm suas raízes na teoria do conhecimento. Poderíamos, quiçá, dar uma idéia exata da natureza deste problema, mediante esta quase paradoxal afirmação: quem pretenda fazer passar como Matemática pura investigações lógicas puras, como conseqüência da segunda parte do problema de que nos ocupamos, terá dado aos fundamentos da Aritmética e, portanto, a Aritmética mesma, o caráter de Matemática aplicada.<sup>18</sup>

A crítica decisiva de Klein e a opinião abalisada de Poincaré poderíamos acrescentar outros argumentos, que aliás julgamos dispensáveis, em oposição a tendência, manifestada

" W. Ostwald, professor da Universidade de Leipzig *filesgrands hommes*. Trad. pelo doutor Mareei Dutor, professor suplente da Faculdade de Medicina de Nancy. Paris. 1921, p.1 73).

" KLEIN. Felix. Op. cit.

por uma grande escola, de imprimir a Matemática um caráter puramente formal, conforme se depreende dos numerosos trabalhos aparecidos nos últimos tempos sobre a filosofia da Matemática, mencionados por Couturat em seus *Princípios das Matemáticas*.

Outros matemáticos, impulsionados pelas novas tendências de ordem lógica, pretendem fundamentar a teoria dos números finitos nos números cardinais transfinitivos de Cantor.

O ilustre filósofo de Halle procura introduzir na Matemática o infinito atual, quantidade que supõe não só suscetível de ultrapassar a todos os limites como já os tendo ultrapassado, destinando-se a presente ampliação a servir de base a sua teoria dos conjuntos.

Como exemplo dos diversos conjuntos, citaremos os seguintes: conjunto de pontos de um plano, de pontos do espaço, serie dos números inteiros, etc.

O limite dos diversos conjuntos constitui os cardinais transfinitos, que Cantor e seus adeptos tentam comparar.

Consiste a moderna concepção em distinguir, entre os números cardinais transfinitos, a pequena classe dos números inteiros, reduzindo as propriedades destes e as operações com eles efetuadas as propriedades gerais dos conjuntos e as relações abstratas entre eles existentes.

Ainda não vemos possibilidade, de acordo com a última palavra expendida nesse sentido, de aceitar a presente introdução do número sem a utilização de princípios estranhos a lógica. Ainda mais, divergimos francamente não só por serem muito discutíveis os seus pontos essenciais, como também pelo grau de dificuldade de que se reveste a sua interpretação.

#### CONCLUSÃO

Pelos motivos expostos nas páginas anteriores, não aceitamos a introdução puramente formal do número.

Aliás, julgamos que a época que atravessamos é de completa transição relativamente ao desenvolvimento das teorias matemáticas e suas relações com a lógica.

Realmente, nada de definitivo tem sido estabelecido. Ao contrário, nesse terreno perigoso, avança-se por tentativas, conclui-se por aproximações.

Peano com a sua pasigrafia e Russel com a sua nova lógica, contrariamente ao que afirma Couturat, ainda não conseguiram demonstrar que a Matemática é inteiramente reduzível a lógica sem o mínimo recurso da intuição.

Julgamos, ainda mais, que a completa redução mencionada só será conseguida para uma matemática nova e para uma lógica nova.

Relativamente a origem e a introdução do número, preferimos opinar com Bouty: "As matemáticas procedem essencialmente por abstração, a partir de realidades concretas".<sup>19</sup>

<sup>19</sup> BOUTY. Edmond. Op. cit., p.1 25.

## CRISE DE EDUCAÇÃO NA CLASSE MÉDICA

**Octavio Rodrigues Lima**

Associação Brasileira de Educação

Queixam-se os médicos, mais os jovens do que aqueles entrados em anos, de que a profissão atualmente decaí, tanto nos seus proveitos materiais quanto no conceito da sociedade. Estudam então os meios capazes de reerguê-la e torná-la mais lucrativa — e para isso aventam diversas idéias, levantam-se várias campanhas, gastam-se palavras e desperdiçam-se escritos, sem que, contudo, nada de prático, nada de materialmente realizado se perceba no horizonte. Continua, ao contrário, pertinaz e progressiva a decadência da classe e o menosprezo da profissão, não só no julgar dos leigos, mas, o que se torna mais doloroso, no seio da própria corporação.

Permita-se a um bem intencionado um esforço em favor da melhoria do estado presente e, também, que encare o problema de maneira não semelhante ao que até agora tem sido feito. A dureza, talvez cruel, de certos fatos que devêramos reconhecer verdadeiros será quiçá suavizada pelas conseqüências deles deduzidas. Sejam sinceros em estimar a exatidão de valores, deixemos de lado tratamentos paliativos dos sintomas mais alarmantes e procuremos desvendar as origens do mal que a todos atinge e que despenca o mister de médico, das alturas em que sempre se manteve, ao nível dos trabalhos braçais em que querem alguns precipitá-lo.

É velho erro do brasileiro a importação dos remédios estrangeiros para seus males individuais ou sociais, sem fazer antes a sua necessária adaptação ao nosso meio. Principalmente os medicamentos sociais, que se adaptam aos meios gastos, cansados e, o que é essencial, disciplinadamente educados de certos países, não poderão servir aos nossos achaques de classe em uma terra nova e de povo indisciplinado e sem a necessária educação, no sentido que a A.B.E. acertadamente lhe dá. Para tais crises poderá um meio ser ótimo em um país, mas importá-lo sem procurar saber primeiro das causas, tão freqüentemente diversas, que produziram mal idêntico entre nós, parece-nos insensatez ou, em hipótese mais favorável, inutilidade.

Por simples espírito de imitação, foi assim introduzida e pretende ganhar terreno, no Rio de Janeiro ao menos, a idéia de sindicalizar a profissão como única solução a crise inegável que atravessa a profissão médica. Mas, reverso interessante de medalha, aqueles mesmos que destroem no sindicato toda a nobreza da profissão, equiparando-a ao proletariado e suas associações de resistência, reclamam para si honras de chefe de Estado, materializadas na pretensão de trânsito livre para veículos de sua propriedade!

As dificuldades materiais do médico de hoje nascem, ninguém contestará, da pletora de diplomados. Mas essa pletora é apenas relativa, se considerarmos a vastidão

do Brasil e soubermos que milhares de habitantes do interior reclamam da falta de cuidados profissionais competentes — e está nestas únicas palavras, "profissionais competentes", a explicação de toda a crise. Não é na quantidade que está o prejuízo, mas é na qualidade do preparo dos que exercem a medicina que vamos encontrar todos os motivos das aperturas da clínica, encarada esta como meio de subsistência. E se o produto sai das fábricas, isto é, das faculdades, em más condições de preparo para resistir aos embates e vencer na vida, parece-nos mais razoável incriminar não os fabricados, mas os seus fabricantes.

O regime, mal compreendido e funesto, da tolerância nas aprovações tornou o curso médico uma questão de paciência para o aluno, que, matriculado no primeiro ano, com alguma despesa e pouco trabalho chegará, quase automaticamente, pela simples inscrição nos exames finais, a conquista do diploma de médico ao cabo de seis anos. Ter a necessária pachorra de perder esses anos de estágio em uma faculdade, de pagar as taxas e de adquirir mui superficiais noções de algumas cadeiras, porque de muitas nem esse trabalho é exigido, são as únicas condições necessárias para receber, no tradicional pergaminho, a permissão do exercício da clínica. Saem assim em cada fim de ano, e o mal já data de algum tempo, turmas numerosas de médicos que tanto têm de medicina quanto de militar possuíam os coronéis da famigerada guarda nacional!

Vindos assim sem preparo técnico, não poderão, na concorrência leal da competência, obter o que desejam, e caem alguns nas práticas charlatanescas, outros abandonam a medicina, e a maioria, desiludida e necessitada, começa a querer buscar remédios para o mal material que os atinge como o fazem para seus doentes, isto é, sem saber conhecer as suas causas e pouco sabidos os efeitos terapêuticos de medicamentos decorados em revistas estrangeiras.

Aqueles que, por esforço próprio, tenham conseguido adquirir na faculdade boas e sólidas noções não sentirão tanto a crise geral; e a possibilidade de tal aquisição prova bem que a máquina escolar é de construção eficiente, apenas defeituosa no funcionamento de certas peças, e que possui, para manejá-la, operários capazes. Esses mesmos alunos instruídos convenientemente serão, contudo, bastante prejudicados, porque o leigo não pode de pronto avaliar o preparo técnico de um profissional e vai, muitas vezes levado mais facilmente pelas fanfarronadas do reclame, procurar o que menos sabe.

É bem conhecida a anedota do célebre professor que, levado pela curiosidade, vai ver um charlatão em voga prodigiosa e nele reconhece um seu antigo empregado de consultório. Informado de que praticava o que houvera aprendido no seu convívio, estranha o sucesso. O charlatão, de uma janela, mostra-lhe a multidão da rua e pergunta quantas pessoas julga ele que, na população daquela cidade, possuem perfeito equilíbrio intelectual. Não mais de quarenta por cento, responde o professor. Pois esses quarenta por cento, retruca o charlatão, são os seus clientes, e os restantes sessenta por cento são os meus.

É na luta pela posse desses sessenta por cento que se digladiam os profissionais incompetentes, irmanando-se muitos aos não-diplomados nos processos de propaganda ou entregando-se a práticas proibidas pela ética profissional. Chegamos assim a falar no ponto a que damos maior importância neste pequeno e desprezioso trabalho.

A ética profissional é aquilo que se poderia simplesmente chamar de boa educação nas relações entre os membros de uma classe e entre esses e os seus clientes. Quem for educado em princípios de boa moral, em qualquer profissão que abrace, atuando de acordo com a sua consciência, agirá sempre dentro da ética. Quem não possuir esta educação e se deixar levar apenas pelo instinto não tardará a cair em falta.

No convívio com a geração atual, é triste dizê-lo, somos forçados a reconhecer que se desconhecem, em geral, os mais elementares princípios de ética. A época é de utilitarismo. Os maus exemplos pululam em todos os ramos da atividade humana, e por isso o médico jovem cai, quase que inconscientemente, nos erros mais condenáveis.

A sociedade entre elementos de má educação é insuportável; criam-se atritos, verificam-se desavenças, reclamam-se prejuízos... Na sociedade melhor educada é mais amena a convivência, e os maus elementos, não se sentindo bem, serão os primeiros a abandoná-la e ir viver a parte.

Achamos, pois, da máxima necessidade a codificação desses princípios de ética médica, sabidos da maioria dos clínicos, mas que convirá sempre, sistematizados e esclarecidos, lembrar e repetir. Encurtando considerações — o assunto é fértil e levar-nos-ia além do que pretendemos neste momento —, terminaremos apresentando as seguintes conclusões:

1) A crise da profissão médica que se verifica atualmente provém, em essência, a nosso ver, da plethora de incompetentes e do desconhecimento das regras de ética profissional até por alguns dos competentes.

2) Combater o estado atual sem procurar corrigir suas causas essenciais parece-nos trabalho comparável ao clássico tonei das danaides.

3) Assim, teremos a eliminação dos incompetentes, não pelo processo lento do juízo do público leigo, mas pelo meio radical de evitar, no rigor das aprovações e na maior eficiência do ensino, que atinjam o título que os habilita a prática da profissão.

4) Tornar obrigatória, no curso médico e no último ano, a frequência a conferências sobre ética profissional, feitas por professores da faculdade.

5) Se esses remédios não resolvem de modo urgente a questão atual, evitarão que ela se agrave cada vez mais, trarão a melhoria segura e gradual do exercício da medicina e manterão a profissão no nível elevado em que sempre esteve.

6) Comparar a profissão médica a do operário braçal ou do negociante será considerar a vida humana simples mercadoria, o que não nos parece de acordo com o que é geralmente aceito.

## AS UNIVERSIDADES E A PESQUISA CIENTÍFICA

**M. Amoroso Costa**

Academia Brasileira de Ciências

A organização atual dos nossos cursos superiores é inteiramente utilitária e visa apenas a educação profissional. A essa orientação se deve, em grande parte, a opinião vulgar de que a ciência só vale pelas suas aplicações, pela maior soma de comodidades materiais que nos proporciona. Sem contestar a importância fundamental desse ensino técnico, que devemos ampliar e aperfeiçoar constantemente, penso que já há lugar para uma organização complementar destinada a desenvolver o gosto pelos estudos especulativos e, sobretudo, pela pesquisa original. A fundação da Faculdade de Letras e de Ciências, sem as quais uma universidade está longe de merecer esse nome, representa hoje uma necessidade inadiável, se quisermos criar a verdadeira cultura superior.

Deixando de lado o papel que essas faculdades desempenharão no ensino propriamente dito, desejo aqui apenas assinalar o que constitui uma das finalidades do organismo universitário: formar homens de ciência consagrados exclusivamente a pesquisa,

A este respeito, observaremos desde logo que a reputação científica de um país se mede exclusivamente pela sua contribuição a essas pesquisas, e de modo algum pelo labor utilíssimo, mas de interesse temporário e local, daqueles que assimilam, transmitem ou aplicam os resultados dos trabalhos originais.

É esse, entretanto, o pequeno lado da questão.

O que há de essencial na pesquisa científica é a inspiração idealista que ela é eminentemente apta a desenvolver. Mais do que descobridores, os que a ela se consagram são mestres da humanidade, para os quais nada existe de comparável ao culto da verdade e da beleza.

Amparar o seu esforço, pois, é preparar um mundo melhor.

No Brasil, como aliás em todos os países novos, pouco se tem feito até agora nesse sentido. Pode-se dizer que ainda estamos vivendo a idade heróica da ciência pura. É verdade que nas ciências naturais têm surgido pesquisadores em número relativamente grande — mencionemos a obra do Museu Nacional —, o que até certo ponto decorre do fato de possuímos como campo de estudos um imenso território dotado de fauna e flora próprias. À medida, porém, que se consideram domínios menos concretos, a produção original escasseia rapidamente. Muita coisa se tem ainda feito nos laboratórios das ciências experimentais — Oswaldo Cruz, o Instituto Butantã, o laboratório dos irmãos Ozorio de Almeida; no que se refere aos conhecimentos abstratos, a contribuição brasileira é, até hoje, quase nula. Isso se explica sobretudo pela falta de um ambiente propício a tais estudos. Mentalidades de primeira ordem, como Gomes de Souza e Otto de Alencar, quase nada produziram que se tenha



incorporado a ciência, e isso porque foram espíritos inteiramente isolados, autodidatas, em cujos escritos se sente a falta de uma orientação inicial. Enquanto o naturalista encontra diante de si um mundo de fatos que falam imediatamente aos sentidos e numerosas pessoas que os podem compreender, a descoberta nas ciências abstratas se faz por meio de uma introspecção cujos resultados terão sempre algo de esotérico; daí a necessidade de se criarem organismos como os seminários matemáticos das universidades alemãs.

Sem pretender, porém, estabelecer uma distinção, que seria por demais arbitrária, entre os diferentes ramos da pesquisa científica, pois, no fundo, todos eles tendem para um mesmo objetivo, podemos reunir nas seguintes conclusões o que foi acima dito:

#### Conclusões

1<sup>ª</sup>) As faculdades de ciências das universidades devem ter como finalidade, além do ensino da ciência feita, a de formar pesquisadores em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

2<sup>ª</sup>) Esses pesquisadores devem pertencer aos respectivos corpos docentes, mas com obrigações didáticas reduzidas, de modo a que estas não perturbem os seus trabalhos originais.

3<sup>ª</sup>) Devem ser-lhes assegurados recursos materiais os mais amplos: laboratórios para pesquisas biológicas e físico-químicas, observatórios astronômicos, seminários matemáticos, bibliotecas especializadas, facilidades bibliográficas, publicações periódicas para divulgação dos seus trabalhos, aparelhamento para explorações geográficas, geológicas e mineralógicas, biológicas, etnográficas.

4<sup>ª</sup>) Deve ser-lhes assegurada uma remuneração suficiente para que eles dediquem todo o seu tempo a esses trabalhos.

TESE Nº 58

## ENSINO AGRÍCOLA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS RURAIS

**João Cândido Ferreira Filho**

Escola Agrônômica do Paraná

**T**odos conhecem a influência preponderante que o ensino agrícola exerce sobre o progresso, sobre a riqueza e até sobre a independência de uma nação.

Sem o concurso da ciência agrícola, as grandes aglomerações humanas, as cidades populosas que deslumbram, que atraem a atenção pelo seu maravilhoso desenvolvimento, não se poderiam manter e muito menos continuar a sua ascensão na estrada do progresso.

Há mais de meio século já dizia Antônio Feliciano de Castilho, com aquela vidência assombrosa dos que, privados da luz do dia, têm o cérebro iluminado pelas fulgurações do gênio, "que a arte variadíssima de obrigar a terra a produzir tudo não é uma arte rude, pois

todas as ciências a cortejam e a servem; não obscura, pois é a mais antiga e universal; não vil nem desprezível, pois só depende de Deus, enquanto os homens todos dependem dela. As cidades que afetam desprezar os campos deles nasceram; por eles vivem e medram, que só lá têm as suas raízes. Transformam-se elas, envelhecem, amesquinham-se, doidejam, morrem e esquecem; enquanto eles, os campos, permanecem, riem, amam, dão e prometem de contínuo; coexistiram desde o princípio, coexistirão até o fim com a raça humana".

Hoje, ninguém pode contestar que o índice da riqueza e do poder de um povo se mede pelo desenvolvimento de sua agricultura; e mais do que qualquer outra, a nossa pátria assenta na agronomia a sua pujança e a sua grandeza.

Se a terra bem amanhada e cultivada com todos os recursos da ciência agrônômica produz assim tantas maravilhas e tem até o condão de enriquecer o povo, de engrandecer as cidades e garantir a independência da Pátria, então praticarão um crime de lesa-patriotismo todos aqueles que, dispondo de qualquer parcela de poder público, deixarem de incrementar os trabalhos agrícolas.

É, pois, de causar assombro a indiferença da quase totalidade dos nossos governantes no tocante a certos problemas agrários de importância capital e que só agora começam a preocupar alguns estados da Federação. Dentre eles desejamos destacar o que diz respeito ao ensino agrícola nas escolas primárias rurais. A grande maioria dos meninos que freqüentam essas escolas são filhos de lavradores que têm os seus interesses intimamente radicados a terra, de onde eles retiram o pão para os filhos e de onde obtêm o conforto, a tranquilidade e as reservas para a velhice. Trabalhando para abastecer o seu lar e para a sua independência econômica, o lavrador concorre, mais do que a primeira vista parece, para o engrandecimento da Nação.

Se os seus filhos, além da instrução primária que recebem, aprendessem também algumas noções indispensáveis relativas aos processos modernos de trabalhar a terra, não só concorreriam para melhorar as condições da lavoura de seus maiores como também ficariam aptos para explorar com menor esforço e com mais economia as riquezas que esse inesgotável reservatório encerra. Os seus próprios progenitores poderiam receber utilísimos ensinamentos nos pequenos campos de cultura que cada escola deveria manter.

O aferrado espírito de rotina que ainda escraviza a maior parte dos nossos lavradores poderá constituir um sério obstáculo a disseminação dos ensinamentos da ciência agrícola. Podemos, entretanto, garantir que o empirismo não poderá resistir por muito tempo as esmagadoras vantagens dos processos modernos de cultivar a terra, expostos com proficiência e devotamento pelos professores, principalmente no que concerne ao preparo do terreno, as sementes e sementeiras, a adubação, aos tratos culturais, ao melhoramento das plantas e, finalmente, a colheita e ao beneficiamento dos produtos.

É preciso que os nossos patrícios prestem bem atenção aos novos ensinamentos agrícolas, que cotejem os resultados das colheitas pelos diversos meios empregados no cultivo da terra, e facilmente convencer-se-ão da grande vantagem dos novos métodos ensinados pela ciência agrícola sobre os velhos processos conservados pela rotina. Daí a grande utilidade de ter cada escola rural a sua pequena área cultivada pelos próprios alunos sob a direção dos professores.

No Patronato Agrícola do Estado, instituimos, com magníficos resultados, um processo de ensino agrícola prático que consiste em fornecer a cada menino uma certa área do campo de cultura. Cada um cuida com desvelo de sua parcela, na esperança de obter prêmios em dinheiro, que são distribuídos de tempos aqueles que se mostram mais dedicados e que melhores resultados alcançam no seu labor. É digno de nota a dedicação e o esforço que eles empregam no trato da área que lhes foi confiada, com o intuito de alcançar o ambicionado prêmio. A parte da horta que está sob os cuidados dos meninos apresenta tal aspecto que chama desde logo a atenção dos visitantes. Com tal solícitude e esmero trabalham nas suas respectivas leiras que não foi possível destacar a mais bem tratada e, assim, a todos foi concedido o almejado prêmio.

É preciso, pois, que insensivelmente desabroche no cérebro de cada criança o gosto pelo trabalho da terra.

Assim como em toda profissão, na agricultura também a aprendizagem persistente levada a efeito com inteligência e método é capaz de verdadeiros milagres. Para isso é mister que os alunos recebam os ensinamentos sem grande esforço mental, que os aceitem como um divertimento, um passatempo agradável. A habilidade, além da competência e dedicação do professor, é, sem dúvida, o eixo em torno do qual gira todo o bom êxito de tão delicado problema. É por isso mesmo que em muitos países são premiados os professores que mais se destacam no ensino da agricultura nas escolas rurais. De nada valem as lições decoradas a papagaio. "O método de ensino deverá revestir-se de caráter essencialmente concreto, intuitivo e experimental", como muito bem diz Torres Filho. Mais vale uma demonstração experimental simples e intuitiva do que mil preleções prolixas sobre um determinado assunto.

Perlustrando tão importante questão, não podemos deixar de transladar para este desprezioso trabalho certas instruções pedagógicas — elaboradas na França, no ano de 1897, por uma comissão destinada a estudar o ensino agrícola nas escolas primárias — que, apesar de muito antigas, têm para nós toda atualidade.

O ensino das noções de agricultura que pode comportar o programa da escola elementar deve dirigir-se sempre a inteligência dos meninos, apoiando-se na observação dos fatos quotidianos da vida agrícola e na experimentação simples, apropriada aos recursos materiais de cada escola e destinada a evidenciar as noções científicas fundamentais das operações culturais mais importantes. Os meninos devem aprender não o detalhe dos processos de execução, mas a razão dessas operações com a explicação dos fenômenos que as acompanham; devem aprender a razão de ser dos trabalhos habituais da cultura ordinária e das regras de higiene referentes ao homem e aos animais domésticos, recorrendo sempre a experiências muito simples e, principalmente, a observação, em vez de livros ou manuais. O mestre deve pôr o motivo da lição sob as vistas dos meninos para que aprendam a observar e se estabeleçam em seu espírito as idéias fundamentais sobre que repousa a ciência agrícola moderna; deve a escola limitar-se a preparar o menino para o aprendizado inteligente do ofício, que o fará viver e lhe dará o gosto da sua futura profissão.

Cabe, pois, ao professor o mais importante papel nessa cruzada agrícola; de sua competência e dedicação depende o êxito dessa missão patriótica.

Daí a necessidade de ser incorporado ao programa das matérias que constituem o curso das escolas normais o ensino agrícola, como já o fez com muito acerto o ilustrado mestre doutor Lysimaco Ferreira da Costa, por ocasião da última reforma dos programas daquelas escolas. É seu propósito também reunir uma série de máquinas agrícolas das mais usadas pelos nossos lavradores e distribuí-las entre as escolas rurais do Estado. Além dessas medidas de alto alcance, destinadas a difundir o ensino agrícola entre os filhos dos lavradores, será proveitoso também que o respectivo professor leve os alunos das escolas normais, algumas vezes por ano, aos estabelecimentos agrícolas oficiais ou particulares, os mais próximos da sede da escola, a fim de se familiarizarem com os diversos trabalhos agrícolas.

Ao organizar este modesto trabalho, não tivemos a pretensão de regulamentar o ensino agrícola prático nas escolas rurais, mesmo porque é tarefa que deve caber a uma comissão de técnicos que a levará a bom termo. O nosso intuito visa, somente, a exposição de algumas idéias gerais sobre tão momentoso assunto, idéias essas capazes de servir de ponto de partida para uma organização definitiva. Assim, além do que ficou exposto, vamos tentar um esboço de programa referente ao assunto:

1) Toda escola primária rural deve manter um curso de elementos de agronomia, com o fim de instruir os filhos dos lavradores nos trabalhos agrícolas mais simples e mais necessários.

2) As lições sobre as matérias do ensino devem revestir-se de um caráter essencialmente prático e intuitivo, de modo a provocar nos discípulos o gosto pelas coisas agrícolas.

3) Os trabalhos práticos poderão ser feitos duas a três vezes por semana, sendo os alunos guiados pelo professor, o qual deverá procurar, por todos os meios, inculcar no espírito das crianças o amor ao trabalho.

Isso será obtido por meio de lições de coisas interessantes e úteis, capazes de prender a atenção dos meninos, aproveitando-se para tal o material que a natureza se incumbem de fornecer por toda parte, como, por exemplo: os próprios vegetais que crescem nas proximidades da escola, as rochas, a terra, os insetos úteis e nocivos a agricultura, as sementes, os adubos, os meteoros aquosos, etc. Tudo isso servirá para instruir os meninos por meio de preleções simples e ao seu alcance. O professor explicará, então, o modo de formação da terra arável, a relação desta com os vegetais e a maneira como estes nascem, crescem e frutificam. Dirá das relações íntimas existentes entre a atmosfera e as plantas e dos fatores meteorológicos que mais de perto influem na produção. Enfim, todas as operações destinadas a manter as plantas em bom estado de desenvolvimento serão estudadas em linguagem adequada ao grau de adiantamento dos alunos.

Uma organização semelhante a que esboçamos, por mais modesta que seja, deve estar aparelhada com um material rústico de lavoura, isto é, com os instrumentos agrícolas considerados de maior utilidade para os lavradores, como, por exemplo: um pequeno arado, uma grade de dentes, uma capinadeira, tesouras de podar, podões, canivetes de enxertar, enxadas, pás, cortadeiras e ancinhos.

O pequeno campo de cultura, anexo a escola, não necessita ter mais de mil metros quadrados. Nessa pequena lavoura os alunos cultivarão as plantas mais comuns da região onde se encontra a escola.

As máquinas agrícolas — arado, grade e capinadeira — serão, nas escolas, reduzidas a metade ou menos do tamanho normal; nessas condições, elas poderão ser tiradas facilmente pelos próprios alunos. A redução de tais aparelhos não implica, entretanto, a modificação dos tipos vulgarmente empregados pelos lavradores. A esse respeito já tivemos ocasião de fornecer ao doutor Lysimaco Ferreira da Costa, a seu pedido, alguns modelos dessas máquinas agrárias que, na nossa opinião, preenchem perfeitamente as condições exigidas para o caso em questão.

Além das aulas ministradas no pequeno campo de cultura da escola, o professor deverá promover, ainda, uma vez ou outra, passeios ou excursões pelas lavouras mais bem cuidadas das redondezas, onde os meninos poderão receber, a par dos divertimentos próprios de sua idade, preciosas lições de coisas e explicações práticas sobre as diversas operações agrícolas empregadas na fazenda.

Nas escolas do litoral, o ensino das noções de higiene rural deverá ser feito com mais insistência, procurando o mestre inculcar no espírito dos seus discípulos o horror aos vermes e aos mosquitos transmissores de moléstias, e pintar com cores negras o mísero estado dos que se deixam contaminar por essas terríveis sevandijas. Infelizmente, poderão ser observados, entre os alunos, exemplos frisantes de doentes abatidos, que trazem em seu organismo sintomas evidentes da infestação. Esses mesmos meninos serão apontados mais tarde, quando curados, como esplêndidas provas do quanto podem a terapêutica e os cuidados higiênicos na debelação das moléstias que os atormentavam.

No litoral, as plantas exploradas são, naturalmente, diferentes das que se desenvolvem serra acima, daí a necessidade de o professor adaptar o ensino agrícola ao meio em que se encontra a escola.

As escolas rurais, além de serem fiscalizadas pelos inspetores do ensino, deverão receber também a visita dos inspetores agrônomos, incumbidos de organizar o pequeno campo de cultura anexo a escola e auxiliar o professor em tudo quanto for necessário para ser levado a bom termo o ensino agrícola.

Para terminar essas nossas desprezíveis considerações sobre o ensino de agricultura nas escolas primárias rurais, desejamos repetir aqui os conceitos referentes ao assunto que há mais de 40 anos emitiu Grandea: "Se o mestre da escola primária puder despertar nas crianças dos campos o gosto para ler mais tarde, com proveito, um livro de ciências aplicado a agricultura, se lhe inspirar o gosto pela vida dos campos e o desejo de não abandoná-la para tornar-se funcionário ou empregado de caminho de ferro ou do comércio, terá prestado imenso serviço a agricultura". E nós iríamos mais longe dizendo: imenso serviço a agricultura e a Pátria.

## INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E PROFISSIONAL

**Sebastião Paraná**  
Ginásio Paranaense

um país vasto como o nosso, embaraçado por dificuldades de transporte e até mesmo pelos óbices da falta de organização definitiva, devem todos concorrer para o desdobramento integral da instrução popular.

A Nação não pode, não deve prescindir do auxílio, do esforço, da coadjuvação de nenhum de seus membros na campanha edificante contra o analfabetismo — o maior câncer que deprime o organismo nacional.

Cumpra a cada um carregar a sua pedra para a ereção do grande monumento.

Forme-se a cruzada benfazeja; organize-se essa nova bandeira destinada a arrancar a coletividade do obscurantismo que a aniquila.

O Brasil precisa de instrumentos vivos de trabalho e de produção. Precisa dar ao povo, nomeadamente a mocidade — que é a esperança, a guarda avançada da Pátria —, uma completa instrução elementar e um perfeito preparo profissional. Precisa mobilizar a sua mocidade, principalmente para a conquista de seu futuro bem-estar.

Ditoso será o Brasil quando todos os brasileiros puderem oferecer o seu concurso eficiente a obra grandiosa da evolução nacional.

Indubitavelmente, a instrução primária e profissional constituem agora o magno problema que requer a solicitude de todos, um esforço fervoroso e entusiástico ao serviço da causa comum.

Treinado, preparado o povo para enfrentar com arrogância os obstáculos que se erguem da esfinge do futuro, saberá e poderá avançar, em marcha batida, para o seu definitivo triunfo.

Para isto é mister, sem desfalecimento, dissipar a caligem que ainda paira sobre a maior parte da nacionalidade. Deve-se atacar todos os redutos onde se acastela o grande mal. Cumpra romper o véu opaco que envolve a Terra de Santa Cruz. Só assim aparecerá, surgirá uma nova aurora para nos deslumbrar, após a noite secular em que temos vivido.

"A questão do ensino primário — diz o doutor James Darcy — é, pois, essencialmente uma questão nacional, diz respeito a nossa unidade como pátria. É a luz do espírito, pelo conhecimento, que difundirá por toda parte a confiança em nossas forças; é a educação da consciência que indicará na vontade de querer a fé inquebrantável em um futuro de infalível grandeza".

Todos, ricos e pobres, devem ter um meio certo de vida, assegurado pela educação primária e profissional.

Criada a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, no governo do doutor Nilo Peçanha, foram instaladas, em quase todas as capitais dos estados, as Escolas de Aprendizes Artífices, que bons resultados vão proporcionando.

Levantou-se também a iniciativa privada, preparando estabelecimentos de ensino, sendo criadas a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Estado do Rio de Janeiro; escolas agrônômicas, campos de experiência e demonstrações em todas as unidades nacionais.

Todas as escolas de comércio apareceram; surgiram os cursos de Química Industrial, os patronatos agrícolas, obedecendo a um plano sistemático e inteligentemente elaborado.

No setentrião da República está em alto relevo a Escola Doméstica de Natal, única no Brasil no seu gênero, utilíssimo instituto que honra o Estado do Rio Grande do Norte.

Como se vê, alguma coisa tem-se efetuado no domínio do ensino profissional em nosso país. E tudo isso produzirá reais benefícios no sentido do progresso econômico da República.

Porém, muito ainda cumpre fazer. O que está feito, nesse sentido, é ainda vacilante, visto não estar assente sobre bases firmes e duradouras.

Tem o Brasil cerca de 36.000.000 de habitantes e abastosos recursos naturais, que devem ser utilizados pelos processos que o saber aconselha.

Os brasileiros, diga-se a verdade, são inteligentes e laboriosos: só lhes falta a necessária instrução para tornarem sua pátria feliz e opulenta.

Por falta de instrução é que não temos podido avançar, avanteiramente, no domínio econômico, conservando-nos em situação de inferioridade.

Assim sendo, procuremos salvar o País do naufrágio, pelo ensino primário e profissional, pela ação coordenada de todos os elementos sociais, pelo auxílio de todos os poderes públicos federais, estaduais e municipais. Só deste modo poderemos preparar um porvir grandioso para o Brasil, tão cheio de importantes recursos naturais, que não foram até agora aproveitados devido a pouquidade de nossa cultura mental.

Volvamos a vista para o interior da República, onde se acha ainda intacto o maior tesouro nacional e onde se encontra o cerne de nossa raça — o caboclo —, infelizmente depreciado pelo sezonismo, pelas verminoses e pela miopia espiritual.

É lá, no coração do Brasil, no recôndito do sertão, onde permanecem os verdadeiros brasileiros, sempre esquecidos, cruelmente abandonados pelos poderes públicos, que esbanjam e sacrificam o erário em proveito da imigração estrangeira. É lá que se acha essa reserva importante com que contamos na penosa labuta rural. É de lá que partem moços vigorosos para preencher os claros do exército por força do sorteio militar. Para lá enviemos a escola boa e regeneradora. Para lá transportemos a luz da civilização, que deverá ser conduzida por legiões de didatas fieis a religião do dever bendito do magistério, hábeis e diligentes.

"A pedra angular do Brasil novo é o preparo sistemático das gerações que nos hão de suceder, a fim de tomá-las cada dia mais aptas a serem conscientes criadoras de sua grandeza".

Espalhe-se, pois, a manchieias, profusamente, o ensino elementar. Difunda-se a instrução profissional que tanto concorre para o florescimento das velhas e cultas coletividades européias, não se deixando também de preparar as elites intelectuais que engrandecem as nações.

O futuro do Brasil está na instrução do povo, primária e profissional. A instrução torna o povo forte e valoroso.

Disse o doutor James Darcy:

Creio no valor econômico das profissões. Creio que a garantia da real emancipação política de um país está, verdadeiramente, na sua emancipação econômica. Creio que, nos dias que correm, mais do que nos exércitos e nas esquadras, a segurança e força das nações residem no seu comércio, nas suas indústrias e nas suas finanças.

Creio que esse outrora displicentemente chamado "mundo dos negócios" requer cada dia — tanto na direção como na colaboração de menor grau — homens mais preparados, mais completos, e conseqüentemente que, se tiver de recrutá-los sempre no estrangeiro, uma nação se desapossa de seus meios essenciais de defesa. Creio, por isso, no valor imenso da educação técnico-profissional e na necessidade urgente de desenvolvê-la e aperfeiçoá-la.

Creio que não podemos, ao mesmo tempo, atacar todos os problemas que nos interessam, nem sequer todas as subdivisões do mesmo problema, mas as que são de solução imediata e em matéria de instrução, ou antes, para mais acentuar o meu pensamento, de educação, nenhuma rivaliza com a da formação técnica do profissional brasileiro, mediante o ensino das realidades e o preparo para vencê-las. Creio que temos caminhado, mas a passo lento, e ainda é uma triste verdade a conclusão a que chegou, há mais de quarenta anos. Rui Barbosa, quando, no famoso parecer sobre a instrução e passando em revista os vícios desta, aludia a "elaboração gradual de uma nacionalidade sem vigor, nutrida de palavras e abstrações, incapaz de gerir os seus negócios, explorável a benefício de todas as quimeras, dominada pela imaginação, destituída de sentimento do real, um povo de palradores e ideólogos, onde todas as extravagâncias, todos os sonhos, todas as invenções do espírito de utopia encontrarão matéria adaptável as suas especulações e aos seus caprichos".

Creio que, parodiando a fórmula célebre de Pasteur — a ciência não tem pátria, o sábio tem a sua — poderíamos dizer: o trabalho não tem pátria, mas o trabalhador a tem, isto é, tem deveres filiais para com ela; com maioria de razão, aos dirigentes de um país assiste não só o direito, mas o dever de, em qualquer terreno das predileções individuais, intervir no sentido que se lhe afigure mais útil aos interesses do país, procurando prover as necessidades reais, ainda contrariando aquelas inclinações e conveniências.

Creio que pouco resta dos antigos preconceitos contra a profissão do comércio, tão útil e honrosa como as que mais o sejam, mas ainda não está de todo erradicada — vício nacional renitente — a sedução pela bacharelise. Creio, porém, que as diferenças de classe, as quais, com apoio nas leis, geraram no passado as revoluções sociais e, mais tarde, sancionadas não já pela legislação, mas pelos costumes em países retrógrados, criam um ambiente de mal-estar e anti-solidariedade nefasta, inconciliável com o princípio básico da vida em comum assente na cooperação, respondem a preconceitos que o passado nos legou, mas a mentalidade contemporânea repele e abomina.



Creio que quando a sociedade dá mais importância a um bacharel pedante, vazio, ou na melhor hipótese, entupido de saber livresco, mas inútil e desenraizado no seu meio, do que a um hábil operário ou chefe de máquinas perito — uma tal sociedade corteja sombras para desprezar os vivos válidos que a fazem, a seu turno, viver e crescer —, é atrasada, injusta e ridícula; desconhece a importância do seu valor econômico, que é a única razão de ser da existência autônoma de uma nação; revela-se, em suma, nem só destituída de todo o poder criador e renovador, mas ainda cultiva no parasita o princípio da sua própria destruição.

Cuidemos, portanto, sem perda de tempo, da elaboração de um plano perfeito de educação primária e profissional, tomando parte nesse empreendimento todas as classes sociais, todos os poderes dirigentes do povo.

Nesse trabalho edificante, deve-se colocar em primeiro plano a União, como órgão central do organismo nacional.

Oxalá a I Conferência Nacional de Educação logre atirar a administração pública a conveniência urgente de ser estraçoado o analfabetismo pela ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal. Nas operações censitárias realizadas no Brasil, figura este com alta e vergonhosa porcentagem de iletrados. Cumpre tirar o País dessa situação humilhante. Instruído, o povo saberá defender a sua saúde e melhorar as suas condições econômicas e financeiras.

O obscurantismo inutiliza o esforço da maior parte da população nacional; portanto, é necessário, é urgente, é preciso que os que têm a responsabilidade da gestão da República trabalhem com intemerata solicitude na cruzada contra o maior mal que nos atormenta — mal deprimente, mal vexatório, mal causador do embaraço que a Nação encontra em sua marcha para a frente.

Com a grande e pesada carga de analfabetos, sente-se o Brasil constringido no concerto dos povos cultos e nem assim tem direito de tomar parte nos certamens internacionais.

Afirmou Renan: "A instrução popular é questão de vida ou de morte para as sociedades modernas".

O povo que tem as melhores escolas será sempre o primeiro povo.

Em verdade, abrir escolas perfeitas é alargar o caminho do progresso, é levantar altares ao trabalho, a moral, ao direito, as virtudes que engrandecem o homem perante Deus e a humanidade.

É sobre estas bases que se erguerá o templo de nossa futura grandeza.

Facilitar, pois, o ensino primário e profissional a todas as camadas sociais, ampliá-lo, difundi-lo pelas mais remotas paragens do território brasileiro, deve ser a máxima aspiração, o mais intenso desejo de todos os que se interessam pelo futuro da Pátria.

Em boa hora, o governo federal já deliberou sobre o ensino profissional, tornando-o obrigatório nos estabelecimentos de instrução primária e secundária, mantidos ou subvencionados pela União, conforme o seguinte:

## Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

**Art. 1.º** — O ensino profissional no Brasil será ministrado de acordo com as disposições desta lei.

**Art. 2.º** — Em todas as escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, farão parte, obrigatoriamente, dos programas: desenho, trabalhos manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conforme as conveniências e as necessidades da população escolar.

**Art. 3.º** — No Colégio Pedro II e em qualquer estabelecimento de instrução secundária mantido pela União, como também nos equiparados, serão instaladas aulas de artes e ofícios, sendo livre ao aluno escolher aquele em que se queira especializar, não se dando, porém, o certificado da conclusão do curso sem essa especialização.

Parágrafo único — Os que pretenderem o certificado de habilitação profissional sem haverem cursado estabelecimento de instrução secundária oficial serão admitidos a prestar o respectivo exame para esse fim em qualquer estabelecimento oficial ou equiparado.

**Art. 4.º** — O certificado de habilitação profissional assegurará, em igualdade de condições, o direito de nomeação ao que o possuir, entre os candidatos a funções públicas quaisquer da União.

**Art. 5.º** — O governo entrará em acordo com os governos dos estados para a fundação de escolas profissionais nos territórios destes, podendo a União concorrer com metade das despesas necessárias aos custeios e aparelhamento destas.

**Art. 6.º** — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o governo elevará ao número que julgar conveniente os Aprendizados Agrícolas, Escolas de Aprendizes e de Artes e Ofícios já existentes e fundará os demais estabelecimentos técnicos que entenda necessários.

**Art. 7.º** — Fica o governo autorizado a abrir o crédito de cinco mil contos de réis para execução desta lei e a expedir os respectivos regulamentos.

**Art. 8.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1927, 106.º da Independência e 39.º da República.  
*Washington Luis P. de Souza — Augusto Vianna do Castello e Germínio Lyra Castro*

TESE Nº 60

### DO DESDOBRAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

#### Indicação da Faculdade de Engenharia do Paraná

Os institutos técnicos oficiais ou equiparados sentem-se manietados, presentemente, não podendo atender as necessidades de preparação da mocidade para satisfazer as exigências regionais que o desenvolvimento de uma ou outra zona do País exija.

Na verdade, se para quase todos os estados da União o maior problema é o rodoviário, por que não haver cursos especializados para engenheiros de estradas? Que razões podem justificar, aqueles que se dedicarem a esta profissão, a obrigatoriedade do conhecimento de cálculo diferencial e integral, de geometria analítica, de astronomia em seus detalhes, de portos de mar, de mecânica aplicada, de arquitetura, de eletrotécnica, etc? Quais as aplicações que virão os mesmos fazer desse transcendental conhecimento, metidos no mato, longe de quaisquer possibilidades de uma outra aplicação de conhecimentos, mesmo que o queiram?

Se imperiosa necessidade para o País é ter-se engenheiros agrônomos, capacitados para encaminhar com ordenação lógica e necessária o seu progresso na atividade agrícola, por que não haver nas atuais escolas de engenharia a especialidade agrônômica?

Se de todas as ciências a Contabilidade é aquela que hoje orienta o progresso, pelo conhecimento exato que dá das relações entre a compra e venda, por que não permitir as escolas de engenharia diplomar contabilistas ou contadores?

Por que não haver nas escolas de engenharia do País a diplomação de engenheiros agrimensores, industriais, mecânicos, condutores de trabalhos, construtores de edifícios, hidráulicos, geógrafos, etc, sujeitos a um curso de limitação proporcionado as necessidades de cada ramo de atividade, estudando as cadeiras capazes de, quando os mesmos tenham terminado o respectivo curso, permitir-lhes dedicar-se de logo a uma atividade certa?

Indica essa necessidade ainda a observação do que vai no Brasil. A indecisão atordoa o engenheiro civil, o qual, ao terminar seu curso, não sabe propriamente o que é ... E quantos tentam ora o serviço em estradas, ora o de portos, ora o de arquitetos, ora o de eletricitistas, etc, para terminar empregados em função fora de qualquer utilidade técnica? É que há uma virtude no atual programa das nossas escolas de engenharia civil: fazendo desperdiçar tempo aos acadêmicos, ele lhes estiola as aptidões para determinada atividade, buscando despertar outras, para formar a consciência técnica duvidosa!

Estas observações hão de despertar o azorrague violento dos teóricos iracundos, que por certo aduzirão as suas razões que a especialização sugerida concorrerá para a desorganização do ensino, convencidos de que existe uma metodização racional, pela obrigatoriedade em que se encontrarão por certo de pensar segundo o senso técnico em que constituíram suas individualidades. Mas, acostumados as divagações abstrativas que esse próprio senso lhes permite, façam eles abstração de suas personalidades, para apreciar o que vai pelo Brasil, que sem dúvida ficarão conosco. Não limitem suas observações aos grandes centros culturais que possuímos, mas dilatam suas vistas pelo imenso território pátrio, para, sentindo a pulsação desse gigante, poder levar-lhes assim o concurso da sua sabedoria.

Até agora, é fácil perceber-se, tem a capital federal exercido o papel impressionante de limitar o campo de observações dos organizadores de cursos, os quais, sentindo as necessidades maiores do centro de atividades que é o Distrito, pensam em satisfazer ao resto do País pela regulamentação que a esse centro levam. Ali, ainda, é fácil admirar-se as vantagens que um ou outro elemento ativo, mais por características pessoais, tem levado,

o que, na consciência dos que observam, dá a impressão de que a realidade seja essa em toda parte.

Conseqüência disso é que, contrastando com a alta cultura de que se vestem os nossos diplomados, existe no País, pela falta de especialização oficial, grande número de *práticos* de nenhuma cultura aos quais vai sendo entregue a maior parte dos nossos trabalhos técnicos.

No Brasil, há absoluta liberdade de exercício das profissões chamadas técnicas; as escolas e faculdades de engenharia são impedidas de criar cursos especializados, de produzir os elementos com conhecimentos limitados a natureza das atividades essenciais para o progresso; e os engenheiros que se formam, pelo excesso de conhecimentos que receberam, cerceados pelos múltiplos motivos que o critério técnico cria, não podem aduzir argumentos que os façam vencedores em face da concorrência desleal a que estão sujeitos.

Daí, uma convicção se vai firmando no nosso povo: é preferível dar trabalho ao construtor não diplomado, que faz mais barato. O povo, eterna criança, vê a possibilidade de levar vantagem sob o ponto de vista econômico. Mais uma razão palpitante que vai ao encaço ainda de suas considerações é que trata com um especialista de construção, de estradas, etc...

Assim, o engenheiro diplomado, em virtude de sentir, como de fato existe, um verdadeiro precipício entre seus conhecimentos técnicos e as necessidades que a aplicação exige, tem ficado alijado do exercício das funções a que se pensou encaminhá-lo, exercendo o *prático* as funções técnicas que se lhe deveria assegurar.

Resulta dessas considerações que, sem a especialização, não poderemos realizar, construir o Brasil grandioso que almejamos.

Criar este estado de coisas é buscar reabilitar os engenheiros nacionais, permitindo-lhes que se consagrem as atividades realizadoras, dando margem a que as nossas construções tenham o cunho acentuado das características da nossa nacionalidade.

Criar este estado de coisas é aproximar o Brasil das grandes nações nas quais o desenvolvimento industrial tem sido avantajado, pela aplicação, em vários ramos de atividades, de especialistas cuja sabedoria as vezes é limitada apenas em ser engenheiro de alicerces em cimento armado, em conduzir o trabalho, em projetar, etc. Para tal, pouco trabalho seria mister.

As escolas ou faculdades de engenharia já existentes no País ficariam com a faculdade de instituir cursos especializados, em menor número de anos, diplomando engenheiros construtores, de estradas, hidráulicos, agrônomos, contabilistas, etc, seguindo programa especial para cada caso.

Escolas de altos estudos seriam criadas para os engenheiros que se quisessem dedicar aos estudos transcendentais ou aos enciclopédicos.

Assim atender-se-ia as necessidades de que se ressentia o País.

À grande massa acadêmica, aqueles que tivessem pendor especial para os trabalhos da prática, em poucos anos, far-se-iam ativos para o progresso do País; a minoria, que é vocacionada aos estudos de abstração, poderia seguir o curso das Escolas de Altos Estudos.

Essas são as razões de apresentação da indicação que faz a Faculdade de Engenharia do Paraná a I Conferência Nacional de Educação, sugerindo que sejam formulados os votos da mesma Conferência no sentido de que o problema mereça a consideração dos responsáveis pela grandeza do Brasil.

TESE Nº61

## DA NECESSIDADE DE TORNAR MAIS PRÁTICO O ENSINO DE ENGENHARIA NO BRASIL

### **Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná**

Congregação indica:

Que o ensino superior referente a Engenharia, na sua parte teórica, seja reduzido ao estritamente indispensável ao conhecimento das ciências de aplicação.

Na atual seriação de cadeiras, visando a diplomação de engenheiros civis, industriais ou eletricitas, os assuntos são tratados até as suas últimas minúcias, gastando-se o tempo em remoer conhecimentos de nenhuma vantagem prática.

Pretende-se criar cabedal científico, que abrange os mais modernos conhecimentos em seus vários aspectos, sem delimitação das fronteiras até onde se pode levar a teoria.

A que finalidade se visa? A intenção primeira é, fora de dúvida, construir o homem ativo para a grandeza do País. Mas o excesso de teoria sobreveio, apanagiado pela necessidade de dotar esse elemento com os predicados enciclopédicos que o caracterizassem erudito, característica essa que hoje no-la apresenta, em via de regra, com as faculdades realizadoras estioladas.

Os que mentirosamente buscaram a seriação erudita justificaram ainda a aprendizagem teórica apenas como mero exercício intelectual. Alargaram os horizontes didáticos de Matemática, para ensinar a raciocinar e criar cérebros enrijados pelo formalismo dos esquemas, incapazes de atividades realizadoras nos campos de experimentação. Obrigaram os acadêmicos vocacionados as profissões liberais as lucubrações astronômicas, aos contatos constantes com o transcendentalismo das abstrações, fazendo-os perder seis longos anos para chegarem ao termo da jornada, sentindo afinal o contraste enfadonho entre os termos finais de sua alta sabedoria e as necessidades iniciais em que se debate o País para as suas realizações.

Aqueles que desejam ser técnicos são obrigados a seriação ora adotada nas nossas faculdades ou escolas de Engenharia, mas durante o curso há lamentável desperdício de tempo com teoria. Mas se se pudesse contar com cada elemento saído de uma escola como um fator eficiente para o progresso do Brasil!...

Isso, entretanto, não é o que a experiência e a observação nos realçam. Poucos, contáveis, são os que, diplomados de pronto, vêm trazer a contribuição do seu valor para o nosso engrandecimento. É inumerável os que, fatigados pelos excessos a que os sujeitou o teorismo das explanações didáticas, não têm coragem para enfrentar os problemas da vida prática. Deixam-se, não por sua culpa, mas pela natureza mesmo do ensino, ficar submetidos durante os seis anos de curso a envelhecer na expectativa de conseguir um emprego, onde a função, por vezes unicamente burocrática, vai encobrir o cansaço de um cérebro empedernido pelo excesso de conhecimentos teóricos.

Observarão os partidários do teorismo que contamos nomes ilustres em diversos ramos de atividades, os quais concluíram seus cursos da forma por que hoje são feitos no Brasil. Opor-se-lhes-á que esses, constituindo uma limitada minoria em relação ao número de diplomados que temos tido, são antes dotados de qualidades pessoais admiráveis do que expoentes propriamente de nossa inteligente preparação didática. E é fácil verificar-se esta verdade.

A observação cuidadosa dos jovens que realizam cursos no País permite diferenciar perfeitamente duas categorias. Uma tem tendência acentuada para os estudos abstratos, para as altas investigações matemáticas. Outra, não revelando nenhum pendor para essas cogitações, manifesta gosto acentuado a experiência, entrando com elevado contingente vocacional para o campo das experimentações.

Apurando as nossas observações, constatamos ainda que os profissionais que demonstram tendências a abstração constituem uma limitada minoria, enquanto os espíritos voltados aos trabalhos experimentais formam a grande maioria.

Ora, o desenvolvimento determinado das cadeiras dos nossos cursos, com ser demasiadamente teórico, pretende, em virtude de erro de apreciação, alimentar o aperfeiçoamento dos que constituem a minoria; mas, mesmo assim, fá-lo deixando brechas na seqüência dos conhecimentos que se lhe deve dispensar. Nesta, referimo-nos ao preparo do ginasta, que só estuda álgebra até equações do 2<sup>o</sup> grau e vai receber, nas escolas de Engenharia, preleções de geometria analítica.

Pois bem, enquanto procura conduzir os espíritos voltados as cogitações matemáticas, a atual seriação de cadeiras dos cursos de Engenharia, com seu desenvolvimento de programas, é elemento ponderável para a estagnação das predisposições que apresenta a maioria dos estudantes brasileiros.

Ela busca formar enciclopédicos numa fase em que o industrialismo exige do homem a maior atividade prática, a melhor coordenação lógica no campo limitado das idéias construtoras, de fácil realização.

Resulta daí o que se observa no País: enquanto os seus grandes problemas iniciais continuam sem solução, vai-se constituindo uma mentalidade enciclopédica incapaz de levar sua atividade realizadora ao progresso das indústrias.

Essa observação não apanha uma porção limitada do País. Ela é consequência, naturalmente deduzível, da simples apreciação de como se processa entre nós o progresso pelas realizações desordenadas, sujeitas muitas vezes a um golpe para estacionamento por só mais tarde ter compreendido nenhuma necessidade presente delas. E não são raros os exemplos desse ilogismo atroante que nos caracteriza: é no Maranhão que uma estrada de ferro é iniciada e abandonada por várias vezes; é na ordem financeira que se fazem políticas sucessivas de inflação e de deflação; é nesse ou naquele estado que são iniciadas várias obras para que os serviços sejam abandonados depois; é no estabelecimento de uma colônia em que não são estudados os aspectos de facilidade de transportes que se tem o trabalho de iniciar a colonização para abandonar em seguida, etc.

Em tudo presente-se que a função do engenheiro, quando não seja o capricho falho dos diretores, tem fracassado em sua finalidade por excesso de abstração.

Em face dessas considerações, vem a Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná indicar a I Conferência Nacional de Educação, ora reunida em Curitiba, que formule seus votos no sentido de que mereça atenção do governo federal esse estado de coisas, para que sejam tornados os cursos das escolas de Engenharia do País a capacidade realizadora, pelo afastamento, das respectivas cadeiras, do excesso de teorias.

TESE N<sup>o</sup> 62

## REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ENGENHEIRO NO BRASIL

### **Indicação da Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná**

A Congregação da Faculdade de Engenharia do Paraná indica que a I Conferência Nacional de Educação formule seus votos no sentido de que seja regulamentado, pelo governo federal, o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto, de agrimensor, etc, em todo o País, no sentido de assegurá-lo somente aos diplomados, nos limites de sua especialidade em exercício, negando-se licença aos que se não acharem habilitados.

Não é nova a sugestão ora apresentada. Já por vezes encarado o assunto pelos governos, tem sido verificada a razoabilidade de tal regulamento. Assim têm-no entendido os governos de São Paulo e do Paraná, sancionando as leis votadas pelos respectivos congressos referentes ao assunto.

A questão continua, contudo, a impressionar os que observam as razões de sua utilidade.

O poder central é o gestor dos grandes trabalhos de engenharia no País. Para os seus trabalhos, não há dúvida de que têm sido procurados os elementos legalmente habilitados, o mesmo acontecendo com os trabalhos estaduais. Mas, pela falta de regulamentação, os trabalhos de natureza particular estão, ainda, ao critério da vontade dos interessados, os quais, por um erro de apreciação, mais depressa constituem seus empreiteiros os estrangeiros, que vêm a América e colocam no mesmo dia da chegada tabuletas ou cartazes — de arquitetos, construtores, etc. —, sem que qualquer lei regulamente o assunto. O nosso diplomado, em melhores condições, sem dúvida, realizaria esses trabalhos de natureza técnica.

Não se creia que haja nessa sugestão apenas a intenção de salvaguardar interesses de classe. Não. A exigência que se faz tem como principal motivo uma razão patriótica, quando não se veja além dela o interesse que se apresenta de proteger o particular desamparado de leis protetoras que, tendo entregue serviços a indivíduos inábeis, não disporá de quaisquer recursos legais para indenizar-se de prejuízos que venha a sofrer. Essa afirmativa não vai como divagação aérea. Aqui mesmo, em Curitiba, são conhecidos casos em que particulares, tendo feito adiantamentos para empreiteiros que se diziam construtores, perderam parte de seu capital pelo desaparecimento de empreiteiros que, em certo dia, resolveram transferir-se para outras terras .

Quanto a parte de interesse profissional que se possa perceber na sugestão ora feita, se ela existe, é fora de dúvida que se há de tomar como muito justificada.

A carreira do engenheiro civil, hoje longa de seis anos, sendo talvez a mais trabalhosa de todas as profissões liberais, sofre a concorrência desleal dos que se não preparam com estudos e tirocínio acadêmico para seu exercício. Constrasta com esse estado de coisas para a classe a situação em que se encontram médicos e advogados, para o exercício de cujas profissões farta é a regulamentação existente, asseguradora dos direitos e vantagens que só aos diplomados assistem. Os farmacêuticos e os dentistas, em determinados estados do País, têm o exercício profissional regulamentado. O Estado tem que interessar-se nesse sentido.

E de outra forma não poderia ser. Observa o notável juriconsulto João Mendes Júnior: "O Estado é, perante o povo, responsável pela suficiência dos órgãos que funcionam na distribuição da justiça, na saúde dos indivíduos, na segurança das construções, isto é, o Estado está obrigado, pelo menos, a fiscalizar as condições do exercício desses órgãos".

Ora, já o governo federal tem regulamentadas as profissões dos médicos e dos advogados. Resta, para assegurar o complemento de sua função social e política, que seja atacado o problema referente a difícil arte do engenheiro.

As regulamentações já existentes não visaram somente defender os diplomados contra a concorrência dos leigos. Exigiu-as a necessidade de salvaguardar a comunhão social. Exercitando-se o Estado nas suas faculdades constitucionais, requer provas de habilitação profissional.

A inexistência dessa regulamentação não há de ser argumento para se acentuar a sua necessidade. Os trabalhos no País, feitos pelos concorrentes aos profissionais hábeis, não



resistem a análise pela precariedade de que muitos se revestem. E, cumpre observar, essa inexistência vai concorrendo para que todas as espécies de indesejáveis do mundo, entrando facilmente no País, venham medrar com sua habilidade, numa concorrência tenaz, que não conhece escrúpulos, aos nossos estudiosos.

A regulamentação federal não será uma inovação. Ela já existe nos estados adiantados, dos quais evidenciaremos a Inglaterra, onde o exercício só é permitido aos legalmente habilitados pelo Instituto de Engenharia de Londres.

No Brasil, esboçou-se, com um gesto do atual ministro da Viação, o primeiro passo para essa medida. Sua Excelência exigiu, em portaria, que todo o funcionário em exercício de profissão técnica, no mesmo ministério, registrasse seu título na respectiva secretaria. Com essa providência, não resta dúvida, quis Sua Excelência evitar que trabalhassem em função de engenheiro quem não se achasse legalmente habilitado. Foi medida de notável alcance, mas, ainda assim, pouco se fez. Tem-se observado que, nos contratos entre o governo federal e sociedades industriais que arrendam estradas de ferro da União, tem faltado a cláusula determinante de que, em lugares técnicos, serão empregados somente profissionais habilitados legalmente; disso resulta, em algumas estradas, que em cargos privativos de engenheiros sejam colocados indivíduos sem habilitação legal.

Juntando a Faculdade de Engenharia do Paraná seus esforços as várias instituições que no País têm debatido tal questão, pede a I Conferência Nacional de Educação, ora reunida em Curitiba, que formule seus votos no sentido de que tao palpitante problema — qual o da regulamentação das profissões de engenheiros, arquitetos, agrimensores, etc. — mereça a consideração do governo federal, passando a ter a sua necessária solução.

Ainda mais, pede que seja discutida a preliminar de se propor a criação de uma comissão permanente na Sociedade Brasileira de Educação, para elaborar o memorial a ser dirigido ao Congresso Nacional e ao Presidente da República sobre o assunto.

TESE N<sup>o</sup> 63

## O ENSINO DE TRABALHOS MANUAIS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E COMPLEMENTARES

**Orestes Guimarães**  
Florianópolis, SC

ANÁLISE RETROSPECTIVA --- 1890-1927

**D** Desde que me vi pela primeira vez no salão das aulas de desenho e trabalhos manuais da Escola Normal de São Paulo, tornei-me de indescritível antipatia ao ensino de tais matérias, ambas dirigidas e regidas, naquela época, por bacharéis em **Direito**.

Ainda hoje, decorridos 38 anos, recordo-me do ensino de desenho e trabalhos manuais por mim recebido na Escola Normal de São Paulo.

Aulas sem nenhum senso prático, sem nenhuma finalidade imediata ao ensino primário, segundo preceitos que já então recebíamos do desdobramento de boas lições de Pedagogia.

De 1887 a 1889, a frequência da Escola Normal (e isto tem muito valor para provar o que desejo) era a mais seleta possível quanto a idoneidade de seus numerosos alunos.

Só no 1º ano existiam 217 discentes, dos quais 104 homens e 113 senhoras, sendo eu o benjamim da turma, com 16 anos.

A fim de o mais possível ressaltar este depoimento, esclarecendo as conclusões que, de antemão, me proponho, cito os nomes de alguns colegas: João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson, José Feliciano de Oliveira, Ramón Rocca Dordal, Romão Puigari, Alfredo Bresser, todos muito além dos vinte anos, outros abeirando aos trinta e alguns já ultrapassando a média de vida.

Em 1890, ingressamos no magistério. Poucos foram os que fizeram corrida; quase todos fizeram carreira na grande cruzada que Abelardo Laurindo de Brito ergueu na terra de Anchieta.

João Lourenço Rodrigues, Oscar Thompson, José Feliciano e outros, depois do currículo regulamentar pelas etapas do ensino primário, galgaram esplêndidas situações no magistério paulista.

Apresentada que está a parte testemunhável da prova que pretendo fazer, peço licença para prosseguir.

No entretanto, a plêiade de paladinos do ensino público de São Paulo muito pouco pôde fazer, de 1890 a 1906, em prol da orientação do ensino de desenho e trabalhos manuais naquele Estado!

Tal ensino, lá como aqui e no resto do Brasil, em geral, não se enquadrou as nossas necessidades de povo novo e empreendedor, não se enquadrou a sua grande finalidade, quer nas escolas primárias, quer nos cursos complementares, como matérias básicas do ensino profissional.

O porquê do desastre, cuja prova procuro aduzir de modo sui generis talvez, mas de maneira franca e leal, dar-vos-ei adiante.

Antes de tudo, cabe-me provar o desastre — portanto, continuo.

Em 1906, Santa Catarina se lembrou de pedir a São Paulo um professor que viesse, em comissão, reorganizar o Colégio Municipal de Joinville.

Pela Inspeção Geral do Ensino e pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo foram apontados dois nomes como os mais idôneos para desempenhar a importante comissão: Fernando Martins Bonilha, em 1º lugar, que não aceitou, e o meu, em 2º.

Era eu, então, diretor do Grupo Escolar Cardoso de Almeida, na cidade de Botucatu.

A nova caiu alviçareira na imprensa paulistana, cujos prelos gemeram engenhosos a justa fama do ensino público paulista (jornais de São Paulo, de 27 de outubro a fins de novembro de 1906).

Antes de minha partida para aquele estado, consciente do meu encargo e desejoso de acertar, voltei a Escola Normal Secundária, depois de dezesseis anos de ausência (1890 a 1906).

Freqüentei por alguns dias as aulas de desenho e trabalhos manuais daquela saudosa escola, onde me foram oferecidas abundantes e variadas coleções pertinentes, a fim de transportá-las para Joinville.

Exercícios froebelianos, alinhavos em cartões picotados, teceduras policrômicas de numerosos feitiços, dobraduras de formatos poliformes, cartonagem de objetos de uso doméstico — como porta-cartões, porta-toalhas, porta-escovas, cestas, jardineiras, etc. —, modelagem, em argila e gesso, de cubos, cones, cones truncados, pirâmides, etc. Tudo puríssima tautometria.

Elementos da mais alta eficiência na trama, cada vez mais complexa, da economia nacional, o desenho e os trabalhos manuais continuavam a ser ministrados, em 1906, com escopo meramente educativo.

No Colégio Municipal de Joinville, que há vinte anos deixou nome na organização do ensino catarinense, procurei correlatar, no 1º e 2º anos, o ensino de desenho com o de trabalhos manuais, mas tudo de balde, por me faltar a técnica do processo, embora tivesse a teoria do método.

Mas não nos precipitemos.

Em novembro de 1910, para fins que todos vós conheceis, regressei a este estado.

Antes, porém, tal como em 1906, fui de novo a fonte principal da orientação do ensino do meu estado, a fim de observar se algo havia de novo relativamente ao ensino de desenho e trabalhos manuais.

Pura perda de tempo. Não aumentei o meu cabedal pedagógico acerca de desenho e trabalhos manuais, embora verificasse muita coisa útil e nova, sobretudo acerca do ensino de linguagem.

Ao iniciar a minha segunda comissão neste estado, tantos foram os trabalhos a assoberbar-me, que jamais me sobrou vagar para a especialização da didática do desenho e de trabalhos manuais... Não tive tempo, não era oportuno e me faltava a técnica da processuação dos métodos a seguir.

Os meus labores relativos a reorganização do ensino de 1911 a 1928 muitos de vós os conheceis, por tê-los acompanhado *in situ ede visu*. Eles se acham expostos nas mensagens e nos relatórios de 1911 a 1928, sobretudo no de 1914, página 114 a 167.

Gizei e consegui realizar as bases gerais da remodelação do ensino estadual, que hoje, sem lisonja e favor, é igual ao dos Estados Unidos, mais adiantados na matéria.

Campanhas derrotistas não empanarão a consciência de juizes retos, sobretudo daqueles que se entregam aos misteres do ensino.

A remodelação do ensino público catarinense é um fato axiomático, como a luz meridiana do sol da nossa terra. Ela, além do vosso valioso testemunho, tem também o testemunho de governos e governados desse próspero e grande estado.

À vista do exposto e devido a minha incapacidade, já confessada, não pude especializar o ensino de trabalhos manuais, com a finalidade que lhe é dado nos países adiantados da Europa e sobretudo na América do Norte.

No entanto, tal defeito existe também, conforme me referi, nas escolas de São Paulo, as quais sabeis bem minhas conhecidas; existe nas escolas do Distrito Federal, onde por vezes visitei diversas, algumas ótimas sob o ponto de vista geral, como a Deodoro e Rodrigues Alves, mas cujo ensino de trabalhos manuais é tal qual o de São Paulo e Santa Catarina, a saber: ampliado e com a finalidade doméstica nas seções femininas, restrito e com mera função educativa nas seções masculinas.

Quer nas escolas paulistas, quer nas cariocas, quer nas catarinenses, a entrosagem dos trabalhos manuais nos respectivos programas é meramente educativa, decorrente do princípio: "Toda idéia, uma vez manifestada no espírito do educando, tende a exteriorizar-se em ação". (A. Moulet. *U'Éducation Démocratique*)

De tal princípio surge a resultante, talvez, da ingressão quase automática, incondicional, dos trabalhos manuais nos programas das escolas em geral.

Digo em geral porque, também, nas escolas particulares dá-se o mesmo que se dá nas escolas públicas.

No entanto, continuando a minha delenda, afirmo: o ensino de trabalhos manuais, aqui como no Brasil em geral, não se enquadrou ainda as nossas necessidades de povo novo e empreendedor; não enquadrou a sua grande finalidade, quer nas escolas primárias, quer nos cursos complementares, como matéria básica do ensino profissional.

Do exposto, sem ambages de linguagem, resulta a minha negativa quanto a ingressão dos trabalhos manuais nos programas escolares, com a seguinte restrição: sim, somente como disciplina educativa, sem aplicação pós-escolar.

#### **EM QUE DEVE CONSISTIR O ENSINO DE TRABALHOS MANUAIS NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E COMPLEMENTARES?**

Acerca desse quesito, vejo-me no dever de fazer uma exposição, sumaríssima, do ensino de trabalhos manuais em alguns países.

Comenius, no século XVII, traçou, pela primeira vez, um plano educativo popular: *ubi omnes omnia omnino doceantur*. Rousseau, no século XVIII, queria que o seu Emilio aprendesse um ofício, mas já nos tempos heróicos da Grécia e Roma, Ulisses preparava o seu leito (com madeira de oliveira) e Cincinato conduzia charrua. Perdoai-

me a tirada; quis com ela dizer que o assunto, além de ser por demais vasto, é também excessivamente velho.

A necessidade de o homem manusear é, por assim dizer, inata, e só a vaidade e ignorância o levaram, em dado momento histórico, ao repúdio dessa sua mais eminente fonte de força e virtudes.

Rousseau disse:

Vous vous fiez a l'ordre de la société, sans songer que cet ordre est sujet a des révolutions inévitables, et qu'il est impossible de prévoir ni de prévenir celle qui peut regarder vos enfants. Le grand devient petit, le riche devient pauvre, le monarque devient sujet; les coups du sort sont-ils si rares que vous puissiez compter d'en être exempt?

Nous approchons de l'état de crise et du siècle des révolutions.

Qui peut vous répondre de ce que vous deviendrez alors? De toutes les conditions, la plus indépendante de la fortune et des hommes est celle de l'artisan. L'artisan ne dépend que de son travail, il est libre... (Buisson. *Instruction Primaire*, 1915. p.1204)

Para provar que o ensino de trabalhos manuais não corresponde, entre nós, a sua primordial finalidade, passo a expor como ele é ministrado na América do Norte.

Ao usar de baixela estranha serei parcimonioso. Usemo-la porque nos convém, pois poupamos sacrifício de tempo e economia; usemo-la, examinando-a, no entanto, "com olhos e lentes brasileiras".

Em nenhum país europeu, mesmo na Alemanha e Suíça, a teoria e prática dos trabalhos manuais tomaram desenvolvimento igual ao da América.

Omer Buysse:

La fois dans les vertus de ce mode d'enseignement est générale. Dans les "kindergarten" qui reçoivent les enfants ages de trois ans a six ans, les travaux manuels interviennent comme des facteurs dans l'éducation; ces travaux pénètrent les programmes des écoles primaires et s'appliquent dans toutes les branches d'enseignement; ils s'étendent dans les écoles secondaires, pour trouver leur couronnement dans les Colleges et universités techniques. (*Méthodes Américaines d'Éducation*, p.449)

O ensino de trabalhos manuais entrou nas escolas americanas por dois caminhos diametralmente opostos: pelos jardins da infância (sistema froebeliano) e pelas escolas superiores que adotaram o sistema Delia-Voss, de origem russa. Dos jardins da infância, sistema froebeliano, eles passaram, em escala ascendente, para as escolas primárias, complementares e secundárias; das escolas técnicas superiores, em escala descendente, sistema Delia-Voss, eles passaram para as escolas secundárias e primárias, lutando nestas com o sistema *sloyd*, de origem sueca.

O sistema froebeliano, que ficou incompleto devido a morte prematura do seu autor, consiste em ocupações destinadas as crianças até seis anos, a saber:

Sólidos:

- 1) Variadíssimas construções com pedaços de madeira;
- 2) Modelagem com argila;
- 3) Cartonagem.

Superfície;

- 1) Corte, recorte, dobradura e colação com papel e papelão;
- 2) Variadas armações ou construções com tabuinhas;
- 3) Variadas construções com aplicação de cores.

Linhas:

- 1) Composição de diversas figuras, usando varinhas;
- 2) Tecelagem de papel;
- 3) Combinações policrômicas de tecelagem.

Pontos:

- 1) Picotar cartões;
- 2) Desenho, etc.

A engenhosidade dos americanos estendeu, como me referi, os exercícios de Froebel a todas as escolas primárias: *primary grades* e *grammar grades*.

Começaram os pedagogos daquele grande país por estabelecer a mais estreita relação entre o desenho e os trabalhos manuais.

Para dar uma ligeira finalidade do desenho e trabalhos manuais e da correlação entre eles existente nas escolas americanas, descreverei a organização de tais disciplinas nalgumas escolas daquela invejável república.

#### Escolas de Nova York

Nas escolas nova-iorquinas o desenho e trabalhos manuais gravitam em torno de certas idéias fundamentais, denominadas *centre d'intérêt*.

Os assuntos *centre d'intérêt* são:

- 1) A casa da família, as ocupações dos habitantes do lugar, as ocupações domésticas;
- 2) A vida do município: meios de transporte, ocupações dos habitantes, etc.

Os pequenos americanos começam os seus desenhos, ou antes, os seus trabalhos manuais, segundo os anexos 1 e 2.\* Por eles, vereis que, antes de tudo, os americanos não

\* N. do E. — O texto original não se achava acompanhado dos anexos citados.

procuram fazer artistas, mas sobretudo despertar idéias e concretizar a imagem mental. Isto é que é transcendente e o principal.

Nenhum trabalho é iniciado sem que os professores, estabelecendo verdadeiras palestras com os alunos, estejam conscientes de que eles compreenderam os assuntos propostos, sem que os professores estejam conscientes de que despertaram a imaginação e o desejo de realização dos seus educandos.

A técnica do desenho é variadíssima, como os fins dos trabalhos manuais.

Os alunos desenhavam sempre a mão livre, ora nos quadros-negros, ora nas lousas, para depois, no 3º ano, utilizarem-se do papel.

Realizam esboços e desenho das idéias sugeridas durante as palestras (*centres d'intérêt*), para depois concretizá-los nos trabalhos manuais.

#### Escolas de Newark

Nas classes inferiores das escolas de Newark (do 1º ao 3º ano), os exercícios de desenho e de trabalhos manuais caminham também com tal conexão que é impossível a separação dos mesmos.

Mas no 3º ano preliminar já entram noções de cálculos nos trabalhos, como sejam: uma caixa de 1cm x 1 cm X 1cm, outra de 2cm x 2cm x 1cm; uma casa com comprimento de 42cm por 30cm de largura e 20cm de altura, com portas de 12cm e janelas de 6cm.

Os alunos constroem a casa e os respectivos móveis depois de esboçá-los em desenhos rápidos; tudo antecedido de exposições, questionários e palestras entre os professores e alunos, de forma a dar a estes a noção do que vão fazer.

Enfim, de modo geral, pode-se dizer que o ensino americano de trabalhos manuais e desenho é correlatado, quotidianamente, e que os educacionistas consideram sem o menor valor as cópias de modelos de desenhos, máxime nas classes elementares (1ª a 4ª ano) — *primary grades*, para crianças até 12 anos.

Nos anos superiores do curso primário (5º, 6º, 7º e 8º), freqüentados por alunos dos 12 aos 15 anos (escolas complementares, como as catarinenses), os programas de desenho e de trabalhos manuais variam muito de forma e de fins.

#### Escolas de Massachussets

Nas *grammar grades* de Massachussets, correspondentes as escolas complementares, aos exercícios de trabalhos manuais das escolas *primary grades* (grupos escolares) seguem-se os trabalhos suecos de *sloyd*.

Nos exercícios *de sloyd*, digamos em resumo, predomina, por assim dizer, o espírito técnico, quer pela finalidade dos trabalhos, quer pelo variadíssimo emprego de instrumentos. Os educandos recebem madeiras adequadas e preparadas, consoante os fins dos traba-

lhos a que elas forem destinadas, sendo que os trabalhos *desloyd* feitos a faca ou canivete tomam o nome de *whittling*.

Finalmente, *osloyd*, sua doutrina e seus princípios são resumidos da seguinte forma por Omer Buysse:

- 1) os professores de *sloyd* devem ser homens de ensino e não artistas somente;
- 2) o ensino deve ser progressivo, sistematizado, com a exceção de certas explicações em classe por ocasião da manufaturação de qualquer objeto;
- 3) os trabalhos devem ser de forma a proporcionar o desenvolvimento físico dos educandos, pelos seus movimentos livres e vigorosos;
- 4) os trabalhos deverão representar unicamente o esforço pessoal dos educandos;
- 5) a transição do trabalho mais fácil para o mais difícil é indispensável, devendo dar preferência aqueles cujo uso puder ser compreendido pelos alunos;
- 6) os trabalhos de *sloyd* não atingirão somente os objetos que puderem ser realizados, com exatidão, pelo emprego de instrumentos; eles devem ser executados a mão livre, tendo em vista, sobretudo, exercitar o sentido das formas, das proporções, pela vista e pelo tato;
- 7) é de capital importância a exatidão no acabamento dos objetos, bem como o asseio dos mesmos.

Depois de havermos passado rápido pelas escolas americanas, vejamos o que se faz nos países do norte europeu (Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia), cujas escolas se destacam em trabalhos manuais.

Os mencionados países, é sabido, se acham em condições econômicas assás diversas das existentes na América do Norte.

As grandes indústrias, até há pouco tempo, pode-se dizer, não existiam.

O magnífico ferro sueco era exportado, em bruto, para a Inglaterra e Alemanha.

A indústria nos países escandinavos, por longos anos, consistiu em trabalhos manuais domésticos.

Cada habitante, digamos, fabricava os instrumentos de que necessitava: veículos, mobiliários, utensílios usuais da lavoura e indústria.

A concorrência estrangeira, de natureza maquinaria, infiltrou-se de tal forma naqueles países que a indústria doméstica, manual, foi sufocada.

Tal situação preocupou seriamente os patriotas tenazes dos povos do meio e norte europeu.

#### Suécia

Em 1877, por iniciativa de associações auxiliadas pelo Estado, foram criadas escolas de trabalhos manuais em Uppsala, Claestorp e Mass. Saíram, em poucos anos, cerca de 3 mil



professores de trabalhos manuais de 31 nacionalidades, sendo 2.300 suecos, 30 ingleses, 100 dinamarqueses, 60 americanos do norte, etc. (Otto Salomão. *Escola de Mass*, Buisson).

Peço a esclarecida atenção dessa ilustre conferência para a forma por que foi realizado o plano de sistematização dos trabalhos manuais na Suécia, plano que, *mutatis mutandis*, foi o mesmo seguido pelos países escandinavos.

Começaram pela fundação de escolas técnicas superiores, cujo fim foi a formação de professores de trabalhos manuais e desenho. Os professores nomeados para tais escolas tiveram a incumbência da difusão dos métodos e, sobretudo, da processologia nas escolas primárias.

Os trabalhos *sloyd* nas escolas suecas (*sløj husfild*) constam de artefatos diversos sobre marcenaria; entalhes, esculturas, tonelaria, ferraria (forjas simples), rodas e molas de carros, carroças, enfim, tudo que mais se aproxime da indústria de madeira e de ferro, matérias-primas abundantes na Suécia. (Buisson)

Na Alemanha (segundo dados fornecidos pelo professor Curt Boetner, diretor da Escola Nova, em Blumenau, e traduzidos pelo professor Adriano Mosimann, diretor do Grupo Escolar Luiz Delfino, da referida cidade), a Conferência das Escolas Alemãs, realizada em 1920, resolveu o seguinte:

1) a adoção obrigatória do ensino profissional em todas as escolas de determinada categoria;

2) a criação, instalação de oficinas e organização de jardins escolares; aperfeiçoamento do professorado em trabalhos manuais para lecioná-los nas escolas em geral.

A vista do exposto, podemos afirmar, de modo geral, pondo de parte questiúnculas sem importância, que, quer na América, inclusive entre nós, do Amazonas ao Prata, quer nos países adiantados da Europa, as questões atinentes ao ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias criaram dois sistemas: o sistema econômico e o sistema pedagógico.

Aqueles que se batem pelo sistema econômico querem que a escola primária encaminhe o ensino de trabalhos manuais de forma a dar aos seus educandos um ofício ou profissão que lhes assegure um meio de vida. Entendem que esta, organizada segundo o seu sistema, contribuirá para a formação mais eficaz da economia nacional.

A corrente do sistema econômico filiam-se, geralmente, os educacionais de gabinete, os letrados e, também, alguns estadistas.

Os partidários do sistema pedagógico consideram o ensino de trabalhos manuais nas escolas primárias como meio educativo: da vista, dando aos educandos as noções de forma, dimensão, cor, comparação, etc; das mãos, dando-lhes destreza; da democracia, pela espécie de trabalho em si; da educação em si, por despertar, com segurança, os hábitos da atenção, percepção e intuição. Para os que assim pensam, a escola primária tem apenas função sociopolítica.

À corrente deste sistema se aferram, geralmente, os pedagogos e educacionistas de profissão, os que mourejam ou mourejaram na gloriosa carreira do a-b-c ou b-a-bá.

No entanto, sem grande esforço, as duas correntes podem e devem ser conciliadas, máxime nos países ou estados onde o estágio das escolas primárias oferece graduação conveniente, como em Santa Catarina, que poderá seguir nessa matéria o exemplo dos americanos, povo prático por excelência. Contestada, sob o ponto de vista econômico, a proficuidade do ensino de trabalhos manuais nas escolas do País, em geral, e exposto o modo por que tal disciplina é ministrada nas escolas americanas e suecas, países em que tal ensino me parece modelar, exponho meu ponto de vista.

A meu ver, o plano da remodelação dos trabalhos manuais nos grupos escolares (*primaries grades* americanas), assim como nos cursos complementares (*grammargrades*), deverão satisfazer, em parte, as justas aspirações do sistema econômico, sem fugir aos preceitos do sistema pedagógico.

Assim pensando, opino para que o ensino de trabalhos manuais nos grupos escolares conste:

- 1) nos 1º, 2º, 3º e 4º anos, quer para meninos, quer para meninas, de exercícios froebelianos, adaptados progressivamente e processados segundo os métodos americanos;
- 2) no 4ª ano (meninas e meninos), de início de exercícios *desloyd* ou de *whittling*;
- 3) na seção feminina, dos programas atuais.

E nas escolas complementares, conste:

- 1) no 1º ano, de construção de trabalhos pelo sistema de *whittling*;
- 2) nos 2º e 3º anos, de trabalhos manuais de Froebel e de *sloyd* e dos instrumentos necessários em oficinas que poderiam ser instaladas nos próprios galpões dos grupos.

A questão, no entanto, não é de arrazoar ou de arrasar programas.

Os programas de trabalhos manuais das escolas do País, em geral, e do estado, em particular, poderão ter os seus defeitos, cujo exame vos cabe, mas defeitos que, a meu ver, constituem meras rugas no conjunto de planos de ensino.

O de que necessitamos, penso eu, é atacar de frente, sem perda de um só momento, o modo de se formar professores primários que conheçam a técnica, muito especial, dos trabalhos manuais, como base da processologia do ensino profissional, da educação nacional.

Excluo a conveniência e a possibilidade do ensino de trabalhos manuais nas escolas isoladas, devido aos motivos que, em 1924, expus nas *Sugestões sobre a Difusão do Ensino*, a saber:

O ensino de desenho nas escolas primárias rurais, de reduzido estágio, sem o material necessário, em lugares onde esse material é de difícil aquisição — ensino sem finalidade imediata nessas zonas —, repito, parece-me lambem uma inutilidade.

Antes do mais, para que o desenho correspondesse ao seu fim, deveria ele ser dado segundo o método direto (de Liberty Trade), ou conforme as conclusões do II Congresso Internacional de Ensino de Desenho, em 1904, em Berna, no qual se fizeram representar: Alemanha, Inglater-

ra, Áustria, França, Bélgica, Itália, Japão, Argentina, Rússia, Estados Unidos, Espanha, etc Só faltou o Brasil.

Ora, tal método não pode ser ministrado por professores que o desconheçam, pois desenhar repito, não é emplastar traços e cores sobre um pedaço de papel, mesmo a título de reprodução do natural.

Nas escolas das zonas rurais, onde, por certo, o A, B, C do agricultor prestará melhor serviço do que a cópia servil de alguns traços de modelos que, ainda por aí, correm pelas escolas públicas, a título de desenho, entendi conveniente substituir por noções de higiene rural!

Passo, finalmente, a responder o último questionamento.

HÁ POSSIBILIDADE DE TORNÁ-LO MAIS PROFÍCUO NO ESTADO, EM PARTICULAR, E NO PAÍS, EM GERAL? DE QUE FORMA?

Este quesito, penso, é a pedra angular do edifício; é a alavanca mágica de Descartes, com a qual os poderes públicos do estado, em particular, e do País, em geral, poderão instituir seguros alicerces do ensino profissional.

A forma por que, a meu ver, o estado poderá tornar mais profícuo o ensino de trabalhos manuais, dando-lhes, como convém, finalidade compatível com o sistema econômico, é contratar professores que se obriguem a introduzir, em determinado tempo, na Escola Normal Catarinense e nas escolas complementares, a técnica (toda especial, para ser produtiva) da aludida disciplina.

Para isto vos ofereço o seguinte projeto:

1) as escolas normais do estado terão por fim principal a formação do professorado necessário ao ensino primário e a criação das bases indispensáveis ao ensino profissional;

2) o ensino normal será ministrado na Escola Normal Catarinense, externato para homens e mulheres, e no Colégio Coração de Jesus, internato para moças, equiparado a Escola Normal oficial;

3) aos alunos que houverem concluído o curso do Ginásio Catarinense será expedido, para todos os efeitos, o diploma de normalista, depois de concluída a prática referente ao ensino profissional;

4) as escolas normais terão os seguintes cursos:

a - curso normal;

b - curso técnico de desenho e trabalhos manuais;

5) o curso técnico de desenho e trabalhos manuais correrá paralelo ao curso normal e constará de dois anos obrigatórios para os alunos do 2º e 3º ano do curso normal, para o que serão correlatados os respectivos horários;

6) a orientação do curso técnico de desenho e trabalhos manuais caberá a profissional de reconhecida capacidade, contratado no estrangeiro, por quatro anos;

7) o contrato poderá ser rescindido ou prorrogado, a juízo do governador;

8) o profissional contratado será auxiliado por dois normalistas, nomeados pelo governador;

9) extinto o prazo do contrato, as atribuições e regalias do contratado serão conferidas ao auxiliar que mais se houver distinguido, sendo o segundo nomeado inspetor técnico de desenho e trabalhos manuais nos grupos e escolas complementares.

10) ao professor contratado caberá organizar o programa do curso profissional, que será apresentado ao diretor da escola ao qual será subordinado, a fim de que este providencie as medidas administrativas que se fizerem necessárias;

11) anualmente, poderá ser designado um professor de cada grupo escolar, sem prejuízo dos seus vencimentos e do ensino, a fim de fazer o curso normal profissional;

12) a matrícula na Escola Normal só será permitida a complementaristas;

13) o governo adaptará o atual prédio da Escola Normal Catarinense, a fim de nela funcionarem:

a - o curso normal;

b - o curso técnico de desenho e trabalhos manuais;

14) o governador poderá facultar a freqüência do curso técnico aos professores normalistas em exercício;

15) para a referida freqüência, o estado pagará dois terços dos vencimentos do cargo que exercer o professor;

16) findo o curso, o professor que houver recebido auxílio indenizará o estado da metade, em tantas quotas de um terço dos vencimentos quantas forem necessárias;

17) o Executivo incumbirá o professor contratado de organizar o programa de desenho e trabalhos manuais dos grupos escolares e das escolas complementares, correlatando-os com o programa do curso técnico de desenho e trabalhos manuais da Escola Normal Catarinense.

Penso que, por tal forma, *mutatis mutandis*, a União deverá realizar o projeto Fidelis dos Reis, focalizado, de novo, na Câmara Federal, por José Bonifácio.

Missões temos tido para o nosso Exército, Marinha e Fazenda; tenhamos-las também, a fim de que se torne uma grande realidade o ensino profissional no País, baseado na aprendizagem de trabalhos manuais nas escolas primárias graduadas.

Como não temos técnicos, e improvisá-los para tal fim é perder tempo e dinheiro, contratemo-los.

Já o famoso vate lusitano disse:

A disciplina militar prestante Não  
aprende, senhor, na fantasia,

Sonhando, imaginando ou estudando,  
Senão vendo, tratando e pelejando.

Elegantes e profundos versos que o utilitarismo americano resumiu na fórmula *to learn by doing*, a que eu acrescento — fazendo certo.

A União, para encaminhar o ensino profissional sobre as bases seguras, deverá, segundo penso, estabelecê-lo sobre sólidos alicerces.

Tal alicerce seria, a meu ver, a fundação de uma grande escola técnica, instalada de preferência em cidade central do País, de vida barata e fora dos grandes centros de diversões.

O curso superior da escola técnica seria precedido de um curso preparatório que, entre outras disciplinas, ministrasse o ensino de desenho e trabalhos manuais, de conformidade com os métodos americanos.

Quer o curso superior quer o curso de preparatórios seriam regidos por técnicos de reconhecida competência, contratados em países cujo ensino profissional esteja mais em evidência.

Foi o que fez São Paulo com a sua instrução pública, com a sua Escola Politécnica e de Medicina. Foi o que fez o Rio Grande do Sul, se não me engano, com a sua grande escola de Parobé.

O curso superior profissional seria organizado visando aproveitar industrialmente as principais matérias-primas brasileiras, entre as quais a madeira, a borracha, as variadas fibras têxteis, couros e peles, etc; o curso preparatório visaria ao desenvolvimento integral dos métodos de Froebel, Montessori, Decroly, *whittling esloyd*.

Os estados enviariam anualmente, segundo as suas forças e as circunstâncias, os seus normalistas mais distintos a fim de freqüentarem o curso preparatório.

Desse modo, em poucos anos, o ensino de desenho e trabalhos manuais, no País, aproximar-se-ia dos princípios do sistema econômico e atuaria como elemento indispensável a educação econômica brasileira.

Eis em traços muito gerais, senhores membros da Conferência de Ensino, o meu modo de pensar acerca do assunto sobre o qual gravita neste momento, felizmente, a atenção dos nossos patriotas e estadistas, entre os quais, com a maior justiça, se destacam o eminente governador, Excelentíssimo Senhor Doutor Adolpho Konder, e o preclaro presidente, Excelentíssimo Senhor Doutor Washington Luís, a quem o ensino do meu estado, São Paulo, muito deve, máxime as suas escolas profissionais.

A vista do exposto, concluo:

- 1) que o ensino de trabalhos manuais deve ser excluído das escolas primárias rurais;

2) que nos grupos escolares, do 1º ao 3º ano, os trabalhos manuais devem consistir em exercícios froebelianos, adaptados progressivamente e relacionados com o desenho, segundo os métodos americanos;

3) que no 4ª ano dos grupos escolares, a par da continuação dos exercícios de trabalhos dos anos anteriores, se adotem os trabalhos *whittling*;

4) que nos cursos complementares se adotem os trabalhos *sloyd*, em todo o seu desenvolvimento;

5) que o ensino de trabalhos manuais, nas escolas do estado, em particular, e do País, em geral, só tem correspondido ao sistema pedagógico, fugindo a finalidade do sistema econômico;

6) que o estado pode, com grande benefício ao seu futuro econômico, tornar inteiramente profícuo o ensino de trabalhos manuais, contratando especialistas de reconhecida competência para introduzi-los na Escola Normal Catarinense;

7) que a União, por igual forma, poderá fundar uma grande escola técnica, precedida de curso preparatório, versando este, entre outras matérias, sobre desenho e trabalhos manuais de Froebel, Montessori e Decroly, para a frequência dos normalistas estaduais.

TESE 64

## O CARÁTER DO ESCOLAR, SEGUNDO A PSICANÁLISE

J. P. Porto-Carrero  
Universidade do Rio de Janeiro

Crianças inteligentes, crianças estúpidas; crianças aplicadas, crianças vadias; crianças quietas, crianças travessas — tal a classificação com que costumam os mestres distinguir os seus pequenos alunos.

Estes são afeitos a matemática; aqueles, exímios na análise léxica ou lógica; outros preferem a história e a geografia; uns têm boa letra, outros garatujam as escritas; há os cuidadosos no traje e corretos nas maneiras, há os que entornam os tinteiros ou pintam bonecos nas paredes.

A todos, porém, a escola antiga — que ainda é muito de hoje — submete-os a mesma craveira. Cumpre ser inteligente, aplicado, impecável no proceder, não ter preferência por esta ou aquela matéria e, principalmente, conservar na classe aquela atitude hierática que só possuem, em regra, os faquires e as estátuas.

Em meio a coletividade, o aluno deve ser apenas indivíduo; não conversar, não olhar fora do livro, não deixar o assento, até mesmo, as vezes, não tossir nem espirrar.

Ora, já a psicologia clássica (Claparède, Binet, Rasmussen, etc.) havia estudado a diversidade dos caracteres que a pedagogia dos aperrados se obstina em sujeitar a mesma bitola. Modernamente, porém, a psicanálise de Sigmund Freud abriu novos horizontes para o estudo dessas pequeninas almas a quem se tem erradamente buscado meter no sapato chinês de métodos uniformemente absurdos.

#### AS CRIANÇAS QUIETAS

Não é do normal da criança a quietude. Sabe-se que o aceleração da nutrição determina, na criança, um dispêndio de energia motora excessiva em relação ao adulto, se não é que esse próprio dispêndio, por contragolpe, estimule a construção e desenvolvimento do esqueleto e dos órgãos. O metabolismo do cálcio, por outro lado, dirigido em grande parte para a osteogênese, aumenta decerto a excitabilidade nervosa, tal como se observa na hipocalcemia dos adultos.

A mobilidade da atenção, a rapidez da percepção e da memorização, a ideação fantasista, a motilidade, pronta e brusca, são apanágio da criança sadia. Mas, a par disto, se o humor é equilibrado no estado hígido, a emotividade é sempre maior.

Essa maior susceptibilidade para as emoções — o que poderia chamar-se emotibilidade — deriva de serem inéditas ou quase inéditas todas as coisas da vida para a afetividade infantil e da própria tensão instável do quimismo do neurônio nessa fase ativa de crescimento físico e de elaboração da personalidade.

Resulta dessa maior emotibilidade que certos acontecimentos, banais para o adulto, se fixam de maneira indelével na memória pueril, tão ativa e preensiva, e com eles se fixa também a carga de afeto que acompanha a impressão.

Ora, como a vida infantil se passa no inconsciente, pela sua maior parte — falamos do inconsciente na acepção freudiana—, e só aos poucos se vai formando o ego, parte principal da personalidade, todos os fatos acompanhados de forte carga afetiva e desagradáveis, isto é, contrários ao princípio do prazer, são recalçados para o inconsciente, tidos como esquecidos, difíceis de serem novamente chamados a tona do consciente. Mas se não vêm a tona tais quais são, como que projetam sua sombra no consciente toda vez que uma associação de idéias faz reviver, ainda que de longe, o fato recalçado, o "complexo". Então, toda a carga afetiva que acompanhou o complexo por ocasião do seu recalçamento e da sua fixação se demonstra reproduzida qual era dantes; e o indivíduo, ante um fato atual, sem importância aparente, repete o estado afetivo do complexo recalçado que esse fato, por ocasião, foi despertar.

Este é, em essência, o núcleo da teoria de Freud. Ele nos explica, maravilha, a gênese dos tímidos.

#### Os Tímidos

Bem se compreende que uma criança atormentada de ralhos, premedida de ameaças, como esses pobres infelizes arre-burrinhos do lar, cabeças-de-turco da família, sinta des-

pertar dentro do inconsciente, em todas as épocas da vida, o estado emotivo que a colheu na infância, a vista do instrumento inquisitorial das punições domésticas. O olhar do professor, a palavra em tom mais alto, a própria presença do mestre — representante da autoridade paterna, que pune e maltrata —, até mesmo, por vezes, a superioridade física ou o instinto de maldade de um colega, fazem que o pobrezinho reproduza a atitude, a angústia, a emoção colhida nos primeiros castigos penosos.

Cria a criança para si própria um falso conceito de inferioridade; habitua-se a ser dos últimos da classe, porque não tem ânimo para recitar corretamente a lição que antes bem sabia; hesita em defender-se das falsas imputações, cria fama de incapaz, por pouca inteligência; e acaba por tornar-se a chacota da classe e o responsável por todas as faltas de autor ignorado.

O professor mal-avisado contribui para fixar cada vez mais, no inconsciente da criança, a lembrança esquecida da primeira chinelada, do primeiro ralho que a fez estremecer e chorar. Os próprios triunfos eventuais e efêmeros do aluno são celebrados com ironia; uma nota boa, que podia estimulá-lo, nunca lhe cabe; e a prova apresentada, acaso correta, é alvo de todas as suspeitas e classificada inferiormente, ou é objeto de pesquisas amesquinadoras ou mesmo de punições.

Mas, segundo a concepção de Freud, têm raízes na sexualidade essas emoções capazes de determinar traços de caráter. Tomada a sexualidade no sentido mais lato, no conceito psicanalítico, sabe-se que o chamado complexo de castração entra quase obrigatoriamente na gênese dos tímidos. Depois de Freud, sabe-se que já nasce a criança com instinto sexual esparso, mal definido, cuja localização principal é a zona da boca, órgão que lhe dá o primeiro prazer — o da sucção do seio lactante. Sabe-se, também, que o tato de toda a zona cutânea proporciona sensações carregadas de afeto e que a zona genital, onde, para o púbere, se localiza a maior parte da libido ou instinto sexual, já nos primeiros anos é também fonte de prazer; não é rara a ereção, ainda nesse tempo, determinada pelo contato das roupas, do leito, das mãos, do corpo alheio, assim como os casos de masturbação na primeira infância têm sido anotados na literatura da psicologia sexual.

Ora, a curiosidade infantil cedo se dirige para a diferença dos sexos, percebida na observação da nudez das outras crianças; e como é raro que os educadores tenham a lealdade de dar ao pequeno a noção aproximada dessa diferença, a criança forja explicações fantásticas, que residem, geralmente, num falso conceito de castração; é muito comum, ademais, que os adultos lhe dêem em primeira mão esse conceito mentiroso, dizendo, por exemplo, que se castram as crianças para fazê-las femininas; outras vezes, por gracejo ou ralho, ameaçam os pais aos filhos com essa castração, de onde temerem os meninos que a consequência de qualquer falta possa ser a queda do pênis ou a sua mutilação pelo algoz que finge educar.

A experiência psicanalítica nos tem ensinado que, de freqüente, as meninas esperam que na vida adulta se lhes venha a desenvolver um pênis, quase sempre graças a evolução do clitóris, não sendo raro encontrar-se, no sexo masculino, crianças que tenham igual fantasia quanto as mulheres, a quem mais tarde vêm a temer.



Ora, esse complexo de castração é para a criança um verdadeiro duende, uma espada de Dâmocles iminente ante qualquer falta, máxime ante as de caráter nitidamente sexual. Tomando o aspecto de punição severa, em breve a emoção desse complexo se generaliza a todas as punições; e como, pelo processo de recalçamento, o complexo se afunda no inconsciente, a sua carga afetiva se faz sentir diante de quaisquer ameaças ou possibilidades de castigo. Daí, a timidez do escolar, que é, apenas em embrião, a timidez do adulto. Ela é compatível com a inteligência desenvolvida, até mesmo superior; mas corta as asas a toda a iniciativa.

É por isso que o aluno hesita em dizer o que sabe, ou di-lo de maneira hesitante.

Por outro lado, a consciência de pequenas faltas não punidas fá-lo esperar, a todo momento, a punição; e como punição é idéia fundamentalmente associada a castração, essa espera do castigo indefinido por uma falta vaga traz a criança um desassossego contínuo, uma perpetua angústia, como quem sente pesar acima da cabeça a nuvem tormentosa, na iminência de desabar.

Esse sentimento de culpa gera, assim, um estado de necessidade de punição e leva a criança a punir-se, quando não venha o castigo. O tímido torna-se assim desastrado.

O desastrado é diverso do travesso, que estudaremos mais adiante. Ele porfia por ser quieto; não tem iniciativa para as travessuras; antes, sabendo que não deve cometer a falta, diligencia por evitá-la, mas uma fatalidade impele-o e ele incide no erro. Não teria iniciativa para, propositalmente, entornar o tinteiro; mas, ao molhar a pena, ansioso, entorna-o. E depois, quando vem a punição, já o estado emotivo não se reveste de angústia; e, no fundo, há certa sensação de alívio. Mas sai da experiência diminuído. Cometeu a falta e sente que dentro de si há qualquer destino a impeli-lo, qualquer fado irresistível: é o complexo que o governa, do fundo do inconsciente.

Há poucos anos, voltava da escola uma menina e, no bonde, dizia a companheira: "Sinto-me, hoje, feliz como nunca; sinto-me tão feliz, que só me parece que vou morrer hoje". Minutos após, descem ambas; a menina feliz comete a grande imprudência de passar pela frente do bonde, para atravessar a rua movimentada por grande tráfego de veículos. Um automóvel que ela não vira, mas que fora de suspeitar, apanha-a, atira-a violentamente a grande distância, mata-a. É o destino, *o fatum*, determinado pelo impulso da necessidade de punição. Por que estaria tão alegre aquela rapariga de quatorze anos, "entreaberto botão, entrefechada rosa, um pouco de menina e um pouco de mulher"?

Dizei ao tímido que não deixe cair o lápis, que não se deixe apanhar pelo automóvel; o lápis escapar-se-lhe-á da mão; ele parará indeciso, em meio a estrada, a espera do desastre. Para a escola antiga, a queda do lápis tem como conseqüência o castigo já esperado, desejado pelo inconsciente; e se a vítima do automóvel se salva, dirá que qualquer coisa a fixou e prendeu em meio ao perigo. Essa qualquer coisa é o complexo recalçado.

## Os Impassíveis

Mas nem só de tímidos se compõe a classe das crianças quietas. As tímidas são quietas porque lhes falta em grande escala a iniciativa, estando exaltada a afetividade; a outras, falta-lhes iniciativa, mas a afetividade se acha embotada. São os autistas de Bleuler ou os esquizóides de Kretschmer. O seu tipo é o pequeno "mosca-morta".

Vai aonde o levam, fica onde o deixam. Nada o comove, nada o abala. Punido, sofre o castigo sem emoção; premiado, não mostra alegria. Repete como autômato os gestos que lhe ensinaram, as lições que lhe meteram no cérebro. Por vezes, emperra: manda-se-lhe que se sente, permanece de pé; que fale, permanece mudo; e as punições não o demovem.

Na aula, muita vez, quando interrogado, mostra-se alheio a olhar a mosca que voa, a escutar o pregão da rua. Estimulado pelos ralhos, como que desperta de um sonho. Distraído, leva, as vezes, largo tempo a tamborilar com os dedos na carteira, ou é surpreendido a cantarolar baixinho.

Dá-lhe, outras vezes, para rir e talvez mesmo ria quando devera chorar, quando o punem, por exemplo.

Introvertido, sonha acordado. Há uma idéia cujas associações ele segue, intimamente, alheado ao mundo exterior; se, por vezes, demonstra alguma iniciativa, fá-lo movido por essa idéia, que se prende originalmente a um complexo recalcado no inconsciente.

Esse complexo é, geralmente, a expressão da libido dirigida para aquele dos pais de sexo diverso do seu: é o complexo de Édipo. A tendência afetiva do filho para a mãe e da filha para o pai tem o seu fundamento na libido; é de caráter sexual. Logo, a censura imposta ao inconsciente pelas noções de educação baseadas na organização social opõe o seu veto a essas tendências. Esse veto, análogo ao tabu das sociedades primitivas, que, ademais, tem a mesma origem, impede que a corrente de idéias se dirija para aquele alvo proibido, na procura do prazer. Torna, então, o indivíduo ao período anterior da sua evolução sexual: ao narcisismo, a contemplação do próprio eu, ao amor exclusivo de si próprio; introverte-se, segundo a frase de Jung, e alheia-se do mundo exterior, fugindo a realidade.

Por isso, segue, automaticamente, todas as sugestões que lhe não perturbem a marcha do sonho; e opõe-se, negativista, as solicitações mais racionais, desde que possam interferir-lhe na cadeia de associações da libido narcísica. Mas esse narcisismo não vence de todo o complexo de Édipo: é antes refúgio, compromisso obtido com a censura das noções de ética e de organização social que lhe vedam o atingir o alvo da libido — o genitor de contrário sexo. E aí está porque, muita vez, esses apáticos se abrem em expansões carinhosas com o pai ou com a mãe, conforme o caso: dão, ao menos por momentos, expansão a libido refreada.

A um conhecemos a quem na escola deram a antonomásia de Mamãe, porque era esse um dos vocábulos mais frequentes nas raras frases que pronunciava. Contudo, era difícil fazê-lo reagir contra a chacota; e ainda, quando atormentado pelos companheiros, nunca o vimos chorar. Isolava-se no recreio; negava-se a tomar parte nos jogos, opondo

até mesmo resistência a compulsão física; ouvia, com aparente atenção, os contos de fadas e as narrações dos colegas; mas quando acaso interrompesse o narrador com uma pergunta, logo se notava que a atenção se lhe fixara em ponto muito atrasado do relato, quando não em assunto de que já se não cogitava mais. Esse assunto tocava naturalmente o complexo que o guiava na vida.

## Os Sonsos

São quietos, também, os sonsos, os que "tiram a sardinha com a mão do gato".

Diferem dos tímidos e dos impassíveis em que, com afetividade presente, refreiam periodicamente a iniciativa para poupar-se as emoções. A eles se aplica, exatamente, a "ambivalência" de Bleuler, que Freud tão bem estudou e explica.

Feitos de ação e de repressão, obtendo o fim com um mínimo de dispêndio da energia afetiva, pertence-lhes a astúcia, essa capacidade de agir sem sofrer.

A libido tem, para Freud, dupla polaridade afetiva; assim se explica que, na análise de normais ou de neuróticos, se possa ligar ao mesmo objeto o ódio e o amor, o desejo e a repulsa. Se o examinarmos bem, a negação do amor não é o ódio, senão o desamor, a indiferença; amor e ódio, ódio e amor sucedem-se ou alternam-se, visando ao mesmo objeto; se num a corrente segue o seu curso na esperança da vitória, no outro a resistência aumenta a intensidade da carga afetiva, e esse excesso de carga transforma a ânsia da posse em ímpeto de destruição. Tal como em electrologia, a voltagem excessiva queima os fios condutores; a energia útil se transmuda em fonte de ruína. Exprime-se esse fenômeno pelo símile da bipolaridade; é como se numa pilha elétrica se trocassem os pólos, continuando a passar, no entanto, a corrente que, no caso, é ainda a libido.

O sonso ora é ativo, ora simula ser inativo. Como a ação lhe exija grande dispêndio de afeto, ele se mantém calmo, atento, bem comportado. Mas o impulso que não tem saída pela ação inverte a corrente e se muda em atividade inferior: ele trama na sombra, excogita, planeja, fantasia; e quando se expande, fá-lo em condições que não lhe causem emoção, que lhe não gastem a energia afetiva.

Tal que conheço furtou uma moeda a um colega e, embora arrependido, não teve ânimo de restituir-lha nem de confessar-se culpado, quando era outrem acusado. Calmamente, escondeu a moeda numa anfractuosidade de muro e todos os dias a visitava, até que, uma semana após, cautelosamente, a recolheu e gastou. Ninguém dele suspeitou, a não ser, mais tarde, na vida adulta, o analista. O quietinho agiu com um mínimo de emoção; arrependido, vendo a culpa recair sobre um colega inocente, refreou o impulso de confessar, para não sofrer a punição da má fama e do castigo; ainda pelo desejo de poupar o afeto, conteve-se durante uma semana, antes de entrar na plena posse do roubo; e apenas de posse da moeda, transforma-a em compra, a fim de evitar que a descoberta do furto em suas mãos lhe viesse causar choque emotivo.

O sonso é, assim, bom e mau. Escapa as punições, aparenta um procedimento correto; cuida das lições pelo temor da má nota, mas empregando sempre o mínimo de esforço; recorre a cola, mas nega-a aos próprios condiscípulos; afeta doença, para livrar-se dos temas difíceis; rodeia os obstáculos, para que se não fatigue em vencê-los, e quando, acaso, é obrigado a enfrentá-los, é tamanho o gasto de energia afetiva que esta excede ao fim e, polarizada negativamente, se transforma em vindita.

Sei do caso de um rapaz que se escusara de escrever, em aula de Português, uma carta de repreensão, alegando dor de cabeça; obrigado pelo professor a fazer o exercício, escreveu a carta, com efeito, mas endereçando-a ao nome de batismo do próprio mestre. Outro, classificado, num fim de mês, abaixo de um colega com quem competia, rasga-lhe as escondidas uma folha de livro, para impedir ao competidor o estudo da lição seguinte.

Se pesquisardes os complexos recalcados dos sonsos, dos dissimulados, haveis de notar que é ele até certo ponto um narcísico, mas haveis de descobrir-lhe emoções remotas de cuja lembrança ele busca fugir.

No caso do furto da moeda, tratava-se de um complexo de Édipo de grande intensidade: o menino dormia no mesmo leito da mãe, que estava, a bem dizer, separada do marido. Essa intimidade dera-lhe oportunidade de contatos excitantes e de aspectos não menos eróticos, diante dos quais era forçado a reprimir a libido infantil. Embora, sob muitos pontos de vista, fosse ele como que o verdadeiro esposo, pois que era o companheiro de cama e mesa daquela mulher sem marido, contudo a sua libido esbarrava ante a censura da idade e da organização social; e a criança, ingenuamente, representava o papel do marido, sem as vantagens integrais.

Dessa maneira, continha o seu impulso sexual sob a aparência de menino correto; e, as escondidas, cometia com criadinhas essas pequenas faltas parassexuais em que não raro se exercitam os meninos.

Transferido tudo isso para as outras atividades não claramente sexuais, repetia ele na escola as mesmas atitudes. Era-lhe defesa a iniciativa das travessuras, pela grande soma de afeto que arrastariam, com o despertar do complexo da travessura sexual proibida (Édipo); era preciso fazer o papel do quieto, embora, as escondidas, cometesse as pequenas perfidi-as que, sem determinar emoção, lhe davam saída ao impulso íntimo.

Acontece com o sonso o mesmo que se dá com toda a gente, ante as várias proibições — sociais, políticas, econômicas ou religiosas. O dever de guardar compostura moral, hierarquia, respeito a fé impede-nos de cometer uns tantos atos a que nos impelem os instintos; mas, por outro lado, revoltamo-nos contra essas proibições e infringimos todas as leis, desde que possamos estar a coberto da punição.

O pobre admira o rico e odeia-o; o povo inveja o governo e deprime-o; o crente adora a Deus e blasfema.

É dessa ambivalência que Freud faz derivar o tabu primitivo, comum a infância das sociedades e a infância do homem, instituição em que o sagrado se mistura ao impuro. É tabu o chefe da horda, como é tabu o pai na família: temido e respeitado, invejado e odiado.

Assim como, nas clãs polinésicas, há objetos tabus, assim também, na infância, os órgãos sexuais são tabus: não devem ser tocados, porque tocá-los é feio e faz mal — são impuros e são sagrados.

Essas proibições de ordem sexual recalcam a criança e esquece-lhes o objeto; mas, esquecendo-o, transfere o complexo para objetos outros, generalizando. O sonso, mais do que outro qualquer, teme a imagem sagrada, mas deseja-a; e podendo estar a abrigo do castigo, viola o preconceito do tabu.

#### AS CRIANÇAS TRAVESSAS

### As Naturalmente Travessas

A vivacidade é própria da criança, segundo já dissemos atrás; é consequência do seu metabolismo, algo diferente do adulto, pois que as trocas anabólicas preponderam sobre as catabólicas.

Mais próxima do selvagem do que o adulto civilizado, ainda não se lhe formou de todo, no pré-consciente, a censura, esse instrumento frenador, composto de todos os tabus morais, sociais, religiosos, que impede o livre curso a libido, que lhe deforma os impulsos e lhe transforma o objeto.

No entanto, a pequena dose de censura obtida nos primeiros anos de vida já impõe a sua tirania sobre o pequeno inconsciente. À sexualidade oral lhe foi oposta a ablactação, logo ao cabo de um ano de vida; todos os substitutos do seio materno — chupeta, dedo a sugar — lhe são, pouco a pouco, vedados; vedado o manuseio dos órgãos sexuais, como a curiosidade de vê-los e entendê-los; vedados os desejos sádicos de morder, golpear, destruir.

Mas todos esses atos se compõem de movimentos, e não podendo executá-los até o cabo, executa-os abortados a criança, ou, pelo menos, transformando-lhes o objetivo.

Ama os jogos movimentados; e quando a virdes sossegada, a um canto, está estripando bonecas ou anatomizando os brinquedos mecânicos, a ver o que lhes está dentro. É, a um tempo, a manifestação da curiosidade sexual, transferida para objetos outros, e a influência da fase analerótica ou sádica, que, não podendo satisfazer o seu fim, desloca-o para outros alvos.

Querer impedir que a criança se movimente na carteira, que desvie dos livros a atenção, que se levante a qualquer pretexto é exigir-lhe que recalque as tendências libidinais, em vez de transformá-las; e assim outra transformação se dará no entanto, a custa *darêverie* mórbida e da neurose. A defecação e a urinação constituem derivativos sexuais para a criança, pois que outra espécie de prazer não lhe podem dar as respectivas zonas erotogêneas; é natural pois que, fátigada da posição uniforme da carteira, busque a criança licença para ir ao quarto privado, ainda quando a necessidade fisiológica não seja premente.

O erro está em proibir-lho, sem mais nada; a maior parte das vezes, a simples movimentação ou uma palavra de carinho bastam para desviar o curso da libido, sem prejuízo para a pequena psique. É por isso que já a pedagogia clássica, empiricamente, recomendava entremear de recreios e exercícios ginásticos o tempo das aulas. Freud faz notar a necessidade que tem a criança da atividade muscular, de onde ela tira considerável prazer.

Divertimento, diversão, eis a necessidade da criança sadia e naturalmente travessa, justamente para desviar-se, para "divergir" do alvo nitidamente sexual. Também para o adulto, a "diversão" afasta o mau humor e a angústia, que tem no fundo origem emotiva e sexual.

#### Os Perversos

A travessura reveste, por vezes, o caráter de malvadez. São, principalmente, os animais as vítimas encolhidas pelas crianças perversas e, decerto, os animais que lhes não podem opor grande resistência, conservando-se passivos ante a ação do algoz. Não escapam a sanha do perverso os companheiros mais novos e mais frágeis, nem mesmo os adultos, uma vez que não estejam em condições de resistir (debilidade, surpresa).

Ora, para Freud, a crueldade é fator do instinto sexual. A censura, constituída aí pelos sentimentos de piedade, respeito ou repugnância, ainda se não formou de todo nas primeiras idades. "A criança é levada, geralmente, a crueldade, por isso que o aspecto da dor alheia ainda não lhe detém a necessidade da posse, uma vez que só mais tarde se desenvolve o sentimento de piedade." (Drei Abhandl.z. *Sexualtheorie*)

É com razão que se considera, até certo ponto, como precoce sexual a criança que se compraz em martirizar a outrem; assim como, por meio dos carinhos, elas se satisfazem com os pródromos do contato genésico, assim também o comportamento sádico representa, nos pequenos malvados, a expressão de um dos fatores da libido — a crueldade.

Esse sadismo está singularmente ligado a fase de localização anal da sexualidade; bem se compreende que, nessa fase, após haver deixado o narcisismo, a criança distinga na sexualidade apenas uma atitude ativa e uma atitude passiva, sem diferença de sexos. A tendência sexual possui, então, no mais alto grau, o caráter de agressão, e como a censura lhe veda a satisfação mais nitidamente sexual, desvia-se para outros objetos o impulso, e reveste, principalmente, a forma de crueldade, isto é, representa-se por um dos fatores predominantes da atividade libidinal.

A crueldade infantil demonstra-se sob várias formas: umas, as que representam quase diretamente o impulso sexual, outras que são simples maneiras associadas; entre as primeiras está o bater nas nádegas, o enfiar alfinetes nas cadeiras, o apertar partes do corpo da vítima, o subjugar-la, bater-lhe, feri-la ou fazê-la cair; entre as outras, o inferiorizá-la por meio do ridículo, o danificar-lhe as roupas ou livros, o acusá-la falsamente, o corrompê-la com histórias imorais.

É interessante notar que a mutilação feita aos animais — a cabeça as moscas, a cauda aos cães e gatos — lembra necessariamente uma revivescência do complexo de castração;

como que para fugir ao dúplice sentimento de desejo e temor da castração, o indivíduo realiza-a mutilando os animais. O próprio gesto de ameaça de castração aos menores pode ser assim interpretado.

### Os Agitados

Os agitados são travessos em excesso, mas raramente com maldade. Na maior parte do tempo, é impossível contê-los; quase sempre alegres, mas também, as vezes, irritados, têm o gênio mutável, como se costuma dizer; facilmente passam do gracejo a ironia e desta a invectiva; o humor é quase sempre exaltado, apenas o tônus afetivo varia: o seu afeto segue alternadamente as duas polaridades: amor e ódio, alegria e cólera.

Por vezes, no entanto, se mostram reservados e desconfiados; a ira desperta-se-lhe, então, pelo menor motivo; e cometem tropelias sem poder dominar-se.

Classifica-os a moderna psiquiatria como síntonos ou ciclóides (Bleuler, Kretschmer).

Contrariamente aos apáticos (esquizóides), estes não perdem o contato com o ambiente, ainda mesmo quando se mostrem reservados, como que isolados. Há neles como que uma caimbra afetiva, uma contratação do humor, toda vez que eles buscam, como de regra, pautar o sentimento pelo ritmo do ambiente.

Neles se mostra bem a ambivalência dos sentimentos, a polaridade do afeto. A característica das suas travessuras é o tom alegre de que se revestem. Os movimentos são bruscos, a fala é rápida, as trocas de vocábulos, freqüentes. São expansivos, por vezes excessivamente francos, mas são, por outro lado, extremamente susceptíveis de irritar-se.

Entram na aula cantarolando, dando piparotes nos camaradas. Com pouca capacidade de atenção, fazem os exercícios escritos com rapidez e com pouca exatidão. Os colegas lhes querem, mas eles fazem muitos inimigos nos momentos de mau humor.

Precoces na vida sexual, afeiçoam-se com facilidade a outras pessoas; raramente são homossexuais; extrovertidos, segundo a denominação de Jung, buscam no mundo exterior a satisfação da libido, e neles prepondera o complexo de Édipo. Uma mulher — mãe, irmã ou mestra — domina por completo tais meninos. Mas o ciúme é-lhes apanágio: a menor desconfiança, encolerizam-se ou retraem-se; e, rancorosos, guardam, muita vez, até a vida adulta, a revolta contra uma repreensão descabida.

Mais do que outras quaisquer, essas crianças carecem de amor e de carinho, para serem educadas.

### AS CRIANÇAS REBELDES

#### Os Impulsivos

Se os ciclóides têm suas impulsões na iniciativa, são, fora dessas, alegres e travessos. Mas há os impulsivos de diverso caráter, que dificilmente se deixam levar pelo amor e pelo carinho, que antes replicam com um gesto brusco a uma palavra amável.

Crianças de ânimo sombrio, peculiares nas maneiras e nas preferências, como que um véu espesso lhes cobre a alma, e dificilmente pode o educador entendê-las.

São, na sua maior parte, os temperamentos epileptóides, denominados *glischroides* por Mme. Minkowska — o que quer dizer viscosos, em virtude da sua afetividade concentrada, condensada, viscosa. Essa viscosidade, essa aderência, permite-lhes acentuado retardamento afetivo, de onde resulta considerável aumento da tensão do afeto. É graças a essa tensão exagerada que se produzem as suas explosões de ânimo, verdadeira descarga do afeto acumulado.

O temor dessas descargas, que não se fazem sem formidável dispêndio de energia nervosa, leva-os a evitar as causas de emoções sucessivas, que podem perturbar o equilíbrio da sua estase afetiva; são, por isso, amantes da ordem, apegados aos seus objetos, ligados a família, a terra, a profissão, aos preconceitos sociais e religiosos.

Vivem sua vida ansiando pela paz do ambiente e, por isso, odeiam as mudanças, os progressos, tudo quanto lhes possa perturbar a calma e exigir aumento da tensão tímica.

Distinguem-se dos síntonos pelo caráter súbito dos seus estados irritados e porque a sua aderência ao ambiente é, antes, fruto de um compromisso para poupança da energia afetiva. No entanto, mesmo nos períodos de êxtase, não são indiferentes, como os esquizóides; adaptam-se as anfractuosidades da vida exterior, aderem viscosamente ao ambiente, contanto que não sejam obrigados a aumentar a intensidade das reações de sentimento.

Traço característico lhes é o narcisismo, essa forma primitiva da libido voltada para o próprio indivíduo. Preferem, por isso, ser reverenciados a prestar homenagem a outrem; e se se mostram secos ou respondem desabridamente aos carinhos, é que desejam poupar-se a emoção ou que o afeto dirigido para si próprio aumentou de tensão com as blandícias alheias.

Aos poucos, porém, percebe que o meio evolui rápido demais, para que possa ele acompanhá-lo. Outros recebem mais atenção dos mestres, outros celebram triunfos, pois que se não poupam as emoções. Tornam-se então intimamente revoltados; a aderência ao ambiente começa a ser-lhes penosa, e concentram-se, mais viscosos ainda, até que um ato de rebeldia lhes proporciona a descarga necessária.

É difícil, no momento atual, abstrair das causas orgânicas que possam intervir nesse temperamento. No entanto, o cultivo do narcisismo e, talvez, os traumas emotivos do complexo de castração entram — não há negá-lo — na gênese desses rebeldes.

## **Os Emburrados**

Entram, na sua maior parte, na classe dos esquizóides de Kretschmer, dos autistas de Bleuler. Diz este (no tratado de Aschaffenburg): "O autismo é o exagero de um fenômeno fisiológico. Há um pensamento autístico normal, que não presta consideração alguma a realidade e que, na sua orientação, é dirigido pelos afetos".



O autismo é o responsável pelo caráter desses meninos emburrados, voltados para dentro de si, que apenas diferem dos apáticos, já estudados, pela soma de iniciativa que ainda possuem. Na esfera patológica, lembram a recente criação dos esquizómanos da escola francesa, mas são normais, tanto quanto é permitido conceber a normalidade.

A eles se aplica o conceito de Jung sobre a esquizofrenia, cujo negativismo se faz mais de resistência do que de ambivalência. São negativistas, mas o emperro e o emburramento se demonstram mais patentes quando é necessário resistir a solicitação estranha e desagradável ao Eu.

Narcísicos a seu modo, não raro se descuidam, porém, do traje, do aspecto externo que possam oferecer ao ambiente; este pouco lhes importa, a não ser para dele tirar a soma de prazer bastante para o equilíbrio das tendências.

Todos os conhecemos: a primeira contrariedade, a primeira recusa, ao primeiro conflito com o mundo exterior, retraem-se na concha, como o caracol. Emperram, calam-se ou respondem por monossílabos; negam-se a andar, negam-se a comer. Toda violência empregada contra eles é contraproducente; aumenta o conflito com a ambiência e intensifica a reação negativa.

No entanto, não se isolam fora das crises; e, uma vez que lhes satisfaçam as fantasias, não se negam ao contato dos circunstantes, antes buscam no meio quanto lhes possa ser agradável. Chama-lhes Pfister centripetais, abrangendo nessa denominação outros traços de caráter.

Não é exagerado, porém, esse centripetalismo; não são grandes egoístas, mas o próprio fato de, por vezes, darem alguma coisa de si representa o desejo de maior retribuição.

Cumpra lisonjear-lhes a vaidade íntima, para bem viver com eles; contudo, não têm explosões de cólera nem atos impulsivos: isso seria um conflito fatal para o afetivo que eles porfiam em manter.

### **Os Reclamantes**

É a classe mais perigosa dos rebeldes. Cheios de si, amantes do seu Eu, são homossexuais na sua maior parte, ainda quando não tenham realizado essa tendência.

Vê-los-eis rebelados contra ordens recebidas, reclamantes sobre notas e prêmios. Falam muito de si e, naturalmente, dizendo bem: "contam vantagem", segundo a linguagem popular.

Corresponde-lhe o caráter paranóide, feito de egocentrismo e fundado na resistência ao reconhecimento de uma inferioridade derivada do complexo anal e, talvez, do complexo de castração.

O analerotismo foi bem provado nos paranóicos por Freud, Ferenczi e Maeder e entra, via de regra, na gênese desses reclamantes egoístas e ególatras, que encontramos até mesmo entre as crianças.

O erotismo anal, já o fizemos notar, dá a criança a concepção do instinto sexual com a dupla polaridade — atividade e passividade, sem distinção de sexos. Essa ambivalência favorece, de um lado, o sentimento passivo de inferioridade que o paranóide recalca e que, por outro lado, busca contravir com a exteriorização de uma atividade fictícia.

Como sucede toda vez que o indivíduo resiste a uma fase da sexualidade, dá-se, como conseqüência, a regressão a fase anterior, que, no caso, é o narcisismo; isso explica a egolatria e o egocentrismo desses indivíduos.

Contudo, como lhes existe no íntimo aquele sentimento de inferioridade, e como a homossexualidade, ainda que latente, prepondera, basta uma palavra mais severa para que se lhes desfaça o aparelho de agressão; reconhecido no contendor o parceiro ativo, abdicam eles próprios da atividade e entram a representar o papel contrário.

Esse é o segredo da vitória de muita frase enérgica, que representa menos a coragem da autoridade do que a pusilanimidade do rebelde.

### Os Teimosos

A teima representa, muita vez, uma falha da atenção ou da memória. A criança age, então, automaticamente, a despeito da proibição que acaba de ser-lhe feita. Movida por um impulso interior, talvez porque um complexo a impedisse de atentar na palavra do mestre ou lhe impôs o recalçamento da idéia, continua a criança a praticar o ato vedado ou reincide na falta, arrependendo-se, após, de havê-lo feito.

Os impulsivos, pelas razões expostas a seu respeito, podem ser levados a transgredir a ordem dada, perseverando no erro.

Entre os emburrados, alguns são teimosos, pelo mesmo mecanismo já descrito; e os esquizóides, em geral, podem cumprir atos estereotipados, determinados pelo seu próprio autismo.

O autismo normal faz-nos, muita vez, cantarolar um dia inteiro a mesma frase musical; e é bem compreensível que as crianças sejam vítimas desse mesmo fenômeno, que desafia, por vezes, toda a censura.

É necessário estudar a origem da teima; nem todos os teimosos são iguais.

### Os **Distraídos**

Da mesma sorte se explicam os distraídos, que em várias classes já descritas se podem incluir.

### OS MENTIROsos

Não estamos convencidos de um caráter mitômano; antes nos parece que a mentira infantil pode dar-se:

a) por impulso, b) por timidez, c) por fantasia, d) por cálculo.

Mentem por impulsão certas crianças, quando nem mesmo há causa aparente para tal mentira; e se alguém lhes opõe contestação, firmam-se no que disseram.

É comum, na prática psicanalítica, ver o doente negar a idéia associada que lhe veio a mente. Exprime, então, a idéia sob a forma negativa, ou empregando os advérbios não nunca, etc, ou dando-lhe denominação oposta a verdadeira. Os analistas estão habituados a ouvir essas mentiras; sabem que tal idéia tocou o complexo recalcado e que, do inconsciente, veio representar-se no consciente, embora deformada pela ação da censura, sob a forma antitética ou sob a forma negativa.

São assim as mentiras dos impulsivos, toda vez que, roto o seu equilíbrio afetivo, se dá uma daquelas descargas tendentes a recuperar o equilíbrio.

Mentem as crianças tímidas, ou porque as emocione um fato associado ao complexo e se lhes desperte do castigo, ou porque o estado de necessidade de punição as leve a acusar-se a si próprias.

Mentem quase todas as crianças por fantasia. O autismo infantil, maior do que o do adulto, leva a criança a invenções imaginárias, proporcionalmente mais ricas do que as criações de arte do homem desenvolvido. Vede uma criança a brincar com um pedaço de pau (o exemplo é de Bleuler) e a figurar no bloco informe as imagens mais variadas; um homem, uma casa, uma locomotiva... É a sublimação da libido que, desviada do objeto amado, assim se transforma, por associações de idéias, em expressões permitidas pela censura.

Essas fantasias podem passar do domínio dos brinquedos para outros domínios, e a criança conta um fato mentiroso como se contasse um sonho. Da mesma maneira que certos sonhos causam a impressão da realidade, ao ponto de hesitarmos entre o seu caráter de sonho e o de fato real, assim também a fantasiosa mentira infantil pode incorporar-se no inconsciente, tomando aspecto de verdade.

Mentem também por cálculo as crianças, como os adultos. A civilização, "estufa de neurose", impõe-nos uma série de mentiras, necessárias para transferir o impulso da nossa libido, demasiadamente animal. Leis e costumes, códigos e convenções criaram essa censura tirânica que nos produz a repressão, o deslocamento, a deformação, a transferência e quantas metamorfoses por que passa a idéia, desde o seu nascedouro, no inconsciente, até o transformar-se em gesto ou palavra.

É bem compreensível, pois, que a criança, embora ainda em evolução a censura, minta por cálculo deliberadamente para atingir o seu fim libidinal, em obediência a atração do prazer.

#### OS MEDROSOS

Distingue Freud o medo, o pavor e a angústia (*Jenseits des Lustprinzips*). "A angústia — diz ele — pode ser definida como um estado de espera do perigo, de preparo para o perigo conhecido ou desconhecido; o medo exige a presença de determinado objeto que o determine; o pavor é o estado provocado por um perigo atual, para cujo advento não se estava preparado; caracteriza-o, especialmente, a surpresa".

O medo infantil tem, para Freud, sua origem na ausência da pessoa amada. "Por isso, aproximam-se dos estranhos com medo; e ficam medrosos na obscuridade, porque não lhes permite esta ver a pessoa amada; só se lhes abrandam esse medo quando podem tomar a mão dessa pessoa". (Drei Abh. z. *Sexualtheorie*)

A angústia das crianças medrosas, assimila-a o mestre de Viena a ânsia dos amorosos cuja libido não foi satisfeita.

Às vezes, o medo infantil toma o caráter de verdadeira fobia, como nos casos dos pequenos Hans e Kurt, psicanalisados, respectivamente, por Freud e G. H. Graber. Um fato desagradável ocorrido com um animal (grunhido, agressão), a simples advertência enfática dos adultos sobre o perigo do contato com os animais ou ainda a assimilação que as crianças podem fazer de certos animais com os pais (em relação ao complexo de Édipo) — eis o que, na maior parte dos casos, pode causar essas fobias.

É interessante o paralelismo dessa assimilação com a instituição primitiva do totem, que é sempre um animal sagrado, temido e venerado, odiado e respeitado e que nada mais significa, afinal, do que a representação do chefe do clã, ou seja, do pai.

Não pretende este ensaio ser um estudo completo, nem mesmo uma classificação de temperamentos, como está tão ao sabor da atualidade. Tomamos por ponto de partida vários dos aspectos pelos quais se apresenta o aluno ao mestre e tentamos estudá-los de acordo com a prática psicanalítica, com o concurso de obras da escola freudiana e com a referência de psiquiatras modernos, embora não nitidamente filiados a corrente do sábio vienense. Nove anos de estudo da psicanálise e quatro de prática do método de Freud autorizam-nos a alguns juízos próprios.

#### CONCLUSÕES

1<sup>o</sup>) É necessário interessar o professor no estudo da psicanálise. Lidar com espíritos infantis, sem lhes conhecer o mecanismo, é perigoso e improficuo. A psicologia clássica não basta para esclarecer o mestre.

2<sup>o</sup>) Dada a profunda influência da sexualidade na formação e operação da psique infantil, não é justo que a educação se furte ao lado sexual da vida e repila simplesmente como imorais as manifestações e os conhecimentos sexuais. Urge fazer a educação sexual.

3<sup>o</sup>) A sexualidade já se vem formando antes do período escolar. É necessário que os pais conheçam a teoria de Freud, de maneira que possam evitar aos pequeninos, tanto possível, esses conflitos emotivos que vão constituir os complexos, fontes dos desvios de caráter e origem das neuroses. É necessário vulgarizar a psicanálise.

4<sup>a</sup>) Do que está exposto acima, se verifica que a diversidade de caracteres merece educação diversa. Resumindo os caracteres, segundo o conceito tópico da localização da libido — narcísica, oral, analerótica, genital —, que se tenha em vista o método psicanalítico na educação desses quatro tipos, manejando-os diversamente.

## A PSICANÁLISE NA EDUCAÇÃO

Deodato de Moraes

Associação Brasileira de Educação

A psicologia clássica tem nos ensinado que a capacidade humana se acha compreendida nos limites da consciência; fora dela, tudo é obscuro e intangível. Todos os nossos poderes mentais, bem como todas as nossas sensações e todos os nossos sentimentos, de nada valem se não recebem a aura divina do consciente.

A consciência, juiz interior do bem e do mal, é a alma, contente ou descontente, de nossas ações. Se nos sacrificamos ao dever, a exultação da consciência nos indeniza; se o violamos, a consciência triste nos faz de antemão pagar a transgressão...

Ditoso o culpado que atende ao brado salutar da sua consciência! O remorso pode repô-lo na felicidade, reconduzi-lo a virtude pelo arrependimento. (Descuret)

Mas... a psicologia clássica vai perdendo, pouco a pouco, o seu prestígio. Leibnitz já emitia e proclamava a idéia de que há energias e atividades mentais num plano estranho a consciência ordinária. Lewes chega a dizer:

O ensino dos psicólogos mais modernos é que a consciência forma uma pequena parcela do total dos processos físicos. As sensações, idéias e juízos inconscientes são considerados como representando papel importante em suas explicações. É perfeitamente certo que em toda volição consciente — todo ato é caracterizado como tal — a maior parte dela é totalmente inconsciente. É igualmente certo que em toda percepção há processos inconscientes de reprodução e inferência — há uma distância média de subconsciência e um fundo de inconsciência.

Mandsley acrescenta:

Examinai cuidadosamente e sem opinião formada as ordinárias operações mentais da vida, e com toda certeza descobrireis que a consciência não ocupa a décima parte da função mental que comumente se presume ocupar. Em todo estado consciente estão em ação energias conscientes, subconscientes e infraconscientes, as últimas sendo tão indispensáveis como a primeira.

William Hamilton vai além, afirmando que aquilo de que somos conscientes é formado daquilo de que não somos conscientes — que, com efeito, todo o nosso conhecimento é feito do desconhecido e incognoscível.

Freud, autor da psicanálise, com a sua teoria tópica (câmara e antecâmara), dá a questão um aspecto mais compreensível e, com a representação do seu aparelho psíquico, demonstra, cientificamente e de modo irrecusável, a existência de três mundos mentais distintos: o inconsciente, o pré-consciente e o consciente.

O inconsciente é, ele o diz, o psíquico em si mesmo e sua essência real. A ação do inconsciente afeta constantemente, por meios múltiplos e sutis, a nossa vida quotidiana, nosso

caráter, nossos julgamentos e nossa conduta. E notável a falência total de nosso pensamento lógico e consciente que se manifesta nos fatos tão freqüentes dos nossos esquecimentos, aparentemente inexplicáveis, nos lapsos de linguagem, nos erros de escrita, nas falhas de memória e outras bizarras de nosso espírito.

Em conflito permanente com os preceitos da moral e da lógica, inibida em seus movimentos, regressadas as suas fases primitivas, reprimidas ou recalçadas no seu dinamismo e em sua topologia, censuradas em seus efeitos, afastadas afinal da consciência sem poderem atingir o seu fim imediato, as tendências inconscientes desfiguram-se e mascaram-se em processos conscientes. E a maneira por que se estabelece esse "compromisso" é que depende, em grande parte, o desenvolvimento e a harmonia mental do indivíduo nas fases ulteriores de sua existência.

Quando a transformação se efetua de acordo com as exigências da realidade exterior e os ideais conscientes, ela representa um lucro formidável para o progresso da civilização e da cultura. No estado normal, uma parte limitada das tendências primárias inconscientes sofre uma modificação relativamente ligeira e aparece no adulto sob a forma de atividades sexuais e outras; os processos puramente mentais que mostram, da maneira mais notável, as características do tipo primário são aqueles em que a imaginação representa um papel preponderante: sonhos e fantasias. Entre estes dois extremos encontram-se todas as transições possíveis, entre as quais são de salientar os sintomas neuróticos — expressões diretas de transformações incompletas e insatisfeitas e, sem dúvida, a solução mais inofensiva do conflito sob o ponto de vista social — e a sublimação, onde os produtos da imaginação compensam os desejos. No estado anormal, isto é, quando as exigências da realidade tornam-se duras por demais, a ponto de a vida se transformar em pesado fardo, as atividades mentais da pessoa manifestam uma tendência a regressar ao tipo primitivo, com todas as suas graves conseqüências. A animalidade que domina nestes casos o indivíduo força a afastá-lo da consciência social em benefício da própria coletividade.

Freud já demonstrou, com uma precisão impressionante, que um grande número de processos mentais até agora incompreensíveis, tais os sonhos, a inspiração, a fantasia, os erros, os lapsos, etc, estão diretamente ligados a afetividade inconsciente. O afeto apresenta, assim, uma noção nitidamente quantitativa na doutrina da psicanálise. Ele não é, como entre os clássicos, uma simples qualidade ou variedade dos elementos psíquicos; é uma quantidade variável, deslocável, que pode se aplicar com maior ou menor aderência a tal ou tal sistema particular de complexos, derramar-se muito desigualmente sobre as principais constelações formadas pela sua reunião, passar de um a outro.

O que caracteriza, porém, a doutrina do sábio professor vienense é o fato de se verificar, a medida que se penetra no psiquismo inconsciente, como sendo de natureza primitivamente sexual a maioria dos complexos, mas de tal forma desfigurados na sua aparente significação que é impossível compreender, e mesmo supor, o domínio que eles exercem na vida corrente.

Ora, a psicanálise, fazendo deslocar o poder mental da consciência para a inconsciência, abre campo vastíssimo a indagações infantis as mais extraordinárias, indagações de um valor imenso, sob o ponto de vista educativo.

Realmente, a questão sexual, se prendendo a todos os atos infantis, constitui o espelho onde se reflete o inconsciente, determina um caminho claro e firme a seguir, pelos pais e pelos mestres, na adaptação do novo ser as exigências do ambiente. As várias tendências manifestadas, ora num, ora noutro caso, facilitam o trabalho de guiar a criança de acordo com o princípio da realidade, evitando os choques e contra-choques tão comuns na educação atual e de conseqüências quase sempre funestas para o futuro.

Longe de serem reprimidas, recalçadas, substituídas, as tendências inconscientes infantis devem ser orientadas, dirigidas, canalizadas.

Longe de proibirem-se e desviarem-se das crianças as atividades sexuais infantis, na esperança ilusória de tornar sua vida assexual, longe de se continuar a mentir conscientemente sobre este assunto, criando no incipiente espírito a dúvida, a ilusão, o desejo, a neurose, cumpre ser honesto e leal e evitar toda excitação.

Embora de encontro aos preconceitos da época, é necessário dizer: qualquer que seja a idade da criança, não lhe devemos mentir em matéria sexual.

O prejuízo, direto e indireto, que se causa a criança dando respostas mentirosas as suas perguntas relativas a vida sexual, sob o falacioso pretexto de que é melhor adiar conhecimentos, este prejuízo, dizemos, é incontestavelmente grande e deve ser considerado como uma das principais causas das neuroses da vida ulterior. É bom, contudo, nada dizer sobre este assunto as crianças enquanto elas não manifestarem o desejo espontâneo de saber, de indagar; mas, desde que sua curiosidade é despertada e se manifesta por perguntas, mais ou menos desconfiadas, deve-se invariavelmente ensiná-las com toda simplicidade.

Quando um pequeno, atingida a idade de quatro ou cinco anos, não faz referências espontâneas as questões sexuais, deve-se desconfiar, porque é possível ter eleja logrado compreender, na atitude dos pais, que é este um domínio de aproximação interdita; agora, mais imperiosa se torna a revelação, que exige grande prudência e fino tato.

A respeito da iniciação sexual na escola, é de crer, pelos motivos expostos, sereia mais delicada do que se pensa, salvo fazendo parte do ensino de anatomia e de fisiologia. Sem dúvida, o educador não deverá perder a oportunidade de fazer explicações individuais, mas dirigir-se a classe seria de um efeito desastroso. Mesmo na iniciação individualizada, seria conveniente entregar o problema ao médico amigo da família, pois nem todo mestre terá o dedo necessário para tocar em assunto tão delicado.

Freud acha que os sonhos são uma expressão disfarçada de processos psíquicos profundos, extremamente significativos, revelações diretas, mas veladas, de desejos inconscientes. Resultante de um compromisso entre a tendência do sono e o desejo, o sonho, em vez de ser um perturbador, é um guarda, um protetor do próprio sono.

O sonho das crianças revela bem o seu duplo caráter de expressão de desejos e garantia do sono. A criança que dorme com vontade de comer um doce ou uma fruta quase sempre sonha que está comendo o doce ou a fruta apetecida.

Os sonhos infantis são breves, completos, claros, coerentes, não equívocos, facilmente inteligíveis. Verdadeiramente infantis são os sonhos que abrangem a idade até os 4 ou 6 anos, se bem que, com este aspecto, se apresentem alguns sonhos entre as pessoas crescidas. A deformação se observa, porém, muito cedo, havendo casos em que sonhos de crianças de 5 a 8 anos se apresentam com todos os caracteres dos sonhos mais tardios.

A nosso ver, não seria tempo perdido aquele em que os educadores fizessem observações sobre os sonhos dos discípulos, pois estamos certos de que estes orientariam não só o estudo dos desejos, das inclinações, das vocações, do caráter das crianças, como determinariam uma aplicação menos empírica dos métodos e processos de ensino, tanto sob o ponto de vista físico como intelectual e moral.

Outro campo vastíssimo de curiosas observações para a educação em geral é o da simbologia.

Ligado aos sonhos das pessoas crescidas, constituindo mesmo fator de deformação de grande monta, o símbolo é a alma da fantasia, dando-lhe vida e graça. O seu conhecimento leva a conclusões bem mais precisas do espírito humano, conclusões dignas de atenção não só sob o ponto de vista moral e social, mas estético, político, científico e mesmo religioso.

Nos contos, nos mitos, nas lendas, nas farsas, nas facécias, no folclore, isto é, no estudo dos costumes, usos, ditos, provérbios e cantos dos diferentes povos, na linguagem poética e na linguagem comum, o educador encontra fontes poderosas de fixação e de regressão de energias sexuais que convém, a todo custo, evitar. É por isso que a psicanálise condena o uso milenário de se darem as crianças os contos de fadas, as lendas, os mitos, tudo aquilo que possa despertar as fontes hereditárias dos instintos sexuais. Por que, de fato, despertar a fera que dorme? Por que abrir brecha para a fuga das tendências inconscientes? Não será preferível evitar a tentação e o renascimento de impulsões já acalmadas pelo próprio princípio instintivo da realidade?

Diz o doutor J. Porto-Carrero:

A intervenção do maravilhoso, já nos fantasiosos contos de fada, já nas exóticas lendas do Papai Noel e quejandas, faz que mais tarde o indivíduo espere muita coisa da parte do milagre, do imprevisto, da providência divina, dos sortilégios e feitiçarias, dos azares do jogo..."

Todas as impulsões inconscientes podem ser orientadas, dirigidas para fins morais e lógicos, de acordo com as necessidades do ambiente. É a isto que se chama sublimação.

A sublimação é, pois, o processo pelo qual a energia mental é desviada de certos interesses primitivos, associais e indesejáveis, de impulsões sexuais interditas, para ser concentrada sobre interesses não sexuais e socialmente aceitáveis e satisfatórios.

Se bem que a sublimação seja um processo inconsciente, isto é, se efetue sem que o sinta o indivíduo, não deixa de ser verdade que ela pode receber influências do ambiente, isto é, sofrer, em parte, a ação estimulante da educação.

Os instintos primários do inconsciente, embora indesejáveis a primeira vista, devem ser considerados como os materiais brutos da vida, suscetíveis de darem nascimento tanto ao



bem como ao mal, segundo a forma do seu desenvolvimento. O que importa é, assim, menos a natureza da origem de uma tendência dada que a maneira de ser utilizada esta fonte de energia.

Sob o ponto de vista educativo, a sublimação apresenta uma importância extraordinária, capital: ela é o processo característico mais da mentalidade infantil que da mentalidade adulta. Toda sublimação que se produz na vida adulta não é senão uma fraca cópia do que se passa, em vasta escala, durante a infância, sobretudo durante os primeiros anos da vida.

Longe de suprimir ou substituir tendências, cabe a educação utilizar diferentemente a mesma energia, canalizando melhor os desejos e os interesses fundamentais.

A psicanálise demonstra que processos análogos aqueles que presidem as questões de ordem geral, como, por exemplo, a escolha de uma profissão, dirigem interesses mais estreitos e mais específicos da vida infantil. O gosto com que a criança estuda matérias como a História, a Geografia, etc, e os resultados que ela obtém destes estudos dependem, em grande parte, do aspecto por que lhe são apresentadas estas matérias pela primeira vez e da força de associação destes aspectos aos interesses já existentes em seu espírito. Por outro lado, a dificuldade especial que um menino encontra em assimilar um assunto dado depende, muitas vezes, contrariamente a opinião corrente, não de uma certa incapacidade que ele tem pelo assunto em questão, mas das inibições que, partindo de um interesse mais antigo com o qual o assunto formou uma associação secundária, fazem com que a afetividade inerente aquele se encontre deslocada para este, com todas as dificuldades e todos os conflitos que esta afetividade comporta. Daí se concluir que um conhecimento mais completo dos interesses e das tendências das crianças é suscetível de nos fazer entrever métodos de educação de vantagens duplas: a de nos permitir ligar as tendências já existentes e a de permitir analisar os interesses primários, utilizá-los para fins pedagógicos e sociais com uma eficácia muito maior que aquela que se obtém com os métodos empíricos atuais.

Debaixo deste postulado, a psicanálise resolve também o problema tão debatido do ensino coletivo e do ensino individual.

Nosso sistema atual, que consiste em impor a todas as crianças, exceção daquelas manifestamente atrasadas, o mesmo adiestramento intelectual, é talvez muito menos nefasto que nosso hábito, ainda mais inveterado, de impor, sob a ameaça de graves penalidades, uma regra uniforme de conduta moral e social.

A experiência nos ensina, diz Jones, que as formas que a sublimação de uma tendência pode revestir apresentam uma certa estereotipia e, como o número de tendências primárias é limitado, segue-se que os resultados da sublimação devem parecer-se muito entre um grande número de indivíduos.

Realmente, embora em teoria os efeitos da sublimação possam apresentar variações infinitas, verifica-se, entretanto, na prática corrente, que vias análogas são seguidas num grande número de casos, sobretudo quando o ambiente é o mesmo.

O problema da reeducação é também resolvido pela psicanálise, e de maneira especial, segundo se trata de um louco, de um perverso, de um delinqüente ou de um indivíduo atingido de outra qualquer tara moral ou social.

Três principais fatores intervêm para imprimir a sublimação uma orientação boa ou má: a força das tendências inconscientes originais, a intensidade das forças repressivas e as circunstâncias exteriores.

Com relação ao primeiro, cabe dizer que, apesar de nos considerarmos impotentes para diminuir a força das tendências primitivas, estamos em condições de impedir seu esforço e sua intensificação ulteriores. A fórmula aconselhada é a seguinte: evitar a excitação em geral e as excitações específicas em particular.

Quanto ao segundo, cumpre que o erro, o mais geralmente cometido em nossos dias, é o da repressão excessiva. Exige-se da criança, muito cedo e de maneira muito rigorosa, conformar-se as regras de conduta e a maneira de sentir do adulto. Se se desse a criança mais liberdade, se se tivesse com ela mais paciência, se se confiasse, enfim, mais em sua aptidão em renunciar por si, progressivamente, aos hábitos infantis incompatíveis com nosso ideal da vida adulta, seu poder de sublimação se exerceria de maneira mais eficaz e com menos tropeços que atualmente.

O terceiro fator, constituído pelas circunstâncias exteriores, mais ou menos favoráveis a sublimação, é o de menor importância para nós, embora aqueles que não se acham familiarizados com a psicanálise o considerem de um valor capital.

Teoricamente, tudo parece fácil, mas sob o ponto de vista prático o caso se complica extraordinariamente. De fato, é excessivamente difícil, senão impossível, prever a direção particular, entre tantas direções possíveis, que cada caso pode tomar. A direção vem, por assim dizer, de dentro e não de fora; todas as vezes que se procura dar a sublimação uma orientação diversa as suas naturais impulsões, uma forte barreira se levanta a livre manifestação dos interesses, dos sentimentos ou da energia. As circunstâncias exteriores tornam apenas possível um grande número de direções; devemos respeitar, porém, as tendências, nos abstendo de uma interferência ativa. É antes preferível permitir o desenvolvimento natural da sublimação, assegurando-lhe as condições favoráveis, do que provocar esta sublimação por intervenção ativa e tanta vez extemporânea.

Questões várias se resolvem na escola, levando em conta os princípios diretrizes da sublimação, e seria longo o tempo a ocupar em um simples resumo de tese na defesa da psicanálise como ciência de alta relevância educativa. Longe não está, sem dúvida, o dia em que se exigirá de cada pedagogo uma certa familiaridade com a estrutura e o modo de funcionamento do espírito inconsciente; só este estudo dará um conhecimento bem profundo da alma da criança e resolverá a contento uma série muito grande de problemas educacionais até hoje insolúveis. Nesse dia se erguerá um monumento a psicanálise; e é para esse monumento que vimos hoje trazer a nossa modesta contribuição.

O ENSINO DA GEOGRAFIA — NECESSIDADE DE UMA  
REFORMA DE PROGRAMAS E MÉTODOS

Renato Jardim

Em congressos da natureza do que, sob tão promissores auspícios, ora se realiza na bela e pitoresca Curitiba, idéias novas a serem examinadas, "comunicados" que instruem sobre fatos não ainda divulgados e "teses" de cunho original devem ocupar as atenções. O "ensino da Geografia" é assunto velho e por demais conhecido, e tão seguros se acham da excelência dos seus programas e dos seus métodos os que entre nós o professam, que constituirá estranhável ousadia, senão rematada estultice, formular, sobre matéria tal, tese com que tomar precioso tempo a uma rápida reunião de professores a que sobejam assuntos a debater. Os programas dessa disciplina estão, desde época remota, definitivamente traçados, e mesmo já cristalizados pelo tempo os respectivos processos didáticos... Não há sobre a terra quem os desconheça e não se ache habilitado para os bem aplicar; manuais por onde o ensino se oriente, em toda a graduação escolar, enxameiam profusos em repetidas edições "corretas e aumentadas".

Que, pois, justifica trazer como assunto a esta conferência o ensino da Geografia?... É que não é Geografia o que por tal se ensina nas nossas escolas.

De algum tempo a esta parte, algumas vozes esporadicamente se têm erguido contra o erro palmar que longa e sistematicamente vêm cometendo os nossos cursos escolares, públicos e privados, quanto ao "que" e ao "como" neles se ministra sob o pomposo nome de Geografia. De nulo ou quase nulo efeito tem sido esse clamor. O próprio conceito — no magistério e fora dele—sobre o que verdadeiramente seja a Geografia está por formar entre nós.

Sucedem-se os congressos de ensino e os próprios congressos de Geografia; advêm, umas sobre outras, as reformas de instrução; discutem-se e remodelam-se programas; recrudescem por toda parte, em refinado zelo, a propósito de todas disciplinas, o interesse pela metodologia; e a concepção da ciência geografia continua em atraso de meio século; e os programas escolares, nessa matéria, do mais elementar ao mais graduado curso, são ainda os mesmos com que na infância ou na adolescência se defrontou o nosso sexagenário de hoje; e os compêndios em voga, moldados por esses programas, retratam na orientação a que obedecem os manuais com que os nossos velhos, nos bancos escolares de outrora, enfararam a Geografia; e o método de ensino—de papaguear inúteis definições e de indigestamente decorar nomes sobre as páginas de um livro ou sobre a superfície sarapintada de um mapa — é ainda e sempre o precioso método que faz excelente professor de Geografia um semi-analfabeto.

Daí, dessa cristalica resistência do nosso errôneo conceito sobre a ciência geográfica e dessa deplorável e pertinaz constância em absolutos métodos de ensino, a necessidade *áoclamata* *ne cesse*, o imperioso dever para congresso da natureza deste, de agitar a estagnação em que há meio século repousa a nossa Geografia escolar e de, por esse modo, cooperar para uma reforma

na orientação de programas e de processos didáticos, de promover a propaganda contra um estado de coisas que, nocivo para o ensino, é, de mais a mais, vexatório para nós. Nenhum país do mundo, seja Suíça ou Argentina, Estados Unidos ou França, Alemanha ou Japão, Suécia ou Confederação Sul-Africana, dá guarida nas suas escolas ao que, por ensino da Geografia, nas nossas se ministra...

#### DESAPREÇO PELA GEOGRAFIA

É conhecido o desprezo que entre nós existe pela Geografia como disciplina escolar, e é esse desprezo explicável, senão justificável. Cada brasileiro não analfabeto teve a sofrero ensino da Geografia nos bancos escolares. Enfartou-se da massa indigesta de nomes rebarbativos e de indigestas definições. Ficou-lhe da Geografia o conseqüente enjôo pelo restante da vida e uma falsa noção do objeto que ela estuda.

Apenas alguns espíritos com natural pendor para estudos geográficos conseguem mais tarde vencer a repugnância que a escola por eles lhes criou e formar deles, então, conceito mais verdadeiro. É geralmente em contato com outros departamentos da ciência — a Geologia, a Meteorologia, a Etnografia, a Biologia, etc. — que descobrem eles e reconstituem a Geografia que a escola lhes sonegou. São, no assunto, autodidáticos puros, em regra diletantes, de cujo meio provêm os fundadores e mantenedores dos nossos "institutos geográficos", cuja existência e cuja ação infelizmente não têm tido influência alguma sobre a orientação do ensino da matéria no País.

Em tais condições, é natural o despreço em que é tida a Geografia. Começa-se por ignorar o que a Geografia é, qual o seu objeto, quais os seus métodos. Faz o resto a finalidade com que se organiza o ensino no País — preparar candidatos as escolas profissionais superiores, para o que importa pouco uma dose mais, uma dose menos de Geografia. No ensino secundário, ajustam-se os programas a um antiquado e errôneo conceito do objeto da ciência geográfica. No ensino primário, moldam-se eles, com redução da medida, pelos da escola secundária. As próprias escolas técnico-profissionais não têm programa seu. Os nossos cursos comerciais — que aliás não se livram ao prurido bacharelesco—utilizam na Geografia programas e compêndios das escolas de preparatórios.

Cumprido, pois, reformar entre nós, sobretudo no magistério, o conceito da Geografia; com ele, o ensino da matéria—desde o mais elementar—na orientação dos programas, nos manuais, na processuação das lições. Será a reabilitação de uma das mais úteis e educativas disciplinas, reduzida entre nós a coisa indigesta e perpetuadora de processos didáticos da escola colonial.

#### UMA LENTA EVOLUÇÃO

A Geografia, tal como hoje constituída, não surgiu de golpe, feita e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter. Antes, é fruto de lenta evolução através dos séculos, apropriando-se ela, para a integração do seu domínio, de fatos de toda sorte, desvendados por outros departamentos da ciência no diuturno avanço das suas conquistas.

Se atentarmos para essa evolução, para determinado e interessante aspecto, teremos aí a chave da questão, para nós ainda não solvida, da velha e nova Geografia. Referimo-nos ao fato, visível em todas as etapas dessa evolução, da desassociação em que, lado a lado, se desenvolveram os dois distintos ramos da ciência geográfica, a "Geografia Geral" e a "Geografia Regional", entendidos estes termos na sua verdadeira acepção. Somente quando cessa essa marcha paralela e antinômica e se fundem os dois ramos em um só tronco, surge definitiva a Geografia, una e coerente, com as características de ciência autônoma, com o seu significado completo e preciso, com os seus métodos próprios.

Não caberia aqui expor, ainda que em traços ligeiros, a evolutiva formação por que passou a Geografia através de milênios. Nem me perdoaria que o fizesse a longanimidade do auditório. Digamos apenas o suficiente para tornar clara a distinção entre os dois ramos de estudos a que vimos aludindo.

Postos de parte estudos de natureza astronômica entre os egípcios e seus predecessores, relatórios de viagens entre os fenícios, é, tanto quanto se conhece, entre os antigos gregos que a Geografia aparece. Homero, nas descrições dos seus poemas, Thales de Mileto e Ctesias, nas suas obras imorredouras, Aristóteles, o gênio sistematizador por excelência, e, mais tarde, os sábios da portentosa Escola Alexandrina faziam Geografia. Pois bem, desde esses remotos tempos, duas divorciadas tendências se revelam nos estudos geográficos, concorrendo para a formação dos dois aludidos ramos, correspondendo um aquilo que mais tarde se convencionaria chamar "Geografia Geral", outro ao que se denomina "Geografia Regional", a primeira das quais, de feição especulativa e sistematizadora, encarando o globo terrestre no seu conjunto e os fenômenos da física terrestre na sua interdependência, e a segunda ocupando-se mais diretamente do homem e do fruto da sua atividade, mas descritiva somente, de feição literária, por vezes recheada de fábulas.

Assim é que Heródoto, antes historiador que geógrafo, representa a tendência para a Geografia Regional, meramente descritiva; Thales e Aristóteles, cientistas e filósofos, obedientes ao senso de causalidade no encarar os fenômenos e tentando prematura sistematização científica, representam a tendência especulativa e generalizadora do outro ramo.

Entre os romanos, cujo espírito utilitário e ação expansionista deviam influir principalmente para o desenvolvimento do ramo descritivo, encontram-se, contudo, as duas divorciadas ordens de estudos. Strabão representa a tendência para a Geografia Descritiva, enquanto que Ptolomeu, embora quase se atendo aos assuntos de ordem matemática, corresponde a tendência para a Geografia Geral.

Durante a Idade Média, a Geografia quase desaparece. Substituem-na "guias itinerários" e narrativas fabulosas sobre estranhas ou mal entrevistadas regiões. Apenas os árabes se ocupam de assuntos dela, concorrendo — como aliás no tocante a toda a ciência — para a ressurreição geográfica, recolhendo do rico espólio das civilizações passadas e condensando em fusos relatos os conhecimentos colhidos nas vastas expedições através do Velho Continente.

Reaparecem, porém, no século XIII, os estudos geográficos, com eles as duas divorciadas correntes — uma representada em Rogério Bacon, outra na célebre narrativa de viagem de Marco Polo.

Nos séculos seguintes, de assinalado progresso nas ciências matemáticas, destas se beneficia a Geografia Geral com a redescoberta da esfericidade da Terra, de conhecimento dos gregos no século de Aristóteles; é, entretanto, o ramo da Geografia Descritiva que se desenvolve, favorecida, sobretudo, do fim do século XV em diante, pelos descobrimentos marítimos.

Em meados do século XVI, aparece Sebastião Münster, gênio precursor da moderna ciência geográfica, o qual, sob título de *Cosmografia* publica verdadeiro e valioso tratado geográfico, onde pela primeira vez se esboça, como por virtude divinatória, a fusão dos dois divergentes ramos de estudos, da qual deveria, três séculos mais tarde, sair a Geografia dos nossos dias.

A partir dessa época, acelera-se o progresso dos conhecimentos humanos, notadamente nas ciências físicas e matemáticas. Surge o século de Galileu, de Kepler e Newton, de Torricelli e Pascal. Desenvolve-se a Geografia Matemática. Retomam-se as tentativas dos gregos de medir as dimensões da Terra. Desperta interesse a Geografia Histórica. Reconhecimentos sobre a África, sobre vastas regiões da América e do Pacífico fornecem os espíritos pesquisadores de material abundante para os mais variados estudos. Deles se beneficia sobretudo a Geografia Regional, descritiva. Contudo, exercitam-se concomitante e separadamente as duas supramencionadas tendências. Em 1650, Vernardo Varenius publica o seu tratado *Geografia Generalis*, concebido em vasto plano e sob o espírito de síntese, obra em que mais talvez que na *Cosmografia* de Sebastião Münster se denuncia o propósito da "unificação" geográfica. Não logrou, porém, o belo trabalho de Vernardo Varenius, como não lograra o de Münster, a merecida repercussão, e — na expressão de Martonne — "a obra da renovação da Geografia, cuja oportunidade parecia dever ser a Renascença, tinha fracassado"...

Mas precipitemos o nosso curto retrospecto.

No século XVIII são ainda a Geografia Histórica e a Geografia Matemática que progredem. Corrigem-se erros dos "cosmógrafos". Prossegue-se nas investigações sobre forma e tamanho da Terra. Surge a Geologia, cujos dados viriam trazer novo impulso a formação da nova Geografia. Esta, porém, só se completaria um século mais tarde. Durante longo tempo ainda perdurará o paralelismo das duas tendências, literária e especulativa, e a Geografia se desenvolverá principalmente na sua parte mais abstrata, menos viva e menos "humana".

É no século XIX que se completa a lenta evolução. Organizam-se com amplos recursos expedições sobre todas as regiões do globo, para pesquisas científicas de toda sorte. As ciências naturais têm a sua fase de maior e mais rápido desenvolvimento. Delas brotam novos ramos. A Geologia desvenda segredos do passado da Terra e torna inteligível e cientificamente explicável a fisionomia atual do globo. Ao mesmo tempo — e é de capital importância para a evolução operada — surgem os ramos científicos que mais direta e especialmente se ocupam do homem: a Antropologia e a Sociologia.

São agora profusos os dados geográficos de toda natureza, como que a aguardar o espírito coordenador capaz de os erigir em vasta e una construção científica, realizando a obra antes tentada por Münster e por Varenius. Esse espírito seria Humboldt. É ele quem concebe e aplica aos estudos geográficos o método que destes faria "um todo coerente" e por qual se individualia

a Geografia entre as ciências, íntegra e limitada no seu domínio. Em um certo sentido, é o sistema de princípios do método de Humboldt que cria a síntese geográfica, e é com Humboldt que desaparece o prolongado divórcio entre os dois ramos de estudos e que, pela fusão destes, surge, acabada e definitiva, uma Geografia que as nossas escolas, em regra, ainda desconhecem.

Entre os princípios desse método se inclui o denominado de "coordenação geral", segundo o qual o estudo geográfico de um fenômeno supõe "a constante preocupação de fenômenos análogos, que se podem produzir em outros pontos do globo". A observância desse princípio coloca a Geografia Regional, até então meramente descritiva, sob o domínio da Geografia Geral. Cessa com ele a autonomia dos dois ramos de estudos; com ele se completa a lenta elaboração da Geografia.

A esse princípio se junta o de "extensão". Consiste este em "determinar a extensão dos fenômenos na superfície da Terra". Por ele se precisa o ponto de vista geográfico no estudo dos fenômenos, sejam eles da natureza física ou biológica, do domínio da Astronomia ou da Botânica, da Física ou da Etnografia, da Geologia ou da Economia Social. Por ele se delimita o campo da Geografia, distinguindo-a das várias ciências que a fornecem de dados.

O restante princípio é o de "causalidade", segundo o qual o estudo geográfico "não se restringe a constatação de um fenômeno sem tentar lhe remontar as causas e lhe descer as conseqüências". Esse princípio do método viria dar ao estudo da superfície da Terra, quer se tratando nele de fenômenos da "natureza morta", quer dos da natureza biológica, um cunho inteiramente novo. Por ele, como que tudo que perpassa sob a observação, se transmuda em realidades vivas. Com ele, a Geografia, sobre constituir estudo por excelência educativo, toma-se deleite para o espírito.

Com Humboldt, a Geografia Regional deixa de ser mera descrição literária, enxertada de curiosidades locais ou enjoativa enumeração de acidentes, para se impregnar do espírito científico e ser também "explicativa". Por outro lado, a Geografia Geral deixa de confinar-se na abstração dos fenômenos matemáticos ou no exclusivo campo dos fenômenos físicos para abranger a natureza viva, e nela, por principal objeto e centro coordenador de todo o estudo, "o homem nas suas relações com a Terra"...

A obra de Humboldt, de larga repercussão no mundo dos naturalistas, não lograria imediata e pronta influência sobre os estudiosos da Geografia. Seguiram-se, porém, sob o seu fluxo, os geógrafos que o secundariam. Ritter, orientado pelo método do mestre e cuja obra reveste feição didática, embora sem a precisão científica daquele, dá o impulso decisivo para a implantação nos meios geográficos da nova orientação. Seguem-se-lhe esses grandes nomes da Geografia: Reclus, Peschel, Ratzel e tantos outros.

Sepultava-se para sempre, com o século XIX, a velha Geografia. As escolas brasileiras, em estranha pertinácia, rondam-lhe a sepultura...

#### A NOVA GEOGRAFIA

A Geografia hoje não é, pois, mera "descrição da superfície da Terra". Não constitui, tampouco, mero exercício da memória na decoração de nomes de coisas ou na catalogação

delas. É, antes, um frutífero exercício da observação e do raciocínio, em que intensamente se cultiva o senso de causalidade. Já não é um amontoado incoerente de dados que lhe ministram vários ramos científicos: tem entre estes — tornada "descrição e explicação científica" — papel próprio e original, qual o de, na expressão de Lespagnol, "por em contato os fatos que outras ciências estudaram isoladamente e de recolocar no movimento da vida os fenômenos do mundo físico e orgânico". Já não guarda ela, entre os vários ramos da ciência, posição secundária e lateral; antes, constitui-se em necessário centro, e reserva-se-lhe, talvez, na economia deles, tornar-se o órgão coordenador cuja ausência ora se faz sentir. Pela amplitude do seu objeto, pelo espírito que reveste, por ser "a ciência da Terra e do homem", como que oferece ponto de convergência e de apoio a que se venham ligar, em vasta e futura síntese, todos os vários ramos de conhecimentos. Não repugna mesmo admitir que seja o campo que ela abraça — tal como o definem e limitam os próprios princípios do seu método — o terreno mais próprio em que assente bases a iniciação filosófica das futuras gerações de estudantes; e já no curso do liceu francês alguma coisa desse gênero se esboça como remate do estudo de Geografia, sob o sugestivo título de *A Evolução da Terra e do Homem*.

A "nova" Geografia não é o que por via de regra se nos depara sob esse nome nos programas e nas lições das nossas escolas secundárias ou outras. Algumas definições — e valham definições para alguma coisa — darão dela idéia bem clara.

Scharader assim a define: "A Terra modelada por um conjunto de forças naturais, o homem reagindo sobre o mundo exterior, mas limitado em toda a sua atividade pelo desenrolar dessas forças; tal é o domínio da ciência geográfica".

Ricardo Beltran encontra para esta definir a seguinte expressiva fórmula: "A Geografia é a ciência que estuda, na superfície da Terra, o solo, o mar e a atmosfera considerados como teatro da atividade do homem (ou da vida vegetal ou animal), com o fim de chegar ao conhecimento das leis que regulam as relações do homem (ou do ser vegetal ou animal) com o ambiente físico que o rodeia".

Lespagnol, em fórmula ainda menos concisa, assim a respeito se exprime: "A Geografia é uma das ciências da Terra; descreve a fisionomia atual do globo, sob todas as suas faces, fisionomia geral ou local, de que decorre o harmonioso de seus diversos elementos, físicos e vivos; o homem nas suas relações com a Terra é o resultado, não o fim único das suas pesquisas. Este estudo não é mais, como outrora, uma longa e fastidiosa nomenclatura de subprefeituras, de afluentes, de cabos e baías, ou ainda uma espécie de exercício literário constituído de descrições mais ou menos pitorescas; tornou-se uma descrição e uma explicação no sentido científico das palavras; determina a causa dos fenômenos; explica as relações de causa e efeito, e esforça-se por estabelecer assim as relações recíprocas de toda ordem, cujo encadeamento constitui a vida da Terra".

Ralph Tarr define a Geografia Física: "O estudo das formas físicas da Terra e sua influência sobre o homem".

William Davis diz: "A Geografia trata das relações da Terra e os seus habitantes, especialmente entre a Terra e o homem". O manual de Schrader e Gallouedec adota definição pareci-



da: "A Geografia é a ciência que estuda as relações da Terra e do homem". Martonne, na sua *Géographie Générale*, assim a respeito se exprime:... "Em resumo, a Geografia moderna se afirma como a ciência dos fenômenos físicos, biológicos ou sociais, encarados quanto a sua distribuição pela superfície do globo, as suas causas e as suas relações recíprocas".

Essa é, traduzida nas fórmulas que aí ficam, a nova concepção da Geografia. Não dirá ninguém em consciência que essa seja a que determina e orienta o que vai pelo nosso ensino.

#### PELO NOSSO ENSINO

Seria demasiado longo expor em minúcias todos os erros dos nossos programas e dos nossos processos no ensino da Geografia.

Inspiram-se ainda aqueles, mais ou menos, na velha concepção que se traduzia na velha fórmula: "a Geografia é a descrição da superfície da Terra". A metodologia em voga, desde a escola primária, é a que nos legou a escola jesuíta dos primeiros tempos coloniais.

Faça-se exceção de um ou outro raro caso e é esse o quadro que apresenta a nossa Geografia escolar. Os poucos professores que tentam romper com a tradição encontram sério embaraço, senão obstáculos, nesses programas, nos compêndios que eles geram e até nos regulamentos de exame, inspirados, eles também, no falso conceito da Geografia.

No ensino secundário — oficial ou oficializado, como para nosso mal é hoje todo ele e, pois, uniformizado—os programas não conseguiram ainda romper de vez com o arcaico conceito. A despeito dos brilhantes espíritos que regem as cadeiras da matéria no instituto "paradigma" — de onde partem os programas para execução em todo o País —, estamos, no assunto, muito próximos de onde nos achávamos há quarenta anos. Cumpre a esses moços, aos quais sobra capacidade, mas dos quais nem tudo depende, resistirem, com mais resolutivo ânimo, a força da tradição e vencerem-na.

A influência da orientação tradicional é visível nos nossos programas, métodos e manuais.

#### PROGRAMA, MÉTODOS E MANUAIS

Salta logo aos olhos a revivescência da velha Geografia na edição que entre nós ainda se faz da Cosmografia a cadeira de Geografia.

Como de outros ramos científicos, a Geografia, é certo, recolhe da Astronomia certo número de dados, mas para serem tomados no ponto de vista geográfico, passando eles desse modo, *ipso facto*, a fazerem parte integrante do objeto dela.

A Geografia, a despeito da vastidão do seu domínio, atém-se a superfície da Terra. Ocupa-se dos mais variados fatos, mas no enquanto e no quanto interessam a vida de que é teatro essa mesma superfície. Assim, por exemplo, a posição da Terra no sistema solar, a sua forma, a obliquidade do seu eixo de rotação quanto ao plano da órbita, os seus movimentos são fatos que interessam a Geografia por serem causas de fenômenos que se dão na superfície terrestre e por afetarem a vida de que é ela teatro, como sejam a diversidade de estações, a alternativa de

luz e sombra, a formação de zonas de diversas temperaturas e de diversas floras e faunas, de diversas condições de vida. Mas por isso mesmo que tais fatos influem na fisionomia do globo e concorrem para a formação do meio físico a que a vida no globo se subordina, são eles fatos geográficos, embora a Cosmografia, sob diferente ponto de vista e diferente método, deles igualmente se ocupe.

Para bem do ensino, essa anomalia recentemente desapareceu do curso do ginásio oficial. Perdura em outros cursos.

#### GEOGRAFIA GERAL

Erro pertinaz e grave é o que respeita a Geografia Geral. Em regra, toma-se esta expressão que não é a própria. "Geral" não quer aí dizer "universal"; não se reporta propriamente ao mundo objetivo. Não se dirá com acerto que um estudo é de Geografia Geral porque nele se abranja toda a superfície do globo ou a inteira superfície de um continente, o que se verifica quando, com impropriedade, se estabelece em alíneas de um programa a sinonímia entre "geografia geral do continente" e "descrição geral do continente". Geografia Geral é justamente a que não é descritiva e sim explicativa, e diz-se "geral" justamente porque nela se estudam os fenômenos no ponto de vista da "generalidade das leis" que a elas presidem. O estudo designado por essa expressão é o que as vezes, por sinonímia e em se tratando da parte física, se chama também Fisiografia.

O desacerto quanto ao objeto da Geografia Geral, isto é, quanto a significação da expressão, traz freqüentemente como resultado o eliminar-se dos programas matéria essencial, substituída por uma mal denominada Geografia Física meramente descritiva ou, antes, "enumerativa", em que se passam em vista os acidentes físicos da região, em catalogação inútil, estudo em que profusamente se aprendem "nomes" e não "coisas". Como fruto desse desacerto e por força da tradição, sob o pomposo título de Geografia Física (a ser estudada em seis lições!) se ostentam nos programas alíneas como esta: "nomenclatura geográfica", alínea essa que claramente induz as definições costumeiras ("continente é uma vasta extensão de terra não interrompida pelo mar; ilha é uma porção de terras cercadas d'água por todos os lados"); ou esta outra alínea: "os continentes e mares", alínea que, assim expressa, evidentemente indica estudo descritivo. Não é, como de vera ser, a "física terrestre" o que os programas incluem sob o nome de Geografia Física; não é, como de vera ser, o estudo, no ponto de vista geral, dos fenômenos físicos que se dão na superfície da Terra, na sua interdependência de causa e efeito, e encarados como fatores do meio em que se produzem os fenômenos de natureza biológica e social, estudo esse que pode e deve ser empreendido desde o grau mais elementar e com ele proveitosamente entretidos os alunos da escola primária...

A par disso, não se libertam os programas, como não se libertam compêndios e professores, da obsessão das "definições"...

Um autor americano pergunta, e com razão: "Por que será que todas as coisas se aprendem sem serem definidas e somente as da Geografia se aprendem pela definição?" E a pergunta poder-se-ia acrescentar: e só se aprendem definindo-se?...

A nomenclatura de toda ciência é aprendida sem um prévio catálogo de fórmulas definidoras. A nomenclatura geográfica, essa, deve constituir um vasto curso em que se absorve considerável porção do estudo geográfico e em que se põe a dura prova a memória verbal.

Nos mais recentes e melhorados programas do ensino secundário vem expressa a exigência das definições! Na escola primária, o melhor aluno — e o que mais fica sabendo de Geografia — é o que mais depressa decora meia página dessas fórmulas indigestas!

"O estudo geográfico — diz Schrader — abrange três ordens de fatos: as coisas, os nomes das coisas e as relações que as ligam". Tal como geralmente a concebem e prescrevem os nossos programas — e os compêndios que eles geram —, ensinar-se-á nesse estudo o nome das coisas — e quando muito a situação delas no mapa —, não as coisas, menos ainda as relações que as ligam. O ensino restringir-se-á desse modo a nomenclatura e a Cartografia, que não são a Geografia...

Se essa a crítica de que é passível o ensino da matéria no curso secundário, pior é no ensino primário. O que aí geralmente se ensina como rudimentos geográficos e o como se ensina aberram por completo do objeto e do método da Geografia.

Programas ainda há — e professores que os executem — que, por obediência a uma obsedante ordem lógica, começam pela torturante nomenclatura a aprender por definições; prosseguem pela geografia matemática, árida e ininteligível, para terminarem pela catalogação de acidentes e de nomes de países e cidades. Para tormento das crianças, despejam ainda as livrarias sobre os bancos escolares contínuos milheiros de livrinhos, de ingrato aspecto material, confeccionados consoante tal plano.

Programas mais recentes, e que se pretendem a última palavra pedagógica, prescrevem como objeto da primeira lição da Geografia ... a carteira escolar. E absurdo que salta aos olhos! A carteira em que se senta o aluno não é objeto geográfico. Cumpre este iniciar-se no estudo da Geografia, mergulhar-se desde logo, sem indigestos preâmbulos, na corrente dos fatos geográficos, despertando-lhe o interesse, como lhe apresentar um aspecto da Geografia viva a que se venham mansamente encadear os mais; e não pretender, de arrepio com os mais comezinhos preceitos pedagógicos, entretê-lo de início com a avaliação de distâncias e a relação de posições entre pontos, que são coisas abstratas, além de inúteis como ingresso no estudo rudimentar da Geografia...

A carteira — a frente, atrás, a direita, a esquerda... —, a distância entre os móveis da sala, o tamanho desta, a localização do prédio da escola no quarteirão, o quarteirão na cidade, a cidade no distrito, o distrito no município, o município no território do Estado, os limites do distrito, os do município, os limites do Estado, de tudo, o levantamento de cartas... são as primeiras alíneas de um programa para execução na escola primária! Dir-se-ia esta destinada a formação de cartógrafos ou topógrafos...

O exercício de orientação que se quer aí obter — além de que seria prematuro — não conduz a nada. Começar por avaliar distâncias infringe o preceito, tão em voga, "do concreto para o abstrato". Distrito e município são criações fictícias, sem analogia com as divisões natu-

rais geográficas. Entreter a criança com os limites territoriais do município ou do Estado é o mesmo que lhe falar dos limites de uma província da China ou da antiga Mauritània. Ela não os concebe. Talvez não os conceba, de verdade, o professor que a instrui...

O preceito "do conhecido para o desconhecido" que se pretende ter aí seguido induziu a erro a confecção do programa. Mais legítimos fatos geográficos com que iniciar um curso infantil, com obediência aos preceitos do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, serão um monte, um ribeiro, uma praia, o vento, a chuva, um porto, um mercado, uma via-férrea; serão um imigrado — evocando pela língua que fala, pelo tipo que apresenta —, um país longínquo diferente do nosso, o mundo que se estende acolá, movimentado, vivo...

Às alíneas a que acima aludimos — que pretendem obedecer ao preceito do conhecido para o desconhecido —, que implicam a suposição errônea de que a criança vem para a escola sem uma concepção qualquer de um mundo para além do trato de terra em que pisa, segue-se a orientação pelo sol, com o reconhecimento dos pontos cardeais, o que incontestavelmente implica a concepção de um todo geográfico, uma idealização qualquer da terra com tamanho e forma, coisa que o programa, por princípio, afasta e rigorosamente veda a cogitação do aluno e contém, assim, um absurdo.

Percebe-se nesses programas—programas evoluídos—o reconhecimento da necessidade de um estudo introdutório do curso elementar da Geografia. Tateia-se em busca da respectiva matéria e respectiva orientação. Estas, no entanto, estão há muito achadas e se impõem, desde que se mude a nossa errônea concepção da Geografia: são, uma e outra, as do chamado "curso de lições de coisas" ou, como melhor o chamam os americanos, "estudos da natureza". É esse o legítimo e hábil preparatório para o estudo geográfico. Fora daí, só erros se praticarão...

Para não nos alongarmos neste exame, digamos, para rematar, que esses melhorados programas da escola primária diferem dos velhos apenas na parte introdutória. No mais, por estudo geográfico, o mesmo arrolamento de rios e montanhas, de penínsulas e cabos, rematado por uma notícia sobre a divisão política do Brasil, suas espécies de riquezas e os nomes das suas principais cidades. Em regra, neles, o estudo geográfico, com indefensável erro, circunscreve-se ao Brasil e, em exagerado regionalismo, cuidando quase que só de determinado Estado ou do Distrito Federal, conforme a situação da escola a que o programa se destina.

Justifique-se com o perfunctório exame que aí fica, a asserção de que se impõe, como inadiável necessidade, a reforma de programas.

Quanto aos compêndios em voga, obriga-nos o respeito a paciência do auditório a passar rapidamente pelo assunto.

Não nos deteremos ao excesso de zelo a que, no suprimir o livro de classe, tem por vezes conduzido a preocupação de combater o ensino livresco. O mal para o ensino — diga-se — não está no uso do compêndio, senão no seu mau uso. A supressão dele, praticada por alguns professores e por algumas escolas, traz, além de outros, o inconveniente de cultivar o desabito do livro, tão nosso e tao verberado. Um bom compêndio nenhum mal faz ao estudo da Geografia; ao

contrário, é-lhe indispensável. O compêndio não substitui o professor, nem mesmo no curso primário. A questão está em achar um bom compêndio. Para nós, seria questão...

Gerados pelos maus programas, os compêndios de que em regra dispomos em Língua Portuguesa —já não falando da sua má confecção — têm todos os defeitos naqueles apontados: a mesma errônea concepção da Geografia e dos seus métodos; a má divisão dos assuntos; exageradas minúcias de dados astronômicos e de dados estatísticos; a ausência neles da matéria da Fisiografia, que vale por metade da Geografia; a mesma catalogação de acidentes, grupados sob o critério de classe (mares, golfos, ilhas, penínsulas, etc), as vezes sob o critério do tamanho (os mares que banham a Europa são dezessete, três grandes e quatorze pequenos!!!). A par disso, a mesma obsessão das definições, indispensáveis—diz-se—para a inteligência da Geografia...

Isso, no ensino secundário. No primário, o que ocorre só é pior. Em regra, o nosso compêndio para o curso infantil é como que a redução fotográfica do livro destinado as classes do curso secundário. Um deles há, resumo desse gênero, que tem enriquecido várias gerações de editores e produzido a inevitável indigestão a várias gerações de crianças.

Em regra, quatro características assinalam os nossos livros de Geografia destinados a crianças: formato pequeno, tipo miúdo, papel barato, impressão má. Tudo é o contrário do que cumpria fosse.

O livrinho para o curso infantil deve ser de formato grande, para que neles se conttenham, com o texto, as cartas; impresso em tipo graúdo, para que a leitura se facilite; em bom papel, para que comporte profundas e nítidas gravuras; de confecção esmerada, artística, para que se torne atraente aos pequeninos estudantes.

Nesses minúsculos instrumentos de tortura que ora se oferecem a infância das escolas, são, abaixo de toda crítica, a má escolha dos assuntos e o mau método de exposição. Abrem pelas "generalidades", recheiam-se de classificações prematuras e de inúteis definições. Impera neles o método regressivo. Abundam eles de assuntos abstratos, ininteligíveis, em que só a memória verbal da criança se exercita, e tudo em estilo impróprio a livro de leitura infantil.

Se dos compêndios passamos a metodologia, geralmente seguida aos processos e expedientes didáticos, ao como entre nós se ensina a pobre da Geografia, a impressão colhida não é mais animadora.

Salvo honrosas exceções—que só confirmam a regra—ensinam-se pela memorização de palavras de um manual ou mesmo de uma carta geográfica. Ensinam-se não elementos de uma ciência; ensina-se a decorar. Decoram-se definições; decora-se a descrição de um rio com todos os afluentes e subafluentes; decoram-se números estatísticos com precisão de frações; decoram-se inentendidos algarismos de determinação astronômica, decora-se tudo...

No ensino primário, a nomenclatura com acerto se recomenda seja ensinada intuitivamente. Isso, porém, raramente se dá. O tabuleiro de areia ou coisa equivalente de ordinário não se usa. Os quadros murais, despreocupados de fidelidade a perspectiva, mas aproveitáveis no estudo das formas geográficas; as gravuras, que devem ilustrar os compêndios, ou as projeções luminosas, em que cada acidente se apresenta aos olhos, não são também utilizados. As definições decoradas ensinam tudo...

Apregoa-se com freqüência — em tom enfático e em preconceito de curso — o uso das cartas. Tem-se mesmo, em regra, por coisa consagrada e por indiscutível doutrina que, se feito com utilização do mapa, é bom o ensino da Geografia. Grave erro vai nisso. Nem toda a matéria desta se tem que estudar em um mapa. Boa porção da parte mais nobre dela não se estuda com o auxílio dele. Além disso, a própria utilização das cartas e, freqüentemente, mal conduzida. Professores há que promovem a memorização de nomes de acidentes e de nomes de cidades, não nas folhas do livro, mas na folha do mapa...

Acresce a isso que é necessário nos acautelarmos contra os símbolos; as vezes ocultam eles as realidades a cuja representação se destinam. Já dizia Rousseau: "Seja em que assunto for, sem a idéia das coisas representadas, os símbolos representativos não são nada. No entanto —continua ele—restringe-se sempre a criança a esses símbolos, sem fazê-la jamais compreender nenhuma das coisas que representam. Querendo ensinar-lhe a descrição da Terra, não se lhe ensina senão conhecer as cartas; ensinam-se-lhe os nomes das cidades, dos países, dos rios, cuja existência eles não conhecem senão no papel em que lhos mostram"...

Nada diremos dos exercícios cartográficos (úteis em certa medida e com limitado objetivo): são, entre nós, com freqüência, meros exercícios de desenho, sem nenhum préstimo como auxílio a aprendizagem da Geografia; são mera ornamentação do curso ou reclame comercial dele. Já tivemos mesmo oportunidade de ver, em exposição de trabalhos escolares, belos desenhos cartográficos executados por alunas que faziam o estudo da Geografia decorando, palavra por palavra, as páginas arcaicas da geografiuzinha de Lacerda ...

Não permitem as circunstâncias dizer mais longamente, em apoio da tese que nos permitimos oferecer a apreciação, ao douto congresso de professores aqui em tão boa hora reunido: E necessário, é inadiável, uma reforma de programas e de métodos no ensino da Geografia.

TESE Nº 67

## O PROBLEMA DO ENSINO PELO ESTÍMULO DO TÍTULO ELEITORAL DIGNIFICADO

José Pereira de Macedo  
Faculdade de Medicina do Paraná

A maior dificuldade para a solução dos problemas sociais está na maneira de os considerar. Considerados isoladamente, qualquer dos problemas que atualmente preocupam o pensamento brasileiro, avultando o da alfabetização e o do voto secreto, e, como aspiração de povo que anseia por maiores surtos, o da organização integral do ensino público e o do voto feminino, qualquer um deles ficará insolúvel ou então, o que será ainda pior, mal solucionado.

Não é caso a precedência deste ou daquele problema. Se tanto fosse, nada mais seria preciso que ordená-los na escala de maior urgência e, um por um, solucionando-os a medida

das oportunidades. Efetivamente, é assim que temos procedido e é assim que estão sendo encarados esses problemas. Mas este critério é falho, porque os problemas sociais filiados a mesma ordem de ideais ligam-se entre si muito intimamente e de tal forma que, mutuamente subordinados, entretanto, pairam num mesmo nível na seriação de urgência, dependendo muitas vezes de fatores remotos aparentemente estranhos e que, na evolução dos seus fenômenos, intervém a feição de força catalítica.

A tese que nos propomos defender refere-se a dignificação do título de eleitor. Parecerá esta tese matéria estranha, descabida numa conferência de educação, mas é preciso atender que ela abrange um grupo de problemas de instrução e de educação que lhe interessam muito de perto.

O seu assunto é complexo demais para ser tratado neste ligeiro trabalho com minúcias que exigem, além de tudo, competência técnica em variados ramos de conhecimentos; por isso, limitamo-nos as idéias gerais, bem entendido que, submetendo-as a consideração desta douta conferência, não temos outro intuito que o de fixar um problema que deve ser maduramente meditado pelos responsáveis das coisas públicas.

Em uma nação o que vale é a média da mentalidade do povo que a constitui. Os doutores e um ou outro gênio, esporádico produto da natureza, por certo que servem extraordinariamente para o levantamento moral e intelectual de uma coletividade, mas só com esses e fiados nesses não pode viver um país.

Também pouco adiantaria o alfabetismo geral se fosse possível conceber-se de um dia para outro toda a população do nosso vasto Brasil sabendo ler e escrever.

As vantagens da instrução primária não há negar. Mas o homem que apenas cursou uma escola primária e, em seguida, se desinteressou das letras é quase tão analfabeto como o que jamais lhe transpôs os umbrais.

Analfabetos e doutores, eis as duas classes em que se divide a população do Brasil. Escapou de analfabeto é doutor. Ao indivíduo a quem o doutoramento é vedado se deixa ficar analfabeto. É justamente essa média da mentalidade que constitui a força de uma nação; essa a temos em grau lastimavelmente inferior em nosso país. Para a elevação dessa potência é que devem incidir todos os esforços de quem quer que tenha uma parcela de autoridade.

Como, porém, atingir *esses desideratum*?

É claro que não será com a disseminação apenas de escolas, tampouco com reformas mais ou menos retumbantes do ensino público e muito menos com a criação de complicados aparelhamentos burocráticos.

O ensino secundário convenientemente estimulado, eis o problema.

O curso de humanidades, tal como ele existe atualmente, é defeituoso pelo duplo motivo de ser excessivo para quem não se destina ao doutoramento, motivo pelo qual ninguém o faz com o fim de se educar para a vida prática, e insuficiente como base para a matrícula nos cursos superiores, e daí um novo problema tão sério como o do analfabetismo—o da incompetência diplomada—, ainda mais difícil de solucionar.

Se realmente o mal do curso secundário consiste nesse excesso e nessa falta, no conhecido princípio de físico-química relativo ao deslocamento do equilíbrio de um sistema, poderemos buscar um símile para demonstrar que, ampliando o ensino de humanidades e dividindo-o em duas etapas, ter-se-á, com a modificação de um dos fatores do sistema, um resultado diametralmente oposto sanando o defeito apontado. Assim, o curso em questão precisaria ser dividido em duas partes. A primeira, por exemplo, de três anos, compreendendo as matérias básicas, se destinaria a fornecer ao indivíduo uma cultura geral que o auxiliasse na luta pela vida em qualquer profissão a que as circunstâncias o impelisse; a última, de mais três ou quatro anos, completaria a cultura fundamental preparatória para os cursos superiores.

Na primeira parte ou etapa do curso secundário, que, para fixar idéias, chamaremos de curso preliminar, o ensino seria o mais prático possível, visando sobretudo a educação do caráter e a disciplina mental pelo desenvolvimento das faculdades de observação e de crítica, e constaria, distribuídas segundo o critério pedagógico que melhor conviesse, das seguintes matérias: Língua Portuguesa, uma língua viva estrangeira — das mais usadas, a escolha do aluno, atendendo-se as circunstâncias dos recursos didáticos, e que poderia até ser facultativa —, Geografia Geral, Corografia e Noções de Cosmografia, Aritmética, Álgebra, Geometria Plana, Desenho, Noções de Física e Química, Noções de História Natural, História Universal e do Brasil.

Na segunda parte, seriam ministradas, com desenvolvimento, as matérias do curso preliminar cujo aperfeiçoamento se fizesse necessário, como, por exemplo, o vernáculo; as matérias do curso atual, acrescidas das cadeiras de Grego, Lógica, Filosofia, compreendidas Psicologia e Moral, e Literatura, completando assim a cultura propedêutica necessária para o prosseguimento proveitoso dos estudos superiores.

O curso completo seria ministrado em estabelecimentos que reunissem os requisitos necessários ao ensino eficiente, e bastariam, por muito tempo, os atuais — no Distrito Federal, nas capitais dos estados e nos centros mais populosos.

Para o curso preliminar existiriam, além dos estabelecimentos de curso completo, estabelecimentos oficiais equiparados, disseminados o quanto possível de forma a atender as necessidades das populações mais afastadas. Este curso daria direito a um diploma que seria documento obrigatório para a matrícula no curso completo de humanidades e seria o documento essencial para o indivíduo se fazer eleitor.

E quem é que se daria ao trabalho de fazer um curso de três anos para se qualificar eleitor?

Vem a pêlo, aqui, o ensinamento admirável daquela simples parábola do lavrador que, no leito de morte, recomendava aos seus filhos procurarem no terreno que lhes deixava o tesouro nele oculto. Se o bom velho lavrador, reunindo todo o alento de que dispôs em sua vida, naquele momento tivesse proposto explicar aos seus filhos as vantagens do trabalho insistindo no exemplo de infatigável labor que lhes legava, não atingiria o magnífico resultado que obteve estimulando-e«i diretamente a cobiça da vida regalada que daria o encontro da almejada panela cheia de ouro. No caso desta parábola, o lavrador nada mais fez para assegurar o futuro e a felicidade de seus filhos do que aplicar, no momento oportuno, os conhecimentos intuitivos que tinha da psicologia humana, acenando-lhes com o descanso para levá-los ao trabalho recompensador.



A psicologia de um povo não se exalça muito além da psicologia do indivíduo. E é preciso conhecer a do indivíduo para tirar dela o melhor partido. Mesmo dos seus maiores defeitos é possível sempre colher alguma coisa de proveitoso.

Não há povo no mundo mais inteligente e capaz que o brasileiro. Não há também gente mais desprendida e mais conformada com a sua situação. Daí o seu voluntário afastamento da luta em que os interesses subalternos se chocam. A essa renúncia se podem dar quantas interpretações se queiram, mas atribuí-la a falta de capacidade ou covardia, nunca. Desinteressasse da luta porque ela é desigual, e mais vale renunciá-la do que vencer em prejuízo da dignidade humana, cuja noção lhe é tão instintiva como o altruísmo do seu incomparável caráter moral.

Vivendo na abundância e a mingua de educação prática, o brasileiro de quase nada precisa, sendo proverbial o atrativo que para ele tem uma função pública qualquer. E esta em regra a sua maior, senão única, ambição, como é este o seu maior, senão único, defeito, que urge aproveitar para despertar para a vida útil esse formidável cabedal de energias latentes.

A parábola a que nos referimos não é brasileira, pois se o fosse seria muito possível que o expediente do velho lavrador não vingasse. Ao exórdio do parente moribundo, os filhos teriam provavelmente respondido com o seu definitivo e eloqüente "não paga a pena". O ouro nunca foi e jamais será o estímulo para despertar a alma grande e valorosa do brasileiro, que não sabe o que é canseira, sacrifício de haveres e da própria vida, quando está em jogo a sua dignidade ou se trata de beneficiar a outrem.

Mas, se o interesse material não constitui motivo suficiente para provocar no brasileiro um esforço para o seu bem-estar na vida, uma razão moral pode dele esperar o impossível.

Faça-se do curso preliminar uma questão de honra, dando-se-lhe uma finalidade que possa ser compreendida pela massa inculta, e ter-se-á o estímulo, como o do brilho do ouro da panela da parábola, para despertar as energias latentes da nossa valorosa gente na conquista espontânea do diploma de humanidades, que não terá, por certo, para quem tome os incômodos do curso, o objetivo de com ele ser melhor lavrador, melhor sapateiro ou melhor operário, negociante mais esclarecido ou industrial com outro alcance. Não. O objetivo do curso aos olhos da massa seria muito outro, o da conquista de uma situação que lhe daria um certo número de prerrogativas vedadas aos que não o possuíssem, como, por exemplo, o ingresso no funcionalismo. Não seria considerado capaz o indivíduo que não fosse eleitor. Não ser eleitor importaria em não poder aspirar ao mais insignificante encargo público. Não ser eleitor constituiria um vexame que nenhum pai analfabeto consentiria para o seu filho.

A disseminação dos estabelecimentos destinados a esse curso, a simplicidade nos processos de matrícula, sem limitação de idade e isento das complicações atuais, a barateza, senão a sua gratuidade, as aulas noturnas nos centros mais populosos seriam condições favoráveis a facilitar a educação secundária em massa, extensível a todas as classes sociais.

Resolvido assim o problema de estímulo, cuja ausência seria o entrave—e poderoso—para o resultado objetivado, pois a criação e manutenção dos estabelecimentos para esse fim não importariam em tanto que escapasse das possibilidades do estado e dos municípios auxiliados

pelo governo federal, vejamos os resultados práticos que seriam de se esperar da aplicação dessa medida:

- a) levantamento do nível intelectual da média da população;
- b) formação do escola intelectual;
- c) interferência consciente do povo na política;
- d) disseminação larga do ensino em todas as suas modalidades.

O curso de humanidades, deixando de ser apanágio dos que têm recursos e se destinam aos cursos superiores, ficaria ao alcance de todos e teria uma finalidade poderosa a obrigar maior número de cidadãos a beber-lhes os ensinamentos, cuja difusão, além de tornar cada um, na esfera da sua atividade social, mais apto para a luta pela vida, elevaria o nível intelectual da grande massa, abrindo, além disso, uma oportunidade a revelação de talentos de escola, que, por falta de recursos ou mesmo de estímulo na tentativa das primeiras letras, se estiolam em proveito das mediocridades vencedoras.

O ingresso nos cursos superiores, possível a maior número de indivíduos aptos a prosseguir-los, seria uma conseqüência natural dessa oportunidade aberta para maiores surtos a tantas inteligências perdidas nas camadas inferiores da sociedade, ao mesmo tempo que a maior dificuldade na escalada da segunda etapa do curso de humanidades seria uma barreira oposta aos indivíduos de mentalidade insuficiente e que, noutros misteres, poderiam ser elementos úteis a si e a Pátria.

Dignificado assim o título de eleitor, o alistamento espontâneo substituiria a repulsa atual por esse ato a que concorre mais ou menos inconscientemente a multidão analfabeta dependente do oficialismo. Reformada a mentalidade do eleitor, poder-se-ia então cogitar do voto secreto, que, nessas condições, seria realmente eficaz, permitindo a interferência do cidadão na política, realizando o princípio do governo do povo pelo povo, destinado de outra forma a permanecer letra morta no regime político que adotamos.

Para avaliar o número de tuberculosos existentes numa coletividade, está convencionado multiplicar por seis o número dos falecidos, durante o ano, desse terrível mal. Esse coeficiente foi adotado, naturalmente, após acurada observação e exprime mais ou menos a realidade dos fatos.

Para cada indivíduo surgido da massa inculta com o curso preliminar, poder-se-ia avaliar um coeficiente que exprimisse a disseminação das primeiras letras nessa massa.

Na disseminação da tuberculose, o flagelo tem a opor-se ao seu desenvolvimento a resistência do organismo e, não obstante, o coeficiente alcançado é desanimador para a humanidade.

Não seria o mesmo para a disseminação da instrução, que, no cérebro admirável de nossa gente, encontraria o terreno propício ao seu desenvolvimento franco, e aquele coeficiente, aqui, poderia ser tao elevado que a extinção do analfabetismo, de problema utópico de otimismo teórico, se transmudaria numa realidade palpável, como uma conseqüência lógica do novo estado da mentalidade popular, por uma *espécied'entminementque* os franceses usam para exprimir uma reação provocada pela repercussão de uma outra anteriormente realizada e de que nos servimos, apesar do nosso nacionalismo, porque poderia não ser levado a sério o nosso expressivo "no arrastão".

Surge aqui um embaraço, mas somente aparente como procuraremos demonstrar, para adoção da medida proposta que constituiria uma verdadeira revolução político-social.

Qual a situação dominante que ousaria desmontar a sua preciosa máquina eleitoral numa aventura semelhante?

Respondemos. Qualquer uma, mesmo a mais indesejável a simpatia pública, porque a revolução que sugerimos com esta desprezível tese é uma revolução pacífica, sem a menor violência e sem o mínimo choque capaz de trazer qualquer perturbação na marcha dos negócios públicos, sem perigo para quem quer que fosse, porque, obra do tempo, se realizaria paulatinamente, sem o fervilhar das paixões que soem, em regra, macular a conquista liberal obtida em transição brusca.

A situação que a pusesse em prática poderia, de antemão, ter a certeza de que os efeitos do novo estado de coisas, por muito remotos, não lhe atingiriam. O espaço de tempo necessário para a reforma da mentalidade eleitoral, aliás insignificante na vida de um povo, seria muito mais largo do que a duração normal provável de uma situação que, a despeito de um ato de tamanho liberalismo, subsistiria a sombra da própria máquina sobre a qual patrioticamente desferirá o golpe destinado a desmantelá-la para a felicidade e grandeza da Nação.

Se uma situação que soube impor-se tem direitos adquiridos que se não devem ofender, pela mesma razão se deve respeitar o direito dos cidadãos que, vivendo no regime vigente e tendo perdido a oportunidade de se habilitar ao alistamento, nem por isso poderiam ser privados das regalias conquistadas pela sua maioria, e a estes, então, seria facultado um prazo mais ou menos longo para salvaguardar os seus direitos, independente da exigência do curso imposta a nova geração para a reforma da mentalidade popular.

São estas as considerações que ousamos trazer perante o critério da Nação, representada por tantos e tão eminentes valores neste congresso, confiados de que a sinceridade que as ditou será levada em conta a favor do humilde congressista que, por viver com o povo, pensou, talvez mais com o coração, em benefício da multidão inculta da nossa terra, qualquer coisa que não é propriamente sua, porque é uma aspiração que, em múltiplas formas, vive e palpita na alma brasileira.

TESE Nº 68

## O CELIBATO PEDAGÓGICO FEMININO

**Nestor Lima**

Escola Normal de Natal, RN

**E** muito mais grave e séria do que a primeira vista parece a questão do celibato feminino ou da condição da mulher casada em face da educação e do ensino como profissão habitual.

Empenham-se atualmente para resolver o caso os mais circunspectos meios profissionais da Alemanha e da Áustria, onde o problema das repopulações assume importância extraordinária e muita urgência.

No Brasil, as soluções dadas pelos regulamentos oficiais não resultam do estudo acurado das opiniões bem avisadas, mas se vão fazendo ao léu do sentimentalismo ou da aversão dos redatores ou inspiradores dos decretos governamentais.

A lei da reforma primária de Minas Gerais só dá acesso ao magistério a professoras solteiras ou viúvas sem filhos.

Estou informado de que outros estados brasileiros proíbem terminantemente as professoras públicas o casamento, sob pena de perda da cadeira ou disponibilidade forçada... A ser verdadeira a informação, está declarada a guerra ao matrimônio das educadoras oficiais, enquanto que, aos profissionais do outro sexo, ninguém se lembrou sequer de pôr-lhes restrições, quanto mais de proibir-lhes as justas núpcias.

Mas também, se razões de sobra existem para aquela proibição, ao contrário, nenhuma se invoca em favor desta última.

Alega-se contra o casamento das professoras que se não coadunam bem as atividades simultâneas da casa e da escola, embora, num certo aspecto, elas se completem e integrem. E não há dúvida.

O ideal da educação pública seria fazer desta o prolongamento da dos lares; e quem melhor que as mães poderia educar a infância alheia, por virtude dos seus predicados naturais já postos em prova na família e pelo exercício do magistério, que lhes dá o necessário traquejo e perícia educativa?

Mas é que, a esse benevolente idealismo, opõem-se realidades muito fortes e desconcertantes.

Não se poderá ser boa professora e, ao mesmo tempo, boa dona de casa.

Por mais diligente e laboriosa que a mulher seja, não poderá dar conta dos encargos da família, cuidar dos filhos e do marido, dirigir empregados, enfim, a própria habitação, providenciando a tempo e a hora acerca de tudo quanto é necessário a regularidade da vida doméstica, de que é ela o fulcro e o ponto central, e, por outro lado, preparar bem as lições, dispor metódica e previamente o seu trabalho, fazer a escrituração da classe, estudar e ilustrar-se constantemente, comparecer a hora marcada, esgotar o horário, preocupada tão-somente com o seu mister pedagógico, sem os sobressaltos e o temor dos chamados urgentes e dos reclamos aflitos de casa, para ver o menino que caiu, ou que está com febre, ou quebrou algum objeto...

E o pior é que, nas discussões de além-Reno, aparecem ainda mais graves alegações. (Ver *L'Éducation*, março, 1921)

O trabalho mental da professora esgota e destrói os nervos; assim, ela não pode contribuir para formar uma progênie sadia.

Os eugenistas afirmam que as mulheres que trabalham mentalmente são pouco aptas para a "profissão maternal".

Ao argumento da economia política, exigindo solução para a crise da natalidade nos países saídos da guerra, cabalmente respondem as estatísticas da Áustria, segundo as quais 37% das famílias de professoras não têm filhos e 42% só os têm um ou dois.

Por isto é que a Baviera impõe o celibato as suas professoras, muito embora a Prússia, irmã, admita que a mulher casada, preenchendo certas condições, exerça o magistério dentro do território prussiano.

De mais a mais, contra o casamento das professoras já se manifestaram a Sociedade de Professoras Católicas Alemães, a Sociedade Regional de Professoras Prussianas e a Sociedade Bávara de Professoras Católicas.

Na recente Conferência Estadual de Ensino de Florianópolis, foi ventilada a questão, bem como no congresso de ensino havido em Belo Horizonte. Não sei, porém, quais as conclusões a que chegaram esses conclave pedagógicos estaduais.

No Rio Grande do Norte, não temos nada sobre o delicado assunto.

Ao contrário, a Lei nº 405, de 1916, no seu artigo 224, autoriza conceder as professoras em estado de gravidez dois meses de licença, que compreende o último que precede e o primeiro que sucede o parto.

A Lei nº 677, de 7 de novembro último, em seus artigos 14 a 17, desenvolveu o instituto da licença especial.

Todavia, a prática dessa medida vem resultando francamente desfavorável ao ensino público, sempre as voltas com as ausências das suas regentes, em virtude das licenças especiais e, a seguir, das comuns, que se requerem para completar a cura ou o restabelecimento da puerpera.

Só no corrente ano de 1927, foram encaminhadas pelo Departamento de Educação nove petições de licença especial, que, por sua vez, "independe de portaria, selo e emolumento", nos termos do artigo 17 da recente Lei nº 677, de 7 de novembro de 1927.

Teremos dado um passo avante? Ou teremos contribuído diretamente para prejuízos certos e indeclináveis do ensino oficial?

O legislador potiguar não viu mal, é certo, o problema da proteção ao ventre e colocou-se no ponto de vista humano e sentimental, embora com sacrifício, talvez, do público interesse.

E agora, que vem de ser concedido a mulher o direito do voto pela legislação eleitoral de meu estado, e, pois, a perfeita equiparação dos dois sexos na ordem política, o problema deverá ser novamente examinado, a fim de ser resolvido convenientemente.

O que a prática nos ensina, diária e diuturnamente, é que o exercício simultâneo das duas funções — doméstica e pedagógica —, se não são absolutamente incompatíveis, são, ao menos, prejudiciais a perfeição, a regularidade e a proficuidade de cada um deles.

Estará por isso a I Conferência Nacional de Educação?

A UNIDADE NACIONAL PELA CULTURA MORAL:  
A EDUCAÇÃO RELIGIOSA COMO MELHOR MEIO  
DE NACIONALIZAR A INFÂNCIA

**Roberto de Almeida Cunha**

Faculdade de Medicina da Universidade de Belo Horizonte, MG

enunciado desta tese geral comporta volumoso acervo de considerações. Deixemos a O outrem, mais hábil, o lançamento das idéias que se referem a feitura moral propriamente dita. Examinemos tão-sòmente quanto se prende a educação religiosa.

Ainda aqui, o campo é por demais vasto e dele só trilharemos um recanto: a unidade de educação religiosa.

O caráter traduz, em última síntese, toda a complicada textura da psique humana.

Não preexiste a educação. Ao invés de formá-lo, afeiçoá-lo ao aspecto modelar do homem bom é o verdadeiro escopo da educação moral.

O caráter se constitui de parcelas perfeitamente analisáveis, entre as quais avultam: a hereditariedade, o temperamento moral, a saúde ou o temperamento físico, o meio, a educação. É claro que nada podemos sobre as primeiras, rigorosamente atreladas ao destino de cada um.

O meio só lentamente poderemos influenciá-lo e, ainda assim, depende do aperfeiçoamento da unidade humana que o faz, que o compõe.

A educação é, por conseguinte, no caráter, o que podemos livremente fazer, manipular. Volvamos, pois, a esse problema o ápice de convergência de nossos esforços conjugados, a fim de que, modelando uma educação brasileira, cheguemos, pela formação conseqüente do caráter brasileiro, a uma coletividade homogênea—a sociedade brasileira.

A educação moral comporta a colaboração da família, sobre a qual só indireta e lentamente poderemos agir; comporta o auxílio literário e cívico, que compete a escola primária, que dele sabidamente faz o seu primordial *desideratum*; comporta, entretanto, um terceiro e importantíssimo aspecto, que é a contribuição espiritual.

A indagação das coisas sobrenaturais não pode ser sopitada no espírito curioso da criança. Pesam fortemente nesse feitio infantil a hereditariedade e o meio. Desde que a história da humanidade se transmite de ancestrais e descendentes, transmitem-se também a noção de Deus e o modo de cultuá-lo. Não se conhece em toda a história do gênero humano um só povo que se não ocupe de Deus e do culto que lhe é devido. Nos povos primitivos é essa quiçá a única ocupação perceptível.

A guerra e a conquista revestem sempre o aspecto subalterno de exigências momentâneas, principalmente de vingança a transgressão das crenças religiosas, centro máximo do interesse humano.

Em volta do mesmo culto formaram-se sempre as nações. A cisão religiosa foi, em todos os tempos, uma precursora da cisão político-administrativa, como a unidade de crença, o segredo das fusões de países próximos. A unidade italiana, repetidamente restabelecida após catástrofes políticas, é excelente quadro para elucidação desta tese.

A unidade nacional espanhola está como valiosíssima prova concomitante. Fêz-se mister a guerra religiosa dos crentes de Maomé para que as competições políticas, visando ao inimigo da crença comum, se apagassem, juntando em uma só cabeça as coroas multipartidas da gente espanhola. Que argumento teríamos para a imensidade territorial da China sem a doutrina plurissecular de Confúcio, e como compreenderíamos a Índia, uma sob múltiplos e sucessivos domínios europeus, se não conhecêssemos o budismo?

A reforma protestante fez, incontestavelmente, mais e mais fundos sulcos no mapa europeu do que quaisquer outras causas das que vêm desde séculos limitando as nações.

No entanto, esquecidos da lição suprema da História, temos pirronicamente nos agarrado ao laicismo do ensino primário, conduzindo virtualmente nossas crianças para o dispersivo e desnacionalizante indiferentismo religioso.

Não é possível exagerar com pessimismo a responsabilidade que fica ao Estado de um tal procedimento. Nenhum legislador moderno contesta que cabe ao Estado a educação de seu povo, mormente na infância, quando se anula a capacidade aquisitiva individual. Compreender-se-ia dificilmente, é verdade, mas poder-se-ia desculpar um governo que negasse escolas superiores ao povo, deixando-lhe a criação a iniciativa particular? Suponho que, mesmo no Brasil, há adeptos de uma tal doutrina. Menos passível de indulgência seria por certo o governo que não provesse ao ensino secundário. Ainda aqui, no entanto, interviria, quiçá, o fator da inclinação individual e do aí vedrio pessoal de cada adolescente. Não me consta, porém, tenha sido cogitada sequer a atitude de assembléia governativa que deixasse de mão, ao alvitre de pais proletários, a educação da infância.

E crime por demais nefando para que imputasse mesmo em hipótese a qualquer dirigente de nação, semicivilizada que fosse.

Se crime nefando e horresco haveria de ser a ausência absoluta de educação da infância, como teremos por lícito, já não digo louvável, o propósito deliberado de propinar educação incompleta e claudicante?

Como formar-se uma inteligência negando alimento ao principal de seus mananciais? A vida interior da criança é precisamente a que entra em maior porcentagem na amálgama que lhe faz o caráter. Das cogitações a sós, na intimidade do próprio eu, o infante faz os nove décimos do acervo heterogêneo de seu espírito. Faz-se mister cogitem os responsáveis por sua formação em orientá-lo. E como pensar em fazê-lo, se o governo exige que não se toque ao menos no assunto religião? Haverá educação moral sem religião? Não encontraremos esta afirmativa baseada em fatos historicamente incontestes. O inverso é o que deles se salienta. Assim sendo, a premissa se impõe: ao Estado cabe a educação da infância; da educação é parte primordial o sentimento religioso.

É mister aceitar a conclusão que ressalta ao menos avisado: ao Estado cabe orientar o ensino religioso, se quer preencher o seu papel de educador.

O ensino leigo é uma solução claudicante, astutamente preferida por legisladores incapazes de encarar de frente o problema que lhes barra o caminho.

A um governo agnóstico melhor ficaria a impudente franqueza do governo mexicano impondo uma religião governamental, com a Igreja manipulada a feição, ou a brutal imposição da deusa-razão conseqüente a renúncia célebre do constitucional Gobel da França de 1893. À inteligência perversamente penetrante dos legisladores de então não escapou a alavanca poderosíssima da unidade de crença para meio de se consolidar a unidade da Pátria! Divorciava-se, porém, o governo do seu povo, e escassamente dez anos mais tarde, no altar onde se pretendia simbolizar em Mlle Aubry a suprema deusa-razão, pontificava solene Pio VII, buscado em Roma pelo gênio incontestável de Napoleão, como selo imprescindível a quem se quisesse pôr verdadeiramente a testa do povo francês...

A história repete-se, e é ingloriamente inapto para dirigir quem abandona a alavanca potente da educação completa.

Como se fletiu nas mãos fortíssimas dos adeptos de Robespierre a alavanca religiosa fixada em ponto heterogêneo da pedra angular da consciência dos franceses da revolução, há de quebrar-se qualquer outra tentativa que se não apoie na alma do povo.

O povo brasileiro é, e ainda por muitas gerações será, católico, profunda e ardentemente católico!

Faz-se mister, pois, que nesse alicerce se fundamente o edifício nacional!

Impõe-se a consciência dos nossos governos fixe aí a ponta da alavanca rija que, pela unidade de educação, pela homogeneidade de feitio das consciências, conduza a homogeneidade de sentir, a igualdade de pensar, a analogia de agir!

Em uma palavra, cumpre unificar a educação religiosa para alcançar a consolidação da unidade da Pátria!

Não se trata de violar consciências. Em ciência pululam as controvérsias, e o Estado nunca temeu escolher as doutrinas científicas que lhe apraz nos compêndios que adota. A inteligência de cada um sobram meios para que, em tempo útil, se desvie no sentido que lhe aprouver.

Ministrada a educação primeira, o adolescente se afastará da tutela oficial, no sentido que preferir ou, antes, naquele em que o oriente a própria consciência, aliada aos fatores que a influenciam. O que não se pode admitir é que o Estado perturbe o seu bellissimo problema unitário pelo vão escrúpulo de forçar consciências que ainda se não formaram.

Tenhamos a coragem das nossas convicções!

Façamos o Brasil uno, preparando em diretriz segura os brasileiros de amanhã!



SOBRE A NECESSIDADE DE PRESTAR ATENÇÃO,  
NA ESCOLA, À EDUCAÇÃO DO CARÁTER, ASSIM COMO  
AO CULTIVO DA PERSONALIDADE DA CRIANÇA

**Maria Luisa da Motta Cunha Freire**

Rio de Janeiro, DF

O conjunto complexo de nossas tendências e inclinações inatas — patrimônio em grande parte legado por nossos antepassados — constitui o nosso "caráter psicológico", que os entendidos na matéria têm classificado e subdividido em numerosos "tipos".

É o que mais correntemente chamamos "o temperamento individual".

Oposto a esta organização natural—que em muitas pessoas não sofre a mínima interferência da vontade, no decorrer de toda uma existência —, há o que alguns filósofos denominam "o caráter adquirido", isto é, formado conscientemente debaixo de um influxo mais ou menos poderoso da vontade, sobre a base das predisposições herdadas. Em resumo: este é obra da educação, como o outro é fruto da natureza. É esse caráter, orientado para ideais determinados, que mantém em dependência toda a vida do homem: seus sucessos ou naufrágios, seu crédito ou descrédito perante Deus e a humanidade. Força de síntese de toda nossa personalidade psicológica e moral, o caráter representa unidade e clareza, onde tudo mais é multiplicidade e confusão: é a coesão admirável, a íntima fusão e contínua cooperação da sensibilidade e do intelecto com a vontade. Só com o apoio desta faculdade podemos converter em ação aquilo que previamente elaboramos pela reflexão e pelo sentimento.

O estudo do caráter deixa infelizmente indiferente a maior parte dos homens; não só os despreocupados de todo e qualquer problema de aperfeiçoamento, como inúmeros entre aqueles que dedicam sua vida a pesquisas científicas ou de pretensão estética! Logicamente, não é admissível o divórcio artificial estabelecido freqüentemente entre a procura da verdade, o culto apaixonado da beleza e as noções mais rudimentares do caráter! Onde reside então a fonte da probidade intelectual, do desinteresse do sábio, das grandes realizações artísticas e das mais puras emoções estéticas?

No entanto, o testemunho eloqüente da História Universal aí está para provar o quanto o progresso moral, através dos séculos, tem ficado aquém das maravilhosas conquistas do homem no domínio da ciência! A cultura da inteligência — talvez pelo fato de produzir na criança resultados mais prontos, revestidos quase sempre de certo brilho ilusório ou real — presta-se mais para seduzir os espíritos superficiais de gerações inteiras, que lhe vão subordinando cegamente a formação do caráter.

Esta missão — não obstante a forma de dever categórico que lhe têm conferido quase todas as religiões existentes—não tem cessado de ser desprezada por pais indignos e professores ineptos e, de maneira geral, por muitos sistemas condenáveis de pedagogia, ainda hoje em vigor.

Nossa atual civilização vai se enriquecendo diariamente com magníficas contribuições do saber e da arte. De tão apreciável benefício para a humanidade, decorre fatalmente um grande mal para a juventude em particular: a acumulação de matérias nos programas escolares, cuja elasticidade, pelo menos aparente, é prodigiosa! Qual o perigo dessa contínua inserção de novos estudos? A mecanização evidente do ensino, afastado, cada dia mais, de um ideal centralizador e eficiente, capaz de fecundar os conhecimentos transmitidos para a realidade da vida. Cercados de milhares de atrativos, tendemos hoje, mais do que nunca, para a dispersão do espírito; possuímos neste século todos os meios imagináveis de especialização: científica, literária, artística, industrial, comercial, mecânica e até desportiva!

E... a crise do caráter não deixa de ser um fato, um apelo alarmante a todos aqueles que um interesse legítimo prende ao destino das crianças de sua época.

Na vida de todas elas encontraremos dois terrenos decisivos, onde são plantadas as sementes que contêm em germe o futuro da criança; são eles: a família e a escola. A influência preponderante de um ou outro destes fatores, para o bem como para o mal, equivale a promessas infalíveis de vitórias ou derrotas vindouras. Há indivíduos que, até a sua última hora, se deleitam em recordar a atmosfera benfazeja da casa paterna, ao passo que a mais ligeira reminiscência colegial lhes causa horror. Outros existem para quem a escola simboliza, através de toda uma vida, um lugar de refrigério espiritual, de conforto moral, uma idéia de estabilidade e confiança nunca experimentada no seio da família. De dados desta ordem, é fácil deduzir a manifesta deficiência que reina, ora nos lares, ora nos estabelecimentos de ensino, descuidados tantas vezes da única coisa que importa: o preparo da mocidade para a luta.

Se acontecer que ambos os lados responsáveis desprezem o dever de despertar na criança a parte mais nobre de seu ser, abandonando-a a seus instintos ou corrigindo-a com brutalidade e desamor; se a isto ainda se juntar o exemplo funesto da desarmonia ou dos arrebatamentos incontidos de um professor na aula, o que se poderá esperar do caráter que se forma entre tais ambientes? Melhor será consultar os juizes de menores, aqueles que se ocupam de delinqüência infantil, conhecendo-lhe a fundo as causas complexas, tristíssimas e criminosas...

Se, ao contrário, fosse possível fazer uma estatística numa cidade ideal, onde pais e mestres trabalhassem todos de pleno acordo, visando para as crianças os mesmos fins elevados, deveríamos presumir uma notável elevação na média de caracteres bem formados!

A colaboração inteligente da família e da escola! Eis a condição primordial para alcançar resultados duradouros em matéria de caráter!

A família, que abrigou a criança até o momento em que começa sua instrução pela escola, que lhe conhece mais do que ninguém os defeitos atávicos, tem que dar a mão ao professor, sem o que a obra deste será necessariamente incompleta. A obrigação do pedagogo deve repousar sobre um conhecimento aprofundado da natureza humana — única base científica para a educação moral. Cabe-lhe a tarefa de estudar com interesse e compreensão a atmosfera especial onde vive cada aluno, as boas ou perniciosas influências que o circundam, para entrar mais esclarecido em plena atividade, confiante na perfectibilidade moral do homem. Tirar desta o maior partido possível é o fim sublime da educação.

O mestre que não for pessoalmente um caráter pouco ou nada alcançará A lição cristalizada no exemplo vale por toda uma enciclopédia de conhecimentos teóricos! A bondade real, que não exclui firmeza nem justiça inflexível em qualquer circunstância, o domínio de si próprio que transparece na paciência e igualdade de humor; saber ver nas crianças, antes de tudo, a alma imperecível, sem a mínima consideração de fortuna ou classe social, vencendo preferências ou antipatias arbitrárias: eis a marca definitiva daquele para quem o professorado não é só ganha-pão, mas declarada vocação! Quem não fica penetrado desta verdade ao ler o livro tão tocante de Ângelo Patn. *Em Caminho da Escola a "Amanha"?* Com que sinceridade e singeleza este grande educador do povo, emigrado italiano de origem humilde, nos descreve seus trabalhos de longos anos nas escolas mais pobres de Nova Iorque, freqüentadas por milhares de crianças: elementos heterogêneos, descendentes de pais tarados, lançados no mundo sem o menor discernimento entre o bem e o mal! Com que paciência e incansável labor operou este mestre pelo nobre ideal da cooperação, visitando os lares mais despre-venidos, atraindo os pais a escola por meio de pequenas reuniões, nas quais acabavam por ser debatidas as questões mais prementes relativas a criança! Sua proverbial bondade tanto sabia castigar como encorajar o menor esforço surpreendido na via do Bem!

Quanto lucraria a sociedade, se todos os que se destinam a educação de criaturas moralmente ainda amorfas soubessem compreender integralmente a beleza do seu encargo!

Os sacrifícios do magistério, como os da medicina, vão seguindo seu curso, deixando em inconcebível indiferença o mundo, espectador ignaro ou, por outro, igualmente pervertido.

A ausência total de ideal torna inúmeros docentes incapazes de fazer desabrochar num espírito juvenil desejos ou pensamentos dignos de cultivo; é deprimente a idéia de um professor exclusivamente preocupado de dar conta do programa, como se centenas de crianças a ele confiadas não passassem de máquinas mnemônicas ou receptáculos passivos de sua própria erudição livresca!

Que perspectivas ilimitadas nos descortina a criança desde o primeiro despontar de sua inteligência! Quantas possibilidades de expansão já oferece a sua atividade o jardim da infância instituído pelo grande Froebel! Num quadro atraente e risonho, substituindo vantajosamente muitos lares pouco favorecidos, cuida-se aí, em primeiro lugar, de ensinar-lhe a arte preciosíssima de saber se ocupar! Com úteis e engenhosos passatempos, já ela vai perdendo o gosto de jogos turbulentos e desenfreados, adquirindo estímulo para o trabalho e, o que é mais ainda, a noção progressiva de sua utilidade no mundo. Por menor que seja a célula isolada num vasto organismo produtor, não se deve desprezar sua modesta contribuição. Neste período elementar da formação do caráter, os ensinamentos devem ter um cunho todo especial de simplicidade, banindo qualquer sombra de dogmatismo; é preciso evitar tudo o que se assemelhe a lições decoradas ou fundadas sobre preceitos teóricos. Associar a criança ao movimento prático das salas em que se reúnem ou do jardim, fazendo-a executar pequenos serviços manuais, confiar-lhe um canteiro para cuidar, um passarinho para tratar, tudo isto vai lhe inculcando método, interesse por coisas de aparência insignificante e um sentido relativo de sua responsabilidade. Instigá-la a arrumar cuidadosamente seus brinquedos e utensílios, zelando-os sem tocar nos que pertencem a seus companheiros, constitui uma proveitosa lição de ordem que, ao mesmo tempo, vai lançando a semente do respeito mútuo imprescindível em toda coletividade. Um defeito infantil, que tanto pode provir da ingenuidade

como do desejo de prejudicar, é a mania de enredar; já basta que tenha sido alimentada, bastante tempo, por certos sistemas retrógrados de policiamento escolar, para que numa classe mereça ser energeticamente extirpada. Cumpre ao pastor de tantas almazinhas ainda incultas mostrar-lhes os limites entre aquilo que vêem e devem repetir e o que não vale a pena de prender sua atenção. A vida, por sua vez, se encarregará de provar-lhes que na criteriosa subordinação de coisas fúteis e secundárias a outras, essenciais ao homem, também reside uma dose inconfundível de caráter. A criança, em vez de espionar os companheiros, precisa tratá-los com simpatia, confessando, porém, suas próprias faltas sem fugir da verdade. Não era sem razão que os antigos persas plantavam nesta virtude a raiz de toda educação. Todos achamos que uma criança mentirosa é um monstrozinho detestável; mas por que mente ela? Sem falar de taras hereditárias, a mentira na infância é muitas vezes a conseqüência natural do medo. Quantos pais e quantos mestres, saltando as barreiras da mais rudimentar educação, só sabem falar gritando e ameaçando! Crianças tímidas, nervosas e impressionáveis requerem, neste sentido, tratamento todo especial... Basta um castigo injusto, uma palavra má, daquela ironia felina que fere profundamente, para destruir numa alma sensível de criança a confiança nos entes que a cercam, paralisando (o que é mais triste) suas próprias forças no que elas tinham de melhor e de mais espontâneo! É, pois, uma direção segura que se impõe para familiarizar com o amor da verdade o espírito infantil, desde seu primeiro indício de compreensão moral. A mentira na vida se apresenta sob tantos aspectos habilmente velados: a lisonja sedutora, as criações desregradadas da imaginação, a mentira de circunstância (dita social), que nunca poderá ser bastante combatida! Se, a princípio, é a feitura concreta do ato censurado que mais impressiona o pequeno culpado, pouco a pouco ele irá procurando descobrir a verdade naquilo que vê e ouve em redor de si, podendo até um dia tomar-se campeão militante por alguma grande verdade. Não foi este o ideal de todos os mártires, os da fé, os da ciência, os do patriotismo? A pureza e a elevação do pensamento já podem ser, igualmente, desde bem cedo, alimentados na criança; a exigência do mais esmerado asseio exterior tem se manifestado um excelente meio para ilustrar este conceito ainda por demais abstrato. O respeito de seu próprio pequenino *eu* só tenderá a desenvolver-se sempre mais, se ela aprender a defender seu coração de manchas negras quanto a mentira, a preguiça ou a má criação...

Uma das falhas típicas da denominada educação antiga é a tendência despótica do professor ao nivelamento das classes, cortando, arbitrariamente, qualquer esboço de iniciativa pessoal. Ora, se agir é sinônimo de viver, e se a imaginação, faculdade predominante na criança, a predispõe singularmente a criações de toda espécie, como legitimar a hostilidade de tantos educadores contra o cunho individual revelado por discípulos diferentes do rebanho comum? Nova miopia proveniente da rotina; esta tem o fito constante de isolar a escola, tal um campo entrincheirado, contra qualquer influência extrínseca. O erro de não querer ver na escola (onde o menino ou a menina passa os anos decisivos para a formação de sua personalidade) o traço de união necessário entre a família e a sociedade só tem servido para aumentar no mundo a legião dos naufragos, dos que não possuem vontade própria nem orientação definida! Corrobora, por assim dizer, a obra de certos pais egoístas, que, confinados ao círculo exclusivo de sua casa, entendem criar seus filhos não para a vida ativa, mas para si, sonhando para eles uma existência sem nuvens, sem sofrimento, ao abrigo de todo perigo; pura quimera que, realizada, significaria a repressão do caráter antes mesmo de ele poder revelar-se.

Se por alguns lados os sistemas modernos têm falido em terrenos insuficientemente preparados, é justo que colham os mais francos elogios em tudo o que diz respeito a promoção da iniciativa. Como defender métodos livrescos num século que reclama antes de tudo ação, esforço próprio, eficiência? Felizmente, muitos esforços já se vão generalizando para afastar o ensino corrente da teoria árida e estéril. É assim que assuntos variados e exercícios livres vão tomando o lugar de antigos temas obrigatórios, da mesma forma que o estudo das línguas vivas é completado por aulas de conversação, o das ciências físicas e naturais por experiências de laboratório e ao ar livre.

Foi nos Estados Unidos, campeão da iniciativa mundial, que teve origem um movimento interessantíssimo em prol da administração da escola pelos próprios alunos. O exemplo tem sido seguido na Inglaterra, em partes da Alemanha, da Áustria e da Suíça, mesmo em Cuba, sempre com evidente proveito moral para os interessados. A inovação mais típica neste regime *da school-city* é a consulta a opinião pública, isto é, a toda uma classe ou ao colégio inteiro, em questões referentes ao interesse coletivo. Ali, onde dantes pontificava o mestre, único representante da autoridade consagrada, vemos um grupo de alunos, eleitos por unanimidade e investidos de cargos respectivos, velando sobre a moralidade e a estrita observância do regulamento. O fato de os piores elementos de uma classe também serem admitidos a votar e a dar seu parecer tem alcançado resultados prodigiosos pela estimulação do amor-próprio. O princípio dominante não difere em nada, aliás, daquele que serve de lema ao Exército de Salvação: "a reabilitação dos culpados pelo próprios delinquentes". Foi o mesmo que fez a grandeza de Roma como colonizadora na Antigüidade e as lacunas da política alemã na Alsácia-Lorena.

Nos colégios onde vigora este sistema, é freqüente encontrar-se, por exemplo, um conhecido adversário da limpeza exercendo conscienciosamente o posto de inspetor sanitário, tal outro, desordeiro e rebelde, responsável pela disciplina de sua classe. Lindsay, um afamado juiz de menores no Colorado, relata a este respeito incidentes dignos de nota: chegou até a empregar uma quadrilha de jovens ladrões na defesa da ordem pública de uma cidade. Só quem por longos anos lidou com meninos ou meninas corrompidos pelo lar ou já por natureza pode calcular o valor imenso deste apelo dirigido a razão do indivíduo, as suas boas qualidades latentes, ao seu ser superior. O sentimento de responsabilidade, inseparável da idéia de cumprimento do dever, encontra neste regime estímulo ativo e constante. Nos múltiplos ensejos que a disciplina escolar oferece diariamente para provar o ponto de honra de cada um, vai se firmando, cada dia mais, o domínio pessoal sobre as tentações da língua, da preguiça, da inveja, da cólera, da insubordinação. É para lamentar que, nos países latinos em geral, ainda estejamos tão afastados de semelhantes organizações, tao proveitosas a formação de caracteres e de bons cidadãos. Nosso apego exagerado a antiquados métodos pedagógicos, sacrificando facilmente a atividade a eloqüência, e nossa tendência social (comunitária, segundo o termo de Desmoulins), que consiste em apoiar-se mais no grupo, na família, nos poderes públicos, na comunidade, enfim, sem contar com o esforço individual, muito têm nos prejudicado até hoje em todos os sentidos. O século XX irrompeu felizmente sob novos auspícios; fundemos, por conseguinte, novas esperanças!

No curso dessas considerações naturais sobre a influência manifesta da escola na vida do homem, foi intencionalmente evitada a questão delicada das reações recíprocas entre moral e religião...

Não vem ao caso discutir a perfeita moralidade de inúmeros indivíduos que, pelo menos oficialmente, não parecem religiosos; nem as falhas deveras deploráveis da conduta de muitos

que professam assiduamente. O problema é o seguinte: qual é a influência do sentimento religioso na formação moral da criança?

O homem que alia tão singularmente o espírito a matéria inclina, por sua dupla natureza, a crença numa dupla predestinação; ensinar-lhe os meios de atingi-la constitui, de uma parte, o objeto da moral leiga, de outra, o da moral religiosa. As noções isoladas do Bem, da Verdade, do Belo e da Perfeição acham-se, pela Religião, admiravelmente sintetizadas na idéia de Deus. Os atos, ora submetidos a sanção própria, ora a de nossos semelhantes, encontram no Ser Supremo seu juiz infalível e consagração definitiva. A fé na estabilidade deste Deus infinito confere a vida da criatura humana uma segurança extraordinária. O que nos autorizaria, pois, a privar a criança, destinada fatalmente a sofrer e a lutar de mil maneiras, desse reconforto sobrenatural, que não tem outro senão elevar suas vistas cada vez mais para o ideal absoluto? A célebre Maria Montessori, apesar de sua atitude bastante neutra em matéria religiosa, reconhece abertamente, numa curiosa passagem do seu *Método de Pedagogia Científica*, a inegável importância do sentimento religioso na vida do homem, que, desde a infância, tem direito a este precioso alimento espiritual.

Que vantagem não reside para a criança em aprender a admirar e a imitar o modelo vivo, tão humano quanto perfeito, da pessoa de Cristo, a única que encarnou integralmente todas as virtudes constitutivas de um caráter!...

#### CONCLUSÕES

Se, por um lado, a escola necessita absolutamente da colaboração da família na sua dupla missão de instruir e de educar, tem ela, por sua vez, o estrito dever de promover a valorização do indivíduo, proporcionando-lhe todas as garantias naturais e sobrenaturais susceptíveis de armá-lo para a vida prática como para todo conflito interior. Corrigindo, na medida do possível, as falhas vindas da natureza ou de certos ambientes domésticos, ela não deve esquecer que "o mestre que só transmite conhecimentos não passa de um simples operário; aquele, porém, que modela o caráter é um artista", e isto na mais verdadeira extensão da palavra...

TESE N<sup>o</sup> 71

## A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO

**Ferreira da Rosa**

Colégio Militar e Pritaneu Militar

**E**u bem sei quanto é difícil apresentar a um congresso pensamento que mereça atenção. Contudo, inúmeros pensamentos se oferecem, sempre; e, em congressos de instrução e educação, maior é o número de concorrentes que desejam apresentar idéias — cada qual a mais honesta — e humanitariamente empenhados em ser úteis a coletividade.

Eu devia ou, antes, podia ficar tranqüilo no meu canto final, esperançado nas conclusões deste congresso em que alta espiritualidade se reunirá, e grandes esforços far-se-ão pela felicidade, pela dignidade do Brasil. Entretanto, abalanço-me. Afoito-me a intervir, só porque julgo oportunas e de oportuna vulgarização idéias que sustento com um real e vivacíssimo interesse: o de chamar a atenção pública para o maior inimigo da perfeita e harmônica educação nacional.

O problema da educação é antigo. É problema permanente. Já teve muitas soluções e outras muitas terá. As condições da civilização mudam freqüentemente alguns de seus dados, mas o x é sempre o mesmo: Como educar as gerações de educandos que hão de ser educadores?

Têm se sucedido alvitres, métodos, sistemas, doutrinas, conferências. Uma literatura vastíssima, respeitabilíssima pelo que representa de amor ao assunto primordial, espalha-se há muito por livros, revistas e jornais.

É o pai, é a mãe, é o professor, dizem; são os três, alternada ou simultaneamente, dizem, que educam a criança, o adolescente, o moço, incutindo-lhes noções de afeto, de cordialidade, de disciplina, de deveres; são eles que ensinam a amar, a respeitar, a brincar, a estudar, a progredir, guardado acatamento aos direitos do semelhante, educado nos mesmos ditames da mesma moral.

Sim. Serão o pai, a mãe, o lar doméstico. Todas essas entidades têm sua função proeminente, incisiva no trabalho de formar o caráter do cidadão.

O educando ou educanda recebe desde os primeiros passos, desde o balbuciar das primeiras palavras, desde as primeiras manifestações da sua vontade, a lição benéfica da experiência dos seus maiores — criadores, educadores —, interessados pela conservação da sua saúde, pela graça de seus gestos, pela dignidade das suas atitudes, pela clareza do seu entendimento, pela multiplicação dos seus conhecimentos, pela moral das suas relações pessoais.

Sim. A esses obreiros tem cabido e caberá, inicialmente, a educação das gerações de educandos que hão de ser educadores, mas...

Aí, venho pôr diante de vós, senhores congressistas, a incômoda, famosa e fatal adversativa: mas, admitindo mesmo uma notável capacidade moral nesses obreiros todos, não poderá conservar se perfeita a sua obra.

As faculdades apreensoras dos educandos, as inteligências que os educadores cultivaram, ficarão sujeitas ao ambiente social; e este é um ambiente impregnado de maldades, insensatez, lubricidade, egoísmo, malevolência e maledicência, nada contribuindo para conservar uma boa educação tudo concorrendo para demolir e arrasar toda a obra educadora.

Isto é o que eu desejo fazer considerar, senhores congressistas. A sociedade está impedida de se regenerar pela educação na família ou na escola, porque há um inimigo formidável que se opõe abertamente a educação, por falta de educação.

Nós temos esse inimigo diariamente no interior de nossas casas. Ou ele se insinua por baixo das portas, ou no-lo traz o correio, ou carregamo-lo nós, voluntária, habitual, imprudentemente, a qualquer hora, pagando até para que não nos falte esse monstro a mesa, no dormitório, no jardim, onde quer que nos achemos.

O educando, assim que sabe ler, familiariza-se com tal monstro e aprende com ele uma infinidade de coisas que os educadores nunca lhe haviam ensinado e mesmo coisas em oposição as que lhe ensinaram em casa e na escola. Empolga-o a novidade que nem tem ares de fruto proibido, pois ninguém lhe proíbe contato com semelhante inimigo. Entretanto, é inimigo e dos maiores: destrói radical, tenaz e irremediavelmente toda a educação moral e cívica.

O moço vê esse monstro exaltar e romantizar ações de criminosos, desacatar, enxovalhar, ridicularizar as autoridades que o pai, a mãe e o educador recomendaram a sua veneração. Vê-lo dar baldões em nomes que pronunciava reverentemente e devassar lares com irreverência de saltador. Admitamos que o moço tenha recebido uma finíssima educação. Que desordem lhe produzirá no senso íntimo um novo panorama de crueldades, sarcasmos, brutalidades, arrelias, disparates, insultos, afrontas e desafrontas — espelho em que se reflete somente a loucura humana e onde não há espaço para as imagens do Bem, do Amor, do Altruísmo, da Virtude?

O monstro acoroçoa e lisonjeia a mocidade turbulenta; descreve, sem reboço, ignóbeis cenas de alcouce e lugares escusos; divulga torpezas e degradações que só a polícia interessa conhecer para coibir; estampa coisas repugnantes; aplaude atitudes condenáveis dos seus apaniguados e torce e deforma a verdade contrária aos seus interesses! O monstro preconiza espetáculos de autores e atores desabusados; retumba vocabulário grosseiro, sem se importar com o pudor público; desafora-se; revela e propaga ódios, ambições, sentimentos inferiores, que ao educando surpreendem e impressionam indelevelmente.

O espírito do educando recebe tal choque e capacita-se de que os educadores não lhe disseram tudo. Acredita que aquele monstro é o necessário e grande mexeriqueiro da vida. Não deve ser coisa má, pois que nunca o preveniram contra a sua existência.

E não o preveniram os educadores por falta de desassombro ou de lucidez para classificarem devidamente esse inimigo que é a má imprensa, o falso jornalismo dissolutamente praticado.

Senhores congressistas! Enquanto criaturas levianas, ignorantes ou ímprobas tiverem liberdade de publicar o que bem ou mal escrevem, não poderemos contar com êxito na obra de educação do povo, nem nos lares, nem nas escolas.

Enquanto não forem educados os publicistas, os que dispõem de imprensa para diária ou semanalmente vulgarizarem seus escritos, não conseguiremos a higiene mental, não poderemos ter a mocidade orientada, ordeira, estudiosa, obediente, respeitadora, dignamente patriota, convictamente progressista.

Formule, embora, o pai os conselhos da prudência (se leituras quotidianas lhe não houverem ainda arruinado o bom senso); dê a mãe exemplo de virtudes (se a não tiverem já envenenado leituras licenciosas); esforcem-se o professor, o educador em ensinar regras da melhor conduta (se os não transviar, também, a leitura de maus periódicos), o moço, a moça que houver recebido todos esses conselhos, exemplos e lições, não possuindo espírito excepcionalmente forte, há de vira ter, fatalmente corroídas, minadas, subvertidas, a razão, a mentalidade, a moralidade, por efeito da ação do monstro.



Os preceitos virtuosos ficarão constituindo o forro interno, a memória histórica do preparo amoroso que o educando recebeu; na vida ativa, porém, na vida de relações, ele ou ela será o que instantaneamente divulga, insinua, sugere e apregoa a imprensa.

Ora, havendo nestes órgãos sem critério, sem pejo, sem gramática—dissolutos e dissolventes—, a que ficará reduzida a educação dos leitores dessa má imprensa?

Essencial, pois, para a obra da educação nacional é o desaparecimento do monstro.

Não se pense em restrição ao jornalismo, mas na interdição do jornal torpe. Ele não pode, não deve continuar com a liberdade inconcebível de infelicitar a sociedade brasileira.

Distingamos entre jornalista e alucinado.

O jornalismo bem compreendido é, ao mesmo tempo, escola e tribunal; o jornalista digno pratica simultaneamente o magistério e a magistratura.

Ser jornalista é exercer a profissão mais importante, mais elevada que se pode exercer entre gente civilizada. Jornalista não é o primeiro que disponha de uma pena e de um prelo. Para ser jornalista respeitado é indispensável capacidade intelectual e moral e instrução que o habilite a tratar dos grandes interesses nacionais, elucidando governantes e governados.

A arte de ser jornalista não é arte de escrever insolências, nem de noticiar espurcícias. Altíssima, nobilíssima é a função do homem que escreve diariamente para um público ávido de informações e conhecimentos. Os pais falam aos seus filhos; o professor, o educador, aos seus escolares; o jornalista dirige-se a toda população e a muitos leitores fora do País. Defendamos o grande e poderoso instrumento que é o jornal das mãos de ímprobos e de incapazes que o estão aviltando, se queremos que tenha eficácia, durabilidade, consistência e subsistência a obra da educação nos lares e nas escolas.

É fantasia pensar na educação popular enquanto a imprensa não for rigorosa, espontânea, fundamentalmente moralizada. O redator de um jornal é obreiro da nacionalidade. É preciso contar com a sua educação para educador.

A função do jornal como convém a sociedade é instruir, advogar, esclarecer, harmonizar a gente; pregar a fraternidade e facilitar o bom entendimento entre os trabalhadores que são patrões e os trabalhadores que são empregados; noticiar preferentemente casos de valor, bondade e justiça; elevar o nível social; promover a ordem, a paz, a beneficência, a cordialidade entre os indivíduos. O jornalista deve ser lúcido continuador do espírito de Jesus, não trêfego representante do espírito do mal.

A que conclusão chega, então, esta minha memória?

Poder-se-á resumi-la nas seguintes ou como melhor entenderem os senhores congressistas.

1) Ainda que os moços saiam educados do lar ou da escola, a má imprensa arrasa-lhes a educação e os desnorteia no caminho da honestidade.

2) A má imprensa contamina também a mente dos educadores, desorientando e levando-os a tolerâncias e transigências desastrosas.

3) A ação contínua da má imprensa está degradando a mentalidade nacional. Urge reagir.

4) A má imprensa vem destruindo a autoridade que a imprensa conquistara para examinar, criticar os atos dos governos e dos seus delegados; a desmoralização e o desconceito chegam ao extremo, não havendo mais governos que a respeitem, porque não lhe respeitam mais a opinião pública.

5) Por amor a educação, apoiemos só a boa imprensa que escolha escrupulosamente os seus funcionários e restaure os créditos do jornalismo.

6) Por amor a educação, talvez a este congresso convenha pedir ao Congresso Nacional severas medidas contra a imprensa que se desmoralizou, que só difunde toxinas e degrada o povo.

7) Por amor a educação, estimaria que este congresso firmasse o conceito de que o jornalismo é sacerdócio e não comércio.

8) Por amor a educação, podia este congresso aconselhar a fundação de uma Escola de Jornalistas, curso e diploma obrigatório para todos os que exerçam a profissão, com responsabilidade material, e perda do diploma para todos os que se divorciassem da ética profissional.

TESE N<sup>o</sup> 72

## A EDUCAÇÃO MORAL DOS ESCOLARES COM BASE NO SENTIMENTO

J. A. de Mattos Pimenta  
Rio de Janeiro, DF

*O poder intelectual e a formação científica sem a integridade de caráter podem ser mais nocivos que a ignorância. A inteligência superiormente instruída aliada ao desprezo das virtudes fundamentais constitui uma ameaça.*

Princípio enunciado pela Suprema Corte  
de Justiça de Massachusetts

**S**urgiu-nos no espírito uma idéia, talvez desvaliosa. talvez já aventada, mas que nos parece útil a educação moral dos escolares. E como uma das grandes causas de fraqueza dos povos latinos provém do fato de suas universidades cuidarem muito da instrução científica e quase nada das qualidades de caráter que fazem o valor do homem na vida, conforme o justo conceito de Gustavo Le Bon, oferecemos aos interessados na educação nacional esse estudo que, se não for uma sugestão feliz, será pelo menos prova de nossa boa vontade e nossa simpatia pela obra da Associação Brasileira de Educação.

Henry Poincaré assegurou:

Toute morale dogmatique, toute morale démonstrative est vouée d'avance a un échec certain; elle est comme une machine ou il n'y aurait que des transmissions de mouvement et pas d'énergie motrice. Le moteur moral, celui qui peut mettre en branle tout l'appareil des bièles et des engrenages, ce ne peut être qu'un sentiment.

Anatole France deu como derradeira opinião de Jérôme Coignard a seguinte sentença:

Les vérités découvertes par l'intelligence demeurent stériles. Le cœur est seul capable de féconder ses rêves. Il verse la vie dans tout ce qu'il aime. C'est par le sentiment que les semences du bien sont jetées sur le monde. La raison n'a point tant de vertu.

Poincaré e Anatole France têm razão.

Os dogmas das religiões, as demonstrações da ciência e os raciocínios da filosofia não conseguiram modificar profundamente o homem. Todos, com efeito, concordam com Le Dantet de que basta uma simples arranhadura no nosso verniz de homem civilizado para que se descubra logo o velho homem feroz das cavernas.

É que a energia motora das ações morais reside no sentimento. Sem a educação deste, de nada valem os sentimentos da religião, da ciência e da filosofia. As verdades são inúteis. A razão não tem virtude. Só o sentimento é capaz de lançar e fazer as sementes do bem.

"O coração tem suas razões que a Razão desconhece", dizia Pascal. Procuremos, pois, dar a moral a base sólida do sentimento, habituando-o ao bem, despertando-o no coração dos homens.

Para isto, analisaremos rapidamente essa fonte de energia moral, buscando descobrir como poderemos educá-la para a prática das virtudes fundamentais.

Entremos, pois, no assunto.

O altruísmo é uma concepção metafísica. O egoísmo, ao contrário, é protoplasmático no homem.

Todas as ações humanas são inspiradas pelo temor de um castigo ou pela esperança de uma recompensa. São morais, portanto, na aparência. São egoístas, portanto, no fundo.

Há porém, sem contestação, diferentes graus de egoísmo. Há demonstradamente, por outro lado, influências capazes de despertar um egoísmo nobre, como há influências capazes de desenvolver um egoísmo animal, desenfreado.

Por isso Sócrates definia a moral como "o domínio de si mesmo".

Esse domínio, porém, depende menos da vontade, do raciocínio ou da razão do que do sentimento.

Voltemos, pois, a este.

Preliminarmente, podemos notar que, das duas fontes geradoras dos atos humanos — o temor de castigo e a esperança de recompensa —, a primeira é menos forte e menos capaz de boas ações.

O homem, com efeito, que não comete um crime só pelo temor de um castigo não tem nobreza alguma, dispõe de frágil sustentáculo moral e facilmente cairá em falta.

Daí a relativa inocuidade e desprestígio das repressões penais. Daí a supressão dos castigos corporais como processo educativo dos escolares.

O castigo não regenera, antes deprime o caráter.

O temor é uma inspiração baixa que não educa, senão que degrada o homem.

Para o êxito da educação convém, pois, muito mais a outra fonte de energia.

Na verdade, o homem que se move pela esperança de uma recompensa, embora isso seja mera manifestação de egoísmo, poderá, entretanto, ser capaz das mais nobres ações, poderá chegar a dispor de energias morais incalculáveis.

Daí o uso crescente das recompensas como estímulo dos esforços dignos. Daí a instituição dos prêmios como processo educativo dos escolares.

Podemos então enunciar o seguinte princípio geral: "Por toda parte e em todas as ocasiões, devemos nos esforçar por substituir o mais possível os meios coercitivos e deprimentes do castigo pelo processo livre e estimulante da recompensa".

Mas a natureza da recompensa é essencial na formação do caráter. Estudemo-la, pois.

As recompensas podem ser divididas em dois grandes grupos: materiais e imateriais.

As recompensas materiais tocam os sentidos e por meio destes é que acordam o sentimento. Nessas condições, elas provocam sempre um interesse subalterno, um egoísmo que chamaremos de inferior.

O sentimento despertado através da sensibilidade física, subordinado a esta, não é o sentimento puro.

As recompensas materiais, porém, têm gradações no seu maléfico efeito sobre a educação.

Elas podem, com efeito, ser em dinheiro, em objetos e honoríficas.

É claro que as de ordem pecuniária são aviltantes, não desenvolvem as qualidades sãs da alma; despertam antes os prazeres materiais da vida. A um inquérito feito pelo *Times* sobre o dinheiro, conseguiu o primeiro prêmio um inglês que respondeu: "Com o dinheiro podemos comprar tudo, menos a felicidade". Nós acrescentaríamos: "e nunca a virtude".

Todo aquele que oferece prêmio pecuniário para provocar em alguém o sentimento do dever ou a prática de uma boa ação age de modo contraproducente.

A ação do dinheiro sobre o caráter é sempre corruptora. Sobre tal base não pode repousar a educação. Nunca poderá o dinheiro despertar energias morais.

Basta compararmos a ação dos soldados mercenários com os feitos dos combatentes voluntários de um ideal, para certificarmos quão precário é o recurso do dinheiro nas manifestações superiores da vida.

A recompensa pecuniária constitui a exceção do princípio geral que enunciámos. O temor do castigo, com efeito, é menos aviltante para o sentimento que a esperança da recompensa em dinheiro.

Em relação a recompensa em objeto, é claro que ela tem quase os mesmos inconvenientes que a de natureza pecuniária; é sempre a cobiça que trabalha por uma satisfação material. São ambições baixas que se desenvolvem. Toca-se o sentido primeiramente a caminho do sentimento.

Mas, pela utilidade restrita, o objeto não provoca os danos que o dinheiro causa. Este é transformável em todas as utilidades e, assim, pode satisfazer a todos os desejos materiais. Ora, quanto mais aguçados forem estes desejos, menor será a capacidade moral do indivíduo.

É da verdade destas noções, pressentidas, que nasceu a idéia dos prêmios honoríficos como mais consentâneos com a educação moral.

As recompensas em distintivos, medalhas, condecorações, títulos, etc, foram então instituídas e vão sendo largamente praticadas, principalmente pelos povos latinos.

Incontestavelmente, das três ordens de recompensas materiais — dinheiro, objeto e honorífica —, esta última, pela sua inutilidade material, é a única capaz de beneficiar e desenvolver sentimentos elevados. Tem no entanto, um defeito capital: estimula e anima também a vaidade; e a vaidade hipertrofiada pode conduzir o homem aos atos mais vis.

Contudo, a vaidade é uma força que pode ser orientada para uma finalidade nobre. O indivíduo, por exemplo, que tem a vaidade de ser querido sente-se disposto a fazer o bem. O homem de governo que tem a vaidade de ser popular em geral governa a contento, pelo menos governa de acordo com o povo, pratica a democracia, que, segundo Coolidge, "vale mais que qualquer outra coisa do mundo".

Em geral, porém, as vaidades dignificantes não são despertadas pelas recompensas materiais, nem mesmo pelas de natureza honorífica.

Estas despertam ou desenvolvem, quase sempre, vaidades subalternas e contrárias a educação.

De um dos principais colégios do Brasil, onde as questões de pedagogia são penetradas a fundo, onde o zelo pela educação moral emparelha-se com a preocupação da cultura intelectual —o Curso Jacobina —, transcrevemos o seguinte trecho retirado de um seu relatório: "Estava então em prática o sistema de distribuição solene de medalhas, em assembléias mensais, conforme as notas do mês. Os títulos conferidos eram: para os primeiros lugares, presidente, vice-presidente e prefeita, e para as notas de comportamento, conselheiras. Mais tarde, foi esse sistema substituído pelo dos boletins mensais, mais prático e sem os inconvenientes da rivalidade e vaidade cultivadas pelas medalhas."

Aí está uma observação autorizada e insuspeita, oriunda de uma experimentação verdadeiramente científica, porque foi feita sem idéia preconcebida e até com a convicção de um resultado oposto ao observado, visto que o referido colégio instituiu as medalhas e as hierarquias visando estimular o caráter dos escolares.

No seu afã de educação moral, acaba o mesmo colégio de publicar a seguinte resolução: "O Curso não dá medalhas como recompensa: a sua opinião é de que o incentivo deve ser no estudo e não numa coisa exterior a ele."

É incontestável que a recompensa material estimula o escolar ao estudo, mas avilta o sentimento.

Chegamos assim a reconhecer a influência nefasta de todas as recompensas materiais, sejam estas em dinheiro, objetos ou distintivos, como reconhecemos, antes, a nocividade da ameaça ou temor de um castigo na educação moral dos homens.

Mas se todo ato, na verdade, é praticado pelo temor de um castigo ou pela esperança de uma recompensa, se não existe o altruísmo puro, se as ações humanas provêm todas daqueles dois mananciais, será dentro destas condições que teremos de desenvolver nosso esforço em prol da educação.

Preso nesse círculo, aí encontramos felizmente um bom elemento educativo, justamente o único que nos resta discutir e que é o da recompensa imaterial, a recompensa que não fere a sensibilidade física ou os sentidos, senão que toca diretamente a sensibilidade moral ou o sentimento.

A recompensa imaterial é o domínio exclusivo da consciência, e sua expressão mais elevada é a satisfação íntima do dever cumprido.

Os atos praticados na esperança de tais recompensas são egoístas, sem dúvida, mas são de um egoísmo nobilitante. São egoístas porque visam a um benefício próprio, que pode ser a gratidão, a homenagem, o respeito, a admiração dos demais homens para com o autor do ato; ou, o que é mais raro, o simples prazer íntimo.

Eclaro que sem ao menos esse prazer íntimo, sem essa impulsão interior, ninguém praticará um bom ato só para praticar o bem.

E isso porque o altruísmo puro é uma ilusão: a abnegação e o espírito de sacrifício, que custam as vezes formidáveis esforços morais, nascem sempre de um prazer íntimo; são como um grande raid a pé ou uma longa travessia a nado, que custam as vezes formidáveis esforços físicos e são praticados freqüentemente por mero prazer íntimo. E assim como podemos treinar o corpo para estes feitos, devemos educar o espírito para aqueles atos.

Notável é que a recompensa do prazer íntimo satisfeito é a que provoca maiores audácias, é a que gera maiores energias.

Lindbergh não atravessaria o Atlântico, em um vôo e só, pela coação, pelo temor de um castigo. Ele não cometeria tao grande feito sob o estímulo de uma recompensa material, pecuniária ou em objetos. Nem mesmo animado pelas recompensas honoríficas das condecorações que recebeu.

Seu arrojado nasceu de um prazer íntimo, de um desejo puro do espírito. Por isso, chegando a Paris, ele reconheceu que "as energias do espírito haviam dominado a covardia da matéria".

Fossem os interesses materiais que tivessem determinado sua tentativa e ele não encontraria no espírito a força de que necessitou para o êxito.

Fossem razões exteriores e materiais, que ferem os sentidos, em vez de uma razão interior e imaterial, que fala ao sentimento, e Lindbergh não teria sequer tentado a façanha.

Não precisamos, porém, trazer exemplos. É comezinho que as recompensas imateriais são as únicas verdadeiramente educativas, tanto assim que costumamos chamá-las recompensas morais, em oposição as outras.

No entanto, muitos colégios e muitos educadores continuam a fazer uso das recompensas materiais, em objetos utilizáveis ou apenas honoríficos, como se o sentimento — fonte única das ações morais — pudesse ceder a tais tentações quando não cede inteiramente as seduções suaves da religião, as demonstrações irrefutáveis da ciência, as razões superiores da filosofia.

Ao homem apaixonado por uma mulher ou por uma idéia, ao homem movido pelo sentimento, todo o dinheiro do mundo, todos os bens materiais, todas as recompensas honoríficas valem por nada, porque ele vai ao sacrifício até da própria vida, tendo o instinto de conservação física superado pelo instinto moral de conservação moral, como se a alma lhe valesse mais do que o corpo.

A energia provinda do sentimento tem mistérios impenetráveis.

Detenhamo-nos, porém, aqui, nos umbrais da religião e da metafísica.

Nós não sabemos bem o que é a eletricidade. Verificamos que é energia física e aproveitamo-la para o conforto da humanidade. Nós desconhecemos as raízes reais do sentimento. Sabemos que é energia moral, devemos utilizá-la para a felicidade dos homens.

Despertar no sentimento suas energias sadias, orientadas para o Bem, eis o trabalho da educação.

O sentimento, porém, embota-se e degrada-se sob agentes materiais. Ao contrário, apura-se e eleva-se sob agentes imateriais.

E se "les actes produisent des habitudes, et les habitudes des actes", conforme os dois princípios de Malebranche, os agentes nobres criarão hábitos de nobres ações.

Aliás, Aristóteles já dizia que a virtude é um hábito.

Pelo exposto, vê-se que, para criarmos bons hábitos morais nos escolares, para educá-los, enfim, devemos atender a estes princípios:

1) Suprimir todas as ações sobre a sensibilidade física, quer sejam castigos corporais, quer sejam recompensas materiais.

2) Procurar agir sempre sobre a sensibilidade moral, quer por demonstrações de respeito e admiração dos mestres e dos colegas em homenagens, sem prêmio material de qualquer natureza, mesmo honorífica, quer despertando o prazer íntimo do cumprimento do dever pelo raciocínio, a persuasão e o exemplo.

3) Render sempre maior homenagem aos que revelam virtudes morais, aos que procedem bem, do que aos que revelam maior aproveitamento no estudo, demonstrando, assim, que a virtude vale mais do que a instrução, a dignidade vale mais do que o saber.

4) Estimular o quanto possível o espírito de fraternidade, cooperação e solidariedade, suprimindo tudo o que possa hipertrofiar o sentimento personalista, como as hierarquias, os diferentes graus das notas de aula ou de exame, etc, fazendo não um escolar competir com outro, senão criando competições entre escolas, de sorte que todos se esforcem para o engrandecimento e elevação da coletividade de que faz parte.

TESENº 73

## FORMAÇÃO DO CARÁTER DO POVO BRASILEIRO

**Lúcia V. Dechandt**

Escola Normal Primária — Ponta Grossa, PR

Um dos principais fatores para a grandeza do nosso povo e do Brasil deve ser o aperfeiçoamento moral do mesmo, a formação e o aperfeiçoamento do seu caráter.

De nenhum proveito será para um país toda a grandeza territorial, pujança do seu solo, riqueza da sua fauna e flora e indústria de seus filhos, se os seus legítimos representantes forem indivíduos de capacidade moral baixa, homens sem caráter.

É no povo que está a grandeza da pátria, porque o homem é a mais perfeita obra de Deus.

Sendo o caráter o reflexo da alma do indivíduo, a sua ordem moral, as qualidades próprias e atinentes a cada pessoa, é preciso que se dê a sua cultura a máxima atenção, procurando-se os meios mais próprios para se alcançar o maior proveito; este deve ser o maior empenho do professor brasileiro para a grandeza de nossa pátria.

E como a pátria brasileira é vasta e muito grande, necessário se torna que seja o aperfeiçoamento encaminhado por uma só orientação para a glória e honra de nossa terra.

Vejamos, em pontos gerais, a orientação que apresento e que outros poderão distender e ampliar, a fim de que seja este um dos pontos mais importantes da união de nosso povo.

Tomemos como base os pontos que se seguem: eduquemos o caráter pelo querer, pois o querer é agir, é o início que podemos aprimorar; ele, desenvolvido pelo interesse, produz o ideal — condição essencial na vida do homem —, pois aquele que não tem ideal não pode alcançar triunfo na vida.

Façamos com que as crianças construam o seu ideal para, animados, prosseguirem na vida; desenvolvamos o seu desejo e ambição, tendo o máximo cuidado no incentivo de suas inclinações. É necessário que o professor guie e induza, pelo seu exemplo, a ambição e o desejo infantil para o bem, para o que é grande, para o que é útil.

A psicologia infantil está em contínua evolução; a imaginação da criança é ardente e demasiadamente criadora e, então, as impressões que recebe são as que mais duram em toda a sua vida.



Estudando os seus sentimentos, vemos que ela é a mais sincera, mais propensa ao bem que ao mal, pois, como exemplo, vemos muitos indivíduos filhos as vezes de criminosos serem homens virtuosos e bons, do que concluímos não haver hereditariedade na transmissão de sentimentos individuais e somente imitação e formação de hábito. É necessário sabermos que compreender vem do exterior para o interior, e o sentimento, estando na alma, vem de dentro para fora. Ora, a criança é mais sensível. E somente com o aperfeiçoamento é que se vai desenvolver a sua compreensão.

Sendo o esforço infantil falho, é necessário que o professor o estimule e o anime.

As influências do desejo podem ter origem no sentimento, portanto o sentimento deve ser bom para que o seu desejo seja para coisas boas e úteis, e se sucede não serem bons os sentimentos e o desejo ser mau, é necessária a vigilância do professor para que se desfaça tal desejo. Sendo o professor o guia, ele deve induzir a criança a ordenar seus desejos e observar o bem e habituar-se a sua prática, fazendo-lhe ver que do mal provém o castigo, que é sempre o prêmio da desobediência.

Na educação do caráter infantil, necessário se toma que o professor produza na criança o sentimento do bem aliado a alegria. O homem de bem, consciente dos seus deveres e com tranquilidade de consciência, é um feliz, um homem alegre, porque a alegria é a condição necessária a felicidade humana.

Formemos na criança o caráter alegre, porque a tristeza é moléstia da alma, e o homem triste é propenso aos atos maus.

Educar a vontade infantil é um dos grandes deveres do bom professor, porque da vontade do homem depende seu sentir e pensar, e os exemplos desenvolvem o querer.

Sendo o querer a fonte do desejo e da ambição, necessário se torna que se tome em consideração esta parte na formação do caráter infantil. Juntamente com a educação da vontade, tome-se em consideração a paciência, a perseverança, para que essas virtudes robusteçam o caráter, devendo esta educação tomar um cunho de independência e vontade individuais.

Um outro aspecto na educação do caráter é a do regime: a atividade é condição de saúde e harmonia; a preguiça, ao contrário, é a fonte de males e de vícios. É necessário combater a preguiça; para isso se deve aproveitar como arma o trabalho.

Sendo o hábito uma segunda natureza, é preciso habituar a criança a falar alto, devagar, habituá-la a ser pontual e ter ordem e, desde o primeiro dia escolar, deve ela ter conhecimento de suas obrigações e de seus deveres.

A criança cujo caráter for bem formado será um bom elemento na classe e na sociedade.

A meiguice é a arma de que se deve utilizar o professor, pois, a rigor, nada jamais conseguirá vencer o que o amor não conseguir. Os bons exemplos da História Pátria, e mesmo da História Sagrada, serão os bons incentivos. Quando no lar a educação do caráter for deficiente, a escola compete corrigir e formar este caráter, já porque o patriotismo o exige e porque o professor está incumbido desta missão, da qual ele deve, com proveito, se desempenhar; por isso, o seu exemplo

e o dos colegas influem grandemente no aperfeiçoamento da criança infeliz, cujos pais não lhe puderam aperfeiçoar o caráter.

Assim sendo, o professor deve captar a amizade e jamais consentir que seus colegas, ou mesmo o professor, ofendam seu amor próprio, porque o amor próprio ofendido gera o revoltoso, e daí a causa de muitos males.

O castigo deve ser inteligente, de modo que a criança reconheça que ele era o prêmio merecido as suas faltas. A mentira deve ser combatida pela falta de confiança que inspira o mentiroso, como a preguiça deve ser combatida com o trabalho.

Aliando ao sentimento do verdadeiro, na educação do caráter, deve-se também unir a simplicidade, a modéstia e a discrição, virtudes estas que servem de alicerce e esteio a formação do caráter, bem como o sentimento de amor, piedade, delicadeza, desinteresse pessoal e indulgência

O sentimento de justiça desde a mais tenra idade deve ser inculcado no espírito infantil, pois é aquele que mais assemelha o homem ao seu criador.

Disse Wellington: "O homem justo é portador de todas as virtudes, pois a justiça é a síntese de todas as mais".

A verdade é a irmã da justiça, e o seu culto é de grande valor; ela é a realidade das coisas e, como tal, constitui o alicerce básico da felicidade humana.

Educar na criança o horror a mentira e o amor a verdade, eis a missão nobre e digna.

A pessoa sincera inspira confiança e revela boa índole e bom caráter. Ensinemos as crianças a cultivarem a simplicidade e modéstia, fazendo-as ver que as virtudes têm mais brilho e valor quando envoltas no manto da modéstia.

Optemos com ufania a figura nobre de D. Pedro II, que, sendo sábio, justo e bom, era um homem simples e modesto.

Até aqui falamos sobre a educação do caráter na escola e no lar. Mas a sociedade também educa, e esta educação, baseada em princípios chamados sociais, contribui para a perfeição da obra iniciada no lar e na escola. O homem deve viver na sociedade e, tanto quanto possível, modelar nela seus costumes e maneiras.

Mas a verdadeira obra educacional baseia-se na casa paterna e na escola bem dirigida.

Como vimos acima, a vontade bem formada eleva o indivíduo a um alto destino. Muitas vezes poderá sobreviver a morte, mas a glória de haver cumprido o seu dever perdurará para o estímulo dos outros; o exemplo de Tiradentes, Osório, Caxias, Marcílio Dias, Deodoro e Rio Branco perdura ainda em nossos espíritos, como despertarão entusiasmo no das crianças a quem contarmos suas vidas.

São os atos dos grandes e justos que devemos imitar. No trato social, deve o homem ser amável, dedicado e cortês, evitando o que possa dar de si a desconsideração; nessas virtudes sociais está a cortesia.

Ela não é aprendida em livros, e sim provém dos exemplos e dos ensinamentos ministrados pelos pais e mestres. E como o espírito está em íntima relação com o corpo, urge que este seja sadio e perfeito, para que seja completa a obra do aperfeiçoamento humano. Mestres e pais influem sobre o caráter, e nisto convém que pais e professores cuidem da saúde, da higiene dos educandos, já lhes aconselhando a prática do bem, já os repreendendo quando não praticarem os princípios elementares da higiene e do asseio.

A honra vale mais que ouro. Façamos a criança conhecer este valor moral e apreciá-lo mais que o monetário.

A providência é útil a todos; façamos a criança conhecer esta útil idade. Do mesmo modo, o valor da tolerância aos atos de outrem, para que também seja tolerante para com as nossas faltas.

O feio vício da avareza e suas conseqüências, a inveja e a ambição, quando levadas por sentimentos maus, só trazem malefícios.

Como complemento da obra acima, vejamos os males que advêm do álcool e do jogo, grandes inimigos do progresso de um povo, auxiliares da degeneração do caráter e da degradação moral e a causa de muitos males físicos.

#### CONCLUSÕES

É no caráter do povo que está a grandeza da Nação; cumpre aperfeiçoar, aprimorar e enriquecer de virtudes os filhos desse povo.

A escola e o lar são os formadores do caráter das crianças; quando neste a educação for incompleta, é preciso que aquela reforme a obra do segundo e complete o aperfeiçoamento para que o pequeno ser não seja um defeituoso moral.

A sociedade completa a obra do aperfeiçoamento do caráter; muitos vícios, porém, provêm do convívio social, mas a mente esclarecida é capaz de fazer a escolha das virtudes e aborrecer os vícios; para este tão alto fim é que o professor vai guiar e educar a criança.

O destino da criança está confiado a mãe e ao mestre, precisando este do apoio dos governos para conseguir a transformação que a escola exige.

TESE N<sup>o</sup> 74

## SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

**Celina Padilha**  
Rio de Janeiro, DF

**M**uitos pensadores estão hoje convencidos de ser necessária a educação sexual. Entre os pais, porém, esta convicção está restrita a muito menor número de pessoas, infelizmente mesmo entre os mais cultos. É que quase todos preferem, por preguiça mental,

aceitar os costumes como os encontram a mudá-los, porquanto mudança pressupõe análise, observação, inquérito sobre o que há assentado e, finalmente, sério estudo das bases novas.

Todos se lembram, entretanto, das dúvidas, das angústias e dos perigos a que estiveram expostos na adolescência e não desejariam, por certo, o mesmo para seus filhos, mas não se sentem com forças de alterar a ordem das coisas, e a luta contra os preconceitos é tão perigosa que acabam resignando-se a praxe: conservar as meninas numa pseudo-inocência, mantendo-as ignorantes; e aos meninos, permitir-se que se iniciem nos assuntos de sexualidade sem indagar-se, entretanto, onde nem como se informam.

Não sabem os pais que eles próprios deveriam, nesse particular, ser os primeiros professores de seus filhos, aos quais se ligariam por mais um laço de confiança e os livrariam de muitos males, antecipando-se aos que lhes vão dar ensinamentos manchando-lhes a inocência.

E esquecem-se também de que a ignorância de suas filhas, por eles confundida com inocência, não pode ser mantida, pois na criança, com o desenvolvimento das faculdades intelectuais, as curiosidades vão se despertando, sendo-o até, prematuramente, pelo próprio mistério criado em tomo dos fatos mais simples de sexualismo. É ora uma frase que ficou de uma conversa interrompida pela chegada de uma criança; são olhares de entendimento trocados entre adultos, lembrando-lhe a presença, quando alguém dela se esquece e envereda por assunto que não convém ouvir; é uma ordem de retirada para não perceber a conversa dos grandes, depois de começada; são, finalmente, ralhos se ela inocentemente se manifesta sobre qualquer fato comum na vida caseira — um animal doméstico que tem filhotes, por exemplo, o que se procura esconder cautelosamente das crianças.

Na roça, a meninada cria-se mais em contato com a natureza e não se lhe pode ocultar umas tantas coisas, mas continua o mistério em torno de sua explicação, que não permitem ser abordadas. E diz-se: "isso é feio, não se fala"; efetivamente a criança passa a não falar, porém, somente diante daqueles a quem respeita ou daqueles em cuja discrição não confia; na maior parte dos casos, porém, vai fazer investigações sozinha ou indagar com os companheiros mais bem informados e até com os empregados. Os amigos "sabidos" adquirem então um prestígio que os torna verdadeiramente perigosos. É o que se observa, freqüentemente, nos colégios, onde os mais influentes entre os colegas não são indicados como modeladores pelos professores, e sim os refalsados e ignorantes das lições ensinadas por seus mestres, mas sabedores dos assuntos que não lhes são permitidos, possuindo até repositórios de figuras, de anedotas e verdadeiros dicionários de palavras imorais.

E dizer-se que são os próprios pais e professores que criam essa situação, fazendo, pelo segredo, da ciência o fruto proibido, aguçando a curiosidade, a ânsia de saber, e contribuindo para que se desenvolva o desrespeito pela natureza nas suas manifestações mais sagradas.

Ainda há, finalmente, casos piores e não muito raros, quando os grandes não se preocupam em mandar sair as crianças e, diante delas, sem a menor deferência pela sua pureza, sustentam palestras as menos edificantes e dizem pilhérias e contam casos poucos morais, seguidos de gargalhadas que os pequenos acompanham de risinhos torcidos e disfarçados, pois não têm o direito de mostrarem-se iniciados.

Entretanto, há pais que conseguem, a custa de inúmeros cuidados, disciplinando-se para não falar diante dos filhos no que não convém, segregando-os quase completamente do convívio de outras crianças, fiscalizando-os cautelosamente nas visitas aos primos, trancando livros, conservá-los numa falsa inocência que é a quase completa ignorância em matéria de sexualidade. É como procedem também os mestres, temerosos de entrar em assuntos não permitidos.

Mas não está essa gente iludindo a si própria, pois nessas crianças a própria natureza não gritará? Não se vê uma só, e muitos perigos aparecem logo ao primeiro exame.

Um falso pudor, criado pela educação, impede a franqueza entre pais e filhos, que ficam privados de conselhos muito úteis na adolescência. E se os mais tendentes ao bem livram-se de possíveis vícios, não se previnem, entretanto, contra outros perigos a que a ignorância os expõe.

E ao passo que se taxa de pecaminoso o ato genital com que a natureza prove a continuação das espécies, não se clama contra o verdadeiro pecado, que consiste em, ignorando-o, alterar seu objetivo e antecipar sua realização.

#### IGNORÂNCIA E INOCÊNCIA

Não compreendem muitas vezes os que educam a completa diferença entre dois estados de espírito. O que não sabe ou sabe mal e erradamente é ignorante, mas não é muitas vezes inocente, pois não tem olhos puros para ver o que o cerca.

Inocente é o que se refere aos fatos da reprodução e aos respectivos órgãos com naturalidade e a mesma pureza com que trata de qualquer outra função orgânica; estuda-os para melhor respeitá-los, pois que na natureza nada há de vergonhoso, havendo apenas pessoas imorais. Inocentes são as crianças cujos olhos se abrem gradualmente para compreender as coisas. E nós, os adultos, em vez de ajudá-las na sua justa curiosidade, conservando simples suas almas, torcemos seu pendor natural, injetando-lhes na alma a peçonha da malícia, com nossas reticências, nossos silêncios, nossas mentiras. Por que, a criança que, presenciando o espetáculo da morte e do nascimento, deseja um dia saber de sua própria origem, vamos enganar dizendo ter sido trazida pelo Menino Jesus ou pela cegonha, ou outras invenções no que a imaginação humana é fértil? Por que não empregamos nosso poder imaginativo em ensinar-lhe de um modo suave, de acordo com sua mente, a verdade, que ela tem de descobrir, não se conformando com as mentiras ouvidas, se sua observação a conduz a notar umas tantas coincidências em completo desacordo com as explicações ouvidas?

#### ONDE COMEÇAR A EDUCAÇÃO SEXUAL: NA CASA OU NA ESCOLA?

A verdade é que muitos pais, por ignorância, são incapazes de dirigir a educação sexual de seus filhos.

Preparar os de boa-fé, os progressistas, educá-los para que se tornem educadores, não é impossível; mas a cegueira moral sobre o assunto, as opiniões errôneas formadas a respeito e as idéias já muito arraigadas nos espíritos são entraves, e quase impossível se torna esperar-se do maior número que se libertem das peias de preconceitos seculares.

Mas, por outro lado, não se deve cruzar os braços e assistir as gerações se sucederem umas as outras nos erros e na ignorância de problemas dos mais sérios para a moral e para a eugenia. Esperar também que os livros e as diversas publicações instruam e convençam? Mas como será moroso, se grande número de pessoas, premidas pelos afazeres de todos os dias, nem lêem, e das que o fazem, a maioria procura assuntos mui diversos.

No entanto, o trabalho deve ser começado e sem perda de tempo. Compete, pois, a escola iniciá-lo e preparar as crianças de hoje para que os pais de amanhã sejam também educadores de seus filhos.

Nunca se prescindirá, porém, da escola, pois são os mestres os mais capazes de administrar quaisquer conhecimentos, pelo seu preparo científico, pela sua especialização para ensinar. Os pais bem orientados auxiliarão grandemente o professor, pela sua atitude reverente diante da natureza, pela capacidade de dar explicações pedidas, pelo exemplo, cujo prestígio aumenta com os laços de afeição, sendo finalmente guardas das ações de seus filhos, pois sobre eles podem exercer vigilância mais contínua, observando-lhes os hábitos e entendendo-se a respeito com os professores, de modo a ser harmônica a ação educativa.

O ensino sistematizado tem de ser feito, entretanto, na escola, como o é o de todas as outras funções orgânicas.

#### EM QUE IDADE COMEÇAR?

Como aulas regulares, aos onze anos, e não será cedo demais, pois melhor é prevenir que remediar, operando-se tão prematuramente aqui a transição de idade. Mas o educador deve estar alerta.

Por princípio, não mentir quando interrogado por uma criança; seja de que idade for, responder-lhe com habilidade para que entenda, mas dizendo-lhe o real. Ser simples diante dos fatos, livrá-la dos vícios por meios preventivos mas não chamando para eles a atenção, pois não se deve esquecer dos fracos e dos de más tendências; estes, sabedores de uma coisa pelo próprio conselho contra sua prática, são induzidos as vezes a executá-la. Finalmente, deixar as crianças francamente em face da natureza, que pouco a pouco as irá impressionando.

Para essas, quando o estudo for feito como parte das noções de anatomia e fisiologia necessárias ao conhecimento do corpo para preservação da saúde, não haverá grandes surpresas nem espanto, pois já estarão familiarizadas com a reprodução das plantas, já saberão como a natureza previne a continuação das espécies, já encarregando os insetos e os passarinhos do transporte do pólen, já colocando-o na mesma flor dos óvulos, conhecerão o modo de reprodução de alguns insetos e os meios auxiliares de que se cercam os seres vivos para garantia da perpetuidade, como as flores revestindo-se de cores vivas, exalando perfumes e provendo-se de doces néctares, e as aves cobrindo-se de belas plumagens e ameigando seus cantos.

Enfim, nos seus cérebros, ter-se-á produzido um verdadeiro culto pela obra da criação.

A atenção dos mestres em vigiar para que se conservem puros seus educandos deve ser tanto maior, pois sabem os que são observadores quanto é comum o vício, desde a mais tenra idade.

É no primeiro ano de escola onde melhor se pode ver, pois as crianças, ainda inocentes, não escondem tais práticas, tornando-se menos difícil corrigi-las, mesmo por não estarem ainda inveteradas nos hábitos viciosos.

A muitas professoras escapam esses fatos por não terem a atenção para eles voltada; solicitadas, porém, a reparar, verão com surpresa serem mais comuns do que supunham.

Para evitar o vício sem fazer a criança de menos de 10 anos uma exposição clara da reprodução, o que seria prematuro, é bastante dar-lhe sobre os órgãos genitais conselhos higiênicos, como lhe damos sobre a boca, os ouvidos, etc, referindo-nos a eles como destinados a eliminação da urina. Aos já viciados, porém, chamar em particular e dar outros conselhos.

O resto do trabalho consiste em vigiar e vigiar incessantemente sem ser percebido, impedi-los de terem as mãos no colo ou no bolso, aconselhá-los a saltar da cama assim que despertarem, desenvolver neles o gosto pelos esportes e estabelecer que, por medida de higiene, não devem andar abraçados, conservando sempre livres os movimentos; no recreio, fazê-los brincar, evitando habilmente que se agrupem para conversar. E todas essas noções devem, para serem eficazes, repousar em cuidar da educação da vontade e em sólidas bases de moral, sem o que a educação sexual poderá constituir até um perigo.

#### DA COEDUCAÇÃO

Um ponto ainda em controvérsia é sobre se a educação sexual deva ser ministrada a meninos e meninas separadamente ou em conjunto.

Sou favorável, nesse caso como em todos os outros pontos de educação, a que seja feita em conjunto, pois se um dos objetivos, instruindo-os nas coisas da reprodução, é conservá-los puros! Se os separarmos por sexos para tais aulas, fatalmente estabeleceremos a maldade, quando assim não deve ser; devem habituar-se a ouvir com naturalidade, pois o inocente não cora; só o maldoso se sente envergonhado diante da ciência. E, separados, quem os ensinaria? A mesma professora? Ou viria um professor para os meninos? Recairíamos no mistério condenado. E qual teria de ser a atitude da mestra em face dos meninos quando, incidentemente, um assunto desses viesse a tona? Calar, enrubecer, mostrar-se inferior aos próprios alunos?

Desde que iniciei minha carreira de professora, tive a atenção atraída para esta falha da obra educativa. E isto me feriu, tanto mais quanto, sendo mulher, sinto a falta de naturalidade que a educação interpõe entre o homem e a mulher, estragando as mais belas amizades, quiçá o intercâmbio intelectual.

Faça-se, pois, a coeducação de meninos e meninas, e teremos nas gerações futuras indivíduos mais capazes de apreciar a vida na plenitude de suas manifestações mais belas, mais conscientes na escolha do companheiro ou companheira, prevenidos contra a simples atração dos sexos, quando não for cimentada por afinidades de sentimento e de inteligências.

---

## CONCLUSÕES

O Congresso de Educação do Paraná resolve:

- 1) Que se deve fazer a educação sexual nas escolas.
- 2) Interessar os pais neste assunto, para que se tornem auxiliares dos mestres.
- 3) Satisfazer, dizendo a verdade, a curiosidade da criança, seja de que idade for.
- 4) Preparado o estudo pela reprodução das plantas e de alguns animais, iniciá-lo sistematicamente aos 11 anos como parte do programa de anatomia e fisiologia humanas.
- 5) Fazer-se a educação sexual em conjunto para meninos e meninas.

TESE N<sup>o</sup> 75

### O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO SEXUAL: IMPORTÂNCIA EUGÊNICA, FALSA COMPREENSÃO E PRECONCEITOS — COMO, QUANDO E POR QUEM DEVE SER ELA MINISTRADA

**Renato Kehl**  
Rio de Janeiro, DF

**C**omo se julga mal o mais sério ato da vida humana!

Tem sido muito debatida a questão se se deve ou não revelar as crianças noções da vida sexual. A maioria dos educadores, psicólogos e médicos está de acordo sobre a utilidade deste ensino. As exceções contam-se apenas entre as pessoas que não estudaram ou não compreenderam suficientemente a sua alta finalidade, bem assim entre as que supõem que esta instrução deve compreender conselhos sobre doenças venéreas, o que representa um contra-senso em relação as crianças.

Não mais se discutem as vantagens higiênicas e eugênicas da educação sexual. Elas são ultra-evidentes. Para avaliar o seu efeito profilático é necessário examinar a questão sem preconceitos, "fazendo tábua rasa de toda concepção hipócrita" e mantendo o espírito preparado para um julgamento são.

Opõem-se a esta indispensável educação os que se firmam num dos seguintes pontos de vista errôneos e arcaicos:

- 1) Na suposição de que o instinto sexual falta as crianças, só se revelando com a maturidade dos órgãos de reprodução. Entretanto, está hoje claramente demonstrado que muito antes da puberdade as crianças já são tocadas por evidentes manifestações mentais de amor, de ciúme e de ternura. Na opinião de Freud, elas revelam, desde tenra idade, o instinto procriador.



O interesse pelo enigma sexual é precocíssimo. As crianças desde muito pequenas são atormentadas pela curiosidade sobre a geração. Observam os animais, sendo inútil e mesmo pernicioso pretender desviar-lhes a atenção dos fatos que precisam, bem como enganá-las ou deixá-las sem orientação. É falso o critério de que o mistério deve ser desvendado com o correr do tempo, por acaso ou clandestinamente revelado por qualquer indivíduo que, deformando a verdade, cria na imaginação infantil idéias falsas, de efeitos desastrosos e, muitas vezes, indelévels. O desejo de saber a proveniência de um irmãozinho, recém-nascido, é muitas vezes embaraçador para os pais que procuram explicá-la por meio de subterfúgios ou fantasias, que as crianças freqüentemente repelem com sinais de incredulidade. Procuram, então, informar-se com crianças maiores, as quais dão informações quase sempre recheadas de malícia, incentivando mexerico e, mesmo, intuítos de má consequência futura.

2) Outros se declaram contrários a educação sexual alegando as dificuldades, supostas insuperáveis, de desempenhar esta missão junto aos filhos, por pudor, por ignorância ou falso escrúpulo, ou pelo preconceito tradicional e errôneo de que se deve deixar as crianças aprenderem os assuntos relativos ao sexo "ao seu tempo", do mesmo modo porque elas aprenderam com o vulgo ignorante e perverso.

Julgam os pais, geralmente, que os filhos desconhecem ou se despreocupam completamente das questões sexuais, esquecidos dos fatos passados na sua infância. Lindsey, a propósito da precocidade sexual, refere que as perversões, em 90% dos casos, dão-se em consequência dos descuidos paternos das más companhias, tendo verificado, após metuculoso estudo procedido entre prostitutas, que o desvio e a queda fatal tiveram lugar, quase sempre, aos 12 anos de idade e mesmo antes. Na sua opinião, nove décimos dos meninos e das meninas apresentam na idade escolar aguçada curiosidade pelas coisas sexuais, sendo ela tão intensa entre os meninos como entre as meninas, entre as crianças das cidades como entre as dos campos.

Representa, pois, dever imprescindível dos pais a fiscalização atenta dos filhos e a educação persuasiva, para que não se deixem arrastar, instigados por maus companheiros, as perigosas perversões sexuais. Uma mãe poderá criar uma filha na mais completa inocência até 15 ou 17 anos. Bastará, porém, uma criada ou uma amiguinha perversa para desfazer toda a obra que foi erroneamente edificada, de modo lamentável, quando não irreparável. A aprendizagem clandestina, a companhia de confidentes depravados desfazem o mistério da geração de modo vicioso, dando margem as iniciações imorais. São os amiguinhos e as amiguinhas os principais mestres da dissimulação, da mentira, da imaginação e de outros vícios que se instalam, as vezes decisivamente, sobretudo em crianças com taras psicopáticas, que não foram suficientemente educadas pelos pais.

Os pedagogos modernos são favoráveis a educação sexual, bem assim as maiores autoridades médicas que se dedicam aos estudos médico-sociais. Na reunião anual da American Medical Association havida em 1903, preponderou este critério. No Congresso realizado em Berlim, em 1905, do Bund fuer Mutterschutz, foi aprovada, por unanimidade, uma resolução declarando que é absolutamente necessária a explicação dos fatos da vida sexual as crianças. No Congresso Internacional de Higiene havido em maio de 1923 em Paris, bem como em muitos outros certames, não só de médicos, higienistas, como de pedagogos e eugenistas, o

ensino sexual foi sempre muito debatido, vencendo a corrente que entende ser ele imprescindível para a defesa do indivíduo, da sociedade e progresso biológico da espécie.

Não existe juízo único quanto a melhor idade para ser iniciada a educação sexual. Sou de opinião que não se poderá tomar por base a idade, o sexo, a condição social, o temperamento nem o desenvolvimento. Entendo que deve ser tida a sagacidade em primeiro plano, e que os primeiros conselhos sejam dados as crianças que, pela sua inteligência e curiosidade, provoquem a oportunidade para tal.

Entre 4 e 6 anos já são admissíveis os primeiros passos educativos. Convém que as explicações se limitem as perguntas formuladas, não se estendendo a pontos não inquiridos. Há toda a conveniência em aproveitar as ocasiões, não convindo, absolutamente, provocá-las. As respostas devem ser dadas claramente, com seriedade e sem reticências, como se estivesse explicando os fatos mais banais da vida.

Bastante elucidativa é a primeira explicação, deste gênero, dada por Mme Schmidt Jáger a seus filhinhos:

Meu filho de oito anos e suas irmãs mais velhas discutiam, vivamente, a propósito da criação de galinhas. As duas meninas achavam o galo muito mau e perfeitamente inútil, pois que ele não punha ovos, enquanto que o irmão, evidentemente ferido no seu orgulho masculino, tomava a defesa do galo, sustentando que ele era útil para alguma coisa, embora não soubesse bem para quê. A questão foi posta diante do meu tribunal, e meu filho triunfou, visivelmente, quando eu expliquei que, sem o galo, que dá a semente as galinhas, estas continuam a pôr os ovos, os quais, porém, não podem se desenvolver, e que, sem um papai galo, não haveria nunca filhos pintinhos. Imediatamente, com sua simples e pura lógica infantil, meu filho replicou: "Não é verdade, mamãe, que entre nós não pode haver crianças sem papai?" Eu confirmei, naturalmente, o fato, e as crianças reiniciaram, satisfeitas, os seus folgedos.

Outro ponto ainda não firmado, de modo geral, é o de saber-se a quem compete ministrar os primeiros ensinamentos. Pelo exemplo de Mme Schmidt e pelas observações da vida doméstica, sou de opinião que esta missão deve caber, indiscutivelmente, a mãe. Pertence-lhe, de direito, este sagrado privilégio. Na reunião havida em Mannheim, da Sociedade Alemã para a Luta contra as Doenças Venéreas, ficou estabelecido que "a mãe compete, em primeiro lugar, iniciar as crianças nos fatos da vida sexual". Do mesmo parecer é Havelock Ellis, uma das mais reputadas autoridades no assunto.

De modo esquemático, poder-se-ia, talvez, admitir a educação sexual procedida pedagogicamente em três séries:

1ª série — A cargo da mãe ou da tutora.

2ª série — A cargo do pai ou do tutor.

3ª série — A cargo do educador e do médico.

Como disse, a mãe cabe, naturalmente, responder as primeiras perguntas curiosas dos filhos e, por isso, compete-lhe dar as primeiras instruções. Ao pai incumbe, complementarmente, prevenir os filhos mais crescidos sobre os perigos das más companhias e dos perigos resultantes

das perversões sexuais; compete-lhe, também, concitá-los ao respeito próprio e de seus companheiros, amedrontando-os, talvez, quanto as conseqüências nocivas das leituras, conversas e práticas obscenas.

Torna-se indispensável, pois, para boa e segura atuação dos pais, que eles estudem estes assuntos. Como poderão tratar da reprodução dos vegetais e animais? Como estabelecer exemplos elucidativos e convincentes sem conhecer a questão? Tem grande importância explicar as crianças o modo pelo qual se processa a reprodução dos vegetais. O pólen e o pistilo servirão de base e de pretexto para orientá-las quanto as diferenças sexuais nas plantas. Deste modo, a pouco e pouco, conseguir-se-á, sem despertar idéias maliciosas, fazer compreender as noções elementares da fecundação. Mais tarde explicar-se-ão as diferenças anatômicas dos órgãos genitais dos animais e, finalmente, do homem e da mulher. Convém que estes ensinamentos sejam ministrados isolados e não conjuntamente, a não ser em casos especiais, como no de Mme Schmidt. Nunca usar, como disse anteriormente, reticências ou explicar como se estivesse revelando fato misterioso. Falar com naturalidade, como se estivesse explicando o fenômeno da visão ou da audição.

Aos educadores cabe a importante missão de esclarecer, de modo didático e com certos detalhes, o importante problema da reprodução. Desde logo, convém assinalar o velho e condenável hábito de subtrair do programa das classes mais adiantadas dos cursos preliminares esta parte da fisiologia, por falso e injustificável zelo ou pudicícia, como se ela representasse coisa imoral, indigna de ser estudada. O ensino tem sido, por isso, hipocritamente truncado; não consta dos programas escolares o mecanismo de reprodução animal, figurando, porém, o dos vegetais, como se o primeiro fosse obsceno e o segundo não.

Estas questões poderão ser lecionadas pelo professor de História Natural, desde que se julgue com força para manter o respeito do auditório. Convém que as lições sejam separadamente para os meninos e para as meninas, e adaptadas ao interesse dos respectivos sexos. O sucesso do ensino depende sempre do tato e da habilidade do mestre.

Eis aí, em rápido esforço, o método que julgo viável para a educação sexual a ser executada, respectivamente, pela mãe, pelo pai e pelo educador as crianças. Ao entrar na puberdade, há toda conveniência de os pais informarem os filhos sobre o perigo dos males venéreos e de convencê-los quanto as vantagens da continência.

Ao médico inspetor escolar ou ao médico da família compete renovar estes conselhos e chamar a atenção dos adolescentes para os deveres dos indivíduos em relação a vida matrimonial e a descendência. Convencê-los de que cada indivíduo é o "depositário efêmero de um legado eterno", impondo-se a cada um defender, com o maior carinho, tal legado, que representa a felicidade dos descendentes, evitando, a todo transe, expô-la aos riscos de estroinices e dissoluções. Devem, pois, todos resguardar-se para o matrimônio, do mesmo modo que é exigido da mulher.

Em relação ao casamento, convém, tanto ao homem como a mulher, informar-se sobre os cuidados higiênicos a praticar. A educação sexual é importantíssima para evitar as conseqüências lamentáveis, a miúdo registradas devido a ignorância completa dos nubentes, mesmo entre os

que se julgam instruídos neste particular. Não é raro casarem-se jovens ignorando que a mulher apresenta uma fase menstrual, como não é raro moças entrarem para o matrimônio ignorando as mais comezinhas medidas de higiene a serem observadas, principalmente durante a gravidez.

#### CONCLUSÃO

Impõe-se como medida de preservação individual e coletiva, baseada no mais alto interesse da espécie, que se proceda a educação sexual gradual e paulatina das crianças, dos jovens e mesmo dos adultos, a fim de que o mais nobre ato, que é o da geração, não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível e admissível entre os animais irracionais.

TESE N<sup>o</sup> 78

## PELA PERFEIÇÃO DA RAÇA BRASILEIRA

**Nicolau Meira de Angelis**

Escola Normal Primária de Ponta Grossa, PR

**N**ão invento, não fantasio, não exagero: venho apenas revelar, neste trabalho, um resumo de investigações, de verdades que a imprensa do País tem difundido no louvável intuito de regenerar a raça.

São contingentes os alvites e sugestões para uma obra de são patriotismo que não pode ser apenas confiada a classe médica. Devem os meus colegas, e o governo sobretudo, se interessar por estes assuntos: corrigir os defeitos, debelar os males, anular os malefícios, estimular os bem-intencionados, modificar este regime de apatia, de indiferentismo, para que num novo estado de coisas se acredite num país triunfante, digno do século em que vivemos.

O presente trabalho é apenas um resumo, uma síntese; deve por isso mesmo apresentar deficiência, mas entendi que seria desnecessária obra de excessiva documentação, coisa puxada a substância no afã de preocupar por longo tempo a atenção dos congressistas. Demais, não sou médico, apenas educador e um enamorado destes assuntos que se referem ao progresso da minha e da nossa Pátria. E estando em meio de inteligências aprimoradas, acostumadas ao trato da ciência e dos mestres, creio, minhas intenções, meus ideais merecerão apoio: apresentarei alguns alvites certo de que, aplicados, executados, muito haveremos de contribuir para a perfeição da raça a que pertencemos, e assim, e só deste modo, dentro de algumas décadas, há de a nossa estremecida Pátria se integralizarem seus imortais destinos, porque eu não acredito na supremacia dos exércitos e no triunfo do armamentismo. Lavra-se e campeia-se na raça o germe destruidor que acarreta a degeneração dela, e este povo estará, por isso mesmo, condenado ao desaparecimento: será vencido, será subjugado pelas raças mais fortes. E uma lei a que não nos podemos furtar, e o dilema que se estabelece é de uma clareza idêntica a claridade do sol: ser forte ou deixar de ser. Daí podemos aquilatar o interesse, a necessidade imprescindível que se impõe ao País: a

solução dos problemas de higiene no Brasil, onde a degenerescência assenta o seu reinado, senhora absoluta, criadora de anormais, de tarados, inimiga implacável da raça.

Foram, pois, os sentimentos de amor pátrio que me levaram a dissertar sobre este assunto, embora não sendo higienista ou médico.

#### A INFLUÊNCIA DOS EXCITANTES E O MEIO

Enquanto o coração trabalha, enquanto existe no organismo o sublime mistério da vida, o mundo nos apresenta as mais diversas impressões. O nosso estado d'alma varia de acordo com as sensações provenientes do meio em que vivemos. A luz, as cores e a forma trabalham no cérebro humano: excitam, deprimem, delíam. Oferecem, cambiantes, as mais extraordinárias diversidades que se justificam, porque o homem é um transformador das energias exteriores. Elas produzem efeitos e resultados tão sublimes que causam admiração e surpresa para os que intencionam compreender-lhes a natureza. E a capacidade que o homem possui de se adaptar aos meios, de receber os excitantes, as energias externas, de as transformar e compreender o mundo e o universo é a causa e a razão de ser de várias circunstâncias, de fatos e de acontecimentos. Não quero entrar nos debates do determinismo, mas sou propenso a acreditar que o homem e os excitantes determinam a natureza da vida intelectual, moral e física. Fazem e estabelecem todas estas surpreendentes diversidades de caracteres, de anomalias e aberrações de virtudes e milagres de perfeição. O mundo continuará sendo o mesmo, e o tempo, imutável, sem cambiantes, assistirá as transformações das raças. São anomalias hoje e amanhã: umas para a evolução, outras para o aniquilamento da própria vida. Passam os séculos e, no decorrer do tempo, que de diversidades para a espécie! Que de transformações sutis! Que de diferenças no modo de sentir e interpretar a própria vida!

Na atualidade, o meio físico e a civilização oferecem os contrastes mais diversos, as diferenças mais características de uma raça para outra, de uma população para outra população, de um lugar para outro lugar. Jamais se poderia comparar o meio físico e intelectual que originou o gênio de Kant com os povos da Malásia. Não se poderia admitir que num século em que floresciam as letras e as ciências, ressaltando as maravilhas das estrofes de Castro Alves, o gênio de Rui não encontrasse meios para revelar os tesouros da oratória estereotipada em páginas que as gerações hão de conservar como laivos de luz de uma alma de eleito. Medrasse o autor incomparável *da Réplique* entre os abissínios, após o seu desaparecimento do mundo dos vivos a morte não lhe seria ressurreição e imortalidade. Seria antes um apagar de luzes, a cessação da vida, o esquecimento. Não teria conseguido tantos títulos de glória, tantas conquistas de talento, de cometimentos de vulto que, sobremodo, conquistaram motivos para o orgulho da raça a que pertencemos. Seria irrisório e contra-senso o cotejo psicanatômico entre os recém-nascidos em meio de raças inferiores com os originários de povos civilizados. A ciência tem demonstrado os caracteres diferenciais, as predisposições intelectuais resultantes do aperfeiçoamento do indivíduo, o que importa logicamente no desenvolvimento da espécie.

Entre os luminares da ciência está a palavra do erudito Rager a confirmar estes contrastes. Por isso, a vida de uma raça deve ser encarada sob prismas diversos e obedecer sempre as leis

imutáveis da evolução humana; contudo, não devemos esquecer a influência poderosa dos excitantes e cogitar do seu equilíbrio. Parecerá paradoxal a terminologia empregada: devo por isso mesmo frisar que, afora o cabedal de perfeição adquirido pela espécie, para o calvário do bem ou para os triunfos do mal, os excitantes decorrem da civilização, do florescimento das letras, das ciências, das artes e, sobretudo, das condições de higiene dos povos, tendo como corolário característico e inalienável a capacidade do *self-control*, do *self-government*, determinada pela energia da saúde ou, em outras palavras, pelos meios de defesa do organismo, essa poderosa e formidável capacidade de reagir contra as infecções microbianas, de se conservar isento a ação perniciosa dos fatores de degenerescência.

Acredito, por isso mesmo, numa raça em que os excitantes se equilibrem, sem esses contrastes que geram os casos teratológicos das anomalias mentais. Naturalmente, em condições de sentir e de reagir, sem os transtornos e as desordens físicas, a raça estará em privilegiadas condições de conseguir as últimas etapas da evolução. Nas espécies em que as moléstias fazem os seus estragos, os seus danos inomináveis, registrar-se-á um déficit de energias físicas a refletir no depauperamento intelectual e a determinar, *ipsis verbis*, as suas condições de inferioridade no concerto de outros povos.

Desalentadas e enfraquecidas, muito embora o verniz da civilização faça os seus aparentes lauréis, essas espécies serão sempre as mesmas, sempre tardias nas conquistas e nas vitórias do saber. E a influência dos excitantes, longe de concorrer para a perfeita elaboração das idéias, dos surtos e vôos do pensamento, para as empreitadas das investigações científicas, para as criações dos monumentos jurídicos e literários, para a edificação da raça, concorrerá mais, bem mais, para o povoamento dos manicômios, para a proliferação de anormais, para a inutilidade da escola e de todas as energias e esforços das cruzadas em prol da felicidade humana. Sim, as influências dos incitantes hão de cessar o seu inenarrável poder, quando os olhos se fecharem para a cessação da vida, quando a morte, rondando entre os vivos, levá-los ao esquecimento dos túmulos. Só ali, na música feral da decomposição, extinguir-se-á o trabalho das cores, esse batalhar de luz, essa peleja de excitantes a que os vivos não se furtam na trajetória da vida.

#### A DEGENERAÇÃO

Se, por um lado, as salutare influências da higiene, do trabalho intelectual, moral, artístico e físico podem determinar as raças excelentes condições do progresso, os primores, os encantos e as maravilhas da perfeição, vários fatores de degeneração concorrem para o seu aniquilamento.

Não se cansam os médicos de apontar, em estatísticas que os jornais publicam, os ruinosos e desastrosos efeitos da degeneração. Andam em livros, em artigos de jornais, em revistas, em compêndios inúmeros, preciosos apontamentos sobre a degeneração. As estatísticas, longe de diminuir, continuam numa fase ascendente, a revelar as misérias e os horrores da própria vida. E, por isso mesmo, como fatores perniciosíssimos a evolução, as moléstias infecciosas depauperam, aniquilam, deprimem, matam, horrorizam, mutilam e flagelam a humanidade. Daí a corrupção, o depauperamento, as condições de atraso, de inferioridade.

No Brasil, afóra as capitais onde se cuida dos magnos problemas de higiene, ainda tudo está por fazer. Talvez por isso Miguel Pereira proferira uma verdade que vale por um postulado científico: "O Brasil é um vasto hospital". Não houve da parte do erudito homem de ciência o arrojo de uma expressão a descambar numa hipérbole.

A Sífilis, a tuberculose, a papeira parasitária, a opilação, as moléstias infecciosas se alastram, se difundem de braços dados ao alcoolismo. Seus prejuízos, seus danos, seus malefícios, seus perniciosíssimos efeitos atrasam e martirizam o povo brasileiro. Demais, não encontram anteparos e freios, diques e barreiras que possam cercear, restringir a degeneração.

Nos centros civilizados, malgrado os esforços dos postos de profilaxia, há milhares de enfermos. Sob os ouropéis do luxo, quanta gente necessitada dos cuidados médicos e desprovida de tenacidade e constância no tratamento! Raros os que se curam da Sífilis, como devera ser. Nas fábricas, a carne humana vive sob os ferrões dos bacilos de Koch; a peste branca é impiedosa, monstruosamente impiedosa e má. Que falem os médicos, que falem os que vivem nos hospitais, porque estes podem verificar os horrores de tantos males que nos infelicitam e nos desgraçam.

#### A SÍFILIS, FLAGELO DA HUMANIDADE

Desde o século XV, a Sífilis vem causando uma série interminável de malefícios para a humanidade. Pode-se dizer que ela abala o céu e a terra, devasta as populações, enche as cidades de enfermos, de anormais; aniquila, deprime, avilta, desengonça e mata. Seus malefícios são inomináveis. Nada pode dar idéia exata das conseqüências perniciosíssimas desse feroz inimigo dos povos. É um monstro que tudo devora, que se alimenta de calamidades, de horrores sobre horrores.

Em 1915, Shaudiun descobriu o *Treponemapallidwn*, o agente de tantas infelicidades. Era o advento de uma nova fase de esperanças para a ciência, de novas possibilidades de cura. Seguiram-se alguns progressos, e o tratamento, se bem que demorado, se reduziu a um tempo mais curto, conseguindo debelar de pronto os primeiros sintomas.

Em alguns países, a Sífilis vai combatida tenazmente. Em vários estados norte-americanos, todo indivíduo atacado de moléstias venéreas responde criminalmente pelo crime praticado contra a raça e a humanidade.

Causa assombro e espanto o desleixo e a incúria dos governos sobre esta magna questão que tanto infelicita o nosso povo.

O combate deve ser mais intenso, visto como a Sífilis produz toda a sorte de imperfeições e de anomalias. Vejamos os seus horrorosos resultados: perturbação no crescimento, deformidades ósseas, raquitismo da prole, anomalias dentárias, nevralgias rebeldes, deformidades cranianas, deformidades dos membros e do tronco, convulsões, incontinência da urina, gagueira, tiques nervosos, perturbação no desenvolvimento mental, imbecilidade, neurastenia, epilepsia, demência, endocardites, fealdade, monstruosidades e envelhecimento precoce.

Como se vê, cria esses casos teratológicos, esses monstros humanos: filhos degenerados e estigmatizados pelo ferrão do monstro implacável.

Renato Kehl, notável autoridade médica que aqui se encontra, tratando do assunto assim se exprime: "A Sífilis é o mais notável fator iconoclástico que atenta contra a plástica humana. Quase que se poderia aceitar como exata esta equação: fealdade = Sífilis". São as palavras do notável higienista.

Realmente, como não há de a Sífilis combater a plástica humana, se ela desengonça, repuxa, achata, arrebita, disforma, entorta, aleija e procria monstros?

#### A SÍFILIS NAS MOLÉSTIAS MENTAIS

Eu não direi que só a Sífilis seja a única causadora das moléstias mentais. Entre outras, devemos ressaltar os casamentos consanguíneos, a prisão celular, etc. São fatores preponderantes, mas eu quero crer, segundo várias opiniões, que a Sífilis é o maior causador dessas moléstias. Cria manicômios, hospícios. Segundo algumas estatísticas, 50% das moléstias mentais são provenientes desse terrível flagelo da humanidade.

Veza há em que, na Sífilis hereditária, o indivíduo não se revela completamente desequilibrado: casos de manias, desordens intelectuais. Parece normal, perfeitamente normal. Só o estudo dos ascendentes, o estudo rigoroso e a observação dos médicos podem esclarecer as anomalias que o indivíduo sofre. E quantos casos que se furtam as investigações científicas...

Os melancólicos têm alternativas de mudanças físicas, mas quase sempre são tristes e desanimados. O mundo não lhes causa expansões de júbilo. Revelam uma hipestesia maior ou menor, de modo que o enfermo não está em condições de se constituir um bom elemento social. Não revelam apenas uma depressão nervosa, como têm uma falsa representação e significação dos excitantes externos. A luz que é frouxa lhes parece excessivamente brilhante. Assustam-se com os barulhos repentinos. Outras vezes, nesses estados depressivos, a comida não lhes tem sabor. As cores não surgem distintas: é o "gris" patológico. O mundo em que vivem é outro, bem diverso desse que sentimos. O traço característico d'alma é o desalento, o desânimo, a tristeza. São naturalmente candidatos a loucura. Quando assim não se revelam, são freqüentemente improdutivos, homens de pouca ação, de restritos cometimentos.

Quando o indivíduo é são, tipo normal, o processo do pensamento se faz com facilidade; contudo, suas obras, suas produções variam de pessoa para pessoa, dependendo do talento, do grau de cultura, do hábito de produzir, da educação, do meio, etc. Uma mais, outras menos, resistirá a análise da crítica. Mas, em condições patológicas, fica o enfermo sob a influência da euforia ou de um sentimento de si mesmo exaltado. Terá outras vezes idéias de grandeza, manias mais ou menos intensas, resultantes da enfermidade. Outros enfermos primam pela distração; são casos de desordens da memória. Afrouxa-se a tenacidade da atenção. Não está o indivíduo em aptas condições para ser um perfeito transformador das energias do meio físico. Encontra o cérebro óbices, dificuldades na elaboração do pensamento. Emperra a máquina. Qualquer perturbação semelhante ao baralhamento dos fios telefônicos. A vida subjetiva não é normal e, por isso mesmo, o enfermo não possui possibilidade de vencer na luta da existência. Falta-lhe lógica; prima pela incoerência. Nos casos em que recebe com êxito os estímulos sensoriais, dá-se-lhe a fuga das idéias, em grave perigo para a associação delas. Estabelece-se a confusão.



Vendo um relógio, pensará ou há de falar sobre o objeto que se encontra diante dos seus olhos. Mas não é constante; varia logo que haja qualquer coisa que lhe solicite a atenção — um armário, uma mesa —, que de cambiantes, que de volubilidade! Pode-se contudo admitir que as idéias surjam mais rápidas, sem o emperramento dos condutores dos excitantes, e até com associação, com lógica e discernimento, como também poderá dissertar com verve, causando agrado. "AH depends of the developement of the illness" — tudo depende do desenvolvimento da moléstia. Na maioria das vezes, devido as desordens das percepções, as idéias são incompletas, num fracasso de associação. Estes transtornos mentais fazem parte das síndromes maniaco-depressivas mistas. Lipmann trata deste assunto e refere-se as anomalias da atenção. Por certo, os incapazes de elaborar a associação de idéias apresentam anormalidades referentes aquela faculdade da alma. Se a causa do mal perturba trabalho da idéia, e dependendo esta das excitações, claro que a atenção há de apresentar desordens que justifiquem a relação entre os pensamentos.

Nos epiléticos, devido a debilidade congênita e cerebral, a associação de idéias é mais ou menos idêntica a dos imbecis. Não direi, contudo, que não existam características específicas. É notável a lentidão no curso das imagens; ressalta-se a dificuldade de elaboração de idéias e pensamentos que fazem o epilético vacilar e titubear. Há, porém, inúmeras exceções.

#### O VALOR DO INDIVÍDUO E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO

Estes enfermos acima descritos são, pois, elementos ruins para a grandeza de um Estado, porque o valor do Estado depende da capacidade intelectual, moral e física de cada habitante do solo. E mesmo não se pode compreender que a sua indústria, comércio, lavoura, artes, ciências e letras se desenvolvam, floresçam, frutifiquem, quando os seus filhos não se encontram em condições de revelar a opulência das suas atividades.

E as doenças mentais, resultantes das moléstias infecciosas, do alcoolismo, ocasionam inomináveis prejuízos individuais, incapacidade para o trabalho, o que logicamente importa num prejuízo considerável para as rendas do País, prejuízos para a prosperidade da Nação; em síntese, em resumo: debilitamento da raça, desvirtuamento da nacionalidade.

Mas há de alguém afirmar que nas escolas públicas não aparecem casos de moléstias mentais, apenas uma porcentagem insignificante delas.

Não é exato. Na Escola de Aplicação de Ponta Grossa verificou-se um caso de alienação mental de uma menina de doze anos de idade. Seus ascendentes eram sífilíticos. E assim como este, casos graves outros há que se confundem, que esclarecem as anormalidades. Se fosse feito um exame criterioso da juventude e da infância escolar, seria ocasião de se registrar casos como estes: dificuldades de percepção e compreensão, desordens de associação de idéias, idéias fixas, manias, desordens da memória, desordens da consciência, desordens da afetividade, depressão nervosa, melancolia, neuroses, Sífilis latente, desordens da atenção, debilidade mental, imbecilidade.

Não exagero, não invento: a prática e o constante contato com as turmas juvenis, o estudo dos mestres dão-me convicção do que afirmo.

E como ainda não temos escolas para anormais, os tardios de inteligência jamais poderão ser bons alunos.

#### O QUE DEVEMOS FAZER

Nosso dever como professores é difundir nas escolas, as classes mais adiantadas, as conseqüências da Sífilis, do alcoolismo e outros fatores de degenerescência: é tratar da educação sexual, mostrar aos jovens as conseqüências de uma vida desregrada, os benefícios da virtude, de uma vida moralizada, de uma vida cristã.

É difundir os conhecimentos da higiene por meio de livros repletos de ilustrações, gravuras, dizeres frisantes em todos os recantos da Pátria, numa campanha persistente, metódica, bem dirigida, com intuitos de colher resultados depois de largos anos de trabalho, porque seria irrisório pretender-se regenerar os costumes *ex-abrupto*. Só a energia dessa força de vontade e a tenacidade da campanha poderão trazer frutos benéficos para o povo.

Por outro lado, é preciso imitar o exemplo norte-americano: não deixemos *ajeunesse dorée* as eventualidades e aos perigos ameaçadores dos focos sífilíticos e de todas as moléstias venéreas.

Deveriam ser as casas de tolerância fiscalizadas pela higiene: internadas as "independentes" enfermas em hospitais até completa cura, e nesses centros de desvirtuamento moral entrasse a campanha contra os agentes demolidores da raça, a advertência da ciência, o conselho da higiene, a extorsão do bom senso, até que, dentro de vinte anos, estivesse o povo livre dos males e horrores da Sífilis. Estou de acordo com Afrânio Peixoto.

Mas não é só a Sífilis o nosso mal. Façamos a propaganda contra a tuberculose, o alcoolismo, porque não é dever, é uma obrigação: é a necessidade de zelar pela saúde pública e cuidar da perfeição da raça brasileira, que amanhã há de integralizar o País em seus imortais destinos; é o que nos dita a voz da razão, a advertência da religião, o amor ao nosso semelhante, o amor a Pátria.

#### UMA MEDIDA DE ELEVADO ALCANCE

O senhor Amaury de Medeiros, médico e higienista, explanou na Câmara a questão do exame pré-nupcial, revelando mais uma vez ao País o seu grande interesse pela saúde pública e bem-estar do povo brasileiro. Refere-se ao Instituto Graffé Guinle e trata com proficiência das chamadas moléstias venéreas, causas da infelicidade dos lares brasileiros.

A certo ponto diz o ilustre médico, e este trecho é de grande importância ao elemento feminino:

Não são ainda raros os homens fulminados por lesões nervosas e vasculares, invalidados por lesões viscerais, aleijados por lesões ósseas e articulares, e as mulheres que, além de tudo, ainda somam as intervenções mutilantes em que a cirurgia salva-lhes a vida, matando o sexo e as transformando em fantasmas vivos, sombras humanas sem expressão, sem alegria, flores murchas e

tristes. Para esta classe de doença, as mulheres que se casam são as vítimas. Elas são indenes para o marido e recebem dos maridos o nome e a doença e, já porque o seu natural pudor dificulta o tratamento, já porque a sua anatomia abre portas para a glória da maternidade, o fato é que elas se expõem as vicissitudes das mais largas e devastadoras contaminações.

Defendeu o ilustre médico o projeto de lei sobre o exame pré-nupcial, estando este assunto merecendo os cuidados da Câmara. Deus queira que dentro de pouco tempo se converta em realidade! Será mais uma conquista para os nossos foros de povo civilizado, um poderoso anteparo a degeneração da raça, um benefício não somente a mulher brasileira como uma necessidade inadiável que há muito tempo se impunha para extinção desses flagelos que tanto dizimam a humanidade.

Mas o exame pré-nupcial será suficiente?

Não posso admitir que, embora esteja em vigor, a lei que há de regular essa parte referente ao casamento seja completa, de tal modo que solucione cabalmente o assunto em foco. Mas não há dúvida que excelente porcentagem dos males serão evitados; já é um grande, um extraordinário bem.

Muitos jovens deixarão de se casar, e as estatísticas virão revelar não somente o número considerável de sífilíticos, como de indivíduos atacados de blenorragia. A este propósito não são descabidos alguns comentários. Difícil, difficilima sua cura, quando não for tratada logo de começo. Esta incuria é o maior mal que advém. Casa-se o homem supondo estar completamente curado. Como conseqüência deste ato de irreflexão, sofrerá a esposa de cruéis padecimentos; sofrerão os filhos. Como hão de ser robustos e fortes, se desde o berço já recebem e passam pelas torturas deste flagelo?

Demais, a blenorragia causa malefícios inomináveis. Entre outros, são dignos de registro os seguintes: reumatismo, sinovites, endurecimento das articulações, miocardites e endocardites, salpingo-ovarites, oftalmia purulenta, cegueira.

Como se vê, não basta o exame pré-nupcial. As exigências para a perfeição da raça exigem maior número de iniciativas.

Por isso que se impõe como um dogma a moralização de costumes, a difusão dos conhecimentos da higiene. E não é tarefa de difícil solução; basta a boa vontade e o desejo dos diretores dos postos antivenéreas de extinguirem estes males, amparados pela boa vontade dos governos e pelo exemplo dos mestres.

#### O ALCOOLISMO

Muito se tem falado sobre o alcoolismo. Ninguém medianamente instruído desconhece que ele ataca o cérebro e todos os órgãos, contribuindo poderosamente para o depauperamento do organismo e a descendência de anêmicos: filhos disformes, aleijados, cujos dentes revelam má implantação; anomalias e desproporções que, sobremodo, contribuem para a fealdade do tipo nacional.

É o alcoolismo um dos maiores inimigos da perfeição da raça; ao lado da Sífilis, tem prodígios de destruição.

Não será suficiente a campanha contra o álcool por meio de conselhos. Ela deve ser feita pelo cinema, dentro das escolas, por meio de estampas sugestivas: campanha assídua, tenaz, persistente. Além disto, são imprescindíveis o aumento dos impostos sobre as bebidas alcoólicas e a propaganda das nossas águas minerais nos hotéis, como substituto ao álcool.

#### AS ENDEMIAS E A EDUCAÇÃO

É vezo antigo, é hábito, é vício: não há quem não critique o pobre e desventurado caboclo, esse bravo e denodado desbravador dos sertões a quem devemos o avanço da civilização.

Crítica mordaz, remoques e dicacidades toda vez que se oferece ensejo para o aviltar, para o diminuir.

Na literatura pátria, entra o caboclo como arlequim, motivo de pilhérias, alvo de zombarias dos eternos critiqueiros, e até de piedade e comiseração.

É uma injustiça que se pratica. No dizer de Euclides da Cunha, o sempre lembrado autor de *Os Sertões*, "o caboclo é antes de tudo um forte".

Aniquilam-no, contudo, as malárias e as endemias. É o mártir da incúria e desleixo dos governos. Vive doente, atacado de todos esses males no meio da riqueza, dos prodígios da flora e da fauna, das pompas da natureza, da exuberância do solo. Parece um contraste com as maravilhas da terra nababesca, pródiga de encantos e surpresas.

Não é o sertanejo indigno dessas opulências. A sua inferioridade é consequência direta das doenças que o deprimem. Contudo "são evitáveis, podem e devem ser evitadas, porque são evitáveis".

Oswaldo Cruz extinguiu no Rio a febre amarela; os americanos, o impaludismo na região da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. São Paulo, com a obrigatoriedade da vacina, extinguiu a varíola; o Paraná, com o Sanatório da Lapa e o Leprosário São Roque, combaterá a morfêia e a tuberculose. A comissão Rockefeller, combatendo a opilação, restituiu a sociedade inúmeros braços para o trabalho dos campos, um dos fatores do engrandecimento nacional. Mas o saneamento, a profilaxia, a higiene não são elementos suficientes de combate. É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação. Deve ser a peleja de hoje, a luta de amanhã, o combate de sempre. E nessa cruzada entrem os professores, os médicos, os jornalistas, os homens de Estado, os dirigentes da Nação, a fim de se conseguir a educação sanitária do caboclo, após a qual hão de desaparecer a imprevidência dos recursos e desprezo da saúde, a incapacidade de trabalho, a injustificada miséria do sertanejo entre as galas e as opulências da natureza.

E esse nobre, alevantado *desideratum* se há de conseguir pela educação, pela escola, pela imprensa. Sim, todos os nossos esforços para a prosperidade do Brasil e felicidade dos nossos patrícios. Tudo para a Pátria e tudo pela Pátria.

## A ESCOLA REGIONAL DE MERITI — UMA TENTATIVA DE ESCOLA MODERNA

**Armanda Álvaro Alberto**  
Rio de Janeiro, DF

**I**mpossibilitada de comparecer pessoalmente, ou um dos outros membros da diretoria da Escola Regional de Meriti, a I Conferência Nacional de Educação, tenho, entretanto, a satisfação de enviar um resumo do que tem sido a vida de nossa tentativa pedagógica.

## ANTECEDENTES

Tendo observado de perto, em convivência longa, vários grupos de população brasileira, do centro e do nordeste do País, sempre interessada pelos problemas de educação no Brasil, aproveitei, durante uma estada de muitos meses numa praia de Angra dos Reis, em 1919, a primeira oportunidade que se me oferecia para ensaiar uma escola. Apareceram prontamente cerca de 50 crianças, para as quais não existia escola pública ou particular por toda a redondeza. Não tendo coragem de rejeitar nenhum desses alunos, que têm dos 3 aos 16 anos, organizei as turmas, com a homogeneidade possível em tais circunstâncias, e pus-me a praticar o que estudara nos livros de Montessori. Era pouco, por causa dos alunos mais velhos. Enfim, experiências, tropeços, não é mister recordá-los aqui, bastando acentuar que lidava com crianças, adolescentes mesmo, que não sabiam sequer dar nome as cores, salvo a dos frutos verdes e maduros, que ignoravam sua condição de brasileiros que, dos engenhos da civilização moderna, apenas conheciam os vapores costeiros e os navios de guerra, de vez em quando ancorados na baía. Os desenhos espontâneos, que ainda conservo, são documentos fiéis daquela mentalidade.

Para compreensão de tanto atraso é preciso lembrar que o impaludismo, a opilação e o alcoolismo degradam a população da Ponta da Cidade — tal e qual a de Meriti. Além da pesca, ocupação de todos os homens, existia uma indústria, a de aguardente; lavouras, unicamente a da cana e a da bananeira, em escala reduzida.

Aquela escola ao ar livre, a sombra dos bambus, cujo mobiliário constava de uma mesa, uma cadeira e esteiras pelo chão, onde as manhãs eram consagradas a distribuição de remédios e onde muito material escolar era improvisado do que pudesse ser aproveitado, se foi a escola que iniciou alguns patriciozinhos nas coisas primordiais da vida, foi também a nossa própria escola, a que preparou essa outra de Meriti, fundada menos de um ano depois de sua extinção.

## OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Eram propósitos, ao fundar-se a então Escola Proletária de Meriti, continuar o que fora interrompido em Angra: um ensaio de escola moderna, regional, criada e mantida por iniciativa particular.

#### FEIÇÕES PRÓPRIAS

Não tendo sob os olhos nenhum modelo a seguir, foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1921, sem um só programa escrito; tomou desde o começo, no entanto, a feição de um lar-escola, embora externato, com número limitado de alunos, a quem não se dão notas, prêmios ou castigos. A orientação geral apresentava-se resumida em quatro cartazes com os dizeres: Saúde — Alegria — Trabalho — Solidariedade. Juntamente com a Escola, considero o anexo indispensável, a Biblioteca Euclides da Cunha, repartida em três seções—para alunos, professores e moradores de Meriti. Um museu escolar foi-se logo organizando, em parte com as contribuições trazidas pelos próprios alunos, da natureza local. Muito naturalmente, as funções domésticas, mais as de auxiliar da Biblioteca e do Museu e outras que a vida do estabelecimento ia exigindo, foram sendo exercidas pelas crianças. Nunca tivemos um servente ou outro empregado para tais misteres.

A diretora e os membros do Comitê de Auxílio, doutor Francisco Venâncio e comandante Coriolano Martins, davam aulas para orientação das professoras e conhecimento individual de cada aluno. A diretora começou então, ainda seguindo a Montessori, a escrever suas notas no *Livro de Generalidades*, sobre a criança, que hoje, bastante modificado, continua a ser feito.

O primeiro programa escrito — isso era de esperar—foi o de Higiene, para o 1º grau do curso (hábitos de saúde). Ainda hoje temos programas em elaboração. Todos são acompanhados de instruções destinadas as professoras, que suprem os compêndios inexistentes, e de indicações bibliográficas (livros todos da Biblioteca Euclides da Cunha).

Dadas as condições em que vivem nossos alunos, cedo compreendemos que a sua escola não devia ter férias completas. Assim, a assistência médica e as aulas de trabalhos manuais não se interrompem nesse período. "Afeiçoada pelo seu próprio meio é que será capaz de reagir eficazmente sobre ele", está dito no 1º relatório anual da diretora.

#### FEIÇÕES QUE SE ACENTUAM

Li *afeiçoação de Escola — Casa de Família*, baseada na liberdade, no trabalho individual, nos hábitos de saúde, na alegria com que se desempenham as funções domésticas; se essa face evidenciou-se desde os primeiros dias, a outra, de ação na vida local, direta, foi surgindo a partir do 3º ano de existência da Escola, com o 1º Concurso das Janelas Floridas, em 1923. São notórios a indolência e o descaso por tudo o que não seja o estritamente necessário ao seu viver de incultos, sem uma parcela de intuição na arte de aformosear a vida, entre os nossos roceiros. Combater a fealdade e o desconforto de Meriti, dar-lhe a alegria e a sombra das flores e das árvores, tais são os fins visados pela iniciativa da Escola.

A princípio, só os alunos floriam suas janelas; depois, a população foi concorrendo também, sendo distribuídos, em 1926, 64 prêmios, dos quais 26 aos moradores. Casas construídas recentemente já apresentam nas janelas jardineiras decimento ou de madeira! Claro é que a comissão julgadora das janelas floridas não concede prêmios aquelas desacompanhadas de um quintal bem tratado. E o gosto pelas plantas vai-se desenvolvendo...

Na mesma ordem de idéias, instituiu-se o Concurso de Criação, o ano passado (1926). Para começar, 20 moradores foram premiados.

Em 1924 e 1925, realizamos exposições de trabalhos manuais aqui no Rio, a elas concorrendo, de par com os alunos, os moradores. Da primeira vez expusemos 120 trabalhos e da segunda, 232. Nossas aulas de trabalhos são franqueadas a pessoas estranhas a casa, a quem estimulamos nos labores mais característicos, tais os tapetes de aniagem tecidos a mão, objetos de bucha, contas, etc. Quem sabe se não veremos nascer um dia uma indústria feminina, caseira, das mãos rudes destas mulheres? Já temos um plano de cooperativa para elas, dependendo principalmente de capital. Em 1928, pretendemos efetuar nova exposição. A Escola retira apenas 20% sobre o lucro das vendas na Exposição, quer se trate de trabalhos dos alunos, quer dos moradores.

Que saibamos, coube a Escola Regional a fundação do primeiro Círculo de Mães entre nós, o qual, como as outras afirmações de sua atividade, foi-se esboçando desde os primeiros tempos, para, afinal, surgir em hora oportuna. Daí a sua eficácia. Tem dois anos e meio de funcionamento, com programa especialmente traçado para aquelas mães, analfabetas em sua maioria; higiene, educação familiar e economia doméstica são as três partes do programa, destinado a preparar a cooperação que sonhamos das famílias com a Escola.

Dentre as campanhas em que se tem empenhado a Escola em favor da comunidade, certo, a do saneamento é a mais importante. Este ano satisfêz-nos essa aspiração, a maior do povo meritiense, a Diretoria de Saneamento Rural.

Ainda incluídas em nossa campanha pelo saneamento devem figurar as conferências populares, sempre realizadas na sala do cinema. Tem-se incumbido de quase todas o doutor Belisário Penna, cuja ação apostolar sobre o povo é escusado encarecer.

Atualmente estamos iniciando o movimento escoteiro e bandeirante, dentro e fora da Escola. Ao grupo de escoteiros já foi dado o nome de "Belisário Penna".

Em outras campanhas de menor alcance social tem-se envolvido a Escola; delas não nos ocupamos por falta de espaço. Como se vê, a Escola tem lançado raízes profundas no seu meio social. A doação do terreno para o seu prédio próprio, Nossa Casa, não é o reconhecimento formal — por parte ao menos dos dois proprietários que a fizeram, doutor Bernardino Jorge e senhor Manoel Vieira — daquela afirmação?

#### PROGRAMAS E MÉTODOS DE ENSINO

O curso completo da Escola está contido em quatro graus: três fundamentais e um de aperfeiçoamento em desenho, trabalhos manuais, economia doméstica, jardinagem e criação. Devemos advertir todavia que, não tendo até hoje nenhum aluno completado o 3º grau (todos saem antes para ajudar a família), é possível que alguma alteração venha a ser feita imposta pela experiência. Sendo Meriti um distrito meio rural, meio operário, de população instável (os assentamentos *do Livro de Generalidades* provam-no de sobra), ora em caminho de sanear-se, portanto, de reter os habitantes, futuras alterações podem ser feitas, segundo o tipo que venha a

predominar em sua heterogênea população. A proximidade do Rio de Janeiro, se lhe traz inegáveis vantagens, traz-lhe, em troca, desvantagens sérias. Demais, é preciso confessar aqui, com franqueza, que tivemos de modificar ou mesmo de desistir de muita coisa praticada com sucesso em meios estrangeiros. É sabido que o principal, o único fator de eficiência dos métodos modernos de educação é o professor. Infelizmente, desde que inauguramos a Escola, não temos tido maior preocupação que a de preparar os professores por meio de aulas, empréstimo de livros, excursões, etc. É doloroso constatar que, depois de tanto trabalho, quando começam a agir razoavelmente, deixam-nos, nomeados para as escolas do governo (quase todos são normalistas) ou outro emprego vantajoso. Outros não podem continuar por inadaptáveis aos métodos adotados.

Está reservado a professora-residente, se a encontrarmos em condições uma vez terminadas as obras de Nossa Casa, um papel preponderante em nosso trabalho educacional.

Não podendo ainda adotar os "horários orgânicos" das escolas novas, praticamos, contudo, o princípio de "não interromper uma atividade interessante", ao mesmo tempo que vamos entrelaçando a mais e mais os conhecimentos nos exercícios que se executam, das seguintes matérias: linguagem, desenho (fazem parte de todas as aulas), cálculo, geometria, trabalhos manuais femininos e masculinos, jogos e cânticos infantis, estudos da natureza, higiene, jardinagem e criação, geografia (especialmente do Brasil), história da humanidade (especialmente do povo brasileiro) economia e trabalhos domésticos.

Os programas até agora prontos ou em andamento são os de estudos da natureza, geografia, higiene e jardinagem, escritos por mim; desenho, pelo professor Edgar de Mendonça; história (1º grau), pelo professor Francisco Venâncio Filho; cálculo, adaptado de Palau Vera (indicação do saudoso professor Heitor Lyra), e geometria, de Heitor Lyra e Palau Vera, pela professora da Escola, dona Laura Araripe; o de economia doméstica está sendo escrito por Miss Maud Mathis.

Para a formação das turmas vigora o grande desenvolvimento intelectual, podendo o aluno passar de uma para outra em qualquer época, porque não se fazem exames nem se corre ou estaciona a espera dos colegas. Os anormais, os inadaptáveis ao regime da Escola e os que faltam sem justificativas são eliminados.

As excursões, como aulas de geografia e estudo da natureza, são semanais. No Rio, quando o permitem os recursos financeiros, visitam-se museus, fábricas, o Jardim Botânico, etc. Os álbuns de postais e fotografias, sistematicamente organizados com notas explicativas, e as revistas ilustradas prestam inestimável auxílio no ensino da geografia, da história e outros.

As salas são adaptadas ao ensino das diversas matérias, inclusive a cozinha e a sala de jantar; temos um gabinete para os exames médicos e um banheiro, de bastante utilidade. Temos uma vitrola, com discos escolhidos; o aparelho de rádio e o cinema serão para depois de inaugurada Nossa Casa.

A educação sexual é iniciada no estudo das plantas e animais (que se cultivam e criam), continuada na fisiologia humana (3º grau); mas não a consideramos bem feita, porque pensamos que só aos pais compete fazê-la como deve ser feita, isto é, com oportunidade. O que a Escolafaz,



faz, e não é pouco, é habituar o espírito das crianças a considerar com naturalidade, com espírito científico, podemos dizer, os fenômenos da reprodução. No Círculo de Mães tem-se procurado prepará-las para o exercício dessa função educativa. Mas há ainda dificuldades a vencer. As visitas domiciliares, efetuadas por uma professora, são obra complementar a do Círculo de Mães.

Mandamos as famílias boletins mensais, comunicando todas as atividades do aluno, os exames de saúde, os atos de bondade que praticou (se os praticou), seguindo o seu desenvolvimento sem compará-lo ao dos companheiros. Nada que se pareça com notas, pelo contrario; estimulamos em cada um a autocrítica, desejosa, antes de tudo, de favorecer a formação de homens e mulheres fortes.

Nesta data, freqüentam a Escola 61 alunos: 37 meninas e 24 rapazes. É o mês de menor freqüência. Oitenta é o número máximo que aceitamos.

#### ASSISTÊNCIA GERAL

Além da educação gratuita, a Escola Regional fornece merenda, vestuário, calçado, assistência médica e remédios. Ainda não obtivemos um dentista, nem a enfermeira-visitadora. O médico e uma professora se encarregam das fichas sanitárias. A pobreza e a doença são a regra em nossos escolares.

#### SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Escola, em seus primeiros tempos, foi mantida exclusivamente pela firma F. Venâncio e Cia., fabricantes do explosivo Rupturita, em Meriti; decorrido um ano e pouco, em 1922, modificamos nosso plano inicial fundando uma caixa escolar, para a qual os moradores de Meriti poderiam também contribuir. Passados outros dois anos, em 1924, o desenvolvimento da caixa era tal que resolvemos transformá-la na Fundação Dr. Álvaro Alberto, agora com três seções: Escola Regional de Meriti, Biblioteca Euclides da Cunha e Museu Regional de Meriti, as duas últimas destinadas a auxiliar a primeira e a espalhar um pouco de cultura entre os adultos.

No ano financeiro terminado em setembro, a despesa total foi de 8:337\$800. A Fundação conta, hoje, 173 sócios contribuintes e 6 fornecedores de material.

Está funcionando em prédio próprio, não concluído ainda, desde abril deste ano, em cuja construção se gastaram até agora 32:500\$000.0 maior doador tem sido o comandante Álvaro Alberto, com donativos que sobem a 14:000\$000.

O município de Nova Iguaçu ofertou espontaneamente 500\$000, único dinheiro do governo recebido por nós.

#### NOMES LIGADOS À ESCOLA REGIONAL

Seria injusto atribuir-se a uma só vontade o esforço de que resulta nossa Escola. Os nomes de Francisco Venâncio, Edgar de Mendonça, Belisário Penna, Heitor Lyra e Otávio Veiga, colaboradores no passado e no presente, a ela estão ligados pelo muito que deve a cada um.

## CONCLUSÕES

Oito anos de ação e meditação, sulcados de acertos e desacertos, que, todos, redundam em certa experiência, levam-nos as seguintes conclusões:

— Os métodos de educação, venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si, são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela.

— A escola primária tem que ser regional, o que não impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio quanto mais adaptada lhe estiver. Na roça é o único centro, muitas vezes, de vida intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua região e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem os seus alunos.

— A cooperação da família na obra da escola é indispensável. Em cada escola deve existir um Círculo de Mães, que as prepare convenientemente.

— Sem a iniciativa particular, o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam a União e aos estados os recursos financeiros suficientes. A Escola Regional de Meriti tem por máxima aspiração ser reproduzida em todo o País. Que os fazendeiros, os industriais, os capitalistas fundem escolas para os filhos de seus colonos sitiantes, operários, empregados... Peçam aos poderes públicos ou aos centros de educação, como a Associação Brasileira de Educação, os programas, mesmo as professoras, no que não haverá prejuízo para o governo. E aqueles que só dispõem da boa vontade fundem associações como a nossa, que o ocupar-se da criança ainda é a mais humana das funções de nossa espécie.

TESE N<sup>o</sup> 80

## ASSISTÊNCIA MÉDICA À INFÂNCIA ESCOLAR — CADERNETAS SANITÁRIAS

**João Maurício Moniz de Aragão**  
Associação Brasileira de Educação

No atual momento em que o magno problema da correção e soerguimento da raça gira em torno de uma questão de valor real e preponderante, agitado pelo entusiasmo dos que procuram, pelo lançamento de uma base sólida e duradoura, a elevação para o futuro de um monumento firme e gigantesco, transformando os habitantes esparsos e desunidos em uma

população compacta e cooperadora, claro e acertado se nos afigura ser somente a educação no seu conjunto, ou debaixo dos seus aspectos e modalidades, o único alicerce digno e capaz de suportar este levantamento.

A questão da educação e assistência a infância, de um modo geral ou particular, descendo aos menores fatos, no momento, é um problema de grande importância e de difícil resolução, comportando desde a assistência pré-natal até o amparo aos adolescentes.

Ainda que pareça fácil a vida da criança no campo, quando a ignorância ou causas adventícias não venham prejudicar o seu prosseguir, o problema educativo e de alfabetizar torna-se difícil e defeituoso, sobretudo nas zonas rurais, falhas de escolas e onde os processos modernos de educação não chegam senão tardiamente, crivados de erros e defeitos, em virtude de sua propagação lenta e vagarosa. A estas falhas vem se juntar outra de grande importância — a assistência médica—que, faltando no interior, traz graves prejuízos, ainda que até certo modo contrabalançada por clima e vantagem inerentes ao campo, deixando contudo um grande espaço para as lacunas provenientes desta falta. Tratando-se das cidades, essa assistência torna-se preponderante e absoluta, pois as condições climatéricas são desfavoráveis e mesmo prejudiciais, em virtude do acúmulo excessivo dos habitantes e da ocupação da periferia das cidades pelas grandes usinas industriais, que lançam na atmosfera seus detritos e excretas.

Voltando a vista para o alojamento das crianças nas cidades, encontramos em sua maioria a superlotação dos compartimentos em que se alojam, onde falta tudo — ar, luz, conforto, os mais mezinhos princípios de higiene—e onde vivem na mais ampla promiscuidade.

A necessidade de as mães ganharem para o seu sustento importa no abandono das crianças durante o tempo mais ou menos longo dos seus afazeres fora do domicílio. Quando pequenos, ainda não podendo ser entregues a própria direção, em geral são deixados a terceiros que, mediante pagamento do qual procuram tirar lucro, se encarregam de tomar conta de inúmeras crianças, de origem e procedência diversas, na mais completa promiscuidade e imundície e onde facilmente se propagam as doenças que destroçam as populações infantis.

O problema comporta, pois, para melhoria desta situação, fundar "casas" especiais onde, por preços módicos, fossem recolhidas as crianças, definitivamente ou durante o impedimento materno. De grande vantagem se nos afigura tenham médicos, de preferência especialistas, que recebessem as crianças ao entrar, examinando-as e acompanhando-as por largo tempo, organizando a entrada a caderneta sanitária individual, com todos os dados, e os tendo em observação quando necessário, para não serem transmissores de moléstias aos já existentes no recolhimento.

Atravessada esta primeira etapa, chegam as crianças a um período que vai do segundo ao quinto ano, no qual toma-se necessário favorecer e dirigir o desenvolvimento intelectual e físico de cada um, o que se faz neste período com grande rapidez. Tem cabimento aqui os chamados jardins da infância, tradução da *palavra kindergarten* empregada por Froebel, o criador, na Suíça, deste método. A caderneta sanitária continua preponderante debaixo da diretriz médica, que acompanhará a prática dos exercícios de ginástica, avaliará as suas vantagens ou os seus prejuízos para cada indivíduo, o estado de saúde das crianças que, precária ou combatida, importará no pedido

do médico para a sua transferência para local apropriado no campo ou em outra organização de tipo hospitalar. Ficará ainda a observação médica o desenvolvimento psíquico da criança, descendo a um cuidado mais minucioso nos casos de retardados ou anormais, conduzindo-a a escolas ou sanatórios especiais, onde, educados convenientemente, se tomem capazes de se dirigirem, evitando que sejam constantemente um embaraço a sua família e a sociedade.

Apresentaremos em tempo oportuno um tipo de caderneta sanitária por nós organizado, o qual julgamos preencher os fins desejados.

Atingida a adolescência, geralmente a criança se torna um aprendiz. Aí a assistência se torna mais difícil, porque impossível é escolher o mestre e o meio em que o adolescente vai formar a sua personalidade definitiva.

Um ponto a estudar é o que se refere ao salário do adolescente, geralmente tomado pelo pai, que não organiza para o filho reserva econômica.

De capital importância é a proteção da lei ao jovem trabalhador, no que diz respeito a idade em que poderá ser admitido como aprendiz, o salário a receber, as condições de higiene da localidade em que vai trabalhar, a proteção contra acidentes, não sendo permitido o emprego de crianças em trabalhos que concorram para o deformar do seu físico nem de prejuízo para a integridade de sua saúde.

Entre nós existem leis que procuram sanar essas falhas, porém falta uma vigilância eficaz e precisa, rigorosa e implacável, multando em importância onerosa os transgressores destas medidas.

Nesta idade torna-se preciso um preparativo esportivo em que o adolescente, esquecendo um pouco os seus afazeres, aproveite as suas horas de lazer em coisas úteis que tragam resultados favoráveis a sua pessoa e ao seu físico. As organizações esportivas, tomando-lhe o tempo disponível, afastam-no dos centros perversores, das tascas e bancas de jogo, onde se degradam no vício e baixam a criminalidade. Essas organizações esportivas, em jogos interessantes e passeios pelos campos, obrigam seus componentes a uma, ainda que curta, permanência ao ar livre, onde poderá o adolescente respirar um ar puro e sadio que estimulará as suas forças vitais para a luta em condições desfavoráveis, que é o trabalho nas cidades e nas aglomerações.

Das organizações esportivas, a que nos parece de maior valor e de grandes vantagens é a imitação *doboyscout*, entre nós introduzida sob o nome de escoteiros. Estes agrupamentos permitem a organização de passeios campestres, uma vida ao ar livre, a formação do caráter, uma cultura física aproveitável, enfim, a formação de uma individualidade quase perfeita em seus componentes, apresentando-lhes a vida com um aspecto sadio e virtuoso, onde cada homem tem leis e deveres a respeitar, um proceder honesto e sincero, um devotamento que atinge o desinteresse sem tocar no desleixo e no descuido, um altruísmo que toca as raízes da abnegação. Ainda aqui encontramos facilmente o lugar da caderneta sanitária, organizada pelo médico do agrupamento ou completada por ele quando o associado a tenha trazido de outro centro de ensino que já tenha freqüentado. De acordo com a caderneta, o médico acompanhará facilmente o aproveitamento do grupo e de cada um dos seus componentes.

A caderneta, que a nosso ver deverá acompanhar a criança desde sua primeira matrícula em qualquer estabelecimento público ou de caridade, deverá ser obrigatória em toda e qualquer organização em que a criança deseje ingressar, quer seja de assistência, quer de educação. Com essa medida, poderá facilmente ser avaliado o desenvolvimento da criança, as transformações por que passou, favorecendo as medidas a serem tomadas quanto a sua educação, sobretudo nos retardados e anormais ou nos que apresentem defeitos físicos necessitando de correção, facilitando a remoção para centros especiais onde haja aparelhos apropriados a reeducação e a correção de defeitos corporais. Facilita também a observação das doenças crônicas ou agudas, impedindo a sua propagação, impondo a transferência do doente para as organizações hospitalares. Na ocasião da matrícula, com a apresentação da caderneta, poderá o médico, facilmente, impedir o ingresso de crianças contagiantes na coletividade e indicar os serviços que deverão procurar para seu tratamento ou para sua educação.

Com esta medida, fácil se torna a vigilância e observação proveitosa das crianças, dando-lhes uma assistência perfeita e adequada, aliando-se uma educação favorável, tornando-as para o futuro fortes e abnegadas, com a compreensão perfeita dos seus deveres. E quando as condições tal não permitirem, inicialmente, por se tratar de crianças anormais ou retardadas, essa assistência as tornará capazes de, pelo menos, não impedir o progresso da sociedade, transformando incapazes destinados ao hospício em indivíduos aptos a uma vida mediana.

#### CADERNETA SANITÁRIA

N<sup>a</sup> de ordem: \_\_\_\_\_ Matriculado em \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

Cor: \_\_\_\_\_

Residência: \_\_\_\_\_

Tipo de residência: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Peso: \_\_\_\_\_

Altura: \_\_\_\_\_

Circunferência craniana: Malformação do \_\_\_\_\_ Circunferência torácica: \_\_\_\_\_

nariz? \_ Implantação dos dentes? Triade \_\_\_\_\_ Diâmetro biacromial: \_

de Hutckinson? \_ Defeitos físicos?, \_\_\_\_\_

índice mental Q.I.: \_\_\_\_\_

ANTECEDENTES HEREDITÁRIOS

ANTECEDENTES PESSOAIS

Pais vivos? \_\_\_\_\_ Consangüíneos? \_\_\_\_\_ Nutrição: \_\_\_\_\_  
 Gozam saúde? \_\_\_\_\_ Desenvolvimento: \_\_\_\_\_  
 Mortos? \_\_\_\_\_ Causa mortis? \_\_\_\_\_ Doenças: \_\_\_\_\_  
 Doenças físico-mentais? \_\_\_\_\_ Idade 1ª dent.: ----- Veg. aden. .  
 Infecção? \_\_\_\_\_ Intoxicação? \_\_\_\_\_ Viciado sexualmente: \_\_\_\_\_  
 Tuberculose? \_\_\_ Sífilis? \_\_\_ Álcool? \_\_\_ Bebe? \_\_\_\_\_ Fuma? \_\_\_\_\_

EXAMES CLÍNICOS

Aparelho visão:-----	Sistema nervoso: _____
Aparelho olfação: ___	Reflexos: _
Aparelho audição- ----	Psique: ----
Aparelho respiração:—	Exame dos dentes: _____
Aparelho circulação: _	Exame dos pêlos: _____
Aparelho digestivo: ___	Exame das unhas:-----
Aparelho gênito-urin.: _____	Exame da pele: _____
Portador de germe? - Infectante?	Vacina contra variola? _____
Vacina contra tifo? ___	Tomou algum soro? _____

EXAMES DE LABORATÓRIO

Reação de Wassermann: \_\_\_\_\_ Sangue: \_\_\_\_\_ Liquor: \_\_\_\_\_  
 Exame de fezes: -----  
 Exame de escarro: -----  
 Outros exames: \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_

Médico especialista

## COMO SE PODE FAZER A ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS ALUNOS POBRES DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

**Leonel Gonzaga**

Inspeção Médica Escolar do 1<sup>o</sup> Distrito do Rio de Janeiro, DF

**H**A 11 anos, no Distrito Federal, foi instituído o serviço de inspeção médica escolar. Como médico escolar, vi desde logo que era indispensável o serviço complementar de assistência médica aos alunos encontrados doentes, em grande número.

Quando comecei a minha atividade junto as escolas do 1<sup>o</sup> Distrito, quis, como os demais colegas, cumprir o dispositivo legal que nos obriga a organizar as fichas de todos os alunos. Tal exigência, bem o sei, consta de todos os regulamentos congêneres do mundo, mas, se me fosse dado expender uma opinião, diria que, no nosso meio, o serviço de assistência médica ao aluno doente supera qualquer outro e é de possível realização com pouca coisa mais além do que já temos.

Sem dúvida, a organização da ficha individual do aluno impõe-se como medida de grande alcance, indispensável mesmo, principalmente para se conhecer com precisão qual o tipo da nossa criança normal. É, porém, trabalho que demanda muito tempo e, além do mais, muito discernimento.

Havendo tantas crianças doentes, exigindo tratamento, é fácil imaginar o escrúpulo que deve ter o médico de tomar os dados antropométricos para a organização das médias normais.

Sem esse escrúpulo, sem esse discernimento, a base será inconsistente e os resultados perigosos, do ponto de vista do rigor científico que deve presidir a assuntos de tal monta.

Que valor poder-se-á dar, por exemplo, em se tratando de biometria, aos perímetros torácicos dos adenoidianos e dos portadores de adenopatias traqueobrônquicas, que se contam por milhares, ao peso dos pré-tuberculosos, a taxa hemoglobínica dos verminóticos, ao crescimento estatural dos sífilíticos?

Não há de ser com um só médico para cada distrito, sem enfermeiras adestradas, que se hão de colher convenientemente os dados necessários a organização de tabelas que façam fé. Um profissional entendido em tais assuntos, não fazendo outra coisa nas escolas, poderá em consciência organizar, dentro do expediente escolar, no máximo 10 fichas por dia, ou 200 por mês, ou 1.600 nos oito meses letivos de cada ano.

Ora, cada médico escolar tem sob sua jurisdição de 4.000 a 6.000 e mais alunos!

Feitas as 1.600 fichas no primeiro ano, que fará no ano seguinte? Continuará a fazer sempre as fichas de novos alunos? Reverá as do ano anterior para acompanhar o desenvolvimento das crianças já examinadas? Impossível a resposta, e o serviço terá sido falho, incompleto, uma

vez que reduzido a pequeno número, sem lucro para os alunos, pois que a atividade do médico muito mais utilmente se poderá exercer em outros sentidos.

Deixei, portanto, de fazer as fichas sistematizadas e passei no meu distrito a executar o exame parcial de todos os alunos. Encontrada a doença a tratar, o desvio a corrigir, sobrevinham sempre as interrogações: Tratar como? Onde, se a criança não tem meios, pois os que têm recursos não constituem a maioria?

Continuar a examinar os alunos para organizar porcentagens e no fim informar que, no distrito a meu cargo, há tantos por cento de amígdalas hipertrofiadas a extirpar, de rinites hipertróficas ou atróficas a curar, de vícios de refração a corrigir, de portadores de lues hereditária a depurar, de verminóticos a expurgar, de esqueletos deformados a endireitar, de dentes cariados a obturar, de tuberculosos ganglionares a preservar da invasão a órgãos mais nobres, de portadores de manifestações cutâneas, de lesões nervosas, de afecções cardíacas? Não, a estatística é dispensável aqui: basta saber que as porcentagens são suficientemente elevadas, para nos desafiar a luta sem desânimos nem pessimismos.

Examinar os alunos para satisfazer a minha curiosidade de pediatra, sem vantagem para o examinado? Não, tampouco, porque isto me repugnaria a consciência de clínico, que não me contento com o diagnóstico sem a providência da terapêutica e, além de tudo, iria perturbar o expediente escolar sem nenhum proveito.

Foi diante dessa situação que resolvi meter mãos a obra e organizar no 1º Distrito um consultório em que pudessem ser tratadas as crianças encontradas doentes nas escolas a meu cargo. No meu bom amigo e companheiro de trabalho doutor Solano Carneiro da Cunha, digno inspetor escolar, encontrei logo apoio a iniciativa. No porão da Escola Basílio da Gama, separei uma sala onde imprópriamente funcionava uma classe contra as boas regras da higiene, sem conforto e, principalmente, sem luz.

Com o prestimoso engenheiro da Diretoria de Obras, doutor Carlos Penna, obtivemos a divisão da sala em quatro compartimentos e a instalação de lavatórios com água corrente.

Uma das divisões foi destinada a clínica pediátrica, outra a clínica otorrinolaringológica, a terceira a oftalmológica e a última a sala de espera comum, para a qual se abrem todos os consultórios. Disposto o local, convidei os meus distintos colegas doutores Júlio Vieira, Mário de Góes, Iracema de Freitas e Vaz de Mello, o primeiro para se incumbir da clínica de garganta, nariz e ouvidos e pequena cirurgia, o segundo para a de olhos e os dois últimos para me auxiliarem na clínica médica propriamente dita.

O doutor Achilles Araújo oferece-se para fazer uma parte de ortopedia, ensaiando, pela primeira vez nas nossas escolas, a ginástica ortopédica, de melindrosa aplicação, só admissível quando executada por mãos adestradas como as suas.

Do doutor Amilcar Ferreira da Rosa tenho o oferecimento para se ocupar das moléstias de pele, e o estudante Sylla Ferraz se propõe auxiliar o serviço clínico.



Mas a idéia não teve logo execução e foi preciso esperar longos anos, até que a remodelação da Caixa Escolar Azevedo Sodré e a eleição de sua nova diretora, professora Zélia de Oliveira, propiciassem, em um admirável esforço final, a realização do que era simples aspiração, a princípio quase sonho.

Não esquecendo a colaboração das duas distintíssimas diretoras das escolas Afrânio Peixoto e Basílio da Gama, condôminas deste prédio, professoras Alice Figueiredo e Zulmira de Oliveira, e a todas as demais digníssimas professoras do distrito, que nos têm prestado o seu auxílio em todos os pontos de vista, não posso deixar de dizer que a d. Zélia de Oliveira, com a sua atividade incansável, se deve a consecução do nosso desejo de bem servir a infância doente e pobre do distrito.

A feliz colaboração da Cruz Vermelha Brasileira veio facilitar-nos a tarefa e, incorporadas as crianças do distrito a Seção Juvenil desta instituição benemérita, nos vemos hoje cooperando na mesma obra de assistência material e moral, de melhoria de nossa gente e de confraternização internacional.

O serviço de clínica dentária, já existente, e a Escola Minas Gerais, transformada recentemente em escola para débeis físicos, vêm completar a nossa obra, de que com grande alegria espero bons frutos.

O consultório é modesto, mas preencherá condignamente os fins que temos em vista, e a prova terá quem atentar para os dados estatísticos que se seguem, colhidos em menos de três meses de funcionamento regular.

Movimento do Consultório no período de 12 a 30 de setembro:

#### **Clínica Médica**

Matriculados .....	60
Consultas .....	66
Ferida incisa na mão direita .....	1

#### **Clínica Oftalmologia**

Matriculados .....	35
Consultas .....	39
Receitas de óculos .....	10
Receitas de medicamentos .....	1
Diagnósticos:	

Conjuntivite folicular .....	3
Encontrados normais.....	21
Miopia .....	4
Miopia e astigmatismo .....	3
Astigmatismo .....	1
Hipermetropia.....	1
Hipermetropia e astigmatismo.....	1
Estrabismo hipermetrópico .....	1

### **Clínica Otorrinolaringológica**

Matriculados.....	16
Consultas .....	19
Receitas .....	1
Diagnósticos:	
Encontrados normais.....	12
Vegetações adenóides.....	3
Hipertrofia de amígdalas.....	2
Rinite.....	2
Rolha ceruminosa.....	1

Na falta de local na Escola Basílio da Gama, instalei na Escola Sarmiento um pequeno laboratório para exames coprológicos, com o intuito de controlar o tratamento sistemático das verminoses.

O estudante de medicina Sylias Ferraz já realizou nesse laboratório, nos últimos dias de novembro, 23 pesquisas, tendo sido 14 com resultados positivos e 9 negativos. Foram encontradas com ascárides e tricocéfalos 6, com ascárides 5 e com tricocéfalos 3.

### **Clínica Otorrinolaringológica**

Matriculados .....	31
Encontradas normais .....	3
Diagnósticos:	
Hipertrofia de amígdalas.....	7
Amigdalite críptica.....	9

Vegetações adenóides e hipertrofia de amígdalas.....	11
Rinite atrófica .....	1
Otite média supurada crônica .....	3
Otite externa .....	1
Otalgia de origem dentária .....	1
Desvio do septo nasal .....	5
Rinite sífilítica.....	1
Otite média aguda com rinofaringite e amigdalite .....	1

Movimento durante o mês de novembro:

**Clínica Médica**

Matriculados .....	42
Consultas .....	46
Receitas.....	56
Injeções.....	181
Aplicações de tuberculina (terapêutica).....	15
Curativos.....	111
Diagnósticos:	
Heredo-lues.....	3
Verminoses .....	8
Bronquite aguda .....	1
Escabiose .....	1
Verminosee heredo-lues.....	2
Verminos e efurunculose .....	1
Gripe .....	1
Bronquite asmática e heredo-lues .....	1

Movimento durante o mês de outubro

**Clínica Médica**

Matriculados .....	87
--------------------	----

Receitas .....	39
Injeções diversas.....	124
Curativos ligeiros.....	4
Diagnósticos:	
Heredo-lues .....	27
Verminoses.....	29
Otite média supuração.....	1
Hipertireoidismo.....	2
Escrofulose.....	1
Ferida incisa no joelho .....	1
Reumatismo articular .....	2
Escabiose.....	3
Coréa .....	1
Traumatismo da perna .....	1
Verrucose .....	3
Endocardite.....	1
Varicela.....	1
Urticária .....	1

### **Clínica Oftalmológica**

Matriculados .....	71
Encontrados normais.....	41
Diagnósticos:	
Conjuntivitecatarral.....	2
Conjuntivitefolicular .....	6
Ordeolo.....	2
Miopia.....	5
Miopia com astigmatismo .....	1

Hipermetropia .....	1
Astigmatismo .....	4

### **Clínica Médica**

Receitas .....	44
Injeções .....	42
Curativos ligeiros .....	10
Diagnósticos:	
Heredo-lues .....	20
Verminoses .....	11
Apendicite .....	2
Bronquite asmatiforme .....	2
Furunculose .....	2
Dismenorréia .....	2
Impetigo .....	1
Escrofulose .....	1
Vulvo-vaginite .....	1
Otite média .....	1
Coréia .....	1
Fimosquimose .....	1
Distrofia da tireóide .....	1

### **Clínica Oftalmologia**

Consultas .....	25
Receitas de óculos .....	6
Diagnósticos:	
Conjuntivitefolicular .....	3
Conjuntivitecatarral .....	1

Dacriocistite crônica com fistula	1
Estrabismo convergente com hipermetropia .....	1
Miopia.....	3
Hipermetropia .....	3
Hipermetropia com astigmatismo.....	1
Palidez da pupila e cores-retinite .....	1

As receitas para os alunos pobres têm sido aviadas pela Caixa Escolar Azevedo Sodré.

A Cruz Vermelha Brasileira abriu mão, em benefício do consultório, da contribuição dos alunos filiados a Cruz Vermelha Juvenil. O Departamento Nacional de Saúde prometeu fornecer material para o tratamento das verminoses e da Sífilis.

Inúmeros têm sido os oferecimentos de remédios por parte dos fabricantes de preparados, de médicos e de particulares. É tocante a solicitude com que os alunos ricos ou remediados se têm oferecido para trazer medicamentos para os colegas pobres, obedecendo assim ao lema inscrito na bandeira da Cruz Vermelha Juvenil — Servir.

Creio que, em vista do que já se conseguiu nesse resto de ano letivo, pode-se ter esperança de que a obra continuará, e as crianças pobres do 1<sup>o</sup> Distrito encontrarão, no consultório médico a que houveram por bem dar o meu modesto nome, os socorros que reclama o seu estado precário de saúde, para que, curadas, possam vir a ser unidades úteis para seu próprio bem e para o progresso da nacionalidade.

#### CONCLUSÕES

- 1) A assistência médica é complemento indispensável a inspeção médica escolar.
- 2) É possível, pela iniciativa particular, sem grande ônus, obter os meios necessários ao socorro das crianças pobres e doentes.
- 3) Acaso não se possa estabelecer em cada distrito escolar um consultório com médicos de todas as principais especialidades, como acontece atualmente no que se organizou no 1<sup>o</sup> Distrito, é possível dividir a cidade em cinco ou seis zonas, compostas de mais de um distrito, e montar em cada zona um consultório semelhante ao da Caixa Escolar Azevedo Sodré, onde se encontrem médicos especialistas capazes de atender aos diversos casos de doenças e afecções.
- 4) Na zona rural, a instituição dos ônibus para o transporte dos alunos ao posto médico resolverá a questão de modo satisfatório.

## EDUCAÇÃO E HIGIENE MENTAL

**Álvaro Guimarães Filho**  
Liga Paulista de Higiene Mental

Não poderia de forma alguma a Liga Paulista de Higiene Mental deixar passar despercebida uma ocasião única como esta, em que, na florescente capital do nosso coirmão e vizinho Estado do Paraná, reúne-se para tratar de assunto da mais alta importância para o nosso querido Brasil, ou seja, do magno problema da nossa educação, toda a flor ou a essência puríssima do professorado brasileiro, representado pelos dignos delegados de quase todos os estados da Federação, sem trazer para esta assembléia, com a divulgação da sua existência, a lembrança do papel importantíssimo que desempenha e deve desempenhar o professor em Higiene Mental.

Começaremos estudando em suas linhas gerais a importância que deve ter para o professor os conhecimentos dos princípios fundamentais em que se esteiam a higiene e a profilaxia mental.

Constitui-se preceito básico o de que as moléstias do sistema nervoso, quer nervosas, quer mentais, na sua grande maioria, desde que tragam perturbações celulares tais que venham modificar a estrutura íntima de alguns dos seus principais órgãos, estes não mais se regenerarão por serem tecidos definitivos.

Sendo assim, vemos logo o objetivo principal do que chamamos Higiene Mental, isto é, a parte da Higiene que estuda por todos os meios e modos as causas imediatas ou longínquas que venham perturbar o psiquismo humano; investiga quais os principais meios de o salvar, o que constitui a profilaxia; e trata, finalmente, de divulgar todos os meios sociais os frutos de seus trabalhos, para o bem da saúde mental dos nossos semelhantes.

Estas idéias que, há muito, vêm preocupando a humanidade, teve no Brasil a melhor das acolhidas, e hoje podemos dizer que andamos em tal terreno a frente de muitos dos povos os mais civilizados do velho e do novo mundo.

Antevemos desde já, dada a importância do problema, que esta assembléia de profissionais saberá compreender o nosso intuito e incluí-lo no programa de seus futuros estudos.

O professor é a primeira autoridade que encontra a criança fora do lar paterno, e a influência que ele passa a exercer em sua personalidade, não apenas nas horas escolares, mas durante toda a sua infância, se refletirá certamente em toda a sua vida.

Mas para o professor se utilizar dessa situação privilegiada em face dos problemas que devem interessar a mentalidade da criança, ele deve, antes que tudo, começar pelo estudo cuidadoso das causas de moléstias mentais.

A Sífilis, tão espalhada em nosso meio, atingindo o sistema nervoso, manifesta-se sob duas formas: a Sífilis cerebral, produto da sífilização dos vasos que irrigam o tecido nervoso, e o grupo das moléstias meta ou parassifilíticas, representadas pela tabes e pela paralisia geral.

Estas moléstias têm zombado de toda a terapêutica moderna, continuando a ser consideradas incuráveis, se bem que ultimamente se começa a obter um pouco de esperanças nos resultados da malarioterapia no mal de Bayle; mas elas nada mais são que o produto último da infecção sifilítica, fácil de ser reconhecida a tempo, mesmo pelos que não são profissionais na arte de curar, dependendo apenas do reconhecimento de certos sintomas que servem de sinal de alarme de tão insidioso mal.

A lues hereditária ou adquirida, conhecida prematuramente antes das manifestações acima citadas, é moléstia curável, e quem a cura não só defende o organismo doente, mas ainda, o que é mais importante, apaga um foco de disseminação da moléstia entre os que lhes são mais caros, isto é, os que o rodeiam ou os que são seus descendentes.

Se volvemos nossa atenção para um outro grande flagelo da humanidade que é a tuberculose, lá vamos encontrar as manifestações cerebrais, sob as formas de meningo-encefalite tuberculosa, tubérculos dos centros nervosos ou simplesmente a excitação devida as toxinas bacterianas provenientes de outros órgãos.

Aqui são os preceitos gerais da Higiene que nos ensinaram como podemos nos defender da peste branca, que não contente com o aparelho respiratório, seu ponto de eleição, muitas vezes traz a sua contribuição na porcentagem dos habitantes dos hospícios.

Como esses, muitos outros fatores, entre os quais salientam-se o álcool, as infecções, as auto-intoxicações, a hereditariedade, o casamento consanguíneo e muitos outros, que são as causas das perturbações nervosas.

Se bem que a primeira vista pareça um todo complexo e variadíssimo o problema etiológico das moléstias mentais, vemos entretanto um ponto importante em que todas se unem, agindo de maneira única.

Qualquer que seja a causa, ela trará apenas, variando na intensidade, perturbações mais ou menos graves, mas quase sempre definitivas, para o sistema nervoso.

Só há uma maneira prática de impedir essas manifestações mórbidas: evitar as causas das moléstias pelos preceitos da profilaxia.

São esses preceitos que devem interessar ao professor, não apenas para seu uso pessoal, mas administrados quase todos os dias, nos mais diversos assuntos de suas aulas e em todas as ocasiões oportunas, aos jovens desprotegidos pela idade e pela resistência física nessa época de transições, quando mais estão sujeitos as influências das várias causas de moléstias.

Passada a primeira infância no lar paterno, onde o psiquismo da criança começa a desabrochar e mostrar as suas primeiras tendências, é ao entrar na sua segunda infância que geralmente ela vem ter aos mestres, a princípio nos jardins de infância e depois no curso primário.

Não é de todo necessário lembrar que a vida da criança passa nesse tempo por várias fases. Começa por ser bruscamente levada para um meio inteiramente diverso, a que esse ser tem que se submeter adaptando-se as novas condições.



A Pedagogia nunca deixa de cada vez mais estudar a adaptação escolar, e não é preciso dizer a importância que teriam neste ponto os preceitos e os conhecimentos da Higiene Mental para guiá-la em tão difícil tarefa.

O desenvolvimento psíquico da criança começa então a se desenvolver, não mais apenas estimulado pelas sensações variadas do meio que a cerca, mas guiado pelos preceitos dos métodos pedagógicos.

Destes, tudo depende. Se a criança é sadia, física e psiquicamente, poderá, é verdade, muitas vezes resistir as influências de um método vicioso, mas sempre será prejudicada, pois não colherá os resultados que o ensino deve produzir; mas se os métodos pedagógicos viciados ou mal orientados encontrarem crianças débeis, o mal não será apenas o não aproveitamento do ensino, mas, ainda, agravamento, muitas vezes irreparável, da debilidade de que são portadoras.

No desenvolvimento psíquico, pensamos que é a vontade que mais sofre a influência da escola. É a obrigatoriedade diária da frequência, dos temas e exercícios impostos pelos professores, que devem ser preparados em prazos certos e determinados; são os preceitos de ordem, que obrigam a calar e a largar as distrações e divertimentos pelos superiores, que mais vêm modificar ou perturbar a vontade da criança.

Ou ela se adapta e submete a sua vontade ao novo regime, educando-se e aprendendo normas que lhe serão preciosas na vida futura, ou ela não se adaptará, tornando-se um elemento pernicioso na escola e, o que é mais importante, sofrendo diária e frequentemente, a cada ordem ou reprimenda, um choque que vem, cada vez mais, afastar o seu psiquismo do meio escolar. Esses são os conhecidos anormais, quase que geralmente portadores de uma debilidade mental, fruto, na maioria dos casos, exclusivo do alcoolismo e da Sífilis de seus ascendentes.

Para compreendermos bem o débil mental, é necessário lembrar a classificação, mais ou menos empírica, que a Psiquiatria estabelece para agrupá-los ou separá-los segundo o grau de perturbação; é assim que temos: a debilidade mental propriamente dita, a imbecilidade e a idiotia.

Desnecessário se torna dizer que não há um limite nítido entre uma e outra forma de debilidade, e um doente muitas vezes é classificado entre uma e outra ou em duas das divisões, de acordo com a orientação daquele que o examina ou que o julga.

O psiquiatra, quando necessita fazer o estudo do anômalo mental, recorre aos variados e já tão difundidos testes de Binet, que os senhores professores tanto conhecem.

Por esses testes, não só podemos conhecer a debilidade mental geral, mas também as anomalias mentais parciais; assim, há os que, sendo normais para as várias disciplinas que compõem o programa escolar, são entretanto incapazes de aprender ou compreender tudo o que se diz respeito a matemática.

Além desses testes, que muitas vezes só servem para distinguir os que estão pouco desviados da normalidade, não podendo, por mais simples que sejam, ser compreendidos pelos grandes anormais, os psiquiatras usam processos mais práticos com os quais podem julgar da incapacidade do examinado.

Desses, o professor Franco da Rocha muitas vezes se utilizava, mandando o doente ou transmitir um recado ou reconhecer as moedas ou as cores, classificando os grandes anômalos mentais, em casos de êxito, em imbecilidade e, em caso de incapacidade para esses misteres, em idiotia.

Mas qualquer que seja a forma pela qual o professor ou o psiquiatra classifique os anômalos, estes, sob o ponto de vista pedagógico, dividem-se em dois grandes grupos: 1) os que são susceptíveis de receber instrução comum, isto é, a instrução dos normais; e 2) os grandes anormais.

Os primeiros são os chamados retardados, cujo desvio mental é pouco acentuado mas que os impede de seguir a marcha normal em curso comum. Esses, entretanto, podem muito bem aprender, com os mesmos métodos, tudo que é ensinado no curso oficial, dependendo apenas de mais tempo que o normalmente utilizado para adquirir aqueles conhecimentos. E o que os americanos chamam *áespecial division*, em que cada escola tem uma sala apropriada e um professor encarregado de administrar lentamente todo o programa oficial, até que seus alunos sejam capazes de aprender convenientemente.

Os anômalos em grau mais adiantado, os chamados grandes anormais, não aprendem mesmo *naespecial division* e merecem um cuidado todo especial, pois saem inteiramente da norma habitual e devem ser educados por professores especializados, constituindo o curso para anormais, quase sempre feito em escolas hospitalares, onde o trabalho do professor, do psiquiatra e do psicólogo se reúnem para dar a cada doente direção particular que consiga transformar aquela criança doente em um ser raciocinante e útil no meio em que vive.

Pedimos vênha aos senhores congressistas para transcrever na íntegra o parecer do nosso presidente, doutor A. C. Pacheco e Silva, no relatório apresentado ao senhor secretário do interior do Estado de São Paulo, a 24 de dezembro de 1924, por ocasião da volta de sua viagem de estudos, sobre a organização de hospitais para alienados no Brasil.

Cerca de 60.000 anormais recebem assistência em institutos especiais nos Estados Unidos.

Nas escolas para anormais daquele país, magníficos institutos científicos, os métodos médico-pedagógicos são empregados com resultados surpreendentes.

O problema dos deficientes mentais constitui, no dizer de Walter E. Fernald, um dos grandes problemas sociais e econômicos da civilização moderna. Uma democracia inteligente não pode descuidar de semelhante questão, que envolve grande número de pessoas, famílias e comunidades que vivem na maior miséria e passam toda sorte de privações.

Múltiplas razões há, segundo os americanos, para que esse problema seja solucionado de modo formal e definitivo, obedecendo a um programa previamente traçado. Não é possível resolvê-lo mercê de uma simples fórmula prevista num único parágrafo de legislação.

Trata-se de um problema extraordinariamente complexo, que importa considerar, de acordo com a idade e o sexo, o grau e gênero das anomalias, sem desprezar a influência da hereditariedade mórbida e das condições sociais em que vivem os anômalos mentais.

Não padece dúvida que aos estados da União cumpre facilitar todos os meios necessários ao desenvolvimento das instituições que se destinam ao tratamento médico-pedagógico dos fracos de espírito, não só considerando que assim procedendo fazem obra de humanidade e justiça, como

também que os resultados obtidos suprem, com sobras, as despesas feitas com uma assistência bem organizada.

A experiência dos Estados Unidos demonstra que os anômalos, convenientemente assistidos desde a infância, protegidos contra as influências sociais, orientados e educados de acordo com a capacidade de cada um, podem, ao atingir a idade adulta, adquirir bons costumes e prestar serviços na indústria e na agricultura, provendo as próprias necessidades.

O primeiro passo a dar num país como o nosso, onde o problema até hoje não mereceu atenção dos poderes competentes, consiste em organizar um censo exato dos anômalos mentais existentes em cada Estado.

Bem sabemos que espíritos vivem a proclamar a ineficiência do tratamento médico-pedagógico aplicado aos anômalos. Essa idéia está por tal forma arraigada ao nosso espírito, que os próprios médicos vivem a proclamá-la. Entretanto, ainda nenhuma tentativa nesse sentido se fez no Brasil, onde uma enorme legião de anormais vive ao desamparo, no maior abandono. Quando os resultados dessa incuria levam esse infelizes a praticar reações anti-sociais, nas mais das vezes evitáveis se eles fossem convenientemente assistidos, só então deles se lembra o Estado, seqüestrando-os nas penitenciárias ou nos hospícios. É essa a única assistência que por enquanto eles recebem no nosso meio. O projeto ora em andamento no Congresso do Estado autoriza o governo a criar uma seção especial para o tratamento médico-pedagógico desses infelizes. Idêntico projeto se encontra no Congresso Nacional, amparado pela voz autorizada de médicos eminentes, que também clamam pela assistência aos anômalos mentais.

Estamos certos de que o patriotismo dos nossos legisladores não consentirá que esse problema, até aqui tão descuidado, continue sem solução, para que as gerações de amanhã não venham nos acoimar de imprevidentes e descuidosos.

Os senhores professores não de concordar conosco quão importante é o problema da educação dos anormais, principalmente desses psicopatas incapazes de aprender por si só, por não terem a saúde mental necessária, tampouco capazes de aprender por outrem, visto não termos nem escolas nem profissionais especializados que os saibam ensinar, e portanto condenados, por uma culpa que não têm, a serem os infelizes povoadores das prisões e dos hospícios.

Pelos simples enunciados desses importantes problemas, estamos certos de que eles volverão a lembrança dos senhores professores para o papel que devem desempenhar na sociedade e, principalmente na alta classe dos educadores brasileiros, essas questões que a Higiene Mental vem, todos os dias, debatendo e difundindo, para a obtenção de melhores dias para a mentalidade nacional.

Vejamos agora uma outra face do problema: o papel que o professor deve desempenhar em Higiene Mental.

O professor é, antes de tudo, um dos grandes elementos de que dispõe a sociedade para salvaguardar os seus interesses, principalmente os de ordem intelectual e moral.

Ele recebe os meninos das mais baixas classes sociais para ministrar-lhes, além da instrução primária ou secundária, também os princípios da educação, a começar dos mais rudimentares; e também tem entrada nos lares dos nobres e afortunados da sorte para, igualmente, instruir e levantar o nível intelectual de seus filhos. Entre uns e outros, há todas as classes sociais recorrendo diária e continuamente ao professor, para dar-lhes, além da instrução, também a educação.

O professor é o educador por excelência, porque sempre que dele nos avizinhamos é para aprender alguma coisa, mesmo quando estamos bem longe dos bancos escolares.

O principal fim da Higiene, e portanto da Higiene Mental, não é outro que a instrução sobre a maneira como se propagam, de onde provêm, como devemos combater ou como podemos evitar as moléstias.

Sem a instrução e sem a educação não há higiene, e podemos dizer que o professor bem orientado é o braço direito do higienista. Este age no próprio foco da infecção; aquele tem o papel de preparar o terreno para que a moléstia não se alastre, transformando, pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal.

O professor não deve contentar-se com a instrução de seus alunos, mas deve procurar inculcar-lhes tão profundamente essas idéias de profilaxia, que os transforme em propagandistas de seus princípios no seio da família.

Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família que se tomarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia, conseguindo assim a Higiene alcançar o seu fim.

Como um simples exemplo de atualidade da influência que pode ter a educação para a saúde, e principalmente para o sistema nervoso, temos o problema do alcoolismo, que, apesar de interessar e preocupar todos os meios sociais, ainda está para ser resolvido.

Entre os muitos processos até hoje usados para combater os efeitos maléficos do alcoolismo, ocupa a primeira plana, pelo seu vulto e vigor, a já célebre lei seca dos Estados Unidos da América do Norte.

Esta lei proibitiva, que tem custado não só toda a perspicácia e muitas vidas de seus executores, mas também milhões de ouro e de energia, não conseguiu pela força a abstinência do álcool.

Hoje conhecemos os resultados maléficos que ela nos trouxe aumentando o uso do álcool, principalmente do álcool impuro e tóxico, o que redundou no aumento da porcentagem dos alcoolistas e na maior gravidade dos casos em quase todos os hospitais americanos.

No Brasil, nem de longe devemos pensar em imitar uma lei como essa, que quase só trouxe malefícios e discórdias a grande nação americana, dada a impraticabilidade devida as condições do nosso meio.

O problema do álcool, segundo a maioria dos higienistas modernos, não será solucionado enquanto o professor não tomar a si o cuidado de resolvê-lo.

Dois são os fatores que devem guiar os dirigentes de uma campanha contra o álcool: o primeiro é a seleção das bebidas alcoólicas, tendo por fim só serem admitidas no comércio aquelas de composição adequada, isto é, que tenham baixa porcentagem de álcool ou que não contenham impurezas, principalmente do grupo dos aldeídos e dos paraldeídos; o segundo é a instrução do povo: ensinando os efeitos do álcool, quer imediatos — a intoxicação aguda ou embriaguez —, quer mediatos — lesões do fígado e do sistema nervoso —, demonstrando

que as intoxicações agudas são causadas pelas altas doses ou por bebidas impuras ou mal preparadas e que as perturbações crônicas são devidas as doses pequenas, mas frequentes, e ditando a norma que devem seguir, isto é, não exigindo a abstinência absoluta, mas condenando o abuso.

Bastaria a lembrança de que, dos quase mil sentenciados da Penitenciária de São Paulo, apenas um não era alcoólatra, para que empregássemos todos os nossos esforços para impedir que o álcool continue a contribuir em tão alta escala para a criminalidade em nosso meio; mas isto só conseguiremos se o professorado quiser tomar a vanguarda da cruzada, instruindo e educando os nossos homens de amanhã.

Como o alcoolismo, muitos outros problemas a serem resolvidos pela Higiene Mental dependem do professor, principalmente as importantes questões que dizem respeito a direção dos anormais e a orientação profissional. Eles todos dependem de três fatores, como já dissemos mais acima — do professor, do psicólogo e do psiquiatra —, mas estamos certos de que é ao professor que está reservada a principal e mais árdua tarefa da realização e execução destas questões, que achamos de interesse vital para o Brasil.

#### CONCLUSÕES

Do exposto, verifica-se que seria da maior conveniência e atualidade que a I Conferência Nacional de Educação chamasse a atenção do professorado brasileiro, pelos meios que entender mais profícuos, para o problema importantíssimo da Higiene Mental na escola.

Além dessa questão de ordem geral, resultaria de grande conveniência a propaganda direta e permanente das escolas para anormais, de que não se tem cuidado no Brasil como se devia.

TESE Nº 83

## CONTRIBUIÇÃO PARA A PROFILAXIA DO IMPALUDISMO NO MEIO ESCOLAR

**Carlos Mafra Pedroso**  
Inspeção Médica Escolar—Curitiba, PR

**U**m dos problemas mais sérios para o serviço de inspeção escolar é a campanha pela profilaxia do impaludismo.

Numerosos são os casos observados no meio escolar, principalmente no litoral, onde a moléstia é endêmica, favorecida por tantos elementos que a cercam, e ainda mais, pela falta de conhecimento dos meios de como evitar e pela carestia de recursos, ou para adquirir os medicamentos ou para pôr em prática as medidas necessárias ao aniquilamento desse mal.

Escolas visitei onde a totalidade dos alunos era impaludada, e até a professora. Quais os meios de que dispomos para uma campanha patriótica, já iniciada pelo governo do Estado, mas que precisa do apoio de cada um de nós para seu resultado eficaz?

É necessária a difusão dos conhecimentos relativos a profilaxia dessa moléstia, para que todos possam cooperar eficazmente ao lado da obra iniciada pelo governo do Estado. Essa difusão só poderá ser feita na escola, pelos professores, para que os alunos de hoje saibam se defender do mal e possam também, mais tarde, transmitir aos outros o que conhecem, espalhando o que trouxeram da escola aos seus filhos, aos parentes e amigos. Se as crianças das escolas estivessem perfeitamente a par das instruções sobre a maneira de combater as infecções, se soubessem o modo de transmissão das febres, seria um grande passo dado na vitória da campanha, e não é difícil obter-se isso por meio de uma campanha insistente, pertinaz, na difusão desses conhecimentos.

Antes de tratar da profilaxia, vejamos como se dá a infecção no homem.

O mosquito transmissor do impaludismo é muito conhecido nas regiões onde a moléstia é endêmica. Ainda existe, em certos lugares, a versão de que não é só a picada do mosquito que pode transmitir a doença; acham que a margem dos rios pantanosos é suficiente para o perigoso contágio.

A maioria, porém, conhece o inseto transmissor, um culicídeo da subfamília dos anofelinos. Esta família é grande, pois se divide em 13 gêneros, muitos deles com espécies brasileiras.

O povo conhece o mosquito pelo nome vulgar de pernilongo.

Este culicídeo tem hábitos que variam com as regiões e reproduz-se por meio de ovos que põe em lugares de água parada, de preferência onde existem plantas aquáticas ou empecilhos para a correnteza da água.

Os ovos são postos na superfície das águas paradas e seu número varia de 80 a 150, conforme a espécie de mosquito.

O mosquito fêmeo necessita de sangue para a maturação dos seus ovos, e é esse o motivo por que aprecia tanto esse elemento.

Geralmente, depois da primeira postura, o mosquito morre, porém certas espécies realizam várias desovas.

Como dissemos, o mosquito necessita de sangue humano, ou de animais selvagens ou domésticos, para a maturação dos seus ovos. O sangue é retirado por meio de um aparelho sugador composto de várias cerdas separadas, que no momento se unem para formar uma trompa. Logo que o mosquito introduz a trompa, também segrega uma linfa que contém um princípio irritante. O papel desta linfa é impedir a coagulação do sangue para ser melhor absorvido. Logo que o mosquito inicia a sucção, a vítima sente um prurido muito perceptível, devido a substância irritante.

Com o correr das picadas, vai-se formando no organismo da vítima uma antitoxina, de modo que, mais tarde, a irritação produzida pela picada é muito passageira, e as vezes até insensível. É por isso que certos indivíduos do litoral não sentem ou são pouco sensíveis as

picadas dos mosquitos, enquanto que outros tem reações fortes, que se transformam em verdadeiras ulcerações de tratamento demorado.

Dos ovos nascem as larvas, de tamanho muito pequeno e de forma vermicular. Essas larvas são carnívoras e alimentam-se de substâncias orgânicas de outros insetos mortos, de larvas de coleópteros, etc. As larvas não se desenvolvem na água do mar, porém certas espécies podem se desenvolver nas águas salobras.

As larvas têm uma vida de oito a 15 dias. Findo esse prazo se transformam em ninfas, cujos movimentos são muito rápidos, dotadas de uma forma semelhante a uma vírgula, devido a parte superior do corpo ser volumosa e arredondada, enquanto a inferior é delgada.

A ninfa respira por uma espécie de sifão, situado na parte superior do tórax.

Depois de dois a cinco dias a ninfa perde os movimentos, e por uma abertura do seu corpo sai o mosquito alado, para iniciar o vôo logo que as asas secam.

Os mosquitos criam-se também nas parasitas, nos gravatas e em todas as plantas cujas folhas côncavas conservam a água por muito tempo ao abrigo do sol.

Eles preferem as horas da manhã e principalmente da tarde para picarem suas vítimas.

A vida alada do mosquito tem a duração de uma a três semanas e a dos machos é muito efêmera; estes geralmente perecem depois da cópula.

As fêmeas, depois da cópula, preferem os lugares escuros, para ficarem em espécie de hibernação esperando as condições favoráveis do meio para efetuarem a postura. A hibernação é que protege a conservação da espécie, senão, após os invernos rigorosos, a destruição dos mosquitos seria total. Isso não se dá porque certas fêmeas se conservam em hibernação: escondem-se em lugares abrigados do frio e das intempéries e aguardam ocasião propícia para desovar, salvando assim o futuro da espécie.

Agora que conhecemos mais ou menos os hábitos do mosquito, vejamos como se transmite o micróbio do impaludismo.

O micróbio do impaludismo é o hematozoário descoberto por Laveran. Este micróbio pode se reproduzir ou por simples segmentação ou por fecundação. Ele tem formas sexuadas e formas assexuadas.

Um indivíduo portador de impaludismo é picado por um mosquito. O sangue que esse mosquito sugou contém o micróbio em sua forma sexuada, que são os gametos. Os gametos são machos ou microgametócitos e fêmeos ou macrogametócitos. Os gametos machos ou também flagelos são de movimentos muito rápidos.

Quando o sangue chega ao estômago do mosquito, os gametos machos, rápidos, deslizam pela mucosa do estômago ao encontro dos fêmeos, dando-se aí a fusão das partes cromáticas e protoplasmáticas dos mesmos, ficando, como resultado, um corpo esférico dotado de movimentos amibóides. Este corpo, chamado zigoto, move-se e abre caminho através da mucosa do estômago do inseto, ficando nas paredes do estômago, enquistado como

um corpo estranho, durante 10 a 15 dias mais ou menos. Formam-se vários quistos, que são os zigotos. Esses quistos são visíveis ao microscópio, porque fazem saliência na mucosa do estômago do inseto.

Dentro desses quistos ou zigotos desenvolvem-se os esporozoítos, que são numerosos corpúsculos afilados. Quando o quisto está maduro, rompe-se, saem os esporozoítos em grande número. Estes corpúsculos entram na corrente circulatória do mosquito e vão se localizar nas glândulas que ficam ao lado do aparelho sugador desse inseto.

O mosquito então está pronto para transmitir o micróbio ou esporozoíto. Levado pela sede de sangue, ele procura a vítima e, depois de introduzir o ferrão, segrega a saliva, cujo papel é conservar o sangue fluido, embora produza no indivíduo uma coceira acentuada. Com essa saliva que entrou na picada, entraram também os micróbios ou esporozoítos, que invadem logo o sangue através dos linfáticos da região.

O esporozoíto alimenta-se da hemoglobina, isto é, a parte vermelha do glóbulo sangüíneo. Chegando a corrente circulatória, o esporozoíto, levado pela fome, segura-se a um glóbulo sangüíneo e inicia assim sua tarefa de destruição. Os glóbulos sangüíneos ou hemácias são discos vermelhos constituídos na maior parte de hemoglobina, que é o alimento de preferência dos micróbios do impaludismo.

Os esporozoítos, a princípio, seguram-se ao glóbulo do sangue e, presos, são levados pela circulação; aos poucos se introduzem até ficarem no interior dos glóbulos, defendidos dos medicamentos, que aí não os vão atacar.

Dentro dos glóbulos continuam a viver os esporozoítos, alimentando-se da parte vermelha das hemácias, ao mesmo tempo que se desenvolvem. O indivíduo, a proporção que sua hemoglobina vai sendo destruída, torna-se pálido e fraco.

Continuando sua evolução, o esporozoíto chega a destruir toda a hemoglobina do glóbulo e atinge sua maturação, tomando então o nome de esquizonte. O esquizonte é o micróbio adulto ou hematozoário. O hematozoário divide-se em vários outros corpúsculos, formando uma figura mais ou menos regular como as pétalas de uma flor. É a rosácea de Leveran. Cada pétala é um novo ser, um micróbio nascido por segmentação, e chama-se merozoíto.

Quando o micróbio chegou a sua maturação, isto é, quando no interior do glóbulo vermelho não existe mais hemoglobina, só existe o esquizonte segmentado em muitos outros formando a rosácea, rompe-se então o glóbulo e esses corpúsculos são postos em liberdade na corrente circulatória do indivíduo, que, abalado, sente o tremor de frio e a febre.

Os micróbios, que então se chamam merozoítos, espalham-se pela circulação. Depois de algumas horas, cada merozoíto segura-se a um glóbulo sangüíneo para alimentar-se, e assim continua seu ciclo evolutivo.

Resumindo, é o seguinte: temos um indivíduo doente; este indivíduo tem no sangue o micróbio da moléstia. O mosquito suga esse sangue, levando portanto no seu estômago o micróbio. Esse micróbio, depois de várias peripécias, sai do estômago do mosquito e vai se colo-



car nas glândulas do aparelho sugador. Quando o mosquito segrega a saliva, cujo papel já conhecemos (fluidificar o sangue), com ela vão os micróbios para a outra vítima, que dentro em breve será atacada do mesmo mal.

O indivíduo acha-se infestado de parasita do glóbulo do sangue, que o vai enfraquecendo, aos poucos, na sua faina de destruição. A proporção que os glóbulos vão sendo destruídos, o organismo sente a necessidade de fabricar novos glóbulos. O baço, a grande fábrica, amplia seu trabalho, aumenta de volume e, mais tarde, cansado, sem matéria-prima, sem força, constitui a esplenomegalia.

Depois da picada do inseto, o micróbio leva, conforme a espécie, 24, 48 ou 72 horas para sua evolução, isto é, para chegar ao momento de produzir a moléstia.

Pode o micróbio ficar no organismo em forma de gameto por muito tempo, constituindo assim uma forma de resistência aos medicamentos; isto acontece nas crianças e nos indivíduos cuja moléstia é crônica.

As crianças são os maiores viveiros de micróbios do impaludismo. Podem passar anos sem manifestar nenhum sintoma, porém armazenam as formas resistentes por muito tempo.

Mesmo no indivíduo adulto, quando o tratamento não é bem feito, o micróbio procura defender-se tomando a forma de gameto, e só muito mais tarde é que esse gameto reproduz-se por bipartição ou cariocinese, iniciando nova evolução. Isto explica as recaídas, depois de muito tempo, em indivíduos que estiveram atacados dessa moléstia.

#### QUAIS OS MEIOS DE QUE DISPONHOS PARA A PROFILAXIA DESSA MOLÉSTIA?

Em resumo, precisamos evitar que o homem doente seja picado pelo mosquito, porque o doente é um depósito de micróbios. Portanto, temos de pôr o doente ao abrigo da picada dos insetos transmissores, para que estes não vão aí buscar os hematozoários. Do outro lado, precisamos evitar que os mosquitos já contaminados levem o micróbio ao homem são.

A profilaxia pode ser então dirigida diretamente ao mosquito, procurando-se exterminá-lo impedindo sua criação, extinguindo seus viveiros; isto é a profilaxia anticulicídica ou contra os culicídeos. Por outro lado, poderá ser dirigida sobre o hematozoário, procurando exterminá-lo pelos meios químicos de que dispomos, e será então a profilaxia antigermicida.

Na profilaxia anticulicídica, lançamos mão de meios ao nosso alcance procurando aplicar o que sabemos sobre a hidrografia antipalúdica, que tão bons resultados deram, principalmente na Baixada Fluminense, quando se tratou de efetuar os serviços de profilaxia rural.

Os serviços de hidrografia antipalúdica consistem na drenagem do solo, no escoamento das águas, na retificação dos rios, no dessecamento dos pântanos e dos brejos. Estes processos de combate pertencem mais a agronomia, cabendo ao médico somente orientá-los. A plantação de eucaliptos, a abertura de valas, etc, são meios de que lançamos mão com muita eficácia nestes casos.

As medidas antilarvárias são de importância capital na profilaxia do impaludismo. Consistem elas na destruição de todos os ninhos de larvas, para impedir a criação dos culicídeos nos lugares endêmicos. Limpar as matas, procurar drenar os lugares úmidos e sombrios, a limpeza das árvores, dos gravatas, cujas folhas são ninhos de mosquitos, o corte dos capinzais, em cujas folhas depositam os insetos seus ovos, o arejamento dos lugares de mata fechada, etc, são providências indispensáveis.

Certos peixes são vorazes devoradores de larvas e, entre eles, salienta-se o barrigudinho, peixinho da água doce muito útil para esse fim, sendo de grande proveito a criação desse peixe em certos rios. Certos crustáceos e as larvas dos coleópteros são também inimigos das larvas culicíidas. Pode-se lançar mão desses peixinhos com o fim de sanear os rios onde as águas são infectadas de larvas.

Os batráquios são também inimigos das larvas, porém não existem em grande número nesses lugares e, como passam pequena parte da vida na água, não se podem prestar com vantagem para esse fim.

Nos pequenos depósitos de larvas pode ser empregada a petrolização. Consiste essa defesa na aplicação do petróleo, que, formando uma camada na superfície das águas paradas, impede a respiração das larvas, produzindo-lhes a morte. A petrolização ainda é de difícil emprego, principalmente nos lugares onde o petróleo custa caro, e necessita de muita técnica para a aplicação ser de resultado profícuo, porque, se a superfície não for limpa, as larvas irão se abrigar nas vegetações, sujeiras ou em lugares onde o petróleo não chega. Necessita esse meio de combate de certos preparos do local, o que somente se consegue em pequenas superfícies.

Os vasos, pequenos depósitos de água estagnada, deverão também ser esgotados, porque são ninhos de larvas.

A destruição do mosquito em casa não é tão fácil como parece. Podemos lançar mão do enxofre, do piretro, do tabaco, porém é preciso saber aplicar essas substâncias sem sujeitar-se aos inconvenientes e perigos por que se expõe. O enxofre queimado desprende um gás de ação enérgica para o mosquito, porém perigosa para o homem. Para ser aplicado, é preciso que todas as fendas estejam convenientemente fechadas; não é muito fácil. Outras substâncias têm ação menos enérgica, porém servem mais para afugentar, como o fumo do cigarro.

A destruição do mosquito alado em casa é de grande valor, porque geralmente aí estão eles contaminados. O culicídeo, depois de absorver o sangue do enfermo, procura um lugar escuro para se resguardar, fazendo sua digestão laboriosa, a espera da maturação dos ovos e ao abrigo do meio hostil.

A profilaxia, além de ser ofensiva, visando a destruição dos mosquitos, pode ser ao mesmo tempo defensiva, procurando livrar as habitações e os indivíduos da invasão e da picada desses insetos. Para isso é necessária a proteção individual por meio de cortinados, cujas malhas muito pequenas não dão passagem ao culicídeo. Tem-se usado óleos de cheiro ativo, substâncias amargas, essência de eucaliptos, substâncias inseticidas para serem usadas em unções sobre a pele, porém com resultados pouco eficazes.

A fumaça do cigarro também pouco afugenta esses temíveis insetos.

O uso de véus e cortinados apresenta o melhor resultado, bem como roupas encorpadas, luvas, meias e sapatos, porque o aparelho sugador do inseto atravessa as fazendas finas. Esses meios de defesa nem sempre estão ao alcance das classes menos protegidas da fortuna. Um meio de defesa individual é evitar sair nas horas em que o mosquito costuma picar o homem, de preferência ao crepúsculo da tarde ou da manhã.

A proteção das habitações por meio de telas de arame, aplicadas as janelas e as portas de tambores, são defesas eficazes.

Os indivíduos contaminados deverão ser isolados dos mosquitos por meio de cortinados até o fim da moléstia, a fim de que não possam contaminar novos mosquitos, que serão novos transmissores.

A prof ilaxia germicida é feita entre nós pelo quinino, com o fim de curar os doentes para estes não serem fontes de transmissão ou para quininizarem o sangue dos sãos, evitando que os micróbios, trazidos na picada do inseto, aí se desenvolvam.

A aplicação do quinino requer certas regras, cujos resultados são, muitas vezes, negativos ou pouco producentes. Tomar quinino como geralmente se faz no litoral e no norte do Estado é jogar o medicamento fora. Com efeito, é melhor tomar 20 centigramas do medicamento, sabendo que é absorvido pelo organismo, do que tomar 1 grama, do qual serão absorvidos apenas 10 centigramas. O medicamento nem sempre é absorvido, por diversas causas que vou citar.

Em primeiro lugar, o quinino é pouco solúvel, e o organismo só absorve os corpos dissolvidos. O quinino, como geralmente é tomado, com água, onde não se dissolve, perde sua ação por falta de absorção. Ele é solúvel no ácido cítrico e, portanto, as laranjas azedas e os limões podem favorecer sua ação, dissolvendo-o por meio duma limonada para ser absorvido.

Outro empecilho a absorção é o mau funcionamento dos intestinos, a prisão de ventre. Sabemos da fisiologia que o intestino, quando se acha repleto, evita o mais que pode a absorção. É uma natural defesa do organismo para evitar a incorporação de substâncias tóxicas resultantes da decomposição das fezes. Os indivíduos que sofrem de prisão de ventre muitas vezes evacuam o quinino que tomaram, sem que seja absorvido. Foi, nesse caso, o remédio jogado fora. É necessário, então, para que haja o máximo de absorção, que o medicamento seja dissolvido e o intestino não esteja repleto, mas sim seja assegurada a absorção por uma evacuação intestinal conveniente.

Além dessas condições mais se junta, e é relativa a dosagem e a hora de tomar o medicamento.

Sabemos que as substâncias absorvidas não ficam permanentemente no organismo. Depois de algumas horas, são elas, aos poucos, eliminadas ou oxidadas, de modo que iremos encontrá-las na urina ou nas outras secreções dos diferentes emunctórios. Assim, uma dose de quinino introduzida no organismo irá do estômago para os intestinos e daí para a corrente circulatória, e ainda aí não ficará, pois logo mais desaparecerá por ter sido eliminada.

Ora, como o micróbio está dentro do glóbulo sangüíneo, é preciso que o medicamento se ponha em contato direto com ele para poder exterminá-lo, e isso só acontece quando o micróbio fora do glóbulo, isto é, quando a rosácea de Laveran, rompendo o glóbulo, põe em liberdade os merozoítos, que podem ser mortos pelo quinino. Fora disso, o quinino passa pelo sangue sem atuar sobre o hematozoário. É preciso então calcular mais ou menos a hora em que os micróbios estão livres na corrente circulatória (este momento coincide com o tremor de frio) para empregar o medicamento diretamente no sangue, ou horas antes.

No momento do tremor de frio ou da febre pode-se então praticar a injeção do medicamento, porém nada adianta tomá-lo por via oral, porque, quando a absorção se fizesse, já o micróbio estaria dentro do glóbulo sangüíneo.

Sabemos que o quinino ingerido só chegará ao sangue horas depois, e o máximo de quinização do sangue será de seis a oito horas após a ingestão. Baseados nisso, fazemos o doente ingerir certa quantidade de medicamento oito horas antes do acesso, porque oito horas depois o sangue estará em condições de exterminar os merozoítos causadores do tremor de frio. Os acessos se repetem diariamente ou com intervalos de um dia ou de dois dias, conforme o tipo de febre ou o número de infecções. O tratamento deve ser continuado por oito semanas. A primeira dose deve ser forte, para evitar de o micróbio se tornar ao quinino resistente.

O método melhor consiste em dar ao doente: no 1º dia, 1 grama de quinino; nos 2º, 3º e 4º dias seguem as mesmas doses; no 5º e 6º nenhum quinino; 1 grama no 1º e, depois, vai-se diminuindo a dose para 50 centigramas diariamente, durante oito semanas.

As crianças de idade escolar podem tomar metade desta dose sem inconveniente. Pode-se, além de quinino, dar também um fortificante que contenha ferro ou arsênico, para auxiliar a reconstituição do organismo.

Assim, na administração do quinino é preciso não esquecer o seguinte: dar o medicamento e, depois, mandar ingerir uma limonada para auxiliar a dissolução; dar o remédio oito horas antes do acesso; dar as primeiras doses fortes; as pessoas que sofrem de prisão de ventre, antes de tudo, devem curar este mal.

Do conhecimento destas instruções depende o melhor auxílio que os professores das zonas onde a moléstia existe podem dar aos médicos encarregados do serviço de inspeção.

De que modo poderão os professores auxiliar esta campanha patriótica? De muitos modos: já transmitindo aos alunos conhecimentos sobre a transmissão e sobre a defesa do indivíduo e dos lugares, não só do gérmen como do inseto transmissor, já auxiliando e fiscalizando a administração do medicamento, preparando enfim as crianças para um futuro melhor. Somente por intermédio dos professores será essa campanha salutar, porque é preciso inculcar no homem do futuro os meios de defesa de que ele vai necessitar, ou torná-lo apto para auxiliar também, pelos seus conhecimentos, os que o cercam, quando disso necessitarem.

É principalmente pelas crianças portadoras de formas resistentes, fontes de infecção, que devemos iniciar a campanha de profilaxia, para a qual o professor primário será o mais útil cooperador.

## A HIGIENE NOS INTERNATOS: ESTUDO DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS INTERNATOS DE SÃO PAULO

**Eurico Branco Ribeiro**  
São Paulo, SP

O presente trabalho é o resultado de uma inspeção que fizemos, no segundo semestre de 1926, em dez internatos da cidade de São Paulo, tomados a esmo.

Presidiu aos nossos intentos o espírito de investigação sobre as condições sanitárias desses colégios, e se não foi mais extenso o nosso inquérito, isso foi devido a premência do tempo, que nos impediu maior número de visitas.

As apreciações que se vão ler decorrem do estudo das fichas que organizamos para cada estabelecimento visitado.

Os dados que coligimos sobre cada um e que constituíram uma parte especial deste trabalho, julgamos não dever divulgar, por uma questão de boa ética.

Entretanto, para que não se percam as informações de interesse administrativo que contêm, enviaremos cópia deles ao Serviço Sanitário e a Instrução Pública de São Paulo, que certamente tomarão as providências necessárias para corrigir os defeitos e as falhas evidenciadas.

Cumpre-nos declarar que, trazendo a discussão o presente trabalho, nada mais desejamos do que despertar a atenção dos nossos educadores para uns tantos problemas escolares de ordem sanitária que ainda não tiveram, entre nós, as atenções de que são merecedores.

### RESUMO

#### **I — O Meio Escolar**

1. Localização e disposição geral
2. Edifício
  - a) Generalidades
  - b) Salas de aula
  - c) Dormitórios
  - d) Refeitórios
  - e) Enfermarias
  - f) Cozinha
  - g) Instalações sanitárias
  - h) Asseio e conservação

3. Material escolar
4. Recreios

## **II—O Aluno**

1. Assistência médica e dentária
2. Profilaxia
3. Contato entre internos e externos
4. Enxoval

## **III— Programa Escolar**

1. Horários
- 2.0 ensino de higiene
3. Educação sexual

### **O MEIO ESCOLAR**

#### **Localização e Disposição Geral**

A localização de um colégio não é escolha indiferente numa cidade como São Paulo. As condições sanitárias variam muito de um bairro para outro; os fatores pró e contra são inúmeros e as vezes se associam para impor uma condenativa formal. Nem sempre, porém, se observa desequilíbrio completo desses fatores a favor ou contra a indicação do local. O mais comum até é coexistirem ambos os grupos, porque São Paulo, a despeito da posição geográfica que ocupa, é cidade que necessita de muitos melhoramentos de ordem sanitária.

Assim, não se pode dizer que haja, em algum dos seus diversos bairros, um lugar ideal para a instalação de um colégio com internato.

Os pontos da capital que, por circunstâncias especiais, atraem a atenção dos interessados não dispõem ainda do conforto que já não dispensam os higienistas de hoje. Se o local é bem ventilado, alto, batido de sol, já as comunicações são difíceis, a distribuição de água irregular, o serviço de limpeza pública deficiente, etc. Só não haverá inconvenientes na hipótese de existir uma poderosa instituição capaz de manter por sua conta esses serviços.

Desse modo, enquanto não for dotada de todos os melhoramentos indispensáveis para as grandes cidades modernas, São Paulo não possuirá um local apropriado para a instalação higiênica de um colégio.

Da inspeção que fizemos em dez dos estabelecimentos de ensino da capital paulista que mantêm internato, tomados a esmo, sem distinção de bairro nem de categoria, bem claro se nos apresenta a superioridade dos inconvenientes removíveis sobre os determinados pelas condições intrínsecas do local.

Os mais prejudiciais, esses pelo menos poderão ser afastados lançando-se mão de medidas de caráter geral de que está a reclamar a segurança individual e coletiva dos habitantes.

Pelo clima — instável e um tanto úmido — e pelas condições topográficas é que não se formulará, por tão só, a sentença desfavorável a escolha de São Paulo para cidade de estudantes.

O que ainda não a coloca em condições de bem servir para um centro sadio de instrução é a maneira deficiente por que se fazem certos serviços públicos. Onde se agrupa a maior soma de fatores favoráveis, aí falta, justamente, por enquanto, a obra do administrador, suprimindo as carências, remediando os defeitos, prevendo as necessidades futuras.

Na parte mais povoada da cidade é só onde os serviços públicos se fazem mais ou menos a contento. Mas aí vem logo a questão das ruas movimentadas a constituir vizinhança desfavorável para um internato. Não só o barulho que choca o sistema nervoso — principalmente quando a pessoa não está afeita a ele, como as que vêm do interior do Estado —, mas, sobretudo, a inconveniência dos pontos muito freqüentados no que tange as infecções, propagadas de mil e uma maneiras, quiçá também pela poeira que o grande trânsito levanta e faz espalhar pelos arredores. Caminhos de ferro, barulhentos e trepidantes, temo-los cortando a cidade em vários sentidos e delimitando extensas faixas em que não é para se recomendar a instalação de um internato. Entretanto, dois ou três dos que possuímos se acham nas proximidades de vias férreas.

A vizinhança de fábricas foi impossível evitar para os velhos colégios, ante o extraordinário desenvolvimento industrial de São Paulo. As suas conseqüências, que podem ser assaz graves, fizeram-se notar para certos estabelecimentos, senão por outro modo, pela atração de moscas, quando nas redondezas funcionam fábricas de doces. Mas a mosca, se é atraída pelas emanações que partem de lugares como esses, tem seu berço predileto nos estabulos e cocheiras, e estes não faltam nos arredores de São Paulo, embora a tendência da época, com o predomínio do automóvel a mais e mais avassalador, seja a sua redução no que se refere, pelo menos, aos animais de tração. Por isso, se é recomendável instalar o internato afastado do centro, a proximidade de estabulos e cocheiras deve merecer, no juízo atual das nossas possibilidades, uma atenção que não é para se colocar em plano secundário.

A proximidade de hospitais e de quartéis, focos de moléstias infecciosas, não constitui, atualmente, um motivo de grande receio para os que se internam nos colégios que visitamos. Apenas um está situado no bairro dos quartéis, mas um pouco afastado de qualquer deles. Quanto a hospitais, nenhum está em condições de temer qualquer contágio devido a uma tal vizinhança.

Se o excesso de gases e fumo, a que não se pode furtar uma cidade essencialmente fabril como se está tornando São Paulo, ainda não preocupa os responsáveis pelos internatos, outro tanto não se dirá da poeira que em grande proporção se agita no ambiente da cidade, constituindo um verdadeiro problema cuja solução satisfatória será encontrada quando tivermos um calçamento digno do nosso progresso e um bom serviço de irrigação que atenuie, nesse particular, o inconveniente do grande trânsito.

O atraso dos serviços municipais numa cidade como São Paulo, de extasiante desenvolvimento, faz com que se não possa estar a salvo, por enquanto, de uns tantos fatores prejudiciais

para os que procuram os nossos internatos. Terrenos baldios, ruas sem calçamento e sem trato, vias de deflúvio das águas ao sabor da natureza, etc, existem nas proximidades de colégios, e bem se pode avaliar quanta coisa abrigam esses recantos descuidados. Latas velhas e outros receptáculos favoráveis a procriação de mosquitos não constituem tudo; as águas da chuva nem sempre se escoam, e, quando não, ficam retidas, porque faltam valetas que as encaminhem. A limpeza dos terrenos baldios não é exigida como se devesse, de sorte que ali as moscas encontram um bom campo para a sua reprodução.

O ideal de um prédio completamente isolado e com vasta área em derredor — bastante afastado de outros edifícios—não existe para todos os internatos ora em funcionamento. Alguns deles ocupam casas que serviram de residências para famílias, casas comuns, situadas entre outras. Não é somente a iluminação, mas também a ventilação e, ainda mais, a insolação sofrem com uma tal situação. Mas em bom número de colégios em edifícios próprios e adequados afasta esses inconvenientes da cogitação do higienista.

Se, por um lado, temos a lamentar o acanhado da localização de alguns internatos, por outro, podemos afirmar que São Paulo, na força expansiva em que se vai alargando em arrabaldes novos, permite a instalação desses estabelecimentos em áreas vastas, folgadas, ficando o edifício em meio de jardins e arvoredos, como já existem exemplos. É desnecessário acentuar a conveniência de uma tal disposição, lembrando, entretanto, que o benefício se converterá em desvantagem se o excesso conduzir a afogar o edifício entre árvores altas e frondosas. Na prática, não se cogitou ainda, entre nós, ao que parece, da orientação do prédio, que se constrói seguindo apenas as conveniências do terreno e, muito principalmente, a disposição da frente.

Quem visita os nossos colégios tem a impressão de que não se dá apreço a direção dos ventos, expondo-os as correntes prejudiciais, deixando-os, as vezes, em completo desabrigo do vento sul, frio, úmido e doentio, no dizer do doutor Vieira de Mello, que recomenda para São Paulo a orientação nordeste.

Ponto que não deve constituir entrave maior para a capital paulista, em que há facilidade para tudo, é o da natureza do terreno destinado a um colégio com internato, pois a impermeabilização do solo, inclusive o dos recreios, não constitui problema para a engenharia de nossos dias. Contudo, os nossos estabelecimentos de ensino descuidam-se desse particular: na maioria deles, embora o terreno não seja calcário nem arenoso, os recreios não são impermeabilizados e conservam no solo um grau de umidade que não é para se tolerar.

## Edifício

### *Generalidades*

Encarados de relance, num golpe de vista geral, os internatos de São Paulo podem ser divididos em dois grupos: o dos que possuem edifícios especialmente construídos e o dos que servem de prédios adaptados para o seu funcionamento.

A diferença é grande entre uma classe e outra, mas em ambas a higiene sofre oscilações as vezes bem acentuadas.



É certo, porém, que ela se vê menos respeitada nos prédios adaptados, onde, apesar da melhor boa vontade que acaso tenha havido, as condições sanitárias não são de se aplaudir. Se em alguns estabelecimentos as recriminações se limitam a pouco, noutros os inconvenientes se somam.

Os edifícios especialmente construídos ressentem-se também de falhas, as vezes fáceis de corrigir. Muitos deles são prédios que vieram do século passado, eivados de pequenas particularidades hoje incompatíveis com as boas normas de higiene. Outros, embora de construção recente, mostram que seus arquitetos se descuidaram da engenharia sanitária, entre cujos capítulos deve figurar esse das instalações para um internato ou estabelecimento semelhante. Se para aproveitar um prédio muitas vezes se transigiu a respeito da propriedade das acomodações, estas nem sempre se mostram com o desejável delineamento nos edifícios especialmente construídos. Com isso não queremos dizer — é claro — que São Paulo não possua internatos cujas instalações obedecem a um critério higiênico.

Há, contudo, estipulação das nossas leis que ainda não foram levadas em conta — a dos elevadores, por exemplo. O artigo 396 do Decreto 3.876 trata da sua instalação em edifícios escolares de mais de um andar. Não obstante, nenhum internato paulistano possui elevadores. Está longe, pois, o dia em que veremos, como em certas universidades norte-americanas, um chefe de tráfego a determinar a subida e descida dos ascensores de acordo com o horário da entrada e saída de várias dezenas de classes.

Outra questão descuidada é a dos aparelhos contra incêndio. Poucos são os edifícios que possuem dispositivos apropriados, apesar da exigência da lei (o mesmo artigo 396).

Um reparo agora mais ao legislador que ao diretor de um internato, este naturalmente interessado em receber o maior número possível de alunos: é quanto a limitação do número de internados. Para isso (artigo 165 da Lei 1.596), também deve ser levado em conta a capacidade, digamos, sanitária do edifício. Há em São Paulo internatos evidentemente superlotados. Seria conveniente, pois, acrescentar-se ao Código Sanitário um dispositivo atribuindo a determinada autoridade a função de fixar o número de internos que cada internato comporta, de acordo, principalmente, com a sua capacidade sanitária.

### *Salas de aula*

Falando sobre internato de colégios, cumpre-nos tratar também das salas de aulas, assunto largamente debatido e que se estende muito além do terreno em que nos colocamos, para abranger todo o domínio do ensino, constituindo o capítulo mais importante da higiene escolar. Certo que não vamos discorrer como quem focalizasse essa grande parte da ciência sanitária. A nossa tese versa sobre internatos, e, se nos alongamos, ainda que de leve, a essa questão de salas de aula, é porque nos estabelecimentos de ensino de São Paulo, salvo raras exceções, não há separação nítida, não há independência completa entre a parte propriamente instrutiva e a destinada a pensão dos alunos. Mesmo em um dos colégios em que o sistema de internato a parte sempre foi preocupação da sua diretoria, existem prédios onde há dormitórios e salas de aula.

Assim, não é de estranhar que façamos uma ligeira crítica as salas de aula dos internatos que visitamos.

Se elas, em geral, se acham colocadas de maneira a satisfazer as exigências da boa iluminação — luz em quantidade suficiente incidindo pela esquerda —, não são poucas as disposições defeituosas por mil e uma razões. Às vezes é a insuficiência das frestas, impedindo que se faça a necessária claridade; outras, é a ausência de janelas, entrando a luz por uma larga porta exposta ao sol da tarde, como verificamos em uma sala improvisada em certo colégio; de outras feitas, é a incidência de luz pelas costas, senão até pela frente, havendo ou não concomitância de iluminação mono ou bilateral; de outras, é ainda a colocação que a furta dos raios solares, deixando um ambiente úmido e frio.

Para evitar o inconveniente dos dias demasiadamente claros, em alguns colégios as janelas são munidas de cortinas, que permitem fazer-se a vontade a graduação da luz que vem de fora. Mas são casos excepcionais; na maioria não há proteção alguma contra o excesso de iluminação, que, aliás, é atenuado pelas cores apropriadas — cinzento, esverdeado, etc. — com que geralmente são pintadas as paredes.

Nem sempre são favoráveis a boa ventilação as salas de aula dos internatos de São Paulo. Se em alguns encontramos dispositivos nas janelas que permitem a constante remoção do ar e podem ser usados sem inconvenientes nos dias de inverno, nos dias de verão, entretanto, eles não satisfazem as condições de nosso clima: precisavam ser mais amplos ou, melhor, precisavam ser secundados por ventiladores elétricos que agitassem o ar do alto, sem formar correntes frias que importunassem os alunos ou mesmo lhes fossem prejudiciais.

Entre nós, algumas salas têm bandeiras movediças; outras, venezianas em um quarto da fresta reservada para cada janela, prejudicando um pouco a iluminação; outras, ainda, respiradouros ao alto, pequenas frinchas abertas nas paredes externas, geralmente sobre os portais das janelas ou, senão, embaixo das mesmas, quase rente ao soalho e protegidas por grade.

O sistema de vidros perfurados e o, ainda melhor, de vidros paralelos, ao que parece, não constituíram, até agora para os nossos construtores, cogitação que frutificasse no campo da prática.

Quanto a temperatura do ambiente, nenhum dos nossos colégios cuidou de colocar nas salas, a altura de um metro e vinte centímetros, um termômetro que indicasse ao professor — 20°C no inverno, 24°C no verão — a ocasião em que devia abrir as bandeiras e venezianas. Aliás, esse sistema, usado em alguns lugares, torna-se desnecessário quando a ventilação, preferivelmente constante, pode ser feita por meio do sistema de respiradouros colocados ao alto das paredes e junto do soalho, salvo se o exige a temperatura demasiado baixa do exterior. Mas, neste caso, seria preferível manter a ventilação constante e proceder ao aquecimento artificial da sala, coisa que não nos interessa discutir, dadas as nossas condições climáticas.

As salas de aula dos internatos de São Paulo são todas retangulares, mas a proporção de três por dois, se não é regra para os antigos estabelecimentos, é a norma que parece estar orientando os nossos modernos construtores de escolas.

Também entrou em definitivo nas minúcias da arquitetura moderna a questão dos cantos arredondados, que já se vêem nos novos edifícios recentemente construídos.

Ainda perdura, porém, o velho vício de atravancar as paredes das salas com quadros, educativos ou não, mas sempre repositórios de poeira e, conseqüentemente, perigosos para a saúde dos alunos.

Os quadros-negros em geral têm uma disposição de acordo com a incidência da luz. Quando colocados nas paredes, atrás dos professores — essa é a tendência que se nota nos internatos mais modernos —, não oferecem efeitos de iluminação se se toma o cuidado, quando preciso, de conservar fechada a janela mais próxima, evitando os raios luminosos muito oblíquos. Os quadros-negros em cavaletes nem sempre são colocados de maneira a se furtarem de uma incidência de luz que molesta alguns dos alunos.

Percorrendo nas informações numéricas que conseguimos, podemos fazer uma série de considerações que não são de todo desinteressantes.

Tomando, por exemplo, o total de todos os alunos de cada colégio e dividindo-o pelo número respectivo de salas de aula, vamos encontrar números que a primeira vista surpreendem: 53,5 alunos por sala no colégio 8; 52,8 no colégio 10; 45,7 no colégio 4. Parece haver uma evidente superlotação. Tal não se dá; é que várias classes têm aulas na mesma sala, em horas diferentes, acomodando-se assim a elevada matrícula com a deficiência do edifício.

Outro fato que também nos levaria a explicação desejada — e é o caso do colégio 4 — está na existência das grandes salas onde se reúnem os alunos em turmas numerosas. O colégio 9 tem uma sala com lotação para 100 alunos; o colégio 1, para 62; e o colégio 5 possui uma sala de estudos onde se acomodam 172 alunos. Contudo, a média geral não é despropositada: 39,3 alunos por sala de aula. Representa quase o máximo admitido pelos autores. Melhor conviria a média do colégio 3 — 30,8 alunos por sala. A do colégio 6 (27,8) e a do colégio 5 (23,7) bem evidenciam o louvável espírito de que estão animados os modernos construtores de colégios.

A respeito da cubagem das salas de aula, podemos sintetizar no quadro que segue os dados por nós obtidos:

ESCOLA	VOLUME DE SALA POR ALUNO				
	De		a		por aluno
Colégio 2		2,40m <sup>3</sup>		6,00m <sup>3</sup>	
Colégio 10	"	10,31m <sup>3</sup>	a	13,75m <sup>3</sup>	" "
Colégio 5	"	5,64m <sup>3</sup>	a	6,27m <sup>3</sup>	" "
Colégio 6	"	5,70m <sup>3</sup>	a	8,50m <sup>3</sup>	" "
Colégio 3	"	5,45m <sup>3</sup>	a	6,30m <sup>3</sup>	" "
Colégio 8		5,84m <sup>3</sup>	a	12,12m <sup>3</sup>	" "
Colégio 4		4,90m <sup>3</sup>	a	10,00m <sup>3</sup>	" "
Colégio 9		6,13m <sup>3</sup>	a	13,12m <sup>3</sup>	" "
Colégio 7		4,64m <sup>3</sup>	a	16,38m <sup>3</sup>	" "
Colégio 1		3,50m <sup>3</sup>	a	10,50m <sup>3</sup>	" "

Os números aí referidos são quase tão discordes quanto os aconselhados pelos seguintes higienistas e arquitetos citados por Mauro Álvaro:

HIGIENISTAS				ARQUITETOS			
Erismann	6,65m <sup>1</sup>			Briggs	7,20m <sup>3</sup>		
Weigl	5,60m <sup>1</sup>			Klasen	3,80m <sup>3</sup>	a	4,50m <sup>3</sup>
Janke	2,50m			Baudin	5,10m <sup>3</sup>	a	5,30m <sup>3</sup>
Bagisky	2,50m	a	4,00m <sup>3</sup>	Hintrager	4,00m <sup>1</sup>	a	6,00m <sup>3</sup>
Bergenstein	3,80m <sup>3</sup>	a	4,30m <sup>3</sup>				
Eulcmberg	3,00m <sup>3</sup>	a	6,00m <sup>3</sup>				
Hueppe	4,00m <sup>31</sup>	a	10,00m <sup>3</sup>				

Números assim tao disparatados, mesmo em se levando em conta o fator clima, dão bem a idéia de quanto o assunto não é dos que despertam, pela sua importância, o estudo acurado dos especialistas, com a tendência de convergir para unidade de vistas. De fato, o conceito de cubagem dinâmica proporcional a ventilação do aposento veio destruir a idéia que se fazia sobre a quantidade de ar suficiente para manter uma boa respiração, tendo-se apenas em vista a cubagem estática dos tratadistas.

Mais ilustrativos são os números referentes a superfície por aluno nas salas de aula. Nesse particular, os autores estão mais ou menos de acordo, fixando um mínimo que é, mais ou menos, de um metro quadrado quando as carteiras são duplas e de 1,35m<sup>2</sup> quando são individuais, números esses adotados pelas nossas autoridades sanitárias. Tal padrão nem sempre é respeitado entre nós, como bem atesta o exemplo do colégio 2, onde cai a 0,48m<sup>2</sup> o índice de uma das salas, talvez pela existência de carteiras triplas, que economizam um pouco o espaço. Também no colégio 1 há uma sala com o índice de 0,77m<sup>2</sup> e outra com o de 0,83m<sup>2</sup>, mas ambas estão acima do limite mínimo admitido na Prússia (0,60m<sup>2</sup>), país frio onde talvez convenha aproximar um pouquinho os alunos uns dos outros.

Resumimos a seguir os dados relativos a essa questão:

ESCOLA	ÁREA DE SALA POR ALUNO			
Colégio 2	De	0,48m <sup>2</sup>	a	1,15m <sup>2</sup>
Colégio 10	"	1,87m <sup>2</sup>	a	2,50m <sup>2</sup>
Colégio 5	"	1,25m <sup>2</sup>	a	1,39m <sup>2</sup>
Colégio 6	"	1,30m <sup>2</sup>	a	1,60m <sup>2</sup>
Colégio 3	"	1,21m <sup>2</sup>	a	1,57m <sup>2</sup>
Colégio 8	"	1,20m <sup>2</sup>	a	2,50m <sup>2</sup>
Colégio 4	"	1,28m <sup>2</sup>	a	1,84m <sup>2</sup>
Colégio 9	"	1,22m <sup>2</sup>	a	2,18m <sup>2</sup>
Colégio 7	"	1,08m <sup>2</sup>	a	2,79m <sup>2</sup>
Colégio 1	"	0,77m <sup>2</sup>	a	2,33m <sup>2</sup>

A impressão geral que se tem, analisando o quadro anterior, é a de que o espaço é, de comum, bem aproveitado, independentemente de questões de tipos de carteiras. Números exagerados não se vêem. É certo que o colégio 7 acusa uma sala com  $3,60\text{m}^2$  por pessoa, mas essa sala é destinada a desenho e possui cavaletes com grandes pranchetas. No edifício mais apropriado de quantos visitamos — dependência do colégio 7 — os números variam de  $1,10\text{m}^2$  a  $1,26\text{m}^2$  nas salas onde há carteiras duplas, sendo de  $1,22\text{m}^2$  numa sala onde existem sete carteiras duplas e 12 individuais; nas três em que o tipo individual é exclusivo, os números são de  $1,24\text{m}^2$ ,  $1,27\text{m}^2$  e  $1,30\text{m}^2$ , abaixo da mínima, pois, mas a salvo de censuras, uma vez que se trata de carteiras de pequeno porte para alunos de primeiras letras. No colégio 3, as salas com carteiras individuais acusam  $1,48\text{m}^2$  e  $1,57\text{m}^2$ . No colégio 6 não há perda nem sobra de espaço. Tal não se observa no colégio 8, onde o excesso é que predomina: além de acusarem até  $2,52\text{m}^2$  por aluno, as suas salas folgadas possuem carteiras triplas.

### *Dormitórios*

O dormitório ideal não se pode acomodar as conveniências econômicas de um internato. Um quarto para cada pensionista — quarto de boas dimensões, batido pelo sol, abrigado das correntes de ar, mas com garantias de boa ventilação, etc. — só seria norma adotada por estabelecimentos dessa ordem sob pena de elevar-se quase proibitivamente a taxa de admissão. Conciliando as conveniências de modo que a higiene não ceda grande terreno, a fórmula usual que merece ser colocada em primeiro plano é a de redução do número de internos para cada compartimento.

Não é essa, porém, a que predomina em São Paulo. Se há colégios onde constitui uma norma que se pode dizer geral, já a maioria deles adota o sistema dos grandes salões, as vezes atulhados de camas, as vezes parca e confortavelmente aproveitados.

Talvez na adolescência e na puberdade esse sistema de dormitórios coletivos ofereça alguma vantagem sobre o dos pequenos quartos, onde não pode pernoitar um vigilante. Mas quando se trata de jovens que já têm uma orientação sobre a vida, já sabem discernir os seus deveres públicos e privados, então certamente será preferível o isolamento num quarto senão de todo individual, pelo menos onde a lotação se compute pelo mais baixo.

Entre o sistema de compartimentos para três ou quatro pessoas e os vastos salões, outros existem em São Paulo que diríamos "intermediário", por ser uma combinação de ambos: um vasto salão dividido por paredes de meia altura em cubículos onde se abrigam de três a cinco pessoas. Em um deles, os corredores cortam o salão ao meio, de modo que cada compartimento tem a sua janela, ficando os da esquina aquinhoados com duas. Em outro, os corredores são a volta do salão, e os quatinhos, denominados "boxes", constituem um bloco no centro. Um tal sistema tem, pelo menos, a virtude de impedir o demasiado aproveitamento do salão, que, se fosse aberto, daria lugar a colocação de um número muito maior de camas.

Quanto aos móveis dos dormitórios, a supressão do supérfluo devia ser a regra. Mas nem sempre o é entre nós. Uma cama de ferro facilmente desmontável e acessível a limpeza, um móvel simples, de cabeceira, para o calçado e pequenos objetos de uso, e uma cadeira para o roupão, mais nada para cada interno.

Isso de guarda-roupas no dormitório, as vezes simulacro de móveis ao aberto, onde se atulham as roupas suarentas do dia, que ali ficam a viciar ainda mais o ambiente, nem sempre bem ventilado, certo que não devem merecer o nosso aplauso, pelo menos quando se tratar de salões coletivos, onde podem concorrer até para quebra da disciplina a hora de deitar, embora sejam de uso individual.

O melhor sistema é despir-se fora do dormitório, vestindo a roupa de dormir e abrigando-se com um roupão até chegar ao leito, como se faz num deles, onde os guarda-roupas se acham nos largos corredores do edifício, ou ainda, como em outro, onde os rapazes se despem num vestiário instalado em compartimento especial. O acúmulo de móveis dificulta a limpeza e é causa de retenção de pó. Deve ser evitado. Mesmo a cadeira que se vê ao lado da cama em vários internatos é perfeitamente dispensável, pois que o roupão pode ser depositado na guarda da cama.

A natureza do piso é de reconhecida importância. Embora os tratadistas condenem os ladrilhos e o cimento pela frieza que lhes empresta o seu grau de condutibilidade de calor, colégios há onde encontramos, aliás, em caráter provisório, um compartimento aladrilhado convertido em dormitório. Na maioria dos nossos internatos, porém, o piso é de madeira e encerado; em um deles, é *delinoleum*, cujo único inconveniente consiste em não se poder manter perfeita adaptação entre esse material e o soalho, de maneira que no interstício é possível coletar-se água ou poeira.

A questão da ventilação é de grande valia. Bandeiras basculantes e numerosas, ao alto, ou mesmo venezianas nas janelas; o que se quer é a fácil renovação do ar. Num clima como o nosso, onde a temperatura sofre, de frequência, de fortes quedas a noite, o sistema de venezianas não nos satisfaz, porquanto não raro temos que deixá-las desaproveitadas. É preferível o das bandeiras, ou melhor, um sistema de respiradouros no alto das paredes e junto ao soalho, por onde a troca do ar se fará convenientemente e que pode ser utilizado em qualquer tempo.

Sendo de largo uso entre nós a ventilação por venezianas ou folhas meio abertas, cumpre-nos tomar o maior cuidado para evitar as correntes de ar, tanta vez prejudiciais e que a disposição do dormitório pode favorecer, como acontece num dos compartimentos destinados ao repouso noturno num dos colégios para meninas.

Os códigos sanitários baiano e federal determinam a superfície mínima de 6m<sup>2</sup> para cada leito. Tal limite poucas vezes é ultrapassado em São Paulo. Pelo quadro abaixo se pode avaliar as condições dos internatos paulistas nesse particular:

ESCOLA	ÁREA DE DORMITÓRIO POR ALUNO			
Colégio 1	De	3,18m <sup>2</sup>	a	4,80m <sup>2</sup>
Colégio 2	-	2,50m <sup>2</sup>	a	5,00m <sup>2</sup>
Colégio 3	-	2,66m <sup>2</sup>	a	5,33m <sup>2</sup>
Colégio 4	-	2,83m <sup>2</sup>	a	3,03m <sup>2</sup>
Colégio 5	"	4,58m <sup>2</sup>	a	4,77m <sup>2</sup>
Colégio 6	"	4,50m <sup>2</sup>	a	8,50m <sup>2</sup>
Colégio 7	"	5,00m <sup>2</sup>	a	6,51m <sup>2</sup>
Colégio 8	-	4,61m <sup>2</sup>	a	7,66m <sup>2</sup>
Colégio 9	"	7,00m <sup>2</sup>	a	8,75m <sup>2</sup>
Colégio 10	-	5,33m <sup>2</sup>	a	6,77m <sup>2</sup>

Como se vê, só um colégio, o 9, apresenta número acima da mínima. A maioria está em situação que não seria para louvar seja não fosse um tanto demasiada a exigência do legislador.

No colégio 5, onde os dormitórios se mostram com agradável aspecto, não dando impressão de superlotação, os números variam de 4,58m<sup>2</sup> a 4,77m<sup>2</sup>. Num dormitório em boas condições sanitárias, a mínima poderia ser reduzida para 4,50m<sup>2</sup>. E há, em São Paulo, internatos, como o do colégio 4, onde em nenhum só aposento tal número é atingido.

A respeito da cubagem, os números obtidos são os seguintes:

ESCOLAS	VOLUME DE DORMITÓRIO POR ALUNO			
Colégio 1	] de	<b>14,00m<sup>3</sup></b>	a	20,60m <sup>3</sup>
Colégio 2		12,30m <sup>3</sup>	a	32,00m <sup>3</sup>
Colégio 3		15,70m <sup>3</sup>	a	32,30m <sup>3</sup>
Colégio 4		17,00m <sup>3</sup>	a	18,00m <sup>3</sup>
Colégio 5		20,00m <sup>3</sup>	-	—
Colégio 6		15,70m <sup>3</sup>	a	32,30m <sup>3</sup>
Colégio 7		22,50m <sup>3</sup>	a	27,90m <sup>3</sup>
Colégio 8		<b>16,10m<sup>3</sup></b>	a	39,60m <sup>3</sup>
Colégio 9		<b>42,00m<sup>3</sup></b>	a	50,20m <sup>3</sup>
Colégio 10		29,30m <sup>3</sup>	a	37,20m <sup>3</sup>

Como bem se vê, esses números apresentam variações muito sensíveis de um colégio para outro e mesmo num mesmo colégio.

O mínimo verificado foi no colégio 3, onde há compartimentos com cubagem de  $9,30\text{m}^3$  — o que não constituiria inconveniente se a ventilação se fizesse francamente durante a noite toda. A quantidade de cubagem de  $30\text{m}^3$ ,  $40\text{m}^3$  e  $50\text{m}^3$  é considerada hoje como simples luxo, uma vez, é claro, que a troca de ar se faça livre e ininterruptamente.

Ligada a questão do confinamento do ar está a relação entre as janelas do dormitório e o número de pessoas que nele dormem. Não deixa de ser curioso o resumo que apresentamos no quadro abaixo:

ESCOLAS	N <sup>o</sup> DE PESSOAS POR JANELA			MÉDIA	
Colégio 1	De	3,3	a	5,0	3,9
Colégio 2	"	2,0	a	<b>12,0</b>	4,5
Colégio 4	»	6,3	a	7,2	6,6
Colégio 6	"	1,0	a	3,2	1,8
Colégio 7	"	2,7	a	3,0	2,8
Colégio 8	"	3,2	a	4,0	3,7

A diferença extraordinária que se nota entre o colégio 2 e o colégio 6 é devida ao tipo diverso de dormitórios: vasto salão dividido em celas neste e, naquele, pequenos aposentos aglomerados de camas. A média mais elevada é a do colégio 4, que, a julgar-se por esta estatística, seria o pior servido em dormitório. Mas, como fizemos salientar, a boa ventilação não depende da quantidade das frestas, mas da natureza delas e seu perene funcionamento.

Não deixam de ser interessantes também estes dados que coligimos acerca do número de alunos que dormem num só aposento:

ESCOLAS	NÚMERO DE ALUNOS POR DORMITÓRIO
Colégio 1	18,7
Colégio 2	12,5
Colégio 3	37,5
Colégio 4	88,7
Colégio 5	37,5
Colégio 6	<b>21,5</b>
Colégio 8	28,5
Colégio 9	<b>70,0</b>
Colégio 10	30,0

Esses dados apenas informam sobre o tipo de dormitório.



Nos colégios 3,4,5, e 9 há predominância dos grandes salões, condenáveis sob o ponto de vista profilático de moléstias infecto-contagiosas, que não raro fazem seu aparecimento nos intematos.

Do tipo médio aparecem os colégios 1, 6, 8, e 10, mas desses deve retirar-se o n<sup>o</sup> 6, cujos dormitórios obedecem a uma disposição especial que mais se aproxima dos grandes salões.

Pareceria, também, que o colégio 2, representando o tipo dos pequenos dormitórios, seria o mais favorável deles todos. Entretanto, sabemos que essa média de 12,5 alunos é elevada para as dimensões exíguas dos seus quartos. O tipo mais em voga no colégio 7 — 3 alunos por compartimento — é sem dúvida o que deve predominar.

### *Refeitórios*

O refeitório é um lugar de que se utiliza durante pequena parte do dia, por intervalos nunca superiores a uma hora, no caso que nos interessa. No entanto, ele precisa ser satisfatoriamente ventilado, bem iluminado, vasto, cômodo. E deve estar abrigado das atmosferas poeirentas e, de si mesmo, continuamente liberto de pó e isento de umidade.

A má ventilação, o excesso de comensais, a disposição demasiado exposta ao sol são causas de fastio que cumpre evitar-se.

Nem todos os nossos colégios põem em prática essas regras atinentes a boa saúde. Há internatos em que a utilização do espaço atinge ao máximo possível. Em um deles, certamente, os copeiros fazem manobras acrobáticas para poder satisfazer a sua missão. Em outro, a largura das mesas foi de tal modo reduzida que não comporta mais que dois pratos: os *vis-a-vis* ficam de cara a cara, baforando-se reciprocamente.

Na maioria dos colégios religiosos são de uso as grandes mesas compridas, tendo cada interno o seu lugar determinado, onde existe uma gaveta para guardar o seu talher, o seu copo de metal e o seu guardanapo.

Melhor sistema ainda é o das pequenas mesas, redondas ou retangulares, cada qual comportando de seis a doze pessoas.

Uma coisa que fere o observador é a colocação da sala de jantar, em todos os intematos, no pavimento inferior do edifício. Tudo estaria muito bem se esse pavimento não ficasse em nível inferior ao do solo, como em alguns, de sorte que podem ser comprometidas a ventilação, a iluminação natural, a incidência solar, etc.

O uso de ventiladores bem colocados ao alto das paredes, do tipo exaustor, preferivelmente, seria de recomendar para os dias de verão, quando a diminuição do apetite, pela influência da temperatura e pela monotonia da cozinha do colégio, se ajunta o fator desagradável do abafamento do ambiente, trazendo a possibilidade de uma hipoalimentação.

Quanto aos objetos de uso diário nos refeitórios, certo que seria o ideal cada interno servir-se do que é unicamente seu. A prática impõe algumas restrições para a louça, por exemplo, que

sempre deve ser lavada em água fervente; o talher, o copo, o guardanapo, é de conveniência que sejam individuais — e em muitos colégios o são. Noutros, o indiscutível valor profilático do copo individual não faz jus a uma disposição regulamentar que o reconheça. Um deles não obriga o interno a possuir seu copo; outro apenas tentou impor essa medida higiênica aos seus alunos.

Sobre os palitos, a prática retrata a indecisão dos mestres: se em alguns internatos são usados, e a vontade, como timbra em afirmar o diretor de um deles, noutros entram nas listas das prescrições. Em 63,6% dos colégios visitados por nós, os palitos figuravam a mesa.

Para não haver troca de talheres num dos internatos, usa-se lavá-los no próprio lugar dos alunos, passando-os em duas vasilhas de água quente, que correm a volta da mesa. Água fervente e, melhor ainda, água corrente devia ser a escolhida para remover os restos alimentares.

Não pode deixar de trazer certos inconvenientes o sistema usado por um dos nossos colégios: servir as refeições em prédios distantes da cozinha onde são preparados os alimentos. Além de perigos durante o transporte, ajuntem-se os distúrbios de digestão que soem produzir os alimentos esfriados ou reaquecidos.

O tempo reservado as refeições é suficiente para que não haja atropelos, porquanto a hora que segue é sempre reservada a descanso e recreação.

O estado de conservação da louça, que nem sempre é agradável as vistas do visitante, não oferece grande interesse, uma vez que se timbra em lavá-la em água fervente.

A água servida a mesa é a do encanamento geral da cidade, em todos os internatos de que nos ocupamos: é água clorada. Não obstante essa garantia, em todos os colégios ela é filtrada e em 50% depositada em recipientes revestidos de uma camada de sal de prata (Salus). Ainda mais: em dois colégios a água é também fervida.

### *Enfermarias*

É indispensável, em um internato, uma enfermaria higienicamente montada e mantida. Essa verdade, porém, não impressiona, ao que parece, a maioria dos responsáveis pelos nossos estabelecimentos de ensino. O internato é uma cidade em miniatura, cuja população não está isenta de se ver na contingência de recorrer a um hospital capaz de a livrar de um agudo surto epidêmico, oferecendo aos primeiros doentes os cuidados e isolamento almejados para evitar a propagação do mal. Para o internato, esse hospital será a enfermaria.

Na enfermaria se algema a parotidite infecciosa, ou o sarampo, que explode. Deve ser lá o recanto sossegado e limpo onde se recolha o jovem acometido de qualquer moléstia ligeira que traga indisposição, justamente quando o organismo se mostra propenso a aquisição de enfermidades sérias de que não faltam transmissores nas grandes massas como a das escolas, principalmente se é composta de alunos internos e externos.

A obrigação do recolhimento em quarto apropriado para os que não se sentirem bem é, pois, medida de alto alcance, não só individual como também coletivo, porque os primeiros sintomas podem vir a evidenciar um caso de moléstia infecto-contagiosa.

Assim, não se justifica o descaso com que alguns colégios tratam da enfermaria, se não chegam ao cúmulo, como observamos em um, de não possuir semelhante departamento. Em casos tais, os alunos se recolhem aos próprios leitos, no mesmo quarto onde se abrigam os colegas sãos, respirando o mesmo ar, comprometendo o asseio e facilitando a implantação de um germe que a desinfecção concorrente, feita em tais condições, é incapaz de combater convenientemente.

Outros colégios, antes não tivessem enfermaria. Sim, porque dão esse nome a cubículos mal ventilados, mal dispostos e mal aprestados, em que o doente só pode colher transtornos para a sua saúde.

A maioria, porém, está no meio termo: a sua enfermaria, se possui falhas bastante não é contudo de molde a constituir grande receio. São as vezes salas amplas, com camas bem espaçadas, ou quartos de bom tamanho, muito asseados; mas ao lado se vêem instalações sanitárias deficientes ou mal dispostas, seja não é a própria disposição da enfermaria que nos leva a condená-la — janelas para as ruas movimentadas, facilidade de correntes de ar, insolação deficiente, etc.

Poucos são os internatos que têm a sua enfermaria com espaço de sobejo e conveniente localização. Um bom critério é o que presidiu a construção de um dos mais novos internatos de São Paulo, onde se reservou para enfermaria um prédio especial, afastado do corpo do colégio, com diversos compartimentos para doentes, farmácia, sala de curativos, etc. Convém, não há dúvida nenhuma, que a enfermaria fique distante de salas de aulas, de refeitórios, de dormitórios, porque assim tanto mais difícil se torna o contágio.

Quanto as instalações em si, elas precisam ser mais apropriadas e mais numerosas do que as com que se dotam os nossos internatos. Há deficiências em todos eles, e essas falhas precisam ser suprimidas em prol não só da comodidade, mas especialmente da saúde dos alunos. A lavagem da roupa dos alunos doentes também precisa merecer um pouco de mais atenção. Ela deve ser lavada em separado, em recipientes a elas exclusivamente destinados, de maneira a que não contaminem as roupas, as vezes mal passadas, dos alunos sãos.

Cuidados especiais devem merecer os despejos das enfermarias, a fim de não constituírem focos de contaminação e de propagação das moléstias em tratamento.

Não deixam de constituir interesse alguns dados que coligimos em relação as enfermarias dos internatos visitados.

Verificamos que em oito colégios existem 80 leitos para 1.924 alunos internados, o que dá o índice de 24,05 internos para cada cama, o que não é um número baixo, dadas as nossas condições sanitárias.

Se essa é a média, os números sofrem variações muito sensíveis quando se encara colégio por colégio. Assim, em alguns não existe uma só cama; um deles, aliás, dos melhores, tem um leito para cada grupo de 75 alunos internos, enquanto que outro, não muito caprichoso, dispõe de um leito para cada grupo de 166 internos, sendo esses os números extremos.

Quanto ao número de compartimentos destinados a enfermaria, temos as seguintes indicações: um compartimento em três internatos, dois compartimentos em três internatos, quatro compartimentos em um internato, 8 compartimentos em um internato. Média: 2,62 por internato.

## Cozinha

A cozinha é a parte de um internato que merece cuidados especiais de asseio. Nem sempre é agradável a visita as cozinhas dos internatos de São Paulo, por causa dessa questão do asseio. Se em algumas a impressão é verdadeiramente de molde a suscitar o apetite, noutras, porém, é o asco, a repugnância, o enjôo que pode sentir o visitante sensível.

Coisa interessante: pode-se dizer que esses dois grupos de cozinhas, das que produzem boa e das que produzem má impressão, acham-se em relação muito íntima com as duas classes em que se dividem os mesmos colégios — a dos religiosos e a dos colégios leigos. Seria desnecessário acrescentar que as cozinhas mais asseadas são as dos internatos dirigidos por gente de hábito. Nelas, não só na limpeza como também na ordem que impera em tudo, nota-se característica digna de aplausos.

Quando a administração cabe a leigos, já as coisas são diferentes. Parece que é uma questão de disciplina. As ordens religiosas são severas nessas questões de disciplina, estendendo, naturalmente, ao pessoal de cozinha o regime militarizado a que submete os seus professores. Para os leigos a disciplina sofre transigências pouco numerosas que se avolumam e não raro trazem conseqüências lastimáveis.

Quem sair da cozinha de determinados colégios e entrar na de outros certamente tem a impressão de quem vem de um cortiço e penetra num palacete.

Isto quanto ao asseio e a ordem. Quanto a disposição já não serve a classificação acima. Há colégios religiosos que têm a cozinha em lugar escuro e mal ventilado. Doutro lado, estabelecimentos civis destinam a cozinha um compartimento vasto, com boa iluminação, com boa ventilação, protegido por telas de arame contra a invasão de moscas, etc.

Às vezes a disposição é boa, mas o compartimento é acanhado, como o caso de um dos estabelecimentos por nós visitados, que converteu a cozinha de uma casa de família em cozinha para atender a uma centena de pessoas.

No que respeita as instalações, elas são no geral boas, embora as vezes deficientes. Os fogões grandes quase que só funcionam a lenha. Há colégios que possuem instalações a gás; outros que dispõem de cozinha a vapor.

Só merece aprovação a medida preventiva que encontramos em um deles, onde a cozinha tanto pode funcionar a lenha como a gás, e onde, apesar disso—o que constitui melhoramento digno de imitação —, se estavam fazendo instalações para cozinha a vapor.

Os demais apetrechos de cozinha são em geral apropriados; faz exceção o recipiente dos despejos, que comumente é um depósito sem tampa e exposto as moscas, foco de irradiações odoríficas, centro de difusão de germes perigosos.

É obedecida a disposição sanitária sobre a natureza do piso — ladrilho — e sobre o revestimento das paredes com material resistente até metro e meio de altura, pelo menos.

Uma questão que merecia despertar um pouco mais de cuidados é a da lavagem das louças e material de cozinha. A limpeza somente deveria ser acrescentada da esterilização, tao

fácil com vapor quente, quando a cozinha é a vapor, ou com água fervente, quando não há caldeiras. É apenas uma questão de aparelhagem e ausência de preguiça. A esterilização sistemática e obrigatória seria uma valiosa recomendação para o internato que a adotasse.

Outro ponto que ainda se deve tocar é esse que diz respeito aos trajes dos cozinheiros e demais ajudantes de cozinha e copa. O avental branco é de uso generalizado, mas não basta. É necessário que o gorro apropriado, já exigido por alguns internatos, seja imposição em todos eles e que não se fique só nisso, mas se exija também uma roupa adequada, limpa, com a obrigação de trocá-la um dia sim, outro não, pelo menos, a pessoa que dela faça uso.

### *Instalações sanitárias*

Que dizer, assim de geral, sobre as instalações sanitárias dos internatos de São Paulo? Que são boas? Que são más?

Não se pode dar uma só resposta que convenha a todos, pois, se há colégios onde, ao lado de instalações confortáveis em perfeito funcionamento e muito bem cuidadas, se obriga ao uso recomendável do papel higiênico, outros existem em que as privadas não inspiram o zelo de que são merecedoras para a garantia da saúde dos que se utilizam delas.

Não é propriamente a natureza da construção que oferece perigo: são folgadas, bem ventiladas, largamente abertas ao alto, ou mesmo com portas suspensas de 20cm a 30cm do soalho. A disposição é que nem sempre convém; o estado de conservação não desperta elogios; a limpeza não se pratica como devia ser.

A situação das privadas é uma questão muito importante.

Nos internatos de São Paulo elas geralmente se encontram no corpo do edifício, reunidas em grupos. Isto não constitui desvantagem enquanto não faltar água para a remoção imediata dos dejetos, facilmente feita com os aparelhos sanitários de uso entre nós.

Mas é sabido que a capital paulista nem sempre tem água suficiente para o consumo a larga da população. Não é raro que as torneiras passem a maior parte do dia sem jorrar o precioso líquido.

Para remediar uma tal deficiência, os internatos precisam possuir depósitos de água de grande capacidade, e nem todos previram e muito menos proveram essa necessidade. Se a situação das privadas dentro do edifício pode causar mau cheiro, quando a hipótese acima se verifica ou quando a limpeza é sacrificada, mais fácil será, por isso mesmo, a sua fiscalização e conseqüente remoção dos inconvenientes que surgirem.

De fato, da inspeção que fizemos, bem nítida nos ficou a impressão de que as privadas situadas fora, ao lado dos recreios, se encontram em condições de asseio inferiores as das situadas no corpo do edifício.

Claro está que a localização deve ser feita apropriadamente. Não se irá construir privadas com portas que abram para os dormitórios e nem tampouco imitar o exemplo de um dos colégios,

que possui num salão cheio de camas, onde repousam, a noite, meia centena de rapazes, uma instalação de mictórios com oito aparelhos enfileirados ao longo de uma das paredes.

Para evitar-se que os maus odores eventuais cheguem aos dormitórios ou as salas de aulas, as portas de comunicação entre os corredores ou vestíbulos destinados as instalações sanitárias deviam ser providas de fechos automáticos, conforme recomendação higiênica. Mas, entre nós, tais vestíbulos são as vezes limitados apenas por meias paredes, de sorte que o ar circula, livremente, por cima. Na maioria dos casos, porém, o isolamento dos grupos de privadas é completo.

No geral, as dimensões dos compartimentos estão acima do mínimo estatuído pelo Código Sanitário. Há, entretanto, latrinas isoladas, de dimensões que nos despertam a atenção pela pequenez, mas essas se encontram em colégios que merecem todos os cuidados de asseio e conservação.

O piso é de ladrilhos na maioria; as paredes impermeabilizadas, ao menos em parte, conforme exigência sanitária.

Os assentos das privadas não obedecem, salvo raras exceções, a forma preferível de ferradura aberta na frente, cuja conveniência nos lugares públicos é desnecessário exaltar.

A falta de um depósito para os papéis servidos é desleixo comum nos colégios de São Paulo. Usassem todos eles o papel higiênico, seguindo o exemplo de alguns, e não haveríamos de recriminá-los por esse descuido de conseqüências as vezes lastimáveis.

Sobre as caixas de descarga, nada a incriminar. A não ser em um, que está funcionando em casa que se construiu para residência de família, não se nota, nos internatos de São Paulo, a existência de banheiros no mesmo aposento das privadas. Neste ou em suas imediações, sempre se observa a presença de lavabos. Toalhas de mãos é que se não vêem, demonstração cabal de que são de uso individual. Mas, para o caso, vantagens sem par apresentam as toalhas de papel, de que só se utiliza uma vez. Embora conhecidas em São Paulo, onde já as vimos, ainda ninguém se lembrou de empregá-las em nossos internatos. O sistema adotado pelo Instituto de Higiene, de toalhinhas em varal para se usarem uma só vez, é certamente bastante oneroso para um estabelecimento que conte avultado número de alunos.

Em geral, há gabinetes sanitários para os membros do corpo docente, que em toda a parte, no que respeita a comodidade e ao asseio, obtém privilégios que a equidade no ponto de vista higiênico não justifica.

Quanto a relação entre o número de privadas e o de alunos, podemos dizer, resumindo, que a proporção de alunos por privadas é: de 90,5 no colégio 2, de 28,3 no colégio 9, de 21,6 no colégio 4, de 16,6 no colégio 8, de 15,6 no colégio 1, de 12,2 no colégio 10, de 9,7 no colégio 3, de 7,2 no colégio 6, de 6,3 no colégio 5.

Levando em conta que a proporção não deve ser superior a 1 por 50 (Mauro Álvaro) ou mesmo 1 por 30 (Código Sanitário de São Paulo, referindo-se a meninos), verificamos que só um colégio está em condições muito inferiores as exigidas. Os demais estão de acordo com os regulamentos sanitários em vigor.

A média geral é de 14,8 alunos por privada, pois, para 3.970 alunos de nove colégios, existem 267 privadas.

#### *Asseio e conservação*

A limpeza do prédio não é feita com o mesmo cuidado em todos os colégios de São Paulo. Em alguns passa-se o pano, diariamente, no soalho. Noutros, a lavagem dos aposentos se faz semelhantemente.

Entre os internatos declaradamente católicos ou sabidamente indiferentes a credos, a diferença no modo de proceder a limpeza é ainda maior; um deles, que luta contra as dificuldades a que o expõe, presentemente, a sua situação, possui um serviço que se poderia apresentar como exemplar; já outro, colocado quase no centro da cidade, apresenta-nos edifícios onde, além de ser sacrificada a limpeza, não há sinais louváveis de asseio.

No geral, o que se usa em São Paulo é a varredura e o enceramento das salas e o pano molhado sobre as superfícies ladrilhadas, reservando-se ao espanador a limpeza dos móveis.

Tal sistema, usado com freqüência, talvez conviesse para alguns colégios. Para todos não. Não, porque muitos estão localizados entre ruas de grande movimento e, por conseguinte, se acham em ambiente carregado de poeira que se vai depositando por toda a parte. Ora, a varredura agitaria essa poeira e constituiria, por isso, um perigo sério para os internados. Piores efeitos são os dos espanadores. As conquistas modernas da civilização oferecem-nos um substituto nos aparelhos de sucção da poeira. É desnecessário enaltecer as vantagens de possuir cada internato um desses aparelhos. E, não obstante, nenhum deles cogitou de adquiri-lo, ao que parece. Seria bom, em falta desse meio (sucção), adotar o envernizamento ou oleação dos soalhos e diariamente a varredura com pano ou vassoura de pano umedecida. As varreduras a seco são proibidas nas coletividades e em casas de freqüência pública (Código Sanitário).

A questão de asseio está ligada a de limpeza. Onde esta é mais curada, aquele também o é, geralmente. Do asseio pode-se fazer uma idéia observando os cozinheiros e copeiros, porquanto todos sabem quanto é difícil fiscalizar o serviço dessa gente. É por isso que, em tese, há mais asseio nos colégios religiosos, onde são as próprias irmãs ou irmãos que fazem a cozinha, ou é sob as vistas imediatas deles que o serviço se executa.

Demais, para isso, a ordem concorre como fator de primeira garantia, e bem podemos verificar como a ordem impera soberana nos estabelecimentos religiosos. O estado de conservação é, sem dúvida, corolário disso. Onde há relaxamento, os pequenos estragos não são reparados e aumentam e avultam. As autoridades sanitárias ou não vêem ou, senão, calam. Resultado: crescem os focos de poluição de micróbios e, conseqüentemente, os perigos para quem vive em tais edifícios.

Nesse capítulo de asseio e conservação, cabem algumas palavras sobre o suprimento de água. Já dissemos, de passagem, que São Paulo é mal servido de água e que, para prevenir as faltas imprevistas de fornecimento do precioso líquido, necessário se torna que os internatos possuam depósitos de grande capacidade. Tratada como está, pelo cloro, a água do abastecimento, não há necessidade de submetê-la a outro qualquer tratamento.

Contudo, para o efeito de clarificação, é recomendável o uso de filtros, o que em todos os colégios se faz, e não merece impugnação, antes, pelo contrário, elogios; também o uso de meringas revestidas com sais de prata, cuja ação microbicida é de comprovação científica.

Os filtros é que precisam ser lavados e tratados com frequência, para que não se tornem inúteis ou prejudiciais.

A existência de bebedouros nos recreios é necessária, mas é preciso saber como são esses bebedouros. Na maioria dos colégios que visitamos, vigora a torneira. Em alguns existem esguichos de jato oblíquo, como no internato do colégio 7. Mas, no próprio colégio 7, há um bebedouro anti-higiênico, desses de um cálice que se enche, em que o paciente coloca os lábios e que nunca se esvazia de todo.

Do uso do copo individual, tão preconizado pelos modernos higienistas, ainda não foi compreendido o alcance pelos diretores dos internatos paulistanos. Verdade é que alguns estabelecimentos obrigam os alunos a possuí-lo, e entre esses estão os colégios 8, 10 e 5, que pedem copos de metal. O copo de vidro não oferece inconveniente, mas melhor seria que se introduzisse o copo de papel, facilmente esterilizável e de uso para uma só vez, como os que já se vêem em certas repartições do Serviço Sanitário.

Um hábito que ainda está para se impor é o de se lavarem as mãos nos recreios, antes da merenda. Para tanto, necessitam os nossos internatos de aparelhagem condizente, e já propôs distinta educadora sanitária o sistema econômico de um cano longo com orifícios convenientemente afastados funcionando mediante um registro que seria aberto a hora de todos lavarem as mãos. Precitaria, ainda, o sabão e a toalha individual.

### **Material Escolar**

Também nos cumpre referir — e o faremos igualmente de relance — essa questão do material escolar, que, entre nós, se acha muito ligada aos internatos.

Ao dirigirmos a atenção para o assunto, assalta-nos a mente a lembrança das carteiras de classe. E vem-nos logo a idéia esta pergunta: qual o tipo de carteira usada em São Paulo? A resposta será vaga, dilatando-se, quiçá, nessa avançada asserção de que existem nos colégios de São Paulo carteiras de todos os tipos. Encontram-se desde o individual até o de longas carteiras para meia dúzia de alunos—caso do colégio 2—, com todos os tipos intermediários, predominando o duplo.

Não que cada estabelecimento adote um tipo exclusivo: colégios há que se assemelham a um museu de tipos e formas de carteiras e são quase todos os colégios antigos, que se foram desenvolvendo aos poucos e adquirindo material novo e mais aperfeiçoado, sem a preocupação de fazer substituição de material já usado, certamente por razões econômicas.

Os estabelecimentos mais recentes e os de mais luxo, estes constituem exceção, adotam um só tipo de carteiras, geralmente o duplo.



A proporção com o tamanho do aluno é observada, não com um rigor científico, mas com os dados que a prática oferece, as vezes contrariados pelas circunstâncias materiais causadoras de óbices que a conveniência financeira não manda remover, pois que não existem móveis cuja altura possa ser graduada. A relação entre as carteiras e o banco obedece, no geral, a indicação higiênica da distância ligeiramente negativa, a melhor para a escrita e sem graves inconvenientes para a leitura.

Já quanto a disposição dos lugares nas salas de aula, nem sempre é seguido o critério da comodidade e conveniência do aluno, tanto que se observa as vezes um acúmulo de carteiras, sendo ultrapassado o mínimo estatuído nos códigos sanitários.

A questão das lousas é de suma importância, e, não obstante, colégios há que não compreendem o mal de que são capazes os quadros-negros quando colocados de maneira a refletir os raios luminosos ou quando, ao invés de baça, é brilhante a superfície enegrecida.

Dois os tipos que se encontram em São Paulo: o das lousas embutidas nas paredes e o das lousas montadas em cavaletes.

O primeiro deles é o preferido nos colégios modernos; o outro, talvez mais favorável pela facilidade com que pode ser acomodado a iluminação, é usado nos colégios mais antigos, abrangendo, quiçá, a maioria dos estabelecimentos. A poeira do giz, que se espalha pelo ambiente na ocasião de apagar-se o escrito, ainda não mereceu, na prática, o corretivo que a higiene está a impor. É que as escovas até agora não cederam lugar aos panos umedecidos postos em uso em certas escolas.

Livros, cadernos, lápis, canetas, penas, cartas geográficas, etc, temo-los mais ou menos de acordo com os preceitos da higiene pedagógica.

Os quadros que se vêem comumente nas paredes dos colégios de São Paulo nem sempre constituem material escolar. Particularmente nos estabelecimentos religiosos, são o lembrete de passagens bíblicas ou de figuras taumatúrgicas. Mesmo para os quadros de puro escopo instrutivo, a permanência nas paredes é hábito que deviam abolir os nossos colégios. Tragam-nos a vista dos alunos nas ocasiões oportunas, mas não os deixem a acumular poeira, a constituir logradouro de germens perigosos. Os quadros de que se auxilia o professor, por que não guardá-los a parte, ao abrigo da poeira, em armários, de quando em quando repasados por uma substância anti-séptica recomendada, e só trazê-los a sala por ocasião das aulas? Se há conveniência em apresentar freqüentemente o cartaz aos alunos, coloque-se-o em outro lugar freqüentado por eles, no recreio, por exemplo, onde os perigos decorrentes decrescem a uma insignificância.

## Recreios

A impressão de quem visita os colégios de São Paulo é a de que nem sempre os seus recreios são bastantes vastos para conter o número de alunos que a eles afluem nos intervalos das aulas.

Se colégios como o colégio 5 e o colégio 7 possuem largueza mais que recomendável, outro tanto não acontece com alguns, como o colégio 4 e o colégio 9, em que são evidentemente acanhadas as áreas destinadas a recreios.

Não encontramos autor que nos oferecesse base para uma crítica segura a respeito do assunto.

Como saber qual a lotação de um pátio reservado para recreio, onde os alunos precisam ter folgado espaço para agitar o seu corpo? Tal cogitação, ao que parece, ainda não preocupou os tratadistas. Ela é, no entanto, merecedora de carinhosa atenção, já que nas horas de recreação ao ar livre é que o desenvolvimento físico do indivíduo aufere os maiores proventos, e não pode haver bom aproveitamento quando há escassez de espaço para se realizar essa ação benéfica.

Em vista, pois, da importância e do estado da questão, ousamos lembrar uma fórmula que nos permita ajuizar da capacidade dos recreios.

Não querendo partir de uma base empírica, procuramos estabelecer a relação entre os espaços de que deve dispor um indivíduo para assistir higienicamente a uma aula e a um recreio. E parece-nos, pelo que observamos durante a nossa visita aos internatos paulistanos, que essa relação nunca deve ser menor do que 1 para 10, sendo recomendável de 1 para 15 em diante.

Ora, foram estudados e acham-se numericamente representados os limites da capacidade de uma sala de aula em função da sua área.

Vejam os números médios indicados pelos higienistas: Erismann pede  $1,48\text{m}^2$  por aluno; Baginsky,  $1,1\text{Om}^2$  por aluno; Burgenstein,  $1,08\text{m}^2$  por aluno; Weigl,  $1,40\text{m}^2$  por aluno; Oesterlen,  $0,98\text{m}^2$  por aluno; Inake,  $0,95\text{m}^2$  por aluno. A média desses números é  $1,16\text{m}^2$  por aluno.

Vejam agora quanto pedem alguns arquitetos: Klasen,  $0,87\text{m}^2$  na média; Faber,  $1,05\text{m}^2$ ; Hintrager,  $1,20\text{m}^2$ ; Baudin,  $1,45\text{m}^2$ . A média de todos esses números é  $1,44\text{m}^2$ .

As autoridades sanitárias de diversos países pedem uma área cuja média é de  $1,14\text{m}^2$ , como se poderá verificar levando em conta os números abaixo que indicam a média exigida: França,  $1,37\text{m}^2$ ; Bélgica,  $1,25\text{m}^2$ ; Rússia,  $0,67\text{m}^2$ ; Holanda,  $0,80\text{m}^2$ ; Suécia,  $1,45\text{m}^2$ ; Noruega,  $1,20\text{m}^2$ ; Dinamarca,  $1,28\text{m}^2$ .

Os códigos sanitários brasileiros exigem  $1\text{m}^2$  por aluno, abaixo, portanto, das médias fornecidas pelos autores e pelas autoridades estrangeiras atrás citados, médias essas que podemos sintetizar na expressão aritmética  $1,15\text{m}^2$ .

De acordo, por conseguinte, com a relação por nós formulada, a capacidade mínima de um recreio é de  $11,50\text{m}^2$  por pessoa, tomando por base a estipulação dos autores e das autoridades estrangeiras ou, simplesmente,  $10\text{m}^2$ , respeitando o estatuído pelos nossos sanitaristas. A média recomendável é, assim, respectivamente,  $17,25\text{m}^2$  e  $15\text{m}^2$ .

Passemos agora a verificar a situação dos colégios por nós visitados no que toca a essa questão de recreios. De parte o colégio 7 e o colégio 5, que possuem espaçosos terrenos ao lado dos seus edifícios, vamos notar que se aproximam da mínima o colégio 8, com  $10,56\text{m}^2$  por

aluno, e o colégio 2, com 11,04m<sup>2</sup> por aluno, enquanto que apresentam coeficientes assaz baixos o colégio 9, com 7,84m<sup>2</sup> por aluno, e o colégio 4, com 6,56m<sup>2</sup> por pessoa.

É preciso dizer que os números sobre os quais se fundam os nossos cálculos nem sempre apresentam a área exclusiva dos recreios, mas a de todo o colégio, de sorte que, se fizermos o devido desconto, baixarão ainda mais os índices apontados.

É preciso dizer também que calculamos sobre o número total de alunos, em virtude do costume de se dar recreio a todas as classes a mesma hora.

Boas áreas reservam para os recreios o colégio 1 (24,20m<sup>2</sup>), o colégio 3 (32,43m<sup>2</sup>) e o colégio 6 (35,87m<sup>2</sup>).

A média geral por nós verificada — 13,38m<sup>2</sup> por aluno — está acima do limite mínimo.

Além dessa questão da capacidade, outras há que se referem aos recreios. A da pavimentação é uma delas. Certo que, num terreno úmido, a medida que se impõe é a impermeabilização do solo, recomendada pelo nosso Código Sanitário. Mas o que se vê geralmente em São Paulo são os recreios com areão e, as vezes, pedregulho socado. Alguns existem, como os do colégio 7 e colégio 6, para os quais ainda não se tomaram providências para evitar o inconveniente da argila vermelha que o sapato dos colegiais carrega para dentro do edifício.

Outra questão importante é a dos espaços cobertos, onde os alunos possam abrigar-se em dias de chuva ou de grande mormaço. É claro que, para tal, não se requer área espaçosa. Convém, porém, que seja amplamente ventilada e que permita aos alunos senão correr pelo menos andar durante o intervalo de recreio. O colégio 8 possui, nesse particular, uma boa instalação, mas na maioria dos internatos não se tomou igual cuidado, de maneira que os alunos são obrigados a ficar nas classes quando chove a hora do recreio.

A duração dos intervalos de aula nem sempre obedece a um critério razoável. Depois de uma preleção de cinquenta minutos sobre um assunto que demanda muita atenção, o aluno não pode se contentar com cinco minutos de esparecimento. Seu espírito reclama maior descanso. Isto não quer dizer que, em tese, cinco minutos seja tempo exíguo e condenável. Não. Tudo depende da natureza da matéria e da maneira porque se processa o ensino. Mas, seja como for, o intervalo de apenas três minutos — tempo que mal dá para a troca de professores ou para a mudança de uma sala para outra—não é merecedor dos aplausos do higienista, e, não obstante, um colégio há entre nós, o colégio 7, onde, numa das suas sessões, o intervalo é de três minutos para seis horas de aula por dia, conforme notas que nos foram fornecidas.

O mínimo de 10 minutos deveria ser estipulado para os intervalos de aulas; em tal tempo, os alunos podem satisfazer certas necessidades fisiológicas e, o que é mais, descansar o espírito, predispondo-o para um bom aproveitamento na aula a se iniciar.

Outra questão ainda referente aos recreios é a da espécie de desporto a adotar. Entre nós não se obriga a um determinado brinquedo, deixando os alunos se divertirem como lhes aprouver. Há exercícios que, em excesso, tomam vicioso o organismo em desenvolvimento. Deve-se procurar os mais salutareos, a ginástica científica, mesmo.

### Assistência Médica e Dentária

A assistência médica é mais necessária num internato do que num quartel. Os internos têm a vida presa; o soldado obedece a um regime de externato. Se não se admite hoje um acampamento militar sem a assistência médica, a razão é ainda maior para que os internatos tenham a disposição de seus alunos um facultativo.

Ora, nem todos os colégios de São Paulo assim pensam e, o que é mais, não há uma lei que os advirta da conveniência de manter um médico. Não se julgue que estamos a defender o absurdo da exigência de cada internato possuir um clínico para o seu exclusivo serviço. Não se trata de casa de saúde. O que basta é ter um médico que dê consultas pelo menos de dois em dois dias e que, periodicamente, passe em revista as turmas, retirando da atividade escolar os indivíduos depauperados, volvendo os olhares para os doentes que não se queixam, etc. E que faça mais isto: organize e reveja as fichas sanitárias dos internos.

A ficha sanitária é inovação entre nós. O colégio 6 adota-a, sistematicamente, sob um critério prático, que já tem produzido excelentes resultados. O colégio 3 iniciou-a há dois anos, usando um tipo especial de caderneta que o médico do estabelecimento vai enchendo durante o exame a que submete o candidato, se este ainda não a traz firmada por qualquer outro facultativo. Nesse caso, seria de boa prática exigir o reconhecimento da firma do médico.

Se o valor da ficha sanitária até agora não tem despertado a atenção da maioria dos diretores dos nossos internatos, outro tanto não se dirá da conveniência de possuir um médico para visitas periódicas.

No colégio 4 e no colégio 6 as consultas são feitas diariamente; no colégio 2 a visita médica é dominical.

Na quase totalidade dos internatos, o médico do estabelecimento é chamado quando há doente que o reclame, espaçando-se, as vezes bastante, as visitas sem solicitações.

Mas há um colégio, o colégio 7, que não possui médico. Os diretores — bacharéis, engenheiros ou que sejam — é que ajuízam da gravidade do enfermo e quando, no seu parecer, a que não podemos reconhecer autoridade, a moléstia é digna de cuidados de um profissional; somente então se faz chamado de um médico que, sem dúvida, nem sempre atenderá com a presteza com que faria se lhe fosse dada a preferência num contrato com o estabelecimento.

A assistência médica presta ainda serviços de alta importância, orientando a ginástica que este ou aquele determinado aluno precisa fazer, diferente dos demais, para conseguir a correção de defeitos físicos ou vícios orgânicos.

A própria questão das atitudes escolares, se está mais afeta aos regentes das classes, não escapa a alçada do médico do colégio, principalmente quando o hábito se põe a eternizar as posições anormais adquiridas não só das atitudes escolares, mas das condições mesmas dos edifícios, tantas vezes impróprios, como acabamos de demonstrar, que decorrem danos para os

alunos, sobre os quais a assistência médica bem conduzida pode exercer a necessária função de regulador compensatório por meio de uma ação profilática.

Convém pôr em destaque os dados que coligimos com relação ao assunto. Assim, verificamos que nove colégios promovem visita médica periodicamente, mantendo dois deles um médico que se poderia dizer interno, tanto que, diariamente, atende as consultas no próprio estabelecimento a que serve. Enquanto isso, um colégio apenas não tem nem ao menos um médico visitador periódico. Todos possuem salas para curativos e socorros urgentes, mas somente oito têm enfermaria.

Uma coisa de que ainda não se cuida entre nós—e que, não obstante, é de importância muito grande—é do exame periódico de sanidade não só do corpo discente, conforme foi exposto atrás, mas também do corpo docente e dos empregados.

E desnecessário salientar o valor dos exames dos professores, já que o nosso governo o reconhece, como demonstrou mandando submeter-se a ele normalistas candidatas ao curso de educadoras sanitárias. O que é preciso é generalizar a medida. O professorado público, e não só os membros do corpo docente dos colégios particulares, também deveria ser submetido anualmente a um exame médico, afastando-se das funções aqueles cuja convivência seja prejudicial para os alunos, pela transmissão de moléstias contagiosas de que acaso estejam atacados.

Quanto ao exame de sanidade dos empregados, esse é ainda mais necessário, porquanto o contato deles com os internos é maior, acrescentando as possibilidades de difusão de uma determinada moléstia. O caso de início de epidemia de eczema rubro de Ebra que se verificou no colégio 6 é muito ilustrativo e confirma os bons efeitos de uma vigilância constante sobre a saúde dos empregados.

Uma questão intimamente ligada a da assistência médica é a dos requisitos sanitários indispensáveis para a matrícula dos alunos. O resumo dos dados por nós coligidos dá uma idéia da orientação que têm, sobre o assunto, os responsáveis pelos nossos internatos. Assim, é triste verificar que apenas seis dos dez colégios visitados exigem atestados de vacina antivariólica; dos quatro restantes, apenas dois promovem o exame médico completo do candidato a admissão, que, se ainda não imunizado, poderá ficar sujeito a aquisição da indesejável moléstia.

Em sete estabelecimentos, excluídos os dois que promovem o exame médico completo, é exigência estatuída o atestado médico de não sofrer de moléstia contagiosa.

A questão dos defeitos físicos, que expõe o aluno a uma situação humilhante e a perversidade dos colegas, só é levada em consideração por um colégio. Quanto a ausência de requisitos sanitários para a matrícula, um só existe, e já por nós citado, que não sabe avaliar a importância de um tal descuido.

Pode-se, pois, calcular, de acordo com os dados acima, que, na melhor das hipóteses, 20% dos estudantes de nossos internatos podem ter sido admitidos sem prévia vacinação antivariólica, porcentagem que talvez decresça de muito, diante dos informes de uma inspeção de todos os estabelecimentos congêneres, mas que, não obstante, não deixa de ser pouco lisonjeiro para um centro civilizado como São Paulo.

A assistência dentária é medida complementar que não devia faltar. Mas colégios há, como o colégio 7, onde não existem gabinetes dentários. Na quase totalidade dos internatos por nós visitados, o gabinete dentário é, porém, aparelhamento que faz parte integrante da instalação.

A conveniência da assistência dentária no próprio colégio não está só em tomar pouco tempo ao aluno e mantê-lo dentro do estabelecimento; está, também, em forçá-lo a tratar dos dentes, sabido da ojeriza de muita gente aos dentistas, embora se patenteiem a todos as conseqüências desagradáveis que sofre quem descure de remover as cáries dentárias.

### **Profilaxia**

Com a manifestação em surto epidêmico da febre tifóide, que é endêmica na capital paulista, verificou-se em princípio de 1925 a vacinação em massa dos alunos dos nossos internatos.

Um ou outro estabelecimento escapou, e nos demais, como é fácil de compreender, um ou outro aluno deixou de ser atingido pela medida profilática. Assim, não é de se estranhar que, se encontramos um internato cujos alunos não foram vacinados — o colégio 8 —, em quatro outros 100% dos internos haviam recebido a emulação preservadora, sem que ocorresse, posteriormente, um só caso de moléstia.

Num total de 2.056 internos, 1.612 ou 78,4% estavam vacinados. Quase o total das vacinações foi praticado pela via bucal: 1.599, contra 13 feitas por via subcutânea em um só internato, onde o número dos vacinados por via gástrica apenas atingiu a 7. Desse modo, enquanto foi de 99,2% a porcentagem dos vacinados por via gástrica, limitou-se a 0,8% a dos vacinados por via hipodérmica.

Ao que parece, a vacinação antitífica, tão necessária em nosso meio, não mereceu a devida atenção por parte dos responsáveis pelos internatos paulistanos, que, se não cuidaram de renovar a imunização, muito menos pensaram em tomá-la obrigatória no começo de cada ano, por ocasião da abertura das aulas, como seria de boa prática.

A vacinação antivariólica, de velha prática entre nós, precisa ser controlada com mais cuidado. Se há colégios que admitem alunos apenas mediante a cicatriz observada por leigos, também é justo que se diga que outros não permitem a admissão senão mediante atestado médico recente. Uma questão que cumpre examinar é o texto desses atestados. Às vezes o médico se limita a declarar que o candidato a admissão já foi vacinado, mas não precisa a data da vacinação nem especifica se obteve êxito; atestados assim não deveriam ser aceitos. É sabido que a imunização é temporária e a revacinação é medida que se impõe.

Desse modo, a norma a seguir seria a vacinação obrigatória de todos os alunos por ocasião da matrícula — serviço que seria feito pelo médico do estabelecimento — ou, se não, a vacinação global por uma autoridade sanitária, a cada ano, em uma determinada época.

Os atestados médicos autênticos, esses seriam levados em consideração, uma vez que se referissem a imunização recente. Uma tal fiscalização está incluída nas atribuições do Serviço Médico Escolar da Instrução Pública, mas todos sabemos o quanto a deficiência de pessoal impede o desenvolvimento do programa de ação estipulado no Decreto 4.101, de 14 de setembro

de 1926, em que se estabelecem, entre outras, as seguintes atribuições para os inspetores médicos, expressas no artigo 60:

- 2ª — vacinar e revacinar os alunos, professores e empregados das escolas;
- 3ª — examinar periodicamente os alunos, professores e empregados dos estabelecimentos de ensino;
- 6ª — examinar os prédios onde particulares pretendem instalar colégios e cursos;
- 7ª — visitar, periodicamente, os estabelecimentos públicos e particulares de ensino, para aplicação dos preceitos de higiene, etc."

Ora, é sabido que pouco tempo resta aos médicos desse serviço para cumprirem com suas obrigações no que tange aos colégios particulares, mal dando eles vencimento a tarefa de cuidar das escolas públicas. E, de fato, verificamos que a sua visita aos internatos só se faz de longe, sem a persistência garantidora dos bons resultados visados.

Não tanto por essa deficiência de pessoal como pela dificuldade de, por si só, levar avante certas medidas de profilaxia, esse serviço devia ser feito em íntima colaboração com o Serviço Sanitário, antes por este, que dispõe de material e instalações mais que suficientes para estender a imunização além do terreno da varíola e da febre tifóide, ao mesmo tempo que completaria, com o concurso dos seus centros de saúde, a profilaxia encarada sob todos os seus aspectos.

Entregue, assim, a parte preventiva as autoridades sanitárias, o médico do internato seria o seu mais precioso auxiliar como sentinela de alarme, ao mesmo tempo que tomaria a direção da parte referente a medicina curativa, tão indispensável, como a outra, onde quer que viva o homem em sociedade.

Entre nós, o serviço médico preventivo nos internatos pode, pois, vir a ser completo com a integralização do serviço médico escolar no serviço sanitário, o qual, por sua vez, de acordo com a diretoria e os médicos dos colégios, poderá fazer, sistematicamente, as imunizações julgadas convenientes para o nosso meio e o exame médico periódico dos alunos, professores e empregados, aí compreendidos os exames de laboratório.

A colaboração do médico do colégio seria manifesta e de grande valor no encaminhar, com a devida urgência, para os serviços como os dos centros de saúde, todos os alunos sobre que pesasse suspeição de moléstias de contágio possível—lepra, tracoma, disenteria, tuberculose, etc.

Uma noção nova e de grande importância na prática, merecendo, por isso, a atenção dos nossos internatos, é a dos portadores de germes de moléstias infecciosas e de verminoses. Ou porque possui imunidade adquirida contra uma determinada infecção ou porque o seu organismo é resistente aos germes dessa mesma infecção, uma pessoa pode ser portadora de tais germes, espalhando-os, sem que apresente o menor sintoma da moléstia.

A comprovação desse fato, que já criou foros científicos, devia impor, nos internatos, como medida sistemática, o exame bacteriológico de fezes, muco nasal, secreções buco-faríngeas, catarro, etc, e de sangue para pesquisa de hematozoários.

Estabelecida uma tal praxe, garantia segura contra contaminações por meio de portadores teriam todos os alunos, uma vez que a positividade conduziria o paciente ao afastamento temporário do convívio colegial, até que não mais abrigasse indesejáveis parasitas contra os quais os interessados diretos — antes a autoridade sanitária que os responsáveis pelo aluno — se encarregam de promover o devido combate.

### **Contato Entre Internos e Externos**

Sob o ponto de vista puramente internista, é de interesse saber-se o número relativo de alunos externos e semi-internos que freqüentam o colégio.

O internato é um meio isento de moléstias. Os que a ele são admitidos passam por um exame de sanidade e sofrem vacinações.

Uma vez internados e passado o prazo de incubação de certas moléstias infecciosas, toda doença contagiosa que aparece será por transmissão de quem vem de um ambiente contaminado.

Ora, quem mais se põe em contato com os internos são, primeiro, os semi-internos e, depois, os externos. Assim, é curioso saber-se o grau de contato entre os internados e os alunos residentes fora do estabelecimento.

Nos dez colégios que visitamos, o número de internos era de 2.335, avizinhandose o total de 4.500, o que dava uma porcentagem de internos igual a 52,87%.

O número de externos e semi-internos quase corresponde, pois, ao de internos, daí se podendo deduzir, de uma maneira geral, que os nossos internatos não constituem proteção aos estudantes contra as doenças infecciosas endêmicas na cidade.

O colégio mais protegido, segundo a porcentagem de internos sobre o total da matrícula, é o colégio 3, onde essa cifra se eleva a 81,08%, mas os 18,92% excedentes, todos semi-internos, têm maior convivência com os seus colegas do que se fossem apenas externos.

A porcentagem menos elevada é a do colégio 10 (40,54%), em que só o número de semi-internos é mais avultado que o de internos, crescendo muito, por conseguinte, as possibilidades do contágio.

Em quase idênticas circunstâncias está o colégio 9, com a porcentagem de 41,19% de internos.

Bem acima da média geral é o número de internos do colégio 5, que assim fica em segunda colocação relativamente ao ponto que encaramos.

O ideal de um colégio que só tivesse internato é cometimento para ser realizado fora de um centro populoso cujos inconvenientes se evitem, mas onde não falem os requisitos higiênicos hoje considerados indispensáveis.

Mas não é só pelo lado da saúde individual que tem interesse essa questão do contato entre internos e externos.

A introdução de hábitos da rua, de palavras de gíria, de literatura perniciososa e quejandas, que o regime de internato não permite, encontra facilidades no convívio dessas duas categorias de alunos.



## Enxoval

Todo internato colegial costuma exigir do aluno um enxoval de acordo com uma lista que consta dos seus prospectos. Nessa lista declara-se o que é necessário e que é de obrigação trazer.

Examinando-a, é bem fácil verificar o apreço em que os preceitos comezinhos da higiene são tidos no conceito dos diretores de cada estabelecimento. É por isso que procuramos nos prospectos as peças do enxoval que pudessem trazer-nos alguns esclarecimentos relativos a questões higiênicas.

Nos avulsos do colégio 7, porém, não encontramos pedido de enxoval. O aluno se encarrega de organizá-lo ao seu bel-prazer, com certeza. Se vem do interior e não tem hábito de usar escovas de dentes, é de presumir que o colégio não lha exija.

Por aí se vê que tem uma importância capital essa questão de pedido de enxoval. Se ele é bem feito e a diretoria não transige nas exigências que contém, constitui uma garantia certa para o interno.

Sim, porque será obrigado a ter toalhas individuais em número suficiente, roupa de cama, lenços, objetos de penteador, etc, que muitas vezes são veículos de moléstias que se propagam em habitações coletivas.

Guardanapos, talher e copo são peças de que se lembram muitos dos nossos colégios, mas de que se esquece a maioria.

As autoridades competentes bem podiam rever as listas de pedidos e incluir nelas, obrigatoriamente, umas tantas peças que nem todos os colégios reclamam. Não seria de má prática que se impusesse aos internatos a inclusão, no seu rol de enxoval, das seguintes peças: uma dúzia de lenços; 1/2 dúzia de toalhas de rosto; três toalhas de banho; 1/2 dúzia de guardanapos; um uniforme de ginástica; um colchão e roupa de cama; um talher de prata ou cristofle; um talher para sobremesa; um copo de prata ou vidro; duas esponjas para banho; uma escova de dentes; uma escova de unhas; uma escova de roupa; uma escova de sapatos; uma saboneteira; uma bacia de 50cm de diâmetro (nos internatos de meninas) e uma tesourinha para unhas.

Seria interessante verificar, também, de quantos em quantos dias são mandadas mudar as roupas do corpo, das camas e da mesa.

Quanto ao talhe da roupa usada pelos nossos colegas, não há, em geral, particularidades que afetem a higiene. O gosto individual prevalece. Os uniformes não são a regra.

### PROGRAMA ESCOLAR

#### Horários

As informações que obtivemos a respeito dos horários observados nos internatos visitados não são tão minuciosos quanto seria de desejar para um estudo definitivo do assunto.

Para que bem exatos e precisos fossem os dados solicitados, melhor conviria a representação gráfica da vida do colegial numa figura de mostrador de relógio, onde se apostariam os atos principais do dia, conforme propôs o doutor Nuno Guerner, com quem trocamos idéias a respeito da confecção do presente trabalho e que nos guiou, principalmente, nas considerações relativas a este capítulo.

Em falta de elementos mais detalhados que a carência de tempo não nos permitiu coligir, limitemo-nos a encarar tão-só os que resumimos nos dois quadros intitulados Horário Geral e Horário das Refeições.

As informações contidas no primeiro — Horário Geral — podem ser separadas em dois grupos gerais: no primeiro grupo, abrangendo as horas de aula e de estudo, e, no segundo grupo, as de recreio e de dormir, isto é, as de trabalho escolar e as de descanso intelectual.

Assim, temos:

Escolas	1º Grupo	2ª Grupo
Colégio 2	9,5	13,0
Colégio 6	7,0	-
Colégio 1	6,75	<b>15,0</b>
Colégio 8	6,0	11,0
Colégio 4	9,0	11,5
Colégio 9	8,5	13,5
Colégio 10	7,0	11,0
Colégio 5	8,0	13,5
Colégio 3	8,5	12,0
Colégio 7	9,0	14,0
Média	7,92	12,72

Referindo essas horas ao tempo total do dia, temos:

Escolas	1º Grupo	2º Grupo
Colégio 2	39,58%	<b>54,16%</b>
Colégio 6	29,16%	-
Colégio 1	28,12%	62,50%
Colégio 8	25,00%	45,83%
Colégio 4	37,50%	47,91%
Colégio 9	35,41%	56,25%
Colégio 10	29,16%	<b>45,83%</b>
Colégio 5	33,33%	56,25%
Colégio 3	35,41%	50,00%
Colégio 7	37,50%	58,33%
Média	33,02%	53,00%

De posse dessas porcentagens, é fácil verificar, em cada colégio, a relação entre o período de aulas e de estudo — trabalho total (TT) — e o de recreação e sono — descanso intelectual (DI). Ei-la:

ESCOLAS	RELAÇÃO TT/DI
Colégio 2	0,73
Colégio 1	0,45
Colégio 4	0,78
Colégio 9	0,63
Colégio 10	0,64
Colégio 5	0,59
Colégio 3	0,70
Colégio 7	0,64
Colégio 8	0,54
Média	0,63

Como facilmente se vê, onde há mais trabalho em relação ao descanso é no colégio 4, seguindo-se-lhe o colégio 2 e o colégio 3, com proporções bastante elevadas.

A média verificada para o trabalho total representa ótimo consubstanciado na fórmula da divisão do dia em três fases de oito horas: uma para trabalho, outra para recreação e necessidades orgânicas (alimentação, exercícios físicos, etc.) e a terceira para o sono. Esta última é, geralmente, alongada nos internatos de São Paulo.

Todos eles reservam para o repouso noturno um intervalo que vai além de oito horas. A média é um pouco acima de nove horas, nos dez colégios visitados. Tal média, se representasse as horas de sono, estaria bem em se tratando de crianças do curso primário, mas é certamente demasiada para moços de cursos superiores como os de alguns colégios. Entretanto, os números aludidos não representam, efetivamente, as horas de sono, porém as que se reservam para o descanso noturno, respeitando-se, dentro desse horário, o silêncio no dormitório.

A média das horas de recreio é de 3 horas e 45 minutos. Isso, bem aproveitado, bastaria.

Os alunos que têm ardente desejo de aprender, ou que sentem prazer com o estudo, precisam mais que os outros de obedecer os horários de recreio, contentando-se com as horas reservadas ao trabalho intelectual. É uma grande garantia para a sua saúde e mesmo para o seu melhor aproveitamento.

O tempo destinado as aulas é, em certos internatos, um tanto avantajado. Mesmo levando em conta que é costume generalizado dividir o dia em dois períodos — antes e depois do

almoço —, cinco ou mais horas de aula por dia constituem, certamente, um excesso de trabalho intelectual dessa natureza. Que tempo restará para satisfazer as obrigações escolares como as lições escritas, sem dúvida mais numerosas para uma ânsia de ensinar tão intensa?

Se há demasiado trabalho, há também, em alguns estabelecimentos, um intervalo de descanso que toca as raias do desnecessário — onze horas e meia reservadas para o repouso noturno, como se vê em um dos internatos paulistas.

A relação entre a primeira refeição matinal e a hora de levantar-se merece um pouco de atenção dos responsáveis pelos colégios onde se dá aos alunos maiores uma liberdade sem dúvida em contraste com o regime, até certo ponto militarizado, que deve imperar. Entre os rapazes, principalmente, encontram-se freqüentemente alguns apaixonados por certos esportes que, mal se levantam, tratam logo de satisfazer sua fúria desportiva, esquecendo-se de que o estômago necessita de alimentos e, ainda mais, de que o esporte para um corpo sem a conveniente nutrição é-lhe, muitas vezes, prejudicial.

Assim, a presença de todos os internos na refeição da manhã — que deve ser servida meia hora depois do levantar-se—precisa sempre constituir uma obrigação sobre que não se admita transigências.

Na maioria dos colégios há cinco refeições; a última, noturna, nem sempre é necessária, dependendo da hora do jantar. Se este é às 17 horas ou antes, então não haverá inconveniente em se fazer uma ligeira refeição três horas mais tarde.

A respeito do horário das refeições, passemos uma revista ligeira sobre os colégios por nós visitados.

No colégio 3 verifica-se um pequeno intervalo entre o almoço e a merenda (duas horas e meia apenas). Seria preferível fazer a supressão da refeição da noite, colocando o jantar às 17 horas e meia ou 18 horas, intercalando melhor a merenda.

No colégio 5 é bem equilibrada a distribuição, que, entretanto, pode ser beneficiada com o recuo da refeição matinal — tardia, atendendo ao luxo do colégio e ao excesso de horas destinadas ao repouso noturno — para as sete horas e meia e o almoço para as 11 horas e meia, ficando para as 15 horas e meia a merenda, e o jantar, última refeição, para as 18 horas e meia.

No colégio 10 nota-se um intervalo curto entre o almoço e o jantar, em virtude da existência da merenda.

Já no colégio 9 a distribuição é melhor, sendo preferível, porém, esta: 6 horas —10 horas —13 horas e meia —17 horas, suprimindo a refeição noturna ou mantendo-a às 20 horas, com a condição de afastar a matinal para as 6 horas e meia.

A distribuição do colégio 4 é a melhor de todas; mas ainda pode ser beneficiada com a transferência da última refeição das 17 horas para as 17 e meia.

No colégio 8, os intervalos são ligeiramente curtos entre as duas primeiras refeições.

O contrário se verifica no colégio 1: há intervalo excessivamente grande entre as duas primeiras refeições, enquanto que são pequeninos os intervalos entre a merenda e o jantar e entre este e a desnecessária ceia.

O colégio 6 teria bom horário se fosse menor o intervalo entre o café e o almoço e se o jantar (última refeição) fosse as 18 horas e meia.

No colégio 2 há intervalo excessivo entre o café e o almoço (4 horas) e entre este e a merenda — que deveria ser as 15 horas e meia —, mas aceitável aqui. Em contraposição, porém, é pequeno o intervalo entre a merenda e o jantar (2 horas e meia) e entre este e a desnecessária ceia.

No curso primário, o colégio 7, por conveniência do estabelecimento, serve o almoço as 8 horas e 40 minutos, hora sem dúvida muito cedo — 2 horas e 10 minutos apenas após o café da manhã —, tanto mais que as outras refeições do dia ficam bastante espaçadas para crianças em pleno desenvolvimento somático.

No colégio 7 — seção dos mais adiantados — há excessivo intervalo entre o café e o almoço, que pode ser de 4 horas e meia, e entre este e a merenda, donde resulta encurtar-se em demasia o intervalo entre as restantes refeições.

### O Ensino de Higiene

Não se faz ainda entre nós a inclusão do ensino de higiene nos programas dos cursos de humanidades. Se o exemplo foi dado pela orientação oficial, que criou nas escolas normais uma cadeira dessa disciplina, não teve ele a desejável imitação nos institutos particulares, nem tampouco despertou a atenção dos legisladores para essa face interessante e necessária da instrução.

Não se infira daí que a higiene seja por completo descuidada pelos educadores dos internatos que visitamos. Não. É costume nos colégios de São Paulo fazer-se a instrução higiênica a medida que as oportunidades se apresentam, as mais das vezes fora de aula, nos recreios, refeitórios ou onde quer que os professores ou vigilantes se encontrem e conversem com os alunos.

No geral, é individualmente que se vão ministrando os conhecimentos para a manutenção da boa saúde. Não se trata, contudo, de obra em que se esmerem os responsáveis pelos nossos colégios: a maior parte dos conhecimentos higiênicos já foram adquiridos em casa ou são os resultados da convivência com colegas de aprimorada educação.

Mas se bons exemplos se podem notar na intimidade de um conviver de internato, muitos outros não recomendáveis, e prejudiciais até, podem evidenciar-se e frutificar, acarretando conseqüências deploráveis.

É por isso que não basta, da parte do professor, a meia dúzia de conselhos salutareos que, antes por dever que por obrigação, as vezes dá aos alunos reunidos em aula, se calha uma oportunidade qualquer.

É preciso que se diga, entretanto, que em alguns estabelecimentos consta do programa um curso de civilidade, nele incluído, como é fácil compreender, alguns capítulos de higiene, principalmente de higiene individual. Mas um defeito grave existe em tal curso: visando-se apenas a civilidade — modo de portar-se para com o próximo e para consigo mesmo —, é natural que se esqueça de dar razão por que é condenado este ou aquele costume, que não se diga o motivo exato de condenar qual ou tal prática. O aluno precisa saber que tal costume não é somente feio, mas também anti-higiênico, perigoso para si e para a sociedade.

Não é fora de propósito citarmos aqui um trecho tomado a esmo do livrinho *Compêndio de Civilidade*, para uso das famílias e dos institutos educativos, editado e adotado por um dos nossos estabelecimentos escolares. Ei-lo:

29. Ama e conserva a limpeza em tudo: nas salas, nas estantes, nos baús, na roupa, nos livros e cadernos, etc. A ordem e a limpeza facilitam o trabalho, poupam dinheiro e agradam a todos (1923, p.81).

Como se vê, não há a menor referência a importância da limpeza quanto a saúde. A orientação de tais cursos de civilidade poderá ser aquilatada por aí.

Torna-se patente, pois, a necessidade de incluir a instrução higiênica nos programas dos colégios, criando uma cadeira especial para o desenvolvimento da matéria. Indiscutível, hoje em dia, o valor de uma tal instrução, parece não restar dúvida sobre a oportunidade da sua introdução entre nós.

E para que isso se dê, de um modo eficiente, a lei da obrigatoriedade constitui medida primordial. Com ela há de vir a estipulação de um programa oficial, organizado e adequado aos fins em vista.

São Paulo, que vai marchando na vanguarda dos estados, graças as suas possibilidades e a alta visão dos seus governantes, não pode continuar silencioso sobre o assunto, mas há de levar em breve para o terreno da prática essa inovação de grande e incontestável alcance para a eugeniação do nosso povo.

### **Educação Sexual**

Não se compreende mais, hoje em dia, o deixar-se aos próprios adolescentes o arregaçamento súbito ou paulatino desse véu de misteriosidade que envolve as questões sexuais.

Por isso mesmo, quando iniciamos o nosso trabalho, levávamos em mente indagar o que se faz nos intematos de São Paulo no que respeita a educação sexual dos alunos.

O nosso inquérito, se bem aceito por educadores de visão mais lata, foi recebido por alguns com a aridez de uma resposta seca, resposta de quem não quer entrar em pormenores para estudo de assunto que lhe merece, de antemão, uma repulsa decisiva.

Houve até censuras: a expressão que usamos de "educação sexual" devia, por forte demais, ser substituída pela de "educação moral".

Justifica-se o desatino pelo excesso de pudor teologogênico.

A negativa simples a nossa inquirição, da maioria dos internatos que visitamos, dá bem mostra do quanto ainda estamos aferrados aos velhos e descabidos costumes da nossa gente, relativos ao problema que ora encaramos. Os que sabem avaliar a importância da educação sexual, bem conduzida por uma instrução cautelosamente ministrada, esses, se ainda não deram nenhum passo para oficializar as medidas que imputam necessárias, limitam-se a afirmar que, particular e individualmente, vão fazendo a educação sexual a medida que as oportunidades se apresentam.

Alguns há que, de fato, algo têm feito nesse sentido, aproveitando-se de ocasiões perante as quais só lhes caberia censuras se ficassem calados.

Não há, pois, nada preestabelecido, nada de regulamentar. Se o aluno vem de casa desconhecendo completamente os cuidados que precisa tomar para evitar contágios perigosos e depauperação ou preservação funcional do seu organismo, e, mais, se no colégio não se lhe chama a atenção para esses cuidados, ele ficará entregue a instintos bestiais, a perversidade de colegas sabidos, ao mal evitável de moléstias venéreas.

É certo que melhor se fará a educação sexual no recesso da família, quando os pais sabem compreender a sua função orientadora de todos os passos dos filhos, deixando de emprestar a palavra "respeito" o valor excessivo que antigamente se lhe dava, para instruir o adolescente sobre os chamados segredos do sexo e a significação do termo castidade.

Mas se, entre nós, do lar não provém o esclarecimento que abate o mistério e faz cessar a curiosidade, a escola cumpre reparar a falha criada pelos costumes enraizados, promovendo, sistematicamente, de uma maneira que não escandalize e em tempo oportuno, a divulgação dos assuntos atinentes a esfera sexual.

O que não convém, o que não raro se torna prejudicial e, portanto, se deve evitar, é que os adolescentes se vão esclarecendo a custa da própria experiência e da própria observação (muitas vezes erroneamente interpretadas) e sempre a custa da própria saúde moral e física.

E mesmo que houvesse educação caseira, valeria ser reforçada ou corrigida na escola, não se podendo ajuizar do seu valor, quer sob o ponto de vista profilático, quer sob o ponto de vista moral, tais benefícios que podem prestar ao indivíduo.

Assim, é de se recomendar que os nossos internatos cuidem do assunto, procurando um meio de bem atingir os fins visados.

Em recente trabalho, o doutor Luiz Medeiros lembra que se destine ao menos uma hora por semana para palestras sobre educação sexual, em que se desenvolvam programas como este, dedicado, está se vendo, exclusivamente a rapazes:

- a) evolução das idéias da criança e da adolescência a respeito das suas origens;
- b) a mulher tal como o adolescente pode encontrar;
- c) perigos de um tal encontro. As doenças venéreas (descrição sumária e precisa de seus sintomas e das conseqüências para o indivíduo, a sua descendência e a sociedade; necessidade de cuidá-las desde o começo até o fim);
- d) conselhos para evitar as doenças venéreas;

e) ser casto; procurar no trabalho e nos divertimentos físicos o derivativo para os arrebatamentos da juventude; pensar naquela que vai ser a companheira da vida e casar-se cedo.

Acrescente-se a isso uma parte de fisiologia dos órgãos genitais aplicada a moralidade e resta apenas encarar o assunto com a elevação de expressões que exigem a sua natureza e finalidade.

Para encerrar este capítulo, lembremos esta citação ainda do autor acima aludido:

John Stoker de uma feita doutrinou: devemos inculcar a virtude, a princípio; a prudência, em seguida; porém, o que é preciso combater antes de tudo é o mistério feito em torno da vida sexual; quando as ignorâncias e os preconceitos forem dissipados, a causa será ganha, porque uma doença que perdeu o seu segredo é doença vencida.

Um apanhado muito exato do modo com que é encarado o assunto em nosso meio é o que se contém no relatório de 1925, do diretor do Serviço Sanitário, doutor Geraldo de Paula Souza, e que abaixo transcrevemos:

Repugna geralmente entre nós, quase classificada como prática corruptora da inocência, instruírem sobre esse assunto (educação sexual, moral e médica) pais e professores, os filhos e discípulos que assomam a puberdade. A conseqüência dessa omissão é mais deplorável que se pode imaginar, porque a natural curiosidade que desperta o desenvolvimento do próprio instinto expõe a adolescência indefesa, pela ignorância dos seus mais sérios perigos, as mais graves infecções, que comprometem a saúde e as vezes o próprio futuro, precisamente em um período de grande atividade orgânica. Arrebatados pela força do instinto, que a educação sadia não guiou no lar nem na escola, a autoridade carinhosa dos pais e o prestígio dos professores se substituem pela influência nefasta dos garotos das ruas e dos companheiros ocasionais pervertidos que se comprazem na inconsciência de fazer outros depravados.

## ANEXOS

### Enfermarias

ESCOLAS	NÚMERO DE LEITOS	NÚMERO DE COMPARTIMENTOS	NÚMERO DE INTERNOS	NÚMERO DE INTERNOS POR LEITO
Colégio 4	32	8	710	22,1
Colégio 1	6	2	150	25,0
Colégio 2	-	-	100	-
Colégio 6	-	-	129	-
Colégio 10	5	1	150	30,0
Colégio 8	9	2	200	22,2
Colégio 9	6	1	210	35,0
Colégio 3	18	4	300	16,6
Colégio 5	2	2	150	<b>75,0</b>

Obs.: Nos colégios 2 e 6, as enfermarias estão em construção. Em oito colégios há 80 leitos para 1.924 alunos, ou seja, 24,05 alunos por leito.



### Natureza da Água de Beber nos Internatos de Sao Paulo

ESCOLAS	PROVENIÊNCIA			PURIFICAÇÃO	
	TORNEIRA	POÇO	FILTRO	FERVURA	SALUS
Colégio 1	x	-	x	-	-
Colégio 2	x	-	x	-	x
Colégio 6	x	-	x	-	x
Colégio 8	x	-	x	-	x
Colégio 9	x	-	x	-	-
Colégio 10	x	-	x	x	-
Colégio 5	x	-	x	x	x
Colégio 3	x	-	x	-	x
Colégio 4	x	-	x	-	-
Colégio 7	x	-	x	-	-

### Vacinação Contra Febre Tifóide

Escolas	N <sup>o</sup> de Internos	Vacinação	P/Via	% P/Via	Por Via	% P/Via	% dos Vacinados
			Hipodérmica	Hipodérmica	Gástrica	Gástrica	
Colégio 2	100	20	13	65%	7	35%	20%
Colégio 1	<b>150</b>	<b>150</b>	-	-	<b>150</b>	100%	100%
Colégio 8	200	-	-	-	-	-	-
Colégio 4	710	710	-	-	710	100%	100%
Colégio 9	<b>210</b>	210	-	-	<b>210</b>	100%	100%
Colégio 10	150	150	-	-	<b>150</b>	100%	100%
Colégio 3	300	<b>150</b>	-	-	<b>150</b>	100%	50%
Colégio 7	236	222	-	-	<b>222</b>	100%	93,2%
Totais	2.056	1.612	13	0,8%	1.599	99,2%	78,4%

### Movimento da Matrícula

Escolas	Número de Alunos				
	Internato	Extemato	Semi-internato	Total	% de Internos
Colégio 2	100	70	11	181	55,24%
Colégio 6	129	34	60	223	57,84%
Colégio 1	150	100	66	250	60,00%
Colégio 8	200	120	190	320	62,50%
Colégio 4	710	780	40	1.556	45,63%
Colégio 9	210	300	70	510	41,19%
Colégio 10	150	30	6	370	40,54%
Colégio 5	150	?		190	78,94%
Colégio 3	300			370	81,08% ?
Colégio 7	236			242	
Total	2335	1.434	443	4.212	52,87%

### Assistência aos Alunos

Situação	N <sup>a</sup> de Colégios	Porcentagem
Possui médico interno	2	20%
Promove visita médica periódica	9	90%
Não tem médico e nem visita	1	10%
Possui salas para curativos	10	100%
Possui gabinete dentário	8	80%
Não tem e nem promove assistência dentária	1	10%

### Área dos Recreios

Escolas	Área Global (m <sup>2</sup> )	N <sup>2</sup> de Alunos	Área por Aluno (m <sup>2</sup> )
Colégio 3	12.000	370	32,43
Colégio 9	4.000	510	7,84
Colégio 4	10.220	1.556	6,56
Colégio 8	3.380	320	10,56
Colégio 1	6.050	250	24,20
Colégio 2	2.000	181	11,04
Colégio 6	8.000	223	35,87
Totais	45.650	3.410	13,38

### Requisitos Sanitários para Admissão

Exigências	N <sup>a</sup> de Colégios	Porcentagem
Atestado de vacina antivariólica	6	60%
Exame completo pelo médico do estabelecimento	2	20%
Atestado de não sofrer de moléstia contagiosa	7	70%
Atestado de não ter defeito físico	1	10%
Sem nenhuma exigência médica	1	10%
Exigem certos requisitos	9	90%
Não faz exigências	1	10%

### Aparelhos Sanitários

Escolas	N <sup>2</sup> de Privadas	N <sup>fi</sup> de Alunos	Nº de Alunos por Privada
Colégio 3	38	370	9,73
Colégio 5	30	190	6,33
Colégio 10	30	370	12,22
Colégio 9	18	510	28,33
Colégio 4	72	1.556	21,61
Colégio 8	30	320	16,66
Colégio 6*	31	223	7,19
Colégio 1	16	250	15,62
Colégio 2	2	181	90,50

\* 24 mictórios e 50 lavabos

### Lixo

	Depósitos		Destino		
	Abertos	Fechados	Limpeza Pública	Queima	Chácaras
Colégio 3	x	-	x	x	-
Colégio 9	-	x	x	-	-
Colégio 8	x	-	-	-	x
Colégio 10	-	x	x	-	x
Colégio 6	x	-	-	-	x
Colégio 2	x	-	x	-	-
Colégio 1	-	x	-	x	-
Colégio 4	x	-	x	-	-
			x	x	-
Colégio 7	x	-			-

### Horário Geral

Escolas	Horas de Aula	Horas de Estudo	Horas de Recreio	Horas de Dormir	Intervalo Aula a Aula
Colégio 2	5h	4ha5h	4ha5h	8,5h	10min
Colégio 6	4h	3h	-	9,5h a 11,5h	5min a 12min
Colégio 1	1,75ha5,5h	2h	5h	<b>10h</b>	5min
Colégio 8	4h	2h	2h	9h	10min
Colégio 4	4ha5h	4ha5h	3h	8,5h	10min
Colégio 9	4h	4ha5h	5h	8ha9h	5min a 35min
Colégio 10	5h	2h	2h	9h	?
Colégio 5	5h	3h	3ha4h	9h	5min a 10min
Colégio 3	4,5h	4h	3h	9h	?
Colégio 7	5ha6h	3ha4h	5ha6h	8ha9h	3min a 10min

### Distribuição dos Alunos por Salas de Aula e Dormitórios

Escolas	N <sup>o</sup> de salas de Aula	N <sup>o</sup> de Alunos	N <sup>a</sup> de Alunos por Sala de Aula	N <sup>a</sup> de Dormitórios	N <sup>o</sup> de Internos	N <sup>2</sup> de Alunos por Dormitório
Colégio 4	34	1.556	<b>45,7</b>	8	710	88,7
Colégio 1	9	250	27,7	8	150	18,7
Colégio 2	5	181	36,2	8	<b>100</b>	18,5
Colégio 6	8	223	27,8	6	<b>129</b>	21,5
Colégio 10	7	370	52,8	5	<b>150</b>	30,0
Colégio 8	6	320	53,3	7	200	28,5
Colégio 9	12	<b>510</b>	<b>42,5</b>	3	<b>210</b>	70,0
Colégio 3	12	<b>370</b>	30,8	8	<b>300</b>	37,5
Colégio 5	8	190	23,7	4	<b>150</b>	37,5
Totais	101	3.970	39,3	57	2.099	36,8

### Horário das Refeições

Escolas	Café	Almoço	Merenda	Jantar	Ceia (?)
Colégio3	6h 30min	<b>10h</b>	12h30min	<b>16h</b>	19h
Colégio 5	8h	<b>12h</b>	15h30min	18h30min	?
Colégio 10	7h30min	11h	13h30min	16h	<b>19h</b>
Colégio 9	6h	<b>10h</b>	13h	16h45min	19h45min
Colégio 4	7h	10h30min	14h	17h	-
Colégio 8	7h30min	<b>10h</b>	13h	<b>16h</b>	19h30min
Colégio 1	6h 30min	11h	14h30min	17h	7h20h
Colégio 6	6h45min a 7h 15min	11h30min	<b>15h</b>	<b>18h</b>	-
Colégio 2	7h	<b>11h</b>	<b>15h</b>	17h30min	<b>20h</b>
Colégio 7	6h 30min	8h40min	12h	16h	20h (curso primário)

## Asseio Corporal

Escolas	Nº de Chuveiros	Nº de Banheiros	Total	Nº de Tanques para Natação	Nº de Internos Banheiro	Nº de Internos por	Nº de Internos por Chuveiro
Colégio 3	?	3	53	-	300	-	-
Colégio 5	15	15	30	-	150	10	10
Colégio 10	-	4	20	-	150	37,5	-
Colégio 9	10	6	16	2	<b>210</b>	35	21
Colégio 4	?	5	7	-	710	142	-
Colégio 8	2	10	12	-	200	20	100
Colégio 1	?	4	7	7	150	37,5	-
Colégio 6*	7	18	7	7	129	7,2	-
Colégio 2	7	5	-	-	100	20	-

\* 16 banheiros em construção, 24 mictórios e 50 lavabos

TESE Nº 85

### A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES, EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA PREPARO PEDAGÓGICO

**C. A. Barbosa de Oliveira**  
Associação Brasileira de Educação

*Toute l'œuvre éducatrice est suspendue à la personnalité du maître: elle vaut ce qu'il vaut.*

Binet

**A** eficiência da organização escolar moderna se concentra, sobretudo, no professor.

O aparelhamento completo da escola ativa será inútil, se o docente não tiver a formação pedagógica imprescindível ao seu magistério.

O professor é a alma do ensino; da sua competência e do seu amor a grande causa que abraçou dependem, essencialmente, os frutos de seu trabalho. A formação do mestre é, então, o ponto primordial de todo o problema educativo.

519

A escola, no conceito hodierno, não é um simples instrumento de instrução; tem uma finalidade superior, qual a de preparar o aluno para a vida, desenvolvendo-lhe as faculdades físicas, morais e intelectuais, conjunto criador da sua própria individualidade.

Esse tríptico aspecto da educação — que deve ser ministrado largamente ao povo, para fazer de cada indivíduo um elemento útil a sociedade e a pátria—exige do mestre um preparo pedagógico completo. Sem tal preparo, estará sacrificada a sua brilhante missão e prejudicados os discentes; não receberão eles, com a cultura geral, o estímulo da sua iniciativa, a orientação dos seus esforços, a correção dos seus defeitos e tendências nocivas, o apuro das suas qualidades e do seu caráter, o prêmio do seu trabalho. Esse prêmio é o seu futuro, nobreza de sua vida pessoal, grandeza de sua atividade social e riqueza de sua terra natal!

Interessa, pois, a educação tanto ao indivíduo como a sociedade, tanto a família quanto a pátria, e, nesses termos, torna-se um dever imperioso para o poder público ampliar sempre a obra educativa, sem medir o sacrifício que ela venha a reclamar.

O sacrifício de hoje será a bênção de amanhã, e esse pensamento deve animar os governos na organização da defesa nacional pelo amparo da sua maior causa, a da educação do povo.

A solução do problema educativo, em seu conjunto, está radicalmente vinculada a melhoria da qualidade do ensino secundário.

Nesse grau de ensino se faz o preparo pedagógico do corpo professoral primário, se estabelece a base dos estudos superiores e se integra a educação de numerosas e relevantes profissões manuais e intelectuais, cujos elementos representam forte maioria nas classes produtoras de uma nação.

Melhorando, pois, o ensino secundário e fazendo seu professorado pertencer a uma verdadeira elite social, melhoraremos fartamente os poderes públicos, emanação de uma melhor opinião geral, consequência de uma educação melhor e fruto exclusivo de uma escola e mestre também melhores.

A educação pela escola, sendo um problema pedagógico, é, assim, um problema político, econômico e social!

#### A ESCOLA SECUNDÁRIA ANTIGA

A finalidade do ensino nesse grau, durante muito tempo, foi encher um claro entre a escola primária e a escola superior. Tinha por exclusivo objeto dar aos alunos conhecimentos gerais necessários a estudos ulteriores de Engenharia, Medicina e Direito.

O objetivo da escola secundária atual é inteiramente diverso; tem aspirações muito mais elevadas. Não se contenta, de modo algum, com uma instrução, mesmo desenvolvida; pretende cultivar todas as faculdades dos alunos e formar individualidades ativas pela auto-educação da inteligência e do caráter. Também e superiormente, guiar a formação da personalidade no período da adolescência, precisamente na idade em que a influência do meio é mais decisiva, e mais eficaz, portanto, a ação do mestre. Dando aos discentes os hábitos salutaros do estudo

perseverante e do trabalho paciente, prepara a moderna escola secundária as futuras gerações para enfrentar a vida, vencendo com galhardia as dificuldades sempre crescentes no exercício de qualquer profissão.

Poder-se-ia aplicar com justiça a educação a frase célebre de Victor Hugo *ceci tuera cela*. A escola moderna, realista e experimental, eliminará a escola antiga, abstrata e verbalista.

Como passar, entretanto, desta para aquela? Há questões escolares que não podem ser resolvidas por pequenas modificações e alguns corretivos!

#### COMPARAÇÃO SIGNIFICATIVA

Um pedagogo suíço comparou certas escolas secundárias a um trem composto de material rodante e de tração do tempo da invenção da locomotiva! Com o progresso da técnica foram acrescentadas e suprimidas algumas peças, visando ao desejado aperfeiçoamento do conjunto. O pessoal foi gradualmente renovado e é formado de funcionários grisalhos — de hábitos antigos, seriamente contrariados com as inovações, contra as quais não cessam de clamar — e de funcionários novos, favoráveis aos últimos aperfeiçoamentos. Estes não tardam, porém, a reconhecer também as complicações sérias e pouco eficientes trazidas as velhas máquinas pelas modificações feitas, e todos — passageiros e funcionários, comparando esse trem aos novos meios de transporte — acabam reclamando contra o aproveitamento medíocre da energia e do tempo despendido em penosa travessia!

A comparação é significativa, e aproveitou a imagem para mostrar a necessidade indiscutível de criar integralmente o ensino moderno e, para tanto, formar, como elemento principal, o mestre.

#### A NOVA ESCOLA—— MÉTODOS E PROGRAMAS

A higiene escolar, que tem prestado magníficos serviços, transformou o edifício, a sala de aula e o mobiliário, de maneira a dar ao aluno o espaço, o ar puro e a luz, fazendo-o sentar em bancos apropriados e pondo em suas mãos manuais impressos em caracteres suficientemente legíveis. Essa mesma higiene escolar, na parte intelectual e moral, tem também prescrição para evitar desvios — como disse Millioud — mais graves do que o da coluna vertebral. Tarefa essa mais difícil, porque geralmente mais tenazes são as resistências a vencer. Dificuldades, porém, maiores se apresentam em outro domínio, o da metodologia do ensino.

Há quarenta anos havia apenas o método dogmático ao alcance de todas as inteligências, e adotado na maioria dos manuais, muitos ainda hoje aceitos.

Ao lado desse método, outros surgiram, como o método intuitivo e o experimental. Estes rapidamente se introduziram na escola primária, mas, na prática do ensino secundário, a adoção desses métodos obriga os autores de manuais a refazê-los inteiramente, na impossibilidade material de retocá-los. Daí o fato tão freqüentemente observado: professores moços, partidários extremados dos métodos experimentais, obrigados a seguir manuais onde impera o espírito dogmático; mestres venerandos, dominados por obediência sistemática ao método prescrito no



início de sua carreira professoral, ora forçados a adotar manuais ultramodernos. E assim encontramos, muitas vezes, no mesmo estabelecimento de ensino, o dogmatismo e os métodos experimentais em luta declarada, prejudicando, de modo gravíssimo, o desenvolvimento das aptidões literárias e científicas e a formação do gosto e da inteligência da mocidade escolar.

Corrigir essa incoerência nos métodos de ensino é medida urgente; e, para isso, formar o verdadeiro mestre, idôneo moralmente para compreender a sua responsabilidade e capaz pedagogicamente para organizar os manuais prescritos pela nova metodologia, cuja superioridade e prestígio ninguém ousará contestar.

Como a higiene escolar tem transformado de maneira certamente notável a parte material da escola, a Psicologia tem evidenciado, nos seus estudos em laboratórios experimentais, quanto é rudimentar ainda a adaptação de certos métodos, e sobretudo de alguns programas, a mentalidade dos alunos.

Muito se tem escrito sobre programas: uns professores pretendem aumentá-los, em face do progresso da ciência, e pedem, num movimento aparente de zelo, mais tempo para explanar as disciplinas que lecionam; outros, preocupados com a sobrecarga de conhecimentos científicos e literários armazenados sobre os alunos, pleiteiam, com louvável intuito, a redução da matéria, de modo a não sacrificar a parte educativa principal num desenvolvimento exagerado da parte instrutiva. Com estes está a razão — a qualidade não deve ser prejudicada pela quantidade; esta deve ser dosada de forma a criar e desenvolver as faculdades sem sobrecarregar a memória de conhecimentos, possivelmente úteis, mas correntemente nocivos, pelo excesso que eles representam na individualidade intelectual, ainda em formação, de um estudante.

#### A FORMAÇÃO DO PROFESSORADO

Aí estão as imperfeições da escola secundária, comuns as três categorias bem distintas: o ginásio, na sua finalidade de preparar para estudos superiores; a escola normal, no seu objetivo de formar o pessoal docente de ensino primário; e as escolas profissionais médias, destinadas a habilitar ao exercício de uma atividade industrial ou comercial.

Muito importa o método de ensino, mas muito mais importante é a qualidade do mestre. O método é inseparável do mestre, este é o método animado, o método vivo. Smith ponderava que um bom professor com um mau método dá resultados melhores do que o melhor dos métodos com um mau professor. "It is the teacher that makes the school".

A solução do problema está, então, no professor do ensino primário, no do ensino secundário e profissional.

O doutor Miguel Calmon disse, justificando no Congresso o seu projeto de lei sobre instrução pública: "Forme a União o mestre-escola e será dona da educação do povo brasileiro". Esse eminente estadista sustentou, em memorável discurso em 1912, a conveniência, numa organização de conjunto, de avocar o governo federal o custeio do ensino normal nos estados e Distrito Federal, aplicando a estes as verbas ora despendidas com esse ensino na manutenção de novas escolas primárias. Compreendia também o seu projeto a criação de uma Escola Normal Superior, com a

finalidade de formar professores para as escolas normais, obedecendo este instituto, quanto possível, a organização dos estabelecimentos congêneres existentes no estrangeiro.

Em 1923, o professor Azevedo Sodré apresentou a Câmara dos Deputados um substitutivo no qual criava a Escola Normal Superior e Faculdade de Ciências e autorizava a União a criar, também em todos os estados, como no território do Acre e no Distrito Federal, escolas normais secundárias. Esse distinto parlamentar, em brilhante discurso justificando o seu substitutivo, sustentou o seu ponto de vista constitucional contrário a qualquer intervenção do governo central, mesmo sob a forma de subvenções, em matéria de ensino primário. Pelo seu projeto, as escolas normais estaduais podiam subsistir se não houvesse acordo entre a União e o governo local. A idéia de dar ao governo federal a incumbência do ensino normal já havia sido sugerida, em 1907, pelo deputado Manoel Bonfim; e a Conferência Interestadual de Ensino Primário, reunida nesta capital em 1921, também a adotou, após longo debate.

#### ALGUMAS SUGESTÕES

Penso, todavia, conhecendo de perto as dificuldades atuais do ensino secundário em suas várias modalidades, que a idéia deve ser ampliada, abrangendo os cursos ginasiais, para melhor difundir a instrução geral, tomando-a, pelo seu menor custo, acessível as classes mais modestas, incrementando assim a riqueza do País pela elevação do grau de cultura dos seus filhos.

A União, dispondo deste modo pelo menos de dois estabelecimentos de ensino secundário em cada estado, poderia imediatamente regularizar a seriação e sobretudo o serviço vigente de juntas examinadoras estabelecido pelo Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.

Várias providências julgo inadiáveis para elevar o nível da educação no Brasil, e todas seriam facilitadas tomando o governo federal o encargo completo do ensino secundário.

A primeira providência, pela sua relevância, é relativa a unidade nacional, mantida no ensino primário por professores formados pela União, com superior preparo pedagógico, distribuídos igualmente em escolas normais espalhadas do Amazonas ao Prata. Não se pode dissimular a importância dessa medida, destinada a criar, por um magistério consciente de seu dever, a opinião pública sobre a integridade da Pátria, condenando imperiosamente as idéias separatistas que por aí andam a amesquinhar, em um conflito lastimável de interesses, a beleza e a grandeza do nosso querido Brasil.

O professor Afrânio Peixoto, em eloquente discurso por ocasião da reforma da Constituição, disse na Câmara dos Deputados:

Todos vamos vendo que a extensão territorial, o progresso regional, a distância e a disparidade vão fazendo um Brasil fragmentário daquilo que a natureza, a tradição, a língua, o esboço composto da gente tendiam a fazer uno e indivisível.

Acrescentando:

Um pequeno sinal são os vinte hinos e as vinte bandeiras das vinte pátrias provincianas. O essencial e perigoso é a diversidade dos brasileiros, diferentes pela alma e pela capacidade, isolados nos seus confinamentos regionais, nortistas e gaúchos, sertanejos e litorâneos, sulistas e

nordestinos. Brasil que se desagrega porque a educação fundamental não pode fazer brasileiros, e vai fazendo goianos, cearenses, mineiros e paulistas.

A segunda providência, respeitando ainda a ordem da importância social, é a da regulamentação do exercício do magistério secundário, exigindo dos candidatos provas de idoneidade moral e de habilitação pedagógica, científica ou literária. Para exercer outras profissões, de menor responsabilidade, essa exigência é legal. Por que não pedir ao mestre mais provas, quando se reconhece o papel que ele vai ter, pelo seu prestígio pessoal, sobre numerosas turmas de alunos, talvez fatalmente inutilizados ou pervertidos pela sua incompetência? A regulamentação se impõe, imperativamente, para aproveitar no Brasil o homem, fazendo-o digno da sua pátria.

Outra providência merecedora de especial atenção é a de melhoramento da eficiência da seriação e da obrigatoriedade da frequência e dos trabalhos práticos. Para isso seria criada a fiscalização permanente do ensino, com um corpo de inspetores constituído por professores oficiais. A equiparação poderia, então, ser outorgada a institutos particulares de educação que, pelo seu corpo docente e instalações materiais, fizessem jus a tal prerrogativa, dada atualmente pela lei apenas a estabelecimentos de ensino mantidos pelos governos estaduais. Essa fiscalização seria feita por grupos de disciplinas, de maneira que cada estabelecimento ficasse submetido a vários inspetores, sem o interesse particular destes na conservação dessa regalia por um determinado instituto, pois, como professores oficiais, receberiam um pró-labore fixo pelo trabalho geral de fiscalização. Os inspetores—sem prejuízo, evidentemente, da regência da sua cadeira—deviam periodicamente ser transferidos de uns para outros estabelecimentos, de forma a evitar mesmo uma simples condescendência, proveniente de uma convivência mais prolongada com o corpo docente de um dado instituto particular. Essa organização permitiria, aumentando o número de casas de educação secundária, realizar com incontestável eficiência, no correr do ano letivo, os trabalhos práticos previstos no artigo 211 do citado Decreto nº 16.782-A.

Com essa providência, o serviço das juntas examinadoras deveria ser modificado, dando aos professores o prestígio que o regime atual lhes tira, impedindo-os de julgar as provas escritas dos alunos que arguem em prova oral! Exigência estranha da lei, diminuindo o professor no conceito que dele deve fazer o próprio examinando! É preciso colocar sempre o mestre na relevância reclamada pela nobre missão educativa por ele exercida sobre a mocidade estudiosa.

O governo federal continuaria a manter, na capital da República, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, com uma dupla finalidade: a de dar preparo pedagógico ao pessoal docente necessário aos estabelecimentos de ensino profissional de todo o País e a de formar mestres para as indústrias. Esta escola receberá — como vem fazendo — alunos provenientes dos diversos estados, subvencionando, dentro dos recursos orçamentários, os que merecessem esse prêmio, pelo aproveitamento revelado nos cursos profissionais elementares federais ou estaduais.

Organizaria cursos de aperfeiçoamento para dar a cultura geral e especializada aos elementos das classes produtoras que quisessem assim aumentar o rendimento do seu trabalho industrial.

Como complemento desse plano geral de ensino, a União reorganizaria as escolas de aprendizes, de maneira a ser, nesses estabelecimentos, ministrada uma educação básica profissional, elementar, não especializada, juntamente a um curso de adaptação que corresponda a um curso complementar convenientemente desenvolvido. Esses estabelecimentos perderiam o caráter de escola primária, que não deve ser profissional, e prestariam reais serviços preparando a mocidade para exercer os grupos de oficiais para os quais tivesse revelado particular aptidão.

#### A ESCOLA NORMAL SUPERIOR

Como ficou demonstrado, a formação do professorado secundário é a necessidade culminante no melhoramento geral exigido imperiosamente pelo problema da educação nacional.

Regulamentando o exercício do magistério, resolve-se, em parte, a questão com pessoal autodidata, mas a solução satisfatória só será obtida com a criação da Escola Normal Superior.

No Congresso Nacional há dois projetos nesse sentido, brilhantemente justificados pelos ilustres deputados — ambos professores — que os apresentaram.

Urge criar essa escola, que deverá funcionar sob o regime de extemato, comum a ambos os sexos, tendo uma seção de Letras e outra de Ciências. Esta escola, anexa a Universidade do Rio de Janeiro, será um centro de alta cultura, um seminário da educação nacional, viveiro de professores para todas as disciplinas de ensino secundário. Subvencionados pelo governo, os alunos dos ginásios e escolas normais estaduais poderão, como prêmio, freqüentar essa Escola Normal Superior.

Esta providência, criadora de um magistério secundário a altura do seu valor social, reunida as anteriores, pede, como coroamento da obra educativa, a instituição de um Conselho Geral de Ensino Secundário.

#### CONSELHO GERAL DE ENSINO SECUNDÁRIO

Para assegurar a continuidade, fundamentalmente imprescindível ao êxito da organização apresentada, esse Conselho gozaria de ampla autonomia didática e administrativa, com absoluta independência a intervenções políticas de qualquer natureza. Seria constituído pelos diretores dos estabelecimentos federais de ensino secundário e da Escola Normal Superior, sob a presidência do diretor geral do Departamento Nacional de Ensino. Reunir-se-ia, ordinariamente, no período de férias de 15 a 30 de julho de cada ano, no Distrito Federal, para resolver, soberanamente, todas as questões meramente didáticas e administrativas, propondo ao governo as medidas fora de sua alçada e que exigissem aumento ou modificação nas disposições orçamentárias. Os cargos de diretores seriam exercidos por professores escolhidos pelo governo, em cada estabelecimento de ensino, entre os membros das respectivas congregações.

As escolas de aprendizes, no tocante a organização da educação geral e técnica nelas ministradas, ficariam subordinadas ao Conselho de Ensino Secundário, e seus diretores seriam profissionais da confiança do governo.

Os novos ginásios e escolas normais ficariam, nas condições do Colégio Pedro II, sob a jurisdição do Ministério da Justiça; a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes continuariam sob a jurisdição do Ministério da Educação Nacional. Essa medida, cuja excelência dispensa qualquer comentário e novos aplausos, tem sido brilhantemente justificada por vários educadores, e ainda ultimamente aconselhada e exaltada pela palavra de grande autoridade e prestígio do professor Miguel Couto, ao assumir a presidência de honra da Associação Brasileira de Educação, promotora desta primeira conferência, que nos proporciona o feliz ensejo da presente reunião.

Baseado nos diversos elementos, devidamente ponderados, e nas várias considerações oportunamente oferecidas nesta breve exposição sobre a relevância da escola secundária e o seu papel na educação nacional, chego as seguintes conclusões:

1) A União, tendo em vista os seus deveres constitucionais e a alta importância social do ensino secundário em todas as suas modalidades, deverá avocar a organização geral do ensino nesse grau.

Para esse fim, criará:

a) cursos ginásiais, na capital de cada Estado, destinados a ministrar a cultura geral e especialmente o preparo básico para as escolas superiores; estabelecimentos equiparados ao Colégio Pedro II, sendo este instituto reorganizado no tocante a metodologia e aos programas de ensino;

b) cursos normais, na capital de cada Estado, equiparados a escola normal a ser instalada no Distrito Federal, destinadas essas escolas ao preparo pedagógico dos professores de ensino primário;

c) cursos de aperfeiçoamento para os que, já trabalhando nas várias indústrias, queiram, todavia, elevar a sua cultura geral e se especializar no domínio da sua atividade industrial.

Com esse mesmo fim, o governo federal manterá:

d) A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, destinada a dar preparo pedagógico ao pessoal docente necessário aos estabelecimentos de ensino profissional de todo o País e a formar mestres e profissionais para várias indústrias;

e) As escolas de aprendizes artífices, convenientemente reorganizadas de modo a ministrar uma educação técnica não especializada, juntamente a um curso de adaptação no grau complementar, formando assim o operariado nacional consciente de seus deveres e capaz, pelo seu preparo básico, de uma real eficiência no trabalho a quem for levado pelas vicissitudes da vida.

2) A União, tendo em vista a unidade nacional pela superior formação pedagógica do professorado primário e a continuidade imprescindível ao êxito de uma obra educativa —

que cabe ao poder público a responsabilidade de realizar —, deverá criar um Conselho Geral de Ensino Secundário, nas condições justificadas, com ampla autonomia didática e administrativa.

3) A União, tendo em vista a necessidade imperiosamente inadiável de dispor — para ministrar uma educação integral — de bons professores de ensino secundário e de permitir somente a estes o exercício do magistério, deverá regulamentar essa nobilíssima profissão ao criar a Escola Normal Superior anexa a Universidade do Rio de Janeiro como medida de urgência, considerando a missão eminente que cabe a esse professorado na formação da grandeza nacional, fazendo o pessoal docente das escolas primárias e das escolas profissionais elementares, dando o preparo básico aos candidatos as escolas superiores e disseminando a cultura geral por todo o País.

Oportunamente, serão criadas duas outras escolas normais superiores, uma ao Norte e outra ao Sul, mas somente após a completa instalação da escola anexa a Universidade do Rio de Janeiro.

Com imensa razão, disse George Dumas, o conhecido professor da Sorbonne, em conferência feita na Universidade do Chile: "Um país vale o que vale o seu ensino secundário".

A importância e a complexidade da organização do ensino nesse grau excedem as minhas forças; apresento, todavia, esta pequena contribuição ao seu estudo, e particularmente feliz sentir-me-ei, se o meu desvalioso trabalho conseguir despertar a atenção dos mais competentes para esse assunto de tão marcada relevância na educação do povo e, como consequência positiva, na riqueza de uma nação.

Aproveitemos a oportunidade que nos congrega nesta cruzada em prol da educação nacional — faço calorosamente este voto — para assentar as bases seguras de uma orientação capaz de formar, em qualquer ponto da nossa terra, o mesmo brasileiro animado sempre por uma inabalável confiança no trabalho consciente e perseverante e inspirado sempre por um grande e sincero amor a Pátria.

"Além da pátria material e tangível, temos a alma desta, o seu espírito vivificante, a pátria moral, enfim, formada da história, da religião, da língua, das tradições, dos usos e costumes comuns. É esta pátria moral que nos faz compreender e amar a pátria material..."

"É ela a alma da pátria" — escreveu em estilo lapidar Afonso Arinos — "que toca a rebate no sino de cada uma das nossas capelas, concitando-nos a reunirmo-nos contra o perigo comum."

"É ela quem nos diz: Eu tenho um grande território e não sou ainda uma nação. Congregai-vos, dai-vos as mãos uns aos outros, estreitai os vossos laços de união... fazei, enfim, viva, palpitante, inquebrantável e fecunda a unidade da Pátria!"

Formemos, por uma perfeita educação, a alma nacional e teremos, sob este céu puríssimo onde brilha o Cruzeiro, um Brasil pujante, pelo trabalho, pela energia e pelo verdadeiro patriotismo de seus filhos!

## A UNIDADE DA PÁTRIA PELA CULTURA MORAL

**Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque**

Associação Brasileira de Educação

*De la educabilidad volitiva se hallan rastros en las almas de los animales más nobles. Pero la educabilidad de la voluntad para la moralidad solo la reconocemos en el hombre.*

Herbart (*Pedagogischer Schriften*)

### A PÁTRIA

O sentimento de Pátria é uma sinfonia eterna, privilégio de cada Nação, devido a sua própria origem!

O sentimento de Pátria não é sentimento que se possa generalizar, uniformizar e transformar num sentimento universal, porque ele se origina das relações íntimas que existem entre as noções materiais referentes a terra ou país, habitado pelo mesmo povo que fala a mesma língua, e as noções morais espirituais que se prendem a sua história e religião, as suas leis e tradições, aos seus usos e costumes.

Cientificamente, a maior parte dessas relações íntimas dependem das características da situação geográfica. Tomam-se uma questão de Antropogeografia: as características geográficas trabalhando o homem, e o homem, por sua vez, vencendo e trabalhando as características geográficas.

É dessa luta constante que surgem os usos e costumes, as tradições e as leis... principais barreiras a universalização do sentimento de Pátria.

Concluindo: O sentimento de Pátria é, pois, uma sinfonia eterna que não se pode universalizar. Ele reproduz e faz cantar a alma de cada povo, inconfundivelmente, tornando-se um privilégio de cada Nação!

Depois... o homem será sempre homem!

### O HOMEM

O homem conhece todas as antíteses! A natureza humana, Bilac definiu-a como sendo um misto de asa e de pata!

Há no interior de cada homem um jardim maravilhoso, onde tudo, misteriosamente, se reflete: o amor e o ódio, a gratidão e a ingratidão, o perdão e a vingança...

Somente nesse terreno é que se pode fazer germinar e florir a semente do ideal moral.

#### O RAMO CIENTÍFICO-FILOSÓFICO

O ramo científico-filosófico moderno que deu origem ao "bolchevismo" (o qual contém uma verdade) tudo pretende universalizar, apagando da consciência humana a idéia de Deus, de uma alma espiritual, de Pátria e de família. Daí surgirá o homem perfeito — a Paz Universal!

Mas o homem é um misto de asa e de pata! Que exército de titãs empregará os novos educadores, capaz de esmagar e fazer desaparecer da natureza humana o ódio, a vingança, a inveja, o egoísmo, a vaidade, a injustiça?

Conta para isso e tudo mais apenas com o exército de alguns sentimentos realmente passíveis de universalização, indicados, porém, e conduzidos pelo deus absoluto — o Acaso?

Quem poderá acreditar na eficácia de ensinar-se alguém que deve sacrificar-se por uma coisa que será o que tiver de ser, quer queiramos, quer não?

E fruto mesmo dos novos ensinamentos, como tirar da cabeça que o interesse coletivo universal só vale mais que o individual aritmeticamente?

Tese:

- a) Um código de moral não se improvisa nem se pode encomendar as ciências.
- b) Um código de moral tem que ter relações íntimas com os princípios universais; em todos os tempos, constituíram o ápice do psiquismo humano: Deus e uma alma espiritual.

#### A MORAL E AS CIÊNCIAS

A Paz Universal será garantida pela uniformização da cultura moral de todas as classes em que se dividem os homens.

Mas qual será esta moral, que precisa ser a mesma nos atos da criança, do magistrado, do operário e do cientista?

Devemos procurar os seus fundamentos nas ciências e fracassar nas inúmeras tentativas, como fracassou Gumpowicz tentando extrair uma moral da Biologia ou Durkheim da Sociologia?

Não são — como tao bem diz Gonçalves Cerejeira — imorais as morais que têm por base o fato da luta pela vida? Ou as baseadas no egoísmo, a semelhança da de Stirner, cuja máxima era só Eu?

Podemos, no século de uma Liga de Nações, aceitar a moral do mais forte, como base filosófica do Direito?

O ramo científico-filosófico é modernamente o grande responsável pela orientação educacional, principalmente quando pretende confeccionar um código de moral. Consiga demonstrar a inexistência de Deus e de uma alma espiritual, acabe por "necessidades



sociais" com a idéia de Pátria e com a organização de família, e terá conduzido a espécie humana a completa animalidade. E, no entanto, um terrível paradoxo sempre martirizou e martiriza a vaidade do cientista de todos os tempos: quanto mais conquista, mais verifica que não sabe nada!

As morais inspiradas exclusivamente nas ciências, até hoje, só têm dado como resultado conduzir a alma humana para o diletantismo, para o ceticismo ou para o pessimismo moral. Abra-se o livro deste ano de Charles Richet —*L'Homme Impuissant*— e teremos um exemplo. Basta transcrever os títulos dos capítulos: I — L' impuissance cosmique. II — L' impuissance individuelle. III — L' impuissance et le bonheur. IV — L' impuissance intellectuelle. V — L' impuissance sociale. VI — D' impuissance physiologique. VII—L' impuissance morale. VIU — Encore l' impuissance et le bonheur.

O deus absoluto é o Acaso.

Esse perigo, a que conduzem as morais leigas, é reconhecido pelos seus adeptos. José Ingenieros, em seu livro *Hacia una Moral sin Dogmas*, p.201, diz: "Reconozcamos que esse perigo existe, nadie podria negar su gravedad desde una cátedra sin eludir la responsabilidad social que acepta ai ocuparia". Porém, como remédio — depois do exemplo pessoal que é sempre a lição mais fecunda —, aconselha, evolucionista absoluto como foi, desenvolver nova forma de experiência moral que substitua as que se tomaram impraticáveis, com a mesma facilidade que se troca um sapato velho pelo novo!...

Concluindo, devemos aceitar como a mais sincera expressão da verdade a observação de Anatole France, feita num momento em que deixa a mordaz ironia de lado: "Demandez une morale a la science, c'est s'exposer a de cruéis mécontes" (*Jardin d'Epicure*, p.42,1924).

#### O PRINCÍPIO MORAL

O princípio em que se baseia a Moral não vai buscar nas enganadoras teorias científicas modernas o alimento necessário ao seu desenvolvimento; encontra-o no próprio homem, no mistério de sua origem, na sua razão de ser, no mistério da finalidade das coisas.

Não é simplesmente por viver o homem em sociedade que surge a noção do bem, porque o bem deve ser feito; e a noção do dever, porque o dever deve ser cumprido. Não: o princípio moral faz parte da natureza íntima do homem, e é por isso que a "educação da vontade para o exercício da Moral só nele reconhecemos possível". A fórmula o bem pelo bem, o dever pelo dever, a Moral pela Moral seria sem significação se o homem não possuísse, no seu modo de ser, algo que, bem orientado, tivesse a capacidade de fazer o bem e cumprir o dever.

Esse privilégio é apanágio da alma humana!

Muitas vezes o bem e o dever contêm dificuldades insuperáveis para fazê-lo ou cumpri-lo, e o homem se o faz e se o cumpre é porque tem os olhos voltados para um ente superior, que é a bondade, a justiça, o amor; para essa Energia Espiritual "a laquelle nous nous rattachons tout en restant nous", como diz sabiamente Paul Bourget em *Nos Actes nous Suivent*.

E a moral que se liga a religião a única que pode garantir a harmonia entre os homens. A única que vence o sofrimento em que se debate toda a alma humana desde que nasce. A única que vence a própria morte.

A outra, a moral laica, sem nenhum imperativo, negando por conveniência a responsabilidade diante do bem e do mal, degenera facilmente nesta fórmula: o bem, porque o bem deve ser feito, o dever, porque o dever deve ser cumprido, mas... se puderes... se ou quando quiseses... se tiveres tempo, ou quando não tiveres outro remédio.

Certo, há ateus morais. Há mesmo moralidade sem religião, porém, o que é certo, certíssimo, é que, sem religião, toda moralidade tende a dissolver-se.

Reconhecendo essa verdade, o que fizeram as nações pioneiras dos aperfeiçoamentos educacionais? A Inglaterra, a Alemanha, a Áustria, a Holanda e a Suíça decretaram o ensino religioso obrigatório nas escolas!

Concluindo, o homem não pode passar sem Deus!

Se nega essa Energia Espiritual e Inteligente que domina o Universo é porque a sua incomensurável vaidade, atribuindo grandes prodígios ao seu Eu, prefere admitir esse outro deus cego, sem finalidade, sem significação — o Acaso.

#### A UNIDADE DA PÁTRIA PELA MORAL

Tese:

No Brasil, por não possuímos uma consciência nacional geral, a unidade da Pátria só depende da moral das classes superiores.

Foi Affonso Arinos que, em sua lindíssima conferência a "Unidade da Pátria", dividiu a Nação brasileira em duas partes distintas — o povo propriamente dito e as classes superiores —, para depois, verificando a anomalia, concluir com desassombro: no Brasil, as classes populares são relativamente superiores em moralidade as classes elevadas.

Ale hoje quem mantém a União brasileira não são os homens superiores, mas o povo. É o baiano, vindo em numerosos bandos a pé, a cavalo, em barcos para trabalhar nos cafezais de São Paulo, e volvendo aos lares para celebrar, ao som da viola e do caxambu, as festas da padroeira; é o cearense, partindo dos sertões de Araripe e de Icó, para levar a vida e o trabalho as florestas misteriosas do Amazonas; é o mineiro, rompendo para o Sul e para o Norte, a ocupar terras e explorar rios... é o tropeiro, cujas dores é as vezes única testemunha, o seu lote silencioso, a grimpar morros e descer vales, ou caminhos por onde nunca passou a engenharia oficial.

Mas, ao esforço desses heróis desconhecidos, que acabam aqui vítimas da úlcera de Bauru, ali da maleita "braba", mais adiante "chupados" pelo barbeiro e pelos impostos, corresponde um esforço consciente das classes superiores?

"Não, absolutamente não, o povo faz o que pode e dele não se pode esperar mais nada" — responde Affonso Arinos.

Todo exemplo tem que vir do alto!

Concluindo, a unidade moral, garantindo a unidade da Pátria, só depende dos exemplos de dedicação e patriotismo fornecidos as novas gerações. Esses exemplos têm que ser dados pelos professores das escolas primárias e superiores, pelos que governam, pelos que aplicam a Justiça, pelos que administram os dinheiros públicos e pelos que zelam pela defesa da Nação.

A unidade moral será a corrente de ouro que prenderá a todos, desde a criança ao chefe da Nação. Uma moral de abnegação, de sacrifício, de altruísmo, de resignação e de amor—se possuírmos isso, teremos a unidade moral com a qual teremos garantida, eternamente, a unidade Nacional.

TESE Nº 87

## O ENSINO DA MORAL E DO CIVISMO

Nelson Mendes

Parthenon Paranaense ■— Curitiba, PR

*Ensinar é alguma coisa mais do que repetir compêndios ou fornecer aos alunos preceitos profissionais; o que importa sobretudo é modelar-lhes, harmoniosamente, a inteligência e a sensibilidade, abrir-lhes os olhos para as coisas superiores.*

Amoroso Costa

Há muito que se proclama a necessidade de educar a nossa gente, e, apontando os seus defeitos e as tristes condições do caráter nacional, os publicistas, os professores, os governos vêem na educação o único remédio para o grande mal que infelicitava a nossa nacionalidade em formação. A educação é o magno problema, é o grande problema insolúvel que reclama as atenções dos governos e que deve, antes de tudo, ser atacado. Vem de longe o alarme contra a necessidade de algo se fazer em favor da educação popular; porém, todas as discussões, todas as reformas, todos os alvites, depois de ventilados, depois de aprovados oficialmente, na prática, não produziram resultados apreciáveis.

Hoje, como há um século, a educação continua como letra morta nas nossas escolas. Nada se tem feito, nada se faz no sentido de educar. Instrui-se, sim, e instrui-se bem; disseminam-se milhares de escolas públicas primárias, fundam-se novos estabelecimentos de ensino secundário, e um pugilo de ousados conterrâneos ilustres, animados pelo belo ideal de elevar a cultura da nossa gente, funda a Universidade do Paraná.

Pela educação propriamente dita, porém, nada se faz. É verdade que instruir é, até certo ponto, educar; porém, a instrução não basta para a formação do caráter e, até hoje, só a inteligência tem preocupado aqueles que têm a seu cargo a solução do grande problema da educação.

Há alguns anos, foram incluídos nos programas das escolas os ensinamentos de moral e civismo. Esses programas, porém, são deficientíssimos, e a sua processuação, difícilima; e esta, dependendo mais do critério do professor, muito deixa a desejar.

É inegável que a escola cujo programa de educação moral e cívica é deficiente não pode realizar o seu objetivo.

Educar é o fim, e somente educar deve ser a preocupação do mestre.

Não se pode, nos nossos dias, admitir que a educação fique em plano inferior, que nas nossas escolas se descurem os professores do caráter dos alunos: Sócrates exigia que a educação moral precedesse a educação intelectual.

Diz M. Guyaut: "Efetivamente, o primeiro lugar na escola pertence ao ensino moral e cívico, que é mais educativo".

Infelizmente, porém, nas nossas escolas, a moral não constitui a primeira preocupação do professor e, pelos horários em vigor, somente uma vez por semana, durante 30 minutos, são ministrados ensinamentos morais e cívicos; no entanto, para as lições de Ciências Físicas e as aulas de leitura, de cálculo, de Geografia, etc, estabelecem maior período de tempo em dois ou mais dias da semana.

Não queremos para o ensino outra finalidade: a formação do caráter pela educação moral e cívica. Para tal conseguir, é mister colocar em primeiro lugar nos programas estas duas disciplinas, que devem ser ministradas, diariamente, em aula especial, durante maior lapso de tempo do que o das outras matérias.

No ensino secundário impera o mesmo descaso pelo magno problema da educação. A última reforma incluiu no curso ginasial o estudo de Moral; mas, a simples leitura do programa em vigor faz crer que os resultados de sua execução serão nulos.

O ilustre mestre Carlos de Laet pôs a mostra os absurdos do programa de Moral e Civismo destinado ao primeiro ano, isto é, as crianças de 11 anos. Exigir-se dos alunos que se iniciam no curso ginasial o conhecimento de todas as noções do programa de Moral e Civismo, incluindo até as relações internacionais e a Liga das Nações, não é educar, é lançar no espírito da criança o desânimo, o horror ao estudo. No curso ginasial, a Moral veio substituir a Aritmética, que constituía a barreira intransponível para a maior parte dos estudantes do primeiro ano.

A criação da cadeira de Moral e Civismo com o programa adotado não resolve, absolutamente, o sério problema da educação; já averiguamos que grande número de estudantes tem aversão ao estudo da Moral, que os obriga a decorar as lições ditadas em aula ou os pontos que por aí se vendem em compêndios com o pomposo rótulo de Educação Moral e Cívica.

Do exposto, chegamos a triste conclusão: a educação continua a ser letra morta nas nossas escolas. O primeiro problema nacional, de cuja solução depende o alevantamento do caráter da nossa gente é, hoje como há um século, um problema sem solução.

E como resolvê-lo? Quais as medidas a adotar?

Certo, devendo constituir, como entendemos, a educação integral a finalidade do ensino de qualquer grau, grandes serao os obstáculos a vencer, múltiplas as dificuldades a dirimir para alcançar o fim colimado. "As dificuldades da educação moral são, a todos os respeitos, muito maiores do que os da educação intelectual. As condições a preencher são tão numerosas que mal se pode indicar, de uma maneira precisa, o melhor método a adotar." (Bain. *Ciências de Educação*)

Impõe-se, em primeiro lugar, a seleção do professorado; deste, tudo depende. Sem um professorado constituído de verdadeiros caracteres, de abnegados sacerdotes, de patriotas sinceros, é inútil qualquer tentativa. A seleção não deve atender unicamente as competências, ao valor intelectual; antes, devem constituir a guarda avançada os que têm caráter, os que não são venais, os que não prevaricam e não se curvam senão diante da verdade.

Estes somente os que merecem o título de educadores; só a estes deve ser confiada a missão de forjar o caráter da mocidade de hoje, para que, no futuro, se formem as elites que deverão conduzir o Brasil aos seus altos destinos.

No ensino de Moral como fator de educação, somos de opinião que devem os professores empregar o máximo dos seus esforços para que os seus ensinamentos produzam resultados eficazes, que perdurem, que acompanhem os seus alunos até o fim da existência.

Qual o método a seguir?

Primeiramente, propomos a permuta das lições repetidas de leitura e de cálculo por lições de Moral. As lições de História e Geografia devem ter outra feição; sejam abolidas as nomenclaturas fatigantes e as supérfluas enumerações de nomes e datas que recordam fatos sem a mínima importância, com que ainda hoje é sobrecarregado o espírito das crianças. Em relação ao estudo da Geografia, que nos merece especial atenção, entendemos que o Brasil deve ser estudado com mais carinho; nos nossos programas, exige-se do aluno, em moldes idênticos, o estudo da nossa Pátria e o da China, do Japão e da Abissínia.

Convenhamos que este fato constitui, já não diremos falta de patriotismo, mas muita má orientação no estudo da Geografia. Porventura se interessarão os alemães, os japoneses, os australianos pela nossa terra? Figurará o Brasil nos programas de Geografia da Arábia, da Estônia e do Egito? As provas de ignorância das mais elementares noções de Geografia dadas pelos povos de além-mar nos fazem crer que não!

No estudo da História, o que importa é realçar o valor de nossa gente; estudando o nosso passado, devemos sempre, na recordação dos feitos dos que nos precederam, dar vulto ao seu desinteresse, ao seu brio, a sua coragem, ao seu amor a Pátria.

O objetivo do professor é ensinar a distinguir o bem do mal; fazer os seus alunos fugirem deste e praticarem aquele; criar hábitos de trabalho honesto, da prática das virtudes, de respeito mútuo e de altruísmo, mas com a condição fundamental de se erigir em um exemplo vivo desses predicados, para que a sugestão dos seus atos lembrem a todo instante, as crianças, os ensinamentos que doutrinou. Todo o ensino da moral que não tiver por base este lema é inútil, podendo ser até pernicioso.

Aprendem os alunos nas aulas da Escola Normal que a Moral, como ciência dos costumes, varia de povo para povo. Também o seu conceito variou muito em cada povo através da sua história. Hoje em dia, porém, a moralidade do homem reside no seu caráter e nos seus sentimentos.

De qualquer maneira, a moral pode ser simplesmente filosófica, definida por Kant como sendo a moral do dever pelo dever; ou religiosa, quando se firma na fé cristã, isto é, quando se regula pela sanção divina.

Patrascoiu, que é um dos autores mais intransigentes e imparciais, por não ser religioso, diz que ambas são necessárias e úteis a educação dos povos, devendo o educador invocá-las, segundo as circunstâncias, como razão fundamental do ensino dos bons costumes e da virtude.

A moral ainda pode ser teórica e prática. E teórica quando se trata dos princípios científicos dos costumes; é prática quando trata dos deveres que derivam desses princípios.

O professor, já disse, deve ser um exemplo completo de qualidades de boa moralidade. Nunca se deve esquecer de que as crianças tendem a fazer o que o professor faz e não o que o professor diz; portanto, mais do que pregar, deve o professor praticar, a todo instante, atos de perfeita moralidade. Quando o professor assume uma cadeira deve primeiro dispor-se a cumprir os seus deveres para com os seus superiores, para com os pais dos seus alunos, para com estes, para consigo mesmo e para com a Pátria.

Deve ter hábitos de pontualidade, asseio, ordem, disciplina, urbanidade e caridade. Desde o primeiro instante, com paciência, carinho e bondade, deve corrigir nos seus alunos todos os seus maus costumes aparentes, lembrando-se sempre dos defeitos da própria educação doméstica. Tudo isso deverá fazer com observação profunda e tino especial.

A inconsciência dos pais e o seu mal entendido amor filial levam, mesmo involuntariamente, a tomar os meninos mentirosos, voluntariosos e até vingativos. São fatos que se observam todos os dias e que se vão refletir na escola. O professor é mesmo, constantemente, vítima desses maus costumes, arraigados nas crianças desde pequenas.

Para corrigir esses defeitos nas crianças, bem como para incutir nelas hábitos de asseio, ordem, economia e trabalho, não pode haver regras fixas; o professor deve agir a todo instante e oportunidade com energia, mas, como disse, com tato, sem gritos e sem castigos que deprimam.

Para ensinar a prática e, conseqüentemente, para formar hábitos virtuosos, sirvo-me das notas de aula, que, me parece, fornecem uma boa marcha para o ensino da Moral.

O ensino da Moral na escola primária apresenta quatro aspectos perfeitamente caracterizados. Nos graus inferiores (primeiro e segundo), o ensino da Moral é atraente. O professor trabalha sobre a alma do menino mediante práticas constantes, relacionadas com o ambiente do lar e da escola.

Forma-se assim o hábito da ordem, de disciplina, de trabalho e de cumprimento de certas obrigações.

O estudo não será sistemático por não permitir a mentalidade dos meninos; todos os assuntos de caráter moral serão tratados ocasionalmente, aproveitando as lições de linguagem, de leitura e de ensino intuitivo. No terceiro grau, o ensino da Moral é imitativo por excelência, e verifica-se sobre o modo de ação e de conduta do mestre, dos pais e dos companheiros e demais pessoas com quem vive em sua companhia. No quarto grau, o ensino da Moral é descritivo e compreende pequenos fatos, narrativas e anedotas, com o fim de despertar os sentimentos nobres, enaltecer a virtude e condenar o vício. No quinto e sexto graus, o ensino da Moral assumirá um caráter rigorosamente sistemático, devendo abranger:

- a) deveres consigo mesmo, com a família, a Pátria e a sociedade;
- b) a bondade, a paciência, a tolerância, a caridade e a justiça;
- c) os bons costumes;
- d) regras de conduta social.

Por certo, porém, sobre todos os processos recomendáveis, acima dos métodos aconselhados pelos competentes na educação consciente da mocidade, o fator que consideramos de mais alta importância é o exemplo. Escreveu Kalkis:

Se pretendemos cultivar nas crianças a benignidade, havemos de ser benignos em nossos atos; dar-lhes o exemplo do respeito, se os quisermos respeitosos; e se tivermos em mente desenvolver-lhes idéias de justiça, inculcar-lhes honestidade, fazê-los homens leais e verazes, não há outro meio senão azar o maior número de ensejos em que lhe exemplifiquemos essas virtudes pelo trato de todo dia. De pouco valerá falar ao menino em reverência, justiça, probidade, veracidade, se essas leis se não praticarem diante dele; é unicamente por atos que as damos a conhecer.

É sabido quanto influem no espírito infantil os exemplos bons ou maus; cremos que a educação em geral não é mais do que o produto da observação e da imitação do que os outros praticam. "O bem e o mal que percebemos dos outros são as forças que nos conservam na órbita do dever." (Bain. *Ciência da Educação*). Selecionar as impressões que a criança recebe desde os mais tenros anos, dar vulto aos atos nobres, que revelam elevação de sentimentos e que devem ser imitados, e, concomitantemente, apontar as conseqüências da prática do mal e dos vícios, exemplificando com fatos (que nunca faltam) e repetindo sempre, a todo instante, que para o bem há sempre recompensa e que o mal sempre redundará em prejuízos de toda espécie para quem o pratica — eis, em síntese, como entendemos que deve ser ministrado o ensino da moral; dependendo este processo do professor, que deve possuir todas as qualidades morais, é óbvio que, praticado por um relapso, ou viciado, só maus resultados produzirá. Mas não se pode admitir que um educador seja relapso, muito menos que se entregue ao vício; diz

Compayré: "Para a disciplina, os regulamentos — como para o ensino os programas e os métodos — não valem senão o que valem aqueles que os aplicam".

Os professores, cômicos de seus deveres, que fazem da sua missão espinhosa um sacerdócio que requer abnegação e todo o sacrifício, insistimos, devem ser selecionados; aos aptos, que se confie a nobre tarefa de educar, de preparar as gerações do futuro, e que sejam afastados do lugar dos mestres aqueles que prevaricam, que são relapsos, que, não compreendendo o seu papel, fazem de seu cargo apenas um meio de vida.

O próprio exemplo de boa conduta, de retidão do caráter, de integridade e de amor pátrio, porém, não basta para dar ao ensino da moral, isto é, a educação, os elementos que devem produzir os resultados desejados.

Deve o professor reunir o maior número de exemplos, que devem ser colhidos na vida real; os fatos de que os alunos forem testemunhas, ou cujos personagens sejam por eles conhecidos, são os mais apropriados. A inverossimilhança não produz resultados apreciáveis; porém, em certas fábulas de fundo moral, pode ser permitido o inverossímil.

Necessário se torna que o professor saiba com antecedência reunir exemplos e expô-los em linguagem acessível a inteligência do aluno. Vamos nos referir a um capítulo interessante de um livro de leitura que nos serviu de exemplo para uma aula sobre a mentira.

Depois de nos referirmos ao degradante e indigno proceder do mentiroso, aos efeitos da mentira, ao descrédito que ocasiona a falta de lealdade, apresentamos a classe o seguinte exemplo:

#### Amor a Verdade

George Washington, o principal fundador da grande República dos Estados Unidos, quando era ainda muito criança, recebeu de presente uma machadinha.

Cheio de alegria, ele se pos a cortar tudo que se lhe apresentava no caminho. Havia, no jardim, uma laranjeira que seu pai plantara e que era árvore de seus especiais cuidados. O louquinho golpeou-a dcsapiedadamente de tal modo que tinha ela de secar e morrer.

Quando o pai viu a árvore, que tanto estimava, assim maltratada, ficou desesperado e pôs-se a indagar quem fora o autor de tão grande maldade. Pouco depois, viu o pequeno George com a machadinha na mão, e desconfiou que tivesse sido ele.

— George — disse o pai — sabes quem maltratou a laranjeira do jardim? Eu quero castigar de tal modo o autor de tamanha perversidade, que ele nunca mais se esquecerá deste dia.

O menino ficou pensativo um instante e, nobremente, respondeu:

— Não, eu não posso dizer uma mentira, meu pai, o senhor sabe que eu não sei mentir. Fui eu que a golpeei com esta machadinha; castigai-me.

— Vem a meus braços, meu filho! — exclamou o pai; fizeste mal, destruindo a árvore útil que teu pai plantou e tanto estimava. Entretanto, dizendo corajosamente a verdade, tu me pagaste mil vezes. A coragem e a sinceridade em meu filho têm para mim mais valor que mil árvores, mesmo se elas dessem flores de prata e frutos de ouro. Vai, meu filho; que este caso da laranjeira te faça lembrar durante toda a tua vida que, ainda que te custe muito, deves sempre dizer a verdade!



Exemplos como este pode o professor inteligente e culto reunir em abundância. E é de notar o interesse das crianças pelos fatos narrados em forma de historietas leves, como a que acabamos de ler.

Idêntico processo deve ser empregado na educação cívica; as biografias têm para isso um valor inestimável; estas devem ser interessantes, reunindo o maior número de notas, de atos de valor praticados pelos biografados.

São exemplos magníficos: as biografias do Duque de Caxias, cuja vida foi toda dedicada ao serviço da Pátria; de D. Pedro II, de Antônio João, de Benjamin Constant, Patrocínio, Quintino Bocaiúva, dos dois Rio Branco, de Lopes Trovão e de outros brasileiros notáveis, cumprindo ao mestre repetir sempre que todos tiveram na sua vida pública o desinteresse por princípio, a honestidade por norma e a grandeza da Pátria como finalidade de seus atos, de suas aspirações. O culto a Bandeira, o símbolo amado da Pátria, cuja presença tanto nos enleva, cujo tremular nos arrebatava e nos evoca as glórias que já conquistamos, todo o nosso passado de lutas em prol da liberdade, deve ser ministrado pelo processo que aconselhamos para o ensino da Moral.

Tivemos a prova do efeito que produz o processo a que nos referimos, por ocasião da festa da bandeira que realizamos em nosso colégio. Depois de conferência do orador oficial, dos recitativos e dos números de música, lemos o seguinte:

### A Bandeira

(Narrativa Histórica — para ser lida nas escolas)

Naquela manhã, por volta das oito horas, o comandante, um bom francês a quem eu vinha entregar, mandava chamar-me em meu camarim.

Faltavam ainda seis dias para chegar a águas brasileiras. Eu estava morto de saudades. Há dois anos que vivia metido naquele colégio da Suíça, a beira de um vale, longe dos meus e da Pátria, entre crianças que eram de outras pátrias.

E, agora, depois de tanto tempo, voltava ao Brasil numa ânsia por vê-lo, numa grande saudade, que me punha tristes horas inteiras, a pensar no meu pai, nos meus irmãos e nas lágrimas de minha mãe.

E subi ao tombadilho, onde o comandante me chamava.

— Veja, voltou-se ele para mim, apontando-me o horizonte.

Não a muitas milhas de distância, rasgando as águas com um penacho de fumo nos canos, um navio caminha em direção ao nosso.

— Um navio, disse eu.

— Sim, mas um navio brasileiro, respondeu-me o comandante a sorrir.

Cravei os olhos no mar. Brasileiro? E todo eu tremi, comovidamente.

E aquele navio, que eu tinha visto caminhando como os outros navios, tornou-se de repente de uma grandeza gloriosa, iluminado de sol, batido pelo vento.

A manhã estava azul e clara, e o céu de uma transparência de gaze. O mar não tinha uma onda, nem um balouço. Havia pelo ar uma tranqüilidade comovedora de luz.

E o navio aproximava-se. A cada segundo que ia passando, eu ficava de uma inquietação estranha. Andava de um a outro lado do tombadilho, punha-me nas pontas dos pés, trepava pela amurada, estendendo os olhos para o mar, estendendo os olhos para o navio.

Houve um momento em que caí de emoção. É que eu tinha visto a popa, desfaldado ao vento, o pavilhão de minha Pátria.

Correu-me pelo corpo um arrepio de febre, os cabelos empinavam-se-me, o sangue esquentou-me a cabeça e senti-me leve, como que suspenso no ar. Lã estava ela, a minha bandeira, a minha vista, tremulando no mar!

E o Brasil surgiu-me como uma visão: pomposamente aberto ao sol, na glória de sua grandeza, na majestade de seu solo. E vi os nossos céus estrelados, cobertos de constelações, o Cruzeiro do Sul abrindo os braços pelo infinito, as manhãs alastradas de ouro, as tardes vestidas de vermelho. Vi o nosso sol sempre ardente, mais bonito que o sol de outras terras, as nossas palmeiras e os nossos arvoredos, a terra fecunda, suprema, brilhando na sua grandeza e na sua fartura, os rios maiores que os outros rios, rasgando atrevidamente os mares, o Amazonas, o Tocantins, o São Francisco e o Paraíba, as nossas florestas roncando ao vento das tempestades, os campos floridos em maio, os morros verdejando de janeiro a dezembro.

Vi tudo: a minha casa entre laranjais, a minha mãe, meu pai, meus irmãos, toda a minha Pátria, glória por glória, herói por herói.

E o navio aproximava-se. Já não distava mais de uma milha.

E a bandeira tremia no mastro da popa como se estivesse a conhecer-me.

A bordo era eu o único brasileiro.

Os passageiros subiram para ver a passagem do navio. Fitei-os. Meus olhos eram um convite para que eles olhassem para aquela bandeira.

Olharam todos. Senti-me grande, senti-me um deus, ao ver que toda a gente fitava, naquele pavilhão, o esplendor de minha Pátria.

Chegou o momento supremo. O navio ia passar bem junto do nosso. Parei.

Não tive mais força para dar um passo.

Vagarosamente, o navio veio passando.

O pavilhão abriu-se, inteiramente, e ficou aos meus olhos estendido, sem uma dobra, brilhando de verde e amarelo.

Um chileno gritou por trás de mim:

— Viva o Brasil!

Fitei-o e, sem dar por mim, caí-lhe nos braços, desabridamente, a chorar de alegria e de agradecimento.

Viriato Corrêa

Ao terminar, com a voz embargada pela comoção, notamos que quase todos os presentes, alunos e convidados, tinham os olhos rasos de lágrimas. A comoção que sentimos todos, as lágrimas que marejaram por minutos os olhos dos que nos ouviam atestavam que a narração fez vibrar de entusiasmo a alma de cada um.

E qual o fim do ensino cívico senão essa vibração que eleva o nosso espírito, que nos faz ver nitidamente o que quase sempre contemplamos sem interesse e que nos desperta o amor ao que é nosso?

Saber dar vida aos feitos da nossa gente, tão menosprezada por alguns maus brasileiros, procurar incutir no espírito da criança de hoje a fê ardente nos destinos da Pátria, a confiança absoluta nas suas energias, na sua capacidade, e o conhecimento do que lhe cumpre fazer pelo engrandecimento do nosso Brasil adorado—eis a finalidade que deve ter o ensino, eis a aspiração que deve animar os bons professores, de cujos esforços, somente, depende o futuro da Pátria.

TESE Nº 88

## A CRIAÇÃO DE ESCOLAS NORMAIS SUPERIORES EM DIFERENTES PONTOS DO PAÍS, PARA O PREPARO PEDAGÓGICO

**Ântonia Ribeiro de Castro Lopes**

Escola Normal de Campos, RJ

Não será o meu modesto trabalho a prova da competência dos docentes fluminenses, mas a prova de que, nesse rincão do estado, onde o Paraíba serpeia espelhando os raios afogeados do sol, vibra o amor pátrio, insuflando no ânimo dos filhos da terra Goitacaz a coragem para o trabalho e o estímulo ao estudo.

Não fora o interesse pelo engrandecimento de meu país, não fora o pugnar pelas questões do ensino, causa a que me dedico de corpo e alma, jamais venceria a timidez, jamais me apresentaria em centro de cultura tão sólida, onde pululam, em ambos os sexos, inteligências de escola, cujas fulgurações tive a ventura de sentir de perto quando aqui estive em 1921. Bem escolhida foi a capital paranaense para a sede da I Conferência Nacional de Educação!...

Felicito-me pelo ensejo de me por em comunhão de idéias com mentalidades privilegiadas que decerto tomarão parte neste certame. Abordarei assunto que me vem preocupando de longa data, pela sua importância e necessidade imperiosa — a criação de escolas normais superiores.

Não é meu estilo escoreito, nem minha linguagem ática, mas é a expressão do sentir de quem pela Pátria trabalha e para a Pátria vive.

Assim como a Escola Normal Primária forma professores para escolas primárias, necessária é e imperiosa se torna a criação de escolas que formem professores cuja instrução e aptidão pedagógica o elevem a altura do desempenho de sua missão.

Em geral, as cátedras das escolas normais são preenchidas por concurso, quando a lei é cumprida, e por decreto, em ocasião de reforma, quando o candidato é bem apadrinhado politicamente.

Ocupa muitas vezes a cátedra de uma escola normal um bacharel ou portador de diploma de curso superior—condição exigida para provimento das cátedras de ginásios —, que tem aptidões para exercer a profissão que lhe evidencia o diploma, mas que nenhuma capacidade pedagógica possui—condição precípua e indispensável para que se exerça o magistério com proficiência.

Não quero com isso dizer que não seja um indivíduo de conhecimentos seguros, vastíssimos e difusos — um cientista talvez, mas é professor *in nomine*. Seu preparo pedagógico é nulo, não sabe transmitir os conhecimentos que possui, faculdade que só dá a vocação nata ou a cultura pedagógica. Isso tive ensejo de observar quando estudante, pois aos 23 anos, e já viúva, cursei a escola normal; era já um espírito observador e exercitado, esclarecido.

Um professor pode ser um cientista, mas um cientista nem sempre é professor...

Da falta de escolas superiores e do modo defeituoso de preencher as cátedras das escolas normais e ginásios, temos, diariamente, a prova no fracasso dos alunos e na organização dos programas. Na maioria, esses professores não sabem dosar o ensino, supõem o cérebro do aluno um vaso que se precisa encher e nele entornam, em profusão, ciência mal assimilada, e de modo empírico, sem conhecer métodos nem processos para isso. Daí o desastre dos estudantes nos exames: muitos, vítimas dos programas extensíssimos, que o professor, ao organizar, julga dar um atestado do seu cabedal científico; outros, vítimas do ensino mal feito.

Malgrado meu, não posso, entretanto, deixar de censurar o provimento dos lugares de regentes de turmas, em escolas normais, pelos alunos recém-formados mais distintos da turma, classificação que nem sempre é verdadeira, sendo muitas vezes a sugestão de interessados.

São eles portadores de um diploma de professor de ensino primário, sem a prática necessária que o tirocínio dá e sem o preparo suficiente, pois no curso normal o tempo é deficiente para o preparo seguro; só se adquirem aí conhecimentos básicos, que se firmarão e desenvolverão mais tarde pelo estudo de gabinete. Vão, naturalmente, é lógico, transmitir aos alunos metade do que aprenderam, conseqüentemente, só podem preparar mal os alunos que lhes ouvem as aulas.

As escolas normais superiores virão sanar esse mal, assim como formarão também diretores de escolas normais e de ginásios e inspetores escolares, pois não se pode compreender diretor de estabelecimento de ensino nem inspetor escolar sem preparo pedagógico, indivíduos que não estão a altura de sua missão. Como poderá o primeiro julgar seus dirigidos e o segundo seus subordinados? Falo em tese.

Para admissão as escolas normais superiores, dever-se-á exigir, como nas escolas desse tipo em Fontenay e Saint-Cloud na França, diploma de bacharel, de escola superior, certificado de curso secundário ou diploma de Escola Normal Primária, sendo a matrícula mediante exame de admissão; idade mínima de 19 anos e máxima de 30.

O curso poderá ser feito em três anos, inclusive seis meses de prática didática.

Far-se-á nessas escolas o ensino aprofundado das matérias do curso da Escola Normal Primária, abrindo aos estudantes novos e mais amplos horizontes, e o das ciências pedagógicas.

O ensino poderá ser dividido em três partes: a primeira será feita em curso; a segunda, em conferências que terão por objetivo "o método a seguir-se em cada ensino especial", apresentando depois os alunos os seus trabalhos de observação; e a terceira será toda de aplicação didática, sob a observação do professor.

O aluno que, no fim do segundo ano do curso, não demonstrar aptidão para o magistério deverá ser excluído; e só se conferirá diploma no final do curso, após aprovação em exame, aos que se sentirem com forças para abraçar a altruística e espinhosa missão de professor.

Antes da França, já a Espanha sentira a necessidade de escolas que preparassem mestres de mestres; a prova está na Escola Normal Central criada sob a direção de D. Pablo Montesino.

Muito concorreu a fundação dessa escola para a reforma do ensino nesse país; foi ela a origem do desenvolvimento dos métodos de ensino e de disciplina, espalhando pela Espanha um largo hausto de progresso.

A primeira leva de diplomados, cheios de entusiasmo, conhecedores da maneira de dirigir a criança, se disseminou pelo reino espargindo as doutrinas em que se haviam aprofundado, criando aqui escolas normais e exercendo ali os cargos de inspetores, dando, destarte, excelentes resultados.

O fim dessa escola, desde então, é preparar professores de escolas normais primárias e inspetores de ensino.

Só pelo aperfeiçoamento do preparo do mestre dos mestres se poderá melhorar o ensino. As leis concebidas pelos espíritos mais clarividentes, os programas de ensino mais bem organizados, os regulamentos mais inteligentemente orientados não darão resultado enquanto o mestre dos mestres não for capaz; não conhecer o que faz e o que deve fazer, isto é, não tiver o preparo pedagógico e científico; se ele não sentir amor pelo seu cargo e não executar o seu programa cheio de entusiasmo, confiante em si mesmo, ungido de fé, sendo a visão da Pátria grandiosa a preocupação do seu espírito, inculcando assim, em seus alunos, o amor a carreira que vão abraçar. Só o amor nos leva aos grandes ideais; só o amor nos leva aos grandes sacrifícios. Quando o aluno se obstina a razão ditada pela lógica cede sempre aos sentimentos.

Oxalá que em breve sejam criados esses centros de aperfeiçoamento pedagógico e que a arte de educar se divulgue, salvando a mocidade estudiosa dos males de que é vítima e, a Pátria, dando filhos dignos do seu solo grandioso.

TESE N<sup>o</sup> 89

## A EDUCAÇÃO MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA

**Palmyra Bompeixe de Mello**

Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva

**A**proveitando a ocasião, que mais oportuna não poderia ser, escrevo estas linhas sobre um assunto que talvez fosse já bastante desenvolvido por algum dos meus colegas, mas tenho a ousadia de apresentá-las ao julgamento deste seletto auditório.

Moral — ciência das ciências, como disse um grande filósofo. Todos os preceitos desta ciência se resumem nos dez mandamentos da lei de Deus.

Do que tenho lido sobre Educação Moral, cheguei a conclusão de que ela é a base da formação do caráter do indivíduo, e seus inúmeros e benéficos efeitos se refletem no lar e na sociedade. O famoso pedagogo alemão Herbart disse que a moral não abafa o caráter individual, afirma-o, dirige-o, nobilita-o, santifica-o, utiliza-o para o bem próprio, bem dos semelhantes e glória da Nação.

Fazendo este ponto parte integrante dos nossos programas de ensino, convenci-me de que devia estudá-lo e desenvolvê-lo tanto quanto as demais matérias do curso primário.

Sendo as crianças de hoje o futuro esteio da Nação, sendo as crianças de hoje toda a nossa esperança de amanhã, devemos prepará-las física, intelectual e sobretudo moralmente, para que um dia, unidas, formem o mais sólido alicerce de um povo que se quer impor pelo desenvolvimento das ciências, letras, artes e bons sentimentos.

A escola primária é o primeiro degrau por onde o homem ascende a todas as aspirações sociais, e é, então, dever sagrado dos professores preparar, desde cedo, o caráter das crianças, infundindo-lhes uma Educação Moral eficiente, baseada nos princípios dos grandes educadores.

Se, desde o despontar glorioso da primeira escola pública em nosso país, fosse dada ao ensino da Moral toda a importância que ele merece, e seu ensino fosse ministrado com desvelo para, a pouco e pouco, ir tirando os maus costumes e maus instintos que herdamos dos nossos antepassados, os indígenas e os primeiros colonos, talvez pudesse ocupar hoje o Brasil o primeiro lugar na escala dos países civilizados. Infelizmente, muitas gerações se têm sucedido e só nestes últimos tempos esta ciência está sendo grandemente cultivada. Ainda assim, fatos e fatos se desenrolam a esmo ameaçando lançar o País em um mar de ruínas, e é muito provavelmente devido a falta de uma boa orientação moral que o homem se deixa arrastar pelas paixões, levando consigo para o precipício a grandeza da Pátria.

Não quero nem penso em fazer detalhes da Moral, porque é ela uma ciência muito elevada, um ponto vastíssimo, e eu pretendo mesmo ocupar-me, muito particularmente, do ensino desta matéria na escola primária e da influência do meio no espírito da criança.

Lamento o tempo marcado para as lições desta matéria ser demasiado escasso, não permitindo explanarmos mais amplamente.

Mas, se houver força de vontade do professor e se este refletir que as crianças que vão a escola não necessitam exclusivamente de colher ensinamentos de outras ciências e artes, encontrará ele, em cada ato bom ou mau do aluno, ocasião propícia para uma lição de moral, desenvolvendo naqueles pequeninos seres um caráter forte, tornando-os escultores de sua alma e cinzeladores da estátua civilizadora da sociedade.

Nos labores da escola, não deve o professor curar tão-somente da instrução; deve levantar um pedestal educativo em que esta assente solidamente. Instrução sem educação nada vale, porém ambas, reunidas, formam um belo conjunto.

Há razões para que o professor muitas vezes se desvie do programa de Educação Moral, porque a tarefa de educar é, sem dúvida, muito difícil, devido a heterogeneidade de costumes

dos alunos. A criança é o espelho do lar e reflete, as mais das vezes, o que vê e ouve sem uma noção exata do seu proceder.

Para que o educador chegue a meta desejada quanto ao ensino da Moral, é indispensável que ele se revista de uma vontade firme, muita paciência, abnegação e, mais ainda, que conheça psicologia, para penetrar na alma da criança e estudá-la detalhadamente.

Conhecendo, por experiência própria, a falta de consideração de certos alunos para com os professores, afirmo que não podem e não devem estes deixar de dar suas lições de moral nas escolas primárias, reprimindo erros e se esforçando para que as crianças saibam que a escola não é lugar onde se vai continuar a cultura de erros e vícios. Se o professor não atalhar o caminho, a população infantil irá de mal a pior, até chegar a catástrofe da perdição.

Observa-se, dia a dia, a necessidade urgente de se tratar da educação da criança na escola primária. Sendo a escola o prosseguimento do lar, quando a criança entra para ela, julga fruir, nesse templo, de todos os direitos e liberdades que tem no seio de sua família. Assim seria, de fato, se os pais, em geral, ensinassem aos seus filhos o cumprimento do dever, que é a luz que resplandece em todas as consciências; se lhes aconselhassem que a escola é como um reflexo da organização social, onde as crianças têm que compreender seus deveres e reduzi-los a Pátria.

A Educação Moral deve ser dada aos alunos:

Em classe—quando se trata de cumprir a risca o programa e o horário impostos, quando, inesperadamente, se der um fato que o professor queira aproveitar como exemplo as crianças, ou então quando, nas palestras sobre o civismo, quiser o professor salientar a moral que quase sempre acompanha os fatos de bravura dos grandes vultos da História.

O ensino da Moral pode ser também individual, quando, por exemplo, o aluno praticar uma ação notada apenas pelo professor. Neste caso o aluno deve ser chamado em particular, e o professor deverá mostrar-lhe as vantagens e desvantagens de sua ação. Um e outro modo dão ótimos resultados quando sabiamente empregados.

O melhor meio de ministrar aproveitáveis lições de moral é transformando-as em pequenas histórias, de modo a despertar na criança a curiosidade e o espírito de imitação do bem.

Para o ensino desta matéria, há muitíssimos exemplos de homens que se elevaram pela abnegação, pelo trabalho, pela força de vontade, pela coragem, pela honestidade, provando assim fortaleza de caráter; e estes homens não devem ser esquecidos.

Além disto, temos ainda o professor. É certo o provérbio "O exemplo é a melhor escola" e, portanto, o professor que não tiver uma sólida Educação Moral não poderá formar p caráter dos seus alunos, porque este não subsiste sem aquela.

Das minhas observações, deduzi ainda que as lições são muito mais assimiláveis quando têm um caráter inteiramente diferente do que deve ter em se tratando de pontos que devem ser estudados e bem sabidos.

O educador deve ter o seu caráter bem formado, porque deste depende o valor dos indivíduos e sua falência na vida.

Enfim, devemos nos esforçar para despertar nos corações daqueles entezinhos, cuja direção pelo caminho do dever nos é confiada, o desejo de ser bom, paciente, corajoso, sóbrio, trabalhador e honesto.

É de lastimar que muitos pais sejam os desorganizadores da felicidade de seus filhos, ou porque desconhecem os princípios da educação ou, por um descaso inconcebível, desviam a criança do caminho que a levaria a prática do bem. Eles deviam procurar a conservação da vida, o desenvolvimento físico, a educação e a instrução dos filhos. A educação é como um tesouro que os pais colocam no coração e na vontade dos filhos.

A instrução é um capital que deposita sobre sua cabeça, porque pode ser o fundamento de toda a sua grandeza.

Todos eles deviam auxiliar o educador nesta árdua tarefa, porquanto a sua influência no espírito da criança é sempre superior a qualquer outra. Procedam eles com dignidade, ensinando a seus filhos os preceitos da moral, e hão de colher os frutos saborosos de uma educação forte e certa.

O meio é grande fator do progresso ou regresso do indivíduo, pois é na sociedade que esta plantinha nova crescerá ereta, sob a proteção do bom e do belo, ou será derribada pelo vendaval do vício.

Eis, em poucas palavras, o meu objetivo, que visa tão-somente o engrandecimento da Pátria.

#### CONCLUSÃO

Assim, concito todos os pais que me ouvem e meus distintos colegas para que, em comunhão, desenvolvamos com ardor a Educação Moral na criança, fazendo delas verdadeiros homens, verdadeiros pais e verdadeiros cidadãos.

TESE N<sup>o</sup> 90

## A MORAL NA ESCOLA PRIMÁRIA

**Annette C. P. Macedo**

Escola Complementar — Curitiba, PR

O enunciado da minha tese mostra por si toda a sua vastidão, que encheria grosso volume se tratada em todas as suas minúcias, com todo o desenvolvimento que ela comporta. A isso, porém, não me abalancharia, porque reconheço ser obra superior as minhas forças e porque isso excederia o meu objetivo que não é senão cumprir o dever de apresentar uma tese sintética, abrangendo em suas linhas gerais a questão mais importante que a escola primária é destinada a resolver. Não esperéis obra de erudição, mas simplesmente uma exposição sucinta do pouco que sei e que é fruto não só de estudo nos livros, mas também de observação e experiência de alguns anos de prática de ensino.



E, sem mais delongas, mãos a obra.

A velha concepção segundo a qual a escola tinha unicamente, ou principalmente, a missão de instruir foi substituída pela que a considera ministra da educação, não sendo a instrução senão meio de educar. Nas leis brasileiras e nos atos da administração pública ainda se fala em instrução pública. No Paraná, houve a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, que desapareceu, recentemente, com a unificação das secretarias. Mas, já desde 1915, no governo paranaense do ilustre e benemérito doutor Carlos Cavalcante, eis que o Regulamento da Instrução Pública se passou a denominar Código do Ensino, desaparecendo o diretor da Instrução Pública para dar lugar ao superintendente do ensino. Essa denominação se impôs pela convicção de ser deficiente a palavra instrução para exprimir a função educativa do Estado: é evidente que ensino abrange a instrução como meio e a educação como fim.

Hoje, seria ridículo suscitar a questão de que a Moral deve ou não ser ensinada na escola primária, pois o ensino da Moral é toda a educação, é toda a formação do caráter. Começa ministrado pelos pais, e principalmente pela mãe, no lar doméstico.

E a escola tem por missão prosseguir a obra encetada no lar ou suprir o lar para as crianças infelizes que o não tiverem. Não se instrui senão para educar, não se educa senão com o fim de aperfeiçoar uma alma, despertando, estimulando e dirigindo as boas tendências e combatendo sem cessar as tendências más que se manifestarem, visando sempre, em todos os passos da escola, incessantemente, a formação de hábitos bons, de ação consciente e perseverante, de ordem, de atenção, de obediência, de dignidade, de verdade, de bondade e de justiça. Não visa a outra coisa a escola moderna, a escola teórico-prática, a escola do trabalho.

O ensino da Moral na escola primária é ministrado por meios diretos ou indiretos. Acompanha, a meu ver, todos os passos dos trabalhos escolares no exemplo do mestre, na sua ação dirigente e vigilante, na ordem e disciplina. Envolve-se no assunto das leituras, das cópias, dos ditados, das composições, devendo, quanto possível, entrar nas lições de História e até em cada exemplo de cada fato da linguagem.

Tudo deve constituir elementos harmônicos de sugestões tendentes a formação e cultura de uma personalidade moral em cada criança que frequenta a escola. Analisemos mais alguns desses elementos.

A meu ver, no lar e na escola primária (perdoai que o diga), a mulher é melhor educadora que o homem; mãe e professora, ela tem a primazia. Mas não discutirei essa questão em que posso ser averbada de suspeita, mormente em assembléia na qual predominam os homens pelo peso do seu saber. Rendo-lhes todas as homenagens, mas... as mulheres professoras valem muito para formar homens.

Daqui em diante, quando falo em professor, saiba-se compreendendo o homem e a mulher, embora, de acordo com as minhas convicções (perdoai esta franqueza), mais *ela* do que *ele*...

O meu mestre de Pedagogia dizia muitas vezes: "a escola primária é o que é o professor". Efetivamente, não há boa escola que não seja dirigida por um professor sadio de corpo e de espírito. Aludo a saúde do corpo, convencida de *quemens sana in corpore sano*.

As moléstias do corpo podem impedir o professor de ser pontual e assíduo, de estudar e de ensinar, de ser calmo e prudente, de ser bom e justo, sendo inegável que as doenças do corpo afetam o espírito.

Falando em saúde de espírito, aludo a cultura intelectual e moral de que o professor deve ser dotado.

O professor que não sabe o que tem de ensinar ou que não sabe ensinar perde, de todo, o prestígio moral diante dos próprios alunos. Se ele tem os necessários conhecimentos, mas lhe faltam qualidades morais, como, por exemplo, se tem o hábito de mentir, ou se é orgulhoso ou vaidoso, ou se é mau e arrogante para com os filhos dos pobres, mas polido e humilde para os dos ricos, ou é dominado pelo vício da embriaguez ou do jogo, ou se é avesso a prática de atos contrários aos bons costumes... esse está longe de merecer o nome de professor. A sua autoridade moral é tanto menor quanto maiores os defeitos do seu caráter.

O professor não é completo se não dispuser da tríplex capacidade física, intelectual e moral: boa saúde, vasto saber e caráter ilibado. Tem de educar-se para educar. Tem de ser modelo, se tem a missão de formar modelos de homens. Verdadeiro professor é o professor verdadeiro e bom, que pode, sabe, sente, quer e age para formar ótimos cidadãos. Sua escola é continuação, senão suprimento dos lares, e ele é havido pelos alunos como pai ou como irmão mais velho.

O ideal pedagógico é trabalharem na escola professor e alunos, cumprindo programa e horário, pedagogicamente organizados, todos atentos e satisfeitos, confraternizados, dominados por nobres sentimentos, e tudo na maior e na melhor ordem. E esse ideal se realiza como um milagre da disciplina preventiva, que elimina as perturbações e, conseqüentemente, a necessidade das repressões.

E essa disciplina preventiva só poderá ser conseguida aos poucos, com perseverança e com habilidade, pelo professor completo que, vencendo dificuldades, pode ter afinal o inefável prazer de se fazer amado dos alunos que se confraternizam, procurando não lhe ocasionar o mínimo desgosto.

Está visto que só se admite disciplina preventiva entre alunos normais. Há crianças ineducáveis, refratárias a ação da escola primária, anormais, em relação as quais todos os meios são improficuos. A escola comum não é o seu lugar.

Devo ainda acrescentar que a disciplina preventiva depende muito da colaboração dos pais. Certo é que a estes cumpre defender seus filhos contra professores grosseiros, violentos, atrabiliários, que castigam sem justiça ou em excesso. Mas há pais que, por quererem muito bem, fazem muito mal a seus filhinhos, ouvindo-lhes as queixas, não raro mordazes, e pondo seus lares em conflito com a escola. Há crianças vadias que, assim, mimadas em excesso, vivem de escola em escola sem proveito algum. Por isso, sempre reconheci a grande conveniência de se estabelecerem relações entre o professor e os pais dos alunos.

Toda disciplina escolar deve ter cunho educativo. Daí decorre que devem ser banidas todas as repressões que exponham ao ridículo ou aviltem as crianças. E nem falarei nos castigos corporais, hoje irremissivelmente condenados.

Decorre, também daí, que o professor deve tirar proveito das perturbações da ordem escolar para dar conselhos ou lições de moral para toda a classe.

Até aqui, tenho me ocupado dos meios do ensino moral diretos, inerentes a toda a organização escolar. Devo também cogitar de outros meios, tais como os festivais artísticos em que tomem parte as crianças, cantando ou recitando produções dos nossos escritores, com referência a assuntos morais e patrióticos.

E, procurando desenvolver nas crianças o gosto estético pelo desenho, pela música e pela poesia, necessariamente conseguimos elevar-lhes os sentimentos, preparando-lhes o espírito para o bem, para a verdade e para a justiça.

Erraria quem supusesse que a escola primária ensina somente as crianças que a freqüentam, pois a sua ação se irradia, atingindo as pessoas adultas das quais as crianças dependem.

Nós, os professores, somos, pois, os modestos obreiros do patrimônio moral da nossa pátria. Pelo nosso trabalho, os brasileiros do futuro serão espíritos iluminados, aptos para a realização dos mais altos ideais que a mente humana possa conceber.

TESE Nº 91

## EDUCAÇÃO POLÍTICA

**Paulo Ottoni de Castro Maya**  
Associação Brasileira de Educação

*Législatrice, source des constitutions justes. Démocratie, foi dont le dogme fondamental est que tout le bien vient du peuple, et que, partout où il n'y a pas de peuple pour nourrir et inspirer le génie, il n'y a rien, apprend-nous a extraire le diamant des foules impures.*

E. Renan (*Prière sur l'Acrópole*)

multidão assemelha-se ao diamante bruto. Neste, é o lento e paciente trabalho de lapidação que faz aparecer uma a uma as suas facetas, dá-lhe forma, brilho e revela a sua pureza. Naquela, cabe a educação semelhante papel.

A instrução, que é tantas vezes confundida com a educação, representa apenas o polimento de uma das faces da natureza humana. Educar é polir todas elas; é ocupar-se não só da inteligência, mas também do corpo e da alma; é iluminar a primeira com a Ciência, armar a segunda com a Saúde, guiar a terceira pela Justiça, a fim de alcançar a divina trilogia do Bem, do Belo e do Verdadeiro, que transformará a pedra bruta em cintilante gema rara e preciosa entre todas.

Do mesmo modo que o lapidador não segue regra uniforme para o seu trabalho, que deve ser orientado segundo as qualidades ou defeitos naturais da pedra a talhar, a missão do educador é muito complexa, pois ele não deve desprezar as virtudes, os vícios ou hábitos próprios a cada raça, povo ou seita.

Estudar as origens, acompanhar a lenta evolução que produziu as características étnicas e nacionais, apreciar a influência dos fatores espirituais e religiosos que formam a alma das multidões, considerar as contingências climatéricas e econômicas que a modificam são bases indispensáveis a qualquer trabalho racional de educação.

Na conferência que se reúne pela primeira vez no Brasil para examinar as múltiplas faces da educação nacional, pretendemos nestas linhas apenas analisar a educação política. É matéria sumamente delicada e complexa entre todas, não só pelas suas dificuldades próprias como pela maneira pela qual deva ser abordada.

Ocasões como a presente obrigam a dizer a verdade inteira. Ocultando e encobrendo as chagas que minam um organismo, pode-se lhe dar, temporariamente, a aparência de saúde, mas é examinando-as a luz do sol, pondo-as a nu, que se lhes aplica o cautério que as vai curar.

Ora, como falar da educação política do povo brasileiro sem examinar e criticar a organização política, os processos administrativos e eleitorais que aqui vigoram?

Tal crítica não será considerada, por alguns, ato de política partidária, o que evidentemente não se enquadraria numa conferência como a atual? Não é justamente esta uma das características do mal que pretendemos analisar?

Esperamos que os doutos espíritos que esta conferência reúne far-nos-ão a justiça de não nos atribuir outros intuitos do que os de servir a causa da educação nacional, examinando-a numa das faces sobre a qual muito tem a pedir o esmeril do educador.

Ouve-se freqüentemente dizer que o analfabetismo é o principal e quase o único de todos os nossos males.

Sem discordar da sua importância capital, não nos parece, entretanto, que a disseminação de escolas primárias seja, por si só, suficiente para educar o povo brasileiro. A grande massa de iletrados que vive no Brasil não toma parte na vida política. Todas as nossas instituições ou nossos hábitos e costumes derivam da outra parte da população, a pequena minoria que sabe ler e escrever e que, sendo a única a gozar de direitos políticos, tem, no entanto, revelado incapacidade em exercê-los.

Transformar a primeira parte na segunda não resolveria, portanto, o problema da educação política.

A insuficiência desta nem precisa ser demonstrada. Um simples olhar de conjunto sobre a maneira pela qual são escolhidos legisladores e governantes, sobre os processos empregados nas lutas partidárias, que se limitam, em regra, ao terreno das competições pessoais, a intransigência dos chefes, que exigem obediência cega e subserviência completa dos que os servem, e que se revelam, no poder, o mais das vezes, intolerantes para aqueles que os

criticam, evidencia provas de que, em verdade, a educação política, tanto de governantes como de governados, ainda está por fazer.

Quantos, entre o pequeno número dos que comparecem aos pleitos eleitorais, depositam nas urnas as suas cédulas conscientemente, compreendendo que, ao mesmo tempo que exercem um direito, estão cumprindo um dever?

Votam muitos por interesse ou conveniências pessoais, na esperança de que o eleito vá auxiliá-los em qualquer pretensão, outros votam por amizade, e a maior parte, finalmente — aquela que a gíria popular pitorescamente denomina o "eleitorado de cabresto" —, vota por obediência não a princípios, mas a chefes, sem saber muitas vezes nem os nomes dos candidatos impressos nas cédulas que lhes são entregues fechadas a boca da urna. E nem falamos na multidão de mortos e ausentes cuja votação aparece nos tais usados processos de eleições a "bico de pena" de atas falsas.

Os candidatos, em face destes processos, não precisam dar mostras de sua competência ou virtudes, não necessitam apresentar programas ou plataformas; basta que sejam recomendados por aqueles que detêm a máquina eleitoral. Também, quando escolhidos, não se julgam obrigados a prestar contas a opinião pública, mas estão em paz com a sua consciência se servem lealmente aqueles que os fizeram eleger. A incompreensão do dever político é tão grande entre nós, que esta "lealdade incondicional" é comumente considerada um dever semelhante aquele que ligava o vassalo ao seu senhor, e que é julgado desleal e traidor político (raro infelizmente) quem tem a coragem, porque assim lho dita a sua consciência, de divergir da opinião dos seus chefes.

Diante desta pintura cujas cores não foram sobrecarregadas, do modo pelo qual se organizam os quadros dirigentes, a grande minoria da população que poderia votar, a melhor e a mais culta, se abstém por desânimo, descrença, comodismo ou indiferença resignada.

Ora, tudo isto, a servilidade e pusilanimidade da massa eleitoral, a subserviência para com os de cima e a intolerância para com os de baixo de grande parte dos eleitos e, por fim, a apatia e o desânimo da maioria são sintomas claros dos vícios de nossa educação política.

Culpam muitas vezes destes males as pequenas minorias que governam e, por isto, alguns sonhadores têm procurado extingui-los, derrubando-as por um golpe de força. Estes recursos periódicos a violência, quer partindo de ambições pessoais, quer inspirados em nobres sentimentos altruístas, observando-se em todos os países que sofrem do mal que estamos examinando, são dele um dos sintomas mais eloqüentes, e pode-se dizer que o número de revoluções é inversamente proporcional ao grau de educação política de um povo.

Ora, não é substituindo a fachada que se consolida a ossatura de um edifício.

Renan disse com razão: "não é a força dos governos absolutos, mas a depressão dos súditos que mantém os povos na servidão".

Se o povo brasileiro está deprimido, se olha com apática indiferença para a causa pública, habituou-se a considerar como normais e inevitáveis processos condenáveis, a mudança repentina da minoria que governa por outra mais pura e idealista arriscaria muito ser de pouca duração,

derrubada pelos maus elementos congregados ou contaminados pelos vícios que já se transformaram em hábitos.

Não é, portanto, nem no analfabetismo, nem nos defeitos dos que governam que está a origem do mal que examinamos. São antes efeitos do que causas. O mal é mais profundo. Para buscar as suas origens, nada melhor do que comparar a nossa situação com a de outros países.

Se é verdade que "mal dos outros consolo é", o espetáculo que ora em maior, ora em menor grau nos oferecem os países da América Latina nos há de reconfortar um pouco. Os que estão politicamente mais educados do que nós já passaram pelo estado em que nos achamos; outros, pelo contrário, estão em estágios mais atrasados. Esta semelhança nas pseudodemocracias da América Latina, em confronto com o espetáculo oposto que nos oferece a democracia norte-americana, vai nos auxiliar na procura das causas do mal.

De um lado, ordem, continuidade no progresso, apoiada sobre a estabilidade política e respeito a lei e ao cumprimento da Constituição. De outro lado, uma fachada de ordem constantemente ameaçada, um progresso caótico caminhando aos saltos, instabilidade política conseqüente ao desenvolvimento do arbítrio pessoal, que transforma quase sempre as constituições em letra morta, as quais, quando aplicadas literalmente em aparência, nunca o são em espírito e em verdade. Em menos de um século, a Colômbia passou por 70 revoluções, e a Venezuela, por 104; o México só teve 30 anos de tranqüilidade, sob a ditadura de Porfiro Díaz, para recair logo após no regime das revoluções continuadas. Da América Central, nem é preciso falar, a triste terminação da recente aventura da Nicarágua, praticamente transformada em colônia norte-americana, mostra que estas lutas intestinas não ameaçam somente os interesses materiais, mas a própria independência dos países. A Argentina, o Chile e o Brasil, embora menos dilacerados, estão longe de apresentar em sua história o quadro tranqüilo da grande república norte-americana, que só conheceu em toda a sua vida a luta fratricida da Guerra da Secessão.

Três causas principais parecem ter gerado este contraste, e divergem as opiniões sobre qual a mais importante: contingências climáticas e econômicas, diferenças de raças e diversidade de tipos de colonização.

Os Estados Unidos encontraram efetivamente em seu solo e em seu clima bases excepcionais para o seu progresso material. Se a Argentina possui terras de excepcional fertilidade, faltam-lhe os recursos minerais sobre os quais assentarão as suas indústrias. Se o Brasil possui uns e outros, as grandes distâncias e as cadeias de montanha fazem o seu acesso difícil e custoso, e condições climáticas e sanitárias tornam, em muitos lugares, o trabalho mais penoso.

Existe, em toda evidência, ligação íntima entre a riqueza e a educação. Difícil será dizer qual precede e qual segue, mas uma coletividade mais rica terá, sem dúvida, mais recursos para educar o povo e, por conseguinte, as condições naturais que facilitam o desenvolvimento material estão, *ipso facto*, auxiliando a tarefa do educador; ao mesmo tempo, a abundância de riquezas facilita a tarefa dos que governam, diminuindo a repercussão de seus erros e os motivos para dissensões. A estabilidade das instituições e a educação política do povo norte-americano são, pois, em parte, conseqüentes as suas formidáveis riquezas.

Estamos longe, no entanto, de julgar esta a principal causa de contraste. Julgam alguns encontrá-la na superioridade da raça anglo-saxônica. É uma tese naturalmente muito cara aos desta raça e que tem mesmo sido sustentada por alguns latinos. Existe um livro de Demoulin intitulado *l'quoi tient la Supériorité des Anglo-Saxons* que visa demonstrá-la, e Gustave Le Bon aceita-a nas suas "leis psicológicas sobre a evolução dos povos". Segundo ele, nenhum exemplo mais comprovante do que a evolução comparada das duas Américas para mostrar "a que ponto a alma de um povo rege os seus destinos, e o papel insignificante que desempenham as instituições".

Vejamos como se exprime ainda:

Não é só em política, naturalmente, que se manifesta a decadência da raça latina que povoa o sul da América, mas em todos os elementos da civilização. Reduzidas a si mesmas, essas infelizes repúblicas voltariam a pura barbárie. Toda a indústria e todo o comércio estão nas mãos de estrangeiros: ingleses, americanos e alemães. Valparaíso tornou-se uma cidade inglesa, e nada ficaria ao Chile se lhe tirassem os seus estrangeiros. É graças a eles que estes países conservam este verniz exterior de civilização que ainda engana a Europa. A república Argentina conta com quatro milhões de brancos de origem espanhola; e não sei se se poderia citar um único, fora dos estrangeiros, a testa de uma indústria verdadeiramente importante.

Sem precisar refutar as inverdades destas afirmações, examinemos a conclusão:

Devemos aceitá-la e resignar-nos a considerar a nossa raça como inferior?

Devemos renunciar ao progresso político porque os vícios de nossa raça no-lo impedem?

Não! Mil vezes não! Porque isto nos levaria a cruzar os braços aguardando a tutela de outra raça superior.

Não é o fato de ter publicado muitos livros sobre assuntos variados que forma uma autoridade, nem se aceitam mais hoje afirmações com o cunho sacrossanto *áomagister dixit*.

Que base científica, com efeito, tem a conclusão de Gustave Le Bon? Algumas observações errôneas no presente, como aquelas que citamos, e um desprezo absoluto pelo passado, não levando em conta a maneira profundamente diversa pela qual se formaram as civilizações que ele compara.

Não são só os caracteres étnicos que regem os destinos dos povos. Mais do que eles talvez valiam as forças da tradição, geradoras dos hábitos coletivos, e das instituições, que não têm o papel insignificante que lhes atribui Le Bon.

Como explicar-se-ia então a formidável diferença que nos apresenta o Japão e a China, onde povos da mesma raça tanto se diferenciaram pelo trabalho da educação?

Se as raças que povoaram as duas Américas são diferentes, muito mais ainda o foram os processos de colonização.

É aí que o presidente Pellegrini vai buscar a principal causa do contraste que assinalamos e compartilhamos de sua opinião.

Compare-se, com efeito, os primeiros núcleos de colonização que serviram de berços as nacionalidades.

Quando o Mayflower, em 21 de novembro de 1620, lançou âncoras nas costas orientais da América do Norte e os cem imigrantes que ele levava fundaram o primeiro núcleo Nova Inglaterra, era uma nova pátria que criavam para fugir das perseguições que a intolerância religiosa lhes movia.

Eram severos puritanos que, depois de se refugiarem na Holanda liberal, haviam decidido, a fim de não perder a sua língua e as suas tradições, partir, como "peregrinos", para a América, para estabelecer aí um novo Estado de que seriam mestres. Formariam desde logo *umself-government* que visava ao benefício da coletividade sob uma forma permanente.

Em outros pontos do território, na região da Virgínia, já uns anos antes, havia-se reunido com o mesmo intuito a House of Burgesses, de que fazia parte um Jefferson cujo descendente redigira, 157 anos mais tarde, a Declaração da Independência.

Em volta desses núcleos formaram-se outros, e todos foram tendo rápido crescimento, alimentados ora pelas perseguições políticas de Cromwell, ora pelas religiosas dos descendentes de Elisabeth. Grande parte dos que assim imigravam era homens de bem, de alta e severa moralidade, letrados, que olhavam para o futuro como quem pretende fixar-se a si e aos seus filhos na terra em que viviam.

Formados assim os primeiros quadros sociais dentro de estatutos inspirados em elevada e severa moral religiosa, puderam eles, de certo modo, resistir a onda de aventureiros de todas as nacionalidades e seitas que depois se precipitaram sobre a América na sede de fortuna rápida, porque já encontravam tradições, justiça, ordem e respeito a lei. A moralidade primitiva foi muito diminuída, sem dúvida, a justiça e a lei muitas vezes vencidas pela força, mas a influência dos peregrinos do Mayflower continuou a se fazer sentir. Sua alma inspirou os heróis da Independência e da Guerra da Secessão, que sempre souberam olhar antes para o futuro do que para a hora presente, e é ela ainda quem guia o idealismo americano, tão controvertido e sempre em luta com o materialismo, mas que não pode ser contestado diante de obras como a Missão Rockefeller, a Associação Cristã de Moços, o Templo da Paz e a Liga das Nações.

Enquanto assim se formava a nacionalidade americana, acostumada desde o berço a se governar por si própria, as colônias de Espanha e Portugal eram retalhadas em imensos feudos e entregues a ganância de vice-reis e donatários. Povoava-se também a América Latina, mas com degredados, aventureiros audaciosos, homens de capa e espada, de rudimentar cultura, que, pelo ferro e pelo fogo, só visavam aumentar os domínios de seu Rei paralelamente a sua fortuna e ao seu prestígio pessoal. Quando "iam sonhando o seu sonho egoísta" não os preocupava o futuro da terra onde poisavam. Consideravam-na uma terra de exílio, donde se devia extrair o máximo num mínimo de tempo, pois a sua maior ambição era voltar enriquecidos e gloriosos para a metrópole.

Os religiosos que os acompanhavam vinham animados de intuítos semelhantes aos dos conquistadores. Visavam ampliar os domínios do Cristo, assim como estes os dos reis ibéricos. Uma vez espalhada ou imposta a sua fé, não os preocupava nem lhes viria a mente cogitar da educação política do povo, pois o absolutismo do clero espanhol e português não conhecia outros fatores de ordem do que a obediência, a hierarquia e a força.



Acostumaram-se, assim, as colônias ibéricas ao puro despotismo, ao império da força assegurando um regime de explorações dos domínios em favor da metrópole, fomentando surdas revoltas e descontentamentos.

Pero de Góes dizia, em 1546: "Tudo nasce de pouca justiça e pouco temor a Deus e a V.A. que em algumas partes desta terra se faz e há, por donde e V. A. non he provida e perder-se-á todo ho Brasil antes de dous annos."

E alguns anos mais tarde, em 1553, o relatório do primeiro governador geral do Brasil dizia: "Que a Justiça de V.A. entre em Pernambuco e em todas as capitánias desta costa he doutra maneira non se deve tratar da fazenda que V.A. tiver nas ditas capitánias nem menos da justiça que se faz."

Se pouco se atendia a estes pedidos de justiça, menos ainda se satisfiziam os justos anseios de certa autonomia e liberdade das populações estabelecidas nas colônias.

Por isso, enquanto a independência americana era apenas a consagração legal de uma situação que de fato já existia nas treze colônias norte-americanas e o epílogo de uma lenta evolução, a independência das colônias de Espanha e Portugal constituía uma verdadeira revolução que entregava a autonomia povos que não tinham feito nenhuma aprendizagem da liberdade. Subdividiram-se por isso as primeiras em grande número de repúblicas e, em cada uma delas, durante muitas décadas, a vida era, na frase de Garcia Calderón, "uma corrida desenfreada atrás da riqueza, entre a instabilidade das cousas e a luta ambiciosa dos homens".

O Brasil pôde evitar alguns destes males, sobretudo o principal deles, o separatismo, graças a clara visão dos que induziram o próprio primogênito de D. João VI a proclamar a independência, conservando assim coeso e unido, ao abrigo das lutas pelo poder, o imenso colosso que se acabava de libertar.

A independência da América Latina encontrou os povos que se iam governar por si próprios não só num atraso de dois séculos relativamente aos colonos dos Estados Unidos, como com todos os vícios decorrentes dos regimes despóticos.

Não é de admirar, pois, que estejamos tão atrasados em educação política; o que é de admirar é que pessoas da autoridade de Le Bon desprezem inteiramente estes fatores históricos para proclamar a falência e a inferioridade de uma raça.

Se assim nos estendemos sobre a herança pesada que nos deixaram os nossos colonizadores, é porque ela nos mostra que não há motivos para desesperar. Se a educação do povo foi insuficiente, é sempre tempo de completá-la. Se ela foi viciada, nunca é tarde para corrigi-la. É tentando, é atirando-se com fé e idealismo a essa obra formidável, como o faz o pugilo de senhoras e homens que formam a Associação Brasileira de Educação, que daremos o melhor desmentido aqueles que estigmatizam a nossa raça com o labéu de inferior.

O exame das origens do mal nos aponta os remédios. Nos regimes absolutistas, mais vale o favor do que a virtude e mais a proteção de um grande do que o mérito ou o apoio da lei. Daí o desenvolvimento do prestígio pessoal e do personalismo. O homem é apreciado mais pelo que

pode conseguir do que pelas suas idéias. As lutas políticas transformam-se por isso em puras competições pessoais. Como consequência surgem o incondicionalismo, pois o apoio a um chefe exige, naturalmente, disciplina e obediência ao que ele decide soberanamente, e a intolerância, porque o chefe que se mostra tolerante receia perder a parte dos seus efetivos.

Enquadrada a política nestes moldes, os espíritos independentes que não querem abdicar da liberdade de opinar, vendo a política nacional dividida em dois únicos campos, igualmente incondicionais, um de apoio sem restrições, outro de combate sistemático aos chefes que estão no poder, preferem abster-se, abandonar o exercício de seus direitos de cidadão, por desânimo ou comodismo.

De outro lado, as competições pessoais, exacerbando as vaidades, as ambições e os despeitos, levam muitas vezes uma facção ao recurso da violência, ao qual também conduzem o desespero e o idealismo dos que sonham com melhores dias e pretendem instaurar, pela força, um regime de justiça e liberdade.

Aí estão, pois, alguns dos hábitos de nossa vida política que cumpre combater: o personalismo, o incondicionalismo, a intolerância, o desânimo, o comodismo e a violência, frutos imediatos do absolutismo e do desrespeito a lei.

Bastará, porém, destruir a causa para que desapareça o efeito? Será suficiente mudar o regime para que imediatamente se eduque politicamente o povo? É a ilusão em que incidiram alguns sonhadores que derramaram o seu sangue precioso pela causa da revolução, e de que hoje ainda muitos participam. Parece-nos a nós que as revoluções não trariam a solução do problema que estamos examinando, mesmo que elas fossem dirigidas pelos mais puros dos cidadãos e colocassem no poder os mais dignos. Não se modifica radicalmente da noite para o dia a mentalidade de um povo, formada por hábitos seculares.

Se milagrosamente se conseguisse dos governantes o mais escrupuloso respeito a lei, sem dúvida o exemplo concorreria a inculcar nos governados o mesmo sentimento, mas a transformação fatalmente teria de ser lenta, porque a insubordinação a autoridade, mesmo legítima, é hoje um sentimento natural e inato no brasileiro.

O trabalho educativo deve ser outro. Não o deve assustar a aridez ou extensão da estrada a percorrer, porque quem se esforça pela educação de um povo deve fazê-lo na convicção que trabalha para seus filhos, pois raramente tem a ventura de ver amadurecer os primeiros frutos das sementes que espalhou. É, por isso, essencialmente a mocidade que deverá dirigir-se, porque nela encontrará terreno mais fértil. Não só a ela, mas também as elites dirigentes, as classes laboriosas, a massa popular. A todas ensinar as grandes leis da solidariedade humana; mostrar-lhes que, no seu próprio interesse, ninguém deve isolar-se: o cidadão deve pensar na sua cidade, o patriota, na sua pátria, o homem, na humanidade; indicar-lhes que os direitos de que tanto falam e reclamam são inseparáveis dos deveres que muitos esquecem; fazer ver que uns e outros derivam de princípios e idéias que devem, por isso, ser postas acima das pessoas; instruir os homens a se agruparem em volta daquelas e não destas; vencer o personalismo e o incondicionalismo, e colocar em seu lugar a disciplina consciente aos princípios e as leis que deles emanam; inculcar o respeito a ciência e a virtude,

acima de tudo, o culto a liberdade — eis, em suma, tudo o que é preciso para melhorar a educação política do povo.

A tarefa é grandiosa e não pode ser vencida por poucos. Para realizá-la é preciso o concurso de muitos. Apelamos por isso para que todos os homens de boa vontade se atirem a ela com fé, entusiasmo e patriotismo!

Que, sobretudo, professores de todas as escolas, desde as primárias as superiores, escritores, oradores e jornalistas, todos aqueles, enfim, que, pela sua inteligência, cultura ou talento, se tomem condutores de homens e adquiram preponderante influência sobre a alma da mocidade e do povo, que todos estes se compenetrem das responsabilidades que lhes cabem e colaborem pelo exemplo, pela palavra e pela pena na grande obra educativa que tornará o povo brasileiro senhor dos destinos de que é digno!

Oxalá, finalmente, políticos e governantes não os contrariem, mas antes os auxiliem cumprindo fielmente a nossa Magna Carta, respeitando religiosamente os direitos que ela assegura, praticando, enfim, a verdadeira democracia, educadora por excelência, que, na magistral frase de Renan, ensina "a extrair o diamante das multidões impuras"!

#### CONCLUSÃO

As apreciações que aqui foram feitas, no desejo de colaborar a grande obra educativa que se propõe a I Conferência Nacional de Educação, examinaram as lacunas da educação política do povo brasileiro, seus graves inconvenientes, suas origens e possíveis remédios.

Resumindo-se em alguns *considerando*, seu obscuro autor apresenta a seguinte proposta:

Considerando que um programa de educação integral não pode deixar a margem, pela sua excepcional importância, a educação política;

Considerando que a reconhecida insuficiência de educação política do povo brasileiro—da mesma forma que a falta de instrução e higiene—é um dos fatores que entrava o progresso do País, e que, por isso, deve ser removido;

Considerando que os povos politicamente educados são aqueles em que a maioria da população tem consciência de seus direitos e deveres, interessando-se pela coisa pública, tomando parte nas eleições, e que, praticamente, o grau de educação política é revelado pela porcentagem de votantes;

Considerando ainda que, no regime constitucional em que vivemos, o voto não é simplesmente um direito, mas um dever cívico de altíssima importância que cumpre exercer com liberdade, consciência e sinceridade;

Considerando finalmente que, embora não caiba a uma conferência alheia a política externar qualquer opinião sobre questões controvertidas, como a do voto secreto e feminino, que servem de campo as lutas partidárias, nada lhe veda, mas pelo contrário, a sua nobre missão aconselha,

sem abordar aquelas questões, a esforçar-se por desenvolver o cumprimento dos deveres cívicos e políticos, dos quais só resultarão vantagens para o País.

Proponha-se que: a I Conferência Nacional de Educação considere o cumprimento dos deveres políticos e o exercício consciente e livre do direito do voto de grande vantagem e utilidade ao progresso do País e a educação política do povo. E convicta da importância desta num programa de educação integral, a conferência resolve incluir a educação política entre os assuntos oficiais da II Conferência Nacional de Educação.

TESE Nº 92

## A FÍSICA NO CURSO SECUNDÁRIO

**Francisco Venâncio Filho**

Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação

*A ciência vai transformando o mundo. O "Paraíso", sonhado pela gente de outras idades, começa a definir-se, aos olhos dos modernos, com as possibilidades que o passado apenas imaginava. O homem culto chegou a voar melhor do que as aves; nadar melhor do que os peixes; libertou-se do jugo da distância e do tempo; realiza na América o que concebeu na Europa, alguns segundos antes; ouve a voz dos que morreram conservada em lâminas com o seu timbre e as inflexões da dor e da alegria; imortaliza-se, arquivando a palavra articulada com todas as suas características, e as suas formas e seus movimentos com todas as minúcias...*

Roquete-Pinto

(Rondônia)

### FINALIDADE

**S**e buscarmos uma finalidade ao ensino secundário, não acharemos outra senão a que vem de sua origem clássica, a de integrar o indivíduo na espécie e dando-lhe uma soma de conhecimentos a fim de que, na expressão breve de Pierre Coubertin, "tout homme intelligent possède, au seuil de la vie active, une notion suffisamment nette du patrimoine matériel et intellectuel dont il est le bénéficiaire présent, l'usuf ructuaire temporaire et bientôt le comptable devant la génération qui le suit". Por outra, é o velho estudo das humanidades, que toma o indivíduo inteiramente humano. É um conceito em que o acordo, em teoria, é total. Praticamente, entre nós, o ensino secundário é apenas degrau, que se procura e se deve vencer com maior rapidez.

Vejamos qual o lugar da Física neste sistema de cultura. Deve obedecer a quatro objetivos:

- 1) dar um conhecimento integral do mundo físico, mostrando de um lado como é ele regido por leis naturais e, de outro, a identidade da Física dos livros e a da natureza;
- 2) dar uma capacidade de observação e experimentação dos principais instrumentos científicos;
- 3) dar uma visão das bases gerais das principais indústrias, quase todas de ordem física;
- 4) dar os conhecimentos necessários aos cursos superiores.

Pode-se dizer que a Física é hoje o pórtico de todas as ciências. Pelo grau de desenvolvimento a que já atingiu, pela coordenação que já se fez de algumas das suas partes e pela natureza do seu resultado de investigação, pela associação da análise matemática, em toda a sua fecunda generalidade, é, de fato, atualmente, na expressão de Mareei Boll, "a ciência tipo".

Permite ainda abranger os fenômenos mais gerais e os agregar numa visão de conjunto, dando uma ligação filosófica aos fatores que modelam e transformam o mundo.

Por outro lado, é uma escola educativa de primeira ordem. Obrigando a observação, ponto de partida inicial, aguça e adestra os sentidos. Seguida da experimentação concreta em estado motor, a atenção se torna, assim, mais ativa, aperfeiçoando e até criando habilidade manual.

Finalmente, pelo número imenso de aplicações que transfiguraram a vida de nossos dias, desperta a curiosidade em face do grande papel pragmático que desempenha.

Nunca é demais repetir uma profunda reflexão de Lechatelier. Com efeito, diz ele, se a capacidade comercial nem a habilidade manual dos homens variou, o que fez o surto formidável da indústria hodierna foram as descobertas científicas do século XIX, sobretudo da Física.

E é a Física a ciência que vai transformando o mundo, dando-lhe foros do paraíso sonhado pelos primitivos, como se lê nas páginas iniciais de *Rondônia*.

#### PROGRAMA

Há nos programas de curso secundário de Física de todos os países certa uniformidade. Embora se encontrem ligeiras variantes, a massa total de matéria é a mesma.

Varia também a ordem adotada, apesar das divisões clássicas, também gerais. Já se pode, hoje em dia, coordenar as suas diversas partes de forma diferente. O capítulo das vibrações, por exemplo, reúne, em síntese fecunda, fenômenos de ótica, de calor, de eletromagnetismo e radioatividade sob o modelo acústico.

As divisões mais recentes de Bouasse, de acordo com as analogias mais profundas, ou a do professor belga Tillieux, em duas grandes divisões — o ponderável, apesar desta última se ter moldado, admiravelmente, em um curso —, ainda não apresentam vantagens suficientes a dirimir a clássica: barologia, acústica, termologia, ótica e eletricidade. Entre nós, costuma-se preceder este estudo de um preâmbulo abstrato de noções de mecânica, como que a completarem o estudo da Matemática. Ora, a carência das noções essenciais a mecânica, de analítica e

cálculo, noções simples e claras mas que são ainda privilégio dos que se destinam aos cursos de engenharia ou militares, parece mais natural que aquelas noções sejam dadas, experimentalmente, acompanhadas de mecanismos, constituindo o que se entende por mecânico-física.

O programa deve abranger toda a matéria, adstrito a um critério fundamental e irrecorrível — o tempo.

Dispondo de um certo número de aulas de ano letivo, descontadas as que se perdem com feriados normais e eventuais, além daquelas necessárias as revisões da matéria, deve o programa se ajustar de modo a que a última semana coincida com o último assunto a ser tratado.

O que geralmente acontece, e não é só entre nós, é que a parte final é comprimida nos últimos dias e obrigada, pois, a noções sumaríssimas.

E estas noções são, muitas vezes, como sucede com a eletricidade, capitais ao objetivo do ensino.

É claro que em tudo há sempre coisas fundamentais e coisas acessórias. É possível, portanto, reduzir o programa aquilo que, sendo essencial, caiba com folga no lapso de tempo útil disponível. Esta matéria constituirá o núcleo central do curso.

Convém, entretanto, apor ao que é imutável — noção que ninguém pode ignorar—uma parte móvel, ano a ano, o que constituirá uma diversão a monotonia para o professor e excelente exercício para o aluno. O exemplo foi dado, inicialmente, aqui, pelo professor Afrânio Peixoto, no seu curso de Higiene, na Faculdade de Medicina.

Esta parte móvel poderá ser constituída de lições tipo sobre determinado assunto, estudado com toda a minúcia, para mostrar ao aluno como se deve estudar qualquer ponto, esgotando-o quanto possível, ensinando-lhe buscar, em diferentes livros, coordenar as informações aqui e ali colhidas, a fim de lhes dar uma contextura lógica e seriada.

Ainda por memórias originais comentadas, a fim de serem criticadas, mostrando delas o que constitui patrimônio adquirido, o que foi modificado. Estudar a biografia do autor ou a fisionomia geral da época. Há, neste sentido, em todas as línguas, excelentes livros, entre os mais conhecidos em francês o de Coupin e Le Clerc du Sablon e os clássicos da casa Armand Collin e Gauthiers-Villars.

Caberia aí, também, ao fim do programa, rápida exposição das hipóteses e das teorias correlatas, que se não devem confundir com a realidade objetiva dos fenômenos.

Esta porção variável do programa daria um interesse novo, todos os anos, ao curso, permitindo ao professor estudos pessoais, e nos alunos, sobretudo os mais capazes, despertar aptidões que o ensino mecanizado que nos domina muita vez apaga.

#### PROCESSOS DE ENSINO

Os processos de ensino da Física, de um modo geral, decorrem da sua natureza filosófica. Sendo, como é, uma ciência precipuamente indutiva, o seu ensino não pode deixar de se subordinar a este critério.

Todos os fenômenos cujo conjunto lhe constituem o objeto foram adquiridos pelos processos do método indutivo. Primeiro, a observação; em seguida, a experimentação. Daí a seguinte ordem expositiva parecer ser a mais lógica em curso secundário:

- 1) coordenação dos fenômenos em torno de nós, relativos ao assunto, de preferência provocados a percepção do aluno;
- 2) a realização de experiências qualitativas simples e elementares, com recursos imediatos, quanto possível de material improvisado;
- 3) a realização de experiências qualitativas e quantitativas com aparelhos mais precisos, acentuando as causas de erro aí eliminadas, tomando os fenômenos mais claros, as vezes;
- 4) a tradução algébrica ou gráfica dos fenômenos estudados, para determinação das leis que os regem;
- 5) as conclusões gerais que o assunto comportar;
- 6) as conseqüências e as aplicações a vida diária, as necessidades industriais e científicas.

Isto constitui, propriamente, o ensino do professor.

A parte cada vez mais importante em todos os países e que já tocava a crítica de Lebon, apreciando o célebre livro de Omer Buyse sobre o ensino americano, é sem dúvida o trabalho do aluno.

Como observa o grande propugnador da educação ativa, Dewey, não basta incluir nos programas os trabalhos dos alunos e dar-lhes ferramentas e aparelhos. É imprescindível que haja um trabalho coordenado das mãos e da inteligência.

Há duas maneiras de se fazer este estudo: uma é a do aluno ver a experiência em aula e repeti-la depois; outra, a de preceder a exposição do professor das experiências dos alunos.

Não há uma que seja a ideal. Se a realização prévia em aula tem a vantagem de esclarecer mais o aluno quando a vai fazer por si, a outra permite adestrar mais o uso dos sentidos e dá a aula um interesse maior. Mas há como conciliar os dois sistemas. Não é necessário que o aluno realize todas as experiências do curso. Seria, aliás, impossível para turmas grandes, pelo tempo. Organizar-se-á um número pequeno de experiências que precedam a exposição de cada parte do programa e, depois, farão os alunos determinações numéricas relativas aquela parte.

Hoje, na Europa, estão introduzindo, sobretudo em França e Bélgica, a prática americana *àosupervisedStudy*, trabalhos dirigidos, com grande amplitude, visando três objetivos: diminuir o trabalho do aluno em casa, permitir ao professor uma apreciação mais exata do aproveitamento dele e desenvolver, sobretudo, a sua personalidade. Não são apenas experiências, senão análise minuciosa de um fenômeno, as aplicações que ele pode comportar, as experiências que o podem comprovar, a sua origem histórica, etc.

Não cabem aqui as minúcias relativas aos pontos convenientes, quer das experiências preliminares, quer das de medidas físicas.

Como observação, de passagem, é de toda a conveniência nestes últimos exercícios o emprego da régua de cálculo e uma noção bem nítida de aproximações numéricas.

#### SISTEMAS DE EXAMES

A condenação dos exames é hoje formal. Apresenta como inconveniente principal o aspecto de loteria inevitável.

Atualmente é ele feito em três provas:

- 1) uma prova escrita, constante de uma dissertação e duas perguntas;
- 2) uma prova prática, pública, sobre aparelhos e experiências;
- 3) uma prova oral sobre pontos variados.

Ora, são três vezes que se repete o mesmo sorteio. Pode um aluno fazer bem qualquer das três provas, e até todas, e não ter as noções necessárias da matéria. Ao contrário, pode conhecê-la toda e não responder as questões propostas. Há documentação capaz de comprovar este asserto.

Já se corrigira, de alguma sorte, o sistema, alterando as provas atuais. A prova escrita poderia ser de problemas elementares, que dessem ocasião de mostrar o aluno senhor das leis e uma idéia da ordem de valor das grandezas. A prova prática, secreta, sobre determinações numéricas, elementares, constantes de um programa publicado oficialmente e que contivesse o que há de essencial na disciplina.

Poder-se-ia até conjugar as duas.

Enfim, a prova oral constaria de uma parte vaga de generalidades e de um ponto.

Entretanto, o sistema atual de apuração de preparo é por demais falho, em qualquer regime legal, sobretudo agora, com duas comissões a julgarem.

É claro que, aceita a fraude dos examinadores, nenhum processo resiste. O que é preciso é que os meios permitam que se apure de fato se o examinado possui aquele mínimo de conhecimento necessário.

Outras soluções têm sido aventadas:

- 1) A do professor Afrânio Peixoto, proposta no Congresso de Ensino de 1922 e mais tarde em conferência da Liga Pedagógica do Ensino Secundário, que se encontra no seu livro *Ensinar a Ensinar*, propugna a eliminação total do exame.

Manda que se faça em todas as matérias, mesmo naquelas que Oswald chama "ciências de papel", em que não é possível nada de experimental, um certo número de exercícios gradativos e que abranjam ao termo toda a matéria, de exigência obrigatória. *Ofecit* e o *nonfecit* é a sanção. Há, primeiro, em alguns casos, a dificuldade de os organizar. Depois a facilidade a fraude, pois não custa muito a um professor tolerante escrever *oplacet* gracioso.

Em Física, não seria difícil a sua aplicação, pela confecção de uma lista de determinação experimental de complexidade crescente e que contivesse, ao fim, todo o programa. Entretanto, seria, entre nós, perigoso.



2) A solução das médias anuais, indiscutivelmente excelente meio, só e aplicável nos colégios oficiais. Mas estas médias são, em geral, obtidas por provas menos sujeitas a verdade, mas sujeitas, ainda assim, aos inconvenientes das provas finais referidas.

3) A terceira solução ainda não foi aplicada, ao que se saiba, entre nós, no ensino da Física — é o sistema *dos tests*.

A natureza deste trabalho não comporta um largo desenvolvimento do assunto, que o merecia.

Se bem que nascido em França, o sistema se desenvolveu nos Estados Unidos. Não se poderá discutir as suas vantagens, mesmo porque elas estão nas generalidades do assunto, por demais conhecido na sua imensa bibliografia, e aqui quer-se, apenas, tratar da aplicação a Física.

A maior vantagem que os *tests* apresentariam, no caso, é a objetividade da nota, por qualquer professor, eliminada a equação pessoal década um, hoje inevitável. E agora, com o regime atual de centralização, tornar-se-ia fácil a sua aplicação no ensino secundário, desde que fosse guardado o sigilo no seu estabelecimento e se contasse com a seriedade das comissões que os dessem.

O Colúmbia Research Bureau, dos Estados Unidos, publica a coleção organizada por Farwell e Wood, constante de 144 testes de sim e não, contendo toda a Física, assim distribuída: 16% de mecânica, 16% de calor, 16% de luz, 8% de acústica, 32% de eletricidade e 12% de generalidades.

Há, entre outras, as de Ruch-Popenoe, de Riborg Mann.

Evidentemente, seria necessário, a eficiência de sua aplicação, a estalonagem criteriosa.

Há de ser objeto de estudo ponderado e não adoção imediata, a custa de decreto.

#### O LABORATÓRIO

A organização dos laboratórios é a questão principal e dominadora, porque diz com o lado econômico. E o que não for resolvido sob este aspecto está sem solução.

Neste terreno é fácil, muito fácil imaginar, em arroubos de sonho, o que pode ser um laboratório completo de Física para curso secundário. Basta percorrer os catálogos de casas construtoras alemãs, inglesas, americanas, italianas e francesas para se ter a ambição desperta e a imaginação desabalada... A visão de Deutsch Museum, museu de ciências técnicas de Munique, a maior escola de educação popular que já se criou, em que todos os aparelhos funcionam, tocados pelo público, em que tudo está representado, completa o quadro do sonho...

Mas, ajustada as realidades, uma instalação completa deve constar do seguinte:

- 1) sala de aulas, provida de tomadas de corrente, alternativa e contínua, de diferentes voltagens; água, gás, ar comprimido e vácuo; lanternas de projeção, para as experiências de grande auditório; galvanômetro, para as lições de eletricidade e algumas de ótica e calor;
- 2) sala de depósito de aparelhos, convenientemente arrumada, de acordo com os assuntos, facilitando a exposição do curso durante o ano;

- 3) sala do professor, pequena, contendo aparelhos de precisão, além de pequena biblioteca, com os livros necessários a qualquer consulta;
- 4) pequena oficina do laboratório, que permita reparar qualquer aparelho do curso e mesmo fabricar alguns.

Na Europa, hoje, é esta a parte mais importante da organização do ensino. Muitos instrumentos são feitos, com a colaboração dos alunos, na própria oficina. E não são de simples demonstração, mas galvanômetros, potenciômetros, espectroscópios. Hoje há, por toda a parte, pequenas oficinas que satisfazem a esse objetivo, a preço razoável. Não vale encarecer a importância formidável desta oficina, que adentra o aluno na habilidade manual, com que constrói o seu material de estudo e lhe mostra que ele é baseado em princípios simples e claros. Além disso, traz uma grande economia, o que constitui fator de alto peso entre nós, em que, além da importação, há que contar com o lucro do fornecedor.

Fica, portanto, a aquisição reduzida aos instrumentos de construção delicada, como termômetros, balanças, máquinas de vácuo e elétricas, etc.

Há muito livro permitindo esta organização, destacando-se como mais conhecido o do professor H. Abraham.

- 5) Sala de trabalhos dos alunos.

Para este trabalho, as experiências são organizadas por períodos durante os quais estão sempre armados os aparelhos, permitindo que a qualquer momento possam eles funcionar. Há para isso, em geral, meia dúzia de modelos de pouco custo, com que o aluno possa trabalhar a vontade, sem risco. Esta a organização modelar, aliás, acessível, sem grande dificuldade.

No domínio da grande imaginação poder-se-ia acrescentar pequeno museu contendo instalação, em miniatura, das grandes indústrias físicas: térmicas, óticas, elétricas, como as do Museu de Munique, sonho verdadeiro de Luiz II, o construtor de Bayreuth...

Para facilidade do ensino, organizaram-se, principalmente na Alemanha, pequenos laboratórios escolares de custo reduzido. É conhecida a referência de G. Lebon da casa Mertig de Dresden.

Entre as coleções deste gênero, a que parece mais convincente é a da casa Hosmos Baukasteu, de Stuttgart, cujo curso de Física, constante de 3 caixas acompanhadas de instruções, que são um verdadeiro tratado elementar, permite um ensino integral da disciplina e pode custar, no Rio de Janeiro, menos de 300\$000. Houve, entre nós, tentativa semelhante e eficiente do professor Heitor Lyra.

Haveria muita questão ainda a ser tratada em relação a este assunto, tais como a obtenção de temperaturas elevadas onde não houver gás, a obtenção de vácuo para diversas experiências, a transformação das correntes, etc.

Vê-se, pois, que a razão financeira pode ser vencida com recursos relativamente acessíveis. Tudo está na dedicação e convicção, digamos melhor, no idealismo do professor.

De qualquer forma, é urgente, assustadoramente urgente, modificar as normas por que se vai fazendo o ensino das ciências físicas e naturais entre nós. Cada vez mais se deve repetir, repetir sempre: "Ao em vez da educação literária pelo livro, a educação científica pela natureza". (Roquete-Pinto)

#### CONCLUSÕES

- I — A finalidade do ensino secundário da Física é dar uma noção integral do mundo físico, nas suas leis (ciência) e nas suas aplicações (indústria).
- II — Os programas devem conter toda a matéria que não pode ser ignorada, subordinados obrigatoriamente ao tempo disponível, de modo a serem cumpridos integralmente.
- III — Os processos de ensino devem-se subordinar ao método indutivo. Os fenômenos estudados pela observação e experimentação, quer coletivamente, pelo professor em aula, quer individualmente, pelo aluno, em trabalhos práticos imprescindíveis.
- IV — O sistema atual de exames deve ser modificado. É conveniente estudar criteriosamente o sistema detest, para adaptá-lo ao ensino secundário da Física
- V — O laboratório, parte essencial do ensino da Física, pode ser reduzido a custo possível e deve ser constituído de aparelhos simples e acessíveis aos alunos.

TESE N<sup>o</sup> 93

## CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

**Branca de Almeida Fialho**  
Associação Brasileira de Educação

#### INTRODUÇÃO

**A** tese que ora apresento é uma síntese das conclusões a que chegou a Seção de Ensino Secundário da Associação Brasileira de Educação, ao tempo em que desempenhei a honrosa atribuição de dirigir os seus trabalhos, de abril a julho do ano de 1927. Os estudos dessa comissão ainda não estão terminados; há acordo, porém, sobre as linhas gerais do problema e é unânime a opinião acerca da orientação a seguir. Nessas condições, pareceu-me interessante apresentar a I Conferência Nacional de Educação essas diretrizes gerais, como contribuição para o encaminhamento do estudo do ensino secundário. É um primeiro passo para o conhecimento desse assunto e, além das idéias gerais e básicas, figura aí um plano concreto, com o fim de evidenciar a exeqüibilidade dessa organização. Outros planos podem caber no mesmo quadro,

que comporta, também, um desenvolvimento muito maior. O trabalho que apresento, sem premissões dogmáticas, tem a elasticidade suficiente para permitir que outras coordenações sejam traçadas dentro das mesmas diretivas.

#### **LIBERDADE DO ENSINO PARTICULAR**

Há uma série de desvantagens em fazer o Estado experiências, nos institutos oficiais, sobre o rendimento e a convivência dos diferentes métodos educativos, programas de ensino, seriação das matérias, etc. Além disso, restringir, direta ou indiretamente, aos estabelecimentos oficiais a incumbência da disseminação do ensino secundário é onerar o governo com uma responsabilidade acima dos seus recursos financeiros. Por esses motivos, deve ser animada a iniciativa privada, no sentido de se favorecer a criação de institutos particulares de ensino secundário, livres de seguir ou não a organização oficial, desde que os resultados representados pelo grau de aproveitamento dos alunos sejam submetidos a uma honesta e criteriosa verificação por parte do governo.

As necessidades do Brasil em matéria de ensino secundário, que é o formador por excelência da mentalidade nacional, indicam que não se asfixie, dentro de normas rígidas, a liberdade de ensino, antes se anime, por todos os modos, a criação de estabelecimentos particulares de ensino.

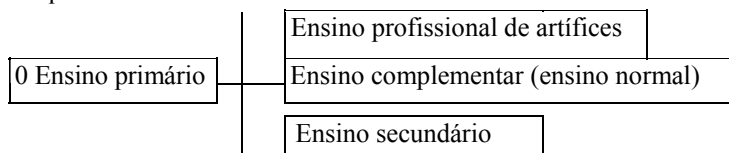
Um dos fatores favoráveis ao desenvolvimento dos colégios particulares, para ministrar o ensino secundário, é o de estabelecer modalidades de exame para julgar o grau de aproveitamento dos alunos, como será adiante especificado, sem a imposição rigorosa da obediência rígida a seriação oficial das matérias.

#### **HARMONIZAÇÃO E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE O ENSINO SECUNDÁRIO E OS DIVERSOS GRAUS DE ENSINO QUE A ELE SE PRENDDEM**

O ensino secundário deve se harmonizar, de um lado, com o ensino que o precede e, de outro lado, com o que a ele sucede.

A) Precede-o o ensino primário. E injustificável que um aluno, ao terminar o curso primário, se encontre embaraçado, como acontece atualmente, para iniciar o curso secundário. Os tropeços existentes, muita vez vultosos e quiçá invencíveis para o aluno pobre, devem ser removidos. Para isso, tornam-se indispensáveis entendimentos entre os diversos órgãos da administração, a quem competem essas modalidades de ensino. Como se sabe, o ensino primário está normalmente a cargo dos estados ou das municipalidades, ao passo que o ensino secundário queda na dependência da administração entregue a União. Deve haver também uma harmonização que conduza, sem solução de continuidade, do término do ensino primário para os diversos ramos em que o aluno se pode dirigir então — e que são: o ensino secundário; o ensino complementar, conduzindo ao ensino normal; e o ensino das escolas profissionais de artífices.

Esquemáticamente:



B) Seguem-se ao ensino secundário, na hipótese de serem prolongados os estudos, ramos muito diferentes, exigindo preparo em graus diversos. De modo que não é aconselhável organização de um plano uniforme e único de ensino secundário, impondo-se, ao contrário, para atender a essa diversidade de fins, a subdivisão desses estudos. Essa ramificação pode ser começada a partir do 4º ano, feito em seis anos o curso secundário completo, estabelecendo-se destarte um curso secundário fundamental de quatro anos, seguindo-lhe um curso complementar de dois anos.

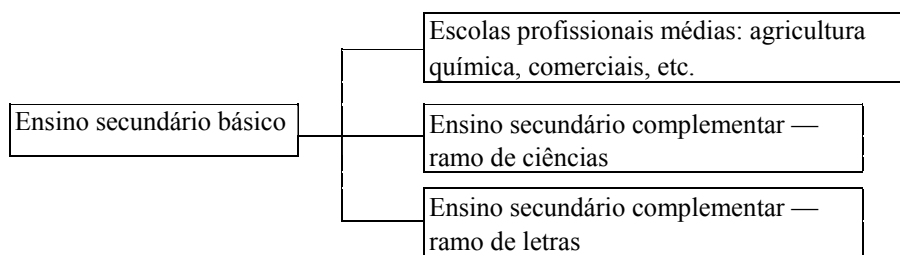
Concluído o curso secundário básico, estariam os alunos em condições de prosseguir os estudos dirigindo-se a escolas profissionais médias (de agricultura, química, comerciais, etc).

Para a entrada nessas escolas basta a prévia conclusão do curso secundário básico, não sendo aconselhável maior demora em estudos preliminares, dispensáveis, que teriam a grande desvantagem de retardar o início da atividade profissional de uma grande massa que não se pode permitir prolongar o período de estudos além do estritamente necessário.

Outra vantagem decorrente dessa divisão do ensino secundário em duas fases, permitindo, ao término da primeira delas, o encaminhamento imediato para uma escola profissional, é a de canalizar para essas escolas um maior número de pessoas. Ao cabo de seis longos anos de estudos secundários, é grande a tentação para encaminhar-se o aluno as escolas de ensino superior, abandonando assim essas outras profissões de tao grande utilidade para o progresso do País.

Terminando o curso secundário básico, o aluno não deve prosseguir os estudos em plano único, mas sim em obediência a uma subdivisão, colimando o apuro da formação de uma mentalidade que já, então, tem suficientes elementos para a escolha de uma orientação. Essa subdivisão pode ser traçada em dois ramos: ciências e letras.

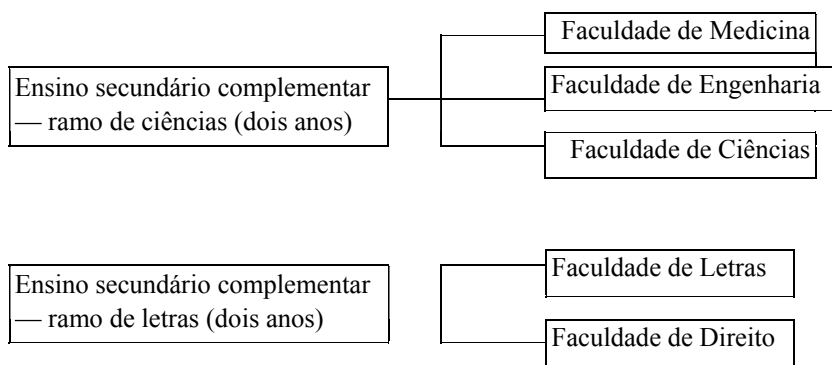
Esquemáticamente:



Justifica-se a subdivisão do ensino secundário complementar em dois ramos pela necessidade de ser feito o estudo das diferentes matérias com o suficiente desenvolvimento que não seria possível num curso englobando todas elas. O nível intelectual já alcançado então pelos alunos exige, para a máxima eficiência dos estudos, uma minudência incompatível com um curso único. Não se deve ter em vista, no ensino secundário complementar, um estudo difuso de muitas matérias feito de modo superficial, e sim armar o aluno de conhecimentos suficientemente aprofundados, o que só é conseguível por meio de uma limitação do número das matérias a estudar.

Terminados os estudos do ensino secundário complementar, ramo de ciências, estará o aluno apto a prosseguir os estudos em escolas de ensino superior (Faculdades de Medicina, Faculdades de Engenharia, Faculdades de Ciências, etc). Concluídos os estudos do ramo de letras, estará o aluno em condições de cursar escolas de ensino superior do tipo de Faculdades de Letras ou de Faculdades de Direito.

Esquemáticamente:



#### FINALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário deve ser feito sem o caráter de simples fase preparatória, mas de modo sólido e seguro, tendo a sua finalidade própria. Entre nós, tem sido apenas uma ponte de passagem para as escolas superiores. Urge restituir ao ensino secundário o caráter que sempre deveria ter tido, fora dos limites estreitos desse fim especializado. A formação de uma mentalidade culta sem a estreiteza do profissionalismo é ponto de capital importância na obra da educação nacional e será o fruto de um ensino secundário que encontre em si mesmo a razão de ser, sem a preocupação exclusiva de preparo preliminar para as escolas de ensino superior.

A divisão do ensino secundário complementar em dois anos, permitindo mais profundo estudo das matérias, está de acordo com essa concepção dos objetivos desse ensino. De fato, somente ganhando em profundidade é possível imprimir ao estudo esse caráter que ele deve ter, em vez de diluir a massa de conhecimentos, considerando-os como devendo ser posteriormente completados.

#### ENSINO CLÁSSICO OU MODERNO?

Deve a organização do ensino secundário se subordinar ao critério do ensino clássico, ou deve antes ser orientada pelo critério moderno? Nesse terreno, onde tantas batalhas se travaram entre adversários irreconciliáveis, com gasto imenso de pensamento, palavras e tinta, parece que já não se encontram mais dificuldades sérias, graças as experiências anteriores.

O ensino clássico convém? Claro que sim. O estudo dos clássicos gregos e latinos, alargando o espírito, desenvolve o culto pelo idealismo e é uma fonte perene de beleza e de arte. A primeira condição para a compreensão do pensamento grego ou latino é um estudo menos superficial dos clássicos. Já se disse (Wells) que "o estudo da língua de um povo deve ser uma porta aberta para o pensamento desse povo". A ensinar sem esse objetivo, melhor é não ensinar nem grego nem latim. No ramo de letras, o ensino clássico se impõe.

O ensino moderno convém? Quando aplicado ao ramo de ciências, é uma verdade clara que dispensa argumentos supérfluos.

Qual dos dois é o melhor? Essa é a tese acadêmica, já demasiadamente discutida, e importa tanto como saber quem foi o maior, se César ou Napoleão. Os dois critérios são harmonizáveis e de fato se harmonizam com a divisão do ensino secundário complementar em dois ramos, aplicado o critério do ensino clássico ao ramo de letras e o do ensino moderno ao ramo de ciências.

#### MODALIDADES DOS EXAMES

Para os alunos de cursos particulares que não queiram se subordinar a seriação oficial das matérias será necessário estabelecer exames nos estabelecimentos oficiais (ou em colégios equiparados, onde não haja estabelecimento oficial), de modo a se aferir, assim, o seu preparo. Tais exames não poderão ser anuais; por isso mesmo que, por esses examinandos, não é seguida a seriação oficial.

Deverá então haver exames finais, de conjunto, correspondentes a terminação do ensino secundário básico e a finalização do ensino secundário complementar (ramo de letras ou de ciências). Para coibir abusos sempre possíveis, poderia ser adotado o critério de só admitir candidatos ao exame final do curso secundário básico com a idade mínima de 15 anos, elevada para 17 anos em se tratando de qualquer dos exames finais do ensino secundário complementar.

As idades de 15 a 17 anos assim indicadas derivam da hipótese da terminação do curso primário aos 11 anos, dedicados quatro anos ao estudo das matérias constitutivas do curso secundário básico.

#### JUSTIFICAÇÃO DE ALGUMAS MATÉRIAS A INCLUIR E A EXCLUIR

1) Trabalhos manuais — *Omanual training* tem produzido os melhores resultados onde adotado. Com efeito, é um magnífico meio de educação da iniciativa e da observação e contribui para a formação da individualidade, dando ao aluno confiança em si próprio. Isso sem falar nas grandes vantagens da habilidade manual assim adquirida. *Omanual training* realiza o conceito

moderno de considerar menos o que o aluno sabe do que a capacidade de aprender adquirida. É uma correção dos inconvenientes de uma excessiva massa de conhecimentos puramente livrescos.

2) Desenho—Igualmente o desenho, por ser um excelente instrumento educativo, foi colocado em todos os quatro anos do curso básico, servindo também de auxílio ao estudo de outras matérias. Nos primeiros anos é o desenho a mão livre; depois geométrico e, finalmente, organográfico, sendo desnecessário dizer da importância deste último para o estudo das ciências naturais.

3) Música—A música, cujo ensino é incluído no curso secundário básico, com o caráter elementar, constando precipuamente do canto dos hinos patrióticos e coros, servirá para criar no ambiente escolar um sentimento estético de harmonia. Não devendo comportar o ensino da música uma hora seguida de estudo escolar, poderá ser combinado o tempo reservado ao seu estudo com os trabalhos de ginástica — e assim foi imaginada a sua realização no esboço organizado a título de exemplificação.

4) Fisiologia e higiene—O estudo elementar do funcionamento do corpo humano e os preceitos básicos de higiene individual e coletiva foram previstos no último ano do ensino secundário básico, pela urgente necessidade de se cuidar, entre nós, praticamente, da defesa da raça.

5) Noções de direito usual — Foi abolida a cadeira de "educação moral e cívica", cujo estudo teórico é perfeitamente inócuo, devendo os seus preceitos se estabelecerem como uma filosofia natural, sendo substituída essa matéria pelo ensino de noções de direito usual. O ensino de moral e a educação cívica são feitos através do exemplo dos grandes homens e de seus feitos; qualquer professor achará oportunidade para essas lições, e, notadamente, o professor de História. O civismo exige, além disso, o conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, o que determina a necessidade do estudo de noções de direito usual, matéria que, para ser proveitosamente apreendida, foi colocada no 3º ano, dirigindo-se assim o seu ensinamento a alunos cujo desenvolvimento intelectual já permite a assimilação desses estudos.

6) História e Filosofia das Ciências e História da Civilização—Seguindo o mesmo critério adotado hoje em algumas universidades na França, foi incluído nos dois ramos do ensino secundário complementar (ciências e letras) o estudo da História e Filosofia das Ciências e o de História da Civilização. São duas matérias da maior importância na formação mental do indivíduo, trazendo elevação do espírito e alargamento das idéias. Poderosos plasmadores da mentalidade, esses estudos preparam uma atitude larga e segura em face dos acontecimentos.

#### OBSERVAÇÃO FINAL

Neste trabalho apresentado a I Conferência Nacional de Educação, procurei esboçar apenas, em traços gerais, alguns aspectos da questão, indicando a orientação que me parece dever ser seguida para a remodelação do ensino secundário em nosso país, de acordo com as conclusões a que, sobre esses pontos, chegou a Seção de Ensino Secundário da A.B.E.

Outros aspectos da questão, apesar de interessantes, como o provimento de professores, colégios femininos ou mistos, métodos de estudos, etc, foram propositadamente deixados de parte, para não alongar este trabalho além do quadro que me impus.



## O ENSINO DE HISTÓRIA NATURAL

**Henrique Marques Lisboa**  
Faculdade de Medicina — Belo Horizonte, MG

No meu já longo tirocínio com os alunos que, deixando os ginásios, procuram a Faculdade de Medicina, verifico, infelizmente, que sou forçado a obrigá-los a um salto brusco entre os estudos de orientação variável que lhes foram ministrados sobre a História Natural e o curso de Biologia da 1ª série médica.

Esse inconveniente resulta do fato de se querer ensinar-lhes de um modo abstrato informações especiais sobre anatomia humana, ou sobre mineralogia, ou mesmo sobre sistemática, em vez de conhecimentos concretos de síntese biológica, que só especializarão aqueles que o quiserem.

Que utilidade prática, ou mesmo, que valor puramente educacional pode ter, para uma criança de grupo escolar, a enumeração de todos os ossos do corpo humano, inclusive os do carpo e do tarso? Isso se faz, entretanto.

Nos cursos ginásiais, de que tenho informações mais seguras, explora-se: ou um estudo ultraminucioso de sistemas cristalinos e reconhecimento de minérios, como se estivéssemos em escolas de minas, ou obriga-se o aluno a sistematização contada de grupos de plantas e de animais.

Desse ensino de fantasmas das coisas da natureza, árido e pesado, que resulta?

Uma falsa idéia de ilustração, inútil em qualquer ponto de vista, pois só permite a exibição de nomes pomposos referentes a objetos dos quais os alunos só conhecem o nome. Nomes gregos ou latinos, sonoros ou rebarbativos, mas que não despertam idéias de relação, de utilidade ou de vida.

É indiscutivelmente preferível, do ponto de vista educacional estabelecido e prático, que se lhes ensine menos matéria, muito menos, mas esse pouco deve ser concretizado e relacionado de modo a se gravar sem esforços, mas indelevelmente, prestando o serviço puramente educacional de permitir idéias gerais e, também as vezes, o de aplicações práticas imediatas.

Como os professores de História Natural nos ginásios são de regra engenheiros ou médicos, os cursos ficam principalmente orientados, respectivamente, a geologia e mineralogia ou para o estudo do corpo humano, ou, ainda, a sistemática abstrata de Botânica e Zoologia. O resultado é que o julgamento de capacidade do aluno, no exame vestibular, é um problema árduo; os professores da primeira série médica lutam contra a falta de base dos alunos para compreensão das primeiras lições.

Mas é difícil, ou mesmo impossível, uma orientação uniforme?

Sim, a primeira vista, porque cada um dos professores tem seu ponto de vista e não quer abrir mão desse direito. Mas essa dificuldade desaparecerá se os congressos de instrução deliberarem propor estalões que possam ser seguidos pelos professores, pelo menos os de boa vontade.

Proponho aqui um modelo; o Congresso não o aceitando deve propor um outro. Aceitarei esse, reservando-me o direito de criticá-lo perante os meus alunos, mostrando-lhes onde me parece certo, onde errado.

Outro professor fará crítica diversa, mas os alunos de qualquer procedência terão sempre um modelo comum que permitirá referências claras sobre qualquer ponto de vista novo que se 1. 3 apresente.

Para mostrar que é possível uma seriação uniforme dos estudos, desde os grupos escolares até as escolas superiores, fui escolher na Biologia as primeiras fichas das que eu organizaria para os três cursos: grupos, ginásios e Universidade de Belo Horizonte.

Em primeiro lugar, a idéia de seriação evolucionista, embora considerada como esquema e sem compromissos de pontos de vista religiosos, presta um enorme serviço na gradação dos estudos, fazendo aparecer de pouco a pouco os elementos novos ou simplesmente modificados, quer no sentido de aperfeiçoamento, quer no de degradação. É um fator que não devemos desprezar, porque reduz muito a aridez e a dificuldade do ensino. Penso que não devemos, entretanto, cair no excesso de transformar a sistemática em pura genealogia. A classificação deve apoiar-se na genealogia, mas não é seu papel armar árvores genealógicas complicadas e sim permitir a fácil procura e colocação dos indivíduos em estudo. Deve ter base filogenética, mas simplificada e esquematizada.

Em segundo lugar, a substituição dos livros por fichas, que podem ser seriadas de modo diverso, conforme o critério de momento, e renovadas quando caducas, será de enorme proveito, principalmente quando redigidas pelos próprios alunos.

Os alunos praticam ou assistem a uma dissecação de flor, fruto, semente ou de um pequeno animal; assistem a uma escolha de insetos feita pelo professor com o fim de dispor sobre a mesa em série natural e, pouco antes de terminar a aula, redigem as suas próprias fichas e juntam-lhes desenhos pessoais decalcados ou de mão livre, conforme suas habilidades.

Um terceiro fator de interesse e clareza para o aluno é o uso do máximo de figuras e, melhor ainda, sempre que possível, um exemplar ou pedaço da planta ou do animal, ou micróbios em estudo.

A apresentação das primeiras páginas dos três álbuns de Biologia mostrará, certamente e de modo concreto, como, de uma primeira ficha geral, passaremos para quatro fichas ligeiramente especializadas que nos conduzirão a 12 fichas mais minuciosas no 1º ano médico. É possível

que, na cadeira de Microbiologia, o método ainda fosse aproveitável, com fichas das espécies que interessam diretamente ao médico.

Há métodos de conservação de plantas e de elementos característicos de animais (as vezes, todo o pequeno animal) que permitem fixá-los sobre as fichas e dar maior realidade ao estudo.

Espero ter podido lembrar ao Congresso a utilidade de se tentar uma metodização, pelo menos dos estudos de História Natural, com o fim de se prepararem bases que facilitem aos alunos os estudos superiores.

TESE Nº 95

## A CONSCRIÇÃO ESCOLAR

Raul Gomes

### UMA LETRA MORTA DE NOSSA LEGISLAÇÃO ESCOLAR

**A** obrigatoriedade escolar figura na nossa legislação há muitos anos. E não teve até hoje execução sistemática e perdurável em nenhum estado do Brasil.

Umaz vezes, esbarrou em obstáculos que vergaram o espírito timorato dos homens de governo. Outras, interpôs-se-lhe a politicagem para destruir as tentativas feitas naquele sentido.

No Paraná, tivemos o caso típico da brilhantíssima administração Oliveira Bello, autor de excelente censo escolar, talvez o primeiro levado a efeito no Brasil. Isso atraiu sobre esse governo as intrigas de uma oposição sem entranhas.

Despachado para fora daqui o lúcido patricio, a obrigatoriedade continuou como simples adorno de nossa legislação, respeitável letra morta, espécie de tabu temido de nossos legisladores, acatada por nossos governantes e de uso exclusivamente literário.

### POPULAÇÃO E MATRÍCULA ESCOLARES

Sem embargo da plena vigência do regime coercitivo, a desanalfabetização se vem operando em todo o País com lentidão enervante, segundo se conclui da leitura da Tabela 1, onde se mencionam dados relativos a população escolar e matrícula correspondente em 1872 e 1926, em cada um dos estados brasileiros.

**Tabela 1 — Evolução da matrícula em relação a população escolar**

Estados	População Escolar		Matrícula		Percentuais da Matrícula sobre a População Escolar	
	1872	1926	1872	1926	1872	1926
Alagoas	69.601	223.409	5.096	31.446	7%	14%
Amazonas	11.522	81.939	1.217	11.083	10%	13%
Bahia	275.923	771.848	15.202	75.202	5%	9%
Ceará	144.333	304.067	10.390	43.994	7%	14%
Distrito Federal	54.994	272.117	8.433	68.883	15%	25%
Espírito Santo	16.427	117.590	1.695	28.060	10%	23%
Goiás	32.079	128.098	2.143	10.406	6%	8%
Maranhão	73.128	209.841	5.576	8.613	7%	4%
Mato Grosso	12.083	62.532	1.236	8.157	10%	13%
Minas Gerais	420.537	1.380.502	17.905	318.947	4%	23%
Pará	55.047	253.848	5.586	37.113	10%	14%
Paraíba	75.244	238.652	3.648	18.864	4%	7%
Paraná	25.344	174.051	2.250	59.997	8%	34%
Pernambuco	168.307	523.462	10.334	53.428	6%	10%
Piauí	42.304	147.748	1.634	5.327	3%	3%
Rio de Janeiro	163.920	368.860	13.776	70.173	8%	19%
Rio Grande do Norte	46.795	133.380	2.928	27.780	6%	16%
Rio Grande do Sul	89.392	536.736	9.982	197.424	11%	36%
Santa Catarina	31.960	169.531	3.373	52.643	10%	31%
São Paulo	167.470	1.150.364	1.520	349.770	6%	30%
Sergipe	46.928	104.819	5.059	11.455	10%	10%

Todos esses dados são oficiais. Apenas sete estados excederam, num cinquentênio, o modestíssimo coeficiente de 20% de inscrição da matrícula sobre a população escolar: Rio Grande do Sul, que subiu de 11% a 36%; Paraná, de 8% a 34%; Santa Catarina, de 10% a 31%; São Paulo, de 6% a 30%; Distrito Federal, de 15% a 25%; Espírito Santo, de 10% a 23% e Minas Gerais, de 4% a 23%.

O mais, uma desolação!

A Tabela 2 patenteia algum esforço.

**Tabela 2 — Percentuais de crescimento da população e da matrícula por Estado**

Estados	Aumento da População Escolarde 1872 a 1926 (%)	Aumento da Matrícula de 1872 a 1926 (%)
Alagoas	220	517
Amazonas	611	810
Bahia	179	394
Ceará	110	323
Distrito Federal	394	716
Espírito Santo	615	1.555
Goiás	299	385
Maranhão	186	54
Mato Grosso	417	559
Minas Gerais	228	1.681
Pará	361	564
Paraíba	217	417
Paraná	586	1566
Pernambuco	211	417
Piauí	249	226
Rio de Janeiro	125	409
Rio Grande do Norte	185	848
Rio Grande do Sul	500	1.877
Santa Catarina	430	1.460
São Paulo	586	2.936
Sergipe	123	126

Como se vê, a relação do crescimento é maior quanto as inscrições escolares e menor quanto a população escolar, com poucas exceções. Fica aí consignado nobre esforço.

#### COEFICIENTES ANIMADORES

Estados houve que realizaram prodígios, como ressaltará se colocarmos os números da direita em ordem decrescente (Tabela 3).

**Tabela 3 — Percentual do aumento da matrícula (ordem decrescente) em relação ao aumento da população escolar**

Estados	Aumento de Matrícula (%)	Aumento da População Escolar (%)
São Paulo	2.936	586
Paraná	2.566	586
Rio Grande do Sul	1.877	500
Minas Gerais	1.681	228
Espírito Santo	1.555	615
Santa Catarina	1.460	430
Rio Grande do Norte	848	185
Amazonas	810	611
Distrito Federal	716	394
Pará	564	361
Mato Grosso	559	417
Alagoas	517	220
Paraíba	417	217
Pernambuco	417	211
Rio de Janeiro	409	211
Bahia	394	179
Goiás	385	299
Ceará	323	110
Piauí	226	249
Sergipe	126	123
Maranhão	54	186

É de justiça salientar o doutor Bulhões de Carvalho, em excelente trabalho divulgado quando das comemorações do centenário da escola primária, haurindo dados sobre as matrículas de 1926, advertiu que as informações do Piauí e do Maranhão eram incompletas. Daí o fato de eles, no quadro supra, figurarem com cotas ínfimas comparadas com as do desenvolvimento da população escolar.

Sob este aspecto, isto é, do desdobramento das matrículas confrontadas com as de 50 anos atrás, seis estados brasileiros levam as lampas a Argentina, embora o confronto não se possa estabelecer em termos rigorosos.

As estatísticas dos pampas sofreram alterações na sua composição a partir de 1920. Até aquele ano, os cálculos da população escolar eram feitos a razão de coeficientes relativos ao estágio escolar de 7 a 14 anos. Dali em diante, tendo em vista a desigualdade do limite de obrigatoriedade nas diferentes províncias, adotaram médias inaplicáveis aos cálculos deste meu trabalho. No Brasil não se tem levado

em consideração tal circunstância, embora varie o período da idade escolar, ora de 6 a 14, ora de 6 a 12, ora de 7 a 14, e até já vigorou em São Paulo uma lei que o marcava entre os 9 e 11 anos!

Como mostrei, e isto tem iniludível importância, a Argentina elevou suas matrículas de 23,22%, em 1879, para 61,15%, em 1919. E o Brasil, de 1872 a 1926, elevou a porcentagem das inscrições só de 6% para 20%!... (dados oficiais da Diretoria Geral de Estatística e do Conselho Nacional de Educação da Argentina, vol. Educación Común, publicação anual).

Sob mais um aspecto, diretamente ligado a minha tese, encararei o problema do ensino no Brasil: o da área de superfície correspondente a cada escola.

#### IDEAL INATINGIDO

A generalidade das leis de ensino no Brasil estipulam que o ensino é obrigatório num raio de três quilômetros para cada escola ou foco de instrução. Pelo menos é o que consta na legislação de vários estados. Esse raio dá um círculo de 28,26 km<sup>2</sup>. Veremos que superfície tocava a cada escola em 1872 e em 1926 no Brasil (Tabela 4).

**Tabela 4 — Correspondência de área (km<sup>2</sup>) por escola**

Estados	1872	1926
Mato Grosso	43.086	5.817
Amazonas	44.063	7.069
Goiás	10.379	3.592
<b>Pará</b>	6.387	1.299
Piauí	4.504	10.059
Maranhão	3.193	14.441
Paraná	2.494	181
Bahia	<b>1.445</b>	237
Minas Gerais	927	83
São Paulo	<b>689</b>	37
Rio Grande do Sul	688	53
Rio Grande do Norte	<b>642</b>	109
Paraíba	<b>638</b>	161
Espírito Santo	521	76
Ceará	<b>459</b>	143
Santa Catarina	359	66
Pernambuco	281	95
Alagoas	<b>248</b>	98
Rio de Janeiro	<b>121</b>	70
Sergipe	18	112
Distrito Federal	<b>6</b>	1

Ainda sob este aspecto sobressai um esforço do resultado — distante do ideal, mas nobre e digno de estímulo.

Finalmente, os número logo adiante expostos (Tabela 5) completam as observações anteriores. Dar-nos-ão o quantitativo de crianças que corresponde a cada escola, considerada a população escolar.

**Tabela 5 — Número de alunos por escola**

Estados	Crianças em Idade Escolar	
	1872	1926
Alagoas	331	375
Amazonas	267	305
Bahia	934	430
Ceará	635	415
Distrito Federal	316	386
Espirito Santo	191	200
Goiás	445	615
Maranhão	500	657
Mato Grosso	377	256
Minas Gerais	678	201
Pará	305	263
Paraíba	643	515
Paraná	250	142
Pernambuco	369	389
Piauí	632	4.924
Rio de Janeiro	287	374
Rio Grande do Norte	514	254
Rio Grande do Sul	259	121
Santa Catarina	264	151
Sao Paulo	396	147
Sergipe	262	302

COMO OS VENENOS VIOLENTÍSSIMOS...

Resumirei agora as observações precedentes, oferecendo um conspecto estatístico do problema do ensino entre nós:



População em idade escolar.....	7.394.194
Alunos matriculados.....	1.482.765
Porcentagem da matrícula sobre a população escolar.....	20%
População escolar sem escolas.....	5.911.429
Quilômetros quadrados por escola.....	269
Crianças em idade escolar, correspondente a cada escola.....	234

Esses números, na aparência simples, comparam-se aos conteúdos de frasquinhos de tóxicos violentíssimos—eles são aterradores. Porque o reduzi-los aos limites naturais nos países civilizados importa sacrifícios e esforços tenazes e sobretudo contínuos.

#### O REMÉDIO ÚNICO: A CONSCRIÇÃO ESCOLAR

Para o Brasil temos que, se a população escolar era de 2.022.412 em 1872 e de 7.394.194 em 1926, e se a matrícula escolar era de 139.321 em 1872 e de 1.482.765 em 1926, a porcentagem das inscrições escolares sobre a massa de crianças em idade escolar era de 6% em 1872 e de 20% em 1926. De 1879 a 1919, a Argentina elevou suas matrículas de 23% para 61%. Quer dizer, a própria Argentina, cujo desvelo pelo ensino data de Sarmiento, portanto há mais de 50 anos, ainda não conseguiu o ingresso de toda a sua população infantil apta nas escolas!

Lá, como aqui, existe a obrigatoriedade escolar. E não surtiu efeito.

Por quê?

Por ser inexequível a obrigatoriedade sobre toda a população escolar de qualquer nação, principalmente como o Brasil, onde concorrem tropeços de várias ordens.

Os países europeus da raça saxônica, que fizeram baixar a quantidades ínfimas os coeficientes de analfabetos, não aplicaram obrigatoriedade geral.

Particularizando o caso do Brasil, não receio afirmar que é impossível impor a obrigatoriedade escolar a 5.911.429 crianças, tal a soma dos sem escola em nossa pátria e na idade legal dela.

Para atender a esse exército infantil, disseminado por cerca de nove milhões de quilômetros quadrados, seriam necessárias mais 130 mil escolas, cujo custeio implicaria despesas no valor de 130.000:000\$000 só com professores, a 3:000\$000 anuais cada um.

Não haveria dinheiro para semelhante empresa nem professorado habilitado para tal campanha.

Do exposto, conclui-se que sou contrário a obrigatoriedade escolar?

Não!

Defendo, porém, *aconscrição escolar*, isto é, a mesma obrigatoriedade restrita a uma classe, para garantia da sistematização e eficiência da ação.

Só a vantagem da limitação da massa sobre que se terá de agir e a facilidade da determinação mais ou menos positiva dos elementos infantis sujeitos a obrigatoriedade bastariam para recomendar o meu projeto.

Aliás, ele encontra apoio no admirável ensinamento da conscrição militar, forma inteligente que o legislador achou para pôr debaixo da bandeira toda a classe de determinado ano.

Não podendo incorporar todos os conscritos, recorreu nossa pátria ao sorteio.

Naquela, na conscrição, e neste, no sorteio, temos excelente lição.

Por que não seguirmos essa trilha de tão belos resultados, do ponto de vista militar?

Quantos milhares de brasileiros fez o Brasil quase insensivelmente passar pelas casernas, adestrando-os no serviço das armas e no culto da Pátria? Computável em mais de 500 mil homens já ensinados por esse processo racional e justo.

Por que não adaptarmos a nossa vida escolar o regime da conscrição de uma classe, ou a inscrição percentual progressiva?

#### QUE É E COMO SE OPERA A CONSCRIÇÃO ESCOLAR?

É a matrícula compulsória e obrigatória da classe dos oito anos, com o estágio escolar de três anos.

Tomaríamos, por exemplo, a dos oito anos e estabeleceríamos que todas as crianças de oito anos feitas seriam obrigadas a freqüentar a escola ou provar que nela já estavam.

Para a execução dessa idéia, agir-se-ia assim:

Organizar-se-iam, anualmente, as listas das crianças nascidas oito anos antes, utilizando-se dos registros civis e dos batizados.

Dessas relações excluir-se-iam os físicos ou intelectualmente incapazes e os que demonstrassem já estar recebendo instrução.

O restante incorreria nos deveres da freqüência escolar obrigatória, para o que haveria matrícula compulsória, seguida de severa fiscalização de autoridades policiais e escolares.

Multas pesadas e efetivas incidiriam sobre os pais, fazendeiros ou tutores que não houvessem cumprido as exigências da lei.

Para atender os pontos onde a população escolar fosse escassa através de extenso território, criar-se-iam internatos rurais — como sugeriu a Academia Brasileira de Letras em 1923 e tive o prazer também de ver o ilustrado doutor Miguel Couto lembrar na sua memorável oração "O Único Problema do Brasil é da Educação".

Em suma, a conscrição escolar de uma classe tem sobre a obrigatoriedade geral de nove classes as seguintes vantagens:

— delimita a massa dos sujeitos a matrícula e freqüência;

— torna possível sistematizar a ação desanalfabetizadora;  
— admite o trabalho progressivo de incorporação efetiva a escola;  
— cria no povo a consciência de um dever iniludível a cumprir em idade determinada da criança;

—foi o único processo que tornou possível em todo o mundo civilizado o serviço militar obrigatório e o único meio que ladeou ou removeu as invencíveis dificuldades da obrigatoriedade escolar generalizada e em massa.

Para assegurar a execução do meu plano, isto é, da conscrição, os governos começariam sua ação pelas zonas urbanas, depois pelas suburbanas e por fim pelas rurais, a proporção e medida dos recursos dos poderes públicos empenhados nessa campanha.

Para mostrar as possibilidades de meu projeto, alinharei aqui considerações e números que trazem datas mais ou menos remotas, mas que servem para esclarecer perfeitamente meu pensamento.

Assinalarei ainda que nesse meu trabalho eu aconselhava a conscrição da classe de seis anos, muitíssimo mais numerosa do que a de oito anos. Esta fica muito reduzida devido a quantidade de crianças naturalmente excluídas por já estarem matriculadas em escolas.

Não atualizarei, porém, os cálculos porque, como os apresento, fornecerão um conspecto mais seguro da praticabilidade de minha sugestão, pois referiam-se a quantitativos muito mais ponderáveis.

Eis as considerações a que aludi, escritas em 1923:

#### A PROVA REAL

Tomo como início da execução de meu plano o ano de 1925.

Segundo taxas por mim deduzidas, a massa escolar de seis anos contará no Brasil, de 1925 a 1934, com os seguintes números:

1925 .....	268.090	1930.....	411.527
1926 .....	281.094	1931 .....	452.679
1927 .....	309.188	1932.....	997.946
1928 .....	340.106	1933.....	547.740
1929 .....	374.116	1934.....	575.127

Admitindo a prática do critério de só se chamar a matrícula nas escolas 10% do montante geral, 20% no 2<sup>o</sup> ano, 30% no 3<sup>a</sup> ano, e assim, de ano para ano, operar o acréscimo na incorporação de 10%, ter-sá e alcançado, no fim do decênio, 100%.

Em tais condições, verificar-se-á, na conformidade de meu pressuposto, que a inscrição de infantes de seis anos estará semelhante a Tabela 6.

**Tabela 6 — Estimativa do crescimento da matrícula e das unidades escolares**

Ano	Crianças Inscritas	Escolas Necessárias
1925	29.809	671
1926	83.027	2.076
1927	175.883	4.398
1928	285.036	7.126
1929	415.876	10.397
1930	570.036	14.251
1931	750.869	18.772
1932	962.167	24.082
1933	1.207.447	30.182
1934	1.465.699	36.642

Principiando pelo apelo a escola de 29.809 menores de seis anos, o Brasil, atuando na forma supra indicada, conseguirá em 1934 a linda meta da matrícula total da classe em apreço!

Desse ano para diante, não haverá senão perseverar na obra gigantesca e patriótica.

Em 1945, todos os brasileiros maiores de seis anos e menores de 21 anos terão passado por escolas, não serão mais analfabetos!

Em 1953, isto é, daqui a 28 anos, da totalidade da população em idade escolar, uma parte não mais será analfabeta e outra estará freqüentando escola.

Dentro de 70 ou 80 anos, o número de analfabetos achar-se-á reduzido a valores ínfimos.

E o custo da obra?

A pergunta ajusta virá já zumbindo, renitente, incomodativa, importuna, no cérebro do paciente leitor a espreita de azo para ser formulada. Satisfarei, de pronto, essa curiosidade mordente. Convém esclarecida a origem das verbas. Calculei a cada professor, no primeiro quinquênio, honorários de 3:000\$000 anuais. Fi-lo porque me parece irrisório o ganho presente dos subvencionados federais, fixados de 120\$000 a 150\$000pormês.

Não aleguem o exagero dos vencimentos que estipulei. Confrontem-nos com o que percebem os professores nos países abaixo (Tabela 7).

**Tabela 7 — Quadro Comparativo dos Salários de Professores**

País	Vencimento Mínimo	Vencimento Máximo
França	3:012\$000	5:581 \$000
Chile	3:271\$200	5:724\$600
Uruguai	7:440\$000	10:230\$000
Estados Unidos	17:354\$500	29:753\$750

Fontes: *Los Anales de Enseñanza Primaria*, Uruguai; *A Educação*, Rio de Janeiro.

Consignada a um simples cotejo, aí fica a modéstia do salário que reclamo para o magistério patricio, o obreiro da próxima e soberba campanha. De lustro em lustro, ser-lhe-á acrescida as vantagens uma gratificação que lhe elevará os vencimentos até o máximo de 7:200\$000, alcançado após 35 anos de serviços.

O Brasil empreenderá o esforço pela conscrição da classe de seis anos gastando 2.536:000\$000, e consumará os seus objetivos, segundo o meu plano, em 1934, empregando 138.908:760\$000.

Isto inclui o necessário para custear quanto a material cada escola, bem como o indispensável ao aluguel de casa. Só exclui a verba para inspeção, que urgirá na prática juntar.

Isto posto, obtive os seguintes quantitativos:

1925 .....	2.536:000\$000	1930.....	54.471:380\$000
1926 .....	7.847:280\$000	1931 .....	71.360:800\$000
1927 .....	16.499:040\$000	1932.....	91.330:500\$000
1928 .....	26.936:280\$000	1933 .....	114.205:680\$000
1929 .....	39.300:660\$000	1934.....	138.908:760\$000

#### GASTOS COM A CONSCRIÇÃO E AS RENDAS FEDERAIS

Operando com o mais atroz pessimismo, relativamente a progressão no desenvolvimento da arrecadação das rendas públicas, cheguei a estimar em 1.310.234:264\$000 a receita do Brasil em 1925 e em 1.698.712:265\$000 no ano de 1934.

A população de nossa pátria em 1925 provavelmente será de 35.411.777 e, em 1934, de 45.911.145, aplicada como razão do crescimento a verificada pela Diretoria Geral de Estatística, segundo o censo de 1920.

A taxa do crescimento de 1900 a 1920 foi de 0,0294.

Ora, o ônus da incorporação de 10% da classe de seis anos em 1925 orçará em 2.536:000\$000, que significa, aproximadamente, 0,2% da renda presumível do erário público, e em 1934, em 138.908:760\$000, ou seja, 8%.

Com todas as dificuldades que atormentavam os estados do Brasil, a maioria dos quais vive oprimida pela pobreza, gastavam eles, em 1921, com a instrução primária, as porcentagens abaixo em confronto com a arrecadação:

Santa Catarina ..... 20%	Rio de Janeiro ..... 11%	Paraíba .....
Ceará ..... 17%	Paraná ..... 11%	Sergipe ..... 9%
Distrito Federal ..... 17%	Alagoas ..... 10%	Amazonas ..... 8%
São Paulo ..... 16%	Espírito Santo ..... 10%	Maranhão ..... 8%
Minas Gerais ..... 15%	Pará ..... 10%	Goiás ..... 7%
Mato Grosso ..... 12%	Piauí ..... 10%	Bahia ..... 5%
Rio Grande do Sul ..... 12%	Rio Grande do Norte ... 10%	Pernambuco ..... 3%

Se o minúsculo Estado de Santa Catarina, numa prova admirável da compreensão e do alcance dos sacrifícios empregados na educação popular, aplicava em 1921 20% de sua renda na instrução, por que esse Brasil de 1934, cujo grau de evolução e progresso conquistado no interregno não me atrevo a gizar, não reservará, para a estúpida e redentora tarefa de incorporação da totalidade da classe de seis anos, a ínfima, a simples porcentagem de 8% sobre a soma da receita geral?

Esse coeficiente, quase irrisório, equivalerá a uma gota d'água extraída do oceano...

E, de mais, encarem no desdobramento dos orçamentos militares, inclusive o estipêndio da Brigada Policial do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros.

Pensem os brasileiros nos colossais sacrifícios que o Brasil faz para a manutenção de suas Forças Armadas. As verbas sobem, de ano para ano, aos saltos, assombrosamente. Examinemos o assunto.

#### AS FORÇAS ARMADAS E O SACRIFÍCIO DA NAÇÃO

No decênio de 1915 a 1924, as rendas do Brasil foram orçadas:

1915..... 657.490:080\$664	1920 . . . . . 872.617:048\$320
1916..... 681.213:399\$998	1921 . . . . .
1917..... 725.143:946\$332	1.094.972:500\$000
1918..... 826.318:071\$600	<b>1922 . . . . .</b>
1919 . . . . . 843.589:302\$!	1.082.562:215\$000
14	1923 . . . . .
	1.170.370:280\$000
	1924 . . . . .
	1.289.553:176\$000

O importe relativo a 1924 eu o tirei do anteprojeto orçamentário, em 30 de maio, submetido pelo Presidente da República ao apreço do Congresso Nacional. A conversão da porte ouro fi-la ao câmbio do dia.

As somas consignadas nos orçamentos para as Forças Armadas, isto é, para manutenção do Exército, da Marinha, da Brigada Policial o do Corpo de Bombeiros foram:

1915.....	110.376:782\$421	1920.....	168.190:277\$408
1916.....	110.019:607\$350	1921.....	206.925:308\$558
1917.....	111.652:439\$327	1922.....	243.113:489\$979
1918.....	131.332:421\$524	1923.....	240.304:654\$490
1919.....	142.597:053\$969	1924.....	327.532:785\$657

Estas últimas cifras equivaliam em:

1915.....	16% da renda orçada	1920.....	19% da renda orçada
1916.....	16%.....	1921.....	18%.....
1917.....	15%.....	1922.....	22%.....
1918.....	15%.....	1923.....	20%.....
1919.....	16%.....	1924.....	25%.....

Em 1924, na forma do anteprojeto já citado, o Brasil aplicará em manter seus meios de defesa 25% da arrecadação prevista. Matriculando toda a classe de 6 anos em 1934, o Brasil despenderá apenas 8% da renda geral, ou a metade da taxa relativa aos orçamentos.

Pelos meus cálculos, efetivando o plano de incorporação da classe de seis anos, o Tesouro gastará em:

1925.....	0,1% da provável receita nacional	1930.....	3% da provável receita nacional
1926.....	0,5% " " " "	1931.....	4%.....'
1927.....	1% " " " "	1932.....	5%.....
1928.....	1% " " " "	1933.....	6% '.....
1929.....	2% .....	1934.....	8%.....'

Quer dizer, excetuados Goiás, Bahia, Pernambuco, Amazonas e Maranhão, todos os demais estados da União gastaram, em 1921, mais com o ensino primário do que o Brasil gastará em 1934, quando estiver realizando a incorporação dos conscritos da classe de seis anos!

Aceito mesmo que meus orçamentos pequem pela poupança; admitindo que o Brasil, para matricular a classe, necessite gastar o dobro do por mim previsto, ainda assim não terá de despender mais de 16%!

Em 1921, São Paulo empregou 16% de suas rendas na instrução; o Distrito Federal e o Ceará, 17% e Santa Catarina, 20%!

Basta. A eloquência dos números de que lancei mão até aqui é impressionante.

#### O DECÁLOGO DA CONSCRIÇÃO ESCOLAR

À vista do exposto, peço a este douto cenáculo que proponha aos governos do Brasil a decretação da conscrição escolar dentro destas bases, cujos termos podem ser ampliados ou restringidos conforme for necessário:

Art. 1º — Para o combate sistemático ao analfabetismo, será instituída a conscrição escolar obrigatória das crianças de oito anos, que deverão permanecer na escola durante três anos no mínimo, até receberem a caderneta de desanalfabetização.

Art. 2º—Para execução da conscrição escolar obrigatória da classe dos oito anos feitos, será levantada em cada distrito dos estados a relação completa das crianças nascidas oito anos antes.

§ 1ª—Essa lista será fornecida pelos escrivães do registro civil.

§ 2º — As autoridades competentes procurarão obter, por párocos das diversas confissões religiosas, os nomes das crianças batizadas oito anos antes.

§ 3ª — De posse dessas relações, as autoridades intimarão os pais a dar esclarecimentos, devendo provar, quando preciso, que seus filhos já recebem instrução pública ou particular ou que são física ou intelectualmente incapazes de freqüentar escolas.

§ 4ª — Procedidas as devidas exclusões de acordo com o parágrafo anterior, as escolas farão a matrícula compulsória das crianças aptas.

§ 5ª — Serão divulgados editais e feitas, quando possível, intimações aos pais para mandarem os filhos as escolas.

§ 6ª — Constatada a existência de remissos, serão aplicadas multas pesadas sobre os pais ou responsáveis das crianças faltosas.

§ 7ª—Se a multa não produzir efeito, as autoridades poderão aplicar penas mais severas, incluindo até a prisão.

Art. 3º — As crianças que completarem o estágio escolar receberão uma caderneta de desanalfabetização, que lhes assegurará as vantagens especificadas no artigo 9º.

Art. 4º — Dentro de cinco anos, contados da data desta lei, nenhum chefe de família poderá ter em seu poder filho ou agregado analfabeto ou sem escola, da idade de oito a 12 anos, sob pena de multa e até prisão no caso de não matricular em escola ou provar que dá instrução aos mesmos.

Art. 5º — Todos os fazendeiros, negociantes ou industriais que tiverem em trabalho nos seus estabelecimentos mais de 20 famílias deverão montar escola para os filhos de seus empregados, pelo que gozarão de um abatimento de 10% nos impostos a que estiverem sujeitos.



Art. 6º—Para nenhum cargo público federal, estadual ou municipal poderá ser nomeado indivíduo analfabeto.

Art. 7º—É proibido aos negociantes, industriais ou fazendeiros terem em suas propriedades operários analfabetos depois de dez anos contados a partir desta lei.

Art. 8º — Os analfabetos serão obrigados ao dobro do serviço militar a que estiverem sujeitos os conscritos do Exército.

Art. 9º — Os jovens portadores de cadernetas de desanalfabetização, concedidas na forma do artigo 3º: ficarão dispensados de concurso para os cargos onde apenas se exigirem as primeiras letras; terão preferência em igualdade de condições em serviços a que concorrerem para a União, estado ou município.

Art. 10—Para a execução deste plano é indispensável a ação harmônica e conjunta dos governos da União, estados e municípios.

TESE Nº 96

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES À UNIFORMIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

**Antônio V. C. Cavalcanti de Albuquerque**  
Associação Brasileira de Educação

**A**ntes de tratarmos da uniformização do ensino primário, mesmo em suas idéias mais gerais, devemos focalizar o assunto tendo em vista a realidade brasileira.

Diante da realidade brasileira, o problema do ensino primário torna-se uma questão de velocidade, de número e de lugar.

### ANOÇÃO DE VELOCIDADE

#### TESE

Num país de grande número de analfabetos e que vai sendo aos poucos absorvido pelos estrangeiros — mais ricos, mais instruídos, mais experientes, mais sadios e, por isso mesmo, mais capazes —, os orientadores dessas questões de ensino primário (mesmo secundário e superior), se observassem a realidade brasileira, compreenderiam facilmente que tudo, dentro dos primeiros 15 anos, deve cingir-se em primeiro lugar a uma "questão de velocidade".

O sentimento poético e patriótico de Graça Aranha escreveu, no livro encantador que é *A Estética da Vida*, algumas páginas que merecem reflexão e exame cuidadoso. Uma delas, a que tem por título "O Quadro Nacional", é de tal modo palpitante, de tal modo cheia de anseios, que transcreveremos:

Refoquemos o quadro da Nação. Não permitamos que dentro dele reine a alma de outros povos e a nossa própria alma seja expulsa e exilada da terra que a criou, a expressar ainda incerta, mas ardente e luminosa. Enquanto não tivermos sólidas as fronteiras morais da Nação, enquanto o quadro que encerra a Pátria não for rijo e inquebrantável, fechemos a porta a invasão, defendamos a frágil muralha, solidifiquemos a argamassa e seja tudo impenetrável ao sentimento estrangeiro...

E se nesse amálgama de sangue e corpos disparatados, nessa confusão de desejos e realizações não formos os mais fortes, a terra onde foi o nosso Brasil será mais rica, mais próspera, espantará o mundo, porém já não seremos nós... Tudo se romperá no curso do tempo. O futuro não entenderá mais o passado...

É verdade que, financeiramente falando, somos uma colônia anglo-americana e que, segundo opinião de Leroy Beaulieu, há possibilidade de passarmos a sê-lo também politicamente, senão no todo, ao menos em parte. Porém, tendo mesmo como realidade esse fato, seria impossível seguirmos o conselho de Graça Aranha. A alma aflita do grande escritor diante da realidade brasileira, como que perde a faculdade de ver e aconselha uma utopia: "... fechemos a porta a invasão... e seja tudo impenetrável ao sentimento estrangeiro".

Em fase nenhuma de sua evolução o Brasil poderá aceitar esse conselho!

E qual então o remédio que possa contrabalançar essa influência, por um lado necessária e útil, porém, por outro lado realmente avassaladora? Um único: resolvermos velozmente o problema da instrução e da educação, tendo em vista a realidade brasileira.

1ª conclusão — 1º modo de agir:

Nos primeiros quinze anos, reduzir ao mínimo os programas.

Um exemplo: ensino de Geografia. Noções gerais. Mais detalhadamente a geografia da região em que se acha a escola. Menos detalhadamente a geografia do Brasil.

Sobre os países da Europa, bastaria o nome dos estados principais e de suas capitais, assim:

Alemanha, capital Berlim. País muito civilizado. Os seus habitantes são em geral muito cultos e sadios, porque os seus governos levam a sério a questão do ensino (principalmente o primário e profissional) e da saúde pública. São muito laboriosos e, como em geral sabem um ofício, ganham facilmente dinheiro e tornam-se independentes. As crianças brasileiras devem também cuidar de sua saúde, fazendo guerra as verminoses; aprender um ofício, para quando adultos dirigirem as suas atividades para todo negócio honesto que permita, depois de alguns anos de trabalho, a sua liberdade econômica. E somente isso sobre a Alemanha.

Para suprir qualquer necessidade futura, o governo federal mandaria imprimir e distribuir pelo custo uma geografia-atlas, a qual funcionaria para o resto da vida, como se usa um dicionário.

O mesmo para o estudo da História. O brasileiro de amanhã não pode mais perder tempo em saber se o nariz de Cleópatra era arrebicado ou não.

2ª conclusão — 2º modo de agir:

Uma circular como propaganda devia ser espalhada pelo Brasil inteiro e dirigida a governadores, prefeitos municipais e simples particulares:

O Japão resolveu o problema de educação e instrução da raça no espaço de 50 anos. No momento, o único sentimento de patriotismo consiste em procurarmos estender pelo Brasil um grande número de escolas primárias, de modo a constituírem uma rede cada vez mais espessa e que solucione o nosso problema de educação e instrução em menor espaço de tempo, se possível.

#### A QUESTÃO DO NÚMERO

##### TESE

No menor tempo, construir o maior número de escolas.

Da realidade brasileira, algumas verdades surgem, porém, infelizmente insofismáveis:

1) Que nem todos os presidentes de Estado encaram com o mesmo ideal, com o mesmo modo de ver, podemos dizer uniformemente, o magno problema que é a instrução primária.

2) Que o Brasil, por circunstâncias várias, é um país rico de municipalidades pobres e de chefes políticos que só cuidam... de política.

3) Que o brasileiro, em geral, é pobre, paupérrimo.

##### 1ª conclusão:

A instrução primária no Brasil tem que ser auxiliada pela iniciativa particular.

##### 2ª conclusão:

Nos primeiros 15 anos, devemos deixar de lado o luxo de grandes grupos escolares, as inovações que tragam custosas instalações, em geral aplicadas e construídas por um ou dois municípios ricos, e construir maior número de escolas simples e alegres, de acordo com a densidade da população infantil e tendo em vista a realidade brasileira.

#### A NOÇÃO DE LUGAR

Por mais que cultivemos o espírito de internacionalismo, de humanidade ou coisa semelhante, no Universo inteiro, em todas as épocas, o lugar natal teve e terá a mais extraordinária influência sobre o indivíduo, sobre a família, sobre a população rural ou da cidade. Na maioria dos casos, essa influência constitui uma fatalidade geográfica: o homem, como as árvores, cria raízes no lugar onde nasceu.

Reconhecendo o valor, a força, o poder, o sentimentalismo invencível contido na palavra *Heimat, Heimat*, os alemães e todos os pedagogos modernos ingleses, americanos e franceses fizeram-na a base da orientação pedagógica moderna.

Hoje, *oHeimatkunde* na Alemanha não se pode traduzir, simplesmente, pelo estudo da corografia. Constitui um método, uma ciência mais geral, que tem por campo de investigação tudo o que estiver nas circunvizinhanças da escola. O processo é o que há de mais lógico. Tudo consiste em desenvolver a curiosidade do aluno, partindo do que lhe é mais familiar, do concreto, do que se acha mais a mão e a vista, para depois, aos poucos, entrar em generalizações

e abstrações. Da região visa-se, desprovidos de quaisquer preconceitos, aos seus encantos naturais, ao conhecimento de suas riquezas exploráveis, de suas indústrias existentes e possíveis, ao aproveitamento e ao conhecimento de toda e qualquer manifestação artística, as suas tradições e a sua história. Isso feito de tal forma que a preocupação do lugar natal seja uma garantia para a unidade nacional, extirpando-se o estreito regionalismo e o insuportável bairrismo.

Dominando, sobretudo na Alemanha, a idéia da escola única, fizeram a fusão da escola primária assim constituída com a profissional (*Arbeitschule*), ambas perfeitamente articuladas no funcionamento geral. Porém, para isso, serão necessários grupos escolares pomposos e pomposas instalações?

Kerschensteiner e seus discípulos respondem que não: "no que se refere *Arbeitschule*, não se trata da técnica completa de um ofício e sim de aprender as noções gerais de acordo com os melhores métodos".

Relativamente ao curso primário, em todas as matérias, dizemos nós: o que for essencial.

Conclusão:

A maior parte das escolas primárias no Brasil têm que ser quase exclusivamente regionais.

#### CONCLUSÃO FINAL

Para uniformização do ensino primário, em suas idéias gerais, e tendo em vista a realidade brasileira, os programas deverão ser organizados de acordo com a categoria das escolas, que podemos classificar do seguinte modo:

Escolas ricas: mantidas pelos municípios ricos dos grandes centros ou por particulares, podendo pagar bons professores.

Escolas pobres: mantidas por particulares, subvencionadas ou não, contando com poucos recursos e tendo como professor a pessoa mais instruída do local.

Pertencendo a esse segundo grupo, sem nenhuma subvenção por parte dos poderes públicos, temos um exemplo a imitar na Escola Regional de Meriti, organizada pela senhorita Armada Álvaro Alberto.

Para esse tipo de escolas é que se devem voltar também os esforços e trabalhos dos nossos dirigentes e dos verdadeiros patriotas.

Uma comissão de estudiosos de todos os estados deveria reunir-se em congresso ou conferência para discutir as bases de sua uniformização em suas idéias gerais. Organizar livros, lições, programas, improvisar professores entre pessoas de boa vontade, moradores em lugares afastados e de difícil comunicação, indicando-lhes desse modo os melhores métodos.

O ideal seria um professorado uniforme quanto a orientação dos modernos processos de ensinar, pois que é certo que tudo depende do professor. Porém, esse professorado ideal, as nossas escolas normais não o fornecerá tão cedo. E depois, quem se sujeita a ir para lugares de difícil comunicação, de poucos recursos, para ganhar uma miséria?

Acabávamos de registrar essas idéias, quando nos chegou as mãos o trabalho da senhora Maria Luisa Almeida Cunha, para os grupos escolares de Minas, referente ao preparo das lições de coisas pelo método Decroly.

A ilustre educadora, atualmente residente em Minas, onde quer que se encontre, é "um dissolvente do pessimismo no Brasil", oferecendo o exemplo vivo de dedicação, de amor ao trabalho e, sobretudo, de competência eficiente.

O método Decroly-Almeida Cunha juntamente com os cadernos tipo Heitor Lyra-Barbosa de Oliveira resolverão o grande problema de improvisar professores no Brasil, no lugar em que for preciso.

Nas colônias alemãs é comum ver um lavrador ou um carpinteiro deixar o serviço mais cedo e ir lecionar o que sabe as crianças.

Portanto, velozmente e por todos os meios possíveis, devemos tirar os nossos patrícios da ignorância e da miséria em que se acham. Deixemos, mesmo, que o Brasil abra de par em par as suas portas a todos os povos, porém, sejamos o mais depressa possível, em maior número, suficientemente organizados e instruídos, para que em todos os tempos se ouça o cântico e a vibração de uma alma brasileira.

TESE N<sup>o</sup> 97

## PELA ESCOLA PRIMÁRIA

**Gustavo Lessa**

O autor da presente tese sente discordar do doutor Belisario Penna, quando ele afirma que os maiores males do Brasil são a malária e a opilação. A seu ver, a vaidade é um flagelo nacional ainda mais devastador. O doutor Belisario pede que tomemos todos os anos uma dose de erva de Santa Maria, para combater as uncinárias anemiantes. O meu voto seria que todas as manhãs rezássemos, pedindo aos céus um pouco de força para combater o orgulho, demônio sutil, que envenena o ambiente e precisa ser exorcismado de dentro de cada um de nós.

Estabeleceu-se aqui o horror a especialização. O especialista é considerado um ser inferior, um homem de mentalidade estreita. Esse preconceito, congênito na raça, tornou-se ainda mais arraigado depois que o famoso romancista português desfechou os golpes da sua terrível sátira contra o doutor Topsius. Esquecia-se ele de que foram os doutores Topsius obscuros que fizeram a grandeza da Alemanha, como serão eles que farão a grandeza de qualquer país que a ela aspirar.

A vaidade faz com que todos os problemas pareçam fáceis. É por isso que os problemas do ensino primário e secundário, que são eminentemente especializados, entre nós freqüentemente servem ainda para temas literários.

Não é essa, porém, a lição dos povos cultos. Há mais de um século que a escola primária tradicional vem sendo neles o alvo da atenção e das críticas de um número progressivamente maior de psicólogos e de homens de ação. O acordo unânime dos investigadores tem sido que os processos habituais de ensino são incapazes de preparar a criança solidamente para a vida social e, ainda por cima, impedem o seu desenvolvimento sadio.

Como, porém, reformar esses processos? É aí que começam as divergências. Nos povos dotados de uma mentalidade burocrática, procura-se apelar para o expediente sumário de leis e regulamentos. Nos outros, onde há mais humildade relativamente às questões científicas, verifica-se que é preciso uma longa e penosa preparação. Não basta descobrir ou importar métodos novos; é preciso ensaiá-los tenazmente, submetê-los a prova crucial das experiências e, finalmente (o que é a tarefa mais demorada), divulgá-los entre ao professorado.

Vejam alguns exemplos. Em 1907, o doutor Decroly fundou uma escola primária em Bruxelas, a fim de aplicar os seus métodos novos de ensino. Essa escola é hoje famosa; a ela acorrem educadores de todas as partes do mundo, a fim de aprenderem como o grande mestre consegue os seus admiráveis resultados. Tivesse isto sucedido no Brasil e logo viria um quase ordenando que todas as escolas primárias fossem moldadas pelo sistema Decroly. Em Bruxelas, porém, até 1924, só muito poucas escolas tinham começado a adotar esse sistema, e, mesmo assim, os ensaios estavam limitados ao primeiro e ao segundo ano do curso. Isso porque naturalmente as professoras não estavam preparadas para empregarem meios de ensino que demandam uma técnica inteiramente nova, assim como um profundo conhecimento da psicologia infantil.

Na Alemanha, desde a época herbatiana, vem florescendo um intenso movimento pedagógico que culminou nas escolas de trabalho de Munich, orientadas pelo grande educador Kerchensteiner. Ultimamente, a Turíngia iniciou uma reforma radical no preparo do professorado primário, exigindo que todo ele freqüente durante três anos o Instituto das Ciências de Educação, anexo a Universidade de Iena. Na Suíça, o Instituto Jean Jacques Rousseau é, há muitos anos, um foco luminoso donde educadores famosos como Claparède e Ferrière doutrinam para todos os povos latinos.

O quarto país, que é também teatro de experiências pedagógicas interessantes, são os Estados Unidos. Em 1896, há, pois, trinta e um anos, a Universidade de Chicago criava, anexa ao seu ensino, uma escola primária experimental e colocara a testa da mesma nada mais nada menos do que John Dewey, um dos maiores pensadores contemporâneos e o inspirador dessa tentativa. Sobre ele, dizia Claparède, em 1913: "Não devemos, na Europa, tardar mais tempo em conhecer este homem eminente, cujo pensamento, sutil e profundo ao mesmo tempo, tão bem soube desvendar os arcanos da alma humana".

Indubitavelmente, os ensinamentos de Dewey e de seus discípulos têm sido a força mais poderosa no aperfeiçoamento das escolas primárias norte-americanas. Mas, apesar disso, a maioria delas está longe de adotar os métodos do grande inovador. Disso posso dar testemunho,

porque visitei diversas escolas em New York, em Boston, em Baltimore e em Detroit. A explicação que me deram algumas autoridades é que esses métodos exigem uma iniciação psicológica que não é acessível a todos os professores.

Vejamos o que se passou, em 1916, na Escola Horacio Mann, anexa a Universidade de Colúmbia, na cidade de New York. Um educador conhecido em todo o país, William Kilpatrick, é designado para reformar os métodos de ensino nessa escola. Que faz ele? Baixa regulamentos ou portarias? Não; institui reuniões semanais com as professoras durante todo o ano, discute com elas os planos novos, distribui-lhes assuntos para estudos e, quando se convence de que o espírito das inteligentes mestras está maduro para o cometimento, começa em 1917 a reforma. Começa, porém, tateando na primeira série; passa em 1918 para a segunda; em 1919, para a terceira, e assim por diante. Quem duvidar dessa calma, dessa perseverança, dessa humildade honesta de um espírito culto, obtenha o *livro Horace Mann Studies in Elementary Education*, no qual a bela e árdua tarefa vem descrita flagrantemente.

Não devo terminar essa alusão, falha e incompleta, aos marcos principais do movimento educativo contemporâneo em diversos países, sem salientar o seguinte: a tendência geral hoje no mundo civilizado é fazer com que o ensino primário e o secundário somados atinjam uma duração total de dez a doze anos. No Brasil, de um lado, anula-se o ensino secundário com as orgias dos exames parcelados; de outro lado, deixa-se incrementar a idéia funesta de reduzir a duração do ensino primário, mesmo nas grandes cidades. Desta forma, é o próprio Estado que estimula a indecorosa exploração do trabalho infantil pelos pais e pelos patrões. Desse recuo vergonhoso, quem nos salvará?

#### COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ENSINO

Mas voltemos ao nosso assunto. O problema técnico do ensino primário é tão formidável que, apesar dos institutos de pesquisas que cada país culto possui, nenhum deles fica contente com os resultados indígenas, e todos, sem exceção, procuram luzes além das fronteiras. A Dinamarca, por exemplo, tem um sistema especial para educação dos operários adultos. Pois bem, de todos os países vizinhos e mesmo da longínqua América afluem educadores enviados para estudarem o método dinamarquês. Bruxelas e Genebra são hoje pontos de convergência dos romeiros da causa santa. Uma senhora americana, Miss Parkhurst, concebeu um novo sistema educativo que ficou sendo chamado o Plano Dalton, por causa do local onde foi engendrado. Pois bem, formou-se na Inglaterra uma Associação Dalton para divulgar esse método. Em 1924, já havia mil e seiscentas escolas inglesas estabelecidas nesses moldes. A Holanda enviou uma delegação oficial a Inglaterra para o estudo deles. Por sua vez, o governo dos Estados Unidos mantém um corpo de especialistas em educação estrangeira, incumbidos de publicar, de dois em dois anos, extensos relatórios sobre os progressos mundiais do ensino. O Chile, já em 1908, havia fundado um Instituto Pedagógico e contratado professores alemães para a maioria das suas cadeiras. Conseqüência: o Instituto Pedagógico ficou sendo uma das glórias do ensino na América do Sul, e a Argentina já copiou a sua organização.

O que está aí é apenas uma palidíssima e fugaz idéia da cooperação internacional em matéria de ensino. Lembremos, porém, que essa cooperação só tem sido possível porque todo verdadeiro educador é um homem livre de preconceitos, que não procura estampar nas pesquisas da ciência marcas nacionais. A velha Europa, dividida fratricidamente por uma política obtusa, vê repontar uma esperança divina de paz permanente na previsão dos grandes *leaders* do ensino, que contraíram o solene compromisso de criar uma atmosfera melhor a geração que vem surgindo. Tais homens e tais mulheres são na verdade o sal da terra, e quando, mesmo de longe, sabemos que eles estão reunidos para aprenderem uns com os outros, temos a antevisão de um mundo melhor.

#### A SITUAÇÃO NOSSA

Em relação ao Brasil, ninguém contesta que existe entre nós um pugilo de educadores e educadoras a par dos métodos mais adiantados de ensino e esforçando-se sempre, através de penosíssimos esforços, para romperem contra a indiferença glacial do meio. A eles, a nossa admiração mais sincera e os nossos aplausos mais ferventes. Mas esse grupo constitui ainda uma insignificante minoria. O País precisa de milhares e milhares que comunguem no mesmo credo.

Pensar em procurar a cooperação estrangeira é considerado aqui um crime de lesa-pátria. Nesse gênero, a única cooperação que é admitida amplamente é o plágio ou a imitação a distância, através de informes superficiais e pouco seguros.

Diante da barreira formidável desse preconceito, o remédio é apelarmos para os recursos nativos.

Meditando bem no problema brasileiro, vê-se que a tarefa essencial da Associação Brasileira de Educação é estimular a formação de especialistas em questões de ensino, já que os governos disso se esquecem lamentavelmente. É preciso que ela convoque os seus membros mais ativos, e distribua entre eles os assuntos diversos. Assim poderemos aspirar a que, dentro de algum tempo, haja em seu seio grupos especializados nos métodos Decroly, Dewey, etc. Mas é preciso notar que a essência desses métodos não está somente no modo de se administrarem os conhecimentos as crianças, mas sim, também, na qualidade e natureza desses conhecimentos. Exemplifiquemos: uma professora primária pode conhecer perfeitamente o modo por que Decroly ensina os meninos belgas, mas se, quando for ensinar a geografia de Minas Gerais, ela só dispuser de compêndios atrasados, contendo uma seca enumeração de cidades, de rios e de montanhas, o método ficará sendo em suas mãos um instrumento inútil. A higiene, por exemplo, vem aproveitando na prática da vida uma magnífica seara de descobertas recentes feitas no domínio da fisiologia, da química, etc. Entretanto, a quase totalidade dos compêndios brasileiros, franceses e italianos, para uso das escolas primárias, ignora essas descobertas. Ensina-se ainda erradamente as crianças que o gás carbônico é a causa principal dos malefícios do ar confinado, e não se acentua a importância da temperatura, da umidade e do movimento do ar. Toda a importantíssima ciência da alimentação tem sido refundida nos últimos tempos, mas as crianças brasileiras continuam a ficar privadas dos benefícios das novas descobertas.

É pois a tarefa dessa natureza, humilde, penosa e longa, que os desbravadores se devem entregar, a fim de forjarem os instrumentos de trabalho que deverão ser colocados nas mãos do magistério primário e secundário. É a ela que nos incita sem dúvida o espírito do imortal fundador



da A.B.E., Heitor Lyra da Silva, cuja vida infinitamente nobre foi uma lição constante de fato e de humildade diante da causa do ensino.

É ainda a especialização que nos convidava recentemente o professor Fernando de Magalhães, quando sugeria que os congressos de educação se limitassem a determinados temas, como o meio seguro de poderem disseminar noções úteis.

#### CONCLUSÕES

1) Nenhuma reforma de ensino deve visar a uma mudança súbita de instituições e de métodos: a destes, pelo menos, só é exequível a longo prazo.

2) A essência de toda a reforma deve ser a renovação dos métodos, e a condição preliminar, indispensável para esta, é o longo preparo do professorado por meio de técnicos especializados.

3) Obter esses técnicos em número suficiente é a mais urgente necessidade do ensino em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

4) À Associação Brasileira de Educação cabe, como dever primacial, o estímulo a formação dos mesmos.

5) O próximo Congresso Brasileiro de Educação deveria restringir o seu estudo ao ensino primário e, dentro do mesmo, somente a duas questões: a) métodos de ensino; b) revisão dos compêndios nacionais de ensino primário, comparação com os estrangeiros e sugestões para o seu aperfeiçoamento.

TESE Nº 98

## A DIFUSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

Alfredo Parodi  
Colégio Iguazu — Curitiba, PR

*Na instrução do povo para o trabalho está o ponto de partida da obra formidável que nos cumpre realizar, para a conquista dos nossos gloriosos destinos no continente e no mundo.*

Fidelis Reis, Deputado da República

O problema da difusão do ensino primário no Brasil tem sido considerado como insolúvel, pela complexidade das suas aterradoras incógnitas e dúbias relações.

Múltiplos apresentam-se os óbices que dificultam a sua resolução e que devem ocorrer naturalmente a cogitação do mais banal dos observadores, por pouco que reflita.

O próprio otimismo, ainda que ingênuo, talvez desfaleça diante de tamanhos entraves, como dispersão dos núcleos povoados, a carência de professores e de recursos financeiros, a falta de meios fáceis de transporte e de tantos outros, cujo conjunto constitui o que pode ser qualificado de "mal externo".

Concorre ainda para agravar o caso o "mal interno", que reside na quase indiferença do povo pelos seus mais vivos interesses.

Esta indiferença, caracterizada pela palavra paciência, tão comum na boca da nossa gente, como observa José Veríssimo na sua obra *Educação Nacional*, vem provavelmente da falta de participação do nosso povo nos acontecimentos mais representativos da sua vida política e organização social. E uma vez que ela não foi removida por nenhuma das verdadeiras e triunfantes revoluções sociais — a Independência e a República —, só o poderá ser por meio de um intenso movimento que desperte e prepare a consciência coletiva da Nação, interessando-a no conhecimento e na prática dos seus direitos e deveres e animando-a na luta pela conquista das suas esperanças de progresso e aspirações de bem-estar.

Cumprir ao governo promover, sem perda de tempo, a melhor sorte das massas, principalmente sertanejas, assimilando-as aos verdadeiros progressos da civilização, de conformidade com as novas tendências da educação, para integrá-las definitivamente nas funções da vida laboriosa e evolutiva do organismo nacional.

Compete ao governo lançar a primeira semente, despertando a confiança popular, excitando o interesse geral nesta obra de verdadeira nacionalização e de aproximação das massas sertanejas.

Mister se faz um impulso motor e coordenador que conglome as energias e aspirações dispersas, centralizando-as em uma norma única para canalizá-las depois com todo o ímpeto de que são capazes.

Convém, no entanto, evitar toda precipitação arrebatada e entusiasmos efêmeros e proceder com devotamento e ponderação, para não incidir em erros e imprudências. Para isto, será de relevante auxílio não só o estudo das nossas necessidades e possibilidades, mas também o exame dos sucessos e dos fracassos de outros povos em tentativas similares.

A prova convincente dos exemplos e as sugestivas lições da experiência hão de indicar as medidas aplicáveis ao nosso caso, dentro dos seus aspectos característicos.

Visto se adaptarem a ilustração das conclusões que tenho em mira inferir, passo a transcrever tópicos da *Psicologia da Educação* de Gustavo Le Bon, extraídos do capítulo "Educação dos Índigenas das Colônias".

Começa o capítulo com um tremendo aviso aos povos colonizadores e assimiladores, dizendo que "os métodos universitários franceses exportados para as colônias produziram, como primeiro resultado, a transformação de todos os índigenas aos quais se aplicavam em irredutíveis inimigos". Para comprovar a sua afirmativa, transcrevem-se as palavras de M. Paul Giran, administrador da Indochina, que previnem "terem fracassado quase todos os povos colonizadores na sua tentativa de educação de raças estrangeiras, por abstrair aquela, exceção feita do seu

ideal próprio, do ideal imediatamente acessível aos alunos, isto é, do ideal muito pouco superior ao que estes podem conceber, sem influência do meio em que vivem".

E entrando na causa desta imprudência, continua Giran: "que, em virtude de certas disposições particulares do espírito, somos levados a considerar todos os povos como semelhantes a nós, e assim a educação de um povo inferior sempre tem sido sinônimo de assimilação; compreendendo nós que educar uma raça significa modificar o ideal social desta raça e lhe propor como princípio diretor o nosso próprio ideal, exigindo-se dela, pois, que, na realidade, abandone as suas instituições, que transforme os seus costumes, que modifique a sua mentalidade —coisas impossíveis".

Discorre Giran sobre a assimilação de um povo a uma cultura cujos fins não compreende e cujos resultados não lhe aproveitam imediatamente.

A tentativa tomou-se infrutífera e contraproducente por lançar mão de métodos inacessíveis a compreensão e ao interesse daqueles a que se aplicavam, em contraposição ao conhecido preceito da Pedagogia que diz ser a ação de um professor ou de um método tanto mais eficiente quanto mais acessível as inteligências e quanto mais procura baixar ao nível destas para descobri-lhes os motivos mais atraentes, aproveitando-se deles para criar os chamados "centros de interesse".

Criado, assim, o ambiente instrutivo, por meio dos centros de interesse, concentrada a atenção, despertada a imaginação e o raciocínio em estado de tensão, toda semente boa e bem lançada tende a germinar. Proceder contrariamente é criar, desde logo, um ambiente hostil de repulsa ou de indiferença.

Nestas condições, o professor rural no Brasil deve ser educado não com o propósito de levar aos sertanejos as reservas inesgotáveis de conhecimentos supérfluos, taxados por Montaigne de "ciência livresca"; deve sim ser orientado sob a preocupação constante da sua missão de portador das luzes do alfabeto, de lições intuitivas de moral e civismo e de conselhos úteis imediatamente aplicáveis as suas necessidades e aos recursos locais, ensinando-lhes a exploração de produtos e a criação de indústrias regionais.

Cumprir que o professor se identifique, a princípio, com o sertanejo, para assenhorear-se da sua psicologia e modificá-la para o bem; conhecedor das necessidades e possibilidades locais, poderá indicar os meios mais eficazes para a sua exploração proveitosa.

A obra do professor será de uma dupla adaptação, ao ambiente moral e ao ambiente físico, para modificar a ambos em prol da assimilação da raça e da prosperidade da Nação.

E nem outra coisa insinua Giran, dizendo que "a experiência confirmou a regra, que a educação não poderá ser eficiente se não se achar em relação com os hábitos hereditários dos alunos e que, por conseguinte, a instrução só pode produzir frutos quando convenientemente adaptada a mentalidade destes, e, assim, a um povo inferior só pode convir uma instrução elementar".

Mas a seguir pergunta: "Nestas condições, qual é o campo que nos resta aberto? O das ciências práticas, que é suficientemente vasto para satisfazer o nosso desejo de difundir a instrução, sendo elas, de mais a mais, um excelente meio de educação intelectual, visto que é na escola das realidades experimentais e não com livros que se formam os verdadeiros espíritos."

E conclui logicamente: "O nosso ensino será, sobretudo, técnico e profissional. Faremos assim dos nossos indígenas bons auxiliares."

Sugere então: "A primeira escola a criar em um país novo é, pois, a escola profissional. E o seu programa deve consistir, a princípio, exclusivamente em melhorar os métodos empregados no país. Logo, o primeiro esforço da educação direta deve consistir em melhorar a técnica dos ofícios existentes, das pequenas indústrias locais."

Ora, o primeiro passo já foi dado no sentido de criar o verdadeiro ensino técnico e profissional em nosso país, com o projeto da autoria do senhor Fidelis Reis, deputado por Minas Gerais, não só transformando em lei, mas também em realidade concreta, a criação do Liceu de Artes e Ofícios de Uberaba.

Cumpra, porém, ampliar o campo de ação desta lei, estendendo os seus benéficos efeitos a todas as escolas primárias rurais, na medida das possibilidades atuais e das vantagens mais imediatas aos interesses das massas sertanejas.

Como prolongamento desta lei, convinha incluir nos programas das escolas rurais a prática da lavoura e da criação, organizando os próprios alunos hortas e galinheiros com os seus próprios recursos — cujos lucros ser-lhes-iam repartidos sob a forma de dividendos em uma sociedade por ações. O papel do professor seria o de diretor e animador.

Tal é a orientação seguida pela Secretaria de Educação Pública do México, cuja atuação vem tendendo, há cerca de três anos, no sentido de "anular a distância evolutiva que separa os índios da época atual, transformando sua mentalidade, tendências e costumes", inspirando-lhes a disciplina do trabalho metódico e produtivo e incorporando-os integralmente dentro da comunidade social mexicana.

Para isto, foi delineado um plano de educação rural em dezembro de 1924, o qual vem sendo executado quase integralmente e tem por base os seguintes pontos:

— Criação de 4 mil escolas rurais em que, além de se transmitir a educação primária elementar aos meninos das povoações rurais, se lhes ensinará a localizar as matérias-primas vegetais, animais e minerais que existem em cada região e a transformá-las em produtos comerciais de venda efetiva e de útil consumo doméstico.

— Criação de dez centros de incorporação cultural, fazendo-se a sua localização de acordo com a distribuição geográfica das diferentes raças indígenas que povoam o país, dando-se preferência aos lugares que, contando com os recursos e as facilidades para o caso, estejam próximos dos grandes centros de povoação indígena.

Nesses centros, será ministrado o mesmo ensino teórico-prático, objetivo e elementar das escolas rurais, procurar-se-á melhorar as raças de gado por meio de reprodutores escolhidos e generalizar o uso de ferramentas e materiais para as indústrias próprias de cada região, com o fim prático de conseguir o aperfeiçoamento e desenvolvimento destas. Farão parte do pessoal dos centros: um corpo de médicos para o estudo preventivo e curativo das enfermidades locais; carpinteiros, ferreiros, para as oficinas de aprendizado; veterinários, encarregados dos estábulos

e destinados a vulgarizar conhecimentos úteis para o aumento do gado e extinção das pragas; e mecânicos e instaladores de oficinas para a industrialização dos recursos regionais.

Um grupo especial de inspetores, recrutados entre os mais instruídos e distintos professores, será incumbido do estabelecimento e da fiscalização das escolas rurais e dos centros de incorporação cultural. E ainda, com o fim de formar núcleos mais perfeitos de incorporação cultural nestes centros, atender-se-ão as necessidades totais de vida a cem meninos em cada centro, procurando orientar a sua educação, os seus espíritos, para a formação de professores normais especiais.

— Será criado futuramente um Centro Modelo de Internato e Incorporação Cultural Indígena do Distrito Federal, com capacidade para 10 mil educandos de todas as regiões do país e recrutados entre os índios de 14 a 18 anos de idade, qualquer que seja o seu grau de instrução, e que apresentem as características de inteligência e de vigor físico necessários ao caso. Os educandos farão cursos práticos industriais e serão orientados para as indústrias que aproveitem os recursos naturais da sua região de origem, sendo utilizadas, para os estudos, diferentes oficinas e instalações das escolas técnicas industriais e agrícolas do distrito, onde se farão as práticas necessárias.

Estas foram as bases do plano esboçado em cumprimento *ao desideratum* do presidente da República do México, ao tomar posse do governo em 1 ° de dezembro de 1924, quando declarou, como a sua aspiração suprema, o propósito de terminar o seu período governamental deixando 5 mil professores rurais, os quais, unidos aos que competem aos governos dos estados, iriam formar "o exército de agentes, não já propriamente instrutivos, mas civilizadores, junto as massas rurais".

Quanto ao modo pelo qual este plano vem sendo executado, basta ler o recente Relatório de 31 de agosto de 1927, apresentado pelo doutor J. M. Puig Casauranc, secretário do Estado e encarregado do despacho do ramo da Educação Pública, ao Congresso da União Mexicana.

Nele, diz o senhor Casauranc que, de conformidade com *odesideratum* do presidente da República do México, existem atualmente na Federação 3.433 professores rurais e seis missões culturais, com peritos em agricultura, pequenas indústrias, educação física, higiene e propaganda útil de ação social. A essas missões compete levar a regiões diversas do país os trabalhos civilizadores delineados no plano.

Para atestar o afã por esta campanha, vejam-se estas palavras do Relatório: "Apesar de ter sido um período que se assinala como um dos mais difíceis com que se teve de enfrentar a administração atual, não só se manteve a totalidade das instituições existentes no ano anterior e aumentar 433 professores rurais, como também se ampliaram os serviços educativos em todos os ramos em que o exigia o notável aumento de inscrição escolar verificada nos princípios do presente ano, enriquecendo-se e fundando-se, além disso, novos centros e oficinas, para o que se utilizaram, em sua totalidade, além das quantias de que se pôde dispor, do fixado no Orçamento, os ingressos próprios obtidos nas escolas secundárias, industriais, técnicas, universitárias, etc."

Para bem se julgar do incremento que têm tido as escolas rurais, compare-se o seguinte:

### Quadro Demonstrativo do Número de Professores e de Escolas

Anos	Inspetores	Professôres	Escolas	Matrículas
1924	47	1.105	1.044	76.076
1925	65	2.388	1.926	126.850
1926	85	3.000	2.633	183.861
1927	93	3.433	2.952	206.383

A confiança ilimitada na missão das escolas rurais é manifestada com veemência pelo senhor Casauranc, quando afirma enfaticamente, em um discurso, "que tudo se pode destruir no México, pode crer-se no fracasso dos regimes revolucionários, das instituições, dos métodos, dos homens, de tudo, enfim, mas não há quem se atreva a destruir a obra das escolas rurais, que, neste momento, significa já a aspiração e a vontade gerais".

A escola rural no México representa, assim, uma crença, uma esperança; é a máxima fórmula da vida social mexicana e que, posta em prática apenas há três anos, já se considera como a instituição mais arraigada que todas as que, até então, existiram: foi uma revelação.

E a consciência mexicana, no seu arroubo entusiástico, inspirou-se nesta revelação, organizou um exército e criou uma nova fé, pondo-se em campo para a redenção da Pátria.

Ao primeiro apelo do governo, arregimentaram-se centenas e centenas de voluntários, dos quais se escolheram os que apresentavam as melhores condições de cultura mental, para levarem ao seio dos povoados longínquos a voz dos dogmas que abraçaram e nos quais foram previamente disciplinados por meio de missões especiais.

A escola rural no México não é mais nem nunca foi considerada pelos mexicanos uma simples experiência, mas uma demonstração prática pela qual se acende já o interesse de outros povos, repercutindo em diversas nações latino-americanas, como o Peru, cujo governo teve por bem enviar um representante especial para estudar os institutos existentes, e a República de Guatemala, que criou um Departamento de Cultura Indígena com idênticas tendências e aspirações.

É de lastimar que o eco desde acontecimento não tenha chegado ainda bem claramente até nós, para nos aproveitarmos daquilo que nos convier. País novo, com rotineiros ou incipientes e vacilantes métodos de culturas, muito malfeitas pelo sertanejo indiferente, no geral, não é tanto de especulações filosóficas e de estudos clássicos, que não nos faltam, que o Brasil necessita para a exploração das suas riquezas.

Já sabemos formar doutores, literatos, bacharéis, filósofos e até burocratas e encostados.

Aprendamos agora a formar lavradores, criadores, pequenos industriais, bons artífices.

A ciência livresca de que nos fala Montaigne não resolve as nossas necessidades no ensino, principalmente no rural, como bem o reconheceu o México para o seu caso, semelhante

ao nosso, sendo elucidativo um pequeno histórico da escola rural, que teve origem remota em um decreto del<sup>o</sup> de junho de 1911, assinado pelo General Diaz, e pelo qual o Executivo Federal ficava autorizado a fundar, em todo o território da República, escolas elementares com os fins de ensinar a falar, ler e escrever o castelhano e a efetuar as operações fundamentais e mais usuais da Aritmética.

Por motivo de contratempos políticos, só quando no cargo de subsecretário de Departamento da Educação, o senhor Pani tratou de dar execução ao plano, tendo estudado previamente e reconhecido a inutilidade dos seus fins, nas bases traçadas, ao progresso do país, por visar unicamente a um ensino meramente abstrato e de caráter instrutivo, completamente elementar.

Antes de pôr em execução o plano, o senhor Pani fez um inquérito a opinião pública e a autoridade dos competentes sobre as vantagens do referido decreto, pedindo inspirações e sugestões.

Aí é que se encontram os germens da escola rural, de acordo com a sua missão de que "não deve ser, absolutamente, um estabelecimento em que se transmita um ensino unilateral, abstrato e meramente instrutivo. Muito ao contrário, a sua missão tende para os verdadeiros valores educativos: o valor instrutivo ou informativo, o valor utilitário ou prático, o valor disciplinar ou moral e o valor socializante da cultura".

A escola rural no México foi, em suma, criada pelo povo e para o povo e veio se desenvolvendo sempre com o auxílio do povo e com o mais franco e decidido apoio do governo e dedicação de seus auxiliares.

Será interessante, como um incentivo as nossas aspirações, consignar a participação ativa nessa cruzada de largos horizontes.

Tomemos ao acaso uma das muitas publicações da Secretaria de Educação Pública, por exemplo, *La Escuela Rural*.

Leiamos primeiro os títulos por mera curiosidade:

- Conceito da Escola Rural, Formado por um dos Nossos Modestos Educadores
- Biografias de Grandes Homens Indígenas
- A Criação de Patos é Simples e Remuneradora
- Higiene
- Como, Construindo Galinheiros, Inicia o Professor Abel Ortega a Formação de Cooperativas
- Inauguração de um Magnífico Edifício Escolar
- Discurso Pronunciado pelo Professor David Peralto, por Ocasão da Inauguração da Escola Rural de Chimalpa
- Melhoras na Escola Rural de San Isidro
- Novo Edifício para a Escola Rural de Arcelia
- Doação de Terrenos para Outras Escolas
- A Casa do Estudante Indígena está Proporcionando Professores Rurais

— Inauguração da Escola Rural Federal de Zocacoyuca  
— Como em Cinco Meses se Organizou uma Escola com Elementos da Comunidade  
Satisfaçamos agora a nossa curiosidade e leiamos atentamente o que mais nos interessa:

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA RURAL FEDERAL DE ZOCACOYUCA

O semanário *Argos*, que se publica em Chilpancingo, diz o seguinte em seu número de 1º de maio de 1927:

Com um entusiasmo transbordante... presenciamos na Cuadrilla de Zocacoyuca... a inauguração de uma escola rural...

Já em outra página de nossa edição, publicamos uma breve nota dos atos levados a efeito, mas pecaríamos por injustos se nestas colunas deixássemos passar despercebidos fatos eloqüentemente reveladores do que significa o esforço dos cidadãos, secundado pela boa vontade dos mentores da juventude e da franca e decidida cooperação das autoridades.

Em Zocacoyuca (muita atenção!) foi levantado um edifício com o dinheiro dos vecinos (moradores), ansiosos de que seus filhos e eles mesmos possam gozar da vantagem incomparável de nutrir-se nas fontes da ciência e do saber. O esforço destes humildes agricultores comoveu os generosos sentimentos do atual diretor da Escola Federal de Iguala, que conseguiu que a Federação proporcionasse todas as facilidades para converter em palpável realidade o anelo do nosso povo humilde.

E não se trata de um caso raro, mas, ao contrário, muito comum; senão, continuemos no mesmo folheto:

Como em Cinco Meses se Organizou uma Escola Rural com Elementos da Comunidade:

1 — A 17 de janeiro último, foi aberta a escola pelo professor abaixo assinado, o qual começou, desde então, a organizar o estabelecimento escolar.

2 — Desde logo, fêz-se o galinheiro com curral cercado de arame, onde se guardam 42 animais, entre gaios, galinhas, etc. Fizeram-se dormitórios para os animais, tendo sido feitos pelo professor e alunos todos os trabalhos de carpintaria.

3 — No mesmo galinheiro se fez uma *conejera* (madrigueira) em que há cinco coelhos, cedidos pelo inspetor instrutor da zona.

4 — Solicitou o professor e obteve do Comitê Agrário do Povo dois lotes de terreno, com a superfície de dois hectares e 1.725m<sup>2</sup> e que, unidos ao de lavoura cedido pela Hacienda de Gonzalez, dão um total de três hectares e 3.046m<sup>2</sup>.

5 — No dia 3 de março ficou instalado o aparelho de rádio trazido pelo inspetor instrutor.

6 — Estabeleceu-se a oficina de carpintaria com a ferramenta com que o mesmo inspetor dotou a escola e com a madeira que as autoridades e os moradores proporcionaram ao professor.

E deste teor são todas estas informações até a 16ª.

Visto ser de efficacíssimo meio de propaganda e de benemerência, não deixemos ainda de ler isto:



Magnífica ação dos comitês de educação organizados em cada um dos povoados da República: principiam a dar os resultados desejados.

O inspetor em Garcia nos informa o seguinte sobre a gestão dos citados comitês:

Como resultado do nosso empenho, os comitês de educação conseguiram, com o auxílio dos moradores, o seguinte:

— Compraram-se lâmpadas em Salitre, Ahuichote, etc.

— Em Santa Rita, fizeram-se 2 mil tijolos e se conseguiu a pedra suficiente para a construção do novo edifício escolar.

— Em Ermita de los Corrêa conseguiu-se que os moradores semeiem duas parcelas (ignoro a extensão) em benefício da sua escola.

— Em San Cayetano se prosseguiram os trabalhos de construção do edifício escolar, faltando o teto.

E continua a lista:

— São donativos, benfeitorias, propagandas, empreendimentos, realizações.

— Não se julgue, porém, que somente as classes de modestos recursos é que cooperam para o desenvolvimento do plano. Há donativos de somas consideráveis feitos por pessoas abastadas, por grandes estabelecimentos comerciais, companhias, sociedades, etc.

O México reconhece, pela palavra autorizada de um dos seus representantes, que se encontrou a si mesmo com a criação da escola rural. O povo a chama, com razão, de *escuela del pueblo*, porque é dele, de fato; e pedagogicamente é a escola da ação, porque ensina fazendo.

Disse-o o senhor Moisés Sáens, Subsecretário da Instrução Pública no México, por ocasião da Convenção dos Professores do Estado de Texas, reunido em Dalas:

Quando visitei a Europa, estudando problemas educativos, mui especialmente os da instrução secundária, fiquei impressionadíssimo com a semelhança dos problemas nas diferentes nações e, com a maior semelhança ainda, da situação educativa e dos problemas educativos entre os povos da América. Os Estados Unidos, o México, o Brasil, a Argentina, o Chile e todas as demais nações do Novo Continente têm problemas iguais e pontos de vista iguais, pelo fato de sermos todos filhos da América.

E o senhor Casauranc confirma esta identidade perfeita entre as nossas condições, pois aqui, como no México, "não podemos esperar que a criança vá a escola, mas que é indispensável conseguir que a escola vá a criança". E isto deve ser tomado ao pé da letra e não metaforicamente.

Só estas palavras constituem um lema, um programa de administração.

O México já o pôs em prática, esperando dentro de vinte e cinco ou trinta anos extinguir o analfabetismo.

E o Brasil, quando e como traçará programa idêntico?

Um plano semelhante ao do México resolveria, quase in *totum*, o nosso momentoso problema.

E não se objete na falta de professores, de recursos, de entusiasmo das massas e de tantos outros anestesiantes da ação eficaz, visto que todos estes obstáculos existem mais na

nossa imaginação timorata, e que podem ser removidos, demonstrando-o a energia construtiva mexicana.

O Brasil, porém, apresenta feição característica, e só em parte resolveria o seu programa por meio das escolas rurais, o que, aliás, seria muito. Assim como, entre outros obstáculos, teve o México que lutar com a resistência passiva do meio, infiltrando lentamente o castelhano entre as povoações indígenas, para coexistir com os diversos dialetos falados, assim também o Brasil tem que lutar com a fraca densidade de população dos povoados remotos e sem contingentes suficientes de meninos em idade escolar.

Sobre este empecilho, dou agora a palavra ao doutor Miguel Couto, que assim se manifestou em brilhante conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, a 2 de julho do corrente ano:

Entretanto, a difusão do ensino pelo nosso imenso território, com três habitantes por quilômetro quadrado, encontra obstáculos quase insuperáveis, para cuja solução não há nenhum outro país que nos sirva de modelo. Na nossa grande vizinha amiga, a República Argentina, a densidade ainda é menor, mas a Argentina é um tabuleiro e o Brasil uma cadeia de montanhas.

Esta, de fato, é a maior de todas as dificuldades.

Examinando outro aspecto da questão e de não menos importância, diz: "Seria oportuno indagar se o governo central tem títulos que o autorizem a instituir, nos estados, o ensino primário".

E, neste sentido, passa a dar a opinião do doutor Octavio Mangabeira:

Haja, embora, quem proclame que o governo federal é incompetente para intervir no assunto, não há como escurecer que a grande maioria, senão a quase totalidade das opiniões a respeito, converge para a doutrina de que a nossa Magna Carta, ao conferir aos estados autorização para prover o serviço do ensino elementar, não vedou a União que o fizesse, colaborando, se porventura o entendesse, paralelamente com aqueles, em prol das populações brasileiras.

E a do doutor Manoel Bomfim:

E forçoso criar fortes correntes internas de sentimentos e de idéias que liguem os nossos destinos, e a base de tudo isto é a escola primária... Que nos resta fazer, se nos queremos conservar como uma nacionalidade única? Criar, o mais cedo possível, um espírito publico; levar a todos os ânimos o sentimento de uma pátria única; afinar, de um a outro extremo do País, o amor do Brasil comum. E o que está naturalmente indicado para isto, como o mais conforme a nossa situação especial, a nossa divisão política e a nossa crise social, é desenvolver, unificando e nacionalizando, a escola primária, questão urgentíssima para a República e para a Pátria.

E conclui:

Da minha parte, peço vênica para acrescentar que, se o termo desta controvérsia, acadêmica e eterna, sobre o assunto de tanta instância e magnitude depender de outra reforma da Constituição, a constituinte que se convocar será obra de patriotismo.

Encarados assim de frente estes dois aspectos da questão, sugere um plano:

Talvez consultasse a nossa modalidade geográfica e melhor dividisse as esferas de atribuições o seguinte alvitre:

As câmaras municipais forneceriam o ensino primário, em curso de oito anos, aos habitantes em idade escolar, da sede dos respectivos municípios; os Estados, nas capitais; e a União, em todo o interior e nos municípios insuficientemente dotados.

Livre aos estados e a União o erigir o ensino secundário e o superior onde julgarem dever localizá-los.

Todos os escolhos residem exatamente no papel reservado a União.

Como propiciar o ensino a uma população escolar esparsíssima — seis milhões para nove milhões de quilômetros quadrados —, quase na proporção de uma criança para quase dois quilômetros quadrados, exigindo, a bem dizer, um professor ao lado de cada uma?

A escola itinerante, ensaiada sem êxito na Austrália, devendo parar em cada lugar oito anos, de itinerante só teria o nome, sendo que, quando continuasse o seu caminho, deixaria sem ensino a nova geração escolar que se foi formando nesse trato.

Creio que a União poderia:

1 — Disseminar escolas públicas em todos os pequenos centros do interior, vilas, viletas, aldeias, aldeolas, estações de linhas férreas, etc, que reunissem em torno, num raio de meia légua, uma população escolar mínima de quarenta crianças.

2 — Estabelecer em cada Estado, em número conveniente, grandes institutos de ensino primário, construídos adrede, sob a direção de pedagogos e higienistas, e providos de laboratórios e oficinas; para eles viriam todas as crianças domiciliadas no interior do País, em lugares não servidos por escolas. O Estado passaria a exercer, com respeito a estas crianças, verdadeira tutela, e lhes daria, durante oito anos, além da manutenção e indumentária, a instrução intelectual, física e profissional. Tais institutos seriam colocados, de preferência, em clima de montanha e áreas extensas que permitissem o ensino agrícola, segundo o modelo traçado por Arthur Torres; outros, consultando a saúde das crianças, a ribamar.

No fim daquele prazo escolar, o governo, exonerando-se da sua missão paternal, devolveria a cada família os seus filhos, devidamente educados e aptos para ganhar a vida e honrar a Pátria nos seus ofícios.

Para órgão desta função nova do Estado, com as inúmeras ramificações em todo o Brasil, servindo de centro coordenador de atos e esforços, como uma espécie de comando único a que se referia Leon Brunschwig na sua conferência de Strasburgo, seria criado o Ministério da Educação.

E mais adiante continua:

Como corolário próprio a Associação Brasileira de Educação, porventura de acordo com estas idéias, que se dirigisse ao presidente da República e ao Congresso Nacional e solicitasse a sua atenção e o seu saber para o estudo das seguintes proposições:

1 — A União levará o ensino primário e a higiene a todo o interior do Brasil.

2—É destinado exclusivamente ao ensino e a higiene o produto integral do imposto sobre a renda e o do imposto de consumo das bebidas alcoólicas.

3 — É criado o Ministério da Educação com dois departamentos: do ensino e da higiene.

Ainda que admirador do plano esboçado pelo eminente professor e de aplaudi-lo em muitos pontos, julgo-o inexecutável na prática por depender de uma verba enorme, da qual o nosso país não poderá absolutamente dispor de princípio.

Peço permissão agora para apresentar a apreciação deste ilustre Congresso uma sugestão única que me parece viável a difusão fácil e rápida do ensino, exigindo, ao contrário do plano acima exposto, muito menor dispêndio da parte do governo e, posteriormente, alguns anos depois de posta em execução eficiente, este pouco ou nada terá que despende, facilitando o povo a instruir-se por meio dos seus próprios recursos.

Proporia, a título de experiência, que se fundasse um ou mais internatos públicos de ensino primário em regiões prósperas deste ou de qualquer outro estado da Federação, de acordo com as seguintes normas:

1 — O Estado, com o auxílio do município ou municípios da região e solicitando o da União, mandará construir um edifício escolar com capacidade para o internato de uns 400 alunos, no mínimo, e para a residência dos respectivos funcionários, em terreno previamente escolhido.

2 — Neste prédio, será instalado um internato com duas seções: uma para meninos e outra para meninas.

3 — Este estabelecimento terá duas ordens de funcionários, escolhidos, com o máximo escrúpulo, entre profissionais que tenham dado provas da sua dedicação e proficiência, e que são: o corpo docente e o pessoal administrativo.

4 — Neste estabelecimento, será ministrado o ensino elementar, ao lado de práticas de agricultura, criação de animais domésticos e pequenos ofícios de lucro imediato, feitas pelos alunos, sob a direção de pessoal experimentado.

5 — Os trabalhos do estabelecimento regular-se-ão por dois horários: um para o ensino e outro para as práticas, de quatro horas cada um.

6 — Estas práticas, a par de fim instrutivo, terão um fim principalmente utilitário, pois delas há de depender futuramente a manutenção do estabelecimento, mediante os seus próprios e crescentes recursos. Assim, ficarão distribuídas de acordo com o sexo, com a aptidão de cada um, com as necessidades e possibilidades do estabelecimento e do local. Para este fim, o estabelecimento será aparelhado devidamente com os necessários instrumentos agrários, ferramentas adequadas aos diversos misteres, máquinas de costura, ferros de engomar, etc.

7 — Os meninos se aplicarão a cultura da terra, a criação de animais domésticos e a pequenos ofícios: quanto a cultura da terra, praticarão a horticultura, a jardinagem, a fruticultura, etc; na criação de animais domésticos, tratarão da avicultura, apicultura e da criação do gado necessário ao estabelecimento; em pequenos ofícios, entregar-se-ão a ocupação de construções de cercas, galinheiros, consertos ligeiros, serviços de marcenaria, etc. As meninas serão iniciadas nos trabalhos domésticos, como serviços de cozinha, costura, lavagem e engomagem de roupa, trabalhos de agulha, fabricação de sabão, etc.

8 — A produção do estabelecimento servirá para o consumo do mesmo, a qual, sendo insuficiente no começo, como é de esperar, será suprida pelo governo; e, passado este estado embrionário, como é de esperar também, o excedente será exposto a venda, em uma espécie de feira, no próprio estabelecimento ou em lugar mais vantajoso. Além disso, qualquer dádiva dos produtores locais será utilizada para o mesmo fim.

9—Tratar-se-á de organizar desde logo uma caixa escolar, cujos fundos serão constituídos, a princípio, de donativos, de produtos de festas escolares e de trabalhos executados nas dependências do estabelecimento e, subseqüentemente, das sobras das rendas efetuadas na feira. Essa caixa terá por fim promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da instituição, que terá a seu favor muitos fatores de prosperidade, como, por exemplo, para ser mais claro: uma indústria fácil e mui lucrativa é, sem dúvida, a fabricação de perneiras para militares, sem requerer instalações dispendiosas nem grande esforço físico da parte dos meninos; a própria confecção de uniformes para colégios e corporações militares, roupas brancas para homens, senhoras e crianças, bem como outras peças de vestuário de uso doméstico, não são coisas difíceis para as meninas, uma vez que sejam criadas as seções competentes.

10—Serão admitidas a matrícula neste internato crianças de 10 a 14 anos, para o estágio mínimo de três anos.

11 — Antes de mandar edificar o prédio para o internato, o governo fará propaganda intensa na região escolhida, a fim de obter dos pais de crianças, que estejam no caso, todo o apoio moral e material e o compromisso prévio e indispensável de matrícula para o estágio acima estipulado.

Calo outras medidas, não entro na apreciação de hipóteses ótimas mas fundamentadas, não estudo pormenores, pois o exposto é o que basta para deixar perceber que se trata de uma obra perfeitamente realizável e capaz de se continuar quase automaticamente.

E será uma obra de grande alcance nacional, quando comprovada a sua eficácia e for estendida por todo o Brasil, e que contará com o apoio de todos os brasileiros que forem chamados a colaborar nela, visto que a alma brasileira é grande e tem dado disto as melhores provas.

Resta que se faça um apelo, que se coordenem as suas aspirações, que se somem as suas energias, para que elas se patenteiem com toda a sua generosidade natural.

E esta característica é mais notável quando se trata da questão do ensino, como ainda recentemente acaba de ser demonstrado em Minas Gerais, com a criação do Liceu de Artes e Ofícios de Uberaba, primeiro resultado da patriótica e vencedora campanha movida no Congresso Nacional pelo deputado senhor Fidelis Reis, instituindo no País o ensino técnico e profissional.

Transcrevo parte do discurso pronunciado pelo senhor Fidelis Reis, por ocasião da inauguração do Liceu Uberaba, e que maravilhosamente se aplica ao nosso caso:

Permanecerá como um incentivo e um estímulo (o liceu) para os que virão a ser fundados nas condições do nosso. Nem de outra forma, aliás, se resolverá o problema da instrução no Brasil. Indispensável o auxílio, a colaboração de todos. De forma alguma poderá o Estado prescindir do

concurso e da iniciativa particular. Só por si, serão os governos incapazes de resolver entre nós problema tamanho. Assim, desde cedo, o compreendeu o povo americano. Foi o que, em boa hora e com lustre para o seu nome, percebeu a terra uberabense. Veio do povo e se destina ao povo o Liceu de Uberaba. Para a sua edificação, contribuíram os mais modestos operários. Há subscritores de quantias mínimas, e a maior importância subscrita não excede de dois contos de réis, estando a obra orçada em seiscentos contos de réis.

## CONCLUSÃO

Creio que, do exposto, se pode deduzir que este plano atende as duas condições mais importantes do magno problema, pois que, por um lado, alivia o governo do dispêndio de somas que ele não pode atualmente dispor e, por outro lado, facilita a disseminação do ensino a todos os recantos, mesmo aos mais longínquos, do território nacional.

TESE N<sup>o</sup> 99

## A ESCOLA E A FAMÍLIA

**Deodato de Moraes**

Rio de Janeiro, DF

**A** cooperação efetiva da escola e da família vem facilitar vantajosamente o trabalho do professor e resolver o problema da educação social.

O bom educador não perde a oportunidade de orientar a família, de interessá-la pelo que se faz na escola, de fazer ver aos pais que o auxílio deles é indispensável para o bom resultado do ensino que ministra, de demonstrar praticamente a todos que a instrução torna os homens mais completos, mais alegres e mais felizes, que os esforços isolados do mestre, por melhores que sejam, se tornam improficuos, que todo zelo e toda dedicação do professor serão muito prejudicados, desde que a família não coopere para a realização dos mesmos fins educativos.

Todo ensino deve adaptar-se as necessidades gerais do meio e imediatas da criança. Como ministrar tal ensino sem conhecer as necessidades da região e, muito principalmente, as dos pais dos alunos?

As relações com a família favorecem extraordinariamente o trabalho do mestre, aumentam de maneira poderosa o prestígio da escola e do professor e fazem desaparecer as prevenções dos meios hostis.

Em contato com os pais, o professor informá-los-á do adiantamento dos seus filhos, do que é preciso fazer para que eles se tornem mais assíduos, mais obedientes, mais respeitosos, mais prontos, mais ativos e mais úteis.

Muitas crianças enganam os mestres na escola e os pais em casa, dizendo que estes não querem que aí estudem e que aqueles não passam lições para estudar no lar. O mestre fica, por

isso, sempre alheio ao que faz o menino em família, qual o grau de educação e instrução que aí recebe, como se porta na rua e nas relações extra-escolares.

Nenhum mestre consciencioso, que ame a sua missão e as crianças que lhe são confiadas, deixará de reconhecer a necessidade de assegurar-se da colaboração da família na obra educativa. É este o motivo por que é necessário que todos os professores vejam os pais, convivam com eles, se interessem pela sua vida e pelo progresso dos seus filhos.

Diz o ditado: "Quem meu filho beija, minha boca adoça". Ora, mostrando-se o professor interessado pelos filhos dos moradores da localidade, interrogando-os seja notaram o progresso que estão fazendo os pequenos na escola, solicitando-lhes o seu auxílio para corrigir certos defeitos que possa um menino apresentar, qual será o pai que não lhe ficará reconhecido e não se prontificará a ajudá-lo?

Uma desgraça fere uma família. Por que não visitá-la e se interessar pela sua dor? A alegria entra por um lar a dentro. Por que não compartilhar daquela felicidade?

Aqui é um pequeno que está enfermo; ali, um pai que sofreu um desastre quando trabalhava; acolá, uma mãe chorosa pela perda de seu filho. Cabe ao professor, e particularmente a professora, aliviar, com as suas palavras de carinho, esta dor, conseguir, com os seus conselhos, um tratamento melhor aqueles enfermos.

Essas visitas, que demonstram corações bem formados, ser-lhe-ão pagas a altos juros pelo afeto eterno de uma família reconhecida.

Um excelente meio de que poderá lançar mão o professor para atrair os pais a escola será o estabelecer serões educativos duas vezes por mês, pelo menos, na sala de aula, onde sejam discutidos assuntos escolares e onde cada pai possa manifestar-se a respeito da educação que seu filho recebe. O professor aproveitará essas reuniões para orientar a família sobre o que a escola faz e lhe é permitido fazer e sobre o que cabe aos pais fazerem para auxiliar o trabalho do mestre.

A escola — dirá o professor — não pode fazer milagres; é necessário que todos se interessem pela educação das crianças e facilitem a sua assiduidade as aulas.

Aproveitando essas reuniões, dar-lhes-á o professor, em palestras simples e despreziosas, elementares preceitos de higiene — higiene alimentar, higiene de habitação, higiene corporal e de trabalho — e inculcará, no espírito de todos, o desejo de uma vida melhor.

A cultura cívica deve tomar lugar saliente nos serões da escola. É preciso fazer notar aos nossos lavradores que o homem, vivendo em sociedade, necessita de preceitos que rejam as suas múltiplas relações. Daí a necessidade do cumprimento as leis para o bem comum, do pagamento dos impostos, do respeito as autoridades constituídas, da justiça e do direito.

Dirá que em todas as democracias o povo goza de direitos políticos para exercer a sua soberania. Que o indivíduo se torna cidadão, capaz de exercer uma certa influência nos destinos do seu país, quando se torna eleitor. Que o voto é o expoente da liberdade política e que votar é cumprir um dever sagrado para com a Pátria. Que o Brasil só será grande e respeitado quando os seus filhos, numa comunhão de idéias e de esforços, cooperarem para o seu poder e a sua

grandeza. Que o serviço militar é uma necessidade para a consolidação do nosso poder como nação organizada e inviolável.

Os nossos camponeses ignoram completamente como funcionam os diversos departamentos administrativos do País e fazem idéia muito errônea do valor dos homens públicos. Para eles, o presidente da República é uma espécie de sultão intangível, com direitos supremos e cheio de vontades; que os ministros são verdadeiros satélites dessa divindade governamental; que o deputado é onipotente e onisciente e basta querer uma coisa para que esta se realize.

É necessário que o professor lhes faça compreender o funcionamento das câmaras municipais, estaduais e federal e, bem assim, a missão das grandes administrações e dos diversos tribunais do País; que lhes explique o funcionamento da justiça, interpretando, se possível for, as leis que nos regem, quer como organização social, quer como organização política. Nenhum cidadão deve ignorar as leis do seu país.

Cuidando de assuntos agrícolas, fará ver o professor a vantagem de se acompanharem os modernos processos de preparo da terra, de escolha da semente, de poda, de enxertia, de colheita, etc, que vêm relatados nas revistas de agricultura, cujos primeiros exemplares conseguirá que sejam distribuídos gratuitamente pela redação. Mostrará a conveniência das sociedades agrícolas, dos sindicatos de auxílio mútuo, que opõem barreira tenaz aos exploradores e baixistas e permitem atravessar as crises da lavoura sem maiores prejuízos. Informará constantemente—valendo-se, para isso, dos jornais da capital — os preços correntes, na Bolsa de Mercadorias, dos principais produtos da região.

Por ocasião das epidemias, a ação do professor se tornará mais eficaz ainda. Ao aparecer uma doença contagiosa, compete-lhe expor, de acordo com as instruções da Saúde Pública, imediatamente ao povo, a que perigos cada um está exposto e quais os cuidados higiênicos a tomar. Aconselhará o isolamento dos doentes e procurará, por todas as formas, extinguir os focos de infecção. Apelará para o sentimento humanitário de todos, para a solidariedade da população, a fim de dar enérgico combate ao flagelo, que quase sempre se propaga pela incúria, ignorância e imundície de um certo número de indivíduos.

Evitando substituir o médico, aconselhará, contudo, os primeiros curativos a tomar antes da chegada do facultativo. Uma das preocupações mais acentuadas do bom professor deverá ser aquela de dar combate aos vícios sociais que degradam o homem e degeneram a raça, principalmente o alcoolismo, que tantos males traz ao nacional e a sua prole. A abstinência ao álcool deve ser não apenas pregada com interesse e mesmo entusiasmo pelos mestres, mas apresentada como exemplo digno de imitação. É bom, desde cedo, fazer ver aos nossos homens que a cachaça é o maior depauperador do brasileiro e que é ela o fator preponderante na porcentagem do alcoolismo nacional.

Onde, porém, a sua ação se tornará de um valor extraordinário é no combate a medicina roceira, a medicina dos curandeiros, a que se deve o maior número de óbitos do País.

Ao professor cabe encetar esta campanha, porém com fino tato e extrema prudência. É necessário não ir bruscamente de encontro a velhas tradições já fortemente enraizadas no espírito de pessoas incultas.



Se ao professor cabe esta missão, as professoras está reservada uma outra, mais nobre e mais elevada, na parte referente a higiene e conselhos domésticos.

E a elas que incumbe propagar, no seio da família, as noções de puericultura e de economia doméstica, de que muitas famílias necessitam. O arranjo da casa, a limpeza da roupa, a higiene dos quartos, a escolha da alimentação, o corte, a costura e o remendo, *ocrochet*, a renda e o bordado, as conservas e os doces, tudo, tudo deve ser praticamente ensinado.

Uma das coisas que a mulher do campo quase geralmente ignora é a higiene prática de que tanto precisa, tendo, como tem, de fazer alimentos e criar os filhos.

A alimentação dada a uma criança vem influir não só na sua futura saúde, mas, o que pouca gente sabe, no seu caráter futuro. Uma alimentação excessivamente forte, em que entrem matérias condimentadas, azotadas, carnes diversas, álcool, faz daquele coração anjo um caráter azedo, um temperamento sangüinário, selvagem, amigo das lutas, das diversões brutais e perversas, um indivíduo de baixos hábitos e de organismo estragado. Ao contrário, uma alimentação fraca, que se compõe em grande parte de mingaus, chás e caldos, produz organismos débeis, temperamentos fleumáticos, indivíduos sem energia, apáticos, indiferentes.

Saber, pois, graduar a alimentação do homem, saber combinar os diversos elementos de modo que todos concorram para o seu bem-estar fisiopsíquico, é dever que se impõe a toda mãe e, particularmente, a toda professora.

Uma instituição que, criada na escola pública, prestará relevantíssimos serviços é a associação pós-escolar. Constituída exclusivamente de alunos que deixam a escola depois de concluído o curso, a associação pós-escolar tem por fim exercer uma ação eficaz, se bem que indireta, sobre os seus antigos discípulos.

Em geral, a criança que deixa a escola fica entregue a si própria, sujeita as influências perniciosas das más companhias e entregue aos vícios próprios da idade, alcoolismo, tabagismo e outros.

Cabe ao professor continuar a exercer a sua ação benéfica sobre esses jovens sonhadores, atraí-los para o remanso da escola e proporcionar-lhes uma educação esmerada.

A associação pós-escolar deve atingir, quanto possível, os três fins seguintes: instruir os associados; proporcionar-lhes meios de educação e preservação social; e proporcionar-lhes exercícios e distrações diversas.

Para atingir o primeiro fim, bastam as conferências na sala da escola e a existência de uma biblioteca pública. Os livros para esta biblioteca poderão ser adquiridos com os auxílios da municipalidade, dos pais e das pessoas que visitarem a escola. Existindo a biblioteca, fará o professor leituras públicas domingueiras sobre assuntos interessantes e de utilidade imediata e convidará outras pessoas de merecimento para realizarem palestras em dias previamente determinados. Estamos certos de que o farmacêutico, o agrônomo, o dentista e muito principalmente o vigário não se escusarão de prestar o seu concurso nesta obra social de um valor imenso.

A leitura popular exercerá assim uma influência moralizadora do meio. O operário, que em geral escolhe o domingo para se envenenar fisicamente nas tabernas e moralmente nas casas

de jogos, será por este modo desviado desses antros sociais. O professor o convidará, irá buscá-lo mesmo, se a tanto for preciso, para ouvir os conselhos do pregador do dia.

Habitado a sãs leituras que lhe encham a alma de paz e de esperança, as conferências instrutivas e educativas que lhe resolvem os diversos problemas da vida e que lhe mostram como se consegue um lar feliz e uma prole sadia e forte, o operário não mais se suggestionará por esses panfletos revolucionários que, falando-lhe numa linguagem que o lisonjeia, envenenam o seu espírito, pervertem o seu coração, o embriagam com um bem-estar futuro quimérico, o transformam em um eterno descontente e revoltoso, num mau trabalhador, num mau chefe de família, num detestável cidadão.

A associação pós-escolar, desviando os mancebos e operários das tabernas e das casas de jogos, atraindo-os ao seu seio para ouvirem a palavra dos seus conferencistas, terá cumprido o seu segundo fim — o da preservação social.

Não bastam, porém, as palestras, os conselhos, as leituras, o rádio e as sessões de projeções luminosas da escola.

O domingo é dia de descanso, e o operário deseja naturalmente recrear-se. A associação poderá prestar ainda esse benefício e cumprir assim o seu terceiro fim, mantendo um campo especial para os diversos jogos, tais como futebol, *lawn tennis*, malha, pela, peteca e outros que se usem nas respectivas localidades e que sejam higiênicos. Organizará periodicamente, em festas públicas, concursos de corridas diversas, canoagem, equitação, ciclismo, tiro ao alvo, etc, com distribuição de prêmios oferecidos pelos próprios habitantes da aldeia.

A associação poderá também encarregar-se do desenvolvimento das linhas de tiro, do escotismo e da criação das caixas escolares.

Agindo assim, o professor tornará a sua escola um centro de cultura física, intelectual e moral, digna dos aplausos de um público sensato e de um governo honesto e providente.

Não há más escolas—disse J. Carré —, não há senão professores mais ou menos capazes, mais ou menos zelosos, mais ou menos dedicados: não há meio, por mais modesto ou ingrato que seja, onde um professor que compreenda a sua missão e que ame não possa fazer um grande bem.

TESE Nº100

## A ESCOLA NOVA

Deodato de Moraes  
Rio de Janeiro, DF

Conta-se que o diabo, descendo certa vez a terra, ficou admirado de que isto por aqui andasse no melhor dos mundos. Verificou que os homens apresentavam traços de caracteres comuns: eram bons, visto que acreditavam no bem; eram felizes, porque eram bons; eram calmos e equilibrados, porque se julgavam felizes.

Não satisfeito, porém, com a sua descoberta, resolveu mudar a face das coisas. Pensou: "A infância é o futuro da humanidade: comecemos pela infância."

E apareceu aos homens como um enviado divino e reformador da sociedade.

"Deus — disse ele — exige a mortificação. É necessário começar desde pequeno. A alegria é pecado. O riso é blasfêmia. As crianças não devem conhecer nem alegria nem risos. O amor de uma mãe é um perigo: ele afemina a alma do rapaz. É preciso distanciar as mães dos filhos, a fim de que nada impeça a sua comunhão com Deus. A vida é trabalho. A juventude deve trabalhar. O interesse deve ser banido. Só é bom o trabalho desinteressado. O prazer é perdição."

Assim falou o diabo. A multidão inclinou-se respeitosa e exclamou:

— Queremos salvar-nos; que é preciso fazer?

— Criaí a escola.

E, sob a inspiração de Satã, criou-se a escola.

Os homens de ciência, os filósofos, os pensadores, fechados em seus gabinetes, encarregaram-se das leis, das regras e dos preceitos por que se deviam orientar todos os professores e todas as crianças. Sistemas educativos completos, os mais extraordinários, uns utópicos, outros exclusivistas, foram elaborados; e a eles ficaram sujeitas as práticas da educação e as leis reguladoras do espírito humano.

Surgiu o mestre-escola, autoritário e rabugento, sem critério nem orientação pedagógica ou sociológica, sempre de fêrula em punho para amedrontar ou castigar.

Esqueceu-se a criança, ou melhor, matou-se a sua atividade, reprimiu-se a sua alegria, enclausurando-a dentro de quatro paredes nuas.

Criaram-se a ciência livresca e memórica e a disciplina passiva e estéril, que condenam o livre raciocínio e punem a expansão livre do ser.

Afastada da vida, tomou-se a escola o laboratório de elementos amorfos, completamente cegos sobre a mais rudimentar necessidade quotidiana. Os conhecimentos que sobrecarregavam a memória dos indivíduos não lhes serviam para nada, porquanto não os sabiam aplicar nas ocasiões oportunas.

Tudo era erro e ilusão.

Inerte e artificial, tomou-se a escola um verdadeiro cárcere para a infância. Nela se estiolaram os mais fortes rebentos de uma centena de gerações.

Satã sorria satisfeito.

Mas não venceu.

Deus condoeu-se da humanidade e iluminou as inteligências sãs.

A reação, tímida a princípio, tomou-se temerária mais tarde; e hoje, o combate a mole do conservadorismo do passado tem sido sem tréguas e, por vezes, tão eficaz quanto radical.

A contrapor a escola de Satã, surge a Escola Nova, cujo lábaro, de harmonia com as leis físico-psíquicas da criança, abre campo vastíssimo as observações e experiências.

Perdendo o antigo caráter formalista e abstrato, a Escola Nova abraça todos os atos da existência, todas as manifestações e formas do pensamento. Amplas e complexas reformas ela efetua. Imagem da vida, põe em evidência as necessidades da criança, e, de acordo com essas exigências, renova o sistema de ensino e de educação, distribui, gradua melhor o trabalho e faz tudo isso com feição prática, aplicando o princípio da observação direta das coisas, substituindo os métodos empíricos por métodos científicos e racionais.

A obra educativa do mestre complicou-se, portanto. Não basta ensinar apenas a ler, escrever e contar. É necessário desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes.

A Escola Nova não é apenas um meio social experimental, reflexo da realidade, em que a criança é treinada a ver, a observar a vida, mas um mundo em miniatura, a oficina de gente prática e consciente, positiva e coerente, sabendo e sentindo o que é a vida.

Ela visa formar em cada ser humano não um indivíduo mutilado, mas uma individualidade completa, cônica da sua existência social integral, com uma educação econômica ou profissional, familiar ou afetiva, artística ou sentimental, científica ou intelectual, moral, jurídica e política.

A Escola Nova tende, pois, a concretizar a frase de Terêncio: "Eu sou homem, e nada que respeita a humanidade me é estranho".

#### A ESCOLA NOVA É A ESCOLA CIENTÍFICA E PRÁTICA DAS NECESSIDADES ATUAIS

Aberta para a natureza e para a vida, ela desenvolve a observação e a curiosidade, suscita o esforço espontâneo e fecundo, habitua a criança, no trabalho, a ser o artífice da sua própria individualidade.

Fazer para aprender, mas fazer só, assistido, acompanhado, estimulado pelo professor, é o seu processo; fazer tudo, todas as lições, todos os exercícios, todas as experiências, de maneira que os conhecimentos adquiridos pelo aluno não sejam mais do que resultados da sua própria atividade física e mental.

Em regra geral, a criança não gosta da escola. E não gosta porque a escola não condiz com a sua natureza.

Ela é botão que desabrocha e pede muito ar e muita luz: encerram-na durante quatro a cinco horas em uma sala escura, acanhada, desprovida de todo e qualquer atrativo; quer cantar, rir, correr, forçam-na a ficar assentada e imóvel, proibem-lhe falar e sorrir; quer ver, prescrutar, raciocinar, conhecer, obrigam-na a ouvir e memorizar; é ativa, tomam-na passiva. O culto dos programas massudos e dos horários rigorosos e o fetichismo dos métodos e processos antiquados se encarregam do resto.

Semelhante regime cria-lhe hábitos de indolência, fã-la amorfa e apática.

Perde a curiosidade de saber, cansa-se o seu cérebro, dessor-se a sua inteligência, aborrece-se de tudo. E quando se vê emancipada daqueles grilhões que a atormentavam, nunca mais quer saber de livros, nunca mais dá um passo para se instruir. A escola de Satã atrofiou a sua vontade e paralisou a sua energia.

Na Escola Nova, não: programas, horários, métodos e processos são adaptados, tão exatamente quanto possível, a natureza fisiopsíquica de cada um. Programas e horários não são inalteráveis; a ordem das matérias, tal como neles existe, tem mínima importância. O professor preocupa-se mais com a qualidade do que com a quantidade, com o saber consciente do que com o palavreado vago ou erudito. A Escola Nova é intensiva, e não extensiva.

Nela, a criança sente, vê, entende, investiga por si própria; observa, coleciona, sistematiza conscientemente os conhecimentos, tem discernimento, critério e iniciativa pessoal. O ensino é sóbrio, prático, vivo, atraente, feito com coisas e não por palavras.

É a escola alegre em que todo o trabalho é executado livre e gostosamente, em que a atividade criadora da primeira idade se educa no exercício experimental da realidade e no prazer de vencer dificuldades.

É a escola atraente em que todas as aulas dão uma impressão de vida e de felicidade. Em que há plantas em vasos, jarros com flores, bustos e estátuas, quadros pelas paredes, aves em viveiros, peixes em aquários e tanques, coleções de insetos, de pedras, de frutos, de matérias-primas, aparelhos de demonstração, modelos de arte.

É a escola útil em que a infância brinca de comerciante, de químico, de físico, de agricultor, de operário, nas suas aulas de matemática, de laboratório, de campo, de oficina.

É a escola dinâmica, que desenvolve capacidades, forma Robinsons Crusoes capazes de se bastarem a si próprios.

*Opush* americano (necessidade de avançar na vida) e o *stat alla finestra delia vita* caracterizam a função da Escola Nova.

Ensina-se a criança a prática da vida — mostre-se o que ela é cá fora, eduque-se a sua iniciativa, dirija-se a sua vontade, dê-se-lhe a sua independência e cultive-se, sobretudo, a sua responsabilidade. A vida é uma eterna conquista, e, só pelo trabalho intenso e pertinaz, nela se conseguem vitórias.

O educador moderno não deve ser apenas o mestre-escola, repetidor sistemático de ensinamentos secos, estreitos, formalistas e indigestos, o incutidor de regras, preceitos e teorias, mas o elaborador de homens enérgicos e inteligentes, destros nos misteres da vida comum.

O professor que age pelo discípulo, que pensa por ele, que trabalha por ele, que fala para ele ouvir, exigindo apenas a reprodução de tudo, que não mede o que se deve ensinar com o que se não deve, que não gradua as lições a capacidade da classe, julgando-a capaz de acompanhá-lo muitas vezes nas suas divagações ociosas, o professor, enfim, que afere os alunos pelo mesmo padrão de inteligência, não respeitando individualidades nem potencialidade, deve ser substituído pelo professor consciente da sua missão, que ouve o que o menino diz, que sonda o seu mais íntimo

sentimento, que observa a sua curiosidade, desperta o seu interesse, provoca o seu raciocínio, respeita as suas tendências, encaminhando-o com clara e firme visão de espírito, que o considera, enfim, como ser vivo pensante, como unidade sob o ponto de vista físico, intelectual e moral.

E para isso é preciso estabelecer um meio, criar um ambiente que envolva a escola e domine a criança, inventar casos concretos que criem a possibilidade de converter em fatos ou coisas nossos pensamentos ou criações.

#### A ESCOLA NOVA É A ESCOLA DA SAÚDE

A lei biogenética, segundo a qual a criança deve ser antes um bom animal para ser mais tarde um bom civilizado, é a pedra angular da Escola Nova. Que importam métodos, processos, livros e aparelhagem ótimos, quando a matéria-prima não está em condições de ser preparada? Ninguém pode ensinar uma criança doente. Saúde em primeiro lugar e, depois, sabedoria.

Tão essencialmente importante é ensinar aos rapazes e as meninas o cuidado de seu corpo, as noções fundamentais de uma alimentação bem regulada, o valor da recreação e do brincar, da luz do sol e do ar puro, do descanso e do sono, e a relação destas coisas com a educação do espírito e da mão, com o desenvolvimento do caráter e da conservação da própria vida, como é importante ensiná-los a ler e escrever.

A Escola Nova é, assim, a Escola da Saúde.

Nela, a inspeção médica não se limita apenas a fiscalização das moléstias contagiosas e prevenção das epidemias, mas ao melhoramento das condições físicas gerais pelo ensino de preceitos de saúde, a averiguação e rápida correção de defeitos físicos, a criação do ambiente sadio em que vivem as crianças.

Hoje não se faz inspeção médica unicamente para descobrir moléstias e defeitos físicos, mas para pôr também a descoberto as causas das anomalias mentais e para fins pedagógicos. Quer isto dizer que toda criança deve ser posta primeiramente na melhor condição de robustez, de modo a poder auferir a maior soma possível dos benefícios escolares.

Antes de saber o que convém ensinar a criança, é necessário saber o que ela está apta a aprender.

Nem sempre um escolar, por suas condições especialíssimas, pode receber um determinado ensino; ora será sua potencialidade física, ora suas faculdades intelectuais que se oporão a qualquer esforço, por mínimo que seja.

É preciso, pois, na educação da puerícia, ser ao mesmo tempo higienista e pedagogo, para assegurar, preliminarmente, a evolução regular de todas as transformações anatômicas e de todas as modalidades funcionais do organismo do educando e não contrariar as suas múltiplas necessidades físicas, que variam segundo o lugar, o tempo, o sexo, as condições econômicas, étnicas, climáticas e biológicas.

Dentre as transformações por que passa o corpo de uma criança, e cumpre ao médico e ao professor ter sempre em vista, salientam-se as que dizem respeito:

- 1 — a estrutura e ao peso, que indicam a relação do desenvolvimento geral;
- 2 — a perimetria torácica, que determina a robustez, a compleição, isto é, a capacidade vital ou respiratória;
- 3 — a dinamometria, que fornece a medida do desenvolvimento muscular e é índice de poder físico e intelectual;
- 4 — aos desvios da coluna vertebral, que orientam as atitudes escolares;
- 5 — ao diagnóstico mental e a acuidade sensorial, que abrem campo as potências do espírito.

As exigências alimentares, os valores em calorias, a dosagem das vitaminas e o tratamento dos dentes constituem também, por sua natureza, delicados problemas que cumpre resolver com especial carinho.

Manter, pois, os discípulos em estado de saúde, preocupando-se secundariamente de curar as doenças, é a função do médico. Para isso, é necessário o exame físico cuidadoso e periódico, registrado em fichas, exame que oriente o pai e o mestre nos cuidados a observar. O pai, para cuidar das doenças e alimentar melhor o filho; o mestre, para melhorar as condições do ambiente em que vivem os discípulos, separá-los em grupos homogêneos, em classes distintas de robustos, doentes, fracos e débeis, e adaptar a cada grupo programas especiais, exercícios adequados, lições ao ar livre, passeios, banhos, estadias em colônias de férias, etc.

Se as condições do pai não permitem cuidar da saúde do filho e alimentá-lo melhor, cabe ao médico recomendá-lo as clínicas infantis gratuitas e ao professor instituir na escola a sopa, a merenda ou o copo de leite. Só depois de sã e bem alimentada é que a criança pode bem aproveitar a cultura mental.

Quando, há anos, dirigimos em São Paulo um grupo de escoteiros, o nosso médico, além do exame geral das crianças, ainda assinalava na caderneta de cada um os cuidados que devia ter nas atitudes escolares, de pé ou sentado, escrevendo ou lendo, e quais os exercícios físicos que lhe eram necessários e quais os que, em absoluto, poderia realizar. E esses cuidados iam até o regime de alimentação e de sono.

De par com os cuidados médicos, a Escola Nova dedica tempo suficiente aos jogos desportivos moderados, que redundam em benefício do robustecimento físico do aluno e da regeneração da raça.

Campos apropriados para os diferentes jogos, piscinas de natação, riques, parques públicos com pavilhões de diversões facilitam o recreio proveitoso em todas as épocas do ano.

O brinqueado é a modalidade característica da atividade infantil. É elemento neural poderoso e possui um valor intrínseco extraordinário como fator da saúde e do crescimento físico. Criança que não brinca é criança doente.

Não possui o prédio escolar pátio de recreio e nem existe próximo um parque público onde possam brincar as crianças?

Siga-se o exemplo dos Estados Unidos, onde muitas cidades que não estão em condições de aumentar o número de seus lugares ou centros municipais de diversão fecham com cordas várias ruas, para impedir o trânsito durante certas horas do dia, a fim de que, sem perigo e sem interrupções, possam as crianças dedicar-se a seus brinquedos.

Nem todas as cidades podem ter uma piscina de natação, mas todas as cidades podem, como na América do Norte, abrir a certas horas dos dias calmosos as chaves dos registros de água das ruas e proporcionar as crianças uma ducha fria.

Em certas cidades americanas são os próprios bombeiros e policiais que administram os banhos públicos com as mangueiras de água a legiões de meninos.

Ao lado dos jogos, dos banhos e dos exercícios físicos, a Escola Nova recomenda os trabalhos agrícolas e manuais, as excursões escolares aos bosques, aos campos, as montanhas e as praias, as danças, os cânticos e os bailados infantis, que dão harmonia e graça aos movimentos, os festivais e os concursos populares em dias feriados.

Por todos os meios, a Escola Nova fomenta, como se vê, os exercícios saudáveis, que dão vida a criança e vigor a raça.

#### A ESCOLA NOVA É A ESCOLA DO TRABALHO

As agitações formidáveis e as transformações bruscas em todos os ramos do saber humano determinadas pela guerra européia não podiam deixar de influir sobre os métodos e processos educacionais da escola primária.

Focalizada a difusão das artes e das indústrias e conseqüente preparação do operário inteligente e capaz, a escola afastou de si tudo quanto é inútil e ilusório e adotou a fórmula anglo-saxônica *learn by doing* (aprender fazendo) como ideal educativo. Nunca o problema de ensinar e educar o povo de modo a assegurar-lhe meios honestos de vida e de independência foi tão necessário e mais difundido que nesses últimos anos.

O trabalho é o meio de acentuar as aptidões econômicas dos escolares e de dar a cada um a preparação técnica precisa para ocupar o posto que na sociedade corresponde ao seu valor.

A Escola Nova, adaptando-se as necessidades decorrentes da época, tornou-se a escola do trabalho, da iniciativa e da virilidade moral. Ela não só adentra a mão do futuro operário como lhe educa o cérebro e fortalece o corpo. Os seus novos métodos e processos de atividades produtivas, ao mesmo tempo que se adaptam melhor as tendências espontâneas da criança, contribuem para democratizar a educação pública e, ainda mais, para aumentar seu valor como preparação as atividades industriais e agrícolas. O trabalho na Escola Nova constitui um verdadeiro sistema pedagógico, de cultura geral e integral, exercitando a atenção, a percepção, o raciocínio, o juízo, provocando o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades.

A orientação educativa do trabalho prendem-se todos os problemas da escola primária: o das ciências, das letras e das artes.



A Física como a Química, a Aritmética como a Geometria, a Agronomia como a Higiene, a História como a Geografia, o Desenho como a modelagem e *osloyd*, tudo está tão intimamente ligado ao problema manual que separá-los será desnaturar o ensino, afastar a escola da vida, torná-la amorfa e ineficiente.

Nos laboratórios, os próprios discípulos constroem aparelhos, fazem experiências, observam, comparam, descobrem, deduzem e aplicam leis. Nas oficinas, manejam, montam e desmontam, preparam e fabricam ferramentas, medem, pesam, trocam e avaliam.

Nos museus, colecionam, classificam, rotulam, catalogam. Nas bibliotecas, consultam, anotam e deduzem. Nos aquários, observam, estudam, descobrem. Nas aulas de economia doméstica, varrem, lavam, engomam, cozinham, remendam, costuram. Nos jardins, plantam, tratam, colhem, preparam, vendem e compram.

Os traçados dos canteiros são problemas de Aritmética e Geometria; as cores das folhas e das flores são motivos para a combinação de tons, são planos de desenhos, de riscos e de gráficos.

O estudo das épocas em que se semeia, a necessidade das culturas alternadas para não esgotar os terrenos, os diversos tipos de plantas, as que pedem sol e as que dão melhor a sombra trazem a criança não só hábitos de previdência e de meditação, como também conhecimentos de Geografia, tais como de orientação, do andamento do sol, das horas, das estações, da chuva, do rocío, dos ventos, dos climas, etc.

Na modelagem do barro, no recorte e dobramento do papel, nos trabalhos de carpintaria aparecem os mais interessantes e variados problemas de Geometria, de Física, de Química, etc.

Construindo balões e papagaios de papel, capeando livros, fazendo embrulhos, cortando roupas para bonecas, encapando carteiras e enfeitando moringues, armários e mais objetos escolares, dá o professor noções práticas de quadriláteros e polígonos, tangentes, cordas e áreas, além de noções de Higiene e Economia Doméstica.

Ao fazer um barco de madeira que a criança tencione lançar ao lago da escola, surge o problema dos corpos flutuantes, dos transportes, dos usos e costumes dos povos, dos descobrimentos marítimos, enfim.

Preparando a sopa escolar, distribuindo o copo de leite ou a merenda, há oportunidade excelente para as questões de Botânica, de Química, de Economia e, sobretudo, de Higiene e de Moral.

O ensino das diversas ciências surge, como se vê, naturalmente vivo, atraente, palpitante, a propósito de qualquer objeto fabricado, de qualquer ação que se pratique.

Todas as lições são dadas diante do objeto e, conseqüentemente, fora da classe, nas oficinas, nos museus, nos laboratórios, nos jardins, nas hortas, nos pomares, nos campos, a beira-mar, em toda a parte, enfim, onde o discípulo possa fazer as suas observações e tenha alguma coisa a aprender.

A Escola do Trabalho é, assim, a Escola Nova que nos convém.

## A ESCOLA NOVA É A ESCOLA SOCIAL

A sociedade é uma organização ética cuja obra de elevação e de maior aproximação de seus membros deve ser corrigida e completada pela escola.

A estratificação e diferenciação social que se nota separando os indivíduos, quer no modo de pensar e de sentir, quer no de agir e de julgar, têm como causa principal o fraco poder educativo da escola.

Congregar todas as vontades num intento comum, desenvolver a concepção geral da vida e do mundo, fundir numa só tendência todas as oposições, fazer convergir os esforços de todos para o mesmo fim e assimilar progressivamente as camadas inferiores as superiores, nivelando, confundindo e apagando as distinções de classes, são funções da Escola Nova.

Bem orientada e bem dirigida, ela pode harmonizar interesses diversos, pode conciliar a ordem com o progresso, a liberdade com a autoridade, o dever com o direito, a igualdade com a heterogeneidade e com a diversidade orgânica, psíquica e social, e chegar espontânea e livremente a formação de um espírito social e de uma cultura geral que seja, no seu fundamento, comum e igual para todos.

A necessidade da democratização social levou a Alemanha de hoje a criar um novo tipo de escola primária obrigatória, *zgrundschole*, cujo fim é estabelecer uma base de educação comum ao povo inteiro.

Qualquer que seja a condição social dos pais, qualquer que seja a carreira para a qual se deseja preparar a criança, todos têm, durante os quatro primeiros anos escolares (de 6 a 9 anos de idade), de passar pela escola-base da cidade ou do bairro em que habitam.

A glorificação do trabalho manual, dignificando o ensino, completa a ação educativa da escola.

Não basta espalhar o mais possível a instrução, semear por toda parte a boa semente, nobilitar espíritos, aguçar pensamentos, cultivar gostos. É necessário temperar caracteres, dilatar sentimentos, formar consciências, inspirar o amor ao dever, ensinar a produzir, habituar a vencer e, sobretudo, criar um ambiente, uma atmosfera em que a criança respire liberdade, sinta a necessidade da cooperação, do auxílio mútuo, veja praticar e seja constantemente solicitada a praticar ações em benefício comum.

Há uma educação social a fazer. Na vida humana não é lícito aproveitar unicamente os esforços dos contemporâneos, gozar das riquezas acumuladas pelos antepassados. É dívida de honra conservar, propagar e transmitir as gerações futuras o fruto do trabalho das gerações anteriores. A escola é a grande família coletiva, o terreno em que deve germinar e desenvolver-se o sentimento de solidariedade consciente, voluntária e razoável.

Importa que a criança saiba e compreenda, por todas as maneiras possíveis, que os homens, para viver, têm necessidade do concurso de todos os outros e que o sábio preceito "a união faz a força" é verdadeiro em toda a linha.

Habitado desde os bancos escolares nos benefícios da organização social, o menino compreenderá o dever que se lhe impõe de submeter-se as leis ditadas pelo interesse geral e de trazer a obra comum o concurso de toda a sua vontade.

Um espírito novo de justiça e de paz, de ordem e de direito, de trabalho e fraternidade porá em evidência a ação fecunda da aproximação dos povos,

A solidariedade não implica o sacrifício e a diminuição da personalidade, mas exige, ao contrário, como diz Payot, um desenvolvimento assaz enérgico no indivíduo. Aprende-se a pensar e a agir como se aprende a andar e a falar.

A Escola Nova, desfraldando a bandeira da solidariedade, põe em prática a disciplina social que modifica a natureza moral dos homens e os toma aptos para se conformarem com as relações coletivas, quer no mundo dos sentimentos, quer no dos conhecimentos e das idéias.

#### A ESCOLA NOVA DETERMINA AS APTIDÕES E ORIENTA PARA AS PROFISSÕES

Não é de hoje que se vem firmando, nos meios pedagógicos e educativos, a crença de que, para se vencer na vida, triunfar na formidável concorrência de atividades diárias, é mister possuir uma capacidade elevada de trabalho em que entrem como fatores preponderantes as disposições inatas do corpo e do espírito e uma certeza técnica precisa.

O saber passa, assim, de fim supremo da vida a meio eficaz de se conseguir os recursos necessários de combate e de vitória.

Longe já vai o tempo em que a escola tinha como função única o ensinar a ler, escrever e contar.

Seria ingenuidade acreditar que apenas com esses elementos um indivíduo vencesse hoje, na luta diária, as mil e uma dificuldades que se lhe apresentam.

O ensino moderno, ao lado do livro, do papel e do lápis, deve ministrar aquelas habilidades e aptidões que permitem ao homem exercer, o mais depressa possível e com a maior eficiência, uma arte ou uma profissão especial.

Toda educação, pois, que fugir, na época que atravessamos, a esse utilitarismo econômico, privativo e distinto, onde se alicerçam a grandeza, a cooperação e o estímulo da comunidade, é mera fantasia.

Por certo, a atividade peculiar do indivíduo na vida social — em que, por virtude das diferenças individuais e da divisão do trabalho, apresenta uma variedade extraordinária e onde não se pode dar uma vazia uniformidade que a todos atinge — exige uma adaptação de suas condições especialíssimas.

Daí o influir para o perfeito desempenho da função futura a disposição orgânica e psíquica do indivíduo.

Não se deve ser isto ou aquilo apenas porque o professor deseja, a sociedade exige ou quer o papai. Não; a profissão está ligada a capacidade de cada órgão, a força de cada função — é a resultante de disposições congênicas.

A escola cabe apenas conhecer a natureza do indivíduo, completar e melhorar suas tendências, ativar suas energias, orientá-lo, enfim, no desempenho do papel que lhe cabe na vida.

Sem dúvida, o progresso científico cada vez mais extenso e intenso e os conhecimentos cada vez mais vastos que se exigem dos jovens para os tornar aptos ao exercício das diversas profissões e dos diversos ofícios sociais fazem que seja cada vez mais difícil a tarefa do mestre e muito mais ainda a dos dirigentes do ensino.

Determinadas as aptidões individuais de cada aluno e as necessidades de cada profissão, é preciso, para um trabalho perfeito, saberem-se as exigências e as carências do meio. O valor econômico das profissões tem, portanto, uma importância capital, porque, por maior que seja a vocação para uma carreira, desde que ela não tenha futuro, não é possível que seja aconselhada.

É, pois, do conhecimento das aptidões físicas, intelectuais e morais do indivíduo e da boa ou má escolha da profissão que se lhe inculque que dependerá a obra técnico-social da escola.

A civilização que se esboroa na velha Europa bem está a indicar o caminho a seguir. A grandeza moral e material da nossa pátria não está no número de suas baionetas nem de seus canhões, mas na vitória das suas escolas, escolas que lhe forneçam homens e trabalhadores conscientes e incorruptíveis, enérgicos e inteligentes, destros nos complexos misteres da vida, capazes de, rasgando o solo, fecundar a terra; cortando o espaço, encurtar as distâncias; rompendo as águas, melhorar a indústria e o comércio; robustecendo o corpo, melhorar a raça; enriquecendo o espírito, fruir os encantos de uma vida superior.

È de escola nova que precisamos. Mas de escola nova brasileira, para o povo brasileiro, com ideais brasileiros e com os recursos brasileiros. De escola nova que prepare, dirija e fortaleça o nosso povo para a vida brasileira.

Não basta ensinar a ler; é preciso ensinar e habituar o brasileiro a trabalhar. Em regra geral, a nossa tendência é para a lei do mínimo esforço. Ao comércio e a indústria preferimos o funcionalismo. Enquanto o estrangeiro que aqui chega procura progredir e mesmo enriquecer pelo trabalho ativo e constante, o brasileiro se contenta com um emprego público e a doce visão de um acesso fácil.

A escola, pois, há de ensinar a trabalhar. O comércio como a indústria, as oficinas como os laboratórios estão a reclamar auxiliares competentes, e nós só podemos fornecer-lhes homens incompletos.

A Escola Nova brasileira, de ciclo integral completo, deve ser essencialmente ativa, experimental, prática, utilitária e produtiva, de processo gradual intensivo e progressivo, de fim higiênico, moral, cívico e social. Deve desenvolver energias, canalizar vontades, criar discernimentos, formar seres pensantes e coerentes. Deve ser um mundo em miniatura, a imagem da vida.

Só a Escola Nova será capaz de fornecer ao Brasil homens vigorosos e sãos, inteligentes e bons, não com o cérebro recheado de teorias, de fórmulas e preceitos, mas de conhecimentos práticos, habituados a trabalhar, a bastar-se a si próprios, a vencer por si as dificuldades e a ter consciência exata do seu valor e do seu poder.

POLÍTICA AGROSSANITÁRIA COLONIZADORA E  
EDUCADORA**Belisario Penna**

Associação Brasileira de Educação

A escravidão negra, durante três séculos, causou ao Brasil males formidáveis, entre os quais sobressaem o latifúndio, escravizador do operário rural, e as duas perniciosas mentalidades dele resultantes: de um lado a do senhor ou feitor de escravos, de outro a do escravo.

Estas duas mentalidades refletem-se na política, na administração, nas fábricas, nas casernas, nos colégios, em toda parte, enfim. Com raríssimas exceções, quem quer que ocupe, entre nós, cargo de hierarquia política ou administrativa, de chefe, de autoridade, não o exerce como mandatário da comunidade, como coordenador de esforços pelo bem público, mas como feitor de interesses subalternos de oligarquias regionais, ligados aos de uma oligarquia central.

Daí o haver mais de 4/5 de brasileiros vegetando nos latifúndios, em péssimas condições higiênicas, escravizados ao salário, pobres párias marcados com a preguiça verminótica, a anemia palustre, a catinga da escravidão, a inconsciência da ignorância, o aviltamento da cachaça, constituindo um *rebanhosuigeneris*, de indivíduos sem o instinto dos irracionais nem o raciocínio do homem normal.

Precisamos sair disso, se não quisermos nos suicidar.

Urge adotarmos uma política agrossanitária colonizadora e educadora, visando concentrar a nossa gente esparsa nos sertões e escravizada nos latifúndios em núcleos coloniais saneados que se instalem onde exista relativa facilidade de saída dos produtos e de conveniente educação e assistência dos colonos.

Ao contrário do que se deverá fazer, temos estimulado o latifúndio com a concessão de imensas áreas das nossas melhores terras não só a nacionais como a empresas estrangeiras, com a importação de levas e levas de imigrantes, não para fixá-los em núcleos coloniais, mas para entregá-los a ganância dos latifundiários escravizadores, além de fomentarmos o urbanismo e o abandono dos campos com a criação de uma indústria extemporânea a custa de um protecionismo antibiológico destruidor da agricultura, que é, por enquanto, a única legítima fonte de vida do Brasil.

Esquecemo-nos de que nos campos é que se encontram os órgãos de nutrição e de vida da Nação, que é no seio da natureza sem artifícios que se enrija o corpo, se fortalece o caráter e se dignifica a família nos povos biopsiquicamente educados e onde cada família cultiva livremente o pedaço de terra de "sua" propriedade. É como proprietário e cultivador do solo que o camponês, nacional ou estrangeiro, adquire o espírito nacional e o amor ao País.

A agricultura estende a sua influência, em todos os pontos de vista, tanto sobre a Nação, a família, a sociedade, como sobre o próprio indivíduo... É absolutamente necessário que a instrução prepare para as necessidades da existência, e uma das mais importantes, sob o ponto de vista nacional, é a vida rural. O habitante da cidade deve compreender que sem a agricultura não poderia viver.

São as palavras do senhor P. de Vuyst, diretor-geral do Ministério da Agricultura da Bélgica e vice-presidente da Comissão Internacional da Educação Familiar, o qual pronunciou notável conferência, em 1925, na Escola Politécnica, sobre a agricultura e a família, da qual transcrevo as seguintes passagens de comparação entre a vida urbana e a rural, ditas com tal acerto como não poderíamos fazer tão bem.

Na cidade, seja qual for a situação ocupada por um indivíduo, ele precisa sair de casa para exercer o emprego. Portanto, falta sempre no lar um educador, e as vezes, dois, quando a mãe é também forçada a trabalhar fora.

A profissão agrícola é uma indústria de domicílio. Na roça, a família fica mais no campo sagrado; está mais grupada, e a educação pode ser mais bem ministrada; a inteligência desenvolve-se mais normalmente.

Na cidade, não se vê a obra da natureza; o empregado e o operário fazem sempre as mesmas coisas num espaço restrito. No campo, o trabalho é mais variado; o espírito de observação dirige-se a maior número de coisas: as plantas, os animais, os homens, o tempo e as estações com todas as variações.

Na aldeia, há mais vigilância recíproca. É bem depressa apontado aquele que regularmente se senta a mesa do albergue durante a semana ou que leva vida desregrada, e a opinião pública é, no campo, uma educadora cujas acerbas lições se temem.

Na grande cidade, o indivíduo desaparece em meio da massa e, por mais pervertido ou menos escrupuloso que seja, encontra sempre um meio de iguais ou de desinteressados, onde se encontra a vontade.

É uma série de coisas reais e evidentes que dispensam comentários, porque penetram suavemente o espírito de toda gente.

Nessa mesma conferência há as seguintes verdades que, embora ditas em tese, espelham, admiravelmente, a triste situação do Brasil: "O mal econômico que sofremos provém, principalmente, da insuficiência da produção agrícola. Quanto ao mal-estar moral, pode ser atribuído, em grande parte, a concentração das populações nas cidades, ao enfraquecimento da vida da família e ao esquecimento dos preceitos religiosos".

Esta situação, disse o conferencista, resulta pelo menos parcialmente da orientação defeituosa do ensino. No Brasil, acrescentamos nós, resulta, além disso, da escravidão do trabalhador rural ao regime latifundiário; do abandono a que se votou o vital problema agrícola é do descaso pelos assuntos da educação, saneamento e profilaxia.

Urge promover a emancipação do trabalhador rural pela propriedade de um pedaço de terra e um teto, para que deixe de ser o pária que vegeta, miseravelmente, em terra alheia; para não continuai a ser o judeu errante, de fazenda em fazenda, como mendigo expatriado na própria pátria; para, finalmente, adquirir amor ao trabalho livre, em benefício próprio, na "sua" terra e na

"sua" casa, que essa deve ser a mais legítima aspiração do homem livre, o maior fator da vontade, o incentivo maravilhoso da energia e do trabalho.

Um dos motivos do êxodo da população rural está na facilidade de aquisição, nas cidades, de um pequeno terreno e uma casinha, graças ao sistema de vendas a prestações módicas e prazo longo. Não compreenderam ainda os latifundiários que o que lhes cumpre fazer para impedir o êxodo e evitar a falta de braços na lavoura é imitar os proprietários de terrenos nas cidades, e dividir uma parte do latifúndio em lotes de 5 a 20 hectares para vender aos colonos pelo mesmo sistema.

De posse do lote, o colono não mais trocará o campo pela cidade, e ao fazendeiro não mais faltará o braço para as suas lavouras. Além de beneficiar-se e ao seu indispensável colaborador, o fazendeiro que assim proceder prestará inestimável serviço a Nação. A difusão da terra é o melhor meio de intensificar e variar a cultura, o fator mais poderoso da moralidade familiar e da prosperidade do País.

Há, entre nós, magníficos exemplos desta verdade no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo, cujas colônias são todas prósperas, porque nesses estados não se promoveu a imigração para escravizar aos latifundiários o imigrante, que foi logo incorporado a terra, pela posse, mediante condições perfeitamente realizáveis. Nessas colônias reside a sua força econômica.

Pois bem, facultemos ao nacional o mesmo que fazemos ao estrangeiro.

Ele que, escravizado ao latifúndio e abandonado a doença, a ignorância e a cachaça, tomou-se fatalista, conformado com a situação de escravo, criará uma mentalidade nova, revelará a sua capacidade produtiva e adquirirá a consciência da liberdade, pela posse e pelo trabalho em terra "própria".

Só assim se implantará no cérebro dos nossos campônios a consciência nacional e o amor ao País.

Será supérfluo, disse o senhor Vuyst, demonstrar na América do Sul que a agricultura é a principal fonte econômica das nações; que são precisas famílias fortes e numerosas, não somente para assegurar a mão-de-obra necessária a cultura dos campos, primeiro, e a indústria, em seguida, mas para melhorar o progresso moral e social dos estados.

Enganou-se redondamente o ilustre conferencista, pois que há na América do Sul um imenso país onde não só não é supérfluo como é indispensável e urgente fazer essa demonstração, onde o progresso moral e social da Nação sofreu lamentável retrocesso pelo desprezo a que se votaram os trabalhos agrícolas, substituídos pelos de uma indústria artificial, artificiosa e arteira, escorada num sistema protecionista que só protege os "artistas" que a exploram e arruinam a Nação.

Essas arapucas armadas nas cidades apanham os melhores elementos dos campos, que nelas se amontoam em abjetas habitações sem ar e sem luz, onde se aniquilam pela tuberculose, pela Sífilis, pelo alcoolismo e por todos os vícios próprios das aglomerações urbanas.

Enquanto isso, as terras incultas bradam por braços, e a população rural, insignificante em relação a imensidade do território e as necessidades do País, vegeta, ignominiosamente abandonada, sem assistência educativa e sanitária, bestializada pelas endemias e pela cachaça.

Urge a ressurreição agrícola do Brasil, sob aspecto diverso do antigo e do atual, para que a generosidade da terra não seja provocada, "sem estímulo", pelo braço escravo ou pelo escravizado ao salário, mas solicitada, "com amor", pelo braço livre e voluntário do homem consciente e zeloso da "sua" terra, da "sua" casa e da "sua" plantação, que ele semeará, verá crescer e frutificar para gozo e proveito próprio, não apenas para encher as arcas do senhor ou do patrão, para que a fortuna não fique concentrada nas mãos de poderosos senhores de latifúndios, porém dividida, equitativamente, por milhares de famílias, proporcionando-lhes não o fausto e o luxo perversores, mas a fartura alimentar, o conforto modesto, hábitos simples, saúde sólida, moralidade familiar, sentimento de solidariedade e a alegria benéfica do bem-estar.

#### CONCLUSÃO

Rumo ao campo deve ser a preocupação máxima dos dirigentes. Para isso, é indispensável emancipar e dignificar o brasileiro, facilitando-lhe a posse da terra; regenerando-o fisicamente, pelo combate as endemias, ao alcoolismo, por larga assistência médica e profilática; reabilitando-o intelectual e moralmente, pela instrução e educação; preparando-o para obter o máximo rendimento do trabalho, pelo ensino prático dos modernos processos de agricultura e por meio de transportes rápidos e econômicos.

A política agrossanitária colonizadora e educadora é que criará no povo brasileiro uma mentalidade forte, equilibrada e sadia e firmará solidamente o amor ao País e a consciência nacional.

TESE N<sup>a</sup> 102

## QUAL O MELHOR PROCESSO PARA A EDUCAÇÃO DA MEMÓRIA?

**Belisario Penna**

Associação Brasileira de Educação

**T**udo o que do exterior se conhece são impressões sensíveis. O conhecimento resulta mesmo de duas operações fundamentais: receptividade das impressões e juízo.

A primeira fornece a matéria, e a segunda, a forma do conhecimento. E estas duas operações, seqüência uma da outra, tão inseparáveis se tornam que se não pode conceber conhecimento algum que não seja delas resultante.

Intuição e entendimento são, assim, os elementos essenciais do conhecimento, mas a intuição implica a idéia de espaço e de tempo, pois estas são as suas formas puras.



Isto vale afirmar que só pode ser objeto do conhecimento o que estiver dentro do espaço e do tempo.

De fato, a extensão, a resistência e o movimento são os atributos essenciais da matéria, e esta, sob as suas múltiplas formas, é que constitui todo o mundo exterior. Cor, som, calor, sabor e cheiro não são mais do que movimentos vibratórios ou ondulatórios moleculares que provocam sensações.

Só, portanto, o que existe como corpo no espaço ou como sucessão no tempo pode excitar os órgãos receptores dos sentidos, para que se dê a transmissão pelos nervos, em formas vibratórias, das impressões, e estas se registrem no cérebro pelo ato final do entendimento.

Mas, conjuntamente com o complexo de sensações, que são a cor, o som, o cheiro, a forma, etc, vão o estado de animo, as volições, os sentimentos de quem as sofre.

Além disso, o objeto cognoscível não é estável, isto é, não se conserva imutável, pelo contrário, sofre modificações constantes que lhe alteram a forma e a qualidade. Submetidos, porém, os nossos sentidos novamente a influência das suas impressões, nós o reconheceremos como sendo o mesmo.

Isto se dá porque há elementos estáveis que predominam sobre os variáveis, fazendo com que o objeto cognoscível seja identificado. Tudo, porém, que se torna conhecido, que encontra uma forma representativa no pensamento e na linguagem, recebe um nome. E esse nome se apresenta a memória concomitantemente com a representação do objeto.

A medida, porém, que vão sendo conhecidas as coisas e os seus nomes, umas e outros se gravam no cérebro, onde permanecem em estado latente.

Mas, sempre que os órgãos do sensorio voltem a ser impressionados pelos próprios objetos cujas impressões anteriormente receberam ou por outros que a eles se assemelham, as imagens antigas revivem com os seus nomes, completando a formação das novas, que serão mais complexas e perfeitas, dando lugar a percepção.

Essa revivescência do conhecimento anteriormente adquirido, que muitas vezes também se realiza na ausência do objeto, chama-se memória.

#### MEMÓRIA

A memória é, pois, a faculdade de lembrar os fatos de consciência já passados, que ficaram latentes no cérebro; ou melhor, é a função psíquica que reconstitui estados de consciência anteriores.

Há um dinamismo nervoso correlato na formação das imagens que ressurgem, as que registraram no cérebro, como em chapa sensível, as vibrações que deram o complexo de sensações representativas do objeto e que aí ficaram como que adormecidas.

Mas, no gravar das imagens na códea cerebral, no revivescê-las, manifestam-se as qualidades da memória caracterizadas pela maior ou menor intensidade do seu poder de fixar, reter, reproduzir, reconhecer e localizar, no pretérito, estado de consciência.

Daí o classificar-se a memória em fácil, se tiver o poder de fixar sem dificuldade as idéias e os conhecimentos; vasta e tenaz, se forte e amplo for o seu poder de retenção; fiel, se, com todas as suas minúcias, as impressões nela permanecerem por dilatado tempo; e, finalmente, pronta, se o poder de revivescência se manifestar sem esforço trabalhoso.

Mas, ainda que todas as qualidades postas em relevo para conceituar essas várias classes de memória se manifestem conjuntamente numa única, muito dependerão da intensidade, duração e freqüência das sensações a retentiva cerebral e o ressurgimento mais ou menos fiel e pronto das imagens.

É de ponderar, porém, que há certas influências exteriores de ordem física e outras, como o estado de saúde e a idade dos indivíduos, fisiológicas, portanto, que atuam favorecendo ou prejudicando a reaparição do conhecimento.

Mas não se suponha que esta se realize espontaneamente ou provocada pelo esforço próprio e isolado da vontade, como fazem crer errôneas observações, pois a reaparição do conhecimento só se pode realizar pela associação de idéias. Mesmo nos casos em que se nos representa ser espontânea a lembrança, ou que o esforço da nossa vontade é a sua causa, meticulosa análise provaria o contrário: verificar-se-ia a sua origem não na voluntariedade nem na espontaneidade, e sim na relação que a idéia reaparecida mantinha com fatos que se achavam, por circunstâncias várias, presente a nossa mente.

Daí o postulado: "Não há lembrança sem associações de idéias".

#### ASSOCIAÇÕES DE IDÉIAS

A associação de idéias é a conexão que se forma entre dois ou mais estados de consciência, em consequência da qual o aparecimento de um provoca o aparecimento de outros.

Essa conexão, como deixa claro o conceito, só pode resultar do contraste, da semelhança e da contigüidade no espaço e no tempo. A associação, pois, se rege por três leis:

1ª) Lei do Contraste: é coisa manifesta que toda idéia provoca o aparecimento de outra que lhe é oposta; todo estado de consciência evoca outro que se lhe contrasta. De fato, a idéia de calor sugere a de frio; a de luxo requintado sugere a da mais extremada simplicidade.

Há em nós uma tendência natural em aproximarmos idéias que são antagônicas; elas, como que se sucedem, se unem, se ligam.

Sintetiza o adágio popular uma verdade: "Os extremos se tocam".

É por isso que muitos dos psicólogos não a consideram como uma lei autônoma; fazem-na depender da contigüidade como uma das suas formas.

2ª) Lei de Semelhança: dois ou mais estados de consciência, no todo ou em parte idênticos, têm a propriedade de mutuamente se evocarem.

Verifica-se pelo conceito expendido que o grau de semelhança entre as idéias que se associam é muito variável; vezes há que atingem ao mais elevado grau de semelhança e são tidas

como iguais. Suponha-se um estado de consciência presente, lembrança dum estado de consciência passada, e ter-se-á o exemplo. É a igualdade por sobreposição.

Outras vezes a semelhança se manifesta apenas entre propriedades que se não identificam, mas que parecem assinalar uma família. É a associação qualitativa.

Outras vezes ainda a associação se dá entre representações de objetos que mantêm, entre as suas partes ou propriedades, relações idênticas. É a associação de relação ou analogia.

Casos há também em que estados de consciência diferentes se associam por se associarem a outros que entre si são semelhantes. É a associação afetiva.

Além dos casos referidos, ainda existem outros em que estados dissemelhantes se associam por serem análogos os movimentos que os animam. É a associação motora.

Mas, seja qual for o grau de semelhança, o estado de consciência que provoca o aparecimento de outro que se lhe assemelha teve necessariamente os traços que lhe são idênticos contíguos, num estado anterior, aos que lhe não são.

Realmente, uma coisa que com outra se pareça lembrará essa outra pelos traços de semelhança que em ambas existam; mas esses traços semelhantes já coexistiram no nosso espírito com o conjunto de traços que caracterizam a coisa lembrada. É, portanto, a lei de semelhança nada mais que uma forma particular da lei de contigüidade.

3ª) Lei de Contigüidade: um estado de consciência que já se achou contíguo a outro, quer fosse por simultaneidade, quer por sucessão, adquire a propriedade de lembrar esse outro. A esta lei todas as outras se filiam; é a lei fundamental.

Agora tratemos dos fatores que reforçam seus laços.

Na formação do liame, poderoso fator é a intensidade com que o excitante impressiona o sensorio.

Mais fortemente as impressões se conservem e mais profundamente se gravem no espírito, mais fortes hão de ser os laços entre elas estabelecidos, mais pronta a associação, mais fácil a lembrança.

Mas a freqüência acentua, também e fortemente, o poder associativo: a repetição na mesma ordem de impressões contíguas cria vínculos profundos entre elas.

Espaçadas, porém, devem ser as repetições; acumulá-las seria dispersar esforços, seria inaproveitar o tempo. A repetição acumulada desinteressa e fatiga.

Nesse entendimento, louvores não merece o professor que exige de seus alunos a repetição de trabalhos escritos ou orais, sem espaçá-los, para o aperfeiçoamento dos conhecimentos imperfeitamente gravados.

Averigüemos agora como se realiza a evocação, isto é, como, no campo da consciência, idéias novas despertam idéias antigas.

Para esse fim, preciso é lembrar que nos centros sensoriais fica de cada estado uma impressão que lhe é característica.

Em princípio, quando duas ou mais imagens se apresentam ao espírito, simultânea ou sucessivamente, várias vezes, criam aos poucos, pela frequência, verdadeiras vias, que correspondem aos condutores nervosos das sensações que as produziram.

Essas vias ou trajetos reúnem essas imagens em grupos harmônicos; e quando alguns dos condutos vibram, reproduzindo uma das imagens do grupo, todas as outras se despertam, porque todos os elementos que o formam são, pelos trajetos, postos em comunicação, vibrando de concerto. Esse é, em perfuntório estudo, o mecanismo da evocação.

Convém, porém, notar que a evocação é sempre influenciada pelo sentido que serviu para transmitir as impressões que se associaram. O poder maior ou menor de evocação depende muito da natureza sensorial dos órgãos condutores e dos elementos que se ligam.

Sempre que um dos sentidos prevaleça sobre os outros e as vibrações que sofram os seus órgãos sejam mais fortes, as impressões que transmitirem gravar-se-ão com mais intensidade e permanecerão por mais tempo que os transmitidos pelos sensórios dos outros sentidos.

Claro está que o sentido dominante caracterizará um tipo de memória.

Entenda-se, porém, que em rigor não há uma só memória, e sim memórias: as que gravam o som, a cor, o cheiro, a forma, o gosto, as palavras, a sensibilidade, etc, mas o domínio de uma delas sobre as outras dará o seu tipo.

#### TIPOS DE MEMÓRIA

Os meios para a aquisição dos conhecimentos são os sentidos que, nos seus órgãos sensoriais, sofrem as modificações que as impressões dos objetos imprimem.

Mas, embora a percepção seja o total das impressões que os sentidos fornecem no seu trabalho harmônico sobre determinado fato ou objeto, há sentidos que fornecem impressões mais fortes e que melhor se conservam na memória; mas não é tudo. Observa-se mesmo e com frequência que, das impressões fornecidas pelo mesmo objeto e recebidas pelos mesmos órgãos sensoriais, umas há que predominam com intensidade sobre as outras e permanecem por mais dilatado tempo retidas no cérebro. Dando-se essa extensão, as espécies de memórias seriam tantas e tão várias que classificá-las seria impossível, por numerosas.

Tendo-se, porém, em conta que as impressões predominantes foram recebidas pelos sensórios que caracterizam determinado sentido, poderemos classificá-las pelos nomes dos sentidos cujos órgãos serviram de *tertium quid* para o conhecimento.

Nesta inteligência, elas são assim denominadas auditiva, visual, tátil, gustativa, olfativa, motriz, etc.

É de notar, porém, que, na aquisição dos conhecimentos, aos sentidos da audição e da vista está afeto o maior trabalho; daí o destacar-se geralmente, dentre os vários tipos de memória, o visual e o auditivo.

Atendo-nos a esses dois tipos, teremos falado sobre os que mais interessam aos pedagogistas.

No tipo visual dominam as impressões de cor e forma. Por isso que o excitante da vista são os raios luminosos que o objeto reflete sobre o aparelho receptor por vibrações ondulatórias.

Duas qualidades caracterizam as vibrações da luz: a intensidade, que aumenta com a amplitude das vibrações das moléculas luminosas, e a cor, que é determinada pela freqüência.

Mas a cor, por si, implica o matiz e a extensão; a espécie é consequência das vibrações luminosas que se distiguem nas sensações acromáticas, que variam do claro ao escuro, e nas sensações cromáticas, que vão do vermelho ao roxo, com os matizes intermédios laranja, amarelo, verde, violeta e azul.

É de ponderar, porém, que a cor do objeto depende da luz que ele recebe e da luz que reflete. Vermelho será se refletir as irradiações vermelhas, absorvendo as outras para transformá-las em calor.

A falta de raios vermelhos na luz que sobre ele incidir fará com que se tenha a sensação da cor preta.

Isto equívale a afirmar que a cor preta é a ausência de raios luminosos refletidos. De fato, ela sempre se manifesta quando o corpo os absorve, para transformá-los em calor.

A cor branca é, pelo contrário, a reflexão dos raios componentes da luz sintética, em proporções iguais, difundidos.

Convém notar que a cor fundamental, aquela que se destaca em vivo, vezes há que é acompanhada por outras mais fracas, os matizes secundários. Do jogo destes matizes resulta o reflexo.

É de notar também que não há cor inextensa; os seus limites caracterizam a forma que o sensorio visual registra e a memória guarda. Essa forma, porém, diz respeito a superfície colorida, onde duas dimensões somente figuram: comprimento e largura.

E a outra dimensão, a que se refere ao relevo, isto é, a profundidade, não será fornecida pela vista?

Dá-se ensanchas a dúvida. Não, dizem uns; só a interferência dos outros sentidos fornecerá o conhecimento da espessura e do afastamento do objeto. E, para corroborar o que afirmam, exemplificam: as crianças muito mal apreciam a distância, pois procuram agarrar objetos que delas muito afastados se acham; os cegos operados, e que desde a infância não viam, revelam a mesma inexperiência, embora adultos, das crianças, quando o mundo se lhes desvenda a vista.

Predominante parece, porém, a opinião de outros que conformam o conhecimento do afastamento e da profundidade com a adaptação do cristalino por efeito do músculo ciliar— que, certo, imprimirá aos nervos que dele partem vibrações conscientes—e ao movimento convergente das duas esferas oculares, determinado por músculos especiais, que se aplicam com esforço maior ou menor para a adaptação da distância e cujo esforço é, sem dúvida, consciente.

Assim entendido, fácil é conciliar as observações feitas de inexperiência da vista, nos dois exemplos citados, com a teoria proposta. Elucidado este ponto, resta dizer, para implemento do

assunto, que os tipos visuais melhor compreendem, gravam e lembram o que vêem do que aquilo que ouvem.

É defeito, porque o desenvolvimento excessivo deste sentido, que aumenta em acuidade, redundando em prejuízo dos outros.

No tipo auditivo, as impressões dominantes são os sons, e o ouvido, o aparelho receptor.

Nesta disposição, convém, antes de tudo, fazer uma resenha do mecanismo funcional do ouvido.

Os fatos assim se passam:

O corpo objeto do conhecimento vibra, oscilando rapidamente em torno da sua posição de equilíbrio, e essas oscilações agitam o ar atmosférico, meio elástico onde elas se realizam, em forma ondulatória.

O ouvido recebe, pelo canal auditivo, essas ondas sonoras que vão abalar o tímpano; este então vibra e transmite a cadeia de ossinhos os movimentos recebidos. O líquido do labirinto ósseo, a perilinfa, agita-se devido ao movimento que a janela oval recebe do estribo, último osso da corrente óssea. O abalo que sofre a perilinfa se prolonga a endolinfa, no labirinto membranoso, e as otocônias que nela se acham em suspensão reproduzem essas oscilações, que vão impressionar, no sáculo, no utrículo e nas ampolas dos canais semicirculares do vestibulo, as expansões dos nervos auditivos pelos seus cílios, na endolinfa mergulhados. Os nervos são, então, excitados e transmitem ao cérebro as impressões recebidas, que se tornam conscientes e se gravam na memória.

Três qualidades caracterizam as vibrações sonoras: a altura, que depende da frequência e que, em aguda ou grave, se manifesta; o timbre, que depende da forma das vibrações; e a intensidade, que é determinada pela amplitude das oscilações e pela distância do corpo sonoro.

Quanto a intensidade, forte ou fraco pode ser o som.

É do bom funcionamento dos órgãos receptores e transmissores e das qualidades dos sons que depende a audição.

O papel saliente que este sentido desempenha no desenvolvimento intelectual é conhecido. Para se aquilatar devidamente do seu valor, basta lembrar que uma anomalia que importe em surdez mais ou menos acentuada produzirá o retraimento e emudecimento da criança; ela, para ocultar o defeito, pouco falará e, na escola, desinteressar-se-á das lições que dificilmente ouvirá.

Conseqüência disto seria o enfraquecimento dos centros sensoriais correlatos.

Por esse entendimento vê-se que só o ouvido perfeito e funcionando bem pode produzir o tipo auditivo.

Neste tipo de memória, os sons se gravam melhor e mais prontamente são lembrados, já dissemos, que quaisquer outras impressões. E por isso assume o caráter de um defeito, pois prejudica o desenvolvimento das outras memórias.

Isto informado, destaca-se nítida a necessidade da educação sensorial pelo exercício harmônico e continuado, mas não dispersivo. O sensorio, veículo e registrador de conhecimentos, mais se apura e aperfeiçoa, mais se completa pela ação funcional: "A função faz o órgão", diz o provérbio.

Surdo fosse o indivíduo de um dos seus ouvidos, ou cego de um dos seus olhos, mas isso de nascença ou desde tenra idade, examinado que fosse o cérebro adulto, os neurônios da camada cortical correspondentes ao ouvido surdo ou ao olho cego numa visível atrofia se apresentariam, isto é, conservariam o seu estado rudimentar de elementos inativos, ao passo que os que fossem correspondentes ao ouvido são ou ao olho bom se desenvolveriam grandemente, prolongando os seus dendrites e complicando-os.

Apreciando o exemplificado e fatos outros que citar não vale, vê-se que o desenvolvimento cerebral depende da atividade funcional dos órgãos dos sentidos.

Haja predomínio de excitações funcionais pelo sensorio de um dos sentidos e as impressões por seus órgãos recebidas hão de gravar mais fortemente na memória e mais prontamente serem lembradas que as fornecidas pelos sensorios dos outros.

É que os neurônios onde se vão terminar os seus condutos transmissores das sensações se desenvolveram mais que os outros pela excitação funcional mais ativa dos seus órgãos. Essa predominância resulta de uma tendência; para evitá-la, impõe-se a educação sensorial.

O educador deve, por meio de exercícios bem dirigidos, desenvolver harmonicamente os sentidos para o correlato desenvolvimento dos seus centros sensoriais. É por isso que se recomenda o ensino objetivo, que, por meio de objetos, fornece impressões táteis e visuais, ao mesmo tempo que a lição verbal registra pela audição símbolos orais.

Postos em atividade os principais sentidos por esse processo de ensino, eles não só desenvolverão harmonicamente os seus centros nervosos, como criarão também elementos mais numerosos para as associações necessárias a lembrança de imagens gravadas no cérebro.

Às vezes, porém, o predomínio de um dos sentidos é conseqüência de anomalias ou doenças dos órgãos receptores e dos transmissores de outros. Nesse caso, cumpre ao educador corrigir os defeitos e curar as doenças, se susceptíveis forem de correção e cura.

#### **DOENÇAS DA MEMÓRIA**

As anomalias dos órgãos dos sentidos prejudicam grandemente a retentiva.

O que mais prejudica, porém, a revivescência dos conhecimentos são as perturbações funcionais que resultam do estado patológico da memória.

As numerosas desordens que se podem observar nesta faculdade classificou-as Ribot em três tipos: amnésia, hipermnésia e paramnésia.

No conceito dos psicólogos, amnésia é a total ou parcial perda da memória: esquecimento de determinados fatos, de uma certa época, da existência toda. Ela é congênita, quando de

nascença; o cretino, o idiota e o imbecil são tipos característicos. Adquirida quando no decorrer da idade, várias causas determinam a sua perda: tipos são desta os dementes, nos quais a falta de memória se acentua progressivamente; os epilépticos, nos quais a amnésia é absoluta no momento do ataque, com manifestações conseqüentes de dismnésia (debilidade da memória); os histéricos, nas crises de delírio que se manifestam quase sempre periodicamente, com desdobramento da personalidade.

É de distinguir na adquirida, além dos casos exemplificados e de outros, as amnésias que resultam do traumatismo cerebral: anterógrada, quando, depois que se exerce o traumatismo, cessa ou enfraquece na memória o poder de gravar os fatos que impressionarem os órgãos dos sentidos; retrógrada, quando os conhecimentos adquiridos anteriormente ficarem esquecidos; retroanterógrada, quando se manifestarem combinadamente as duas anteriores anomalias.

A hipermnésia, na acepção psicológica, é a anomalia da memória que se manifesta pelo seu aguçamento, revivendo mesmo os fatos mais fugidios: é a exaltação da memória.

A paramnésia é um equívoco da memória que supõe reconhecer fatos ainda não conhecidos; tem-se a ilusão de que impressões idênticas as atuais já foram anteriormente sentidas. Confunde-se a realidade presente com o imaginário, que se supõe ter sido realidade passada.

Há vezes, porém, que as imagens que surgem recordações são de fatos que se apresentam a memória alterados por alguma perturbação, dando lugar a uma falsa associação de idéias.

Diagnosticada uma doença mental ou reconhecido um defeito da memória na criança, impõe-se a terapêutica que a cure ou os conectivos educacionais que a normalizem, desde que seja ela susceptível de cura ou correção.

Na escola, porém, a maioria das crianças são normais. E se algumas defeitos apresentam, estes são de fácil correção. As doentes, as que exigem tratamento terapêutico, internadas deveriam ser em estabelecimentos de ensino especiais, que infelizmente não temos; mas estes raramente ingressam nas escolas comuns.

#### EDUCAÇÃO DA MEMÓRIA

Diferentes são as memórias, já o dissemos; diferentes na extensão, diferentes nas qualidades.

Essa diferença acentua-se muitas vezes por efeito de doenças que caracterizam um estado anormal.

Há mister, então, a interferência médica para a normalização mental.

Outras vezes, são falhas da retentiva que prejudicam suas qualidades e extensão; o educador deve então esmerar esforços no sentido de corrigir as falhas e aumentar ao máximo os poderes mentais.

Esta assistência varia para a espécie, condicionada sempre, para constituir o máximo aperfeiçoamento, a exercícios educativos sistematizados.



No caso concreto, lembra o educador perguntar a si qual o poder mental que deve ser desenvolvido para aperfeiçoar a memória.

E a dúvida vem: será o poder de conservação, ou o de evocação? Será o de reconhecimento? Enfim, qual deles será?

E, no firmar de idéias, parece que a evocação toma o primeiro lugar, parece que se destaca como o poder principal.

De fato, lembrar prontamente e sem esforço é qualificativo de boa memória; e é esse o objeto da educação mnemônica.

Ponderando melhor, porém, verificaria o seu engano, por isso que a evocação resulta da retenção; a memória que não retém as imagens das percepções não as evoca. A evocação acha-se assim condicionada a fixação: mais pronta e fácil será quanto maior for o poder de conservação na retentiva.

Educar a memória é, portanto, tonificá-la de modo que possa reter bem as imagens, para que estas sejam facilmente evocadas.

Mas pergunta-se: será a memória susceptível de ser educada?

Dúvidas há entre os psicólogos: sim, afirmam uns; não, dizem outros. Entre os últimos está William James, que assim argumenta:

O que se quer ao desenvolver-se a memória é aumentar o mais possível a sua tenacidade; ora, a tenacidade é uma qualidade de origem fisiológica e, por isso, se acha condicionada aos órgãos funcionais da retentiva. Assim, o poder de retenção é natural; nasce com a organização fisiológica e diminui com a idade. A única coisa que se pode fazer a favor da memória é somente facilitar a evocação das imagens antigas, aumentando o mais possível o número de associações.

Incongruente, porém, se toma James, quando afirma que a memória pode sofrer flutuações, conforme o seu estado de doença ou de saúde, de cansaço ou de repouso, e faz depender da higiene o seu maior ou menor poder de retenção.

Sim, incongruente, porque se o poder de retenção da memória é susceptível de aumento, ela poderá ser aperfeiçoada e, portanto, educada.

Reconhece-se, no entanto, na afirmação de James, uma verdade: a tenacidade diminui com a idade. Isto, porém, não vale dizer que o aperfeiçoamento da memória é impossível, porque a diminuição da tenacidade não importa na diminuição do poder de retenção.

De fato, com a idade vão enrijando os tecidos do cérebro, que se tornam, assim, mais elásticos e, por conseguinte, menos moldáveis as impressões que as sensações imprimem; mas, se isto sucede, é preciso não esquecer que o poder de atenção aumenta, contrabalançando essa diminuição de tenacidade que se manifesta.

A imagem se aviva, pois, pela atenção que a focaliza no campo da consciência e assim melhor a fixa, superando mesmo o que em tenacidade perdeu.

Mas reconhecer isso é reconhecer que, pelo treino e pelo conjugar de esforços bem orientados, possível é a educação da memória.

Sem discutir mais o assunto, que parece cabalmente demonstrado, ao exame dos meios para o desenvolvimento mental da criança passaremos agora.

Reconhece-se que lei principal (para não dizer fundamental) de conservação do conhecimento é, sem dúvida, a associação dinâmica das idéias. Mas, se assim é, meio ela será para tornar mais fácil e rápida a lembrança.

No associar, porém, as idéias, preciso é relacioná-las de acordo com os laços naturais que as unem, salientando um método.

O método, quando bom, evita escolhos que levariam a dispersividade de esforços; fortalece os liames das associações; torna-se, enfim, auxiliar poderoso da memória.

De fato, fiel a um sistema, com método e ordem classificando as coisas que se tornam objeto do conhecimento, podemos dar a nossa memória a maior amplitude.

Nota-se mesmo que mais nítida se torna a idéia, mais fortes as imagens, quando o aprendizado é feito obedecendo a escala crescente de conhecimentos que se prendem uns aos outros, num encadeamento natural.

Por isso, nas escolas, o ensino, além de objetivo, deve ser metodizado de modo que a criança, ao receber os conhecimentos, faça-o gradativamente, numa ordem natural.

Disso dois proveitos teremos: o desenvolvimento da memória e o do juízo.

E é assim que a memória e o juízo, faculdades que se não podem separar, simultaneamente desenvolvidas, mutuamente se tonificam e se auxiliam. A lei da associação ainda favorece o desenvolvimento da memória por meio de relações convencionais entre as idéias.

De fato, é processo que se reconhece vantajoso associar idéias que dificilmente se retêm a outras que se gravam facilmente na retentiva, para que estas, fiéis e prontamente, evoquem aquelas.

Há memórias, e não memória, já o dissemos; mas, delas, uma predomina dando o seu tipo.

Predominante seja a auditiva, e por meio de sons articulados ou não, ou por meio de assonâncias que se liguem associadas convencionalmente a certas idéias de difícil retenção, conseguir-se-á que estas sejam chamadas ao campo da consciência. Predomine a visual, e as recordações deverão estar ligadas por associações a certos lugares. Clássico é o exemplo que fornece Cícero: era seu costume ligar as várias partes de seus discursos, para lembrá-las, a diversos pontos da sala onde deveria orar.

Datas e números para as memórias que os gravam com facilidade devem ser associados convencionalmente a certas palavras que, no futuro, os possam lembrar.

Ao invés disso, se a memória dos números for a dominante, relacionem-se a eles, por meio de esquemas, os nomes que devem ser lembrados. O esquema é o processo geralmente usado para as associações deste gênero.

Ao lado da associação, cujo valor largamente ficou reconhecido, estão os exercícios que visam ao treino da memória para fortificá-la e torná-la tenaz.

Antes dos exercícios propriamente ditos de aperfeiçoamento, convém ao professor medir o grau de memória dos alunos da classe. Isto ele o fará por meio de textos que darão o seu grau de desenvoltura e o seu poder de fixação e de evocação.

Reconhecida a força média da memória dos alunos, ainda por meio de textos, começa-se uma série de exercícios, visando todos ao desenvolvimento gradual e conjunto das memórias parciais.

Em conta, porém, deve ser levado não só o grau de desenvoltura mnemônica, como também a idade da criança.

Vise-se a memória da vista e consistirão os textos em letras ou palavras impressas, em desenhos simples ou em objetos.

Na escolha, porém, deve ter o professor muito cuidado; se forem desenhos, que despertem interesse dentro da sua simplicidade; se objeto, que o seu contorno não seja difícil, e a criança possa retê-lo e desenhá-lo.

Lembre-se, porém, o professor de variar os textos e alternar os exercícios visuais com os de audição e articulação. Estas condições são essenciais.

O desenho que não possa ser reproduzido ao fim da terceira ou quarta tentativa deve ser posto de lado provisoriamente.

Insistir seria fatigar e instilar na alma da criança o desânimo. Em vez de proveito só prejuízos traria.

Vise-se a memória auditiva e os textos serão constituídos por sons articulados que simbolizem uma idéia.

Biervliet, pedagogo belga, o primeiro que deste assunto tratou, afastava-se, porém, desta orientação, formando os seus textos de sílabas em séries agrupadas, compostas ora de uma só consoante com vogais diferentes, ora variando as consoantes e conservando uma só vogal, e, ainda, variando consoantes e vogais.

Defeitos parecem haver nesse processo, porque as sílabas nada falam ao entendimento da criança.

A palavra, sim, pode servir para os textos, porque a palavra é o símbolo de uma idéia. É de notar, porém, que ela não simboliza o pensamento inteiro; por isso, preferência deve dar o professor para a organização dos seus textos auditivos a sentenças curtas, claras, diretas e precisas.

As repetições das sentenças devem ser feitas com clareza e sem vacilações e na ordem em que foram enunciadas.

Estes exercícios repetitórios favorecerão também a memória da fonação.

Convém notar que os textos variam conforme a memória que deve ser desenvolvida.

Dos que devem ser empregados para o desenvolvimento das outras memórias não tratarei aqui, por não comportar o estreito limite desta tese o seu estudo.

Cingindo-me as considerações já feitas, passo a tratar dos deveres do professor.

#### DEVERES DO PROFESSOR

Houvesse na escola uma aula destinada a educação direta da memória, como há para a educação física, os resultados que os educandos haviam de colher seriam extraordinários para o seu desenvolvimento mental.

Mas embora não seja a memória na escola primária assunto de especial preparo, embora os programas oficiais não a mencionem, descurar dela não pode o educador, desde que tal título mereça.

Se não for direto o seu cuidado, seja-o por meio das matérias que ensinar.

Não se exige uma aula especial; pede-se apenas que, no ministrar as várias disciplinas do programa, o faça de modo a desenvolvê-la.

Que se não preocupe diretamente dela ainda se admite, mas arruiná-la não; é um crime tão hediondo como o assassinio, pois mata uma inteligência.

Que deve, porém, fazer o educador, nas aulas das várias disciplinas, a favor da memória dos seus alunos?

Não arruiná-la é condição primeira; por isso deve extirpar do ensino tudo o que possa de qualquer forma prejudicá-la.

Mas, desenvolvê-la deve ser o seu objetivo; cerque-a, portanto, de tudo o que lhe possa aproveitar.

O mal maior que na escola comumente se registra, aquele que mais dano causa aos escolares, por enfraquecer a sua retentiva e fatigar a sua memória, estafando-a, é o ensino de cor.

Entenda-se: a decoração de que aqui se fala é a de palavras, símbolos escritos ou sonoros, sem que o escolar tenha delas a idéia exata, a compreensão precisa para entender aquilo que elas pretendiam significar.

O ensino de cor transforma o aluno em um fonógrafo, em que a memória representa o disco que simplesmente registra e repete o que registrou.

É a passividade do escolar e, mais ainda, é a ruína da inteligência.

Criminoso é o professor que estimula tal ensino; mais que criminoso, é um monstro.

Defeito é também no ensino, e grande, o mestre tomar o seu aluno um arquivo dos seus conhecimentos, torná-lo um ser passivo sem ação própria.

A criança é um ser que pensa, uma inteligência em formação com poder de julgar, de querer, de refletir; ela raciocina.

Seria, portanto, um crime deixá-la sem ação, sem liberdade de querer, sem poder de criar; um crime forçá-la a passividade de ouvinte, quando ela pode ser toda atividade e trabalho.

Nenhum professor deve esquecer que a atividade educadora deve ser partilhada entre ele e o educando, e não trabalho exclusivo.

Sucedam o contrário, e que prejuízo para a inteligência! E que fracasso para a memória!

Outra condição que se impõe ao professor é ser claro e convincente nas suas aulas. É dever seu preparar as lições com antecedência, para que haja ordem e encadeamento lógico no ensino.

O educador, pondo a prova seus dons e qualidades, deve dar a maior atração ao assunto da lição, de modo que a curiosidade e o interesse avivados dominem de tal forma os escolares que eles, por si, procurem investigar os fatos e as causas que de pronto fizeram objeto.

Será conveniente que, para esse mesmo fim, as lições se sucedam numa ordem natural, de modo que umas preparem as outras, estabelecendo entre elas relações de continuidade.

Note-se ainda que, em seguida a cada lição, deve o educador entabular com os escolares animada palestra sobre o assunto explicado, para que estes, na sua linguagem chã, revelem as suas opiniões e manifestem as suas dúvidas. Siga-se o processo socrático.

Tudo isso será em proveito da memória.

#### CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA O ENSINO

Sem pretender descrever aqui para cada disciplina qual o método mais próprio, pois assim seria fugir ao assunto principal desta tese, irei tentar uma resenha das principais condições exigidas para o ensino de algumas.

Seja a Linguagem a primeira delas: gradual e metódica é o seu ensino pelos diversos anos do curso primário.

Predominam, no primeiro, os exercícios fônicos, que facilitam a aquisição de vocabulários; no segundo, não só os fônicos como os escritos, que acentuam a mesma tendência; no terceiro, os de reprodução e composição; no quarto, os de redação.

Esses exercícios ou são orais, ou gráficos, ou mistos.

Os orais, que se exercem pelos sentidos da audição nos centros da linguagem, são excelentes para o desenvolvimento da memória auditiva, quando bem dirigidos.

Eles consistem em: sinonímia e conhecimento das palavras, formação de sentenças, reproduções de lição, descrições, composições, etc.

Os gráficos atuam nos centros sensoriais por meio dos órgãos da visão e são excelentes para o desenvolvimento das memórias visual e motora.

Eles geralmente se exercem obedecendo uma dupla corrente: centrípeta e centrífuga; consistem em desenhos, cópias, ditados, descritos, reproduções, redação, redação epistolar, composição livre, etc.

Os mistos trazem a vantagem de ambos: obrigam o aluno a falar com o lápis ou pena e a falar com a língua; desenvolvem, de concreto, as três principais memórias: a auditiva, a visual e a motora.

O valor de cada exercício como elemento educativo da memória depende do modo como é processado.

Para cada ordem de exercícios, um processo especial se impõe; descrevê-los é entrar pelo domínio da metodologia — não o farei.

É condição, porém, essencial para que produzam os resultados almejados que os escolares não os pratiquem de um modo mecânico.

Só a cópia e o ditado, que influência têm quase exclusivamente na memória motora—e só por uma ação indireta e reflexa na visual ou auditiva, e isso por sua própria natureza —, é que revestem a forma mecânica. Visa-se por estes exercícios ao hábito da grafia dos vocábulos.

A não ser estes, todos os outros exigem a interferência de quase todas as funções intelectivas; mecanizá-los é, portanto, desvirtuá-los.

Trabalhe a imaginação, o raciocínio, o juízo, a atenção, a consciência toda, pelo despertar da memória.

Estampas, modelos narrativos e, sobretudo, a própria coisa ao vivo sirvam para as descrições, as reproduções, e para esclarecer os significados das palavras e o estudo da sinonímia.

Tratemos agora das Ciências Físicas e Naturais.

Elas também gradualmente se distribuem pelos graus primários.

Predominam no seu ensino o conhecimento do mundo físico, os fenômenos que se realizam na natureza e a estrutura ou organização dos seres e a sua distribuição em reinos.

O seu aprendizado, para que se tome útil e facilite o desenvolvimento da memória, precisa ser intuitivo.

Possível fosse apresentar a coisa em espécie aos alunos, estes intuitivamente conhecimento teriam dela. E vendo a coisa e ouvindo a sua descrição associariam uma a outra. Mas raras, raríssimas vezes, isso será possível.

A sua representação, porém, em modelos, em pinturas ou em desenhos suprirá essa falta, embora com alguma deficiência.

É por isso que toda escola moderna deve possuir um museu escolar e um laboratório de Física e Química.

Para o futuro, o cinema colmará de modo satisfatório e quase completo todas as falhas e lacunas atuais no ensino desta disciplina.

O aluno poderá então ver a imagem como se realmente visse a coisa. Não poderá, no entanto, apalpare ouvir; suas observações ficarão limitadas a vista. Apesar disto, bons serão os resultados.

Preocupa-nos agora o ensino de Moral e Civismo.

Os conselhos, as narrativas, o exemplo são os meios para despertar e inveterar no aluno os princípios da moral e amor cívico.

Os exemplos pintam ao vivo: virtudes se destacam; vícios são condenados.

Estampas mostram os dois caminhos: o do bem e o do mal; o do patriota e o do pusilânime.

Tudo o que for trabalho ou assunto escolar seja meio de educação moral e cívica; a escola tem que formar homens e não tartufos e ficções.

Pela educação cívica e moral visa-se a formação do caráter, mas os meios que se empregam para tal fim concorrem poderosamente para o desenvolvimento da memória.

Tratemos da Higiene.

O seu ensino deve ser feito, no curso primário, por meio de estampas que exerçam sugestiva influência no espírito dos escolares, encenando atos e práticas que caracterizem os defeitos, as deformidades e os males resultantes dos vícios e da falta de asseio, de um lado, e os benefícios que se podem colher de um regime higiênico metodizado do outro.

Ensine-se e exija-se a prática dos preceitos profiláticos; pela higiene é que se tornará forte e raça.

O cinema poderá concorrer de modo poderoso para a educação higiênica do povo, mostrando quais os meios para combater os males que o infelicitam.

Objetivando o ensino de higiene e observados os preceitos profiláticos, aproveitará a memória de um e outro lado.

Passemos a História.

Na escola primária, o seu estudo limita-se a descrição da vida política e social de um povo, desde a sua formação até os dias que correm; nas nossas escolas, será a do nosso povo.

Recorde-se todo o passado da Pátria: fatos que a engrandeceram, homens que a honraram sejam lembrados com carinho.

Resulte o ensino da narração viva e entusiástica dos fatos: desperte-se a curiosidade do aluno.

Retratos dos grandes vultos e quadros históricos hão de facilitar o seu estudo

O cinema, porém, seria o melhor auxiliar. Os episódios históricos, por esse meio conhecidos, interessariam tanto os alunos que jamais se apagariam da sua retentiva.

Atenção, imaginação e juízo, harmonicamente exercitados, aumentariam o poder de fixação e evocação mental.

Há de ser este o processo do futuro.

Objetive-se o ensino, multipliquem-se os liames das associações, para que mais pronta e fiel seja a lembrança dos fatos que a memória registrar.

Tratemos da Geografia.

Descrever a estrutura exterior da Terra, com todos os acidentes que lhe modificam o contorno e as relações que mantêm entre si os povos que a habitam, eis no que consiste o seu estudo.

Descrever, porém, é reproduzir pela linguagem a idéia que se faz de uma coisa examinada diretamente no todo e nas partes.

Ora, na escola, impossível é esse exame direto da Terra; o educando jamais poderá descrever vendo o país ou a região que estuda. Dessas regiões ele terá apenas notícias pelas descrições que ler ou que ouvir: há de resultar, portanto, sempre imperfeito o seu estudo. Mapas auxiliem essas descrições, de modo que o escolar tenha nessas miniaturas a concretização do ensino; gravará assim da região a configuração simbolizada na carta geográfica. A cartografia será o implemento natural desse estudo: para cada país faça-se um trabalho cartográfico.

Os conhecimentos adquiridos assim melhor se fixarão na memória e mais prontamente serão chamados ao campo da consciência.

Passemos a Aritmética.

Metódico e graduado deve ser o seu ensino pelos anos do curso primário.

Em compor e decompor os números consiste todo o seu assunto; mas os números constituídos e concretizados pelas suas unidades. A reunião ou separação destas é que dão lugar a todas as operações aritméticas, por mais complexas que sejam. Represente-se essa unidade por um ser, objetive-se o ensino, e a criança compreenderá facilmente as operações realizadas.

Ensine-se primeiro a idéia do número, depois a sua linguagem.

Permite-se mesmo, no início, que o escolar use da sua própria linguagem imperfeita e incorreta para expressar o que vê, para exprimir o que observa.

Os termos clássicos de Aritmética empregue-os o professor gradualmente, quando firme estiver a idéia do número no espírito da criança; empregue-os, mas não exija que ela também os empregue.

Com o tempo e por imitação, gradativamente, ela irá adquirindo a linguagem própria.

Visa o seu ensino não só a útil idade prática, mas, também e sobretudo, desenvolver o raciocínio.

É por isso que se recomenda a objetivação, sempre que assunto novo seja ao aluno apresentado.

O objeto desperta a curiosidade e prende a atenção; esta, por sua vez, favorece o juízo e aperfeiçoa o raciocínio.

Mas tudo isso resultará em benefício da memória: ganhará a retentiva em tenacidade e a evocação em fidelidade e prontidão.

#### CONCLUSÃO

De inteligência, conclui-se: a memória é educável. Aproveitem-se os textos para treiná-la e fortalecê-la.

Siga-se, no ensino, uma ordem gradual e metódica. Derive-se o conhecimento novo por intuição dos que anteriormente já haviam sido adquiridos. Objetive-se a lição mostrando a coisa



ou um modelo, ou mesmo uma estampa que a represente. Ensine-se primeiro a idéia, depois a palavra; primeiro o pensamento, depois a expressão. Favoreça-se o poder evocativo pelo associar das idéias. Vise-se no estudo não propriamente a ciência, mas sim ao aumento do poder mental.

Dupla será a utilidade do ensino assim processado: fornecerá o conhecimento e desenvolverá todas as atividades intelectivas. Aperfeiçoará a memória.

A atenção, despertada pela curiosidade e interesse, focalizará no campo da consciência a imagem da coisa estudada; gravará melhor no cérebro essa imagem, que se tornará nítida pelo exame apurado.

O juízo, devido a atenção, julgará melhor.

O raciocínio e o encadeamento lógico das idéias para um determinado fim resultará mais perfeito. E a retentiva assim guardará melhor o que os sentidos transmissores nela registrarem.

Trabalhem todas as atividades intelectuais para o aperfeiçoar da memória.

Neste perfunório estudo de memória e dos meios que empregar devemos para desenvolvê-la em benefício das disciplinas escolares nada de novo existe; registrei apenas as experiências dos psicólogos modernos.

Ribot, Wundt, Patraschoio, Lahr, Geenem, Mach, Henrique Roxo, Sergi, Einet, Vasconcellos, Farias Brito foram os autores consultados.

Falhas numerosas existem, sei; não se pode, porém, colmar. Não me foi possível fazer obra de valor. Espírito mais lúcido, com mais segurança e experiência, que a faça em benefício do ensino.

TESE Nº-103

## A UNIÃO E A EDUCAÇÃO NACIONAL

**Mario Pinto Serva**

O futuro pertence aos povos mais preparados. Já o presidente Coolidge observou que em outros tempos podia-se cogitar preferentemente do ensino das elites, mas que, na época atual, numa democracia, em que todos são iguais e devem merecer iguais carinhos do Poder Público, cumpre que o povo inteiro receba a mesma educação básica, cada um em particular, e especializando-se ulteriormente como lhe for possível. A escola básica, igual para todos, foi a grande criação da última reforma alemã.

A América do Norte se orgulha de que a Nação, com a educação geral levada a todos, sem distinção, oferece também a todos uma oportunidade igual na vida. O grande dever da humanidade é esse: reconhecer que todas as criaturas humanas têm igual direito a felicidade e que, por isso, a todos se deve proporcionar uma oportunidade igual, com a conveniente educação física e intelectual.

A todos por igual a Nação deve procurar dar um corpo são e uma mente sã e culta.

O problema da educação do povo brasileiro é o mais nacional de todos os problemas. É o maior problema da história nacional. É quase o único problema nacional, porque a educação generalizada e ampla, naturalmente por si, resolve todos os demais problemas. É a infra-estrutura da organização coletiva.

Sem combater o analfabetismo, a União não tem soldados para o serviço militar, porque os sorteados se apresentam em máxima parte iletrados; não tem marinheiros aptos; não tem produção no País que lhe sustente os recursos, porquanto só o preparo generalizado produz a atividade e, conseqüentemente, a facilidade de encontrar o fisco os recursos de que necessita.

O Japão em 50 anos realizou a sua alfabetização integral.

Há perto de trinta séculos, Confúcio dizia que quem leva a guerra um povo sem educação desbarata-o.

Ora, o povo brasileiro está em condições lastimáveis de educação.

Segundo a estatística oficial levantada em 1920, a população de todos os estados do Brasil e o número de analfabetos, bem como a porcentagem respectiva, eram os seguintes:

Estados	População	Analfabetos	Porcentagem de analfabetos
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	<b>73,4</b>
Bahia	3.334.465	2.720.990	<b>81,6</b>
Ceará	1.319.228	1.073.262	81,4
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,7
Espírito Santo	457.328	349.400	<b>76,4</b>
Goiás	511.919	433.389	<b>84,7</b>
Maranhão	874.337	735.906	84,2
Mato Grosso	246.612	174.819	70,9
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	<b>70,7</b>
Paraíba do Norte	961.106	834.155	86,8
Paraná	685.711	492.512	71,8
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,2
Piauí	609.003	536.061	88,0
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,3
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	<b>82,1</b>
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	<b>61,2</b>
Santa Catarina	668.743	471.342	70,5
São Paulo	4.592.188	3.222.609	<b>70,2</b>
Sergipe	477.064	397.429	83,3
Acre	82.379	64.881	70,2

Pode o governo nacional permanecer indiferente ante a enormidade dessa calamidade, assim constatada oficialmente?

O imprescindível, o urgente, o fundamental no Brasil, para solução do problema da educação do povo brasileiro, é a ação coordenadora e orientadora da União. O governo federal dos Estados Unidos tem um Bureau de Educação para esse fim. O governo federal argentino também o tem, sustentando escolas primárias em que se acham matriculados cerca de 300 mil alunos.

O decreto que criou o Bureau de Educação dos Estados Unidos, de 2 de março de 1867, declara que os seus fins consistem em coligir estatísticas e fatos que mostrem a condição e o progresso da educação nos vários estados e territórios, difundindo, a respeito da organização e direção das escolas, sistemas escolares e métodos de ensino, informações que auxiliem o povo dos Estados Unidos na criação e manutenção de sistemas escolares eficientes, promovendo por toda forma a causa da educação no país inteiro.

O projeto Monteiro de Souza, apresentado há cerca de 10 anos, adapta essa organização com muita felicidade ao Brasil.

A ação do governo federal do Brasil, com relação ao problema da educação do povo, deverá consistir em: a) criar um Bureau de Educação igual ao americano ou argentino, com idênticas funções; b) fundar umas dez ou vinte escolas normais, principalmente no Norte do País; c) criar escolas noturnas para adultos; d) fundar escolas primárias nos estados que as solicitem ou não se oponham a elas.

Já Rui Barbosa, em 1883, proclamava a necessidade de um Ministério Nacional de Educação.

Há atualmente cerca de 5 milhões a 6 milhões de menores brasileiros sem escolas para que se matriculem. O quadro seguinte dá, estado por estado, aproximadamente, o número total de alunos efetivamente matriculados, bem como o número de menores em idade escolar:

	Número de menores matriculados em escolas	Número de menores em idade escolar
Amazonas	11.084	72.633
Pará	37.113	196.701
Maranhão	8.163	174.861
Piauí	1.811	121.800
Ceará	47.994	263.845
Rio Grande do Norte	21.780	107.427
Paraíba do Norte	18.864	192.210
Pernambuco	53.428	430.907
Alagoas	31.446	195.749
Sergipe	11.455	95.412
Bahia	75.200	666.893
Espírito Santo	19.924	91.465
Rio de Janeiro	70.173	311.874
Distrito Federal	54.585	231.574
Sao Paulo	349.770	918.437
Paraná	52.643	137.142
Rio Grande do Sul	197.424	436.542
Minas Gerais	318.947	1.177.634
Goiás	11.000	102.383
Mato Grosso	8.157	49.322

Como se vê, é urgente que a União encare esse problema, o maior da história nacional.

Cotejando-se a nossa situação com a de países civilizados, chega-se a conclusões tristes, como se vê do quadro adiante:

#### Analfabetismo em Países Civilizados e em Países Atrasados ou Coloniais

Países civilizados		Países atrasados ou coloniais	
Inglaterra .....	1,8%	Índia .....	92,1%
Alemanha.....	0,05%	Filipinas.....	55,5%
Dinamarca.....	0,2%	Brasil.....	75,0%
Holanda.....	0,8%	Porto Rico .....	66,0%
Prússia.....	0,02%	México .....	70,0%
Suécia.....	0,2%	Costa Rica .....	80,0%
Suíça.....	0,3%	União S. Africana .....	69,7%
Escócia.....	0,6%	Ceílaço .....	78,4%
Austrália.....	1,8%	Transvaal .....	69,4%
Estados Unidos.....	7,7%	Terra Nova.....	45,8%
Canadá.....	11,0%	Honduras .....	68,8%

É preciso conhecer o mal em toda a sua extensão, para adotarmos medidas a altura da situação.

A nossa situação em face do mundo é a mais desoladora. Segundo a publicação americana *The World*, é o seguinte o grau de analfabetização nos países em que há dados mais ou menos positivos:

#### O Analfabetismo nos Diferentes Países do Mundo

Países (por continente)	Porcentagem	Base do cálculo
Europa:		
Áustria	13,7	População de mais de 10 anos
Bélgica	12,7	População de mais de 10 anos
	7,9	Recrutas do Exército
Bulgária	65,5	População de mais de 10 anos
"	25,4	Recrutas do Exército
"	58,4	Casamentos

(continua)

(continuação)

Países (por continente)	Porcentagem	Base do cálculo
Dinamarca	0,2	Recrutas do Exército
Inglaterra	1,8	Casamentos
França	14,1	População de mais de 10 anos
"	4,3	Recrutas do Exército
"	4,1	Casamentos
Alemanha	0,005	Recrutas do Exército
Grécia	57,2	População de mais de 10 anos
"	30,0	Recrutas do Exército
Hungria	33,3	População de mais de 6 anos
Irlanda	9,2	População de mais de 9 anos
"	8,1	Casamentos
Itália	37,0	População de mais de 10 anos
"	31,1	Recrutas do Exército
"	38,7	Casamentos
Ilha de Malta	57,5	População de mais de 5 anos
Holanda	0,8	Recrutas do Exército
"	2,2	Casamentos
Portugal	68,9	População de mais de 10 anos
Prússia	0,02	Recrutas do Exército
"	0,4	Casamentos
România	60,6	População de mais de 7 anos
"	<b>41,0</b>	Recrutas do Exército
Rússia	69,9	População de mais de 10 anos
"	61,7	Recrutas do Exército
Escócia	1,6	Casamentos
Sérvia	78,9	População de mais de 11 anos
"	43,4	Recrutas do Exército
"	36,7	Casamentos
Espanha	45,8	População de mais de 10 anos
Suécia	0,2	Recrutas do Exército
Suíça	0,3	Recrutas do Exército
Reino Unido	1,0	Recrutas do Exército
América:		
Argentina	54,4	População de mais de 10 anos
Bolívia	82,9	População de mais de 7 anos

(continua)

(continuação)

Países (por continente)	Porcentagem	Base do cálculo
Brasil	85,2	Todas as idades
Honduras	68,8	Todas as idades
Canadá	11,0	População de mais de 5 anos
Chile	49,9	População de mais de 10 anos
Colômbia	73,0	Homens de todas as idades
Costa Rica	80,2	Todas as idades
Cuba	43,4	População de mais de 10 anos
Guatemala	92,7	População de mais de 12 anos
México	70,7	População de mais de 12 anos
Terra Nova	45,8	População de mais de 5 anos
Porto Rico	66,5	População de mais de 10 anos
Uruguai	39,8	População de mais de 5 anos
Austrália:		
República da Austrália	1,8	População de mais de 10 anos
Nova Gales do Sul	2,0	População de mais de 10 anos
"	1,0	Casamentos
Nova Zelândia	0,9	População de mais de 10 anos
"	0,3	Casamentos
Queensland	2,5	População de mais de 10 anos
••	2,0	Casamentos
Austrália do Sul	1,8	População de mais de 10 anos
"	0,8	Casamentos
Tasmânia	3,3	População de mais de 10 anos
"	2,4	Casamentos
Vitória	1,1	População de mais de 10 anos
"	0,4	Casamentos
Austrália Ocidental	1,6	População de mais de 10 anos
"	0,6	Casamentos
Ásia e Oceania:		
Ceilão		
Todas as raças	78,3	Todas as idades
Raça européia	11,9	Todas as idades
Raça não européia	78,4	Todas as idades
Índia	92,1	População de mais de 10 anos
Ilhas Filipinas	55,5	População de mais de 10 anos

(continua)

(continuação) Países (por continente)	Porcentagem	Base do cálculo
Rússia	87,3	População de mais de 10 anos
Hawai	26,8	População de mais de 10 anos
África:		
Algéria	13,0	Recrutados do Exército
Cabo da Boa Esperança		
Todas as raças	64,0	População de mais de 10 anos
Raças européias	3,8	População de mais de 10 anos
Raças não européias	<b>82,8</b>	População de mais de 10 anos
Egito	92,7	População de mais de 10 anos
Natal		
Todas as raças	86,7	População de mais de 10 anos
Raça européia	1,6	População de mais de 10 anos
Raças não européias	<b>94,8</b>	População de mais de 10 anos
Estado Livre de Orange		
Todas as raças	58,0	População de mais de 10 anos
Raça européia	2,7	População de mais de 10 anos
Raças não européias	35,8	População de mais de 10 anos
Transvaal		
Todas as raças	59,4	População de mais de 10 anos
Raça européia	2,5	População de mais de 10 anos
Raças não européias	91,1	População de mais de 10 anos
União Sul-Africana		
Todas as raças	( 59,7	População de mais de 10 anos
Raças européias	3,0	População de mais de 10 anos
Raças não européias	58,2	População de mais de 10 anos

Há quem conteste o número relativo ao Brasil. Mas que um incêndio esteja queimando 70% ou 80% de cada casa pouco importa; o que importa é atacá-lo imediatamente. Que um indivíduo esteja com 70% ou 80% dos pulmões tomados pela tuberculose, pouco faz ao caso; o que cumpre é atalhar o mal.

Há três ou quatro estados do Brasil que estão começando a combater o analfabetismo e a educar o seu povo. Mas a quase totalidade pouquíssimo faz, pelo que cumpre a União levantar o lábaro da educação do povo, estimulando todos ao cumprimento do dever.

Por isso, o governo da União deve encarar de face o problema da educação do povo brasileiro, fazendo exatamente a mesma coisa que fazem os governos federais dos Estados Unidos e da Argentina, com constituições iguais a nossa.

## COMO COMBATER O ANALFABETISMO NO BRASIL

**W. Muniz**

Instituto Rionegrense — Rio Negro, PR

**P**roblema transcendente como esse, o da divulgação do ensino primário ou elementar a nossa população, tão irregularmente disseminada pelo país, não poderá ser resolvido com simples sugestões; carece de um estudo demorado, completo, para ser convenientemente esclarecido, e, assim, poder chegar-se a uma solução satisfatória.

Grandes tentativas de reformas se estão projetando por toda parte, reformas até radicais, que atingem mesmo os próprios métodos do ensino, para que a escola possa servir como elemento capaz de contribuir, eficazmente, na obra da transformação social.

Diversificando nas suas modalidades, em relação a um ponto de vista, porém, todos esses projetos se confundem: o da extensão do ensino — realizar a escola extensa, isto é, estender o ensino a toda a população em idade escolar. Isto com referência as capitais ou cidades de certa importância.

Já o nosso ilustrado Sylvio Romero, numa grande preocupação de patriotismo, de há muito sustentou em *sua Sociologia* esse mesmo ponto de vista, que julga de não pequena importância ou influência para o desenvolvimento social.

Ora, é sabido que a porcentagem de analfabetos no Brasil, segundo o registro oficial, é de 80% a 85%.

Se considerarmos agora que o Rio de Janeiro, com 1.200.000 habitantes, tem 50% de analfabetos, podemos chegar a conclusão de que também nas demais capitais dos estados, onde a instrução está de certo modo desenvolvida e propagada, não mais de metade da sua população sabe ler e escrever.

Se isto acontece nas capitais e, vamos supor, mesmo nas outras cidades, qual a porcentagem do restante da população disseminada pelo centro e outros pontos?

Vamos antepor este quadro as nossas vistas:

Um município, dos mil que tem o Brasil, digamos, de 15 mil almas, possuindo sua cidade principal e uns quatro distritos, nos quais o governo estadual tenha criado umas seis escolas, parece, a primeira vista, estar suficientemente provido do ensino elementar. Assim deveria ser, mas infelizmente, na maioria deles, isto não sucede.

Qual a causa?

A falta de professores de um lado, a par de uma remuneração pouco compensadora, e o pouco interesse do governo municipal de outro — eis o busilis do problema. "That is the question".



Há cinco anos passados, li em um jornal da capital da República uma notícia em que certa corporação oferecia um prêmio a quem apresentasse a melhor idéia, em um concurso para esse fim preparado, a respeito do melhor meio de alfabetizar o Brasil, ainda no menor espaço de tempo. Não por interesse vaidoso ou mesmo no de alcançar o prêmio com que se acenava aos intelectuais... incentivando o esforço de nossos patrícios para a grande obra nacional que todos aspiramos ver solucionada, mas por motivo de outra ordem, não fora possível, como desejávamos, nos inscrever também no número dos concorrentes. Ignoramos por isto qual tenha sido o resultado conseguido.

É possível que já então mantivéssemos mais ou menos o mesmo ponto de vista que agora a oportunidade deste Congresso de Ensino, sob os auspícios da Associação Brasileira de Educação, nos permite externar, nesta poética capital do Paraná, digna por certo de receber em seu seio essa Assembléia ilustre, que terá sem dúvida a feliz ocasião de verificar o esforço do brasileiro conspícuo que dirige os seus destinos, salientando-se, principalmente, na criação desses magníficos viveiros de vocações, majestosos templos de saber, onde se formará a falange intemerata de professores que, comungando um mesmo ideal, serão amanhã os construtores da grandeza do nome do Brasil e, por que não, responsáveis pela sorte dos nossos compatriotas; neste progressista estado que tem a frente a benemérita obra cuja finalidade é a instrução pública, a decidida operosidade de um Lysimaco Ferreira da Costa, esse espírito de escola quem o Paraná deve inestimáveis serviços, e o Brasil não menos ao seu reconhecido valor, mais uma vez posto a prova quando levantou a ponta do véu que encobria os horizontes dos nossos destinos... na magnífica revelação de investigador e sociólogo, expondo, sob um elevado ponto de vista, em relevante trabalho, a tese desenvolvida com o título *O Espírito Universitário no Brasil*.

Melhor adesão, meio mais propício, não teriam os senhores da Comissão Executiva da Associação Brasileira de Educação para a conferência que se propõem realizar em 19 de dezembro, nesta capital.

Fechada esta digressão a que nos levaram humildes homenagens, justos conceitos que se vieram naturalmente interpor ao desenvolvimento do assunto principal, do que pedimos vênua, volvamos a nossa análise com relação ao tríptico ponto de vista da falta de professores, sua má retribuição e pouco interesse dos governos municipais a respeito da livre expansão da escola popular nos municípios.

Ora, a estatística acusa, anualmente, um elevado número de professores que terminam os seus estudos nas escolas normais, contudo, não querem eles se transferir para escolas no interior, preferindo aguardar, muitas vezes e durante longo tempo, vagas nas capitais e outras cidades.

Lá nos recantos solitários das matas e colônias, os preceptores, cheios de zelo e amor ao ensino, mingam apenas o necessário para a parca manutenção da vida, sofrendo toda sorte de privações que o meio em geral vem mais agravar, em vez de proporcionar-lhes justa recompensa do seu labor honroso.

Não é pois para admirar este fato típico que durante longos anos nos ofereceu a aflitiva situação do ensino nos meios coloniais, onde, por falta de escolas, a população quase estrangeira

se via na dura contingência de recorrer aos governos de seus países para manter professores subvencionados por eles.

Por esta razão se desenvolveu por aí afora, nesses "quistos étnicos", uma espécie de corpos diplomáticos ou modernas comunas, representantes da influência de outras nacionalidades, que atavicamente desdenhavam o espírito nacional, sem culpa direta, fato que a nós outros se foi afigurando como a implantação de um regime... que bem se parecia com um desses graves perigos!...

Foi então que, mercê da Grande Guerra, ao estrugir estrepitoso dos canhões, as temíveis emanções de gases além-mar, que sopravam como o furor dos submergíveis no seio bravo dos oceanos, estremecemos, despertamos e a postos nos colocamos para enfrentar essa situação que a força das circunstâncias haviacriado, mas que não podia mais continuar!... Tinha seus dias contados.

Escolas nacionais estrangeiras foram criadas pelo governo federal, leis sobre o ensino obrigatório da língua vernácula, da nossa história e geografia surgiram nos estados de população colonial mais densa.

Se estão elas prestando o serviço que era para desejar, as autoridades competentes convém uma indagação que seja porém alheia a interesses político-religiosos... pois cremos que a primitiva situação, em muitos lugares onde a fiscalização não alcança, ainda está com desvantagem para a nacionalização, apesar de, segundo consta, governos estrangeiros, embora com grandes sacrifícios, se interessem ainda, de um modo aliás louvável, pela instrução de seus descendentes, continuando a prestar-lhes favores que os nossos costumam muitas vezes negar aos heróicos educadores do nosso *hinterland*.

É um problema cuja solução não pode perdurar por mais tempo, a não ser que sejamos acoimados de maus governos, quando não impatrióticos e comprometedores do futuro de nossa nacionalidade!

Povos destemidos, os alemães, por exemplo, educados na vontade preponderante e com uma nítida compreensão dos desígnios dos seus destinos e da cultura de sua raça, não esmorecem ante as primeiras vicissitudes que se lhes oferecem, e ei-los coesos, com o mesmo ideal que nem a diversidade de religiões antagônicas perturbam, vencendo as distâncias ao toque de reunir, organizando nesta cidade de Curitiba, em meados de janeiro deste ano, poucos dias após a realização do nosso Primeiro Congresso de Ensino do Paraná, o seu *Vieter Deutsch Brazilianischer Schultag*.

Com louvável dedicação, trataram nessa ocasião uma centena de educadores alemães dos interesses da classe, sob diversos pontos de vista, inclusive do sentimento de amor pátrio, do espírito de cultura das colônias, constituindo-se em uma espécie de Confederação protetora do professorado alemão ou teuto-brasileiro, com sede na capital do País. Tudo isto se verifica pela leitura dos Anais já publicados em brochura impressa, em língua alemã, onde se lê, também, que a próxima conferência realizar-se-á em 4 de janeiro de 1929, na cidade de Joinville, em Santa Catarina.

Fato interessante: tanta coisa discutida e resolvida naquele congresso, sem que a imprensa da capital, salvo engano, tivesse dito uma palavra sequer a respeito.

Para se avaliar os intuítos e esforços daquela corporação, constituída de professores e diretores que não pouco devem lutar com as dificuldades que as nossas leis de ensino, relativas as escolas estrangeiras, vêm-se-lhes modificando a expansão principalmente nos estados do Sul, basta ler-se o trecho seguinte que traduzimos para o vernáculo: "O povo alemão teve outrora um exército modelo. Com a percepção desse conhecimento, ouviu-se um dia, no ataque a fortaleza de Taku, esta voz do marechal inglês: 'Alemães, para a frente!'"

Aquele exército não existe mais, porém um outro poderoso possui ainda o povo alemão, o dos intelectuais, do professorado, dos nacionalizadores, a respeito dos quais, se não me engano, já disse um sábio escandinavo: "A escola alemã nenhuma nação poderá imitar".

"Professores alemães, para a frente"!

Que os nossos congressos de ensino sejam pois cheios de vida e os seus frutos abundantes, não se afastando jamais dos intuítos e propósitos que devem congraçar todos os bons patriotas para a solução do magno problema da instrução e educação popular!

Voltando ao nosso primeiro ponto de vista, que diz respeito a falta de professores nos povoados e no interior do País, devemos lembrar o fato da má remuneração que tem essa classe de servidores da Nação, que aliás fazem merecido jus a que se lhes proporcione um melhor bem-estar na laboriosa profissão que exercem em meios tão isolados, longe do convívio social, minorando-lhes assim essa situação por demais difícil.

A deserção de elementos, muitos deles representando a flor do professorado, para outras carreiras mais lucrativas, como consequência desse fato, não tem sido sem importância.

Considere-se ainda que, no Paraná, por exemplo, a maior parte do professorado pertence ao sexo feminino, enquanto em Santa Catarina [...] podem exercer o magistério. No primeiro caso, as moças não irão para o interior... e no segundo, as casadas não é conveniente também!... São outras tantas dificuldades que aí vêm surgindo...

Se aos governos estaduais não é possível atender esse importante serviço público em condições convenientes, pensamos que ao governo municipal, que é a base primária onde repousa o grande edifício nacional, cabe o restrito dever de atendê-lo como de seu peculiar interesse, e aqui, cremos nós, está todo o segredo da solução desse problema, pois nas administrações inteligentes dos municípios está o segredo da prosperidade nacional, desde que aos mesmos não falte o espírito de iniciativa e de trabalho. Se os municípios não zelam de seus interesses, se não produzem, se não se movimentam, realizando a prosperidade a seu alcance, e se lhes falta descortínio, justiça e prontidão na superintendência dos respectivos negócios, escusado é fiarem-se no amparo do estado.

Compenetrem-se dessa verdade os senhores superintendentes municipais, e veremos, em pouco tempo, solucionado o assunto da alfabetização do povo brasileiro, do mesmo modo como a Alemanha somente pôde conseguir estabelecer definitivamente no seu país a instrução

de seu povo no último quartel do século passado. Dez por cento da renda geral, um inspetor municipal de boa vontade, que constantemente se esforce junto aos chefes distritais, solicitando destes a intervenção direta no sentido de, com sua influência pessoal e política, conseguir dos pais a matrícula dos filhos nas escolas que o governo lhes dá, e uma fiscalização constante nesse sentido, e terá cada município realizado uma grande obra patriótica e demonstrado um ideal nobilíssimo perante os seus governados.

Os governos estaduais assim em comunhão com os municipais, não dando tréguas ao descaso dos nossos patrícios, poderão manter efetivamente em tais condições, no mínimo, dez escolas em cada circunscrição municipal, o que de certa forma já enfrentará poderosamente o mal que nos aflige.

Essa verba, aliás, já é por algumas municipalidades — e com os mais satisfatórios resultados — reservada para tão patriótico destino, quer na manutenção de escolas próprias como subvencionando as particulares.

Um superintendente patriota, uma autoridade escolar zelosa e um chefe político distrital em cada município, tornamos a repetir, estarão para começar desde já a resolver o problema nacional da instrução popular.

Parecerão a muitos um paradoxo tais providências e medidas, como que a partirem da periferia para o centro! Mas entretanto, tudo o que deste se dirige para aquela, dada a extensão da trajetória, é certo que, para garantia de sucesso, depende de muita fiscalização; o que se torna mais razoável é o caso contrário, em que ela é mesmo muito mais fácil e de resultados mais eficazes. Impossível, dirão muitos! Já experimentaram? Perguntamos nós!

O exército, diga-se de passagem, também terá um poderoso influxo nessa obra com a sua intervenção ainda que indireta, instruindo os candidatos analfabetos que anualmente ocorrem aos quartéis por obrigatoriedade do serviço militar, ali aprendendo, a par da instrução das armas, a ler e escrever também.

Entretanto, muitos há que não compreendem esta grande vantagem que o governo proporciona com o serviço obrigatório, ao qual, de certa forma, muitas vezes procuram furtar-se, com cumprimento de tão nobilíssima missão, ou indiretamente prejudicar o seu benéfico resultado, afastando, por meios inconfessáveis, os jovens inexperientes, desse posto do dever!

São entes prejudiciais, gente sem patriotismo, acoroçadores do analfabetismo que campeia desolador, tornando-nos por longo tempo ainda um povo semi-civilizado aos olhos de todos aqueles que medem o aspecto de cultura de uma nação pelo grau que apresenta o termômetro na estatística de sua vida intelectual.

E quem ousará negar, por exemplo, que a Argentina, tão jovem ainda, mas onde a porcentagem de analfabetos é de 30% contra 85% no Brasil, não tenha tido, como fator preponderante na consecução desse já invejável grau de progresso intelectual, o serviço militar obrigatório, bem organizado e ao qual a mocidade vem prestando o seu concurso dedicado e patriótico?!

Que a Associação Brasileira de Educação tomasse a si a direção desse serviço, cujo desenvolvimento foi objeto de assunto de nossa modesta contribuição ao presente Congresso de Ensino, organizando nos estados, por ocasião das Conferências Nacionais de Educação que anualmente promove na capital de cada um deles, comissões de propaganda, ou suprindo ainda, com a sua reconhecida competência, a deficiência destas nossas indagações, por outros mais sábios alvitres, e teríamos a plena garantia de sua viabilidade, o completo êxito da causa da instrução em nosso país.

TESE Nº112

## DA NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO MORAL NO ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

**Raul Bittencourt**  
Rio Grande do Sul

### O PONTO CENTRAL DA EDUCAÇÃO

**D**o conflito entre as ações agressivas do ambiente e a tendência conservadora da vida nos organismos nasce a reação adaptativa desses últimos, ora modificando o meio em que vivem, ora a si mesmos transformando em limites variáveis, tudo para a grande "conservação da vida" na superfície da Terra.

Cumprem esta tarefa essencial as funções psíquicas, desde as mais elementares, sem as quais periclita logo o exercício da nutrição e, com ela, a conservação do organismo.

A adaptação de cada organismo ao meio ambiente é questão de vida e de morte e o fulcro em que giram todos os fenômenos biológicos ou deles derivados.

Desprezando as hipóteses racionalistas da metafísica sobre a finalidade da vida do homem, um fato concreto, de observação direta, domina e resolve todas as indagações filosóficas nesse sentido: a imperiosa tendência dos indivíduos física e mentalmente hígidos a continuação e desenvolvimento da vida. Traduzindo a realidade de maneira positiva, pode-se dizer: " Para os homens normais, o ideal mais genérico da vida é viver mais e ainda com maior intensidade".

Dependendo a vida, não só em seu desenvolvimento, como também em sua conservação, das funções adaptativas, vê-se logo o papel fundamental das mesmas no desempenho da educação. Ser mais capaz em adaptabilidade é viver mais e melhor.

Assim, a obra de educação como preparo para a vida é, em *ultima ratio*, um provimento de maior bagagem adaptativa.

A educação nada cria nem inventa; desenvolve uma função congênita do homem, a "adaptabilidade", e respeita a lei mais genérica de biologia, a "tendência dos organismos a conserva-

ção e desenvolvimento da vida". Educar é tornar o indivíduo cada vez mais adaptável, isto é, cada vez mais apto para vitoriar das agressões da ambiência.

As variações climáticas das diversas regiões da Terra e as diferenciações étnicas dos povos criam naturalmente em cada zona do globo conflitos específicos entre o homem e seu ambiente, obrigando-o logicamente a variantes adaptativas adequadas a cada caso e, portanto, gerando normas educativas também diferenciadas e específicas. Havendo sempre uma, de modo muito geral, que seja a melhor maneira de um homem se adaptar a um *determinado habitat* com um mesmo elemento étnico e num dado momento histórico, conclui-se que o conceito, abusivamente generalizado, de educar-se o "homem" deve substituir a noção mais restrita e real de educar o "homem de cada ambiente": a idéia racionalista de educação cosmopolita prefira-se a certeza positiva da educação nacional.

Foi, sem dúvida, pensando assim que Rousseau escreveu aquela tão sugestiva e célebre frase: "Aos vinte anos um polonês não deve ser um outro homem: deve ser um polonês".

Fácil é agora, para fundamento desta tese, formular o seguinte postulado: "O objetivo essencial da educação é dirigir e fortalecer as aptidões naturais da adaptabilidade do homem ao seu ambiente específico".

#### VALOR DA AFETIVIDADE E DA VONTADE NA EDUCAÇÃO

Nessa tarefa de adaptação, sobressaem dentre todas as funções psíquicas a afetividade e a vontade.

A velha psicologia metafísica, vinda dos tempos medievos, dera o primaciado a inteligência, e não foi sem cruéis conseqüências que os homens do século XVIII confiaram demasiado na Razão. Mas a psicologia veramente científica, de raízes experimentais, provou o contrário: na obra de adaptação, que é toda a finalidade do psiquismo, existem a afetividade e a volição.

Augusto Comte já previra e pregara doutrinariamente a importância dos sentimentos nos atos humanos, e Theodulo Ribot bem afirmava, ainda em anos do século passado, que é nos estados afetivos que se encontra o núcleo íntimo da personalidade. Hoje, ninguém mais contesta: no concurso das funções que integram a unidade do psiquismo, a inteligência não é primacial. A alienística, mais que qualquer outra ciência, comprova o acerto.

Tomai dois degenerados atípicos, desequilibrados, de afetividade abortada em fase rudimentar (que a velha escola chamou "loucos morais"), tomai dois desses indivíduos de constituição mórbida chamada perversa, um possuidor de uma inteligência precária, outro de espírito claro e penetrante. Apesar da aparente dissemelhança com que o talento costuma diversificar os homens, vereis que eles mais se igualam do que se distinguem. A conseqüência prática de ambas as vidas será a mesma: inadaptação ao meio social, com grave prejuízo para cada um deles e maior dano para a coletividade; serão todos dois "anti-sociais".

O primeiro delinquirá com frieza e nada acrescentará ao crime, senão a bestialidade da sua incompreensão, ou reincidirá desajeitadamente para esquivar-se a sanção penal. O segundo

também será criminoso imperturbável pela sua anestesia moral, mas, ao delito, ajuntará o dissimulador verbalismo que a sua inteligência inspirar, tentando em vão a legitimação de seus atos com teorias talvez engenhosas, mas absurdas e negativas, doutrinas filosóficas demolidoras, fabulações, calúnias... até de um todo se enredar nas malhas de sua pretendida defesa e não conquistar melhor sorte que o primeiro: os muros de uma penitenciária. A inteligência foi para ele uma função negativa que nada lhe valeu; e a coletividade coube, igualmente, o mesmo ônus do crime, num e noutro caso.

Ainda mais. Se a inteligência de um tal anômalo afetivo alcança a genialidade, mais nefasta será ainda a sua atuação na sociedade, porque a força inventiva do seu gênio fica a serviço dos desmandos de sua amoralidade.

A história aponta o cortejo sinistro dos psicopatas geniais. Tao maior é a importância da afetividade do que a da inteligência na tarefa de adaptação!... O mesmo para a vontade. Função psíquica essencialmente sintética e fiscalizadora imediata dos atos humanos, é ela a fonte derivante de todas as vitórias do homem. Os incapazes de vontade por apatia ou por excesso de impulso são "parassociais" (elementos sociais negativos, parasitas, contraventores) ou até "anti-sociais" (criminosos reincidentes), enquanto os mediocres de inteligência, mas harmonicamente desenvolvidos, cumprem utilmente a sua missão social de cooperadores do progresso, modestamente, mas com eficiência.

De que serve o talento, diante do critério essencialmente pragmático do nosso século, aos abúlicos impulsivos, tornando-os conscientes e arrependidos de seus erros se, apesar disso, ficam os mesmos inadaptáveis e nocivos a coletividade, eternamente perigosos?

Resumamos o conceito firmado: "a afetividade e a vontade desempenham papel dominante sobre a inteligência na adaptação do homem ao seu ambiente". É precisamente o preparo e desenvolvimento dessas funções — afetividade e vontade — que a velha escola chamou de "educação moral", denominação vaga e, de certa maneira, imprópria, mas já sagrada pela tradição.

Seria agora o momento de indagarmos que providências tomariam as legislações de ensino no Brasil acerca da educação moral. Antes de o fazermos, porém, cumpre estabelecermos uma restrição.

#### RESTRIÇÃO

Não nos referimos ao ensino primário. Na fase em que as crianças freqüentam as escolas primárias, a educação moral fica repartida entre a escola e a influência familiar. Os programas das escolas primárias dispõem geralmente sobre a educação moral e rudimentos de instrução física, enquanto a própria disciplina obedecia já a criação natural de hábitos morais.

Queremos nos referir limitadamente ao ensino secundário e superior, e assim o fazemos porque entendemos que a educação superior e a secundária, apesar de atuarem sob uma minoria de cidadãos, têm qualitativamente um papel importantíssimo e nada inferior, senão predominante, ao ensino primário, destinado a ser ministrado a todos os indivíduos de uma sociedade e de toda a Nação, que, mesmo a mais aperfeiçoadamente democrática, está sempre polarizada em dois

focos distintos, a grande massa dirigida e os escóis dirigentes, os quais, dentro do governo ou fora dele, pelo respeito moral que inspiram, exercem uma influência dominante e incisiva sobre os destinos do povo.

Isto é tanto mais verdade quando tratamos de Brasil, em que a deficiência de opinião popular proporciona a existência de governos fortes, as vezes, todo-poderosos. Assim, a própria sorte do ensino primário está entregue, em última análise, ao ensino secundário superior, porque é na educação colhida nos institutos superiores e secundários que os escóis dirigentes vão tirar as normas diretrizes de sua atuação. Circunscrito o assunto, perguntamos: Qual a educação moral existente no Brasil, no ensino secundário e superior?

#### O QUE É A EDUCAÇÃO MORAL ENTRE NÓS?

A lei vigente do ensino prescreve no curso secundário: cinco anos de estudo de Português, três anos para ensino de língua estrangeira (Francês, Inglês ou Alemão), seis anos de Desenho, quatro anos de Latim (!)...

E de educação moral? Uma única cadeira no primeiro ano ginásial, abrangendo Educação Moral e Cívica.

Quer dizer que todo estudante preparatoriano fica obrigado a cinco anos de estudo de Desenho, fora do ensino profissional, forçado a quatro anos de Latim, língua morta cujo estudo só deveria ser admitido em Faculdade de Letras, como aprimoramento da cultura clássica, e quase desamparado do pão indispensável da Educação Moral e Cívica, elemento capital na integração educativa de um homem.

Se existir na escola primária a educação moral e os rudimentos de instrução cívica, por que limitá-la a insignificância de uma só cadeira em um único ano no ensino secundário?

Na idade escolar primária precisamente é que a criança não pode completar a organização de um sentimento complexo como é o patriotismo, nem adquirir o senso acabado do cidadão. Tendo em vista a idade infantil com que o homem transita pela escola primária, a Educação Moral e Cívica que nela se ministra é apenas uma iniciação, utilíssima, básica, indispensável, de valor fundamental, mas sempre uma "iniciação". E onde vai o brasileiro encontrar o acabamento dessa educação, quando ingressado num curso secundário? Vejam bem a precariedade da nossa legislação: apenas em um ano de estudo, que é o primeiro do curso ginásial.

A lei prevê a idade mínima de 16 anos para o aluno matricular-se numa escola superior; quer dizer que aceita a possibilidade de uma criança entrar com 11 anos para o curso ginásial, e é com esta idade que deve o brasileiro encontrar as últimas reservas da Educação Moral e Cívica para integração da sua personalidade. No ano imediato, isto é, quando tiver 12 anos de idade, já não encontrará professor que lhe ensine a cultura do caráter ou adiestramento da vontade, as responsabilidades de brasileiros.

Aos 12 anos ter-se-á como concluída e perfeita a educação moral daquele indivíduo que só alcançará a cidadania nove anos mais tarde. É uma irrisão!



Mas não queremos ser extremistas; lembremos que muitos estudantes iniciam os seus estudos secundários com mais idade: 12,13,14 anos... Ainda assim, aos 15 anos estará suspensa a Educação Moral e Cívica, justamente na idade em que mais ela se torna necessária, advento da adolescência, crise do crescimento mental, fastígio da imaginação fantasista resvalando pelo devaneio, despertar da vida para o contato direto com a sociedade, idade singular de todas as virtudes e de todos os desmandos...

O jovem brasileiro, porém, que se entregue aos azares da vida, com as tendências contraditórias da herança étnica de raças ainda não suficientemente caldeadas, com a ação discordante dos nossos climas, com o meio social pouco orientador de uma democracia incipiente... Tal é o abandono moral em que ficam os nossos adolescentes, graças a imprevidência da nossa legislação.

Generalizando um pouco metaforicamente, poderíamos dizer: somos um povo com ilustração intelectual de "homens", responsabilidades de "homens", direitos de "homens" e educação moral "dos 15 anos".

Terminando o curso secundário, encaminham-se esses moços, que vão formar o desejado escola nacional, para os institutos superiores de ensino, sem levar para lá e sem lá encontrar um arrimo seguro as suas claudicações morais e ao seu indiferentismo patriótico. Resultado: médicos que desconhecem os princípios fundamentais da nossa constituição; bacharéis que não aplicam a sua cultura em obra de sã política; engenheiros sem a visão clara das nossas possibilidades territoriais e industriais.

Falemos do ensino superior. Ainda pior. O que até agora era precariedade aqui é carência absoluta: "não existe no Brasil inteiro uma só escola superior destinada a cultura do caráter e ao estudo metódico dos nossos grandes problemas".

Isso significa que todos os brasileiros de intenção verdadeiramente patriótica têm de praticar o heroísmo de autodidatas na conquista dos conhecimentos mais complexos para satisfazerem o seu ideal. Parece até que se conspira contra os que amam intensamente a Pátria e a ela entregam a sua abnegação.

De toda essa mágoa só há um consolo: é que todos os nossos grandes estadistas, homens ilustres e patriotas de todo o gênero, do Império a República, foram maiores ainda do que seria de supor, porque os seus atos e os benefícios por eles prestados a Nação são produtos exclusivos do seu esforço próprio, pessoal, visto que a coletividade não lhes proporcionava, como ainda não proporciona, terreno adubado a sementeira das grandes educações nacionais.

E, no entanto, do que muito necessitamos é que se multipliquem e se consolidem essas "grandes educações nacionais" de que raros brasileiros contemporâneos podem se orgulhar...

Nesta altura podemos sintetizar o nosso pensamento dizendo: "Educação Moral e Cívica no Brasil é, atualmente, mínima no ensino secundário e nula no superior".

#### TERAPÊUTICA

A tantos males, algum remédio. Para isso, não vamos expor um programa completo que pretenda resolver a crise em que estamos de educação cívica e moral no ensino secundário e

superior. Não: a tanto se opõe a índole desta conferência e o senso da complexidade do assunto, que pede cautela contra precipitações.

Esboçaremos, porém, as linhas mestras de uma reforma, que desçam da análise doutrinária até o terreno concreto da praticidade.

Primeiramente, no que tange ao ensino secundário. Aqui, antes de tudo, é mister que a cadeira de Educação Moral e Cívica não fique limitada ao primeiro ano do curso ginásial, mas acompanhe o aluno reiteradamente do primeiro ao último ano, durante todo o curso secundário. Para que cinco anos de Desenho num ensino que não é profissional? Para que quatro anos de Latim num curso que não é de aperfeiçoamento, mas simplesmente preparatório?

Substituamos essa inadequabilidade, esse anacronismo, por seis anos de educação moral, para formação de um caráter viril e ativo, próprio das necessidades do século, de finalidade essencialmente pragmática. Mas que essa educação moral seja caracteristicamente cívica, para que o vício elegante do cosmopolitismo não prevaleça, e fique genuinamente nacional, adaptada ao nosso meio específico, forjando não apenas o "homem" (abstração racionalista e utópica), mas "o homem brasileiro do século XX".

E agora cumpre fazer uma ressalva a nossa própria indicação.

Somos pelo elastério da cadeira de Educação Moral e Cívica pelos seis anos ginásiais, mas acreditamos convictamente que isso não basta. Se nos limitássemos a esta sugestão, correríamos o risco de ver burlados os nossos intuitos, reunindo-se, quem sabe, os seis anos de Educação Moral e Cívica a um puro verbalismo artificioso.

A instrução adquire-se pela compreensão, mas a educação moral só se conquista plenamente pela prática repetida de hábitos morais.

É preciso, pois, acrescentar ao ensino doutrinário meios de ação conducentes a aquisição de hábitos disciplinados e de eficiência prática.

Lembremos para isto a obrigação da parte dos alunos de apresentarem durante o ano trabalhos de iniciativa própria sobre as diferentes cadeiras do curso e supressão do regime antipedagógico e imoral dos exames, substituídos pelo critério do aproveitamento global do estudante em todo o ano letivo.

A permanência do exame em nosso ensino secundário e superior é um elemento deseducador do nosso povo. O exame fomenta o hábito de simulação, a preferência da astúcia sobre o trabalho eficiente, trai o estudante e desalenta o professor, desaparelhado de meios repressivos contra o contrabando da ignorância.

São aqueles quinze minutos fugidios do exame, em que, num momento, se pretende julgar a aptidão de um aluno e a aplicação de oito meses de estudo, que inspiram ou empenham o favoritismo e até a venalidade e incutem no estudante a noção enganosa, e de conseqüências tão duras, de que uma inteligência pronta e vivaz possa dispensar o estudo apurado e meditativo.

A supressão dos exames, obrigando os alunos a sinceridade fecunda do esforço e do estudo, será uma fonte moralizadora do ensino e eminentemente educativa do povo.

Ainda mais: a obrigação de pequenos trabalhos próprios versando sobre as matérias do curso é bem o treinamento do esforço de iniciativa, maneira eficiente de educar a vontade.

Quanto ao ensino superior, a tarefa é toda de criação, visto que aqui a educação moral é nula.

Precisamos organizar uma faculdade superior de ciências filosóficas ou qualquer outra denominação adequada, não apenas para que os homens raros que têm o patriotismo acendrado até a abnegação possam encontrar ambiente propício ao seu desenvolvimento. Com as cátedras de Sociologia Política, Ética, Economia do Brasil, Eugenia, Sociologia Brasileira e outras correlatas, uma tal faculdade seria o viveiro dos nossos maiores, onde se habilitariam de fato e sem perda de tempo as aptidões vocacionais dos homens públicos.

Então o Brasil continuaria a ter os governos que merece, mas mereceria governo cada vez melhor, porque haveria onde preparar um escola de dirigentes disciplinados em normas de moral, capacitados dos grandes problemas nacionais e saturados dos conhecimentos indispensáveis a sua solução. Haveria assim como aproveitar os nossos melhores valores, e a força da competência e do caráter imporia sua influência nos altos postos da administração ou nas grandes avançadas da iniciativa popular, de maneira prática e eficiente, no desenvolvimento da Nação. Destarte, seria mais difícil relegar ao ostracismo veros construtores, como ainda hoje acontece, e o Brasil seria grande pelos seus grandes homens.

Eis aí não um programa completo de Educação Moral e Cívica, como já advertimos, mas as diretrizes gerais dessa obra eminentemente prática e urgente.

Todo brasileiro, em regra geral, é inteligente e arguto. O que lhe falta e o que é preciso provê-lo é o desenvolvimento sistematizado dos sentimentos sociais, a disciplinação da vontade, o hábito do trabalho demoradamente sustentado, o conhecimento geral das leis nacionais, a compreensão nítida das responsabilidades da cidadania, o cabedal suficiente para formular um ideal de patriotismo.

E tal será a obra, paralelamente com o saneamento, da Educação Moral e Cívica do Brasil.

#### CONCLUSÕES

1ª) O objetivo essencial da educação é dirigir e fortalecer as aptidões naturais de adaptação do homem ao seu ambiente específico.

2ª) A afetividade e a vontade desempenham papel dominante sobre a inteligência, na adaptação do homem ao seu ambiente (valor da Educação Moral e Cívica).

3ª) Dada a bipolaridade em que se focalizam todas as sociedades — massa dirigida e escóis dirigentes —, o ensino secundário e o superior, embora atuando sobre uma minoria de cidadãos, são tão ou mais importantes do que o ensino primário.

4ª) A educação moral no Brasil, atualmente, é mínima no ensino secundário e nula no superior.

5ª) É indispensável desenvolver a educação moral, ainda insignificante, do nosso ensino secundário.

Para isso, entre outras providências, salientam-se como as mais gerais:

a) Desenvolver a cadeira de Moral e Educação Física, já existente no primeiro ano ginasial, até o último ano, constituindo preparatório, mesmo em caso de exames parcelados.

b) Estabelecer a obrigação dos alunos de apresentarem durante o ano trabalhos de iniciativa própria sobre as diferentes cadeiras.

c) Suprimir o regime antipedagógico e imoral dos exames pelo critério do aproveitamento legal do estudante em todo o ano letivo.

6ª) É necessário criar a educação moral e cívica no ensino superior pela formação das faculdades de ciências filosóficas, com cátedras de Sociologia Política, Ética, Economia do Brasil, Eugenia, Sociologia Brasileira e outras correlatas, para proporcionar a Nação o máximo de rendimento de sua mais rara e importante riqueza: "A força realizadora dos seus maiores patriotas".

Pareceres  
sobre as Teses  
não Localizadas

No excelente trabalho que me foi distribuído na Comissão de Ensino Superior, o ilustrado professor de Direito doutor João Macedo Filho sustenta três proposições relativamente ao regime universitário do ensino superior no Brasil:

1) O ensino universitário é o mais recomendável e tem por si, em nossa Pátria, ser uma aspiração tradicional, desde D. João VI até o presente.

O autor desenvolve essa tese com cerrada argumentação histórica, largamente documentada. Demonstra "que o regime universitário tem por si, a recomendar-lhe, a adoção nos estados que ofereçam elementos bastantes de garantia de moralidade e eficiência do ensino, considerações da maior relevância que condizem de perto com os altos interesses nacionais, alinhando nas letras *de a) ad)* sólidos argumentos que sustentam sua proposição".

Na verdade é ela idéia hoje vencedora, solenemente consagrada no Congresso de Ensino Superior e Jurídico, reunido no Rio de Janeiro a 11 de agosto do corrente ano.

É, pois, digna de aprovação a primeira tese do doutor João de Macedo Filho.

2) As universidades em centros de pequena população produzem os mais benéficos resultados.

O autor procura demonstrar essa tese com o exemplo da Alemanha e Itália, onde em 1892 existiam universidades em cidades que contavam, naquela época, com populações de 7.000 a 76.000 habitantes.

Parece que essa proposição não pode ser aceita sem o acréscimo de uma condição, isto é: "uma vez que nessa pequena população haja meio propício ao desenvolvimento da vida universitária".

Além das condições de clima, custo de vida, aparelhamento higiênico, os centros em que se tem de implantar uma universidade moderna precisam ter um meio social que permita, além do desenvolvimento cultural da mocidade, a sua educação social.

As sociedades literárias e científicas são o complemento do ensino universitário, formando-lhe o ambiente que permite o contínuo aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino ministrado nos cursos escolares.

As sociedades recreativas e esportivas constituem o ambiente propício a educação social dos moços, ao seu aperfeiçoamento físico e ao convívio necessário a solidariedade que convém a unidade nacional.

A vida moderna exige homens instruídos, educados, enérgicos e fortes.

Só os meios em que essas qualidades nobres podem ser desenvolvidas podem ser propícios a fundação das universidades.

A proposição do doutor João Macedo, a meu ver, deve ser aprovada com o aditivo por mim proposto, o que, aliás, se acha implícito na primeira proposição, quando o seu ilustre autor se refere as condições que devem oferecer os estados onde se hão de fundar esses institutos.

3) As três escolas do Paraná reúnem todos os requisitos para constituírem uma universidade pelos moldes da universidade do Rio de Janeiro.

O autor faz, a princípio, um histórico das três faculdades para mostrar a sua gênese e o seu desenvolvimento.

Depois examina: a) o seu patrimônio; b) seus recursos financeiros; c) o apoio que têm, quer moral, quer material, dos poderes públicos do Estado; d) o valor do seu corpo docente; e) o seu regime escolar; f) as condições da cidade em que se acham situadas; g) a forma fraternal em que vivem, num mesmo prédio, na mais perfeita harmonia e solidariedade.

Cada uma dessas alíneas é demonstrada de modo inconfundível, com clareza e precisão, de modo a não ser possível levantar dúvida a qualquer das afirmativas do ilustre professor.

E, para documentar os seus acertos, transcreve ele as opiniões emitidas por ilustres visitantes que têm estado no importante estabelecimento de ensino.

De modo que a terceira proposição do doutor João Macedo deve merecer aprovação de Comissão de Ensino Superior.

Sala das reuniões da Comissão, em 21 de dezembro de 1927

*Ubaldo Ramalhetes Maia* — Presidente

*Pamphilo d'Assumpção* — Relator

#### EMENDA AO PARECER:

A I Conferência Nacional de Educação, aprovando a brilhante tese do doutor Macedo Filho, lembra a necessidade da criação das Faculdade de Ciências e Faculdade de Letras e Filosofia.

Sala de Sessões, 21 de dezembro de 1927

*Lourenço Filho*

NOTA — Aprovado o parecer da Comissão de Ensino Superior, com um voto em contrário. Aprovada a emenda do professor Lourenço Filho, com dois votos contra. Sessão plena de 21 de dezembro de 1927.

## PARECER DA TESE Nº 12

**E** atentamente a tese apresentada a esta I Conferência Nacional de Educação pela Exma. Sra. Lúcia Miguel Pereira sobre a instituição da Academia Feminina.

Vazada em primoroso estilo, a tese poderia, a primeira vista, seduzir pela arte com que a ilustre autora sabe pôr em relevo as deficiências da formação feminina na quadra presente, limitando-se tal formação a cultura quase exclusiva do sentimento, sem cuidar deveras das outras faculdades superiores.

Reclama, portanto, a criação de uma Academia Feminina, para a qual chegou a elaborar um programa viável.

A esta tese cumpre-nos fazer os seguintes reparos:

1) Não será na instituição da Academia Feminina que se encontrará a solução do problema que a ilustre autora cognomina problema feminino. O problema feminino, tal qual o descreve a autora supra-louvada, só se manifesta nas grandes aglomerações urbanas; mas aí justamente existem (ou deveriam existir) Escolas Normais superiormente organizadas, segundo um programa que muito se aproxima do que foi elaborado e apresentado pela Exma. Sra. Lúcia Miguel Pereira.

2) Muito mais fulgente do que o pomposo título de bacharel em ciências, o diadema da maternidade deve resplandecer na frente veneranda da mulher brasileira. Esta soube formar nestes quatro séculos de existência que já conta o Brasil e, sobretudo, nestes últimos vinte lustros de independência política, o caráter de aço dos grandes brasileiros, digamos, do povo brasileiro, sem o concurso de nenhuma academia feminina. O que até hoje conseguiu a mulher brasileira por que o não conseguirá amanhã e sempre? Nem é rara neste nosso Brasil — como parece acreditar e entender a mencionada autora — a mulher-mãe. Mercê de Deus, não está ainda o Brasil infeccionado pelo vírus mortífero da esterilidade, como acontece em outros países menos afortunados. Retroceda-se aos bons tempos de ontem, e ver-se-á que bastante raras são as senhoras e senhoritas que ambicionavam trocar o glorioso florão da maternidade por um pergaminho qualquer de bacharel em Ciências. Não faltam no País estabelecimentos de ensino secundário, faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e outras, que de bom grado acolham as que sentirem especial necessidade de cultivar a inteligência para converterem em energia as suas forças até agora mal aproveitadas, consoante se exprime a supra-referida autora.

Essas as razões que nos induzem a formular parecer rejeitando a tese da criação da Academia Feminina.

Sala das reuniões da Comissão

*Manoel Gonzalez*—Relator

*Renato Jardim* —Presidente

*Lindolpho Xavier*

*Maria de Lourdes Lamas*

*Nahir Loyola Santos*

*Sylvia Câmara*

*A Igacyr Munhoz Mader*

*João de Oliveira Franco*

*Luís L. A. César*



## PARECER DA TESE N° 14

O Código de Moral da Escola Prudente de Moraes é admiravelmente confeccionado e bem intencionado para desenvolver na alma infantil o amor a verdade e o respeito a lei.

No entanto, seja qual for o código de moral escrito, seja ele o mais perfeito, não influirá no espírito da criança se não estiver por si o fator mais notável da educação, que é o exemplo dado pelos mestres e pelas classes dirigentes.

A meu ver, a Educação Moral e Cívica não depende de códigos civis nem constitui disciplina especializada. Ela é consequência imediata dos bons costumes das classes dirigentes, dos exemplos que derem essas classes de respeito a lei, de amor a justiça e a verdade.

A tendência natural da criança e do povo é a de imitar as ações e os gestos dos maiores: os filhos, os dos pais no lar; os alunos, os dos mestres nas escolas; e o povo, os dos dirigentes na sociedade.

É o exemplo o fator mais notável da educação, e a imitação a criadora dos maus ou dos bons hábitos. Este é o caminho a seguir na Educação Moral e Cívica, sem necessidade de códigos escritos que de nada valem quando é de regra a má conduta dos dirigentes.

Este o meu parecer sobre o Código de Moral da Escola Prudente de Moraes.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 1927

*Belisario Penna*

A mesa

*Leoni Kaseff*— Presidente da Comissão

## PARECER DA TESE N° 16

O professor Roquete-Pinto apresentou uma indicação sobre *Rádio Educação do Brasil*, ora examinada atentamente pela 3ª Comissão de Teses Gerais da I Conferência Nacional de Educação.

Conquanto pareçam exageradas algumas razões justificativas da idéia proposta, uma vez que se lhe atribui, quiçá, o mérito de salvar o País dos males que o afligem, o que poderia parecer uma obsessão (ou, com a devida vênua, a radiomania), têm, entretanto, muita oportunidade e procedência a proposta e o plano em apreço.

Pretende o seu ilustre autor que os estados adquiram poderosas estações de rádio para, sob os auspícios, a licença e a fiscalização do governo federal, distribuir os respectivos capitais as estações municipais, que for possível obter, como especiais de escola, todas as lições, notícias e execuções artísticas a serem colhidas pelos tipos receptores locais populares, ao alcance de

qualquer bolsa, visando instruir e principalmente ocupar, de modo útil, o tempo disponível de crianças e adultos impossibilitados de freqüentarem os meios onde tal cultura lhes pudesse ser proporcionada mais diretamente.

Efetivamente, como meio de cultura pós ou extra-escolar, o radiofônico pode prestar imensos benefícios ao povo, tal como as bibliotecas, as salas de leitura e os museus, sobrepujando-os no modo deleitável e sugestivo porque o faz, pois ministra o conhecimento amenizado pelas audições de arte que tanto enlevam e educam a alma do simples.

De mais a mais, o rádio pode contribuir com a audição de lições sobre a educação, a higiene e os deveres dos pais para com os filhos nesses aspectos, para ajudar a solver o maior e o mais sério problema da escola nacional: a educação dos grandes ou dos adultos, como meio de realizar a educação dos que lhes são dependentes.

Assim, a 3ª Comissão de Teses Gerais, aceitando o plano do professor Roquete-Pinto, propõe que a I Conferência Nacional de Educação emita um voto no sentido da mais ampla divulgação do rádio como escola por todos os estados do Brasil.

Sala das sessões da 3ª Comissão de Teses Gerais, em Curitiba, 21 de dezembro de 1927

*NestorLima* — Relator

De acordo

*Lourenço Filho* — Relator Geral

À mesa

*Leoni Kaseff* — Presidente

## PARECER DA TESE Nº 18

**P**arecer sobre a tese *A Higiene pelo Hábito*, do professor Deodato de Moraes, Inspetor Escolar do Distrito Federal.

Lendo minuciosamente o trabalho supra, que me foi entregue pelo doutor Belisario Penna, presidente da Comissão de Higiene desta I Conferência Nacional de Educação, a fim de que sobre o mesmo eu exarasse meu parecer, faço-o com simplicidade pois que a obra, por si só, fala melhor e mais altamente que quaisquer considerações que se lhe façam.

Tratando-se nesta conferência da educação do nosso povo, sob todos os pontos de vista necessários ao seu aperfeiçoamento, houve por bem o professor Deodato de Moraes apresentar esta obra digna dos mais justos e elevados elogios, pois que visa a um dos pontos fundamentais na vida e valor desse mesmo povo.

É antigo e conhecido por todos o provérbio latino que, traduzido, quer dizer "mente sã em um corpo sã" e que encerra a maior das verdades, visto que não se pode conceber a idéia de

que um espírito se possa desenvolver, atingir ao mais alto grau de aperfeiçoamento, estando ele encerrado em um corpo doentio e fraco.

E como sabemos que "mais vale prevenir que remediar", e sendo a higiene a medicina preventiva, cumpre-nos, como verdadeiros patriotas que somos, difundir os princípios de higiene necessários, imprescindíveis e úteis a conservação da saúde, que é o maior dos tesouros, a fim de que o homem, a mais perfeita obra de Deus, com o desenvolvimento também do seu espírito, atinja o mais alto desenvolvimento.

Quem se tenha dedicado a causa da instrução no Brasil e haja percorrido algumas localidades, principalmente da marinha, em que as endemias, a helmintose, a anquilostomose e outras mais, provenientes muitas vezes da falta de higiene, constituem o maior dos obstáculos a vencer para o progresso intelectual da criança, achará na obra do esforçado professor a arma eficaz que, usada com acerto, removerá o grande obstáculo.

O hábito é uma segunda natureza e este mesmo hábito nada mais é que a prática repetida de um mesmo ato que, sendo bom, formará uma natureza boa, útil e proveitosa não só a nós, como, algumas vezes, aos nossos semelhantes.

Fala o eminente professor, em seu trabalho, na organização dos pelotões de higiene, grupos de crianças as quais os professores, dirigentes dos pelotões, ministrem os conhecimentos de higiene e as induzam a prática dos mesmos atos até que eles se transformem em hábitos que as seguirão por toda a vida. Tudo que há em nós é resultado do hábito; por isso, a higiene pelo hábito dará resultados ótimos.

De organização similar tive eu conhecimento no Rio de Janeiro, quando, por alguns meses, me filiei a Associação Cristã de Moços daquela cidade, seguindo então as instruções indicadas, algumas das quais vejo agora na lista destinada aos pelotões, das quais auferi os mais salubres resultados, sendo hoje hábitos bons que aconselho aos meus alunos, quais os de dormir com as janelas abertas e fazer exercícios ginásticos ao menos durante 10 minutos diários.

Completa a obra do ilustríssimo educador um compêndio escolar intitulado *Vida Higiênica*, em que, numa linguagem bela, simples e ao alcance de todas as crianças, ilustrado com gravuras edificantes, ele dá os mais úteis conselhos higiênicos.

É uma obra boa e útil a tese do professor Deodato de Moraes, produto de um grande desvelo pela saúde dos nossos escolares e amor a causa da educação e aperfeiçoamento do nosso povo, devendo portanto alcançar o fim desejado pelo seu autor.

Que o presente trabalho seja tomado em devida consideração pela presente conferência e que o livro *Vida Higiênica* seja adotado em todas as escolas brasileiras como auxiliar e conselheiro no mister santo e nobre da difusão do ensino da higiene do nosso povo—eis o meu fraco e desmerecido parecer sobre a grande obra do professor Deodato de Moraes.

Curitiba, 21 de dezembro de 1927

*Myriam de França Souza*

De acordo

*Luiz Medeiros* —Relator

Ámesa *Belisario Penna* — Presidente da Seção da Educação  
Higiênica

## PARECER DA TESE N° 19

Sendo escolhida para dar parecer sobre a tese *A Higiene na Escola*, apresentada pelo esforçado doutor Heitor Borges de Macedo, digo que a acho útil e, mais do que isso, necessária, porquanto sendo aprovado o plano de Educação Higiênica na Escola e no Lar está colimada a finalidade da tese que me coube dar parecer.

Curitiba, 21 de dezembro de 1927

*Maria Bassan Buzatto*

De acordo

*Luiz Medeiros* — Relator

Ámesa

*Belisario Penna* — Presidente da Seção de Educação Higiênica

## PARECER DA TESE N° 76

### EDUCAÇÃO SEXUAL

**Doutor Luiz Antônio E. S. dos Santos Lima**

1ª Conclusão — Estou de acordo, achando que a educação sexual é uma necessidade inadiável em nosso meio, urgindo seja iniciada sem perda de tempo.

2ª Conclusão — Concordo.

3ª Conclusão — Estou de acordo. Julgo, porém, que a educação sexual começada no lar pelos pais deve ser continuada na escola pelo professor, colaborador precioso, quer nesse particular, quer no trabalho materno, quer no paterno.

4ª Conclusão — Vejo-me aqui obrigado a discordar do autor da tese. Acho que S.S., peço licença para o dizer, não atende bem, ao tratar da idade em que convém seja encetado tal ensino, a necessidade que se regista nas manifestações, por assim dizer, premonitórias, do instinto sexual nas crianças, que, desde muito cedo, parecem já se preocupar com a diversidade dos sexos.

Resumindo, acho digno de louvor, pela relevância do tema que colaborou, o trabalho em estudo.

Curitiba, 22 de dezembro de 1927

*Decio Lyra da Silva*

Com restrições

*Doutor Luiz Medeiros* — Relator

*Àmesa Belisario Penna* — Presidente da Comissão de Educação  
Higiênica

#### PARECER DA TESE N° 77

A tese do doutor Renato Kehl impõe-se por sua clareza da finalidade. Sou do parecer que a Conferência de Educação aprove as suas conclusões, sem restrições e com louvores a idéia.

Curitiba, 23 de dezembro de 1927

*Laurenço A. Filho* — Presidente da Comissão de Educação Higiênica

#### PARECER DA TESE N° 104

Designado para relatar a tese apresentada a esta I Conferência Nacional de Educação pelo doutor Hermes Lima, livre-docente da Faculdade de Direito de São Paulo, sob o título *Cultura como Fator da Unidade Nacional*, procurei desempenhar-me dessa incumbência fazendo a atenta leitura de que é merecedor não só o trabalho como seu ilustre autor.

Trata-se de um trabalho revelador não só do espírito de síntese do doutor Hermes Lima, como também do interesse e cuidado com que foram estudados e expostos assuntos que bem merecem a preciosa atenção deste Congresso.

A tese ora relatada apresenta, entre outras, como conclusão final, a seguinte:

Para operar como fator da nossa unidade, a cultura literária no Brasil não deve alhear-se da terra, da gente e do meio, o conhecimento de cujas tradições importa no conhecimento de nós mesmos.

Entretanto, julgo de acerto seja o mesmo trabalho lido em plenário, dado o espírito de síntese que nele predomina.

A comissão é de parecer seja aprovada a tese com os melhores votos de agradecimentos ao seu digno autor, pelos valiosos subsídios que trouxe para este Congresso.

Sala da 3ª Comissão, em Curitiba, 25 dezembro de 1927

*João de Oliveira Franco* — Relator

*Àmesa Leoni Kaseff*—

Presidente

### PARECER DA TESE N.º 105

O doutor Fernando de Magalhães, com magnífica argumentação, pede a atenção desta Conferência para a organização dos quadros nacionais e conclui entregando o problema ao estudo da I Conferência Nacional de Educação, julgando inadiável:

a) a instrução secundária integral;

b) a instrução superior científica, profissional e técnica em escolas adequadas, centros também de prática da ciência pura, visando, além da cultura geral, estudo metódico, completo, especializado das necessidades regionais no que diz respeito ao desenvolvimento demográfico e econômico de cada zona;

c) a seleção rigorosa dos indivíduos destinados aos estudos superiores pelo concurso de admissão e pela limitação das matrículas.

A Comissão aprova a organização acima e louva o brilhante trabalho, solicitando desta Conferência idêntica manifestação.

Sala das sessões, em 23 de dezembro de 1927

*Lysimaco Ferreira da Costa* — Relator

*Lourenço Filho* — Relator Geral

*Àmesa*

*Leoni Kaseff*— Presidente

### PARECER DA TESE N.º 108

O capitão Francisco José Dutra apresenta uma tese sobre Educação Física. De acordo com a decisão uniforme da Conferência de Educação, em casos como o presente, sou de parecer que a Conferência aceite a tese, sem aprová-la, louvando os esforços do autor, para incluí-la nos anais.

Curitiba, 26 de dezembro de 1927

*Jayme Ayres*

## PARECER DA TESE N° 109

A tese da Exma. Senhora Octacilia H. de Oliveira, estudada no seu conjunto, não é má. Nela estão emitidos, com muito critério e acerto, ótimos conceitos. Haja vista, por exemplo, o que alvitra pela diferença de programa entre o ensino primário urbano e rural.

Como, porém, o trabalho contém afirmações a princípio contestáveis, sou de opinião que a tese, não podendo ser aceita na sua integridade, sejam plenamente aprovadas as conclusões, que são boas.

À mesa

*Leoni Kaseff*— Presidente

*Padre Jeronymo Mazzarotto*

## PARECER DA TESE N° 110

Li ponderadamente a tese *Unidade Nacional pela Instrução Cívica*, apresentada a esta Conferência de Educação pelo doutor Sebastião Pacheco Jordão.

O trabalho, por estar bem redigido e enriquecido de muita e variada erudição, recomenda o seu autor e, de um modo geral, é bom e aceitável.

A dissertação está dividida em três partes: A unidade nacional — 1º) pela instrução cívica e moral, 2º) pelas tradições nacionais, e 3º) pela lei. A segunda parte está bem tratada e com clarividência de idéias; a primeira e a terceira, porém, por serem questões complexas mais do que a primeira vista parecem e em grande parte calcadas nos princípios do direito natural, não podiam ser, como de fato não foram, suficientemente estudadas. Como quer que seja, sou de parecer que a tese seja plenamente aprovada.

À mesa

*Leoni Kaseff*— Presidente

*Padre Jeronymo Mazzarotto*

## PARECER DA TESE N° 111

A 1ª Comissão de Teses Gerais, antes de tudo, quer demonstrar, nesta sessão, o seu grande apreço para com o doutor Renato Kehl, que se tem evidenciado na literatura médica com várias e preciosas obras que merecem toda a consideração e todo o acatamento.

Na tese que o doutor Renato Kehl apresenta, a 1ª Comissão de Teses Gerais não acha razões cabais na conclusão com que finaliza o seu trabalho; contudo deve afirmar que não

encontra inconvenientes para que no dia da festa seja plantado o limoeiro como símbolo da previdência utilitária.

*N. Meira deAngelis* — Relator

*Jayme Junqueira Ayres*

*Paula Achilles*

*Raul Bittencourt* — Presidente



# ANEXOS

## MEMÓRIA FOTOGRÁFICA



O professor Lourenço Filho saudando o Paraná.



Alunas do Grupo Anexo que participaram da festa em homenagem aos congressistas.



A instalação solene da I Conferência Nacional de Educação no Teatro Guaira, em Curitiba, a 19 de dezembro de 1927.



Sessão ordinária — fala o professor Dr. Paulo Achilles, do Distrito Federal.



Grupo de congressistas a frente da sede da I Conferência — Palácio Rio Branco.



Sessão de encerramento.



Festa no Teatro Guaira em homenagem aos congressistas.



Fala o presidente do Estado do Paraná — Dr. Caetano Munhoz da Rocha.



Fala o Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, inspetor geral do ensino do Paraná, saudando os congressistas e a Associação Brasileira de Educação.



Sessão de abertura — fala o professor Dr. Barbosa de Oliveira, presidente da I Conferência Nacional de Educação.



Professora Esther da Costa Figueiredo, sendo entrevistada por Maria José Franco Ferreira da Costa, em fevereiro de 1992.

## A SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO

O professorado paranaense vibrou de entusiasmo por alguns dias. Entusiasmo justo e decorrente do brilhantismo que souberam emprestar ao notável congresso algumas das mais salientes figuras do magistério nacional.

Curitiba, ao receber os delegados dos demais estados da República e contribuindo com a flor do seu professorado para o êxito da I Conferência Nacional de Educação, ganhou honras e privilégio que jamais se extinguirão na história pátria. As resoluções aqui tomadas, que não foram poucas e que tiveram em vista exclusivamente o bem e as tradições do povo brasileiro, serão de futuro lembradas nas demais capitais dos estados, conjuntamente com o nome da formosa capital paranaense.

É o caso de se repetir com Raul Bittencourt e com Lourenço Filho, os notáveis delegados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que a grande conferência veio trazer novas esperanças, um formidável estímulo ao professorado nacional, e que podemos crer no futuro e na grandeza do Brasil, tranquilizados pela ação regeneradora do professor primário, pois brilhantíssimas foram as demonstrações claras e precisas da sua eficaz colaboração na formação da cultura e do caráter do povo, pela instrução e educação.

Para esta convicção, tão proclamada na conferência, concorreu a presença da mulher paranaense as sessões ordinárias, como legítima representante da mulher brasileira. E os seus nobres sentimentos e a sua formosura moral dominaram o ambiente das discussões, lembrando a cada congressista a esposa ou a mãe querida, a noiva ou a irmã adorada, que, no recesso íntimo da família, estão a zelar pela causa principal da grandeza da Pátria: "A Educação".

Curitiba, 27 de dezembro de 1927

*Lysimaco Ferreira da Costa*



## EXPOSIÇÃO SOBRE OS TRABALHOS E RESOLUÇÕES TOMADAS

Com excepcional brilhantismo, realizou-se em Curitiba este certame promovido pela Associação Brasileira de Educação.

Concorreram grandemente para o completo êxito da conferência as delegações de 16 estados e o professorado do Paraná, e muito contribuíram todos, pela sua ilustração e pelo seu amor a grande causa do ensino, para que o resultado conseguido ultrapassasse as melhores expectativas.

Fizeram-se representar neste certame, além dos governos, o Exmo. Sr. ministro da Justiça, Dr. Vianna do Castelo, pelo desembargador Euclides Bevilacqua; o Exmo. senhor ministro da Agricultura, Dr. Lyra Castro, pelo professor Dr. C. A. Barbosa de Oliveira, catedrático da Escola Politécnica e diretor da Escola Normal Wenceslau Braz; o senhor diretor do Departamento Nacional de Ensino, Dr. Aloysio de Castro, pelo professor Lysimaco Ferreira da Costa; e o senhor reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Dr. Manoel Cicero, pelo desembargador Vieira Cavalcanti.

Instalou-se solenemente a conferência no dia 19 de dezembro, aniversário da emancipação política do próspero estado, que recebeu os congressistas com a sua habitual hospitalidade, cercando-os de todo o conforto e prestigiando, de maneira notável, a realização da obra educativa que os levava a visitar a sua bela capital.

### AS COMISSÕES, AS SESSÕES PLENÁRIAS E AS TESES OFICIAIS

Foram constituídas oito comissões para estudo das 113 teses levadas a conferência, sendo duas para o ensino primário, uma para o ensino secundário, uma para o profissional e superior, três para teses gerais e uma para educação higiênica. Para presidir essas comissões, foram aclamados os nomes dos professores Deodato de Moraes, Orestes Guimarães, Renato Jardim, Ubaldo Rammalheite Maia, Raul Bittencourt, Renato de Alencar, Leoni Kaseff e o Dr. Belisario Penna.

No período de 20 a 27 de dezembro, realizou a conferência, no Palácio do Congresso, 13 sessões plenárias, sendo nelas discutidos os assuntos mais palpitantes do problema educativo moderno, provocando debates calorosos, mas sempre na altura dos ideais sublimes que congregaram tantos mestres e especialistas nas questões estudadas.

As teses relatadas pelas comissões constituíram um rico manancial de dados, observações e idéias para os que se interessam pela educação. As discussões suscitadas foram luminosas e demonstraram a superioridade da cultura dos que nelas tomaram parte. Os *Anais* da conferência darão conta do brilho extraordinário dos estudos e trabalhos feitos neste certame, que abriu uma nova era promissora de magníficos frutos, para conseguir a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado!

As teses oficiais da conferência versaram sobre:

- 1) A unidade nacional: a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral.
- 2) A uniformização do ensino primário nas suas idéias capitais, mantida a liberdade de programas.
- 3) A criação de escolas normais superiores em diferentes pontos do País para preparo pedagógico.
- 4) A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário.

Os trabalhos apresentados sobre esses assuntos — quer pelos relatores oficiais designados pela A.B.E., professoras Isabel Jacobina Lacombe e Zélia Braune e professores Barbosa de Oliveira e Fernando de Magalhães, quer por outros congressistas — foram estudados e aprovados com votos de louvor aos seus autores. São dignas de menção, entre outras, as contribuições oferecidas sobre as teses oficiais pelos professores Dr. Fernando Osório, Octacília de Oliveira, doutores Manoel Pedro Macedo e Pacheco Jordão, Lourenço Filho, Helvécio de Moraes, Myrian de Souza e Dr. Raul Bittencourt.

#### MOÇÃO DE APLAUSOS E VOTO SOBRE O ENSINO DA MORAL

Resolveu a conferência, na sua primeira sessão plena e com caloroso entusiasmo, votar uma moção de aplausos ao professorado primário de todo o Brasil, trabalhador obscuro, mas fator precípua da grandeza nacional. Resolveu ainda a conferência, relativamente as teses sobre o ensino da moral, emitir um voto que traduzisse o modo de pensar da assembléia de professores brasileiros que ela constituía.

O voto, aprovado nominalmente por 117 congressistas contra 86, é o seguinte:

"Que o ensino da moral, em todos os institutos de educação no Brasil, tenha por base a idéia religiosa, o respeito as crenças alheias e a solidariedade em todas as obras do progresso nacional."

#### EXCURSÕES—— O PROGRESSO DO PARANÁ—— A PRÓXIMA CONFERÊNCIA — A PUBLICAÇÃO DOS ANAIS

O governo paranaense ofereceu aos congressistas magníficas visitas a estabelecimentos de ensino, de assistência, e belíssimas excursões, onde houve oportunidade de se apreciar o desenvolvimento escolar no Estado e o progresso nos principais ramos do comércio, da indústria e da agricultura.

A obra realizada pelo presidente Dr. Munhoz da Rocha é notável, digna de ser observada e apreciada por todos que se interessam pela grandeza da Pátria. O Estado gasta com a educação pública mais de 14% da sua receita: mencionar essa porcentagem é o melhor elogio que se pode fazer ao seu governo.

A sociedade paranaense cercou os congressistas de amabilidades, oferecendo vários bailes e festas, encantadoras pelo bom gosto, pela elegância e pela cultura artística que revelaram.

No Cine República, foi exibido um filme belíssimo sobre os saltos do Guaíra e Iguaçu, sendo passados ainda quatro filmes de caráter educativo: um sobre a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, outro sobre a cultura física em São Paulo, o terceiro sobre o Liceu Rio Branco, também de São Paulo, e o quarto sobre o grande inimigo do Brasil — a opilação.

A segunda conferência, resolvida por unanimidade de votos, terá lugar em 7 de setembro próximo, na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Os *Anais* dessa primeira conferência farão conhecer, com o seu verdadeiro brilho, o êxito extraordinário deste certame, que deixa na linda capital do Paraná um marco assinalando a grande vitória alcançada pela Associação Brasileira de Educação neste primeiro certame em prol da grandeza da Pátria.

## UM REGISTRO DO EVENTO\*

A primeira conferência pedagógica de Curitiba alcançou um sucesso que foi além da expectativa geral — fala-nos a respeito o professor Lourenço Filho.

A iniciativa da Associação Brasileira de Educação, promovendo em Curitiba, capital do Paraná, o primeiro dos nossos congressos pedagógicos, começou bem a sua campanha em prol do ensino nacional, pois o brilho de que o mesmo se revestiu foi muito além da expectativa geral. É isto, pelo menos, o que nos informam alguns dos delegados que ali foram tomar parte nos seus trabalhos, os quais quisemos ouvir para uma série de reportagens neste jornal.

O leitor já viu o que ontem nos disse a esse respeito o doutor Raul Bittencourt, delegado do Rio Grande do Sul, atualmente entre nós. O distinto psiquiatra gaúcho veio entusiasmado com os fins e o sucesso da conferência. Ouça agora o que nos revela o doutor Lourenço Filho, lente da nossa Escola Normal e cuja tese sobre "A Uniformização do Ensino Primário Obrigatório" foi, como disse o seu colega do Rio Grande, uma das mais brilhantes e das que maior interesse despertou entre os congressistas de Pedagogia reunidos em Curitiba.

O doutor Lourenço Filho, que é de um espírito moderno e de uma cultura especializada em matéria de ensino, recebeu-nos em sua residência na rua D. Veridiana, n<sup>a</sup> 5, num calmo ambiente de estudo e culto estético, onde gentilmente se pôs a nossa disposição para o que desejássemos saber. Fizemos logo as nossas perguntas:

— É possível dizer-nos as suas impressões sobre a I Conferência Nacional de Educação, em que tomou parte?

— Pois não. Começarei afirmando-lhe, antes de mais nada, que não fui armado de grandes ilusões quanto ao êxito desse congresso. Mas enganei-me. Posso lhe afirmar hoje, com o maior prazer, aliás, que a iniciativa da Associação Brasileira de Educação foi vencedora em toda a linha. Na capital paranaense se reuniram elementos dos mais destacados do nosso escola pedagógico, e uma série de circunstâncias felizes favoreceu, além disso, extraordinariamente, os trabalhos da instalação. De tudo, resultou alguma coisa útil e eficiente.

— Não quer destacar nenhum dos trabalhos apresentados?

— Os trabalhos foram numerosos e variadíssimos. Difícil apontar, portanto, de momento, os que mais se impuseram pelo seu mérito real. Só lhe direi que foram vários.

As teses oficiais—prosegue, depois de uma pausa, o doutor Lourenço Filho—ficaram reduzidas a quatro. O caso deu até motivo para se pôr em dúvida o êxito dos trabalhos, pois a liberdade de apresentação de outras teses viria prejudicar a marcha da conferência. Tal não sucedeu, entretanto, alcançando o congresso, como já disse, um êxito magnífico.

— Houve teses alheias no ponto de vista da conferência?

*\*Publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 30/12/1927, sob o título "Educação Nacional".*

—Totalmente alheias, não; mas algumas apareceram dispersivas. Felizmente, foi logo firmado o princípio de que os trabalhos apresentados que tratassem de matéria puramente científica não seriam discutidos. A conferência não fora organizada para isso, mas tão-somente para iniciar a fixação de certos pontos capitais de uma política nacional em matéria de educação, o que se conseguiu.

—Um êxito completo, então?

—Um êxito completo. Esse êxito se deve em grande parte ao prestígio incondicional de que o governo do Paraná cercou esse congresso e a atividade multiforme desse homem de rara energia e formidável capacidade de trabalho que é o doutor Lysimaco da Costa, diretor da Instrução Pública paranaense.

—E Curitiba?

—Admirável! Curitiba é uma cidade moça, com magníficos aspectos urbanos, num planalto de surpreendente beleza. Penetrando, cada dia, na vida social, literária e artística, todos nós tínhamos surpresas constantes, ao mesmo tempo que nos envergonhávamos, os representantes dos estados, de tão mal conhecermos o Brasil.

Falando da capital do Paraná — diz ainda o doutor Lourenço Filho —, forçoso é não esquecer as obras de assistência social ali admiravelmente organizadas.

— E qual a sua impressão do ensino paranaense?

— A melhor possível. Visitei as três escolas normais: de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa. Sem exagero, posso lhe afirmar que são modelares nas instalações e no entusiasmo com que o professorado exerce a sua missão. Professores há, no ensino primário como no secundário, de grande valor intelectual. Na conferência, onde também compareceram, vários deles se revelaram brilhantemente.

## MENINOS, EU VI"

*A professora Esther da Costa Figueiredo, única remanescente dentre todos os participantes que apresentaram tese na I Conferência Nacional de Educação, relembra, em entrevista a sua irmã Maria José Franco Ferreira da Costa, em fevereiro de 1992, alguns fatos relacionados ao importante evento:*

MARIA JOSÉ — Minha irmã, você foi a primeira professora catedrática, por concurso público, de Psicologia, Metodologia, Prática e Crítica Pedagógicas da Escola Normal Secundária do Paraná, tendo participado, ainda jovem, da I Conferência Nacional de Educação, com a tese *Método de Projetos*. Esther, hoje, você é a única sobrevivente de todos os professores que apresentaram teses na I Conferência Nacional de Educação. Você fez a sua tese por incentivo de nosso pai, Lysimaco Ferreira da Costa, ou por entusiasmo a educação ou a I Conferência Nacional de Educação?

ESTHER — Pelos três motivos. Em primeiro lugar, a I Conferência Nacional de Educação empolgou todo mundo. Os professores e os estudantes ficaram muito animados, e todos queriam colaborar. Em segundo lugar, porque meu pai me incentivou bastante para que eu fizesse o trabalho e, em terceiro, porque eu era também muito entusiasmada e tinha vontade que o Paraná brilhasse no cenário nacional, nessa Conferência Nacional de Educação.

MARIA JOSÉ — Você era muito jovem naquela época, tinha apenas 20 anos. Como se sentiu ombreando com os luminares da educação no Brasil, apresentando tese como eles o fizeram? Suas alunas, entre elas Helena Kolody, contam que você era tão jovem que com elas se confundia, e sua tese é bastante amadurecida. Daí o deduzir-se que o grau de educação no Brasil, naquela época e também no Paraná, era bastante elevado. Os professores tinham muita cultura.

ESTHER — Confesso que me sentia um pouco acanhada, tendo de discutir tese com tão notáveis educadores, mas ao mesmo tempo me sentia estimulada pela compreensão que demonstravam a minha pouca experiência no exercício do magistério, comparada com a profunda experiência que eles possuíam.

MARIA JOSÉ — Gostaria que você me dissesse de alguma impressão marcante que você teve nessa conferência.

ESTHER — As impressões foram muitas. A gente procurava participar da melhor maneira possível, o entusiasmo era grande, era geral, e todos se dedicavam a fazer o melhor.

MARIA JOSÉ — Lembro-me que você cooperou intensamente com a professora Adelaide Mattana Villa nos ensaios da grande festa de encerramento, realizada no Teatro Guaíra. Minhas coleguinhas daquele tempo tomavam parte nos números ensaiados, participavam das danças, e eu, enlevada, invejosa até da situação delas, que tanto brilharam naquela festa, principalmente as que participaram da Dança Russa e do Bailado das Borboletas que tanto sucesso fizeram, eu ficava orgulhosa da minha irmã que, com dona Adelaide, havia preparado parte da festa que teve repercussão tão agradável.

ESTHER—Dona Adelaide era uma pessoa extraordinária. Tinha grande talento, grande disposição, idéias boas e entusiasmava bastante as alunas, de modo que, nós duas, juntas, procuramos fazer o melhor possível para elevar ao máximo a última impressão que nossos congressistas iriam levar de Curitiba, do Paraná.

MARIA JOSÉ—E dos professores de fora que compareceram a Primeira Conferência, que conviveram em nossa casa, qual ou quais deles marcaram maior impressão em você, como educadora?

ESTHER—Todos empolgaram bastante, porque todos eram muito cultos e muito entusiasmados. Era um fato único que estava acontecendo no Brasil. Para mim, os que marcaram mais, pelo seu grande entusiasmo, foram os professores Lourenço Filho e Barbosa Oliveira.

MARIA JOSÉ — Muito bem, Esther, e você tem lembrança da participação deles na nossa vida de família?

ESTHER — Lembro-me e fico muito contente por poder recordar. Nós ficávamos orgulhosíssimos com essas visitas e não sabíamos o que fazer para que fossem bem acolhidos e tivessem uma boa impressão da hospitalidade do Paraná.

MARIA JOSÉ—Você, lúcida nos seus 84 anos, diga sobre o que você pensa da educação no Brasil, hoje.

ESTHER — Penso com muita tristeza. Não existe mais entusiasmo, não existem mais patriotismo e o ideal de bem ensinar. O ensino, com raras exceções, virou profissão. Hoje, a displicência tira o estímulo dos estudantes. Nós não nos preocupávamos se ganhávamos pouco ou muito. Nosso ideal era transmitir o que aprendemos, o que sabíamos.



**Gráfica e Editora Brasil Ltda.**

SIG - Q. 08 - Nº 2378 - Fone: 344-1614  
Fax: 344-1613 - Brasília-DF







ISBN 85-86260-02-9



9788586260025



**BRASIL**

GOVERNO FEDERAL

MEC

SEDIAE/INEP

IPARDES